PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão - SEMPLA

Avaliação do Plano Plurianual

- Atividades Circunstanciadas
- Cenário Fiscal
- Avaliação dos Programas e Ações

Exercício 2012

Ano Base 2011

Porto Velho, março de 2012

Roberto Eduardo Sobrinho
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Emerson Silva Castro
VICE-PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO VELHO

Maria de Fátima Ferreira de Oliveira
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (SEMED)

Williames Pimentel de Oliveira
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA)

Raimundo Marcelo F. Fernandes
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS (SEMOB)

Israel Xavier Batista
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS (SEMPRE)

Pedro Costa Beber
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PROGRAMAS ESPECIAIS (SEMEPE)

Jair Ramires
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SERVIÇOS BÁSICOS (SEMUSB)

Benedita do Nascimento Pereira
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEMAS)

Agnaldo Ferreira Dos Santos
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE (SEMA)

Klebson Luiz Lavor e Silva
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER (SEMES)

Jeoval Batista da Silva
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO (SEMAGRIC)

Ian Kleber Cerqueira de Farias
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO (SEMUR)

José Claudio Nogueira de Carvalho
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO (SEMTRAN)

Miriam Saldaña Peres
CHEFE DE GABINETE DO PREFEITO

Mara Regina da Silva Oliveira Araújo
COORDENADORA DA COORDENADORIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES

João Herbety Peixoto dos Reis
PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO (IPAM)

Mário Sérgio Leiras Teixeira
PRESIDENTE EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO (EMDUR)

Ana Cristina Cordeira da Silva
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FAZENDA (SEMFAZ)

Sérgio Luiz Pacífico
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO (SEMPLA)

Joelcimar Sampaio da Silva
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (SEMAD)

Mário Jonas da Silva Guterrez
PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO (PGM)

Cricélia Fróes Simões
CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO (CGM)

Eduardo Carlos Rodrigues da Silva
PRESIDENTE DO PODER LEGISLATIVO (CÂMARA MUNICIPAL)

Altair dos Santos Lopes
PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO (FUNCULTURAL)

Yêda Maria de Melo Baleeiro
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (CME)

Miriam de Amorim Brelaz
DIRETORA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO ESCOLA DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DE PORTO VELHO (FUNESCOLA)

Agnaldo Araújo Nepomuceno
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO (SEMDESTUR)

Equipe de Coordenação

SÉRGIO LUIZ PACÍFICO
Secretário Municipal de Planejamento e Gestão

BORIS ALEXANDER GONÇALVES DE SOUZA
Secretário Adjunto Municipal de Planejamento e Gestão

JOSÉ ROCHA DE ALBUQUERQUE
Coordenador Municipal de Orçamento / SEMPLA

CHIRLES MARCILEIA DE ALMEIDA
Chefe da Assessoria Técnica / SEMPLA

Equipe Técnica

Emílio Tiago Santos Araújo – CMO/SEMPLA
Francisco das Chagas Maia de Souza– CMO/SEMPLA
Kellen Amaral de Oliveira Marçal – DRTI/SEMAD
Paulo Tadeu Marques de Carvalho– CMO/SEMPLA
Rosane da Silva Cruz– CMO/SEMPLA

Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão – SEMPLA
Coordenadoria Municipal de Orçamento - CMO
Rua Abunã, 2625, Liberdade
Telefones: (69) 3901-3121 / 3901-3120
CEP 76.820-332– Porto Velho – Rondônia – Brasil
Home Page: www.portovelho.ro.gov.br
E-mail: sempla-cmo@portovelho.ro.gov.br

APRESENTAÇÃO

A avaliação anual do Plano Plurianual – PPA tem como objetivo contribuir para o alcance dos resultados previstos nos programas que o integram, por meio do aperfeiçoamento contínuo da gestão de programas e da alocação de recursos no plano e nos orçamentos do município, de modo a aprimorar a qualidade do gasto público.

A avaliação além de um instrumento que proporciona a identificação dos resultados alcançados na implementação dos programas, subsidia a elaboração das avaliações de cada Órgão Executor e espelha os registros de informações, realizados pelos Gerentes de Programas e Coordenadores de Ações no Sistema Municipal de Planejamento e Gestão – SIMPLAG.

Os resultados alcançados pela implementação do Plano Plurianual – PPA, no exercício de 2011, são frutos do esforço do governo e da sociedade na busca de um modelo de desenvolvimento inclusivo e redutor das desigualdades sociais. E foram alcançados graças à participação da sociedade na indicação de prioridades por ocasião das oficinas de sensibilização, realizadas em Associações de Bairros, sede de Distritos e audiências públicas do Orçamento Participativo, para levantamento das necessidades públicas visando elaboração dos instrumentos do planejamento orçamentário (PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA).

Ressalta-se também como de suma importância para os resultados alcançados o Planejamento Estratégico Participativo anual, realizado com a participação de toda a equipe de gestores e técnicos da administração pública municipal.

Nesta avaliação, as informações prestadas pelos Gerentes de Programas, nas Unidades Setoriais, foram coletadas de forma inovadora via *on-line,* através do módulo do sistema SIMPLAG, sendo este um passo importante para o aperfeiçoamento do sistema.

O aperfeiçoamento do sistema de avaliação e a ampliação da participação democrática no planejamento municipal continua sendo um desafio permanente do Governo Municipal na formulação e implementação das políticas públicas. Esse princípio de gestão pública permeia a transparência e ressalta a importância da divulgação da avaliação dos resultados da ação de governo para a sociedade. Nesse sentido, os resultados apresentados neste Relatório de Avaliação devem ser discutidos e disseminados pelos Órgãos do Poder Executivo, pela Casa Legislativa Municipal e pelo conjunto da sociedade, de forma crítica e ativa, de modo a permitir o avanço da democracia.

O Relatório busca analisar os resultados consolidados do PPA 2010-2013, alcançados no exercício de 2011, abrangendo:

- Relatório das Atividades Circunstanciadas, por área de governo;
- Cenário Fiscal;
- Avaliação Quantitativa e Qualitativa dos Programas e Ações.

Assim, espera-se que as informações constantes da Avaliação do Plano Plurianual – exercício 2011 sejam um norte para a gestão do Plano e que seja para a sociedade portovelhense um instrumento auxiliar no fornecimento de informações para o fortalecimento da participação popular na gestão pública.

Sérgio Luiz Pacífico
Secretário Municipal de Planejamento e Gestão

INTRODUÇÃO

O art. 6º da Lei nº 1.836, de 20 de Outubro de 2009 (PPA 2010-2013), prevê a avaliação anual do Plano Plurianual 2010 a 2013. Assim, com esta finalidade, o Relatório Anual de Avaliação apresenta-se estruturado em três capítulos:

I – Atividades Circunstanciadas, por área de governo;

II – Cenário Fiscal

III – Avaliação Quantitativa e Qualitativa dos Programas e Ações

O Capítulo I é constituído pelo relatório circunstanciado das atividades realizadas no exercício de 2011, enfocando as principais realizações em cada área de atuação do governo e pontuais exames comparativos dos índices e metas alcançadas neste segundo período de execução do Plano.

No Capítulo II analisa-se o cenário fiscal do Município, com a demonstração e avaliação das metas fiscais alcançadas em 2011, compreendendo a receita, despesa, resultados primário e nominal, dívida consolidada, limites constitucionais na aplicação dos recursos em Ações e Serviços Públicos de Saúde, Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e Despesas com Pessoal.

O Capítulo III contempla a avaliação quantitativa e qualitativa de cada programa e ação, por órgão de governo, abrangendo os resultados obtidos em 2011, com informação sobre o alcance dos índices previstos para o final do PPA para cada indicador e de cumprimento das metas, identificando inadequações e restrições que afetaram o desempenho dos programas e sugerindo medidas corretivas.

As avaliações referem-se aos programas do tipo finalístico e de apoio às políticas públicas, agrupados por órgão setorial, obtidas a partir da percepção dos gerentes de programas e coordenadores de ações, com a coleta de informações na ótica de auto-avaliação, por meio de roteiros de questões respondidas no módulo de avaliação do Sistema Municipal de Planejamento e Gestão (SIMPLAG).

O produto do trabalho é resultado das atividades realizadas em conjunto com os atores diretamente envolvidos no processo de avaliação, representados pelos gerentes dos programas, coordenadores de ações e equipes técnicas, no âmbito dos órgãos responsáveis por programas de Governo, integrantes das Unidades Orçamentárias (Secretarias Municipais, Fundos, Autarquias e Fundações, inclusive a Câmara Municipal). E no âmbito do Órgão Central do Sistema de Planejamento e Orçamento Municipal – Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão - SEMPLA, com participação da equipe técnica da Coordenadoria Municipal de Orçamento.

Avaliação do Plano Plurianual

ANEXO I

ATIVIDADES CIRCUNSTANCIADAS POR ÁREA DE GOVERNO

Exercício 2012

Ano Base 2011

MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Estado de Rondônia

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2011

Ano - 2011

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2011

SUMÁRIO

Secretaria Municipal de Educação (SEMED) ..... 3 a 235
Secretaria Municipal de Obras (SEMOB) ..... 236 a 239
Secretaria Municipal de Projetos e Obras Especiais (SEMPRE) ..... 240 a 248
Secretaria Municipal de Programas Especiais (SEMEPE) ..... 249 a 265
Secretaria Municipal de Serviços Básicos (SEMUSB) ..... 266 a 280
Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) ..... 281 a 320
Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMA) ..... 321 a 366
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SEMES) ..... 367 a 375
Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento (SEMAGRIC) ..... 376 a 392
Secretaria Municipal de Regularização Fundiária e Habitação (SEMUR) ..... 393 a 404
Secretaria Municipal de Transportes e Trânsito (SEMTRAN) ..... 405 a 427
Gabinete do Prefeito (GP) ..... 428 a 434
Coordenadoria de Políticas Públicas para as Mulheres ..... 435 a 451
Instituto de Previdência e Assistência do Município (IPAM) ..... 452 a 466
Empresa de Desenvolvimento Urbano (EMDUR) ..... 467 a 495
Secretaria Municipal de Fazenda (SEMFAZ) ..... 496 a 554
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão (SEMPLA) ..... 555 a 599
Secretaria Municipal de Administração (SEMAD) ..... 600 a 652
Procuradoria Geral do Município (PGM) ..... 653 a 666
Controladoria Geral do Município (CGM) ..... 667 a 745
Câmara Municipal de Porto Velho ..... 746 a 761
Fundação Cultural do Município de Porto Velho (FUNCULTURAL) ..... 762 a 774
Conselho Municipal de Educação (CME) ..... 775 a 786
Fundação Escola do Servidor Público Municipal de Porto Velho (FUNESCOLA) ..... 787 a 800
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Socioeconômico e Turismo de Porto Velho (SEMDESTUR) ..... 801 a 818

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (SEMED)

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (SEMED)

Apresentação

Este relatório reflete o esforço da Secretaria de Educação de Educação de Porto Velho na implementação das políticas educacionais e dos programas voltados para a melhoria da qualidade da educação com inclusão social. Para tanto, buscou-se o desenvolvimento de ações pautadas em princípios democráticos, com a participação representativa dos profissionais da educação, dos pais, dos alunos e da sociedade civil.

Os trabalhos desenvolvidos por esta Secretaria, sinalizam os avanços alcançados e os compromissos com a educação com inclusão social e o exercício da cidadania.

A transparência nas ações gerada pelo esforço coletivo dos servidores e a determinação governamental para realizar o que se manifestava somente no campo das ideias, fizeram com que se traduzissem vontades em benefícios reais e concretos.

Confrontando-se as metas com os resultados atingidos obtém-se o almejado êxito pelas conquistas nessa área, apesar das correções que se fizeram necessárias para que fosse suplementada alguma ação emergencial.

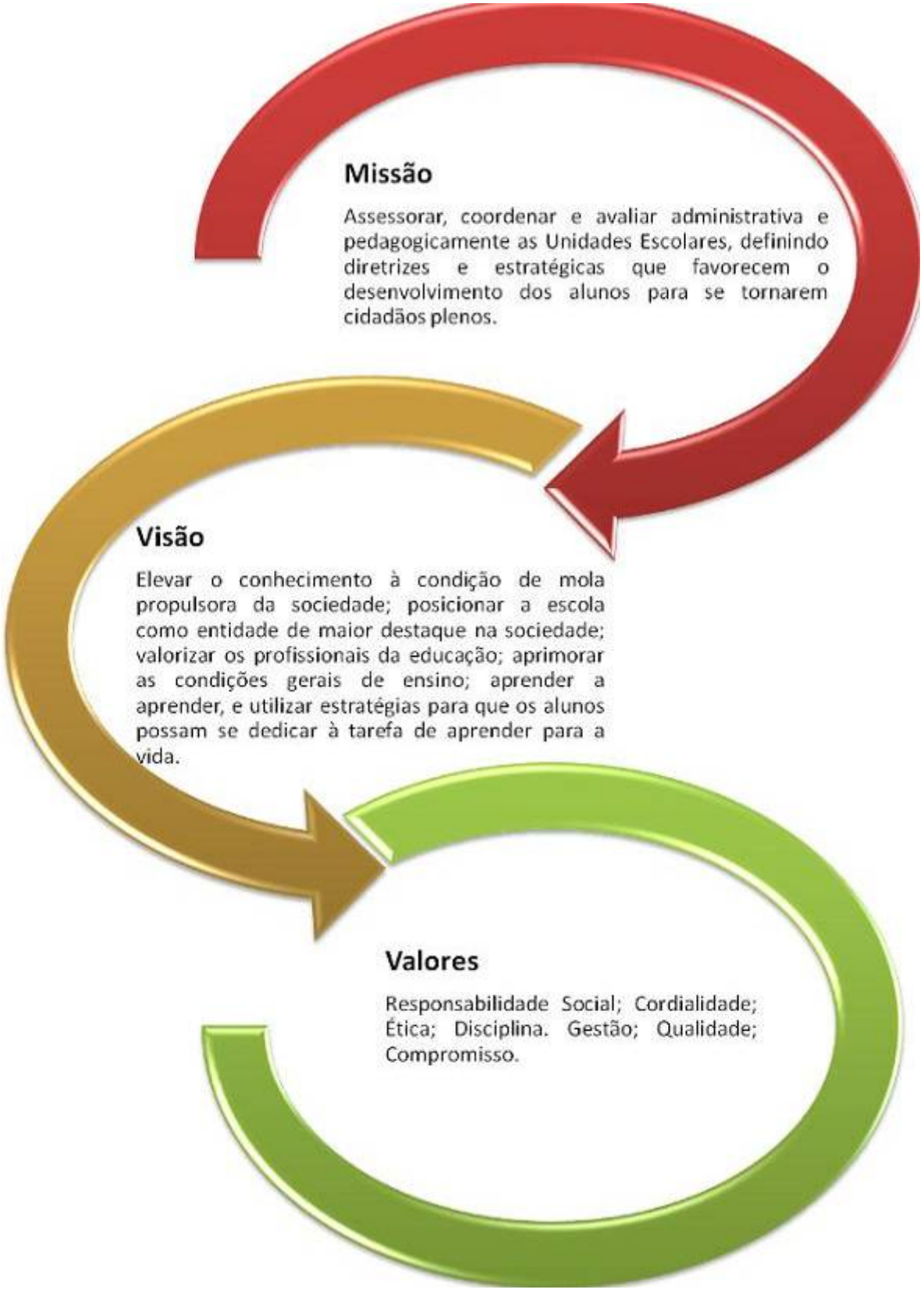
O Relatório de Gestão 2011 da Secretaria Municipal de Educação traduz a firme disposição em ampliar o controle dos recursos públicos e de instrumentalizar, não só os diversos órgãos públicos, mas, e principalmente, toda a sociedade para o processo de fiscalização das Ações de Governo, garantindo transparência no fazer e no fiscalizar.

Trata este relatório de evidenciar, ao tornar público esses atos administrativos, a intenção de se transformar o que já é bom em melhor, e isso só foi possível graças às medidas oportunas e adequada ao momento, alicerçadas no compromisso fim da Educação: dar dignidade à pessoa e perspectivas melhores em relação à qualidade de vida e progresso do município.

Todas as informações aqui contidas servirão como eixo norteador para o planejamento futuro, corrigindo distorções inerentes do fazer diário, eliminando todo e qualquer desperdício e racionalizando a aplicação dos recursos públicos.

Este documento conclui o planejamento anual e passa a integrar o rol de instrumentos de suporte para a tomada de decisão gerencial, permitindo que todas as esferas, de gestão da Secretaria Municipal de Educação, façam correções necessárias ao cumprimento da meta de ampliação de oferta com a melhoria da qualidade da Educação Pública para Todos e Todas.

Maria de Fátima Ferreira de Oliveira
Secretária Municipal de Educação


Missão
Assessorar, coordenar e avaliar administrativa e pedagogicamente as Unidades Escolares, definindo diretrizes e estratégicas que favorecem o desenvolvimento dos alunos para se tornarem cidadãos plenos.
Visão
Elevar o conhecimento à condição de mola propulsora da sociedade; posicionar a escola como entidade de maior destaque na sociedade; valorizar os profissionais da educação; aprimorar as condições gerais de ensino; aprender a aprender, e utilizar estratégias para que os alunos possam se dedicar à tarefa de aprender para a vida.
Valores
Responsabilidade Social; Cordialidade; Ética; Disciplina. Gestão; Qualidade; Compromisso.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E DE ENSINO

SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO

Através de Emenda à Lei Orgânica do Município de Porto Velho de nº. 197/90, a qual deu origem ao art. 196 desta mesma Lei Orgânica, o qual propõe como se deve dar a estrutura do Sistema Municipal de Ensino.

> ***"Art. 196 -*** *O Poder Executivo submeterá à apreciação da Câmara Municipal projeto de lei estruturando o sistema municipal de ensino que conterá, obrigatoriamente, a organização, administrativa e técnico-pedagógica do órgão municipal de educação e que institua:*
>
> *I - o plano de carreira do magistério municipal;*
> *II - o estatuto do magistério municipal;*
> *III - gestão democrática na forma da lei;*
> *IV - o plano anual e plurianual de educação;*
> *V - o plano plurianual de atendimento às creches."*

O Sistema de Ensino do Município de Porto Velho foi organizado pela Lei Complementar nº. 081/1998, de 11/11/98 e complementada pela Lei Complementar nº. 088 de 24/03/99.

O SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE PORTO VELHO COMPREENDE:

- As Instituições de ensino mantidas pelo poder público municipal;
- As Instituições de educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada;
- Os órgãos municipais de educação:
  - Secretaria Municipal de Educação;
  - Conselho Municipal de Educação;
  - Estabelecimentos públicos municipais de ensino;
  - Escolas de Música;
  - Bibliotecas Municipal.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



Secretaria Municipal de Educação – SEMED - Rua Aparício de Moraes, 3619
Setor Industrial - Porto Velho – Rondônia

A Secretaria Municipal de Educação, unidade orgânica de direção superior, diretamente subordinada ao Prefeito do Município de Porto Velho, compete formular, executar, coordenar e avaliar as políticas públicas de educação no âmbito municipal.

Tendo como princípio a atuação de forma eficiente e eficaz, oferecendo uma educação de qualidade a população do Município, articulando ações que consubstanciam na formação de um cidadão ético, crítico, com valores humanísticos e na construção de saberes voltados para o conhecimento técnico-científico e ecológico, cultural e artístico.

A Secretaria Municipal de Educação compete:

I – a formulação e execução das políticas educacionais do Município, elaborando de acordo com as diretrizes e metas governamentais os planos, programas, projetos e atividades técnico-pedagógicas, em todos os níveis de ensino, coordenando e avaliando as atividades técnico-pedagógicas, bem como, orientando e assistindo as unidades de ensino;

II – a manutenção, expansão, melhoria e modernização da rede de ensino, a promoção e apoio às atividades culturais recreativas e do desporto escolar, zelando pelo cumprimento das normas pertinentes à sua função institucional;

III – a organização e a divulgação de estudos, pesquisas, levantamento, relatórios e outras informações de interesse científico e educacional;

IV – a coordenação, controle e manutenção das ações educacionais no âmbito de sua área de atuação;

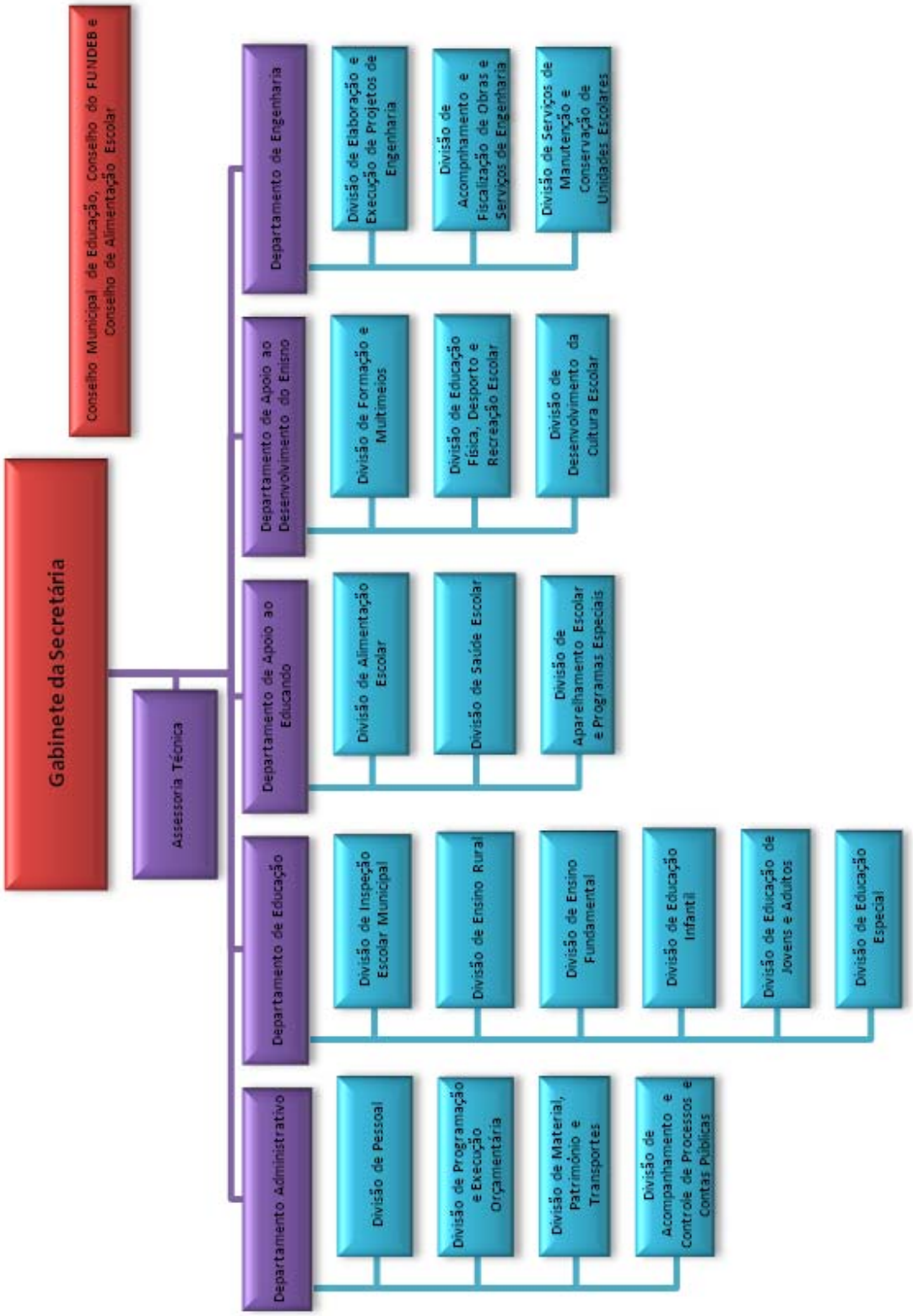
V – a articulação com os órgãos e unidades do Sistema Municipal de Ensino e Órgãos afins e o estímulo à participação comunitária no envolvimento das responsabilidades crescentes no processo de gestão de ensino;

- **ADMINISTRAÇÃO**

A gestão, no ano de 2011, ficou a cargo de Maria de Fátima Ferreira de Oliveira, pedagoga e funcionária de carreira da Secretaria Municipal de Educação de Porto Velho.

- **ORGANOGRAMA**

Lei Complementar nº 341 de 02/01/2009.



- **LEGISLAÇAO EDUCACIONAL**

a) Constituição Federal / Educação

A legislação brasileira, na área educacional, a rigor, apresentou um grande avanço com a promulgação da Constituição de 1988. O capítulo de educação nela inserido deu os rumos da legislação posterior, seja no âmbito dos estados, dos municípios e do Distrito Federal. A partir daí surgem novas leis para regulamentar os artigos constitucionais e estabelecer diretrizes para educação no Brasil.

b) *LDBEN* - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

Instituída em 20 de dezembro de 1996, promove a descentralização e a autonomia das escolas e universidades, além de permitir a criação de um processo regular de avaliação do ensino brasileiro. A LDB promove a autonomia também, dos sistemas de ensino e a valorização do professor e do magistério. Lei nº 9.394, de 20/12/96 - Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

c) *PNE*

O Plano Nacional de Educação (PNE) é um instrumento da política educacional que estabelece diretrizes, objetivos e metas para todos os níveis e modalidades de ensino, para a formação e valorização do magistério e para o financiamento e a gestão da educação, por um período de dez anos. Sua finalidade é orientar as ações do Poder Público nas três esferas da administração (União, estados e municípios), o que o torna uma peça-chave no direcionamento da política educacional do país.

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

O Conselho Municipal de Educação de Porto Velho, foi criado pela Lei Orgânica do Município de Porto Velho de 1990, implantado com base na Lei Complementar nº 071 de 21/10/1997 e regulado pela Lei Complementar nº 137, de 27/12/2001, sendo composto por 09 Conselheiros Titulares e 9 Suplentes.

Com a criação do Sistema Municipal de Ensino o município passou a ter autonomia para desenvolver a educação, segundo princípios e regras discutidos pela Sociedade Civil Organizada, através de seus representantes no Conselho Municipal de Educação, respeitando-se as normas vigentes nacionais, porém podendo atender as especificidades da educação municipal.

O CME tem caráter deliberativo, normativo, consultivo e fiscalizador do Sistema Municipal de Ensino. Tem competência para atuar na definição das políticas de educação escolar do município, elaborando propostas para o PME e para as Leis Orçamentárias Anuais e Plurianuais, aprovar o Plano Municipal de Educação - PME, Regimento e Bases Curriculares, fixar normas, autorizar, credenciar e supervisionar as instituições do Sistema Municipal de Ensino.

A composição dos membros do CME conforme Lei Complementar nº 137, de 27 de dezembro de 2001:

- 3 (três) Conselheiros escolhidos pelo Chefe do Executivo, para mandato de quatro ano;
- 1 (um) Conselheiro indicado pela Secretaria Municipal de Educação, para mandato de três anos;
- 1 (um) Conselheiro escolhido pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR, para mandato de dois anos;
- 1 (um) Conselheiro escolhido pelo Sindicato das Escolas Particulares, para mandato de dois anos;
- 1 (um) Conselheiro escolhido pelos Conselhos Escolares das escolas da rede de ensino público municipal, para mandato de três anos;

- 1 (um) Conselheiro escolhido pela Associação das Escolas Comunitárias e Filantrópicas do Município, para mandato de três anos;
- 1 (um) Conselheiro escolhido pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia, para mandato de dois anos;

Cada membro efetivo terá suplente, com igual tempo e mandato.

Estrutura Organizacional do CME

(Lei Complementar nº 137, de 27 de dezembro de 2001)

1. Presidência
2. Conselho Pleno
3. Câmaras
4. Departamento Técnico
5. Departamento Administrativo

Etapas e Modalidade de Ensino

A partir de 2005 a Secretaria Municipal de Educação – SEMED, passou a adotar em sua organização do ensino a seguinte nomenclatura:

ETAPA DE ENSINO	*FAIXA ETÁRIA PREVISTA*	*DURAÇÃO*
Educação Infantil Creche Pré-escola	**até 5 anos de idade** até 3 anos de idade 4 e 5 anos de idade	
Ensino Fundamental Anos iniciais Anos finais	**até 14 anos de idade** de 6 a 10 anos de idade de 11 a 14 anos de idade	**9 anos** 5 anos 4 anos
Educação de Jovens e Adultos - EJA Alfabetização 1º segmento 2º segmentos	**A partir de 15 anos**	As etapas da EJA são semestrais

Gestão democrática

Eleição de Diretores de Escolas

A prefeitura de Porto Velho, através da secretaria municipal de Educação (Semed), realiza a eleições diretas para escolha de diretores e vice-diretores em todas as Escolas da rede municipal. Os critérios para escolha dos gestores obedecem as determinações da Lei nº. 196 de 25 de novembro de 2004.

Conforme o Edital, somente poderão concorrer aos cargos os profissionais efetivos do quadro do magistério público municipal que estão exercendo a função na escola por período igual ou superior a um ano. Também é necessário que tenham disponibilidade de atendimento em todos os turnos de funcionamento da unidade de ensino, não estejam respondendo a processo administrativo, inquérito ou sindicância, bem como não tenham sofrido qualquer disciplina no triênio anterior à data de início das inscrições para as eleições.

Poderão votar para escolha dos gestores, os servidores municipais lotados nos estabelecimentos escolares (cada um em sua unidade), estudantes com idade a partir dos 12 anos, os pais ou responsáveis legais pelos alunos.

Historicamente as eleições diretas para escolha dos diretores têm sido uma das modalidades vista como das mais democráticas formas, por acreditar-se que o processo implica em uma retomada ou conquista de decisão sobre os destinos da escola por ela própria. Tal medida favorece o debate democrático na Escola, o compromisso e a sensibilidade política por parte do diretor, além de permitir a cobrança e a corresponsabilidade de toda a comunidade escolar que participa do processo de escolha.

As eleições para o triênio 2011-2013, foi realizada em 03 de dezembro de 2010, com posse em 13 de abril de 2011. Foram empossados diretores e vice-diretores de 76 escolas municipais, num total de cento e setenta pessoas, sendo 47 Escolas da área Urbana e 29 da zona Rural do município.

Conselhos Escolares

Foi realizado o “Encontro de Fortalecimento dos Conselhos Escolares”, dia 09 de novembro de 2011, Coordenado pelo Programa de Gestão Democrática, da Secretaria Municipal de Ensino (Semed), o evento reuniu mais de 228 participantes no Teatro Banzeiros, entre conselheiros da capital e da zona rural.

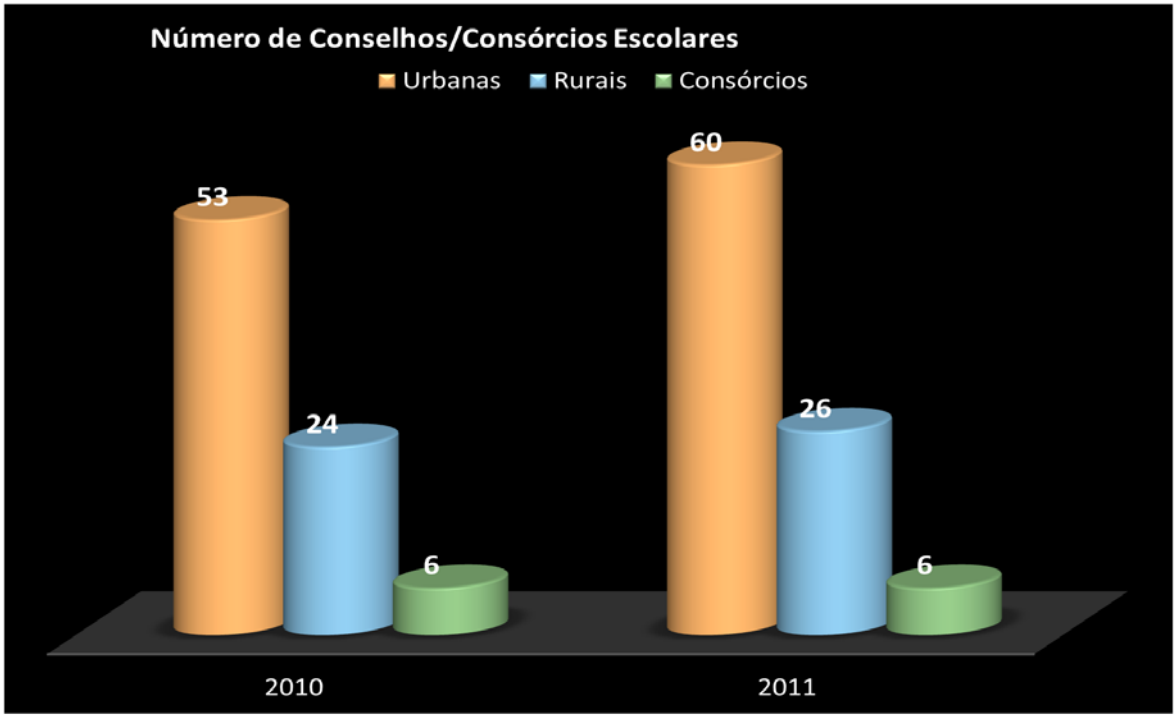
A discussão é necessária para sensibilizar os membros dos conselhos escolares sobre a importância deles fazerem o acompanhamento do desenvolvimento pedagógico da escola, debate que deve envolver a participação da comunidade escolar e local, assim como também a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico do estabelecimento. Proporcionando a reflexão sobre o papel do conselho escolar, sua função política, social, pedagógico, bem como ampliar a participação dos conselheiros na gestão administrativa, financeira de maneira compartilhada e responsável. Demonstrar que o conselho não existe apenas para gerir os recursos da escola. O foco principal dele deve ser no ensino.

- **Temas:**
  - Atribuições e o Significado Político e Social dos Conselhos Escolares” palestrado por Ângela Viriato Ortiz Alves;
  - Os Conselhos Escolares e a Conquista da Autonomia pela Escola: Um Relato de Experiência em Alta Floresta D’oeste”, palestra ministrada por Ana Maria Zimmer.
  - Apresentação pelos participantes
  - Experiências exitosas.

Atualmente, existem em Porto Velho 86 conselhos escolares instituídos individualmente e seis formados por meio de consórcio. São compostos por representantes da comunidade escolar, que têm como atribuição deliberar sobre questões político-pedagógica, administrativa e financeira, no âmbito escolar. O conselho escolar é a instância decisiva e indispensável para o processo de construção de uma educação de qualidade social e comprometida com a emancipação das pessoas e com a redemocratização da sociedade.

No Município os Conselhos Escolares, são organizados da seguinte forma:

ESCOLAS COM ATÉ 15 TURMAS COMPOSIÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR – 08 MEMBROS	ESCOLAS DE 16 A 30 TURMAS COMPOSIÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR – 12 MEMBROS
1. DIRETORIA EXECUTIVA **Presidente(a)** **Vice-presidente(a)** **Secretário(a)** **2.** DIRETORIA DE EXECUÇÃO FINANCEIRA **Diretor:** **3.** DIRETORIA ARTICULAÇÃO PEDAGÓGICA **Diretor:** **4.** CONSELHO FISCAL **Presidente(a)** **1º Membro:** **2º Membro:**	**1.DIRETORIA EXECUTIVA** Presidente(a) Vice-presidente(a) Secretário(a) **2.DIRETORIA DE EXECUÇÃO FINANCEIRA** Diretor(a) Vice-diretor(a) Secretário(a) **3.COMISSÃO DE ARTICULAÇÃO POLÍTICO-PEDAGÓGICA** Coordenador(a) Secretário(a) **4.CONSELHO FISCAL** Presidente(a) Vice-presidente(a) 1º Secretário(a) 2º Secretário(a)
ESCOLAS DE 31 A 50 TURMAS COMPOSIÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR – 16 MEMBROS	**ESCOLAS COM MAIS DE 50 TURMAS COMPOSIÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR – 20 MEMBROS**
1. DIRETORIA EXECUTIVA **Presidente(a)** **Vice-presidente(a)** **1º Secretário** **2º Secretário** **2. DIRETORIA DE EXECUÇÃO FINANCEIRA** **Diretor(a)** **Vice-diretor(a)** **Secretário(a)** **Membro** **3. COMISSÃO DE ARTICULAÇÃO POLÍTICO-PEDAGÓGICA** **Coordenador(a)** **Secretário(a)** **4.** COMISSÃO DE LÍDERES ESTUDANTIS **1º Membro** **2º Membro** **5.** CONSELHO FISCAL **Presidente(a)** **Vice-presidente(a)** **1º Secretário(a)** **2º Secretário(a)**	**1. DIRETORIA EXECUTIVA** Presidente(a) Vice-presidente(a) 1º Secretário 2º Secretário **2. DIRETORIA DE EXECUÇÃO FINANCEIRA** Diretor(a) Vice-diretor(a) Secretário(a) Membro **3. COMISSÃO DE ARTICULAÇÃO POLÍTICO-PEDAGÓGICA** Coordenador(a) Secretário(a) Membro Membro **4. COMISSÃO DE LÍDERES ESTUDANTIS** 1º Membro 2º Membro **5. CONSELHO FISCAL** Presidente(a) Vice-presidente(a) 1º Secretário(a) 2º Secretário(a) Membro Membro



- Os 6 Consórcios = 22 escolas
- 76,60 % das escolas da rede possuem Conselhos/Consórcios
- Zona Urbana – 100%; - Zona Rural – 59,25%
- Dia 09/11/2011 - 228 participantes

Plano Municipal de Educação

TRAJETÓRIA DA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

A Lei Nº. 10.172, de 09 de janeiro de 2001, que aprova o Plano Nacional de Educação e determina ao Distrito Federal, aos Estados e aos Municípios a elaboração de planos decenais correspondentes, não definiu prazo para a elaboração dos planos municipais de educação. Diante deste fato, a exemplo de várias outras secretarias de educação no país, em 2005, quando esta gestão assumiu a Secretaria Municipal de Educação de Porto Velho, constatou a não elaboração, de maneira participativa, de um plano decenal de educação para o Município. Compreendendo que a referida Lei atende o que preconiza a Constituição

Federal de 1988, no seu art. 214 e 227, bem como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seus artigos 10 e 87, esta Secretaria Municipal de Educação definiu, em seu Planejamento Estratégico Participativo – 2005 a 2008, como um dos resultados a serem alcançados, a consolidação da gestão democrática na educação no município de porto velho, tendo como ação prioritária a elaboração, aprovação e operacionalização do Plano Municipal de Educação de forma coletiva e participativa. Para atingir essa meta foram desenvolvidas as seguintes ações:

- Realização do Seminário "Plano Municipal de Educação em Processo de Construção Coletiva no Município de Porto Velho", no dia 09 de abril de 2005, com o objetivo de iniciar um processo de discussão, envolvendo diferentes segmentos da sociedade, sobre a importância da Construção Coletiva do Plano Municipal de Educação;
- Realização do "I Seminário sobre Financiamento da Educação Pública", nos dias 17 e 18 de junho de 2005, com o objetivo de fornecer instrumental necessário para uma melhor fiscalização dos recursos destinados à educação, fontes alternativas de financiamento e parâmetros de ação visando o debate da melhoria da qualidade do ensino.

Com a realização desses seminários para sensibilização e mobilização da sociedade para a elaboração do PME, iniciou-se, a partir do dia 15 de julho de 2005, o processo de organização dos trabalhos, cumprindo a seguinte programação:

- Discussão do orçamento da Educação no município de Porto Velho, conduzida por técnicos da SEMFAZ e SEMPLA;
- Apresentação do Roteiro de elaboração do PME;
- Apresentação do que dispõe a Lei 10.172/2001;
- Definição da Metodologia de trabalho para elaboração do PME: "Comissão ou Fórum", com a opção dos presentes pela composição de um fórum municipal de educação para elaboração do PME.
- Constituição das Câmaras Temáticas e definição de agenda de reuniões do Fórum.

Compuseram o Fórum as seguintes Câmaras Temáticas: Educação Infantil; Educação de Jovens e Adultos; Educação Especial; Ensino Fundamental; Ensino Profissionalizante e Superior; Valorização Profissional; Educação do Campo; Educação a Distância e Tecnologias Educacionais; Financiamento e Gestão.

A partir de então, o fórum realizou trabalhos cumprindo a seguinte programação:

Reuniões Gerais do Fórum com o objetivo de:

- Socializar os trabalhos realizados pelas Câmaras Temáticas;
- Apresentar o Planejamento Estratégico da SEMED às instituições que compõem o fórum;
- Apresentar, discutir e deliberar sobre a Minuta de Lei que dispõe sobre a criação do Fórum Permanente para elaboração, discussão, acompanhamento e avaliação do Plano Municipal de Educação no âmbito do Município de Porto Velho-RO. O Fórum Permanente de Educação foi instituído através da Lei Complementar nº. 273, de 27 de dezembro de 2006.
- Apresentar e discutir os Aspectos Geográficos e Demográficos do Município de Porto Velho, pelo departamento de Geografia/UNIR.
- Apresentar e discutir os Aspectos Históricos do Município de Porto Velho pelo Departamento de História/UNIR.
- Debater sobre a importância da elaboração de um Plano Diretor para os municípios;

Além das Reuniões Gerais do Fórum, aconteceram também Reuniões das Câmaras Temáticas, de caráter técnico, para a realização de estudo e elaboração da versão preliminar do PME. Estas reuniões ocorreram mensal ou quinzenalmente, a critério de cada câmara. Várias instituições foram convidadas a compor o Fórum Municipal de Educação, tendo formalizado sua participação:

Durante o processo de adesão ao Fórum não houve apresentação de representantes das instituições para composição das Câmaras Temáticas de Ensino Profissionalizante e Superior e Educação a Distância e Tecnologias Educacionais. Diante disso, do Fórum concluíram por inserir os objetivos, diretrizes e metas referentes a essas áreas nas demais câmaras temáticas, objetivando não retardar o processo de construção do Plano Municipal de Educação.

Para a realização de suas atividades, essas câmaras receberam um Plano de Trabalho que consistia em:

1. Estudo do Roteiro “Como elaborar o Plano Municipal de Educação” de autoria de João Monlevad;

2. Estudo do Plano Nacional de Educação;

3. Estudo do Livro: “Plano Municipal de Educação - Fazer para Acontecer” de João A. Monlevade;

4. Análise de Planos Municipais de outros municípios;

5. Elaboração do Histórico e Diagnóstico por Câmara temática;

6. Elaboração de proposta de Diretrizes e Metas.

7. Elaboração das diretrizes e metas por Câmara Temática para composição da versão preliminar do PME;

A partir desses estudos, elaboraram-se uma versão preliminar do Plano Municipal de Educação que teve por objetivo subsidiar as discussões, debates e proposições para realização da Conferência Municipal de Educação. Essa Conferência ocorreu em quatro etapas:

- 1ª etapa na escola: encontros realizados na primeira quinzena de setembro de 2007, onde ocorreram discussões com a comunidade escolar e escolha de delegados e delegadas para participarem das conferências preliminares;
- 2ª etapa: realização da conferência municipal de educação do campo.
- 3ª etapa: realização de conferências preliminares, por pólos na área urbana e por núcleos na área rural, com a participação de delegados e delegadas das escolas e definição de delegados e delegadas para participarem da conferência municipal de educação. As Conferências Preliminares ocorreram no período de 18 a 21 de setembro de 2007;
- 4ª etapa: realização da conferência municipal de educação, com a participação de delegados e delegadas eleitas nas conferências preliminares com o objetivo de definir a versão final do Plano Municipal de Educação, que se configura como proposta do Fórum Municipal de Educação à Câmara dos Vereadores.

Considerando que as etapas realizadas para a Construção do Plano foram um sucesso, porém, não foi encaminhado a Câmara de Vereadores, restou a gestão aguardar os debates e deliberações da Conferência Nacional de Educação e apresentação do Projeto de Lei do novo Plano Nacional de Educação 2011-2022, objetivando adequar as diretrizes e metas do Plano Municipal as discussões Nacionais.

Realização de 03 encontros para definir, a partir de um diagnóstico da realidade educacional do município de Porto Velho, um conjunto de propostas para o Plano Municipal de Educação – (2011 – 2020)

Retornando as discursões para finalização e implantação do Plano Municipal de Educação, a Secretaria Municipal de Educação promoveu a realização de 03 encontros para definir, a partir de um diagnóstico da realidade educacional do município de Porto Velho, um conjunto de propostas para o Plano Municipal de Educação – (2011 – 2020), dele participaram Gestores das Escolas Municipais, Técnicos da SEMED e Conselho Municipal de Educação.

- Participantes: Gestores das Escolas Municipais, Técnicos da SEMED e Conselho Municipal de Educação

O Plano foi concluído a partir de um grande debate com os trabalhadores da educação, tendo o cuidado em contemplar as discussões do documento preliminar do PNE. Nesse momento encontra-se no Conselho Municipal de Educação para análise e posterior envio a Câmara Municipal.

Programa de Apoio Financeiro as Escolas Municipais - PROAFEM -

Programa de Apoio Financeiro às Escolas Municipais – PROAFEM, instituído pelo Decreto nº 8.621, de 04 de julho de 2002, para proporcionar às unidades escolares da Rede Municipal de Ensino condições necessárias para a manutenção e conservação dos prédios escolares, em face dos recursos financeiros a elas destinados.

Em 2011, para atender as necessidades das escolas, foi realizada a alteração do Decreto n° 8.621, de 04/07/2002, instituindo uma 5ª parcela.

Criação da 5ª Parcela, levando-se em consideração:

- Metragem da Escola
- Atividades no contra turno e/ou finais de semana
- Turnos de Funcionamento
- Inclusão das Escolas de Músicas

A alteração do Decreto, proporcionou um aporte financeiro de **R$ 3.968.005,00.**



Critérios:

1. 1ª a 4ª Parcelas:

- Censo Escolar do ano imediatamente anterior, por modalidade e nível de ensino;
- a existência da Unidade Executora (Conselho Escolar, Associação de Pais e Professores e/ou Consórcios Escolares).

2. 5ª Parcela:

- a metragem da escola, atividades no contra turno e/ou final de semana e horários de atendimento.

Base de cálculo:

a) 1ª a 4ª Parcelas:

- O custo/aluno terá por base o valor de R$ 3,50 (três reais e cinquenta centavos) mensais para cada aluno matriculado na escola.

b) 5ª Parcela:

II – O custo terá por base:

VALORES DE MULTIPLICAÇÃO DA 5ª PARCELA DO FUNDEB			
DESCRIÇÃO	VALOR	DESCRIÇÃO	VALOR
VALOR M2	R$ 12,00	TURNO DE FUNCIONAMENTO	
ESCOLAS DE ATÉ 50 M2	R$ 8,00		
ESCOLAS DE 51 M2 A 100 M2	R$ 4,60	ESCOLAS QUE FUNCIONAM EM 01 TURNO	R$ 2,00
ESCOLAS DE 101 M2 A 150 M2	R$ 3,00		
ESCOLAS DE 151 M2 A 200 M2	R$ 2,60		
ESCOLAS DE 301 M2 A 400 M2	R$ 1,80	ESCOLAS QUE FUNCIONAM EM 02 TURNOS	R$ 1,50
ESCOLAS DE 401 M2 A 500 M2	R$ 1,40		
ESCOLAS DE 501 M2 A 600 M2	R$ 1,10		
ESCOLAS DE 1001 M2 A 1500 M2	R$ 0,73	ESCOLAS QUE FUNCIONAM EM 03 TURNOS	R$ 1,20
ESCOLAS COM + DE 1500 M2	R$ 0,60		
ATIVIDADES NO CONTRA TURNO E/OU FINAL DE SEMANA	R$ 2,00		

Destinação dos Recursos:

a) 1ª a 4ª Parcela:

- manutenção e conservação dos prédios escolares, mobiliários e equipamentos;
- aquisição de material, inclusive equipamentos e materiais permanentes, prioritários ao desenvolvimento do processo educativo;
- aquisição ou reprodução de material didático-pedagógico;
- telefone e provedor de internet;
- taxas, emolumentos e outras despesas administrativas para escrituração e/ou registro de Unidades Executoras;
- apoio ao desenvolvimento de atividades educativas diversas.

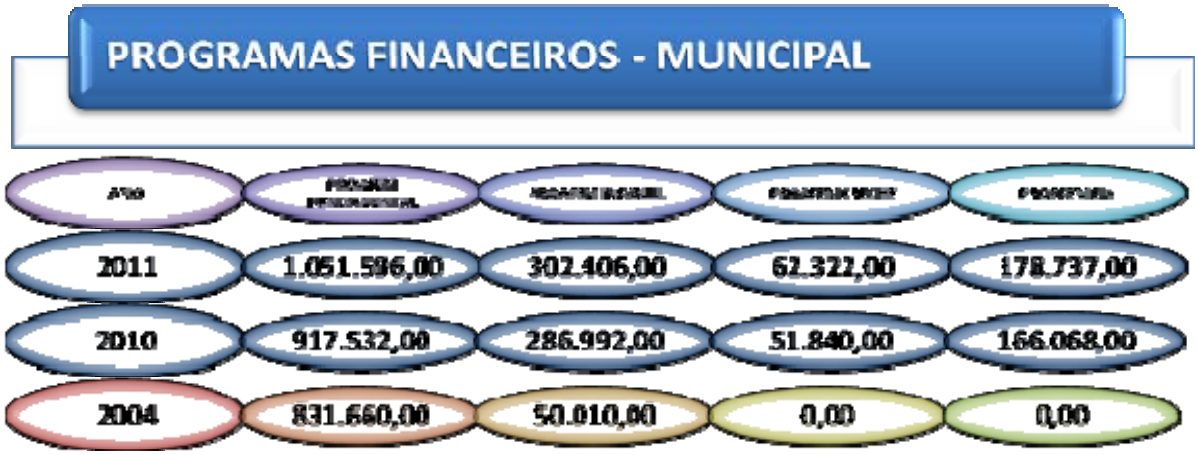
b) 5ª Parcela:

- manutenção e reparos na estrutura física da escola (telhado, calçada e piso);
- Pintura;
- reparos na rede elétrica;
- reparos na rede hidráulica;
- reparos e instalação de rede lógica;

Até o ano de 2010, o valor per-capta por aluno era de R$ 3,00 (três reais), no ano de 2011, a partir do mês de julho, foi realizado um aporte de R$ 0,50 (cinquenta centavos) na per-capta por aluno.

Isto caracterizou um aporte de:

- Educação Infantil: R$ 23.262,00
- Creche: R$ 4.794,00
- Ensino Fundamental: R$ 80.892,00
- Educação de Jovens e Adultos: R$ 13.749,00



Podemos verificar que em até 2004, o PROAFEM era destinado apenas ao Ensino Fundamental e a Educação Infantil.

Valores sem o aporte da 5ª Parcela em 2011:



Recursos Recebidos Por Escola da 1ª a 4ª Parcela

1 – Creche

ORDEM	UNIDADE EXECUTORA (CONSELHO ESCOLAR)	Número Alunos	Valor
1	E.M.E.I. Alegria	119	**4.641,00**
2	E.M.E.I.E.F. Auta de Souza	39	**1.521,00**
3	E.M.E.I. Castanheira	32	**1.248,00**
4	E.M. E I.E.F Dr. Tancredo A. Neves	79	**3.081,00**
5	E.M.E.I.E.F Encanto do Ipê	42	**1.638,00**
6	E.M. E I.E.F Esperança	17	**663,00**
7	E.M.E.I.E.F. Estrela do Amanhã	29	**1.131,00**
8	E.M.E.I.E.F. Flor do Piquiá	64	**2.496,00**
9	E.M. E.I.E.F Jornalista Fernando Escariz	75	**2.925,00**
10	E. M.E.I.E.F. Meu Pequeno Jones	192	**7.488,00**
11	E.M. E.I. Moranguinho	115	**4.485,00**
12	E.M. E I.E.F Pequeno Polegar	26	**1.014,00**
13	E.M.E.I. Sementes do Araçá	83	**3.237,00**
14	E.M.E.I.E.F. Vôo da Juriti	89	**3.471,00**
15	BELEZAS DO BURITI	31	**1.209,00**
16	EMEF; FRANCISCO E. NEGREIROS	99	**3.861,00**
17	EMEF NOVA REPÚBLICA	24	**936,00**
18	EMEIEF PE DE MURICI	39	**1.521,00**
19	EMEIEF PEQUENO MESTRE	30	**1.170,00**
20	EMEIEF PINGO DE GENTE	68	**2.652,00**
21	SANTA MARGARIDA	19	**741,00**
22	EMEIEF SOM DA CRAVIOLA	61	**2.379,00**
23	EMEIEF TARUMÃ	26	**1.014,00**
24	EMEF AREAL DA FLORESTA	72	**2.808,00**
25	E.M. E I.E.F Vovó Helena	128	**4.992,00**
Total		**1.598**	**62.322,00**

2 – Pré- Escola

ORDEM	UNIDADE EXECUTORA (CONSELHO ESCOLAR)	Número Alunos	Valor
1	EMEIEF 12 DE OUTUBRO	423	16.497,00
2	EMEF AREAL DA FLORESTA	194	7.566,00
3	EMEF AUTA DE SOUZA	60	2.340,00
4	BELEZAS DO BURITI	100	3.900,00
5	EMEI CASTANHEIRA	425	16.575,00
6	CORA CORALINA	43	1.677,00
7	EMEIEF Dr.TANCREDO DE A. NEVES	559	21.801,00
8	EMEF; FRANCISCO E. NEGREIROS	395	15.405,00
9	EMEIEF ENCANTO DO IPÊ	82	3.198,00
10	EMEIEF ESPERANÇA	359	14.001,00
11	EMEIEF ESTRELA DO AMANHÃ	177	6.903,00
12	EMEF JORN. FERNANDO ESCARIZ	554	21.606,00
13	EMEF FLOR DO PIQUIÁ	424	16.536,00
14	EMEIEF GUADALUPE	81	3.159,00
15	EMEIEF KRYS DAMARIS	190	7.410,00
16	EMEF NACIONAL	64	2.496,00
17	EMEF NOVA REPÚBLICA	53	2.067,00
18	EMEF NOSSA SENHORA DE NAZARÉ	28	1.092,00
19	EMEIEF PADRE GEOVANI MENDES	46	1.794,00
20	EMEIEF PE DE MURICI	102	3.978,00
21	EMEIEF PEQUENO MESTRE	260	10.140,00
22	EMEIEF PEQUENO POLEGAR	73	2.847,00
23	EMEIEF PEQUENOS TALENTOS	241	9.399,00
24	EMEF PEDRO TAVARES BATALHA	68	2.652,00
25	EMEIEF PINGO DE GENTE	216	8.424,00
26	SANTA MARGARIDA	81	3.159,00
27	EMEI SEMENTES DO ARAÇÁ	259	10.101,00
28	EMEIEF SOM DA CRAVIOLA	39	1.521,00
29	EMEIEF TARUMÃ	168	6.552,00
30	EMEIEF. TUCUMÃ	50	1.950,00

ORDEM	UNIDADE EXECUTORA (CONSELHO ESCOLAR)	Número Alunos	Valor
31	EMEIEF VÔO DA JURITI	722	28.158,00
32	EMEFM 13 DE MAIO	58	2.262,00
33	EMEF JOSÉ A.DA SILVA	28	1.092,00
34	EMEFM HENRIQUE DIAS	35	1.365,00
35	EMEF JOÃO AFRO VIEIRA	31	1.209,00
36	EMEF. MARIA DO CARMO RIBEIRO	21	819,00
37	EMEF MARECHAL RONDON	17	663,00
38	EMEF DRA. ANA ADELAIDE GRANGEIRO	41	1.599,00
39	EMEIEF JOAQUIM VICENTE RONDON	57	2.223,00
40	EMEIEF BOM PRINCIPIO	144	5.616,00
41	CONS. ESCO. DAS ESC. MUNICIPAIS FRANCISCO SALES, PROGRESSO	20	780,00
42	EMEI ALEGRIA	145	5.655,00
43	EMEIEF MEU PEQUENO JONES	334	13.026,00
44	EMEI MORANGUINHO	95	3.705,00
45	E.M.E.I.E.F Vovó Helena	192	7.488,00
TOTAL		**7.754**	**302.406,00**

3 – Ensino Fundamental

ORDEM	UNIDADE EXECUTORA (CONSELHO ESCOLAR)	Número de Alunos	Valor
1	EMEF ANTÔNIO AUGUSTO VASCONCELOS	217	**8.463,00**
2	EMEF ANTÔNIO FERREIRA DA SILVA	425	**16.575,00**
3	EMEF BOM PRINCÍPIO	488	**19.032,00**
4	EMEF CHAPEUZINHO VERMELHO	327	**12.753,00**
5	EMEF CORA CORALINA	902	**35.178,00**
6	EMEF DEIGMAR MORAES DE SOUZA	357	**13.923,00**
7	EMEF DRA. ANA ADELAIDE GRANGEIRO	208	**8.112,00**
8	EMEF ENG. WADIH DARWICH ZACARIAS	773	**30.147,00**
9	EMEF ERMELINDO MONTEIRO BRASIL	386	**15.054,00**
10	EMEF FLOR DO PIQUIÁ	653	**25.467,00**
11	EMEF FLORIANO PEIXOTO	96	**3.744,00**
12	EMEF FRANCISCO ELENILSON NEGREIROS	396	**15.444,00**
13	IME FRANCISCO ERSE	509	**19.851,00**
14	EMEF FRANCISCO ERSE(RURAL)	183	**7.137,00**
15	EMEFM HENRIQUE DIAS	652	**25.428,00**
16	EMEF JERUSALÉM DA AMAZÔNIA	81	**3.159,00**
17	EMEFM JOAQUIM VICENTE RONDON	1.304	**50.856,00**
18	EMEF JOÃO AFRO VIEIRA	129	**5.031,00**
19	EMEF JOÃO RIBEIRO SOARES	458	**17.862,00**
20	EMEF JORNALISTA FERNANDO ESCARIZ	167	**6.513,00**
21	EMEF JOSÉ A. DA SILVA	162	**6.318,00**
22	EMEF JOSÉ DE FREITAS	343	**13.377,00**
23	EMEF MARECHAL RONDON	149	**5.811,00**
24	EMEF MANOEL APARÍCIO NUNES ALMEIDA	641	**24.999,00**
25	EMEF PROF. MARIA IZAURA DA C. CRUZ	683	**26.637,00**
26	EMEF NOSSA SENHORA APARECIDA	93	**3.627,00**
27	EMEF NOSSA SENHORA DE NAZARÉ	387	**15.093,00**
28	EMEF NACIONAL	467	**18.213,00**
29	EMEF PADRE CHIQUINHO	422	**16.458,00**
30	EMEF PINGO DE GENTE	364	**14.196,00**
31	EMEF PROF. ANTÔNIO AUGUSTO R. CHAGAS	211	**8.229,00**
32	EMEF PEDRO TAVARES BATALHA	488	**19.032,00**
33	EMEF PROF. ESTELA ARAÚJO COMPASSO	516	**20.124,00**
34	EMEF PROF. MARIA JACIRA F. DE CARVALHO	453	**17.667,00**
35	EMEF PROFª MARIA DO CARMO RIBEIRO	163	**6.357,00**
36	EMEF RAIMUNDO AGOSTINHO DA SILVA	299	**11.661,00**
37	EMEF RIO GUAPORÉ	340	**13.260,00**
38	EMEF RIO MADEIRA	295	**11.505,00**
39	EMEF SÃO MIGUEL	506	**19.734,00**
40	EMEF SÃO PEDRO	457	**17.823,00**

ORDEM	UNIDADE EXECUTORA (CONSELHO ESCOLAR)	Número de Alunos	Valor
41	EMEF SAUL BENNESBY	478	**18.642,00**
42	EMEF SENADOR DARCY RIBEIRO	689	**26.871,00**
43	EMEF SENADOR OLAVO PIRES	392	**15.288,00**
44	EMEF ULISSES SOARES FERREIRA	584	**22.776,00**
45	EMEF VISTA ALEGRE	73	**2.847,00**
46	EMEF AUTA DE SOUZA	263	**10.257,00**
47	EMEIEF BROTO DO AÇAÍ	282	**10.998,00**
48	EMEIEF COR DE JAMBO	264	**10.296,00**
49	EMEIEF GUADALUPE	266	**10.374,00**
50	EMEF AREAL DA FLORESTA	129	**5.031,00**
51	EMEIEF DR. TANCREDO DE A. NEVES	346	**13.494,00**
52	EMEIEF ESPERANÇA	25	**975,00**
53	EMEIEF JOAQUIM VICENTE RONDON	431	**16.809,00**
54	EMEIEF MARIA CASAROTO ABATI	595	**23.205,00**
55	EMEIEF MEU PEQUENO JONES	72	**2.808,00**
56	EMEIEF PADRE GEOVANI MENDES	334	**13.026,00**
57	EMEIEF VÔO DA JURITI	546	**21.294,00**
58	EMEIEF VOVÓ HELENA	29	**1.131,00**
59	EMEF 03 DE DEZEMBRO	1.281	**49.959,00**
60	EMEF FLAMBOYANT - ANTIGA 8 DE MARÇO	484	**18.876,00**
61	EMEIEF 12 DE OUTUBRO	571	**22.269,00**
62	EMEFM 13 DE MAIO	553	**21.567,00**
63	EMEF OLIMPIA SALVATORE	102	**3.978,00**
64	EMEF TUCUMÃ	167	**6.513,00**
65	EMEIF PE DE MURICI	180	**7.020,00**
65	EMEIEF PE DE MURICI	180	**7.020,00**
66	EMEIF SANTA MARGARIDA	52	**2.028,00**
67	EMEIEF SOM DA CRAVIOLA	106	**4.134,00**
68	EMEIEF TARUMA	73	**2.847,00**
69	EMEIEF BELEZA DO BURITI	103	**4.017,00**
70	EMEIEF CASTANHEIRA	147	**5.733,00**
71	EMEF BARAO DO RIO BRANCO	40	**1.560,00**
72	EMEF RIO VERDE	19	**741,00**
73	EMEF 04 DE AGOSTO	120	**4.680,00**
74	CONSELHO ESCOLAR DAS ESCOLAS MUNICIPAIS BOHEMUNDO, FRANCISCO SALES,PROGRESSO, SANTO ANTÔNIO, UNIÃO E VALE DO JAMARI.	192	**7.488,00**
75	CONSELHO ESCOLAR DAS ESCOLAS DA CONSER/BR: NILO PEÇANHA, MARIA QUEIROZ A. DE OLIVEIRA, MANOEL PEDRO PEREIRA, ODÍLIA PEREIRA DE OLIVEIRA	280	**10.920,00**
76	CONSELHO ESCOLAR DAS ESCOLAS MUNICIPAIS GEDOCY RUAS WOLFF, NOVO ORIENTE, BEM AVENTURANÇA E JOSÉ FERREIRA.	58	**2.262,00**
77	CONSELHO ESCOLAR DAS ESCOLAS MUNICIPAIS BAIXA VERDE, SÃO CARLOS, 15 DE NOVEMBRO, EXTENSÃO DA UNIÃO DA VITÓRIA.	56	**2.184,00**
78	CONSELHO ESCOLAR DAS E.M.E.F. ANÍBAL MARTINS, LEOCÁDIO PARDO, FRANCISCO BRAGA, SÃO LUIZ GONZAGA E VIDAL DE NEGREIROS.	167	**6.513,00**
79	CONSELHO ESCOLAR DAS E.M.E.F. DR. RENATO MEDEIROS, PROFª ALZIRA FALCÃO, PROFª MARIA ANGÉLICA Q. DE OLIVEIRA.	85	**3.315,00**
TOTAL		**26.964**	**1.051.596,00**

4 – Educação de Jovens e Adultos

ORDEM	UNIDADE EXECUTORA (CONSELHO ESCOLAR)	Número de Alunos	Valor
1	E.M.E.F. 12 de Outubro	47	1.833,00
2	E.M. E .F Antônio Ferreira da Silva	152	5.928,00
3	E.M.E.F. Bom Princípio	43	1.677,00
4	E.M.E.F. Chapeuzinho Vermelho	59	2.301,00
5	I.M.E.F Eng. Francisco Erse	123	4.797,00
6	E.M.E.F. Wadih Darwich Zacarias	253	9.867,00
7	E.M.E.F. Prof. Estela de Araújo Compasso	45	1.755,00
8	E.M.E.F. Francisco Chiquilito Erse	18	702,00
9	E.M.E.F. Henrique Dias	77	3.003,00
10	E.M.E.I.E.F Flor do Piquiá	30	1.170,00

ORDEM	UNIDADE EXECUTORA (CONSELHO ESCOLAR)	Número de Alunos	Valor
11	E.M. E.F Joaquim Vicente Rondon	699	27.261,00
12	E.M.E.F. Manoel Aparício	120	4.680,00
13	E. M.E.F. Maria Isaura da Costa Cruz	211	8.229,00
14	E.M. E .F Nacional	80	3.120,00
15	E.M. E .F Padre Chiquinho	222	8.658,00
16	E.M.E.F. Pingo de Gente	166	6.474,00
17	E.M.E.F. Prof. Antônio Augusto Rabelo Chagas	79	3.081,00
18	E.M. E .F Pedro Tavares Batalha	98	3.822,00
19	E.M.E.F. Rio Guaporé	17	663,00
20	E.M.E.F. Rio Madeira	111	4.329,00
21	E.M.E.F. São Miguel	102	3.978,00
22	E.M. E.F. São Pedro	165	6.435,00
23	E.M.E.F Senador Darcy Ribeiro	278	10.842,00
24	E.M. E .F Senador Olavo Gomes Pires	144	5.616,00
25	E.M.E.F. Ulisses Soares Ferreira	197	7.683,00
26	E.M.E.F. 03 de Dezembro	214	8.346,00
27	E.M.E.F. Cora Coralina	196	7.644,00
28	E.M.E.F. João Afro Vieira	14	546,00
29	E.M.E.I.E.F. Gov. Joaquim Vicente Rondon	160	6.240,00
30	E.M.E.F. Nossa Senhora Aparecida	19	741,00
31	E.M.E.F. 13 de Maio	88	3.432,00
32	E.M.E.F. Barão do Rio Branco	18	702,00
33	E.M.E.F. José Augusto da Silva	136	5.304,00
34	E.M.E.I.E.F Maria Casaroto Abati	101	3.939,00
35	Esccola Maria de Lourde	12	468,00
36	E.M.E.F. Maria Jacira de Carvalho	89	3.471,00
Total		**4.583**	**178.737,00**

Recursos Recebidos Por Escola da 5ª Parcela

ESCOLAS RURAIS			
Ordem	**Escola**	**Metragem**	**Total**
1	EMEF ANIBAL MARTINS	60,45	**6.674,00**
2	EMEF FRANCISCO BRAGA	334,05	**21.646,00**
3	EMEF LEOCÁDIO PARDO	254,87	**15.904,00**
4	EMEF SÃO LUIZ GONZAGA	172,15	**12.395,00**
5	EMEF BAIXA VERDE	70,00	**7.728,00**
6	EMEF SÃO CARLOS	70,00	**7.728,00**
7	EMEF UNIÃO DA VITÓRIA	27,00	**5.184,00**
8	EMEF MANOEL PEDRO PEREIRA	175,50	**12.636,00**
9	EMEF MARIA ANGÉLICA DE Q DE OLIVEIRA (BR)	134,26	**9.667,00**
10	EMEF BEM AVENTURANÇA	92,00	**10.157,00**
11	EMEF GEDOCY RUAS WOLFF	70,00	**7.728,00**
12	EMEF JOSE FERREIRA	102,42	**7.374,00**
13	EMEF BOHEMUNDO ALVARES AFONSO	169,08	**12.174,00**
14	EMEF FRANCISCO SALES DE OLIVEIRA	92,00	**10.157,00**
15	EMEF PROGRESSO	242,66	**15.142,00**
16	EMEF VALE DO JAMARI	203,26	**12.683,00**
17	EMEF SANTO ANTONIO I	377,86	**16.324,00**
18	EMEF UNIÃO	191,81	**13.810,00**
19	EMEF DR RENATO MEDEIROS	72,00	**7.949,00**
20	EMEF PROF ALZIRA FALCÃO	172,15	**12.395,00**
21	EMEF PROF MARIA A. QUEIROZ	90,00	**9.936,00**
22	EMEF VIDAL DE NEGREIROS	80,07	**8.840,00**
23	EMEF 03 DEZEMBRO	956,00	**82.598,00**
24	EMEF 04 DE AGOSTO	860,35	**30.973,00**
25	EMEF 13 DE MAIO	1.385,62	**87.394,00**
26	EMEF ANA ADELAIDE	538,64	**42.660,00**
27	EMEF ANTONIO AUGUSTO VASCONCELOS	1.373,01	**36.083,00**
28	EMEF BARÃO DO RIO BRANCO	863,06	**20.713,00**
29	EMEF CORA CORALINA	1.048,08	**66.105,00**
30	EMEF DEIGMAR MORAES DE SOUZA	717,29	**51.645,00**

ESCOLAS RURAIS			
Ordem	**Escola**	**Metragem**	**Total**
31	EMEF ERMELINDO MONTEIRO BRASIL	511,77	**40.532,00**
32	EMEF FRANCISCO JOSÉ CHIQUILITO COIMBRA ERSE	860,35	**37.167,00**
33	EMEF HENRIQUE DIAS	715,38	**61.809,00**
34	EMEF JERUSALÉM DA AMAZÔNIA	120,00	**12.960,00**
35	EMEF JOÃO AFRO VIEIRA	488,26	**59.060,00**
36	EMEF JOSÉ AUGUSTO DA SILVA	403,08	**48.757,00**
37	EMEF JOSÉ DE FREITAS	860,35	**30.973,00**
38	EMEF MARECHAL RONDON	499,78	**50.378,00**
39	EMEF NOSSA SENHORA APARECIDA	147,00	**15.876,00**
40	EMEF NOSSA SENHORA DE NAZARÉ	1.184,40	**37.351,00**
41	EMEF OLYMPIA SALVATORE RIBEIRO	177,93	**12.811,00**
42	EMEF PROF MARIA DO CARMO RIBEIRO	423,45	**14.228,00**
43	EMEF PROF MARIA JACIRA FEITOSA DE CARVALHO	1.535,37	**79.594,00**
44	EMEF RIO PARDO	581,20	**23.016,00**
45	EMEF VISTA ALEGRE	655,35	**15.728,00**
46	EMEIEF JOAQUIM VICENTE RONDON	1.373,01	**86.599,00**
47	EMEIEF MARIA CASAROTO ABATI	683,16	**29.513,00**
48	EMEF MANOEL MACIEL NUNES - FLORIANO PEIXOTO	165,63	**35.776,00**
SUBTOTAL - 01			**1.354.530,00**

ESCOLAS URBANAS			
Ordem	**Escola**	**Metragem**	**Total**
1	EMEF ALEGRIA	821,23	29.564,28
2	EMEF ANTONIO AUGUSTO REBELO DAS CHAGAS	415,00	50.198,40
3	EMEF ANTONIO FERREIRA DA SILVA	1.035,69	65.323,04
4	EMEF BELEZAS DO BURITI	191,10	20.638,80
5	EMEF COR DE JAMBO	386,60	25.051,68
6	EMEF ENG WADIH DARWICH ZACARIAS	1.159,41	73.126,31
7	EMEF ESTELA DE ARAUJO COMPASSO	746,43	64.491,55
8	EMEF FLAMBOYANT	1.373,01	72.165,41
9	EMEF FLOR DO PIQUIÁ	549,29	52.204,52
10	EMEF FRANCISCO ELENILSON NEGREIROS	860,35	61.945,20
11	EMEF JOÃO RIBEIRO SOARES	784,05	56.451,60
12	EMEF JOAQUIM VICENTE RONDON	2.023,94	104.921,05
13	EMEF MANOEL APARÍCIO NUNES ALMEIDA	968,68	83.693,95
14	EMEF MARIA IZAURA DA COSTA CRUZ	1.953,48	101.268,40
15	EMEF NACIONAL	814,72	70.391,81
16	EMEF PADRE CHIQUINHO	960,66	83.001,02
17	EMEF PÉ DE MURICI	1.373,01	72.165,41
18	EMEF PEDRO TAVARES BATALHA - URB	605,41	52.307,42
19	EMEF PINGO DE GENTE	471,21	56.997,56
20	EMEF RAIMUNDO AGOSTINHO DA SILVA	430,55	43.399,44
21	EMEF RIO GUAPORÉ	552,85	52.542,86
22	EMEF RIO MADEIRA	802,73	69.355,87
23	EMEF SÃO MIGUEL	701,46	60.606,14
24	EMEF SÃO PEDRO	1.080,83	68.170,11
25	EMEF SAUL BENNESBY	590,16	46.740,67
26	EMEF SEN DARCY RIBEIRO	1.072,63	67.652,92
27	EMEF SEN OLAVO PIRES	495,69	59.958,66
28	EMEF ULISSES SOARES FERREIRA	603,42	52.135,49
29	EMEI CANTO DO UIRAPURU	681,05	24.517,80
30	EMEI CASTANHEIRA	184,00	19.872,00
31	EMEI ENCANTO DO IPÊ	184,00	19.872,00
32	EMEI JESUS DE NAZARÉ	475,15	23.947,56
33	EMEI MEU PEQUENO JONES	389,19	25.219,51
34	EMEI MOISÉS FERREIRA NETO	184,00	19.872,00
35	EMEI MORANGUINHO	493,92	24.893,57
36	EMEI PEQUENOS TALENTOS	510,91	20.232,04
37	EMEI SEMENTES DO ARAÇA	328,37	21.278,38
38	EMEIEF 12 DE OUTUBRO	372,95	29.000,59
39	EMEIEF AREAL DA FLORESTA	308,16	19.968,77
40	EMEIEF AUTA DE SOUZA	470,00	23.688,00
41	EMEIEF BOM PRINCÍPIO	421,80	51.020,93
42	EMEIEF CHAPEUZINHO VERMELHO	395,69	61.537,71

ESCOLAS URBANAS			
Ordem	Escola	Metragem	Total
43	EMEIEF DR TANCREDO NEVES	385,49	24.979,75
44	EMEIEF ESPERANÇA	363,15	23.532,12
45	EMEIEF ESTRELA DO AMANHÃ	296,50	27.752,40
46	EMEIEF GUADALUPE	536,20	21.233,52
47	EMEIEF JORNALISTA FERNANDO ESCARIZ	495,40	24.968,16
48	EMEIEF KHRYS DAMARES	402,97	20.309,69
49	EMEIEF NOVA REPÚBLICA	681,05	24.517,80
50	EMEIEF PADRE GEOVANI MENDES	331,64	42.980,54
51	EMEIEF PEQUENO MESTRE	648,31	23.339,16
52	EMEIEF PEQUENO POLEGAR	245,10	22.941,36
53	EMEIEF SOM DA CRAVIOLA	643,27	23.157,72
54	EMEIEF TARUMA	180,11	19.451,88
55	EMEIEF TUCUMÃ	482,90	24.338,16
56	EMEIEF VOO DA JURITI	860,13	61.929,36
57	EMEIEF VOVÓ HELENA	581,75	23.037,30
58	EMEIF SANTA MARGARIDA	219,55	20.549,88
59	IME ENG FCO ERSE	1.270,27	80.118,47
60	EMEIEF BROTO DO AÇAÍ	110,00	11.880,00
SUBTOTAL - 02			**2.622.407,71**
TOTAL GERAL			**3.976.938**



Política de Valorização Profissional:

O Investimento na valorização dos profissionais que atuam na educação na Rede de Ensino Municipal de Porto Velho baseia-se em três aspectos:

- a formação profissional inicial;
- formação profissional continuada; e
- as condições de trabalho, salário e carreira.

2005

- 10% Reposição Salarial (2,4% acima do índice de inflação)
- Abono Salarial, 14º salário;
- 193% para os profissionais do magistério
- R$ 100,00 para os demais trabalhadores (33% do valor do salário)

2006

- Auxilio Alimentação: R$ 50,00 para quem ganha até R$ 800,00.
- 15,69% Reposição Salarial

- Complementação do Salário Mínimo
- Recesso Escolar Remunerado
- Extensão da gratificação de 50% localidade para os funcionários de escolas que atuam na área rural
- Gratificação para Especialistas
- Extensão da Gratificação de 20% sobre o salário base aos professores que atuam na 1ª Série da EJA

2007

- Reajuste de 3,14 (Correspondente à inflação dos últimos 12 meses);
- Promoção para os professores;
- Extensão de Gratificação de incentivo a rede aos funcionários de escola (40%) não enquadrados no Plano de Cargos e Salários;
- Revisão do Plano de Cargos e Salários (confirmar);
- Instituída a comissão para revisão do Plano de Cargos e Salários

2008

- Reposição salarial de 14% para o grupo magistério mais um aumento real de 9,54%; reposição salarial de 10% para pessoal de apoio técnico-administrativo;
- Encaminhado ao Prefeito Municipal a Revisão do Plano de Carreira, Cargos e Salários

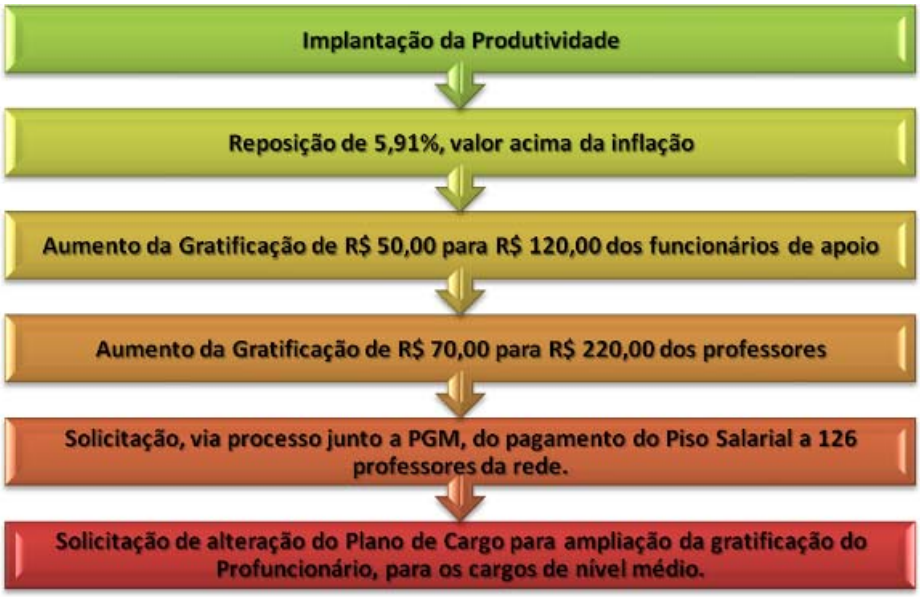
2009

- Comissão de avaliação do plano constituída pelas secretarias: SEMED, SEMAD, CGM, SEMPLA, PGM, SEMFAZ E SINTERO. já iniciaram os trabalhos e realizam ajustes necessários, através de lei complementar.
- Aprovação do PCCR; Aprovação da Lei nº.360 de 04/09/2009;

2010

- Reformulação do Plano de Carreira;
- Reposição salarial 4,5% para todos profissionais da Educação;
- Gratificação de 50 reais para funcionários da escola e 70 reais para profissionais do grupo magistério.

2011



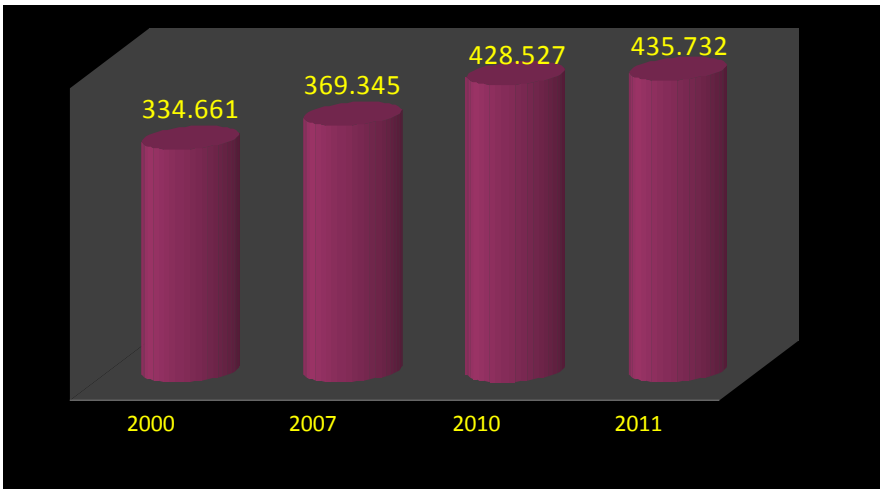
Educação em números

População

2010	**428.527**
2011	**435.732**

Fonte: Censo Populacional 2010 (IBGE)
Estimativa Populacional 2011 (IBGE)

Evolução da População

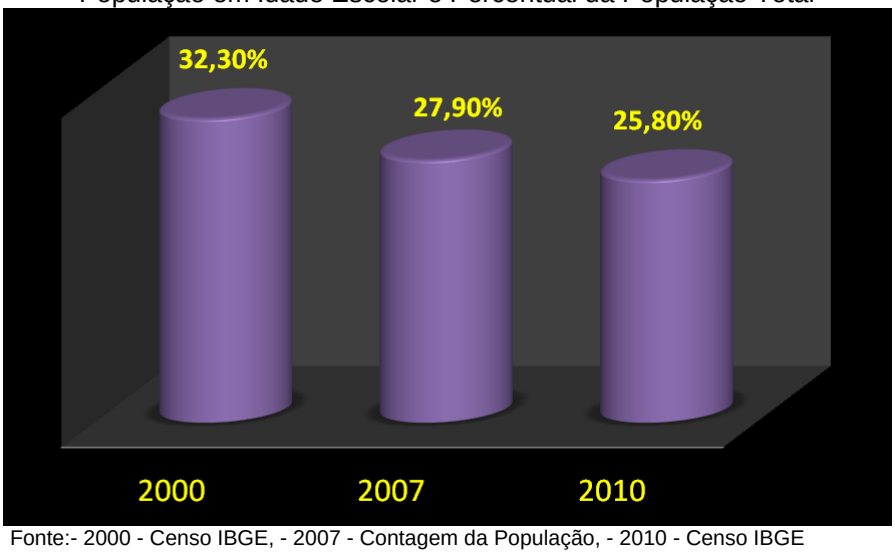


Fonte: *- 2000 - Censo IBGE, - 2007 - Contagem da População, - 2010 - Censo IBGE, - 2011 - Estimativa Populacional*

População em Idade Escolar



População em Idade Escolar e Percentual da População Total



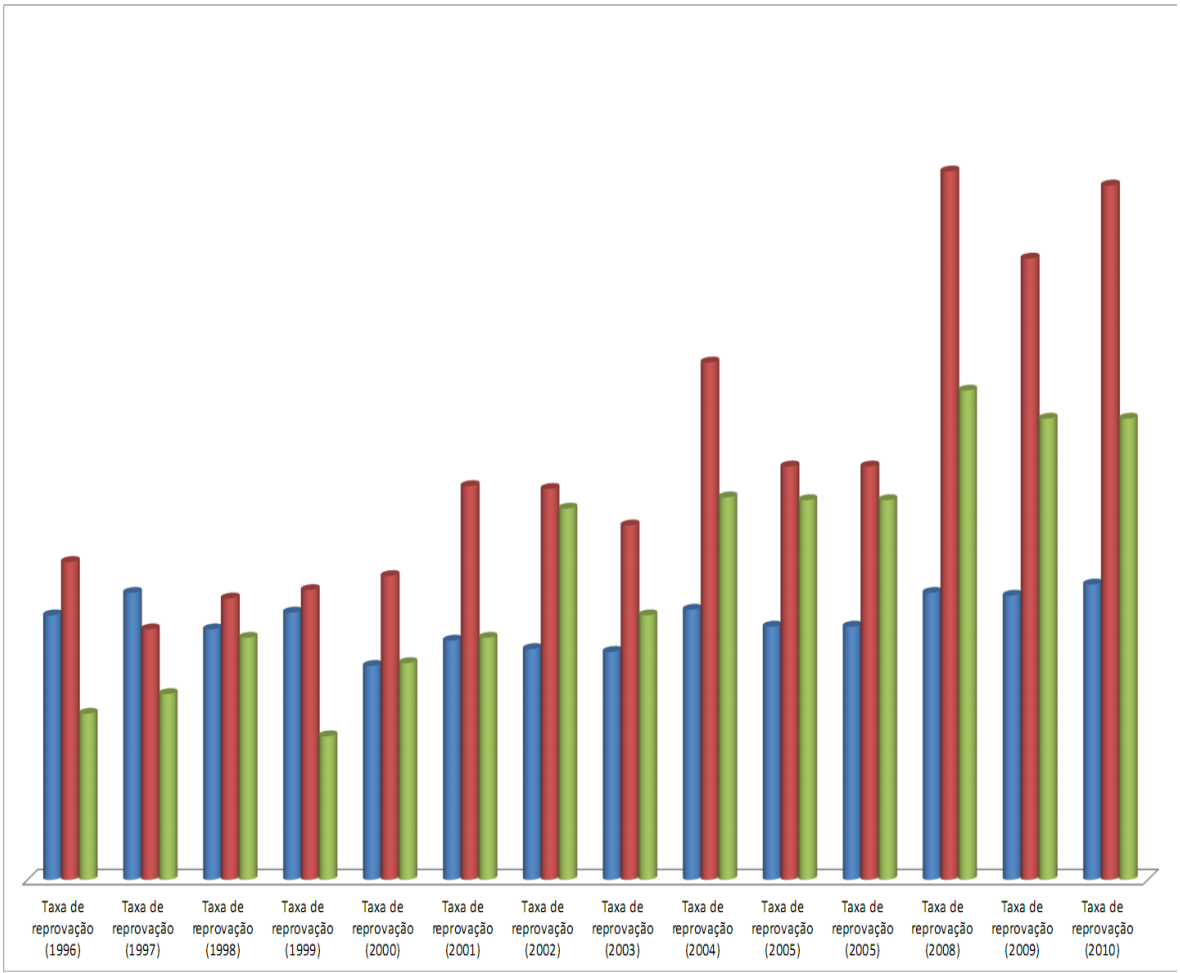
Fonte:- 2000 - Censo IBGE, - 2007 - Contagem da População, - 2010 - Censo IBGE

Taxas de Aprovação, Abandono, Evasão, Promoção, Repetência, Reprovação e Distorção Idade-Série

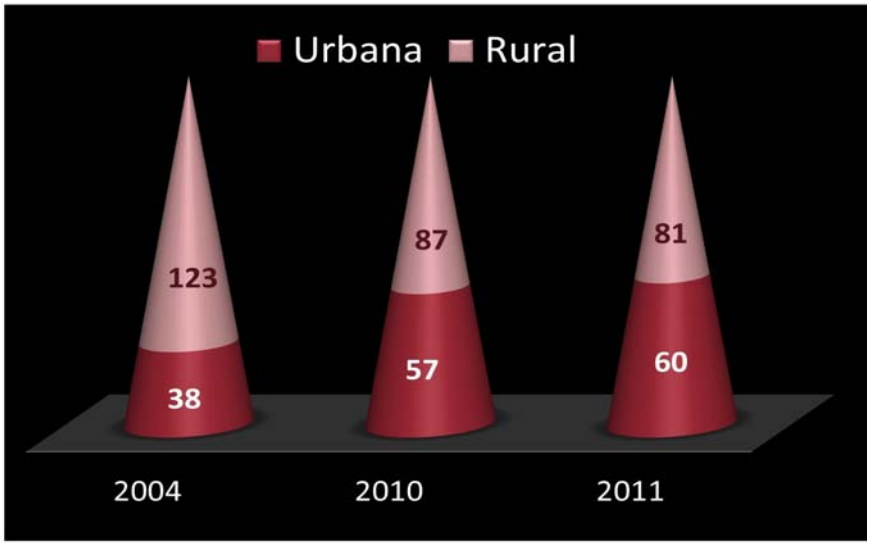
Taxa de Reprovação

	Ens. Fundamental - anos iniciais	Ens. Fundamental - anos finais	Ensino Médio
Taxa de reprovação (1996)	9,40%	11,30%	5,90%
Taxa de reprovação (1997)	10,20%	8,90%	6,60%
Taxa de reprovação (1998)	8,90%	10,00%	8,60%
Taxa de reprovação (1999)	9,50%	10,30%	5,10%
Taxa de reprovação (2000)	7,60%	10,80%	7,70%
Taxa de reprovação (2001)	8,50%	14,00%	8,60%
Taxa de reprovação (2002)	8,20%	13,90%	13,20%
Taxa de reprovação (2003)	8,10%	12,60%	9,40%
Taxa de reprovação (2004)	9,60%	18,40%	13,60%
Taxa de reprovação (2005)	9,00%	14,70%	13,50%
Taxa de reprovação (2005)	9,00%	14,70%	13,50%
Taxa de reprovação (2008)	10,20%	25,20%	17,40%
Taxa de reprovação (2009)	10,10%	22,10%	16,40%
Taxa de reprovação (2010)	10,50%	24,70%	16,40%

Fonte: Inep/MEC – Dados do Município - não só da rede municipal

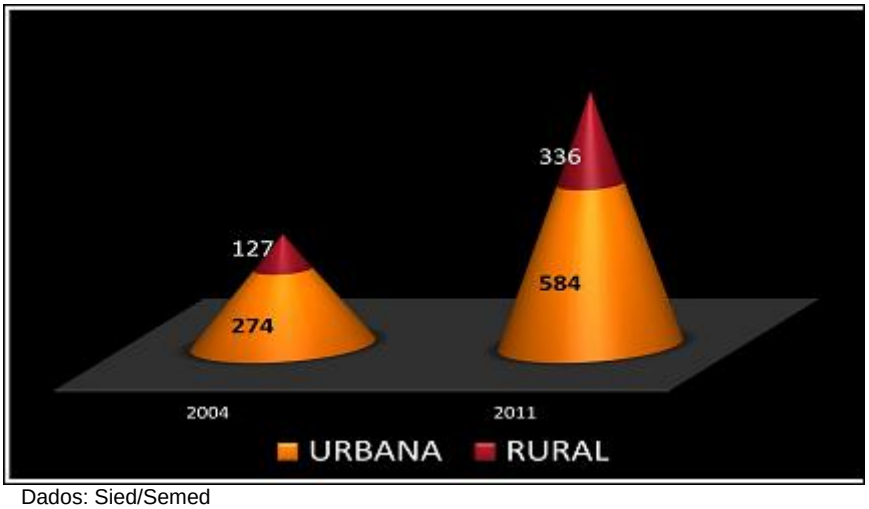


Número de Escolas



Dados: Inep/Mec

Número de Salas de Aula



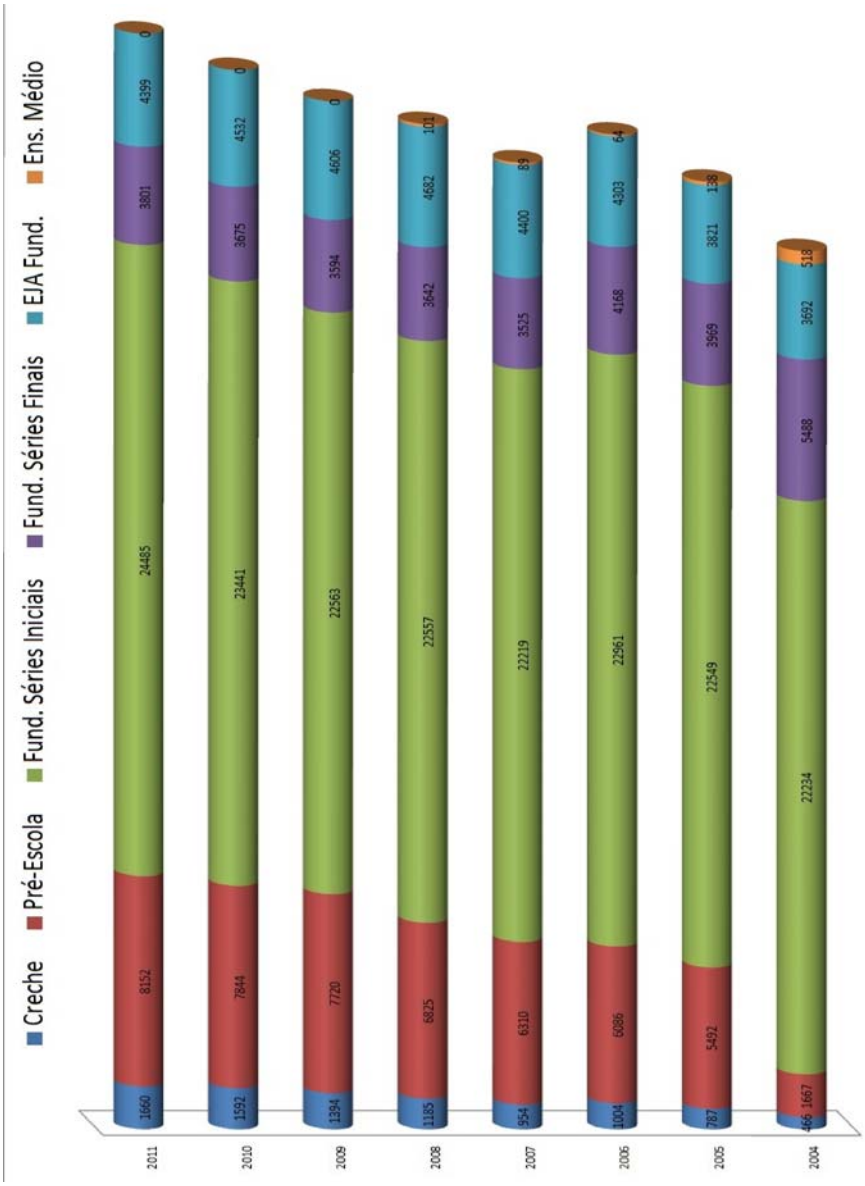
Dados: Sied/Semed

Número de Turmas

NÚMERO TURMAS- 2011			
DESCRIÇÃO	URBANA	RURAL	TOTAL
MATUTINO	570	282	852
VESPERTINO	557	225	782
NOTURNO	143	56	199
TOTAL DE TURMAS	1270	563	1833

Evolução da Matrícula (2004 – 2011)

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Creche	466	787	1.004	954	1.185	1.394	1.592	1.660
Pré-Escola	1.667	5.492	6.086	6.310	6.825	7.720	7.844	8.152
Fund. Séries Iniciais	22.234	22.549	22.961	22.219	22.557	22.563	23.441	24.485
Fund. Séries Finais	5.488	3.969	4.168	3.525	3.642	3.594	3.675	3.801
EJA Fund.	3.692	3.821	4.303	4.400	4.682	4.606	4.532	4.399
Ens. Médio	518	138	64	89	101	0	0	0



Educação Infantil

Atendimento Escolar

Atendimento 2011 - Censo Escolar Preliminar			
Faixa Etária	Urbana	Rural	Total
Creche	1.673	0	1.673
Pré-Escolar	7.844	378	8.222
Total	9.517	378	9.895

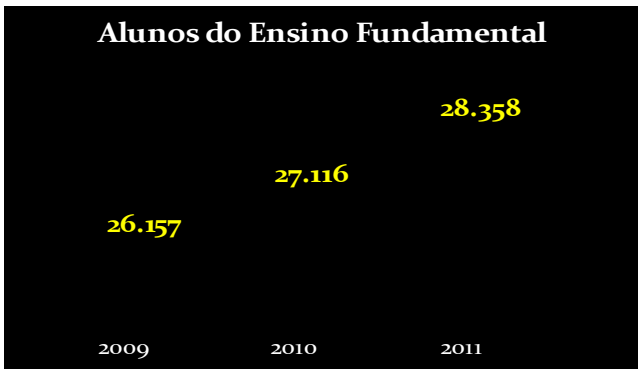
Percentual de atendimento			
Faixa Etária	Urbana	Rural	Total
Creche	12,66	0,00	5,89
Pré-Escolar	59,75	15,95	57,02
Total	24,30	10,32	23,11

Ensino Fundamental

População no Município – de 6 a 14 anos

Urbana	Rural	Total
64.703	6.224	70.927
Dados: IBGE – Censo 2010		





Ampliação de Sala de Aula

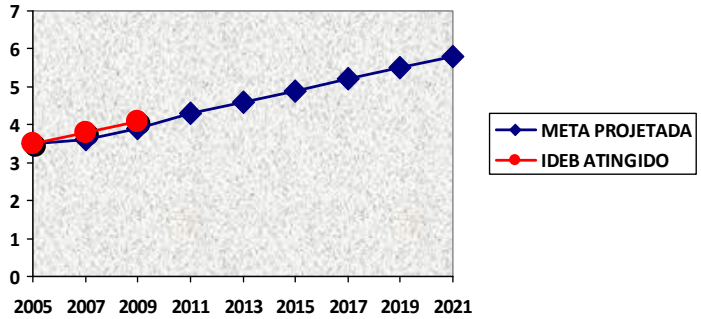
SALAS DE AULA	
ANO	N° DE SALAS
2004	401
2005	806
2006	784
2007	786
2008	838
2009	846
2010	859
2011	891

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB

IDEB - índice é comparável nacionalmente e expressa em valores os resultados mais importantes da educação: aprendizagem e fluxo. A combinação de ambos tem também o mérito de equilibrar as duas dimensões.



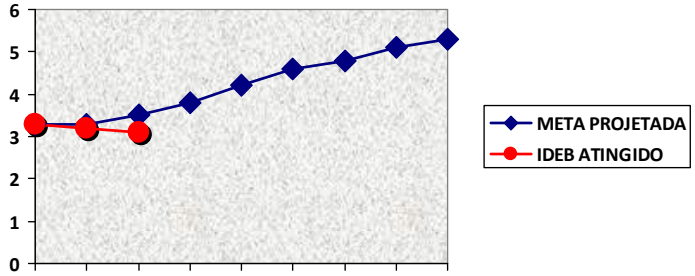
SÉRIES INICIAIS									
IDEB	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
META PROJETADA	3,5	3,6	3,9	**4,3**	4,6	4,9	5,2	5,5	5,8
IDEB ATINGIDO	3,5	3,8	**4,1**						



Obs.: *Os próximos resultados do IDEB que se refere ao ano de 2011, será publicado no ano de 2012.*

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB

SÉRIES FINAIS									
IDEB	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
META PROJETADA	3,3	3,3	3,5	**3,8**	4,2	4,6	4,8	5,1	5,3
IDEB ATINGIDO	3,3	3,2	3,1						



Obs.: *Os próximos resultados do IDEB que se refere ao ano de 2011, será publicado no ano de 2012.*

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB

		Ano	Anos Iniciais do Ensino Fundamental		Anos Finais do Ensino Fundamental		Ensino Médio	
			IDEB Observado	Metas	IDEB Observado	Metas	IDEB Observado	Metas
Brasil	Total	2005	3.8	-	3.5	-	3.4	-
		2007	4.2	3.9	3.8	3.5	3.5	3.4
		2009	4.6	4.2	4.0	3.7	3.6	3.5
		2021	-	6.0	-	5.5	-	5.2
	Rede Pública	2005	3.6	-	3.2	-	3.1	-
		2007	4.0	3.8	3.5	3.3	3.2	3.1
		2009	4.4	4.0	3.7	3.4	3.4	3.2
		2021	-	5.9	-	5.2	-	4.9
	Rede Estadual	2005	3.9	-	3.3	-	3.0	-
		2007	4.3	4.0	3.6	3.3	3.2	3.1
		2009	4.9	4.3	3.8	3.5	3.4	3.2
		2021	-	6.1	-	5.3	-	4.9
	Rede Municipal	2005	3.4	-	3.1	-	-	-
		2007	4.0	3.5	3.4	3.1	-	-
		2009	4.4	3.9	3.6	3.3	-	-
		2021	-	5.7	-	5.1	-	-
	Rede Privada	2005	5.9	-	5.5	-	5.5	-
		2007	6.0	6.0	5.5	5.5	5.5	5.5
		2009	6.4	6.3	5.9	6.0	5.9	5.7
		2021	-	7.5	-	7.3	-	7.0
Rede Estadual - RO		2005	3.6	-	3.2	-	3.0	-
		2007	4.0	3.8	3.3	3.2	3.1	3.0
		2009	4.4	4.0	3.4	3.4	3.7	3.1
		2021	-	5.6	-	5.2	-	4.5
Rede Estadual Porto Velho		2005	3.6	-	3.1	-	-	-
		2007	3.9	3.8	3.2	3.2	-	-
		2009	4.2	4.0	3.3	3.3	-	-
		2021	-	5.8	-	5.2	-	-
Rede Municipal Porto Velho		2005	3.5	-	3.3	-	-	-
		2007	3.8	3.8	3.2	3.5	-	-
		2009	4.1	3.9	3.1	3.5	-	-
		2021	-	5.8	-	5.3	-	-

Obs.: *Os próximos resultados do IDEB que se refere ao ano de 2011, será publicado no ano de 2012.*

Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB

Desempenho				
	4ª/5º EF - Port.	4ª/5º EF - Mat.	8ª/9º EF - Port.	8ª/9º EF - Mat.
Porto Velho (2007)	19,90%	13,50%	14,80%	7,50%
Rondônia (2007)	21,90%	16,90%	13,90%	9,10%
Região Norte (2009)	25,40%	20,10%	20,30%	8,30%
Brasil (2009)	34,20%	32,60%	26,30%	14,80%
Fonte: SAEB/INEP				

Qualidade

Prova Brasil (desempenho médio)

	4ª/5º EF - Port.	4ª/5º EF - Mat.	8ª/9º EF - Port.	8ª/9º EF - Mat.
Porto Velho (2009)	175,8	191,9	238,4	238,9

Fonte: MEC/INEP

- Pontuação mínima na escala do Saeb, estabelecida pelo Todos Pela Educação como adequada a cada série:
  - 4a série EF - Língua Portuguesa: acima de 200 pontos. Matemática: acima de 225 pontos.
  - 8a série EF - Língua Portuguesa: acima de 275 pontos. Matemática: acima de 300 pontos.
- Os dados Brasil referem-se a escolas federais, estaduais, municipais e privadas, das áreas urbana e rural.
- Os dados de regiões e estados referem-se a escolas estaduais, municipais e privadas, da área urbana.
- Os dados de municípios referem-se a escolas federais, estaduais e municipais da área urbana.



TODOS PELA EDUCAÇÃO

Obs.: *Os próximos resultados referente ao ano de 2011, será publicado no ano de 2012.*

Fluxo e Eficiência

Alunos no turno noturno (%)

	Ens. Fundamental - anos iniciais	Ens. Fundamental - anos finais
Porto Velho (2007)	0,10%	0,50%
Rondônia (2009)	0,00%	1,40%
Região Norte (2009)	0,20%	4,60%
Brasil (2009)	0,40%	4,40%

Fonte: MEC/INEP

Média de alunos por turma e horas-aula diárias

	Creche	Pré-Escola	Ens. Fundamental - anos iniciais	Ens. Fundamental - anos finais
Média de alunos por turma	19,4	21	25,6	30,5
Rondônia (2010)	20,2	21,1	23,5	27,1
Região Norte (2010)	20,9	21,2	29,6	28,7
Brasil (2010)	15,5	19,1	24,6	29
Média de horas-aula diária	5,2	4,2	4,3	4,3
Rondônia (2010)	6,8	4,2	4,3	4,3
Região Norte (2010)	5,8	4,1	4,2	4,4
Brasil (2010)	7,8	4,7	4,4	4,6

Média de alunos por turma - Fonte: MEC/INEP/DTDIE

Média de horas-aula diária - Fonte: MEC/INEP

Obs.: *Os próximos resultados referente ao ano de 2011 ainda não foi publicado.*

Educação Especial

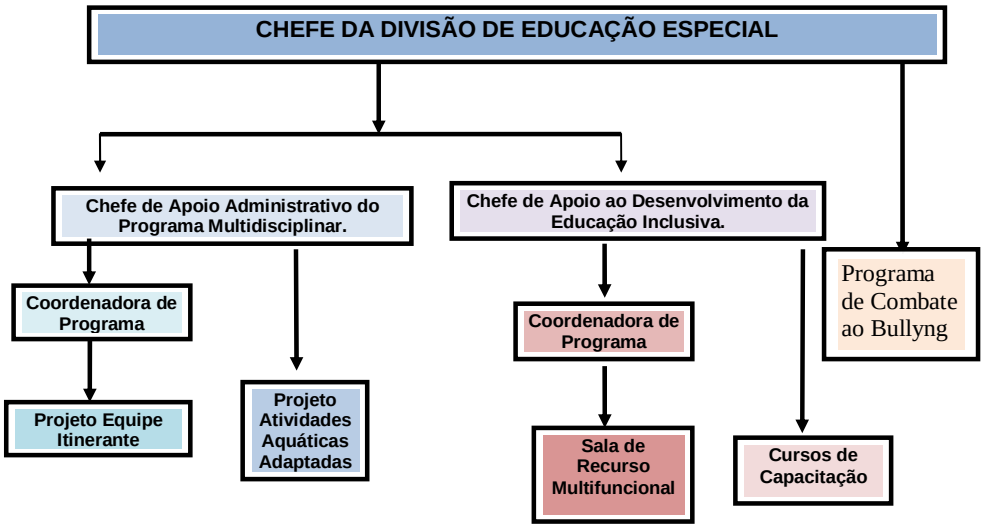


O **Ministério de Educação e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-MEC/FNDE**, através da **Secretaria de Educação Especial**, objetiva disseminar a política de construção de sistemas educacionais inclusivos, apoiar o processo de implantação e implementação de Salas de Recursos Multifuncionais, viabilizando o Atendimento Educacional Especializado, disponibilização de equipamentos, materiais pedagógicos e formação continuada para os profissionais da educação.

Neste ano de 2011, com a fusão da **Secretaria de Educação Especial e a SECAD, permanecendo Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão**, houve o redimensionamento do Programa supracitado, estabelecendo políticas públicas que assegurem a ampliação do acesso à educação a todos e cada um dos cidadãos, contribuindo para a redução das desigualdades.

Nessa perspectiva, a **Secretaria Municipal de Educação**, em consonância com a **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**, contemplou em seu **Planejamento Estratégico Participativo-PEP, o Programa Educação Inclusiva**, objetivando disseminar e apoiar o processo de implementação dessa política no Município Polo Porto Velho, desenvolvendo os 04(quatro) eixos da inclusão: **Educação Especial, Gênero, Etnia e Promoção da Igualdade Social.**

ESTRUTURA DA DIVISÃO



1. **Programa de Desenvolvimento da Educação Inclusiva**

- Projeto de Formação Continuada;

- Projeto Dia Temático: “Inclusão das Diferentes Diferenças”;

- Projeto de Implantação e Implementação de Salas de Recursos Multifuncionais

- Programa Escola Acessível;

2. **Programa Multidisciplinar**

- Equipe Itinerante

- Projeto Atividades Aquáticas Adaptadas

3. **Programa de Combate ao Bullying**

1 - Programa de Desenvolvimento da Educação Inclusiva

Tem como objetivo disseminar e apoiar o processo de implementação das políticas da Educação Inclusiva no Município de Porto Velho.

Objetivando cumprir suas competências, realizou-se no ano de 2011 ações de formação abaixo relacionadas com os profissionais das Unidades Escolares que atuam junto aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades superdotação, visando o redimensionamento das práticas pedagógicas, consolidando e efetivando escolas socialmente inclusivas, garantindo o acesso e a permanência dos alunos/as no sistema regular de ensino, promovendo uma educação de qualidade para todos os educandos munícipes.

Ações de Formação
Palestras e Oficinas realizadas pela Equipe Itinerante

EMEF Raimundo Agostinho da Silva

Temas:
- Principais tipos de necessidades especiais;
- Principais leis que amparam professores/as/, alunos/as público alvo da educação especial;
- Metodologia e avaliação escolar para alunos especiais.

Objetivos:
- Informar aos profissionais da escola os tipos de necessidades especiais;
- Dialogar sobre as principais Leis que regem a educação especial;
- Orientar sobre os processos metodológicos e de avaliação dos alunos com necessidades especiais.

IME Francisco Chiquilito Erse

Temas:
- As Deficiências
- Transtorno Global do Desenvolvimento - Autismo

Objetivo:
- Discutir e refletir junto aos profissionais da escola o processo de inclusão dos alunos com Deficiência e Transtorno Global do Desenvolvimento.

EMEIEF Bom Princípio

Temas:
- O que é o AEE?
- Tipos de Avaliação.

Objetivo:
- Esclarecer aos profissionais da escola quanto ao Atendimento Educacional Especializado – AEE.

EMEF Antônio Ferreira da Silva

Temas:
- Diversidade na Educação;
- Motivação sobre as Relações Interpessoais;

Objetivos:
- Discutir e refletir junto aos profissionais da escola sobre o processo de inclusão
- Aprimorar as relações interpessoais

EMEIEF. Vôo da Juriti e Ulisses Soares Ferreira

Tema:
- Aulas inclusivas

Objetivos:

- Discorrer sobre as questões legais da avaliação e sugestões de como avaliar alunos público alvo da educação especial;
- Orientar o educador quanto a elaboração de relatórios e/ou instrumentais de acompanhamento para alunos com Necessidades Educacionais Especiais e/ou dificuldades de aprendizagem;
- Esclarecer distinções entre alunos com Necessidades Educacionais Especiais dos com dificuldade de aprendizagem, tais como dislexia, hiperativo e outros.



EMEI Sementes do Araçá

Temas:

- Conhecer o Autismo;
- Comportamento e técnicas para sala de aula;
- Práticas pedagógicas para trabalhar o aluno com autismo

Objetivos:

- Conhecer o comportamento do autismo e técnicas visando a prática educativa
- Trabalhar teoria e prática em sala de aula e sua múltipla possibilidade na inclusão do autista

EMEF Joaquim Vicente Rondon

Tema:

- Avaliação e Promoção de alunos com NEE.

Objetivo:

- Debater com os educadores sobre a avaliação do processo de ensino e aprendizagem.

EMEF Nacional

Temas:

- Práticas pedagógicas para trabalhar com alunos incluídos.
- Relembrar com os professores técnicas de sala de aula que favoreçam a aprendizagem dos alunos incluídos.

Objetivo:

- Conhecer o comportamento do autista e técnicas de ensino visando a prática educativa.
- Trabalhar teoria e prática em sala de aula e sua múltipla possibilidade na inclusão do autista.
- Promover momento de reflexão e troca de experiências e possibilidades na inclusão de crianças com diferentes deficiências através de dinâmicas.

EMEF Prof. Pedro Tavares Batalha

Temas:

- Inclusão Escolar e Legislação
- Esclarecer sobre o Atendimento Educacional Especializado-AEE;
- Discorrer sobre os Direitos e Deveres (alunos/professores) de acordo com as Leis que regem a Inclusão Escolar;
- Elaboração do Projeto Político Pedagógico (contemplando o AEE) e o Regimento Interno,

Objetivos:

- Informar a existência de documentos que norteiam a Escola referente ao processo da inclusão, bem como, a importância do Projeto Político Pedagógico e do Regimento Interno que respalda a mesma
- Fomentar o interesse dos professores e equipe técnica da escola para "criarem" momentos de discussões, na busca de estratégias que venham contribuir na melhoria do desempenho de cada um para a construção de uma Educação Inclusiva;

EMEF Manoel Aparício

Tema:

- Violência na Escola e Construção de uma Cultura de Paz;

Objetivo:

- Conscientizar e sensibilizar os educandos e família sobre a importância de educar pelo exemplo e trabalhar a emoção;

EMEI Vovô Helena e Escola Conveniada Jesus de Nazaré
Tema:

- Deficiência Intelectiva

Objetivo:

- Sensibilizar os profissionais das escolas quanto ao processo de inclusão dos alunos que apresentam Deficiências.

EMEI Vovô Helena e Escola Conveniada Jesus de Nazaré

Tema:

Deficiência Intelectiva

Objetivo:

Sensibilizar os profissionais das escolas quanto ao processo de inclusão dos alunos que apresentam Deficiências.

EMEI Encanto do Ipê

Tema:

Práticas pedagógicas para trabalhar alunos com Deficiência Intelectiva

Objetivos:

Sensibilizar os profissionais da escola quanto ao processo de inclusão dos alunos que apresentam Deficiência;
Relembrar junto aos professores técnicas a serem desenvolvidas em sala de aula que favoreçam o aprendizado do aluno com Deficiência Intelectiva.

EMEF: Estela de Araújo Compasso

Tema:

Oficina sobre as Deficiências e Transtornos Globais de Desenvolvimento

Objetivo:

Promover momentos de troca de experiências e reflexão da prática pedagógica junto aos profissionais da escola visando o processo de inclusão.

EMEIF Chapeuzinho Vermelho

Tema:

Deficiências Visual, Intelectual e Física.

Objetivo:

Trabalhar a inclusão na escola com os profissionais da educação;

Paróquia Nossa Senhora do Amparo

Tema:

Dislexia

Objetivo:

Promover momentos de conhecimentos sobre a Dislexia.

EMEIEF Guadalupe

Tema:

O que é o Atendimento Educacional Especializado – AEE?

Objetivo:

Esclarecer quanto ao Atendimento Educacional Especializado desenvolvido na Sala de Recursos Multifuncional.

Oficinas/ Encontros com os Profissionais que Atuam nas Salas de Recursos Multifuncionais para Implementação e Funcionamento do Atendimento Educacional Especializado (AEE)

Realização de 11(onze) encontros através de Oficinas/Mini Cursos com professores do **Atendimento Educacional Especializado**, técnicos das Escolas da Rede Municipal de Ensino e Equipe da Divisão de Educação Especial para 40 (quarenta) profissionais da educação, objetivando orientar quanto à elaboração do Plano de Ação da Sala de Recursos Multifuncionais e Plano de Atendimento Individual dos alunos com Deficiência, Transtorno Global do Desenvolvimento e Altas Habilidade/Superdotação.



Encontros

DATA	ASSUNTO/TEMA
18/03/2011	Transtorno Global do Desenvolvimento - TGD
01/04/2011	Transtorno Global do Desenvolvimento – TGD
15/04/2011	Reunião com os Professores Especialistas que realizam o AEE
27/05/2011	Transtorno Global do Desenvolvimento – Autismo
17/06/2011	Altas Habilidades/Superdotação
05/08/2011	Transtorno Global do Desenvolvimento – Esquizofrenia e Psicose Infantil
02/09/2011	Oficina Temática – Estudo de Casos (DV; DI;DA;DMU e TGD)
30/09/2011	Oficina Temática – EMEIEF. Bom Princípio
27/10/2011	Oficina Temática – EMEF. Maria Izaura
02/12/2011	Oficina Temática – EMEF. Profº Pedro Tavares Batalha
15/12/2011	Encontro de Encerramento do Atendimento Educacional Especializado



Realização de 03 (três) Oficinas nas **EMEF Bom Principio, Maria Isaura da Costa Cruz e Prof. Pedro Tavares Batalha** em parceria com a DIEES, objetivando compartilhar experiências inclusivas entre professores do AEE que atuam em Salas de Recursos Multifuncionais, sala comum e demais educadores, possibilitando vivenciar situações reais visando promover a autonomia das escolas no processo inclusivo dos alunos público alvo da educação especial.



Realização de 02 (dois) Encontros presenciais do **Curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado – AEE** - On-line oferecido pela Universidade Federal do Ceará (UFC), em parceria MEC/SEMED. O encontro foi ministrado pela tutora da turma, para 21 professores cursistas, envolvendo 13 do município polo Porto Velho e as demais, dos municípios da área de abrangência, sendo: 02 (dois) de Buritis, 02 (dois) de Cacaulândia, 02 (dois) de Monte Negro e 02(dois) de Machadinho D'Oeste, objetivando esclarecer as dúvidas que surgiram durante a execução do curso;



Realização do **SEMINÁRIO INTERMUNICIPAL "PROMOVENDO A EDUCAÇÃO INCLUSIVA" com Apresentação dos Trabalhos de Conclusão do Curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado - AEE** - On-line, oferecido pela Universidade Federal do Ceará (UFC), em parceria MEC/SEMED para 19 professores cursistas, sendo: 13 (treze)do município polo Porto Velho e as demais, dos municípios da área de abrangência: 02 (dois) de Buritis, 01 (uma) de Cacaulândia, 01(uma) de Monte Negro e 02(dois) de Machadinho D'Oeste, visando clarear o sentido da inclusão como inovação, tornado- o compreensível aos que se interessam pela educação como um direito de todos, objetivando garantir o acesso e a permanência dos aluno/as com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação, promovendo assim, uma educação de qualidade para todos e todas.

2 - PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR – tem por objetivo analisar, intervir e orientar os profissionais da educação, pais e ou responsáveis dos alunos/as com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação, bem como, realizar encaminhamentos dos alunos mencionados aos especialistas, quando necessário.

Em cumprimento as suas competências, realizou-se assessoramento as Unidades Escolares, encaminhamentos de alunos público alvo da Educação Especial, conforme quadros a seguir:

POLO- I - MATUTINO/2011

ESCOLAS	Quant. de Assessoramentos	ENCAMINHAMENTOS DE ALUNOS						
		Fono	Neuro	Otorrino	Oftalmo	Psic.	fisio	Sala de Recursos Multifuncionais
Batista El Shaday	03	---	01	01	01	--	--	----
E.M.E. F Maria Isaura	25	04 01*	07	03	01	01* 01** 01***		05
E.M.E.F Nacional	11	01*	03	01	01	01*	--	----
E.M.E.I.F Areal da Floresta	03	-----	----	-----	----	---	--	----
E.M.E.F São Pedro	22	0	06	03	0	04* 01***	02*	02
E.M.E.F Antônio Augusto Rebelo	11	01*	05	02	----	---	---	0
E.M.E.I Pequenos Brilhantes	04	0	01	01	----	---	---	-----
E.M.E.F Padre Chiquinho	06	---	04	01	---	01**	----	----
E.M.E.I.F N.Senhora do Amparo	05	01	----	---	---	01*	---	----
E.M.E.F Antônio Ferreira	13	----	---	---	---	01* 01**	---	-----
E.M.E.F Pedro Batalha	07	---	01	---	---	01*	---	----
E.M.E.I Pequeno Polegar	08	---	04	---	---	---	---	----
E.M.E.I Pequeno Jones	04	---	01	---	---	---	---	----
E.M.E.I Semente do Araçá	11	---	02	01	---	01*	---	01
Rio Madeira	05	---	02	---	---	03*	------	----
Encanto do Ipê	04	---	01	---	---	---	----	----
São José	01	---		----	--	---	---	----
TOTAL	40	8	38	13	3	18	2	8

*Encaminhamentos para serviços de saúde fora da SEMED

**Encaminhamento do responsável

*** Psicopedagogia

POLO- I - VESPERTINO/2011

ESCOLAS	Quant. de Assessoramentos	ENCAMINHAMENTOS DE ALUNOS					
		Fono	Neuro	Otorrino	Oftalmo	Natação Adaptada	Sala de Recursos Multifuncionais
Batista El Shaday	02	-	-	-	-	-	-
E.M.E. F Maria Isaura	04	-	-	-	-	-	-
E.M.E.F Nacional	02	-	-	-	-	-	-
E.M.E.I.F Areal da Floresta	02	-	01	-	-	-	-
E.M.E.F São Pedro	05	-	-	-	-	-	-
E.M.E.F Antônio Augusto Rebelo	03	-	3	-	-	-	-
E.M.E.I Pequenos Brilhantes	01	-	-	-	-	-	-
E.M.E.F Padre Chiquinho	01	-	-	-	-	-	-
E.M.E.I.F N.Senhora do Amparo	02	-	-	-	-	-	-
E.M.E.F Antônio Ferreira	02	-	-	-	-	-	-
E.M.E.F Pedro Batalha	04	-	01	-	-	-	-
E.M.E.I Pequeno Polegar	01	-	-	-		-	-
E.M.E.I Pequeno Jones	01	-	-	-	-	-	-
E.M.E.I Semente do Araçá	03	-	-	-		-	01
Khrys Damares	03	-	01	01	-	-	-
TOTAL	36	-	06	01	-	-	01

POLO- II – MATUTINO

ESCOLAS	Quant. de Assessoramentos	ENCAMINHAMENTOS DE ALUNOS					
		Fono	Neuro	Otorrino	Oftalmo	Natação Adaptada	Sala de Recursos Multifuncionais
Alegria	04	-----	03	01	-----	-----	-----
Broto do Açaí	05	-----	02	01	-----	-----	-----
Castanheira	02	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Cor de Jambo	05	-----	01	-----	-----	-----	-----
Dr. Tancredo de A. Neves	04	-----	01	-----	-----	-----	-----
Estrela do Amanhã	08	-----	01	-----	-----	-----	-----
Joaquim Vicente Rondon	02	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Manoel Aparício	03	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Miguel Ferreira	04	01*	-----	-----	-----	-----	-----
Moisés Ferreira Neto	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Moranguinho	02	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Mulher Amiga	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
NEB – I	05	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Pequenos Mestres	01	-----	-----	01	-----	-----	-----
Pequenos Talentos	07	-----	01	03	-----	-----	-----
Raimundo Agostinho	06	01*	-----	-----	-----	01	-----
Rio Guaporé	01	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Saul Bennesby	09	-----	01	-----	-----	-----	-----
Solar da Paz	01	-----	-----	-----	-----	-----	-----
São José Filhas da Cruz	04	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Tucumã	08	-----	-----	-----	-----	01	-----
Vovó Ana	05	01	02	01	-----	-----	-----
TOTAL	86	01	12	07	----	02	----

- Encaminhamentos para especialistas que não são do convênio com a DISE.

POLO- II- VESPERTINO

ESCOLAS	Quant. de Assessoramentos	ENCAMINHAMENTOS DE ALUNOS					
		Fono	Neuro	Otorrino	Oftalmo	Natação Adaptada	Sala de Recursos Multifuncionais
Alegria	03	-----	---	01	-----	-----	-----
Broto do Açaí	07	-----	02	04	-----	01	01
Castanheira	01	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Cor de Jambo	10	-----	01	-----	-----	01	03
Dr. Tancredo de A. Neves	04	-----	01	-----	-----	-----	-----
Estrela do Amanhã	05	-----	01	01	-----	-----	01
Joaquim Vicente Rondon	08	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Manoel Aparício	09	-----	01	-----	-----	-----	-----
Miguel Ferreira	03	01*	-----	-----	-----	-----	01
Moisés Ferreira Neto	01	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Moranguinho	02	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Mulher Amiga	01	-----	-----	-----	-----	-----	-----
NEB – I	06	-----	01	-----	-----	-----	-----
Pequenos Mestres	05	-----	-----	01	-----	-----	-----
Pequenos Talentos	06	-----	01	01	01	-----	-----
Raimundo Agostinho	06	01	01	-----	01	-----	03
Rio Guaporé	02	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Saul Bennesby	03	-----	01	-----	-----	-----	01
Solar da Paz	02	-----	-----	-----	-----	-----	-----
São José Filhas da Cruz	02	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Tucumã	05	-----	-----	-----	-----	02	-----
Vovó Ana	07	01	-----	01	06	-----	-----
TOTAL	98	02	10	09	08	04	10

POLO III - MANHÃ

ESCOLAS	Quant. de Assessoramentos	ENCAMINHAMENTOS DE ALUNOS					
		Fono	Neuro	Otorrino	Oftalmo	Natação Adaptada	Sala de Recursos Multifuncionais
Guadalupe	09	------	-----	-----	-----	-----	-----
Tia Sônia	06	------	-----	-----	-----	-----	-----
M.Wesleyana	04	------	-----	-----	-----	-----	-----
Belezas do Buritis	02	------	-----	-----	-----	-----	-----
Chapeuzinho Vermelho	10	------	01	-----	-----	-----	02
NEB III	01	------	-----	-----	-----	-----	**----**
Madre Tereza de Calcutá	04	------	-----	01	-----	-----	01
Darcy Ribeiro	-----	------	-----	-----	-----	-----	-----
Esperança	06	------	-----	-----	-----	-----	-----
Darwich	10	-----	02	-----	-----	-----	03
Pé de Muricí	10	------	01	-----	-----	-----	02
12 de Outubro	06	------	01	01	-----	-----	-----
Tarumã	05	------	02	-----	-----	-----	02
Flor do Piquiá	06	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Olavo Pires	01	------	01	-----	-----	-----	-----
Bob Esponja	04	------	01	-----	-----	-----	-----
João Ribeiro	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Francisco Erse	02	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Pedro Batalha	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
TOTAL	86	-----	09	02	-----	-----	10

POLO III – TARDE

ESCOLAS	Quant. de Assessoramentos	ENCAMINHAMENTOS DE ALUNOS					
		Fono	Neuro	Otorrino	Oftalmo	Natação Adaptada	Sala de Recursos Multifuncionais
Guadalupe	05	-----	04	-----	-----	-----	-----
Tia Sônia	02	-----	-----	-----	-----	-----	-----
M.Wesleyana	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Belezas do Buritis	05	-----	01	-----	-----	-----	-----
Chapeuzinho Vermelho	02	-----	-----	-----	-----	-----	-----
NEB III	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Madre Tereza de Calcutá	07	-----	-----		-----	-----	01
Darcy Ribeiro	06	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Esperança	05	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Darwich	10	-----	01	01	-----	-----	02
Pé de Muricí	08	-----	02	-----	-----	-----	-----
12 de Outubro	08	-----	02	-----	-----	-----	-----
Tarumã	06	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Flor do Piquiá	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Olavo Pires	06	-----	-----	-----	-----	-----	01
Bob Esponja	03	-----	-----	-----	-----	-----	-----
João Ribeiro	05	-----	01	01	-----	-----	-----
Francisco Erse	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Pedro Batalha	01	-----	-----	-----	-----	-----	-----
TOTAL	79	-----	11	02	-----	-----	04

POLO IV – MANHÃ

ESCOLAS	Quant. de Assessoramentos	ENCAMINHAMENTOS DE ALUNOS					
		Fono	Neuro	Otorrino	Oftalmo	Natação Adaptada	Sala de Recursos Multifuncionais
Som da Craviola	05	01	02	-	-	02	02
Auta de Souza	03	-	-	-	-	01	02
Ulisses Soares	05	02	05	-	-	01	05
Estela Compasso	07	-	01	-	-	01	--
Santa Margarida	05	01	01	01	-	-	01
Primeiros Passos	05	-	01	-	-	-	03
A a Z	05	02	02	-	-	-	02
Padre Geovani	08	03	04	01	-	-	05
Elenilson Negreiros	05	-	05	01	-	01	04
São Miguel	08	-	01	-	-	-	04
Jesus de Nazaré	05	01	02	-	-	-	-
Voo da Juriti	04	02	-	-	-	-	03
Bom Princípio	07	04	01	-	-	-	--
Pingo de Gente	02	-	-	-	-	-	-
Vovó Helena	03	-	-	-	-	-	01
Fernando Escariz	03	-	-	-	-	-	01
Darcy Ribeiro	01	-	-	-	-	-	-
Flor do Cupuaçu	01	-	-	-	-	-	-
Lar da Criança	01	-	-	-	-	-	-
TOTAL	83	16	25	3	-	6	33

POLO IV – TARDE

ESCOLAS	Quant. de Assessoramentos	ENCAMINHAMENTOS DE ALUNOS					
		Fono	Neuro	Otorrino	Oftalmo	Natação Adaptada	Sala de Recursos Multifuncionais
E.M.I.E.F. Auta de Souza	**04**	**-**	**03**	**-**	**-**	**-**	**-**
E.M.E. F Bom Principio	**06**	**-**	**02**	**-**	**-**	**-**	**-**
Cantinho do Saber	**04**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
E.M. E.F Elenilson Negreiros	**04**	**-**	**01**	**-**	**-**	**-**	**01**
E.M.E.F Estela Compasso	**06**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
E.M.E.I. Fernando Escariz	**01**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
IME-Engº Francisco Erse	**04**	**-**	**05**	**01**	**-**	**01**	**12**
E.M.E.F Flamboyant	**09**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
E.M.E.I. F de A a Z	**01**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Jesus de Nazaré	**04**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Lar da Criança	**04**	**-**	**01**	**-**	**01**	**-**	**01**
Pe. Giovane	**06**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Pingo de Gente	**08**	**-**	**02**	**-**	**02**	**-**	**-**
Primeiros passos	**05**	**-**	**01**	**-**	**-**	**-**	**01**
Rainha da Paz	**04**	**-**	**02**	**-**	**-**	**-**	**-**
Santa Margarida	**03**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
E.M.E.F São Miguel	**04**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Santa Marcelina	**02**	**-**	**01**	**-**	**-**	**-**	**-**
Oficina Criativa	**04**	**-**	**01**	**-**	**-**	**-**	**01**
E.M.E.I.F. Som da Craviola	**04**	**-**	**-**	**01**	**-**	**-**	**01**
E.M.E.I.F Vôo da Juriti	**07**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
E..M.E.I Vovó Helena	**02**	**-**	**01**	**-**	**-**	**-**	**-**
Escola Comunitária Caminho para o Futuro	**02**	**-**	-	**-**	**-**	**-**	**-**
TOTAL	**98**	**-**	20	**02**	**03**	**01**	**17**

ASSESSORAMENTO E ATENDIMENTO AS ESCOLAS DO CAMPO

ESCOLAS	Nº. de Assessoramento	OBJETIVO
Ana Adelaide Granjeiros	02	Realizar assessoramento técnico e pedagógico junto aos educadores que trabalham com alunos que apresentam deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação.
Castro Alves	01	
José Felício	01	
Manoel Carolino Tenório	01	
Manoel Maciel Nunes	01	
Monte Oreb	01	
Henrique Dias	01	
Aníbal Martins	01	
São Luiz Gonzaga	01	
União	01	
Jerusalém da Amazônia	06	
Rio Pardo	01	
Maria Angélica	01	
Flor do Cupuaçu	02	
Vista Alegre	02	
João Afro	02	
TOTAL GERAL: ESCOLAS 16	25	

QUADRO DE ASSESSORAMENTO FISIOTERAPEUTICO

POLO I

ESCOLAS	Quant. de Assessoramentos	Número de Alunos
Antônio Ferreira	**05**	**05**
Nossa Senhora do Amparo	**04**	**01**
Areal da Floresta	**04**	**01**
Antonio Augusto Rebelo	**02**	**01**
Padre Chiquinho	**01**	**01**
TOTAL	**16**	**09**

POLO II

ESCOLAS	Quant. De Assessoramentos	Número de Alunos
Joaquim Vicente Rondon	**02**	**03**
Vovó Ana	**02**	**03**
Miguel Ferreira	**06**	**01**
TOTAL	**10**	**07**

POLO III

ESCOLAS	Quant. De Assessoramentos	Número de Alunos
Madre Tereza de Calcutá	**04**	**06**
Pé de Murici	**03**	**06**
João Ribeiro	**02**	**04**
Esperança	**02**	**02**
Tarumã	**01**	**04**
Chapeuzinho Vermelho	**01**	**01**
Bob Esponja	**02**	**02**
Wadih Darwich	**01**	**02**
TOTAL	**16**	**27**

POLO IV

ESCOLAS	Quant. De Assessoramentos	Número de Alunos
Pingo de Gente	**01**	**04**
Francisco Erse	**02**	**02**
Auta de Souza	**01**	**03**
Lar da Criança	**01**	**03**
Estela Compasso	**03**	**04**
Oficina Criativa	**01**	**04**
Bom Principio	**02**	**03**
TOTAL	**11**	**23**

QUADRO GERAL DE ATENDIMENTO FISIOTERAPEUTICO

ESCOLAS	Quant. De Assessoramentos	ALUNOS
23	53	66

QUADRO GERAL DE ASSESSORAMENTOS/ ENCAMINHAMENTOS

Responsável	Qua nt.	ENCAMINHAMENTOS					
Assessoramento Equipe Itinerante nas Escolas urbanas	709	24	131	39	14	12	83
Assessoramento Equipe Itinerante nas Escolas do Campo	23	----	08	------	------	-----	01
Assessoramento Fisioterapeutico	53	-----	-----	------	-----	------	-----
TOTAL GERAL	785	24	139	39	14	12	84

3 - PROGRAMA DE COMBATE AO BULLYING



A Lei Municipal nº 1.860/09 instituiu o Programa de Combate ao Bullying Escolar que tem como objetivo divulgar, conscientizar e sensibilizar a comunidade escolar e familiares, para a existência do bullying e suas consequências, como também promover uma cultura de paz nas escolas.

LANÇAMENTO DO PROGRAMA



O Lançamento aconteceu no dia 12 de agosto de 2011 com o objetivo de divulgar, conscientizar e sensibilizar a comunidade escolar e familiares para a existência do bullying e suas consequências, proporcionando um ambiente seguro e de qualidade para todos/as os alunos/as, buscando despertá-los para o reconhecimento do direito de frequentar uma escola solidária, capaz de gerar cidadãos conscientes do respeito às diferenças individuais, promovendo uma cultura de paz nas escolas.

CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E CONVENIADA

Diante da necessidade de solidificar ações que promovam a construção de um sistema educacional inclusivo no Município de Porto Velho, o Programa objetiva capacitar profissionais da educação para garantir o acesso e a permanência de todos os alunos/as, oferecendo assim, uma educação de qualidade, respeitando suas capacidades, habilidades, limitações e competências sem discriminação, nas Unidades Escolares. Sendo assim, foram realizados **Encontros** e participação em **Seminários** de formação, descritos a seguir:

APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA NAS ESCOLAS

O Programa vem sendo apresentado pela coordenadora desde 2009 em diversas escolas dentre as quais: Rio Madeira, Pedro Tavares Batalha, Guadalupe, João Ribeiro Soares, Darcy Ribeiro. Esperança, São José, Francisco Erse, Auta de Souza, Flor do Piquiá, Nossa Senhora do Amparo e Vôo da Juriti.

LANÇAMENTO DA CARTILHA DE COMBATE AO BULLYING

Participação da coordenadora do Programa de Combate ao Bullying Escolar no evento de lançamento da referida cartilha: Bullying na Minha Escola Não, que faz parte da Campanha de Prevenção ao Bullying Escolar iniciada pela Escola do Legislativo, patrocinada pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Rondônia – FECOMÉRCIO.

A Cartilha produzida é direcionada para crianças da faixa etária de 07 a 10 anos, para atender ao Programa de Educação e Consciência Ambientais da Escola do Legislativo.

SESSÕES DE ESTUDOS REALIZADAS PELA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

Objetivando adquirir novos conhecimentos sobre a temática, realizou-se quinzenalmente, sessões de estudos através da Equipe Multidisciplinar, responsável em identificar e intervir nas ocorrências de bullying sessões de estudos.

Após o Programa de Combate ao Bullying ser implantado pela Secretaria Municipal de Educação, foram iniciadas as Sessões de Estudos em 2010 com os membros da Equipe Multidisciplinar objetivando capacitá-los para adquirir conhecimento sobre a temática, identificar e intervir nas ocorrências de bullying. Em 2010 foram realizadas sete sessões de estudos e em 2011, quatorze com a referida Equipe.

ANÁLISE E PARECER DE MATERIAIS

A DIVISÃO DESENVOLVE 03 (TRÊS) PROJETOS:

PROJETO DIA TEMÁTICO: "INCLUSÃO DAS DIFERENTES DIFERENÇAS"

Desenvolvido nas escolas da rede municipal de ensino, objetivando apoiar e fortalecer o processo de inclusão através da sensibilização da comunidade escolar para as questões que envolvem os quatro eixos da inclusão: **Gênero, Etnia, Promoção da Igualdade Social e Educação Especial**, valorizando o direito do cidadão, como condições para a efetivação da democracia.

As atividades desenvolvidas nos estabelecimentos de ensino favoreceram o intercâmbio entre educandos/as, educadores/as, entidades governamentais e não governamentais e comunidade em geral, fortalecendo a política de inclusão, melhorando a qualidade do ensino e das relações interpessoais entre os atores envolvidos, com as seguintes atividades: Palestras, oficinas, música, jogral, teatro, desenho, pintura, colagens, mural informativo, danças, jogos, debates, etc.

PROJETO EQUIPE ITINERANTE



Realizado pela Equipe Itinerante, composta por Psicólogos, Pedagogos e Fisioterapeuta, objetiva assessorar técnico e pedagogicamente as escolas da rede municipal de ensino que têm alunos com Deficiência, Transtorno Global do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação público alvo da educação especial, incluídos em classe comum, viabilizando possibilidades de acesso, permanência e sucesso dos mesmos em todas as etapas e modalidades de ensino.

ATIVIDADES AQUÁTICAS ADAPTADAS



Objetiva proporcionar aos alunos com necessidade educacionais especiais da Rede Municipal de Ensino o atendimento complementar na prática das atividades aquáticas com iniciação em natação adaptada, natação terapêutica e jogos aquáticos, tendo como finalidade favorecer e estimular o desenvolvimento motor, social e emocional do aluno, bem como, proporcionar a aquisição e a valorização da autonomia, autoestima, reabilitação e consequentemente a melhoria de sua vida acadêmica e familiar contribuindo assim, para a inclusão social.



A Divisão de Educação Especial – DIEES no ano de 2011, cumpriu com as ações previstas no **PROGRAMA: 021 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL, conforme abaixo:**

- IMPLEMENTAÇÃO DE SALAS DE RECURSOS
- CONSTRUÇÃO E REFORMA DE SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS
- ASSESSORAMENTO TÉCNICO - PEDAGÓGICO ÀS ESCOLAS DO CAMPO

IMPLEMENTAÇÃO DE SALAS DE RECURSOS



Sala de Recursos Multifuncional – É um espaço onde se realiza o Atendimento Educacional Especializado-AEE para alunos/as com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação, objetivando apoiar e fortalecer o processo de inclusão de alunos/as em salas de aula comuns do ensino regular, proporcionando-os a construção de seus conhecimentos e subsidiando-os para que desenvolvam o currículo, enfim, participem da vida escolar com qualidade.

A Secretaria Municipal de Educação em 2011, implementou 37 (trinta e sete) Salas de Recursos Multifuncionais, conforme quadro de aquisição e distribuição a seguir:

AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS- 2011

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	ESCOLAS	QUANT.	TOTAL
1	**ARMARIO DE AÇO:** Armário de aço montável, possui 2 portas de abrir com 3 reforços internos tipo Omega no sentido horizontal, puxador estampado na própria porta no sentido vertical, com acabamento em PVC ,possui sistema de cremalheira para regulagem das prateleiras a cada 50mm.,com 1 prateleira fixa para travamento das portas e 3 reguláveis, fechadura cilíndrica com chaves tipo yale. Estrutura: Todo confeccionado em chapa de aço nº 24 (0,60mm) e nº 26 (0,45mm). Acabamento: Tratado pelo processo anti-corrosivo à base de fosfato de zinco e pintura eletrostática a pó com camada de 30 a 40 mícrons com secagem em estufa a 240 ºC (na cor cinza cristal) com capacidade: 20 kg por prateleira (bem distribuídos). Dimensões aproximadas: 1980mm X 900mm X 400mm.	EMEF. Antônio Ferreira da Silva	1	37
		EMEF. São Pedro		
		EMEF. Maria Isaura da Costa Cruz		
		EMEF Antônio Augusto R. das Chagas		
		EMEF. Padre Chiquinho		
		EMEF. Manoel Aparício		
		EMEF. Joaquim Vicente Rondon		
		EMIEF. Pequenos Talentos		
		EMEF. Saul Bennesby		
		EMEF. Senador Darcy Ribeiro		
		EMEF. João Ribeiro Soares		
		EMEF. Pedro Tavares Batalha		
		EMEF. Francisco Erse		
		EMIEF. Guadalupe		
		EMEF. Flor do piquiá		
		EMEF. Rio Madeira		
		EMEF. 12 de Outubro		
		EMEF. Bom Princípio		
		EMEF. Estela de Araújo Compasso		
		EMIEF. Auta de Souza		
		EMEF. Elenilson Negreiro		
		EMEF. Pingo de Gente		
		EMEF Wadih Darwich Zacarias		
		EMEF.Cora Coralina		
		EMEF. Joaquim Vicente Rondon		
		EMEF. Nossa Senhora de Nazaré		
		EMEF. Antônio Augusto Vasconcelos		
		EMEF. João Afro Vieira		
		EMEF. Ermelindo Monteiro Brasil		
		EMEF. Francisco José Chiquilito Erse		
		EMEF. Deigmar Moraes de Souza		
		EMEF. 04 de Agosto		
		EMEF. Henrique Dias		
		EMEF. Dra Ana Adelaide Granjeiro		
		EMEF Maria Casaroto Abati		
		EMEF. Maria Jacira Feitosa de Carvalho		
		EMEF. 13 de Maio		

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	ESCOLAS	QUANT.	TOTAL
2	**Estante** desmontável de aço, 03 prateleiras , dobras duplas nas laterais e triplas nas partes frontais e posteriores, 04 colunas em perfil L de 30x30 mm com 19 regulagens de altura, reforços ômega na parte interna das prateleiras medindo 13 x 50 x 905 mm. Acompanham também 24 parafusos com porcas sextavadas zincados de ¼ x ½ e 4 sapatas plásticas. Na cor cinza cristal. Acabamento: Tratado pelo processo anti-corrosivo à base de fosfato de zinco e pintura eletrostática a pó com camada de 30 a 40 mícrons com secagem em estufa a 240 ºC (na cor cinza cristal) ou pintura em esmalte sintético com camada de 25 a 30 mícrons com secagem em estufa a 120 ºC (nas outras cores). Estrutura: Confeccionado em chapa de aço nº 20 (0,90mm) e nº 26 (0,45mm). Capacidade: Peso recomendado por prateleira 25 kg distribuídos de forma uniforme. Dimensões Aproximadas: 900mm X 920mm X 300mm.	EMEF. Antônio Ferreira da Silva-	2	74
		EMEF. São Pedro		
		EMEF. Maria Isaura da Costa Cruz		
		EMEF Antônio Augusto R. das Chagas		
		EMEF. Padre Chiquinho		
		EMEF. Manoel Aparício		
		EMEF. Joaquim Vicente Rondon		
		EMIEF. Pequenos Talentos		
		EMEF. Saul Bennesby		
		EMEF. Senador Darcy Ribeiro		
		EMEF. João Ribeiro Soares		
		EMEF. Pedro Tavares Batalha		
		EMEF. Francisco Erse		
		EMIEF. Guadalupe		
		EMEF. Flor do piquiá		
		EMEF. Rio Madeira		
		EMEF. 12 de Outubro		
		EMEF. Bom Princípio		
		EMEF. Estela de Araújo Compasso		
		EMIEF. Auta de Souza		
		EMEF. Elenilson Negreiro		
		EMEF. Pingo de Gente		
		EMEF Wadih Darwich Zacarias		
		EMEF.Cora Coralina		
		EMEF. Joaquim Vicente Rondon		
		EMEF. Nossa Senhora de Nazaré		
		EMEF. Antônio Augusto Vasconcelos		
		EMEF. João Afro Vieira		
		EMEF. Ermelindo Monteiro Brasil		
		EMEF. Francisco José Chiquilito Erse		
		EMEF. Deigmar Moraes de Souza		
		EMEF. 04 de Agosto		
		EMEF. Henrique Dias		
		EMEF. Dra Ana Adelaide Granjeiro		
		EMEF Maria Casaroto Abati		
		EMEF. Maria Jacira Feitosa de Carvalho		
		EMEF. 13 de Maio		

AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS- 2011

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	ESCOLAS	QUANT.	TOTAL
3	**Expositor para Livros** Base Fechada, 03 prateleiras- Expositor infantil base inferior fechada, totalmente confeccionada em chapa com espessura de 1,50 mm, com furação do tipo cremalheira em toda a sua extensão, permitindo regulagem das prateleiras em passos de 60 mm. 01 (uma) base inferior retangular fechada confeccionada em chapa com espessura de 0,90 mm, 02 (dois) anteparos laterais confeccionados em chapa com espessura de 1,90 mm com encaixes para as colunas. 01 travessa superior horizontal (chapéu) com dobra interna para travamento das colunas, confeccionado em chapa com espessura de 0,90 mm, unida as duas extremidades das colunas através de 04 parafusos com porcas de cada lado. 03 prateleiras inclinadas com dimensões mínimas de 1000 mm de comprimento e 235mm de profundidade, confeccionadas em chapa com espessura de 0,75mm, cada prateleira unida com 02 parafusos e porcas a 02 anteparos laterais em forma de flor, dotados de ganchos para encaixe na cremalheira das colunas, confeccionados em chapa com espessura de 1,20mm. Acabamento com sistema de tratamento químico da chapa (antiferruginoso e fosfatizante) e pintura através de sistema eletrostático a pó, com camada mínima de tinta de 70 micras nas cores: base inferior, colunas e travessa superior na cor verde, prateleiras na cor amarela e anteparos laterais na cor vermelha. Dimensões aproximadas: 142 cm X 100 cm X 31,5 cm	EMEF DARCY RIBEIRO	1	8
		EMEF JOÃO RIBEIRO SOARES		
		EMEF ESTELA COMPASSO		
		EMEF JOAQUIM VICENTE RONDON (zona urbana)		
		EMEF 12 DE OUTUBRO		
		EMEF PEDRO TAVARES BATALHa		
		EMEF MANOEL APARÍCIO		
		EMEF FRANCISCO ERSE		

CONSTRUÇÃO E REFORMA DE SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

Ação indispensável a acessibilidade dos alunos público alvo da educação especial visando a garantia do acesso e permanência no ensino regular. Segue abaixo quadro demonstrativo da execução:

ESCOLAS	CONSTRUÇÃO
Wadih Darwich Zacarias	X
Maria Casaroto Abati	X
Maria Jacira Feitosa de Carvalho	X

ASSESSORAMENTO TÉCNICO - PEDAGÓGICO ÀS ESCOLAS DO CAMPO

Ação que tem por objetivo realizar o assessoramento técnico e pedagógico junto aos educadores que trabalham com alunos que apresentam deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas do campo.

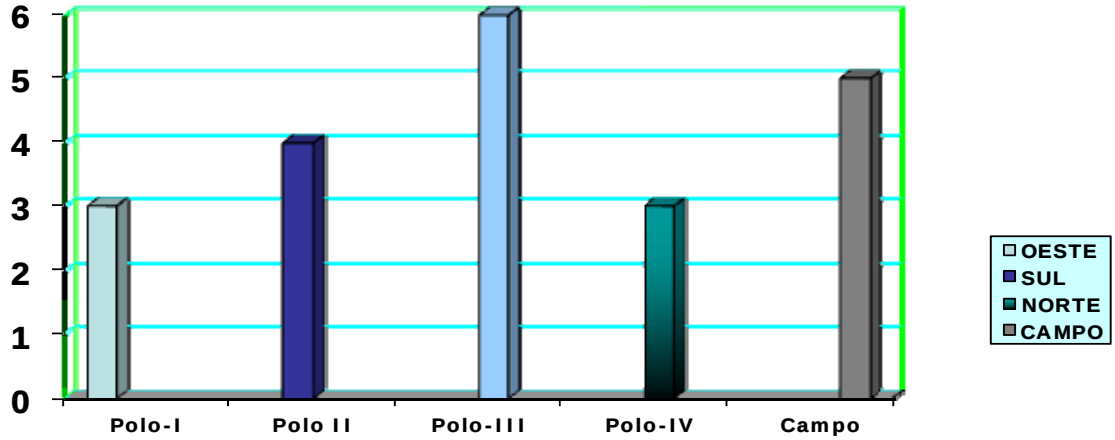
ESCOLAS	Nº. de Assessoramento
Ana Adelaide Granjeiros	02
Castro Alves	01
José Felício	01
Manoel Carolino Tenório	01
Manoel Maciel Nunes	01
Monte Oreb	01
Henrique Dias	01
Aníbal Martins	01
São Luiz Gonzaga	01
União	01
Jerusalém da Amazônia	06
Rio Pardo	01
Maria Angélica	01
Flor do Cupuaçu	02
Vista Alegre	02
João Afro	02
TOTAL GERAL: ESCOLAS 16	25

A Secretaria Municipal de Educação em parceria com o MEC/FNDE, de 2005 até o ano de 2011, implantou 37 (trinta e sete) Salas de Recursos Multifuncionais, sendo distribuídas nas seguintes Escolas das quais 16 (dezesseis) estão funcionando:

- Polo I/ Zona Oeste: 03 (três) - Antonio Ferreira da Silva, São Pedro e Maria Izaura;
- Polo II/Zona Sul: 04(quatro) - Manoel Aparício Nunes da Silva, Padre Chiquinho, Joaquim Vicente Rondon e Saul Bennesby;
- Polo III/Zona Norte: 06(seis) - Senador Darcy Ribeiro, João Ribeiro Soares, Engenheiro Francisco Erse, Pedro Tavares Batalha, Flor do Piquiá e Guadalupe;

- Polo IV/Zona Leste: 03(três) - 12 de Outubro, Profª Estela de Araújo Compasso e Bom Princípio;
- Escolas do Campo: 05(cinco) - Cora Coralina, 13 de Maio, Henrique Dias, Ana Adelaide Granjeiro e Nossa Senhora de Nazaré.

QUANTITATIVO DE SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS FUNCIONANDO



PROGRAMA ESCOLA ACESSÍVEL

Relação das escolas contempladas pelo Ministério da Educação/MEC por meio da Secretaria de Educação Especial/SEESP e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/ FNDE, com o Programa Escola Acessível, que objetiva a promoção da acessibilidade e apoio à inclusão escolar dos alunos público alvo da educação especial, em classes comuns do ensino regular.

N°	Cód	Escola	Valor de Custeio	Valor de Capital	Valor de Recurso
01	11003383	EMEF DRA ANA ADELAIDE GRANGEIRO	5.600,00	1.400,00	**7.000,00**
02	11003677	EMEF 04 DE AGOSTO	4.800,00	1.200,00	**6.000,00**
03	11047739	EMEF AUTA DE SOUZA	5.600,00	1.400,00	**7.000,00**
04	11002093	EMEF RIO MADEIRA	5.600,00	1.400,00	**7.000,00**
05	11040556	EMEF PROF MARIA JACIRA FEITOSA DE CARVALHO	6.400,00	1.600,00	**8.000,00**
06	11000864	EMEF DEIGMAR MORAES DE SOUZA	5.600,00	1.400,00	**7.000,00**
07	11000368	EMEF 13 DE MAIO	6.400,00	1.600,00	**8.000,00**
08	11002999	EMEF SAUL BENNESBY	5.600,00	1.400,00	**7.000,00**
09	11048310	EMEF FLOR DO PIQUIA	7.200,00	1.800,00	**9.000,00**
10	11047682	EMEIEF GUADALUPE	5.600,00	1.400,00	**7.000,00**
11	11001267	EMEF JOAO AFRO VIEIRA	4.800,00	1.200,00	**6.000,00**
12	11001038	EMEF ESTELA DE ARAUJO COMPASSO	6.400,00	1.600,00	**8.000,00**
13	11001011	EMEF ERMELINDO MONTEIRO BRASIL	5.600,00	1.400,00	**7.000,00**
14	11002310	EMEF PROFESSOR ANTONIO AUGUSTO R. DAS CHAGAS	5.600,00	1.400,00	**7.000,00**
15	11048506	EMEF FRANCISCO ELENILSON NEGREIROS	6.400,00	1.600,00	**8.000,00**
16	11002883	EMEF PINGO DE GENTE	6.400,00	1.600,00	**8.000,00**
17	11000473	EMEF ANTONIO FERREIRA DA SILVA	6.400,00	1.600,00	**8.000,00**
18	11045809	EMEF FRANCISCO JOSE CHIQUILITO COIMBRA ERSE	5.600,00	1.400,00	**7.000,00**
Total de Registros: 18			**105.600,00**	**26.400,00**	**132.000,00**

PARTICIPAÇÃO EM ENCONTROS E SEMINÁRIOS

- Participação de 05 (cinco) técnicas, no processo da Chamada Escolar, objetivando recadastrar novos alunos nas Escolas da Rede Municipal de Ensino de Porto Velho;
- Participação de 18 (dezoito) técnicas na Semana Pedagógica realizada nas Escolas da Rede Municipal de Ensino de Porto Velho, objetivando o acompanhamento das atividades realizadas pelas mesmas;
- Participação de 01 (uma) técnica como Conselheira Suplente em 08 (oito) Reuniões realizadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Porto Velho, objetivando a articulação das ações desenvolvidas pelo mesmo no ano de 2011;
- Participação de 05 (cinco) técnicas na inauguração da EMEI Canto do Uirapuru;
- Participação de 01 (uma) técnica na reunião do Departamento de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino- DADE, visando adquirir informações sobre a implantação do Programa Educação para Paz nas Escolas;



- Participação de 01 (uma) técnica em 09(nove) reuniões da Rede de Promoção e Proteção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, realizada pela Secretaria de Ação Social- SEMAS, objetivando articular as metas das atividades de 2011;
- Participação de 01 (uma) técnica na reunião realizada pelo Tribunal de Justiça referente a acessibilidade das pessoas com deficiência, objetivando aplicação de questionário junto ao público alvo, para providencias na solução das queixas;
- Participação de 01 (uma) técnica na reunião da Rede Municipal de Enfrentamento a Exploração Sexual de Criança e Adolescente, visando programar as Ações a serem desenvolvidas no dia 18 de Maio de 2011, organizada pelo Conselho Municipal de Diretos da Criança e Adolescente;
- Participação de 01 técnica em 08 reuniões na sala do Departamento de Educação, objetivando discutir sobre assuntos diversos;
- Participação de 04 técnicas no estudo do Estatuto do Servidor Municipal – LC 385/10, tendo como Palestrante o Sr. Antônio Fortunato, organizado pela Divisão de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração - SEMAD;

- Participação de 02 (dois) técnicas no evento do **Dia"18 de maio, dia de luta contra o Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes"** realizada no Ministério Público para assinatura do protocolo de reafirmação dos compromissos de partes no combate a violência e abuso sexual contra as crianças, organizado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente;
- Participação de 01 técnica no Curso de Educação Ambiental realizado pela **Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidoras-ABAD/São Paulo**, objetivando apresentar o Projeto Aprendendo a Reciclar, que será desenvolvido por 15 Escolas da Rede Municipal de Ensino de Porto Velho;
- Participação de 02 técnicas no **II Seminário de Educação Inclusiva** realizado pela Escola Senador Darcy Ribeiro, sendo uma delas como Oficineira, objetivando proporcionar aos participantes momentos de conhecimentos, discurssões e sensibilização através de atividades práticas;
- Participação de 01 (uma) técnica, na reunião **da Rede de Promoção e Proteção de Direitos da Pessoa com Deficiência**, teve como objetivo: Informar à respeito da 1ª formação de grupos de convivência de pais dos CRAS (Centro de Referencia Ação Social);
- Participação de 04(quatro) técnicas no **II Congresso Estadual das APAES** com o tema: Deficiências Intelectuais e Múltiplas, realizado pela Associação de Paes e Amigos dos Excepcionais de Rondônia/Ariquemes;






- Visita técnica e pedagógica realizada por duas técnicas na Secretaria Municipal e Estadual de Educação de Vitória/ES, visando observar in-loco a prática educativa inerente as políticas públicas de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva:
  - ✓ Atendimento Educacional Especializado;
  - ✓ Estimulação essencial

- ✓ Processo de avaliação e promoção de alunos com deficiência intelectiva, múltipla e transtorno global do desenvolvimento;
- ✓ Escolas Bilíngues: ensino de Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS e Língua Portuguesa escrita como segunda língua para alunos com surdez;
- ✓ Oficinas de preparação para o trabalho ou educação profissional para alunos com deficiência intelectiva, múltipla e transtorno global do desenvolvimento;
- ✓ Oficinas para estudantes público alvo da Educação Especial.





- Participação de 03 (três) técnicas no **curso "Abordagem Relacional"**, oferecido pela Gerência de Educação Especial/SEDUC, com o Tema **"Uma Perspectiva Inspiradora para o Autismo e Síndromes similares"**;
- Participação de 07(sete) técnicas no **1º Fórum de Discussão de Educação de Surdos,** com a temática **"Inclusão dos Surdos da Escola Estadual de Educação Especial Profº Abnael Machado de Lima"**;
- Participação de 06(seis) técnicas no arraial das Escolas: Esperança, Canto do Uirapuru, Wadih Darwich Zacarias, João Ribeiro Soares, Nossa Senhora do Amparo e São José;
- Participação de 02(duas) técnicas no curso **"Educando Para a Paz"**, oferecido pelo Departamento de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, contemplando Escolas da Rede Municipal de Ensino de Porto Velho;
- Participação de 01(uma) técnica na **aula inaugural da Universidade Aberta do Brasil – UAB**, conforme convênio do Município com a Universidade Federal de Rondônia (Unir), cujo O Programa é coordenado pela Secretaria Municipal de Educação – SEMED;
- Participação de 02(duas) técnicas na Semana de Atividades Pedagógicas na Escola Esperança, com a temática **"A importância da rotina escolar no planejamento diário"**, objetivando proporcionar aos professores conhecimentos, interação entre os turnos e momentos de reflexão sobre a prática educativa;

- Participação de 05(cinco) técnicas no **Seminário Católicas pelo Direito de Decidir**, realizado pela Coordenadoria Municipal de Políticas para as Mulheres, objetivando discutir sobre os direitos sexuais, reprodutivos e Estado Laico;



- Participação de 05(cinco) técnicas na 3ª Conferencia de Políticas para mulheres de Porto Velho, com o objetivo de debater a participação das mulheres nos espaços de poder e de decisão, realizada pela Coordenadoria Municipal de Politicas para as Mulheres e parceiros;
- Participação de 02(duas) técnicas no Seminário "Escola que reprova a homofobia" - Por uma educação inclusiva, com o objetivo de promover um encontro com técnicos em educação (Supervisores, Orientadores Educacionais e Psicólogos) para discussão sobre as práticas de enfrentamento da homofobia nas Escolas Estaduais de Rondônia;
- Participação de 1 técnica na Reunião Técnica realizada pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI em Brasília, objetivando promover a articulação entre o desenvolvimento profissional, gestão participativa, práticas de ensino e de aprendizagem e as políticas intersetoriais;
- Participação de 1 técnica na 4ª Amostra Cultural dos Trabalhos das Pessoas com Deficiência realizada em homenagem ao "Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência", no dia 21 de setembro, promovido pela Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS, com a participação e apoio das entidades que formam a Rede de Proteção e Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência;



- Participação de 02(duas) técnicas no PITSTOP realizado pelo Conselho Municipal dos |Direitos da Pessoa com Deficiência, em comemoração ao Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, bem como, divulgação da existência do Conselho;
- Participação de 03(três) técnicas, sendo uma como palestrante com o Tema: A Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva no Município de Porto Velho na Semana EDUCA realizada pela Universidade Federal de Rondônia-UNIR, objetivando proporcionar aos pesquisadores, docentes e discentes da área da Educação, um espaço de diálogo, discussão e construção do conhecimento;
- Participação de 12(dose) técnicas nas Festas de Formatura das Escolas: Nossa Senhora do Amparo, Paróquia São José, Pequeno Polegar, Madre Tereza de Calcutá, Metodista Wesleyana, Solar da Paz, Vovó Ana, Nossa Senhora do Amparo, Sementes do Araçá, Pequeno Mestre, Estrela do Amanhã e Castanheira;
- Realização de palestra por 03(três) técnicas no Tribunal de Contas do Estado de Rondônia com o Tema: Como Conviver com Pessoas com Necessidades Especiais, objetivando sensibilizar e conscientizar os funcionários no ambiente de trabalho;



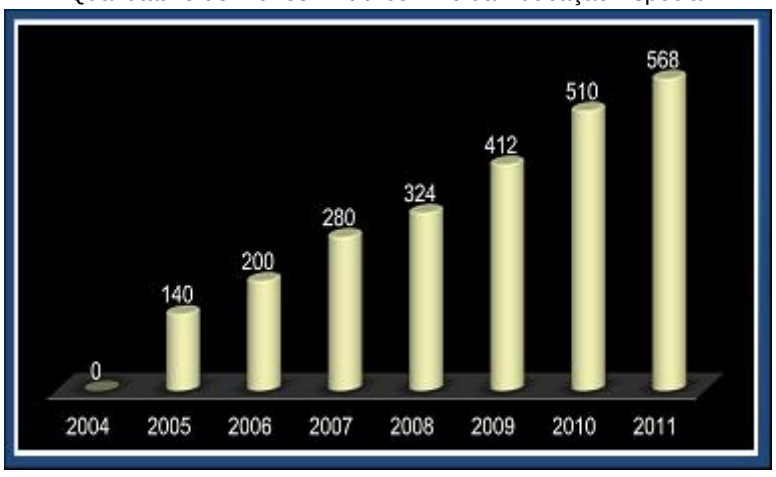
- Participação de 03(três) técnicas na Reunião realizada pela equipe Gestora e técnica da EMEF Joaquim Vicente Rondon, objetivando orientá-las quanto ao processo de avaliação dos alunos público alvo da educação especial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Divisão de Educação Especial- DIEES, que tem como objetivo viabilizar e dar sustentação ao processo da educação inclusiva, garantindo e implementando políticas públicas voltadas aos alunos/as com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, cumprindo o que preconiza a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, estabeleceu em seu Planejamento Estratégico Participativo - PEP, o Programa de Educação Inclusiva responsável em assegurar capacitação de recursos humanos entre outros, orientando os profissionais da educação quanto ao Atendimento Educacional Especializado- AEE, bem como, aquisição e a utilização de materiais pedagógicos e equipamentos disponibilizados, assegurando o acesso, a participação e a aprendizagem do público alvo da educação especial.

Diante as ações realizadas pela DIEES apresentadas neste relatório, percebe-se que no período de 2004 a 2011, houve um avanço significativo, demonstrado no elevado número de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação, incluídos nas salas de aulas comuns das Unidades Escolares Municipais de acordo com o gráfico a seguir*. Segundo (GANDHI)*: **"Se queremos progredir, não devemos repetir a história, mas fazer uma nova história".**

Quantitativo de Alunos - Público Alvo da Educação Especial



Alimentação Escolar



Recursos da Alimentação Escolar

Para o Ano de 2011, a Prefeitura através da Secretaria Municipal de Educação, ampliou o valor da per capta por aluno, no Programa Municipal de Alimentação Escolar, bem como incluiu os alunos da Educação de Jovens e Adultos que não faziam parte do programa.

Tais procedimentos geraram um aporte financeiro na Alimentação Escolar de R$ 186.460,00 a mais na melhoria da alimentação servida aos alunos.



	Fevereiro a Junho	Julho a Novembro	Aporte Financeiro
Educação Infantil	65.849,00	94.070,00	28.221,00
Ensino Fundamental	187.488,00	267.840,00	80.328,00
EJA	32.081,00	45.830,00	77.911,00
TOTAL			186.460,00

No ano de 2011 as despesas foram executadas de acordo com sua classificação funcional-programática, permitindo à Divisão atender aos compromissos decorrentes de suas atividades com os recursos oriundos do:

1. **Orçamento da União, dos Programas:**
   a. Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE;
   b. Programa Nacional de Alimentação Indígena – PNAI;
   c. Programa de Alimentação as Creches – PNAC.
2. **Convênios:**
   a. AAB/COMUNIDADE;
   b. SEGUNDO TEMPO.
3. **Orçamento do Município, dos Programas:**
   a. Programa Municipal de Alimentação Escolar – PMAE
   b. Gás Liquefeito de Petróleo - G.L.P.

Origem e Aplicação dos Recursos

PROGRAMA MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PMAE –			
PROGRAMA	**ALUNOS ATENDIDOS**	**OBJETIVO**	**VALOR INVESTIDO**
PMAE/INFANTIL	6.612	Repassar recursos financeiros às U.Ex das escolas municipais para aquisição de gêneros alimentícios para oferta de alimentação escolar.	R$ 133.844,00
PMAE/FUNDAMENTAL	26.784	Repassar recursos financeiros as U. Ex das escolas municipais para aquisição de gêneros alimentícios para oferta de alimentação escolar.	R$ 455.328,00

PROGRAMA MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PMAE –			
PROGRAMA	**ALUNOS ATENDIDOS**	**OBJETIVO**	**VALOR INVESTIDO**
PMAE - EJA	4.583	Repassar recursos financeiros as U. Ex das escolas municipais para aquisição de gêneros alimentícios para oferta de alimentação escolar.	R$ 77.911,00
Gás Liquefeito de Petróleo - GLP	Atendimento a todas as escolas urbanas e rurais.	Confecção da alimentação escolar dos alunos das escolas da Rede Pública Municipal de Ensino	R$ 129.700,00
PROCESSO DE DISPENSA – VASILHAMES - Gás Liquefeito de Petróleo - GLP	Atendimento com vasilhames para as escolas novas.	Adquirir vasilhames de 13kg GLP, para as escolas novas.	R$ 7.735,00
Abertura de PROCESSO de gêneros alimentícios aos professores do Projeto Ribeirinho/ Projeto KYOWÃ	22 professores participantes do Projeto Ribeirinho 05 professores para atender o Projeto KYOWÃ	Adquirir gêneros alimentícios.	R$ 51.020,83
PROJETO INTEGRANDO SABERES	Atende a 8.900 (oito mil, novecentos) alunos de 43 (quarenta e três) Escolas Municipais Urbanas e Rurais de Ensino Fundamental.	Aquisição de gêneros alimentícios para a merenda escolar.	R$ 109.612,62
AABB COMUNIDADE	Atender através de convênio 100 alunos da escola Elenilson Negreiros, com gêneros alimentícios para alimentação escolar.	Aquisição de gêneros alimentícios para a merenda escolar.	R$ 33.690,36

PROGRAMA MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PMAE –			
PROGRAMA	**ALUNOS ATENDIDOS**	**OBJETIVO**	**VALOR INVESTIDO**
ABERTURA DE PROCESSO para Aquisição de merenda para as escolas não escolarizadas RURAL.	1.192 alunos das escolas do campo, que não são escolarizadas nem estão no consórcio de escolas.	Aquisição de gêneros alimentícios para a merenda escolar.	R$ 109.750,00
ABERTURA DE PROCESSO para Aquisição de merenda para os alunos não contemplados no censo escolar.	2.478 alunos não contemplados no censo escolar de 2011.	Aquisição de gêneros alimentícios para a merenda escolar.	R$ 187.543,76
ABERTURA DE PROCESSO para Aquisição de merenda para os alunos pós censo.	1.601 alunos não contemplados no censo escolar de 2011.	Aquisição de gêneros alimentícios para a merenda escolar.	R$ 100.997,91
ABERTURA DE PROCESSO para Aquisição de merenda para os alunos da creche.	1.757 alunos para atender alunos da creche.	Aquisição de gêneros alimentícios para a merenda escolar.	R$ 179.233,02
ABERTURA DE PROCESSO para atender jogos internos escolares das escolas urbanas e algumas rurais.	10.696 alunos com jogos escolares.	Aquisição de gêneros alimentícios para a merenda escolar.	R$ 156.829,77
ABERTURA DE PROCESSO para atender jogos escolares das escolas das escolas da Ponta do Abunã.	2.553 alunos com jogos escolares das escolas.	Aquisição de gêneros alimentícios para a merenda escolar.	R$ 40.282,69
ABERTURA DE PROCESSO para atender os Projetos Interdisciplinar desenvolvidos pelas escolas.	2.862 alunos.	Aquisição de gêneros alimentícios como complementação para a merenda escolar.	R$ 27.497,00
TOTAL DE INVESTIMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO EM MERENDA ESCOLAR			**R$ 1.800.975,96**

PROGRAMAS DE FORMAÇÃO

PROGRAMA	ALUNOS ATENDIDOS	OBJETIVO	VALOR GASTO
ABERTURA DE PROCESSO para atender VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES DE APOIO	Participação de 1500 servidores da zona urbana e rural.	Realização do **"Encontro de Valorização e Integração dos Profissionais da Educação da Rede Municipal",** com a participação de 2.200(dois mil e duzentos) profissionais.	**R$ 139.911.50**
ABERTURA DE PROCESSO para curso de capacitação para atender 250 merendeiras/os das escolas urbanas e rurais.	Participação de 250 servidores da zona urbana e rural.	Realização do **"Seminário Boas Práticas e Gastronomia",** com a participação de 250(duzentos e cinqüenta merendeiros/as).	**R$ 95.204,55**
TOTAL DE INVESTIMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO EM CAPACITAÇÃO			**R$ 235.116.05**

Programas Nacional de Alimentação

PROGRAMA	ALUNOS ATENDIDOS	OBJETIVO	INVESTIMENTO
PNAC	**1596**	Repassar recursos financeiros as U. Ex das creches para aquisição de gêneros alimentícios para oferta de alimentação escolar.	**R$ 191.520,00**
PNAE/INFANTIL	**7.511**	Repassar recursos financeiros as U. Ex das escolas municipais infantis para aquisição de gêneros alimentícios para oferta de alimentação escolar.	**R$ 468.660,00**
PNAE/FUNDAMENTAL	**26.603**	Repassar recursos financeiros as U. Ex das escolas municipais do ensino fundamental para aquisição de gêneros alimentícios para oferta de alimentação escolar.	**R$ 1.596.180,00**
PNAE INDIGENA – PNAI	**120**	Repassar recursos financeiros a U. Ex da escola indígena.	**R$ 14.400,00**
PNAE – EJA	**4571**	Repassar recursos para oferta de alimentação escolar a alunos de Educação de Jovens e Adultos – EJA das escolas do Município de Porto Velho.	**R$ 274.260,00**
PNAE - ESCOLAS DO CAMPO	**1192**	Adquirir gêneros alimentícios para oferta de alimentação escolar a alunos do Ensino Fundamental e Infantil das Escolas Públicas do Campo.	**R$ 71.519,36**

Outros Programas de Alimentação

PROGRAMA	ALUNOS ATENDIDOS	OBJETIVO	VALOR
Programa MAIS EDUCAÇÃO	**9170**	Repassar recursos para oferta de alimentação escolar a alunos de Educação Integral.	**R$ 1.000.100.40**
Programa BRASIL ALFABETIZADO	**464**	Adquirir gêneros alimentícios para oferta de alimentação escolar a alunos beneficiados do Brasil Alfabetizado, do ensino fundamental das escolas da Rede Municipal do Município de Porto Velho.	**R$ 17.848,07**
CONVENIO DO GOVERNO FEDERAL Programa Segundo Tempo	**1.600**	Aquisição de gêneros alimentícios para beneficiar alunos do Programa Segundo Tempo, dividido em 08 (oito) núcleos abrangendo 08 (oito) escolas da Rede Municipal.	**R$ 71.548,40**
ESCOLAS PARTICULARES : NOVA ESTRELA PESTALLOZI APAE CENTRO DE ENS. PEQUENO POLEGAR	**328**	Adquirir gêneros alimentícios para oferta de alimentação escolar a alunos das escolas particulares conveniadas com a Prefeitura do Município de Porto Velho.	**R$ 20.920,02**
TOTAL GERAL DOS INVESTIMENTOS DO GOVERNO FEDERAL			**R$ 3.656.959,23**

Oficina de Capacitação de Merendeiras



A Capacitação das merendeiras ocorreu nos dias 24, 25 e 26 de outubro/2011. Foram



realizadas Palestras com a Vigilância Sanitária, ministrada por funcionário da Vigilância e palestra motivacional, com psicólogo, além de oficinas. Os temas abordados nas oficinas foram:

- "Diabetes, Obesidade e Hipertensão na Infância";
- "Pesos, Medidas Caseiras e porcionamento/Elaboração de receitas";
- "Higiene Pessoal, dos Alimentos e do Ambiente";
- "Planejamento de Cardápio e Rotulagem", e



- "Preparações de Proteína Texturizada de Soja e seus Benefícios".



2011

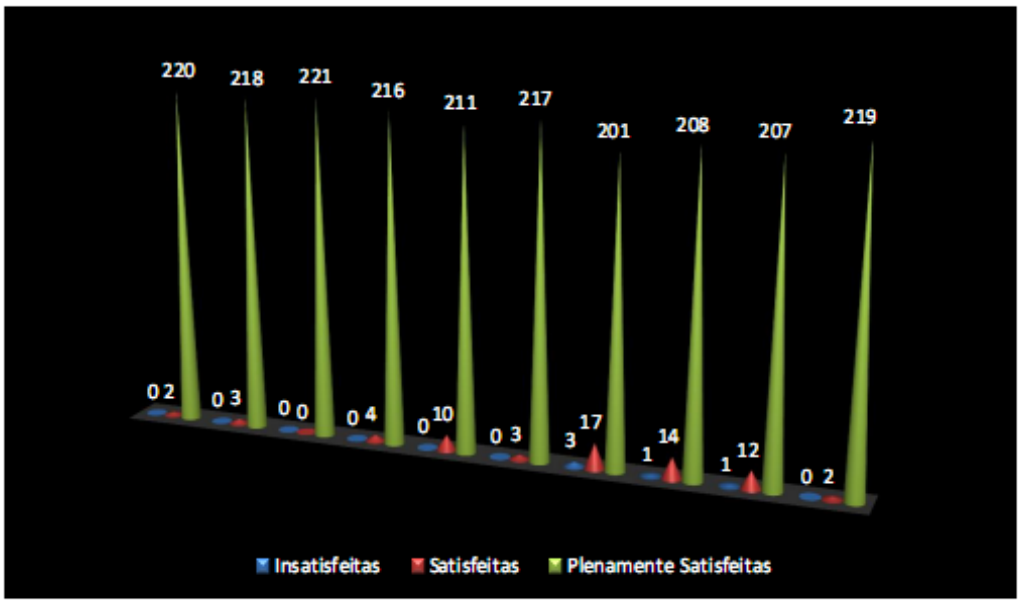
Capacitadas 250 Merendeiras

Oficina de Capacitação de Merendeiras

Avaliação das Oficinas:

1 - Avaliação da Oficina "Preparações de Proteína Texturizada da Soja e seus benefícios".

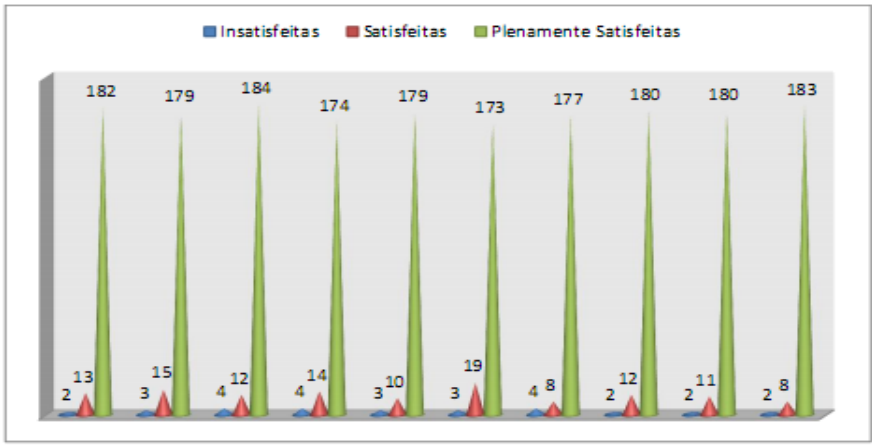
		Insatisfeitas	Satisfeitas	Plenamente Satisfeitas
1	Relacionamento com os Participantes	----	2	220
2	Habilidade com o uso de recursos didáticos	----	3	218
3	Domínio sobre o assunto	----	----	221
4	As informações novas correspondem às expectativas	----	4	216
5	A aplicabilidade dos assuntos no meu trabalho	----	10	211
6	A abordagem dos conteúdos ocorreu de forma clara, criativa, para despertar a atenção	----	3	217
7	A carga horária disponibilizada foi suficiente para discussão dos assuntos abordados	3	17	201
8	As condições físicas (local, iluminação, temperatura e equipamento)	1	14	208
9	As ações da coordenação do encontro (apoio administrativo, lanche)	1	12	207
10	Meu nível de aproveitamento	----	2	219



Oficina de Capacitação de Merendeiras

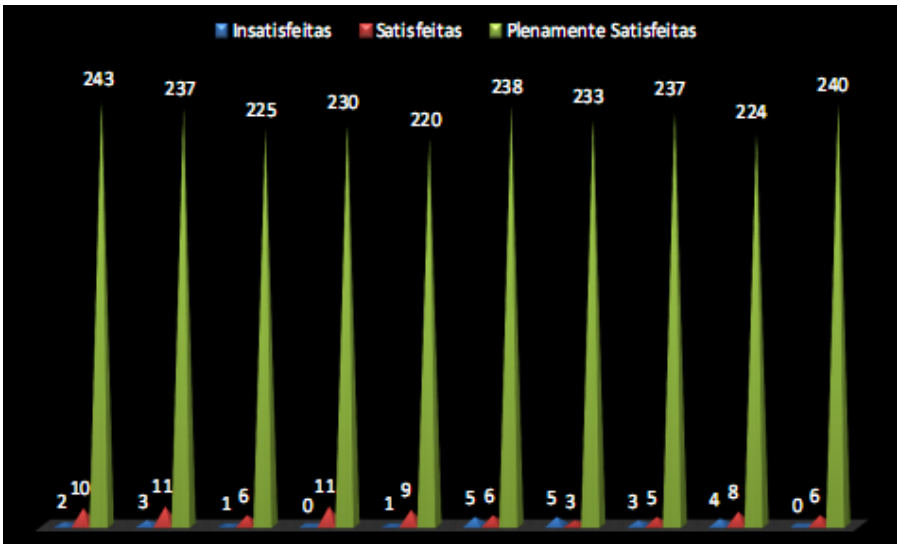
3 - Avaliação da Oficina "Pesos, Medidas Caseiras e Porcionamento/ Elaboração de receitas"

		Insatisfeitas	Satisfeitas	Plenamente Satisfeitas
1	Relacionamento com os Participantes	2	13	182
2	Habilidade com o uso de recursos didáticos	3	15	179
3	Domínio sobre o assunto	4	12	184
4	As informações novas correspondem às expectativas	4	14	174
5	A aplicabilidade dos assuntos no meu trabalho	3	10	179
6	A abordagem dos conteúdos ocorreu de forma clara, criativa, para despertar a atenção	3	19	173
7	A carga horária disponibilizada foi suficiente para discussão dos assuntos abordados	4	8	177
8	As condições físicas (local, iluminação, temperatura e equipamento)	2	12	180
9	As ações da coordenação do encontro (apoio administrativo, lanche)	2	11	180
10	Meu nível de aproveitamento	2	8	183



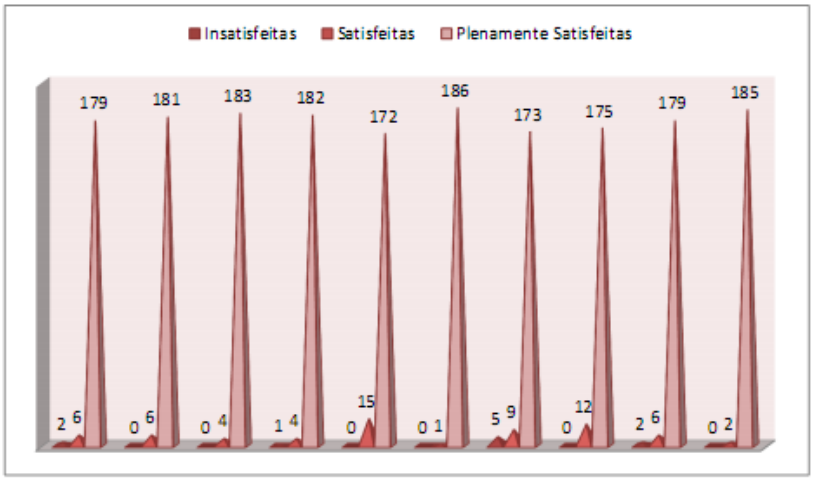
2 - Avaliação da Oficina "Diabetes, Obesidade e Hipertensão na Infância"

		Insatisfeitas	Satisfeitas	Plenamente Satisfeitas
1	Relacionamento com os Participantes	2	10	243
2	Habilidade com o uso de recursos didáticos	3	11	237
3	Domínio sobre o assunto	1	6	225
4	As informações novas correspondem às expectativas	---	11	230
5	A aplicabilidade dos assuntos no meu trabalho	1	9	220
6	A abordagem dos conteúdos ocorreu de forma clara, criativa, para despertar a atenção	5	6	238
7	A carga horária disponibilizada foi suficiente para discussão dos assuntos abordados	5	3	233
8	As condições físicas (local, iluminação, temperatura e equipamento)	3	5	237
9	As ações da coordenação do encontro (apoio administrativo, lanche)	4	8	224
10	Meu nível de aproveitamento	---	6	240



4 - Avaliação da Oficina “Higiene Pessoal, dos Alimentos e do Ambiente”

		Insatisfeitas	Satisfeitas	Plenamente Satisfeitas
1	Relacionamento com os Participantes	2	6	179
2	Habilidade com o uso de recursos didáticos	---	6	181
3	Domínio sobre o assunto	----	4	183
4	As informações novas correspondem às expectativas	1	4	182
5	A aplicabilidade dos assuntos no meu trabalho	---	15	172
6	A abordagem dos conteúdos ocorreu de forma clara, criativa, para despertar a atenção	---	1	186
7	A carga horária disponibilizada foi suficiente para discussão dos assuntos abordados	5	9	173
8	As condições físicas (local, iluminação, temperatura e equipamento)	---	12	175
9	As ações da coordenação do encontro (apoio administrativo, lanche)	2	6	179
10	Meu nível de aproveitamento	---	2	185



5 - Avaliação da Oficina “Planejamento de Cardápio e Rotulagem”

		Insatisfeitas	Satisfeitas	Plenamente Satisfeitas
1	Relacionamento com os Participantes	1	4	239
2	Habilidade com o uso de recursos didáticos	-	2	228
3	Domínio sobre o assunto	-	1	225
4	As informações novas correspondem às expectativas	-	12	218
5	A aplicabilidade dos assuntos no meu trabalho	-	1	216
6	A abordagem dos conteúdos ocorreu de forma clara, criativa, para despertar a atenção	2	4	220
7	A carga horária disponibilizada foi suficiente para discussão dos assuntos abordados	8	5	223
8	As condições físicas (local, iluminação, temperatura e equipamento)	-	-	240
9	As ações da coordenação do encontro (apoio administrativo, lanche)	2	1	216
10	Meu nível de aproveitamento	---	2	244





Elaboração de Cardápios e Supervisão



Foram elaborados cardápios para 52 Escolas Urbanas e 35 extensões, como segue abaixo:

ESCOLAS ATENDIDAS	CARDÁPIOS REALIZADOS DE ACORDO COM FAIXA ETÁRIA
Vovó Helena	Ensino Infantil e Fundamental
12 de Outubro (Extensões: Primeiros Passos, Bob Esponja, Madre Tereza de Calcutá, SEMEAR)	Ensino Infantil, Fundamental, Mais Educação e EJA
Tarumã	Ensino Fundamental
Tucumanzal	Ensino Infantil
São Miguel	Ensino Fundamental, EJA e Mais Educação
Semente do Araçá (Entensão: Pequenos Brilhantes)	Ensino Infantil
Santa Margarida	Ensino Infantil e Fundamental
Pequeno Polegar	Ensino Infantil e creche
Maria Izaura da Costa Cruz	Ensino fundamental
São Pedro	Ensino fundamental, EJA, Mais Educação
Som da Craviola	Ensino Infantil e Fundamental
Tucumã	Ensino fundamental
Ulisses Soares Ferreira	Ensino Fundamental, Mais Educação
Vôo da Juriti (Extensões: Oficina Criativa Luterana, Caminho para o futuro, Metodista Wesleyana, Tia Sônia, Assoc. Moradores e Amigos Bairro JK I)	Ensino Infantil, Fundamental e Mais Educação
Encanto do Ipê	Ensino Infantil
Francisco Elenilson Negreiros (Extensões: Escola Comunitária Cantinho do saber, GG e seus Amiguinhos, Lar de Nazaré)	Ensino Infantil e Fundamental

ESCOLAS ATENDIDAS	CARDÁPIOS REALIZADOS DE ACORDO COM FAIXA ETÁRIA
Famboyat	Ensino Fundamental
Semente do Araçá	Ensino Infantil
Saul Bennesby	Ensino fundamental, Mais Educação
Guaporé	Ensino Fundamental e Mais Educação
Rio Madeira	Ensino Fundamental, EJA, Mais Educação
Profº. Pedro Tavares Batalha (extensão: NEB II)	Ensino Fundamental e EJA
Antônio Ferreira da Silva	Ensino fundamental e Mais Educação
Alegria	Ensino Infantil
Antônio Augusto Rebelo das Chagas	Ensino Fundamental, EJA e Mais Educação
Bom Princípio (Extensão: Igreja Batista Memorial)	Ensino Infantil, Fundamental
Castanheira (Extensões: São José, Solar da Paz, Canto do Uirapuru)	Ensino Fundamental
Chapeuzinho Vermelho	Ensino fundamental e Mais Educação
Cor do Jambo	Ensino Fundamental
Darcy Ribeiro	Ensino Fundamental
Estrela do Amanhã	Ensino Infantil
Manoel Aparício Nunes Almeida	Ensino Fundamental, EJA
AABB	Ensino Fundamental
Auta de Souza	Ensino Infantil, Fundamental
Broto do Açaí	Ensino Fundamental
Joaquim Vicente Rondon	Ensino Fundamental, EJA e Mais Educação
Jornalista Fernando Escariz (Extensões: Lar da Criança, Marcelo Cândia)	Ensino Infantil, Fundamental

ESCOLAS ATENDIDAS	**CARDÁPIOS REALIZADOS DE ACORDO COM FAIXA ETÁRIA**
Esperança (Extensão: Mickey Mouse)	Ensino Infantil e creche
Estela de Araújo Compasso	Ensino fundamental e Mais Educação
Flor do Piquiá (Extensões: Paróquia São José, Sonhos de Criança, Nossa Senhora do Amparo)	Ensino Infantil, creche, fundamental e Mais Educação
Pequenos Brilhantes	Ensino Infantil
Pequeno Mestre	Ensino Infantil
Padre Geovani Mendes (Extensão: Rainha da Paz)	Ensino Infantil e Mais Educação
Dr. Tancredo de Almeida Neves (Extensões: Creche Escola Mulher Amiga, Vovó Ana, Aquarelinha do Saber, NEB I, Escola Maria Francisca dos Santos, AMA, Miguel Ferreira)	Ensino Infantil e fundamental
Moranguinho	Creche
Pé de Murici	Ensino Infantil e fundamental
Nacional (Extensão: Nacional I)	Ensino Infantil, fundamental, EJA e Mais Educação
Nova República	Ensino Infantil
Padre Chiquinho	Mais Educação
Pequenos Talentos	Ensino Infantil
Areal da Floresta (Extensão: Centro Educ. Batista El Shadday, Floresta Encantada)	Ensino Infantil, creche, fundamental

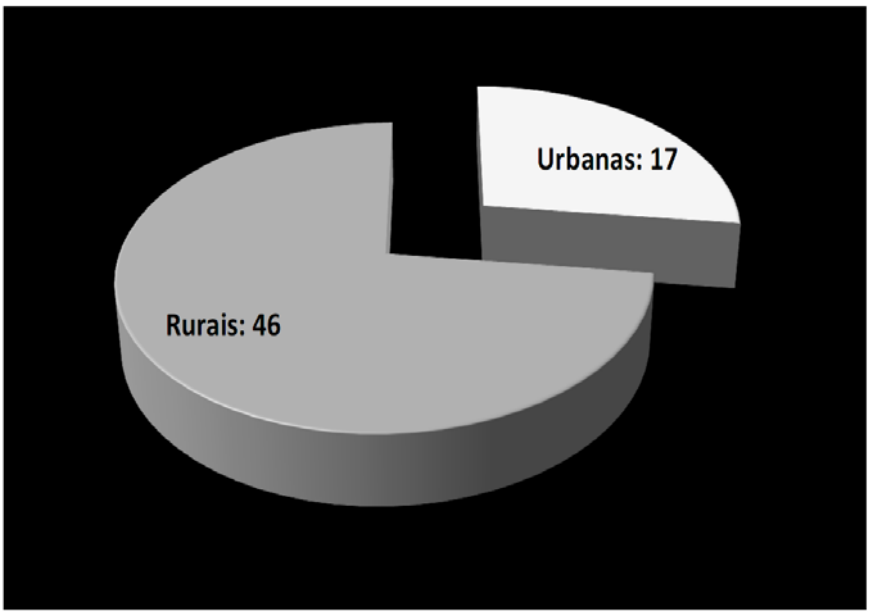
Foram elaborados cardápios para 72 Escolas Rurais, como segue abaixo:

ESCOLAS ATENDIDAS	CARDÁPIOS REALIZADOS DE ACORDO COM FAIXA ETÁRIA
Conselho Escolar das Escolas da Conser/BR: Nilo Peçanha, Maria Queiroz A. de Oliveira, Manoel Pedro Pereira, Odília Pereira de Oliveira	Ensino Fundamental
Conselho Escolar das Escolas Municipais Bohemundo, Francisco Sales, Progresso, Santo Antônio, União, Vale do Jamari	Ensino Infantil e Fundamental
Conselho Escolar das Escolas Municipais Baixa Verde, São Carlos, 15 de novembro, extensão da União da Vitória	Ensino Fundamental
Conselho Escolar das Escolas Municipais Gedocy Ruas Wolf, Novo Oriente, Bem Aventurança e José Ferreira	Ensino Fundamental
Conselho Escolar das E.M.E.F. Aníbal Martins, Leocárdio Pardo, Francisco Braga, São Luiz Gonzaga e Vidal de Negreiros.	Ensino Fundamental
Conselho Escolar das E.M.E.F. Dr. Renato Medeiros, Profª. Alzira Falcão, Profª. Maria Angélica Q. de Oliveira	Ensino Fundamental
Cora Coralina	Ensino Fundamental e EJA
Henrique Dias	Ensino Infantil, Fundamental, EJA e

ESCOLAS ATENDIDAS	CARDÁPIOS REALIZADOS DE ACORDO COM FAIXA ETÁRIA
Maria Casaroto Abati	Ensino Fundamental e EJA
Olímpia Salvatore	Ensino Fundamental
04 de Agosto	Ensino Fundamental
Novo Oriente	Ensino Fundamental
Nova Estrela	Ensino Fundamental
Nossa Senhora de Nazaré	Ensino Fundamental, EJA e Mais Educação
Pau Brasil	Ensino Fundamental
Rio Verde	Ensino Fundamental
03 de dezembro	Ensino Fundamental, EJA e Mais Educação
Santa Júlia	Ensino Fundamental
Rio Pardo	Ensino Fundamental
Projeto Ribeirinho	Ensino Fundamental
13 de Maio	Ensino Infantil, Fundamental, EJA e Mais Educação
Vidal de Medeiros	Ensino Fundamental
Vista Alegre	Ensino Fundamental
Visconde de Mauá	Ensino Fundamental
Francisco J. C.C. Erse	Ensino Fundamental
Antônio Augusto Vasconcelos	Ensino Fundamental
José Ferreira	Ensino Fundamental
Joaquim Vicente Rondon	Ensino Infantil, Fundamental, EJA e Mais Educação
José de Freitas e Joana D'Arc	Ensino Fundamental e Mais Educação
Deigmar Moraes de Souza	Ensino Fundamental e Mais Educação

Engenho do Madeira	Ensino Fundamental
João Afro Vieira	Ensino Infantil, Fundamental
Ercília Abigail	Ensino Fundamental
Ermelindo Monteiro Brasil	Ensino Fundamental e Mais Educação
Floriano Peixoto	Ensino Fundamental
Manoel Maciel Nunes	Ensino Fundamental
Manoel Granjeiro	Ensino Fundamental
Maria do Carmo Ribeiro	Ensino Fundamental
Barão do Rio Branco	Ensino Fundamental e EJA
Mãe Trabalhadora e Aconchego dos Pequeninos	Ensino Infantil
Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon	Ensino Infantil, Fundamental e Mais Educação
Menino Jesus	Ensino Fundamental
Nossa Senhora Aparecida	Ensino Fundamental
Erialdo Gomes do Carmo	Ensino Fundamental
Francisco C. Coimbra Erse	Ensino Fundamental e EJA
Maria Jacira	Ensino Fundamental, EJA e Mais Educação
Marco Azul	Ensino Fundamental

Foram realizadas visitas técnicas, pelas Nutricionistas, em 17 Escolas Urbanas e 46 Escolas da Zona Rural.



COMPRA DA AGRICULTURA FAMILIAR NAS ESCOLAS

Agricultura Familiar – Sabor do Campo

A Divisão de Alimentação Escola veio trabalhando nesse ano de 2011 conforme a Lei nº 11.947/2009 determina a utilização de, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo FNDE para alimentação escolar, na compra de produtos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (de acordo com o Artigo 14).



A nova Lei foi regulamentada pela Resolução nº 38, do Conselho Deliberativo do FNDE, que descreve os procedimentos operacionais que devem ser observados para venda dos produtos oriundos da agricultura familiar às Entidades Executoras. Assim cumprimos de forma fidedigna passo a passo do que foi determinado pela Lei 11.947/2009,sendo eles:

1º passo – Mapeamento dos produtos da agricultora familiar

2º passo – Construção do cardápio

3º passo – Chamada Pública

4º passo – Projeto de Venda

5º passo – Seleção dos Projetos de Venda

6º passo – Assinatura do Contrato

7º passo – Execução

Hoje a Secretaria Municipal de Educação conta com 110 agricultores familiares atentendo 62 escolas municipais, atingindo 30% da compra do Agricultor Rural. Até o dia 23 de dezembro de 2011 a Divisão de Alimentação Escolar receberá os espelhos do real valor investido na agricultura Familiar, por escola, no Município de Porto Velho.

Lista dos Produtores Familiares da Chamada Pública 001 11/02/2011 publicada em diário oficial DOM número 3.937.

Ord.	Agricultor	Localidade
01	Terezinha Grando Galina	EXTREMA
02	Zilvaneide da Silva Ozorio	
03	José da Silva Brito	
04	Ana Paula brito Nunes	
05	Marcilio Sordi	
06	Waldir de Freitas Viana	
07	Dulcilene Pereira do santos	
08	Pedro de O. Bordalo	JACI PARANÁ
09	José de Souza Santos	
10	Delcilani Pereira Nunes	
11	David Fialho Sales	
12	Moise de Azevedo	
13	Luciano de Oliveira Rebouças	
14	Tainá Batista dos Santos	
15	Elizangela Gonçalves da Silva	
16	Celi Jerônimo da Silva	
17	Genesio Aparecido Pereira	
18	Leandro Cordeiro da Rocha	
19	Cleide Mateus Sá Silva	
20	Welson Rodrigues de Souza	Gleba Jaci Paraná
21	Cleberson R. dos Santos	
22	Dirceu Rodrigues dos Santos	
23	João Maria dos Santos	
24	Aranildo Rosa dos Santos	
25	José Juvenil dos Santos	Joana Darc III
26	Edmilson Pereira de Souza	Joana Darc
27	Leocir Braun BAutz	
28	Tainá Batista dos Santos	
29	Cooperativa Agropecuária e Florestal do Projeto Reca Representado por 82 produtores todos com DAPS	Nova Califórnia

OUTROS PROGRAMAS MONITORADOS PELA DIVISÃO

Relatório de Visita as Escolas Beneficiarias do PAA/CONAB

Instituído pelo Art. 19 da Lei n. 10.696, de 02 de julho de 2003, e regulamentado pelo Decreto n. 6.447, de 07 de maio de 2008, o PAA tem como finalidade precípua o apoio aos agricultores familiares, por meio da aquisição de alimentos de sua produção, com dispensa de licitação. Os alimentos adquiridos diretamente dos agricultores familiares ou de suas associações e cooperativas são destinados à formação de estoques governamentais ou à doação para pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, atendidas por programas sociais locais. Segue relação de Escolas Beneficiárias para o ano de 2011:

1. Associação Comunitária Creche e Escola Infantil Pato Donald;
2. Associação Creche Mãe Trabalhadora do Bairro Ulisses Guimarães;
3. Associação Beneficente Criança Feliz;
4. Associação Creche e Escola Aconchego dos Pequeninos;
5. Associação Assistencial Educ. Zona Leste do Município de Porto Velho – Lar da Criança;
6. Escola Municipal de Educação Infantil e Fundamental Vovó Helena;
7. Creche Escola Tia Sônia;
8. Associação de Mulheres Moradoras do Bairro Três Marias (escolinha Primeiros Passos);
9. Creche Três Marias;
10. Escola Maria de Nazaré;
11. Associação Civil Amigos da Tia GG;
12. E.I.E.F. Mickey Mouse;
13. Associação Educacional Caminho para o Futuro;

14. Associação Beneficente Bob Esponja;
15. Associação Wesleyana de Ação Social de Porto Velho;
16. Associação de Moradores e Amigos do Bairro JK;
17. Associação Beneficente Educacional Nova Aliança;
18. Conselho Escolar da Escola Municipal de Educ. Inf. E Fund. Esperança;
19. Centro Educacional Batista El-Shadday;

As previsões contemplam o atendimento 3.948 (três mil novecentos e quarenta e oito) alunos do Ensino infantil, fundamental e creches, totalizando 19 Escolas para o período letivo de 2011/2012, benefício esse, oriundo do Projeto de Doação Simultânea - Complemento à Alimentação Escolar do Programa Fome Zero.

Saúde Escolar



Ao longo dos anos a existência da Divisão de Saúde Escolar – DISE/DAE tem prestado grande contribuição à melhoria das condições gerais de assistência à saúde da população infanto-juvenil da rede municipal de educação de Porto Velho.

Neste sentido, a Secretaria Municipal de Educação – SEMED se apresenta como respeitável exemplo do grande alcance de poder transformador das necessidades educacionais da população sob sua responsabilidade.

Dentre suas ações, tem agregado diversos tipos de serviços a fim de atender às diferentes necessidades dos educandos da rede municipal de ensino, atingindo consequentemente toda a comunidade escolar, família e sociedade onde estão inseridos.

Destacamos com exemplos que gerarão impactos e mudanças no cotidiano das populações beneficiárias: as campanhas e oficinas de Combate a Violência Doméstica, Violência Sexual, Drogas, Gravidez na Adolescência, DSTs/AIDS. Quanto aos serviços de saúde curativa podemos citar como avanço: as consultas oftalmológicas, confecção de próteses visuais, sessões de fonoaudiologia, exames de audiometria, eletroencefalogramas, tomografia computadorizada, consultas odontológicas, tratamentos dentários, entre outros.

Estas ações têm o objetivo de agregar valor às ações da SEMED no âmbito de seu papel social, especialmente por que temos a convicção de que a promoção da saúde nas escolas municipais de Porto Velho pode contribuir de forma decisiva para a melhoria da qualidade de vida e da saúde integral dos educandos.

Acreditamos que a escola representa um lugar privilegiado para ações educativas na área de saúde, além de um ambiente de democratização de saberes e práticas entre os diversos grupos que dela fazem parte: estudantes, professores, famílias, profissionais de educação, profissionais de saúde e comunidade.

Programa de Saúde Geral

O Programa de Saúde Geral visa à realização de ações voltadas à informação e prevenção sobre a Saúde Geral do Educando, objetivando responder a uma exigência do Programa de Proteção à Criança e ao Adolescente da Rede Municipal de Ensino de Porto Velho.

Assim sendo, o Programa de Saúde Geral é organizado em diversas ações e projetos que têm o objetivo de atender as diferentes necessidades apresentadas pelos educandos.

Atividades dos Agentes de Saúde Escolar

Os agentes de saúde realizam as ações nas escolas, onde são lotados a fim de realizar prevenção e detectar problemas de saúde já existentes nos escolares. Quando problemas são detectados, as providências relativas aos atendimentos são tomadas e feitos os esclarecimentos e encaminhamentos necessários.

Quando existe alguma suspeita de problema de saúde, os educandos são encaminhados para consultas médicas com especialistas e, em alguns casos, são encaminhados para o tratamento específico.

Demonstrativo de Consultas Médicas e Exames Realizados

ESPECIALIDADE	UNIDADE	EXECUTADO
Neurologista	Consultas	85
Otorrinolaringologista	Consultas	26
Audiometria	Exames	09
Eletroencefalograma	Exames	15
Fonoaudiologia	Sessões	80
Tomografia Computadorizada	Exames	01
Total		**216**

QUADRO DEMONSTRATIVO DE PROFISSIONAIS QUE DESENVOLVERAM AÇÕES NAS ESCOLAS COMO AGENTES DE SAÚDE ESCOLAR – ASE'S

NOME:	ESCOLA
1. Fausta Carvalho da Silva	E.M.E.F. Raimunda Agostinho
2. Maria Luiza F. Queiroz	E.M.E.F. Raimunda Agostinho
3. Tielen Knight da Silva	E.M.E.F. Maria Izaura

A participação em eventos, realizações e capacitações na área de saúde também é uma preocupação da Divisão de Saúde, por isso sempre que possível, sua equipe está envolvida nessas atividades.

Quadro de Atividades

EVENTO/ CAMPANHA	PERÍODO	PARTICIPANTE	REALIZAÇÃO/INSTITUIÇÃO
Combate a Dengue	Fev/Novembro	Escolas urbanas e rurais	E.M.E.F. Professo Antônio Augusto Rebelo das Chagas E. M.E.F Maria Izaura
Caminhada dia Mundial de Prevenção e controle da diabetes	Novembro	Sede-SEMED	SEMED
Dia da Promoção a Qualidade de Vida intitulada "Agita Porto Velho 2011"	Abril	Comunidade/SEMUSA/ SEMED	SEMUSA em Parceria com a SEMED
Ação comunitária na Colônia Viçosa	Março	Comunidade/SEMUSA/ PM/SEMED	Policia Militar
EMEF Elenilson Negreiros	Maio	50 alunos	DISE
Ficha de anamnese para avaliação das medidas antropométricas dos escolar	Maio a Junho	Todas as escolas da rede municipal	DISE
Audiência Pública da Vila Princesa	Junho	Comunidade da Vila Princesa	E.M.E.F Escola João Afro em parceria com os demais orgãos
Escola 13 de Maio Execução do Projeto Saúde na Educação	Novembro		DISE/SEMED
Escola Maria Jacira Execução do Projeto Saúde na Educação	Novembro		DISE/SEMED
Escola José Augusto Execução do Projeto Saúde na Educação	Novembro		DISE/SEMED
Projeto : De mãos dadas com Jacy- Paraná Escola CoraCoralina.Atendimento clínico oftalmológico	Novembro	Alunos da rede	DISE/SEMED
Escola Rio Pardo Atendimento clínico oftalmológico	Novembro	Alunos da rede	DISE/SEMED
Escola 13 de Maio Atendimento clínico oftalmológico	Novembro	Alunos da rede	DISE/SEMED
Escola Henrique Dias. Execução do Projeto Saúde na Educação.	Novembro	Alunos da rede	DISE/SEMED
Formação do Grupo de trabalho intersetorial - PSE	Novembro	SEMED/SEMUSA	SEMED

Ações Realizadas

Tenda da Saúde: aferição da Pressão Arterial, Avaliação do IMC, Teste de Glicemia Capilar, Exame Físico Básico e Orientações de Higiene Corporal.





Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas: Saúde Sexual e Reprodutiva (Planejamento Familiar, Prevenção as DSTs/AIDS, Gravidez na Adolescência).





Projeto Escola Amiga e Violência não é Brincadeira: Promoção da Cultura de Paz, Enfrentamento a Violência contra Crianças e Adolescente e Combate ao Bulling.





Projeto Escola Promotoras de Saúde: Atividade Física e Alimentação Saudável.





Proerd: Palestra sobre o Combate a Drogas Licitas e Ilicitas.





Triagens e Atendimento Clínico de Oftalmológicas: Aos alunos do Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos.



Média de Atendimento dos Projetos:
4.908 alunos

DISTRITO DE UNIÃO BANDEIRANTE





SAÚDE NA EDUCAÇÃO – DISTRITO DE EXTREMA





SAÚDE NA EDUCAÇÃO – DISTRITO DE SÃO CARLOS





SAÚDE NA EDUCAÇÃO – DISTRITO DE ABUNÃ





SAÚDE NA EDUCAÇÃO – DISTRITO DE UNIÃO BANDEIRANTES













AÇÃO COMUNITÁRIA NA COLONIA VIÇOSA





SEMANA MUNDIAL DO CONTROLE DA DIABETES





DIA NACIONAL DA QUALIDADE DE VIDA





AÇÃO NA ESCOLA RIO PARDO





TRAILER ODONTOSESC





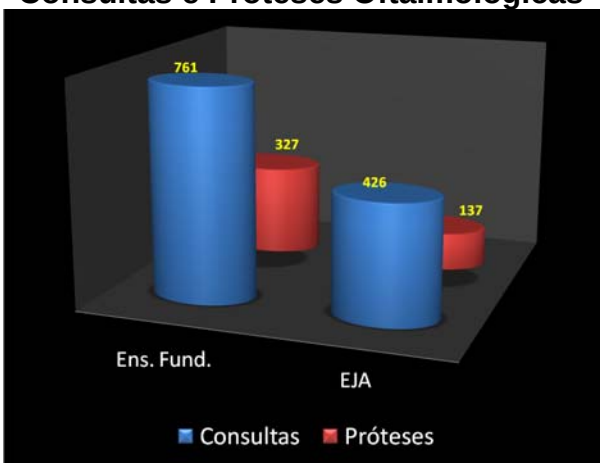
OFTALMOLOGIA





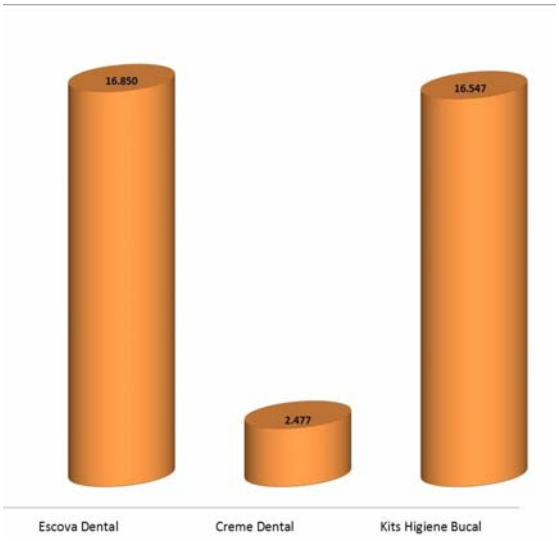
Programa de Oftalmologia

Consultas e Próteses Oftalmológicas



Programa de Odontologia





Locais de Atendimento

- MARIA ISAURA – Cirurgião Dentista Marise
- WADIH D. ZACHARIAS - Cirurgião Dentista Rita de Cássia

- SÃO PEDRO - Cirurgião Dentista Cleiri
- SÃO PEDRO - Cirurgião Dentista Ilza
- JOAQUIM VICENTE RONDON - Cirurgião Dentista Anna Giselle
- JOAQUIM VICENTE RONDON - Cirurgião Dentista Andrea
- FRANCISCO ERSE - Cirurgião Dentista Solange
- AUGUSTO REBELO - Cirurgião Dentista Suraia
- REBELO - Cirurgião Dentista Luciana
- ESTELA COMPASSO - Cirurgião Dentista Gilvan
- TRAILLER - ODONTOSESC

Foram realizadas nas escolas palestras preventivas, escovação, aplicação de Flúor e distribuição do material de Higiene Bucal (Escova, creme e Fio Dental) pelas técnicas Dina e Claudete.

ESCOLAS	ESCOVA DENTAL	CREME DENTAL	KITS HIGIENE BUCAL
EMEF Ermelindo Brasil	220	24	90
EMEIF Moranguinho			230
EMEIF Pé de murici	300	149	
EMEIF Castanheira	200		440
EMEIF Escola Nossa Senhora do Amparo			850
EMEIF Raimundo Agostinho	450	-	190
EMEIF Moises Ferreira			260
EMEF Semente do Araçá			170
EMEIF Areal da Floresta			208
EMEF Projeto Ribeirinho			250
EMEIF Dr. Ana Adelaide Granjeiro	240	120	115
EMEF Novo Oriente			12
EMEIF Flor do Amazonas			40
EMEIF Elshaday			150
EMEF José Ferreira			40
EMEIF Bem Aventurança			20
EMEF Pequeno Mestre			335
EMEIF Batista Wesleiana Elshaday			125
EMEF Gedocy Ruas Wolf			20
EMEIF Miguel Ferreira			218
EMEIF Francisca A.V. Jesus	50		20
EMEIF Canto do Uirapuru			200
EMEF Olimpia Salvatore	100	50	105
EMEIF Rio Pardo	30	24	70
EMEF Odilia Pereira	50	12	20
TOTAL	1.640	379	4.178

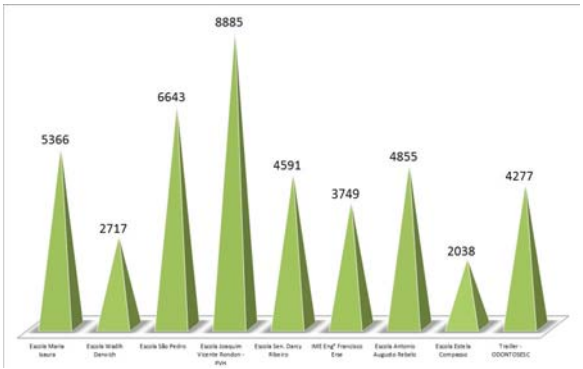
ESCOLAS	ESCOVA DENTAL	CREME DENTAL	KITS HIGIENE BUCAL
EMEIF Heitor Vila Lobos			38
EMEF Jaime de Alencar	50	60	31
EMEIF Santa Margarida			200
EMEIF Som da Craviola	200	156	420
EMEIF Jose de Freitas	200	24	100
EMEF Broto do Açai	300	36	
EMEIF Pequeno Polegar			100
EMEF Jose Rodrigues			50
EMEIF Pequeno Brilhantes			200
EMEF Estrela da Manhã			230
EMEIF Tucumã			300
EMEIF Vôo da Juriti	450	48	300
EMEIF Vista Alegre			100
EMEF Buriti			300
EMEIF Darcy Ribeiro	800	36	125
EMEF Pingo de Gente	400	48	300
EMEIF Elenilson Negreiro			840
EMEF Auta de Souza	300	48	200
EMEIF Bob Esponja			150
EMEIF Francisco Sales			60
EMEIF Pequeno Jhones			700
EMEF Santa Marcelina (BR)			230
EMEIF Associação JK			220
EMEF Rainha da Paz			270
EMEIF Visconde de Mauá	50	12	
TOTAL	2.750	468	5.464

ESCOLAS	ESCOVA DENTAL	CREME DENTAL	KITS HIGIENE BUCAL
EMEF União			80
EMEIF Vale do Jamari			80
EMEIF São Carlos			1000
EMEIF Wadih Darwich Zacarias	500		400
EMEF Deigmar de Morais			420
EMEIF Oficina Creativa			95
EMEF Nucleo de Calama	500	144	200
EMEIF Uinião Bandeirante	500		950
UBS Rafael Vaz e Silva			100
Sargento Nascimento (ação comunitária)	500		
EMEIF Cantinho Feliz			100
Núcleo de Extrema	2000	432	800
Paróquia São João Bosco	200	12	100
Lar da Criança	450	144	
Odonto SESC	350	12	200
EMEIF Ulisses Soares Ferreira	900	100	
EMEF Flamboyant	600	30	
EMEIF Joaquim Vicente Rondon	250		
UNIRON	30	12	
EMEIF Antonio Augusto Rabelo	150		
Associação Zequinha Araujo	100		
EMEIF São Pedro	300		200
EMEF Marco Azul	30	12	100
EMEIF Estela Compasso			200
	7.360	898	5.025

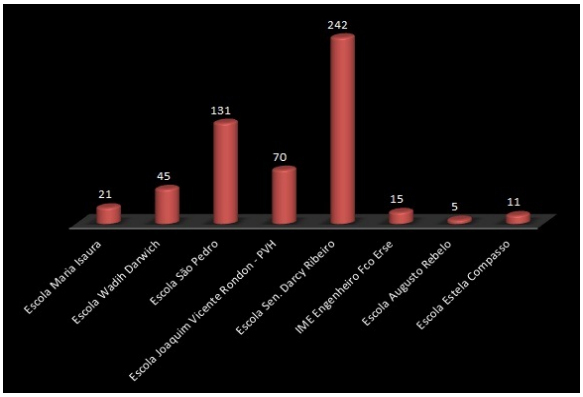
ESCOLAS	ESCOVA DENTAL	CREME DENTAL	KITS HIGIENE BUCAL
HOSPITAL DE BASE	50		
RECANTO DO VOVÔ	50	34	
EMEIF Olavo Pires	400		
EMEIF Engº Francisco Erse			400
EMEF Padre Chiquinho	600	74	
EMEIF Maria Angelica (BR)	200	12	
EMEF Maria Angelica Baixo Madeira			50
EMEIF Rio Guaporé	600	48	
EMEF Jose de Freitas	100	36	100
EMEIF Henrique Dias	400	48	100
EMEIF Pedro Tavares Batalha	500	48	100
EMEIF Maria Izaura	450		90
EMEF Chapeuzinho Vermelho	450	48	
Centro de Reabilitação Familia Rosetta	250	144	
EMEF Tarumã	150	36	140
EMEIF Saul Bennesby	200	48	
UniãoVegetal	200	12	
EMEIF Santa Julia			70
EMEIF Barão Rio Branco	50	24	25
EMEIF João Afro Vieira	250	48	400
EMEF Semear			240
EMEIF Maria Francisca			165
Escola Técnica Saúde	50	24	
EMEF Dr Tancredo Neves	150	48	
TOTAL	5.100	732	1.880

- Quantidade de Atendimento Programa de Odontologia Total: 43.121

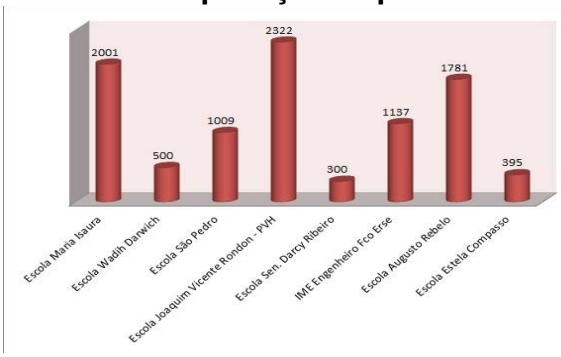




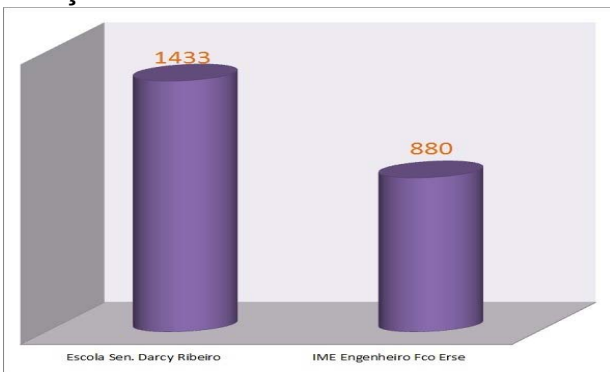
Atividade Educativa, Orientação de Grupo no Atendimento Básico



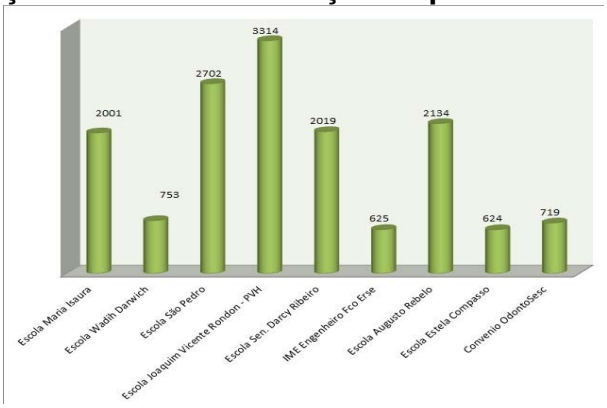
Ação Coletiva: Aplicação Tópica de Flúor Gel



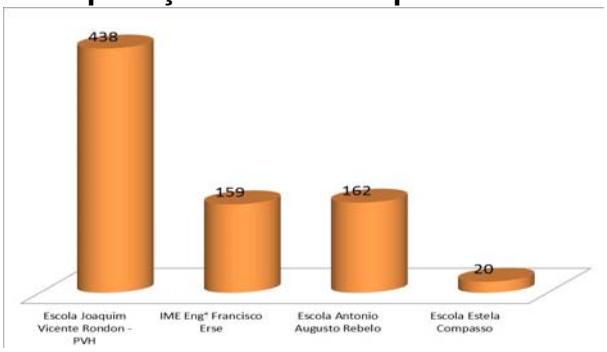
Ação Coletiva: Bochecho Fluorado



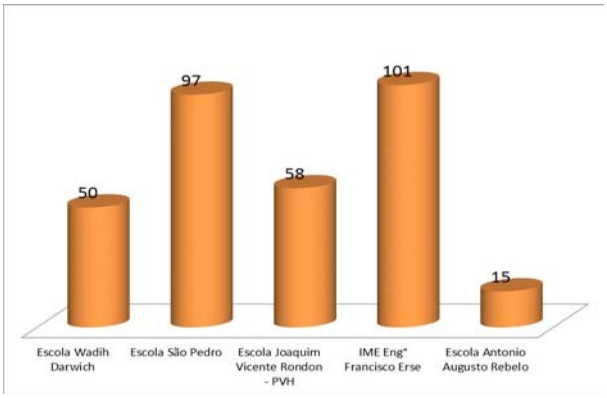
Ação Coletiva: Escovação Supervisionada



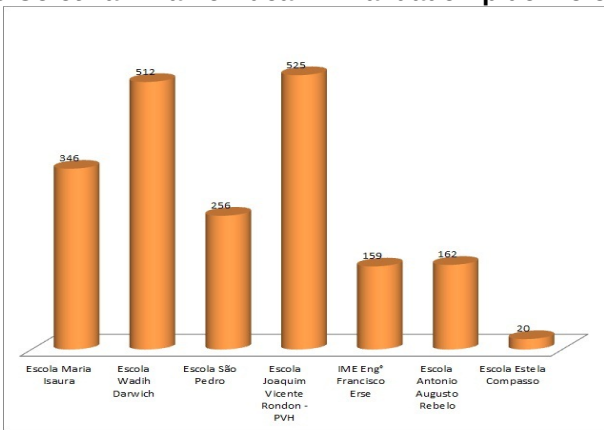
Aplicação de Selante por Dente



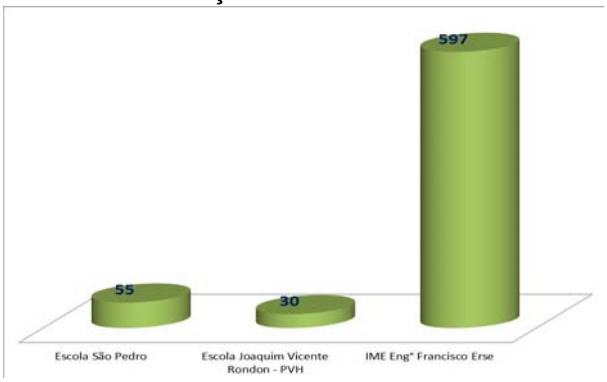
Selamento Provisório de Cavidade Dentária



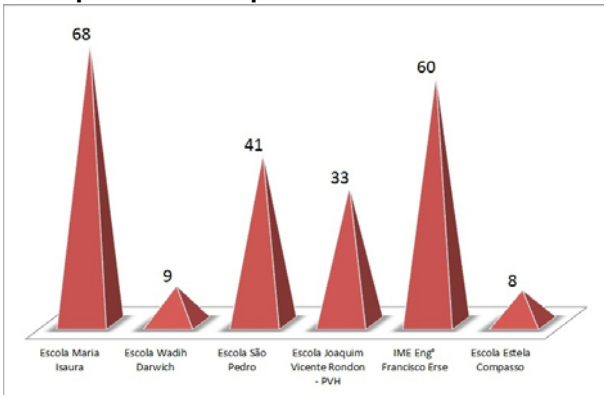
Ação Coletiva: Exame Bucal - Finalidade Epidemiológico



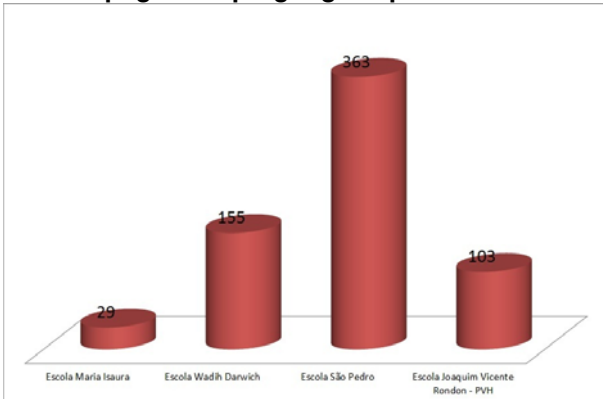
Evidenciação de Placa Bacteriana



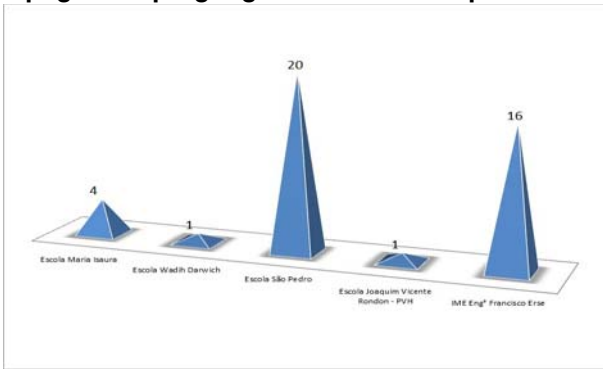
Capeamento Pulpar Permanente Decíduo



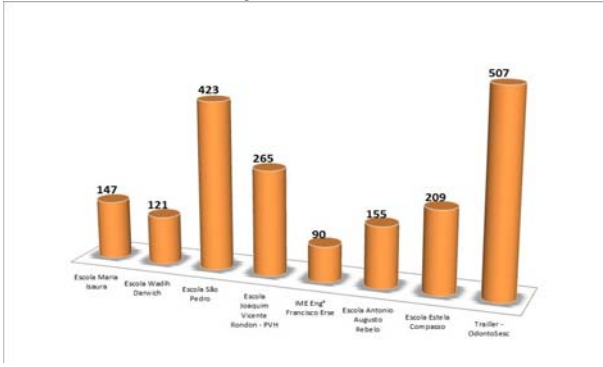
Raspagem Supragengival por Sextante



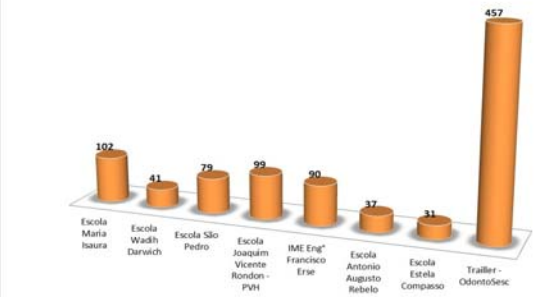
Raspagem Supragengival e Polimento por Sextante



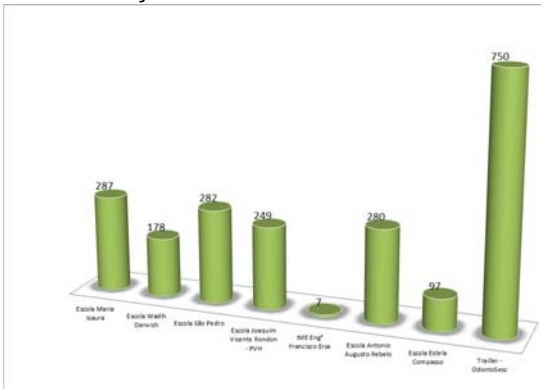
Restauração Dente Decíduo



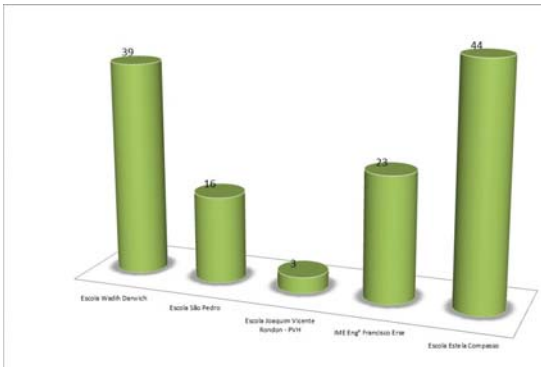
Restauração de Dente Permanente Anterior



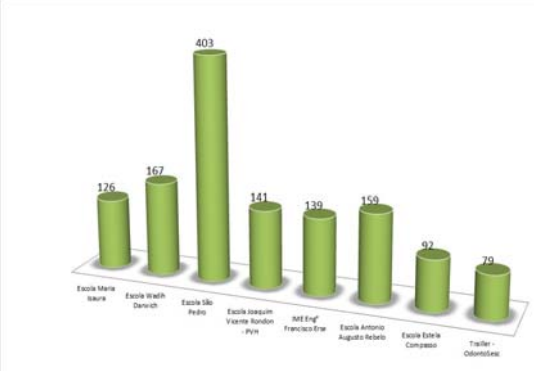
Restauração de Dente Permanente Posterior



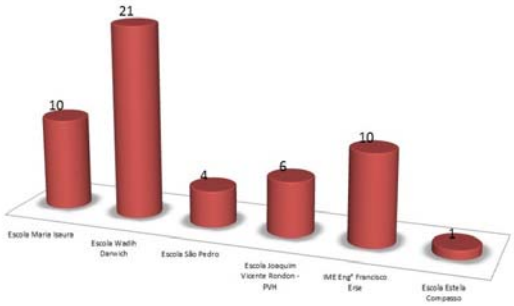
Pultomia em Decíduo ou Permanente



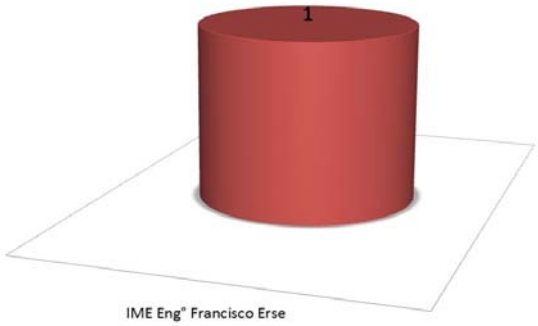
Exodontia de Dente Decíduo



Exodontia de Dente Permanente



Tratamento Cirúrgico Hemorragia Bucodental



Programa de Saúde na Escola - PSE

Adesão e Aprovação das Metas de Atendimento Ação Conjunta da Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Saúde

O Programa Saúde na Escola (PSE) visa à integração e articulação permanente da educação e da saúde, proporcionando melhoria da qualidade de vida da população brasileira.

O PSE tem como objetivo contribuir para a formação integral dos estudantes por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e jovens da rede pública de ensino.

O público beneficiário do PSE são os estudantes da Educação Básica, gestores e profissionais de educação e saúde, comunidade escolar e, de forma mais amplificada, estudantes da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A Escola é a área institucional privilegiada deste encontro da educação e da saúde: espaço para a convivência social e para o estabelecimento de relações favoráveis à promoção da saúde pelo viés de uma Educação Integral.

Para alcançar estes propósitos o PSE foi constituído por cinco componentes:

a) Avaliação das Condições de Saúde das crianças, adolescentes e jovens que estão na escola pública;

b) Promoção da Saúde e de atividades de Prevenção;

c) Educação Permanente e Capacitação dos Profissionais da Educação e da Saúde e de Jovens;

d) Monitoramento e Avaliação da Saúde dos Estudantes;

e) Monitoramento e Avaliação do Programa.

Metas Pactuadas em 2011 para aplicação em 2012

Metas Pactuadas por Componente / Ação de Implementação PSE		
NO QUADRO ABAIXO ESTÃO IDENTIFICADAS AS METAS PACTUADAS PELO MUNICÍPIO.		
COMPONENTE I - AVALIAÇÃO CLÍNICA E PSICOSOCIAL		
LINHA DE AÇÃO	**AÇÃO**	**META PACTUADA**
Avaliação Antropométrica	Realizar avaliação antropométrica	4500
Atualização do Calendário Vacinal	Realizar a verificação da carteira de vacinação dos escolares	4500
Detecção precoce de Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS)	Aferir a pressão arterial e identificar os escolares com HAS	4500
Detecção precoce de Agravos de Saúde Negligenciados (prevalentes na região:hanseníase, tuberculose, malária, ect)	Realizar avaliação clínica para identificar sinais de agravos de saúde negligenciados observando indicadores epidemiológicos locais	4500
Avaliação Oftalmologica	Realizar a triagem de acuidade visual dos escolares (Teste de Snellen) e identificar escolares com problemas visuais	4500
Avaliação Auditiva	Avaliar e identificar os escolares com dificuldade de audição	3500
Avaliação Nutricional	Avaliar o estado nutricional e de hábitos alimentares dos escolares	4500
Avaliação da Saúde Bucal	Avaliar o estado de saúde bucal dos escolares e identificar os escolares com necessidade de cuidado em saúde bucal	4500
Avaliação Psicosocial	Verificar escolares sem registro civil e encaminhar a informação / dados dos escolares ao Conselho Tutelar	4500

Metas Pactuadas em 2011 para aplicação em 2012

Metas Pactuadas por Componente / Ação de Implementação PSE		
NO QUADRO ABAIXO ESTÃO IDENTIFICADAS AS METAS PACTUADAS PELO MUNICÍPIO.		
COMPONENTE II - PROMOÇÃO E PREVENÇÃO À SAÚDE		
LINHA DE AÇÃO	**AÇÃO**	**META PACTUADA**
Ações de Segurança Alimentar e Promoção da Alimentação Saudável	Realizar atividade educativa sobre promoção da alimentação e modos de vida saudáveis com a comunidade escolar, considerando os alimentos regionais	9000
Promoção das Práticas Corporais e Atividade Física nas Escolas	Oferecer práticas corporais orientadas, relacionadas à realidade da comunidade, incluídas no cotidiano escolar	9000
Saúde e prevenção nas Escolas (SPE):Educação para a Saúde Sexual, Saúde Reprodutiva e prevenção das DST/AIDS - Saúde e Preveção nas escolas	Realizar atividades abordando as temáticas da saúde sexual, saúde reprodutiva e prevenção das DST/AIDS e Hepatites Virais no cotidiano da escola	9000
	Formar jovens multiplicadores para atuarem entre pares nas temáticas envolvendo saúde sexual, saúde reprodutiva e prevenção das DST/AIDS e Hepatites Virais	7000
Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE):Prevenção ao uso de Álcool e Tabaco e outras Drogas	Realizar atividades abordando a temática dos riscos e danos do uso de álcool, tabaco, crack e outras drogas no cotidiano da escola	9000
Promoção da Cultura de Paz e Prevenção das Violências	Realizar atividades abordando as temáticas da diversidade sexual, Bullyng, homofobia, discriminação e preconceito no cotidiano da escola	9000
Promoção da saúde ambiental e desenvolvimento sustentável	Realizar atividades de sensibilização, responsabilização e intervenção do cuidado consigo mesmo e com o ambiente escolar	9000

Metas Pactuadas em 2011 para aplicação em 2012

Metas Pactuadas por Componente / Ação de Implementação PSE		
NO QUADRO ABAIXO ESTÃO IDENTIFICADAS AS METAS PACTUADAS PELO MUNICÍPIO.		
COMPONENTE III - EDUCAÇÃO PERMANENTE		
LINHA DE AÇÃO	**AÇÃO**	**META PACTUADA**
Educação permanente e capacitação local de profissionais da educação nos temas da saúde e constituição das equipes de saúde que atuarão nos Territórios do Programa Saúde na Escola	Capacitar os profissionais da saúde e educação para gestão intersetorial do PSE	73
	Capacitar os profissionais da saúde e educação para aplicação do Teste de Snellen (acuidade visual)	73
	Capacitar os profissionais de saúde e educação para trabalhar com as temáticas: Educação para a Saúde Sexual, Saúde Reprodutiva e prevenção das DST/AIDS - Saúde e Prevenção nas Escolas: Promoção da Alimentação Saudável: Prevenção ao uso de Álcool e Tabaco, Crack e outras Drogas	73



Integrando Saberes

Programa Municipal de Educação Integral
Integrando Saberes



- **2008 - 33 Escolas**
- **2009 - 42 Escolas**
- **2010 - 41 Escolas**
- **2011 - 51 Escolas**

Histórico

2008: Adesão ao Programa Mais Educação com 33 Escolas – Estratégia para implantação da Educação Integral na Rede Municipal.

2009: Implantação do Programa Municipal de Educação Integral – Integrando Saberes em 42 Escolas.

2010: Ações do Planejamento Estratégico Participativo da SEMED integradas ao Programa Integrando Saberes – Reforma E Ampliação de Escolas, Construção de Quadras

2011: Ampliação de Escolas no Programa Mais Educação – 51 Escolas contempladas.

Objetivo

Implantar e implementar a Educação Integral nas Escolas de Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal de Porto Velho, com a ampliação de tempos e espaços de aprendizagem, garantindo a formação integral do educando.

Concepção do Programa



Programas Integrados:

- Projeto Pirueta
- Programa Natação para Todos
- Programa Rádio Escola
- Programa AABB Comunidade
- Mais Educação
- Escola Aberta
- Segundo Tempo

Atendimento Educação Integral:

- 51 Escolas, sendo:
- 36 na Zona Urbana e 15 No Campo
- Nº de Alunos matriculados no Ensino Fundamental: 26.606
- Nº de alunos atendidos no Integrando Saberes: 11.033
- O que corresponde a mais de 40% dos alunos do Ensino Fundamental

Projeto Pirueta

O Projeto Pirueta tem como principal objetivo oportunizar aos alunos da rede municipal a experiência em dança artística como atividade educativa, recreativa e criativa. Este Projeto, que iniciou em 2008, tem três núcleos:

- Escola Maria Isaura
- Centro Social Madre Mazzarello
- AABB Comunidade

Pólo	Escolas Contempladas	Nº. de alunos
Escola Maria Izaura	Maria Izaura, Antonio Ferreira, Dom Pedro, Padre Chiquinho, Sonhos de Criança, Rio Branco, Nações Unidas, Joaquim Vicente Rondon, Centro de Ensino Pequeno Gênio, 21 de Abril e Santa Marcelina.	40
CESMAZZA	Chapeuzinho Vermelho e Pingo de Gente	50
AABB	Francisco Elenilson Negreiros	25



Projeto Natação Para Todos

Realizado na piscina do Complexo Esportivo Vinicius Danin, com uma equipe de 5 professores e dois estagiários, atendeu:

- No primeiro semestre de 2011 foram atendidas 150 crianças;
- No segundo semestre foram atendidos mais 120 crianças.

Foram adquiridos e distribuição de Kits natação, por mochila, camiseta, garrafa para água, touca de banho e sunga para os meninos e maiô para as meninas.

Os alunos participantes do Projeto fazem parte das Escolas:

- IME Eng° Francisco Chiquilito Erse (Colégio Padrão);
- Senador Darcy Ribeiro;
- Flor do Piquiá; e
- João Ribeiro Soares.

As aulas são ministradas nas segundas, quartas e sextas-feiras, nos períodos da manhã para quem estuda de tarde; e de tarde para quem estuda de manhã.

Projeto Rádio Escola

Projeto Rádio Escola utiliza recursos da mídia rádio no desenvolvimento de projetos educativos dentro dos espaços escolares através da construção de propostas de cidadania, engajando os alunos em projetos de colaboração para a melhoria das relações entre as pessoas, que discutam questões ligadas a construção do projeto de vida, sexualidade, saúde, meio ambiente, ao combate à todas as formas de discriminação e preconceito, entre outras. Todos os alunos da escola são envolvidos em atividades da rádio, incentivado o protagonismo juvenil.

Ano	Nº. de Escolas Contempladas	Nº. de alunos cadastrados
2011	10	1.770

Ano - 2010

1. Escola Floriano Peixoto – Nazaré/Baixo Madeira;
2. Escola Francisco Braga – Reserva Lago do Cuniã;
3. Escola José de Freitas – Assentamento Joana D'arc;
4. Escola Maria Casarotto – Vista Alegre;
5. Programa AABB Comunidade – Escola Flamboyant.

Ano – 2011

01- EMEIEF. Maria Casaroto Abati
02- EMEF. Francisco Braga
03- EMEF. José de Freitas
04 - EMEF. Manoel Maciel Nunes (antiga Floriano Peixoto)
05- EMEF. Padre Chiquinho
06 - EMEFM. Joaquim Vicente Rondon
07 - EMEF. João Ribeiro Soares
08- AABB (EMEF Elenilson Negreiros)

Programa AABB Comunidade

O Programa AABB Comunidade é uma parceria da Fundação Banco do Brasi, Federação Nacional das Associações Atléticas e Banco do Brasil com a Prefeitura do Município de Porto Velho, através da Secretaria Municipal de Educação.

O objetivo do Programa é contribuir com a inclusão, permanência e o desenvolvimento educacional de crianças e adolescentes de famílias de baixa renda, integrando as famílias, a escola e a comunidade.

O Programa AABB Comunidade teve início em 2005.

- de 2005 a 2008 - ocorreu na Escola São Miguel
- de 2009 a 2010 - ocorreu na Escola Flamboyant

Em 2011, ocorreu na Escola Francisco Elenilson Negreiros, atendendo a 100 alunos.



Programa Mais Educação



Instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2007, o Programa Mais Educação integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) como uma estratégia governamental para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular, na perspectiva da Educação Integral. A meta é contribuir para a formação integral das crianças, adolescentes e jovens, articulando a partir do projeto escolar, diferentes ações e projetos em parceria com o município.

Atualmente, as escolas atendidas contemplam **9.600 alunos** distribuídos em **51 escolas** da rede com atividades em diferentes áreas tais como: Cultura e Arte, Esporte e Lazer, Educomunicação, Acompanhamento Pedagógico, Meio Ambiente entre outros e desde 2009 integra uma das ações do Programa Integrando Saberes.

Algumas ações possuem caráter continuo e permanente devido a sua natureza e foram desenvolvidas durante todo o ano de 2011, tais como o acompanhamento da execução das atividades do Programa Mais Educação e a realização de encontros e/ou reuniões mensais com gestores e coordenadores das escolas atendidas.

O Programa Mais Educação apresentou significativos avanços no decorrer do ano de 2011 onde destacamos:

- Ampliação do quantitativo de escolas atendidas;
- Ampliação da equipe técnica (supervisoras) na equipe;
- Melhoria quantitativa e qualitativa nas visitas técnicas realizadas;
- Adesão ao Programa Segundo Tempo em parceria com o Programa Mais Educação;
- Maior participação de gestores e/ou coordenadores nas reuniões temáticas e no Comitê Integrado Saberes;
- Ampliação do quadro de professores-coordenadores lotados nas escolas atendidas;
- Melhoria na divulgação das ações desenvolvidas no âmbito interno e externo através dos veículos de comunicação tradicionais e a adesão as redes sociais através do blog Integrando Saberes;

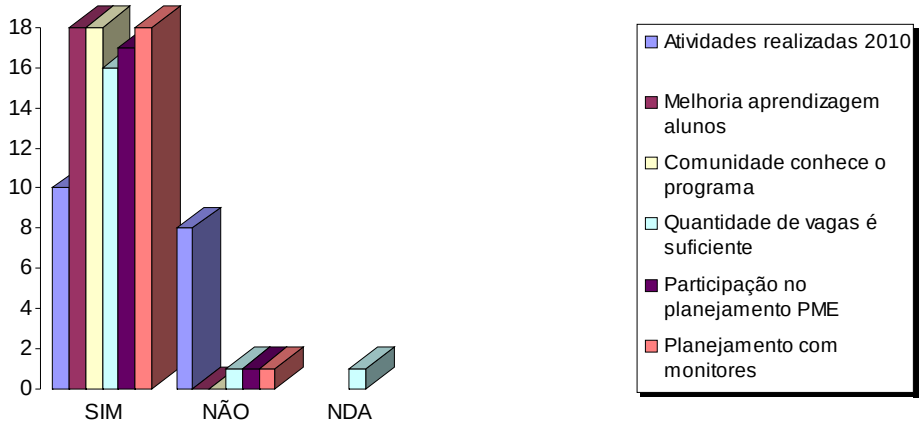
Dados quantitativos – Programa Mais Educação			
Ano-Base	Nº de escolas	Nº de alunos	Recursos
2008	33	9.348	1.073.433,10
2009	40	8.873	1.732.893,24
2010	41	8. 913	1.660.360,28
2011	51	9.600	2.201.896,92

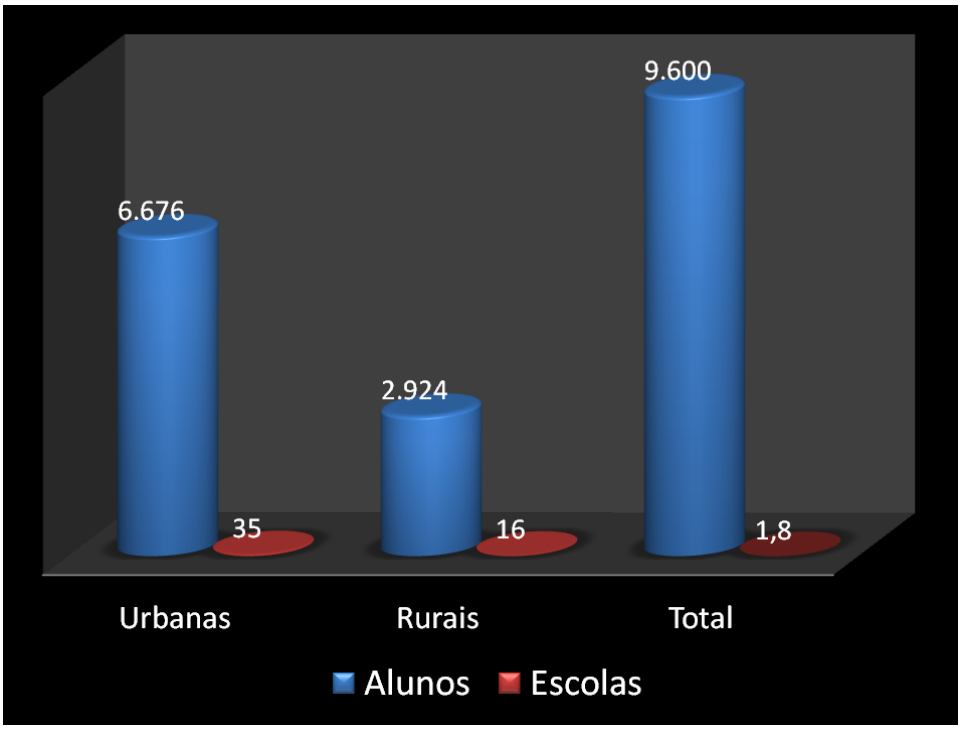


Atualmente o programa encontra-se em fase de implantação em 02 novas escolas com previsão de atendimento para 2012 de 53 escolas na rede municipal e também a seleção de novas atividades que devem ser iniciadas no 2º semestre de 2012 e 2013 após o repasse dos recursos através do PDE/Educação Integral.

Como meta para o ano-base 2012 da equipe elaborar estratégias para ampliar qualitativamente o atendimento as escolas participantes, atingir 100% o percentual de professores-coordenadores lotados do programa, diminuir a defasagem de profissionais de apoio/suporte nas escolas, fortalecer parcerias institucionais através do Comitê Municipal de Educação Integral, promover encontros pedagógicos e capacitações a gestores, coordenadores e monitores que atuam no programa.

Avaliação 2011









Ord.	Escolas Urbanas	Nº. de Alunos Cadastrados
01	12 de Outubro	240
02	Antônio Ferreira da Silva	125
03	Auta de Souza	266
04	Bom Princípio	220
05	Broto do Açaí	124
06	Chapeuzinho Vermelho	242
07	Eng. Francisco Erse	130
08	Eng. Wadih Darwich Zacarias	228
09	Estela de Araújo Compasso	300
10	Flamboyant	100
11	Flor do Piquiá	250
12	Francisco Elenilson Negreiros	120
13	Guadalupe	100
14	João Ribeiro Soares	155
15	Joaquim Vicente Rondon	150
16	Manoel Aparício Nunes Almeida	250
17	Nacional	270
18	Padre Chiquinho	300
19	Padre Geovani Mendes	100
20	Pé de Murici	180
21	Pedro Tavares Batalha	246
22	Pingo de Gente	315
23	Prof. Antônio Augusto Rebelo das Chagas	123
24	Prof. Maria Izaura da Costa Cruz	225
25	Raimundo Agostinho da Silva	120
26	Rio Guaporé	240
27	Rio Madeira	157
28	São Miguel	242
29	São Pedro	150
30	Saul Bennesby	200
31	Senador Darcy Ribeiro	248
32	Senador Olavo Pires	238
33	Tucumã	75
34	Ulisses Soares Ferreira	125
35	Vôo da Juriti	122
TOTAL		6.676

Ord.	Escolas do Campo	Nº. de Alunos Cadastrados
36	03 de Dezembro (União Bandeirante)	**440**
37	13 de Maio (Extrema)	**350**
38	Cora Coralina	**100**
39	Deigmar Moraes de Souza (Cujubim)	**120**
40	Dra. Ana Adelaide Grangeiro (Calama)	**135**
41	Ermelindo Monteiro Brasil (Balsa)	**145**
42	Floriano Peixoto (**atual Manuel Maciel Nunes**)	**54**
43	Henrique Dias (São Carlos)	**275**
44	Jerusalém da Amazônia	**56**
45	João Afro Vieira (Vila Princesa)	**122**
46	Joaquim Vicente Rondon (Jaci-Paraná)	**272**
47	José Augusto da Silva (Extrema)	**159**
48	José de Freitas	**100**
49	Marechal Rondon (Abunã)	**226**
50	Nossa Senhora de Nazaré (Mutum)	**240**
51	Prof. Maria Jacira F. de Carvalho (Nova Califórnia)	**130**
TOTAL		**2.924**





Concurso de Cartão de Natal



O Concurso de Cartão de Natal tem como objetivo estimular a criatividade e a expressão artística do aluno com a confecção de desenhos relacionados ao tema Cultura de Paz e Não-Violência para comporem os Cartões de Natal desta Secretaria. Todos os alunos da rede municipal de ensino, das escolas urbanas e do campo participam encaminhando seus desenhos relacionados ao tema sugerido, dos quais cinco são selecionados e são premiados com bicicletas, além de ter seus trabalhos como capa dos cartões.



Mostra de Cultura e Arte – Integrando Saberes



A Mostra de Cultura e Arte Integrando Saberes propicia aos alunos da rede e à comunidade a apreciação de espetáculos nas diversas linguagens da arte. A programação contou com apresentações de teatro, dança e música, produzidos por alunos da rede municipal de ensino, sessões de cinema para infância e juventude (Cineoca), apresentação do espetáculo convidado “Os Bichos também amam”, do Grupo de Teatro Evolução e o espetáculo “Jozú, o encantador de ratos”, do Rio de Janeiro. Ao todo, participaram da Mostra, 850 alunos da rede municipal, além de pessoas da comunidade.

Projeto Arte e Cor

O Projeto Arte e Cor tem como objetivo oportunizar crianças da Rede Municipal de Ensino a desenvolver habilidades artísticas como atividade educativa, recreativa e criativa bem como estimular o potencial criativo dos alunos, através de oficinas de desenhos e pinturas. Este ano de 2011 o Projeto não foi desenvolvido nas quatro escolas selecionadas que seriam Joaquim Vicente Rondon (Jaci), Coara Coralina (jaci), Henrique Dias (São Carlos) e Chapeuzinho Vermelho (Urbana) devido o processo de aquisição de tintas e pinceis, a licitação do mesmo deu deserta e já não havia mais tempo para refazer a licitação.

Do Programa 2º Tempo



Desenvolvimento: foram atendidas 08 escolas núcleos sendo ministrada por 24 monitores e 08 coordenadores de Pólo, onde se desenvolveu várias atividades desportivas e complementares seguindo-se as diretrizes do PST.

A Divisão de Educação Física, Desporto e Recreação Escolar supervisionou as ações do Programa através de visitas técnicas e acompanhamento das atividades desenvolvidas, bem como, foi realizada duas reuniões com o grupo segundo tempo para orientações de planejamentos e aplicação de atividades. As supervisões eram realizadas duas vezes semanalmente sendo quatro pólos por semana.

ESCOLA	Nº DE ALUNOS PARTICIPANTES	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS
1 – EMEIEF. Nacional	200	Atividades reforço escolar letramento / Iniciação desportiva
2 – IME. Engº. Francisco Erse	200	Iniciação desportiva / xadrez / Agronomia
3 – EMEF. Sen. Darcy Ribeiro	200	Futsal / Queimada / Recreação / Letramento linguagem e matemática
4 – EMEIEF. Chapeuzinho Vermelho	200	Iniciação desportiva / reforço escolar letramento
5 – EMEIEF. Ulisses Soares Ferreira	200	Aeróbica Recreativa Educacional Social Handebol / Voleibol / Futsal / Meio ambiente / reforço escolar
6 – EMEF. Pingo de Gente	200	Futsal / Vôlei / basquete / Handebol / Queimada / Jogos de mesa / Xadrez / Atividades da área de saúde
7 – EMEF. Profª. Estela de Araújo	200	Futsal / Handebol / Xadrez / Alimentação – nutrição
8 – EMEF 13 de Maio	200	Xadrez / Judô / Capoeira / Recreação / Horta / Reforço escolar

Das Visitas técnicas Educação Física Escolar

Foram realizadas no ano de 2011 visitações técnicas nas Escolas Municipais no total de 52 Escolas com o objetivo de acompanhar o desenvolvimento da Educação Física Escolar, bem como, o planejamento através da matriz curricular municipal. Não ocorrendo uma abrangência total devido problemas encontrados para o deslocamento da equipe técnica da divisão.

Materiais Esportivos

A Divisão de Educação física atendeu 141 Escolas municipais e conveniadas, rurais e urbanas no ano de 2011, com a distribuição de materiais desportivos para as aulas de Educação Física.

Projeto Brincando nas Férias

Período: 18 a 29/julho/2011

Desenvolvimento: Uma parceria com o SESC onde foram disponibilizadas 147 vagas para alunos da rede municipal, para tanto, foram contempladas 04 escolas do município sendo: Estela Compasso, Pingo de Gente, Saul Benesby e Ulisses Soares.

A Divisão disponibilizou para o evento 04 servidores para acompanhamento da clientela municipal.

Jogos Escolares/2011

Fase de Ponta do Abunã

Período: 23 a 27/setembro/2011



Desenvolvimento: Realizou-se no distrito de Extrema, com a participação de 600 alunos em diversas modalidades oferecidas. A equipe do Didre organizou e arbitrou o evento desportivo que contou com a participação de Escolas municipais e Estaduais de todos os distritos da Ponta do Abunã

Fase do Baixo Madeira
Período: 16 a 19/novembro/2011

Desenvolvimento: Foi realizado no Distrito de Calama e contou com a participação de 450 alunos em modalidades diversas constantes no regulamento. A equipe Didre planejou, organizou e executou o evento aberto a participação de Escolas municipais e estaduais dos Distritos do Baixo Madeira.

Escola Aberta



O Programa Escola Aberta (PEA): Educação, Cultura, Esporte e Trabalho para a Juventude, é executado pelo Ministério da Educação, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC), sob a coordenação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC), em parceria com a Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC) e com os Ministérios do Trabalho e Emprego, do Esporte e da Cultura, contando com a cooperação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

A ideia é tornar as escolas públicas de educação básica espaços alternativos para o desenvolvimento de atividades complementares às ações educacionais, nos finais de semana, melhorando a qualidade da educação, contribuindo para a construção de uma cultura de paz, reduzindo os índices de violência e aumentando as oportunidades de emprego aos jovens, sobretudo àqueles em situação de vulnerabilidade social. Oficinas e atividades de lazer, esporte, educação e cultura são oferecidas aos alunos e à comunidade, transformando a escola em ambiente aberto à criatividade, ao convívio pacífico e à aprendizagem permeada pelas práticas culturais e esportivas.

As áreas das oficinas que são oferecidas a comunidade são: cultura/artes; esporte/lazer/recreação; qualificação para o trabalho/geração de renda e formação educativa complementar.

O Programa foi instituído no município de Porto Velho no ano de 2007, para atender a demanda de 34 escolas, sendo 12 escolas do campo e 24 escolas da zona urbana.

Atualmente, o programa Escola Aberta atende 36 escolas no município de Porto Velho onde oferecem atividades recreativas como: volleybol, handebol, basquetebol, ping pong. Futebol, capoeira, xadrez, dança e cursos gratuitos: maninure, corte e costura, informática, artesanato, pintura, inglês, francês, espanhol e outros.

As escolas que estão abertas a partir de fevereiro aos finais de semana para oferecerem cursos gratuitos e atividades recreativas no ano de 2012 são:



- Escola Rio Guaporé:
- Escola Manoel Aparício
- Escola Saul Bennesby
- Escola Padre Chiquinho
- Escola Antônio Ferreira
- Escola Antônio Augusto Rebelo
- Escola São Pedro
- Escola Nacional
- Escola Senador Olavo Pires
- Escola João Ribeiro Soares
- Escola Municipal Rio Madeira
- Escola Engenheiro Francisco Erse
- Escola Professor Pedro Tavares Batalha
- Escola 13 de Maio
- Escola João Afro Vieira
- Escola Municipal N. S. de Nazaré
- Escola Ermelindo Brasil
- Escola Marechal Rondon
- Escola Deigmar de Morais
- Escola Doutora Ana Adelaide Granjeiro
- Escola José Augusto da Silva
- Escola Henrique Dias
- Escola Professora Maria Jacira Feitosa de Carvalho
- Escola Joaquim Vicente Rondon (Jy-Paraná)
- Escola Professora Estela de Araújo Compasso

- Escola Pingo de Gente
- Escola Senador Waldid Dawich Zacarias
- Escola Senador Darcy Ribeiro
- Escola Ulisses Soares Rodrigues
- Escola Chapeuzinho Vermelho
- Escola 03 de dezembro
- Escola Vicente Rondon (distrito de Jacy-Paraná)
- Escola Maria Izaura
- Escola Elenilson Negreiros
- Escola José de Freitas
- Escola Auta de Souza
- Escola 12 de Outubro

Projeto Cultura de Paz



A Secretaria Municipal de Educação de Porto Velho juntamente com a INTELIGÊNCIA RELACIONAL®, através da Liga Pela Paz dedicam-se a difundir a cultura de paz e não-violência.

A educação para a paz é a contribuição central no fomento da educação integral. Educadores, na família e na escola, estão preparados para ensinar matemática, geografia, história, língua portuguesa, ou seja, desenvolver as dimensões da inteligência matemática, linguística e memória. Porém, a inteligência para o autoconhecimento e para a convivência, também denominada inteligência emocional e relacional, não tem recebido a mesma atenção. É comum encontrar educadores com dificuldade para orientar seus alunos sobre emoções como raiva, ciúme, inveja e, inclusive, sobre as emoções positivas como amorosidade, tolerância, compaixão e bondade. O centro da vida é a convivência. Só vive bem quem sabe conviver bem. Não temos priorizado a educação para as emoções. Estamos secundarizando o principal. Aí está o maior desafio da educação: educar para as emoções, o que significa educar para a paz.



Muito se vem falando e escrevendo sobre os horrores da violência e muitas são as iniciativas que buscam a mudança de uma cultura de guerra para uma cultura de paz. Apesar dos esforços de muitos organismos internacionais, governos locais, organizações não-governamentais, cidadãos individualmente engajados no intuito de educar para a paz, ainda há, hoje, um longo e difícil caminho pela frente. Estamos submersos e impregnados dos valores que estruturam a cultura da violência.

Estamos dando o passo mais importante, realizando o sonho acalentado por todos os pacifistas do mundo: sistematizar o ensino da paz nas escolas, o que significa educar para as emoções, já no ensino fundamental. O Programa Educação Para a Paz nas Escolas e nas Famílias inicia com educandos dos primeiros anos do ensino fundamental e segue, gradualmente, com os educandos dos demais anos até o nono ano. Teremos assim, num futuro próximo, nove anos de educação para a paz, sistematizada – um sonho que começa a se realizar com a boa vontade e apoio de todos. Esses conteúdos estão orientados para a construção de uma genuína cultura de paz, que significa o desenvolvimento da aceitação da diversidade, da tolerância com as diferenças, da compreensão, da cooperação, da compaixão e da solidariedade entre os seres humanos, cujo resultado será, cada vez mais, a paz tão almejada por todos.



O Programa Educação Para a Paz nas Escolas e nas Famílias conta com uma equipe de profissionais para elaboração do material didático, seminários de sensibilização, seminários de capacitação, supervisão pedagógica e avaliação de resultados. São profissionais da área da educação, da psicologia, da filosofia, da música, da comunicação e das artes visuais que unem suas habilidades para planejar, criar e produzir materiais didáticos com excelente qualidade, abordando conteúdos fundamentais de cultura de paz e não-violência.

Hoje o Programa está implantado em dezenas de municípios e em processo de implantação em tantos outros, abrangendo 15 estados da federação. Milhares de educandos estão recebendo, regular e sistematicamente, aulas de cultura de paz e não-violência.

Em 2011 a Prefeitura de Porto Velho, atendeu a 10.103 alunos de 42 Escolas Municipais, para 2012 teremos o atendimento de 23.000 alunos de 60 Escolas da Rede.

Projeto Teatro na Escola

No mês de agosto/2011 as escolas municipais receberam a visita do Palhaço Afonso Xodó com o espetáculo Pulitrica, dentro do Projeto "Teatro da Escola".

O Projeto Teatro da escola vem sendo desenvolvido desde 2007, numa uma iniciativa da Prefeitura de Porto Velho, através da Secretaria Municipal de Educação, organizada pelo Departamento de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino da Divisão do Desenvolvimento da Cultura Escolar.

Cinco escolas municipais fizeram parte do Projeto:

1. Escola Rural João Afro, na Vila Princesa;
2. Escola Escola Antônio Augusto Rebelo das Chagas;
3. Escolas Ermelindo Brasil (zona rural);
4. Escola Estela Araújo Compasso;
5. Escola Saul Bennesby.



Em outubro, durante a programação para o Dia das crianças, ocorreu uma segunda etapa do projeto. As atividades como essa fazem parte da ideia de educação integral que vem sendo trabalhada na Semed desde 2007, o teatro tem feito parte da proposta pedagógica da Secretaria, tanto trazendo espetáculos para as escolas, quanto levando alunos para o Teatro fora do espaço escolar.

O espetáculo Pulitrica conta a história do palhaço Afonso Xodó, um falastrão conhecedor de ciências ocultas que tenta mostrar uma grande facilidade com os números que criam efeitos e fenômenos extraordinários, contrários às leis da natureza. Utilizando-se do humor, a brincadeira toma conta da cena enquanto o palhaço tenta iludir os espectadores, que acabam acreditando mais nos efeitos do riso do que nos efeitos da magia.

Afonso Xodó é uma criação do ator, diretor e produtor carioca Leo Carnevale.

Viva Infância

O Programa Viva a Infância, coordenado pela secretaria municipal de Educação (Semed), foi criado pela prefeitura de Porto Velho com o objetivo de ampliar o atendimento na área da Educação Infantil em todo o município, na faixa etária até cinco anos. Por meio do programa, são realizadas várias ações, as atividades lúdicas, jogos e exercícios de capacidade física e psicológica. Estas ações têm por finalidade, fazer com que as crianças assistidas iniciem o processo de descobertas e passem a desenvolver a capacidade de ler, escrever e de interpretar textos.

A meta do Viva Infância em 2011 foi continuar atendendo as Escolas por meio da distribuição de brinquedos pedagógicos e estender o programa para os estabelecimentos que ainda não foram contemplados. Outra meta é a construção e ampliação de Escolas com vistas o aumento da rede e a realização de encontros mensais, voltados aos professores e coordenadores. E com isso o número de crianças atendidas pela prefeitura tem aumentado a cada ano.

Os alunos que não conseguem vagas nas Escolas da rede municipal de ensino são encaminhados aos estabelecimentos conveniados, que tem parceria com a prefeitura para atender a demanda do município.

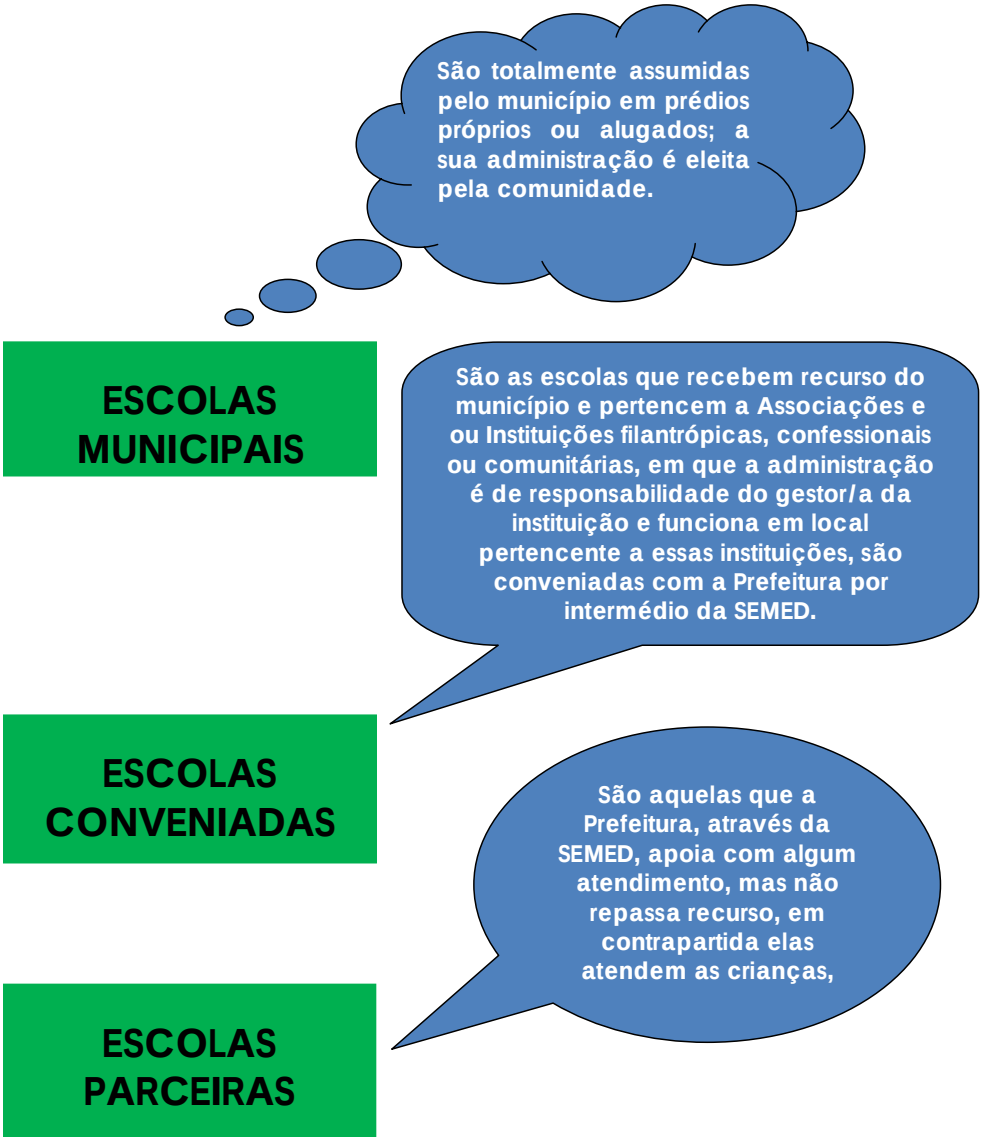




"A garantia da permanência das crianças de 0 a 5 anos na escola assegura não só o direito à Educação para as crianças, mas também o direito das mulheres ao ingresso no mercado de trabalho."

Atendimento

- O atendimento na Educação Infantil no município de Porto Velho é realizado pelas Escolas Municipais, conveniadas ou parceiras:



- Escolas Municipais: **28**
- Escolas Conveniadas (locação): **17**
- Escolas Conveniadas (PROAFINC): **20**
- Salas de aula: **327**

Turma de Pré I
Escola São Domingos Sávio



Turma de Creche
Escola Meu Pequeno Jones



Turma de Pré I
Escola Meu Pequeno Jones



Programa de Apoio Financeiro às Instituições Comunitárias, Filantrópicas e Confessionais – PROAFINC

Para garantir a gratuidade e melhoria das estruturas físicas das escolas conveniadas, a Prefeitura do Município de Porto Velho criou o Programa de Apoio Financeiro às Instituições Comunitárias, Filantrópicas e Confessionais – PROAFINC (Decreto de criação n°9.751 de 21 de março de 2005) via Secretaria Municipal de Educação e pela Divisão de Educação Infantil.

O Programa abrange, dentre vários objetivos, a garantia da gratuidade do Ensino, via repasse de recursos às Instituições que aderirem a ele.

O recurso é repassado de acordo com a quantidade de alunos/as matriculados na Instituição:

- De 25 a 50 crianças – R$ 7.500,00
- De 51 a 100 crianças – R$ 15.000,00
- De 101 a 150 crianças – R$ 22.500,00
- De 151 a 200 crianças – R$ 30.000,00

Foi criada uma comissão de fiscalização e orientação para administração dos recursos, sendo necessária a elaboração de um plano de trabalho a ser aprovado por essa comissão, como qualquer modificação deste.

Os valores são repassados em duas parcelas; após a prestação de contas da primeira parcela, é repassado o valor da segunda parcela.

Em 2011, são 20 Escolas conveniadas através do PROAFINC, são elas:

Ordem	INSTITUIÇÃO	TOTAL GERAL
1	MICKEY MOUSE	INF. 114
2	BOB ESPONJA	INF. 111
3	MADRE TEREZA DE CALCUTÁ	INF. 139
4	SEMEAR - Assoc. Beneficente Educ. e Cultural	INF. 110
		FUND. 124
5	PEQUENOS BRILHANTES	INF. 190
6	CASA DA SAÚDE SANTA MARCELINA / MARCELO CÂNDIA BR	INF. 217
7	OFICINA CRIATIVA LUTERANA	INF. 102
8	CAMINHO PARA O FUTURO	INF. 48
		FUND. 22
9	METODISTA WESLEYANA	INF. 167
10	ASSOCIAÇÃO MORADORES E AMIGOS DOS B. JK I.	INF. 150
		FUND. 60
11	GG E SEUS AMIGUINHOS	INF. 151
		FUND. 53
12	MÃE TRABALHADORA	INF. 68
		FUND. 25
13	CASA FAMÍLIA ROSETTA	INF. 40
14	CRECHE ESCOLA MULHER AMIGA (Pequeno Girassol)	INF. 54
15	AQUARELINHA DO SABER	INF. 140
16	ESCOLA MARIA FRANCISCA DOS SANTOS	INF. 125
		FUND. 10
17	AMA	INF. 25
18	SÃO JOSÉ (FILHAS DA CRUZ)	INF. 143
		FUND. 101
19	CENTRO EDUCACIONAL BATISTA EL SHADDAY	INF. 112
20	FLORESTA ENCANTADA	INF. 84
		FUND. 30
TOTAL		**2.715 alunos**

ZONA OESTE: 02 Escolas

ZONA LESTE: 11 Escolas

ZONA SUL: 07 Escolas

Investimento

R$ 420.000,00

2.715 alunos Atendidos

Escolas que Atendem Educação Infantil

1 – Escolas Urbanas:



- **2004:**

✓ 05 Escolas Municipais de Educação Infantil;

✓ 67 Escolas conveniadas sem convênio formal;

- **2011:**

✓ 38 Escolas Municipais de Educação Infantil;

✓ 20 Convênios firmados através do PROAFINC;

✓ 22 Espaços alugados pela SEMED.

2 – Escolas do Campo:



- A Educação Infantil também está na Zona Rural, atendendo alunos/as do Pré I e II.

- **2011:**

✓ EMEIEF. Francisco Sales de Oliveira - **BR 364 – KM 13**

✓ EMEIEF. João Afro Vieira - **Vila Princesa**

✓ EMEIEF. Joaquim Vicente Rondon - **Jaci-Paraná**

✓ EMEIEF. Marechal Rondon – **Abunã**

✓ EMEIEF. Nossa Senhora de Nazaré - **Mutum-Paraná**

✓ EMEIEF. Maria do Carmo Ribeiro - **Estrada do Belmont**

✓ EMEIEF. Henrique Dias - **São Carlos**

✓ EMEIEF. Ana Adelaide Grangeiro – **Calama**

✓ EMEIEF. José Augusto da Silva – **Extrema**

✓ EMEIEF. 13 de Maio – **Extrema**

✓ EMEIEF. Barão do Rio Branco - **Fortaleza do Abunã**

Formação

A Secretaria Municipal de Educação possui a Divisão de Educação Infantil que realiza formações e acompanhamento pedagógico nas Escolas de Educação Infantil do Município.

São realizados:

1. **Círculos Pedagógicos com Coordenadores da Educação Infantil, mensalmente:**
    a. A Divisão de Educação Infantil promove mensalmente aos Coordenadores Pedagógicos da Educação Infantil, momentos de reflexão e discussão da prática pedagógica. Com oficinas voltadas para as temáticas necessárias na Educação Infantil.
    b. Em 2011 já foram abordadas várias temáticas, entre elas:
        - ✓ *A rotina na Educação Infantil;*
        - ✓ *Afetividade e sua influência na aprendizagem da criança;*
        - ✓ *Uma reflexão sobre avaliação na Educação Infantil;*
        - ✓ *FOLCLORE: O resgate das tradições de um povo;*
        - ✓ *Como elaborar bons Projetos Pedagógicos na Escola;*

2. **Assessoramento Pedagógico, com visitas às Escolas;**

3. **Seminário Viva a Infância:**

Em 2011, a Secretaria Municipal de Educação através da Divisão de Educação Infantil, realizou no mês de novembro o Seminário Viva a Infância, que contou com a participação do Prof° Celso Antunes, com a Palestra Educação Infantil: Prioridade Imprescindível.

4. **Acompanhamento das festividades das Escolas (Festa Junina, Festa da Família, Formaturas);**

5. **Entrega de brinquedos nas Escolas;**

6. **Estudos internos sobre temáticas relevantes à Educação Infantil;**

A Secretaria Municipal de Educação conta também com a:

Proposta Política Pedagógica para a Educação Infantil do Município de Porto Velho

Lançada em 2008, após uma construção coletiva entre Professores, Coordenadores, Equipe Técnica SEMED e Gestores, através de Seminários, reuniões, palestras, oficinas e a culminância do trabalho que foi a **I Conferência Municipal para a Educação Infantil.**

Painel Sobre Políticas para Educação - Fórum da Região Norte

A secretária municipal de Educação de Porto Velho, Fátima Ferreira, foi uma das palestrantes, no dia 28 de setembro de 2011, no IV Encontro dos Fóruns Estaduais de Educação Infantil da região Norte e II Encontro Estadual do Fórum de Educação Infantil de Rondônia, que reúne centenas de educadores e trabalhadores em educação no teatro Banzeiros, na Capital.

A Secretária Fátima dividiu a mesa principal com o promotor Marcelo Lima de Oliveira, representante do Ministério Público, os dois compuseram o painel sobre a implementação das Políticas Municipais de Educação Infantil e seus desafios contemporâneos e cotidianos. O encontro fortalece a discussão sobre a educação infantil no Brasil. “Vamos construir aqui uma carta para levar nossas diretrizes ao Fórum Nacional”.

Os painéis de discussões contaram com a participação de representantes de fóruns constituídos no Amapá, Amazonas, Pará, Tocantins, Roraima e Rondônia. Apenas o Acre não enviou representantes. Sob a coordenação da professora Francisca Serrão, do Fórum de Educação Infantil de Rondônia, a professora Rita Coelho, do Ministério da Educação e Cultura, falou sobre a política nacional de Educação Infantil. À educadora Leni da Costa falou sobre os avanços e perspectivas do Plano Nacional de Educação (PNE). Logo após, num painel coordenado pelo Fórum do Amazonas, a doutora Ana Tancredi palestrou sobre a qualidade na Educação Infantil. A professora Elza Soares falou sobre a obrigatoriedade da matrícula a partir dos 4 anos na pré-escola.

Ao final do evento foi aprovada a chamada Carta de Porto Velho, documento que reúne as deliberações definidas durante os três dias.

Vivendo a Escola Fundamental

A Divisão de Ensino Fundamental (DIEFUN), no decorrer do ano de 2011, objetivou orientar técnica e pedagogicamente os profissionais que atuam nos estabelecimentos de Ensino Fundamental da Rede Municipal. Desenvolvendo as seguintes atividades:

- **Análise do Calendário Escolar:** no mês de janeiro iniciamos a análise e acompanhamento dos Calendários escolares observando as legislações pertinentes, emitindo parecer após aprovação dos mesmos. Foram analisados 64 calendários escolares.

- **Acompanhamento da Semana Pedagógica:** no período de 01 a 03 de fevereiro de 2011 realizamos o acompanhamento da "Semana Pedagógica" nas escolas municipais e conveniadas. Esta ação contou com o envolvimento de todas as Divisões do Departamento de Educação, que disponibilizaram seus técnicos (as) para fazerem o acompanhamento das 43 escolas da rede. Como forma de apoio técnico e pedagógico a DIEFUN sugeriu para os coordenadores pedagógicos alguns temas que poderiam ser trabalhados na semana pedagógica.

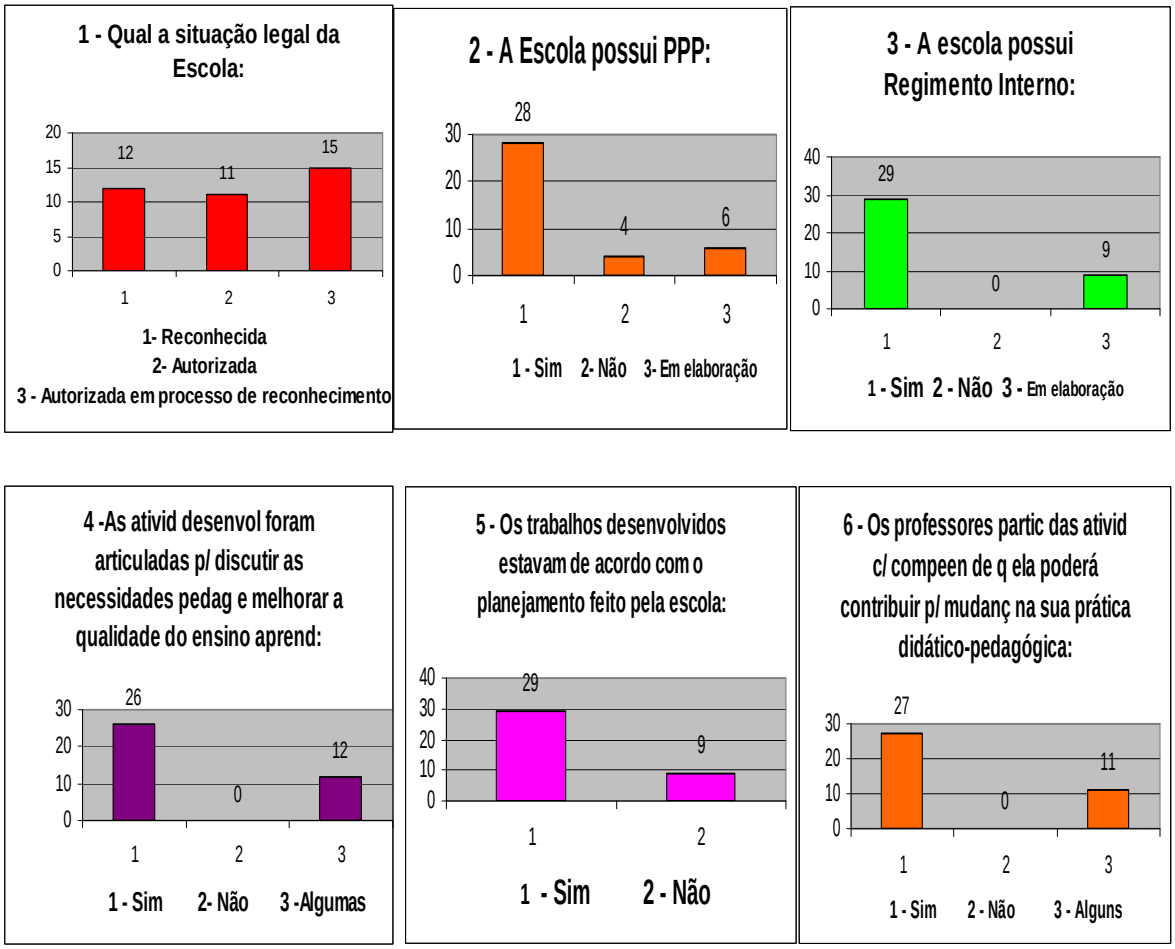
SUGESTÃO DE TEMAS PARA SEMANA PEDAGÒGICA - 2011

- Avaliação dos trabalhos em 2010 / Rendimento Escolar
- IDEB, o projeto elaborado do programa PDE-Escola ;
- Apresentação do Plano de Ação da Equipe Gestora;
- Planejamento/ Apresentação do Calendário escolar de 2011;
- Plano de curso de 2011;
- Recepção dos alunos para o ano letivo de 2011.

Os técnicos que participaram deste assessoramento ainda puderam contar com 3 instrumentais de avaliações para registrar de forma sistematizada o desenvolvimento da "Semana Pedagógica" em nossas escolas.

- Disponibilizamos abaixo alguns gráficos que ilustram de forma avaliativa o desenvolvimento da referida ação.

INSTRUMENTAL DE AVALIAÇÃO
38 TÉCNICAS



Pontos Positivos

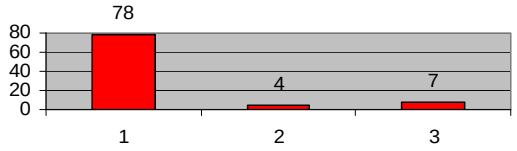
- A participação dos professores
- Compromisso e interesse de alguns professores
- Melhoria da estrutura física

Pontos a Melhorar

- Trabalhar temas que envolvam a participação de todos funcionários da escola
- Organizar oficinas
- Interação da equipe escolar
- Ausência de professores, coordenador e orientador

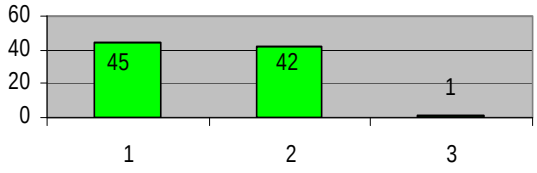
INSTRUMENTAL DE AVALIAÇÃO
AMOSTRA DE 88 PROFESSORES

1 - Você acredita que as atividades desenvolvidas possam provocar mudanças na gestão pedagógica da escola:



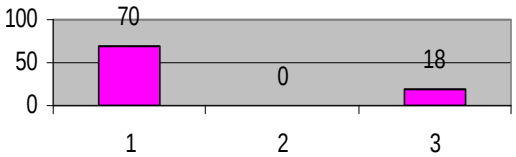
1- Sim 2 - Não 3 - Talvez

2 - Como você avalia a interação do grupo no decorrer dos trabalhos:



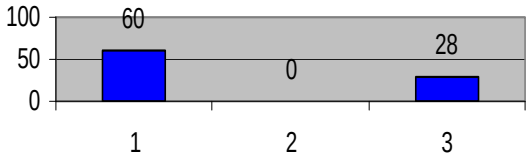
1 - Excelente 2 - Bom 3 - Regular

3 - Os conteúdos desenvolvidos estão de acordo com a sua concepção de sala de aula/professor, para sua implementação no cotidiano escolar:



1 -Sim 2 - Não 3 - Alguns

4 - Os temas abordados durante a Semana Pedagógica corresponderam suas expectativas:

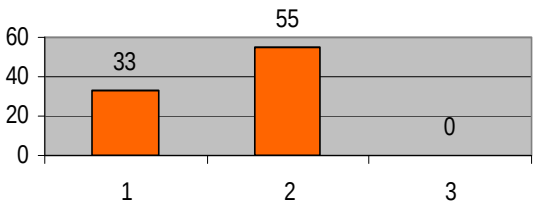


1 - Sim 2 - Não 3 - Parcialmente

5 – Temas sugeridos

- Violência
- Sexualidade
- Ensino Especial
- Jogos de Matemática
- Oficina de Leitura
- Projetos
- Drogas
- ECA
- Formação de Professores
- Bullyng

6 - Como você avalia a sua participação na Semana Pedagógica:



1 - Excelente 2 - Bom 3- Regular

Pontos Fortes	Pontos a Melhorar
• Bom relacionamento • Respeito • Educação Especial • Integração dos turnos • Reforma ortográficas • Regimento Escolar	• Recursos Didáticos • Avaliação • Integração entre os turnos • Pontualidade • Especialista para trabalhar com os professores • Organização na semana pedagógica • Oficina de Jogos • Direitos e deveres do educando • Participação de todos

- **Assessoramento Pedagógico:** No ano de 2011 o assessoramento pedagógico teve como finalidade de fazer um levantamento diagnóstico das escolas, priorizando levantamento de dados do quadro de pessoal, estrutura física, estrutura pedagógico. O assessoramento é direcionado subsidiar especificamente o coordenador pedagógico e professor em seu contexto de sala de aula. Entretanto, para a realização das etapas tivemos muitos contratempos de caráter logístico e de pessoal, que dificultaram nossas visitas técnicas, o que ocasionou num atendimento inferior a 50 % nas etapas citadas. O assessoramento pedagógico é realizado pelas Técnicas desta Divisão e tem como objetivo assessorar tecnicamente e pedagogicamente as unidades escolares da rede pública municipal no desenvolvimento das ações propostas para o decorrer do ano letivo.

- **Encontro mensal com Coordenadores Pedagógicos:** o encontro com coordenadores pedagógicos tem como objetivo orientar os coordenadores a cerca de questões pedagógicas, auxiliando seu trabalho na escola. No ano letivo de 2011 foram realizados oito encontros, descritos abaixo;

Data	Temas Discutidos
30/03/2011	Devolutiva da Semana Pedagógica de 2011; Início do Monitoramento Pedagógico nas Escolas Municipais e conveniadas; Entrega de Pareceres de Calendários; Informações sobre Provinha Brasil; Educação no Trânsito (DETRAN); Cronograma dos Encontros com os Orientadores Educacionais e Coordenadores Pedagógicos; Simulado Prova Brasil; Palestra: “Conselho de Classe” Espaço de análise, reflexão e avaliação do Trabalho Pedagógico.

26/04/2011	Palestra: “Afeto, auto-estima e Limites” Oficina: “Como trabalhar, afeto e auto-estima no contexto escolar.”
18/05/2011	Palestra: “Uma reflexão conjunta sobre o cotidiano da escola “. Oficina: “Expectativas do grupo, interação e comunicação intergrupal.”
29/06/2011	Palestra: “A importância do acompanhamento do Coordenador Pedagógico, durante o processo de Alfabetização.” Oficina: “Orientação para trabalho com os Professores Alfabetizadores”.
31/08/2011	Palestra: “Temas Integradores da Coordenação Pedagógica; Oficina: “Organizando Momentos de Estudos”
05/10/2011	Palestra: “O Coordenador Pedagógico no Confronto com o Cotidiano da Escola” Oficina: “Estudos de Casos”.
30/11/2011	Palestra: “A importância dos Recursos Tecnológicos para o Desenvolvimento do Trabalho do Coordenador Pedagógico.” Oficina: “Elaborar plano de aula com subsídios os Recursos Tecnológicos”.
14/12/2011	Ações da Diefun 2011 Semana Pedagógica 2012 Confraternização

ARQUIVO FOTOGRÁFICO DOS ENCONTROS COM COORDENADORES PEDAGÓGICOS/2011



- **<u>Encontro mensal com Orientadores Eduacacional:</u>** Encontro com os Orientadores Educacionais tem como objetivo contribuir para o fortalecimento dos trabalhos realizados pelos orientadores na escola junto aos alunos e familiares. No ano letivo de 2011 foram realizados oito encontros, descritos abaixo;

Data	Temas Discutidos
30/03/2011	Devolutiva da Semana Pedagógica de 2011; Início do Monitoramento Pedagógico nas Escolas Municipais e conveniadas; Entrega de Pareceres de Calendários; Informações sobre Provinha Brasil; Educação no Trânsito (DETRAN); Cronograma dos Encontros com os Orientadores Educacionais e Coordenadores Pedagógicos; Simulado Prova Brasil; Palestra: “Conselho de Classe” Espaço de análise, reflexão e avaliação do Trabalho Pedagógico.

26/04/2011	Palestra: “Afeto, auto-estima e Limites” Oficina: “Como trabalhar, afeto e auto-estima no contexto escolar.”
18/05/2011	Palestra: “Uma reflexão conjunta sobre o cotidiano da escola”. Oficina: “Expectativas do grupo, interação ecomunicação intergrupal.”
21/06/2011	Palestra: “Os desafios do Orientador Educacional nas Ações de Acompanhamento dos alunos Oficina: “Pais Responsáveis, filhos felizes.”
25/08/2011	Palestra: “Hanseníase”.
26/10/2011	Palestra: “a Orientação Educacional: “Ressignificando seu papel diante do Cotidiano e Perspectivas Escolares.
23/11/2011	Palestra: “A importância dos Recursos Tecnológicos para o Desenvolvimento do Trabalho do Orientador Educacional”. Oficina: “Plano de Intervenção localizado.”
14/12/2011	Ações da Diefun 2011 Semana Pedagógica 2012 Confraternização.

ARQUIVO FOTOGRÁFICO DOS ENCONTROS COM ORIENTADORES EDUCACIONAIS EM 2011



- **<u>Programa de Incentivo à Leitura e Produção Textual Livro Carta-Mural</u>**: O Programa Livro Carta-Mural desenvolve um conjunto de ações que tem como objetivo proporcionar atividades de incentivo à leitura e a produção textual nas escolas da Rede Municipal de Ensino. Uma das ações propostas a serem implantadas contempla atividades de leitura e escrita de forma lúdica, criativa em que o/a leitor/a interage com os textos, interpretando-os e produzindo a partir dele, imprimindo assim, neste processo de construção de saberes e habilidades, sua autoria e visão de mundo. O Programa Livro Carta-Mural foi implantado em 2009, atendendo inicialmente 07 escolas municipais, 5 escolas na zona urbana e 2 escolas na zona rural. No ano letivo de 2011 o número de escolas atendido pelo Programa aumentou para 12 escolas municipais urbanas, conforme quadro abaixo:

ESCOLAS PARTICIPANTES DO PROGRAMA LIVRO-CARTA-MURAL EM 2011

ESCOLA	N° DE TURMAS			N° DE PROF°	Prof° Manhã	Prof° Tarde	N° DE COORD PEDAG.	TOTAL DE ALUNOS
	3°	4°	5°					
EMEF. SÃO PEDRO	04	03	04	11	04	07	02	480
EMEF. ANTONIO AUGUSTO R. DAS CHAGAS	02	02	02	06	03	03	01	200
EMEF. RAIMUNDO AGOSTINHO	02	02	02	06	03	03	01	301
EMEF. COR DE JAMBO	03	02	01	06	03	03	02	275
EMEF. SAUL BENNESBY	04	04	04	12	06	06	02	470
EMEF. N. SRA. DO AMPARO	02	01	01	04	01	03	02	316
EMEF. PÉ DE MURICI	02	01	01	04	02	02	01	300
EMEF CHAPEUZINHO VERMELHO	02	02	02	06	02	04	02	300
EMEF. CHAPEUZINHO VERMELHO - EJA								35
EMEF. 12 DE OUTUBRO	02	03	02	07	01	06	02	287
EMEF. 12 DE OUTUBRO- EJA								65
EMEF. SÃO MIGUEL	03	03	02	08	02	06	02	380
EMEIEF. SÃO MIGUEL - EJA								69
EMEF. MARIA IZAURA DA COSTA CRUZ – EJA								58
EMEFM. JOAQUIM VICENTE RONDON - EJA								113
TOTAL	25	23	19	70	27	43	17	3.379

Neste ano de 2011, a sistemática de trabalho do Programa sofreu alterações significativas para atender melhor às unidades escolares. Foram, portanto contratadas 6 estagiárias que foram devidamente capacitadas e alocadas nas escolas na função de “monitoras de leitura” , com o papel de auxiliar professores e equipe técnica e gestora de cada escola.

O objetivo do Programa, que é ler e escrever com prazer adentrou definitivamente o espaço do ensino-aprendizagem nas escolares trabalhadas, com resultados concretos e mensuráveis, conforme quadro acima, o que nos faz ter certeza de que os objetivos foram atingidos.

- **Provinha Brasil:** O principal objetivo da Provinha Brasil é atender as demandas por informações sobre o nível de alfabetização dos alunos do 2º ano, de forma a subsidiar as intervenções pedagógicas e administrativas que concorram para o sucesso do ensino e aprendizagem.

  É importante ressaltar que os resultados da Provinha Brasil não são utilizados na composição do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. O desejável é que esta avaliação seja utilizada com o intuito de orientar as ações políticas e pedagógicas que poderão, em conjunto com outras iniciativas, melhorar os índices apresentados até o momento.

  A Provinha Brasil é dividida em duas etapas, a primeira aconteceu no período de março/abril e a segunda etapa acontece nos meses de novembro/dezembro. Temos 40 escolas urbanas que participam da aplicação, sendo atendidos mais de 3.905 alunos/as do 2º ano do ensino fundamental.

- **Simulado Prova Brasil:** O objetivo é preparar o aluno para realizar a Prova Brasil em Novembro e assim contribuir para a elevação do índice do IDEB das escolas.

  Atendimento de 39 escolas municipais e conveniadas que atendem alunos do 5º ano. Participaram do simulado 3.000 alunos

- **Prova Brasil:** Acompanhar e assessorar na elaboração do Plano de Ação das turmas de 5º e 9º ano para avaliação da Prova Brasil. 39 escolas Participaram da Avaliação Nacional, 3.000 alunos.

- **Assessoramento e acompanhamento do PDE:** Acompanhamento junto a 25 escolas municipais, da aplicação do recurso enviado pelo governo federal, visando a melhoria da qualidade do ensino.

  Escolas contempladas com o PDE-Escola:

  - EMEF. Marechal Rondon
  - EMEF. Maria Casaroto Abati
  - EMEF. José de Freitas
  - EMEF. Ermelindo Monteiro Brasil
  - EMEF. Padre Geovani Mendes
  - EMEF. Cora Coralina
  - EMEF. 13 de Maio
  - EMEF. Dr. Ana Adelaide

- IMEF. Floriano Peixoto
- EMEF. Prof.ª. Maria do Carmo Ribeiro
- EMEIF. 03 de Dezembro
- EMEF. Francisco Elenilson Negreiros
- EMEF. Antônio Augusto Vasconcelos
- EMEIF. Deigmar Moraes de Souza
- EMEF. Nossa Senhora de Nazaré
- EMEF. Prof.ª Maria Jacira Feitosa de Carvalho
- EMEF. 12 de Outubro
- EMEF. Francisco Erse
- EMEF. Henrique Dias
- EMEF. Saul Bennesby
- EMEIEF. Pe. Chiquinho
- EMEIEF. Joaquim Vicente Rondon
- EMEF. José A. da Silva

- **Programas de Correção de Fluxo da Aprendizagem: "Se Liga" e "Acelera":**

  O programa Se Liga visa alfabetizar os alunos em distorção idade série e o Acelera a aprendizagem dos alunos. Para atingir esses objetivos, os Programas contam com materiais didáticos específicos para os alunos , com uma metodologia diferenciada que subsidia o desenvolvimento dos alunos assegurando a qualidade do ensino.

- Formação para os professores participantes dos Programas de Correção de Fluxo da Aprendizagem: "Se Liga" e "Acelera", cujo objetivo é discutir ações da aprendizagem da leitura e escrita (Língua Portuguesa) e Matemática.

  Foram atendidos 257 alunos do Ensino Fundamental, das 05 escolas da rede municipal urbana e 01 da rede municipal rural. São elas:

- EMEF. Rio Madeira;
- EMEF. Pé de Murici;
- EMEF. Chapeuzinho Vermelho;
- EMEF. Ulisses soares;
- EMEF. Broto do Açaí;
- EMEF. José Augusto.

REGISTRO FOTOGRÁFICO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS NO PROGRAMA SE LIGA E ACELERA BRASIL



Educação realiza balanço dos Programas Se Liga e Acelera Brasil com a agente Técnica do Instituto Ayrton Senna: Anilce Bernardes.

- **Participação no Grupo de Trabalho Fundamental Brasil:**

A DIEFUN, através de sua coordenadora, participa do Grupo de Trabalho Fundamental Brasil, sob a coordenação do Ministério da Educação (MEC) e Secretaria de Educação Básica (SEB). Este ano aconteceram encontros realizados em Brasília, cuja finalidade, é o processo de atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, PDE e as Olimpíadas da Língua Portuguesa.

- **Educação Ambiental:** COMDEMA: Membro do Conselho Municipal em Defesa do Meio Ambiente.

- **"Projeto Aprendendo a Reciclar"** com o objetivo é a conscientização ambiental. Foram contempladas 14 escolas:
  - EMEF. Antonio Augusto Vasconcelos;
  - EMEF. Rio Madeira;
  - EMEF. Maria Izaura;
  - EMEF. João Ribeiro;
  - EMEF. Pedro Batalha;
  - EMEF. Rio Guaporé;
  - EMEF. Belezas do Buriti;
  - EMEF. Saul Bennesby;
  - EMEF. Bom Principio;
  - EMEF. São Miguel;

- EMEF. Flor do Piquia;
- EMEF. Darcy Ribeiro;
- IME Engenheiro Francisco Erse;
- EMEF. Chapeuzinho Vermelho.

- **<u>Projeto Gestão em Bacias Urbanas de Porto Velho; (parceria SIPAM)</u>**
    - Instalação de pluviômetros nas escolas da rede municipal de ensino com o objetivo de envolver educadores e alunos na elaboração do mapeamento das áreas de risco de inundação dos igarapés urbanos.
    - **Escolas contempladas:**
        - ✓ EMEF Guadalupe
        - ✓ EMEF Joaquim Vicente Rondon

- **<u>Plano Decenal de Morbi-Mortalidade de acindentes de trânsito:</u>** O objetivo do plano é gerenciar medidas que contribuam com a redução das taxas de mortabilidade e lesões por acidentes de trânsito até 2020.

Ações realizadas:

- Palestras;
- Pit stop;
- Blitz educativas;
- Caminhada pela paz;
- Campanha “Mãos que Educam”.





- **Projeto “Educação Legal e Real”**

Realização de reunião entre o Ministério Público e os gestores da rede pública municipal de ensino.

EDUCAÇÃO NO CAMPO

Programa Se Liga

No município de Porto Velho, no ano de 2011, mais especificamente na área rural, o Programa Se Liga contemplou duas turmas da EMEF. José Augusto da Silva, com uma Proposta Pedagógica baseada no método Dom Bosco: uma experiência com mais de 40 anos, de reconhecido sucesso com jovens e adultos em todo o país, e que se inspira em duas orientações do educador Paulo Freire:

- Contextualização para a compreensão crítica do significado da leitura;
- Uso de palavras-chave para promover essa situação.

Em 1999, o método foi adequado para alunos mais jovens e, desde então, passou a integrar os materiais pedagógicos do Programa de Alfabetização Se Liga, juntamente com o Programa Acelera Brasil, forma o conjunto de programas de correção de fluxo escolar desenvolvido pelo Instituto Ayrton Sena.

O Se Liga destina-se a alunos com distorção idade/série, não alfabetizados, das 4 primeiras séries do Ensino Fundamental, que devem ser alfabetizados por meio das 42 aulas estruturadas do Programa, no período de um ano letivo, por meio de ações pedagógicas atreladas ao gerenciamento sistemático de indicadores de sucesso.

Programa Escola Ativa



O Município de Porto Velho através da Secretaria Municipal de Educação ofereceu no decorrer do ano letivo de 2011-Formação do Programa Escola Ativa - módulos I, II, III e IV para os professores que trabalham com turmas multisseriadas dos quatro núcleos de ensino: Núcleo de Ensino de Porto Velho, Núcleo de Ensino de Calama, Núcleo de Ensino de São Carlos e Núcleo de Ensino Ponta do Abunã.

Este Programa Escola Ativa vai atende 68 escolas, preparando 89 educadores para atuar na realidade da Educação do Campo em turmas multisseriadas.

A estratégica metodológica Escola Ativa foi implantada no Brasil em 1997, pelo Ministério da Educação, com o objetivo de minimizar uma lacuna no sistema educacional brasileiro: a ausência de metodologia adequada para o atendimento de escolas multisseriadas.

A Escola Ativa, como inovação pedagógica voltada para o combate às causas desse fracasso escolar, utiliza métodos e materiais adequados para o atendimento dessas escolas e investindo na formação continuada dos professores. O Programa Escola Ativa traz estratégias inovadoras que permitem a formação integral do aluno, respeitando a diversidade e priorizando a identidade e o exercício de cidadania.

O Programa Escola Ativa propõe uma estratégia metodológica, voltada para gestão de classes multisseriadas, que combina uma série de elementos de caráter sócio-pedagógico e administrativo, buscando aumentar a qualidade da educação oferecida naquelas classes, situadas notadamente no campo.

No trato com o conhecimento:

a) A aprendizagem ocorre por meio da ação humana e mediante a apropriação de conceitos;
b) A seleção dos conteúdos escolares devem partir das especificidades sociais, respeitando o ritmo de aprendizagem;
c) As temáticas mais necessárias devem abordar as grandes problemáticas que afetam a vida dos estudantes e da escola
d) O conhecimento e os saberes são instrumentos de mediação que devem ser disponibilizados pelo professor para que promova aprendizagens;
e) O professor deverá aprofundar-se no conhecimento das teorias pedagógicas
f) O currículo escolar é interdisciplinar, superando a organização disciplinar
g) A qualidade do trabalho docente depende da articulação entre ensino e pesquisa.

Na abordagem metodológica

a) O ensino aprendizagem é resultante da articulação das ações de organização do trabalho pedagógico;

b) Os objetivos, conteúdos e os processos avaliativos são articulados no planejamento;

c) O processo de ensino –aprendizagem é potencializado pela metodologia problematizadora, sendo o professor c condutor do estudo da realidade, tendo como etapas:

- Levantamento de problemas da realidade;
- Problematização em sala de aula;
- Teorização (pesquisa, estudos, e estabelecendo relação com o conhecimento cientifico);
- Definição de hipóteses para solução das problemáticas;
- Proposições de ações de intervenção.

d) A abordagem do conhecimento é articulada aos diversos saberes locais e do aluno: *ponto de partida e de chegada.*

O Programa baseia-se nos seguintes Pressupostos:

- O Estudante é entendido como sujeito histórico;
- O Professor é sujeito do processo pedagógico;
- O Professor e o Estudante são protagonistas do processo ensino e aprendizagem;
- A escola é o lugar de apropriação de conhecimentos, que são instrumentos mediadores que promovem o desenvolvimento humano;
- A aprendizagem se realiza através do trabalho cooperativo, dentro e fora do espaço escolar;

A ação-reflexão-ação, como base da aprendizagem.

Programa Escola Ideal

É um Programa do Instituto Camargo Correa em parceria com a Secretaria Municipal de Educação – SEMED/PVH para melhorar a qualidade das escolas rurais e urbanas.

O programa conta com implantação de vários projetos, monitoramento das atividades pedagógicas e da gestão escolar às comunidades em que as empresas do grupo estão inseridas.

Escolas contempladas com o Programa:

- EMEF 03 de Dezembro;
- EMEF Cora Coralina;
- EMEF Cupuaçu;
- EMEF Joaquim Vicente Rondon;
- EMEF Manoel Pedro Pereira;
- EMEF Marechal Rondon;
- EMEF Nª Srª de Nazaré
- EMEF Santa Júlia
- EMEF Maria Izaura
- EMEF Ulisses Soares

Projeto Jornal Escolar



Viabilizar a publicação de jornais, os quais veiculam textos, desenhos e outros conteúdos produzidos em sala de aula pelos alunos do 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental Regular.

As atividades do jornal escolar serão acompanhadas pelo Instituto Camargo Corrêa e parceiro executor “Primeiras Letras” com a ONG “Comunicação e Cultura” no decorrer de dois anos consecutivos, o qual foi iniciado em 2011, realizando encontros para capacitação dos profissionais das escolas inseridas e viabilizando a impressão dos jornais encaminhados pelas mesmas.

- 1º Encontro: Orientação e encaminhamentos para implantação do jornal e demonstração do modelo de jornal estruturado;
- 2º Encontro: Orientação para diagramação do jornal;
- Publicação de quatro edições do jornal, três edições em 2011 e uma edição em 2012;

- As escolas encaminharão o jornal diagramado à empresa de assessoramento ao Programa Escola Ideal, denominada Primeiras Letras, e esta providenciará a impressão e devolução às escolas.

Projeto “Ler Prazer e Saber”

- Oferecer formação para os profissionais das escolas para atuarem como mediadores de leitura junto a seus alunos e à comunidade;
- Doar bibliotecas móveis com acervo compatível com a quantidade e faixa etária dos alunos de cada unidade escolar.

As atividades do Ler Prazer e Saber serão acompanhadas pelo Instituto Camargo Corrêa e parceiros executores, Associação Rio-Grandense de Bibliotecários (acervo), Centro Despertar (bibliotecas) e CENPEC, de setembro de 2011 a 2013, realizando encontros para capacitação dos profissionais das escolas inseridas e doação de bibliotecas móveis.

- Três encontros com oficinas de sensibilização - 2 em 2011 e uma em 2012;
- Dezesseis oficinas de formação – a partir de 2012.

Projeto “Sistema de Gestão Integrada - SGI”

Formação em gestão escolar.

As atividades do SGI serão acompanhadas pelo Instituto Camargo Corrêa e parceiro executor “Fundação Pitágoras”, de dezembro de 2011 a 2013, realizando encontros para capacitação dos profissionais das escolas inseridas.

- 1º Encontro: Oficina para orientar técnicos da SEMED na elaboração das Diretrizes Estratégicas da secretaria;
- Dezesseis oficinas formativas no decorrer de 2012 e 2013.

PEA - Programa de Educação Ambiental

Incentivar e contribuir para a implementação de Projetos Ambientais Sustentáveis na escola

Escolas contempladas:

- EMEF João Afro;
- EMEF Antônio Augusto Vasconcelos

Ação Metodológica - Eixo selecionado pelas escolas:

- Orientar o corpo docente a buscar meios para a execução do Programa de forma a alcançar resultados reais de sustentabilidade;
- Elaboração e implementação de Projetos Ambientais Sustentáveis nas escolas.

Educação de Jovens e Adultos

Programa de Educação de Jovens e Adultos - EJA

O Programa é uma modalidade de ensino da Educação Básica, destinada aqueles que não tiveram acesso à alfabetização ou continuidade de estudos no ensino fundamental.

Objetivos:

- Oportunizar acesso e permanência aos jovens e adultos na escola.
- Considerar as caracteristicas do alunado, seus interesses, condições de vida e trabalho.
- Oportunizar a alfabetização e elevação da escolaridade.

O funcionamento do Programa de EJA no município é semestralmente, dividido em dois segmentos, atendendo o ensino fundamental:

- 1° Segmento (Séries Iniciais)
- 2° Segmento (Séries Finais)

Público alvo: Jovens maiores de 15 anos de idade.

Ações desenvolvidas em 2011:

Seminário de Formação de Gestores, Coordenadores, Professores e equipe técnica da EJA

A proposta é discutir e organizar de modo coletivo a inserção da qualificação profissional na Educação de Jovens e Adultos do Município de Porto Velho.

Público atendido: 190 (cento noventa) profissionais da Educação.

Projeto Reintegrar




O Projeto visa investir numa política de educação integrada entre Formação Básica, Qualificação Profissional e Cidadania, o Município de Porto Velho através da Secretaria Municipal de Educação desenvolveu um Projeto Piloto no segundo semestre/2011, no distrito de Jaci - Paraná. O Projeto ocorreu em parceria com o Programa Fomentar da SEMDESTUR e justifica-se na medida em que propõe qualificar profissionalmente a comunidade escolar/EJA atingida pela instalação da Usina de Jirau, possibilitando a permanência destes na comunidade, garantindo-lhes novas aprendizagens e oferecendo-lhes conhecimentos geradores de trabalho e renda.

Atendimento

Os alunos beneficiados com o Projeto foram:

1. Joaquim Vicente Rondon: 61 alunos matriculados;
2. Cora Coralina: 58 alunos matriculados.

Cursos Oferecidos

- Montagem e manutenção de Micro computadores;
- Doces e Salgados;
- Doces e Compotas;
- Cabeleireiro;
- Informática Básica;
- Instalação e acessórios de som automotivo;
- Eletricista de baixa tensão;
- Auxiliar de departamento de pessoal.

Agenda Territorial

Com o objetivo de promover a articulação entre as demandas sociais e ofertas de políticas públicas e Educação de Jovens e Adultos – a educação como ação articuladora das políticas sociais, cuja atribuição é subsidiar a Comissão Estadual na elaboração e no acompanhamento de diagnósticos sobre demanda e condições de oferta para educação de jovens e adultos, a fim de contribuir na construção do plano de ação para criação de políticas de alfabetização e EJA no âmbito do estado de Rondônia. Em 2011, avançamos muito nas discussões junto às Instituições parceiras que culminou com a Cerimônia de Posse dos membros do Comitê técnico e Comitê de Pólo da Agenda. Realizamos reuniões mensais com as Instituições e também alguns assessoramentos junto aos Municípios componentes do Comitê de Pólo.

Evento: Cerimônia de Posse dos Membros do Comitê Técnico e Comitê de Pólo da Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização de Jovens e Adultos no Plenário da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia.

COMITÊ TÉCNICO

O Comitê técnico de Porto Velho é composto pelas seguintes instituições:

- Fórum Regional de Educação de Jovens e Adultos - **FREJA**
- Núcleo de Educação de Jovens Adultos - **NEJA/SEDUC**

- Secretaria Municipal de Educação - **SEMED**
- Centro de Pesquisas Populares Tradicionais - **Cuniã CPPT**
- Conselho Estadual de Educação - **CEE**
- Instituto Federal de Rondônia - **IFRO**
- União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - **UNDIME**
- Representação de Ensino - **REN - Leste / Sul / Centro**
- União dos Conselhos Municipais de Educação - **UNCME**
- Universidade Federal de Rondônia – **UNIR**
- Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia – **SINTERO**
- Conselho Municipal de Educação – **CME**

COMITÊ DO PÓLO DE PORTO VELHO

O comitê de Pólo é formado pelos seguintes Municípios:

- **Porto Velho;**
- **Itapuã Do Oeste;**
- **Candeias do Jamari;**
- **Nova Mamoré;**
- **Guajará-Mirim.**

Realizações de encontros:

- **Acompanhamento pedagógico semanal** visa acompanhar o desenvolvimento e execução da Educação de Jovens e Adultos nas Escolas Municipais.

Quantitativo de Visitas realizadas EJA – 2010

Nº.	*PÚBLICO*	*QUANTIDADE*
01	Zona Urbana	23 Escolas
02	Zona Rural	12 Escolas

- **Encontros Pedagógicos mensais** com a coordenação pedagógica das escolas que visa proporcionar espaço de construção e discussão de temas pertinentes a EJA, objetivando subsidiar os coordenadores e supervisores das escolas de Porto Velho.

Quantitativo de Encontros Pedagógicos EJA – 2011

Nº.	*PÚBLICO*	*QUANTIDADE*
01	Gestores, Coordenadores/as Pedagógicos e professores/as.	09

- **Planejamento semanal** da equipe de assessoramento pedagógico para a discussão de acompanhamento nas escolas e grupos de estudos.

Projovem Urbano

Implantação do Projovem Urbano – 2011

Com o objetivo de elevar a escolaridade com a qualificação profissional e participação cidadã para Jovens na faixa etária de 18 a 29 anos que ainda não tenham concluído o ensino fundamental a SEMED aderiu ao Projovem Urbano exercício 2012.

Meta Prevista 450 alunos.

Programa Brasil Alfabetizado



Criar oportunidades de alfabetização a todos os cidadãos a partir de 15 anos, que não tiveram oportunidades ou foram excluídos da escola antes de aprender a ler e escrever. Duração de 08 meses, com no mínimo 320 horas/aulas, sendo 10 aulas por semana.

Atendimento em 2010/2011: 320 alfabetizandos.

Ações realizadas:

- **Formação Inicial e Continuada, alfabetizadores, Coordenadores de Turmas,** interprete de libras para atuarem no Programa Brasil Alfabetizado:

Quantitativo de Alfabetizadores (2007 – 2011)

Ano	Público	Quantidade
2007/2008	Alfabetizadores/as do Programa	50
	Coordenadores de turmas	03
	Interprete de libras e sinais	01
2008/2009	Alfabetizadores/as do Programa	44
	Coordenadores de turmas	05
	Interprete de libras e sinais	01
2009/2010	Alfabetizadores/as do Programa	40
	Coordenadores de turmas	05
	Interprete de libras e sinais	01
2009-2010	Alfabetizadores/as do Programa	25
	Coordenadores de turmas	05
	Interprete de libras e sinais	01
2010/2011	Alfabetizadores/as do Programa	20
	Coordenadores de turmas	04
	Interprete de libras e sinais	01

Oficinas de formação de Alfabetizadores – Programa Brasil Alfabetizado



Projeto Superação – Pré-Vestibular Municipal

Oferecer curso pré-vestibular gratuito à população de Porto Velho, objetivando proporcionar o ingresso de alunos oriundos das escolas públicas nas Universidades.

SEMED
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Pré-Vestibular
Municipal

Quantitativo de alunos – Superação (2008 – 2009)

Ano	Público	Quantidade
2008	Alunos	1.143
2009	Alunos	615
2010	Alunos	560
2011	Alunos	770

Programa de Inclusão Social Universidade para Todos – Faculdade da Prefeitura



Criação do Programa Faculdade da Prefeitura visando atender a comunidade mais carente da população que não teve acesso ao ensino superior: O Programa de Inclusão Social Universidade para Todos – Faculdade da Prefeitura foi instituído através da Lei Municipal Nº. 1.887 de 08 de Junho de 2010, e destina-se à concessão de bolsas de estudos integrais para estudantes de cursos de graduação de nível superior oferecidos por Instituições Privadas de Ensino.

Atendimento em 2010

Instituição de Ensino Superior	Vagas oferecidas	Alunos matriculados
Faculdade Porto Velho	13	10
Faculdade São Lucas	124	77
UNIRON	34	16

Lançamento do Programa



APARELHAMENTO ESCOLAR

Material Didático do Aluno



Para atender 10.158 alunos do 1º ao 5º ano da Rede Municipal de Ensino das Zonas Urbana e Rural com um kit escolar para o aluno, contendo:

- 05 cadernos brochura;
- 05 lápis pretos;
- 02 apontadores;
- 02 borrachas brancas;
- 01 régua 30 cm;
- 01 caixa de lápis de cor.



Uniforme Escolar

Aquisição e distribuição de 40.068 conjuntos de uniformes escolares, contendo bermuda e camiseta a todos os alunos da Educação Básica da Rede Municipal de Ensino.

Educação Infantil

Descrição		creche	pré-escolar
		Tam. 04	Tam. 06
Escolas Urbanas		1.698	6.855
Escolas Rurais	Núcleo PVH		920
	Núcleo de Ponta do Abunã		126
	Núcleo de Calama		54
	Núcleo de São Carlos		61
Total		9.714	

Ensino Fundamental - Séries Iniciais

Descrição		1° e 2° ano	3° e 4° ano	5° ano
		Tam. 08	Tam. 10	Tam. 12
Escolas Urbanas		6.173	6.411	2.593
Escolas Rurais	Núcleo PVH	2.364	2.121	1.096
	Núcleo de Ponta do Abunã	749	678	324
	Núcleo de Calama	212	261	114
	Núcleo de São Carlos	197	207	98
Total		23.598		

Ensino Fundamental - Séries Finais

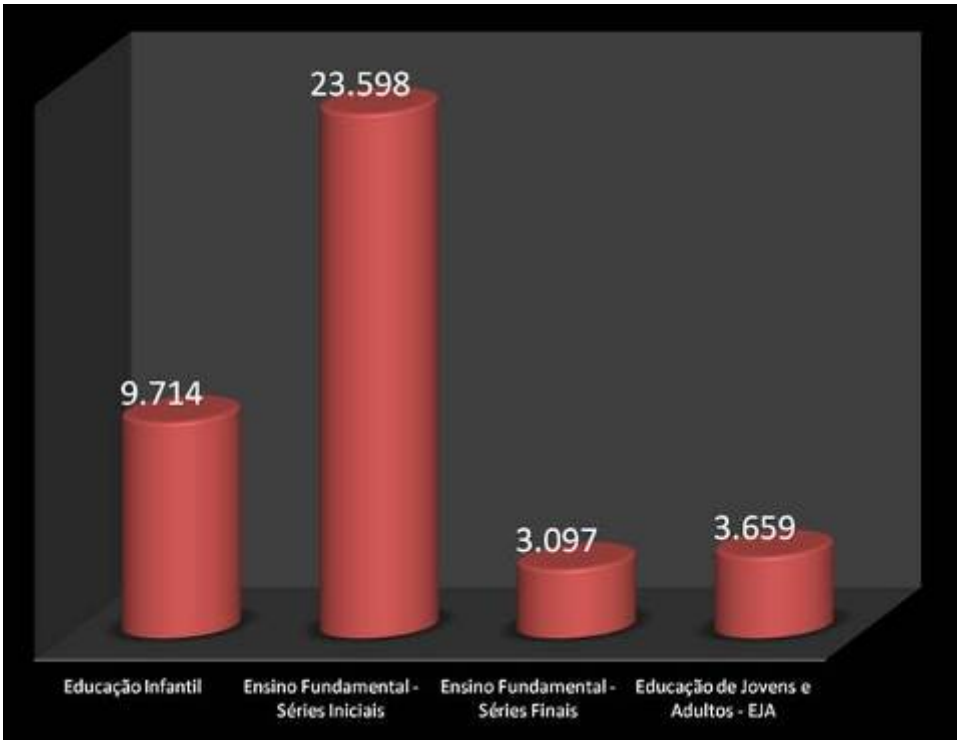
Descrição		6° e 7° ano	8° e 9° ano
		Tam. 14	Tam. M
Escolas Urbanas		792	386
Escolas Rurais	Núcleo PVH	892	259
	Núcleo de Ponta do Abunã	121	88
	Núcleo de Calama		
	Núcleo de São Carlos	274	285
Total		3.097	

Educação de Jovens e Adultos - EJA

Descrição	EJA		
	Tam. M	Tam. G	Tam. GG
Educação de Jovens e Adultos - EJA	1.018	1.050	1.591
Total	3.659		

UNIFORMES ESCOLARES DISTRIBUIDOS	
Educação Infantil	9.714
Ensino Fundamental - Séries Iniciais	23.598
Ensino Fundamental - Séries Finais	3.097
Educação de Jovens e Adultos - EJA	3.659
TOTAL	**40.068**

UNIFORMES DISTRIBUIDOS



Material Permanente

Aquisição de material mobiliário e eletroeletrônico para atender todas as escolas da Rede Municipal de Ensino.

Sendo:

- 02 (duas) Bibliotecas;
- 46 Escolas da Zona Urbana;
- 59 Escolas da Zona Rural;
- 22 Escolas Conveniadas.



Material de Expediente

Material para atender as Escolas da Zona Rural que possuem um número de alunos inferior a cinquenta e que não possuem Unidade Executora com materiais de limpeza com recursos do Programa, Dinheiro Direto na Escola, e as Escolas da Zona Urbana com recursos da Secretaria Municipal de Educação, com materiais de limpeza nas, escolas recém-inauguradas e/ou ampliadas.

Sendo:

- 35 Escolas da Zona Urbana;
- 35 Escolas da Zona Rural;

Material de Limpeza

Material para atender as Escolas da Zona Rural que possuem um número de alunos inferior a cinquenta e que não possuem Unidade Executora com materiais de limpeza com recursos do Programa, Dinheiro Direto na Escola, e as Escolas da Zona Urbana com recursos da Secretaria Municipal de Educação, com materiais de limpeza nas, escolas recém-inauguradas e/ou ampliadas.

Sendo:

- 30 Escolas da Zona Urbana;
- 53 Escolas da Zona Rural;

Material de Cantina

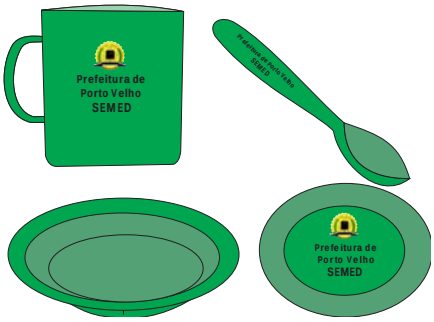
Aquisição e encaminhamento às escolas de material destinado à confecção da merenda do escolar, que não possuem Unidades Executora.

Sendo:

- 20 Escolas da Zona Urbana;
- 40 Escolas da Zona Rural;
- 17 Escolas Conveniadas;







Programa Bolsa Família

Realizar a transmissão de 43.000 (quarenta e três mil) frequência escolar de alunos matriculados na Rede Municipal, Estadual e Escolas Particulares de Ensino Fundamental, Médio e EJA.

Livro Didático

Distribuição de livros do 1º e 2º ano para reposição dos livros consumíveis de todas as disciplinas.



Livros Distribuídos:

- 1º ano (total de 4.347 livros), das disciplinas: português, matemática, ciências, geografia, e historia.
- 2º ano (total de 5.592 livros), das disciplinas: português, matemática, ciências, geografia, e historia.

Biblioteca Escolar



Encaminhamento de acervo literário para atender 10 (dez) Escolas da Rede Municipal de Ensino, com recurso da Prefeitura do Município de Porto Velho.

Horta Escolar



Aquisição e distribuição de materiais para manejo de hortas escolares a 27 (vinte e sete) Escolas da Rede Municipal de Ensino.

Sendo:

- 07 Escolas da Zona Urbana;
- 20 Escolas da Zona Rural.

TRANSPORTE ESCOLAR

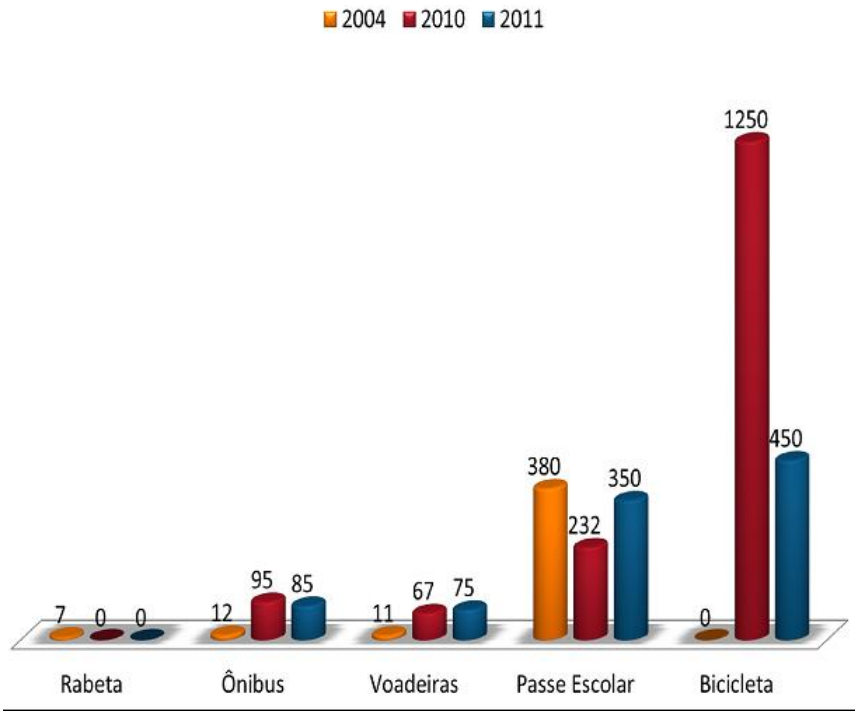
Dentre os princípios da Educação (Constituição Federal de 1988), destaca-se o desenvolvimento do ensino através da promoção de ações que assegurem a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola.

O Município de Porto Velho, atendendo ao disposto no Art. 208 da Constituição Federal, onde se encontram as obrigações do Estado no que tange ao oferecimento do ensino público, cuja finalidade é o efetivo exercício do direito a educação, vem oferecendo, ampliando e melhorando a qualidade o transporte escolar, conforme preconiza o inciso *VII atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar**, transporte**, alimentação e assistência à saúde.*

Para atender 8.585 (oito mil e quinhentos e oitenta e cinco) alunos da Zona Rural, que residem distante de suas Unidades Escolares, com transporte escolar nas modalidades: ônibus escolar, barco escolar, bicicletas, voadeira e passes escolares.



Tipos de Transporte Utilizado



Alunos Transportados

Descrição	*Quantidade*	*Lugares*
Ônibus Transporte Rural	85	44
Voadeiras	75	20

Descrição	*Referente*	*Quantidade*
Alunos Transporte Fluvial	Município	1.108
Alunos Transporte Fluvial	Estado	205
Alunos Transporte Terrestre	Município	4.487
Alunos Transporte Terrestre	Bicicletas	450
Alunos Transporte Terrestre	Passe Escolar (Município)	305
Alunos Transporte Terrestre	Estado	1.272
Alunos Transporte Terrestre	Passe Escolar (Estado)	46
Alunos Transporte Terrestre	Escola Nacional	540
Alunos Transporte Terrestre	Escola Padre Chiquinho	172

Descrição	*Referente*	*Total*
Transporte Escolar	(Município) Fluvial e Terrestre	6.350
Transporte Escolar	(Estado) Fluvial e Município	1.523
Total Geral		***8.585***

FORMAÇÃO

Esta parte do relatório foi elaborada tendo por finalidade sistematizar as ações de formação destinadas aos profissionais da educação desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação do Município de Porto Velho no ano de 2011, através da Divisão de Formação e Multimeios – DIFOM e do Núcleo de Tecnologia Educacional Municipal/NTM.

Constam as atividades desenvolvidas por esta Divisão e do Núcleo de Tecnologia Educacional Municipal/NTM e que compõem o Programa de Formação dos Profissionais da Educação do Município de Porto Velho no decorrer do ano de 2011.

Pró-Licenciatura

O programa oferece formação inicial à distância a professores em exercício nos anos/séries finais do ensino fundamental ou ensino médio dos sistemas públicos de ensino. O Pró-Licenciatura ocorre em parceria com instituições de ensino superior que implementam cursos de licenciatura a distância, com duração igual ou superior à mínima exigida para os cursos presenciais, de forma que o professor cursista mantenha suas atividades docentes.

No município de Porto Velho são ofertados os cursos nas áreas de Biologia pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Educação Física, Artes Visuais e Teatro, pela Universidade de Brasília – UnB, Música, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

1.1 Pró-Licenciatura em ***Teatro***

Ações:

- Encontros Presenciais que ocorreram no Centro de Formação dos Profissionais da Educação no Município de Porto Velho;
- Apresentações teatrais.
- Custeio de diárias para cursistas

Situação:

- Inscritos 50
- Em andamento
- Previsão de Encerramento 2012



1.2 Pró-Licenciatura em ***Música***

Ações:

- Encontros Presenciais no Pólo de Apoio na Escola de Música Jorge Andrade;
- Atendimentos diários dos tutores de violão e teclado;
- Manutenção com materiais necessários para funcionamento do pólo;
- Elaboração de comunicados e relatórios à UFRGS;
- Envio pelos Correios dos trabalhos e provas realizadas pelos cursistas.

Situação:

- Inscritos: 50
- Em andamento;
- Previsão de Encerramento 2012

1.3 Pró-Licenciatura em ***Biologia***

Ações:

- Encontros presenciais que ocorreram no Campus da UNIR/Porto Velho;
- Custeio de diárias para cursistas.

Situação:

- Inscritos: 50
- Em andamento;
- Previsão de Encerramento 2013

1.4 Pró-Licenciatura em ***Educação Física***

Ações:

- Encontros presenciais que ocorreram no Campus da UNIR/Porto Velho;
- Custeio de diárias aos cursistas que residiam em Distritos de Porto Velho.

Situação:

- 50 Inscritos
- Em andamento;
- Previsão de Encerramento 2012

1.5 Pró-Licenciatura em ***Artes Visuais***

Ações:

- Encontros Presenciais que ocorreram no Centro de Formação dos Profissionais da Educação no Município de Porto Velho;

Situação:

- 50 Inscritos
- Em andamento;
- Previsão de Encerramento 2012

UAB - Universidade Aberta do Brasil
Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB

Tem como objetivo expandir a oferta de cursos de educação superior no País, por meio do uso da metodologia da educação a distância. Em parceria entre os entes federativos.

Ações:

- Encontro de Coordenadores de Pólos Presenciais da UAB;
- Efetivação de matrículas referentes ao Vestibular 2010 (graduações e pós-graduações);
- Chamada de Tutores para atuação nos cursos;
- Participação em Reuniões avaliativas do Programa em Porto velho junto à UNIR e em Belém/PA junto à CAPES/MEC;
- Elaboração de relatórios mensais sobre as condições do pólo presencial e do funcionamento dos cursos;
- Aula inaugural das graduações;
- Acompanhamento nas aulas presenciais;
- Visita Avaliativa do Polo Presencial UAB/Porto Velho feita pela Coordenadora Regional do PROFMAT representando a CAPES;
- Elaboração de cronograma de atendimento no pólo junto aos tutores e coordenação dos cursos em funcionamento;

- Acompanhamento junto aos tutores presenciais em seus horários no pólo;
- Visita Avaliativa da Bibliotecária da UNIR responsável pela Biblioteca dos Pólos UAB;
- Inscrição e seleção para o PROFMAT (Mestrado em Matemática).
- Recebimento do acervo de livros destinados a compor a biblioteca do pólo presencial situado nas dependências do Centro de Formação dos Profissionais da Educação de Porto Velho

Situação:

- Inscritos: 150
- Em andamento
- 50 vagas para Pedagogia;
- 50 Letras;
- 50 Administração Pública;
- 150 vagas para Pós-Graduação (Administração Municipal; Administração Pública; Administração em Saúde);
- 15 inscritos para o Mestrado em Matemática – PROFMAT.

Profuncionário

Tem como objetivo principal oferecer, formação e habilitação em nível médio, aos funcionários que atuam nas escolas públicas da educação básica, Com as habilitações Técnico em Alimentação Escolar, para as merendeiras, Técnico em Infraestrutura Escolar, para os funcionários de apoio e limpeza, e também o curso Técnico em Secretaria Escolar, para os secretários e agentes de secretaria escolar

Ações:

- No ano de 2011 as ações da Formação do Profuncionário ocorreram somente com a formação dos Formadores que formou 10 formadoras nas áreas de
- Planejamento;
- Elaboração do Plano de Ação;
- Formação de Formadores (foram realizadas 2 etapas);
- Correção dos instrumentais de acompanhamento e avaliação de 2009;

- Participação na Solenidade de Entrega de Certificados aos concluintes de 2009;
- Cadastro de inscritos no sistema do MEC.

Situação:

- 274 cadastrados no MEC:
  - 130 no curso de Infraestrutura Escolar;
  - 115 em Alimentação Escolar, e
  - 29 em Secretaria Escolar.

PARFOR – Plano Nacional de Formação de Professor

Objetiva capacitar em 1ª e 2ª habilitação os professores conforme área de atuação e formação inicial.

Ações:

- Participação em reunião junto ao MEC em Brasília/DF;
- Reuniões junto à coordenação/UNIR e coordenadores dos cursos em funcionamento;
- Levantamento de cursistas da rede municipal de Porto Velho em cada curso;
- Participação em reunião junto aos Secretários de Educação, promovida pela UNDIME/RO;
- Atendimento a cursistas quanto ao desenvolvimento dos cursos;
- Agendamento de espaços para realização de períodos presenciais dos cursos à distância;
- Viabilização de diárias para cursistas residentes em Distritos de Porto Velho.

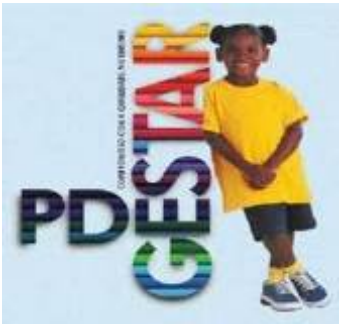
Situação:

- 67 professores da rede municipal de ensino participantes dos cursos / graduação em:
  - Letras/Espanhol;
  - Educação Indígena;
  - Informática;
  - Matemática;

- Educação Física;
- História;
- Letras/Português.

FORMAÇÃO CONTINUADA

Programa Gestão da Aprendizagem Escolar – GESTAR



O Programa Gestão da Aprendizagem Escolar - GESTAR é um programa que apresenta um conjunto de ações articuladas a serem desenvolvidas junto a professores habilitados para atuar nos quatro anos iniciais do Ensino Fundamental.

Os estudos são realizados a partir dos cadernos de Teoria e Pratica que compreendem os seguintes conteúdos:

Temas dos Cadernos de Teoria e Prática - Língua Portuguesa:

- TP 1 - Planejando o Ensino de Língua Portuguesa: a) Fundamentos para a construção do objetivo geral do ensino de Língua Portuguesa; b) Conteúdos para desenvolver habilidades de leitura, produção e análise e reflexão sobre a língua; c) Procedimentos didáticos adequados ao desenvolvimento das habilidades.
- TP 2 – Linguagem, Língua, Discurso e Texto: a) Linguagem e Língua; b) Interação Verbal e Variação Linguística; c) Concepção de texto e fatores de textualidade.
- TP 3 – Processos de Leitura e de Produção de textos: a) Procedimentos envolvidos no ato de leitura; b) Procedimentos envolvidos no ato de produção de textos; c) Vivenciar diferentes situações em que leitura e escrita se influenciam.
- TP 4 – Leitura e Produção de Textos Narrativos Ficcionais: a) Os elementos constitutivos do texto narrativo ficcional; b) A organização textual e os recursos da narrativa ficcional; c) As condições de produção do texto narrativo ficcional.

- TP 5–Leitura e Produção de Textos – História em Quadrinhos, Texto Jornalístico e Texto Publicitário: a) A história em quadrinhos; b) O texto jornalístico; c) O texto publicitário.
- TP 6 – Leitura e Produção de Texto Poético, Texto Epistolar e Texto Informativo: a) O texto poético e suas características; b) O texto epistolar; c) O texto Informativo.
- TP 7 – Literatura Infantil: a) A literatura infantil: origens e evolução; b) Modalidade dos textos de Literatura Infantil; c) Atividades de leitura e interpretação de textos da literatura infantil.
- TP 8 – Análise Linguística: a)Análise e reflexão linguística: definições e aplicações; b) Práticas de análise linguística: procedimentos de observação de regularidades, de transformação e de edição final de textos; c) Análise dos recursos linguísticos utilizados em diferentes tipos de textos.

Temas dos Cadernos de Teoria e Prática – Matemática

- TP 1 – Planejando o ensino de Matemática: Fundamentos para a construção do objetivo geral do ensino de Matemática;
- TP 2 – Número natural: conceito e representação
- TP3 – Operações com números naturais
- TP4 – Medidas e Grandezas
- TP 5 – Geometria
- TP6 – Número Racional: conceito e representação
- TP 7 – Geometria II: figuras planas – características geométricas e métricas
- TP 8 – Operações com números racionais

Atividades do Programa em Porto Velho

- Encontros semanais presenciais (4h) no Centro de Formação dos Profissionais da Educação do Município de Porto Velho e nos Distritos de Vista Alegre do Abunã, Extrema, Nova Califórnia e Calama;
- Carga horária 240 horas;
- Estudo da Resolução nº 4/CNE, de 13 de julho de 2010, que define diretrizes Curriculares Nacionais gerais para Educação Básica (capítulo 4 – O Professor e a formação inicial e continuada – Artigos 56-57-58,59)
- Planejamento de aulas juntamente com os professores;

- Acompanhamentos aos cursistas pelo formador em sala de aula;
- Elaboração do plano de curso, conforme as diretrizes dos PCNs, sob a orientação das formadoras;
- Acompanhamento das avaliações diagnósticas; e Orientação aos professores nas Elaborações de Projetos Educacionais, voltados para o domínio de habilidades e competências dos alunos.
- Encerramento das turmas de 2011: em 08/12/2011 no Centro de Formação dos Profissionais da Educação, em Porto Velho e as turmas de Vista Alegre, Nova Califórnia, Extrema e Calama nos meses de outubro e novembro/2011 nas localidades.





ATENDIDOS no GESTAR		
ANO	**INSCRITOS**	**CONCLUINTES**
2011	**143**	**103**

Programa Pró-Letramento

O Programa de Formação Continuada de Professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental tem como objetivo principal dar suporte a ação pedagógica aos professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

O curso de Alfabetização e Linguagem é composto de sete fascículos e um complementar que abordam os seguintes temas:

- Capacidades Lingüísticas da Alfabetização e Letramento;
- Alfabetização e Letramento: Questões sobre Avaliação;

- Organização do Tempo Pedagógico e o Planejamento do Ensino;
- Organização e Uso da Biblioteca Escolar e das Salas de Leitura;
- O Lúdico na Sala de Aula: Projetos e Jogos;
- O Livro Didático em Sala de Aula: Algumas Reflexões;
- Modos de Falar Modos de Escrever.

O curso de Matemática é composto de sete fascículos e um complementar que abordam os seguintes temas:



- Números Naturais;
- Operações com Números Naturais;
- Espaço e Forma;
- Frações;
- Grandezas e Medidas;
- Tratamento da Informação;
- Resolver problemas: o Lado Lúdico do Ensino da Matemática;
- Avaliação da Aprendizagem em Matemática nos Anos Iniciais.

Atividades do Programa em Porto Velho

- Abertura do Programa no dia 04 de maio de 2011 no Centro de Formação dos Profissionais de Educação de Porto Velho – CFPE, turma de Alfabetização e Linguagem e na EMEIEF Tarumã dia 02 de julho de 2011 com a turma de Matemática;
- Planejamento dos encontros dos cursos;
- Elaboração do cronograma de 2011;
- Estudos em equipe (tutora e coordenação);
- Estudo da Resolução nº 4/CNE, de 13 de julho de 2010, que define diretrizes Curriculares Nacionais gerais para Educação Básica (capítulo 4 – O Professor e a formação inicial e continuada – Artigos 56-57-58,59);



- Encontros quinzenais aos sábados pela manhã (curso de matemática) e quarta-feira pela noite (curso de língua portuguesa);
- Avaliação realizada de maneira contínua através da participação e síntese das idéias/fascículos dos cursos;
- Oficina “Leitura nossa de cada dia”.
- Participação no Congresso Internacional de Tecnologia na Educação, em Recife/PE.

ATENDIDOS no Pró-Letramento		
ANO	INSCRITOS	CONCLUINTES
2011	64	34

Programa de Formação pela Escola

O Programa Formação pela Escola é um programa de formação continuada, na modalidade à distancia, que tem como objetivo contribuir para o fortalecimento da atuação dos agentes e parceiros envolvidos com execução, monitoramento, avaliação, prestação de contas e controle social dos programas e ações educacionais financiados pelo FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Atividades do Programa em Porto Velho

O Programa Nacional de Formação Continuada a Distância nas Ações do FNDE – Formação pela Escola realizou suas ações em abril de 2011.

Foram realizadas:

- Divulgação do Programa Formação pela Escola junto às comunidades escolares;
- Recebimento de fichas de pré-matrícula;
- Cadastro no Sife Web (Sistema de Informação do Programa Formação pela Escola);
- Efetivação da matrícula no Sife Web;
- Estudo da Resolução nº 4/CNE, de 13 de julho de 2010, que define diretrizes Curriculares Nacionais gerais para Educação Básica (capítulo 4 – O Professor e a formação inicial e continuada – Artigos 56-57-58,59)
- E-mail confirmando aos pré-inscritos a efetivação da matrícula;
- Telefonemas informando data, horário e local do curso nos encontros presenciais;
- Aulas presenciais e acompanhamento à distância do curso do Módulo: “Controle Social” do referido Programa.
- Auto-avaliação do cursista no Sife Web.
- Avaliação da tutora sobre o desempenho de cada cursista no Sife Web.

ATENDIDOS		
ANO	INSCRITOS	CONCLUINTES
2011	25	23

Curso de Especialização em Gestão Escolar – Lato Sensu/2011

escola de gestores
da educação básica

O Curso de Especialização em Gestão Escolar é resultado de uma política do Governo Federal, por intermédio do Ministério da Educação/Secretaria da Educação Básica, em parceria com a UNIR, SEDUC E UNDIME. Tem como objetivo principal contribuir para o aperfeiçoamento do trabalho pedagógico e administrativo dos gestores que atuam nas escolas públicas, em uma perspectiva democrática.

O curso iniciou com 399 cursistas inscritos sendo 225 da UNDIME e 174 da SEDUC, e o município de Porto Velho com 35 cursistas/gestores,

Carga horária: 400 horas distribuídas em:

a) Introdução ao ambiente Moodle e ao curso – 40h
b) Salas Ambientes e TCC – 360h

I – Fundamentos do Direito à Educação – 60h

II – Políticas e Gestão da Educação – 60h

III – Planejamento e Práticas da Gestão Escolar – 60h

IV – Tópicos Especiais – Conselhos Escolares – 30h

V - Oficinas Tecnológicas – 30h

VI – Projeto Vivencial + TCC – 120h

Atividades do Programa em Porto Velho

- Encontros finais nos pólos presenciais;
- Estudo da Resolução nº 4/CNE, de 13 de julho de 2010, que define diretrizes Curriculares Nacionais gerais para Educação Básica (capítulo 4 – O Professor e a formação inicial e continuada – Artigos 56-57-58,59)
- Solenidade de Encerramento do curso junto aos cursistas e representantes das redes municipais e estaduais.

ATENDIDOS Pos em Gestão Escolar (Rede Municipal de Ensino Porto Velho)		
ANO	**INSCRITOS**	**CONCLUINTES**
2009 a 2011	**32**	**08 (17 reprovações e 07 desistências)**

Programa de Formação de Professores Alfabetizadores do Campo – PROFA Campo

O ***Programa de Formação de Professores Alfabetizadores do Campo – PROFA do Campo*** é destinado aos professores da rede municipal de educação em efetivo exercício do magistério nas escolas do campo.

Os trabalhos com os professores foram iniciados em 2011. Os encontros serão mensais com duração de 8 horas cada um, perfazendo um total de 60h de curso. Os mesmos ocorreram de acordo com as localidades dos Núcleos de Ensino, EMEF Henrique Dias (NESC - Núcleo de Ensino de São Carlos); NEC - Núcleo de Ensino de Calama e CFPE – Centro de Formação dos Profissionais da Educação de Porto Velho (NEPV Núcleo de Ensino de Porto Velho).

Na EMEF 13 de Maio (NEPA – Núcleo de Ensino de Ponta do Abunã) os encontros acontecerão em 2012 seguindo um cronograma a ser elaborado de acordo com a equipe do núcleo e Coordenação do Programa.

Foram inscritos 82 cursistas, sendo 24 de São Carlos, 39 de Porto Velho e 19 de Calama, tendo a abertura dos encontros sido realizada em de junho de 2011 e encerramento em dezembro de 2011.

Atividades do Programa em Porto Velho

- Organização do calendário de encontros de 2011;
- Cadastramento dos cursistas inscritos e organização das turmas;
- Confecção de ficha de freqüência dos encontros;
- Ligações e e-mails para avisar aos cursistas do inicio dos encontros;
- Organização e distribuição do material de formadora;
- Catalogação do material de copias existentes e tabulação da necessidade de cópias;

- Planejamento dos encontros;
- Estudos de formadora;
- Estudo da Resolução nº 4/CNE, de 13 de julho de 2010, que define diretrizes Curriculares Nacionais gerais para Educação Básica (capítulo 4 – O Professor e a formação inicial e continuada – Artigos 56-57-58,59);
- Solicitação de diárias as Formadoras que atuaram em Calama e São Carlos;
- Participação no Congresso Internacional sobre Formação de Professores e Gestão Educacional, em Belém/PA;
- Avaliação realizada de maneira contínua através da participação e desenvolvimento das atividades;
- Encerramento da Turma do Núcleo de Porto Velho no Centro de Formação dos Profissionais da Educação de Porto Velho no dia 26 de novembro de 2011;
- Encerramento da Turma do Núcleo de Calama no próprio Núcleo de Ensino no dia 10 de dezembro de 2011;
- Encerramento da Turma do Núcleo de São Carlos no EMEF Henrique Dias no dia 11 de dezembro de 2011;
- Elaboração do relatório anual de cada tutora;
- Planejamento das ações para 2012.





ATENDIDOS PROFA do Campo		
ANO	**INSCRITOS**	**CONCLUINTES**
Em 2011	**82**	**45**

PROINFO

PROINFO: O Programa Nacional de Informática na Educação/PROINFO é desenvolvido pela Secretaria de Educação a Distância (SEED), por meio do Departamento de Infra Estrutura Tecnológica (DITEC), em parceria com as Secretarias de Educação Estaduais e Municipais.

O PROINFO Integrado é uma ação de Formação Continuada com duração total de 180 horas que são divididas em três etapas. Iniciada em maio de 2008, a primeira fase, de 40 horas, aborda informações básicas sobre educação digital com base no sistema Linux Educacional, software livre criado especialmente para as escolas públicas brasileiras. Com 100 horas, a segunda etapa aborda a aplicação das Tecnologias de Informação e Comunicação na educação, conhecida como TIC's. A terceira etapa do PROINFO Integrado compreende 40 horas referentes à Elaboração de Projetos objetivando desenvolver projetos a serem utilizados no ambiente escolar integrando as Tecnologias da Informação e Comunicação/TIC's.

Atividades do Programa em Porto Velho

- Acompanhamento da Semana Pedagógica nas Escolas;
- Sensibilização e Esclarecimento sobre a utilização pedagógica do LIE da Escola.
- Organização de Materiais de estudo para as capacitações;
- Análise do material reformulado do Proinfo impresso e digital;
- Reunião pedagógica com a coordenação e formadoras do NTM;
- Divulgação de cursos do Proinfo;
- Planejamento do Curso de Alfabetização Digital: Justificativa, objetivo, público alvo, conteúdos, estratégias, carga horária;
- Pesquisa de recursos digitais do curso de Alfabetização Digital;
- Estudo do material Reformulado dos cursos do Proinfo;
- Acompanhamento aos LIEs das Escolas (objetivo: verificação da situação pedagógica, estrutura física e pedagógica do LIE);
- Divulgação e inscrição de cursistas do curso alfabetização digital;
- Organização de materiais para sugestão aos Coordenadores de LIE: Tutoriais do aplicativo TUXpaint e atividades para serem desenvolvidas com os alunos;

- Revisão e adequação de instrumental de ficha de avaliação para o curso de Alfabetização Digital;
- Aplicação de avaliação do curso Alfabetização digital;
- Planejamento da Reunião para coordenadores de LIE;
- Contribuição na construção do Informativo para o uso do Laboratório de Informática para ser entregue na reunião de coordenadores de LIE;
- Organização de Instrumentais para ser apresentado aos coordenadores de LIE na reunião;
- Assessoramento a tutoras do Proinfo;
- Reunião para coordenadores de LIE e Gestores escolares da rede municipal;
- Assessoramento a tutoras do Proinfo;
- Assessoramento a cursistas de turmas do Proinfo;
- Participação de Oficina sobre Educação a distância – EAD e Oficina sobre o Ambiente MOODLE no SENAC (Semana do Circuito Tecnológico)
- Participação no IX Congresso Internacional de Tecnologia na Educação, em Recife/PE;
- Estudo e análise do PROINFO e Parâmetros;
- Estudo da Resolução nº 4/CNE, de 13 de julho de 2010, que define diretrizes Curriculares Nacionais gerais para Educação Básica (capítulo 4 – O Professor e a formação inicial e continuada – Artigos 56-57-58,59) - Comparando com o PROINFO.
- Assessoramento a tutora do Proinfo do interior: Ambiente eproinfo: ferramentas: diário de bordo, fórum, biblioteca, webmail...
- Entrega de certificados dos cursos do Proinfo.
- Assessoramento a tutora de Extrema – Turma Elaboração de Projetos.
- Assessoramento as tutoras da UNDIME-RO;
- Atendimento aos técnicos dos municípios pela UNDIME-RO;
- Atendimento de solicitações das Escolas e SEMED;
- Implantação de um piloto na escola Saul Bennesby, de um sistema que monitora e coordenado os computadores em rede;
- Analise e Implantação do LINUX 4.0, para verificar possíveis erros no sistema. Afim de expandir paras as demais escolas com LIE.
- Elaboração de Relatório das atividades desenvolvidas no ano de 2011.

- Reunião com a equipe de formadores e coordenação do NTM para avaliação das atividades desenvolvidas em 2011 e planejamento de 2012.



ATENDIMENTO PROINFO 2011					
NTM	2011				TOTAL
	ALF	IED	TIC	EP	
URBANO	23	126	63	33	245
RURAL		10	26		36
Sub Total:	23	136	63	33	**281**

Legenda:
ALF: *Curso de Alfabetização Digital -*
IED: *Introdução a Educação Digital – 40h Introdução*
TIC: *Ensinando e Aprendendo com as TIC's – 100h*
EP: *Elaboração de Projetos – 40h*

Programa Um Computador por Aluno – ProUCA

Programa Um Computador por Aluno – **ProUCA -** É uma iniciativa do Governo Federal através da Secretaria de Educação a Distância/SEED/MEC, em parceria com os Estados da federação. Houve uma 1ª Fase intitulada Pré-Piloto, iniciada no ano de 2007. A Instituição Escolar representada pelo município de Porto Velho é a E.M.E.F. João Ribeiro Soares.

No estado de Rondônia o Programa Um Computador por Aluno encontra-se em fase de implementação e Formação dos Professores, tendo na Coordenação Geral a Universidade Estadual de Campinas/Unicamp e Coordenação Local a Fundação Universidade Federal de Rondônia/Unir. A equipe é composta por três formadores, cinco tutores da Secretaria de Educação Estadual e Municipal e quatro pesquisadores da Fundação Universidade Federal de Rondônia/Unir.

Atividades do Programa em Porto Velho

No início de junho de 2011 foram retomadas as atividades de formação do Projeto UCA, foram realizadas visitas à Escola João Ribeiro Soares para orientações gerais a gestão e a coordenação sobre o planejamento de atividades e a conservação e manutenção dos laptops. Além de orientação às Coordenadoras UCA na escola - professores inseriram o uso do laptop no planejamento semanal e um horário foi elaborado para que cada turma use os equipamentos uma vez por semana.

Ocorreram reuniões de gestores e gerentes para apresentação do Projeto e encaminhamentos de ações referentes ao ano de 2011. Estudo e planejamento de atividades da formação com formadores e tutores locais. Participação em vídeo conferência com a Coordenação do ProUca - UNIR/SEDUC/UNICAMP.

No mês de setembro as atividades se intensificaram junto aos cursistas, realizamos os encontros presenciais do Módulo II Web 2.0 A Equipe vem se encontrando periodicamente para realização de estudos e planejamento das formações 2011. A formação ocorreu até o dezembro quando foi finalizado com as atividades propostas e as avaliações do programa.

PROFESSORES/GESTORES/COORDENAÇÃO PEDAGOGICA – 2011 ESCOLA JOÃO RIBEIRO				
	PROFESSORES	**GESTORES**	**EQUIPE PED.**	**Total**
Porto Velho	**14**	**02**	**03**	**19**



Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica – Lato Sensu/2011

A **Pós-Graduação *Lato Sensu*** em **Coordenação Pedagógica** é mais um curso do *Programa Escola de Gestores da Educação Básica Pública,* vinculado à *Secretaria de Educação Básica*, do *Ministério da Educação(*SEB/MEC), realizado em parceira com Secretaria do Estado da Educação – SEDUC e Secretaria Municipal de Educação – SEMED através da UNDIME – União dos Dirigentes Municipais da Educação e é voltado para a formação continuada e pós-graduada de profissionais que atuam em equipes de gestão pedagógica em escolas públicas de Educação Básica e/ou função equivalente.

O curso é ofertado na modalidade de Ensino a Distância – EAD e tem por objetivo básico formar, em nível de pós-graduação lato sensu, coordenadores pedagógicos e/ou profissionais que exerçam função equivalente e integrem a equipe gestora da escola, visando a ampliação de suas capacidades de análise e resolução de problemas, elaboração e desenvolvimento de projetos e atividades no âmbito da organização do trabalho pedagógico e do processo de ensino-aprendizagem de modo que disponham de elementos teórico-práticos que viabilizem uma educação de qualidade.

Com uma carga horária total de 405 horas, o curso está sob a responsabilidade da Universidade Federal de Rondônia – UNIR sendo realizado através de um Ambiente Virtual de Aprendizagem, *Plataforma Moodle,* com acesso exclusivamente via internet.

Também fazem parte da carga horária, encontros presenciais nos pólos e locais designados pela Coordenação. A carga horária é distribuída entre as disciplinas:

- Realidade Escolar e Trabalho Pedagógico. (30 horas)
- Projeto Político-Pedagógico e Organização do Ensino. (45 horas)
- Currículo, Cultura e Conhecimento Escolar. (45 horas)
- Avaliação Escolar. (45 horas)
- Práticas e Espaços de Comunicação na Escola. (45 horas)
- Aprendizagem Escolar e Trabalho Pedagógico. (45 horas)
- Políticas Educacionais e Gestão Pedagógica. (45 horas)
- Tópico Especial. (30 horas)
- Metodologia do Trabalho Científico. (60 horas)

A Secretaria Municipal de Educação de Porto Velho – SEMED conta com 62 inscritos, entre eles Coordenadores Pedagógicos, Orientadores Educacionais e profissionais em função equivalente. Os mesmos estão distribuídos em 2 turmas. O curso será concluído em 2012.

Atividades do Programa em Porto Velho - 2011

- Envios de mensagens pela plataforma MOODLE falando sobre a postagem de atividades;
- Leituras de mensagens dos cursistas pela plataforma MOODLE;
- Assistência aos cursistas;
- Mensagens de apoio e motivação por todas as atividades realizadas pelo cursista;
- Controle de postagem de atividades pelos cursistas da Undime e Seduc;
- Criando novos mecanismos para dar uma maior assistência aos cursistas;
- Chats pela plataforma com equipe de apoio e cursistas.
- Visitas regulares ao pólo presencial, onde o supervisor do curso se propõe a auxiliar nas dúvidas e resolução de problemas.
- Chats de Interação entre os cursistas em busca de desenvolver um trabalho colaborativo e que incentive a troca de experiências a partir do seu contexto escolar.

ATENDIDOS Pos em Coordenação Pedagógica (Rede Municipal de Ensino Porto Velho)		
ANO	**INSCRITOS**	**ANO DE CONCLUSÃO**
2011	**62**	**2012**

Projetos em Parceria

Oi To no mundo - Não é só um programa de Inclusão Digital. É uma experiência que integra escola, família e comunidade através das novas tecnologias em telecomunicações, sendo pioneiro no Brasil no desafio e na experiência de implementar uma das maiores Comunidades Virtuais de Escolas de todo o território nacional.

As escolas participantes são equipadas com laboratórios de informática compostos por computadores, scanners, impressoras e acesso à internet e um programa de formação vem dar suporte aos educadores no desenvolvimento de projetos que incluam a utilização pedagógica destas ferramentas no dia-a-dia das escolas.

Esses projetos são especialmente desenvolvidos de acordo com as realidades e necessidades locais e têm como objetivo final contribuir para a auto-sustentabilidade das comunidades atendidas. Nesses nove anos de atuação, foram postos em prática centenas de projetos, que, concretamente, estão mudando a vida de muitos brasileiros.

São atendidas duas escolas municipais. Em 2011, houve a participação de representantes da SEMED em evento nacional de socialização de experiências e de atualização do projeto.



O Encontro buscou soluções que integrem a tecnologia, sustentabilidade e educação esse foi o desafio do Encontro Oi Tô no mundo, realizado nos dias 28, 29 e 30 de abril, em Pirenópolis, Goiás. Compareceram cerca de 200 representantes de 135 escolas e 85 de secretarias de educação de todo o Brasil, que puderam trocar ideias e experiências, assistir a palestras e participar de oficinas durante os três dias do evento, cujo tema foi **Educação Sustentável**.

A programação do encontro teve dois dias de formação intensiva (palestras e oficinas), totalizando 12h de trabalho, além de um terceiro dia para integração e troca de experiências entre os educadores, que tiveram a oportunidade de entrar em contato com profissionais de todo o país, especialistas renomados e, com isso, adquirir novos conhecimentos, aplicáveis na escola em suas salas de aula e em outros espaços educativos.

MELHORIA E AMPLIAÇÃO DA REDE FÍSICA

A ambiência física da escola, tanto quanto os materiais, os equipamentos e as práticas pedagógicas se constituem, reconhecidamente, em fator determinante para o êxito do processo de ensino e de aprendizagem, na medida em que propicia bem-estar e assegura integridade física à comunidade escolar.





Por essa razão, a atenção e os cuidados com a estrutura predial figuram com destaque nas políticas públicas destinadas a assegurar o acesso e a permanência do educando na escola, com dignidade, justificando, assim, os elevados investimentos financeiros em obras de construção, ampliação e reforma.

As ações de melhoria e ampliação da rede física das escolas e unidades ligadas a educação, são realizadas através dos seguintes recursos:

- **Recursos Próprios:**
    - A ações são realizadas com recursos dos 25% da educação e do salário educação;

- **Convênios:**
    - Ações realizadas com recursos oriundos de convênios com outros órgãos, principalmente do Governo federal:
        - Programa Calha Norte;
        - FNDE/MEC;
        - PAC II.

- **Compensações Ambientais:**
    - Consórcio Santo Antônio Energia – Usina de Santo Antônio
    - Consórcio ESBR – Usina de Jirau



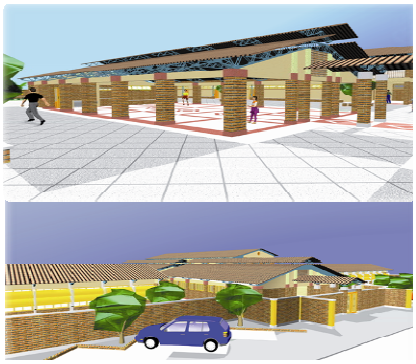
Obras Realizadas com Recursos Próprios
Processos 2010/2011

ORD	UNIDADE	LOCAL	VALOR R$	SITUAÇÃO
1	Escola Manoel Pedro Pereira	Reforma e Ampliação	178.357,41	Concluída
2	Escola Areal da Floresta (N. República)	Construção	615.961,00	Concluída
3	Anexo da Escola Pe. Geovani	Reforma	35.958,68	Concluída
4	Escola Tarumã	Reforma	137.594,00	Concluída
5	Escola Som da Craviola	Reforma	146.888,76	Concluída
6	Escola Rio Pardo	Reforma	46.087,27	Concluída
7	Escola Francisco Braga	Reforma e Ampliação	224.243,14	Concluída
8	Escola Alegria	Reforma e Ampliação	744.362,87	Em Andamento
9	Escola Elenilson Negreiros - 10 salas	Ampliação	702.347,60	Em Andamento
10	Alojamento de São Carlos	Reforma/Ampliação	77.635,15	Em Andamento
11	Escola Cora Coralina	Reforma	31.488,89	Licitada
12	Escola Nova República	Construção de Muro	189.575,78	Em andamento
13	Escola João Afro Vieira	Construção de Muro	168.733,30	Licitada
14	Escola Raimundo Agostinho	Reforma	73.987,20	Licitada
15	Escola Joaquim Vicente Rondon	Ampliação do Beiral da Cobertura	88.249,00	Licitada
16	Escola Rio Verde	Construção	235.294,44	Licitada
17	Escola Profª Maria Angélica/Aliança	Construção	230.474,46	Licitada
18	Escola Maria Casaroto Abati	Sala de Recurso	111.833,40	Licitada
19	Escola Wadhi Darwich	Sala de Recurso	83.761,29	Licitada

Obras Realizadas com Recursos de Convênios

CONVÊNIOS GOVERNO FEDERAL			
ORD	**UNIDADE**	**OBRA**	**SITUAÇÃO**
1	Escola de 06 salas/Ronaldo Aragão	Construção	Em Obra
2	Escola de 12 salas/Loteamento Amazônia	Construção	Em Obra
3	Escola de Música da Zona Sul	Construção	Em Obra
4	Biblioteca da Zona Leste	Construção	Em Obra
5	Escola São Pedro	Sala de Recurso e Reforma	Em Licitação
6	Escola Bom Princípio	Reforma e Ampliação	Em Licitação
7	Escola 03 de Dezembro	Reforma e Ampliação	Em Licitação





Obras Realizadas com Recursos de Compensação

RECURSOS DE COMPENSAÇÃO			
ORD	**UNIDADE**	**LOCAL**	**Usina / Situação**
1	Escola Maria Angélica	Construção	Jirau/Em obra
2	Escola Olympia Salvatore	Construção	Jirau/Finalizado
3	Escola Santa Júlia	Reforma e Ampliação	Jirau/inaugurado
4	Escola Barão do Rio Branco	Construção	Jirau/Finalizado
5	Escola Padre Chiquinho	Reforma e Ampliação	Jirau/Finalizado
6	Escola Maria Jacira Feitosa	Reforma e Ampliação	Jirau/inaugurado
7	Escola Darcy Ribeiro	Reforma e Ampliação	Jirau/Finalizado
8	Escola Nacional	Reforma e Ampliação	Jirau/inaugurado
9	Escola Boa Esperança Linha F	Reforma e Ampliação	Jirau/Em obra
10	Escola N. Senhora de Nazaré-Mutum Paraná	Ampliação de 2 salas	Jirau/Em obra
11	Escola Ed. Infantil Jacy Paraná	Construção	Jirau/Finalizado
12	Escola Eng. Francisco Erse	Paisagismo/Quadra	Jirau/Finalizado
13	Escola Manoel Aparício	Quadra	Jirau/Em obra
14	Alojamento Jacy Paraná	Construção	Jirau/Em obra
15	Escola José Augusto da Silva - Extrema	Construção de Quadra	Jirau/inaugurado
16	Construção de Creche 8 Salas	Nova Mutum	Jirau/Em obra
17	Escola Dr. Tancredo Neves	Morrinho	Santo Antônio/Finalizado
18	Escola N. Senhora de Nazaré-Mutum Paraná	Construção de Quadra Poliesportiva	Jirau/Finalizado
19	Construção de Creche 8 Salas	Jacy-Paraná	Jirau/Finalizado

Obras Realizadas com Recursos do Proinfância

PAC I

PROINFANCIA		
ORD	UNIDADE	SITUAÇÃO
1	Creche Bairro Areia Branca (Tipo B)	Licitado
2	Creche Bairro Eletronorte (Tipo B)	Licitado
3	Creche Bairro Jardim Santana I (Tipo B)	Licitado
4	Creche Bairro Jardim Santana II (Tipo B)	Licitado
5	Creche Bairro Marcos Freire (Tipo B)	Licitado
6	Creche Bairro Três Marias (Tipo B)	Licitado
7	Creche Bairro Pedrinhas (Tipo C)	Licitado
8	Creche Bairro Teixeirão (Tipo C)	Licitado
9	Creche Bairro Ipê Planalto (Tipo C)	Conv. 2009 - diligência

PAC II

Estão em análise 14 creches do Proinfância, aguardando liberação de Recursos;

PAC 2 - CRECHE/PRÉ-ESCOLA 001 -FLAMBOYANT
PAC 2 - CRECHE/PRÉ-ESCOLA APONIÃ
PAC 2 - CRECHE/PRÉ-ESCOLA IPANEMA
PAC 2 - CRECHE/PRÉ-ESCOLA ALPHAVILLE
PAC 2 - CRECHE/PRÉ-ESCOLA CIDADE NOVA
PAC 2 - CRECHE/PRÉ-ESCOLA FORTALEZA
PAC 2 - CRECHE/PRÉ-ESCOLA LAGOINHA
PAC 2 - CRECHE/PRÉ-ESCOLA CUNIÃ
PAC 2 - CRECHE/PRÉ-ESCOLA ESPERANÇA DA COMUNIDADE
PAC 2 - CRECHE/PRÉ-ESCOLA 010 CALADINHO
PAC 2 - CRECHE/PRÉ-ESCOLA RONALDO ARAGÃO
PAC 2 - CRECHE/PRÉ-ESCOLA 012
PAC 2 - CRECHE/PRÉ-ESCOLA MCMV 001
PAC 2 - CRECHE/PRÉ-ESCOLA MCMV 002

Construção de Quadras Poliesportivas – PAC II

Projetos aprovados, recursos liberados e processos em andamento, visando procedimento licitatório.

ESCOLA SÃO MIGUEL
ESCOLA FLOR DO PIQUIÁ
ESCOLA ESTELA COMPASSSO

Obras Realizadas com Recursos da Compensação das Usinas

RECURSOS DE COMPENSAÇÃO		
ORD	**UNIDADE**	**LOCAL**
1	Escola Maria Angélica	Construção
2	Escola Olympia Salvatore	Construção
3	Escola Santa Júlia	Reforma e Ampliação
4	Escola Barão do Rio Branco	Construção
5	Escola Padre Chiquinho	Reforma e Ampliação
6	Escola Maria Jacira Feitosa	Reforma e Ampliação
7	Escola Darcy Ribeiro	Reforma e Ampliação
8	Escola Nacional	Reforma e Ampliação
9	Escola Boa Esperança Linha F	Reforma e Ampliação
10	Escola Nossa Senhora de Nazaré - Mutum Paraná	Ampliação de 02 Salas de aula e Construção de Quadra Poliesportiva
11	Escola Ed. Infantil Jacy Paraná	Construção
12	Escola Eng. Francisco Erse	Paisagismo/Quadra
13	Escola Manoel Aparício	Quadra
14	Alojamento Jacy Paraná	Construção
15	Escola José Augusto da Silva - Extrema	Construção de Quadra
16	Construção de Creche 8 Salas	Nova Mutum
17	Escola Dr. Tancredo Neves	Construção de Novo Prédio - Morrinhos

ESCOLAS INAUGURADAS EM 2011:

Escola Municipal de Educação Infantil Canto do Uirapuru



Foi inaugurada no dia 07/02/2011 a Escola Municipal de Educação Infantil Canto do Uirapuru, no bairro Aeroclube, zona Sul da cidade. Com três salas de aula, refeitório, pátio, cozinha, depósito, sala administrativa e banheiros (inclusive um banheiro para portadores de necessidades especiais), a Escola vai atender 150 crianças da creche ao pré II.

A prefeitura investiu na obra recursos da ordem de 688 mil e 325 reais. Desse total, cerca de 611 mil e 500 reais foram conseguidos junto ao Governo Federal, através de emenda parlamentar do deputado federal Mauro Naziff, que participou da solenidade. Como contrapartida, o município investiu 76 mil e 855 reais.

Escola de Educação Infantil Moisés Ferreira Neto







Foi inaugurada no dia 24/02/2011 a Escola Municipal de Educação Infantil Moisés Ferreira Neto, no bairro Tucumanzal, sito a rua Bahia.

O local onde foi construída a escola abrigava um prédio abandonado há muitos anos, tomado por entulhos e matagal. Ali já tinha funcionado uma Escola, mas foi desativada por gestões anteriores.

A Escola Moisés Ferreira Neto vai atender 150 crianças da creche ao pré II. Ela está equipada com três salas de aula, sala de informática, sala de leitura, diretoria, secretaria, almoxarifado, sala de professores, banheiros masculino e feminino, vestiário, cozinha, dispensa, área de serviços, depósito de materiais de limpeza e pátio coberto. O investimento financeiro na obra foi da ordem de 277 mil 527 reais e 39 centavos, recursos próprios da prefeitura.

Escola 04 de Agosto



Foi inaugurada no dia 26/02/2011 o novo prédio da Escola 4 de Agosto, localizada na Aldeia Karitiana, 364, km 50, no ramal Maria Conga.

A construção do novo prédio da escola faz parte da política de reestruturação da rede escolar municipal implantada deste o início da atual gestão, em 2005.

A Escola de Ensino Fundamental "04 de Agosto" atende alunos do 1º ao 5º ano no período matutino e do 6º ao 9º ano, no período vespertino, num total de 120 estudantes. A comunidade a ser atendida é originariamente indígena da aldeia Karitiana, que sobrevive da sua própria cultura de subsistência e do trabalho artesanal.



A construção da Escola iniciou em 2010 e o investimento chega a dois milhões de reais, oriundos de recursos de compensações da Usina Santo Antônio. São 854 metros quadrados de área construída, contendo seis salas de aula, sala de professores, sala da direção, sala multifuncional, secretaria, dispensa, depósito para materiais escolares, refeitório, pátio, banheiros e cozinha.

Os estudantes indígenas Karitianas estudam disciplinas tradicionais como Português, matemática, geografia e ciências. Já as disciplinas de história e artes têm a missão de fazer o resgate histórico-cultural da aldeia. Agregadas a este quadro de ensino estão às disciplinas de língua materna e cultura tradicional indígena, reivindicadas pelas famílias Karitianas. Já a disciplina de educação física trabalha as danças e demais atividades físicas contempladas dentro da cultura Karitiana.



Os professores do 1º ao 5º ano são todos da Aldeia e fazem parte do projeto Kyowã. Eles são responsáveis pelo ensino da língua materna, da cultura tradicional, distinguindo entre a cultura feminina e masculina. Já o ensino de matemática, língua portuguesa, história, geografia e ciências e ensino religioso é ministrado por professores não-indígenas, mas capacitados para atuarem no ensino indígena.

Escola Municipal Flor do Cupuaçú

Foi inaugurada foi inaugurada em 04/06/2011 a Escola Flor do Cupuaçu, localizada no Reassentamento Santa Rita, na zona rural de Porto Velho, no Km 54 – sentido Acre, o reassentamento foi construído pela Santo Antônio Energia para receber 135 famílias do Projeto de Assentamento Joana D'Arc, que moravam em uma das áreas de influência do futuro reservatório da Usina Hidrelétrica Santo Antônio.

A unidade foi construída para atender a necessidade de ampliação das escolas municipais Nilo Peçanha e Odília Pereira e do reassentamento Santa Rita. Estas duas escolas foram desativadas e seus alunos passam a partir de agora a frequentar a Flor do Cupuaçú que recebeu este nome em homenagem a um dos principais produtos da região, fonte de renda dos produtores locais. O investimento da obra, na ordem de R$ 1.411.607,15, é proveniente de recursos da Santo Antônio Energia, empresa concessionária da Usina de Santo Antônio. O investimento também contemplou equipamentos e materiais para a escola.





São 1,4 mil m² e sua estrutura é composta por nove salas de aula, sala de direção, secretaria escolar, sala de professores, sala de coordenadores pedagógicos, salas de recursos multifuncionais, sala de leitura, cozinha, refeitório, dispensa para a merenda escolar, deposito para material de limpeza, banheiros masculino e feminino e outro adaptado para portadores de necessidades especiais e um para funcionários e ainda pátio coberto e parque infantil e quadra esportiva. O atendimento será para alunos do 1° ao 9° ano das comunidades das linhas vicinais 32 e 37; da comunidade Zeca Gordo e Jorge Alagoa; KM 66, bifurcação; Ramal Morrinho; do eixo da BR 364 ao KM 4 e do projeto de Assentamento Paulo Salestiano, até a nova escola. Estes alunos já são atendidos pelo transporte escolar, outras crianças que moram próximo a escola receberam bicicletas novas da prefeitura.

Escola Municipal Antônio Augusto Vasconcelos

Foi inaugurada no dia 01/04/2011, a nova escola da nova Vila do Teotônio. A nova Escola Antônio Augusto Vasconcelos foi remanejada pelo consórcio que está construindo a Usina Hidrelétrica de Santo Antônio em substituição da escola antiga que será inundada pelas águas do Rio Madeira.

A escola tem nove salas de aula, refeitório e demais salas de administração.



Escola Vale do Jamari

Foi inaugurada no dia 13/05/2011 a Escola Vale do Jamari, situada na localidade de Escalerita as margens do Rio Jamari.



A construção do novo prédio da escola faz parte da política de reestruturação da rede escolar municipal implantada deste o início da atual gestão, em 2005.

A escola é equipada com cozinha, refeitório, banheiros adaptados para portadores de necessidades especiais, salas de aulas, diretoria, sala de professores e depósito. O investimento foi da ordem de R$ 179.138,87, recursos do próprio município.



Escola Alzira Falcão

Foi inaugurada no dia 13/05/2011 a Escola Alzira Falcão, situada na localidade de Bom Será, baixo Rio Madeira.

A construção do novo prédio da escola faz parte da política de reestruturação da rede escolar municipal implantada deste o início da atual gestão, em 2005.

O prédio tem uma sala de aula, dispensa, cozinha, pátio coberto, banheiros adaptados, sala para a direção e novos equipamentos, dentre outros itens. Foi investido na obra o valor de R$ 148.658,43, também recursos próprios da prefeitura.



Quadra Poliesportiva da Escola José Augusto da Silva _ Extrema

Foi inaugurada em 02/07/2011, no Distrito de Extrema a quadra poliesportiva da Escola Municipal José Augusto da Silva. Convidado pelo prefeito, o governador Confúcio Moura participou da solenidade como convidado de honra do distrito, José Wilson; a diretora do estabelecimento, professora Célia Soares; e o representante do consórcio Energia Sustentável do Brasil (ESBR), Beto Silvestre.

Durante a solenidade, no intervalo das falas das autoridades, os alunos do projeto “Mais Educação” fizeram várias apresentações artísticas com grupos de dança e capoeira. O Hino de Porto Velho foi entoado por um coral formado por alunos da escola. As autoridades também foram presenteadas com lembranças entregues pelos alunos e após a solenidade foi servido um almoço aos presentes.

Escola Municipal Riacho Azul



Foi inaugurada no dia 09/07/2011 a Escola Riacho Azul, localizada na comunidade do assentamento Riacho Azul. A nova escola tem capacidade para ate 210 alunos por turno, e foi construída nos padrões adotados pela Semed em todas as obras escolares.

O Reassentamento foi construído pela Santo Antônio Enérgia, as famílias reassentadas estão tendo uma qualidade de vida igual ou melhor que a que tinham antes.

No assentamento, foram reservadas pela Santo Antônio Energia 12 hectares de área para a produção agrícola. O projeto tem assistência técnica e monitoramento da qualidade de vida, também providenciados pela empresa. Os estudantes Ingrid Leandra, de 8 anos, e Demétrio Borges, de 10, leram textos em homenagem às autoridades presentes, como agradecimento pela nova escola.

Além do prédio escolar foram adquiridos equipamentos como computadores, centrais de ar e cozinha e refeitórios completos.

Escola Municipal Nova República

Foi inaugurada no dia 26/08/2011 a nova unidade, Escola Municipal Nova República, o novo prédio ampliará o atendimento de 80 para 150 alunos com idades entre 02 e 05 anos, sendo construída com recursos próprios.



A escola surgiu de uma associação feminina do Bairro Nova República, que começou a funcionar em 1990. “Com a ajuda e cooperativismo dos moradores do bairro foi comprada uma casa, onde a prefeitura cedeu professores para lecionar o pré-escolar para os filhos dos associados, sendo então uma Escola Comunitária da Associação Feminina do Bairro Nova República. Em 1992 a prefeitura assumiu completamente a escola, construindo duas salas de aula, cozinha, depósito para a merenda e dois banheiros.

O prefeito Roberto Sobrinho citou a antiga escola e disse da felicidade em entregar uma escola que mais parecia uma unidade particular. Tudo funcionava numa estrutura simples e precária. E a demanda também cresceu muito. E hoje estamos entregando uma escola nova, bonita e quem passa aqui na frente tem a impressão que esta escola é privada.

E agora essas crianças passam a estudar numa escola bonita, bem estruturada, com salas de aulas confortáveis, limpas, com área de lazer, isso demonstra o compromisso assumido por esta administração em oferecer uma educação cada vez melhor", discursou o prefeito.

A nova escola possui 03 salas de aula; 02 banheiros; sala de direção; sala de supervisão, secretaria, cozinha, dispensa, área de serviço, pátio coberto, playground para as crianças.

Escola Municipal Santa Júlia

A Escola Municipal Santa Julia, situada na localidade de Vila da Penha, a 300 quilômetros da região central de Porto Velho, ganhou agora mais três novas salas de aula, além de um laboratório de informática, sala dos professores, sala de direção e um refeitório. Com isso, a escola, que mantinha até o momento aulas para alunos de 1ª à 5ª série, vai poder oferecer todo o Ensino Fundamental, do 6º o 9º ano.



A ampliação e reforma foram feitas através dos projetos de compensações sociais da hidrelétrica de Jirau., a escola atende 196 alunos distribuídos nas séries do 1º ao 9º ano do ensino fundamental.

A inauguração ocorreu no dia 10/09/2011, as obras foram feitas através de um repasse de R$ 570 mil. A escola Santa Julia, tem capacidade para 196 alunos e foi criada em criada em 1995, na época em que o prefeito Roberto Sobrinho era secretário municipal da Educação. A reforma também providenciou banheiros adaptados para portadores de deficiências e um alojamento, que será usado pelos professores.

Prefeito indicou essa obra nas compensações e a ESBR atendeu a demanda", enfatizou.

Ao falar sobre o investimento, o prefeito lembrou-se da primeira diretora da escola Santa Júlia, a professora Terezinha, e sugeriu à comunidade a troca do nome do estabelecimento para homenagear a professora falecida este ano. “Seria bom os moradores da Vila da Penha se reunir para votar se aceitam ou não a troca do

A escola atende os alunos das linhas 5, 6, 7, 9, 10, Travessão e Eixo da BR. Quatro ônibus escolares atendem hoje a comunidade, antes eram dois.

Fez parte do mesmo pacote a construção do alojamento dos professores, composto por três quartos, sala de estar, cozinha, banheiro e sala de estudo.

Escola Manoel Pedro Pereira





Foi inaugurada no dia 12/11/2012, a Escola Manoel Pedro Pereira reformada e ampliada, localizada no KM 24, zona rural de Porto Velho. A obra faz parte da política de melhoria da estrutura das escolas do município. A unidade atende alunos do 1º ao 5º ano em turmas seriadas e multisseriadas no período matutino oriundos das comunidades da BR- 364 dos km-18 ao 45, da Gleba Rio das Garças, no km-22 e as linhas 22 e 27.

A Escola foi criada em 1972 para atender a demanda das crianças dos assentamentos da BR 364 e recebeu esta denominação em homenagem ao professor Manoel Pedro Pereira que havia falecido na mesma época em que a escola foi construída inicialmente a escola era apenas um galpão de madeira. Em 1996 a escola foi beneficiada com uma construção em alvenaria compreendendo duas salas de aula, dois banheiros, uma cozinha e um pátio. A prefeitura com objetivo de melhor atender as demandas destes alunos disponibilizou o valor de R$ 178.357,41 para reforma e ampliação da escola.

A nova estrutura da Escola é composta por:

- três salas de aula; sala de direção; sala de informática;
- cozinha; refeitório;
- dispensa para a merenda escolar;
- dispensa para material de limpeza;
- banheiro feminino;
- banheiro masculino;
- banheiro para portadores de necessidades especiais;
- depósito para material pedagógico

Escola Municipal Maria Jacira Feitosa de Oliveira



Inaugurada em 21/11/2011 no Distrito de Nova Califórnia, 365 KM de Porto Velho, a escola municipal Maria Jacira, que foi completamente reformada e ampliada. A Escola atende cerca de 580 alunos, do 1º ao 5º ano do ensino fundamental e do 1° ao 8° ano do EJA. A primeira construção da escola foi toda feita em madeira, só passando por uma reforma em 2002, e agora em 2011 por uma reforma geral e ampliação, numa aplicação de recursos de um milhão e duzentos mil reais, que contemplou parte elétrica hidráulica, banheiros, dispensas, salas para professores, salas de aula, pátio, cozinha e refeitório.

Com uma estrutura que não deixa nada a desejar a grandes cidades, Alunos do programa Mais Educação apresentaram Jogral, Danças e ainda um coral formado por alunos do 5° ano entoaram o hino de Porto Velho. Felizes com a nova escola os alunos Taís e Gabriel agradeceram em forma de poesia. Os versos lembravam em rimas as dificuldades vividas e as expectativas com a nova escola. “Aqui todos somos capaz e como esta nova escola, se antes éramos inteligentes, agora vamos aprender ainda mais”, disseram levantando aplausos dos presentes.

A escola Maria Jacira foi fundada em novembro de 1986 pelo estado do Acre na gestão da governadora Iolanda Lima Fleming. O primeiro Diretor da escola foi o professor Sergio Roberto Lopes. Nova Califórnia passou por um longo período litigioso entre os estados do Acre e Rondônia, tendo fim o litígio no ano de 1996, passando a pertencer para Rondônia toda a região conhecida como Ponta do Abunã. Portanto a Escola Maria Jacira passou a ser mantida pelo governo de Rondônia até 2000, sendo que em 30/05/2000, através do Convênio 062/PGE/2000 passou para a Prefeitura do Município de Porto Velho, como escola municipalizada, somente no ano de 2010, através do decreto nº 11606 de 30/03/2010 passou a denominar-se Escola Municipal de Ensino Fundamental Profª Maria Jacira Feitosa de Carvalho.



A clientela inicial da Escola Maria Jacira foi da alfabetização a 8ª série. Em 1994 através de um acordo a Escola Maria Jacira ficou atendendo a clientela da alfabetização a 4ª série e a Escola Estadual Bandeirantes da 5ª série a cima, só em 2007 a escola Maria Jacira passou a atender ao segundo seguimento da educação de jovens e adultos EJA.

ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO

Ações da Divisão em 2011

- Entrega de Material Permanente para equipar as Escolas da Rede Municipal de Ensino, bem como a Sede/Semed;

- Realização de Inventário, bem com o Tombamento de Material adquirido por recursos, como PDDE, PDDE Mais Educação, PDDE Fefs;

- Equipadas Escolas que foram inauguradas durante o ano de 2011;
  - Maria Jacira Feitosa de Carvalho;
  - Santa Júlia;
  - Vale do Jamary;
  - Profª Alzira Falcão;
  - Nova República;
  - Manoel Pedro Pereira;
  - Riacho Azul;
  - Flor do Cupuaçu;
  - 04 de Agosto
  - Canto do Uirapuru;
  - Moisés Ferreira Neto;
  - Antônio Augusto Vasconcelos.

- Distribuição de Material adquirido pela Compensação – Jirau e Santo Antônio;

MATERIAL PARA SEMED – SEDE

Departamento/Divisão: Protocolo/Semed

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Condicionador de Ar Mini Split, de 18.000 Btu's - York Nº de serie (Interna): 217501721100800128 Nº de serie (Externa): 217502721100800267	1	S/T	09.01657/2010	001	05/01/2011

Departamento/Divisão: DRH/Semed

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Condicionador de Ar Mini Split, de 30.000 Btu's - York Nº de serie (Interna): 125201541100600693 Nº de serie (Externa): 125202541100600041	1	S/T	09.01657/2010	002	06/01/2011
1	Condicionador de Ar Mini Split, de 12.000 Btu's - York Nº de serie (Interna): 217401934100602008 Nº de serie (Externa): 217402695100500767	1	S/T	09.01657/2010	015	18/01/2011
1	Notebook - Tela: Matrix LCD 14"; Processador: Intel Corel 2 Duo T8100 2.2 GHZ; Memória: 4 GB RAM DDR2; Disco Rígido: 500 GB Sata II, teclado ABNT em português; Gravador de DVD, Rede WIFI A/B/G; Sistema Operacional: Windows 7 Profissional - Zmax - série: 010868010003.	1	128.301	09.01639/10	101	29/04/2011

Departamento/Divisão: Núcleo de Ensino de São Carlos

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Condicionador de Ar Mini Split, de 12.000 Btu's - York Nº de serie (Interna): 217401934100601192 217401401100600504 Nº de serie (Externa): 217402695100500745 217402934100602202	2	S/T	09.01657/2010	007	14/01/2011

Departamento/Divisão: DIEFUN/Semed

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Condicionador de Ar Mini Split, de 12.000 Btu's - York Nº de serie (Interna): 217401401100601068 Nº de serie (Externa): 217402695100501021	1	S/T	09.01657/2010	008	18/01/2011

Departamento/Divisão: DIER/Semed

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Condicionador de Ar Mini Split, de 12.000 Btu's - York Nº de serie (Interna): 217401401100600499 Nº de serie (Externa): 217402695100500736	1	S/T	09.01657/2010	009	18/01/2011
2	Condicionador de Ar Mini Split, de 24.000 Btu's - York Nº de serie (Interna): 217601645100800252 Nº de serie (Externa): 217602721100800056	1	S/T	09.01657/2010	095	19/04/2011
3	Notebook - Tela: Matrix LCD 14"; Processador: Intel Corel 2 Duo T8100 2.2 GHZ; Memória: 4 GB RAM DDR2; Disco Rígido: 500 GB Sata II, teclado ABNT em português; Gravador de DVD, Rede WIFI A/B/G; Sistema Operacional: Windows 7 Profissional - Zmax - série: 010868010004.	1	128.319	09.01639/10	147	02/06/2011
4	Quadro branco	2	131270 e 131275	09.1090/2011	321	27/09/2011

Departamento/Divisão: ASTEC/Semed

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Condicionador de Ar Mini Split, de 12.000 Btu's - York Nº de serie (Interna): 217401934100602091 Nº de serie (Externa): 217402695100501000	1	S/T	09.01657/2010	010	18/01/2011
2	Notebook - Tela: Matrix LCD 14"; Processador: Intel Corel 2 Duo T8100 2.2 GHZ; Memória: 4 GB RAM DDR2; Disco Rígido: 500 GB Sata II, teclado ABNT em português; Gravador de DVD, Rede WIFI A/B/G; Sistema Operacional: Windows 7 Profissional - Zmax - série: 010868010006.	1	128.323	09.01639/10	122	02/05/2011
3	Impressora Laser Monocromática, T654dn - Lexmark, série: 7942HP1	1	128345	09.1639/2010	193	15/07/2011

Departamento/Divisão: DIEI/Semed

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Condicionador de Ar Mini Split, de 12.000 Btu's - York Nº de serie (Interna): 217401401100601103 Nº de serie (Externa): 217402695100500734	1	S/T	09.01657/2010	011	18/01/2011

Departamento/Divisão: Prestação de Contas/Semed

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Condicionador de Ar Mini Split, de 12.000 Btu's - York Nº de serie (Interna): 217401934100601194 Nº de serie (Externa): 217402695100500744	1	S/T	09.01657/2010	012	18/01/2011
2	Notebook - Tela: Matrix LCD 14"; Processador: Intel Corel 2 Duo T8100 2.2 GHZ; Memória: 4 GB RAM DDR2; Disco Rígido: 500 GB Sata II, teclado ABNT em português; Gravador de DVD, Rede WIFI A/B/G; Sistema Operacional: Windows 7 Profissional - Zmax - série: 010868010014.	1	128.314	09.01639/10	114	29/04/2011
3	Quadro branco	1	131274	09.1090/2011	320	27/09/2011
4	Cadeira giratória tipo presidente c/braço	2	131877 e 131878	09.0242-2011	374	01/12/2011

Departamento/Divisão: Orçamento/Semed

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Condicionador de Ar Mini Split, de 24.000 Btu's - York Nº de serie (Interna): 217601645100800064 Nº de serie (Externa): 217602721100800066	1	S/T	09.01657/2010	013	18/01/2011
2	Notebook - Tela: Matrix LCD 14"; Processador: Intel Corel 2 Duo T8100 2.2 GHZ; Memória: 4 GB RAM DDR2; Disco Rígido: 500 GB Sata II, teclado ABNT em português; Gravador de DVD, Rede WIFI A/B/G; Sistema Operacional: Windows 7 Profissional - Zmax - série: 010868010016	1	128.318	09.01639/10	121	02/05/2011
3	Impressora Laser Monocromática, T654dn - Lexmark, série: 7942HPL	1	128347	09.01639/10	215	02/08/2011

Departamento/Divisão: GAB/DE/Semed

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Condicionador de Ar Mini Split, de 24.000 Btu's - York Nº de serie (Interna): 217601645100800320 Nº de serie (Externa): 217602721100800025	1	S/T	09.01657/2010	014	18/01/2011
2	Notebook - Tela: Matrix LCD 14"; Processador: Intel Corel 2 Duo T8100 2.2 GHZ; Memória: 4 GB RAM DDR2; Disco Rígido: 500 GB Sata II, teclado ABNT em português; Gravador de DVD, Rede WIFI A/B/G; Sistema Operacional: Windows 7 Profissional - Zmax - série: 010868010012.	1	128.315	09.01639/10	115	29/04/2011

Departamento/Divisão: Setor de Informática

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Condicionador de Ar Mini Split, de 24.000 Btu's - York Nº de serie (Interna): 217601645100800235 Nº de serie (Externa): 217602721100800051	1	S/T	09.01657/2010	034	11/02/2011
2	Notebook - Tela: Matrix LCD 14"; Processador: Intel Corel 2 Duo T8100 2.2 GHZ; Memória: 4 GB RAM DDR2; Disco Rígido: 500 GB Sata II, teclado ABNT em português; Gravador de DVD, Rede WIFI A/B/G; Sistema Operacional: Windows 7 Profissional - Zmax - série: 010868010010.	1	128.299	09.01639/10	099	27/04/2011
3	Mesa p/professor s/gaveta	1	S/T	09.01090/2011	206	27/07/2011
4	Mesa p/professor s/gaveta	1	132344	09.01090/2011	271	23/08/2011
5	Projetor Multimídia (data show) tecnologia LCD ou DLP, Volts. 100-240V.	2	136106 e 136107	09.01639-2010	310	21/09/2011
6	Impressora Lexmark T654 - Nº de série: 7942HDR	1	128346	09.01639/2010	405	28/12/2011
7	Impressora Lexmark E260dn - Nº de série: 72LR8RG, 72LWV4C, 72LR916	3	128332, 128333, 128334			

Departamento/Divisão: UNDIME

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Condicionador de Ar Mini Split, de 12.000 Btu's - York Nº de serie (Interna): 217401934100500031 Nº de serie (Externa): 217402695100500770	1	S/T	09.01657/2010	039	16/02/2011
1	Notebook - Tela: Matrix LCD 14"; Processador: Intel Corel 2 Duo T8100 2.2 GHZ; Memória: 4 GB RAM DDR2; Disco Rígido: 500 GB Sata II, teclado ABNT em português; Gravador de DVD, Rede WIFI A/B/G; Sistema Operacional: Windows 7 Profissional - Zmax - série: 010868010001	1	128.311	09.01639/10	111	29/04/2011

Departamento/Divisão: DIAPE/DAE

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Condicionador de Ar Mini Split, de 24.000 Btu's - York Nº de serie (Interna): 217601645100800224 Nº de serie (Externa): 217602645100800111	1	S/T	09.01657/2010	055	23/02/2011

Departamento/Divisão: DISE/DAE

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Condicionador de Ar Mini Split, de 24.000 Btu's - York Nº de serie (Interna): 217601645100800066 Nº de serie (Externa): 217602645100800036	1	S/T	09.01657/2010	056	23/02/2011
2	Caneta de alta rotação - Dent-Flex	2	12.367 a 12.368/A/10	09.0212/10	152	03/06/2011
3	Fotopolimerizador c/LED Alimentação, 110v - 230v	1	125945			

Departamento/Divisão: DMPT/DA

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Bomba injetora 1.0 cv - série: 100900287890013	1	S/T	-	058	28/02/2011
2	Notebook - Tela: Matrix LCD 14"; Processador: Intel Corel 2 Duo T8100 2.2 GHZ; Memória: 4 GB RAM DDR2; Disco Rígido: 500 GB Sata II, teclado ABNT em português; Gravador de DVD, Rede WIFI A/B/G; Sistema Operacional: Windows 7 Profissional - Zmax - série: 010868010010	1	128.310	09.01639/10	110	29/04/2011
3	Fogão doméstico autolimpante c/06 bocas - Atlas	1	138782	09.01775-2011	385	13/12/2011

Departamento/Divisão: DADE/SEMED

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Condicionador de Ar Mini Split, de 24.000 Btu's - York Nº de serie (Interna): 217601645100800031 Nº de serie (Externa): 217602645100800079	1	S/T	09.01657/2010	063	01/03/2011
2	Notebook - Tela: Matrix LCD 14"; Processador: Intel Corel 2 Duo T8100 2.2 GHZ; Memória: 4 GB RAM DDR2; Disco Rígido: 500 GB Sata II, teclado ABNT em português; Gravador de DVD, Rede WIFI A/B/G; Sistema Operacional: Windows 7 Profissional - Zmax - série: 010868010008	1	128.312	09.01639/10	112	29/04/2011
3	Mesa de tênis de mesa	2	137350, 137351	09-01289/2011	351	19/10/2011
4	Impressora Lexmark E260dn - Nº de série: 72LWV4L	1	S/T	09.01639/2010	357	31/10/2011
5	Bicicleta Feminina	4	388	-	388	16/12/2011
6	Bicicleta Masculina	2				
7	CD Player portátil	1	139358	09.1410/2011	406	28/12/2011
8	Microfone sem fio	2	16866/A, 16867/A			
9	Microfone com fio	6	16868/A à 16873/A			
10	Máquina fotográfica digital	1	139359			
11	Aparelho de DVD	1	139360			

Departamento/Divisão: DIEM/SEMED

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Condicionador de Ar Mini Split, de 24.000 Btu's - York Nº de serie (Interna): 217601645100800060 Nº de serie (Externa): 217602721100800002	1	S/T	09.01657/2010	078	30/03/2011
1	Notebook - Tela: Matrix LCD 14"; Processador: Intel Corel 2 Duo T8100 2.2 GHZ; Memória: 4 GB RAM DDR2; Disco Rígido: 500 GB Sata II, teclado ABNT em português; Gravador de DVD, Rede WIFI A/B/G; Sistema Operacional: Windows 7 Profissional - Zmax - série: 010868010025	1	128.320	09.01639/10	148	02/06/2011
1	Condicionador de Ar Mini Split, de 24.000 Btu's - York Nº de serie (Interna): 102AZSP4T614 Nº de serie (Externa): 102AZRD4X134	1	S/T	09.01492/2011	190	15/07/2011

Departamento/Divisão: Gestão Democrática/ASTEC

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Notebook - Tela: Matrix LCD 14"; Processador: Intel Corel 2 Duo T8100 2.2 GHZ; Memória: 4 GB RAM DDR2; Disco Rígido: 500 GB Sata II, teclado ABNT em português; Gravador de DVD, Rede WIFI A/B/G; Sistema Operacional: Windows 7 Profissional - Zmax - série: 010868010002	1	128.300	09.01639/10	100	29/04/2011

Departamento/Divisão: GAB/DAE

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Notebook - Tela: Matrix LCD 14"; Processador: Intel Corel 2 Duo T8100 2.2 GHZ; Memória: 4 GB RAM DDR2; Disco Rígido: 500 GB Sata II, teclado ABNT em português; Gravador de DVD, Rede WIFI A/B/G; Sistema Operacional: Windows 7 Profissional - Zmax - série: 010868010013	1	128.302	09.01639/10	102	29/04/2011

Departamento/Divisão: Transporte Escolar/DIAPE/DAE

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Notebook - Tela: Matrix LCD 14"; Processador: Intel Corel 2 Duo T8100 2.2 GHZ; Memória: 4 GB RAM DDR2; Disco Rígido: 500 GB Sata II, teclado ABNT em português; Gravador de DVD, Rede WIFI A/B/G; Sistema Operacional: Windows 7 Profissional - Zmax - série: 010868010017	1	128.303	09.01639/10	103	29/04/2011

Departamento/Divisão: DIALE/DAE

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Notebook - Tela: Matrix LCD 14"; Processador: Intel Corel 2 Duo T8100 2.2 GHZ; Memória: 4 GB RAM DDR2; Disco Rígido: 500 GB Sata II, teclado ABNT em português; Gravador de DVD, Rede WIFI A/B/G; Sistema Operacional: Windows 7 Profissional - Zmax - série: 010868010022	1	128.304	09.01639/10	104	29/04/2011

Departamento/Divisão: DISE/DAE

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Notebook - Tela: Matrix LCD 14"; Processador: Intel Corel 2 Duo T8100 2.2 GHZ; Memória: 4 GB RAM DDR2; Disco Rígido: 500 GB Sata II, teclado ABNT em português; Gravador de DVD, Rede WIFI A/B/G; Sistema Operacional: Windows 7 Profissional - Zmax - série: 010868010007	1	128.305	09.01639/10	105	29/04/2011

Departamento/Divisão: DACP/DA

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Notebook - Tela: Matrix LCD 14"; Processador: Intel Corel 2 Duo T8100 2.2 GHZ; Memória: 4 GB RAM DDR2; Disco Rígido: 500 GB Sata II, teclado ABNT em português; Gravador de DVD, Rede WIFI A/B/G; Sistema Operacional: Windows 7 Profissional - Zmax - série: 010868010019	1	128.306	09.01639/10	106	29/04/2011
2	Estante em aço c/05 prateleiras	4	S/T	09.01090/2011	168	22/06/2011
3	Impressora Laser Monocromática, T654dn - Lexmark, série: 7942HPB	1	128350	09.1639/2010	192	15/07/2011
4	Nobreak 1.4 KVA	2	128879 e 128880	09.1639/2010	373	01/12/2011

Departamento/Divisão: Centro de Formação

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Notebook - Tela: Matrix LCD 14"; Processador: Intel Corel 2 Duo T8100 2.2 GHZ; Memória: 4 GB RAM DDR2; Disco Rígido: 500 GB Sata II, teclado ABNT em português; Gravador de DVD, Rede WIFI A/B/G; Sistema Operacional: Windows 7 Profissional - Zmax - série: 010868010005	1	128.307	09.01639/10	107	29/04/2011
2	Condicionador de Ar Mini Split, de 24.000 Btu's York Nº de serie (Interna):102AZHX4V753, 102AZTH4T569 Nº de serie (Externa): 102AZSP4W918, 102AZNK4W927	2	S/T	09.1492/2011	188	14/07/2011
3	Quadro Branco	2	131237, 131238	09.01090/2011	274	24/08/2011
4	Conjunto de mesa c/cadeira do aluno Ens. Fund. - verde	50	132762, 132764, 132791, 132797, 132805, 132846, 132847, 132851, 132859, 132863, 132870, 132881, 132921, 132970, 132978, 132980, 132988, 133230, 133233, 133235, 133433, 133435, 135305, 135306, 135308 à 135311, 135320, 135321, 135338, 135341, 135343, 135345, 135364, 135385, 135386, 135390, 135432, 135434, 135465, 135505, 135519 à 135521, 135526, 135554, 135572, 135576, 135578	09.01090/2011	329	10/10/2011

Departamento/Divisão: Bolsa Família/DIAPE/DAE

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Notebook - Tela: Matrix LCD 14"; Processador: Intel Corel 2 Duo T8100 2.2 GHZ; Memória: 4 GB RAM DDR2; Disco Rígido: 500 GB Sata II, teclado ABNT em português; Gravador de DVD, Rede WIFI A/B/G; SO: Windows 7 - Zmax - série: 010868010015	1	128.308	09.01639/10	108	29/04/2011

Departamento/Divisão: GAB/DA

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Notebook - Tela: Matrix LCD 14"; Processador: Intel Corel 2 Duo T8100 2.2 GHZ; Memória: 4 GB RAM DDR2; Disco Rígido: 500 GB Sata II, teclado ABNT em português; Gravador de DVD, Rede WIFI A/B/G; Sistema Operacional: Windows 7 Profissional - Zmax - série: 010868010004	1	128.309	09.01639/10	109	29/04/2011
2	Impressora Laser Monocromática, E260dn - Lexmark, série: 72LR8RR	1	S/T	09.1639/2010	302	06/09/2011

Departamento/Divisão: Censo Escolar/ASTEC

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Notebook - Tela: Matrix LCD 14"; Processador: Intel Corel 2 Duo T8100 2.2 GHZ; Memória: 4 GB RAM DDR2; Disco Rígido: 500 GB Sata II, teclado ABNT em português; Gravador de DVD, Rede WIFI A/B/G; Sistema Operacional: Windows 7 Profissional - Zmax - série: 010868010021	1	128.313	09.01639/10	113	29/04/2011
2	Nobreak 1.4KVA	1	128807	09.01639/2010	236	11/08/2011

Departamento/Divisão: GAB/DEN

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Notebook - Tela: Matrix LCD 14"; Processador: Intel Corel 2 Duo T8100 2.2 GHZ; Memória: 4 GB RAM DDR2; Disco Rígido: 500 GB Sata II, teclado ABNT em português; Gravador de DVD, Rede WIFI A/B/G; Sistema Operacional: Windows 7 Profissional - Zmax - série: 010868010009	1	128.316	09.01639/10	116	29/04/2011
1	Condicionador de Ar Mini Split, de 12.000 Btu's - York Nº de serie (Interna): 217401934100602084 Nº de serie (Externa): 217402695100501376	1	S/T	09.01657/2010	143	26/05/2011
1	Ventilador de parede Ventisol c/grades de proteção, 127V,220 Volts.	1	131529	09.01090/2011	252	22/08/2011

Departamento/Divisão: Fórum de Educ. de Jovens e Adultos/SEMED

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Notebook - Tela: Matrix LCD 14"; Processador: Intel Corel 2 Duo T8100 2.2 GHZ; Memória: 4 GB RAM DDR2; Disco Rígido: 500 GB Sata II, teclado ABNT em português; Gravador de DVD, Rede WIFI A/B/G; Sistema Operacional: Windows 7 Profissional - Zmax - série: 010868010024	1	128.317	09.01639/10	117	29/04/2011

Departamento/Divisão: Piscina Aquática Municipal/DADE

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Bomba injetora 1.0 cv - série: 100900287890003	1	S/T	-	128	04/05/2011

Departamento/Divisão: NTM/DIFOM/DE/SEMED

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Notebook - Tela: Matrix LCD 14"; Processador: Intel Corel 2 Duo T8100 2.2 GHZ; Memória: 4 GB RAM DDR2; Disco Rígido: 500 GB Sata II, teclado ABNT em português; Gravador de DVD, Rede WIFI A/B/G; Sistema Operacional: Windows 7 Profissional - Zmax - série: 010868010023	1	128.321	09.01639/10	149	02/06/2011

Departamento/Divisão: DICE/DADE

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Notebook - Tela: Matrix LCD 14"; Processador: Intel Corel 2 Duo T8100 2.2 GHZ; Memória: 4 GB RAM DDR2; Disco Rígido: 500 GB Sata II, teclado ABNT em português; Gravador de DVD, Rede WIFI A/B/G; SO: Windows 7 Profissional - Zmax	1	128.322	09.01639/10	150	02/06/2011

Departamento/Divisão: Núcleo de Ensino de Calama

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Computador (Processador Dual Core 2) para Projeto Social Horizontal sem unidade de CD	1	S/T	09.1639/2010	231	09/08/2011
2	Monitor LCD 15"	1	S/T			
3	Nobreak, série: 12805	1	S/T			
4	Nobreak 1.4 KVA	3	128869, 128870, 128886	09.01639-2010	312	23/09/2011

Departamento/Divisão: Núcleo de Ensino da Ponta do Abunã

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Mesa p/secretaria	3	132454 a 132456	09.01090/2011	281	28/08/2011
2	Liquidificador Industrial, nº série: 21102	1	-		282	28/08/2011

Departamento/Divisão: Núcleo de Ensino de São Carlos

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Nobreak 1.4 KVA	2	128835, 128836	09.01639-2010	313	23/09/2011
2	Freezer horizontal com 01 porta - Electrolux	1	132278	09.1090/2011	333	07/10/2011
3	Bicicleta Feminina, cor vermelha	1	S/T	-	404	28/12/2011

Departamento/Divisão: Núcleo de Técnologia Municipal

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Nobreak 1.4 KVA	5	128843, 128844, 128871, 128872, 128888	09.01639-2010	317	23/09/2011

Departamento/Divisão: Brasil Alfabetizado/DE

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Quadro branco	1	131272	09.1090/2011	323	29/09/2011

Departamento/Divisão: CGM

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Nobreak 1.4 KVA	1	128884	09.01639/2010	356	31/10/2011

Departamento/Divisão: DRL/Semad

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Nobreak 1.4 KVA	1	128885	09.01639/2010	378	12/12/2011

Departamento/Divisão: AABB/Dade

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Bicicleta Feminina, cor vermelha	1	S/T	-	387	16/12/2011

MATERIAL PARA ESCOLAS URBANAS

Escola: João Ribeiro Soares

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Condicionador de Ar Mini Split, de 24.000 Btu's - York Nº de serie (Interna): 217601645100800259 Nº de serie (Externa): 217602721100800130	1	S/T	09.01657/2010	003	06/01/2011
2	Condicionador de Ar Mini Split, de 24.000 Btu's - York Nº de serie (Interna): 217601645100800256 Nº de serie (Externa): 217602645100800038 Nº de serie (Interna): 217601645100800262 Nº de serie (Externa): 217602721100800010	2	S/T	09.01657/2010	23	04/02/2011
3	Central de ar 18.000 btus, tipo Split. Marca: KCB01815MS	1	136202	09.1492-00/2011	362	10/11/2011
4	Armário em aço com 2 portas	1	136659	09.0862/2011	392	26/12/2011
5	Estante em aço com 03 prateleiras	2	131073 - 131068			
6	Expositor para livros c/ 3 prateleiras infantil	1	136021			

Escola: Pé de Murici

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Condicionador de Ar Mini Split, de 12.000 Btu's - York Nº de serie (Interna): 217401401100600451; 217401401100600006; 217401934100601049; 217401934100602007; 217401934100602019; 217401934100602033; 217401934100602089 Nº de serie (Externa): 217402695100500510; 217402695100501386; 217402695100501420; 217402934100602201; 217402934100602175; 217402934100602176; 217402934100602196	7	S/T	09.01657/2010	016	21/01/2011

Escola: Canto do Uirapuru

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Condicionador de Ar Mini Split, de 12.000 Btu's - York Nº de serie (Interna): 217401934100601227 217401934100602009; 217401934100602028 Nº de serie (Externa): 217402695100500685 217402695100500786; 217402695100500587	3	S/T	09.01657/2010	020	02/02/2011
2	Condicionador de Ar Mini Split, de 24.000 Btu's - York Nº serie (Interna): 2176016451008061, 2176016451080250 Nº serie (Externa): 2176027211008088; 2176027211000135	2				
3	Condicionador de Ar Mini Split, de 24.000 Btu's - York Nº de serie (Interna): 217601645100800206; 217601645100800219; 217601645100800200 Nº de serie (Externa): 217602721100800067; 217602721100800057; 217602645100800106	3	S/T	09.01657/2010	21	04/02/2011
4	Mimeógrafo à alcool, série: 149218	1	S/T	09.01090/2011	221	04/08/2011

Escola: Santa Margarida

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Bomba injetora 1.0 cv - série: 100900287890015	1	S/T	-	022	04/02/2011

Escola: Belezas do Buriti/Charles Chaplin

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Condicionador de Ar Mini Split, de 24.000 Btu's - York Nº de serie (Interna): 217601645100800203 217601645100800062 Nº de serie (Externa): 217602721100800117 217602721100800095	2	S/T	09.01657/2010	024	04/02/2011
2	Bicicleta Masculina, aro 26 - marca: Mega	1	S/T	09.0032/2011	155	10/06/2011

Escola: Voo da Juriti

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Condicionador de Ar Mini Split, de 24.000 Btu's - York Nº de serie (Interna): 217601645100800275 Nº de serie (Externa):217602645100800369	1	S/T	09.01657/2010	027	07/02/2011
2	Condicionador de Ar Mini Split, de 24.000 Btu's - York Nº de serie (Interna): 217601645100800067 Nº de serie (Externa): 217602721100800046	1	S/T	09.01657/2010	077	30/03/2011

Escola: Rio Guaporé

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Bomba injetora 2.0 cv - série: 100900287890019	1	S/T	-	040	17/02/2011

Escola: Manoel Aparício Nunes Almeida

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Condicionador de Ar Mini Split, de 24.000 Btu's - York Nº de serie (Interna): 217601645100800204 Nº de serie (Externa): 217602721100800126	1	S/T	09.01657/2010	041	17/02/2011

Escola: Joaquim Vicente Rondon - Urbana

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Condicionador de Ar Mini Split, de 24.000 Btu's - York Nº de serie (Interna): 217601645100800271 Nº de serie (Externa): 217602645100800143	1	S/T	09.01657/2010	054	22/02/2011
2	Condicionador de Ar Mini Split, de 24.000 Btu's - York Nº de serie (Interna): 217601645100800218 217601645100800282 217601645100800276 Nº de serie (Externa): 217602721100800115 217602424100400003 217602645100800118	3	S/T	09.01657/2010	064	01/03/2011
3	Caneta de alta rotação - Dent-Flex	1	12.365/A/10	09.0212/10	135	09/05/2011
4	Condicionador de Ar Mini Split, de 24.000 Btu's - York Nº de serie (Interna): 102AZRDUV750, 102AZAL4T624, 102AZGF4T615, 102AZCQ4T539, 102AZQV4V756, 102AZRD4T606, 102AZLW4T568, 102AZBZ4T605, 102AZVN4V727, 102AZQV4T612, 102AZGF4T591, 102AZXC4V818, 102AZMG4T595, 102AZGF4V759, 102AZ, HY4V729, 102AZSP4T542, 102AZNK4T623, 102AZDB4V762, 102AZVN4V751, 102AZHY4V009, 102AZXC4T602, 102AZPV4V752, 102AZWS4T577, 102AZQV4V732, 102AZYE4V754, 102AZLW4T592, 102AZQV4V780, 102AZUJ4T598, 102AZKA4T549, 102AZYE4V826, 102AZDB4T594, 102AZXC4T578, 102AZGR4T596, 102AZUJ4T574. Nº de serie (Externa):102AZZX4W773, 102AZDB4W778, 102AZXC4W906, 102AZLW4W944, 102AZKA4W949, 102AZVN4X135, 102AZWS4V281, 102AZHY4V121, 102AZSP4W822, 102AZNK4V111, 102AZGF4W775, 102AZDB4V130, 102AZBZ4W821, 102AZQV4V868, 102AZER4V108, 102AZAL4W976, 102AZHY4X017, 102AZTH4V105, 102AZRD4W910, 102AZCQ4V123, 102AZRD4W814, 102AZKA4V829, 102AZHY4W961, 102AZTH4W777, 102AZLW4V824, 102AZPU4W960, 102AZCQ4V339, 102AZSP4V126, 102AZWS4V905, 102AZLW4V272, 102AZXC4V282, 102AZHY4W937, 102AZSP4X118	40	S/T	09.1492/2011	186	14/07/2011
5	Quadro Branco	6	131219 a 131224	09.01090/2011		
6	Estante em aço com 05 prateleiras	1	131144	09.01090/2011	239	15/08/2011
7	Armário em aço com 2 portas	1	136627	09-0862/2011	380	13/12/2011
8	Expositor para livros c/ 3 prateleiras infantil	2	136025			

Escola: Rio Madeira

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Condicionador de Ar Mini Split, de 24.000 Btu's - York Nº de serie (Interna): 217601645100800226 217601645100800323 217601645100800281 217601645100800254 Nº de serie (Externa): 217602721100800309 217602721100800003 217602645100800107 217602645100800144	4	S/T	09.01657/2010	059	28/02/2011

Escola: São Pedro

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Fotopolimerizador c/LED Alimentação, 110v - 230v	1	125944	-	061	01/03/2011
2	Freezer horizontal c/2 portas, aprox. 540 lts. dupla ação, série: 2010.124252, branco - FRICON HDE	1	128238	09.01621/2010	119	29/04/2011

Escola: Castanheira

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Condicionador de Ar Mini Split, de 24.000 Btu's - York Nº de serie (Interna): 217601645100800202 217601645100800251 217601645100800241 217601645100800324 Nº de serie (Externa): 217602721100800112 17602645100800370 217602645100800166 217602645100800176	4	S/T	09.01657/2010	067	17/03/2011

Escola: Moranguinho

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Condicionador de Ar Mini Split, de 24.000 Btu's - York Nº de serie (Interna): 217601645100800247 217601645100800273; 217601645100800110 Nº de serie (Externa): 217602721100800111 217602721100800310	3	S/T	09.01657/2010	068	23/03/2011

Escola: Francisco Elenilson Negreiros

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Condicionador de Ar Mini Split, de 24.000 Btu's - York Nº de serie (Interna): 217601645100800076 Nº de serie (Externa): 217602645100800022	1	S/T	09.01657/2010	071	24/03/2011
2	Armário aéreo p/cozinha em madeira c/04 portas	2	S/T	09.01090/2011	176	29/06/2011

Escola: Tarumã

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Fogão Industrial 06 bocas, sem forno c/registro - Metalnox	1	128230	09.01621/2010	074	28/03/2011
2	Estante em aço c/05 prateleiras	6	131168, 131169, 131163, 131176, 31178 e 131179	09.01090/2011	182	05/07/2011
3	Armário aéreo 4 portas - cerejeira	1		09.01090/2011	254	22/08/2011
4	Mesa p/secretaria c/02 gavetas	6	132439 a 132442			
5	Mesa p/professor s/gaveta	3	132345 a 132347			
6	Quadro branco	6	131250, 131281, 131256, 131257, 131265, 131264			

Escola: Pequenos Talentos

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Freezer horizontal c/2 portas, aprox. 540 lts. dupla ação, série: 2010.124261, branco - FRICON HDE	1	128239	09.01621/2010	076	30/03/2011
2	Ventilador de parede Ventisol c/grades de proteção, 127V,220 Volts.	12	131484, 131530, 131485, 131549, 131502, 131519, 131512, 131518, 131533, 131528, 131505, 131510	09.01090/2011	222	04/08/2011

Escola: Engº Wadih Darwich Zacarias

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Condicionador de Ar Mini Split, de 24.000 Btu's - York Nº de serie (Interna): 217601645100800059 Nº de serie (Externa): 217602721100800041	1	S/T	09.01657/2010	080	01/04/2011
2	Compressor de ar odontologico de 30lts 6 pés 3/mim (17001/min) Mod. FIAC	1	116.367	09.0263/09	098	26/04/2011
3	Caneta de alta rotação - Dent-Flex	1	12.366/A/10	09.0212/10	136	09/05/2011

Escola: Estela de Araújo Compasso

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Condicionador de Ar Mini Split, de 24.000 Btu's - York Nº de serie (Interna): 217601645100800077 Nº de serie (Externa): 217602721100800300	1	S/T	09.01657/2010	081	01/04/2011
2	Ventilador de parede Ventisol 1/4 CV - 60 - 60Hz, c/grades de proteção cromadas 65cm 24",tensão de 127V,220V	30	S/T	09.01090/2011	172	28/06/2011
3	Condicionador de Ar Mini Split, de 24.000 Btu's - York Nº de serie (Interna): 102AZDB4T618 Nº de serie (Externa): 102AZYE4V122	1	132113	09.1492/2011	240	15/08/2011
4	Freezer horizontal com 01 porta Electrolux	1	132280	09.01090-2011	330	10/10/2011
5	Armário aéreo para cozinha	1	132255			
6	Armário em aço com 2 portas	1	136629	09-0862/2011		
7	Estante em aço com 03 prateleiras	2	131035, 131046			
8	Expositor para livros c/ 3 prateleiras infantil	1	136019			
9	Conjunto de mesa c/cadeira do aluno Ens. Fund. - verde	80	132765, 132785, 132844, 132880, 133215, 133219, 133223, 133224, 133227, 133308, 133309, 133318, 133320, 133331, 133343 à 133345, 133348 à 133350, 133438, 133495, 133496, 133719, 133720, 133722, 133728, 133731, 133735 à 133737, 133742, 133743, 133746 à 133750, 133753 à 133755, 133789, 133792, 133793, 133800, 133857, 133859, 133873, 134178, 134301, 134302, 134512, 134536, 134540, 134609, 134610, 134612 à 134614, 134620, 134633, 134635, 134644, 134656, 134657, 134686, 134953, 134954, 134958, 134971, 134977, 134978, 134982, 134985	09.01090/2011	337	11/10/2011
10	Nobreak 1.4 KVA	3	128893, 128894, 188883	09.01639-2010	386	15/12/2011

Escola: Pequeno Polegar

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Fogão Industrial 06 bocas, sem forno c/registro - Metalnox	1	128232	09.01621/2010	092	14/04/2011
2	Freezer horizontal c/01 porta	1	132293	09.01090/2011	300	06/09/2011
3	Casa Mini-Biblioteca	1	-	09.0439/09	093	15/04/2011
4	Teatro de Fantoche	1	-			
5	Régua	3	-			
6	Cantinho da Leitura	3	-	09.0557/09		

Escola: Estrela do Amanhã

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Freezer horizontal c/2 portas, aprox. 540 lts. dupla ação, série: 2010.118989, branco - FRICON HDE	1	128241	09.01621/2010	096	25/04/2011

Escola:Vovó Helena

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Jogo de mesa para aluno com cadeira de 1º ano	30	S/T	09.01090/2011	142	19/05/2011

Escola: Bom Princípio

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Bebedouro Industrial c/04 torneiras frontais c/filtro, 110 volts.	1	S/T	09.01090/2011	157	16/06/2011

Escola: Sementes do Araçá

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Ventilador de parede Ventisol 1/4 CV - 60 - 60Hz, c/grades de proteção cromadas 65cm 24",tensão de 127V,220V	2	S/T	09.01090/2011	174	29/06/2011
2	Armário de parede c/04 portas cerejeira	1	132274	09.01090/2011	261	22/08/2011

Escola: Flamboyant

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Ventilador de parede Ventisol 1/4 CV - 60 - 60Hz, c/grades de proteção cromadas 65cm 24",tensão de 127V,220V	12	S/T	09.01090/2011	175	29/06/2011

Escola: 12 de Outubro

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Estante em aço c/05 prateleiras	7	131159, 131160, 131161, 131165, 131166, 131170 e 131171	09.01090/2011	177	22/06/2011
2	Ventilador de parede Ventisol 1/4 CV - 60 - 60Hz, c/grades de proteção cromadas 65cm 24",tensão de 127V,220V	20	S/T			
3	Jogo de mesa para aluno com cadeira - Ensino Fundamental	100	S/T	09.01090/2011	195	19/07/2011

Escola: Nacional

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Quadro Branco	2	131216, 131217	09.01090/2011	180	04/07/2011
2	Jogo de mesa para aluno com cadeira - Ensino Fundamental	100	S/T	09.01090/2011	194	19/07/2011

Escola: Chapeuzinho Vermelho

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Armário aéreo p/cozinha em madeira c/04 portas	2	131216, 131217	09.01090/2011	181	04/07/2011
2	Freezer horizontal c/01 porta, 110 volts, série: 12000202 - Eletrolux.	1	S/T			
3	Mesa p/professor s/gaveta	6	S/T			
4	Ventilador de parede Ventisol 1/4 CV - 60 - 60Hz, c/grades de proteção cromadas 65cm 24",tensão de 127V,220V	6	131451, 131468, 131470, 131474, 131482 e 131483			

Escola: Ulisses Soares Ferreira

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Conjunto de mesa c/cadeira do aluno de Ensino Fundamental	125	S/T	09.01090/2011	184	05/07/2011

Escola: Tucumã

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Estante em aço c/05 prateleiras	104	131157, 131100, 131156	09.01090/2011	197	21/07/2011
2	Mesa p/professor	5	132329 a 132333	09.01090/2011	241	16/08/2011
3	Central de ar split York atlas 12000 Btus	1	0.23101	PDDE	352	20/10/2011
4	Impressora Samsung multifuncional SCX 4600L	1	0.23102	PDDE		

Escola: Meu Pequeno Jones

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Liquidificador Industrial 06 litros - série: 021086	1	S/T	09.0439/09	198	21/07/2011
2	Bebedouro industrial c/ 02 torneiras, com filtro	1		09.01090/2011	286	01/09/2011
3	Freezer horizontal c/01 porta	1	132287			
4	Ventilador de parede Ventisol c/grades de proteção, 127V,220 Volts.	40	131520, 131358, 131403, 131442, 131398, 131438, 131556, 131548, 131467, 131402, 131461, 131390, 131379, 131378, 131404, 131458, 131327, 131377, 131391, 131406			
5	Freezer horizontal com 01 porta	1	138613	09.01090/2011	367	16/11/2011

Escola: Flor do Piquiá

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Conjunto de mesa c/cadeira do aluno Ens. Fund.	40	132753, 132756, 132757, 132767 a 132771, 132783, 132852, 132853, 132855, 132900, 132973, 132981 a 132984, 132989, 133357, 133359, 133365, 133370 a 133387, 133394, 133395, 133793	09.01090/2011	217	03/08/2011
2	Ventilador de parede Ventisol c/grades de proteção, 127V,220 Volts.	3	131498, 131532, 131542			
3	Quadro branco	2	131248, 131249			
4	Estante em aço c/05 prateleiras	6	131103, 131109, 131113, 131114, 131116, 131118			
5	Ventilador de parede Ventisol c/grades de proteção, 127V,220 Volts.	1	131343	09.01090/2011	226	08/08/2011

Escola: Areal da Floresta

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Conjunto de mesa c/cadeira do aluno de 1º ano (06 anos)	30	129608 a 129627, 129642 a 129649, 129698, 129699	09.01090/2011	223	04/08/2011
2	Estante em aço c/05 prateleiras	6	131153, 131097, 131154, 131150, 131151, 131084			
3	Mesa p/secretaria c/02 gavetas	4	132326 a 132328, 132434			
4	Mesa p/professor s/gaveta	6	132320 a 132325			
5	Ventilador de parede Ventisol c/grades de proteção, 127V,220 Volts.	2	131324, 131350			
6	Mimeógrafo - Nº de série 149224	1	S/T			
7	Armário de parede c/04 portas cerejeira	1	132271	09.01090/2011	273	24/08/2011

Escola: Antônio Augusto Rebelo das Chagas

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Bebedouro Industrial c/04 torneiras frontais c/filtro, 110 volts.	1	S/T	09.01090/2011	233	09/08/2011

Escola: Padre Geovani Mendes

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Estante em aço c/05 prateleiras	6	131089, 131145, 131147 a 131149, 131158	09.01090/2011	234	09/08/2011
2	Mesa p/secretaria c/02 gavetas	2	132437, 132438			
3	Ventilador de parede Ventisol c/grades de proteção, 127V,220 Volts.	16	131486, 131394, 131481, 131491, 131400, 131345, 131374, 131397, 131395, 131496, 131492, 131411, 131399, 131459, 131463, 131478			
4	Mimeógrafo - Nº de série 149225	1	S/T			

Escola: Broto do Açai

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Ventilador de parede Ventisol c/grades de proteção, 127V,220 Volts.	4	131447, 131539, 131331, 131450	09.01090/2011	248	18/08/2011
2	Conjunto de mesa c/cadeira do aluno Ens. Fund. - verde	20	133300 à 133304, 133306, 133311, 133427, 133239, 133876, 134403, 134602, 135072, 135078, 135081, 135081, 135086	09.1090/2011	350	19/10/2011
3	Mesa para professor	4	132394 à 132397			

Escola: Nova República

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Bebedouro Industrial c/2 torneiras c/filtro, série: 4245	1	S/T	-	270	17/08/2011
2	Conjunto de mesa c/cadeira do aluno de 1º ano (06 anos)	30	130618 a 130641, 130644, 130645, 130648, 130649, 130654, 130655	09.01090/2011		
3	Conjunto de mesa c/04 cadeiras Educ. Infantil	12	130869 a 130872, 130913 a 130920			
4	Estante em aço c/05 prateleiras	16	131092, 131094, 131095, 131132 a 131136, 131137 a 131143, 131146			
5	Mesa p/secretaria c/02 gavetas	7	132439 a 132445			
6	Mesa p/professor s/gaveta	3	132335 a 132337			
7	Mimeógrafo à alcool, série: 149243	1	S/T			
8	Quadro branco	3	131293, 131292, 131290			
9	Ventilador de parede Ventisol c/grades de proteção, 127V,220 Volts.	12	131356, 131412, 131413, 131415, 131462, 131466, 131469, 131471, 131476, 131499, 131560, 131567			

Escola: Saul Bennesby

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Mesa p/professor s/gaveta	3	132348 à 132350	09.01090/2011	276	26/08/2011

Escola: Som da Craviola

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Extintor de incêndio	1	S/T	-	277	26/08/2011

Escola: Cor do Jambo

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Bebedouro Industrial c/02 torneiras frontais	1	S/T	09.01090/2011	285	30/08/2011
2	Freezer horizontal c/01 porta	1	132279			
3	Armário de parede c/04 portas	1	132269			

Escola: Pingo de Gente

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Conjunto de mesa c/cadeira do aluno Ens. Fund. - verde	100	132731, 132749, 132817, 132818, 132842, 132843, 132872, 132879, 132886 à 132888, 132906, 132910, 132919, 132922, 132933, 132939, 132955, 132958, 132961, 132962, 133364, 133366, 133368, 134018 à 134020, 134154, 134156, 134158, 134180, 134182, 134251 à 134256, 134501, 134529, 134530, 134544, 134578, 134583, 135336, 135348, 135349, 135438, 135466 à 135471, 135473, 135504, 135535 à 135537, 135540, 135541, 135556, 135564, 135565, 135584, 135588, 135878, 135883 à 135885	09.1090/2011	322	29/09/2011

Escola: Encanto do Ipê

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Freezer horizontal com 01 porta - Electrolux	1	132291	09.1090/2011	339	13/10/2011

Escola: Pequeno Mestre

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Conjunto de mesa c/ 4 cadeiras do aluno Pré Escolar	18	130907 a 130912, 130883 a 130892, 130863, 130864134637	09.1090/2011	355	25/10/2011
2	Mesa para professor	1	132388, 132254, 132398,132399			
3	Bomba hidráulica 02cv com maraca	1	137392	09.01078/2011		

Escola: Guadalupe

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Armário em aço com 2 portas	1	136640	09.0862/2011	393	26/12/2011
2	Estante em aço com 03 prateleiras	2	131066 - 131013			

MATERIAL PARA ESCOLAS RURAIS

Escola: Vale do Jamary

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Bicicleta Masculina, aro 26. Marca: Cairu	1	S/T	-	017	25/01/2011
2	Bomba injetora 1.0 cv - série: 100900287890001	1	S/T	-	038	15/02/2011
3	Bomba submersa mod. MB 800 - 110 volts	1	S/T	-	094	15/04/2011
4	Bomba injetora 1.0 cv - série: 100900287890007	1	S/T			
5	Kit completo de informática: 01 - Processador PC 4000, série: 002133700 05 - Monitor W1642S LCD 15,6" LG Série: 01052878, 01052888, 01053938, 01053939, 01053987 01 - Impressora Jato Tinta Canon IP1900, Série: 01045886 01 - Estabilizador Isolamax 500 Automático, série: 01054773 01 - Unid. Prog. Digital, peq. capacidade, baseada em micro 05 - Fone de ouvido c/microfone 04 - Teclado ABNT PR USB K2806 01 - Teclado ABNT PR PS2 K2806 01 - Mouse otico PS2 B55PS2P MTEK 04 - Mouse otico USB B55USBP MTEK	01	S/T	Obs.: Empresa: Urmet Daruma - Kits: Daruma x Escolas/Ministério da Educação	129	04/05/2011

Escola: Ermelindo Monteiro Brasil

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Condicionador de Ar Mini Split, de 12.000 Btu's - York Nº de serie (Interna): 217401401100600451 217401401100600006 Nº de serie (Externa): 217402695100500510 217402695100501386	2	S/T	09.01657/2010	017	21/01/2011
2	Jogo de balde p/ lixo, capac.30 litros, c/05 und., cores diversas - Marca: Astra (lixeira seletiva)	1	S/T	09.0827/2009	145	01/06/2011
3	Bebedouro Industrial c/04 torneiras frontais c/filtro, 110 volts.	1	S/T	09.01090/2011	205	26/07/2011
4	Armário em aço com 2 portas	1	136643	09.0862/2011	347	18/10/2011
5	Estante em aço com 03 prateleiras	2	131048, 131029			
6	Bicicleta Masculina - aro 26. Marca: Cairu	19	S/T	-		
7	Bicicleta Feminina - aro 26. Marca: Cairu	16	S/T			

Escola: Tancredo Neves

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Bomba injetora 2.0 cv - série: 100900287890024	1	S/T	-	018	28/01/2011

Escola: São Luiz Gonzaga

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Motor bomba monocilindro 4 tempos á gasolina OHU, cilindrada: 163, potência: 5,5HP, série: TF55FX-04714 - TOYAMA	1	S/T	-	019	28/01/2011
1	Quadro Branco	2	131235 e 131236	09.01090/2011	210	28/07/2011
2	Bicicleta Masculina, aro 26 - marca: Cairu	2	S/T	-	327	05//10/2011
3	Bicicleta Feminina, aro 26 - marca: Cairu	2	S/T			

Escola: Jerusalém da Amazônia

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Condicionador de Ar Mini Split, de 24.000 Btu's - York Nº de serie (Interna): 217401934100601222 217401401100601059 217401401100600430 217401934100602020 Nº de serie (Externa): 217402695100500634 Nº de serie (Externa): 217402695100500766 Nº de serie (Externa): 217402695100501208 217402695100501307	4	S/T	09.01657/2010	025	04/02/2011

Escola: Profª Alzira Falcão

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Kit completo de informática: 01 - Processador PC 4000, série: 00213206 05 - Monitor W1642S LCD 15,6" LG Série: 01052866, 01052876, 01052877, 01052884, 01053937 01 - Impressora Jato Tinta Canon IP1900, Série: 01045861 01 - Estabilizador Isolamax 500 Automático, série: 01054807 01 - Unid. Prog. Digital, peq. capacidade, baseada em micro 05 - Fone de ouvido c/microfone 04 - Teclado ABNT PR USB K2806 01 - Teclado ABNT PR PS2 K2806 01 - Mouse otico PS2 B55PS2P MTEK 04 - Mouse otico USB B55USBP MTEK	01	S/T	Obs.: Empresa: Urmet Daruma - Kits: Daruma x Escolas/Ministério da Educação	026	04/02/2011
2	Liquidificador Industrial 06 litros - série: 018448	1	S/T	09.0439/09	123	02/05/2011
3	Bicicleta Masculino, aro 26 - marca: Cairu	4	S/T	-	208	28/07/2011
4	Bicicleta Feminino, aro 26 - marca: Cairu	4				

Escola: José Rodrigues

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Bomba injetora 1.0 cv - série: 100900287890005	1	S/T	-	028	08/02/2011
2	Liquidificador Industrial 06 litros - série: 021080	1	S/T	09.0439/09	118	29/04/2011
3	Quadro Branco	1	131324	09.01090/2011	169	27/06/2011

Escola: 03 de Dezembro

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Bicicleta Feminina, aro 26. Marca: Cairu	20	S/T	-	029	09/02/2011
2	Bicicleta Feminina, aro 26. Marca: Cairu	10	S/T	-	030	10/02/2011
3	Bicicleta Feminina, aro 26. Marca: Cairu	10	S/T	-	033	11/02/2011
4	Bicicleta Masculina, aro 26. Marca: Cairu	10	S/T	-	033	11/02/2011
5	Bicicleta Masculina, aro 26. Marca: Cairu	15	S/T	-	037	14/02/2011
6	Bicicleta Masculina, aro 26. Marca: Cairu	15	S/T	-	060	01/03/2011
7	Freezer horizontal c/2 portas, aprox. 540 lts. dupla ação, série: 2010.124141, branco - FRICON HDE	1	128236	09.01621/2010	073	24/03/2011
8	Cama tipo Beliche	2	-	-	089	14/04/2011
9	Ventilador de parede Ventisol c/grades de proteção, 127V,220 Volts.	15	131573, 131572, 131330, 131354, 131574, 131329	09.01090/2011	224	04/08/2011
10	Ventilador de parede Ventisol c/grades de proteção, 127V,220 Volts.	5	131349, 131365, 131384, 131337, 131368	09.01090/2011	228	08/08/2011
11	Bicicleta Feminina, aro 26. Marca: Cairu	1	S/T	-	375	02/12/2011

Escola: Rio Pardo

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Motor Estacionário nº de Série: 184NO177	1	126.752	09.0196/2010	032	11/02/2011
2	Freezer horizontal c/2 portas, aprox. 540 lts. dupla ação, série: 2010.124246, branco - FRICON HDE	1	128240	09.01621/2010	090	12/04/2011
3	Bicicleta Masculina, aro 26 - marca: Cairu	1	S/T	-		
4	Bebedouro Industrial c/02 torneiras frontais c/filtro, 110 volts.	1	S/T	09.01090/2011	179	30/06/2011
5	Quadro Branco	14	131202 a 121215			
6	Conjunto de mesa c/cadeira do aluno Ens. Fund.	125	132707, 2715, 2718, 2725, 2726, 2733, 2744, 2782, 2801 a 2804, 2808, 2809, 2812, 2816, 2819, 3213, 3231, 3232, 3238, 3241 a 3244, 3248, 3254 a 3261, 3264, 3266 a 3269, 3272 a 3277, 3280 a 3282, 3284 a 3287, 3291, 3373, 3379, 3400 a	09.01090/2011	242	16/08/2011
7	Conjunto de mesa c/cadeira do aluno de 1º ano (06 anos)	50	130590 a 130617, 130642, 130643, 130646, 130647, 130650 a 130653, 130656, 130657, 130696 a 130699			
8	Bicicleta Masculina, aro 26 - marca: Cairu	5	S/T	-		
9	Bicicleta Feminina, aro 26 - marca: Cairu	5	S/T	-		

Escola: 13 de Maio

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Bicicleta Feminina, aro 26. Marca: Cairu	1	S/T	-	047	18/02/2011
2	Bicicleta Masculina, aro 26. Marca: Cairu	1				
3	Armário de parede c/04 portas	1	132275	09.01090/2011	283	28/08/2011
4	Mesa p/secretaria c/2 gavetas	8	132457 a 132464			
5	Freezer horizontal c/1 porta - Electrolux	1	132282			
6	Fogão Industrial 06 bocas, sem forno c/registro - Metalnox	1	128235	09.01621/2010	133	05/05/2011

Escola: Castro Alves

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Kit completo de informática: 01 - Processador PC 4000, série: 00212982 05 - Monitor W1642S LCD 15,6" LG Série: 01052652, 01052665, 01052667, 01052670, 01052686 01 - Impressora Jato Tinta Canon IP1900, Série: 01045876 01 - Estabilizador Isolamax 500 Automático, série: 01054760 01 - Unid. Prog. Digital, peq. capacidade, baseada em micro 05 - Fone de ouvido c/microfone 04 - Teclado ABNT PR USB K2806 01 - Teclado ABNT PR PS2 K2806 01 - Mouse otico PS2 B55PS2P MTEK 04 - Mouse otico USB B55USBP MTEK	01	S/T	Obs.: Empresa: Urmet Daruma - Kits: Daruma x Escolas/Ministério da Educação	042	18/02/2011

Escola: João de Barros Gouveia

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Kit completo de informática: 01 - Processador PC 4000, série: 00213330 05 - Monitor W1642S LCD 15,6" LG Série: 01052661, 01052668, 01052689, 01052693, 01052695 01 - Impressora Jato Tinta Canon IP1900, Série: 01045877 01 - Estabilizador Isolamax 500 Automático, série: 01054782 01 - Unid. Prog. Digital, peq. capacidade, baseada em micro 05 - Fone de ouvido c/microfone 04 - Teclado ABNT PR USB K2806 01 - Teclado ABNT PR PS2 K2806 01 - Mouse otico PS2 B55PS2P MTEK 04 - Mouse otico USB B55USBP MTEK	01	S/T	Obs.: Empresa: Urmet Daruma - Kits: Daruma x Escolas/Ministério da Educação	043	18/02/2011

Escola: Aquiles Chaves Paraguassu

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Kit completo de informática: 01 - Processador PC 4000, série: 00202112 05 - Monitor W1642S LCD 15,6" LG Série: 00953925, 00953932, 00953954, 00953930, 00953963 01 - Impressora Jato Tinta Canon IP1900, Série: 00958751 01 - Estabilizador Isolamax 500 Automático, série: 00955683 01 - Unid. Prog. Digital, peq. capacidade, baseada em micro 05 - Fone de ouvido c/microfone 04 - Teclado ABNT PR USB K2806 01 - Teclado ABNT PR PS2 K2806 01 - Mouse otico PS2 B55PS2P MTEK 04 - Mouse otico USB B55USBP MTEK	01	S/T	Obs.: Empresa: Urmet Daruma - Kits: Daruma x Escolas/Ministério da Educação	044	18/02/2011

Escola: José Augusto da Silva

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Bicicleta Feminina, aro 26. Marca: Cairu	2	S/T	-	046	18/02/2011
2	Bicicleta Masculina, aro 26. Marca: Cairu	2				
3	Mesa p/secreetaria	3	132465 à 132467	09.01090/2011	284	28/08/2011
4	Mesa p/ professor	1	132366			
5	Bebedouro industrial c/ 02 torneiras	1	S/T			
6	Armário de parede c/04 portas	1	132270			
7	Conjunto de mesa c/cadeira do aluno Ens. Fund. - verde	50	133693, 3700, 3898, 3899, 4153, 4155, 4159, 4667, 4676, 4699, 4951, 5353 à 5356, 5359, 5415, 5424, 5430, 5477, 5516, 5593, 5595, 5602, 5604, 5605, 5660 à 5663, 5672, 5674, 5675, 5702 à 5708, 5710, 5711, 5713, 5726, 5730, 5736 à 5739, 5861			
8	Conjunto de mesa c/04 cadeiras Educ. Infantil	5	130893, 130894, 130903, 130904, 130867	09.01090/2011	298	03/09/2011
9	Mesa p/professor	5	132367, 132371, 132368, 132369, 132370			

Escola: Jaime Peixoto

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Bicicleta Masculina, aro 26. Marca: Cairu	1	S/T	-	048	18/02/2011

Escola: Valdeci Teixeira Lima

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Kit completo de informática: 01 - Processador PC 4000, série: 00210822 05 - Monitor W1642S LCD 15,6" LG Série: 01052836, 01052852, 01052853, 01053926, 01053927 01 - Impressora Jato Tinta Canon IP1900, Série: 01045848 01 - Estabilizador Isolamax 500 Automático, série: 01054754 01 - Unid. Prog. Digital, peq. capacidade, baseada em micro 05 - Fone de ouvido c/microfone 04 - Teclado ABNT PR USB K2806 01 - Teclado ABNT PR PS2 K2806 01 - Mouse otico PS2 B55PS2P MTEK 04 - Mouse otico USB B55USBP MTEK	01	S/T	Obs.: Empresa: Urmet Daruma - Kits: Daruma x Escolas/Ministério da Educação	049	18/02/2011

Escola: União da Vitória

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Kit completo de informática: 01 - Processador PC 4000, série: 00213364 05 - Monitor W1642S LCD 15,6" LG Série: 01052745, 01052803, 01052806, 01052807, 01052810 01 - Impressora Jato Tinta Canon IP1900, Série: 01045873 01 - Estabilizador Isolamax 500 Automático, série: 01054754 01 - Unid. Prog. Digital, peq. capacidade, baseada em micro 05 - Fone de ouvido c/microfone 04 - Teclado ABNT PR USB K2806 01 - Teclado ABNT PR PS2 K2806 01 - Mouse otico PS2 B55PS2P MTEK 04 - Mouse otico USB B55USBP MTEK	01	S/T	Obs.: Empresa: Urmet Daruma - Kits: Daruma x Escolas/Ministério da Educação	050	18/02/2011

Escola: Bem Aventurança

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Kit completo de informática: 01 - Processador PC 4000, série: 00213307 05 - Monitor W1642S LCD 15,6" LG Série: 01052811, 01053015, 01053024, 01053025, 01053035 01 - Impressora Jato Tinta Canon IP1900, Série: 01045870 01 - Estabilizador Isolamax 500 Automático, série: 01054786 01 - Unid. Prog. Digital, peq. capacidade, baseada em micro 05 - Fone de ouvido c/microfone 04 - Teclado ABNT PR USB K2806 01 - Teclado ABNT PR PS2 K2806 01 - Mouse otico PS2 B55PS2P MTEK 04 - Mouse otico USB B55USBP MTEK	01	S/T	Obs.: Empresa: Urmet Daruma - Kits: Daruma x Escolas/Ministério da Educação	051	18/02/2011
2	Bicicleta Masculina, aro 26 - marca: Cairu	5	S/T	-	134	05/05/2011
3	Bicicleta Feminina, aro 26 - marca: Cairu	5				
4	Liquidificador Industrial, nº série: 21091	1	S/T	-	282	28/08/2011
5	Bebedouro Industrial c/04 torneiras frontais e filtro	1	S/T	09.01090/2011	296	02/09/2011
6	Estante em aço c/05 prateleiras	2	131121, 131130			
7	Quadro branco	1	131242			
8	Ventilador de parede Ventisol c/grades de proteção, 127V,220 Volts.	2	131420, 131480			

Escola: Barão do Rio Branco

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Kit completo de informática: 01 - Processador PC 4000, série: 00202068 05 - Monitor W1642S LCD 15,6" LG Série: 00952115, 00952116, 00952133, 00952138, 00952139 01 - Impressora Jato Tinta Canon IP1900, Série: 01045877 01 - Estabilizador Isolamax 500 Automático, série: 01054782 01 - Unid. Prog. Digital, peq. capacidade, baseada em micro 05 - Fone de ouvido c/microfone 04 - Teclado ABNT PR USB K2806	01	S/T	Obs.: Empresa: Urmet Daruma - Kits: Daruma x Escolas/Ministério da Educação	052	18/02/2011

Escola: Bohemundo Alvares Afonso

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Bomba injetora 1.0 cv - série: 100900287890014	1	S/T	-	053	21/02/2011
1	Bomba injetora 1.0 cv - série: 100900287890011	1	S/T	-	124	03/05/2011

Escola: 04 de Agosto

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Aparelho DVD Player - série: JMSQ4YEHGTO1LS0SMHE	1	127650	09.01217-00/2010	057	25/02/2011
2	Liquidificador Doméstico - FAET	1	127654			
3	Estofado 02 lugares - preto	1	S/T			
4	Colchão de solteiro	4	14411 a 14414/A/2011			
5	TV 29" CCE, série: 15W8ZJ00GTNWZ00063	1	S/T			

Escola: Darcy Ribeiro

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Fotopolimerizador c/LED Alimentação, 110v - 230v	1	125943	-	062	01/03/2011
2	Ventilador de parede Ventisol c/grades de proteção, 127V,220 Volts.	10	131500, 131328, 131487, 131523, 131335, 131460, 131347, 131382, 131359, 131380	09.01090/2011	288	02/09/2011

Escola: Santa Júlia

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Kit completo de informática: 01 - Processador PC 4000, série: 00210903 05 - Monitor W1642S LCD 15,6" LG Série: 01052829, 01052831, 01052843, 01053921, 01053922 01 - Impressora Jato Tinta Canon IP1900, Série: 01045857 01 - Estabilizador Isolamax 500 Automático, série: 01054761 01 - Unid. Prog. Digital, peq. capacidade, baseada em micro 05 - Fone de ouvido c/microfone 04 - Teclado ABNT PR USB K2806 01 - Teclado ABNT PR PS2 K2806 01 - Mouse otico PS2 B55PS2P MTEK 04 - Mouse otico USB B55USBP MTEK	01	S/T	Obs.: Empresa: Urmet Daruma - Kits: Daruma x Escolas/Ministério da Educação	065	02/03/2011
2	Bicicleta Masculina, aro 26 - marca: Cairu	3	-	-	130	05/05/2011
3	Conjunto de mesa c/cadeira do aluno Ens. Fund.	100	132903, 132904, 133585, 133601 a 133603, 133606 a 133609, 133611, 133621, 133622, 133624, 133625, 133628, 133630, 133632, 133633 a 133637, 133640, 133645 a 133647, 133654, 133659, 133660, 133662, 133665, 133666, 133668, 13670 a 133673, 133697, 133788, 133887, 133894, 133896, 134011, 134014, 134079, 134080, 134085, 134089, 134096, 134098, 134107, 134170, 134177, 134181, 134267, 134274, 134280, 134281, 134289, 134291, 134293, 134295, 134363, 134537, 134541, 134557, 134560, 134561, 134562, 134598, 134599, 134621, 134627, 134631, 134632, 134645, 134652, 134658, 134661, 134662, 134664, 134665, 134666, 134668, 134670, 134680, 134681, 134685, 134687 a 134689, 134691 a 134694, 134697, 134698, 134952, 138678	09.01090/2011	225	05/08/2011
4	Quadro branco	5	131283, 131255, 131254, 131284,131285			

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
5	Conjunto de mesa c/cadeira do aluno Ens. Fund.	71	13388, 133895, 134024, 134026 a 134037, 134039, 134041 a 134044, 134047, 134048, 134050 a 134067, 134070 a 134076, 134078, 134090 a 134092, 134094, 134097, 134099, 134100, 134257, 134264, 134266, 134290, 134294, 134525, 134526, 134558, 134629, 134653, 134660, 134683, 134690, 134700, 134983	09.01090/2011	230	08/08/2011
6	Conjunto de mesa c/cadeira do aluno de 1º ano (06 anos)	20	129571, 129572, 129573, 129586, 130675, 130673, 130674, 130672, 130680, 130681, 130684, 130685, 130689, 130688, 130693 , 130692, 130694, 130695, 130677, 130676			
7	Ventilador de parede Ventisol c/grades de proteção, 127V,220 Volts.	30	131325, 1344, 1357, 1361 a 1364, 1372, 1373, 1375, 1381, 1385, 1389, 1392, 1407 a 1409, 1423, 1431, 1435, 1454, 1494, 1495, 1515, 1517, 1535, 1541, 1550, 1561, 1575	09.01090/2011	301	06/09/2011
8	Armário de parede c/04 portas	1	132267	09.1090/2011	303	08/09/2011
9	Estante em aço c/05 prateleiras	8	131187, 1191, 1185, 1183, 1190, 1191, 1188, 1186			
10	Mesa p/secretaria c/02 gavetas	3	132473, 2469, 2471			
11	Mimiógrafo a alcool	1	S/T			
12	Cômoda em madeira cerjeira c/5 gavetas	4	128412 a 128415	09.1621/2010		
13	Beliche em madeira cerejeira	2	128408 e 128409			
14	Cama de solteiro em madeira cerejeira	2	128402 e 128403			
15	Sofá em tecido 2 lugares	1	128478	09.1217/2010		
16	Bicicleta Masculina, aro 26 - marca: Cairu	4	S/T	-	307	20/09/2011
17	Bicicleta Feminina, aro 26 - marca: Cairu	3	S/T			

Escola: Francisco José Chiquilito Coimbra Erse

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Bicicleta Feminina, aro 26 - marca: Cairu	2	S/T	-	069	23/03/2011
2	Condicionador de Ar Mini Split, de 24.000 Btu's - York Nº de serie (Interna): 217601645100800272 Nº de serie (Externa): 217602645100800099	1	S/T	09.01657/2010	082	07/04/2011
3	Fogão Industrial 06 bocas, sem forno c/registro - Metalnox	1	128231	09.01621/2010		
4	Bicicleta Feminina, aro 26 - marca: Cairu	1	S/T	-		
5	Bicicleta Masculina, aro 26 - marca: Cairu	1	S/T	-		
6	Aparelho de DVD, série: 37095	1	127652	09.01217-00/2010	140	16/05/2011
7	Cama tipo beliche	4	128451 a 128454			
8	Cômoda em madeira cerejeira c/05 gavetas	2	128467 e 128468			
9	Liquidificador Doméstico - FAET	1	127656			
10	Sofá 02 lugares - preto	1	128475			
11	TV 29" Tela Plana, série: 1SW8ZJ00GTNWZ0007H	1	128479			
12	Bebedouro Industrial c/02 torneiras frontais c/filtro, 110 volts.	1	S/T	09.1090/2011	171	26/06/2011
13	Freezer horizontal c/01 porta, 110 volts - Eletrolux.	1	S/T			
14	Ventilador de parede Ventisol 1/4 CV - 60 - 60Hz, c/grades de proteção cromadas 65cm 24",tensão de 127V,220V	5	S/T			
15	Bicicleta Masculina, aro 26 - marca: Cairu	3	S/T	-	183	05/07/2011

Escola: Manoel Pedro Pereira

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Kit completo de informática: 01 - Processador PC 4000, série: 00213234 05 - Monitor W1642S LCD 15,6" LG Série: 01052931, 01052935, 01053951, 01053952, 01053996 01 - Impressora Jato Tinta Canon IP1900, Série: 01045885 01 - Estabilizador Isolamax 500 Automático, série: 01054777 01 - Unid. Prog. Digital, peq. capacidade, baseada em micro 05 - Fone de ouvido c/microfone 04 - Teclado ABNT PR USB K2806 01 - Teclado ABNT PR PS2 K2806 01 - Mouse otico PS2 B55PS2P MTEK 04 - Mouse otico USB B55USBP MTEK	01	S/T	Obs.: Empresa: Urmet Daruma - Kits: Daruma x Escolas/Ministério da Educação	072	24/03/2011
2	Conjunto de mesa c/cadeira do aluno Ens. Fund. - verde	98	132434, 132448, 133217, 133221, 133222, 133225, 133293 à 133297, 133305, 133310, 133313 à 133317, 133319, 133321 à 133330, 133334, 133336, 133338, 133346, 133347, 133395, 133426, 133428 à 133430, 133452, 133454, 133456, 133457, 133459, 133460, 133463, 133465, 133466, 133468, 133470, 133475 à 133479, 133482, 133487, 133489 à 133491, 133493, 133499, 133500, 133521, 133527, 133529 à 133531, 133533, 133534, 133540 à 133543, 133547, 133548, 133610, 133617, 133685, 133705, 133706, 133717, 134008, 134009, 134671, 134675, 134735, 134736, 134769 à 134771, 134773, 134778, 134783, 135315, 135811	09.1090/2011	359	07/11/2011
3	Mesa para professor	3	132401, 132402, 132403			
4	Quadro Branco	3	131317, 131318, 131319			
5	Ventilador de Parede Ventisol	12	138421, 138424, 138425, 138428 à 138435, 138437			
6	Freezer horizontal com 01 porta - Electrolux	1	132292	09.1090/2011	360	09/11/2011
7	Mesa para professor	1	132400			
8	Quadro Branco	1	131316			
9	Ventilador de Parede Ventisol	2	138446, 138448	09.1090/2011	361	10/11/2011

Escola: Henrique Dias

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Freezer horizontal c/2 portas, aprox. 540 lts. dupla ação, série: 2010.124248, branco - FRICON HDE	1	128237	09.01621/2010	075	28/03/2011
2	Nobreak 1.4KVA	9	128808, 128827 à 128834	09.01639-2010	311	23/09/2011
3	Conjunto de mesa c/cadeira do aluno Ens. Fund. - verde	50	132662, 132712, 132714, 132737, 132745 à 132748, 132750, 132755, 132787, 132813, 132815, 132867, 132885, 132901, 132902, 132907 à 132918, 132925, 132926, 132934, 132937, 132938, 132946, 132950, 132951, 132956, 132975, 132985, 133210, 133211, 133262, 133263, 133369, 133388, 133389, 133436, 133441, 133446	09.1090/2011	331	06/10/2011
4	Bicicleta Masculina - aro 26. Marca: Cairu	3	S/T			
5	Bicicleta Feminina - aro 26. Marca: Cairu	4	S/T			
6	Armário aréreo	1	S/T			
7	Mesa de professor	10	132344, 132382, 132478, 132383, 132381, 132479, 132477, 132353, 132384, 132385			
8	Mesa de secretaria com 02 gavetas	7	132449, 132476, 132474, 132447, 132448, 132475, 132450			
9	Armário em aço com 2 portas	1	136655	09.0862/2011		
10	Estante em aço com 03 prateleiras	1	131044			

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
11	Fogão doméstico autolimpante c/06 bocas - Atlas	1	138781	09.01775-2011	381	15/12/2011
12	Estante modelar madeira (estrut. Aglomerado), mogno	1	138776			
13	Sofá 2 lugares c/braços	1	138624			
14	Extintor de incêndio	2	-	-		
15	Cornetão em FA	2	04-0103, 04-0104	-	384	14/12/2011
16	Cornetão em SIB	2	04-0105, 04-0106			
17	Surdo	2	04-0107, 04-0108			
18	Conjunto de prato para bumbo	2	04-0109, 04-0110			
19	Bumbo	2	04-0111, 04-0112			
20	Caixa de guerra 13"x14"	2	04-0113, 04-0114			
21	Corneta em MIB	3	04-0117, 04-0118, 04-0119			
22	Corneta em SIB	3	04-0120, 04-0121, 04-0122			
23	Corneta em FA	3	04-0123, 040124, 040125			
24	Teclado Eletrônico	1	04-0126			
25	Mesa c/tampo inóx p/cozinha	1	138569	09-01775/2011	403	26/12/2011

Escola: Antônio Augusto Vasconcelos

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Condicionador de Ar Mini Split, de 24.000 Btu's - York Nº de serie (Interna): 217601645100800199 217601645100800023 Nº de serie (Externa): 217602645100800113 217602721100800127	2	S/T	09.01657/2010	079	30/03/2011
2	Bicicleta Masculina, aro 26 - marca: Cairu	1	S/T	-	087	12/04/2011
3	Caneta de alta rotação - Dent-Flex	1	12.364/A/10	09.0212/10	097	26/04/2011
4	Bicicleta Feminina, aro 26 - marca: Mega	1	S/T	09.0032/2011	146	01/06/2011
5	Bicicleta Masculina, aro 26 - marca: Cairu	1	S/T	-	253	22/08/2011
6	Bicicleta Feminina, aro 26 - marca: Mega	1	S/T			
7	Freezer horizontal com 01 porta - Electrolux	1	132290	09.1090/2011	358	31/10/2011
8	Quadro Branco	2	131321, 131320			
9	Exaustor	1	138602	09.1775/11	376	07/12/2011

Escola: Olympia Salvatore

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Kit completo de informática: 01 - Processador PC 4000, série: 00242505 05 - Monitor W1642S LCD 15,6" LG Série: 01283216, 01283247, 01283257, 01283284, 01283286 01 - Impressora Jato Tinta Canon IP1900, Série: 01307711 01 - Estabilizador Isolamax 500 Automático, série: 01285338 01 - Unid. Prog. Digital, peq. capacidade, baseada em micro 05 - Fone de ouvido c/microfone 04 - Teclado ABNT PR USB K2806 01 - Teclado ABNT PR PS2 K2806 01 - Mouse otico PS2 B55PS2P MTEK 04 - Mouse otico USB B55USBP MTEK	01	S/T	Obs.: Empresa: Urmet Daruma - Kits: Daruma x Escolas/Ministério da Educação	083	07/04/2011
2	Mimeógrafo à alcool	1	136607	09.01090/2011	342	14/10/2011
3	Bomba Centrifuga de 1CV. Marca: Famac FSP-P	1	137378	09-01078/2011	344	14/10/2011

Escola: União

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Condicionador de Ar Mini Split, de 24.000 Btu's - York Nº de serie (Interna): 217601645100800242 217602721100800295 Nº de serie (Externa): 217601645100800075 217602721100800019	2	S/T	09.01657/2010	084	07/04/2011
2	Conjunto de mesa c/cadeira do aluno Ens. Fund.	15	132687, 132688, 132691, 132692, 132693 a 132702, 132706	09.01090/2011	212	29/07/2011
3	Quadro branco	1	131241			
4	Mesa p/secretaria c/gaveta	2	132431			
5	Mesa p/professor	1	132308 e 132309			

Escola: Ernandes Coutinho

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Bomba submersa mod. MB 800 - 110 volts	1	S/T	-	085	11/04/2011
2	Jogo de mesa para aluno com cadeira - Ensino Fundamental	20	S/T	09.01090/2011	201	22/07/2011
3	Freezer horizontal c/01 porta, 210 lts., série: 12000210 - Eletrolux	1	S/T			
4	Ventilador de parede Ventisol c/grades de proteção, 127V,220 Volts.	4	131543, 131511, 131509 e 131544			
5	Bicicleta Feminino, aro 26 - marca: Cairu	1	S/T	-	216	02/08/2011
6	Armário aéreo em madeira 04 portas	1	132244	09.1090/2011	338	11/08/2011
7	Quadro Branco	1	131273			

Escola: Taquara

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Bomba submersa mod. MB 800 - 110 volts	1	S/T	-	086	11/04/2011
2	Bebedouro Industrial c/02 torneiras frontais e filtro	1	136564	09.01090/2011	305	13/09/2011
3	Bicicleta Masculina, aro 26 - marca: Cairu	2	S/T	-	308	20/09/2011
4	Bicicleta Feminina, aro 26 - marca: Cairu	2	S/T			
5	Freezer horizontal c/01 porta	1	132289	09.01090/2011		
6	Quadro branco	2	131276 e 131277			

Escola: ASPRUC/Ext. Esc. 03 de Dezembro

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Bomba submersa mod. MB 800 - 110 volts	1	S/T	-	087	12/04/2011
2	Ventilador de parede Ventisol c/grades de proteção, 127V,220 Volts.	3	131508, 131446, 131506	09.01090/2011	229	08/08/2011

Escola: Manoel Grangeiro

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Bomba submersa mod. MB 800 - 110 volts	1	S/T	-	120	02/05/2011
2	Ventilador de parede Ventisol c/grades de proteção, 127V,220 Volts.	4	131346, 131555, 131443, 131445	09.01090/2011	247	17/08/2011
3	Mesa p/professor	1	132352	09.01090/2011	309	21/09/2011
4	Mimeógrafo a alcool	1	136596			

Escola: Drª Ana Adelaide Grangeiro

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Condicionador de Ar Mini Split, de 24.000 Btu's - York Nº de serie (Interna): 217601645100800056 Nº de serie (Externa): 217602645100800064	1	S/T	09.01657/2010	125	03/05/2011
2	Ventilador de parede Ventisol c/grades de proteção, 127V,220 Volts.	6	131538, 1352, 1527, 1534, 1571, 1552	09.01090/2011	306	16/09/2011
3	Nobreak 1.4 KVA	2	128867, 128868	09.01639-2010	315	23/09/2011
4	Bebedouro Industrial c/04 torneiras frontais e filtro, 110 volts	1	136582	09.01090/2011	326	04/10/2011

Escola: Leocádio Pardo

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Liquidificador Industrial 06 litros - série: 018439	1	S/T	09.0439/09	126	03/05/2011
2	Bebedouro Industrial c/04 torneiras frontais c/filtro, 110 volts.	1	S/T	09.01090/2011	156	16/06/2011
3	Bebedouro Industrial c/02 torneiras frontais c/filtro, 110 volts.	1	S/T	09.01090/2011	244	16/08/2011
4	Mesa de professor	2	132387, 132389	09.01090/2011	341	13/10/2011
5	Refrigerador duplex, 430 lts., Branca - Eletrolux	1	139281	09-01147/2011	400	26/12/2011
6	Armário aéreo em madeira c/04 portas	1	132258	09-01090-11		

Escola: Francisco Braga

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Cama tipo beliche	1	128451	09.01217-00/2010	127	03/05/2011
2	Cômoda em madeira cerejeira c/05 gavetas	2	128467 e 128468			
3	Liquidificador Doméstico - FAET	1	127655			
4	Sofá 02 lugares - preto	1	128475			
5	Colchão de solteiro	2	14415/A e 14416/A/2011			
6	Refrigerador duplex, 430 lts., Branca - Eletrolux	1	139282	09-01147/2011	401	26/12/2011
7	Armário aéreo em madeira c/04 portas	1	138608	09-01090-11		

Escola:Nsa. Sra. do Amparo/Ext. Flor Piquiá

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Liquidificador Industrial 06 litros - série: 021082	1	S/T	09.0439/09	139	11/05/2011
2	Conjunto de mesa c/cadeira do aluno Ens. Fund.	60	132554 a 132557, 132560, 132561, 132564, 132568, 132569, 132571 a 132574, 132579, 132588, 132589, 132606 a 132611, 132618 a 132622, 132624, 132625, 132627, 132526, 132703, 132704, 132705, 132784, 132856, 132860, 132865, 133351, 133353, 133358, 133360, 133361, 133374, 133376 a 133378, 133382, 133384, 133386, 133392, 133396, 133397, 133399, 133638, 133639, 133641 a 133644	09.01090/2011	207	28/07/2011
3	Mimeógrafo à alcool	1	136601	09-01090/2011	353	20/10/2011

Escola:Deigmar de Moraes

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Aparelho de DVD, série: 37096	1	127651	09.01217-00/2010	141	16/05/2011
2	Cama tipo beliche	4	128455 a 128458			
3	Cômoda em madeira cerejeira c/05 gavetas	2	128469 e 128470			
4	Liquidificador Doméstico - FAET	1	127657			
5	Sofá 02 lugares - preto	1	128476			
6	TV 29" Tela Plana, série: 1SW8ZJ00GTNWZ00040	1	128480			
7	Conjunto de mesa c/cadeira do aluno Ens. Fund.	100	132558, 132559, 132561, 132563, 132565 a 132567, 132575 a 132587, 132590, 132592 a 132605, 132612 a 132617, 132623, 132626, 132628 a 132650, 132653, 132655, 132656, 132658 a 132686, 132689, 132690	09.01090/2011	209	28/07/2011
8	Quadro branco	2	S/T			
9	Quadro branco	2	131258, 131259	09.01090/2011	287	01/09/2011

Escola: Nossa Senhora Aparecida

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Bicicleta Masculina, aro 26. Marca: Mega	17	S/T	-	143	30/05/2011
2	Bicicleta Feminina, aro 26, Marca: Mega	10				
3	Ventilador de parede Ventisol 1/4 CV - 60 - 60Hz, c/grades de proteção cromadas 65cm 24",tensão de 127V,220V	8	S/T	09.01090/2011	167	22/06/2011

Escola: Flor do Cupuaçu

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Bicicleta Masculina, aro 26. Marca: Mega	2	S/T	-	151	03/06/2011
2	Bicicleta Feminina, aro 26, Marca: Mega	1				

Escola: Nossa Senhora de Nazaré

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Bebedouro Industrial c/04 torneiras frontais c/filtro, 110 volts.	2	S/T	09.01090/2011	154	09/06/2011
2	Estante em aço c/05 prateleiras	5	131107, 131117, 131122, 131123, 131124,	09.01090/2011	227	08/08/2011
3	Liquidificador industrial, série: 21071	1	S/T	-		
4	Armário em aço com 02 portas	1	136639	09.0862/2011	365	11/11/2011
5	Estante em aço com 03 prateleiras	2	131047 e 131033			

Escola: Progresso

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Bicicleta Feminino, aro 26 - marca: Mega	6	S/T	09.01090/2011	160	21/06/2011
2	Bicicleta Masculina, aro 26 - marca: Mega	2	S/T			
3	Ventilador de parede Ventisol 1/4 CV - 60 - 60Hz, c/grades de proteção cromadas 65cm 24",tensão de 127V,220V*	6	S/T			
4	Quadro branco	2	S/T			
5	Estante em aço c/05 prateleiras	4	131081, 131083, 131111 e 131167	09.01090/2011	200	22/07/2011
6	Jogo de mesa para aluno com cadeira do Ensino Fundamental	10	S/T			

Escola: José de Freitas

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Bicicleta Feminina, aro 26 - marca: Cairu	7	S/T	-	161	22/06/2011
2	Cama tipo beliche*	3	128459 a 128461	09.01217-00/2010		
3	Cômoda em madeira cerejeira c/05 gavetas*	2	128471 e 128472			

Escola: Flor do Amazonas

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Cama tipo solteiro*	1	128401	09.01621-00/2010	162	22/06/2011
2	Cômoda em madeira cerejeira c/05 gavetas**	1	128473	09.01217-00/2010		
3	Colcão de solteiro	1	14417/A/2011			
4	Bicicleta Masculina, aro 26. Marca: Mega	6	S/T	-	204	26/07/2011
5	Bicicleta Feminina, aro 26, Marca: Mega	5				

Escola: 15 de Novembro

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Bicicleta Masculina, aro 26 - marca: Cairu	5	S/T		164	22/06/2011
2	Bicicleta Feminina, aro 26 - marca: Cairu	5	S/T			
3	Bebedouro Industrial c/02 torneiras frontais c/filtro, 110 volts.*	1	S/T	09.01090/2011		
4	Freezer horizontal c/01 porta, 110 volts - Eletrolux.*	1	S/T			
5	Quadro branco *	1	S/T			

Escola: Ercília Bigair

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Bicicleta Masculina, aro 26. Marca: Mega	5	S/T	-	165	22/06/2011
2	Bicicleta Feminina, aro 26, Marca: Mega	5				

Escola: Engenho do Madeira

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Bebedouro Industrial c/02 torneiras frontais c/filtro, 110 volts.	1	S/T	09.0190/2011	166	22/06/2011

Escola: João Afro Vieira

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Bebedouro Industrial c/02 torneiras frontais c/filtro, 110 volts.*	1	S/T	09.01090/2011	170	27/06/2011
2	Freezer horizontal c/01 porta, 110 volts - Eletrolux.*	1	S/T			
3	Ventilador de parede Ventisol 1/4 CV - 60 - 60Hz, c/grades de proteção cromadas 65cm 24",tensão de 127V,220V	10	S/T			
4	Conjunto de mesa c/cadeira do aluno Ens. Fund. - verde	30	132709, 2772, 2775, 2787, 2810, 3236, 3271, 3279, 3283, 3290, 3440, 3445, 3551, 3552, 3559, 3560, 3567 a 3570, 3598, 5330, 5417, 5418, 5425, 5426, 5436, 5868, 5870, 5889	09.0190/2011	299	06/09/2011

Escola: José Felício da Costa

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Bomba submersa mod. MB 800 - 110 volts	1	S/T	-	173	29/06/2011

Escola: Riacho Azul

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Bicicleta Masculino, aro 26 - marca: Cairu	2	S/T	-	185	08/07/2011
2	Bicicleta Feminino, aro 26 - marca: Cairu	1				

Escola: Jaime de Alencar

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Bicicleta Masculino, aro 26 - marca: Cairu	1	S/T	-	211	28/07/2011
2	Bicicleta Feminino, aro 26 - marca: Cairu	1				
3	Bomba injetora de 2CV Monofásico.	1	137391	09-01078/2011	345	17/10/2011

Escola: Santo Antônio I

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Estante em aço c/05 prateleiras	5	131086, 131087, 131112, 131155, 131195	09.01090/2011	218	03/08/2011
2	Quadro branco	2	131250, 131251			
3	Mesa p/secretaria c/gaveta	2	132506, 132507			
4	Mesa p/professor	3	132314 a 132316			
5	Armário aéreo em L	1	132249	09.01090/2011	380	19/12/2011
6	Mesa de secretaria com 02 gavetas	1	132488			

Escola: Manoel Tenório

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Computador (Processador Dual Core 2) para Projeto Social Horizontal sem unidade de CD	1	S/T	09.1639/2010	232	09/08/2011
2	Monitor LCD 15"	1	S/T			
3	Nobreak, série: 12806	1	S/T			
4	Bicicleta Masculina, aro 26 - marca: Cairu	1	S/T	-	242	16/08/2011

Escola: Linha 07 - Linhão

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Ventilador de parede Ventisol c/grades de proteção, 127V,220 Volts.	2	131332, 131569	09.01090/2011	237	15/08/2011

Escola: Marco Azul I

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Conjunto de mesa c/cadeira do aluno Ens. Fund.	15	132871, 132874, 133212, 135389, 135394, 135395, 135399, 135400, 135524, 135527 a 135529, 135533, 135534, 135551	09.01090/2011	246	17/08/2011
2	Ventilador de parede Ventisol c/grades de proteção, 127V,220 Volts.	2	131553, 131563			
3	Freezer horizontal	1	132277			
4	Armário de parede c/04 portas cerejeira	1	132252			
5	Quadro branco	2	131294, 131295			
6	Mesa c/cadeira p/professor	1	132334			

Escola: Heitor Vila Lobos

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Armário de parede 04 portas	1	132253			
2	Conjunto de mesa c/cadeira do aluno de 1º ano (06 anos)	10	129676 a 129681, 129688 a 129691			
3	Conjunto de mesa c/cadeira do aluno Ens. Fund.	19	133508, 133510, 133518, 133519, 133528, 133553, 133556 a 133558, 133563, 133564, 133566, 132978, 137976, 132834, 132761, 132711, 132979, 135322	09.01090/2011	275	24/08/2011
4	Mesa p/secretaria c/02 gavetas	1	132446			
5	Quadro branco	2	131278, 131279			
6	Ventilador de parede Ventisol c/grades de proteção, 127V,220 Volts.	2	131360, 131429			

Escola: Marechal Rondon

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Mesa p/professor	6	132354 a 132359			
2	Mesa p/secretaria c/2 gavetas	3	132451 a 132453			
3	Freezer horizontal c/1 porta - Electrolux	1	132288			
4	Armário de parede c/04 portas	1	132272			
5	Conjunto de mesa c/cadeira do aluno Ens. Fund. - verde	175	133216, 133220, 133251, 133292, 133298 a 13300, 133451, 133453, 133455, 133458, 133461, 133462, 133464, 133469, 133473, 133480, 133481, 133485, 133486, 133494, 133497, 133498, 133701, 133703, 133710, 133712, 133716, 133723, 133740, 133741, 133744, 133745, 134002, 134003, 134570, 134625, 134673, 135301, 135375 a 135379, 135381, 135382, 135410, 135428, 135429, 135437, 135454, 135456, 135459, 135462 a 135464, 135481 a 135491, 135495, 135496, 135499, 135501, 135502, 135508, 135514, 135515, 135518, 135552, 135559, 135567, 135569, 135581 a 135583, 135589, 135590, 135598, 135600, 135603, 135612, 135615, 135632, 135634 a 135650, 135654, 135659, 135659, 135668, 135670, 135671, 135676 a 135687, 135689 a 135694, 135715, 135716, 135719 a 135725, 135727 a 135729, 135731, 135733 a 135735, 135852 a 135854, 135856, 135857, 135859, 135863 a 135866, 135869, 135871, 135872, 135874, 135880, 135882, 135891 a 135900	09.01090/2011	278	27/08/2011
6	Conjunto de mesa c/cadeira do aluno de 1º ano (06 anos)	20	129665, 129668 a 129671, 130658, 130659, 130766, 130667, 130670, 130671			

Escola: Baixa Verde

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Liquidificador Industrial, nº série: 21105	1	S/T	-	282	28/08/2011
2	Bebedouro industrial c/ 02 torneiras frontais e filtro	1	S/T	09.01090/2011	293	02/09/2011
3	Estante em aço c/05 prateleiras	2	131099, 131110			
4	Ventilador de parede Ventisol c/grades de proteção, 127V,220 Volts.	2	131545, 131339			

Escola: Gedocy Ruas Wolf

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Liquidificador Industrial, nº série: 21099	1	S/T	-	282	28/08/2011
2	Estante em aço c/05 prateleiras	2	131106, 131093	09.01090/2011	294	02/09/2011
3	Quadro branco	1	131252			
4	Ventilador de parede Ventisol c/grades de proteção, 127V,220 Volts.	2	131564, 131422			

Escola: Maria Casaroto Abati

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Armário de parede c/04 portas	1	132273	09.01090/2011	279	28/08/2011
2	Bebedouro Industrial c/04 torneiras frontais e filtro	1	-			
3	Estante em aço c/05 prateleiras	3	131079, 131126, 131120			
4	Mesa p/professor	3	132360 a 132362			
5	Freezer horizontal c/01 porta - Electrolux	1	132305			
6	Conjunto de mesa c/cadeira do aluno Ens. Fund. - verde	200	133612, 3613, 3652, 3663, 3692, 3702, 3713, 3714, 3751, 3752, 3760, 3763, 3768, 3777, 3890, 3891, 3897, 3900, 4001, 4110, 4144, 4171 a 4176, 4183, 4193, 4196, 4265, 4292, 4519 a 4521, 4531 a 4533, 4535, 4542, 4545, 4547, 4550, 4572, 4626, 4628, 5344, 5351, 5352, 5357. 5358, 5360, 5361, 5363 a 5374, 5401 a 5409, 5412, 5413, 5419, 5421, 5433, 5439 a 5452, 5461, 5492 a 5494, 5497, 5498, 5500, 5503, 5506, 5507, 5509 a 5513, 5517, 5538, 5539, 5542 a 5550 a 5562, 5566, 5568, 5571, 5573, 5575, 5577, 5579, 5580, 5591, 5592, 5594, 5601, 5606 a 5611, 5613, 5614, 5616 a 5631, 5633, 5651 a 5653, 5655 a 5658, 5662, 5664 a 5667, 5669, 5673, 5688, 5695 a 5701, 5709, 5712, 5714, 5716, 5718, 5732, 5740 a 5743, 58515855, 5858, 5860, 5862, 5887, 5890			
7	Ventilador de parede Ventisol c/grades de proteção, 127V,220 Volts.	20	131410, 131370, 131388, 131513, 131405, 131369, 131419, 131421, 131418, 131348, 131351, 131371, 131387, 131417, 131401, 131433, 131430, 131427, 131425, 131367	09.01090/2011	289	01/09/2011
8	Conjunto de mesa c/cadeira do aluno Ens. Fund. - verde	20	134382, 134380, 134617, 134618, 134615, 134362, 134492, 133860, 133872, 133870, 133881, 133862, 134500, 134586, 134502, 134606, 134503, 133866, 134497, 133867	09.1090/2011	343	14/10/2011
9	Armário em aço com 2 portas	1	136630	09.0862/2011		
10	Estante em aço com 03 prateleiras	2	131051, 131032			

Escola: José Ferreira

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Liquidificador Industrial, nº série: 18446	1	S/T	-	282	28/08/2011
2	Estante em aço c/05 prateleiras	2	131098, 131090	09.01090/2011	295	02/09/2011
3	Quadro branco	1	131253			
4	Ventilador de parede Ventisol c/grades de proteção, 127V,220 Volts.	2	131383, 131514			

Escola: Novo Oriente

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Liquidificador Industrial, nº série: 18433	1	S/T	-	282	28/08/2011
2	Estante em aço c/05 prateleiras	1	131125, 131129	09.01090/2011	297	03/09/2011
3	Quadro branco	1	131243			
4	Ventilador de parede Ventisol c/grades de proteção, 127V,220 Volts.	2	131434, 131568			

Escola: São Carlos

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Liquidificador Industrial, nº série: 21096	1	S/T	-	282	28/08/2011
2	Estante em aço c/05 prateleiras	1	131102	09.01090/2011	292	02/09/2011
3	Quadro branco	1	131247			
4	Ventilador de parede Ventisol c/grades de proteção, 127V,220 Volts.	2	131336, 131497			

Escola: São Francisco

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Liquidificador Industrial, nº série: 21083	1	S/T	-	282	28/08/2011

Escola: União da Vitória

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Liquidificador Industrial, nº série: 20688	1	S/T	-	282	28/08/2011
2	Bebedouro industrial c/ 02 torneiras frontais e filtro	1	S/T	09.01090/2011	291	02/09/2011
3	Estante em aço c/05 prateleiras	2	131082, 131104			
4	Ventilador de parede Ventisol c/grades de proteção, 127V,220 Volts.	2	131291			

Escola: Renata Amanda

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Estante em aço c/05 prateleiras	2	131082, 131104	09.01090/2011	290	02/09/2011
2	Quadro branco	1	131291			

Escola: Floriano Peixoto

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Nobreak 1.4 KVA	1	128887	09.01639-2010	314	23/09/2011

Escola: Dr. Renato Medeiros

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Bicicleta Masculina, aro 26 - marca: Cairu	8	S/T	-	325	03/10/2011
2	Bicicleta Feminina, aro 26 - marca: Cairu	6	S/T			
3	Refrigerador duplex, 430 lts., Branca - Eletrolux	1	139276	09-01147/2011	395	26/12/2011

Escola: Maria Angélica - Baixo Madeira

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Bicicleta Masculina, aro 26 - marca: Cairu	9	S/T	-	328	05/10/2011
2	Bicicleta Feminina, aro 26 - marca: Cairu	6	S/T			
3	Conjunto de mesa c/cadeira do aluno Ens. Fund. - verde	5	134350, 134349, 134672, 134669, 134991	09.1090/2011	346	17/10/2011
4	Refrigerador duplex, 430 lts., Branca - Eletrolux	1	139279	09-01147/2011	398	26/12/2011

Escola: Alojamento - Henrique Dias

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Armário aréreo para cozinha	1	S/T	-	332	06/10/2011
2	Beliche em madeira	4	S/T			
3	Cômoda em madeira	2	S/T			
4	Sofá com 02 lugares	1	S/T			

Escola: Aníbal Martins

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Freezer horizontal com 01 porta - Electrolux	1	132283	09.1090/2011	334	06/10/2011
2	Armário aéreo para cozinha	1	132251			
3	Bebedouro industrial com 04 torneiras	1	136581			
4	Bicicleta Feminina, aro 26 - marca: Cairu	5	S/T	-		
5	Mesa de professor	1	132386	09.1090/2011	340	13/10/2011
6	Refrigerador duplex, 430 lts., Branca - Eletrolux	1	139277	09-01147/2011	396	26/12/2011

Escola: Vidal de Negreiros

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Freezer horizontal com 01 porta - Electrolux	1	132303	09.1090/2011	335	06/10/2011
2	Armário aéreo para cozinha	1	132247			
3	Refrigerador duplex, 430 lts., Branca - Eletrolux	1	139280	09-01147/2011	399	26/12/2011

Escola: Rio Verde

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Freezer horizontal com 01 porta - Electrolux	1	132304	09.1090/2011	336	06/10/2011
2	Armário aéreo para cozinha	1	132248			
3	Bebedouro industrial com 04 torneiras	1	136580			
4	Bicicleta Feminina, aro 26 - marca: Cairu	2	S/T	-		
5	Refrigerador duplex, 430 lts., Branca - Eletrolux	1	139278	09-01147/2011	397	26/12/2011

Escola: Erialdo Gomes do Carmo

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Conjunto de mesa c/cadeira do aluno Ens. Fund. - verde	24	133333, 133335, 133337, 133339 à 133342, 133852, 133854, 133879, 133883, 133885, 134259, 134260, 134268, 134285, 134299, 134300, 134338, 134340, 134347, 134564, 134569, 134637	09.1090/2011	354	21/10/2011
2	Mimeógrafo á alcool	1	136594			
3	Freezer horizontal com 01 porta Electrolux	1	132291			
4	Refrigerador duplex, 430 lts., Branca - Eletrolux	1	139284	09-01147/2011	407	28/12/2011

Escola: Cora Coralina

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Central de ar 18.000 btus, tipo Split. Marca: KCB01815MS	11	136194, 136195, 136198 à 136200, 136203 à 136208	09.1492/2011	363	10/11/2011
2	Armário em aço com 02 portas	1	136662	09.0862/2011		
3	Estante em aço com 03 prateleiras	2	131031, 131045			
4	Mesa de Tênis de Mesa	1	137352	09-1289/2011	369	24/11/2011

Escola: Joaquim Vicente Rondon - Jacy

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Central de ar 18.000 btus, tipo Split. Marca: KCB01815MS	10	136187 à 136193, 136196, 136197, 136201	09.1492/2011	364	10/11/2011
2	Armário em aço com 02 portas	1	136641	09.0862/2011	365	10/11/2011
2	Estante em aço com 03 prateleiras	2	131037 e 131052			

Escola: Maria Jacira Feitosa de Carvalho

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Conjunto de mesa c/cadeira do aluno Ens. Fund. - verde	330	133492, 3651 a 3652, 3653, 3655 a 3658, 3661, 3667, 3674 a 3681, 3683, 3684, 3686 a 3691, 3694 a 3699, 3704, 3708, 3709, 3711, 3718, 3721, 3724 a 3727, 3729, 3730, 3732 a 3734, 3738, 3739, 3756 a 3759, 3761, 3765 a 3776, 3779 a 3783, 3785 a 3787, 3791, 3795 a 3799, 3801 a 3851, 3853, 3855, 3856, 3858, 4004, 4006, 4007, 4010, 4012, 4013, 4015, 4016, 4021 a 4023, 4025, 4040, 4045, 4046, 4049, 4124, 4128, 4157, 4160 a 4169, 4186 a 4190, 4192, 4194, 4195, 4197 a 4200, 4298, 4306, 4331, 4333, 4335, 4337, 4339, 4341, 4361, 4365, 4367, 4376, 4377, 4387, 4390, 4393, 4395, 4396, 4398, 4399, 4401, 4402, 4405, 4405, 4406, 4409, 4410 a 4420, 4422 a 4428, 4430, 4432 a 4489, 4491, 4493 a 4496, 4498, 4499, 4551, 4552, 4576, 4580, 4581, 4587 a 4589, 4592, 4593, 4600, 4604, 4634, 4651, 4684, 4772, 4774 a 4777, 4782, 4955 a 4957, 4959, 4960, 4963, 4966, 4968, 4973, 4975, 4976, 4983 a 4985, 4990, 4992, 4994, 5079, 5083, 5085, 5087	09.1090/2011	366	11/11/2011
2	Mesa inóx p/cozinha	1	136641	09.1090/2011	366	11/11/2011
3	Mesa p/professor	13	132404 a 132416			
4	Armário aéreo 04 portas	1	132250			
5	Quadro braco	13	138386, 8388 a 8390, 8392 a 8400			
6	Ventilador de parede - Ventisol	52	138189, 8410 a 8420, 8422, 8423, 8426, 8427, 8436, 8438 a 8445, 8449, 8451 a 8453, 8455 a 8458, 8463, 8481 a 8488, 8490 a 8495, 8497, 8499			

Escola: Pau Brasil

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Bomba Centrifuga de 1CV. Marca: Famac FSP-P	1	S/T	09.1090/2011	372	29/11/2011

Escola: Alojamento - NESC

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Refrigerador duplex, 430 lts., Branca - Eletrolux	1	139275	09-01147/2011	394	26/12/2011

Escola: Alojamento - Esc. Francisco Braga

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Refrigerador duplex, 430 lts., Branca - Eletrolux	1	139283	09-01147/2011	402	26/12/2011
2	Estante modelar madeira (estrut. Aglomerado), mogno	1	138777	09-01775/2011		
3	Sofá c/02 lugares em tecido	1	138622	09-01147/2011		
4	Fogão doméstico autolimpante c/06 bocas - Atlas	1	138784	09-01775/2011		

ESCOLAS CONVENIADAS

Escola: Miguel Ferreira

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Bomba injetora 1.0 cv - série: 10090287890006	1	S/T	-	005	12/01/2011
2	Liquidificador Industrial 06 litros - série: 021111	1	S/T	09.0439/09	138	09/05/2011

Escola: Creche Escola Lar da Criança

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Armário em aço com 02 portas	3	S/T	09.0439/2009	006	13/01/2011

Escola: Batista El Shadday

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Chamadinha	3	S/T	09.0439/2009	031	10/02/2011
2	Teatro de Fantoche	3	S/T	09.0439/2009		
3	Régua	3	S/T	09.0439/2009		
4	Cabideira	3	S/T	09.0557/2009		
5	Cantinho da Leitura	3	S/T	09.0557/2009		
6	Casa Mini-Biblioteca	1	S/T	-	045	18/02/2011

Escola: NEB I

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Liquidificador Industrial 06 litros - série: 027968	1	-	09.0439/2010	035	11/02/2011
2	Freezer horizontal com 01 porta	1	132284	09.1090/2011	370	29/11/2011

Escola: De A a Z

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Condicionador de Ar Mini Split, de 24.000 Btu's - York Nº de serie (Interna): 217601645100800063 Nº de serie (Externa): 217602645100800066	1	S/T	09.01657/2010	036	14/02/2011
2	Ventilador de parede Ventisol c/grades de proteção, 127V,220 Volts.	5	131540, 131545, 131551, 131524, 131516	09.1090/2011	318	23/09/2011

Escola: Mª da Conceição/ext. Nsa. Sra. Aparecida

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Bomba injetora 2.0 cv - série: 100900287890017	1	S/T	-	066	02/03/2011

Escola: Solar da Paz

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Condicionador de Ar Mini Split, de 24.000 Btu's - York Nº de serie (Interna): 217601645100800057 217601645100800058 Nº de serie (Externa): 217602645100800039 217602721100800131	2	S/T	09.01657/2010	070	23/03/2011
2	Armário aéreo p/cozinha em madeira c/04 portas	1	S/T	09.01090/2011	203	26/07/2011
3	Conjunto de mesa c/cadeira do aluno de 1º ano (06 anos)	15	129587 e 129628 a 129641			
4	Conjunto de mesa c/04 cadeiras Educ. Infantil	5	130862, 130861, 130873, 130874 e 130875			
5	Estante em aço c/05 prateleiras	3	131168, 131164 e 131101			
6	Freezer horizontal c/01 porta, 210 lts., série: 120002274 - Eletrolux	1	S/T			
7	Mimeógrado à alcool	1	136595	09.01090/2011	349	19/10/2011

Escola: Rainha da Paz - Ext. Pde. Geovani

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Fogão Industrial 06 bocas, sem forno c/registro - Metalnox	1	128234	09.01621/2010	091	13/04/2011

Escola: AMAB JK

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Liquidificador Industrial 06 litros - série: 021103	1	S/T	09.0439/09	137	09/05/2011

Escola: Tia Sônia

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Liquidificador Industrial 06 litros - série: 02192	1	S/T	09.0439/09	153	08/06/2011
2	Estante em aço c/05 prateleiras	4	131115, 131085, 131152, 131119	09.01090/2011	219	04/08/2011
3	Ventilador de parede Ventisol c/grades de proteção, 127V,220 Volts.	8	131536, 131341, 131547, 131559, 131537, 131337, 131338, 131507			
4	Armário de parede c/04 portas	1	132266	09.01090/2011	304	13/09/2011
5	Mimeógrafo à alcool	1	136602	09.01090/2011	368	22/11/2011

Escola: Bob esponja

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Conjunto de mesa c/04 cadeira do aluno Pré-Escolar	10	130802 a 130811	09.01090/2011	158	20/06/2011
2	Conjunto de mesa c/cadeira do aluno de 1º ano (06 anos)	25	129322 a 129346			
3	Ventilador de parede Ventisol c/grades de proteção, 127V,220 Volts.	6	131490, 131455, 131488, 131499, 131546 e 131503	09.01090/2011	202	22/07/2011

Escola: Maria Francisca

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Conjunto de mesa c/04 cadeira do aluno Pré-Escolar	10	130812 a 130821	09.01090/2011	159	21/06/2011
2	Conjunto de mesa c/cadeira do aluno de 1º ano (06 anos)	25	129347 a 129371			
3	Ventilador de parede Ventisol	6	S/T			
4	Estante em aço com 5 prateleiras	6	S/T			

Escola: Metodista Wesleyana

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Conjunto de mesa c/cadeira do aluno de 1º ano (06 anos)	50	129372 a 129421	09.01090/2011	161	22/06/2011
2	Mimeógrafo - Nº de série: 149242	1	S/T	09.01090/2011	299A	06/09/2011
3	Freezer horizontal c/01 porta	1	132307			
4	Mesa p/secretaria c/2 gavetas	1	132468			

Escola: Centro Educacional Semear

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Bebedouro Industrial c/02 torneiras frontais c/filtro, 110 volts.	1	S/T	09.01090/2011	178	30/06/2011
2	Estante em aço c/05 prateleiras	4	131172 a 131175			
3	Conjunto de mesa c/cadeira do aluno de 1º ano (06 anos)	20	129422 a 129441			
4	Régua de medida*	4	S/T	09.0557/2009		
5	Teatrinho de fantoche*	4	S/T			
6	Cantinho da Leitura*	4	S/T			

Escola: NEB III

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Freezer horizontal com 01 porta - Electrolux	1	132286	09.1090/2011	371	29/11/2011

Escola: Pequenos Brilhantes

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Bicicleta Feminina, aro 26 - marca: Cairu	2	S/T	-	189	14/07/2011
2	Armário aéreo p/cozinha em madeira c/04 portas	1	132250	09.01090/2011	214	01/08/2011
3	Mesa p/professor	4	132310 à 132313			
4	Bicicleta Feminina, aro 26 - marca: Cairu	1	S/T	-	245	17/08/2011

Escola: Jesus de Nazaré

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Conjunto de mesa c/cadeira do aluno de 1º ano (06 anos)	104	129442 à 129489 129510 à 129565	09.01090/2011	196	21/07/2011
2	Conjunto de mesa c/ 4 cadeiras do aluno Educação Infantil	38	130822 à 130834 130836 à 130860			
3	Freezer horizontal c/01 porta, 110 volts, série: 12000234 - Eletrolux	1	S/T	09.01090/2011	235	11/08/2011

Escola: Filhas da Cruz

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Conjunto de mesa c/cadeira do aluno de 1º ano (06 anos)	25	129490 a 129509 e 129566 a 129570	09.01090/2011	199	21/07/2011
2	Bebedouro Industrial c/02 torneiras com filtro	1	S/T			

Escola: Pequeno Gênio

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Conjunto de mesa c/04 cadeiras Educ. Infantil	5	130876 a 130880	09.01090/2011	213	29/07/2011
2	Quadro branco	2	131244 e 131245			

Escola: Aquarelinha do Saber - Ext. Tancredo Neves

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Ventilador de parede Ventisol c/grades de proteção, 127V,220 Volts.	2	131570, 131557	09.01090/2011	250	19/08/2011

Escola: Primeiros Passos

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Quadro Branco	2	131266 e 131267	09.01090/2011	272	24/08/2011

Escola: GG e seus amiguinhos

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Mesa para professor	4	132390 à 132393	09.1090/2011	348	19/10/2011
2	Conjunto de mesa do aluno com cadeira - 1º ano (06 anos)	22	129651, 129652, 129662, 120663, 1129672 à 129675, 129682 à 129687, 129692 à 129699			
3	Conjunto de mesa do aluno com 04 cadeiras - Pré Escolar	12	130835, 130895 à 130902, 130905, 130906, 130921			

MATERIAL PARA BIBLIOTECAS E ESCOLAS DE MÚSICA

Escola: Escola de Música Jorge Andrade

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Condicionador de Ar Mini Split, de 24.000 Btu's - York Nº de serie (Interna): 217601645100800155 Nº de serie (Externa): 217602645100800034	1	S/T	09.1657/2010	004	12/01/2011
2	Condicionador de Ar Mini Split, de 24.000 Btu's - York Nº de serie (Interna): 102AZYE4T586, 102AZER4V828, 102AZNK4W903 Nº de serie (Externa): 102AZCQ4X115, 102AZER4V788, 102AZFM4V819	3	S/T	09.1492/2011	191	15/07/2011
3	Conjunto de mesa c/cadeira do aluno Ens. Fund. - verde	20	133501, 3504, 3517, 3550, 3573, 3554, 2924, 2966, 3000, 3249, 2963, 2877, 3391, 3204, 3203, 2758, 5472, 5475, 2814, 2838	09.1090/2011	319	27/09/2011
4	Bebedouro Industrial c/04 torneiras	1	136583			
5	Nobreak 1.4 KVA	12	128899, 8900, 8889, 8890, 8882, 8881, 8838, 8837, 8891, 8892, 8901, 8902	09.1639-2010	377	07/12/2011

Escola: Biblioteca Municipal Francisco Meireles

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Condicionador de Ar Mini Split, de 24.000 Btu's - York Nº de serie (Interna): 102AZCQ4T611 Nº de serie (Externa): 102AZHY4X113	1	S/T	09.1492/2011	187	14/07/2011

Escola: Biblioteca Viveiro das Letras

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Computador (Processador Dual Core 2) para Projeto Social Horizontal sem unidade de CD	10	136126, 136123, 136131, 136128, 136122, 136109, 136129, 136110, 136114, 136112	09.1639/2010	249	18/08/2011
2	Monitor LCD 15". Série: I1711IA008628, I1711IA008707, I1711IA008574, I1711IA008522, I1711IA008668, I1711IA008513,I1711IA008698, I1711IA008661,I1711IA008712	10	S/T			
3	Nobreak. Marca: KVA	10	128809 à 128818			
4	Fogão doméstico autolimpante c/06 bocas - Atlas	1	138780	09.01775-2011	379	13/12/2011
5	Tela de projeção retrátil	1	138565			

Escola: Escola de Música Som na Leste

Item	Especificação	Qtd	Tombamento	Processo	Nº do Termo	Data
1	Computador (Processador Dual Core 2) para Projeto Social Horizontal sem unidade de CD	8	136125, 136116, 136124, 136118, 136113, 136117, 136120, 136115	09.1639/2010	251	19/08/2011
2	Monitor LCD 15". Série: I8711IA008535, I8711IA007724, I8711IA008556, I8711IA008721, I8711IA008676, I8711IA008517, I8711IA008728, I8711IA008569	8	S/T			
3	Nobreak. Marca: KVA	8	128819 a 128826			

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS (SEMOB)

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS (SEMOB)

Atividades Desenvolvidas

Este relatório tem como objetivo mencionar todas as atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Obras – SEMOB, durante o exercício de 2011.

Destacamos principalmente os materiais de consumo utilizados e as obras realizadas, sendo que algumas estão em andamento e outras já foram concluídas. Contamos com o apoio da ASTEC, Coordenadorias de Estradas Rurais e a Coordenadoria de Vias Urbanas, Departamento de Obras e o Departamento de Manutenção de Máquinas e Equipamentos.

Programa: Apoio Administrativo

Atividades Administrativas

Atualmente o quadro de pessoal desta secretaria está com 189 servidores ativos, incluindo pessoal estatutário e os de cargos comissionados. O programa visa atender toda a unidade administrativa, gerindo as atividades rotineiras da secretaria, mantendo os servidores num ambiente de trabalho adequado e a melhoria no desempenho de suas funções.

- Foram adquiridos diversos materiais para manutenção desta unidade administrativa, tipo: materiais de expediente, material de limpeza, materiais permanentes, gêneros alimentícios, alimentação/almoço tipo marmitex, materiais de informática, materiais elétricos e EPIs.
- Despesas com pagamento de diárias aos servidores que atuam nos diversos Distritos, tanto na área rural como na área urbana do município de Porto Velho.
- Despesas com a manutenção corretiva e preventiva dos aparelhos de ar condicionados e a regularização de documentos das viaturas (veículos) que pertencem ao patrimônio desta secretaria. Despesas com as taxas de contratos de repasses/CEF para regularização de obras.
- Adquirimos equipamentos topográficos (teodolito, mira, baliza e tripé).

Programa: Porto Velho Limpa

Atividades Desenvolvidas:

Este programa está voltado para os principais serviços de limpeza, retificação e revestimento de canais, visando melhorar as condições ambientais e a saúde da população

- Houve despesas somente com aluguel de equipamentos (retroescavadeiras, escavadeira hidráulica, caminhões basculantes, pá carregadeiras, motoniveladoras e outros).

Programa: Urbanizar

Atividades Desenvolvidas:

O programa tem a função de executar os serviços de drenagem, pavimentação, revitalização e manutenção das vias urbanas. Oferecendo melhores condições de trafegabilidade e segurança aos condutores de veículos, bem como a população em geral.

- Aquisição de diversos materiais tipo: peças diversas de reposição para equipamentos (leves e pesados), aquisição de diversos pneus e câmaras de ar para equipamentos leves e pesados, aquisição de peças da CIBER p/Usina de Asfalto e a Vibro-Acabadora, e peças p/equipamentos pesados da marca Fiatallis (New Holland). Aquisição de carga de gás (oxigênio e acetileno) e aquisição de um veículo leve 4x4.
- Prestação de serviços mecânicos nos equipamentos de marca Fiatallis desta secretaria. Despesas com aluguel de equipamentos (caçambas basculantes toco e trucada, caminhão pipa, rolos liso e corrugado, motoniveladoras, pá carregadeiras, trator de esteiras e outros) para execução de serviços na área urbana e rural, incluindo os recursos do FITHA-2010.
- Aquisição de manilhas de diversos diâmetros, aquisição de bueiros metálicos (armco) aquisição de 6.995 sacos de cimento, aquisição de 160 mil tijolos e aquisição de material laterítico (99.565m³ de cascalho) para atender a área urbana e rural. Aquisição de placas de identificação e sinalização.

- Aquisição de produtos asfálticos: Cimento Asfáltico de Petróleo = 2.546,6 toneladas de CAP-50/70. Asfalto Diluído = 330 toneladas de CM-30. Emulsão Asfáltica = 360 toneladas de RR-2C. Aquisição de insumos: Areia lavada = 7.312m³. Brita 01 = 9.300m³. Pó de brita = 19.925m³. Todos realizados com os recursos Ordinários, da ESBR e CIDE.

Observação: com os produtos asfálticos e agregados, foram produzidas 46.004 toneladas de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ). Sendo 27.280 toneladas aplicadas em manutenção, recuperação, restauração e tapa-buraco, 12.551 toneladas aplicadas de capa asfáltica em trechos novos, e 6.173 toneladas aplicadas em recapeamentos das vias públicas



Execução de obras:

- Obras de Cobertura da Usina de Asfalto (em andamento)
- Obra de Reforma da Associação do Conjunto Buritis (90% concluída)
- Recuperação do reservatório elevado no Distrito de Calama (concluída)
- Reforma da Passarela em madeira medindo 27,50m no Distrito de Calama (concluída)
- Reforma da Passarela em madeira medindo 375m no Distrito de Calama (em andamento)
- Complementação da Obra de infra-estrutura da Av. Farquar (concluída)
- Construção de canaletas em vias públicas da cidade de Porto Velho (em andamento).

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS (SEMPRE)

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS (SEMPRE)

A Secretaria Municipal de Projetos e Obras Especiais-SEMPRE, em cumprimento ao disposto na solicitação do Ofício Circular nº 76/GAB/SEMPLA de 28.12.2011, aponta as atividades desenvolvidas no exercício de 2011 com a aplicação dos recursos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC – Governo Federal e Recursos Próprios, com as metas de: Habitação, Urbanização, Pavimentação, Equipamentos Comunitários e Drenagem de Águas Pluviais já concluídas e em fase de conclusão.

A seguir destacamos as principais intervenções realizadas pela Secretaria em diversos Bairros da Capital.



Obras concluídas em 2011

- Construção de 98 Unidades no Conjunto Habitacional Candelária I.
- Construção de 120 Unidades no Conjunto Habitacional Candelária II, III, IV.
- Infraestrutura na Rua Jorge Teixeira no Distrito de Vista Alegre do Abunã (0,73 Km); infraestrutura na Rua Raimundo Cantuária (Bloquetes) (0,11 Km).
- Obras de Infraestrutura na Zona Sul - Pró Moradia Sul, Rua Algodoeiro (2,62Km); infraestrutura na Rua Bangu (0,38 Km).
- Pavimentação com Blocos Sextavados das Ruas do Conjunto Teixeirão (4 Ruas com 0,56 Km); infraestrutura no Bairro Areal (11 Ruas – 5,01Km).
- Quadra de Esporte Coberta do Bairro Castanheiras.
- Construção do Restaurante Popular.
- Construção da Praça do Bairro Caladinho, construção da Praça do Contorno.
- Pavimentação no Conjunto Jamary (03 Ruas) e no Bairro JK a Rua Neuzira Guedes (0,98 Km).
- Infraestrutura de 02 Ruas do Bairro Tiradentes (1,5 Km), infraestrutura em 16 Ruas do Bairro JK e Tancredo Neves (3,71 Km).
- Infraestrutura na Zona Leste, Bairros Cuniã e Tancredo Neves (Pró-Moradia Leste) (7,76 Km).
- Reforma da Área de Lazer e Esporte do Abobrão.
- Infraestrutura em 21 Ruas do Bairro Aponiã (5,67 Km).
- Pavimentação e Drenagem da Av. Mamoré (2,98 Km).
- Infraestrutura em 05 Ruas dos Bairros Cuniã, Igarapé e Esperança da Comunidade (2,89Km), infraestrutura da Rua Magno Arsolino (0,67 Km).
- Pavimentação e Drenagem da Av. José Vieira Caúla (1,85 Km).

No ano de 2011 na área de pavimentação e drenagem foi realizada cerca de 40 km de pavimentação asfáltica em mais de 20 bairros da capital, entre eles os Bairros JK, Tancredo Neves, Tiradentes, Igarapé e Areal da Floresta.

O Bairro Aponiã teve praticamente todas as suas Ruas asfaltadas, com destaque para as Ruas Bidu Saião e Caetano Donizete, as Ruas restantes somam cerca de 1,3 km e já encontram-se com a drenagem pronta.

Os Bairros JK e Tancredo Neves foram beneficiados com 4,0 km de asfalto e com a execução da obra da galeria no canal dos tanques.

Dentre as obras concluídas temos também o bloqueteamento de algumas Ruas do Bairro Teixeirão.

Com o objetivo de aproveitar as áreas, antes degradadas e problemáticas, foram construídos nestes locais, praças e quadras poliesportivas, que além de recuperar, proporcionam ambientes adequados à prática de esportes e lazer das famílias porto velhenses.





Exemplo disso foram as obras da Praça do Caladinho, local onde passava uma grande vala cercada de mato que causava grande desconforto aos moradores da localidade e também da Praça do Contorno, que é composta de uma quadra poliesportiva, playground, pista para caminhadas, equipamentos para exercícios, iluminação, mesas e bancos, além de ser bem arborizada está proporcionando lazer a população local e moradores do Bairro.

Nos finais de tarde, os jovens se reúnem para jogar futebol de salão na quadra, pais levam os filhos pequenos para passear e brincar, enquanto outros preferem a pista de caminhada ou simplesmente sentar nos bancos para conversar.

No Bairro Castanheiras, localizado na zona Sul da cidade, foi construída uma quadra poliesportiva coberta, mais uma obra realizada com a parceria do Governo Federal.

A população de baixa renda de Porto Velho foi beneficiada com a inauguração do Restaurante Popular com a capacidade de fornecer duas mil refeições por dia ao valor de R$2,00 (dois reais).

Através do projeto Candelária I, II, III e IV, foram construídas 218 unidades habitacionais destinadas aos moradores de áreas de risco como as pessoas que residiam nos Bairros Triangulo e Baixa da União à beira do Rio Madeira, que foram remanejados para moradias dignas em locais seguros.

Os conjuntos habitacionais estão localizados na Rua Rio Machado (Estrada do Santo Antonio) e no Bairro Marcos Freire.



TIPO DE OBRAS	Até 2009	2010	2011
INFRAESTRUTURA (KM)	93,18 Km	34,47 Km	40 km
UNIDADES HABITACIONAIS	143	315	218
PRAÇAS E MERCADOS	3	4	4
QUADRAS E CENTROS POLIESPORTIVOS	0	0	1

- Drenagem de Canais: Ação de Drenagem para o Controle de Malária nos Igarapés – PAC FUNASA (6,6Km).

- Revitalização do Centro Histórico: Complexo Turístico Vila Candelária; Construção do Terminal Hidroviário do Cai N'água.

- Praças e Mercados: Construção da Praça Arthur Moreira Lima; Construção da Praça Francisco Holanda; Construção de Praça no Bairro Três Marias; Construção do Centro de Convivência do Idoso; Construção do Complexo Esportivo no Bairro Ronaldo Aragão; Construção do Mercado do Peixe; Remanescente da Construção do Complexo Esportivo (Vila Olímpica).

- Infraestrutura: Infraestrutura em 04 Ruas Pró-Moradia Sul (2,31 km); Infraestrutura na Av. José Vieira Caúla - Obra remanescente (1,25 km); Infraestrutura em 04 Ruas de Jacy Paraná - Remanescente (meio fio e calçada 2,8 km); Infraestrutura em 21 Ruas do Bairro Aponiã (1,63 km); Infraestrutura na Avenida Amazonas (1,61 km); Infraestrutura nas Ruas José Amador dos Reis e Vila Mariana, no Bairro São Francisco (2 ruas: 1,29 km); Infraestrutura em 9 Ruas no Bairro Cuniã e Outros (2,37 km); Obra Remanescente de Infraestrutura no Distrito de Nova Califórnia (0,98 km); Obras de Infraestrutura Urbana nas 4 Ruas da Zona Sul (2,28 km); Remanescente da Construção das Marginais e Viadutos da BR-364 (20 km); remanescente de infraestrutura na Av. Mamoré (calçadas e ciclovias) (2,98 km); Projeto de Implantação dos Parques Lineares.

- Habitação: Construção de 131 Unidades Habitacionais Pró-Moradia Leste II; Construção de 47 Unidades Habitacionais FNHIS I; Construção de 144 Unidades Habitacionais - Condomínio Mato Grosso; Construção do Condomínio Residencial Floresta II, constituído de 144 Unidades Habitacionais; Construção de 221 Unidades Habitacionais Pró-Moradia Sul I.

Das obras em andamento destacamos o Mercado do Peixe, que será construído em uma área de cerca de 230 metros quadrados e terá espaço para 10 quiosques, sendo 08 para a comercialização do pescado e dois para a venda de verduras. O projeto, que será financiado com recursos próprios do município.

Depois de concluído esse mercado proporcionará mais segurança, conforto e higiene, tanto aos vendedores como a seus clientes. E é também uma forma da Prefeitura contribuir na melhoria da qualidade de vida dessas pessoas que trabalham e vivem do pescado.

Metas previstas para 2012

- 1. Construção da Praça da Passagem; construção da Praça do Bairro Mariana; Construção da Praça do PAC; Construção da Praça no Bairro Castanheira; Construção da Praça no Bairro Cohab; construção da Praça Parque Ceará; construção da Praça Vitor e Emanuel; Construção de Espaço Multieventos; Construção de 85 Unidades Habitacionais FNHIS 2009;
- Remanescente Construção de 160 Unidades Habitacionais Floresta I; Construção de 32 Unidades Habitacionais Pró-Moradia Norte; Construção de 158 Unidades Habitacionais Pró-Moradia Leste I; Construção de 47 Unidades Habitacionais FNHIS IV; Construção de 50 Unidades Habitacionais FNHIS III; Construção de Calçadas em terreno da Arquidiocese de PVH; Construção do Campo do Treze; Construção do Parque Jardim das Mangueiras;
- Infraestrutura 21 Ruas do Loteamento Flamboyant e Canal LT (14 km); Infraestrutura das Ruas Taquara e Frutal no Bairro Castanheiras (0,45 km); Infraestrutura do Beco Nonoai (0,15 km); Infraestrutura em 14 Ruas no Bairro Nova Floresta (PAC 2) (2,83 km); Infraestrutura em 26 Ruas no Bairro Conceição (PAC 2) (6,94 km); Infraestrutura em 66 Ruas nos Bairros JK e Tancredo Neves (PAC 2) (20,75 km); Infraestrutura em 8 Ruas no Bairro Eletronorte (3,62 km);
- Manutenção de vias por Micro Revestimento Asfáltico (20,25 Km);
- Obra remanescente de Infraestrutura em 06 Ruas e Drenagem do canal Tancredo Neves na Zona Leste (3,28Km);
- Projeto de Implantação dos Parques Lineares (PAC 2);
- Remanescente da Construção de Condomínio Cuniã I, Constituído de 176 Unidades Habitacionais; Remanescente da Construção de Condomínio Cuniã II, Constituído de 192 Unidades Habitacionais; Remanescente de Infraestrutura em 6 Ruas do Distrito de Extrema (2,18Km);

- Construção de 195 módulos hidráulicos/sanitários nos Bairros Aponiã, JK e Tancredo Neves (PAC 1);
- Pavimentação da Rua Raimunda Cantuária acesso ao FNIHS 2009 (PAC1);
- Infraestrutura do Conjunto Habitacional Tomé de Souza/Balsa (PAC 2);
- Drenagem dos Canais Tancredo Neves, Tanques e Penal (PAC 2);
- Construção do Parque das Águas; Execução de 06 Viadutos;
- Infraestrutura em Ruas e Equipamentos Comunitários – Emendas.

Capacitações Realizadas

A melhoria da qualidade da prestação dos serviços públicos passa pela modernização da área de RH, revisando os processos de trabalho e informatização das suas rotinas e, principalmente, pela capacitação dos servidores. Na tentativa de alcançar a melhoria da eficiência e qualidade do serviço público e a valorização do servidor público, através da capacitação permanente, em parceria com a FUNESCOLA, foi promovido um conjunto de cursos para os servidores da SEMPRE nas áreas administrativas e de atualização técnica, conforme podemos observar no quadro abaixo;



CURSOS	QTD DE SERVIDORES
GERENCIAMENTO DE PROJETOS	03
ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS E A NOVA REFORMA ORTOGRÁFICA	1
DIGITAÇÃO	4
WORD	1
EXCEL	4
EXCEL AVANÇADO	3
POWER POINT	2
ACCES	2
COREL DRAW	4
GESTÃO DE DOCUMENTO – ARQUIVO E PROTOCOLO	1
EXCELENCIA NO ATENDIMENTO AO PÚBLICO	1
PHOTOSHOP	5
PAISAGISMO DE PRAÇAS E PARQUES	11
PALESTRA – LIDERANÇA – O FATOR RESULTADO	05
AUTOCAD BÁSICO	3
AUTOCAD AVANÇADO	1
DRENAGEM URBANA	09

Eventos e comemorações

A equipe de servidores da SEMPRE participou da programação do Dia da Mulher, Dia do Desafio, Jogos dos Servidores Municipais dentre esses, fomos campeões em 2º lugar e o Natal de Todos.

Mensalmente, numa festa muito alegre, descontraída e cheia de felicitações, os servidores municipais que trabalham na SEMPRE comemoram com seus aniversariantes a alegria de terem vivido um ano a mais.

Encerramos as atividades do ano com almoço de confraternização onde os servidores puderam comemorar os resultados do ano de trabalho e projetar 2012.



Considerações finais

Apraz-nos constatar que esta entidade encerra mais um exercício destacando-se pelo seu desempenho e pelo alcance das metas estabelecidas no planejamento anual. Nada disso seria realizado sem o empenho dos diversos setores da administração municipal na execução dos serviços.

O trabalho da SEMPRE é elaborar e desenvolver os projetos que fazem parte do plano de ações da Prefeitura do Município de Porto Velho

SECRETARIA MUNICIPAL EXTRAORDINÁRIA DE PROGRAMAS ESPECIAIS (SEMEPE)

SECRETARIA MUNICIPAL EXTRAORDINÁRIA DE PROGRAMAS ESPECIAIS (SEMEPE)

As informações contidas neste relatório de acompanhamento atende ao cumprimento legal procurando dar publicidade às ações executadas pelo governo municipal. São de extrema importância para subsidiar os instrumentos de prestação de contas e para avaliar os resultados do programa de compensação social das Usinas Hidrelétricas do Rio Madeira previamente definidas nos Protocolos de Intenções.

Estabelecida a partir do Decreto nº 11.55 de 14 de janeiro de 2010, A Secretaria Municipal Extraordinária de Programas Especiais – SEMEPE foi designada para acompanhar, monitorar e avaliar as ações do Programa de Compensação Social e Ambiental, a que acenam os Protocolos de Intenções firmados pelo Município de Porto Velho com a Santo Antônio Energia S/A e Energia Sustentável do Brasil S/A.
A Secretaria difere das demais, cuja característica é atípica com seu caráter extraordinário e na sua formalidade consolida setores básicos ao atendimento principal das ações de acompanhamento do Protocolo citado.

Estão à frente, as Coordenadorias Municipais de Desenvolvimento Socioambiental e de Projetos Especiais, a Assessoria Técnica-ASTEC e o Protocolo.

Assessoria Técnica

Durante o exercício, a ASTEC exerceu com plenitude os compromissos que lhe são atribuídos e requeridos pela Secretaria, no desempenho das atividades administrativas quanto aos quesitos orçamentários, de pessoal, patrimônio, serviços gerais.

Recursos Humanos

A SEMEPE com suas características próprias mantém o quadro de pessoal reduzido, contudo atende a demanda requerida internamente no acompanhamento das atividades demandadas, sobretudo pelas compensações.

Quadro de pessoal - dezembro 2011

Comissionados	Estatutários	Disposição c/ ônus	Cedidos	Estagiário
15	10	4	4	1

Oportunizados pela oferta de cursos, seminários e encontros temáticos os servidores participaram dos eventos abaixo citados:

Participação em cursos/encontros - exercício 2011

Cursos /Encontros	Período	Nº Participantes
Treinamento de licitação básica – ADM – Consultoria e Treinamento	PVH 29 e 30/06 e 01 a 03/07/2011	1
ACCES – FUNESCOLA	PVH 07 a 15/07	1
Treinamento de habilitação em Pregoeiro – ADM – Consultoria e Treinamento	PVH 20 a 22/07	1
Paisagismo de praças e parques – INDM – 20horas	PVH 31/08	3
9º Congresso Nacional de Sindicatos dos Engenheiros - (CONSENGE)	PVH 07 a 10/09	1
Semana Oficial da Engenharia, da Arquitetura e da Agronomia COFEA/CREA-SC/Mutua-Florianópolis/SC	PVH 27 a 30/09	1
CAD Avançado – Ministrado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC-RO	PVH 31/10 a 25/11	1
Participação do Secretário, em acessória ao Prefeito do Município, em reunião junto ao Banco do Brasil, para tratar de assuntos relacionados aos recursos das compensações.	Brasília 14 a 16/09	1

Patrimônio

Buscando adequar aquisições demandadas pelas necessidades internas da Secretaria, a aquisição de equipamentos foi compatível a disponibilidade orçamentária.

Equipamentos tombados SEMEPE - exercício 2011

Especificação	Unidade	Quantidade
Ar condicionado – modelo HIWALL – 36.000 BTUS, 220 v – marca MIDEA	und	02
Geladeira Doméstica – Bivolt (110/220v)	und	01
Sofá de 02 lugares revestido em tecido	und	02
Computadores para Autocad – Tecnologia Dual – 64 BITES	und	03
Máquina fotográfica Digital – Profissional com resolução 12,2 Megapixels	und	01
Ar condicionado 12.000 BTUS – 220 v – controle remoto sem fio – Marca MIDEA	und	01
Impressora Multifuncional Laser Colorida – Rede	und	01
Armário em aço, 02 portas, prateleiras fixa e reguláveis	und	03
Cadeira sem braço–fixa-tipo secretária – Marca Cvaletti	und	16
Mesa de reunião em MDF – Maca Artesano	und	02
Frigobar – Marca Elotrolux – capacidade de 120 litros	und	01
Armário fechado-duas portas, três prateleiras internas fixas – Marca Artesano	und	02
Condicionador de ar tipo Split próprio para instalação em parede ou teto – 30,000 BTUS- Marca Springer	und	02

Orçamento

No exercício 2011, foi contemplado, os Projetos Atividades da Administração Geral e Remuneração de Pessoal, 1.595.028,00 (Hum milhão quinhentos e noventa e cinco mil, vinte e oito reais), dos quais R$ R$ 470.486,00 (quatrocentos e setenta mi, quatrocentos e oitenta e seis reais) para Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais e R$ 1.124.542 (hum milhão cento e vinte e quatro mil, quinhentos e quarenta e dois reais) para Administração Geral.

Fonte	Saldo inicial	Suplemen-tacão	Empenhado ano	Reduções	Anulado ano	Total de créditos	Pago no ano	Saldo disponível	Empenhos a pagar	Pagamentos a efetuar
Diárias – Pessoa Civil	21738,00	0,00	11.365,53	0,00	3.558,05	21.738,00	6.365,53	10.372,47	0,00	5.000,00
Material de consumo	144.754,00	0,00	34.463,59	110.290,41	438,99	34.463,59	15.744,00	0,00	0,00	18.719,59
Passagens e Despesas com Locomoção	30.408,00	0,00	15.000,00	15.000,00	10.000,00	15.408,00	4.386,25	408,00	0,00	10.613,75
Serviços de Consultoria	13.042,00	0,00	0,00	13.042,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	156.856,00	0,00	39.324,50	115.605,11	0,00	41.250.89	33.042,46	1.926,39	0,00	6.282,04
Equipamentos e Material Permanente	103.688,00	15.000,00	49.892,64	62.197,36	0,00	56.490,64	41.916,00	6.598,00	7.976,64	7.976,64
Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	959.284,00	164.947,00	1.121.549,22	0,00	0,00	1.124.231,00	1.121549,22	2.681,78	0,00	0,00
Obrigações Patronais	111.323,00	0,00	106.726,00	4.597,00	821,13	106.726,00	106.726,0	0,00	0,00	0,00
Obrigações Patronais	53.935,00	20.524,46	71.529,50	2.929,96	644,90	71.529,50	71.529,50	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**1.595.028,00**	**200.471,46**	**1.449.850,98**	**323.661,84**	**15.463,07**	**1.430.586,73**	**1.401.258,96**	**21.986,64**	**7.976,64**	**48.592,02**

Fonte: SEMPLA

Coordenadoria Municipal de Desenvolvimento Socioambiental

Com a parceria entre o Consórcio Santo Antônio Energia – SAE, Energia Sustentável do Brasil – ESBR e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Socioeconômico - SEMDSTUR, em especial com a Coordenadoria Municipal de Turismo, realizaram diagnóstico de capacidade turística do município, o qual deu origem ao Plano Municipal de Turismo. Nestas parcerias executou ainda os Projetos de capacitação, a seguir:

Projeto Eu Quero (SAE)

O público atendido pelo Projeto foi de pessoas que se encontram na área da vulnerabilidade social – jovens, mães e mulheres beneficiárias do programa Bolsa Família do Governo Federal que residem na Zona Leste de Porto Velho e no Distrito de Jacy-Paraná, para atender esse público foi criado os Núcleos de Porto Velho – com funcionamento dentro da Sede da OSCIP São Tiago Maior e outro Núcleo em Jacy-Paraná que funciona dentro da Sede Administrativa do Distrito.

Projeto Fomentar ESBR EJA Reintegrar (ESBR)

O Projeto Fomentar ESBR EJA Reintegrar, busca investir uma política de Qualificação Profissional com a junção da Educação Básica, propondo aliar teoria e prática na implantação de cursos profissionalizantes para educandos da Educação de Jovens e Adultos – EJA. O Projeto foi desenvolvido em consonância com o PBA – Plano Básico Ambiental a ser seguida pelo Empreendimento Energia Sustentável do Brasil, visando minimizar o índice de evasão constatada neste público e a melhoria da qualidade da mão-de-obra no mercado de trabalho.

Outras ações de acompanhamento

Com o objetivo de aumentar áreas de lazer, o incentivo a prática esportiva da comunidade e despertar para o turismo, a Prefeitura de Porto Velho incrementou a construção de quadras esportivas. Com fortes tendências ao turismo, foi construído em Fortaleza do Abunã, um mirante ás margens do rio.

Outras ações de acompanhamento - Distritos 2011

Obras	Distrito
Construção de Quadra Esportiva	Fortaleza do Abunã
Construção de Quadra Esportiva	Abunã
Construção de Quadra Esportiva	Vista Alegre
Construção do Mirante	Fortaleza do Abunã

Coordenadoria Municipal de Projetos Especiais

Esta Coordenadoria tem como principal função à supervisão das atividades desenvolvidas pelos setores dos Convênios e Engenharia além do assessoramento direto ao Secretário das questões administrativas e das vinculadas ao protocolo de intenções.

Coordenou reuniões com os técnicos da SEMEPE no acompanhamento das ações do Detalhamento do Protocolo de Intenções da ESBR e Prefeitura de Porto Velho.

A Coordenadoria esteve presente participando de palestras, seminários e reuniões, promovidos pela Prefeitura, discutindo o desembolso das empresas ESBR e SAE entre outros segmentos, em algumas delas em substituição ao Secretário na checagem de informações orçamentárias e financeiras dos pedidos de medição e liberação de recursos da ESBR.

Setor de Convênios e Contratos

Estabelecido pelo Protocolo de Intenções, a complementação financeira dos recursos dos convênios celebrados entre a Prefeitura e o Ministério das Cidades, firmados pelas Empresas Santo Antônio S.A e a Energia Sustentável do Brasil - ESBR, foi realizada pela Caixa Econômica Federal – C.E.F.

Dos R$ 4.000.000,00 (quatro milhões) complementares de convênios por parte do Consórcio Santo Antônio Energia S.A., não houve alteração quanto à movimentação financeira, cujo saldo para utilização permanece em R$ 2.734.749,27, para desembolso em 2011 e para tanto, objetivando a prorrogação de prazo, foram aditivados.

Os compromissos assumidos pela ESBR para a complementação dos convênios no valor de R$ 30.000.000,00, sendo que R$ 15.822.051,30, foram destinados aos Programas de Urbanização de Favelas, infraestrutura, Drenagem e Construção de Unidades Habitacionais. Destes, foram assinados 8 (oito) convênios, referente a 13 (treze) obras, (convênios nº 126/JIRAU/09 a nº 133/JIRAU/09), sendo dos quais foram gasto o valor de R$ 7.549.843,10. A reforma e revitalização do Mercado Central, o Conjunto Habitacional Triângulo II, localizado na Estrada do Santo Antônio, atendendo a 240 famílias foram concluídos no ano de 2010. A Infra-estrutura do Conjunto 4 de Janeiro e a Infra-estrutura, Pavimentação e drenagem em 14 ruas da zona norte, foram finalizados neste ano. Os Condomínios Floresta I, Conjunto Habitacional Cuniã e Cuniã II, estão espera nova licitação. O Condomínio Residencial Floresta II, está com a obra paralisada, aguardando questões judiciais. O Conjunto Habitacional Mato Grosso, Infraestrutura do Pró-Moradia Sul e a Drenagem de igarapés, para Controle de Malária na Cidade de Porto Velho, estão em andamento. A infraestrutura do Pró-Moradia Norte, aguarda início das obras.

O restante, R$ 14.177.948,70, foi destinado aos Projetos de Mobilidade Urbana, desmembrados em treze projetos, que deram origem aos convênios em fase de conclusão: Recapeamento de Vias (9.140,24 m); Baias Estruturadas (55 baias). Calçadas nos Centros Comerciais (2.880 m); Recuperação de Boca de Lobo (117); Lixeiras em Avenidas (160 lixeiras); Lixeiras em Paradas de Ônibus (404 lixeiras). Os demais fora foram concluídos: Sinalização de Vias (211,450m); Iluminação da Zona Sul (6.092 pontos); Muros e Calçadas (4.687 m²); Construção de Meio-fio, Calçadas e Sarjetas (2.678 m²); Iluminação de Vias (2.544 pontos); Modernização Semafórica (58 semáforos). Implantação de Paradas de Ônibus (50 abrigos).

Controle de Patrimônio

A atividade desenvolvida por este setor, ocorreu através de levantamento dos equipamentos incorporados ao Patrimônio do Município, os quais foram adquiridos por intermédio das compensações das obras das Usinas do Madeira no ano de 2010/2011, analisadas no período de 01/01/2011.

No Protocolo de Intenções, ficou estabelecido que as empresas contratadas para execução das obras das usinas Hidroelétricas do Madeira executassem programas de compensações sociais, visando estruturar o município de Porto Velho, equipando as unidades de saúde, escolas municipais, através da aquisição de máquinas, equipamentos e veículos entre outros, às principais secretarias municipais responsáveis pela estrutura do município.

Os bens adquiridos pelo Programa de Compensações Sociais estabelecidos no Termo de Ajuste do Protocolo de Intenções da Empresa Santo Antônio Energia S/A-SAE foram entregues e confirmados pelos Termos de Recebimento, assinados pelas Secretarias, com a assinatura de seus representantes legais. Após a entrega, couberam a cada unidade recebedora as incorporações ao Patrimônio do Município. Com relação aos bens incorporados em especial às Secretarias de Educação e Saúde, encontram-se disponíveis em relatórios gerados por elas, as quais detêm o sistema próprio do setor.

Acompanhamento do Protocolo de Intenções

Setor Educação

O seguimento educacional manteve no exercício 2011, os mesmos princípios de acompanhamento das contrapartidas previstas no Protocolo de Intenções, tendo como principal alvo a formação intelectual, moral, social, cívica e profissional do homem, para o exercício consciente da cidadania, oferecendo-lhe melhores acessos à educação, saúde e infraestrutura em geral.

Distante de destacar prioridades, as estimativas definidas pelo consórcio Santo Antônio Energia, tanto no seguimento da construção quanto na aquisição de bens e equipamentos foram praticamente concluídas em 2010, o que justifica a tênue ocorrência de ações praticadas neste ano.

As ações executadas pelo consórcio Energia Sustentável do Brasil-ESBR, a citada Empresa encerrou o período na situação descrita no quadro abaixo:

Compensações Sociais exercício 2011

Programa de Compensação Social	Localidade	Valor (R$)	Status
01) Construção de uma quadra coberta - Escola José Augusto	Extrema	400.000,00	100% concluído
02) Construção de uma quadra coberta - Escola Darci Ribeiro no bairro Esperança da Comunidade	Porto Velho	998.320,51	Em execução 90% concluído
03) Reforma na parte externa e paisagismo da Escola Engenheiro Francisco	Porto Velho	260.042,01	Em execução 90% concluído
04) Reforma e ampliação da escola localizada no Bairro Nacional	Porto Velho	885.254,50	Em execução 50% concluído
05) Construção de uma quadra coberta - Escola Manoel Aparício no bairro Cidade Nova	Porto Velho	483.464,25	Em execução 80% concluído
06) Construção da Escola Olympia Salvatore com 2 salas de aula e demais dependências	Embaúba	318.216,24	Em execução 55% concluído
07) Reforma e ampliação de setores administrativos de serviços e bloco de banheiros da Escola Barão do Rio Branco	Fortaleza do Abunã	296.531,61	Em execução 70% concluído
08) Reforma e construção de alojamento para professores e ampliação de 6 salas de aula na Escola Santa Júlia	Abunã (Vila Penha)	554.178,91	Concluído inaugurado em 09/09/11
09) Reforma e adequação de espaços, ampliação de 6 salas de aula e alojamento para profissionais da educação e refeitório na Escola Valdeci Teixeira - Linha 31 de março	Distrito de Mutum	318.216,24	Em andamento
10) Reforma e ampliação de 4 salas de aula, dependências administrativas e adequação de espaços na Escola Maria Jacira	Distrito de Nova Califórnia	1.098.629,65	Em execução 90% concluída
11) Reforma e construção de um pátio na Escola Boa Esperança – P.A. São Francisco	Distrito de Mutum	70.000,00	Em andamento
12) Reforma, adequação de espaços e ampliação da cozinha e bloco de banheiros, construção de refeitório e acessibilidade na Escola Pe. Chiquinho no bairro Areal	Porto Velho	1.286.167,42	Em execução 85% concluída

Continua

Conclusão

13) Alojamento Jacy-Paraná com 5 quartos, banheiros, sala de estudo, sala de estar e cozinha	Jacy-Paraná	210.000,00	Em andamento
14) Equipamentos para as (48) salas de aula	Porto Velho	1.316.528,06	Foram comprados entregue almoxarifado
15) Curso de Capacitação para Professores	Porto Velho	300.000,00	Está sendo executado pela SEMED
16) Parceria para implantação do Programa de Inclusão Digital	Porto Velho	139.295,66	Comprados aguardando a instalação antena transmissão
17) Transporte Escolar - Ônibus padrão escolar, pintura e itens de segurança	Porto Velho	296.000,00	Comprados e entregas ao almoxarifado SEMED

Setor Saúde

Dando continuidade às ações desenvolvidas em 2009 e 2010, o setor da saúde da SEMEPE ratifica a responsabilidade da mesma em coordenar todas as ações descritas no Protocolo, reforçando ainda a competência da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA em elaborar projetos de construção, reforma e ampliação das obras de infra-estrutura, assim como as demais ações de solicitação e especificação de equipamentos e insumos, ou seja, a definição da aplicação dos recursos financeiros previstos nos Protocolos destinados ao setor dentro do município.

São de responsabilidade ainda do setor o acompanhamento de todas as ações descritas no Programa de Saúde Pública, do Subprograma de Vigilância Epidemiológica/Vetores e do Plano de Controle de Malária.

Subprograma de Vigilância Epidemiológica/Vetores	Localidade	Status
a) Plano de Vigilância em Saúde de Porto Velho	Porto Velho	Executando
b) Monitoramento de Vetores	Porto Velho	Executando
c) Educação em Saúde e Mobilização Social	Porto Velho	Executando

Os recursos previstos no Protocolo do Consórcio Santo Antônio Energia S. A. para a área de saúde totalizam um valor na ordem de R$ 30.725.089,00, os quais foram ou estão sendo utilizados nas ações descritas conforme quadro abaixo:

Programa de Saúde Pública	Localidade	Status
1) Construção da Policlínica Alfredo Silva – Centro de Referencia em Saúde no total de 1.420,66m²	Nova Porto Velho	Concluído
2) Elaboração do Projeto da UPA JACY-PARANÁ	Jacy-Paraná	Concluído
3) Construção da Unidade de Saúde Ronaldo Aragão – Tipo II no total de 598,70m².	Nacional	Concluído
4) Reforma e ampliação da Unidade de Saúde São Carlos no total de 205,21m².	Distrito de São Carlos	Concluído
5) Unidade de Saúde – Construção da Unidade de Saúde Rio das Garças - Tipo Zero no total de 125,32m².	Comunidade Rio das Garças	Concluído
6) Aquisição de Equipamentos para o Posto de Saúde Rio das Garças	Comunidade Rio das Garças	Concluído
7) Construção da Unidade de Saúde Aliança - Tipo Zero no total de 125,32m²	Comunidade de Aliança linha 28	Concluído
8) Aquisição de Equipamentos para o Posto de Saúde Aliança	Comunidade de Aliança linha 28	Concluído
9) Aquisição de equipamentos para Policlínica Hamilton Gondim.	Tancredo Neves	Concluído
10) Construção de Posto de Saúde Santo Antônio	Estrada de Santo Antônio	Concluído
11) Aquisição de equipamentos para Posto de Saúde Santo Antônio	Estrada de Santo Antônio	Concluído
12) REVITALIZAÇÃO DE 11 POSTOS DE SAÚDE:		
a) Policlínica Manuel A. Matos	Cohab	Concluído
b) Policlínica Rafael Vaz e Silva	N. S. das Graças	
c) C.S. Oswaldo Piana	Areal	
d) C.S. Caladinho	Caladinho	
e) C.S. Agenor de Carvalho	Agenor de Carvalho	
f) Policlínica Dr. José Adelino	U. Guimarães	
g) C.S. Renato Medeiros	Cidade do Lobo	
h) C.S. Maurício Bustani	Liberdade	
i) C.S. Pedacinho de Chão	Embratel	
j) C.S. Ernandes Índio	Esperança da Comunidade	
k) C.S. Nova Floresta	Nova Floresta	
13) Construção de Posto de Saúde Mariana no total de 263.58 m²	Mariana	Concluído
14) Poço Profundo Semi-artesiano	Mariana	Concluído
15) Muro com grade e portões e Pavimentação Interna do Terreno	Mariana	Concluído
16) Aquisição de Equipamentos para o Posto de Saúde Mariana (Complementação)	Mariana	Concluído
17) Reforma da Policlínica Ana Adelaide (Setor de urgência e emergência) no total de 613,30m²	Pedrinhas	Concluído
18) Reconstrução do Abrigo Casa Moradia no total de 233,26m²	Porto Velho Agenor de Carvalho	Concluído
19) Reforma e ampliação de Unidade de Saúde Cujubim Grande no total de 125,32m²	Cujubim Grande	Concluído
20) Aparelhamento da Unidade de Saúde Cujubim Grande	Cujubim Grande	Concluído
21) Construção da Unidade de Saúde São Sebastião/ Novo Engenho Velho	Novo Engenho Velho	Concluído

Plano de Controle da Malária	Localidade	Status
Apoio a Reestruturação da Vigilância em Saúde de Porto Velho – Construção de 2(duas) estruturas em alvenaria	Joana D'Arc e Jacy-Paraná	Concluído
Apoio a Reestruturação da Vigilância em Saúde de Porto Velho – Construção de 2(duas) estruturas sobre flutuantes	Calama e São Carlos	Concluído
Equipamentos, insumos laboratoriais e combustível	Porto Velho	Executando
Contratação de Pessoal	Porto Velho	Executando
Educação em Saúde e Mobilização Social	Porto Velho	Executando
Capacitação de Pessoal	Porto Velho	Executando
Construção de Laboratórios	Porto Velho	Executando
Manutenção de Veículos	Porto Velho	Executando

Os recursos previstos no Protocolo do Consórcio Energia Sustentável do Brasil S. A. – ESBR, para a área de saúde totalizam um valor na ordem de R$ 29.663.607,00 (vinte e nove milhões, seiscentos e sessenta e três mil, seiscentos e sete reais), os quais foram ou estão sendo utilizados nas ações descritas conforme quadro abaixo:

Programa de Saúde Pública	Localidade	Status
a) Reforma do Posto de Saúde de Jacy-Paraná	Jacy-Paraná	Concluído
b) Construção do Posto de Saúde	Fortaleza do Abunã	Concluído
c) Reforma do Posto de Saúde de Abunã	Abunã	Concluído
d) Reforma do Posto de Saúde de Vista Alegre	Vista Alegre	Concluído
e) Construção do Posto de Saúde	Extrema	Concluído
f) Reforma do Posto de Saúde de Nova Califórnia	Nova Califórnia	Concluído
g) Equipamentos Unidade de Jacy-Paraná	Jacy-Paraná	Concluído
h) Equipamentos Unidade de Nova Mutum Paraná	Abunã	Concluído
i) Atualizar e capacitar os recursos humanos da área de saúde.	Porto Velho	Em andamento
j) Educação em Saúde, Comunicação e Mobilização Social	Porto Velho	Em andamento
l) Atenção de Urgência e Emergência (5 Ambulâncias)	Porto Velho	Concluído

Subprograma de Vigilância em Saúde Epidemiológica, Sanitária e Ambiental - AID	Localidade	Status
Fornecimento de Mão obra provisória em saúde	Jacy-Paraná	Em andamento
Monitoramento de Vetores IPEPATRO	Porto Velho	Em andamento
Aquisição de Materiais e Equipamentos	Porto Velho	Em andamento
Aquisição de Veículos	Porto Velho	Em andamento
Manutenção de Veículos	Porto Velho	Em andamento
Aquisição de Combustível	Porto Velho	Em andamento

Plano de Ação de Combate a Malária - AID	Localidade	Status
a) Capacitação de recursos humanos	Porto Velho	Em andamento
b) Complementação de Recursos Humanos	Porto Velho	Em andamento
c) Aquisição de Transportes e Equipamentos	Porto Velho	Em andamento
d) Serviços de Manutenção de Equipamentos e Transportes	Porto Velho	Em andamento
e) Aquisição de Insumos	Porto Velho	Em andamento
f) Educação em saúde	Porto Velho	Em andamento
g) Construção de laboratórios	3ª, 4ª e 7ª região	Em andamento
h) Construção de ponto de apoio	União Bandeirantes e Ramal Primavera	Executando
i) Aquisição de mosquiteiros impregnados	Porto Velho	Concluído

Fonte: SEMEPE

Vale ressaltar que as ações previstas no Subprograma de Vigilância Epidemiológica e no Plano de Controle da Malária, em ambos os Protocolos, estão programadas para serem desenvolvidas ao longo de 05 anos.

A setorial participa da Comissão de Gestão e Acompanhamento do Programa de Saúde Pública, que é composto por representante da Prefeitura do Município de Porto Velho, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Estadual de Saúde, Ministério da Saúde, Conselho Municipal de Saúde, Conselho Estadual de Saúde, Santo Antônio Energia e Energia Sustentável do Brasil. Esta comissão reúne-se mensalmente e monitora as ações desenvolvidas, principalmente no Subprograma de Vigilância Epidemiológica e Plano de Controle da Malária. Nas reuniões também participam como ouvintes os representantes do Ministério Público Estadual e do Escritório Regional do IBAMA em Porto Velho.

Para a emissão da Licença de Instalação 621, foi previsto na condicionante 2.50 recursos para algumas ações na área de saúde como a complementação financeira para a construção das Unidades de Pronto Atendimento, localizadas respectivamente na zona leste, zona sul e em Jacy-Paraná e construção da Unidade de Saúde em Nova Mutum Paraná.

Complementação social da condicionante 2.50 da licença de instalação	Localidade	Status
a)Complementação de recursos para implantação conjunta com a PMPV da UPA Jaci Paraná	Jacy-Paraná	Em andamento
b)Construção UPA da Zona Leste de Porto Velho	Zona Leste de Porto Velho	Em andamento
c)Construção UPA da Zona Sul de Porto Velho	Zona Sul de Porto Velho	Em andamento
d)Distribuição de mosquiteiros na AID (Área de Influência Direta)	AID	Em andamento
e)Construção do Posto de Saúde de Nova Mutum Paraná	Nova Mutum Paraná	Em andamento

Setor Engenharia

Esse setor é formado por arquitetos, engenheiros civis e eletricista com a função de acompanhar, revisar e em alguma eventualidade, conceber projetos para as secretarias que estão sendo beneficiadas no Protocolo de Intenções firmado entre as Construtoras das Usinas do Madeira e a Prefeitura.

Durante o ano de 2011, foram analisados os projetos da área de Saúde, Educação e Turismo, respectivamente de domínio das Secretarias afins e posteriormente encaminhados a ESBR, e parte destes já estão sendo executados.

Considerações Finais

Por intermédio do compromisso assumido de acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações com recursos da contrapartida previstos no do Programa de Compensação Social e Ambiental, a que aludem os Protocolos de Intenções, firmados pelos Consórcios Construtores das Usinas Hidrelétricas do Rio Madeira e o Município de Porto Velho, foram envidados esforços das partes envolvidas.

O estabelecimento programático das obras, aquisições de equipamentos e prestação de serviços são originários nas secretarias afins e a SEMEPE compete a análise e a apreciação para encaminhamento as empresas dos complexos construtores.

Durante este período foram realizadas reuniões dos gestores Municipais, representantes dos grandes empreendimentos e equipes técnicas nos diversos seguimentos objetivando a execução e finalização dos projetos pleiteados em resposta a satisfação pública e aos órgãos de fiscalização competente.

Construção de creche pré – Escolar em Jacy-Paraná - Valor pago R$ 945.231,08 (mais ADT R$ 218.289,17), valor liberado pra obra R$ 1.218,289,20



Reforma e Ampliação de 4 salas de aula, Dependência Administrativa e Adequação de Espaços na Escola Maria Jacira- Distrito de Nova Califórnia – Disponível R$ 1.098.629,65 - Gasto R$ 1.050.967,85 - 90% da Obra Concluída



Convênio Jirau 1 - 28/09 conjunto habitacional Mato Grosso, localizado a rua Raimundo Cantuária com rua Getúlio Vargas – L & A Engenharia Ltda. R$ 1.815.891,16 (em andamento) - valor liberado R$ 1.419.467,41; Convênio Jirau 396/10 - implantação de paradas de ônibus (abrigo) – 50 Abrigos – R$ 350.000,00 (Em Andamento); Convênio Jirau 169/09 - Iluminação de Vias – 2.544 Pontos – R$ 937.877,24 – Concluído; Convênio Jirau 158/09 - Sinalização de Vias – 211.450m – R$ 2.100.000,00 – Concluído



Reforma e Ampliação da Unidade de Saúde São Carlos no Total de 205,21 m²



Ação: termo de doação 201/2010 aquisição de equipamentos para 48 salas – AID (60 salas de aula) Localidade: Porto Velho - situação: concluído - valor: R$ 1.500.000,00; AÇÃO: Termo de Doação 201/2010 Aquisição de Equipamentos Para 48 Salas de Situação Localidade: Porto Velho - Situação: Concluído - Valor: R$ 1.316.528,06; AÇÃO: Termo Doação 131/2010/ Aquisição de Equipamentos para Escola de 12 Salas de NMP Laboratório de Informática Localidade: Nova Mutum- Situação: Concluído - Valor: R$ 313.967,00



Ação: Termo de Doação: 231/2010 Aquisição de 02 Micro Ônibus Escolares com Elevador - Localidade: Porto Velho - Situação: Concluído - Valor: R$ 296.000,00; Ação: Termo de Doação 373/2010 Equipe e Assistência Técnica SEMAGRIC Localidade: Porto Velho - Situação: Concluído - Valor: R$ 301.400,00; ação: Termo de Doação 299/10 Aquisição de 5 (cinco) Ambulâncias Localidade:Porto Velho situação: concluído valor: R$ 549.700,00; Ação: Termo de Doação: 072/2011 Aquisição de Veículos Localidade: Porto Velho Situação: Concluído Valor R$ 1.863.810,00; Ação Termo de Doação 268/09 Aquisição de Transportes e Equipamentos Localidade: porto velho - Situação: Concluído - Valor R$ 369.200,00



Ação: Termo de Doação 161/2010 Aquisição de Equipamentos para Posto Reformado de Jacy - Paraná - Situação: Concluído - Valor: R$ 109.049,16; Ação: Termo de Doação 02/2011 Equipamentos para o Posto de Saúde de Nova Mutum Paraná - Situação: Concluído - Valor: R$ 342.156,80; Ação: Termo de Doação 071/2011 Aquisição De Materiais e Equipamentos Localidade:Porto Velho - Situação: Concluído - Valor: R$ 1.127.731,77; Ação: Termo de Doação 073/2011 Aquisição de Combustível por 01 Ano - Localidade: Porto Velho - Situação: Concluído - Valor R$ 328.305,60; Ação: Termo de Doação 43/2010 Aquisição de Equipamentos e Insumos III Localidade: Porto Velho - Situação: Concluído - Valor R$ 129.369,14; Ação: Termo de Doação 361/2010 Aquisição de Equipamentos e Insumos II Localidade: Porto Velho - Situação: Concluído - Valor R$ 23.764,50; Ação: Termo De Doação 81/2011 Aquisição de Equipamentos III Localidade: Porto Velho - Situação: Concluído - Valor R$ 76.829,98; Ação: Termo de Doação 43/2010 Mosqueteiros Impregnados - Situação: Concluído - Valor R$ 250.600,00; Ação: Termo de Doação 22/2011 Apoio As Atividades de Turismo e Lazer - Situação: Concluído - Valor R$96.000,00; Ação: Convênio 281/2010 Educação em Saúde, Mobilização e Comunicação Social – Confecção de 30.000 Folder e 20 Outdoors Localidade: Situação: Concluído - Valor: R$ 13.838,73





Ação: Termo de Doação 360/2010 Projeto Municipal de Atividade de Lazer Situação: Concluído - Valor R$ 228.158,88; Ação: Termo de Doação 170/2010 Aquisição de Máquinas e Equipamentos para PMPV Situação: Concluído - Valor R$ 2.488.850,00



Urbanização da Área em Frente à “Prainha”, em Fortaleza do Abunã, - Área as Crianças - Espaço para Recepção de Visitantes - Áreas Arborizadas e Iluminação; Mirante Construído em Fortaleza do Abunã, em Frente à Cachoeira



SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS BÁSICOS (SEMUSB)

SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS BÁSICOS (SEMUSB)

Apresentação

A Secretaria Municipal de Serviços Básicos da Prefeitura do Município de Porto Velho apresenta o relatório de atividades desenvolvidas no exercício de 2011. Na elaboração deste, considerou-se a necessidade de reunir de forma simplificada em um único documento as informações relativas aos trabalhos desenvolvidos pelas diversas unidades de competências desta Secretaria, bem como, apresentar as despesas relativas a locação de equipamentos, aquisição de cascalho e marmitex.

Também é nosso desejo que ele possa servir de referência para tomada de ações futuras, bem como possibilitar a continuidade dos trabalhos ora iniciados de modo a permitir o contínuo aprimoramento da SEMUSB enquanto secretaria que é parte significativa do conjunto de uma grande obra.

A Secretaria

De acordo com a Lei n°. 895 de 19/06/90 esta Secretaria é responsável pelas atividades de limpeza pública englobando a coleta, a limpeza e a destinação final do lixo; a conservação e manutenção de jardins, parques e praças; a administração de cemitérios, mercados e feiras livres, e o desempenho de outras atividades correlatas.

Vale lembrar que antes denominada Secretaria Municipal de Serviços Públicos (SEMUSP), passou a ser Secretaria Municipal de Serviços Básicos (SEMUSB), a partir da Lei Complementar nº 297, de 02 de janeiro de 2008.

A fim de permitir melhor entendimento das atribuições e consequentes ações da SEMUSB, tem-se a seguir a estrutura organizacional, conforme a Lei acima citada.

Estrutura Organizacional e Competências da SEMUSB

A Secretária Municipal de Serviços Básicos – SEMUSB, nos termos da Lei Complementar n°. 297, já citada, alterada pela Lei Complementar n°. 418 de 14/04/2011, possui a seguinte estrutura organizacional básica:

I - Em nível de direção superior:
a) Secretário municipal de serviços básicos;
b) Secretário municipal adjunto de serviços básicos.

II - Em nível de assistência imediata e assessoramento:
a) Assessoria técnica.

III - Em nível de execução programática:
a) Coordenadoria municipal de postura;
b) Departamento de serviços especiais;
c) Departamento de resíduos sólidos;
d) Departamento de áreas verdes;
e) Departamento de urbanismo básico.

IV - Compõem a estrutura:

Assessoria técnica
a) Divisão de apoio administrativo;
b) Divisão de apoio técnico;
c) Divisão de pessoal.

Departamento de serviços especiais:
a) Divisão de oficina, garagem e máquinas pesadas;
b) Divisão de mercados e feiras;
c) Divisão de cemitérios;
d) Divisão de serviços especializados.

Departamento de resíduos sólidos:
a) Divisão de coleta e varrição;
b) Divisão de limpeza, poda e pintura;
c) Divisão de destinação final.

Departamento de áreas verdes:

a) Divisão de parques e praças;

b) Divisão de estufa e viveiros;

c) Divisão de jardins e vias públicas.

Departamento de urbanismo básico:

a) Divisão de canais e paisagismo;

b) Divisão de resíduos líquidos;

c) Divisão de águas, esgoto e drenagem.

Embora a Lei Complementar nº 338 contenha, conforme já colocado, a estrutura organizacional básica, as competências continuam aquelas previstas na Lei nº 895 de 19 de junho de 1990, quais sejam:

> Art. 10 – Compete a Secretaria Municipal de Serviços Públicos:
> I. a responsabilidade pelas atividades de limpeza pública englobando a coleta, a limpeza e a destinação final do lixo;
> II. a conservação e manutenção de jardins, parques e praças;
> III. a administração de cemitérios, mercados e feiras livres;
> IV. a execução dos serviços de iluminação pública; (hoje a cargo da Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano - EMDUR);
> V. Promover estudos com vistas a concessão, permissão e autorização de serviços de transporte coletivo de passageiros nas linhas municipais e de táxis, e a posterior fiscalização dos serviços; (hoje a cargo da Secretaria Municipal de Transportes e Trânsito - SEMTRAN);
> VI. a administração dos terminais rodoviários; (idem);
> VII. a execução e a manutenção da sinalização horizontal, vertical e semafórica; (idem);
> VIII. elaboração e fixação de normas e cálculos para a determinação de tarifas a serem cobradas pelos concessionários dos serviços públicos; (hoje a cargo de outras secretarias);
> IX. a elaboração, coordenação e supervisão de medidas fiscalizadoras das atividades relacionadas com o desenvolvimento dos transportes urbanos; (idem);
> X. o desempenho de outras atividades correlatas.

As atribuições do Secretário estão previstas no art. 51 da Lei nº 895 de 19 de junho de 1990, e as competências da Assessoria Técnica, Departamentos, Divisões e Apoio Administrativo da Secretaria estão regulamentadas pelo Decreto nº 10.946 de 02/01/2009.

Estrutura de Pessoal

Estrutura de Pessoal é composta por 762 servidores dentre efetivos e comissionados. Desses, como não poderia deixar de ser, a maioria está envolvida com as atividades fins, nas diversas frentes de atuação. É trabalhadores com ensino fundamental contratados no cargo de gari, o que representa 80% do total de servidores.

Abaixo apresentamos a distribuição do pessoal por setor e função, permitindo visualizar de forma clara, onde estão lotados.

Distribuição de pessoal por setor e função (estatutários): gari (616); agente de secretaria escolar (1); artífice especializado (6); assistente administrativo (6); auxiliar administrativo (7); auxiliar de serviços gerais (34); coveiro (10); encarregado de serviços gerais (1); fiscal municipal de postura (25); mecânico de automóvel (2); merendeira escolar (1); motorista (14); operador de máquinas pesadas (11); professor (1); técnico de nível médio (2); vigia (6); fiscal (4); engenheiro civil (1); e, assistente de arrecadação (1).

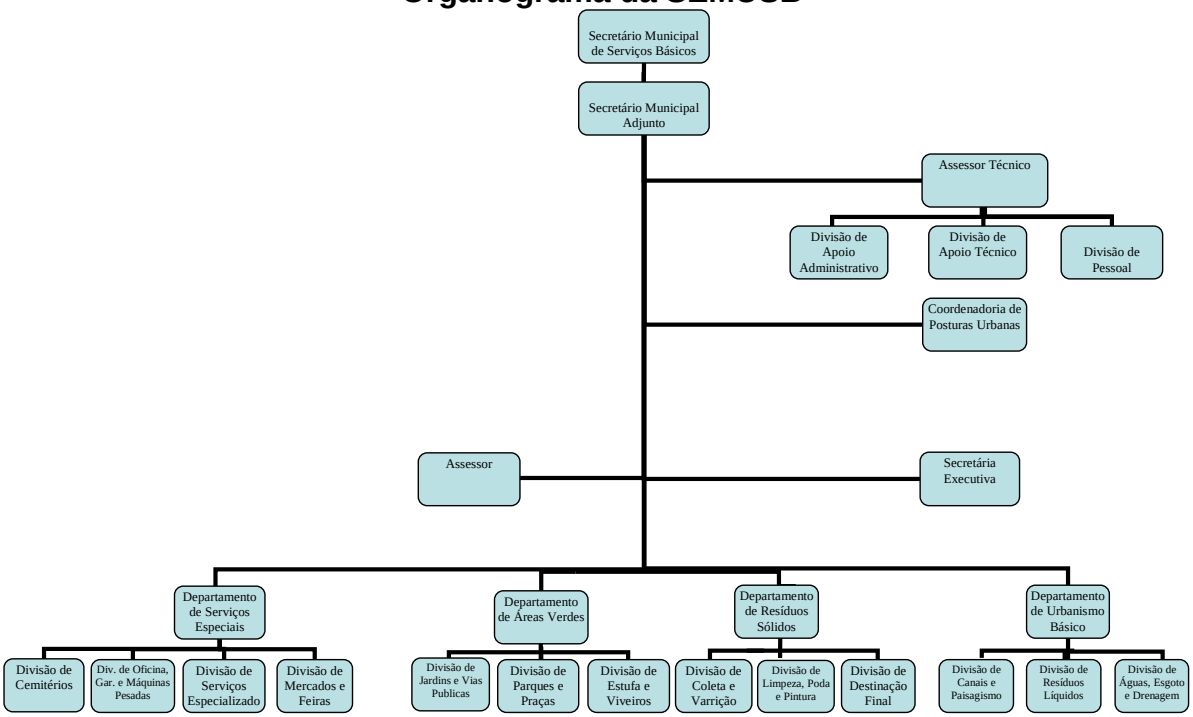
Distribuição de pessoal por setor e função (comissionados não pertencentes ao quadro efetivo): administrador (4); chefe de divisão (6); secretária executiva (1); secretário municipal (1); e, secretário adjunto (1).

A estrutura existente, conforme detalhamento apresentado no item lV, é composta por 1 (uma) coordenadoria, 4 (quatro) departamentos e 16 (dezesseis) Divisões. Há também 04 (quatro) bases descentralizadas, não contempladas na estrutura organizacional, das quais 3 (três) são sediadas externamente ao prédio da Secretaria, localizadas em pontos estratégicos da Cidade, desenvolvendo atividades de limpeza urbana. Essas bases estão ligadas operacionalmente ao Departamento de Resíduos Sólidos.

Assim, são 21 (vinte e uma) unidades administrativas diretas, além da assessoria técnica e das três bases, totalizando 25 setores com atividades que têm necessidade de produção de documentos, relatórios e planejamento.

Para as funções de técnico de nível, agente médio, agente e auxiliar administrativo, existem 17 (dezessete) servidores, sendo 6 (seis) assistentes administrativos, 9 (nove) auxiliares e 2 (dois) técnicos de nível médio. Sendo que 1 (um) técnico ocupa o cargo de chefe de divisão.

Organograma da SEMUSB



Atividades Desenvolvidas

Durante o exercício de 2011, a Secretaria Municipal de Serviços Básicos deu prosseguimento às ações planejadas para o exercício, juntamente com os diversos setores desta Secretaria.

Visando demonstrar as ações implementadas pelos diversos setores desta Secretaria durante o ano de 2011, apresentamos os serviços executados, conforme exposto nos quadros abaixo:

Quadro demonstrativo das ações realizadas no Viveiro, Cemitérios de Santo Antônio e Inocentes.

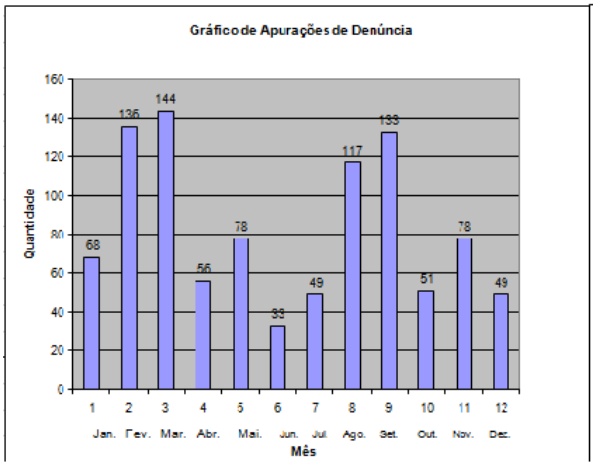
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE PORTO VELHO.
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS BASICOS-SEMUSB
COORDENADORIA MUNICIPAL DE POSTURAS

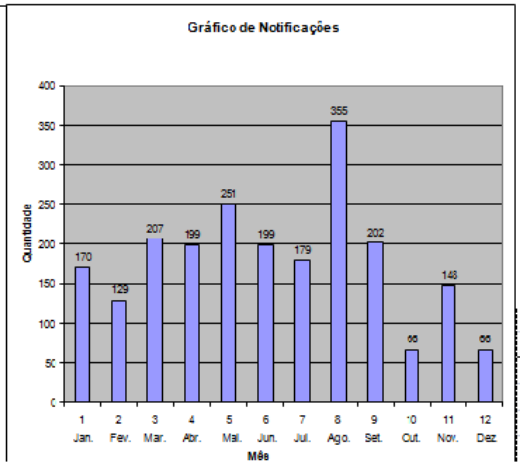
RELATORIO ANUAL DE ATIVIDADE 2011

APURAÇÃO DE DENÚNCIA:	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL ANO 2011
Terreno Baldio	18	44	59	16	19	3	4	27	23	1	16	8	238
Água Servida na Via Pública	12	29	23	11	11	9	8	28	36	11	10	10	198
Entulho no Passeio Público	20	29	35	14	23	9	24	26	32	14	16	16	258
Invasão de Logradouro Público	10	18	16	11	18	5	12	26	27	21	16	11	191
Fossa (construção/limpeza)	4	15	7	4	7	7	1	9	14	4	8	3	83
Outros	4	1	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9
Adequação/Construção de calçada	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	12	1	15
Total	68	136	144	56	78	33	49	117	133	51	78	49	992
													Média de A.D. 82,66666667

FISCALIZAÇÃO DE ROTINA:													
NOTIFICAÇÕES LAVRADAS:													TOTAL ANO 2011
Terreno Baldio	7	4	11	15	8	2	0	11	9	1	1	4	73
Invasão de Logradouro Público	54	21	48	33	63	33	14	69	49	21	23	14	442
Mercadoria Exposta fora do estabelecimento	5	4	0	0	0	0	3	16	12	2	37	8	87
Agua Servida	24	10	25	13	28	50	31	74	48	11	28	10	352
Entulho e Material de Construção	56	49	91	121	140	59	27	107	66	22	36	16	790
Licença Eventual	7	3	4	8	2	0	10	11	5	2	4	1	57
Licença Ambulante	7	3	15	2	3	5	22	30	3	2	0	2	94
Publicidade e Propaganda	1	27	0	0	0	0	1	0	4	0	3	7	43
Construção/ Adequação de Calçada	5	1	10	1	4	47	69	29	2	0	12	0	180
Fossa	4	4	3	6	3	3	2	7	1	4	0	3	13
Mesas e Cadeiras	0	3	0	0	0	0	0	1	3	1	4	1	13
Total	170	129	207	199	251	199	179	355	202	66	148	66	3119
													Média de N. F. 180,9166667

NOTIFICAÇÕES REVISADAS	130	161	239	154	137	70	98	423	228	70	116	93	TOTAL ANO 2011 1914
Ordem de Serviços	26	26	33	39	39	60	46	42	46	38	31	19	445
Notificações do GTB	0	0	115	115	0	0	0	0	0	116	0	0	346
Auto de Infração GTB	0	0	0	0	0	157	0	0	0	11	0	0	168
Auto de Infração	0	0	1	7	0	0	3	0	0	5	4	6	26
Operação Especial "RAPA"	6	1	1	2	5	2	5	12	12	5	5	10	66
Plantões Fiscais Diurno	6	4	5	0	1	4	0	1	1	1	1	2	26
Plantões Fiscais Noturno	7	10	0	2	3	11	1	3	0	3	4	3	47
Designações Fiscais	7	18	21	21	19	14	16	19	14	16	17	16	198
Termos de Apreensão PAGOS	4	3	0	0	0	0	6	10	7	2	0	5	37
Termos de Apreensão NÃO PAGOS	1	3	1	0	0	0	3	6	13	6	6	3	42





Relatório de atividades da Coordenadoria Municipal de Limpeza Pública-CMLP

Contrato nº 030/PGM/2011 - Construtora Marquise:

Atividades Executadas:

- Colocação de Contêiner para coleta de resíduos normal: 41 unidades;
- Colocação de Contêiner em difícil acesso: 41 unidades;
- Implantação de Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social: 154 ações;
- Serviços de Atendimento ao Usuário: 499 atendimentos;
- Coleta de Resíduos Sólidos Domiciliar: 111.423,83 toneladas;
- Coleta de Resíduos de Saúde: 209,25 toneladas;
- Coleta Seletiva: 19,5 toneladas.

Atividades Executadas pelo Setor 01:

- Raspa e Roço: 1.061 km;
- Varrição: 5.961 km;
- Capina e Rastelagem: 1.217 km.

Atividades Executadas pelo Setor 02:

- Raspa e Roço: 1.911 km;
- Varrição: 9.297 km;
- Capina e Rastelagem: 2.990 km.

Atividades Executadas pelo Setor 03:

- Raspa e Roço: 3.997 km;
- Varrição: 4.646 km;
- Capina e Rastelagem: 2.671 km.

Atividades Executadas pelo Setor 04:

- Raspa e Roço: 1.584 km;
- Varrição: 5.789 km;
- Capina e Rastelagem: 1.423 km.

Atividades Executadas pelo Setor 05:

- Raspa e Roço: 3.470 km;
- Varrição: 38.510 km;
- Capina e Rastelagem: 1.443 km.

Atividades do Departamento de Áreas Vedes - DAV

- Construção do canteiro central da Av. Jorge Teixeira entre as Ruas Raimundo Cantuária e Jaci Paraná.
- Serviços Realizados: no Canteiro da Av. Costa e Silva sentido Penal: Carpina de 900 metros e Limpeza de 900 metros; Total: 1.800 metros
- Serviços Realizados: na Estrada de Ferro Madeira Mamoré: Roço de 3.850 m e Rastelagem de 3.850 m; Total: 7.700 metros
- Serviços Realizados: no Canteiro da Av. Rio de Janeiro do Trevo do Roque a Rio Madeira: Carpina de1.800 m; Limpeza de 1800 m; Roço de 1800 m; Rastelagem de 1.800 m; Total de 7.200 metros.
- Serviços Realizados: nos Canteiros da Av. Jorge Teixeira e Av. Sete de Setembro até a Quintino Bocaiúva, Av. Raimundo Cantuária ao Trevo do Roque: Roço de 4.517 metros.
- Serviços Realizados: Canal dos Tanques da Av. Jorge Teixeira a Av. Carlos Gomes: carpina 11.000m; limpeza 11.000m; rastelagem 11.000m; total: 33.000m.
- Serviços executados: no canteiro da Av. Jorge Teixeira, no canteiro central da Av. D. Pedro II até a Rua Quintino Bocaiuva: Carpina = 3.000 metros; Limpeza = 3.000 metros; Rastelagem = 3.000 metros; Total: 9.000 metros.
- Serviços Realizados: no canteiro central da Av. Jorge Teixeira com 7 de setembro a Quintino Bocaiúva, na rotatória da Av. Tiradentes com a Av. Rio Madeira: Carpina 3.400m; Limpeza 3.400m; Rastelagem 3.400m; Total 10.200m.
- Serviços Realizados: no canteiro central da av. Jorge Teixeira rua D. Pedro II até a Rua Quintino Bocaiúva, na bola da av. Lauro Sodré, na rotatória da Av. Tiradentes com a Av. Rio Madeira: Carpina = 3.400 metros; Limpeza = 3.400 metros; Rastelagem = 3.400 metros; Total: 10.200 metros.

- Serviços Realizados: no Canteiro da Av. Jorge Teixeira em frente a Central: roço 1.470m; limpeza 1.470m; carpina 1.470m; rastelagem 1.470 m; total: 5.880m.
- Serviços Realizados: no Canteiro Central da Av. José Vieira Caúla sentido Sadia: Limpeza = 1.900 metros; Carpina = 1.900 metros; Total: 3.800 metros.
- Serviços Realizados: na Passarela Av. Jorge Teixeira em a Rondônia Placas: Limpeza = 1.900 metros; Carpina = 1.900 metros; Total: 3.800 metros.
- Serviços Realizados: no trecho da Av. Lauro Sodré com José Camacho: Carpinagem = 600 m; Plantio de mudas = 800 de Exisoria; Total: 600 m.
- Serviços Realizados no Canteiro da Bola da Av. Calma com Guaporé: Roço 420m; Limpeza 420 m; Carpina 420 m; Rastelagem 420 m; Total 1.680 m.
- Serviços Realizados: no Canteiro da Rua Pio XII: Carpina 1000 metro; Preparação do Solo = 12 metros de terra preta; Total: 1.000 metros.
- Serviços Realizados: no Canteiro da Av. Jorge Teixeira em frente à antiga Central de Policia: Roço = 3600 metros; Carpina = 3200 metros; Rastelagem = 3600 metros; Limpeza = 3200 metros; Total: 13.600 metros.
- Serviços Realizados: no Canteiro da Av. Rio Madeira c/ Tiradentes, Calama c/ Guaporé, Vieira Caúla, Amazonas a Buenos Aires: Roço = 600 metros.
- Serviços Realizados: no Canteiro Central da Av. Jorge Teixeira da Quintino Bocaiúva a 7 de Setembro: Roço de 3.024 metros.
- Serviços Realizados: no Canteiro Central da Av. Jorge Teixeira da Raimundo Cantuária ao Trevo do Roque: Roço de 1.493 metros.
- Serviços Realizados: na Ação desenvolvida minha Casa Minha Vida no bairro Marcos Freire: Roço de 4.800 metros.
- Serviços Realizados: nos canteiros da Av. Jorge Teixeira da Raimundo Cantuária ao Trevo do Roque: Carpina = 1.490 metros; Limpeza = 1.490 metros; Rastelagem = 1.490 metros; Total: 4.470 metros.
- Serviços Realizados: nos canteiros Centrais da Av. Jorge Teixeira da Quintino Bocaiúva até Memorial: Carpina = 3.024 metros; Limpeza = 3.024 metros; Rastelagem = 3.024 metros; Total: 9.072 metros.
- Serviços Realizados: nos canteiros Centrais da Av. Amazonas ao Trevo do Roque: Limpeza = 1.493 metros; Rastelagem = 1.493 metro; Carpina = 1.943 metros; Total: 4.479 metros.

- Serviços Realizados: nos canteiros Centrais próximo ao Aeroporto: Carpina = 3.500m; Limpeza = 3.500m; Rastelagem = 3.500m; Total de 10.500m.
- Serviços Realizados nas Praças: Bola Sete, Rio Candeias, Campo da Jatuarana, Catedral, Pirâmide, Da Campos Sales, Porto Velho Shopping, Oswaldo Cruz, Dos Taxistas, São Pedro, 13 de Maio, de Alimentação, Madeira Mamoré, Fátima Cleide, Da COHAB, Tancredo Neves, Do Cuniã, Do Dominó, Conjunto Guajará, Santo Antônio, São Sebastião: Carpina = 160.000 metros; Limpeza = 149.000 metros; Rastelagem = 149.000 metros

Obs.: estas são algumas das ações desenvolvidas pelo Departamento de Áreas Verdes.

Atividades do Departamento de Urbanismo Básico - DUB

- Limpeza do canal e abertura de vias laterais com encascalhamento, entre 7 de setembro e Amazonas no bairro Nova Porto Velho, foi retirado 4.560m³ de entulho.
- Limpeza do canal no bairro COHAB na Rua São Miguel até a Jatuarana, um total de 560 metros e retirado 2.520m³ de entulho do lado esquerdo e direito.
- Serviços de aterramento do tubo “RIBILOK” no bairro Triângulo no canal Santa Bárbara, extensão de 70 m de comprimento, 24 metros de largura e 7,10 metros de profundidade.
- Serviços de recolocação de tampa de bueiros: 64 unidades;
- Serviços de desobstrução de bueiros: 503: unidades;
- Serviços de intervenção em canais: 48.680 m.
- Serviços de limpeza de 12 un. de caixas; 49 un. de canos de esgoto; 5 unidades de esgoto; 137 unidades de caixa de esgoto; 856 unidades de boca de lobo;
- Serviços de colocação de tampas 50 unidades;
- Serviços de intervenção em ponto de alagamento: 152 metros

Obs.: Na continuidade deste relatório haverá fotos das atividades como: limpeza de canal, construção de boca de lobo, colocação de manilhas e tubos RIBILOK entre outros.

Atividades do Departamento de Infraestrutura e Viárias - DIV

- Serviços realizados nos bairros: Aeroclube, Airton Senna, Aponiã, Areal da Floresta, Cai N'água, Caldinho, Castanheira, Cidade Nova, Cohab, Conceição, Conjunto Rio Candeias, Costa e Silva, Cuniã, Eletronorte, Embratel, Escola de Policia, Flamboyam, Flodoaldo Pontes Pinto, Floresta, Fortaleza, Igarapé, Industrial, Lagoa Lagoinha, Jardim Eldorado, JK I e II, Mariana, Mocambo, Nacional, Nossa Senhora das Graças, Nova Esperança, Nova Floresta, Nova Porto Velho, Parque Ceará, São Francisco, São Sebastião, Socialista, Tancredo Neves, Teixeirão, Tiradentes, Três Marias, Uirapuru, Vila Candelária, Vila Princesa, sendo: 329 km e 675 m de limpeza geral mecanizada e 281km e 950m de encascalhamento.

- Fotos das atividades como: limpeza de canal, construção de boca de ala, assentamento de tubos em pvc tipo ribilok, jardinagem no canteiro da avenida Jorge Teixeira, assentamento de manilhas, construção de caixa de boca de lobo e tampas, rejuntamento das manilhas, calçadas, encascalhamento, asfalto, roço, rastelagem, raspa-raspa e entre outros.

Limpeza de Canal da Penal e Canal Tancredo Neves



Canal Tancredo Neves Bairro Lagoinha



Construção de Boca de Ala



Assentamento de Tubos em PVC tipo Ribilok no Canal Santa Barbara Triângulo



Assentamento de Tubos em PVC tipo Ribilok, na Av. Calama com Silas Shoknnes



Assentamento de Tubos em PVC tipo Ribilok, Rua Antônio Violão JK I e Av. Amazonas com Buenos Ayres



Canteiro Central da Avenida Jorge Teixeira entre Jacy Paraná e Raimundo Cantuária



Assentamento das Manilhas com cascalho e Construção de Caixa de Boca de Lobo



Aterramento das Manilhas com Cascalho, Ilustração de Rejuntamento, Construção de Caixa de Boca de Lobo e Tampas e Equipamento Pesado



Transportando Cascalho, Desembarque de Cascalho nas Ruas e Rua sendo Encascalhada



Rua Encascalhada, Asfalto Fresado e Rua sendo asfaltadas



Rua Asfaltada



Serviço de Roço com Trator de Pneu e com Roçadeira Manual



Serviço de Raspa – Raspa



Conclusão

A Secretaria Municipal de Serviços Básicos tem através do trabalho conjunto de seus colaboradores enviado esforço para cumprimento de sua missão institucional, alcançando durante o exercício de 2011 elevados índices de produtividade na resolução dos problemas apresentados e tomada de ações para regularização de situações emblemáticas oriundas em administração anteriores e que estiverem criando obstáculos ao sucesso da atual administração municipal.

Para isto, a secretaria foi submetida a um processo gradativo de ajuste das atividades, e dos sistemas operacional e administrativo. Os resultados contabilizados neste relatório refletem não apenas a eficiência da atual administração municipal, mas, sobretudo a preocupação com a melhoria de qualidade na prestação de serviços essenciais aos cidadãos de Porto Velho e o respeito aos direitos e a força de trabalho do quadro de serviços deste município.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEMAS)

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEMAS)

Apresentação

Os resultados alcançados nas execuções dos Programas e Ações previstas pela implementação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, na Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS, que trabalha na busca do aperfeiçoamento, visando a otimização e a utilização dos recursos públicos colocados à disposição desta Secretaria para permitir o alcance dos objetivos pretendidos.

A técnica e linguagem do orçamento público no Brasil vêm sendo aperfeiçoadas nos últimos cinquenta anos, sofrendo transformações que visam acompanhar a evolução dos novos tempos e exigências da sociedade que fica cada vez mais exigente em relação ao desempenho da administração pública.

O crescimento da demanda de serviços públicos e a escassez de recursos para atende-los têm feito do trabalho na área de planejamento, orçamento e controle da gestão de recursos públicos, um constante exercício para adequar os gastos com as disponibilidades financeiras.

A gestão dos recursos públicos tem como principal finalidade possibilitar o atendimento das necessidades e anseios da população, conduzindo a etapas mais avançadas de desenvolvimento, qualidade de vida, equidade e bem estar social.

> *"Implementar políticas públicas no âmbito da assistência social, visando a garantia de direitos e a promoção do desenvolvimento humano na perspectiva da universalização dos direitos e da redução das desigualdades sociais no universo da família e da sociedade".*
>
> Missão da SEMAS

Introdução

Hoje, Porto Velho é um município brasileiro, Centro regional metropolitano, capital e o maior município, tanto em extensão territorial quanto em população, do estado de Rondônia. O município possui uma população 428.527 habitantes (dados do IBGE – 2010) divididos em uma área territorial de 34.068,50 km², o que resulta em uma densidade demográfica de 12,52 habitantes por km². O município de Porto Velho representa hoje no cenário nacional e local um território bastante promissor, com grandes perspectivas para o desenvolvimento da região, no entanto, este ainda mantém, conforme o censo de 2010.

A SEMAS, nesta gestão, comprometeu-se com a fixação de objetivos de curto, médio e longo prazo; com a sintonia da política pública à política nacional e seus princípios organizativos; com o ajuste do orçamento às necessidades da população; com a focalização dos investimentos públicos, com base na análise da realidade e prioridade para os territórios onde havia maiores concentrações de riscos e vulnerabilidades sociais. Nesse sentido, a exemplo dos demais Municípios Brasileiros que atuam com o fortalecimento da política de Assistência Social pela Lei 12.435, de 06 de junho de 2011 que consolidação o Sistema Único da Assistência Social – SUAS, bem como, para superação do estado de miséria, o Governo Federal lançou o Programa Brasil sem Miséria criado exatamente para ir aonde as populações mais pobres vivem, assim melhorando sua qualidade de vida, porém em 2011 buscamos o fortalecimento da política de assistência social elaborando projetos, oferecendo serviços e priorizando direitos de todos os munícipes de nossa cidade em situação de vulnerabilidade ou risco social. O referido documento apresenta um diagnóstico sobre a situação institucional da Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir dos registros de atendimentos realizados pelos serviços, projetos e programas desenvolvidos no âmbito da política de assistência social no Município de Porto Velho. As informações constantes neste documento expõem de forma simplificada a mudança e o impacto ocorridos sobre a realidade socioeconômica do município de Porto Velho, aferindo questões inerentes às demandas sociais que incidem diretamente no conjunto de necessidades dos usuários da política de assistência social.

Política de Assistência Social em Porto Velho

Considerando, a exemplo dos demais Municípios Brasileiros que atuam com o fortalecimento da política de Assistência Social pela Lei 12.435, de 06 de junho de 2011 que consolidou o Sistema Único da Assistência Social – SUAS, bem como, para superação do estado de miséria, o Governo Federal lançou o Programa Brasil sem Miséria criado exatamente para ir aonde as populações mais pobres vivem, assim melhorando sua qualidade de vida, ainda considerando que:

- Os processos que permitiram estabelecer parâmetros para a gestão dessa política no País, onde grande parte se materializa, como já citamos acima no SUAS, como meios de garantir de forma efetiva os direitos sociais e a responsabilidade do Estado no âmbito da execução das políticas públicas;
- Tal sistema não decorre apenas pela adoção de novos conceitos, tornando-se necessário, a implementação da gestão do trabalho como uma questão estratégica, capaz de incorporar no âmbito da assistência social, uma política que permita a qualidade dos serviços socioassistenciais disponibilizados à sociedade, o que nessa lógica, depende da estruturação do trabalho, da qualificação e valorização dos trabalhadores atuantes no SUAS;
- Torna-se imperioso que a gestão do trabalho no SUAS, leve em consideração o caráter público da prestação dos serviços socioassistenciais, fazendo-se necessário a existência de servidores públicos responsáveis, bem como, a sua reestruturação político administrativa promovendo um novo modelo de gestão, conforme estabelece a Resolução n° 109 de 11 de novembro de 2009 – Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, capaz de responder as demandas sociais e sobretudo assegurar a universalização da política de assistência social junto aos usuários desse sistema como direito a plena cidadania.

Sendo assim, a Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS extingue os pseudônimos ou / as tipologias usadas anteriormente por esta Municipalidade na área da Assistência Social a exemplo: Projeto ACOLHER, S O S Criança, Plantão Social, Projeto FENIX, C A T e outros.

Portanto,

A assistência social organiza-se pelos seguintes tipos de proteção:

I - Proteção Social Básica: conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

II - Proteção Social Especial, sendo Media e Alta Complexidade: conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos.

Controle social

O controle do Estado, exercido pela sociedade na garantia dos direitos fundamentais e dos princípios democráticos, é balizado nos preceitos constitucionais. Essa participação se efetiva em espaços privilegiados de deliberação: os conselhos e as conferências, não sendo, no entanto, os únicos, já que outras instâncias de participação e de pactuação somam força a esse processo. “O controle social tem sua concepção advinda da Constituição Federal de 1988, enquanto instrumento de efetivação da participação popular no processo de gestão político-administrativa-financeira e técnico operativo, com caráter democrático e descentralizado. Dentro dessa lógica, o controle do Estado é exercido pela sociedade na garantia dos direitos fundamentais e dos princípios democráticos balizados nos preceitos constitucionais.” (Política Nacional de Assistência Social, MDS, 2004)

Departamento de Proteção Social Básica – DPSB

Proteção Social Básica / Programa de Transferência de Renda

A Secretaria Municipal de Assistência Social promove o acesso aos programas e serviços da rede socioassistencial às famílias em situação de vulnerabilidade, como prevê o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Proteção Social Básica tem como objetivo a prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de fragilidade decorrente da pobreza, ausência de renda, acesso precário ou nulo aos serviços públicos ou fragilização de vínculos afetivos (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).

Essa Proteção prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, conforme identificação da situação de vulnerabilidade apresentada. Esses serviços e programas deverão incluir as pessoas com deficiência e ser organizados em rede, de modo a inseri-las nas diversas ações ofertadas. Os Benefícios Eventuais e os Benefícios de Prestação Continuada (BPC) compõem a Proteção Social Básica, dada a natureza de sua realização.

A Proteção Social Básica atua por intermédio de diferentes unidades. Dentre elas, destacam-se os 06 Centros de Referencia de Assistência Social, sendo 05 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) em Porto Velho e 01 Centro no Distrito de Jaci Paraná com serviços socioeducativos direcionados para grupos específicos, dentre eles, os Centros de Convivência para crianças, jovens e idosos.

No âmbito da Proteção Social Básica, apresentamos as seguintes informações:

- O Programa Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. O Programa integra a Fome Zero que tem como objetivo assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a conquista da cidadania pela população mais vulnerável à fome.

- O Programa Bolsa Família atende mais de 12 milhões de famílias em todo território nacional. A depender da renda familiar por pessoa (limitada a R$ 140), do número e da idade dos filhos, o valor do benefício recebido pela família pode variar entre R$ 32,00 a R$ 306,00. Diversos estudos apontam para a contribuição do Programa na redução das desigualdades sociais e da pobreza.

- O Programa possui três eixos principais: transferência de renda, condicionalidades e programas complementares. A transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza. As condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social. Já os programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade.

- A gestão do Programa Bolsa família é descentralizada e compartilhada por União, estados, Distrito Federal e municípios. Os três entes federados trabalham em conjunto para aperfeiçoar, ampliar e fiscalizar a execução do Programa, instituído pela Lei 10.836/04 e regulamentado pelo Decreto nº 5.209/04. A lista de beneficiários é pública e pode ser acessada por qualquer cidadão.

Quantidade de famílias beneficiadas pelo Bolsa Família no período (2009 a 2011)

Ano/ mês	jan	Fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
2009	79	58	52	72	5751	42	67	06	413	2231	-	-	8.771
2010	134	287	89	92	126	71	02	02	100	193	29	-	1.125
2011	15	25	38	45	22	65	55	42	350	783	415	1021	2.918
Total													12.814

Quadro demonstrativo em porto velho - cadastros e benefícios

Ano	2009	2010	2011
Cadastro	33.117	34.606	35.027
Beneficio PBF	23.766	23.719	22.918

Quadro demonstrativo de novas famílias cadastradas

Ano	2009	2010	2011	Total
Quantidade	2.768	1.489	4.746	**9003**

Processo migratório: bolsa família

Quantidade de benefícios transferidos de outros Estados/Municípios

Ano/ mês	jan	Fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
2009	80	60	55	74	433	43	-	-	-	-	-	-	745
2010	92	103	125	267	231	112	143	153	298	201	98	1213	3.036
2011	0	04	47	124	138	152	82	50	204	163	112	128	1.204
Total													4.985

Programas, serviços e benefícios eventuais no âmbito da proteção básica

Nº	Programa	2009	2010	2011
1	Auxílio Moradia	41	128	250
		96	82	80
2	PROJOVEM ADOLESCENTE (15 a 17 anos)	-	150	-
3	PAIF / CRAS (famílias vulnerabilizadas)	3.593		7.042
4	REVISÃO DO BPC	-	-	-
4.1	BPC IDOSO	1400	-	-
4.2	BPC PESSOAS COM DEFICIENCIA	600	458	501
4.3	BPC NA ESCOLA	915	-	-

Plantão Social DPSB – Benefícios Eventuais

Dados de atendimento/ano		2007	2008	(jun)2009	2010	2011
01	Urnas funerárias	170	191	124	118	263
02	Passagens	115	150	68	102	58
03	Cortinados	225	300	-	-	-
04	Colchões	115	150	16	12	10
05	Cobertores	225	300	-	-	-

Análise das informações no âmbito da Proteção Básica

As planilhas referentes ao conjunto de informações, apresentam uma situação bastante peculiar ao processo de desenvolvimento que por ora passa o município de Porto Velho, ou seja, observa-se a presença de famílias migrando para o município e, por outro, as diversas situações de vulnerabilidades e violações de direitos, incidindo sobremaneira, na realidade socioeconômica e cultural do município.

Verifica-se ainda que tal realidade venha exigindo da política municipal de assistência social, a execução de serviços dentro de uma velocidade capaz de responder as demandas oriundas dos mais variados contextos.

No que preconiza o Sistema Único da Assistência Social – SUAS, a Assistência Social Brasileira é uma política pública do Sistema de Seguridade Social não contributiva.

Por tanto, a prestação dos serviços socioassistenciais é um direito do cidadão, independente de contribuição prévia. Ocupa-se de conceder proteção à vida, bem como atua na redução de danos e prevenção das situações de vulnerabilidades pessoais e sociais, ancorado pelo princípio da universalização dos direitos, favorecendo o protagonismo e autonomia das famílias e indivíduos, através de um poder de resiliência, que se encontra no interior de cada unidade familiar, bastando apenas ser incentivado e implementado.

Outro aspecto a ser observado é que os programas, projetos, serviços e benefícios da assistência social para ter atuação de excelência devem estar firmados em quatro pontos fundamentais:

- Eficiência: diz respeito à boa utilização dos recursos financeiros, materiais e humanos. Refere-se às ações versus resultados alcançados;
- Eficácia: aqui as ações devem permitir o alcance dos resultados previstos;
- Efetividade: este item mede os benefícios ou mudanças daqueles que recebem algum tipo de atendimento socioassistencial;
- Impacto social: diz respeito às mudanças em outras áreas não trabalhadas pela política de assistência social.

Programa de Atenção ao Idoso - PAI

O Programa de Atenção a Pessoa Idoso, dentre suas ações realizou 100% da sua programação prevista para o ano de 2011. O PAI, realizou em parceria com o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMI, a III Conferencia Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, com o tema: Todos por Um Envelhecimento Digno no Brasil, que reuniu 765 idosos que participam de associações que integram a rede de proteção a pessoa idosa e grupos dos Distritos de Jaci Paraná e Abunã, Realizou ainda a Semana do Idoso 2011, Show de Talentos da Terceira Idade, a III FEIARTE, bem como as comemorações do calendário nacional e local. Ressaltamos que as referidas atividades e ações são direcionadas as pessoas idosas objetivando o fortalecimento do vínculo familiar e comunitário.

Quadro demonstrativo de atendimento de Idosos por entidades conveniadas

Unidade	Meta de atendimento
RECANTO DO VOVÔ E DA VOVÓ	547
ASSOC. BAIRRO JK	45
ASSOC. BAIRRO ULISSES GUIMARÃES	68
CLUBE DE MÃES ESPERANÇA DA COMUNIDADE	75
ASSOC. BAIRRO CONCEIÇÃO	68
ASSOC. JARDIM ELDORADO	30
ASSOCIAÇÃO BAIRRO TANCREDO NEVES	50
ASSOC. BAIRRO NACIONAL	78
ASSOC. BAIRRO MATO GROSSO	50
ASSOC. BARRO CALADINHO	50
ASSOC. BAIRRO CIDADE NOVA	78
CENTRO DIA ELETRONORTE	50
DISTRITO JACY PARANÁ	50
DISTRITO ABUNÃ	45
ASSOC. AEROCLUBE	50
TOTAL	1.334

Implantação e Expansão dos Serviços e Programas em 2011

A implantação do CRAS em Jaci Paraná, foi uma grande conquista na efetivação e consolidação do SUAS, onde o atendimento chega ao acesso de famílias que se encontram nas áreas e imediações rurais.

Programa de atenção integral a família – PAIF

Expansão dos Centros de Referencia da Assistência Social – CRAS

Atualmente o município de Porto Velho executa através do PAIF, 05 CRAS localizados nas regiões periféricas da cidade, estes, conforme destacamos, não conseguem responder com a velocidade necessária às demandas apresentadas pelo conjunto da rede e pela comunidade.

Conforme aponta o diagnóstico sobre as demandas sociais no âmbito da assistência social, sugerimos a expansão dos CRAS/PAIF para garantir a efetivação necessária ao atendimento da proteção básica no Município de Porto Velho, com a implantação de mais 05 (cinco) CRAS: 01 para o distrito de Jaci Paraná e demais distritos da Zona Rural, 01 para atender os distritos das áreas ribeirinhas, e 03 (três) para atender a Zona Urbana da cidade de Porto Velho.

Cada CRAS é formado por uma equipe de profissionais das áreas de serviço social e psicologia, sendo duas AS e PS, mais um auxiliar administrativo.

Isto porque, o novo modelo de gestão da política de assistência social preconizado no Sistema Único da Assistência Social – SUAS, apóia-se no "desenvolvimento de ações que visem garantir os direitos básicos de cidadania para a promoção do desenvolvimento humano de cada indivíduo na família, considerando o vínculo familiar e comunitário, atuando na dimensão do território, articulando e integrando os serviços, programas e ações no contexto das políticas públicas na sociedade".

E importante salientar que inicialmente para cada encaminhamento é feito uma ou até três visitas domiciliares para substanciar os relatórios e o acompanhamento socioassistencial junto às famílias pelo CRAS.

Atualmente a SEMAS dispõe de 06 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), localizados nas regiões de maior vulnerabilidade, com uma equipe técnica de (02) Assistentes Sociais e (02) Psicólogos.

Dados quantitativos das atividades realizadas nos centros de referência da assistência em 2011

PAIF-AÇÕES DESENVOLVIDAS		CRAS											
		BETINHO		IRMÃ DOROTHY		PAULO FREIRE		DONA COTINHA		ELIZABETH PARANHOS		TOTAL	
Atendimento Social		268		126		460		1030		258		2.142	
Atendimento Psicológico		136		74		240		232		60		742	
Atendimento Psicossocial		32		30		12		117		232		423	
Atendimento Administrativo		405		184		2618		3530		327		7064	
Visita Domiciliar		210		42		214		370		181		1017	
Visita Institucional		04		32		22		57		201		1333	
Cadastro Único – Bolsa Família (inserção)		377		164		404		1809		384		3138	
Recadastramento		03		214		02		776		06		1001	
Benefícios (doações/cesta básica)		55		18		86		71		64		294	
Reuniões na Comunidade		-		-		-		-		-		-	
Palestras (nº de participantes)		01	-	-	-	-	-	-	-	113	-	02	78
Curso de Inserção Produtiva/Profissionalizante	Nº de participantes	-	-	-	-	-	-	-	-	92	-	01	26
Eventos	Nº de participantes	01	-	-	-	-	-	Dia da Criança	350		-	-	-
Grupo socioeducativo (Projovem)	Nº de participantes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01	04
Grupo socioeducativo (Mulheres)	Nº de participantes	01						-	-	-	-		
Grupo Familiar	Nº de participantes	-	-	-	-	-	18	-	-	-	-	-	-
Grupo de convivência (3ª idade)	Nº de participantes	-	-	01	65	-	35	Encontro Semanal	60		-	-	-
Grupo de convivência (Crianças)	Nº de participantes	01	-	-	-	-	-	Socioeducativa	35	-	-	-	-

PAIF-AÇÕES DESENVOLVIDAS	CRAS					
	BETINHO	IRMÃ DOROTHY	PAULO FREIRE	DONA COTINHA	ELIZABETH PARANHOS	TOTAL
ENCAMINHAMETOS RECEBIDOS	-	-	-	-	-	24
I CTCA					35	
II CTCA	62	14	34	191	-	53
Defensoria Pública	-	01	-	23	-	04
Ministério Público	08	03	04	04	03	18
Defesa Civil	-	-	-	-	-	01
Central do Cad. Único	03	-	-	-	-	02
Juizado da Infância e Juventude –JIJ	21	04	06	28	14	17
Projeto Acolher (DPSE)	-	-	-	-	-	01
CAT/DPDE	08	-	-	01	-	-
Unidade de Benefícios Eventuais	-	01	-	-	-	02
CRAS	-	01	-	-	02	03
SEJUS	-	-	-	-	-	-
Conselho Municipal do Idoso	-	-	-	13	01	05
DPSB/SEMAS	10	03	-	14	04	12
Unidade Básica de Saúde	03	01	-	02	-	01
Projeto Fênix	-	-	-	05	-	-
Plantão Social	05	-	-	-	-	-
SEMUSA	-	-	-	-	01	-
INSS	09	01	01	19	01	02
JECRIM	-	-	-	-01	-	-
Lar do Bebê	-	-	-	-	-	-
CEPA				10		
POC				05		
CICA				04		
Outros	-	01	06	-	-	07
					TOTAL --------	**152**

PAIF-AÇÕES DESENVOLVIDAS	CRAS					
	BETINHO	IRMÃ DOROTHY	PAULO FREIRE	DONA COTINHA	ELIZABETH PARANHOS	TOTAL
ENCAMINHAMENTOS EXPEDIDOS						
CRAS	-	-	-	-	04	04
I CTCA	-	-	-	03	-	03
II CTCA	04	03	-	-	34	42
Unidade Básica de Saúde	07	01	-	02	05	15
Policlínica Rafael Vaz e Silva	-	-	-	-	02	02
Policlínica Ana Adelaide	-	-	-	-	01	01
Cad. Único	03	24	-	-	-	27
DPSB/SEMAS	-	-	-	11	42	53
INSS	-	01	-	07	02	10
Programa Bolsa Família	-	-	-	-	-	-
Programa Benefícios Eventuais/SEMAS	-	-	-	-	-	-
SPS ULBRA	-	-	-	-	-	-
Serviço de Psicologia da UNIR	-	-	-	03	03	06
CAPS	-	03	-	01	08	12
CAPS AD	03	01	-	11	02	17
Defensoria Pública	-	-	-	15	04	19
JIJ	-	-	-	-	15	15
Ministério Público	-	-	-	-	04	04
JECRIM	-	-	-	-	-	-
Projeto Acolher	-	-	-	-	-	-
Conselho Municipal do Idoso	-	-	-	-	02	02
Promotoria de Justiça	-	-	-	-	-	-
SEMUR	-	-	-	-	14	14
Plantão Social	-	-	-	-	-	-
CICA					05	05
POC					08	08
CAT				01		01
Shopping Cidadão	04	-	-	-	-	04

Conclusão/DPSB

O referido documento surge da necessidade de construir de forma sistematizada um diagnóstico sobre o número de famílias e/ou usuários e as diversas situações contempladas pelos atendimentos nos programas socioassitencias executados pela SEMAS, sobretudo, diagnosticar através de indicadores o crescimento ou não da situação de vulnerabilidade social no município de Porto Velho.

Ou seja, apresentar a partir dos serviços e programas executados pela SEMAS, em que direção ou rumo os indicadores das demandas sociais estão apontando. Isso, no sentido de ao mesmo tempo, identificarmos a realidade ou o cenário em que estamos inseridos e, então desenvolvermos ações de prevenção, assim como, construir estratégias que possam corrigir e colaborar com a gestão da política de Assistência Social no Município de Porto Velho.

Todas as informações contidas neste documento foram extraídas dos relatórios editados pelos programas, serviços e projetos executados pela SEMAS no âmbito do SUAS. Assim, a abordagem e o tratamento dessas informações, resguardam um conjunto de técnicas e instrumentais utilizados pelos gestores que coordenam e gerenciam as atividades e ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

Por fim, o compromisso da gestão municipal com a consolidação do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, nos permite, sem perder de vista, nossa responsabilidade com o sistema público, monitorar de forma ética e transparente o modelo de gestão que a administração vem assumindo nos últimos 5 (cinco) anos no âmbito da política de assistência social.

Por tanto, nossa meta agora é superar os desafios e alcançar o que de mais pleno pode ser oferecido aos usuários da assistência social: os direitos sociais e a cidadania.

Departamento de Proteção Social Especial - DPSE

Média Complexidade: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI).

Descrição: Serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos. Compreende atenções e orientações direcionadas para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetora das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e/ou as submetem a situações de risco pessoal e social.

O atendimento fundamenta-se no respeito à heterogeneidade, potencialidades, valores, crenças e identidades das famílias. O serviço articula-se com as atividades e atenções prestadas às famílias nos demais serviços socioassistenciais, nas diversas políticas públicas e com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos. Deve garantir atendimento imediato e providências necessárias para a inclusão da família e seus membros em serviços socioassistenciais e/ou em programas de transferência de renda, de forma a qualificar a intervenção e restaurar o direito.

Usuários: Famílias e indivíduos que vivenciam violações de direitos por ocorrência.

- Violência física, psicológica e negligência;
- Violência sexual: abuso e/ou exploração sexual;
- Afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida socioeducativa ou medida de proteção;
- Tráfico de pessoas;
- Situação de rua e mendicância;
- Abandono;
- Vivência de trabalho infantil;
- Discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou raça/etnia;
- Outras formas de violação de direitos decorrentes de discriminações/submissões a situações que provocam danos e agravos a sua condição de vida e os impedem de usufruir autonomia e bem estar;

- Descumprimento de condicionalidades do PBF e do PETI em decorrência de violação de direitos.

Objetivos:

- Contribuir para o fortalecimento da família no desempenho de sua função protetora;
- Processar a inclusão das famílias no sistema de proteção social e nos serviços públicos, conforme necessidades;
- Contribuir para restaurar e preservar a integridade e as condições de autonomia dos usuários;
- Contribuir para romper com padrões violadores de direitos no interior da família;
- Contribuir para a reparação de danos e da incidência de violação de direitos;
- Prevenir a reincidência de violações de direitos

Unidade: Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS - PAEFI).

Serviço / projeto / programa	Quantidade de atendimento / caso
PAEFI / DPSE	1791
Total Geral	1791

Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) / CREAS / MEDIDAS

Descrição:

O serviço tem por finalidade prover atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, determinadas judicialmente. Deve contribuir para o acesso a direitos e para a resignificação de valores na vida pessoal e social dos adolescentes e jovens. Para a oferta do serviço faz-se necessário a observância da responsabilização face ao ato infracional praticado, cujos direitos e obrigações devem ser assegurados de acordo com as legislações e normativas específicas para o cumprimento da medida.

Na sua operacionalização é necessário a elaboração do Plano Individual de Atendimento (PLA) com a participação do adolescente e da família, devendo conter os objetivos e metas a serem alcançados durante o cumprimento da medida, perspectivas de vida futura, dentre outros aspectos a serem acrescidos, de acordo com as necessidades e interesses do adolescente.

O acompanhamento social ao adolescente deve ser realizado de forma sistemática, com frequência mínima semanal que garanta o acompanhamento contínuo e possibilite o desenvolvimento do PIA.

No acompanhamento da medida de Prestação de Serviços à Comunidade o serviço deverá identificar no município os locais para a prestação de serviços, a exemplo de: entidades sociais, programas comunitários, hospitais, escolas e outros serviços governamentais. A prestação dos serviços deverá se configurar em tarefas gratuitas e de interesse geral, com jornada máxima de oito horas semanais, sem prejuízo da escola ou do trabalho, no caso de adolescentes maiores de 16 anos ou na condição de aprendiz a partir dos 14 anos. A inserção do adolescente em qualquer dessas alternativas deve ser compatível com suas aptidões e favorecedora de seu desenvolvimento pessoal e social.

Usuários:

Adolescentes de 12 a 18 anos incompletos, ou jovens de 18 a 21 anos, em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade, aplicada pela Justiça da Infância e da Juventude ou, na ausência desta, pela Vara Civil correspondente e suas famílias.

Objetivos:

- Realizar acompanhamento social a adolescentes durante o cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade e sua inserção em outros serviços e programas socioassistenciais e de políticas públicas setoriais;
- Criar condições para a construção/reconstrução de projetos de vida que visem à ruptura com a prática de ato infracional;

- Estabelecer contratos com o adolescente a partir das possibilidades e limites do trabalho a ser desenvolvido e normas que regulem o período de cumprimento da medida socioeducativa;
- Contribuir para o estabelecimento da autoconfiança e a capacidade de reflexão sobre as possibilidades de construção de autonomias;
- Possibilitar acessos e oportunidades para a ampliação do universo informacional e cultural e o desenvolvimento de habilidades e competências;
- Fortalecer a convivência familiar e comunitária.

Serviço / projeto / programa	Quantidade de atendimento / caso
CREAS / MEDIDAS / DPSE	691
Total Geral	691

Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua– CREAS / POP

Descrição:

Serviço ofertado para pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência. Tem a finalidade de assegurar atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva de fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida. Oferece trabalho técnico para a análise das demandas dos usuários, orientação individual e grupal e encaminhamentos a outros serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas que possam contribuir na construção da autonomia, da inserção social e da proteção às situações de violência.

Deve promover o acesso a espaços de guarda de pertences, de higiene pessoal, de alimentação e provisão de documentação civil. Proporciona endereço institucional para utilização, como referência, do usuário.

Nesse serviço deve-se realizar a alimentação de sistema de registro dos dados de pessoas em situação de rua, permitindo a localização da/pela família, parentes e pessoas de referência, assim como um melhor acompanhamento do trabalho social.

Usuários:

Jovens, adultos, idosos e famílias que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência.

Objetivos:

- Possibilitar condições de acolhida na rede socioassistencial;
- Contribuir para a construção de novos projetos de vida, respeitando as escolhas dos usuários e as especificidades do atendimento;
- Contribuir para restaurar e preservar a integridade e a autonomia da população em situação de rua;
- Promover ações para a reinserção familiar e/ou comunitária.

Serviço / projeto / programa	Quantidade de atendimento / caso
CREAS / POP	62
Total Geral	62

Alta Complexidade

Os serviços:

Serviço de Acolhimento Institucional - SAIN.

Descrição geral:

Acolhimento em diferentes tipos de equipamentos, destinado a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral. A organização do serviço deverá garantir privacidade, o respeito aos costumes, às tradições e à diversidade de: ciclos de vida, arranjos familiares, raça/etnia, religião, gênero e orientação sexual.

O atendimento prestado deve ser personalizado e em pequenos grupos e favorecer o convívio familiar e comunitário, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local. As regras de gestão e de convivência deverão ser construídas de forma participativa e coletiva, a fim de assegurar a autonomia dos usuários, conforme perfis.

Deve funcionar em unidade inserida na comunidade com características residenciais, ambiente acolhedor e estrutura física adequada, visando o desenvolvimento de relações mais próximas do ambiente familiar. As edificações devem ser organizadas de forma a atender aos requisitos previstos nos regulamentos existentes e às necessidades dos usuários, oferecendo condições de habitabilidade, higiene, salubridade, segurança, acessibilidade e privacidade.

Descrição específica:

Para crianças e adolescentes:

Acolhimento provisório e excepcional para crianças e adolescentes de ambos os sexos, inclusive crianças e adolescentes com deficiência, sob medida de proteção (Art. 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente) e em situação de risco pessoal e social, cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção. As unidades não devem distanciar-se excessivamente, do ponto de vista geográfico e socioeconômico, da comunidade de origem das crianças e adolescentes atendidos. Grupos de crianças e adolescentes com vínculos de parentesco – irmãos, primos, etc., devem ser atendidos na mesma unidade. O acolhimento será feito até que seja possível o retorno à família de origem (nuclear ou extensa) ou colocação em família substituta.

Casas Acolhedoras Porto Velho - SEMAS:

Unidade	Capacidade	Faixa etária	Sexo
Lar do Bebê	100	0 a 6 anos (6 a 12 – Feminino)	Masculino e Feminino
Casa de Passagem “Cosme e Damião”	35	7 a 12 anos	Masculino
Casa Moradia	30	12 a 17 anos	Feminino
Casa da Juventude	30	12 a 17 anos	Masculino

Diagnóstico Quantitativo (para crianças e adolescentes)

O relatório em voga refere-se ao ano de 2011. Os dados estatísticos apresentados têm como base os relatórios trimestrais enviados pelas Unidades de Acolhimento, bem como dos instrumentais preenchidos pelos mesmos e pelos técnicos de referência.

Em 1 de Janeiro de 2011 haviam 52 crianças e 23 adolescentes acolhidos nas 04 unidades, destes 48 eram do sexo feminino e 27 do sexo masculino. Das 52 crianças abrigadas, 09 estavam destituídas do poder familiar, aguardando adoção (07 meninas e 02 meninos); os demais estavam divididos em: aguardando o posicionamento judicial quanto a solicitação da guarda para família extensiva e/ou processo de reinserção familiar

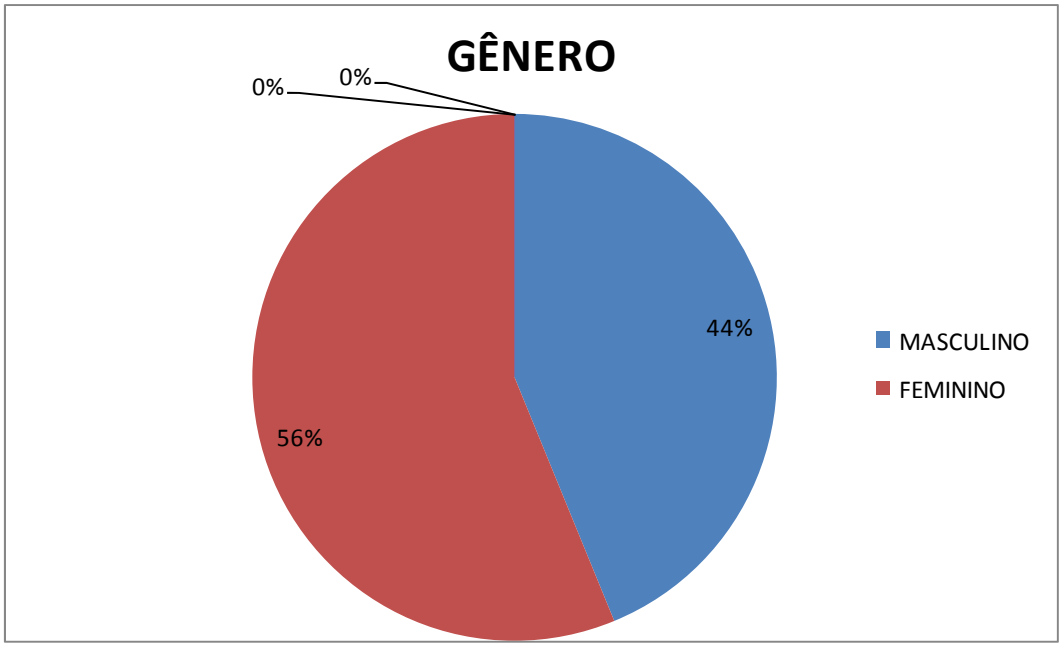


Gráfico 1- Gênero
Fonte: SAIN-2011

Dos 23 adolescentes, 01 é maior de idade e possui um comprometimento mental e não possui qualquer possibilidade de retorno à família de origem, uma vez que o mesmo foi abandonado quando criança; 13 estavam aguardando o posicionamento judicial quanto a solicitação de guarda para família extensiva; 09 manifestam o comportamento de entradas/saídas constantes da unidade, perderam o referencial,/vinculação familiar, em contra partida encontraram no abrigo um “ponto a recorrer”, mas não permanecem por muito tempo na unidade, mas sempre retornam.

No decorrer do ano de 2011, houve 749 crianças e adolescentes abrigados nas quatro unidades de abrigo, destes 535 crianças e 188 adolescentes, distribuídos em:

Lar do Bebê	485 crianças
Cosme e Damião	50 crianças
Casa Moradia	102 adolescentes
Casa Juventude	86 adolescentes

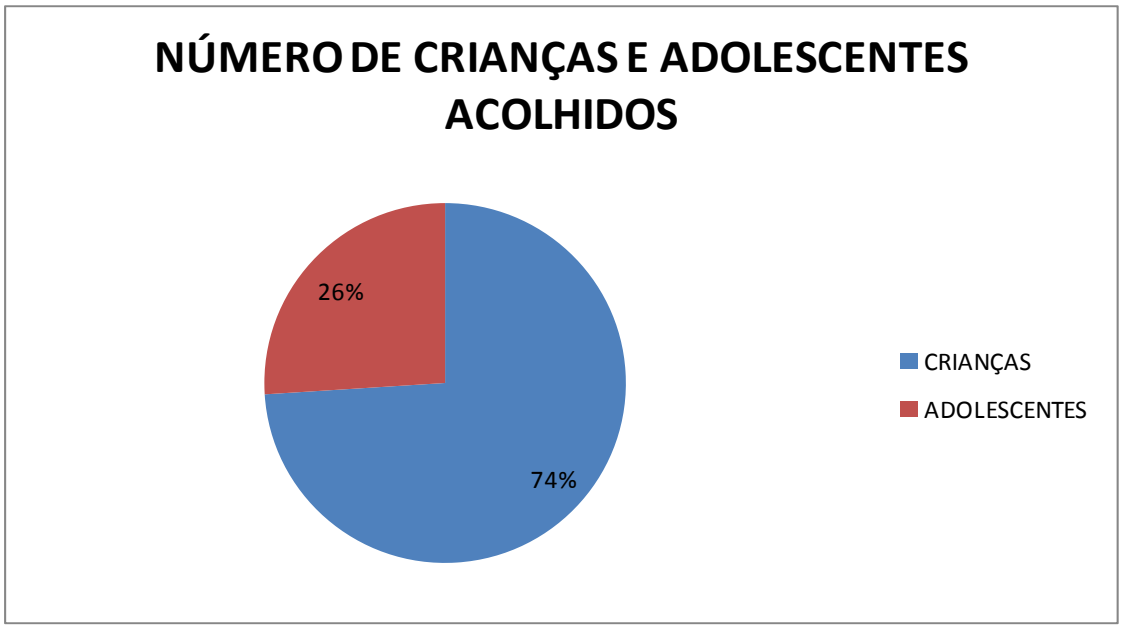


Gráfico 2 – crianças e adolescentes institucionalizados
Fonte – SAIN-2011

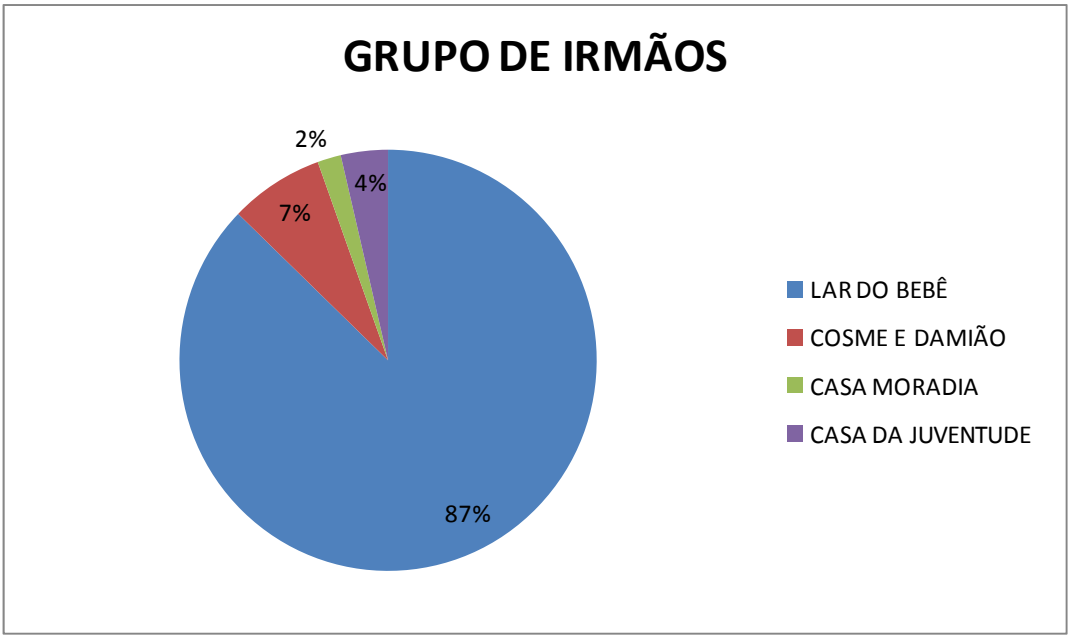


Gráfico 03 – grupo de Irmãos
Fonte: SAIN-2011

No total, juntando as crianças/adolescentes que estavam no abrigo em 01/01/2010 e as que adentraram durante o ano, 749 crianças e adolescentes abrigados ao longo desse período. Destes 57 saíram mediante guarda para família extensiva; 356 foram reintegradas à família de origem, sendo 19 reintegrações efetivadas fora do estado, 01 reintegração internacional, 32 reintegrações intermunicipal, 26 reintegrações nos distritos ao longo e 98 em Porto Velho; 16 foram adotados, 05 foram transferidos de unidade, 102 saíram do abrigo sem permissão, característica peculiar dos adolescentes em situação de exploração sexual, conflito com a Lei e drogadição, e 121 crianças/adolescentes permaneceram nas unidades, tendo 68 que estão com o processo de guarda em andamento, e 06 com tratamento fora do domicílio – TFD – nestes incluem o tratamento de drogadição. Ao longo do ano, o SAIN atendeu 749 crianças/adolescentes, foram atendidas 427 famílias; 49 não foram localizadas por falta de maiores informações a respeito de sua localização geográfica; e 32 famílias não compareceram para atendimento quando solicitadas.

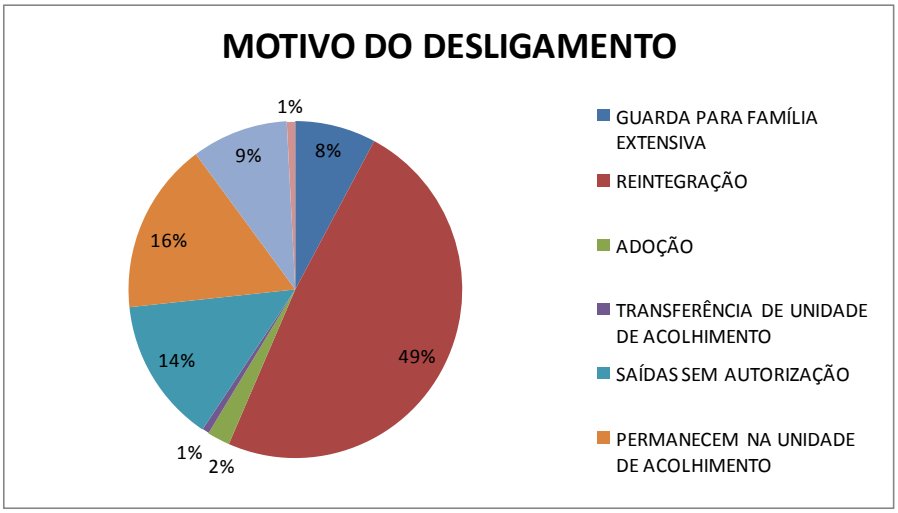


Gráfico 4 – Desligamento
Fonte: SAIN-2011

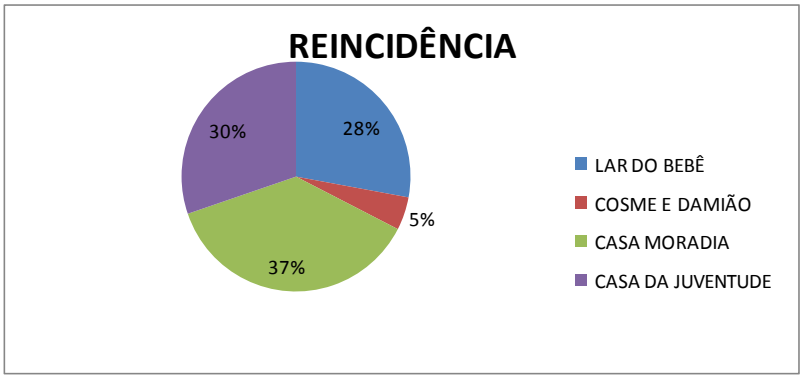


Gráfico 5 – Reincidência
Fonte: SAIN - 2011

No gráfico acima fica evidenciado que a Casa Moradia (37%) e a Casa Juventude (30%) apresentam um número elevado de reincidência e este resultado tem origem na questão do uso de psicoativos pelas adolescentes (30%) e pelos adolescentes (28%). Já no Lar do Bebê (28%) e na Cosme Damião (5%) este resultado se dá em razão da entrada de grupos de irmãos.

Ressalte-se que houve uma diminuição considerável (29%) nos acolhimentos no ano de 2011 com relação a 2010, o que leva este SAIN a levantar a hipótese de que isto se deu em razão da nova lei da adoção 12.010, de 03 de agosto de 2009, que deu subsídio legal para a Portaria 001-2010, do JIJ-RO-2010, que normatizou os procedimentos a serem efetivados antes, durante e após acolhimento institucional pelos CTCAS, como também pelo suporte efetivo dos CRAS em Porto Velho e do CRAS itinerante ao longo da BR.

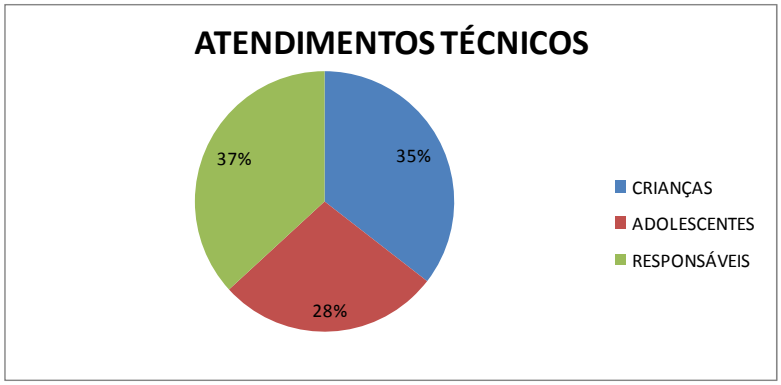


Gráfico 6 – Atendimentos Técnicos
Fonte: SAIN - 2011

Os profissionais de referência dos abrigos, nesse período, realizaram 352 visitas domiciliares; 1.600 atendimentos as crianças;1.250 atendimentos aos adolescentes, bem como 1.660 atendimentos a seus familiares; 4 atendimentos em grupo; 5 encaminhamentos para Orientação Profissional na Clínica-escola da Ulbra; 6 encaminhamentos para atendimento psicoterápico no SPA ULBRA; 8 crianças em atendimento psicoterápico na rede privada, sistema de parceria e voluntariado; 3 genitores encaminhados para psicoterapia; 25 genitores encaminhados ao AA; 14 genitores encaminhados a Casa Família Rosetta para tratamento de dependência química; 5 encaminhamento para tratamento de desintoxicação fora do domicílio; 26 encaminhamentos para o Programa de Transferência de Renda (BF); 6 encaminhamentos para o auxílio aluguel; 08 encaminhamentos para o Programa Habitação; 4 já contemplado no programa habitação; e 186 auxílio-alimentação.

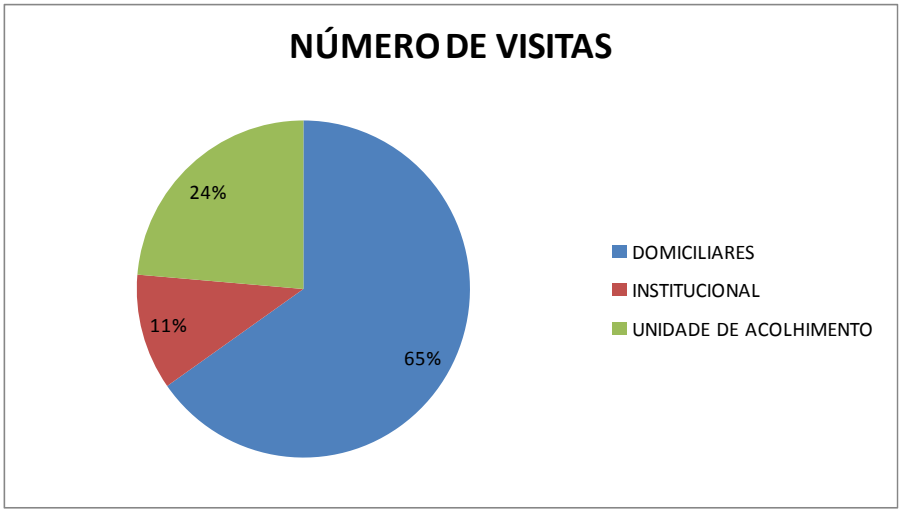


Gráfico 07 – Visitas
Fonte: SAIN – 2011

Os técnicos do SAIN, no intuito de garantir os direitos das crianças e adolescentes sob a sua responsabilidade técnica procedeu visitas domiciliares (65%), visitas institucionais (11%) e visitas as unidades de acolhimento (24%).

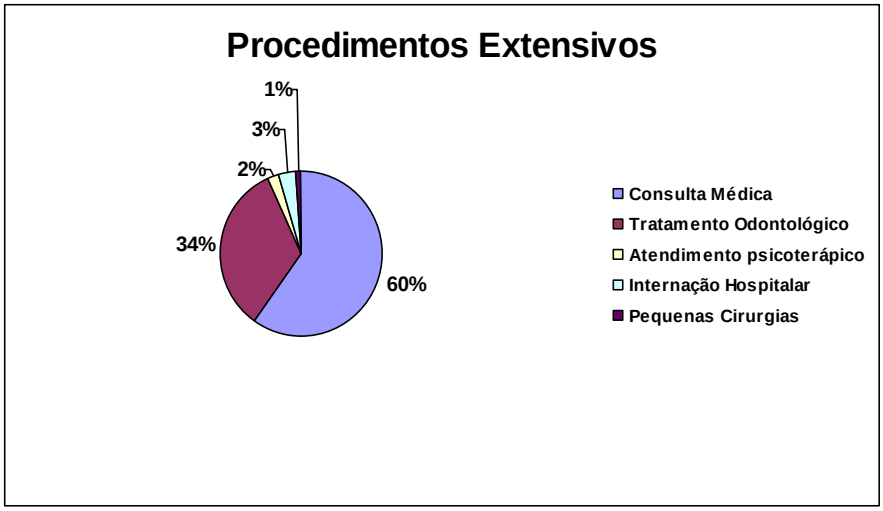


GRAFICO 8 – PROCEDIEMNTOS EXTENSIVOS
FONTE: SAIN-2011

As guardiãs e os educadores das unidades de abrigo acompanharam as crianças e adolescentes para atendimento psicoterápico, consulta médica, tratamento odontológicos, internação hospitalar e pequenas cirurgias, oportunizando desta forma, o acesso aos aparelhos do estado que permitem a promoção da saúde, por conseguinte, o exercício da cidadania.

Ressalte-se que, apesar de todo o cuidado despendido por este SAIN e pelas guardiãs e educadores nas unidades, a unidade Lar do Bebê teve a perda (óbito) de duas crianças.

Ressalte-se também que nos procedimentos em que se fizeram necessários a internação gerou um desequilíbrio momentâneo nas unidades, em razão da saída dos educadores das unidades para acompanhamento nas unidades hospitalares, mostrando assim a real necessidade de educadores reservas para atendimento com qualidade nestes momentos excepcionais.

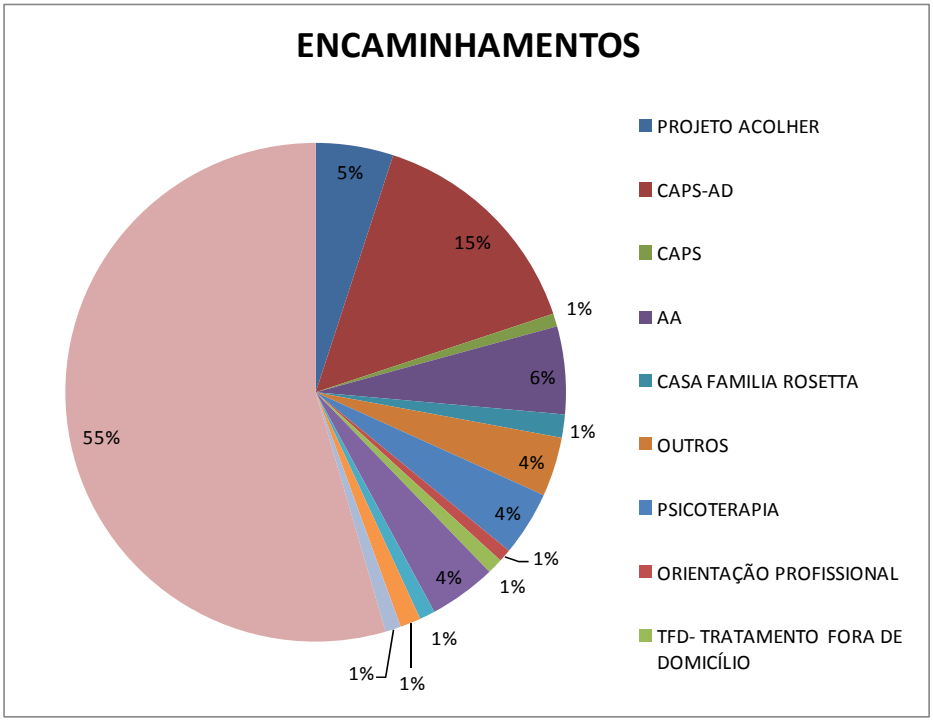


Gráfico 9 – Encaminhamentos feitos
Fonte: SAIN 2011

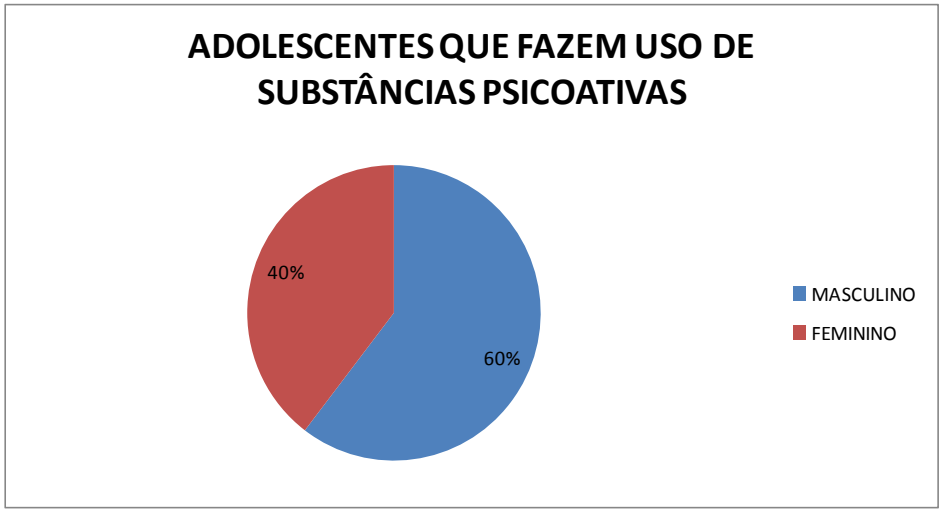


Gráfico 10 – Psicoativos
Fonte – SAIN 2011

O gráfico 10 aponta para a urgência do poder público implementar políticas de enfrentamento a grave questão da drogadição que está assolando o pais e, em especial, a nossa capital e seus distritos.

Análise Qualitativa (para crianças e adolescentes)

O perfil da clientela atendida pela Central de Atendimento Técnico no ano de 2011 é formado basicamente por famílias monoparentais, tendo a frente das mesmas as mães. A localização das famílias coletadas a partir dos atendimentos e do preenchimento dos instrumentais foram divididas por zonas de incidência e por bairros (Ver Gráficos), mas se pode observar a existência de acolhimentos fora do perímetro do nosso município, ou seja, demanda de outros municípios de Rondônia, bem como de outros Estados. Neste ano, 38 crianças e adolescentes, oriundas de outros estados, tais como Amazonas (23), Acre (4), Mato Grosso (2), Goiás (1), Pará (1), Paraíba (1). São Paulo (2) e Ceará (3) foram abrigadas nas unidades e, quando liberados, reintegrados nas suas cidades de origens, sendo que o ônus da reintegração foi do município de Porto Velho.

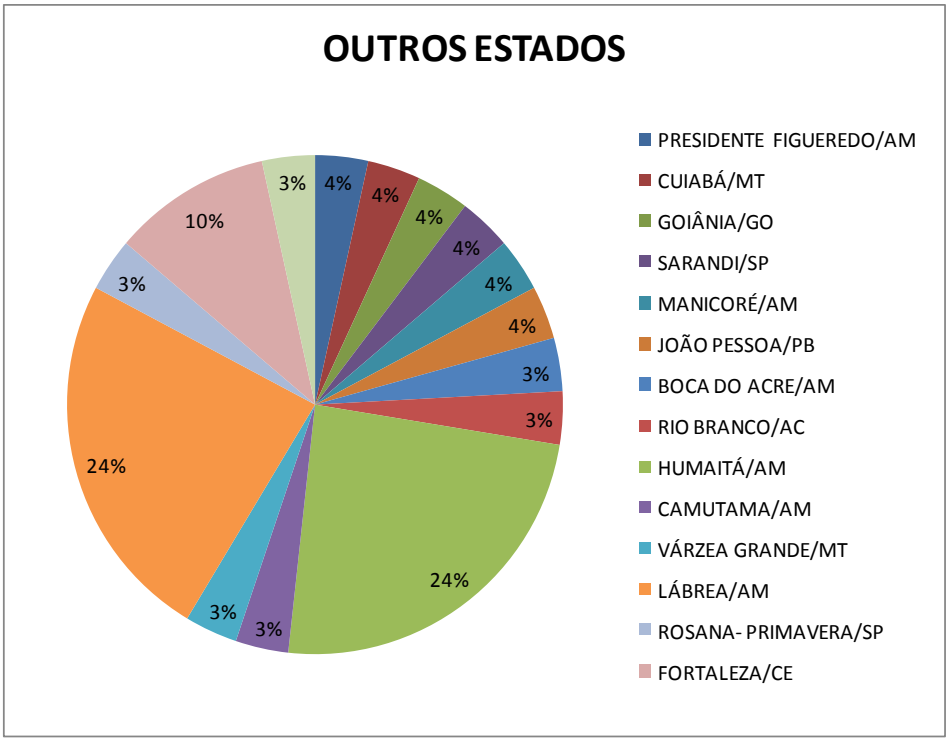


Gráfico 11 – Outros Estados
Fonte: SAIN - 2011

A demanda dos usuários de outras localidades intermunicipal e interestadual foi notória (44 acolhidos), sendo que de Candeias do Jamari foram 11 acolhimentos e de Itapuã do Oeste foram 10 acolhimentos, o que suscita recursos humanos, materiais e financeiros para proceder a um atendimento psicossocial de qualidade, objetivando a garantia dos direitos dos mesmos, ou seja, a reintegração ao convívio familiar na localidade de origem.

O exposto em voga é indicador da necessidade imediata da SEMAS estabelecer um diálogo com o Juizado da Infância e da Juventude, bem como com a Promotoria da Infância e da Juventude, no sentido de estabelecer critérios para a não absorção da demanda dos municípios circunvizinhos, bem como também, para que os mesmos assumam a responsabilidade pelos seus munícipes, uma vez que, mesmo eles sendo comarca da justiça de Porto Velho, tem como responsabilidade, criar e manter as unidades de acolhimento para os casos que suscitam medidas protetivas.

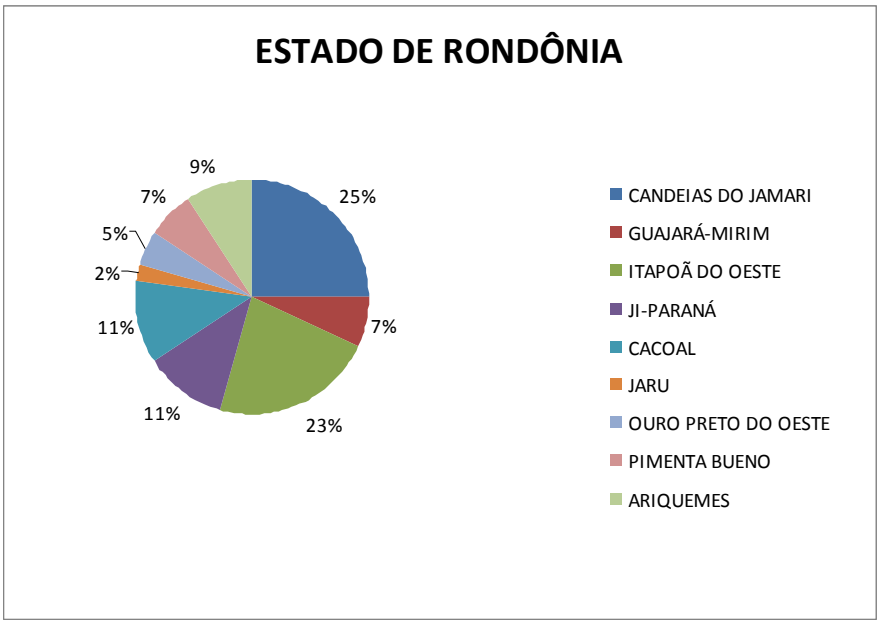


Gráfico 12 – Municípios de Rondônia
Fonte: SAIN-2011

No que se refere ao município de Porto Velho – sede – percebe-se que a demanda principal continua sendo da Zona Leste incluindo todos os bairros e a demanda secundária da Zona Norte, em especial, bairro Nacional. Frente ao exposto, reforça-se a necessidade de se programar políticas publicam focadas na Zona Leste como um todo e Zona Norte, com foco no Bairro Nacional, conforme gráficos abaixo.

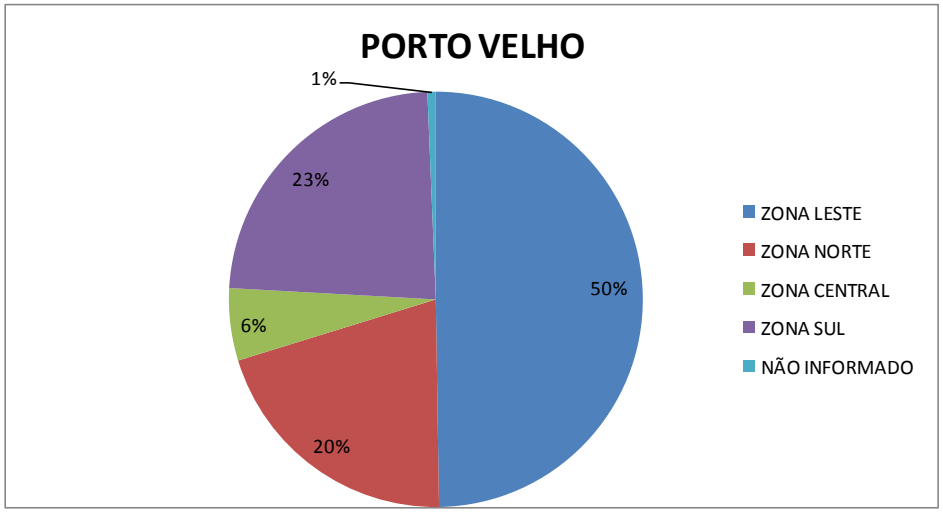


Gráfico 13 – Territorialização
Fonte: SAIN – 2011

No que se refere aos distritos ao longo da BR, percebe-se de maneira transparente a necessidade proeminente de implementação de políticas publicas em Jacy Paraná, Mutum Paraná e Extrema, uma vez que com a implantação da Usina de Jirau, a situação de vulnerabilidade social e pessoal dos munícipes residentes nestes distritos, aumentou consideravelmente, suscitando assim, que o executivo municipal disponibilize serviços e equipamentos sociais com urgência, garantindo desta forma, os direitos dos mesmos.

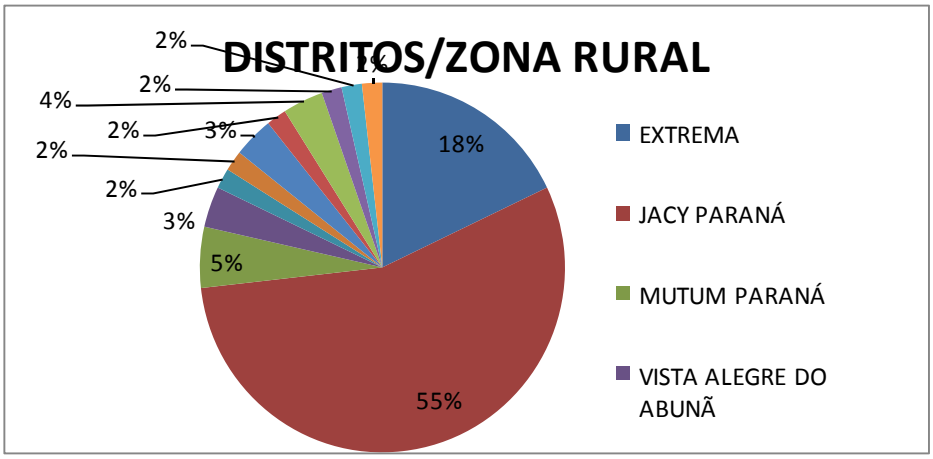


Gráfico 14 – distritos
Fonte: sain-2011

Mesmo Rondônia fazendo divisa com o país da Bolívia, em especial da cidade de Guayara Merim, este SAIN não atendeu crianças e ou adolescentes desta localidade.

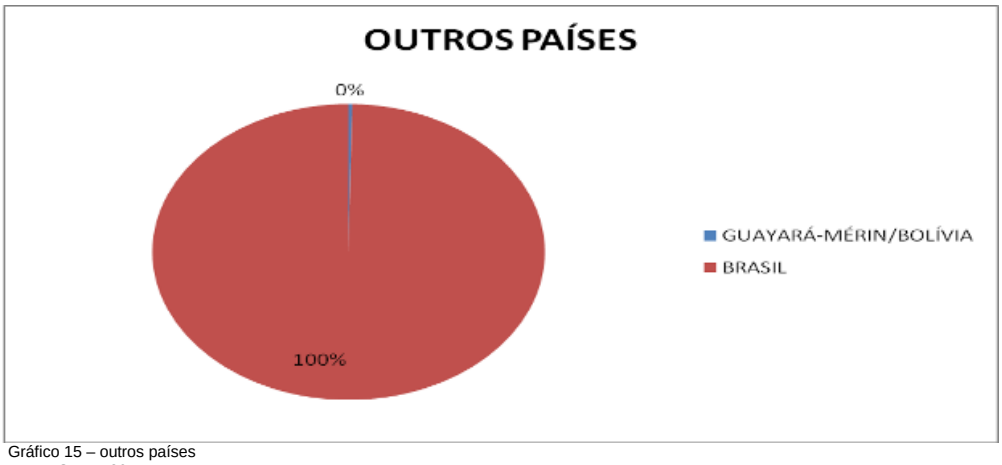


Gráfico 15 – outros países
Fonte: SAIN - 2011

Dos 749 acolhidos nas 04 unidades, 21% são de etnia PARDA, sendo característica da região onde estamos localizados haja vista a presença de diversas miscigenações; 20% de NEGRA; e 59% de BRANCA.

Este percentual difere do ano de 2010, onde a predominância foi a cor parda (68%) levando este SAIN a conjecturar a hipótese de que as pessoas acolhidas, em sua grande maioria, são as que vieram em busca do sonho do eldorado das usinas do madeira.

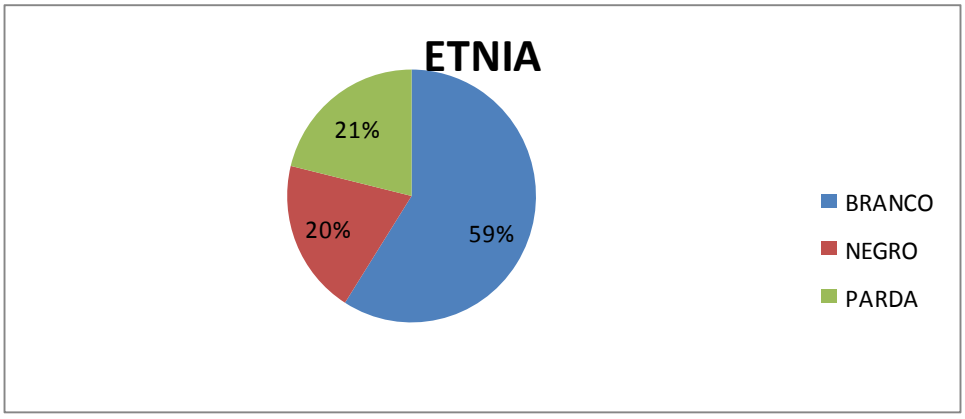


Gráfico 16 – Etnia
Fonte: SAIN-2011

A faixa etária de maior índice no ano de 2011 foi de crianças na faixa etária de 0 a 1 ano, como mostra o gráfico, seguida de adolescentes na faixa etária 12-13 anos, o que denota a fragilidade da estrutura da família portovelhense.

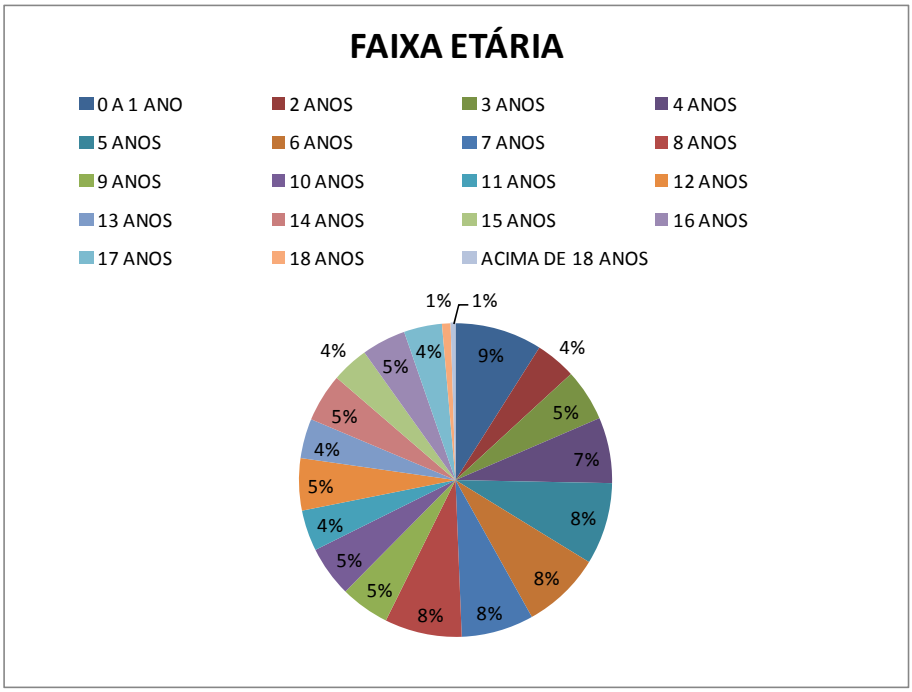


Gráfico 17- Faixa etária
Fonte: SAIN-2011

Constata-se no gráfico 17 que 70% dos demandatários das unidades de abrigo, encontram-se regularmente matriculados e frequentando as aulas, sendo 44% no ensino fundamental, 24% na educação infantil e 2% no ensino médio e 2% no ensino especial. E os 30% restante estão as crianças que ainda não apresentam idade para frequentar a escola e os adolescentes que não querem frequentar a escola, mesmo sendo matriculados.

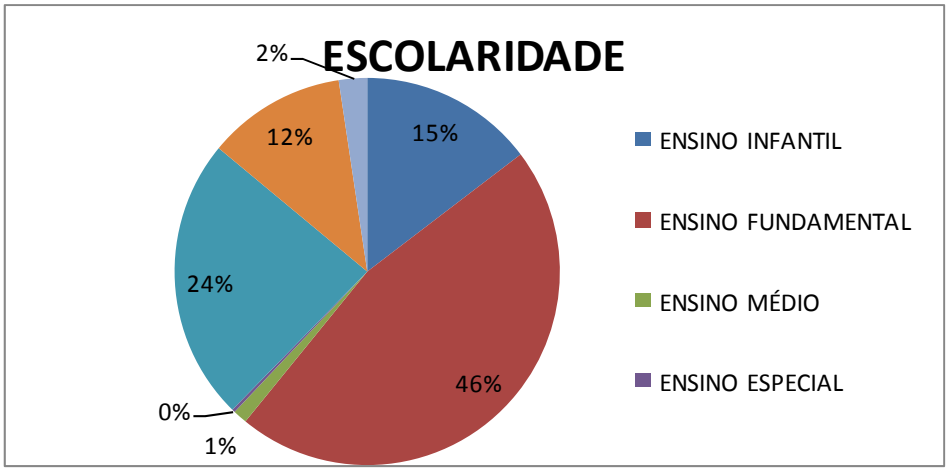


Gráfico 18 – Escolarização
Fonte: SAIN - 2011

Outro item de extrema significância para o desenho da fotografia das crianças e adolescentes atendidos pelo Projeto Travessia é a natureza do problema apresentado quando do acolhimento. A maior incidência, como se pode observar no Gráfico Nº 15, é de abandono (23%), em seguida conflito familiar (19%) Situação de Risco (15%), pais dependentes químicos (8%), suspeita de abuso sexual (8%) e em razão da própria conduta do adolescente (7%), o que pode colocá-lo a mercê dos maus tratos, negligencia e, também, da exploração sexual.

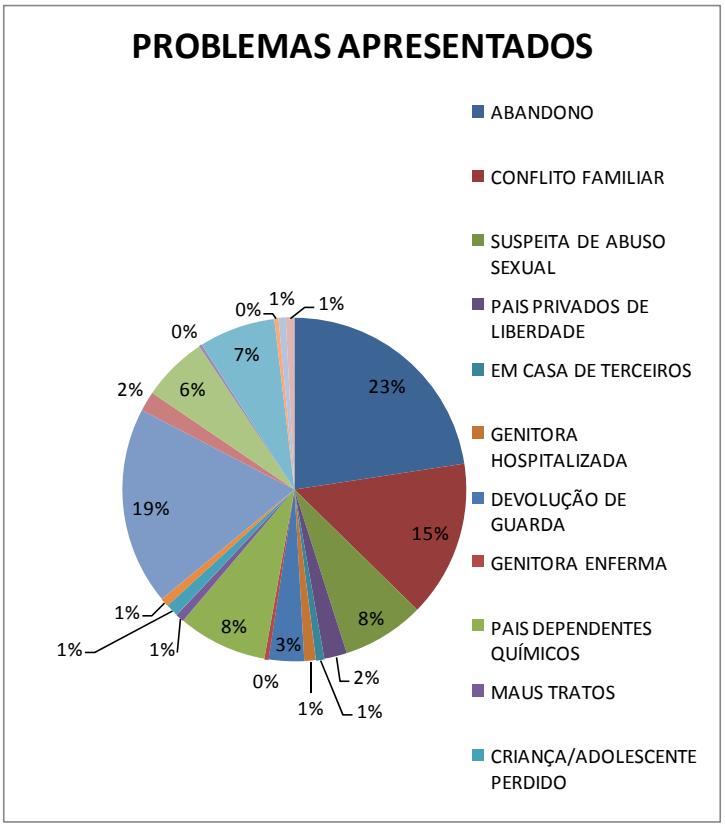


Gráfico 20 – Natureza do problema
Fonte: SAIN-2011

Operacionalização dos Serviços (para crianças e adolescentes)

As atividades realizadas durante o ano de 2011 nas unidades de acolhimento foram voltadas para cursos de preparação profissional dos adolescentes objetivando o ingresso dos mesmos no mercado de trabalho. Estas atividades tiveram como parceiros o Sistema “S” através do SESC, o SEST/SENAT, CICA e o Centro do Menor.

Foi desenvolvido também atividades de lazer e socialização tais como passeio a feira do porto, cinemas, shopping, colônia de férias, dia no clube, dentre outras.

No intuito de resgatar a vinculação familiar este SAIN acompanhou estágios de convivência de crianças e adolescentes sob sua responsabilidade técnica.

Foi construído também pela equipe técnica do SAIN, guardiãs, educadores e Estagiários do curso de psicologia da Ulbra os projetos políticos pedagógicos – PPP das unidades de acolhimento, balizando assim a atividade nas dependências das unidades.

A equipe de recursos humanos do Serviço de Acolhimento Institucional é formada por 08 psicólogos e 02 Assistente Social para atender as quatro Unidades de Acolhimento. Mas, é gritante a necessidade de mais 09 profissionais da área de Serviço Social, 06 pedagogos, bem como 03 psicólogos que é condição sine qua non para o trabalho em conjunto destes profissionais como reza a Política Nacional de Assistência Social.

Os técnicos, no intuito de capacitarem-se, participaram dos seguintes eventos:

- Campanha dos 18 dias de Ativismo pelo fim da Violência contra as Mulheres e a Amostra do Projeto “CASA ABRIGO”
- Conversando sobre Saúde de Crianças e Adolescentes
- Seminário Regional “Justiça Juvenil sob o marco da Doutrina da Proteção Integral: Papel do Sistema de Justiça frente aos Desafios Político-Institucionais para a Conquista e a Garantia do pleno Desenvolvimento dos Adolescentes em Conflito com a Lei”
- Conferência Estadual de Direitos Humanos
- Oficina do saber
- Seminário de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes
- Oficina “Lei Maria da Penha”
- Homenagem ao Dia do Assistente Social na Assembleia Legislativa de Rondônia
- Conferência Municipal das Pessoas com Deficiência

- Dia 18 de Maio: Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes
- Reuniões com Juizado da Infância e Juventude
- Grupo de estudo do SAIN com Juizado da Infância e Juventude versando sobre a nova lei da adoção;
- Reuniões Internas do SAIN;
- Congresso Internacional Psicossocial-Jurídico
- Encontro Nacional dos Gestores da Assistência Social

No que tange as relações interpessoais, esta se apresenta com boa qualidade no desempenho dos serviços. Entretanto, percebe-se um avanço na execução do trabalho interdisciplinar – Psicólogo, Assistente Social e Educadores, o que continua fortalecendo a ideia de que necessário de faz a elaboração de estratégias da equipe técnica para minimizar estas dificuldades que geram um prejuízo ou seja, morosidade no desempenho dos serviço com qualidade.

Origem do Encaminhamento (para crianças e adolescentes)

Confirmando a zona de maior incidência de encaminhamentos se observa no gráfico abaixo que é a do II CTCA, que atua diretamente na zona leste, a qual é chamada pela Policia Militar de ZONA VERMELHA.

Resultado este que serve como indicador da necessidade de políticas publicas efetiva nesta área, buscando assim, minimizar os danos na vida destas famílias.

O Plano Municipal de Convivência Familiar e Comunitária (nov. 2010) aponta várias ações que suscitará outros caminhos para estas crianças, adolescentes e familiares.

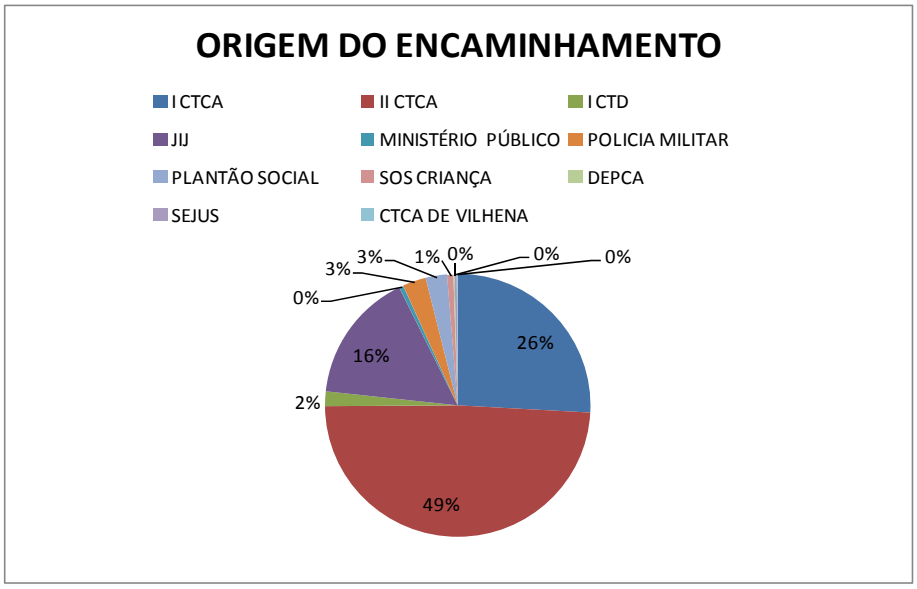


Gráfico 21 - Origem Do Encaminhamento
Fonte: SAIN 2011

Frente ao exposto, consideramos como prioridade para o ano de 2012 os pontos abaixo elencados:

- Contratação em caráter de urgência de técnicos das áreas de Pedagogia, Psicologia e Serviço Social;
- Oficina de trabalho interdisciplinar envolvendo técnicos, guardiões e educadores na nova Lei da Adoção;
- Grupo de estudo para orientações técnicas para acolhimento;
- Implantação do Projeto Família Acolhedora;
- Implantação do grupo terapêutico com pais agressores;
- Execução eficaz do serviço de pós reintegração;
- Estabelecimento de diálogo pela SEMAS com o Juizado da Infância e da Juventude, objetivando a responsabilização dos municípios circunvizinhos pelas suas crianças e adolescentes;
- A execução plena do Plano Municipal de Convivência Familiar e Comunitária.
- Capacitação continuada para os atores envolvidos na garantia dos direitos da criança e do adolescente, bem como de seus familiares;
- Maior eficácia na rede socioassistencial;
- Acolhimentos feitos com maior qualidade;

Para adultos e famílias: (Albergue Municipal)

Acolhimento provisório com estrutura para acolher com privacidade pessoas de ambos os sexos ou grupo familiar. É previsto para pessoas em situação desabrigo por migração e ausência de residência ou pessoas em trânsito e sem condições de autossustento.

Deve estar distribuído no espaço urbano de forma democrática, respeitando o direito de permanência e usufruto da cidade com segurança, igualdade de condições e acesso aos serviços públicos. O atendimento a indivíduos refugiados ou em situação de tráfico de pessoas (sem ameaça de morte) poderá ser desenvolvido em local específico, a depender da incidência da demanda.

Tabela de atendimento Anual de 2011	
Clientela	Quantidade
Crianças	59
Adolescentes	27
Homens	580
Mulheres	101
Homens Idosos	86
Mulheres Idosas	24
Deficiente Físico	33
Famílias	26
Total	936

Para mulheres em situação de violência:

Acolhimento provisório para mulheres, acompanhadas ou não de seus filhos, em situação de risco de morte ou ameaças em razão da violência doméstica e familiar, causadora de lesão, sofrimento físico, sexual, psicológico ou dano moral.

Deve ser desenvolvido em local sigiloso, com funcionamento em regime de co-gestão, que assegure a obrigatoriedade de manter o sigilo quanto à identidade das usuárias. Em articulação com rede de serviços socioassistenciais, das demais políticas públicas e do Sistema de Justiça, deve ser ofertado atendimento jurídico e psicológico para a usuárias e seu filhos e/ou dependente quando estiver sob sua responsabilidade.

Tabela de atendimento Anual de 2011	
Clientela	Quantidade
Crianças	12
Mulheres	09
Total	21

Convênios Firmados com Entidades com Recursos dos Fundos - FMAS, FMI e FMDCA, exercício 2011

Relação de Convênios Firmados com Entidades com Recurso FMAS, exercício 2011

PRECESSO	ENTIDADE	Fonte de Recurso	VALOR	PROJETO	OBJETIVO	N° CONVENIO
12.0133/11	AMICC	FMAS	21.000,00	Em Busca da Inclusão Social	Promover a Inclusão Social	027/PGM/11
12.0118/11	Assoc. Brasileira de Assist. Educação e Cultura ABAEC	FMAS	17.905,55	Cesmar	Contribuir na Valorização da auto-estima da criança e adolesc em situação de Vulnerabilidade.	042/PGM/11
12.0075/11	Associação Casa Família Rosetta	FMAS	21.900,00	Inclusão Social: Direito de Todos	Contribuir p/ a melhoria da qualidade de vida de crianças e adolescentes	022/PGM/11
12.0264/11	Associação Casa Família Rosetta	FMAS	53.655,00	Mulheres Independentes	mplementação da Comum. Terapêutica para Mulheres depend. de Subs. Psicoativas	117/PGM/2011
12.0167/11	ABC	FMAS	20.185,03	Ipê	Contribuir na Capacitação e Inclusão de Jovens e Adultos no Mercado de Trabalho	046/PGM/11
12.0187/11	Instituto Laura Vicuña	FMAS	15.000,00	Criando Arte e Cidadania	Aquisição de Material Permanente	057/PGM/11
12.0207/11	Centro Saleciano do Menor	FMAS	19.805,00	Em Clima de Refrigeração	Aquisição de Material Permanente e Consumo	083/PGM/11
12.0132/11	Lar Espírita André Luiz – LEAL	FMAS	18.684,00	Segurança e Proteção ao Idoso	Aquisição de equipamentos de segurança à idosos.	055/PGM/2011
12.0228/11	Sociedade Pestalozzi de Porto Velho	FMAS	18.806,69	Fortalecimento da Educação Profissional	mplementar a Educação Profissional	------
12.0131/11	ASBEMIC	FMAS	25.000,00	Geração de Trabalho e Renda	Oferecer aos jovens e Adolesc. cursos profissionalizantes	043/PGM/11
12.0134/11	ASCOMABE	FMAS	19.200,00	Mãos Estendidas	Propiciar Curso Profissionalizante p/ as famílias e adjacente do bairro Embratel	040/PGM/11
12.0196/11	Rondônia Clube PARAOLÍMPICO	FMAS	15.678,96	Atleta do Futuro	Aquisição de Material DE CONSUMO	087/PGM/11
12.0136/11	APAE	FMAS	18.639,50	Rompendo Barreira	Aquis. de Mat. Pedagógico e Equip. p/ Atendimento Especializado	028/PGM/11
12.0020/11	SEMAS	SEMAS	89.839,00	Encontro Regional Congemas Norte	Aquisição de material de consumo em evento	004/PGM/11
12.0029/11	Assoc. Clube de Mães, Idosos, Crianças e Moradores do Bairro Esp. da Comunidade	SEMAS	43.866,00	III Fórum Municipal de Assistência Social	Construir Mecanismos P/ a Inclusão das Minorias nas ações da Assist. Social	006/PGM/11
12.00325/11	ASCOMABE	SEMAS	64.785,00	Inclusão Digital	Promover Ações Educativas e Socioculturais aos Idosos da T. idade	100/PGM/2011
120339/11	IEL	FMAS	300.000,0	Implementar Ações Socioeducatrivas	Promover o Fortalecimento da Convencia Familiar Comunitária	091/PGM/11
TOTAL		847.457,73				

Relação de Convênios Firmados com Entidades com Recurso do – CMDCA, exercício 2011

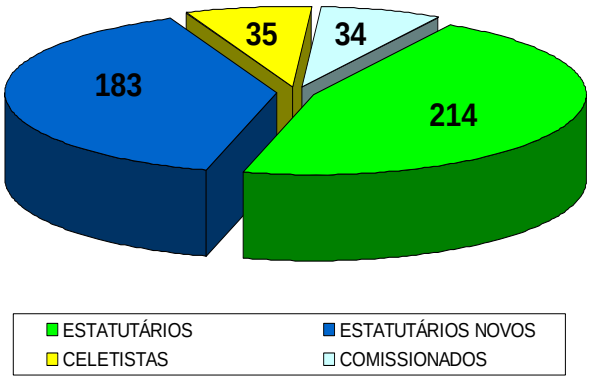
Precesso	Entidade	Fonte de recurso	Valor	Projeto	Objetivo	N° Convênio
12.0182/11	Centro de Defesa da Criança e do Adolescente - CDCA	FMDCA	39.168,00	Cuca Legal	mplementação de Ações para o Enfrentamento contra a Violênc. Sexual Contra a Criança	058/PGM/11
12.0208/11	Centro Social Saleciano Dom João Bastita Costa – Centro do Menor	FMDCA	39.500,00	Tecendo Futuro	Atender 60 adolescente entre 15 e18 anos, em situação de vulnerabilidade social.	066/PGM/11
12.177/2011	Associação Brasileira de Assistência, Educação e Cultura ABAEC	FMDCA	39.225,32	Horizontes	Contribuir na valorização e auto–estima de crianças e Adolesc. em situação de vulnerabilidade familiar.	051/PGM/11
12.0239/11	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE	FMDCA	39.983,00	Arte em Movimento e Esportes APAE Educadora Porto Velho	Promover Oficinas Artísticas a Jovens e Adolescentes.	067/PGM/11
----	Secretaria Munic. de Assist. Social - SEMAS	FMDCA	40.000,00	Fortalecendo Laços	----------	----------
		Total pago 157.893,32				
12.0416/11	Centro Social Saleciano Dom João Bastita Costa – Centro do Menor	FMDCA	49.803,78	Informática Para Todos	Aquisição de Material Permanente	-------
12.0410/11	Centro de Defesa da Criança e do Adolescente - CDCA	FMDCA	49.997,10	Salto para o Futuro	Promover Ações Pedagógica de Socioeducação a adolesc. em conflitos c/ a lei	----------
12.0413/11	Assoc. Para Formação de Atletas e Cidadão - AFAC	FMDCA	50.500,00	Revelando Talentos	———	---------
12.0411/11	Assoc. Beneficente Ippon de Karatê - ABIK	FMDCA	50.000,00	Formando um Atleta Cidadão	---------	-------
12.0412/11	Assoc. de Mães, Idosos e Crianças Carentes do Bairro Cidade Nova - AMICC	FMDCA	50.000,00	Cultura e Arte na Periferia	Garantir o Lazer através da Dança e a Profissionalização a Crianças e Adolescentes	112/PGM/2011
12.418/11	AFAC	FMDCA	89.415,00	VIII. Conferência Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente	Mobilizar, Implementar e Monitorar a Política do Plano decenal da Criança e Adolesc	-----
TOTAL		537.592,20				

Gestão do Trabalhador da Assistência

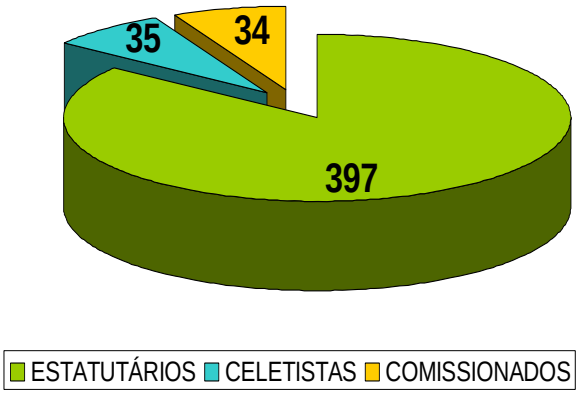
Para o desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Assistência Social, foram realizadas novas contratações de profissionais em diversas áreas de atuação. Acrescido esse numero de contratos novos aos contratos já existentes, percebe-se que houve uma ampliação do quadro de funcionários da SEMAS, sendo necessários o investimento na valorização e capacitação desses profissionais que atuam na assistência social de forma continuada observando as condições de trabalho, salários e carreira, os mesmos são distribuídos nas unidades da secretaria da seguinte forma conforme gráfico a seguir:

Divisão de pessoal - Mapeamento parcial de servidores da SEMAS, fevereiro/2011

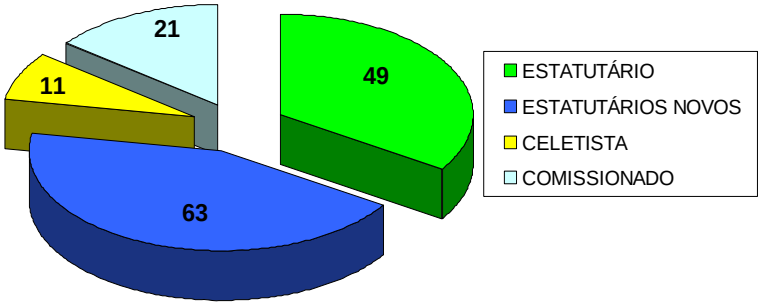
SEMAS
TOTAL 466 SERVIDORES

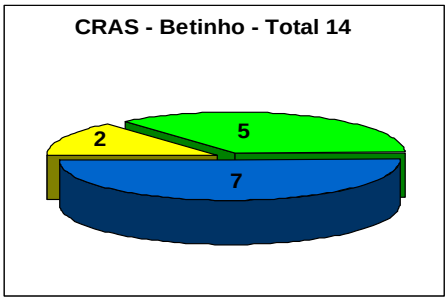


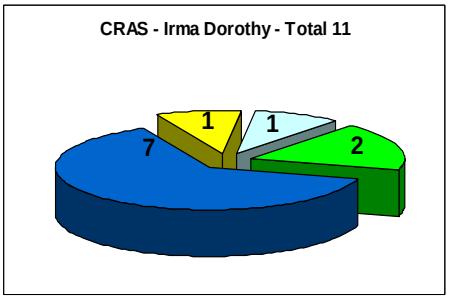
Servidores SEMAS Fevereiro/2011

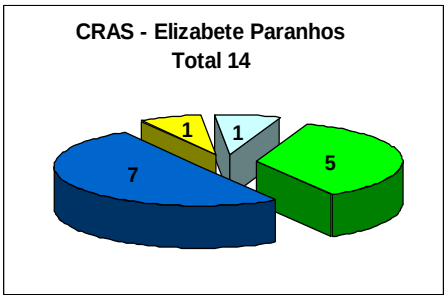


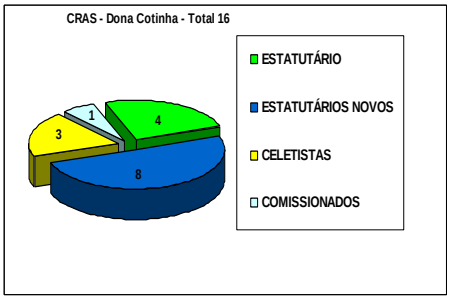
SERVIDORES LOTADOS NO DPSB
TOTAL 144

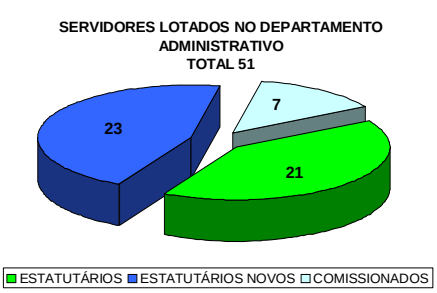


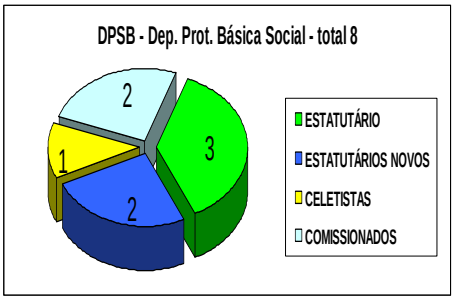












Considerações Finais

Os seis anos do Sistema Único de Assistência Social (Suas) no território brasileiro resultaram na criação de uma ampla rede de proteção social, que materializa a política pública da assistência social como direito do cidadão e dever do Estado, conforme previsto na Constituição Federal de 1988.

2011 marca a sanção da Lei do Sistema Único da Assistência Social, a Lei do SUAS. O sistema descentralizado e participativo tem como direção a unidade e totalidade da ação pública. O propósito é o de superar a fragmentação e a sobreposição das ações governamentais e não governamentais, sem perder de vista as diversidades de nossa região.

Sua organização e funcionamento são caracterizados pela gestão compartilhada, pelos equipamentos públicos, pelos serviços e benefícios, pela parceria pública e privada, pela vigilância social, sistema de informação, gestão do trabalho, regulação, monitoramento e avaliação e controle social. Esses aspectos dão novo formato à assistência social pública não contributiva.

Este relatório apresenta um conjunto de ações e serviços desenvolvidos pelo Municio de Porto Velho, através da Secretaria Municipal de Assistência Social.

A intersetorialidade, estratégia de gestão, busca soluções integradas para responder aos complexos fatores que tornam uma pessoa ou família vulneráveis. É uma visão ainda recente e pouco incorporada na maior parte dos municípios brasileiros, mas que tem dado bons resultados.

Porto Velho, capital de Rondônia, já começa a colher os frutos da integração da área da assistência social com outros setores da prefeitura, portanto a intersetorialidade não exige nenhuma ação nova o que ela precisa é de um planejamento diferente, um outro olhar sobre as ações já realizadas cotidianamente.

Registros Fotográficos





SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE (SEMA)

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE (SEMA)

Apresentação:

Este Relatório Circunstanciado de Atividades é uma síntese das ações realizadas no exercício de 2011 pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMA, e foi elaboradas em consonância com as disposições constantes na Lei Complementar n.º119 DE 30/04/2001 – Criação da Secretaria e sua finalidade, da Lei Complementar nº. 138/28/12/2001 – Código do Meio Ambiente do Município de Porto Velho e da Política Municipal de Meio Ambiente.

Fazem parte deste documento, informações das ações realizadas nos departamentos, o qual contribuíram para o crescimento das atividades desenvolvidas nesta secretaria, onde possibilitou avanços significativos que começa a ser percebido, demonstrando que é possível mudanças de paradigmas, relativo a mudanças de atitudes com iniciativas. Isto posto, houve devida adesão da população que foram positivas e crescente na realizações das atividades, fortalecendo a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, no alcance dos objetivos estratégicos idealizados nesta gestão, a partir das vivências e experiências com ações participativas.

Através da SEMA, foram executadas atividades de controle ambiental através do licenciamento, monitoramento e fiscalização; a criação de mecanismos para proteção e conservação ambiental e a gestão de políticas públicas e ambientais. Este relatório sistematiza os resultados provenientes destas ações e permite que a sociedade de Porto Velho acompanhe o andamento das atividades que são executadas em benefício do meio ambiente.

Com a reestruturação, através da Lei Complementar nº. 427 de 19/07/2011, bem como a contratação de Agentes de Educação Ambiental, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMA pode ampliar suas atividades desenvolvidas, dando mais dinamismo e qualidade nas ações. O reflexo dos esforços, pode ser observado a partir das informações contidas neste documento.

Introdução

A solução dos problemas ambientais tem sido considerada cada vez mais urgente para garantir o futuro da humanidade e depende da relação que se estabelece entre sociedade/natureza, tanto na dimensão coletiva quanto na individual. Por isso, a SEMA, vem desenvolvendo ações de Planejamento, Monitoramento e Fiscalização que visa antes de tudo, a garantia da sustentabilidade ambiental e a inclusão social.

A Política Municipal de Meio Ambiente compreende o conjunto de princípios, objetivos, diretrizes administrativas e técnicas, que visa orientar as ações do Poder Executivo voltadas para a utilização dos recursos ambientais, na conformidade com o seu manejo ecológico, bem como para a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no Município, condições ao desenvolvimento sócio-econômico e à proteção da dignidade e qualidade da vida humana.

A nossa Carta Magna dedica todo um capítulo ao meio ambiente, na verdade, um capítulo-artigo, formado pelo art. 225 e seus parágrafos. Dentre outras orientações, estabelece as competências dos entes da federação, disciplinando a competência para legislar e para administrar. Essa iniciativa teve como objetivo promover a descentralização da proteção ambiental, tendo como premissa, o caráter da precaução que está ligado à segurança das gerações futuras, como também de sustentabilidade ambiental e da qualidade de vida.

Em setembro de 2000, os presidentes de 189 países, inclusive o Brasil, se encontraram num evento que denominou “Cúpula do Milênio” promovido pela Organização das Nações Unidas - ONU, que ao analisar os maiores problemas mundiais, estabeleceu 8 objetivos de desenvolvimento do Milênio. Cada objetivo possui metas que deverão ser cumpridos por todos os países. Dentre os objetivos, está “Assegurar a Sustentabilidade Ambiental”. O Brasil criou vários programas que visa alcançar esses objetivos, estabelecendo parcerias entre estados e municípios.

O Município de Porto Velho vem planejando suas ações em consonância com os programa do Governo Federal, através do Ministério do Meio Ambiente e do Estado por meio da Secretaria de Estadual do Desenvolvimento Ambiental – SEDAM. Na SEMA, foram executadas atividades de controle ambiental através do licenciamento, monitoramento e fiscalização; a criação de mecanismos para proteção e conservação ambiental e a gestão de políticas públicas ambientais. Essas informações permitirão que os munícipes acompanhem o andamento das ações que são executadas em benefício do meio ambiente.

Organização Institucional da Secretaria Municipal de Meio Ambiente

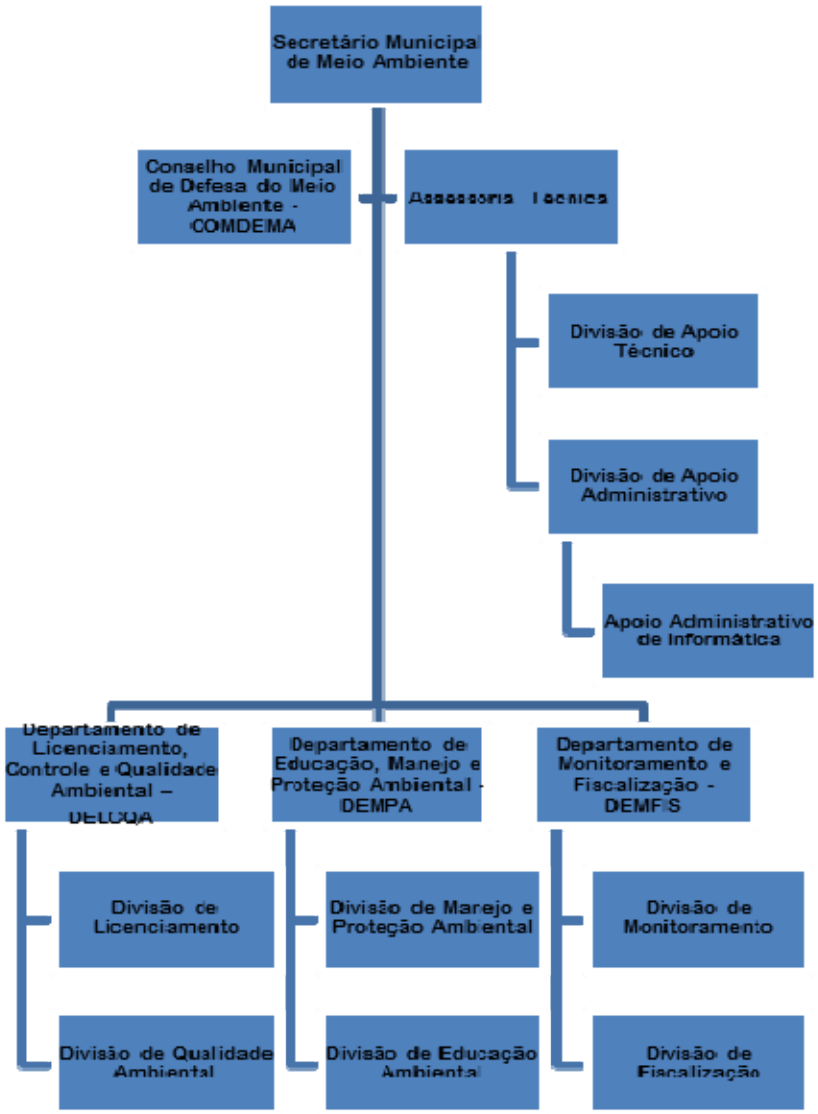
A Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMA é um órgão executivo da Prefeitura Municipal de Porto Velho. A Secretaria foi criada pela Lei Complementar nº 119, de 30 de abril de 2001, e é o órgão executivo do Sistema Municipal de Meio Ambiente, tendo por finalidade coordenar, controlar e executar a política municipal de meio ambiente do Município de Porto Velho, estando atribuídas a ela as matérias de proteção, controle e restauração do meio ambiente e a educação ambiental.

O ano de 2011 foi de grandes mudanças para a SEMA, sendo uma delas a reestruturação da secretaria que modificou algumas cargos e funções a fim de prestar um melhor serviço a sociedade. A secretaria hoje se divide em níveis hierárquicos, começando pelo secretário e secretário adjunto, seguido pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente – CONDEMA, Assessoria Técnica – ASTEC, uma Coordenadoria que gerencia dois departamentos que executam três serviços essenciais sendo eles o Licenciamento, a Fiscalização e o Monitoramento. Existem ainda mais dois departamentos, o de Proteção e Conservação Ambiental - DPCA e de Gestão de Políticas Publicas Ambientais – DGA. O DPCA juntamente com suas divisões tem a finalidade de administrar o Parque Natural Municipal de Porto Velho, criado através do Decreto nº. 3.816 de 27 de Dezembro de 1989, bem como, gerenciar a gestão de áreas ambientalmente protegidas, de acordo com Lei Complementar 138, de 28 de Dezembro de 2001.

A finalidade do DGA é difundir a Educação Ambiental no município, desenvolver Planos, Programas e Projetos que visa o desenvolvimento sustentável e ainda

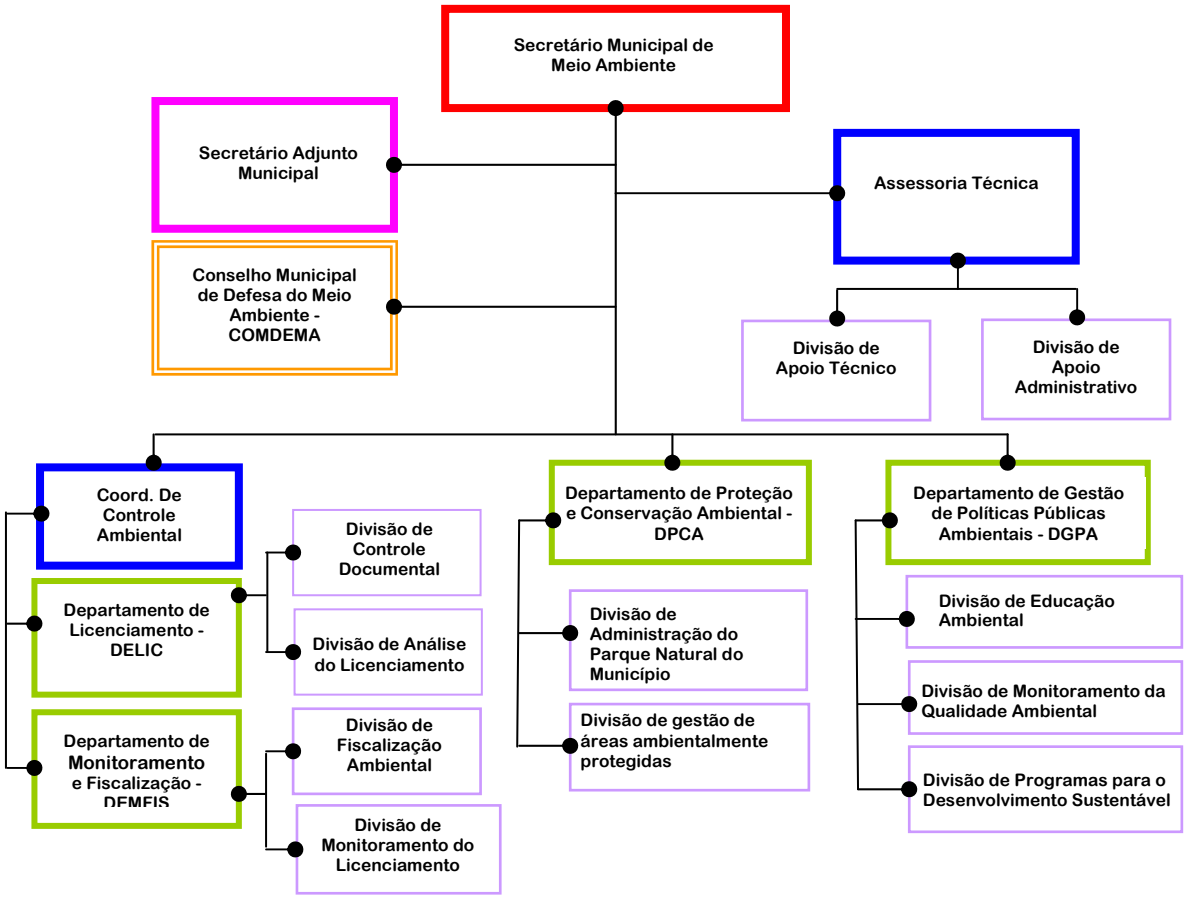
monitorar a qualidade ambiental, produzindo relatórios anuais, que ficará a disposição da sociedade para consulta.

Até o primeiro semestre de 2011 a Secretaria possuía o esquema organizacional ilustrado na figura:



Esta estrutura foi aprova através da Lei Complementar nº. 119 de 30 de Abril de 2001 que criou a Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMA.

Após a aprovação da nova reestruturação, por meio da Lei Complementar nº. 427 de 19 de Julho de 2011, a secretaria passou a ter a organização ilustrada na figura:



Além da reestruturação, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMA, ouve uma série de mudanças na estrutura física, que proporcionou melhores condições de trabalho aos funcionários, bem como o atendimento ao público. Também foram adquiridos móveis e computadores suportes nas atividades realizadas pela secretaria. Todas essas mudanças derem a SEMA visibilidade tanto no que diz respeito a mídia, como referente a população que além de participarem das atividades, bem como, nas denuncias através dos telefones de atendimento ao publico.

A criação da Coordenadoria de Controle Ambiental, veio para dar suporte e agilidade ao processo de Licenciamento e Fiscalização de forma a melhorar a Gestão Ambiental do Município de Porto Velho. Dessa forma a população que procura a

secretaria para resolver problemas de notificações, infrações e licenciamento, poderá encontrar um serviço mais ágil e dinâmico, diminuindo o prazo de espera.

Atividades do Licenciamento

Todas as atividades, projetos, obras ou eventos, sejam da atividade pública ou privada, que provoquem impactos ambientais dentro do município de Porto Velho, são passíveis de licenciamento.

O Departamento de Licenciamento Ambiental – DLA é subordinado diretamente a Coordenação de Licenciamento e Fiscalização – CMCA da Secretaria Municipal de Meio Ambiente tem por finalidade emitir a licença ambiental de localização, instalação, ampliação e a de operação, de empreendimentos e atividades utilizadoras dos recursos naturais. O Departamento de Licenciamento, objetivo suas atividades, sempre considerando as disposições legais e regulamentares para autorização ambiental conforme estabelecido no Código Municipal de Meio Ambiente. O DLA abrange duas divisões, sendo elas:

Divisão de Análise do Licenciamento; Responsável pelo conjunto de atividades desenvolvidas na SEMA que viabilizam as ações de licenciamento minimizando os impactos causados pela instalação e operação dos empreendimentos. Cabe a esta divisão o papel de emitir autorização ambiental, através de procedimento técnico administrativo, permitindo, então a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental ou ainda provocar significativa alteração no entorno imediato.

Divisão de Controle de Documentos; esta tem a função de Controlar todo o protocolo de entrada e saída de documentos inerentes ao DLA, controlar o arquivamento dos documentos, analisar todos os documentos apresentados no DLA e encaminhá-los aos responsáveis, analisar os projetos apresentados nos processos de licenciamento, cadastrar e despachar os processos para vistoria, elaborar relatórios das atividades do licenciamento.

O licenciamento ambiental é um instrumento que visa à preservação do meio ambiente. É o licenciamento que gerencia e previne os danos ambientais de toda e qualquer atividade consignada potencialmente poluidora. O Art 53 da Lei Complementar Nº 138, de 28 de Dezembro de 2001 determina que:

Depende de autorização prévia da SEMA, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis, a obtenção de licença para funcionamento de:

I - atividades ou empreendimentos efetiva ou potencialmente poluidoras ou degradadoras do meio ambiente;
II - atividades ou empreendimentos para os quais à legislação federal ou estadual exigem a elaboração do Estudo Prévio de Impacto Ambiental;
III - atividades de extração, beneficiamento, comercialização, armazenamento, transporte ou utilização de recursos ambientais;
IV - atividades de industrialização, armazenamento, comercialização, transporte ou utilização de produtos tóxicos ou explosivos;
V - atividades ou empreendimentos que interfiram, direta ou indiretamente, no sistema hídrico;
VI - empreendimentos que impliquem na modificação do uso do solo, parcelamento, loteamento, construção de conjunto habitacional ou urbanização a qualquer título;
VII - atividades com movimentação de terra, independente da finalidade, superior a cem metros cúbicos.
§ 1º A exigência prevista neste artigo aplica-se aos empreendimentos e atividades públicas e privadas.
§ 2º A Secretaria Municipal de Meio Ambiente, no prazo de doze meses, contados da publicação desta Lei, elaborará uma lista especificando os empreendimentos e atividades sujeitas à autorização ambiental; a qual será expedida por Decreto e integrará esta Lei como seu Anexo I.

Procedimentos Administrativos do Cadastro Simplificado e Certidão de Viabilidade Ambiental

Ato administrativo através do qual o empreendedor protocola junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente informando dados sobre o seu empreendimento para análise e enquadramento do porte de empreendimento junto a esta Secretaria.

Licença Ambiental Prévia (Lap)

Instrumento concedido na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidas nas próximas fases de sua implantação.

Licença Ambiental de Instalação (Lai)

Instrumento que autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constitui motivo determinante.

Licença Ambiental de Operação (Lao)

Instrumento que autoriza a operação de atividades ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para operação.

Taxas Referentes aos Processos de Licenciamento Ambiental

Taxa para abertura de processo por empreendimentos.

	CLASSIFICAÇÃO	UPFM	VALOR EM R$
I	MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI	0,32	14,85
II	MICROEMPRESA	0,32	14,85
III	PEQUENA EMPRESA	0,32	14,85
IV	MÉDIA EMPRESA	0,32	14,85
V	GRANDE EMPRESA	0,32	14,85

Fonte: Departamento de Licenciamento.

Taxa de certidão de viabilidade por empreendimentos.

	CLASSIFICAÇÃO	UPFM	VALOR EM R$
I	MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI	0,2	9,28
II	MICROEMPRESA	2	92,82
III	PEQUENA EMPRESA	3,5	162,44
IV	MÉDIA EMPRESA	4	185,64
V	GRANDE EMPRESA	6	278,46

Fonte: Departamento de Licenciamento.

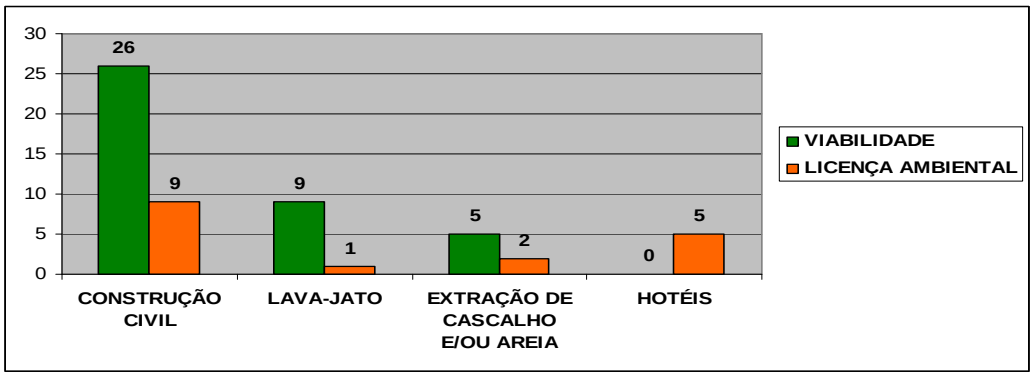
Tabela demonstrativa de valores para solicitações de autorizações ambientais de acordo com o empreendimento.

TIPO	UPF	LAP (R$)	UPF	LAI (R$)	UPF	LAO (R$)
MEI	0.2	9,29	0.2	9,29	0,2	**9,29**
MICRO EMPRESA	1.4	64,97	1.4	64,97	1.4	**64,97**
EMPRESA DE PEQUENO PORTE	15.0	696,15	12.0	556,92	13.0	**603,33**
EMPRESA DE MÉDIO PORTE	95.0	4.408,95	66.0	3.063,06	76.0	**3.527,16**
EMPRESA DE GRANDE PORTE	**190.0**	**8.817,90**	**133.0**	**6.172,53**	**152.0**	**7.054,32**

Quantificação de Qualificação dos Tipos de Processos

A viabilidade consiste no estudo pelos quais os técnicos verificam se os empreendimentos são passiveis ou não de licenciamento ambiental. No primeiro semestre de 2011 o empreendimento que mais solicitou licença ambiental foi a Construção Civil, e este possui o maior potencial poluidor. Foram emitidas 9 licenças para a construção civil, 5 para hotéis, 2 para extração de cascalho/areia e 1 para lava-jato como verifica-se na figura

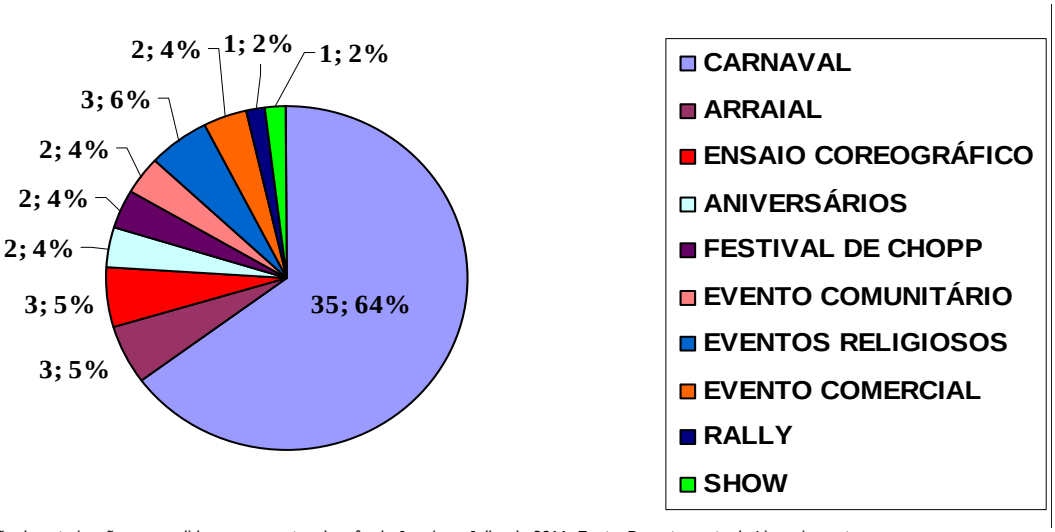
Demonstração da viabilidade e licenciamento ambiental por tipo de empreendimento no primeiro semestre de 2011. Fonte: Departamento de Licenciamento.



De acordo com a LC 138/2001 que institui o Código de Meio Ambiente do Município de Porto Velho que prevê as regulamentações das emissões sonoras em seu Art. 218, e enfatiza no Art. 219, in verbis:

> *Art. 218 - Por ocasião de festejos de carnaval, da passagem do ano civil e nas festas populares ou tradicionais do Município, é permitida a ultrapassagem dos limites fixados por esta Lei e em seu regulamento, desde que não ocorra dentro dos limites de área considerada zona sensível a ruídos;*
>
> *Art. 219 – Nos imóveis particulares, entre 07 (sete) e 20 (vinte) horas, será permitida a queima de fogos-de-artifício em geral, desde que os estampidos não ultrapassem o nível máximo de 90 db (noventa decibéis) medidos no aparelho medidor de intensidade de som à distância de 07 (sete) metros da origem do estampido ao ar livre, observada as demais prescrições legais, exceto nas zonas sensíveis a ruídos. (alterado pela Lei 177 de 09 de dezembro de 2003).*

Foram emitidas 54 Autorizações Ambientais para eventos do mês de Janeiro à Julho de 2011 em Porto Velho, sendo a maioria referente a eventos de carnaval (64%), como se verifica na figura

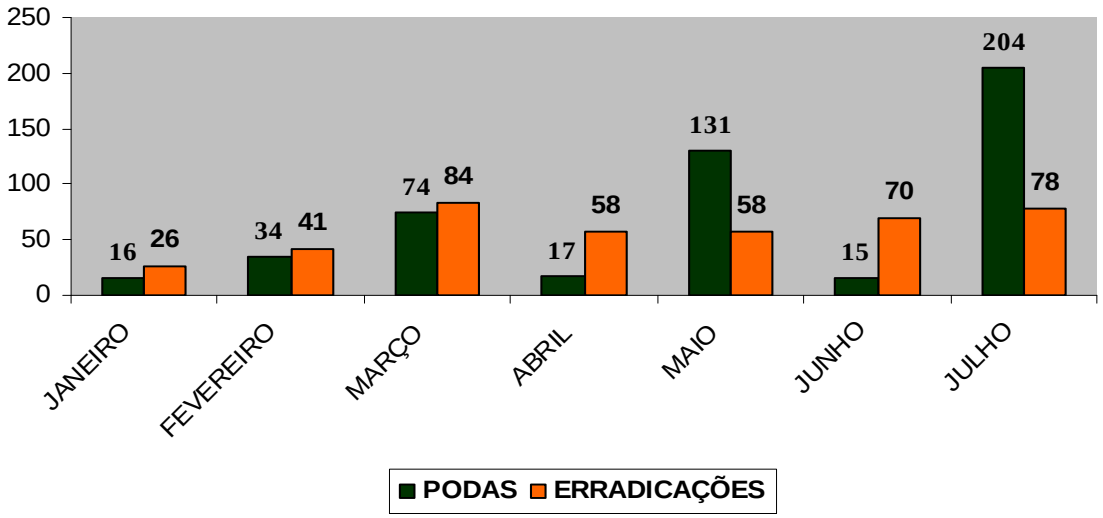


Demonstração de autorizações concedidas para eventos do mês de Janeiro a Julho de 2011. Fonte: Departamento de Licenciamento.

Como demonstra o gráfico, o carnaval é o evento mais solicitado devido à época carnavalesca que começa no primeiro trimestre de cada ano e alguns que são denominados “Fora de Época” que pode ocorrer fora do período previsto.

Outras autorizações que são emitidas pela SEMA são relativas a solicitação de poda e erradicação de árvores dentro do perímetro urbano. O processo de solicitação acontece através do preenchimento de um formulário descriminando os dados do requerente e da árvore. O requerimento é passado ao técnico responsável pela

vistoria que elaborará o laudo autorizando ou não para poda ou erradicação da árvore. O Departamento de Licenciamento registrou um total de 491 podas e 415 erradicações de árvores entre os meses de Janeiro a Julho de 2011 como demonstra a figura:



Indicação quantitativa de podas e erradicações por mês em 2011. Fonte: Departamento de Licenciamento.

Atividades da Fiscalização e Monitoramento

Os Departamentos de Monitoramento e Fiscalização desenvolvem seu trabalho em conjunto com as suas divisões que são responsáveis por acompanhar e fiscalizar os empreendimentos e as atividades públicas e privadas, que causem ou possam causar impactos ambientais. A partir de então, a SEMA por meio deste departamento deve realizar inspeções, emitir pareceres e tomar medidas de segurança através de notificações e/ou autos infrações e interdição/embargo quando for o caso.

As atividades de Fiscalização e Monitoramento se baseiam nas normas que foram empregadas na legislação tomando embasamento jurídico para executar ações e agir conforme o poder que lhe é dado segundo o Código de Meio Ambiente do Município de Porto Velho.

Ações da Fiscalização

As atividades de fiscalização cumprem as normas estabelecidas pela legislação no que concerne ao meio ambiente e sua preservação. Em Porto Velho, isto ocorre através de ações prepositivas em um plano de trabalho da Prefeitura. Sendo também atendidas denúncias através do número 0800 6471320 (Disk denúncia), de solicitações dos munícipes e ainda pareceres ao Ministério Público de Rondônia. No ano de 2010, foram registradas 642 denúncias, sendo majoritariamente relativas à água servida e esgoto (240) e queimadas (112), como se verifica nas figuras

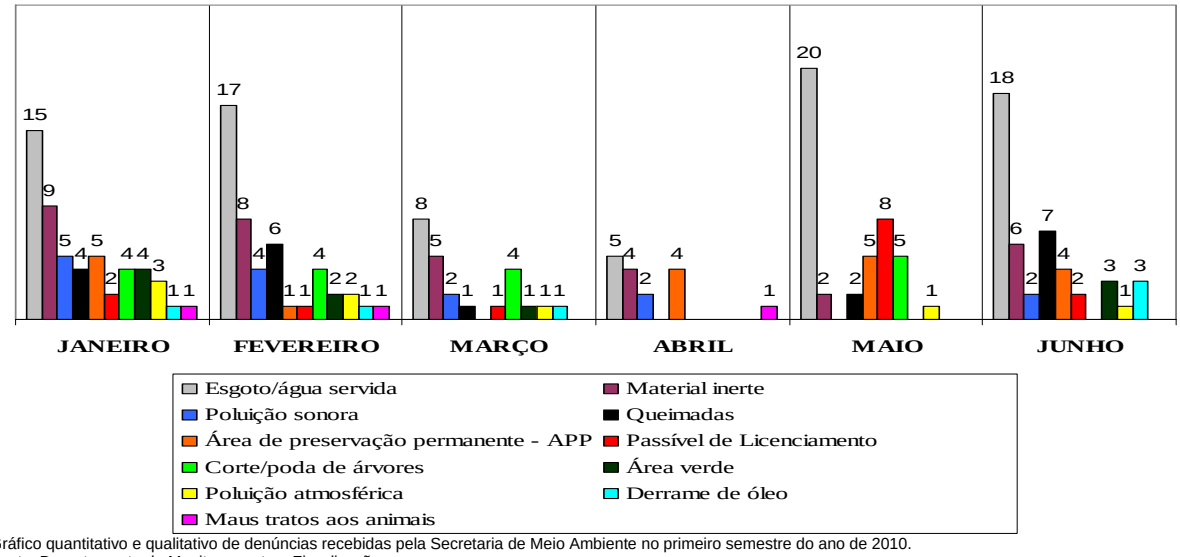


Gráfico quantitativo e qualitativo de denúncias recebidas pela Secretaria de Meio Ambiente no primeiro semestre do ano de 2010.
Fonte: Departamento de Monitoramento e Fiscalização

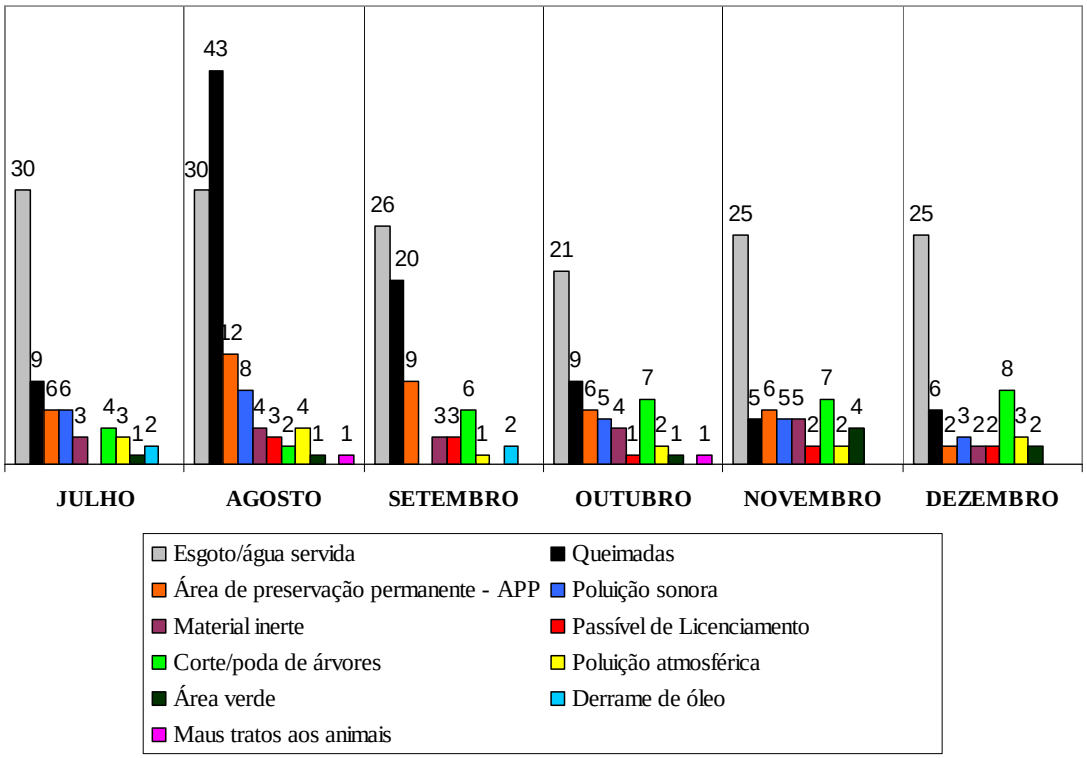


Gráfico quantitativo e qualitativo de denúncias recebidas pela Secretaria de Meio Ambiente no segundo semestre do ano de 2010.
Fonte: Departamento de Monitoramento e Fiscalização

O alto índice de ocorrência relativo ao esgoto e água servida deve-se ao fato da ausência de saneamento básico na cidade (Capítulo 2). As queimadas possuem um pico mais alto no mês de Agosto que coincide com o período mais quente e seco do município de Porto Velho e que muitos moradores aproveitam para realizarem queimadas. Entre as denúncias sobre queimadas se destacam os bairros: Embratel, Agenor de Carvalho e Nova Porto Velho. O maior índice de poluição sonora se concentra no centro da cidade de Porto Velho e também no bairro São Cristóvão tendo alto índice de denúncias em relação às demais localidades (Capítulo 6).

Durante o primeiro quadrimestre do ano de 2011 o Departamento de Monitoramento e Fiscalização recebeu um número maior de denúncias se comparado ao primeiro quadrimestre de 2010. Este aumento deve-se a maior divulgação e conhecimento sobre os problemas ambientais que ocasiona numa maior participação da população.

A figura ilustra a quantidade de denúncias dos primeiros quatro meses do ano de 2011:

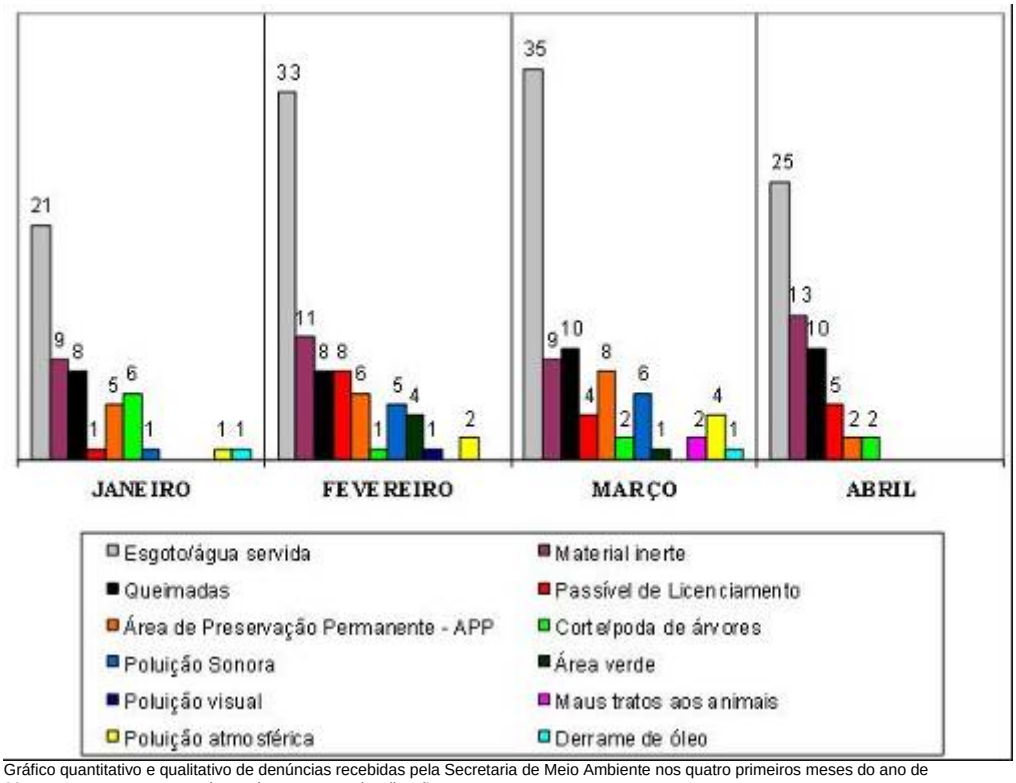


Gráfico quantitativo e qualitativo de denúncias recebidas pela Secretaria de Meio Ambiente nos quatro primeiros meses do ano de 2011. Fonte: Departamento de Monitoramento e Fiscalização

Não obstante as denúncias, a Divisão de Fiscalização notificou e autuou com infrações os responsáveis pela ação denunciada, após julgar ou não de caráter

punitivo. Desta forma, a notificação é emitida após o denunciado descumprir a legislação ambiental vigente e ainda o auto de infração é aplicado após o infrator ignorar a notificação. Somam-se 160 notificações no primeiro quadrimestre de 2011, sendo a maior parte relativa ao licenciamento (64) e esgoto/água servida (58), como se verifica na figura

Conforme Porto Velho, Lei Complementar Nº 138, de 28 de Dezembro de 2001, a partir do Art. 256:
III – auto de infração: registra o descumprimento de norma ambiental e consigna a sanção pecuniária cabível;
IV – auto de notificação: instrumento pelo qual a administração dá ciência ao infrator ou
àquele que está na iminência de uma prática infracional, das providencias exigidas pela norma ambiental, consubstanciada no próprio auto;

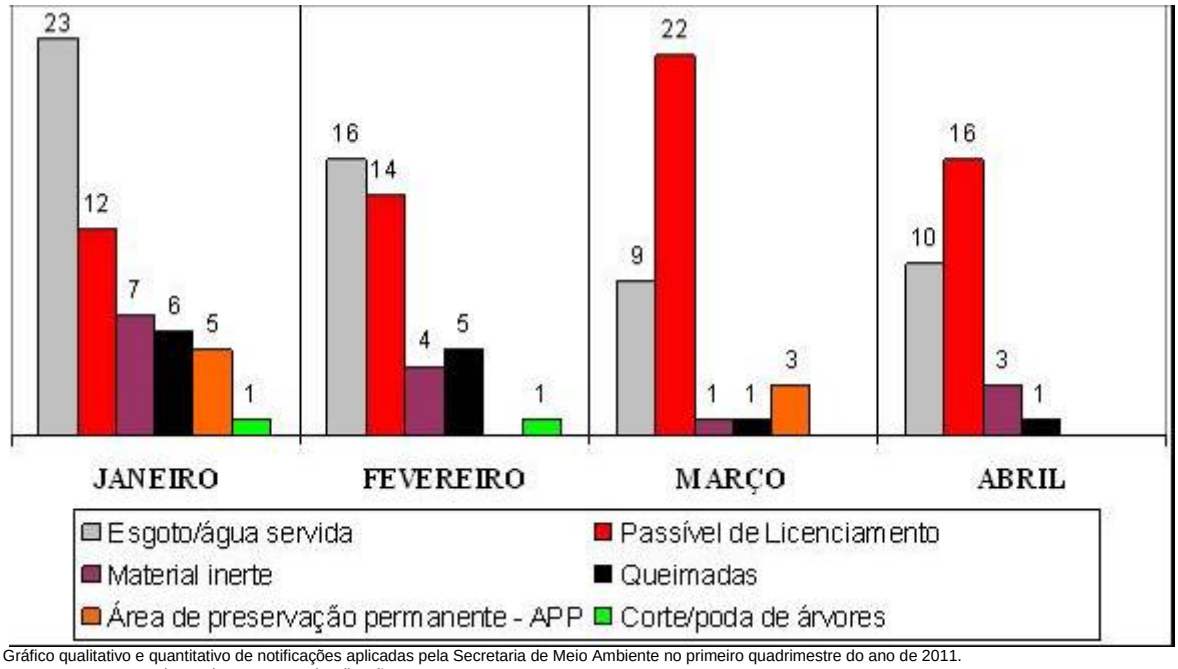


Gráfico qualitativo e quantitativo de notificações aplicadas pela Secretaria de Meio Ambiente no primeiro quadrimestre do ano de 2011.
Fonte: Departamento de Monitoramento e Fiscalização.

O número de notificações emitidas é compatível com o alto número de denúncias durante os meses de 2011 como demonstra o gráfico da figura. A Divisão de Fiscalização Ambiental não constatou irregularidades que pudessem advertir através da notificação as denúncias sobre derrame de óleo, área verde, maus tratos a animais, poluição visual e poluição atmosférica. Neste caso, atualmente ocorrem duas situações, uma delas é a não identificação do responsável pela irregularidade e/ou a não providência dos fatos denunciados acarretando a não advertência. Nas ocorrências desses fatos a medida mais apropriada é a educativa, sendo que o fiscal toma para si a obrigação de conscientizar o denunciado do que é permitido fazer com relação ao meio ambiente prevenindo pra que não aconteça novamente.

Quanto aos autos de infração aplicados pela fiscalização, somam-se 38 sendo a maior parte relativa ao licenciamento e ao esgoto/água servida (8), como se verifica na figura

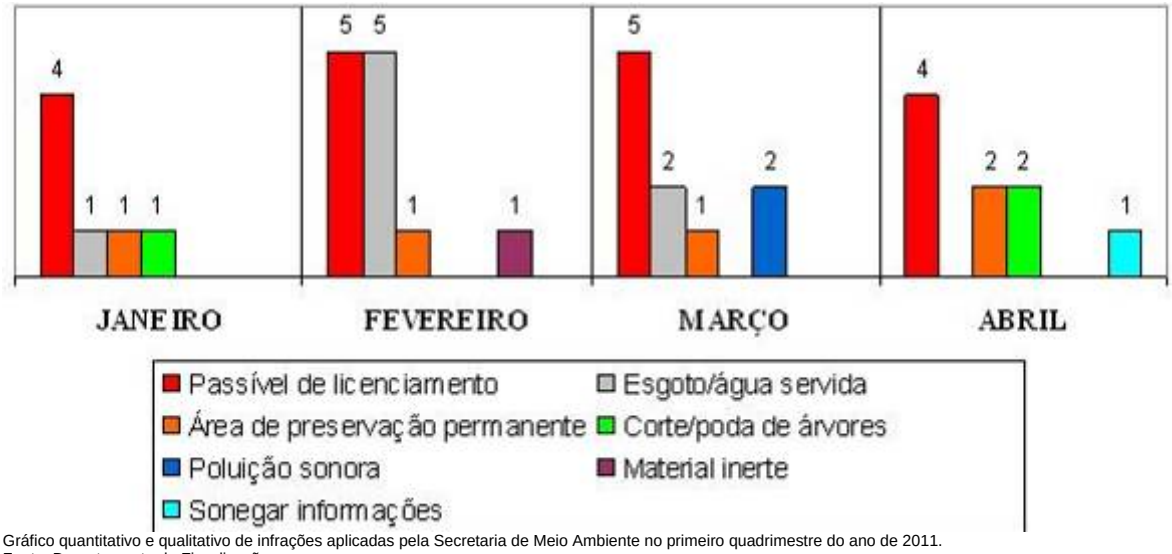
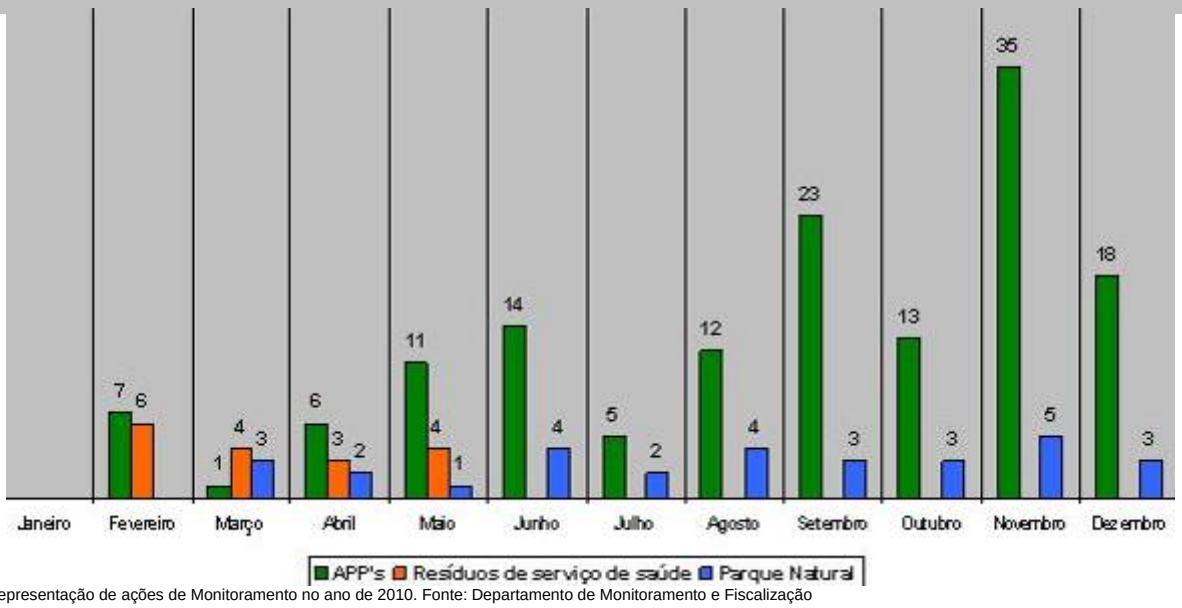


Gráfico quantitativo e qualitativo de infrações aplicadas pela Secretaria de Meio Ambiente no primeiro quadrimestre do ano de 2011.
Fonte: Departamento de Fiscalização.

Ações do Monitoramento

A Divisão de Monitoramento do Licenciamento é responsável por controlar e acompanhar atividades e empreendimentos licenciados no Departamento de Licenciamento que causem ou possam causar degradação ambiental. É realizado monitoramento fiscal nas Áreas de Preservação Permanente - APPs após ações da Fiscalização.

Em 2010 foram realizados diversos monitoramentos referentes a áreas já danificadas a fim de impedir uma nova degradação, bem como acompanhamento de áreas não alteradas. Contabilizando através das denúncias provindas da fiscalização foram monitoradas diferentes áreas passiveis de degradação, sendo 145 monitoramentos em APPs, 30 no entorno do Parque Natural Municipal de Porto Velho, 17 sobre Resíduos de Serviços de Saúde em hospitais, totalizando 192 monitoramentos como demonstrado na figura



Representação de ações de Monitoramento no ano de 2010. Fonte: Departamento de Monitoramento e Fiscalização

A seguir estão ilustradas as ações de monitoramento e fiscalização e ainda o cumprimento de ordem judicial como demolições.


Monitoramento em postos de saúde. b) Destacando o descarte do lixo de forma irregular com formação de chorume.
Fonte: Departamento de Monitoramento e Fiscalização


Vistoria em funerárias para diagnóstico de possível irregularidade.
Fonte: Departamento de Monitoramento e Fiscalização.

Ações em Áreas de Preservação Permanente (Apps)

Segundo o Código de Meio Ambiente do Município de Porto Velho regido pela Lei COMPLEMENTAR nº 138, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2001 em seu artigo Art. 112. Entende-se por Áreas de Preservação Permanente os espaços do território, de

domínio público ou privado, definidas como de preservação permanente pelo Código Florestal, destinadas à manutenção integral de suas características. Seguindo o mesmo raciocínio o Art. 113 considera áreas de preservação permanente como sendo:

I - as florestas e demais formas de vegetação natural definidas como tal pela legislação federal, estadual e municipal.
II - a cobertura vegetal que contribui para a estabilidade das encostas sujeitas a erosão e ao deslizamento;
III - as nascentes, as matas ciliares e as faixas marginais de proteção das águas superficiais;
IV - as áreas que abriguem exemplares raros, ameaçados de extinção ou insuficientemente conhecidos da flora e da fauna, bem como aquelas que servem de pouso, abrigo ou reprodução de espécies migratórias;
V - as demais áreas declaradas por lei.

Art. 114 - Nas áreas de preservação permanente é vedado o emprego de fogo, o corte de vegetação, a escavação do terreno, a exploração mineral, o emprego de agrotóxicos e o lançamento ou depósito de qualquer tipo de rejeitos, bem como quaisquer outras capazes de comprometer a boa qualidade e/ou a recuperação ambiental.

Baseado na legislação acima, os Departamentos de fiscalização e monitoramento executam suas atividades com rigor exigindo o cumprimento da lei municipal. De acordo com esses conceitos em muitas de suas ações os fiscais e monitores abordam seus supostos infratores sempre levando em consideração aplicabilidade da educação ambiental, medida essa muito útil na hora da abordagem agindo como prevenção para que a pessoa não venha a cometer a primeira infração ou reincidir. A seguir são ilustrados ações e dados das ações supracitadas.



a) Cumprimento de ordem judicial após ação condenatória.
b) instalação irregular de moradia em Área de Preservação Permanente.

A ação de demolição de construção desabitada em APP tem que ser imediata, pois, uma vez caracterizada como moradia só à justiça pode expedir mandado judicial

para demolir. A faixa de 30 metros em cada margem (60 metros no total) considerada Área de Preservação Permanente ao longo dos cursos d'água estivesse livre para a passagem da água. As Áreas de Preservação Permanente - APPs são aquelas áreas protegidas nos termos dos arts. 2º e 3º do Código Florestal (Lei Federal no 4.771, 1965). Para ação demolitória é necessário contar com dois apoios:

I – O primeiro é o apoio policial. No execício de suas atividades fiscalizadoras a SEMA, poderá requisitar força policial, em qualquer parte do Município, para acompanhar as ações de seus agentes, quando houver impedimento ou risco para fazê-lo Solicitar apoio da policia militar (BPM) ou policia ambiental (BPA), para realização de operação de demolição, conforme art. 258 da lei 138/2001 (alterado pela lei 177 de 09 de dezembro de 2003).

II – O segundo é maquinário, após demolição é feito a limpeza do entulho. Para uma ação demolitória é solicitado apoio de maquinário da Secretaria Municipal de Serviços Básicos (SEMUSB), pois a SEMA não obtem máquinas (pá carregadeira, retroescavadeira e caçamba) para tal ação.

Após a ação demolitória encaminha-se documento para o Departamento de Proteção e Preservação Ambiental para colocar placas de avisos sobre invasão e depósito irregular de lixo. Também é encaminhado um documento para Departamento de Políticas Públicas Ambientais para ser realizada a educação ambiental no local.

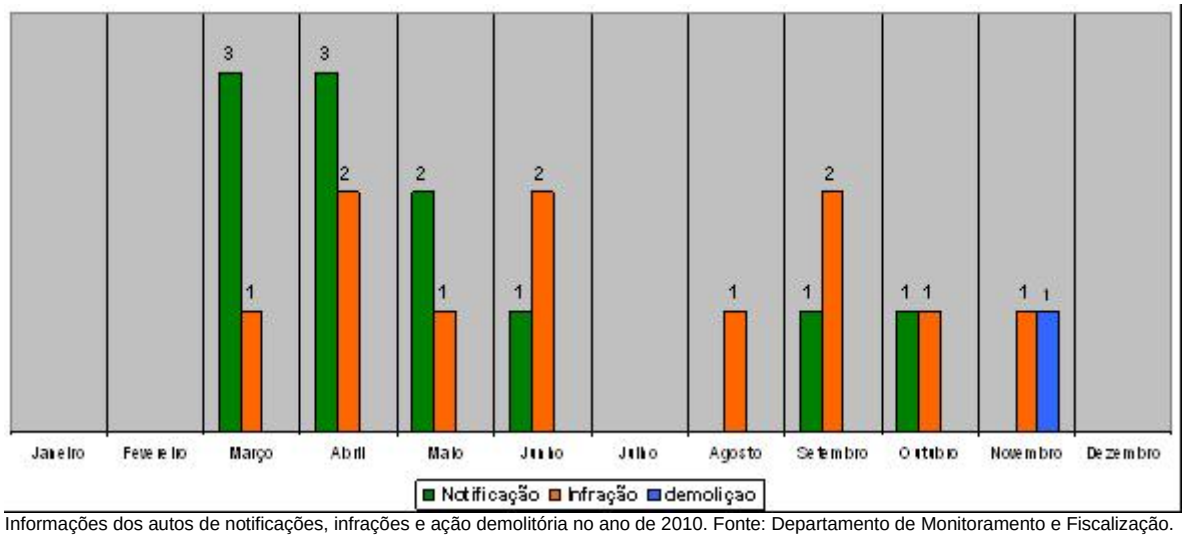


a) Fiscalização em APPs.
b) Denúncia de despejo de esgoto em córrego. Fonte: Departamento de Monitoramento.

Este tipo de ocorrência representada pela figura acima é comum não só em Porto Velho mais em todo o Brasil. Quando analisado o histórico de ocupação em varias cidades do estado de Rondônia, nota-se a ocupação desordenada sempre feita à margem de rios, igarapés e lagos, sendo que a maioria dessas APPs urbanas estão

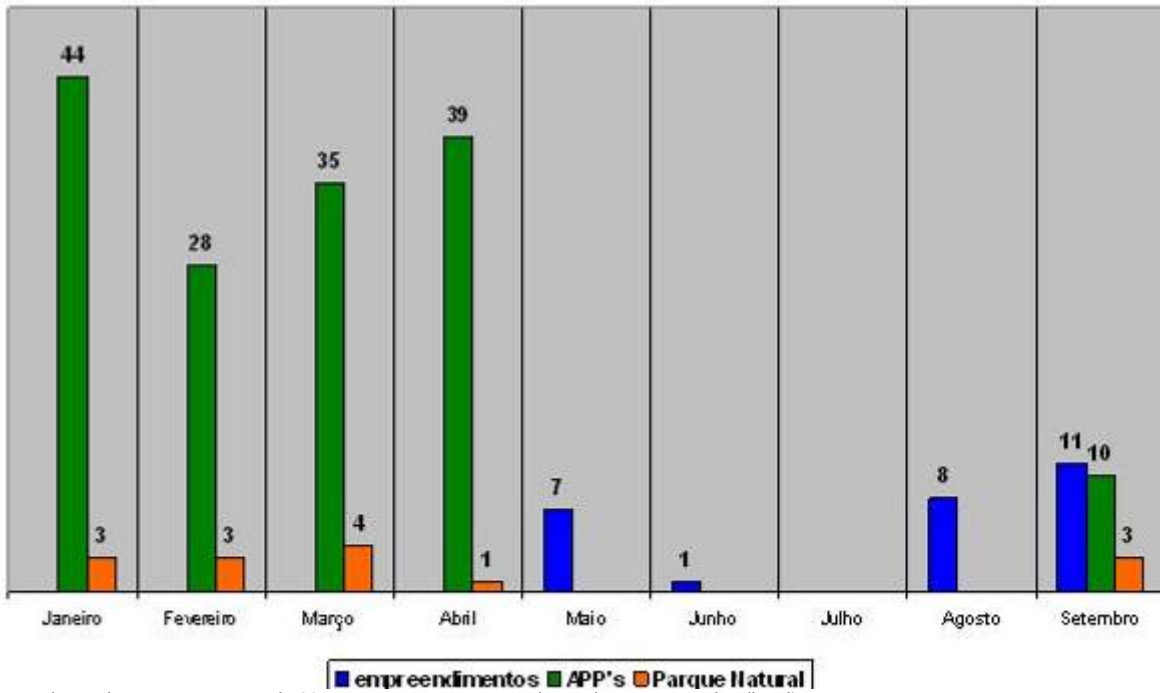
envolta de construções que deságuam seu efluentes nessas águas, causando contaminação.

Contabilizado em 2010 foram emitidas apenas onze autos de notificações e onze de infrações, sendo uma demolição de construção APP em virtude da falta de divulgação do Disk denúncia 0800 847-1320 como demonstra o gráfico



Informações dos autos de notificações, infrações e ação demolitória no ano de 2010. Fonte: Departamento de Monitoramento e Fiscalização.

No ano de 2011, foram feitos 197 monitoramentos em geral, sendo 156 em APP'S, 27 empreendimentos, 14 no entorno do Parque Natural, como se verifica na figura:



Balanço de monitoramentos no ano de 2011. Fonte: Departamento de Monitoramento e Fiscalização

Arborização Urbana

Atualmente as ações de arborização urbana são desempenhadas pela Divisão de Gestão de Áreas Ambientalmente Protegidas que esta inserida no Departamento de Proteção e Conservação Ambiental - DPCA e desempenha uma função importante no que diz respeito a manutenção e conservação das áreas verdes, áreas de preservação permanente e arborização urbana existentes no município de Porto Velho. A arborização exerce papel de vital importância para a qualidade de vida nos centros urbanos. Por suas múltiplas funções, a árvore urbana atua diretamente sobre o microclima, a qualidade do ar, o nível de ruídos e sobre a paisagem, além de constituir refúgio indispensável à fauna remanescente nas cidades.

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente – SEMA, no intuito de estabelecer um vínculo com os munícipes, criou no final de 2009 o Programa “Disque Plante uma Árvore”, que disponibiliza mudas de espécies variadas provenientes da produção do viveiro municipal, localizado no Parque Natural Municipal de Porto Velho, além de doações feitas pelos parceiros. As mudas podem ser solicitadas através do número 0800 647 5445. Após a visita de um técnico da SEMA para a vistoria do local do plantio. Serão observados os obstáculos físicos como a rede elétrica, tubulação de esgoto, entre outros. A partir desta etapa, o responsável técnico indicará a espécie adequada para a área, e o mesmo fornecerá as orientações de como cuidar e manter a árvore em bom estado.

O Viveiro Municipal

O viveiro é o local onde são produzidas as mudas que são solicitadas pela população. Os pedidos são provenientes do Programa DISQUE PLANTE UMA ÁRVORE, de instituições e requerimentos de pessoas que vem pessoalmente a secretaria. O viveiro possui capacidade de produção de 350 mil mudas por ano, levando em consideração o espaço físico total do viveiro. A SEMA possui metas para diversificação das espécies sendo que atualmente são cultivadas 15 espécies para arborização urbana descritas na tabela

Espécies plantadas pela Secretaria de Meio Ambiente, primeiro semestre de 2011.

NOME VULGAR	NOME CIENTÍFICO
AÇAI	*Euterpe oleracea*
ANGELIM	*Himenolobiun excelsum*
CAJÚ	*Anacardium orcidentale*
CEDRO	*Cedrela odorata*
CEREJEIRA	*Eugenia involucrata*
INGÁ	*Ingá spp*
IPÊ AMARELO	*Tabebuia serratifólia*
IPÊ ROXO	*Tabebuia sp.*
JATOBÁ	*Hymenaea courbari*
MARACATIARA	*Astronium lecointei Ducke*
MOGNO	*Swietenia macrophylla*
NIN INDIANO	*Azadirachta indica A. Juss*
OITI	*Licania tomentosa*
SAMAUMA	*Ceiba pentandra (L.)*
SERINGUEIRA	*Havea brasiliensis*

Fonte: Departamento de Proteção e Conservação Ambiental.

Quantidade de espécies plantadas pela SEMA no primeiro semestre de 2011.

ESPÉCIE	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Subtotal
AÇAI				35	18	35	88
ANGELIM		15	60	42	21	10	148
CAJÚ		10					10
CEDRO		5	235	12	5		257
CEREJEIRA		5		13			18
COPAIBA					3		3
INGÁ		40		42	6	20	108
IPÊ AMARELO		70	164	93	7	74	408
IPÊ BRANCO			913	61	3	5	982
IPÊ ROSA			200				200
IPÊ ROXO		50	222	225	80	90	667
JATOBÁ		48	120	55	33	50	306
MARACATIARA		5	50				55
MOGNO			30			20	50
NIN INDIANO		45	176	2			223
OITI		38	224	116	39	64	481
SAMAUMA		9	56			10	75
SERINGUEIRA			20				20
SUCUBA				10			10
VARIADAS	1.201				250	390	1.841
VIROLA						25	25
Total Geral							**5975**

Fonte: Departamento de Proteção e Conservação Ambiental.

Programa Cidade Verde

O Programa Cidade Verde é um conjunto de projetos que tem o único objetivo de melhorar a qualidade de vida da população, arborizando as vias públicas inserindo mudas de espécies nativas e exóticas, revitalização das praças, realizando plantio nas escolas, recuperando áreas de preservação permanente no perímetro urbano e residências. Neste programa estão inclusos os seguintes projetos:

Arborização em Vias Públicas: Consiste em realizar o plantio de mudas em canteiros centrais e laterais das principais vias da cidade de Porto Velho, inserindo novas espécies nativas e exóticas com padrão de qualidade de 1,80 m, inovando na perspectiva relacionada à estética aliado as varias funções ecológicas que uma árvore possui, o projeto tem a meta de inserir 15.000 mudas nestas vias.



a) Canteiro Central da Avenida Jorge Teixeira. b) Vista das flores do Canteiro Central

Arborização em Praças e Parques de Porto Velho: Arborização nas praças e parques de Porto Velho tem o objetivo de realizar a revitalização destes locais como espaços de convivência da capital, proporcionando um ambiente mais saudável, agradável e bonito. Serão contempladas 16 Praças com este projeto.



a) Praça da Estrada de Ferro Madeira. b) Locomotiva restaurada na Praça da Estrada de Ferro Madeira Mamoré. c) Parque da Cidade

Escola Verde: Consiste na arborização dos espaços escolares, melhorando a paisagem destes locais e a percepção dos alunos frente às questões ambientais,

juntamente com os colaboradores e monitores voluntários para o plantio de mudas nos espaços dessas escolas.



Alunos realizando o plantio de mudas no espaço escolar de seu convívio.

Nasce uma Vida plante uma árvore: Tem como idéia central o fortalecimento das ações de arborização urbana através do vínculo afetivo que se desenvolve a partir da ligação do nascimento do filho com o plantio de uma árvore. Entre os principais objetivos deste projeto, temos, criar um vínculo afetivo entre as mudas plantadas e as famílias; Incentivar a participação popular, através da unidade familiar; Melhoria da qualidade de vida e bem-estar da população por meio da arborização urbana e paisagismo urbano. Cada criança participante do plantio de muda receberá uma placa de homenagem com a sua muda e um certificado com o termo de adoção da árvore plantada denominada “Amigo Protetor da Natureza” e “Árvore da Vida”.

Recuperação de áreas de preservação permanente de urbana: Este projeto visa à recuperação de áreas degradas no perímetro urbano da cidade de Porto Velho, inserindo espécies apropriadas paras áreas de preservação permanentes (canais urbanos e igarapés).

Parque Natural Municipal De Porto Velho Odacir Soares

A criação de Unidades de Conservação (UC) tem sido uma estratégia eficaz adotada como forma de garantir o acesso, das gerações atuais e futuras, aos bens e serviços ambientais. Constitui um componente principal e importante para o ecoturístico e a educação ambiental no município.

O Parque Natural Municipal foi criado através do Decreto nº. 3.816 de Dezembro de 1089, com uma área de 390,8216 há (trezentos e noventa hectares e oitenta e dois deciares e dezesseis centiares) A microrregião do Parque Natural de Porto Velho

localiza-se no final da Avenida Rio Madeira na cidade de Porto Velho, sendo suas coordenadas: 8° 40’ 56.5” S e 63° 52’ 03.8” W. É cortada pelo Igarapé Belmont no sentido Sul - Norte seu principal curso de água, com uma superfície de 2 Km². Seu centro geográfico está distante 14 km do centro da cidade de Porto Velho. Esta área encontra-se sobre posse da União, no entanto, a Prefeitura Municipal de Porto Velho através da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SEMA), requereu a área através do Ofício nº 111 junto a Superintendência Patrimonial da União (SPU), com todos os documentos necessários à regularização.

O Parque Natural Municipal foi criado com o objetivo básico de garantir amostra significativa da fauna e da flora e assegurar a população os meios necessário de desenvolvimento integrado a educação ambiental, pesquisa científica, ao turismo ecológico e ao lazer, que motiva o deslocamento de grupos de pessoas para conhecer e estudar demonstrativos da biodiversidade própria da floresta amazônica. Trata-se de uma unidade de conservação de proteção integral, onde reúne biodiversidade e valores cênicos no município.

No Brasil o Sistema Nacional de Unidade de Conservação - SNUC foi instituído por meio da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 para ordenar as unidades de conservação, em níveis federal, estadual e municipal e tem como objetivos: contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos do território nacional e nas águas jurisdicionais.

Segundo o SNUC o Parque Natural Municipal de Porto Velho está enquadrado na categoria de Proteção Integral e possui o seguinte objetivo, pedimos vênia para transcrevê-los:

> *Art. 11 - O Parque Nacional tem como objetivo básico à preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.*
>
> *... § 4º- As unidades dessa categoria, quando criadas pelo Estado ou Município, serão denominadas, respectivamente, Parque Estadual e Parque Natural Municipal...*

O SNUC também estabelece que a visitação pública está sujeita às normas e às restrições estabelecidas no Plano de Manejo da Unidade (que está em processo de elaboração), as normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração, e àquelas previstas em regulamento.

O Plano de Manejo é instrumento ou uma técnica de organização de processos futuros que permite otimizar as ações destinadas a alcançar objetivos propostos contendo atividades e ações necessárias para se alcançar os objetivos. O objetivo do Plano de Manejo é estabelecer o zoneamento do Parque Natural de Porto Velho e as normas que devem presidir o uso racional dos recursos naturais através de programas e projetos, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da Unidade de Conservação, além disso, contemplará os critérios para visitação pública, especialmente no que concerne ao passeio nas trilhas, estabelecendo a sua capacidade de carga, utilização da área de recreação e infra-estrutura básica para atendimento ao visitante.

A pesquisa científica depende de autorização do órgão responsável pela gestão da unidade (SEMA) e está sujeita às condições e às restrições por este estabelecidas, bem como aquelas previstas na Portaria nº. 35 de 23 de setembro de 2011, que estabelece o atendimento e auxilio ao público diário regulamento.
O Parque Natural Municipal, como todo bioma amazônico, trata-se de um laboratório vivo a serviço da sociedade, onde inclusive vários acadêmicos já puderam contar realizando pesquisas de cunho científico e promovendo novas descobertas relevantes a ciência.

Para estimular a visitação no Parque são executadas diversas atividades promovidas pela secretaria gestora estimulando o interesse da população em participar. Na tabela 1.5 a seguir está representado o balanço mediano de visitantes e/ou estimativa em períodos semanais, finais de semana, mês e ano em 2011.

Balanço mediano do número de visitantes no Parque Municipal de Porto Velho.

	Semanal	Final de Semana	Mensal	Anual
Quantidade de visitantes	Máximo 200 Mínimo 10	Máximo 1.000 Mínimo 300	Máximo 4.800 Mínimo 1.240	Máximo 57.600 Mínimo 14.880

A estimativa é que a freqüência de visitantes aumente anualmente para em média 14 á 58 mil visitantes impulsionados pelas ações de incentivos promovidos pela secretaria, como 8 (oito) dias de Ativismo Verde que promoveu oficinas e palestras realizadas no Parque Natural Municipal de Porto Velho e nas escolas, participação em eventos ocorridos coincidentemente na semana do evento como a Expovel, (festa popular da região) levando educação ambiental para vários setores da sociedade.

Atividades Realizadas no Parque

Dentre as atividades realizadas no parque existem as eventuais e as periódicas. As eventuais são aquelas idealizadas de acordo com os acontecimentos de grande importância e que necessite de mobilização, como exemplo: Semana do Meio Ambiente. Já os periódicos são as atividades rotineiras e continuadas realizadas no parque. Um bom exemplo é a visitação de escolas, que podem ainda, contar com a educação ambiental como parte teórica e logo mais a parte prática, dando oportunidade para aplicar o que acabou de aprender. Além disso, ocorrem outras atividades como caminhada nas trilhas, visitas controladas ao viveiro, oficinas de confecção de brinquedos recicláveis, lazer com música, atividades esportivas.

Trilhas

Existem 3 trilhas, uma curta e as outras duas mais extensas. As caminhadas são efetuadas três vezes ao dia no sábado e no domingo. Durante a semana acontece conforme a solicitação das escolas interessadas ou visitas turísticas, sendo que os visitantes poderão realizar as visitas somente se estiverem devidamente vestidos para as atividades em campo. As trilhas acontecem numa freqüência de seis caminhadas por semana. Cada escola que vem visitar o parque participa de uma trilha, e nos finais de semanas acontecem conforme programação abaixo:

Programação da caminhada na trilha no sábado e domingo:
9:30 – Trilha da Caverna (Percurso: 1 h/ida e 1 h/volta)
14:30 – Trilha Igarapé (Percurso: 1 h/total)
15:30 – Trilha do Viveiro de mudas (Percurso: 50 min/total)



a) Ponte natural para a ultrapassagem do lago. b) Vista terrestre da flora no Parque Natural Municipal de Porto Velho.
Fonte: Departamento de Proteção e Conservação Ambiental.



a) Entrada da caverna dos morcegos no Parque Natural Municipal de Porto Velho.
b) Exemplar de morcego (quiróptera). Fonte: Departamento de Proteção e Conservação Ambiental.

Visitas ao Viveiro Municipal

São abertas ao público para visitações ao viveiro municipal, porém para controle e manutenção adequada das mudas essas visitas são controladas sendo necessário o acompanhamento de profissionais do Parque e assim são formadas equipes com o número de pessoas reduzido evitando aglomeração e um suposto pisoteio sobre as mudas danificando-as. As visitações acontecem de terça a domingo. Não é permitida visitação ou permanência de visitantes desacompanhados de um funcionário.



a) Viveiro Municipal.
b) Diferentes mudas sendo desenvolvidas no Viveiro Municipal. Fonte: Prefeitura de Porto Velho.
C) Visitação do Viveiro Municipal. Fonte: Prefeitura de Porto Velho.

Lazer com Música

Com a finalidade de entretenimento e lazer, e para que estimular a visitação ao Parque Natural Municipal de Porto Velho foi firmada uma parceria com um grupo de instrumentalistas que realiza apresentações musicais agenciados pelo Projeto de Música Instrumental “Acordes no Parque” promovido por esta Secretaria e a Fundação Iaripuna. As atividades musicais são somente aos domingos.



Grupo musical apresentando no Parque Natural.
Fonte: Prefeitura de Porto Velho.

Atividades Recreativas no Parque

Com o intuito de proporcionar maior entretenimento nas visitações ao parque, em convenio com a Secretaria Municipal de Esporte – SEMES, são realizadas atividades esportivas orientadas pelos agentes de educação ambiental, com os visitantes. Vale ressaltar que as atividades acontecem durante toda a semana incluindo os sábados e domingos. Algumas das atividades são, tirolesa, vôlei, ping pong entre outros.



a) Prática de esporte (tirolesa) b) Atividades recreativas.

Oficina de Brinquedos com Materiais Recicláveis

Voltado para público infantil escolar, são realizadas oficinas de confecção de brinquedos onde os materiais são de caráter reciclável, como: garrafas PET, caixas de leite, palitos de picolé coloridos, caixas de creme dental, etc. Entre os brinquedos confeccionados pelas crianças temos animais, carrinhos, cata-vento, entre outros.

As oficinas tiveram início em maio deste ano, e acontecem a cada visitação de escolas, percorrendo um total de uma a duas oficinas por semana.



Crianças confeccionando brinquedos com materiais recicláveis.
Fonte: Departamento de Proteção e Conservação Ambiental.

Relação de atividades realizadas no Parque Natural Municipal de Porto Velho incluindo visitação de escolas e entidades particulares.

Instituição	Quantidade	Especificação
Rally a pé (evento)	700 pessoas	Evento de aventura, mês de abril.
Escola Mojuca (visitação)	35 alunos	Aula de Educação Ambiental, mês de Maio
Escola Municipal Ermelindo Monteiro Brasil (visitação)	150 alunos	Aula de Educação Ambiental, mês de junho.
8 dias de Ativismo Verde (evento)	1500 pessoas	Dois dias (11 e 12/06/11) no mês de junho.
INSS/Porto Velho (visitação)	17 funcionários	Lazer, mês de Agosto.
SESI Escola (visitação)	210 alunos	Aula de Educação Ambiental, mês de Agosto.
SESC Escola (visitação)	92 alunos	Aula de Educação Ambiental, mês de Agosto.
Igreja Adventista da Promessa (visitação)	30 pessoas	Apresentação musical, mês de Agosto.
Faro – Curso Engenharia Florestal (visitação)	32 alunos	Aula em campo, mês de Agosto.
Igreja São Luiz Gonzaga (evento)	100 pessoas	Lazer com idosos, mês de Agosto.
Casa do Ancião (visitação)	20 pessoas	Lazer com idosos, me de Setembro.
Centro de Ensino Mineiro (visitação)	250 alunos	Aula de Educação Ambiental, mês de Setembro.
Escolinha Turminha do Barulho (visitação)	60 alunos	Aula de Educação Ambiental, mês de Setembro.
FARO – Faculdade de Rondônia (visitação)	40 universitários	Aula de Campo, mês de Setembro.
UNIRON – Universidade de Rondônia (visitação)	40 universitários	Aula de Campo, mês de Setembro.
Escola Rural Municipal União (visitação)	46 alunos	Aula de Educação Ambiental, mês de Setembro.

Fonte: Departamento de Proteção e Conservação Ambiental.

Os meses que não foram mencionados na tabela acima, não fora registrado nenhum evento ou visitação em razão de coincidir com férias escolares no inicio e meio do ano. Os meses em que mais se destacaram foram Maio, Junho, Agosto e Setembro, como já demonstrado acima.

Atividades de Educação Ambiental

O Brasil vêem propondo a construção de uma sociedade sustentável, respeitando os recursos naturais em sua complexidade e completude. Em 27 de Abril de 1999 a Lei n° 9.795 – Lei da Educação Ambiental, em seu Art. 2° afirma: “A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal”.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN - sugerem que o tema meio ambiente seja de cunho transversal, despertando em todos à consciência de que o ser humano é parte do meio ambiente superando a visão antropocêntrica, que fez com que o homem se sentisse sempre o centro de tudo esquecendo a importância da natureza, da qual é parte integrante.

A Educação Ambiental é um ramo do ensino cujo objetivo é a disseminação do conhecimento sobre o meio ambiente, a fim de ajudar à sua preservação e utilização sustentável dos seus recursos. Devido as crescentes catástrofes ambientais nos últimos anos, cientistas ambientalistas se interessaram pelo assunto, a fim de avaliar e levantar alternativas plausíveis.

A divisão de Educação Ambiental da Secretaria Municipal do Meio Ambiente – SEMA vem desenvolvendo a Educação Ambiental como ação educativa permanente capaz de despertar na comunidade a tomada de consciência de sua realidade local, da relação que os homens estabelecem entre si e com a natureza, dos problemas derivados destas relações e suas causas profundas.
As atividades são voltadas para a comunidade com o propósito de interferir nos valores e atitudes predatórias, e promover um comportamento dirigido à transformação dessa realidade, tanto em seus aspectos naturais como sociais. São realizados vários Projetos ambientais, pois a educação ambiental também está relacionada com a prática das tomadas de decisões e a ética que conduzem para a melhoria da qualidade de vida.

De acordo com o Código de Meio Ambiente do Município de Porto Velho que estabelece as diretrizes para a Educação Ambiental neste município a partir dos incisos I, II e III em seu Art. 125, que:

A Educação Ambiental desencadeará no processo educativo, em caráter formal e não-formal, incentivo à participação individual e coletiva da comunidade para preservação e equilíbrio do meio ambiente fortalecendo o exercício da cidadania visando:
I - o desenvolvimento de consciência crítica da população sobre poluição e degradação ambiental em relação aos seus aspectos biológicos, físicos, químicos, sociais, políticos, econômicos e culturais;
II - o desenvolvimento de habilidades e instrumentos tecnológicos, pesquisas e acordos de cooperação técnica com instituições governamentais, não governamentais, universidades e empresas na busca de conhecimentos necessários à solução de problemas ambientais;
III - o desenvolvimento de valores sociais e de atitudes que levem à participação das pessoas e da comunidade para conservação e preservação do meio ambiente, sob o enfoque de uso do bem comum, essencial a qualidade de vida saudável e sua sustentabilidade (Porto Velho, Lei Complementar Nº 138 de 28 de Dezembro de 2001).

A divisão de Educação Ambiental da SEMA executa projetos e atividades de cunho ambiental desenvolvidos pela própria secretaria ou quando solicitados pela população. Também são adicionadas a estas atividades a ações realizadas por outras instituições de finalidade ambiental que solicitam a participação da SEMA e assim vão se acumulando parcerias e sucessos com um único objetivo que é conscientizar. Mesmo que a equipe de educação ambiental ainda não seja suficiente para demanda do município ainda assim a SEMA faz um bom trabalho levando educação até os distritos, e com afinco estabelecendo confiança com a população. Dessa forma serão apresentados a seguir alguns projetos e ações que a Educação Ambiental executada.

Projetos Ações de Educação Ambiental

Blitz Educativa: Consiste em estimular a consciência critica da população incentivando a participar de determinados eventos e campanhas educativas promovendo a educação ambiental aos motoristas. Este projeto serve de paio a outros projetos e campanhas como: Divulgação de seminários e adesão ao combate às queimadas, entre outros.

Projeto Queimadas Urbanas: Este projeto visa diminuir os índices de queimadas no perímetro do município de Porto Velho. As ações são de caráter tanto educacional quanto repressivo (punitivo). As ações educativas estão embasadas em palestras nas principais escolas do centro da cidade e nas zonas sul e Leste, pit stop educativo, distribuição de folders, adesivos, propagandas audiovisuais (televisiva), visuais (outdoors, folders) e auditivas (rádio). As ações Repressivas são desenvolvidas por via de notificações e multa, executadas pelos ficais da Secretaria do Municipal do Meio Ambiente. As ações Repressivas são desenvolvidas por via de notificações e multa, executadas pelos ficais da Secretaria do Municipal do Meio Ambiente. A meta é reduzir em 50% os focos de queimada urbana no município de Porto Velho, tendo por base o ano de 2010. Além disso, melhorar a qualidade do ar da cidade e diminuir o número de atendimentos por doenças respiratórias nos hospitais locais. As práticas das queimadas urbanas causam diversos problemas para a sociedade, afetando na qualidade do ar e prejudicando a saúde com a grande quantidade de fumaça e cinzas causando sérios problemas respiratórios.



Material de divulgação da Campanha Queimadas Urbanas 2011.
Fonte: Departamento de Gestão Políticas Públicas Ambientais.

SEMA vai à escola: Consiste em promover a consciência ambiental levando diretamente aos estudantes, palestras, mini-oficinas, atividades, ações educativas, aulas de campo e muito mais.

Seminários: No ano de 2011 foram realizados 2 seminários sendo eles : Ruído Urbano, Saúde Publica e Meio Ambiente, que teve o objetivo de apresentar o mapeamento preliminar do ruído urbano em Porto Velho; Seminário de Educação Ambiental que teve como principal objetivo construção do Plano Municipal de Educação Ambiental;

Oficinas: Formação de multiplicadores em educação ambiental com agricultura familiar. Esta oficina é uma ação do programa nacional de educação ambiental para a agricultura familiar – PEAAF, pessoas habilitadas;

Ações de Combate a Poluição Sonora: Em planejamento com a fiscalização são programados alguns finais de semana de maior movimento em alguns pontos da cidade que tenham casas de show e bares para que possa ser realizada a panfletagem alertando sobre os danos a longa exposição aos ruídos muito elevados e ainda alertando aos donos de estabelecimentos que produzem esses ruídos em caráter punitivo, fornecendo subsidio a ação fiscalizatória posterior.

Eventos educativos em datas especiais:

Semana Mundial da Água: Anualmente são programadas ações embasadas em datas especiais como a Semana Mundial da Água. Em 2011, fora abordado uma temática do uso sustentável da água e dos recursos hídricos, respondendo ao desafio urbano, em interação com a sociedade, com vistas à melhoria da qualidade de vida e sua preservação. Para atingir esse objetivo, os educadores empreenderam primeiramente palestras nas escolas públicas. Para tanto, a SEMA contou com o apoio e as parcerias de diversas instituições com finalidade ambiental. A programação teve inicio no dia 16 de Março de 2011 e já no dia 17 teve um ciclo de palestras nas Escolas Estaduais Carmela Dutra, São Sebastião, Olavo Pires, Osvaldo Piana, Murilo Braga, Getúlio Vargas e Eduardo Lima e Silva, Capitão Cláudio. No dia 18 as palestras prosseguiram nas escolas Petrônio Barcelos,

Roberto Pires, Marcos Freire, São Luiz, Franklin Roosevelt. No dia 19 de março a atividade ocorreu junto à comunidade com a limpeza do Igarapé do bairro São Sebastião a partir do recolhimento de resíduos sólidos e no dia 20 foi realizada a limpeza do igarapé Cai N'Água.

Dia das crianças: Todos os anos no dia das crianças é realizado uma grande brincadeira, sempre no Parque Natural Municipal de Porto Velho em parceria com a Secretaria Municipal de Esporte e Laser - SEMES e Fundação Cultural do Município de Porto Velho – FUNCULTURAL, onde são levados diversos atrativos às crianças, com teatros, palestras, brincadeiras, palhaços e outros esportes, bem como passeio no Parque.

8 (oito) dias de ativismo verde: Foi uma ação realizada na semana mundial do meio ambiente onde foram desenvolvidas atividades voltadas para o despertar da comunidade com as questões ambientais, levando informações capazes de contribuir para o desenvolvimento de uma consciência crítica e estimular o enfrentamento das mudanças ambientais e sociais. Durante os dias de ativismo foram ministradas palestras e debates como 'A sustentabilidade possível para a Amazônia', proferida pelo professor Dr. Artur Souza Moret. Ainda incluso neste evento na faculdade São Lucas, foi realizado um Mini-cursos sob o titulo 'Implantação e Manutenção de Arborização Urbana', ministrado pelo professor José Ricardo da Silva – Presidente da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana. O evento teve como público alvo servidores da ELETROBRÁS/CERON, SEDAM, SEMUSB, CBM/RO, EMATER, EXÉRCITO, EMBRAPA e SEMA, e atendeu a 40 pessoas.



Prática com escalada e poda do mini-curso e Implantação e Manutenção de Arborização Urbana ministrado pelo professor José Ricardo da Silva Presidente da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana no evento '8 dias de Ativismo Verde'.

Participação em Eventos de Instituições Parceiras

Eco Bike: Além de ser um evento que incentiva a população a prática de esportes também impulsiona a boas práticas sobre o meio ambiente. Unindo o ciclismo com o plantio de mudas, o evento aconteceu inicialmente no Parque Circuito em Porto Velho seguido do replantio de mudas que não vingaram ao longo da Av. Jorge Teixeira e Av. Lauro Sodré. Participaram em média 500 à 600 pessoas e foram plantadas 400 mudas.

Projeto Rosas de Março: Idealizado pela primeira dama de Porto Velho, Lucilene Peixoto, o Programa Tenda Mulher, Rosas de Março, em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, comemorado no dia oito, foi o principal destaque da Agenda Cultural semana do dia 08. O evento foi realizado no complexo da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, onde houveram oficinas de beleza, atividades de esportes e lazer, show Fest Mulher e Corrida do Batom, dentre outros atrativos. Em homenagem as mulheres a SEMA realizou o plantio de um Ipê Rosa simbolizando a feminilidade. A população também pode contar com a distribuição de mudas de outras espécies.

Tenda da Cidadania: Esta é uma ação promovida pela pelo Gabinete do Prefeito de Porto Velho anualmente através da Primeira Dama, que consiste em disponibilizar diversos serviços das secretarias municipais vinculadas a prefeitura, como educação ambiental, assistência social, esporte e laser e muitos outros. A SEMA participa sempre, levando aos moradores dos distritos palestras, brincadeiras educativas ambientais para as crianças e cinema com filmes de cunho ambiental.

Semana da Biologia (Faculdades): De acordo com as temáticas ou solicitações especiais das faculdades, são disponibilizados equipamentos, materiais didáticos e educadores ambientais habilitados para promover a consciência ambiental juntamente com os parceiros para quem visita a instituição no dia do evento.

1º Festival de Rabetas de São Carlos: A participação da SEMA nesses eventos é fundamental, pois as equipes disponibilizadas para esta ação, conscientizam a população participante do evento sobre importância de não poluir o ambiente o qual se encontra, utilizando de materiais educativos, e ao final é feita uma coleta de todos os resíduos descartados inadequadamente, juntamente com os participantes.

Promoção de Projetos e Programas de Desenvolvimento Sustentável

Os programas ambientais executados pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente são organizados, coordenados e orientados pela Divisão de Projetos Para Desenvolvimento Sustentável. Os projetos são elaborados pela própria divisão, além de avaliar a viabilidade de projetos encaminhados por terceiros (ONG´S, acadêmicos, pessoas físicas, etc). Tal divisão realiza suas atividades em conjunto com a Divisão de Educação Ambiental, sendo a mesma uma ferramenta para alcançar os objetivos.

Dentre os projetos que estão em andamento, podemos citar “Agenda Ambiental na Administração Pública” – A3P, “Coleta Seletiva Solidária”, “Educação Ambiental nos Espaços Públicos”, “Nasce uma vida, plante uma árvore” e “Recolhimento de Pneus Inservíveis”.

Agenda Ambiental na Administração Pública

A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) é um programa do Ministério do Meio Ambiente (MMA) criado em 1999 que visa a implementar a gestão ambiental na atividade administrativa. É um programa de adesão voluntária que pode ser inserido nos poderes executivo, legislativo e judiciário e nas esferas municipais, estaduais e federais. Em 2002 ganhou o prêmio da UNESCO de “melhor dos exemplos” na categoria de Meio Ambiente. E ainda pode ser desenvolvido através de cinco eixos temáticos, sendo eles “Licitações Sustentáveis”, “Qualidade Vida no Ambiente de Trabalho” “Gestão de Resíduos Sólidos”, “Uso Nacional de Recursos”, “Mobilização e Sensibilização de Servidores Públicos”. A prefeitura desenvolve suas atividades dentro desses cinco eixos.

Em 2011, com a visita de um representante do MMA a Prefeitura Municipal de Porto Velho através da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SEMA) aderiu oficialmente ao programa que tem como público alvo os servidores municipais e todos os munícipes que freqüentam os prédios públicos, o A3P na prefeitura tem várias metas a serem atingidas:

- Minimizar os impactos ambientais negativos gerados durante a jornada de trabalho;
- Realizar a gestão ambiental dos resíduos;
- Implementar coleta seletiva de lixo;
- Utilizar de forma racional os recursos (ex.: material de expediente, água, energia, etc,) combatendo o desperdício e promovendo a redução de consumo;
- Adotar a licitação sustentável, introduzindo critérios socioambientais nas compras públicas para a aquisição de bens, materiais e contratação de serviços;
- Desenvolver e implantar ações para redução do consumo de energia e eficiência energética;
- Promover a substituição de insumos e materiais por produtos que provoquem menos danos ao meio ambiente;
- Implantar um programa continuado de educação ambiental para a formação e capacitação do servidor público por meio de palestras, reuniões, exposições, oficinas de arte-educação e ecologia humana;
- Promover concursos internos que estimulem ações criativas, inovadoras e positivas na adequação da infra-estrutura funcional aos conceitos de sustentabilidade;
- Produzir informativos referentes a temas sócio-ambientais, experiências bem-sucedidas e progressos alcançados pela instituição;
- Promover a reflexão sobre os problemas sócio-ambientais em geral e na administração pública em particular.

Coleta Seletiva Solidária

Coleta Seletiva Solidária de Porto velho é um programa que foi inserido dentro do A3P (Agenda Ambiental na Administração Pública) e foi instalado na prefeitura municipal de Porto Velho através do decreto municipal nº 12.020/2011. Objetiva a gestão adequada de resíduos sólidos com a doação dos materiais arrecadados para a cooperativa de catadores de Porto Velho, atualmente há somente uma cooperativa, a CATANORTE. A implantação está prevista para todas as sedes das secretarias municipais, a primeira etapa do programa é um diagnóstico inicial para

que seja constatado como é feita a gestão de resíduos. Logo após é realizado uma palestra de sensibilização e orientação com os servidores de como poderá ser feito o descarte adequado dos resíduos. A SEMA doa os materiais educativos e indicativos para que as secretarias possam fazer a instalação efetiva do programa.
Os materiais são separados em lixo seco e lixo úmido, sendo que o lixo seco são todos os materiais recicláveis (papel, vidro, plástico e metal) e o lixo úmido são os restos de comida, resíduos orgânicos e lixo de banheiro. O lixo seco é recolhido por um caminhão devidamente identificado como sendo da Coleta Seletiva.



Logotipo do programa Coleta Seletiva Solidária.
Fonte: Departamento de Gestão Políticas Públicas Ambientais

Educação Ambiental nos Espaços Públicos

Este é um projeto que visa conscientizar a população do bom uso dos espaços e patrimônio público. Uma das principais problemáticas encontradas na manutenção de tais espaços é a disposição inadequada do lixo produzido por seus freqüentadores. Pensando nisso notou-se a necessidade de criar um projeto que visasse minimizar o descarte e orientar sobre sua disposição adequada, e ainda a conservação das árvores nestes locais. Conta com a parceria da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo – SEMDESTUR que é responsável legal pelas praças e espaço públicos e a Fundação Iaripuna por zelar e manter a praça da Estrada de Ferro Madeira Mamoré. Uma das medidas utilizadas para auxiliar na sensibilização é a confecção de materiais educativos dispostos em locais estratégicos como, mesas de bares, papel de bandeja, bolacha de copo, camisetas, entre outros.

Mecanismos de Estimulo E Incentivo

No Art. 133. do Código de Meio Ambiente do Município de Porto Velho, prevê o apoio da prefeitura em estudos e análises que visem criar mecanismos para salvaguarda do meio ambiente. “Ao Município compete estimular e desenvolver

pesquisas e testar tecnologias para a preservação e conservação do meio ambiente." (Porto Velho, Lei Complementar Nº 138, de 28 de Dezembro de 2001). Ainda de acordo com o mesmo código o Poder Público Municipal estimulará e incentivará ações, atividades, procedimentos e empreendimentos, de caráter público ou privado, que visem a proteção, manutenção e recuperação do meio ambiente e a utilização auto-sustentada dos recursos ambientais, mediante concessão de vantagens fiscais, mecanismos e procedimentos compensatórios, apoio técnico, científico e operacional.

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente poderá celebrar convênios de cooperação técnica com outras instituições visando o cumprimento dos objetivos assinalados neste artigo.

De acordo com o código citado acima onde diz ser papel do município 'desenvolver pesquisas e testar tecnologias para a preservação e conservação do meio ambiente' temos a seguir dois modelos de incentivo a conservação ambiental e pesquisa, tendo como exemplo o Edital de Projetos Ambientais que é uma idéia inovadora para a SEMA, que alcançando seus objetivo serão promovidos financiados anualmente muitos outros projetos. E ainda mantendo aberto o espaço para pesquisas na unidade de conservação de competência do município (Parque Natural Municipal de Porto Velho - PNMPV).

Edital de Projetos Ambientais: Tem por objetivo selecionar propostas para apoio financeiro total ou parcial a projetos de Organizações da sociedade civil sem fins lucrativos que desenvolvam atividades no município de Porto Velho, que visem contribuir significativamente para a conservação, educação e controle ambientais. Para execução de todos os projeto foram destinados R$ 500.000 (quinhentos mil reais) provindos do Fundo Municipal de Meio Ambiente que é favorecido através de multas, taxas, compensações ambientais e licenciamentos. Com base de calculo do montante de quinhentos mil e considerando os treze distritos, prevê-se em média trezentos e vinte cinco (R$ 325.000) mil reais destinados a projetos nos distritos.

São disponibilizados no mínimo 20 (vinte) vagas para projetos com finalidade de conservação ambiental, educação ambiental e controle ambiental, sendo que cada projeto tem o valor máximo de vinte e cinco mil reais. Os projetos são planejados

para serem executados entre os períodos de 3 a 12 meses. Ainda para ampliar as ações da SEMA, para os distritos são reservadas uma vaga para cada, dando voz as necessidades ambientais peculiares de cada região e encurtando relações. Dessa forma, de vinte vagas, treze são para os distritos.

Grupos de pesquisa: Em conjunto com pesquisadores da Universidade de São Paulo – USP e Faculdade São Lucas – FSL foram encontradas novas espécies de carrapatos na denominada 'Caverna do Morcego' no Parque Natural Municipal de Porto Velho – PNMPV (conhecido como Parque Ecológico). Das cinco espécies encontradas, duas são totalmente inéditas para a ciência: o Nothoaspis amazoniensis (descrita em 2010) e o Carios rondoniensis (descrita em 2008)", (USP,2011).

Este tipo de descoberta sem exageros pode contribuir grandiosamente com a saúde e bem estar da população como um todo. Assim como descobrir o motivo da disseminação de uma nova doença, bem como descobrir a cura do câncer. Muita gente não leva em consideração uma descoberta desse tipo, porém devemos olhar essa situação com outros olhos, muitas das coisas que temos hoje devemos a pesquisas e pesquisadores que dedicam a buscar novas possibilidades de melhorar a vida do ser humano. Um bom exemplo é Alexander Fleming, médico e bacteriologista escocês, descobriu (1928) a penicilina, um antibiótico natural derivado de um fungo (gênero Penicillium), que revolucionou a medicina desde então. Em outro momento descobriu-se o Fermento biológico ou levedura que é um microorganismo vivo cuja denominação científica é Saccharomyces cerevisiae, tal fermento promove o crescimento das massas de pães através da fermentação que ocorre antes do forneamento.

Como pode-se notar é válido considerar a importância do incentivo a pesquisa como demonstra os exemplos anteriores que tal descoberta propiciou uma certa comodidade em nosso dia a dia como o fermento do pão da dona de casa. Dessa a forma a secretaria abre espaço para que os interessados possam ter o apoio institucional necessário para realização de pesquisas que venham a contribuir com a sociedade como um todo, incluindo os munícipes da cidade de Porto Velho.

Referências

Brasil. Lei Nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. Disponível em <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4771.htm> Acesso em novembro de 2011.

Brasil. Ministério do Meio Ambiente. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Disponível em<www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=20&idConteudo=967> Acesso em Novembro de 2011.

Dias, V. Caverna de Rondônia Abriga Novas Espécies de Carrapato. Disponível em <www.usp.br/agen/?p=32808> Acesso em novembro de 2011.

Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. Meio Ambiente Paulista: Relatório de qualidade ambiental 2010. Organização: Casemiro Tércio dos Reis Lima Carvalho e Márcia Trindade Jovito. São Paulo: SMA/CPLA, 2010.

Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Porto Velho. Código de Meio Ambiente do Município de Porto Velho. 2ª Ed. Lei Complementar n. 138 de dezembro de 2001. Prefeitura de Porto Velho, Porto Velho, Rondônia, 2008

SEMAD, Governo do Pará, Secretaria de Estado de Meio Ambiente. Disponível em <www.sema.pa.gov.br/interna.php?idconteudocoluna=2281> Acesso em Agosto de 2011.

Glossário Ambiental

Aquecimento global - Elevação da temperatura média anual da Terra causada pelo aumento das concentrações na atmosfera dos chamados gases do efeito estufa nos últimos 100 anos. Estes gases alteram as características da atmosfera fazendo com que o calor fique concentrado como numa estufa. Daí vem a expressão “efeito estufa”.

Biodiversidade - representa o conjunto de espécies animais e vegetais viventes.

Código Florestal - código instituído pela Lei n.º 4.771, de 15 de setembro de 1965 em cujo artigo 1º está previsto que as florestas existentes no território nacional e as demais formas de vegetação, reconhecidas de utilidade às terras que revestem, são bens de interesse comum a todos os habitantes do país.

Clima - Conjunto de estados de tempo meteorológico que caracteriza uma determinada região durante um grande período de tempo, incluindo o comportamento habitual e as flutuações, resultante das complexas relações entre a atmosfera, geosfera, hidrosfera, criosfera e biosfera.

Dano ambiental - qualquer alteração provocada por intervenção antrópica.

Desenvolvimento sustentado - modelo de desenvolvimento que leva em consideração, além dos fatores econômicos, aqueles de caráter social e ecológico, assim como as disponibilidades dos recursos vivos e inanimados, as vantagens e os inconvenientes, a curtos, médios e longos prazos, de outros tipos de ação. Tese defendida a partir do teórico indiano Anil Agarwal, pela qual não pode haver desenvolvimento que não seja harmônico com o meio ambiente. Assim, o desenvolvimento sustentado que no Brasil tem sido defendido mais intensamente, é um tipo de desenvolvimento que satisfaz as necessidades econômicas do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras.

Ecossistema - conjunto integrado de fatores físicos, químicos e bióticos, que caracterizam um determinado lugar, estendendo-se por um determinado espaço de dimensões variáveis. Também pode ser uma unidade ecológica constituída pela reunião do meio abiótico (componentes não-vivos) com a comunidade, no qual ocorre intercâmbio de matéria e energia. O ecossistema são as pequenas unidades funcionais da vida.

Educação ambiental - conjunto de ações educativas voltadas para a compreensão da dinâmica dos ecossistemas, considerando efeitos da relação do homem com o meio, a determinação social e a variação/evolução histórica dessa relação. Visa preparar o indivíduo para integrar-se criticamente ao meio, questionando a sociedade junto à sua tecnologia, seus valores e até o seu cotidiano de consumo, de maneira a ampliar a sua visão de mundo numa perspectiva de integração do homem com a natureza.

Estudo de Impacto Ambiental (EIA) - sigla do termo Enviromment Impact Assessment, que significa Avaliação de Impactos Ambientais, também chamados de Estudos de Impactos Ambientais.

Impacto ambiental - qualquer alteração das propriedades físico-químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam a saúde, a segurança e o bem-estar da população, as atividades sociais e econômicas, a biota, as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente, enfim, a qualidade dos recursos ambientais.

Legislação Ambiental é um conjunto de Leis, normas, regras e padrões que foram criadas para proteger o Meio Ambiente.

Meio Ambiente - Conjunto dos agentes físicos, químicos, biológicos e dos fatores sociais, suscetíveis de exercerem um efeito direto ou indireto, imediato ou a longo prazo sobre todos os seres vivos.

Monitoramento ambiental - medição repetitiva, descrita ou contínua, ou observação sistemática da qualidade ambiental.

Migração - deslocamento de indivíduos ou grupo de indivíduos de uma região para outra. Pode ser regular ou periódica, podendo ainda coincidir com mudanças de estação.

Plano de Manejo é instrumento ou uma técnica de organização de processos futuros que permite otimizar as ações destinadas a alcançar objetivos propostos contendo atividades e ações necessárias para se alcançar os objetivos.

Parques Nacionais, Estaduais ou Municipais - são áreas relativamente extensas, que representam um ou mais ecossistemas, pouco ou não alterados pela ocupação humana, onde as espécies animais, vegetais, os sítios geomorfológicos e os habitats ofereçam interesses especiais do ponto de vista científicos, educativos, recreativos e conservacionista. São superfícies consideráveis que contém características naturais únicas ou espetaculares, de importâncias nacionais, estaduais ou municipais.

Política ambiental - Declaração da organização, expondo suas intenções e princípios em relação ao seu desempenho ambiental global, que provê uma estrutura para ação e definição de seus objetivos e metas ambientais.

Planejamento Ambiental – Processo de organização do trabalho de uma equipe para consecução de objetivos comuns, de forma que os impactos resultantes que afetam negativamente o ambiente em que vivemos sejam minimizados e que os impactos positivos sejam maximizados.

Sucessão ecológica - seqüência de comunidades que se substituem, de forma gradativa, num determinado ambiente, até o surgimento de uma comunidade final, estável denominada comunidade-clímax.

Unidades de conservação - áreas criadas com o objetivo de harmonizar, proteger recursos naturais e melhorar a qualidade de vida da população.

Zoneamento agroecológico - é o ordenamento, sob forma de mapas, informações relativas ao tipo de vegetação, geologia, solo, clima, recursos hídricos, climáticos e áreas de preservação, de uma determinada região.

O Relatório Circunstanciado das Atividades do Exercício de 2011 da Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMA, utilizou como referencia o Relatório Circunstanciado do exercício anterior, proposto pela SEMPLA.

Neste, agradecemos a colaboração dos setores que repassaram os dados para compor o Relatório, das contribuições na revisão e em todo o trabalho realizado nesta Secretaria, que em 2012 possamos utilizar como aprendizado as dificuldades dos trabalhos realizados anteriormente para que possamos melhorar cada vez mais nossa atuação no município de Porto Velho.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER (SEMES)

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER (SEMES)

Apresentação

A Secretaria Municipal de Esporte e Lazer desenvolve políticas de atendimento a comunidade de Porto Velho, várias ações e projetos que beneficiam várias classes sociais, entre as quais: crianças, adolescentes, adultos, idosos e pessoas com necessidades especiais. Consciente de seu papel social no município de Porto Velho, a SEMES vem consolidando a sua posição como agente de transformação e desenvolvimento social através de atividades de esporte, lazer e cidadania.

A Secretaria procura identificar necessidades e potencialidades nos bairros e distritos do município, priorizando projetos e programas a partir das necessidades de cada região. Esta preocupação funciona como instrumento de mobilização e organização social, para um melhor aproveitamento e acompanhamento dos investimentos públicos. Neste sentido, apresentamos para apreciação e análise o Relatório de Atividades de 2011.

Eventos

Escolinhas de Iniciação Desportiva



As Escolinhas Desportivas foram desenvolvidas em diversos pólos de funcionamento nos bairros de Porto Velho e Distritos, sendo acompanhadas por profissionais de Educação Física, monitores e parceiros. A faixa etária atendida foi de 07 a 15 anos, nas modalidades de Futebol (Bairros: Mariana, Paraíso, Nova Esperança, Caladinho e Areia Branca); Futsal (Ginásio Dudu, Três Marias, Esperanças da Comunidade e Castanheira); Basquetebol (Ginásio Dudu).

- Objetivo: Oferecer à comunidade infantil atividades de esporte com direcionamento em várias modalidades.

- Atividades: As aulas foram ministradas no período de março a dezembro.

- Materiais: Foram entregues a todas as escolinhas: bolas, redes, cones, bomba de inflar, troféus, medalhas, apito, corda elástica, bolas de borracha e coletes.

- Pessoas beneficiadas: 600 crianças.

- Professores das Escolinhas 2011: Janderson Ribeiro Sá, Emerson Souza Matias, Amarildo José, Alcione Lima de Morais, Francisco Raimundo, Célio Rodrigues, Francisco Chaves, Francisco Melo, Cássia Linhares, Airton Santos e Carlos Dirceu.

Ruas de Lazer

Estruturadas neste ano e realizadas no período de março a dezembro nos bairros e distritos de Porto Velho. As ações da Rua de Lazer também atenderam periodicamente o Projeto Tenda da Cidadania, coordenado pelo Gabinete do Prefeito, nos Distritos de Calama, Nazaré, São Carlos, Extrema, Nova Califórnia e Vista Alegre.



- Objetivo: Proporcionar atividades recreativas, esportivas e artísticas, às comunidades dos bairros e distritos de Porto Velho.

- Atividades: Futebol de travinha, Ping-pong, Pebolim, Voleibol, Pula corda individual, Jogos de xadrez, Jogos de dama, Jogos de dominó, Pinturas e modelagens, Cama elástica (pula-pula), Brincadeiras com bambolê, Festival e oficina de pipas, Futebol de campo, Futebol de areia, Jogo do queima, Torneio de peteca e campeonato de truco, damas, dominó e xadrez.

- Pessoas beneficiadas: oito mil pessoas atendidas.

Festival de Praia do Distrito de Fortaleza do Abunã

O evento tem o objetivo de mobilizar a comunidade local a participar de atividades esportivas; Movimentar a economia do Distrito; Sensibilizar o público local sobre a importância de atividades esportivas para o desenvolvimento do turismo e para a região; Promover uma amostra dos atrativos culturais; Conscientizar a prática do esporte e lazer como direito e bem estar social, ambiental e econômico.

- Atividades: esporte e lazer para crianças, jovens e adultos: Tirolesa; Futebol de areia e de campo; Futevôlei; basquete de areia; Campanhas educativas; Shows de músicas, concurso Garoto e Garota Verão.



- Período de execução: 31/09 a 02/11/2011
- Pessoas beneficiadas: público direto e indireto de sete mil pessoas.
- Parcerias: Secretarias Municipais, Policia Militar, Delegacia Fluvial, CMDCA, Polícia Rodoviária Federal, Corpo de Bombeiros, Conselho Tutelar, SEDAM, SESDEC e Ministério Público.

Corrida de Voadeiras

Realizado no Rio Madeira (Porto do Cai N'água), com o objetivo de incentivar atividades dessa natureza, difundindo os esportes aquáticos promovendo o intercâmbio sociodesportivo entre os participantes de várias regiões, visando valorizar a natureza de Porto Velho.

- Atividades: apresentação da Banda da Polícia Militar, cerimônia de abertura, cortejo dos competidores, competição, Rua de lazer, premiação financeira e Show musical.



- Categorias: Embarcação mais decorada, Canoa simples a remo, Motor 15 HP, Motor 25 HP, Motor 40 HP, Motor Rabeta 5,5/60 HP.

- Período de execução: 27 e 28 de agosto de 2011.

- Pessoas beneficiadas: público direto e indireto de seis mil.

- Parcerias: Secretarias Municipais, Policia Militar, Delegacia Fluvial, Colônia dos pescadores, Polícia Ambiental e outros órgãos governamentais.

Tenda Esporte

Realizado de segunda a sexta no Parque da Cidade com o objetivo de melhorar e/ou prevenir os aspectos da saúde, bem como aplicar os procedimentos de avaliação da aplicação e controle das cargas e fundamentalmente da organização e planejamento da atividade física.



- Atividades: avaliação e atividades físicas dirigidas por professores de Educação Física; orientação nutricional, fisioterapêutica, serviços de enfermagem, verificação da pressão arterial e teste de glicemia.
- Período de execução: Março a Novembro de 2011.
- Pessoas beneficiadas: 5.000 pessoas atendidas.

21º Interdistrital de Esportes (futebol e voleibol)

Têm o objetivo de Oferecer anualmente um grande encontro socioesportivo entre os Distritos do Baixo Madeira e BR 364, na modalidade de Futebol e Voleibol Masculino e Feminino.



- Locais: Distrito de Calama, Extrema e Município de Porto Velho.

- Atividades: cerimônia de abertura, desfile das equipes, torneios de futebol e voleibol masculino e feminino, Concurso Musa Interdistrital (etapa BR 364), Rua de lazer e premiação.
- Período de execução: 1ª Etapa – de 31/05 a 04/06 – Calama; 2ª Etapa – de 14/06 a 18/06 – Extrema; Fase Final – 24 e 25/06
- Pessoas beneficiadas: público direto e indireto de quinze mil pessoas.

Ruralzão de Futebol

Com o objetivo de promover a integração entre as comunidades da área rural de Porto Velho, bem como descobrir novos talentos e oferecer momentos de lazer através da prática do futebol.



- Locais: Comunidade rural de Porto Velho.
- Atividades: torneios de futebol masculino e feminino, eventos de confraternização e premiação.
- Período de execução: Junho a agosto.
- Etapas executadas: Colônia Viçosa, São Sebastião, Joana D'Arc e Rio Pardo.
- Pessoas beneficiadas: 600 (seiscentas pessoas) diretas e indireto de 5.000 (cinco mil pessoas) nas várias etapas.

Chegada do Papai Noel / Natal de Todos

A SEMES participa com sua equipe neste evento com o objetivo dar apoio ao Gabinete do Prefeito através de atividades Esporte e Lazer para as crianças.



- Local: Bairro Nova Floresta (Zona Sul).
- Atividades: Futebol de travinha, Ping-pong, Pebolim, Basquetebol, Pula corda individual, Pinturas e modelagens, Cama elástica (pula-pula) individual e coletivo, Brincadeiras com bambolês, Brincadeiras do queima, jogos de mesa: truco, damas, dominó e xadrez.
- Período de execução: 18 de Dezembro.

Tenda Mulher Rosas de Março

Tem o objetivo de oferecer atividades de esporte e lazer, cultura, artes em comemoração ao dia Internacional da Mulher.



- Local: Praça da Estrada de Ferro Madeira Mamoré.
- Período de execução: 8 de março.
- Atividades: Rua de lazer, Tenda Esporte, Academia Alternativa, Apresentação de danças, sorteio de brindes, atendimento de beleza e campanhas educativas.
- Pessoas beneficiadas: 5.000 (cinco mil pessoas).

Conselho Municipal de Esportes

Conselho instalado na sede da SEMES, com reuniões periódicas, na primeira terça feira de cada mês, fazendo parte do conselho 14 conselheiros.

Idoso Ativo

Proporcionar atividades esportivas e recreativas, culturais e orientações físicas para os idosos. Atividades acompanhadas por Profissional de Educação Física.

- Local: Recanto do vovô e da vovó (Agenor de Carvalho)
- Pessoas beneficiadas: 60 idosos
- Período de execução: Março a dezembro.



3ª Copa Porto Velho de Futsal

Considerado o maior encontro de futsal de Porto Velho, envolvendo cerca de 200 equipes inscritas entre masculino e feminino.

- Local: Ginásios e quadras poliesportivas de Porto Velho
- Período de execução: março e abril
- Pessoas beneficiadas: 10.000 (dez mil) pessoas durante a competição.

Minimaratona Cidade de Porto Velho



Em homenagem ao aniversário do município de Porto Velho, tendo a participação da comunidade em geral.

- Local: Ruas de Porto Velho (10 km)
- Período de execução: 2 de outubro
- Pessoas beneficiadas: 500 participantes

7º Jogos dos Servidores Municipais

Oferecer aos servidores do município de Porto Velho, atividades esportivas e de lazer, numa grande confraternização sociodesportiva.



- Local: Clube Social do SINTERO.
- Atividades: Futebol Society, Vôlei de areia, futsal, natação, tênis de mesa, dominó, xadrez e queimada.
- Período de execução: 19 a 22 de Outubro.
- Pessoas beneficiadas: 2000 servidores

Corrida Natalina

Consolidar ainda mais a corrida de rua em Porto Velho, com a participação de crianças, jovens, adultos, idosos e pessoas com necessidades especiais.

- Local: Ruas de Porto Velho (10 km)
- Período de execução: 11 de dezembro
- Pessoas beneficiadas: 300 competidores

Copa Porto Velho de Vôlei de Areia



Reunir atletas de várias regiões numa competição, a fim de movimentar este esporte no município de Porto Velho.

- Local: Ao lado do ginásio Cláudio Coutinho.
- Período de execução: 28 a 30 de novembro.

Quadras Poliesportivas

- Esperança da Comunidade; Jacy-Paraná (compensação da Usina); Fortaleza do Abunã (compensação da Usina); Nacional; Abunã (compensação da Usina); Vista Alegre (compensação da Usina); São Carlos; Calama (necessita reforma e reparos).

Projetos e Atividades Extras em Parceria

- Campeonato de Futsal (Federação de Futsal de Rondônia);
- Etapas de Voleibol e Vôlei de Areia (Federação de Voleibol de Rondônia);
- Etapa de Motocross (Federação de Motocross de Rondônia);
- Etapa de Karatê (Federação de Karatê de Rondônia);
- Rally a Pé (Amigos da Estrada de Ferro Madeira Mamoré):

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO (SEMAGRIC)

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO (SEMAGRIC)

A Prefeitura do Município de Porto Velho através da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento, recepcionando as políticas públicas alinhadas nos programas do governo federal e estadual adota ações de fomento Cadeia Produtiva Agrícola, com o objetivo de alavancar e subsidiar a futura demanda de produtos, gerando renda e oportunidades paralelas ao produtor e a população num modo geral.

O objetivo da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento – SEMAGRIC é promover o desenvolvimento econômico e social do homem do campo de forma sustentável e respeitando as particularidades de cada região e seus moradores, tendo em vista que a demanda da parcela da população rural contribui ativamente para o aquecimento da economia do município e para o desenvolvimento regional, distribuído ao entorno da cidade de Porto Velho e seus Distritos.

A SEMAGRIC vem cumprindo o Plano Plurianual, através do Planejamento Orçamentário da Prefeitura Municipal de Porto Velho com intuito de promover o desenvolvimento rural. A SEMAGRIC conta atualmente com 4 programas em execução, no período de 2010/2013.

Programa 003: Apoio a Produção Agropecuária.

PA - 15.01.20.602.003.1.334 – Incentivo a Piscicultura com a Implantação de Viveiros Tanques.

Neste programa são desenvolvidos três sub-programas: Implantação de Agroindústrias, Fomento a Produção de Culturas Agrícolas e Incentivo a Piscicultura com a Implantação de Viveiros Tanques Escavados. Com relação ao sub-programa de Incentivo a Piscicultura, este possui o objetivo de promover o desenvolvimento do setor pesqueiro e aquícola do município de Porto Velho, agindo de forma sustentável na agricultura familiar e na segurança alimentar dos produtores, aumentando renda e gerando melhorias na qualidade de vida. Através deste programa iniciou-se a construção de tanques escavados e o serviço de assistência técnica de implantação da atividade aos piscicultores e interessados em iniciar a atividade.

Objetivo: Alavancar a produção de Peixe no município de Porto Velho

A implantação dos tanques Escavados para piscicultura conta primeiramente com a visita técnica da propriedade para verificação da viabilidade do empreendimento, posteriormente é realizado a elaboração do projeto e o licenciamento ambiental, no qual, se faz necessário para iniciar as obras de escavação, deste modo venha atender as exigências da legislação, para isso a SEMAGRIC disponibiliza pessoal qualificado: 2 (duas) Engenheiras de Pesca e 2 (dois) Engenheiros Agrônomos, responsáveis pela elaboração dos projetos e assistência de implantação da atividade.

Foram construídos 11 tanques no ano de 2011, sendo que mais 50 serão instalados no ano 2012.

No ano de 2011, foram realizadas as seguintes atividades:

- Visitas técnicas para avaliação das propriedades;
- Vistoria das atividades;
- Cadastramento dos Produtores interessados na atividade;
- Reuniões com Associações representantes dos Pescadores Artesanais;
- Reuniões com Cooperativa ligada ao setor.

PA- 15.01.20.662.003.1.101 - Implantação de Agroindústrias

Objetivo: Proporcionar aumento de produtividade de culturas agrícolas da região e conseqüentemente fixação do homem no campo.

No ano de 2011 foram instaladas 10 agroindústrias agregando valor aos produtos da população do campo. Para a instalação foram desenvolvidas algumas atividades como visita técnica, reuniões nas cooperativas e associações. A seguir as localidades atendidas com as agroindústrias em 2011:

01. Cooperativa Agropecuária e Agroflorestal da Amazônia – COAMAZON: Localizada no Distrito de Extrema recebeu 01 Caminhão equipado com tanque isométrico tipo rodoviário; 01 motocicleta; 01 Desnatadeira; 01 batedeira; 01 conjunto de prensa; 01 tanque de fabricação de queijo; 01 tanque de resfriamento de leite; 01prateleira dessoradora; 01 prateleira de estocagem; 01 embaladeira e 04 Frízeres Horizontais 01 de 400 litros e 03 de 500 litros, possibilitando melhoria de vida para os produtores da atividade leiteira, sendo que a produção é destaque na região.



02. Associação dos Produtores Rurais da Linha Nove – APRULNOVE: Localizada no Joana D'arc recebeu 01 Despolpadeira de Frutas e 01 Freezer de 400 litros, atendendo os moradores da região com o despolpamento das frutas bem como o armazenamento das polpas.

03. Associação dos Produtores Rurais de São Sebastião: recebeu 01 Despolpadeira de Frutas e 01 Freezer. Com o intuito de facilitar o beneficiamento das frutas como também a estocagem das polpas até a sua venda.

04. ASSOCIAÇÃO RURAL DE RIO PRETO DE CALAMA: Projeto Rio Preto 14 km: localizada no Distrito de Demarcação recebeu 01 Caminhão com carroceria em madeira, apoiando o projeto Rio Preto na escoação da produção dos ribeirinhos.



05. Associação de Desenvolvimento Agrícola e Ambiental de Produtores e Produtoras Rurais da Linha 23 e Entorno – ASPROL: recebeu 01 Máquina de Arroz. Aumentando a renda ao agregar valor ao produto.

06. Associação São Domingos: recebeu 01 Agroindústria de Farinha, uma vez que existe o cultivo de mandioca. Sendo uma oportunidade eficiente de subsistência para a região.

07. Associação dos Produtores Rurais da Linha Nona e Taquara – APRUMAR: 01 Agroindústria de Farinha, tendo em vista que também é uma região com uma característica de cultivo de mandioca.

08. Associação dos Pescadores Criadores de Peixe do distrito de Calama: 01 máquina de Gelo e 01 câmara frigorífica.

09. Associação Comunitária das Comunidades Pesqueiras e Extrativistas de São Carlos: 01 máquina de Gelo, 01 câmara frigorífica e 03 roçadeiras.

10. Associação dos Moradores Extrativistas Produtores Rurais da Reserva Extrativista do Lago do Cuniã: recebeu 01 câmara frigorífica e 02 roçadeiras.

Programa 003: Apoio a Produção Agropecuária.

Fomento a Produção de Culturas Agrícolas

Produção Agroecológica Integrada e Sustentável – PAIS

Relatório de atividades no ano de 2011

O programa PAIS passou por sérios problemas aqui em Porto Velho, desde a sua implantação, em que destacamos: entrega de kits PAIS a agricultores sem perfil, distâncias muito grande de um produtor a outro, falta de capacitação tanto técnica como por parte dos agricultores e a falta de assistência técnica, dentre outros fatores como a falta de continuidade na coordenação. Neste ano, quando assumimos desde Março/2011, fizemos uma reunião com os parceiros com intuito de planejarmos as ações para o ano de 2011. Foi discutido que as ações prioritárias seriam formalizar o convênio imediato com a EMATER para assistência técnica e a realização dos cursos em todas as comunidades. A parceria com ARSAPAM, através da Fundação Banco do Brasil, foi fundamental para realização dos cursos de horticultura, controle de pragas e doenças e manejo de solo em todas as comunidades, com isso capacitamos todos os nossos agricultores. Podemos citar os seguintes cursos, datas e instrutores:

- Horticultura Geral – Jaci Paraná (02/ 02 a 03/03/2011) - Inelde
- Planejamento participativo II - (02 a 04 de fevereiro) -Tácito
- Manejo de solo em horticultura (SINTERO/BOM JESUS) – 25 a 29/07 . José Luiz Tomita.
- Horticultura Geral – Bom Jesus – 01 e 02/02 – Inelde
- Horticultura Geral – Aliança -16 a 17/02 – Inelde
- Horticultura Geral – Cujubim -14 e 15/02 – Inelde
- Controle de Pragas e Doenças – 20 e 21/06 Joana Darc . Inelde
- Controle de Pragas e Doenças – 06 a 08/04 – Bom Jesus . Jorge Muller.
- Controle de Pragas e Doenças – 18 a 20/04 – Cujubim. Jorge Muller
- Controle de Pragas e Doenças – 07 e 08/02 – Km 13. Jurandy
- Controle de Pragas e Doenças – 25 a 27/04 – Jaci Paraná – Emerson
- Curso de Comercialização – 22/23 de Setembro – PVH – Vítor

Além dos cursos, realizamos o convênio com a EMATER, para assistência técnica, entregamos tambores, telas e sementes, juntamente com a ARSAPAM, regularizamos a documentação dentro da SEMAGRIC, através da assinatura do Termo de Compromisso (90%), negociamos com o SEBRAE a aquisição de material didático. Ocorreu também neste ano a capacitação dos técnicos da EMATER, que estão diretamente trabalhando com o PAIS, na cidade de Cacoal e conseguimos realizar o I Encontro de Agricultores do PAIS, em que houve eleição dos membros para a abertura da Associação dos Agricultores do PAIS, nomeada de APAIS.

O programa PAIS também participou dos seguintes eventos:

- Expovel 2011 - com assinatura do primeiro financiamento;
- Encontro de Jornalismo em Porto Velho;
- Intercambio para Cacoal e Rolim de Moura –21 a 23 de agosto;
- III Congresso Brasileiro de Homeopatia Popular e I Simpósio de Agroecologia – 25 a 27 de agosto - Apresentação de dois Trabalhos científicos.
- Feira de Economia Solidária e Agroecologia. Dias 07/08 e 09 de Outubro . Local: Estrada de Ferro Madeira Mamoré.
- Palestra do PAIS – Na II Amostra de Ciência e Tecnologia – dia 20/10/2011. Local Instituto Federal de Rondônia.

No início de junho começamos a negociar junto a Fundação do Banco do Brasil a aquisição de mais 19 kits PAIS, considerando somente a caixa da água e o sistema de irrigação, com intuito de alcançarmos o número de 74 unidades PAIS funcionando e comercializando até o final de Fevereiro de 2012. Conseguimos a aprovação em outubro/2011 e estamos fazendo o cadastro destes novos produtores para implantação destes kits.

No momento a situação do PAIS de Porto Velho alcançou seu objetivo inicial que é garantir alimento saudável e contribuir para aumento de renda da familiar rural, dos 55 PAIS em situação ativa, em torno de 35 famílias estão obtendo um renda média de R$ 800,00 por mês. Com a implantação dos novos kits PAIS, possivelmente, teremos 54 famílias produzindo e vendendo seus produtos na feira agroecológica, PNAE e PAA. Não estamos considerando a Ponta do Abunã, onde existem 25 PAIS instalados, destes 20 estão produzindo e vendendo na própria comunidade. A Ponta do Abunã onde abrange Nova Califórnia, Vista Alegre e Extrema, fica a 350 km de Porto Velho, esta distância, inviabiliza a comercialização dos seus produtos na cidade de Porto Velho. Por esta razão, agendamos 01 (uma) Feira Agroecológica para aquela localidade para 12/02/2012.

Aqui em Porto Velho a Feira Agroecológica teve início no dia 04/12/2011, sendo realizada de 15/15 dias, ou seja 2 (duas) vezes por mês, mas devido a grande procura dos consumidores pelos nossos produtos, as feiras passaram a ser realizadas todo final de semana, ou seja, de 7/7 dias, juntamente com outros produtos convencional na feira do produtor, local conhecido como Caí na Àgua. porém uma área reservada somente para os produtores do PAIS. O local e os dias da feira foram decididos pelos próprios agricultores do PAIS.

A SEMAGRIC articulou junto a SEMOB, Secretaria de Obra,o asfalto na área que foi instalada as barracas do PAIS. Providenciamos a divulgação da feira, através de panfletos junto com o SEBRAE e a EMATER e meios de comunicação. As montagem e desmontagem das barracas serão de responsabilidade dos próprios agricultores, conforme reunião.

De modo geral, todos os agricultores estão motivados e muito felizes com o programa, recebemos diariamente ligações de consumidores interessados em adquirir produtos e também muitos agricultores interessados em adquirirem o kit PAIS.

Quantidade de Unidades implantadas.

O quadro abaixo representa a situação atual (27/12/2011) das unidades implantadas no município de Porto Velho.

LOCAL	N° Kits Entregue	N° Kits Remanejados	N° Kits Abandonados	TOTAL	N Kits Ativo	N Kits Comercializando
ALIANÇA	8	0	2	6	6	3
CUJUBIM	5	0	0	5	4	1
KM 13	25	7	9	9	9	5
BOM JESUS	13	1	0	12	12	11
JOANA D'ARC	10	0	1	9	9	7
JACI PARANÁ	10	2	0	8	8	5
KM 32	3	0	0	3	3	2
VISTA ALEGRE	5	0	0	5	5	5
EXTREMA	11		2	11	9	7
NOVA CALIFÓRNIA	9		1	9	8	8
Total	99	9	17	77	72	55

Dos 100 kits entregues em 2008/2009: 72 estão ativos e 55 estão produzindo e comercializando, com a instalação de mais 19 kits, chegaremos a 74 unidades em produção e comercialização até final do ano de 2011.

-Previsão do término da implantação;

Estamos fazendo o cadastro dos 19 agricultores a serem contemplados com o Kits PAIS, atualmente a compra desses materiais encontra-se em processo de licitação para aquisição e entrega dos mesmo. Previsão de entrega desses kits é de final do mês de Fevereiro de 2012.

- **Dados sobre comercialização e renda já obtida com o projeto;**

Há no momento 35 famílias do PAIS obtendo renda média mensal de R$ 800,00 com as vendas de hortaliças, através das vendas direita para o PNAE e PAA, com previsão de aumento no faturamento, após o funcionamento da feira agroecológica. Instalamos no dia 19/11/2011 uma barraca do PAIS dentro do Joana Darc I, para dar oportunidade aos nossos agricultores de comercializarem seus produtos na própria comunidade. O local a ser montado a barraca é de frente a EMATER, local de fácil acesso e em que circula muita gente.

Casos de Sucesso

Possamos afirmar que o programa PAIS neste ano/2011 foi um sucesso, de modo geral, por conseguirmos conquistar a credibilidade novamente dos agricultores, divulgarmos o programa PAIS na mídia, hoje, em todas as redes de comunicação fala de maneira positiva do programa, isto repercutiu o setor de produtos agroecológico como um todo. Os produtores que são orgânicos mas não tem PAIS, juntaram-se a nós, com intuito de fortalecer o setor e buscarmos a certificação dos produtos.

A credibilidade do PAIS em Porto Velho também facilitou o acesso dos nossos agricultores a financiamento no Banco do Brasil, isso está acontecendo de forma rápida e menos burocrática, devido a SEMAGRIC e EMATER fazerem juntos, laudos técnicos comprovando a veracidade dos dados.

A criação do setor de agroecologia na Secretaria de Agricultura do Estado de Rondônia/ SEAGRI e dentro da EMATER contribui para alavancar as ações do PAIS, pois somamos esforços na defesa de uma só causa, produção de alimentos orgânicos. Esta união foi fundamental na execução de vários eventos este ano, podemos citar a feira agroecológica realizada em outubro, repasse de sementes, dentre outros.

No início de março/2011 a nossa maior preocupação era a comunidade de Joana Darc, onde não tinha mais produção nem encontrava mais os agricultores do PAIS. Hoje esta comunidade é a que mais produz, tanto em quantidade, qualidade e diversidade de produtos.

ANEXOS

Foto da feira na estrada de ferro Madeira-Mamoré



Foto da feira na estrada de ferro Madeira-Mamoré



Foto na feira estrada de ferro Madeira-Mamoré



Foto na feira estrada de ferro Madeira-Mamoré



Foto feira do Produtor Cai na Água



Foto feira do Produtor Cai na Água



Programa 024: Desenvolvimento Rural

Programa de Recuperação de Áreas Degradadas - PRAD

O Programa PRAD tem como objetivo realizar os serviços de Destoca, através dos tratores de esteiras, Gradagem, com os tratores de pneus, e por meio de parcerias e emendas parlamentares, a aquisição de Calcário para correção da acidez do solo, visto que o solo amazônico tem essa característica ácida, ocasionada pelas chuvas e altas temperaturas, e ainda, conta-se com a manutenção dos maquinários e implementos agrícolas sob nossa responsabilidade dentro das necessidades e possibilidades da Secretaria, para assim garantir que as ações no decorrer do ano não sejam paralisadas por falta de manutenção dos mesmos. Hoje o PRAD conta este quantitativo descrito abaixo:

MODELO/ MÁQUINÁRIO	QUANTIDADE
TL- 85	03
TL- 75	02
TT- 4030	01
D- 61	01
Retroescavadeira	01
Espalhadeira de calcário	04

Foram realizados os Cadastros das Unidades Produtivas que foram atendidas no corrente ano, para o preenchimento do cadastro e a assinatura do termo de compromisso por parte dos agricultores e Associações da região visitada, a fim de proporcionar ao pequeno produtor, o acesso às máquinas e implementos agrícolas para assim melhorar a sua terra e o aumento da sua produção, podendo ser comercializada em sua região ou até mesmo na Feira do Produtor Rural. Houve visitas às propriedades para inspecionar o andamento do Programa, para verificar se os agricultores cumprirão com o compromisso de plantar e de manejar de forma correta a cultura e a satisfação do produtor com os serviços prestados.

Abaixo segue o quadro demonstrativo das localidades que foram atendidas no ano de 2011 com os serviços descritos acima, e as horas/máquina que foram prestadas aos produtores, visto que a meta do ano de 2.011 para o serviço de Destoca era de 1.200/ano, e para Gradagem 2.000/ano.

DESTOCA	**QUANTIDADE/ HA**
VILA FRANCISCANA	60
UNIÃO BANDEIRANTES	400
ABUNÃ	200
CUJUBIM	70
TERRA SANTA	40
RAMAL SANTO ANTONIO	50
LINHA 17- JOANA DAR'C	50
LINHA 22	50
LINHA 27	50
LINHA 67	100
TOTAL	**1.070 ha**

GRADAGEM	**QUANTIDADE/ HA**
ABUNÃ	60
ALIANÇA	100
BOM JESUS	50
CUJUBINZINHO	40
ESTRADA DOS PERIQUITOS	40
KM 40	60
LINHA 03- JOANA DAR'C	30
LINHA 05- JOANA DAR'C	60
LINHA 09- JOANA DAR'C	30
LINHA 11- JOANA DAR'C	60
LINHA 15- JOANA DAR'C	90
LINHA 17- JOANA DAR'C	100
LINHA 22	80
LINHA 27	110
LINHA 32	60

LINHA 37	90
LINHA 67	100
LINHA DA AMIZADE	30
LINHA13- JOANA DAR'C	70
LINHÃO	30
NOVA CALIFÓRNIA	150
RAMAL BRASIL	30
RAMAL DA VACA	15
RAMAL DO BRITO	50
RAMAL SÃO DOMINGUES	20
RAMAL TAMANDUÁ	40
SETOR CHACAREIRO	250
TERRA SANTA	50
UNIÃO BANDEIRANTES	225
VILA FRANCISCANA	70
VILA PRINCESA	25
TOTAL	**2.215 ha**

CALCÁRIO ENTREGUE	**QUANTIDADE/ TONELADA**
UNIÃO BANDEIRANTES- LINHA DO ABACAXI, FERRUGEM E TRAVESSÃO	160
ABUNÃ- LINHA 23	80
RAMAL DO BRITO	50
SETOR CHACAREIRO- ESTRADA DOS PERIQUITOS	150
LINHA 32	40
ALIANÇA	40
LINHA 27	50
SETOR CHACAREIRO- ACAI	50
LINHA C- 30	50
TOTAL	**670 ton.**

Juntamente com a SEMAGRIC, o PRAD teve o seu espaço na EXPOVEL 2011, expondo as culturas produzidas na área rural do município de Porto Velho/RO, sendo estas: Banana, Mandioca, Macaxeira, Açaí, Abacaxi, Melancia, Cana -de-açúcar dentre outras.

Para o ano de 2.012 o Programa vai trabalhar com meta para realizar 1.500 Destocas e 3.000 Gradagens, e vamos continuar incentivando o fortalecimento do vínculo entre os produtores e associações junto a esta SEMAGRIC, para melhor atender a população rural do município de Porto Velho e distritos.

RELATÓRIO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL – S.I.M. - ANO 2011

Regulamentação do S.I.M., de acordo com a Lei Municipal Nº 1449, de 28 de dezembro de 2001

A Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos de Origem Animal, em todo o Município de Porto Velho, são normatizadas pelo Regulamento da Lei nº 1449, havendo inspeção, reinspeção e fiscalização dos animais de açougue (obrigatoriamente, todo dia em que houver abate), animais silvestres criados em cativeiro, o pescado, o leite, o ovo, o mel e a cera de abelhas e derivados. A inspeção, a que se refere o presente artigo, abrange sob o ponto de vista industrial e sanitário, a inspeção "*ante*" e "*post-mortem*" dos animais, o recebimento, manipulação, transformação, elaboração, preparo, conservação, acondicionamento, embalagem, depósito, rotulagem, trânsito e consumo de quaisquer produtos e subprodutos, adicionados ou não de vegetais, destinados ou não à alimentação humana. A inspeção abrange também os produtos afins, tais como: coagulantes, fermentos e outros usados na indústrias de produtos de origem animal.

Essas atividades envolvem a averiguação das condições de higiene de produção, manipulação, beneficiamento, armazenamento e transporte de produtos, bem como, a qualidade e as condições técnicas sanitárias dos estabelecimentos responsáveis pela produção e distribuição dos produtos. São verificadas, também, as condições de higiene das pessoas que trabalham nos estabelecimentos que produzem e manipulam os produtos de origem animal e seus derivados.

O S.I.M. no ano de 2011 beneficiou as empresas de forma a conquistar novos clientes, com a inocuidade dos produtos, agregando valores nas mercadorias. Com o selo do S.I.M. o estabelecimento fiscalizado estará apto a fornecer produtos no comercio, tais como: Supermercados, feiras, lanchonetes, padarias e outros, desde que cumpra a legislação vigente. Das empresas cadastradas apenas 09 estão aptas a receber o selo do S.I.M. e 1 empresa em processo reativação e 2 empresas em processo de analise.

Abaixo segue o quadro demonstrativo das empresas cadastradas no SIM.

I – INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO EM INDÚSTRIAS CADASTRADAS

1.1. Frigoríficos

EMPRESAS CADASTRADAS NO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL - S.I.M.
1. ABATEDOUROS/FRIGORÍFICOS
1.1. ABATEDOURO/FRIGORÍFICO AREIA BRANCA **Razão Social:** Lacerda & Rios LTDA **SIM Nº:** 0001 **CNPJ:** 05.467.742/0001-45 **Endereço:** estrada Areia Branca, Km 2,5 - s/n°- Bairro Areia Branca, Porto Velho/RO
1.2. ABATEDOURO/FRIGORÍFICO FRIGO 10 **Razão Social:** F. I. A. Santos e CIA LTDA **SIM Nº:** 0004 **CNPJ:** 08.895.954/0001-11 **Endereço:** rua Francisco F. N. Lopes - Sítio Stª Rita, estrada da Rema, Porto Velho/RO
1.3. ABATEDOURO/FRIGORÍFICO FRIGO RAÇA **Razão Social:** Belz & Fernandes LTDA **SIM Nº:** 0006 **CNPJ:** 08.968.807/0001-24 **Endereço:** estrada da Areia Branca, gleba Garças, lote 19/0009 A, s/n° - Porto Velho/RO
1.4. ABATEDOURO/FRIGORÍFICO COOPCUNIA **Razão Social:** Cooperativa de Pescadores, Aquicultores, Agricultores e extrativistas da Resex Cuniã **SIM Nº:** 0010 **CNPJ:** 97.526.260/0001-37 **Endereço:** Comunidade Silva Lopes Araújo, s/n, Reserva Extrativista do Lago do Cuniã

1.2. Outras Empresas: Laticínios e Charquearia

2. LATICÍNIOS
2.1. IOGURTE D'GUSTAVO **Razão Social:** Barros & Almeida LTDA **SIM Nº:** 0002 **CNPJ:** 03.455.665/0001-88 **Endereço:** rua Quintino Bocaiúva, 3236 – Bairro Embratel, Porto Velho/RO
2.2. SÍTIO DON ENRIQUE – Queijo Tipo Minas Frescal "Fresquinho" **Razão Social:** Rodrigo Otávio Diniz Waltenberg **SIM Nº:** 0005 **CPF:** 079.858.766-00 **Endereço:** estrada do Santo Antônio, 252 – Bairro triângulo, Porto Velho/RO
2.3. IOGURTE DOCE GUT **Razão Social:** Marreira & Souza LTDA **SIM Nº:** 0007 **CNPJ:** 63.616.585/0001-99 **Endereço:** rua Angico, 1170, Bairro Nova Floresta, Porto Velho/RO
2.4. SÍTIO KUKA FRIA I **Razão Social:** JOSÉ CELESTINO PIMENTEL **SIM Nº:** 0008 **CPF:** 590.253.287-68 **Endereço:** Colônia Viçosa - lote 01A - Gleba Garça, Alto Madeira, no Município de Porto Velho-RO **OBS:** Empresa em processo reativação
2.4. QUIEJOS UNIÃO **Razão Social:** Silva & Mesquita Comércio de Laticínio e Frios LTDA - ME **SIM Nº:** 0011 **CNPJ:** 10.014.509./0001-47 **Endereço:** Estrada Linha Triângulo, Km 01, s/n, Zona Rural, Distrito de União Bandeirantes, Porto Velho - RO

3. ESTABELECIMENTOS BENEFICIADORES DE PRODUTOS CÁRNEOS
3.1. CHARQUE BRASIL **Razão Social:** Brasil Comércio de Alimentos LTDA **SIM Nº:** 0003 **CNPJ:** 03.246.445/0001-44 **Endereço:** Av. Rio de Janeiro, 7196, Bairro Lagoinha, Porto Velho/RO
3.2. INDÚSTRIA DE CARNE – "DESOSSA" **Razão Social:** Brasil Comércio de Alimentos LTDA **SIM Nº:** 0003 **CNPJ:** 03.246.445/0001-44 **Endereço:** Av. Rio de Janeiro, 7196, Bairro Lagoinha, Porto Velho/RO

A - Segue abaixo fotos da reforma realizada no Frigorífico Frigo10 após a visita e orientações dos técnicos do S.I.M.:

Figura 1: Corredor para brete de atordoamento



Figura 2: Aumento dos currais para se adequarem as normas

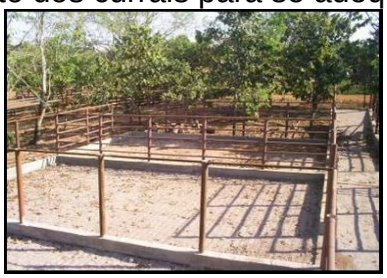


Figura 3: Bebedouros em concreto



B - Segue abaixo fotos da empresa de laticínio Kuka Fria, que encontra-se com S.I.M. cancelado:

Figura 1: Funcionários sem o uso de EPIs e presença de insetos no local:



Figura 2: Soro derramado no chão e armazenado a céu aberto:

Figura 3: Porta e piso com a presença de sujidades:



C - Segue abaixo fotos da empresa de laticínio Familiar, localizada no Distrito de União bandeirantes, que encontra-se em processo de análise:

Figura 1: Primeira visita para orientações:



Figura 2: Leite recipiente de alumínio para processo de coalho:



SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO (SEMUR)

SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO (SEMUR)

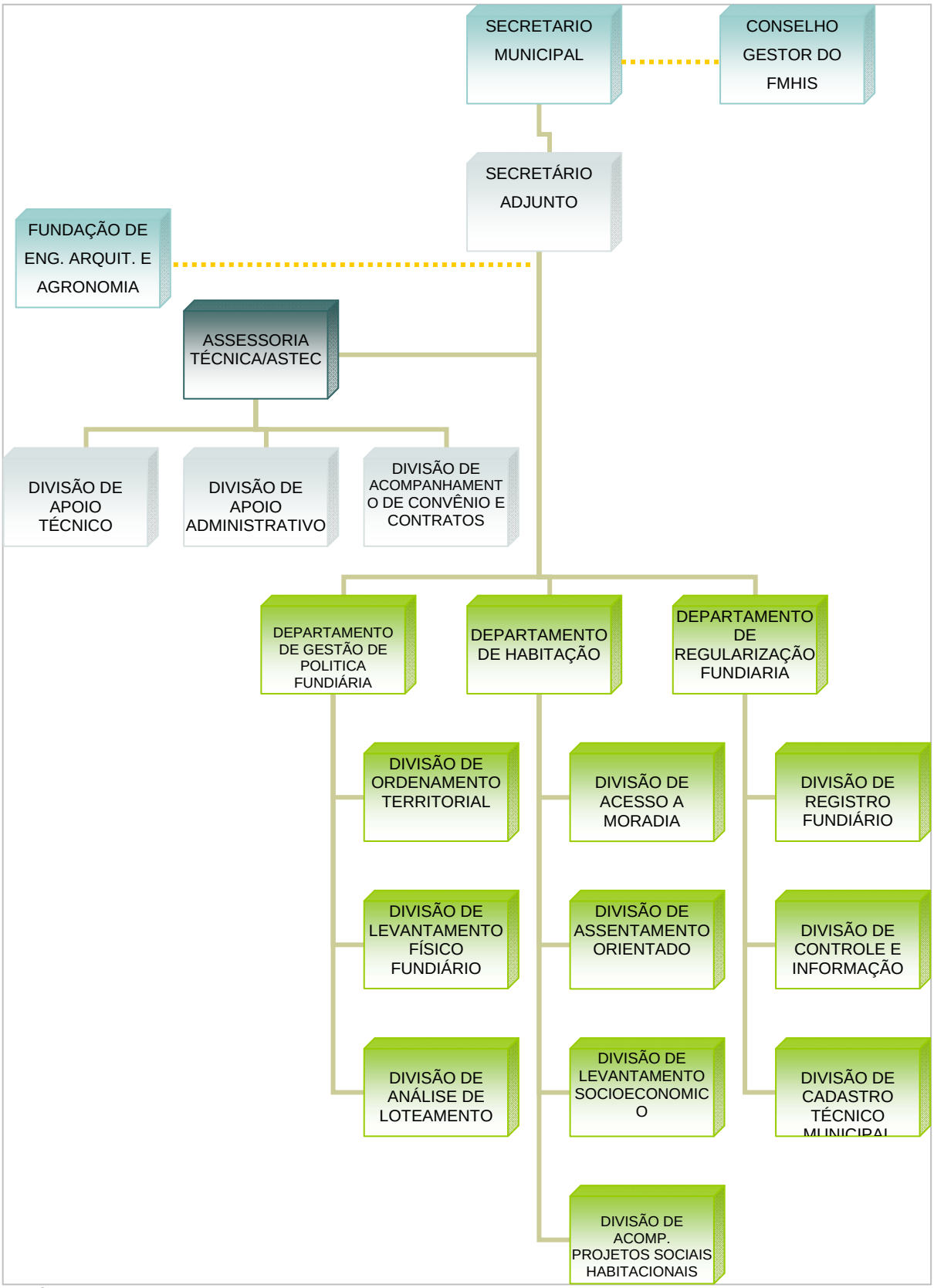
Administração da unidade

A Secretaria Municipal de Regularização Fundiária e Habitação - SEMUR tem a finalidade de desempenhar as funções de articulação, planejamento, coordenação, e execução de políticas e programas para as áreas de Regularização Fundiária e Habitação, garantindo o acesso à moradia digna.

O quadro funcional da SEMUR atualmente é composto por 127 (cento e vinte e sete) servidores, incluindo os Cargos Comissionados, com formação nas mais diversas áreas profissionais, tais como: engenharia, arquitetura, pedagogia, administração, economia, contabilidade, direito, processamento de dados, serviço social e psicologia; bem como ensino médio e outros que estão cursando ensino superior. Este crescimento, conforme ilustra a Figura 1, proporcionou maior eficiência nas atividades, possibilitando o desenvolvimento da política de Regularização Fundiária e Habitação do Município de Porto Velho.

A SEMUR tem em sua estrutura três departamentos: de Gestão de Política Fundiária (DGPF), de Regularização Fundiária (DRF) e de Habitação (DHA), os quais atuam diretamente no processo de Regularização Fundiária de áreas passíveis de escrituração imediata pelo poder público, bem como onde existem conflitos sócio-jurídicos de titularidade privada ocupadas por população de baixa renda e áreas passíveis de projetos urbanísticos visando loteamentos públicos regulares, atuando diretamente na implementação da política municipal de habitação, onde se garante o direito à moradia digna a milhares de famílias.

Estrutura Operacional da SEMUR – 2011



Fonte: SEMUR.

No que concerne a Gestão Patrimonial e de Pessoas os avanços foram significativos no ano de 2011; a formação em serviço foi possibilitada aos servidores através da participação em cursos, seminários, oficinas e conferências, inclusive em atividades de âmbito nacional, que proporcionaram a troca de experiências e aprimoramento profissional. Destacamos os seguintes:

- Fórum Nacional de Habitação de Interesse Social – Brasília/DF.
- Curso: Implementação da Planta Genérica de Valores do Sistema de Inteligência Fiscal e do Georreferenciamento – Rio de Janeiro/RJ.
- Seminário Internacional 10 Anos de Estatuto da Cidade – Brasília/DF.
- Curso: Elaboração de Projeto Básico e Termo de Referência para Compras e Serviços – Rio de Janeiro/RJ.
- Seminário Nacional de Prevenção de Desastres Naturais em Áreas Urbanas – Salvador/BA.

Além destes, proporcionou-se a participação dos servidores nos cursos promovidos pela FUNESCOLA, proporcionando um melhor preparo ao servidor na busca de aperfeiçoamento profissional visando à melhoria das atividades laborais.

No que tange a Gestão Patrimonial houve a ampliação do patrimônio municipal com a aquisição de equipamentos de informática, mobiliário, aquisição de equipamentos de refrigeração, aquisição de equipamentos topográficos e aquisição de veículos, visando adequação setorial, bem como propiciar um ambiente mais favorável ao desenvolvimento das atividades, valorizando assim os profissionais e melhorando o atendimento da população. Primou-se também pela conservação dos bens já existentes, através de serviços de manutenção preventiva e corretiva, evitando-se assim depreciação e prejuízos do patrimônio público.

Gestão de Políticas Públicas de Regularização Fundiária e Habitação

O programa de Gestão de Política Fundiária e Habitação trabalha de forma transversal e, além das demandas internas, é responsável pelo Programa de Regularização Fundiária de Interesse Social.

Por meio deste Programa foram realizadas diversas ações relacionadas à Regularização Fundiária de Ocupações Irregulares mais a Regularização Fundiária institucional.

A regularização institucional viabilizou várias ações e programas sociais, por meio de indenizações e desapropriações, tais como: prolongamento das ruas Farquar, Anari, 7 de Setembro e Pinheiro Machado, construção de Escolas, Unidades de Saúde.

Nas Regularizações Fundiárias de Ocupações Irregulares foram conclusos os processos de regularização dos seguintes bairros: Loteamento Flamboyant, Socialista e Ulisses Guimarães. Conforme demonstrativo da tabela abaixo, com o quantitativo de escrituras expedidas e do perfil das famílias beneficiárias.

Número de Lotes por Bairro Regularizados em 2011

Bairro	Lotes Regularizados	Média de Moradores por UH	% Moradores Idosos	% Famílias Chefiadas por Mulheres
Flamboyant	889	4	10,2	50
Socialista	1422	3,8	3,45	39
Ulisses Guimarães	1883	4	3,76	45
Total	**4194**			

Fonte: ASTEC/SEMUR (2011).

É importante frisar que desde a criação da SEMUR aos dias atuais houve um aumento pela procura ao Programa de Regularização Fundiária de Interesse Social.

Percebe-se ainda, um aumento significativo na procura por informações junto a SEMUR acerca da situação fundiária dos lotes, por parte do munícipe no momento da compra de imóveis para moradia, que antes eram adquiridos sem pesquisa sobre a situação jurídica do imóvel, bem como, dos programas habitacionais desenvolvidos pelo município.

Ressalta-se ainda, que para a execução dos trabalhos da Regularização Fundiária, fez-se necessário o envolvimento da comunidade beneficiária que é sujeito ativo participativo e colaborativo, em todos os procedimentos, o que resulta no sucesso do Programa de Regularização Fundiária, sendo salutar a manutenção da regularidade fundiária e oportunidades dos munícipes ao acesso ao crédito imobiliário.

Entrega de escrituras dos Bairros Socialista e Ulisses Guimarães



A tabela abaixo apresenta dados dos bairros regularizados e dos que estão em procedimento de regularização com recurso de convênio e contrapartida do município, bem como aqueles que contam recursos próprios.

Bairros Regularizados ou em Processo de Regularização

Contrato	Ação	Bairro	Poligonal	Status
233.595-06/2007- Mcidade/Caixa Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – Obs. Autorização por Excepcional idade	Atividades de Regularização Fundiária	Vila Tupy.	196	Escrituras entregues em: 04.02.2010
		Marcos Freire	1562	Escrituras entregues em 07/02/09
		Calama	360	Em procedimento de Regularização
		Tucumanzal	475	Em procedimento de Regularização
		Areal -	1195	Em procedimento de Regularização
		Ronaldo Aragão	746	Escrituras entregues em 07/02/09
		Embratel	1500	Escrituras entregues em 30/06/08
		Agenor de Carvalho	1500	Em procedimento de Regularização
		Conceição	1420	Escrituras entregues em 29/03/08
		Eletronorte	208	Escrituras entregues em 01/10/09
		Loteamento Luiene (Areia Branca)	475	Em procedimento de Regularização
		JK	2.420	Escrituras entregues em 12/03/09
		São João Batista	384	Escrituras entregues em 25/06/08
192.658-8/2006 – Papel Passado		Tancredo Neves	2.467	Escrituras entregues em 31/03/07
Recursos Próprios		Ulisses Guimarães	1.560	Escrituras entregues em 28.12.2011
241.595-71/08– Papel Passado		Floresta	676	Escrituras entregues em: 26.07.2010
		Loteamento Espírito Santo	68	Escrituras entregues em 07/06/08
		Tiradentes	211	Escrituras entregues em: 15/03/08
		Caladinho	989	Escrituras entregues em: 24/11/07
		Paraíso	75	Em procedimento de Regularização
		Jardim Santana	2174	Escrituras entregues em: 15/12/2010
		Socialista	1000	Escrituras entregues em 02.10.2011
		Fortaleza	700	Em procedimento de Regularização
		Loteamento Flamboyant	889	Escrituras entregues em 25.05.2011
		Total	**22.361**	

Fonte: ASTEC/SEMUR (2011).

Programa "USO CAMPEÃO"

O programa Uso Campeão, cuja meta é contribuir com os munícipes da Capital proporcionando meios técnicos e jurídicos para propositura de ações judiciais aos moradores que possuem a posse de imóveis de áreas particulares. Atendendo preferencialmente famílias de baixa renda e com tempo de moradia igual ou superior a 05 (cinco) anos, atuando nos bairros Cidade Nova, Cidade do Lobo, Aponiã, Igarapé, Cuniã, Esperança da Comunidade, Caladinho, Castanheiras, Eletronorte, Conceição, Cohab, Cohab Floresta, dentre outros.

Deste a implantação do programa foram atendidas mais de 2.900 (duas mil e novecentas) famílias em todas as regiões da cidade. Mister salientar que esse total representa um pouco mais de 2% (dois por cento) da demanda estimada.

Em conjunto com a Defensoria Publica do Estado de Rondônia foram protocolados 696 (seiscentas e noventa e seis) ações envolvendo moradores dos bairros Cidade Nova, Aponiã, Igarapé, Castanheiras, Cohab e Caladinho.

- Atendimento do programa no Bairro Caladinho
  Data: abril de 2011
  Local do Atendimento: Igreja Santa Luzia
  Total de famílias atendidas: foram atendidas aproximadamente 800 famílias.
  Bairros Envolvidos: Caladinho, Cohab, Castanheiras.
  Atividade desenvolvida: Orientação jurídica, informação dos documentos necessários e recebimento de cópias de documentos para análise e viabilidade para impetração de ação de usucapião.
  Resultado: Após a análise dos documentos recebidos, foram protocolados 131 ações.

- Atendimento do programa no Bairro Igarapé
  Data: junho de 2011
  Local do Atendimento: Colégio João Ribeiro
  Total de famílias atendidas: foram atendidas aproximadamente 323 famílias.
  Bairros Envolvidos: Igarapé, Cuniã, Esperança da Comunidade.

Atividade desenvolvida: Orientação jurídica, informação dos documentos necessários e recebimento de cópias de documentos para análise e viabilidade para impetração de ação de usucapião.
Resultado: Após a análise dos documentos recebidos, protocolados 24 ações.

- Atendimento do programa no Bairro APONIÃ
  Data: dezembro de 2011
  Local do Atendimento: Colégio Olavo Pires
  Total de famílias atendidas: foram atendidas aproximadamente 800 famílias.
  Bairros Envolvidos: Aponiã, Igarapé, Cuniã, Esperança da Comunidade.
  Atividade desenvolvida: Orientação jurídica, informação dos documentos necessários e recebimento de cópias de documentos para análise e viabilidade para impetração de ação de usucapião.
  Resultado: Após a análise dos documentos recebidos, protocolados 347 ações.



Programa Morar Melhor

No âmbito habitacional a Secretaria está atuando com 3 (três) grandes Programas do Ministério das Cidades:

- Pró-Moradia - que oferece acesso à moradia adequada à população em situação de vulnerabilidade social e com rendimento familiar mensal preponderante de até R$ 1.050,00;
- Urbanização e Regularização de Assentamentos Precários - objetiva a realização de obras e serviços voltados à segurança, salubridade e habitabilidade das habitações, e ainda à regularização jurídico-formal de sua ocupação;

- Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) nas modalidades:
  a) Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários que busca melhorar as condições de habitabilidade de populações residentes em assentamentos humanos precários, para a regularização fundiária e para a redução de riscos mediante sua urbanização, integrando-os ao tecido urbano da cidade;
  b) Aquisição de Lotes Urbanizados – Esta modalidade visa a aquisição de parcelas legalmente definidas de uma área, em conformidade com as diretrizes de planejamento urbano municipal, dotadas de acesso por via pública e, no seu interior, de soluções adequadas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e energia elétrica.

A tabela abaixo apresenta o endereço e o número de unidades habitacionais que estão em procedimento de licitação ou já estão sendo construídas. Ressalta-se que os contratos, no que tange às obras, estão sobre governabilidade da SEMPRE, logo após a criação da referida, sendo que esta SEMUR continua acompanhando cada um sistematicamente e executando o Projeto de Trabalho Técnico Social, bem como, posteriormente irá realizar o assentamento orientado das famílias beneficiárias.

Projetos Habitacionais de Interesse Social do Município de Porto Velho

CONTRATO / MCIDADES	PROJETO	LOCALIZAÇÃO	UND. HAB
215.117-49/2006	**Candelária I**	Travessa Belizário Pena com Rio Machado – Bairro Triângulo	98
	Candelária II	Rua Nilton Azevedo com Soledade - Bairro Marcos Freire	25
	Candelária III	Rua Canoa com Cachoeira do Itapemirin – Bairro Marcos Freire	58
	Candelária IV	Rua Jacarandá / Rua Tucupi – Mariana	37
192.950-36/2006	**Veredas I**	Rua Raimundo Cantuária, Bairro Tiradentes	20
	Veredas II	Rua Mamoré com Amazonas – Bairro Escola de Polícia	25
	Veredas III	Rua Canoa com Cachoeira do Itapemirin , B. Marcos Freire	55
227.255-72	**Cuniã I**	Avenida José Vieira Caúla com Rua Ana Nery – Bairro Cuniã	176
	Cuniã II	Avenida José Vieira Caúla com Rua Andréia - Bairro Cuniã	192
227.254-67	**Mato Grosso**	Rua Raimundo Cantuária com Rua Getúlio Vargas – Bairro Mato Grosso	144
	Triangulo II	Estrada do santo Antônio - Bairro Triângulo	240

CONTRATO / MCIDADES	PROJETO	LOCALIZAÇÃO	UND. HAB
227.253-53	Floresta I	Rua Três e Meio – Bairro Floresta	160
	Floresta II	Rua Três e Meio – Bairro Floresta	144
233.593-88/07	FNHIS I	Setor 33 – Quadra 545 – Lote 656 - Bairro Socialista	56
233.597-24/07	FNHIS III	Setor 49, Quadra 115, 512 e 513 – Bairro Ronaldo Aragão.	57
233.594-92/07	FNHIS IV	Setor 33 – Quadra 513 – Lote 720 - Bairro Socialista	55
233.596-10/07	FNHIS V	Zona Leste – Bairros: Teixeirão, Cascalheira (Flamboyant I e II, Mariana, Marcos Freire (Airton Senna)	1.645
238.671-40/07	Pró-Moradia Zona Leste I	Setor 34, Quadra 503, Vários Lotes - Bairro Socialista.	286
	Pró-Moradia Zona Leste II	Bairro Socialista	131
238.670-36/07	Pró-Moradia Zona Sul I	Setor 21, Quadra 999 - Bairro Floresta	212
	Pró-Moradia Zona Sul II	Estrada da Areia Branca, parte do lt 35 e lt 36 - Setor 28 - Bairro Novo Horizonte	112
238.670-36/07	Pró-Moradia Zona Norte	Setor 10, Quadra 005, Lote 412 - Bairro Industrial	48
Total de Unidades Habitacionais			**3.976**

Fonte: Departamento de Habitação/SEMUR - 2010

Em 2011 foram finalizados e entregues as 218 unidades habitacionais do Projeto Candelária e realizado o sorteio dos 714 beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida.

Entrega das Unidades Habitacionais Projeto Candelária I, II, III e IV



Sorteio – Programa Minha Casa Minha Vida



Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS)

O Município de Porto Velho assinou com a União em 30 de Dezembro de 2009, Contrato de Repasse nº 302.870-15/2009/Ministério das Cidades/Caixa para apoio à elaboração de Plano Local de Habitação de Interesse Social.



O Plano Local de Habitação de Interesse Social - PLHIS - de Porto Velho será um instrumento político-administrativo, destinado a promover o planejamento local das ações do setor habitacional, em todo o território do município, com foco na regularização fundiária de assentamentos informais e no enfrentamento da exclusão sócio-espacial, de forma a garantir: o direito à moradia digna e o acesso a terra urbanizada a segmentos sociais historicamente excluídos, a expressão dos agentes sociais sobre a habitação de interesse social e a integração entre a política habitacional e a política de desenvolvimento urbano, com articulação dos três níveis de governo.

Neste contexto, foi realizado no ano de 2010 o I Fórum do Plano Local de Habitação de Interesse Social o qual deu início a elaboração do Plano, onde ficou agendada com a comunidade a realização dos fóruns Setoriais que aconteceriam no ano de 2011, os quais ocorreram em 2 etapas nas seguintes regiões: a) Setor Sul; b) Setor Leste A e Setor Leste B; c) Setor Centro Norte; d) Distrito: Eixo da BR; e) Distrito: Baixo Madeira.

No ano de 2011 foi elaborado a Etapa 2 - Análise do Inventário e Diagnóstico do Setor Habitacional, do Plano Local de Habitação de Interesse Social de Porto Velho, reservada às pesquisas de informações e buscas documentais sobre a realidade habitacional do município e para as análises e respectivos diagnósticos sobre o acervo informativo elaborado. Para esta etapa se realizaram os fóruns setoriais em 2 períodos:

a) Em abril de 2011, a primeira série de eventos com a população para esta parte dos trabalhos foi elaborada com vários objetivos, entre eles, destacam-se a fixação do entendimento sobre o conceito de habitação considerado no Plano, a

discussão sobre cada realidade, a promoção do planejamento participativo, conhecimento das expectativas da população em relação ao Plano e o cruzamento das informações oriundas da população com as levantadas pela Equipe Técnica. Nesta primeira série foram realizados 6 eventos intitulados “Fóruns Setoriais”, sendo 4 deles voltados à área urbana do Distrito de Porto Velho e os 2 restantes, direcionados aos demais distritos, em pontos estratégicos da região municipal do eixo da BR 364 e do Baixo Madeira.

b) Em outubro de 2011, a segunda série de eventos com a população, para apresentação do diagnóstico habitacional: onde foi apresentada a análise individual dos distritos, análise das informações gerais do município, apresentação resumida dos trabalhos relevantes e apresentação do déficit habitacional. Onde a população elegeu a ordem de prioridade das ações. Foram realizados 4 eventos, sendo 2 deles voltados à área urbana do Distrito de Porto Velho e os 2 restantes, direcionados aos demais distritos.

A Etapa 3 – Plano de Ação, foi elaborada e sistematizada pela equipe técnica no mês de novembro, apresentando a comunidade no dia 07 de dezembro de 2011 os resultados obtidos, no Fórum de apresentação do Plano de Ação. O evento apresentou o resumo do diagnóstico habitacional e do Plano de Ação que possibilitou o entendimento de que na Política Habitacional estão contidas diversas Políticas Públicas que venham garantir a qualidade de vida e sustentabilidade da população. Permitiu o conhecimento da população quanto às ações indicadas no plano para a resolução dos problemas identificados no município.

As ações desenvolvidas pela SEMUR no âmbito da Regularização Fundiária e Habitação têm possibilitado a milhares de famílias a segurança da moradia, e isto só é possível, com vontade política, muito trabalho e recursos, a partir de um plano municipal pensado de forma planejada e com as mais diversas estratégias de mobilização da comunidade

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO (SEMTRAN)

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO (SEMTRAN)

Introdução

A Secretaria Municipal de Transportes e Trânsito do Município de Porto Velho - SEMTRAN, em observação as suas atividades institucionais definidas pela Lei Complementar nº 78 de 13/01/1998 (criação) e pela Lei Complementar nº 420 de 14/01/2011 (reestruturação), e em detrimento da finalização do exercício contábil de 2011, elaborou o presente "Relatório Circunstanciado" para compor as informações de gestão do Município.

Os dados dispostos no presente relatório são embasados em procedimentos administrativos próprios da secretaria, estando às documentações disponíveis na SEMTRAN.

Assessoria Técnica/Divisão de Apoio Técnico (resp.: Nydia dos Santos Batista)

- Solicitação de Crédito Adicional junto à SEMPLA; Solicitação de liberação de cotas orçamentárias; Consolidação de Relatório; Acompanhamento e controle do orçamento / SEMTRAN; Elaboração de Portaria de Normatização.
- Ofício expedido para Ministério Público - 104; ofício expedido da secretaria - 100; ofícios expedido de Providências da Câmara Municipal - 102; Elaboração de Projetos; elaboração da Proposta Orçamentária para 2012;
- Acompanhamento de pagamento dos processos de contas públicas; acompanhamento dos saldos orçamentários dos Projetos de Atividades da SEMTRAN; Acompanhamento dos processos, para saldos, restos a pagar; Acompanhamento dos processos, para cancelamento de saldos, restos a pagar em final de mandato do Prefeito; Processos de compras adquiridos pelo Sistema de Registro de Preços (SRP); Processo de Serviço através de licitação; efetuar previamente cotações de preço, com no mínimo três empresas;
- Elaborar quadro comparativo de preços, cotados por item; emissão de empenhos e subempenhos

Relação de Processo de Compras Adquiridos pela ASTEC/SEMTRAN

PROCESSOS DE COMPRAS				
PROCESSO	TIPO LICITAÇÃO	OBJETO	VALOR R$	LOCALIZAÇÃO
14/0122-00/11	PROCESSO	AQUISIÇÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS	4.000,00	SEMTRAN/PAGO
14/0160-00/10	SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS	AQUISIÇÃO DE MAT. PERM. (MICRO-ONDAS, BEBEDOUROS E OUTROS)	2.166,10	SEMTRAN/PAGO
14/0218-00/11	SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS	AQ. DE ÁGUA MINERAL, CAFÉ, AÇUCAR E GÁS DE COZ.	5.572,75	SEMTRAN/PAGO
14/0312-00/11	SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA	11.092,49	SEMTRAN/PAGO
14/0313-00/11	SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS	AQUISIÇÃO DE PNEUS E CÂMARA DE AR	1.808,00	SEMTRAN/PAGO
14/0314-00/11	SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS	AQUISIÇÃO DE TONER	3.840,00	SEMTRAN/PAGO
14/0851-00/11	DISPENSA DE LICITAÇÃO	AQUISIÇÃO DE BLOCOS DE INFRAÇÃO	7.840,00	SEMTRAN/PAGO
14/0939-00/11	SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS	AQ. DE MATERIAL DE EXPEDIENTE	8.940,89	SEMTRAN/PAGO
14/1048-00/11	PREGÃO PRESENCIAL	AQ. DE CONFECÇÃO DE BLOCOS DE AIT E TAMA	24.500,00	SEMTRAN/PAGO
14/1070-00/11	SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS	AQUISIÇÃO DE MARMITEX	1.400,00	SEMTRAN/PAGO
14/1154-00/11	SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS	AQ. DE ÁGUA MINERAL, CAFÉ, AÇUCAR E OUTROS	975,00	SEMTRAN/PAGO
14/2426-00/11	SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS	AQ. GEN. ALIM. PERECIVEIS - CAFÉ E AÇUCAR	1.528,00	SEMTRAN/PAGO
PROCESSOS DE DIARIAS				
PROCESSO		OBJETO	VALOR R$	LOCALIZAÇÃO
14/0541-00/11	PROCESSO	AQ. DE DIARIAS ZACARIAS, HELEN, VENÂNCIO	255,00	CGM/DCS
14/1071-00/11	PROCESSO	AQUISIÇÃO DE DIARIAS P/ MIRCE	1.914,84	CGM/DCS
14/1263-00/11	PROCESSO	AQUISIÇÃO DE DIARIAS P/ MIRCE	1.436,14	CGM/DCS
14/1264-00/11	PROCESSO	AQUISIÇÃO DE DIARIAS SEC. JOÃO MARCOS	1.436,14	CGM/DCS
14/1509-00/11	PROCESSO	AQUISIÇÃO DE DIARIAS GABRIEL/HUGO	2.301,32	CGM/DCS
14/1734-00/11	PROCESSO	AQUISIÇÃO DE DIARIAS JOÃO/MIRCE/NYDIA	6.416,52	CGM/DCS
14/1912-00/11	PROCESSO	AQUISIÇÃO DE DIARIAS STAINER/ELIVALDO	623,04	SEMTRAN/DCS
14/1951-00/11	PROCESSO	AQUISIÇÃO DE DIARIAS 14 AG. DE TRÂNSITO	2.039,10	SEMTRAN/
14/1990-00/11	PROCESSO	AQUISIÇÃO DE DIARIAS 14 AG. DE TRÂNSITO	2.718,80	CGM/DCS
14/2027-00/11	PROCESSO	AQUISIÇÃO DE DIARIAS 08 AG. DE TRÂNSITO	2.102,95	CGM/DCS
14/2078-00/11	PROCESSO	AQUIS. 04 DIARIAS STAINER/ELIVALDO/EDU	923,12	CGM/DCS
14/2079-00/11	PROCESSO	AQUIS. 02 DIARIAS STAINER/ELIVALDO/IZAQUIAS	430,94	CGM/DCS
14/2089-00/11	PROCESSO	AQUISIÇÃO DE DIARIAS JOÃO/GABRIEL/HUGO	1.581,07	CGM/DCS
14/2136-00/11	PROCESSO	AQUISIÇÃO DE DIARIAS ODAIR JOSÉ	145,65	CGM/DCS
14/2288-00/11	PROCESSO	AQUISIÇÃO DE DIARIAS JOÃO / VIANA	2.393,56	CGM/DCS
14/2365-00/11	PROCESSO	AQUISIÇÃO DE DIARIAS ODAIR JOSÉ	72,82	CGM/DCS
14/2579-00/11	PROCESSO	AQUISIÇÃO DE DIÁRIAS ISAQUIAS E GABRIEL	305,84	CGM/DCS
PROCESSOS DE PASSAGEM AEREA				
PROCESSO		OBJETO	VALOR R$	LOCALIZAÇÃO
14/0852-00/11	SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS	AQUISIÇÃO DE PASSAGENS AÉREAS	20.000,00	SEMTRAN/PARC. PAGO
PROCESSOS DE MATERIAL PERMANENTE				
PROCESSO		OBJETO	VALOR R$	LOCALIZAÇÃO
14/0316-00/11	SIST. DE REG. DE PREÇOS	AQUISIÇÃO DE SUPRIMENTO DE INFORMÁTICA	256,88	SEMTRAN/PAGO
14/0940-00/11	SIST. DE REG. DE PREÇOS	AQUISIÇÃO DE AR COND. E CENTRAL DE AR	10.580,76	SEMTRAN/PAGO
14/1466-00/11	SIST. DE REG. DE PREÇOS	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	3.425,00	SEMTRAN/PAGO
14/0315-00/11	SIST. DE REG. DE PREÇOS	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DE INFORMATICA	20.923,08	SEMTRAN/PAGO
14/1167-00/11	PREGÃO ELETRÔNICO	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS (06 SEIS)	174.000,00	SEMTRAN/PAGO
14/1411-00/11	PREGÃO ELETRÔNICO	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS MOTOCICLETAS (06)	85.200,00	SEMTRAN/

PROCESSOS DE SERVIÇOS				
PROCESSO		OBJETO	VALOR R$	LOCALIZAÇÃO
14/0037-00/03		MANUTENÇÃO SEMAFÓRICA	108.809,46	SEMTRAN/PAGO
14/0049-00/11	PROCESSO CONVÊNIO	CONVÊNIO CONTRATO DOS CORREIOS	80.000,00	SEMTRAN/PARC. PAGO
14/1538-00/08	PROCESSO CONVÊNIO	CONVÊNIO REPASSE DETRAN	243.000,00	SEMTRAN/PARC. PAGO
14/1539-00/08	PROCESSO CONVÊNIO	CONVÊNIO REPASSE FUNSET	92.400,00	SEMTRAN/PARC. PAGO
14/0284-00/11	PROCESSO CONVÊNIO	CONVÊNIO COM CIA DE TRÂNSITO PM/RO	200.000,00	SEMTRAN/PAGO
14/1288-00/11	PROCESSO CONVÊNIO	SERVIÇOS DE CONTRATAÇÃO DE ESTÁGIARIOS	34.654,00	SEMTRAN/PARC. PAGO
14/1289-00/10	PREGÃO PRESENCIAL	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE MODERNIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E CENTRALIZAÇÃO DE TRAFEGO.	1.250.000,00	SEMTRAN/SEM CONTINUIDADE
14/1668-00/11	DISPENSA DE LICITAÇÃO	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	4.140,00	SEMTRAN/PAGO
14/1108-00/11	PREGÃO ELETRÔNICO	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL	1.479.999,30	SEMTRAN
14/02283/2010	TOMADA DE PREÇO	REFORMA DO TERMINAL ORMINDO DE MENEZES	365.839,31	SEMAD

Divisão de Apoio Administrativo - DIAA

Lançamento da Junta Administrativa de Infrações – JARI

Mês	Quantidade membros	Total de sessão
janeiro a dezembro	7	136

Relatório Produtividade/2011

- Gratificação de produtividade de 22 servidores que recebem um total de 200 pontos cada.

- Gratificação de produtividade de 16 servidores que recebem um total de 1.000 pontos cada.

Relatório de Procedimentos do Protocolo / SEMTRAM (janeiro/dezembro)

Serviços	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
Entrada de processos /SEMTRAN	169	174	169	191	270	325	330	409	230	195	542	1.013
Saída de Processos enviados pelo TP	58	92	115	86	112	259	302	410	137	113	164	182
Ofícios recebidos diversos/SEMTRAN	223	308	278	246	386	391	350	330	305	280	246	261
Requerimentos	53	62	50	83	59	43	45	54	46	73	98	66

Coordenadoria de Engenharia de Tráfego - CET (resp.: Mirce da Cunha Silva Machado)

Sinalização horizontal:

- Contratação de empresa para realização de sinalização vertical e horizontal no Município de Porto velho no valor de R$ 1.800.000,00, Contrato Nº 166/PGM/2011;
- 146 Ordens de serviço para a empresa Imagem e Sinalização Viária;
- 36 Autorização para execução de sinalização para solicitantes;
- 44 Sinalizações em áreas escolares;
- Sinalização Horizontal: Pintura em termoplástica na cor amarela: 117,83 m²; Pintura resina acrílica na cor branca: 776,60 m²; Pintura de termoplástica na cor branca: 990,28m²; Pintura resina acrílica na cor amarela: 610,7 m²; Pintura resina acrílica na cor preta: 5,64m²; Tartarugas: 261 unidades: Tachões: 1695 unidades; Tachinhas: 793 unidades;

Sinalização horizontal

- Sinalização Vertical: Placas de Advertência: 141 unidades; Placas de regulamentação: 823 unidades; Placas especiais: 5 unidades;
- Contratação de empresa para elaboração do projeto de sinalização do plano viário do município de Porto Velho.

Fiscalização de Obras e Polos Geradores de Tráfego

- 5 Notificações de Autos de Empreendimentos (Pré-Análise/ Irregularidades) são efetuadas quando o empreendimento está em funcionamento de forma irregular; utilizando as calçadas; faltando a regularização de carga e descarga etc.;
- 35 Pré-analise de projeto; 4 autos de infração a empreendimentos; 5 notificações de empreendimentos; 140 aberturas de processos de empreendimentos acima de 200m² são documentos exigidos pelo empreendedor para formalizar o processo tais como: Projeto arquitetônico completo; RT; memorial;
- 106 Parecer Técnico, pareceres são descritos quando solicitados em forma de ofício; requerimento; pedido de providência sinalização em uma determinada via.
- 12 medidas mitigadoras; 13 Instruções técnicas;

- Emissão de 12 TRD (Termo de Recebimento Definitivo), documento que atesta que o empreendimento está conforme especificado na análise técnica e no que se refere às medidas mitigadoras de impacto no tráfego;

Treinamento e educação para o trânsito

- 10 Participações em eventos como fóruns, debates, reuniões, etc..
- 04 Pit Stop (abordagens a motoristas, motociclistas e pedestres nos cruzamentos semaforizados com entrega de panfletos educativos);
- 10 Blitz Educativas (Abordagens diretas a motoristas, motociclistas e pedestres nas principais vias com entrega de panfletos;
- 25 Realizações de palestras sobre segurança no trânsito.

Atividades Desenvolvidas em 2011 em Educação para o Trânsito

Data	Local	Horário	Atividade
28/01/2011	Jacy Paraná	8h às 18h	Campanha Educativa/ Blitz
26/02/2011	Porto Velho	16h às 20h	Trânsito Seguro – Carnaval
15 e 16/03/11	Gov. Petrônio Barcelos	8h às 12h e 14h às 18h	Semana da Cidadania e Palestras
18/03/2011	E.E.E.F.M JK	10h	Semana da Cidadania – Palestras
07 e 08/04/11	Distrito de Abunã	8h às 12h e 14h às 18h	Atividades Educativas/Blitz
18,19 e 20/04/11	Ruas de Porto Velho	8h às 12h	Blitz Educativa – Tema: Operação Semana Santa
28/04/2011	Ministério Público – Porto Velho	8h às 12h	Dia Nacional em Memória das Vítimas de Acidentes de Trabalho
14/06/2011	Teatro Banzeiros	8h	Seminário de Lançamento do Programa Educação para a Paz nas Escolas
14,15 e 16/06/11	Auditório São Lucas - Shopping	8h às 12h	V - Fórum Institucional Rondoniense de Educação de Trânsito
06/07/2011	Farquar e Imigrantes	8h e 16h	Blitz Educativa
09/07/2011	Baixo Madeira – Calama	11h	Fóruns Setoriais
13/07/2011	Raimundo Cantuária	8h e 16h	Blitz Educativa
05/08/2011	Rio de Janeiro, Vieira Caúla, José Amador dos Reis	8h e 16h	Blitz Educativa
09/09/2011	BR 364, Km 200, Vila da Penha	8h	Reinauguração da Escola Municipal Santa Júlia
18/09/2011	Avenidas de Porto Velho	8h às 12h	Caminhada da Paz e Abertura da Semana Nacional de Trânsito
18 a 25/09/11	Porto Velho	Manhã, tarde e noite	Semana Nacional de Trânsito
22/09/2011	Porto Velho	8h às 10h	IV Caminhada da Paz no Trânsito com alunos/ SEMED
03/10/2011	Auditório da Igreja Batista	8h às 12h e 14h às 18h	Oficina de Teatro: Artes com bonecos na Educação de Trânsito
08, 15 e 29/10/11	Pit Stop	16h às 18h	Dia Nacional da Juventude
25/10/2011	Empresa JBS– Estrada Belmonte S/N, Bairro Nacional	11h15 ás 13h	Palestra Educativa Prevenção de Acidentes de Trânsito
05/11/2011	E.E.E.F.M Brasília	8h às 12h	Stand com Informações sobre Trânsito
17/11/2011	Sala de Treinamento – DETRAN	8h às 12h	Construção dos Eixos Temáticos. Elaboração do Plano Estadual de Segurança Viária de Rondônia
08/12/2011	Shopping	19h às 22h	Campanha se Beber não Dirija.
09/12/2011	Zona Sul	21h às 23h	Campanha se Beber não Dirija.
09/11/2011	Gerdau Comercial de Aços S/A – SIPAT	13h às 14h30	Palestra Conscientização de Trânsito.
07/12/2011	Escola Flor de Piquiá	14h	Entrega de materiais referente ao trânsito: Adesivos, panfletos, etc.
16 e 17/12/11	Av. Pinheiro Machado	21h às 23h	Pit Stop Educativo- Lei Seca com entrega de materiais: brindes e folders. Apoio: CET_ DETRAN
23/12/2011	Zona Leste	21h às 23h	Campanha se Beber não Dirija.

Além dessas ações, a equipe de Educação no Trânsito participa de abertura de eventos escolares, como: Passeata pela Paz no Trânsito, Passeata contra a Corrupção, Semana da Pátria, Desfile das escolas no dia 7 de Setembro e aniversário do Município e do Estado e outros eventos de caráter educativo como Semana da Cidadania, Pit Stop e de capacitações oferecidas por outros setores da SEMTRAN, DETRAN, além de prestar auxílio às necessidades do CET.





Controle Semafórico

- Implantação do sistema de onda verde em 34 cruzamentos semaforizados;

- Implantação de 6 semáforos (rua Algodoeiro X Miguel Calmon/ Algodoeiro x Geraldo Siqueira/ Calama x Guaporé/ Jatuarana x BR/ BR x Trevo/ José Amador dos Reis x Benedito Inocêncio);
- Manutenção mensal de 90 semáforos;

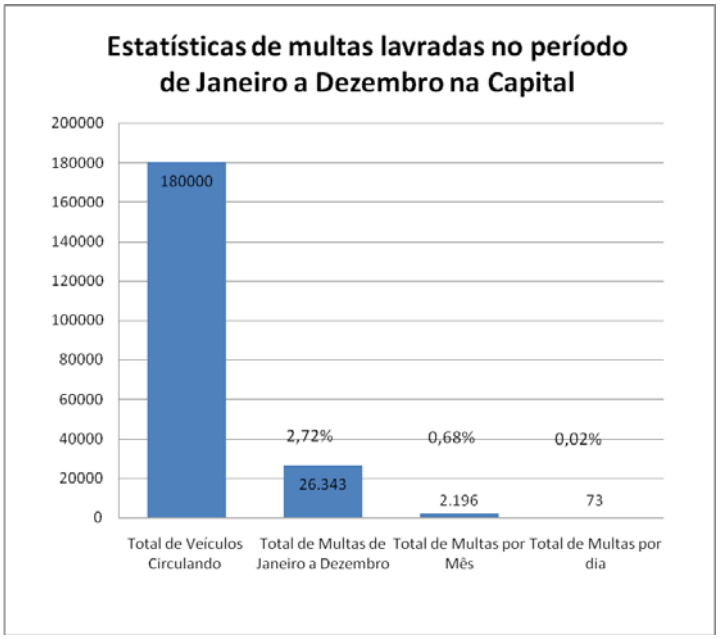
Divisão de Controle Semafórico - DICS - Relatório detalhado	
Data	Atividade
Abril	· Elaboração do projeto básico para a manutenção e ampliação da rede semafórica; · Serviços de manutenção e monitoramento dos semáforos e câmeras.
Maio	· Análise e estudo para a sinalização do Trevo do Roque; · Serviço de manutenção e monitoramento dos semáforos e câmeras; · Estudo de viabilidade de instalação de semáforos no cruzamento da Av. Guaporé x Calama; · Estudos de contagem volumétrica no cruzamento da rua Abacateiro x Jerônimo Santana-Bairro COHAB; · Instalação do semáforo da Avenida Guaporé x Calama.
Junho	· Execução da sinalização do Trevo do Roque (instalação do semáforo); · Estudos para a implantação de sinalização de regulamentação na Rua Lúcia de Carvalho x José Vieira Caula; · Estudos de contagem volumétrica no cruzamento da Avenida José Amador dos Reis com Benedito Inocêncio; · Executada mudanças na programação semafórica dos cruzamentos: Avenida Pinheiro Machado x Presidente Dutra, Pinheiro Machado x Gonçalves Dias, Pinheiro Machado x Campos Sales e Calama x Campos Sales (todos operando em modo piscante), devido à cavalgada 2011; · Estudos de contagem volumétrica em 18 cruzamentos para possível instalação de semáforos; · Encaminhado para o Gabinete da SEMTRAN o Projeto Básico para Manutenção e Ampliação Semafórica.
Julho	· Análise e estudo para a sinalização do cruzamento da Avenida Jatuarana x BR-364. ·Estudos de contagem volumétrica em 2 cruzamentos para possível instalação de semáforos; ·Respostas aos ofícios e pedidos de providências encaminhados a DICS.
Agosto	·Execução da instalação do semáforo da Jatuarana x BR-364; · Instalação do semáforo Calama x Guaporé.
Setembro	·Ajustes no Projeto Básico para Manutenção e Ampliação Semafórica; · Instalação do semáforo da rua José Amador dos Reis x Benedito Inocêncio.
Outubro	· Licitação para a execução do Projeto Básico para Manutenção e Ampliação Semafórica; · Retirada do semáforo da Jatuarana x BR-364. · Estudos de contagem volumétrica em 17 cruzamentos para possível instalação de semáforos; · Respostas aos ofícios e pedidos de providências encaminhados à DICS.
Novembro	· Estabelecimento do contrato de Ampliação da CCO; ·Respostas aos ofícios e pedidos de providências encaminhados à DICS; ·Instalação da fibra ótica no Centro de Controle Operacional – CCO/ SEMTRAN.
Dezembro	· Ampliação do CCO; · Ampliação da rede semafórica, com a troca de todos os controladores semafóricos existentes, pelos controladores DP-40 de quatro e oito fases perfazendo um total de 89 cruzamentos semaforizados; ·Estudo, planejamento e instalação do semáforo no viaduto da Jatuarana x BR-364; ·Respostas a 11 ofícios e pedidos de providências encaminhados à DICS; · Cedido para a DICS, um veículo gol 4 portas e uma motocicleta Yamaha 125cc para os trabalhos desempenhados pela Divisão; · Plotagem dos veículos; · Funcionamento da CCO na SEMTRAN.



Operação de tráfego

Em 2011 foram emitidos 639 autorizações para utilização de vias públicas, todas com o amparo legal do artigo 24 do CTB, as quais classificamos como:

- 56 Autorizações eventos ordinários (eventos que fazem parte do calendário cultural da cidade e outros);
- 105 Autorizações para eventos extraordinários (eventos diversos, solicitados pela população);
- 145 Autorizações para eventos religiosos (realizados por igrejas de qualquer culto);
- 185 Autorizações para obras e serviços (solicitados por empresas e pessoas físicas);
- 28 Autorizações para auto-escolas (serviços diferenciados realizados por escolas credenciadas no DETRAN);
- 63 Autorizações para associações e entidades filantrópicas;



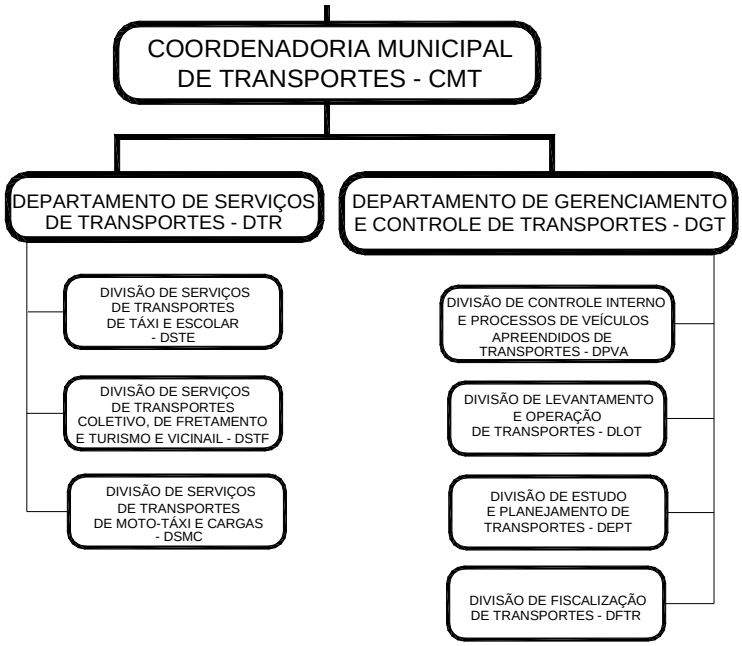
Estacionamento para Vagas Especial – Ceve e Credencial de Estacionamento para Idoso

Em atendimento às Resoluções do Contran nº 303 e 304 de 18 dezembro de 2008 e considerando a Lei Federal nº 10098, de 19 de dezembro de 2000 estabelece no seu artigo 7º a obrigatoriedade de reservar 2% das vagas em estacionamentos regulamentado de uso público para serem utilizadas exclusivamente por veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência ou com dificuldade de locomoção. Considerando a Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe o Estatuto do Idoso, que em seu artigo 41 estabelece a obrigatoriedade de se destinar 5% das vagas em estacionamento regulamentado de uso público para serem utilizados exclusivamente por idosos.

A Secretaria Municipal de Transportes e Trânsito – SEMTRAN divulgou nos meios de comunicações, site da Prefeitura, televisão, rádios locais e jornais. A Campanha iniciou-se em agosto de 2011 e até o momento foram emitidas 80 credenciais para idosos e 39 credenciais para deficientes.

Idosos	Deficientes	Total
80	39	119

Coordenadoria Municipal de Transportes - CMT (Resp.: Rogério Rodrigues Viana)



Responsabilidade

As Responsabilidades da Divisão: expedições de ofícios e Declarações para Órgão competente a executar serviços solicitados pelos Autorizados e Auxiliares da melhor maneira direcionando os mesmos aos Órgão responsáveis pelos serviços prestados para Secretaria Municipal de Transporte – SEMTRAN.

- Táxi - 750 autorizações, autorização administrativa municipal - AAM Porto Velho.
- Táxi distrital - 72 autorizações, distribuídos em 11 distritos (AMJ/AMN/AMV/AMM/ AMS/AMA/AMF/AMU/AMC/AMR/AMX).
- Van escolar – cadastro totalizando 35 autorizações municipais escolar - AME

Atendimento

O Atendimento em 2011 houve várias mudança tanto funcional a estrutura interna através da Coordenadoria de Transportes – CMT. Alterando um total de funcionários de 3 servidores para um total 7 servidores sendo 5 estagiários e 2 servidores efetivos sendo todos treinadas e capacitadas trazendo todo um diferencial.

- O Atendimento inovador e Receptivo com Qualidade e Eficiência.
- Confiabilidade e Segurança.

Emissão de Documentos

- Ofícios são emitidos pela Secretária Municipal de Transporte e Trânsito – SEMTRAN enviados ao Órgão solicitado para que seja realizado o procedimento. Conforme descrição de cada requerimento protocolado pelos Condutores Autorizados ou Auxiliar.

Descrições de cada Órgão e Instituição recebedores dos ofícios diários enviados pela Secretaria:

- DETRAN: emplacamento de veículos; mudança de categoria, transferência de propriedade; transferência de município; licenciamento anual; mudança de característica.
- IPEM: aferição de taxímetro; substituição de veículo.
- PINTURA: faixa lateral; número nas portas e porta mala; “SEMTRAN” nas portas traseiras.

Declarações

Emitidas através do pagamento da taxa cód. 200 - descrição Certidões Informativas pagas na SEMFAZ.

- Declarações Plano Táxi - Declaração está que permite ao Condutor Autorizado ter diretos de Adquirir um Veículo Novo com 50% (Cinqüenta por cento) de desconto nas Concessionárias.
- Declarações Informativas – SIMPLES - Que informa dados pessoais, período de cadastro e modalidade de serviço prestado pelos Condutores Autorizado ou Auxiliar pela Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito – SEMTRAN.

Tramitação de Processo (TP): Sistema utilizado para cadastrar processos e documentos sendo tramitando de um setor para outro e se necessário enviar para outra secretaria. Os servidores foram todos liberados para acesso e manuseio.

Análise de Processo

Análise de processo e executada por um Servidor de Carreira onde o mesmo está capacitado para interpretar e conhecer todo o procedimento executado.

Em seguida deve proceder através de despacho ao Chefe da Divisão responsável pela análise final e encaminhar finalização para tomada de decisão junto ao Diretor do Departamento.

Programação Executada em Agosto / Setembro / Outubro de 2011

- Renovação Anual de Transporte Táxi em Porto Velho
  Período: 16/09/11 a 31/10/11
  Horário: 08:00 às 14:00hs
  Local: Secretaria Municipal de Transportes e Trânsito
  Endereço: Rua Amazonas entre Ruas Brasília e Getúlio Vargas nº 1576, Bairro: Nossa Senhora das Graças - CEP: 76.804-160 - Porto Velho (RO)

- Divulgações: Através de palestra ministrada pelo coordenador de transporte Rogério Rodrigues Viana e Secretario Adjunto João Marcos Felippe Mendes em locais diferenciados como: Biblioteca Francisco Meireles e Auditório - SEST SENAT.



Ressaltamos que houve divulgações através das Rádios Comunicações e Cooperativas – LIGUE TAXI / COOPTAXI / MAMORE.

Quadro Demonstrativo das Renovações Anuais

	Descrição		Descrição		TOTALIZAÇÃO
Quant	Renovação Anual 2011		Pendência Anual 2011		75
1	Renovações de AAM - Final 1	52	Pendências AAM - Final 1	23	75
2	Renovações de AAM - Final 2	43	Pendências AAM - Final 2	32	75
3	Renovações de AAM - Final 3	40	Pendências AAM - Final 3	35	75
4	Renovações de AAM - Final 4	50	Pendências AAM - Final 4	25	75
5	Renovações de AAM - Final 5	31	Pendências AAM - Final 5	44	75
6	Renovações de AAM - Final 6	43	Pendências AAM - Final 6	32	75
7	Renovações de AAM - Final 7	40	Pendências AAM - Final 7	35	75
8	Renovações de AAM - Final 8	33	Pendências AAM - Final 8	42	75
9	Renovações de AAM - Final 9	46	Pendências AAM - Final 9	29	75
10	Renovações de AAM - Final 0	33	Pendências AAM - Final 0	42	75
	Total	411	Total	339	
	Total				750
ESPECIFICAÇÕES EM GERAIS					
Quant	Descrição de Serviços Executados - 2011				
1	Termo de Desistência e Indicação = AAM`S: 0411, 0591, 0611, 0661, 0691, 0282, 0582, 0343, 0695, 0705, 0196, 0597, 0667, 0248, 0129				15

DTR/DSMC - Mototáxi



- Foi realizada um passo a passo renovação – 2011.
- Foram realizadas reunião com toda categoria de mototáxi
- Nessa discursão foi adotado o passo a passo da renovação 2011
- Iniciado o processo de renovação 2011 no dia 18 de Junho 2011
- Término da renovação foi no dia 05 de Setembro de 2011
- Renovados 540 AMM'S principal
- Renovados 220 auxiliares
- Cadastrados 76 auxiliares
- Não renovarão 10 AMM's autorizados

Cargas e Fretamento

Regularizamos todos os cadastros de fretamento que estava irregular, as autorizações encontravam-se sem estar adequado a Lei nº 1.912 criada para regularizar todo processo.

- Foi publicado edital de convocação a quem os interessados a participar do processo seletivo.
- Realizamos o processo seletivo onde foram selecionados 98 TAM.
- Cadastramos 98 TAM autorizações de frete.

Lançamento do II edital de convocação para processo seletivo

Foi publicado edital de convocação aos interessados a participarem do processo seletivo.

- Realizamos o processo de seletivo, sendo selecionados 52 TAM.
- Cadastramos 52 TAM autorizações de frete, teremos no Total de 150 Autorização ficando selecionado para cadastro de reserva de 50 TAM.

Departamento de Gerenciamento e Controle de Transportes

Rua Maldonado e Entrada do Bairro Bom Sucesso



Pontos de Parada de Ônibus Coletivo Urbano



- Instalação de 86 novos abrigos
- Instalação de 60 placas
- Sinalização de 3 baias de ônibus
- Elaboração de projeto de baias estruturadas

Frota de Veículos

- Ampliação da frota – 14 novos ônibus
- 20 adaptados
- Implantação do corredor AV. SETE DE SETEMBRO

Novas Linhas

- Criação das linhas SANTA MARCELINA e SÃO JOÃO BATISTA

Estações de Integração e Transbordo de Passageiros

- Licitação do projeto de reforma e ampliação da Estação Ormindo de Menezes
- Elaboração de projeto de construção da Estação Euclides da Cunha
- Elaboração de projeto de construção da Estação Raimundo Cantuária

Terminais de Ônibus Urbano

- Elaboração do projeto de reforma e ampliação do terminal NORTE/SUL.



Departamento de Administração do Terminal Hidroviário – DATH (Resp.: Cladimir Gabriel Bruxel)

Porto Velho, igualmente as demais capitais da região norte está localizada as margens de um grande e importante rio, o rio Madeira, mas diferentemente das outras capitais Porto Velho sempre virou as “costas” para essa maravilha da natureza.

A fim de sanar essa distorção o Prefeito Roberto Sobrinho sempre atendo as necessidades dos mais carentes e necessitados instituiu em 01 de dezembro de 2008, como departamento da Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito - SEMTRAN o Departamento de Administração do Terminal Hidroviário com o objetivo não somente de cuidar do terminal hidroviário municipal que se encontra em fase de conclusão, mas também para organizar e disciplinar a implantação de comércio fluvial existente naquela região.

A região do Cai N’água tem sido uma das preocupações constantes da gestão do Prefeito Roberto Sobrinho, uma vez que em nossos noticiários só se vincula notícias ruins dessa localidade, haja vista o alto índice de assalto, mortes, tráfico de entorpecentes, prostituição infantil, por conta do descaso das gestões anteriores.

Isto posto, o Departamento de Administração do Terminal Hidroviário vem apresentar relatório circunstanciado das atividades realizadas nessa região.

Das Atividades Realizadas

O Departamento de Administração do Terminal Hidroviário - DATH, através de seu Diretor Senhor Cladimir Gabriel Bruxel, juntamente com os seus chefes de divisão Senhores Hugo Rafael de S. M. Simões responsável pelas atividades de regulação e do Senhor Eduilson Alencar chefe de transportes multimodais, realizaram diversas reuniões com os proprietários de embarcações flutuantes que operam o transporte de cargas e passageiros naquela região a fim de ouvir seus anseios e necessidades para um melhor funcionamento das atividades dos mesmos.

Após essas reuniões o DATH iniciou ampla pesquisa através de sites e contatos com outras prefeituras da região norte onde o transporte fluvial já está mais estruturado para firmar parcerias através de trocas de experiências com relação à implantação de Leis, normas e operacionalidade do porto, uma vez que o modelo de porto é o mesmo utilizado em todas as cidades, ou seja, o IP 4.

Diante das pesquisas realizadas chegou-se a conclusão que o transporte hidroviário fluvial na região norte ainda está “engatinhando”, pois o que podemos notar dos contatos feitos foram que os mesmos tinham a mesma dificuldade com relação à implantação e gestão desses terminais hidroviários.

Mas uma vez a Prefeitura Municipal de Porto Velho demonstrando preocupação com o transporte da população ribeirinha que é quem mais se serve desse serviço, autorizou através de pedido feito pelo Secretário Adjunto da SEMTRAN, senhor João Marcos Felippe Mendes, uma viagem aos membros desse departamento a Vitória capital do Espírito Santo nos dias 25 a 28 de julho, para lá conhecermos as atividades e complexidades do funcionamento de transporte de cargas e passageiros.

Uma vez em Vitória conseguimos marcar reunião com diversos membros das empresas operadoras de transporte de cargas e passageiros, como a CODESA – Companhia Docas do Espírito Santo onde tivemos contato com o Senhor Marco Aurélio Marçal que nos apresentou o funcionamento do terminal hidroviário de Vitória com sua área de ancoradouro, carga e descarga de mercadorias, depósitos e estocagem, terminal de passageiros etc. Após essa visita fomos levados a conhecer

o departamento administrativo da CODESA, onde tivemos oportunidade de conversarmos com a Senhora Carolina Vanetti Ansani, Bióloga, responsável pelo licenciamento ambiental para funcionamento do porto daquela cidade.

A mesma nos orientou entrar em contato com a Prefeitura Municipal de Vitória que faz e transporte de cargas e passageiros entre aquela cidade e Vila Velha, onde poderíamos ter maiores detalhes sobre o funcionamento do mesmo.

Após conseguirmos marcar audiência com o Secretário de Transporte de Vitória Senhor Domingos Sávio Gava, o mesmo nos levou a conhecer a ampliação e reforma do terminal Hidroviário Dom Bosco, que realiza a travessia de passageiros e cargas entre Vitória e Vela Velha, bem como nos apresentou planilhas de custo, operacionalidade e quadro de pessoais necessários ao funcionamento do terminal.

Depois dessa visita conseguimos através de contato realizado pelo Secretário de Transporte e Trânsito daquela cidade agendar visita com o Diretor do Terminal Portuário de Peiú, Sr. Pedro Escopel, que mais uma vez nos apresentou a operacionalidade de um terminal hidroviário de passageiros e cargas, mas com o diferencial desse terminal ser privado, praticando assim preços e tarifas diferenciados dos praticados pelos entes públicos.

Fomos orientados pelo mesmo a cadastrar os funcionários que trabalharão no terminal hidroviário de Porto Velho, fazendo a carga e descarga de mercadorias junto ao Órgão Gestor de Mão de Obra – OGMO, condição indispensável para que esses trabalhadores possam exercer suas funções.

Após essa visita o DATH, munido de vasta informação elaborou projeto de Lei da instalação do terminal hidroviário municipal, tendo este sido enviado para a PGM para apreciação e posterior encaminhamento para votação.

Ainda sentindo necessidade de conhecer a realidade do transporte fluvial na região norte o DATH foi novamente agraciado com a possibilidade de visita a cidade e Humaitá – AM nos dias 27 e 28 de setembro, a fim de ver a operacionalidade do porto daquela região, onde fomos recepcionados pela Senhora Márcia Merklein, diretora operacional do porto e da AHIMOC – Administração das Hidrovias da Amazônia Ocidental.

Na visita em questão a Senhora Márcia Merklein nos apresentou a operacionalidade de terminal hidroviário, quantidade de funcionários necessários para operação, dias e horários de funcionamento, bem como o modelo de cadastramento das embarcações que fazem o transporte de cargas e passageiros.

De volta a Porto Velho o DATH iniciou um trabalho de pesquisa para solucionar um problema que podemos observar em Humaitá e que será comum a nosso terminal, a descida de toras de madeiras pelo rio que encalham nos pilares do flutuante intermediário podendo vir a causar acidentes. Esse estudo foi encaminhado a Marinha do Brasil, comando naval em Porto Velho para melhor análise.

Vele aqui frisar que durante esse tempo de atuação do Departamento de Administração do Terminal Hidroviário, foram firmadas parcerias muito sólidas com instituições importantes como Marinha do Brasil, Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ e com a Superintendência de Patrimônio da União – SPU, que todas as vezes que foram solicitadas nos auxiliaram de pronto no que foi necessário.

O Departamento de Administração do terminal Hidroviário também desempenhou se papel de órgão fiscalizador tendo respondido diversos ofícios do Ministério Público Estadual, quanto a atividades de portos clandestinos em funcionamento em nossa cidade, tendo inclusive notificado alguns deles para regularizarem sua situação junto a Prefeitura, Marinha e demais órgãos competentes.

Após todos esses levantamentos o DATH, preocupado com o andamento das obras reuniram-se mais uma vez com os proprietários das embarcações flutuante para que os mesmos desocupassem a área de instalação do terminal hidroviário e se mudassem para a margem esquerda do canal Santa Bárbara para maior celeridade das obras.

Diante das diversas reuniões realizadas ficou estabelecido que para que os mesmos retirassem as embarcações da área de construção do terminal hidroviário e se mudassem para a margem esquerda do canal Santa Bárbara, fosse instalada rede de água e energia elétrica para essas embarcações bem como a construção de três escadarias em madeira para acesso as mesmas.

Prontamente aceita as condições impostas pelos proprietários a SEMTRAN através de seu agora Secretário de Transporte e Transito Sr. Cláudio Carvalho, iniciou tratativas com outras secretarias para confecção dessas escadas e oficiou as empresas competentes, Eletrobrás e Caerd, para instalação de rede de energia elétrica e água para atender as embarcações flutuantes.

Preocupados com o acesso dos pedestres e com a segurança do transporte feito por caminhões o DATH, solicitou a Secretaria Municipal de Obras Sr. Jair Ramires a feitura de galeria de água que liga o canal Santa Bárbara ao Cai N'água e encascalhamento do pátio de acesso as embarcações flutuantes.

Atendidas as reivindicações dos proprietários das embarcações o DATH realizou minucioso levantamento das embarcações flutuantes para estabelecer critérios de posicionamento das mesmas no outro lado do canal, bem como orientou aos proprietários sobre a necessidade de reforma daquela que se encontravam em estado precário para atendimento de passageiros e de carga e descarga de mercadorias.

Por fim ressaltamos que em que pese o terminal hidroviário ainda estar em fase de acabamento o Departamento de Administração do Terminal Hidroviário continua com suas atividades diárias em pleno "vapor", com visitas diárias as obras, conversas constantes com os proprietários das embarcações flutuantes e com demais órgãos necessários ao bom funcionamento do terminal hidroviário municipal.



Ordem	Ação (Projeto/Atividade	Realização (Bens e Serviços)		Detalhamento da Ação
		Unidade de medida	Quantidade	
01	Investimento em sinalização de trânsito	R$	1.800.000,00	Contrato Nº 166/PGM/2011
	Pintura amarela e branca em abrigos de ônibus	m²	1108,11	Sinalização horizontal em Termoplasmática
	Pintura amarela , branca e preta	m²	1.392,94	Sinalização horizontal - divisória de fluxo, faixa e pedestre
	Placas de regulamentação	Unid.	823	Sinalização vertical - regulamentação, advertência e parada de ônibus
	Placas especiais	Unid.	5,00	Sinalização vertical - regulamentação e advertência.
	Placas de Advertências	Unid.	141	Sinalização vertical - na malha viária.
	Tartaruga	Unid.	261	Redutor de velocidade
	Taçhões	Unid.	1.695	Sinalização horizontal auxiliar
	Tachinhas	Unid.	793	Sinalização horizontal auxiliar
	Projeto de Sinalização viária	Unid.	1,00	Contratação de empresas especializadas em elaboração de projetos viários.
	Recursos para execução de sinalização do Projeto Básico	Unid.	1	Convênio Detran x Semtran.
02	Sistema de onda verde	Unid.	34	São semaforos sincronizados que em uma certa velocidade passa por um sistema semafórico de sinaisverdes.
03	Cruzamentos semaforizados	Unid.	6	Foram instalados semáforos na Rua Algodoeiro x Miguel Calmon/ Algodoeiro x Geraldo Siqueira/ Calama x Guaporé/ Jaturana x BR/ BR X Trevo / José Amador dos Reis X Benedito Inocêncio.
04	Manutenção semafórica	%	100	Manutenção diária dos 90 semáforos implantados na cidade de Porto Velho.
05	Ordem de serviços	Unid	146	Para empresa Imagem sinalização viária.
06	Autorização de Execução de serviços	Unid	36	Para solicitantes executar a solicitação
07	Educação para o trânsito aluno	Unid	3	palestras sobre educação para o trânsito
08	Blitz Educativas	Unid.	10	Abordagens diretas a motoristas, motociclistas e pedetres nas principais vias, com entrega de panfletos educativos.
09	Palestras de Educação p/ o trânsito	Unid.	22	Palestras nas Escolas e Empresas, de Educação para o Trânsito.
10	Projetos Escolas	Unid	30	É feito um levantamento "in loco" quando solicitada a sinalização horizontal e vertical pelo requerente para desenhar em forma de projeto
11	Fiscalização de Obras e Pólos Geradores de Tráfego			05 Notificação de Autos de Empreendimentos (Pré-Análise/ Irregularidades),; utilizando as calçadas; faltando a regularização de carga e descarga etc.;35 Pré-Analise de projeto;04 Autos de infração a empreendimentos;05 Notificações de empreendimentos;
12	Abertura de Processos de Empreendimentos de até 200 m²	Unid	141	São documentos exigidos pelo empreendedor para formalizar o processo tais como: Projeto arquitetonico completo; RT, Projeto de Estacionamento; Contendo projeto de acessibilidade, etc.
13	Credenciais para pessoas portadoras de deficiência e idosos	Unid	119	Foram emitidas 80 credenciais para idosos e 39 para PNE.
14	Autos de infração aplicados	Unid	26343	Autos de infração aplicados no Município de Porto Velho
15	Ampliação da Frota ônibus	Unid	20	Ampliação da Frota de ônibus
16	Renovação da frota ônibus	Unid	8	Ônibus adquiridos com recursos das empresas de ônibus.
17	Ampliação de Abrigos	Unid	80	Ampliação de abrigos de ônibus
18	Ônibus adaptados	Unid	10	Ônibus adaptados

Continua

Conclusão

Ordem	Ação (Projeto/Atividade	Realização (Bens e Serviços)		Detalhamento da Ação
		Unidade de medida	Quantidade	
19	Reunião com a categoria de mototáxi	Unid	1	Para decidirem o critério das renovações no período de 2.011.
20	Cargas e Fretamentos	Unid	150	Regularização de 100 cadastramentos que estava irregular e aberto processo seletivo, ficando 50 TAM, para cadastro reserva.
21	Renovação do serviço de moto-táxi	Unid	836	Foram renovados e cadastrados 836 mototaxistas principal e auxiliares, tendo 10 AM'S autorizadas que deixaram de renovar.
22	Implantação do Corredor de ônibus	Unid	1	Na Av. 07 de Setembro, reduzindo assim o tempo do trajeto bairro x centro.
23	Novas Linhas	Unid	2	Criação das linhas: Santa Marcelina e São João Batista
24	Estações de integração e transbordo de passageiros	Unid	3	Encontra-se em processo de licitação para reforma da estação Ormindo Menezes e elaborações dos projetos de construções das estações: Euclides da Cunha e Raimundo Cantuária.
25	Terminais de ônibus Urbano	Unid	1	Elaboração de projeto de reforma do terminal Norte/Sul.
26	Pontos de Parada de Ônibus Coletivo Urbano			Instalação de 60 placas; Sinalização de 03 baias de ônibus; elaboração de baias estruturadas.
27	Reuniões com os proprietários de embarcações flutuantes que operam o transporte de cargas .	Unid	1	Foram realizadas diversas reuniões com os proprietários de embarcações flutuantes que operam no transportes de cargas e passageiros, a fim de ouvir os anseios e necessidades para um melhor funcionamento.
28	Elaboração do projeto de Lei para instalação do terminal hidroviário municipal	Unid	1	Munidos de vasta informação, após as audiências com os Secretários do Estado do Espírito Santo, foi elaborado um Projeto de Lei, referente a instalação do terminal hidroviário municipal e enviado para a Procuradoria Geral do Município , para apreciação e posterior encaminhamento para votação.
29	Reunião com os membros da CODESA Companhia Docas do Espírito Santo e Audiência com o Secretário de Transporte de Vitória - Es.	Unid	1	Contato com o Sr. Marco Aurélio Marçal, que nos apresentou o funcionamento do terminal hidroviário de Vitória – ES com sua área de ancoradouro, carga e descarga de mercadorias, depósitos e estocagem, terminal de passageiros, etc
30	Parcerias	Unid	1	Foram firmadas diversas parcerias com instituições importantes como: Marinha do Brasil, Agência Nacional de Transportes Aquaviários –ANTAQ e com a Superintendência de Patrimônio da União – SPU.

GABINETE DO PREFEITO

GABINETE DO PREFEITO (GP)

Introdução

Este relatório tem como objetivo apresentar as ações desenvolvidas no ano de 2011, sendo constituídas de: participações, realizações e conquistas deste Departamento de Assuntos do Interior - DAI, pertencente ao Gabinete do Prefeito.

São apresentados registros fotográficos em grande parte das atividades, para enriquecer a compreensão.

Objetivos

Geral

Apresentar às atividades realizadas, conquistas e participações do Departamento de Assuntos do Interior - DAÍ, no conjunto de ações executadas pela Prefeitura Municipal de Porto Velho, especialmente pelo Gabinete do Prefeito em 2011.

Específicos

Relacionar todas as atividades executadas pelo Departamento em 2011;
Enumerar todas as participações nos eventos realizados pelo Gabinete e Secretarias onde o Departamento foi convidado.

Participações

Tenda da Cidadania nos Distritos.

Participamos das Tendas da cidadania nos Distrito de Calama, Nazaré e São Carlos, na Região do Baixo Madeira, Rio Pardo, União Bandeirantes, Nova Califórnia, Extrema e Vista alegre, no eixo da BR, auxiliando na organização do evento e atendimento a população.

União Bandeirantes e Calama




Extrema e Rio Pardo




São Carlos e Nova Califórnia




Vista Alegre



Instalação da Sede Administrativa e Da Agência dos Correios no Distrito UNIÃO BANDEIRANTES:





Inaugurações Obras Baixo Madeira



Posto de Saúde Nazaré e calçada Calama

Inaugurações Obras Ponta do Abunã



Dia do Desafio



Interdistrital de futebol



Festa do Servidor Público



NATAL de todos nos distritos presentes e doces entregues aos administradores no Gabinete Do Prefeito



Chegada do Papai Noel ao Baixo Madeira; Chegada do Papai Noel a BR





Cantata Natalina



Realização

Impressão do livro de poesias minhas primeiras crônicas Escola General Osório Calama.



- Aproximação dos Administradores e intermediação de algumas demandas junto aos Secretários e ao gabinete;
- Acompanhamento das ações desenvolvidas nos Distritos;
- Acompanhamento, orientação e auxilio na prestação de contas dos suprimentos de fundos Apenas 01 para cada distrito – exceto Jacy Paraná, com 02.
- Apoios nas atividades culturais com divulgação através de cartaz aos eventos religiosos, esportivos e culturais;

Localidade	Evento	Período
Comunidade Lago do Cuniã	Festejo de São Sebastião	11 a 19 de janeiro
Comunidade São Sebastião	Festejo de São Sebastião	11 a 19 de janeiro
Comunidade Ilha de Assunção	Festejo de São Sebastião	12 a 19 de janeiro
Distrito de Nazaré	Festejo São Sebastião	29/01 a 05 de fevereiro
Distrito de Demarcação	Festejo de São Lázaro	05 a 12 de fevereiro
Distrito de Calama - Bairro São José	Festejo de são José	23/abril a 01 de maio
Lago do Cuniã (Araçá)	Festejo de N.S Auxiliadora	21 a 28 de maio
Distrito de Demarcação	Festejo de Santo Antonio	07 a 13 de junho
Distrito de Calama – São João	Festejo de são João Batista	15 a 24 de junho
Distrito de Nazaré	Festejo de São Pedro	20 a 29 de junho
Comunidade Ilha Nova	Festejo de São Pedro	20 a 29 de junho
Distrito de São Carlos	Festa Junina	21 a 30 de junho
Distrito de São Carlos - Centro	Festejo de São Carlos	01 a 8 de julho
Comunidade de Santa Catarina	Festejo de São Francisco	20 a 29 de julho
Distrito de Nazaré (EMATER)	Festa da melancia	05 a 08 de agosto
Distrito de São Carlos	Festejo N.S da saúde	10 e 15 agosto
Distrito de Nazaré	Festejo de N.S de Nazaré	01 a 07 de setembro
Comunidade de Terra Caida	Festejo N.S Auxiliadora	02 a 07 setembro
Comunidade de Conceição do Galera	Festejo de N.S da Conceição	02 a 08 de Setembro
Comunidade Boa vitória	Festejo de São Francisco	15 a 23 de outubro
Distrito de Calama - São Francisco	Festejo de são Francisco	25/setembro a 03/outubro
Distrito de Calama - São Francisco	Festejo de N.S Aparecida	04 a 12 de outubro
Distrito de São Carlos - Centro	Festejo de N.S Aparecida	04 a 12 de outubro
Comunidade Papagaios	Festejo de São Francisco	07 a 15 de novembro
Comunidade de Tira-fogo	Festejo de N.S do Rosário	15 a 22 de novembro
Comunidade Papagaios	Festejo de São Francisco	07 a 15 de novembro
Comunidade de Pombal	Festejo de São Sebastião	17 a 22 de Dez.

Realização de Reunião mensal com os Administradores;

Acompanhamento da equipe de Prefeito com mobilização antecipada junto as Administrações Distritais visitadas.

Realização de uma visita a todos os distritos com todos os administradores, objetivando conhecer as localidades e o modo de atuação de cada gestor distrital.



Confraternização do Departamento de Assuntos do Interior - DAI



Conquistas Importantes

Sedes administrativas em Vista Alegre e União Bandeirantes;



Veículo para a administração do Distrito de União Bandeirantes

Quota de combustível dos Distritos do eixo da BR, recebidas no próprio Distrito;

Conclusão

Este relatório demonstra que é possível alcançar resultados altamente positivos que refletem melhorias na qualidade de vida de uma sociedade.

Demonstra que com as parcerias consociadas internamente (a transversalidade das ações nas Secretarias) e sociedade, é possível resgatar e transformar qualitativamente a vida das pessoas que já estavam sem expectativa de sonhar que na maioria das vezes são a porta de entrada para uma vida feliz e que garante o desenvolvimento da cidadania e cidadania é justamente uma inserção concreta do sujeito no mundo.

COORDENADORIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES (CMPPM)

COORDENADORIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES (CMPPM)

AS POLITICAS PUBLICAS PARA AS MULHERES NO MUNICÍPIO

A Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres tem como missão estratégica contribuir com a promoção da igualdade de gênero e pela melhoria das condições da qualidade de vida das mulheres do Município de Porto Velho.

Sua atribuição legal é coordenar, elaborar e implementar políticas públicas que contribuam com uma melhor qualidade de vida para as mulheres, tendo como estratégia a articulação com a sociedade civil organizada, secretarias municipais e áreas de atuação governamental.

A Coordenadoria foi criada pela Lei Municipal nº 217 de janeiro de 2005.

Seus principais eixos de atuação:

- Autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania;
- Saúde das mulheres, direitos sexuais e reprodutivos:
- Educação inclusiva e não sexista;
- Enfrentamento à violência contra a Mulher.

Suas principais ações realizadas no ano de 2011 foram:

A prefeitura de Porto Velho, através da Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres, realiza reuniões com parceiros de diversos segmentos da sociedade com objetivo de construir uma agenda conjunta de eventos como parte da programação especial para março, o mês da mulher, na tarde desta terça feira dia 02 de março realizou o encontro com representantes do Sebrae na Funescola para comemorar com a sociedade o centésimo primeiro ano Internacional da Mulher.

A Coordenadoria de Mulheres organizou o projeto intitulado "Encontro das Rosas", que é o tema da programação de 2011 reafirmando as conquistas para o público feminino na gestão do prefeito Roberto Sobrinho os avanços da gestão foram a criação da maternidade, o Centro de Especializado de Referência para atendimento a Mulher Vitima de Violência, Conselho Municipal de Defesa da Mulher, Casa Abrigo, Casa Nossa Senhora Aparecida para tratamento de mulheres que sofrem com a dependência química e a criação da Rede de Atendimento as Mulheres Vitimas de Violência, dentre outros.

A Programação do mês da Mulher teve inicio com o evento que abriu no dia 1º de março organizado pelo Comep para a Comunidade Evangélica. A médica Ida Perea, diretora da Maternidade Municipal Mãe Esperança, ministrou palestra focada para a qualidade de vida das mulheres. Na ocasião, foi agendada a participação das evangélicas na programação da prefeitura Na Secretaria Municipal de Serviços Básicos (Semusb), no dia 2 de março, as servidoras foram homenageadas com um café da manhã, com direito a muitas homenagens e entrega de prêmios. A grande novidade este ano é a participação de Bloco Carnavalesco formado apenas por mulheres (com as cores tradicionais o Rosa e o Lilás na comissão de frente da Banda do Vai Quem Quer, organizado pela Coordenadoria de Políticas Públicas para Mulheres. Foi realizada a homenagem às mulheres que integram o Corpo de Bombeiros, no dia 8 de março; lançamento da Cartilha do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Mulher, dia 21 de março; foi realizado o Seminário para Trabalhadoras Rurais, também no dia 21/03; a Tenda Mulher Rosas de Março, coordenado pela primeira dama de Porto Velho, Lucilene Peixoto, no dia 27/03 e concluindo a agenda com a sessão solene na Assembléia Legislativa de Rondônia no dia 31, além de mostra de talentos e shows musicais.

QUADRO 1 - AÇÕES DO MÊS DA MULHER

ORDEM	DESCRIÇÃO	DATA	PESSOAS MOBILIZADAS
1	Evento realizado pelo Comep para a Comunidade Evangélica. Palestra realizada pela Diretora da Maternidade Mãe Esperança a médica Ida Perea, focada para a qualidade de vida das mulheres. Na ocasião, foi agendada a participação das evangélicas na programação da prefeitura	01 de março	250 pessoas

2	Na Secretaria Municipal de Serviços Básicos (Semusb), as servidoras foram homenageadas com um café da manhã, com direito a muitas homenagens e entrega de prêmios.	02 de março	300 mulheres
3	Participação de Bloco Carnavalesco formado apenas por mulheres (com as cores tradicionais o Rosa e o Lilás na comissão de frente da Banda do Vai Quem Quer, organizado pela Coordenadoria de Políticas Públicas para Mulheres.	08 de março	50 mulheres
4	Foi realizada a homenagem às mulheres que integram o Corpo de Bombeiros,	Dia 8 de março	300 pessoas
5	Lançamento da Cartilha do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Mulher,	Dia 21 de março	150 pessoas
6	Foi realizado o Seminário para Trabalhadoras Rurais organizado pela CUT.	Dia 21/03	50 pessoas
7	Tenda Mulher Rosas de Março, coordenado pela Primeira Dama de Porto Velho, Lucilene Peixoto, e demais secretarias.	Dia 27/03	05 mil mulheres
8	Sessão Solene na Assembléia Legislativa de Rondônia.	Dia 31/03	100 mulheres
9	Mostra de Talentos e Shows Musicais.	vários	varios

A Coordenadoria desenvolveu a agenda do mês da Mulher com Oficinas nos bairros, escolas e distritos, Audiência Publica na Assembléia Legislativa, bem como, a realização da Tenda Mulher Rosas de Março junto com a Primeira Dama de Porto Velho durante o mês de março no qual contou com a participação de mais cinco de mil mulheres e 2 mil crianças na Praça da Estrada de Ferro Madeira Mamoré. Este evento mobilizou servidores de todas as secretarias e do gabinete do Prefeito em que foram homenageadas as personalidade de destaque no fortalecimento das políticas publicas afirmativas as mulheres e ofertado vários atendimentos as mulheres dos serviços como: assistência social, atendimentos de saúde, distribuição de mudas, cadastro para emprego, corte de cabelo, manicuro e pedicuro, entre outros, bem como a realização de shows, distribuição de alimentos e demais eventos alusivos as mulheres.

Promover o fortalecimento do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos das Mulheres criado por pela Lei nº 228 de dezembro de 2005, no qual a coordenadoria participa como membro efetivo de todas as reuniões e atividades desenvolvidas pelo mesmo. O Conselho é o órgão deliberativo, normativo, consultivo e fiscalizador da política de garantia, promoção e defesa dos direitos da mulher;

Realização da 3ª Conferencia Municipal de Políticas Publicas para as Mulheres nos dias 22 a 25 de agosto de 2011. Com o Tema: Fortalecer a Autonomia econômica, social, cultural e política das mulheres no Município de Porto Velho. A 3ª Conferencia Municipal de Políticas para as Mulheres contou com a seguinte representatividade, conforme quadro a seguir:



QUADRO 2 - 3ª CONFERENCIA MUNICIPAL DE MULHERES

Ordem	Segmentos Representativos	Quantificação
01	Delegados do Segmento Governamental	71
02	Delegados do Segmento Sociedade Civil	138
03	Convidados Governamentais	48
04	Convidados da Sociedade Civil	59
05	Colaboradores	20
	Total de Participantes	**336**
Aprovadas 150 Propostas em nível municipal, estadual e nacional. • Maior destaque municipal foi a criação da Secretaria da Mulher; • Estadual: Funcionando 24 horas da Delegacia Especializada da Mulher; • Nacional: ampliar acesso a programas e recursos financeiros para projetos que beneficiem as mulheres;		

Foram aprovadas mais de 150 propostas que nortearão a elaboração do Plano Municipal de Políticas Publicas para as Mulheres do Município de Porto Velho. O maior clamor das Delegadas foi pela criação da Secretaria Municipal da Mulher.

Participação na 3ª Conferencia Estadual de Políticas para as Mulheres no mês de outubro de 2011 e na 3ª Conferencia Nacional de Políticas para as Mulheres nos dias 10 a 15 de dezembro de 2011, em Brasília com mais de 2.500 (duas mil e quinhentas) delegadas.

A Coordenadoria por meio de sua equipe técnica desenvolveu ações de Promoção da Autonomia e Igualdade no mundo do trabalho e cidadania, com a celebração de parceria com a empresa Santo Antonio Energia e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial para a realização de Cursos de Formação de mão obra feminina na área da construção civil no qual o projeto Produção e Beleza – "A Arte de Fazer Bem feito" prevê a qualificação profissional de 600 mulheres carentes. Os cursos foram ministrados na Escola SENAI em Porto Velho e em Jaci Paraná.

- Foram realizadas 11 Feiras mensais para comercialização dos produtos das empreendedoras de economia solidária; gerando com isso maior facilidade para a comercialização dos produtos e gerando renda as mulheres empreendedoras de nossa cidade. Por articulação em conjunto com a Secretaria de Desenvolvimento Sócio Econômico,
- Foi promovido o fortalecimento por meio de assessoria técnica a Cooperativa de Mulheres UNIARTES e outros grupos de Mulheres que estão no Espaço Lilás no Shopping Popular, Feira da Ecosol e na Estrada de Ferro Madeira Mamoré;
- Articulação e funcionamento do Espaço Valverde no Mercado Cultural para comercialização dos produtos da economia solidária.
- Desenvolvimento Parceria com a Fundação Iaripuna na realização dos Cursos no Projeto Arte de Todos;
- Atualização do site da Coordenadoria de Mulheres para maior visibilidade das ações e da política publica para as mulheres, bem como, a Elaboração e sistematização do Perfil da Servidora Publica Municipal com o preenchimento de 50% das servidoras municipais;
- A Coordenadoria dedicou-se ao monitoramento dos serviços públicos ofertados às mulheres nesta Prefeitura, no campo da saúde, educação, com acesso e garantia de direitos;
- Cadastramento e identificação de demandas das mulheres no Município para proposição de ações de políticas públicas;
- Participação e desenvolvimento de oficinas de maquiagem e arranjos florais e direitos das mulheres durante a realização das Tendas da Cidadania no ano de 2011 com Cursos, cadastros e fotos, nos locais: Rio Pardo, Vista Alegre, União Bandeirantes, Extrema, Califórnia e Calama, contemplando o público de 1.200 (mil e duzentas) mulheres.
- Em Nova Califórnia foram realizados Cursos de Capacitação de Mulheres na produção de Arranjos Florais em E.V.A. pela professora Ana Maria de Oliveira, com a participação e decoração natalina do distrito com a participação de 20 mulheres moradoras representantes da Associação de Mulheres e empreendedoras locais.

- Execução do Convenio Projeto de Estratégias de Fortalecimento da Rede Produtoras de Mulheres de Porto Velho para realizar diagnostico dos grupos organizados e realizar a capacitação dos grupos de mulheres.
- Desenvolvimento e Coordenação do Projeto Eu Quero Emprego, Renda e Cidadania em parceria com SEMDESTUR, Semas e Coordenadoria de Juventude. Com objetivo de desenvolver qualificação profissional para Mulheres e jovens cadastrados no CAD. único da Assistência Social na zona leste de Porto Velho e no Distrito de Jaci Paraná. A meta é qualificar 1075 educandos.

O Projeto Eu Quero é uma iniciativa da Prefeitura Municipal de Porto Velho, através das Secretarias Municipais de Ação Social, Desenvolvimento e Turismo, Coordenadoria de Mulheres e Juventude, financiado com recursos de compensação do Consórcio Santo Antonio Energia e é executado pela OSCIP Associação São Tiago Maior, situada na Rua Mané Garrincha, nº 3154 - Bairro Socialista, Zona Leste de Porto Velho.

- Monitoramento dos Projetos Sociais desenvolvidos no município para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e cadastro de experiência bem sucedida para concorrer ao Prêmio ODM Brasil.

QUADRO 3 - AÇÕES DO EIXO PROMOÇÃO DA AUTONOMIA E IGUALDADE NO MUNDO DO TRABALHO E CIDADANIA

ORDEM	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PUBLICO ENVOLVIDO
01	Cursos de Qualificação Profissional para geração de emprego e renda para mulheres	2.000 mulheres capacitadas durante o ano
02	Comercialização de produtos nas feiras de economia solidária local e nacional	20 grupos de mulheres
03	Fortalecimento da Cooperativa de Mulheres UniArtes, assessoramento aos Grupos de Mulheres que estão no Espaço Lilás no Shopping Popular, Feira da Ecosol e na Estrada de Ferro Madeira Mamoré	20 Grupos de Mulheres e 02 cooperativas feministas.
04	Articulação e funcionamento do Espaço Valverde no Mercado Cultural para comercialização dos produtos da economia solidária no Mercado Cultural	10 Grupos de Mulheres e artesãos sendo contemplados na comercialização de produtos
05	Perfil da Servidora Pública Municipal	50% dos cadastramentos preenchidos
06	Mapeamento com cadastro e realização de Oficinas desenvolvidas durante a Tenda da Cidadania nos Distritos	1.200 mulheres assessoradas
07	Desenvolvimento de Projeto de Estratégias de promoção da autonomia econômica de mulheres para mapeamento e elaboração de diagnóstico de coletivos de mulheres e capacitações	20 coletivos de mulheres na zona urbana e rural
08	Elaboração de Projetos para obtenção de recursos financeiros.	04 projetos elaborados 02 projetos aprovados e celebrados os convênios.

No tocante as ações de Enfrentamento a Violência Contra a Mulher foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Funcionamento efetivo da Casa Abrigo para proteção as mulheres vitimas de violência com casos iminentes de risco de morte. Foram atendidas mais de 21 mulheres até final de 2011.
- Realizada a articulação de uma Agenda Comum com a Sociedade Civil para realização das ações de Campanhas pelo Fim da Violência contra a Mulher.
- Fortalecimento das ações da Rede de Enfrentamento a violência contra as Mulheres com a realização de 11 reuniões para a pactuação dos serviços de proteção as mulheres vitimas de violência domestica neste município, sob coordenação do Centro de Referencia Sonho de Liberdade e da Coordenadoria de Mulheres.
- Realização durante a Campanha dos 16 Dias de Ativismo, mobilização para participação popular na programação da Campanha 16 Dias de Ativismo contra a violência as mulheres com a adesão de 20 instituições e mobilizando para participação de mais de 2 mil pessoas por meio de oficinas, palestras e mídia

Da preparação da campanha dos 16 dias de ativismo:

Foram realizadas três reuniões pré-campanha com participação das Secretarias Municipais, Fecomércio, Corpo de Bombeiros, Base Aérea, dentre outros parceiros.

As reuniões foram realizadas na FUNESCOLA, com a apresentação da Campanha proferida pela Coordenadora da CMMPM Mara Regina, onde enfatizou a importância do envolvimento de todos e todas.

Após a apresentação dos slides, os participantes se apresentaram e pontuaram as ações de cada instituição a serem desenvolvidas no período da campanha.

Da Campanha

No dia 20 de novembro se deu início à décima primeira edição da Campanha dos 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres, que aconteceu simultaneamente em 159 países. Em Porto Velho, a campanha teve como foco: “Uma vida sem violência é um direito das mulheres – Comprometa-se. Tome uma Atitude. Exija seus Direitos”.

A Campanha compreendeu a realização de atividades durante o período de 20 de novembro a 10 de dezembro, com ênfase na lembrança de cinco datas importantes:

- 20 de Novembro – Dia da Consciência Negra
- 25 de Novembro - Dia Internacional da Não Violência contra a Mulher;
- 1 de Dezembro – Dia Mundial de Luta contra a Aids;
- 6 de Dezembro – Homens pelo fim da violência;
- 10 de Dezembro – Dia Internacional dos Direitos Humanos.

Durante os 16 dias de Campanha a Prefeitura de Porto Velho através da Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres e parceiros desenvolveram diversas atividades como pit-stop, palestras, oficinas sobre a não violência contra a mulher.

Do objetivo:

A Campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres, criada em 1991 por feministas e movimentos de mulheres, ocorre simultaneamente em 159 países, e tem como objetivo chamar toda a sociedade para o comprometimento com o fim da violência contra as mulheres.

Do público:

População masculina e feminina, grupos organizados, movimentos sociais, trabalhadores e empresários de todos os ramos, enfim, todos e todas engajados pelo fim da violência contra a mulher.

Da agenda:

- No dia 20 de novembro iniciou-se a campanha no distrito de Vista Alegre, com distribuição de material gráfico alusivos à Campanha e ao dia da Consciência Negra. Foi proferida uma palestra pela Mara Regina sobre a Campanha durante a cerimônia de abertura da Tenda da Cidadania para um público estimado de 600 pessoas.

- Foi realizada uma reunião ampliada do coletivo de mulheres da CUT-RO no dia 23/11/11 no Hotel Rondon, na ocasião foram debatidos diversos temas, dentre os quais, destaca-se a: Reafirmação da Campanha de combate à violência contra a Mulher; Apresentação do vídeo Violência contra a Mulher e Apresentação da Campanha dos 16 Dias de Ativismo com 30 participantes.
- Nos dias 24 e 25 de novembro foram realizadas oficinas para as mulheres do projeto “Eu Quero” no distrito de Jaci Paraná e Porto Velho respectivamente, sobre a Lei Maria da Penha, divulgação das ações da coordenadoria e dos serviços da Rede de enfrentamento à violência. Com a participação de 150 mulheres.
- No dia 25 também foi realizado pela Secretaria Municipal de Esportes – SEMES o Baile da Tenda Esporte no Parque da Cidade objetivando oferecer ao público atividade para fortalecer a convivência social. Foram distribuídos materiais gráficos da coordenadoria, bem como foi informado acerca da importância de todos e todas se engajarem no combate à violência contra a mulher. O evento teve como foco o dia internacional da não violência contra a mulher com 150 participantes.
- Feita a distribuição de material gráfico na Feira do Porto (Praça Aluízio Ferreira) no dia 26 de novembro com mais de 500 participantes.
- A Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS, por meio do Departamento de Proteção Social Especial – DPSE, garantiu a participação de 30 (trinta) servidoras do CREAS na oficina sobre a não violência contra a mulher promovida pela CMPPM e Centro de Referência da Mulher.
- Durante todo o dia 01 de dezembro houve ações da SEMUSA nos postos e policlínicas enfocando o dia mundial da luta contra a Aids, com distribuição de folders explicativos e palestras.
- Realizada no dia 05 de dezembro uma palestra na Base Aérea de Porto Velho com a participação de 50 militares. A Mara Regina falou sobre a campanha, da importância do engajamento dos militares e também divulgou as ações da coordenadoria. A Diretora do Centro de Referência, Srª Sheila Dolores falou sobre os serviços da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, bem como, enfatizou sobre a campanha “homens pelo fim da violência”. Ao final foram feitos alguns questionamentos, que foram esclarecidos pelas palestrantes.

- A Eletrobrás Rondônia, através da Srª Rita de Cássia Lopes informou que a campanha foi realizada durante todo o mês de novembro em todo o estado, conforme relato; [...] Conversamos sobre a Lei Maria da Penha e também distribuímos as mesmas. Também divulgamos orientações sobre o consumo racional e seguro de energia elétrica. No mês de novembro convidamos a Delegada, Dra Edna Mara para palestras, aqui em PVH, junto a nossa força de trabalho, própria e terceirizada e vamos vestir nosso pessoal que trabalha na Rua com a Camisa da Campanha dos 16 dias de Ativismo para que eles "portem" efetivamente a campanha durante todos o mês de Novembro. O mesmo acontecerá na maior parte das demais localidades do estado onde temos escritório. Também distribuiremos folders alusivos aos 16 dias de ativismo e estamos passando e-mails corporativos e colocamos banners, imensos, sobre a lei Maria da Penha na Empresa.
- Dando continuidade às ações a Eletrobrás realizou no dia 02 de dezembro, com participação da Coordenadoria de Mulheres uma oficina enfocando a não violência contra a mulher e também fazendo alusão à campanha homens pelo fim da violência. A atividade foi realizada no prédio comercial do centro com a participação dos funcionários e usuários.
- Na inauguração da Casa da Juventude que aconteceu no dia 06 de dezembro também foram entregues folders da Coordenadoria e informações sobre a campanha para 300 pessoas.
- O Centro de Referência da Mulher promoveu no dia 07 de dezembro a "tarde da Beleza" para as mulheres atendidas pelo Centro. Na ocasião foi apresentada a campanha dos 16 dias de ativismo.
- No dia 09 de dezembro as atividades foram na Delegacia Fluvial de Porto Velho – Marinha do Brasil, momento de palestra proferida pela Mara, aos alunos do curso de Marinheiro Aguaviário. Mara falou sobre as ações da Coordenadoria, da campanha e ao final alguns fizeram questionamentos.
- A Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMA, confeccionou adesivos para carro da campanha para distribuição no Parque Natural para 190 pessoas.

Considerações:

Considerando que a campanha dos 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres ocorre simultaneamente em 159 países desde 1991, iniciando no dia 25 de novembro e com término em 10 de dezembro com foco em quatro datas importantes. Aqui no Brasil inicia-se no dia 20 em comemoração ao dia Nacional da Consciência Negra.

Mundialmente é trabalhado um tema para cada campanha, porém, aqui em Porto Velho, na edição de 2011 decidiu-se manter o tema da campanha passada – Comprometa-se. Tome uma atitude. Exija seus Direitos – Uma vida sem violência é um direito das mulheres, haja vista que, a questão da violência contra a mulher ainda é uma constante na realidade do município. Vários são os serviços de atendimento e enfrentamento à violência disponibilizados às mulheres, porém, precisa-se de mais ações no trato dessa questão.

Para tanto, a Campanha dos 16 dias de ativismo é um importante instrumento no combate à violência e na garantia dos direitos humanos.
A realização desta campanha foi de grande importância para a equipe da coordenadoria, assim como, para todos os parceiros e a todos que tiveram a oportunidade de participar das atividades. Propiciou conhecimentos acerca da questão de gênero, violência e direitos humanos.

A parceria com instituições da sociedade civil e as secretarias foi importante no sentido de se dar um grande passo na transversalidade entre os setores públicos e privados no sentido de trabalhar para a diminuição da violência.

QUADRO 4 - SÍNTESE DAS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO A VIOLENCIA CONTRA A MULHER

ORDEM	DESCRIÇAO DA AÇÃO	PUBLICO ENVOLVIDO
1	***Funcionamento efetivo da Casa Abrigo para proteção as mulheres vitimas de violência com casos iminentes de risco de morte.***	Foram atendidas mais de 21 mulheres até final de 2011.
2	- Realizada a articulação de uma Agenda Comum com a Sociedade Civil para realização das ações de Campanhas pelo Fim da Violência contra a Mulher.	Mobilizadas nas campanhas 2000 (duas mil mulheres)
3	Fortalecimento das ações da Rede de Enfrentamento a violência contra as Mulheres são vinte instituições que a compõe a Rede de proteção as mulheres vitimas de violência domestica neste município.	Realização de 11 reuniões técnicas de pactuação e avaliação dos serviços.

4	Realização da Campanha dos 16 Dias de Ativismo contra a violência as mulheres com a adesão de 20 instituições e mobilizando social por meio de oficinas, palestras e mídia. • Integração com adesão de homens: Marinha e Aeronáutica.	Participação de mais de 2 mil pessoas
5	Fortalecimento do Centro de Referencia Sonho de Liberdade	1100 mulheres atendidas vitimas de violência
6	Nova Sede administrativa para funcionamento do Centro de Referencia Sonho de Liberdade	1 casa no centro da cidade

O Centro de Referencia Sonho de Liberdade realizou as seguintes atividades:

- Atendimento as mulheres em situação de violência e/ou risco social com atendimento psicosocial e juridico – 1100 atendimentos de janeiro a dezembro de 2011;
- Fornecimento de orientações e informações as mulheres vitimas de violência – 500 procedimentos;
- Realização de cadastramento para participação em Cursos profissionalizantes – 176 procedimentos realizados;
- Realização de Rodas de Conversa em assistencial social obteve a participação de 167 mulheres;
- Participação e/ou realização de Oficinas temáticas em violência contra as mulheres 121 participantes.
- Distribuição e publicização de 5.000 exemplares da Cartilha Maria da Penha no Município de Porto Velho;
- Foram realizadas 11 (onze) reuniões técnicas para a Equipe do Centro de Referencia para avaliação e estudo de casos e planejamento da equipe;
- Participação nas Tendas da Cidadania com atendimento psicossocial e jurídico as mulheres vitimas de violência nos distritos;
- Ações na Campanha 16 Dias de Ativismo no enfrentamento a violência contra as mulheres.
- Participação das Conferencias Municipal, Estadual e Nacional de Políticas para as Mulheres.

QUADRO 5 – AÇÕES DE ENFRENTAMENTO A VIOLENCIA PELO CENTRO DE REFERENCIA SONHO DE LIBERDADE

ORDEM	DESCRIÇÃO DAS AÇÕES	SERVIÇO EXECUTADO
1	- Atendimento as mulheres em situação de violência e/ou risco social com atendimento psicosocial e jurídico.	1100 atendimentos de janeiro a dezembro de 2011;
2	- Fornecimento de orientações e informações as mulheres vitimas de violência.	500 procedimentos;
3	- Realização de cadastramento para participação em Cursos profissionalizantes.	176 procedimentos realizados;
4	- Realização de Rodas de Conversa em assistencial social	167 mulheres participaram.
5	- Participação e/ou realização de Oficinas temáticas em violência contra as mulheres.	121 participantes.
6	- Distribuição e publicização da Cartilha Maria da Penha no Município de Porto Velho.	5.000 exemplares.
7	- Foram realizadas reuniões técnicas para a Equipe do Centro de Referencia para avaliação e estudo de casos e planejamento da equipe;	11 (onze) reuniões.
8	- Participação na Tenda da Cidadania com atendimento psicossocial e jurídico as mulheres vitimas de violência nos distritos;	02 (duas) nos distritos de Califórnia e Extrema orientações a 200 mulheres.
9	- Ações na Campanha 16 Dias de Ativismo no enfrentamento a violência contra as mulheres.	01 Pit stop 04 Palestras 02 Oficinas
10	- Participação das Conferencias Municipal, Estadual e Nacional de Políticas para as Mulheres.	3 (três) conferencias;

Quanto ao eixo da Saúde das Mulheres, Direitos Sexuais e Reprodutivos:

- Mobilização para participação das mulheres na Campanha Outubro Rosa de prevenção do câncer de mama.
- Desenvolvida a Campanha Saúde da Servidora Pública.
- Realizada a parceria nas Oficinas sobre Direitos Sexuais e Reprodutivos das Mulheres.
- Participação em eventos alusivos a Campanha Mundial de prevenção a Aids.
- Foram desenvolvidos os serviços da Comunidade Terapêutica Nossa Senhora Aparecida para tratamento das mulheres dependentes químicas e divulgação dos serviços para atendimento às mulheres.

QUADRO 6 - SINTESE EIXO SAUDE DA MULHER E DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

DESCRIÇÃO	AÇÕES	PESSOAS MOBILIZADAS
- Campanha Outubro Rosa de prevenção ao câncer de mama.	- Mobilização para participação das mulheres na Campanha; - Realização de exames de prevenção ao câncer de mama - Distritubição de materiais educativos para a mobilização social; - Participação da Coordenadoria na Caminhada; - Articulação do Grupo apoio as mulheres com câncer;	1000 mulheres - 100 Mulheres que foram encaminhadas dos postos de Saude para o Hospital das Irmas Marcelinas para fazerem o exame de Mamografia. 20 mil folders que foram distribuídos nas unidades de Saúde do Município incluindo os Distritos. 500 Cartazes; 2000 mil laços rosas que simbolizava a campanha; - 01 caminhada com 100 mulheres participando. - 01 grupo formado por 20 mulheres;
- Campanha Saúde da Servidora Pública.	Mobilização para participação na campanha	500 servidoras
- Participação em eventos alusivos a Campanha Mundial de prevenção a Aids.	Mobilização e distribuição de preservativos	2000
- Foram desenvolvidos os serviços da Comunidade Terapêutica Nossa Senhora Aparecida para tratamento das mulheres dependentes químicas e divulgação dos serviços para atendimento às mulheres.	Encaminhamentos e mobilização social	05 mulheres
- Oficinas sobre Direitos Sexuais e Reprodutivos	Realização de palestras orientativas para as mulheres	2000 (duas) mil mulheres

Quanto a ação no eixo da Educação Inclusiva e Não Sexista: foi realizado o Curso de formação continuada de 4 horas aula para as servidoras publicas em Gênero e garantia de Direitos das Mulheres para o enfrentamento a violência em nosso município durante a realização da Conferencia da Mulher e durante a Campanha 16 Dias de Ativismo nos órgãos e instituições.

O Conselho Municipal de defesa dos Direitos da Mulher

- No ano de 2011 realizou 10 reuniões plenárias para avaliação e encaminhamento das políticas publicas para as mulheres;
- Realização de 01 (uma) oficinas de capacitação para formação de multiplicadoras na política de garantia de direitos as mulheres;

- Realização de 03 (três) Pit stop educativo para a população na temática de garantia de direitos.
- Realizou em conjunto com a Coordenadoria de Mulheres a 3ª Conferencia Municipal de Políticas para as Mulheres.

QUADRO 7 - AÇÕES DO CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

DESCRIÇÃO	AÇÃO	PESSOAS MOBILIZADAS
Reuniões plenárias do CMDDM	Avaliação e encaminhamento das políticas publicas para as mulheres;	10 reuniões realizadas e 10 instituições mobilizadas
Oficina de capacitação	Capacitar multiplicadoras na política de garantia de direitos as mulheres;	01 (uma) capacitação para 10 conselheiras
Pit stop educativo	Realizar pit stop para a população na temática de garantia de direitos	03 (três) realizados mobilizando mais de 3 mil pessoas
3ª Conferencia Municipal de Políticas para as Mulheres.	Realizou em conjunto com a Coordenadoria de Mulheres da 3ª Conferencia	336 mulheres e lideranças locais mobilizadas

Quanto a execução físico e financeira do orçamento da Coordenadoria foi a contento, destacando o fato que diversas ações puderam ser realizadas sem ônus ao tesouro municipal. Destaca-se ainda a organização e elaboração de projetos para captação de convênios com o governo federal e instituições bancárias para a elevação dos recursos financeiros para a política as mulheres.

É necessário pontuar a dificuldade encontrada pela equipe técnica quanto ao número insuficiente de profissionais para que possa assumir na integralidade as demandas elencadas no Planejamento de Trabalho para alcançar os objetivos e a missão desta Coordenadoria.

QUADRO 8 - RECURSOS PARA 2012

DESCRIÇÃO	**AÇÕES**	**VALOR FINANCEIRO**
Recursos do Tesouro Municipal	- Campanhas de enfretamento a violências; - Ações de capacitação para mulheres e gestoras; - Administração do programa; - Manutenção do Conselho da Mulher.	700.000,00
Recurso de Convenio com Secretaria de Mulheres	Mapeamento e capacitação de coletivos de mulheres	100.000,00
Recursos de Convenio com Secretaria da Mulher Emenda do Ex-Dep. Eduardo Valverde	Fortalecimento da Coordenadoria de Mulheres por meio da Rede de Mulheres produtoras da economia solidária	150.000,00

QUADRO 9 - PROJETO PARA DESENVOLVER EM 2012

ORDEM	DESCRIÇÃO DO PROJETO
1	Instalação do Espaço Mulher, sede dos serviços voltados para as Mulheres sendo Coordenadoria, Maternidade, Centros, Conselhos, outros.
2	Rosas de Março
3	Navegando e Lendo nas ondas do Rio Madeira
4	Fortalecimento da Coordenadoria de Mulheres por meio da Rede de Mulheres Produtoras da Economia Solidária
5	Premio Mulher Empreendedora
6	Encontro Distrital de Mulheres
7	Estratégias de fortalecimento da autonomia econômica de mulheres.
8	Campanha de mobilização social de mulheres para a realização dos exames de prevenção ao Câncer no Centro de Especialidades Médicas (agendar as Mulheres que trabalham conosco na Ecosol, Empreendedoras e as Mulheres dos Distritos, Bairros e Grupos de Mulheres)
9	Lançamento de Livro com a Historia de Luta das Mulheres de Porto Velho por meio da Luta do Fórum Popular de Mulheres e Parceiros.
10	Incentivar a organização social de mulheres por meio de Cooperativas para Mulheres nas profissões: Beleza, Costura, Trabalho Domestico, Construção Civil e outras.
11	Promover a inscrição de mulheres nos Cursos de Capacitação Profissional no Planteq/Semdestur, recursos das Compensações Sociais, na Casa da Juventude, no Projeto Eu Quero, Ifro, e outros.
12	Seminário Mulheres no Poder
13	Promover Capacitação em Política de Gênero e Igualdade no mundo do Trabalho.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO (IPAM)

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO (IPAM)

O Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho, criado pela Lei Complementar nº. 01, de 23 de julho de 1990, destinado a administrar a previdência dos servidores estatutários e gerenciar a assistência à saúde e foi inaugurado em 1º de outubro de 1990.

Em Dezembro/1998, o Governo Federal preocupado com a situação Regimes Próprios de Previdência dos Estados e Municípios editou a Lei nº 9.717, Emenda Constitucional nº 20 e a Portaria 4.882/98. nesta ocasião a maioria dos institutos deixaram de prestar assistência à saúde, ficando somente com a administração dos recursos da previdência.

O IPAM ao longo do tempo vem proporcionando um atendimento não encontrado em nenhum outro sistema de saúde similar, com a maior cobertura de assistência à saúde oferecida por prefeituras do Estado de Rondônia. É o único também que oferece tratamento para servidores dependentes químicos, o único que oferece auxílio funeral, com valor equivalente a três salários mínimos, bem como é o único que se preocupa com a saúde de seus inativos, dando cobertura na hora que mais precisam através do projeto “Melhor Idade” que trata a saúde preventiva, bem-estar social e mental.

Em maio de 2005, quando IPAM separou o orçamento do Fundo de Previdência do Fundo de Assistência o Instituto só cresceu, ampliando os serviços ofertados aos seus segurados, novos leitos hospitalares, novas clínicas, novos laboratórios, mais médicos credenciados, exames de alta complexidade e serviços que antes não eram disponíveis passaram a ser oferecidos,

Apesar de que se destaca bastante a prestação de serviços de saúde pelo IPAM, sua finalidade principal é gerir os benefícios e recursos previdenciários, como forma de garantir com responsabilidade e lisura o pagamento das futuras aposentadorias dos servidores, ou o pagamento de pensão por morte aos seus familiares (em caso de falecimento do segurado), e garantindo o pagamento em dia dos atuais benefícios previdenciários.

O IPAM atravessou períodos de dificuldade e até correu o risco de fechamento, principalmente com a reforma da previdência em 1998; porém, nos últimos anos, o Instituto vem mostrando uma evolução (tanto administrativa quanto patrimonial e operacional) que se consolida com a auto-sustentação proporcionada pelos próprios servidores municipais através dos repasses mensais para o órgão, além da participação ativa da prefeitura de Porto Velho e da Câmara Municipal.

O IPAM é reconhecido como uma instituição confiável, que promove a atenção previdenciária de forma séria e responsável, e a assistência a saúde de qualidade a todos os servidores efetivos da prefeitura que obrigatoriamente são filiados na previdência e a mais de 24 mil segurados e seus dependentes filiados na assistência médica.

O IPAM é reconhecido como uma instituição confiável, que promove a atenção previdenciária de forma séria e responsável, e a assistência a saúde de qualidade a quase de 23 mil segurados e seus dependentes.

IPAM dois e um

- Fundo de Previdência Social (FPS)
- Fundo de Assistência á Saúde (FAS)

Melhor entendimento no que se investe em saúde e o que se guarda para benefícios previdenciários.

Previdência

Benefícios Previdenciários que o IPAM oferece:

- Aposentadoria por idade e tempo de contribuição; Aposentadoria por idade;

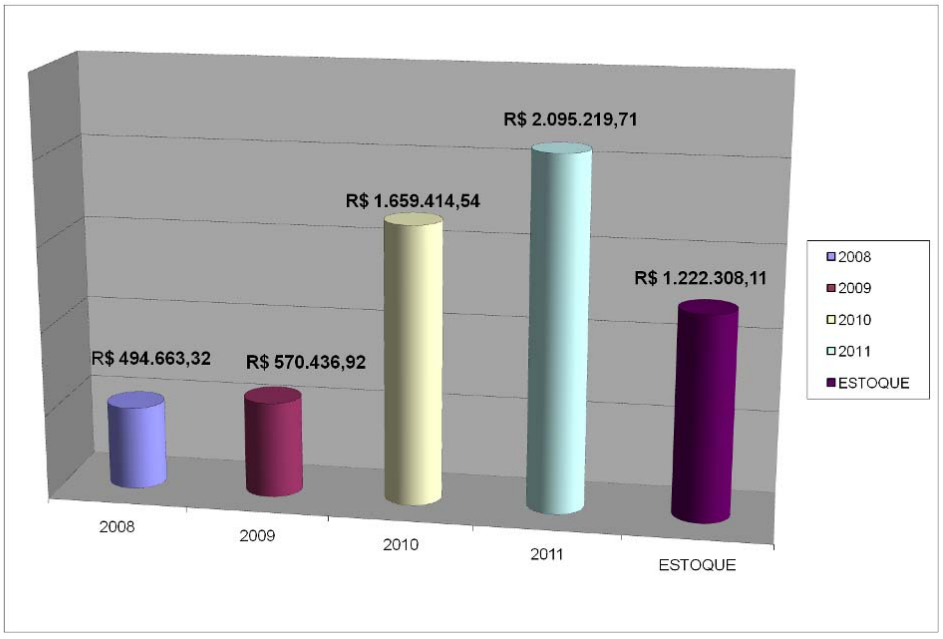
- Aposentadoria compulsória; Aposentadoria por invalidez;
- Auxílio doença; Salário maternidade; Salário família; Pensão por morte;
- Auxílio reclusão;

Em dezembro 2011, temos:

- 394 – Pensionistas; 682 – Aposentados; 0 - Auxílio Reclusão; 1.886 - Auxílio Doença; 974 - Auxílio Maternidade; 4.150 - Salário Família; 33 - Servidores da Previdência

Compensação Previdenciária (COMPREV)

Compensação Previdenciária em 31.12.2010: saldo da compensação R$ 2.724.514,78; saldo em estoque em 2011 no valor de R$ 2.095.219,71; total geral R$ 4.819.734,49; e, estoque (valor compensado mais ainda não repassado ao Ipam pelo Ministério da Previdência de R$ 1.222.308,11) saldo compensado em 31.12.2011 (com juros de aplicação), conforme extrato bancário R$ 5.743.280,71.



Repartição Simples: no regime de Repartição Simples as taxas de contribuição são determinadas com o objetivo de produzirem receitas equivalentes às despesas com os benefícios, dentro do exercício.

Provisão Matemática de Benefícios Concedidos

Benefício	Nº Beneficiários	Valor mensal do Salário	Provisão Matemática
Aposentadoria	682	1.134.904,64	208.893.594,42*
Pensão por morte	394	382.995,69	
Total	**1.076**	**1.517.900,23**	**208.893.594,42***

*** Dados do Calculo Atuarial de JULHO/2010, com validade até março de 2012**

Benefícios e Beneficiários

Benefício	Nº Beneficiários
Apos. Iminente	646
Apos. Não Iminente	8.325
Total	8.971

*** Dados do Calculo Atuarial de JULHO/2010.**

Coordenadoria de Finanças

Evolução do Fundo de Previdência 2004 a 2011

ANO	SALDO FINANCEIRO
DEZ/2004	R$ 38.548.157,57
DEZ/2005	R$ 51.364.873,13
DEZ/2006	R$ 63.550.542,29
DEZ/2007	R$ 72.580.722,60
DEZ/2008	R$ 82.024.809,56
DEZ/2009	R$ 101.629.615,68
DEZ/2010	R$ 136.567.233,61
DEZ/2011	R$ 185.811.288,10

- 2005 R$ crescimento de 33,25 %
- 2006 R$ crescimento de 23,72 %
- 2007 R$ crescimento de 14,21 %
- 2008 R$ crescimento de 13,01 %
- 2009 R$ crescimento de 21,54 %
- 2010 R$ crescimento de 34,38 %
- 2011 R$ crescimento de 36,05%

Obs.: Se fizer um comparativo entre o Saldo Financeiro de Dez/2004 e Dez/2011, verifica-se que houve um crescimento na ordem de 482,02%.

Despesa Previdenciária: Em 2011, as despesas alcançaram R$ 28.765.991,70.

Receita Previdência

Receita Previdenciária: Em 2011, as despesas alcançaram R$ 78.201.773,49.

Nova Legislação

Com a Lei 404 de 27 de dezembro de 2010, trouxe melhor adequação ao regime previdenciário:

1. separação da legislação da Previdência e Assistência;
2. Adequação da Emenda Constitucional nº 47/05 e Orientação Normativa 02;
3. Responsabilidade de Todos os benefícios previdenciários pelo Ipam e seus atos;
4. Equilíbrio Financeiro e Atuarial com a efetivação da segregação de massas e blindagem do fundo previdenciário;
5. Fortalecimento do Conselho de Previdência;
6. Valorização do Servidor efetivo e com formação na diretoria do Ipam;
7. Consolidação da Legislação.

- SISOB – consulta de óbitos: Com o Sisob implantado no Ipam, diminuiu-se o risco de pagamento de benefícios aos aposentados e pensionistas falecidos.
- Emissão dos extratos previdenciários: Com a emissão do extrato o servidor pode melhor acompanhar sua contribuição previdenciária;
- SISPREV – simulações de aposentadoria: No sistema previdenciário é possível fazer a simulação de aposentadoria;
- Site do IPAM: No site do Ipam www.ipam.ro.gov.br o servidor pode ter mais acesso a legislação, simulação de aposentadoria, acompanhamento dos balancetes, saldo do Fundo de Previdência e outas informações previdenciária.

Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP

Nº 980003 -101640 - É certificado, na forma do disposto no Decreto nº 3.788, de 11 de abril de 2001, e na Portaria nº 204, de 10 de julho de 2008, que o Município está em situação regular em relação a Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998.

Dados do Município
CNPJ: 05.903.125/0001-45
Nome: Porto Velho
UF: RO
Finalidade do certificado: Os órgãos ou entidades da administração direta e indireta da união deverão observar, previamente, a regularidade dos regimes próprios de previdência social dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos seguintes casos: Válido para todos os Órgãos e entidades do município.

A aceitação do presente certificado está condicionada à verificação, por meio da internet, de sua validade no endereço: www.previdencia.gov.br, pois está sujeito a cancelamento por decisão judicial ou administrativa.

A este certificado deve ser juntado ao processo referente ao ato ou contrato para o qual foi exigido. Emitido em 26/12/2011, válido por 180 dias da data da sua emissão, válido até 23/6/2012.

I. Realização de transferências voluntárias de recursos pela União;
II. Celebração de acordos, contratos, convênios ou ajustes, bem como de empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da administração direta e indireta da União;
III. Liberação de recursos de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais;
IV. Pagamento dos valores devidos pelo regime geral de previdência social em razão do disposto na Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999.

Extrato Externo dos Regimes Previdenciários

Município de Porto Velho (RO) - CRP vigente: nº 980003-101640, emitido em 26/12/2011, estará vigente até 23/06/2012. Regime Vigente

Todos os trinta e quatro Itens exigidos na auditoria do Ministério da Previdência foram cumpridos pelo Ipam e o Município de Porto Velho, inclusive o Ipam é um dos únicos no Brasil que aparece com o Equilíbrio Atuarial Regular

IPAM nos Distritos

- Estas ações visam facilitar o acesso aos serviços prestados pelo Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho – IPAM, pois elas vão de encontro ao servidor no seu local de trabalho, minimizando os custos destes servidores no deslocamento até a Capital para a obtenção destes serviços.
- Foram oferecidos os seguintes serviços: Emissão e/ou renovação da Carteira de Segurado na Assistência Médica/IPAM (definitiva/provisória); Cadastramento de novos segurados e dependentes; Prestar orientações sobre os procedimentos de inclusão de dependentes (companheiro, filho universitário, pai/mãe, menor sob guarda (enteado); Entrega da Cartilha do IPAM que trata dos serviços prestados pelo IPAM nas áreas de Previdência e Assistência à Saúde; Recadastramento anual da SEMAD (pela data de aniversário) entre outras ações.
- Distritos visitados: No período de 17 a 21/10/2011 nos Distritos de Jacy-Paraná, Nova Mutum Paraná, Abunã, Fortaleza do Abunã, Vista Alegre do Abunã, Extrema e Nova Califórnia, no dia 15/11/2011 no Distrito de União Bandeirantes e no período de 21 a 26 de novembro de 2011, nos Distritos de São Carlos, Nazaré, Demarcação e Calama.

Eleições direta para Coordenadores e Conselheiros

Em 2011 foi dado posse aos novos conselheiros eleitos pelos servidores, sendo 4 do executivo, 1 do legislativo, 1 aposentado e outros 6 membros nomeados pelo executivo. Tomou posse também o Coordenador de Previdência conforme Lei 404/2010.

Cumprimento da meta atuarial nas aplicações financeiras

O conselho debateu e aprovou em 2010 a política de Investimento adotada em 2011, cumprindo as determinações legais.

A meta atuarial de 6% + IPCA foi alcançada pelo Fundo de Previdência do Instituto no exercício de 2011.

Em dezembro de 2011 foi definida pelo conselho a Nova Política de Investimento para 2012, que define a diversificação da carteira na busca da meta atuarial, levando em consideração a projeção da queda da taxa selic para 2012.

- Projeto IPAM nos Distritos – cadastramento de servidores;
- Regularização Funcional dos servidores do IPAM;
- Pagamento dos aposentados sempre até o dia 25;
- Eleições diretas para Coordenadores e Conselheiros;
- Cumprimento da meta atuarial nas aplicações financeiras.

Assistência Médica

Informações para o servidor

Com o site do IPAM (www.ipam.ro.gov.br) o servidor continua tendo acesso à relação dos médicos que estão atendendo ao sistema on-line, a prestação de contas, o extrato do Elemento Moderador, notícias em geral, à relação de clínicas, hospitais, laboratórios e médicos, legislação do Instituto e vários outros serviços.

Os informativos do IPAM vêem complementando as informações do site para aqueles servidores que não tem acesso a internet.

Atendimento on-line

O projeto atendimento on-line oferta praticidade no sentido do servidor não precisar mais vir ao IPAM para emitir guia de consulta para ser atendido, já que a mesma pode ser emitida no próprio consultório médico. Estaremos implementando ainda mais esses serviços que dessa forma prática irá de atender melhor nossos segurados da assistência.

Juntamente com a consulta, encontra-se em fase final para a proposta para tornar, também, on-line os exames e internações que passarão a funcionar ainda em 2011, dando comodidade e economia no transporte do servidor, que não precisará mais se deslocar até o instituto para emissão destas guias.

Projeto melhor idade

O projeto aposentadoria cidadã na melhor idade tem como objetivo maior continuar desenvolvendo através de atividades a melhoria da qualidade de vida dos aposentados do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho – IPAM. No ano de 2011 foi renovado o convênio firmado para dar continuidade aos aposentados, nas diversas modalidades que projeto contempla (hidro-ginástica, alongamento, dança, pintura, entre outros), trazendo com isso uma redução nos gastos com internação desses segurados assistidos pelo convênio.

Tratamento do dependente químico

O problema com substâncias psico-ativas vem assolando nossa sociedade, atingindo inclusive o servidor municipal que muitas vezes tem seu emprego comprometido com esse problema social. Visando a recuperação desse servidor que é segurado do IPAM, bem como objetivando uma economia com internações que esse mal possa acarretar no futuro, renovamos o convênio entre a casa Família Roseta e o IPAM que busca dar uma resposta aos servidores que procuram a autarquia com problemas de dependência química.

Tal atendimento é feito em nível de internação e tem uma duração média de 06 meses de tratamento, com assistência psiquiátrica, assistência social, psicológica, terapia ocupacional e hospedagem.

Atendimento aos servidores que fazem quimioterapia e fisioterapia

Em 2011, foi dado continuidade aos serviços prestados aos segurados com atendimentos domiciliar, com transporte a aproximadamente 60 servidores que fazem tratamento de quimioterapia e fisioterapia, além de outras doenças causam impossibilidade de locomoção. Para acesso ao serviço, os segurados procuram a assistência social do Instituto, que após análise social, agenda o atendimento e disponibiliza transporte e motorista para o segurado até o fim do tratamento ou quando o cliente já se encontra com possibilidades de se locomover utilizando os meios urbanos.

Na quimioterapia foi implantado o exame e tratamento em 3D com uma melhor resolução nos resultados tanto dos exames quanto no tratamento especifico da doença.

Transporte interhospitalar

O IPAM oferece de forma consignada o benefício de transporte inter-hospitalar para a que os pacientes graves, internados em UTI possam ser transferidos em ambulâncias equipadas e com acompanhamento médico, para clínicas de diagnóstico para a realização de exames de altíssima complexidade (tomografia, ressonância, dentre outros).

Edital de chamamento público

O IPAM fez o recredenciamento de Médicos, Hospitais e empresas especializadas em fornecimento de materiais para cirurgias de alto custo o chamando OPME – Orteses, Próteses e Materiais Especiais, através do Edital de Chamamento Público N° 001/2011/IPAM/PRESIDÊNCIA.

Com isso, o Ipam buscou ampliar a oferte de credenciamentos para melhor atender seus segurados.

Reajustes concedidos

Ainda em 2011 foi concedido o reajuste na tabela de consultas utilizada pelo IPAM que teve sua aplicação a partir do mês de setembro ficando em torno de 19,04% e a tabela nova criada para os anestesistas teve acréscimo de 20%.

Tivemos que criar uma consulta diferenciada para os pediatras, pois os mesmos estavam ameaçando em descredenciar do IPAM e para mantermos os pediatras e na tentativa de trazer alguns pediatras novos para o Instituto criamos a consulta com puericultura aplicando o valor de R$ 60,00 (sessenta reais), para crianças de 0 a 2 anos com atendimento em consultório.

Tabela de aumento de 20% concedido
aos procedimentos dos anestesistas

PORTE ANESTESICO	VALOR PRATICADO IPAM
1	R$ 103,50
2	R$ 150,00
3	R$ 222,00
4	R$ 330,00
5	R$ 510,00
6	R$ 714,00
7	R$ 1.014,00
8	R$ 1.338,00

Valor da consulta IPAM

VALOR SEM REAJUSTE	VALOR COM REAJUSTE	PERCENTUAL APLICADO
R$ 42,00	R$ 50,00	19,04%

Aumento para CH dos cirurgiões
(Há mais de sete anos sem reajuste)

VALOR SEM REAJUSTE	VALOR COM REAJUSTE	PERCENTUAL APLICADO
R$ 0,29	R$ 0,36	24,14%

Aumento para CH dos fisioterapeutas
Há mais de sete anos sem reajuste

VALOR SEM REAJUSTE	VALOR COM REAJUSTE	PERCENTUAL APLICADO
R$ 0,26	R$ 0,33	26,92%

Aumento para consulta pediátrica em pronto socorro

VALOR SEM REAJUSTE	VALOR COM REAJUSTE	PERCENTUAL APLICADO
R$ 50,00	R$ 60,00	20%

Servidores e dependentes cadastros (assistência médica)

Ano	Segurados	Dependentes	Total
Dez/2004	6.327	10.983	17.310
Dez/2005	7.101	11.960	19.061
Dez/2006	6.970	11.447	18.417
DEZ/2007	7.380	11.622	19.002
DEZ/2008	7.736	11.941	19.677
DEZ/2009	8.687	12.943	21.630
DEZ/2010	9.202	13.431	22.633
DEZ/2011	10.120	14.173	24.293

Consultas

TIPO	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
MÉDICA	26.395	35.458	36.960	40.439	36.748	33.877	40.803
OFTALMOLOGIA	1.283	4.880	6.076	6.975	6.690	5.590	8.380
PSICOLOGIA	17.974	2.913	1.531	2.886	2.387	1.965	920
FONOAUD.	70	543	444	744	1.186	1.790	691
NEUROLOGIA	87	481	426	726	583	864	1.130
NUTRIÇÃO	0	0	0	0	247	413	545
PSIQUIATRIA	0	0	0	0	0	0	216
PEDIATRIA PUERICULT	0	0	0	0	0	0	4
TOTAL	45.809	44.275	45.437	51.770	47.841	44.499	52.689

Exames

	2008	2009	2010	2011
OUTROS PROCEDIM. MÉDICOS	39105	98318	116702	122102
QUIMIOTERAPIA DO CANCER (PACIENTE AMBULATORIO)	-	-	-	1
QUIMIOTERAPIA DO CANCER (PACIENTE INTERNADO)	-	-	-	57
MEDICINA NUCLEAR	-	-	-	1109
RADIOAGNÓSTICOS	7234	7767	7129	16126
ULTRASSONOGRAFIA	7893	9112	9655	11637
TOMOG. COMPUTADORIZADA	502	559	898	1229
RESSONÂNCIA MAGNÉTICA	181	216	229	299
TISSIOPNEUMOLOGIA	91	106	123	159
ENDOSCOPIA	1968	1833	2074	2302
ELETROENCEFALOGRAMA	647	796	566	460
Total	57.621	118.707	137.376	155.481

Internações

TIPO	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
TRAT. CIRÚRGICO	31	901	1063	1039	858	1.065	1.215
TRAT. CLÍNICO	22	2643	3461	3751	3543	3.585	2.729
TRAT. OBSTÉTRICO	1	198	202	211	134	220	218
TRAT. AMBULATORIAL	0	88	50	112	282	424	444
SOLICITAÇÃO MÉDICA	0	0	0	0	0	0	7
Total	54	3.830	4.776	5.113	4.817	5.294	4.613

Odontologia

PROCEDIMENTOS	PACIENTES
52.659	11.001

Evolução do Fundo de Assistência a Saúde 2004 a 2011

Ano	Saldo financeiro no período
DEZ/2004	Reservas agrupadas com o fundo de previdência
DEZ/2005	R$ 3.233.207,35
DEZ/2006	R$ 6.693.538,09
DEZ/2007	R$ 4.879.133,56
DEZ/2008	R$ 5.629.792,63
DEZ/2009	R$ 2.213.218,48
DEZ/2010	R$ 3.363.293,66
DEZ/2011	R$ 4.611.678,88

Despesa Assistência

Ano	Total da Despesa
2011	R$ 29.616.394,67

Receita Assistência

Ano	Total da Receita
2011	R$ 31.473.812,80

Informação:

- A Cartilha e os Informativos levam até o segurado da Previdência e Assistência Médica as Leis, regras de aposentadoria, relação de médicos e hospitais e o que acontece no IPAM.



EMPRESA DESENVOLVIMENTO URBANO (EMDUR)

EMPRESA DESENVOLVIMENTO URBANO (EMDUR)

Ações Realizadas no Ano de 2011

Cursos de Capacitação;

- Levantamento dos Atendimentos de Solicitação de Iluminação Pública;
- Atendimento do Disk Lâmpada (CALL CENTER);
- Bairros 100% Iluminados através do Programa de “Modernização e Padronização da Iluminação Pública nas Zonas Leste, Norte e Sul”;
- Fabricação de Artefatos :Blocos de Meio Fio e Manilhas;
- Calçamento, Sarjetas e Muros;
- Calçamento no Baixo Madeira;
- Implantação e Manutenção de Iluminação nos Distritos;
- Manutenção de Iluminação de Praças e Poliesportivos;
- Implantação e Manutenção de Iluminação nos Bairros;
- Trabalho de Ressocialização de Apenados;
- Iluminação Natalina “Natal de Todos”.

Ações Realizadas no Ano de 2010

- Cursos de Capacitação;
- Levantamento dos Atendimentos de Solicitação de Iluminação Pública;
- Atendimento do Disk Lâmpada; (CALL CENTER);
- Bairros 100% Iluminados através do programa “Porto Velho Mais Limpa e Linda para Todos”;
- Fabricação de Artefatos :Blocos de Meio Fio e Manilhas;
- Calçamento, Sarjetas e Muros;

- Calçamento no Baixo Madeira;
- Implantação de Iluminação Pública do Canteiro Central na Avenida Jorge Teixeira;
- Implantação e Manutenção de Iluminação nos Distritos;
- Manutenção de Iluminação de Praças e Poliesportivos;
- Implantação e Manutenção de Iluminação nos Bairros;
- Trabalho de Ressocialização de Apenados;
- Iluminação Natalina “Natal de Todos”.

Dados Estatísticos

- Metodologia
- Mídia de Entrada
- Comparativo por Ano
- Principais demandas
- Atendimentos por Distrito
- Atendimento por Bairros (Zonas).

Apresentação

A Empresa de Desenvolvimento Urbano - EMDUR apresenta o relatório do ano de 2011 como um reflexo dos trabalhos realizados no Município de Porto Velho e nos Distritos, tanto os projetos que foram desenvolvidos como também as estatísticas de iluminação, incluindo um exame comparativo de 2010.

Entre os serviços oferecidos pela empresa, destaca-se a qualidade no atendimento como sendo a segunda maior preocupação no ranking de naturezas. Tal cuidado enriquece a administração pública, melhorando os serviços.

No ano de 2010 foram registrados 17.134 atendimento entre manutenções e implantações, sendo a maior parte referente aos serviços de iluminação pública da cidade de Porto Velho e Distritos. Em 2009 superou-se a meta de 16.963, já no ano de 2008 com estimativas de 13.659, incluindo nesta estatística os Distritos localizados ao longo da BR 364 (sentido Rio Branco) e as Margens do Baixo Madeira.

Houve um grande avanço com relação à conscientização da preservação e conservação da iluminação pública em nossa cidade, tais como o patrimônio público coibindo a prática de infrações penais, oferecendo assim um maior embelezamento da cidade, um dos problemas já enfrentados pelo vandalismo que envolvia o furto e a depredação destes materiais.

A ação desenvolvida do Projeto de Urbanização com muros e calçadas, uma iniciativa da Prefeitura Municipal através da Emdur para expandir o sistema de urbanização e infraestrutura do município com a limpeza, construção de muros, calçadas e terrenos baldios, melhorando a estética e saúde da cidade. O Projeto continua em pleno desenvolvimento atendendo os autos de infração tais como abandono de terrenos baldios e a não construção de calçadas residenciais e prediais.

Dentre a valorização de funcionários, a empresa oferece Cursos de Capacitação como forma de ajudar no desempenho e valorização dos servidores.

O Projeto de Iluminação Natalina executado todos os anos pelo NATAL DE TODOS, coordenado pela 1ª Dama do Município, através da Emdur, surgiu pela necessidade do poder público implementar políticas, programas e projetos de cunho social como forma de minimizar estas diferenças, bem como, para diminuição das distâncias entre as referidas classes sociais para o despertar do espírito de solidariedade,para a execução de embelezamento arquitetônico, divulgando assim uma imagem positiva.

O Projeto de Ressocialização com Apenados – criado através de um Convênio entre a Emdur e o Fundo Penitenciário – FUPEN com a interveniência da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária – SEAPEN, visa objetivar o aproveitamento de mão-de-obra de apenados que estejam cumprindo pena nas unidades prisionais: Colônia Penal, Enio Pinheiro, Albergue masculino e feminino do município de Porto Velho para execução de serviços gerais tais como: manutenção, pequenos reparos e obras, nos hospitais, escolas, jardins públicos, secretarias em geral e órgãos que compõe a rede pública municipal.

A participação da Emdur na administração da cidade é fundamental para a solução dos problemas e deve ser difundida e praticada para que todos juntos possam construir uma metrópole cidadã, humana e agradável de se morar.

AÇÕES 2011



Oficina de Sensibilização e Capacitação: Dentre os vários objetivos de valorização e aperfeiçoamento de seus colaboradores, a Empresa vem se aprimorando e incentivando a participação nos cursos de capacitação (Conforme relação abaixo) oferecidos pela Prefeitura através do FUNESCOLA:

- Gestão de equipe de trabalho;
- Gestão de documentos, arquivos e protocolos;
- Auditoria governamental e controle;
- Excelência no atendimento ao público;
- Curso de contratação na área pública, fase interna da licitação;
- Direito administrativo;
- Paisagismo em praças e parques;
- Autocad básico e avançado.

DISK LÂMPADA:

Serviço de atendimento de iluminação pública que passou a funcionar ano passado, no mês de julho, foi criado para atender com eficácia os pedidos de solicitações dos moradores, através dos telefones (69) 3224-6331 e 0800 -642 -6331, para implantação e reposição de luminárias queimadas ou danificadas.

Com uma equipe de quatro telefonistas especializada para esse atendimento, a população passou a ter uma maneira de colaborar também com a Prefeitura, principalmente no que diz respeito a iluminação pública. O solicitante informa o endereço onde há falta de iluminação e a quantidade de pontos (postes) que precisam ser recuperados. Hoje a população dispõe de um atendimento mais eficaz, geralmente no máximo em 15 dias a solicitação já é executada.
O Disk Lâmpada funciona de segunda à sexta, das 08hs00 às 18hs00.

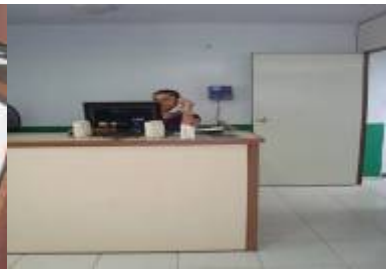
Período/Ano 2010: Atendimentos Iluminação Total Pedidos : 3.616

Atendimento ao Público e CallCenter: 2.769:

- Executados: 1.866
- Não Executados: 903

Total de Solicitações de Iluminação (Ofícios e Entidades) 847:

- Executados: 585
- Não Executados:262

Período/Ano-2011: Atendimentos Iluminação

Projetos de Implantações nos Bairros: 2.547 novos pontos;

Solicitações Call Center:

- Implantações: 796 pontos
- Manutenções: 5.909 pontos

Solicitações de Iluminação Ofícios e Requerimentos:

- Implantações: 300 pontos
- Manutenções:1.200 pontos

Total realizado (capital e distritos):

- Implantações: 3.643 pontos
- Manutenções: 7.109 pontos

Levantamento de dados: período de janeiro à novembro



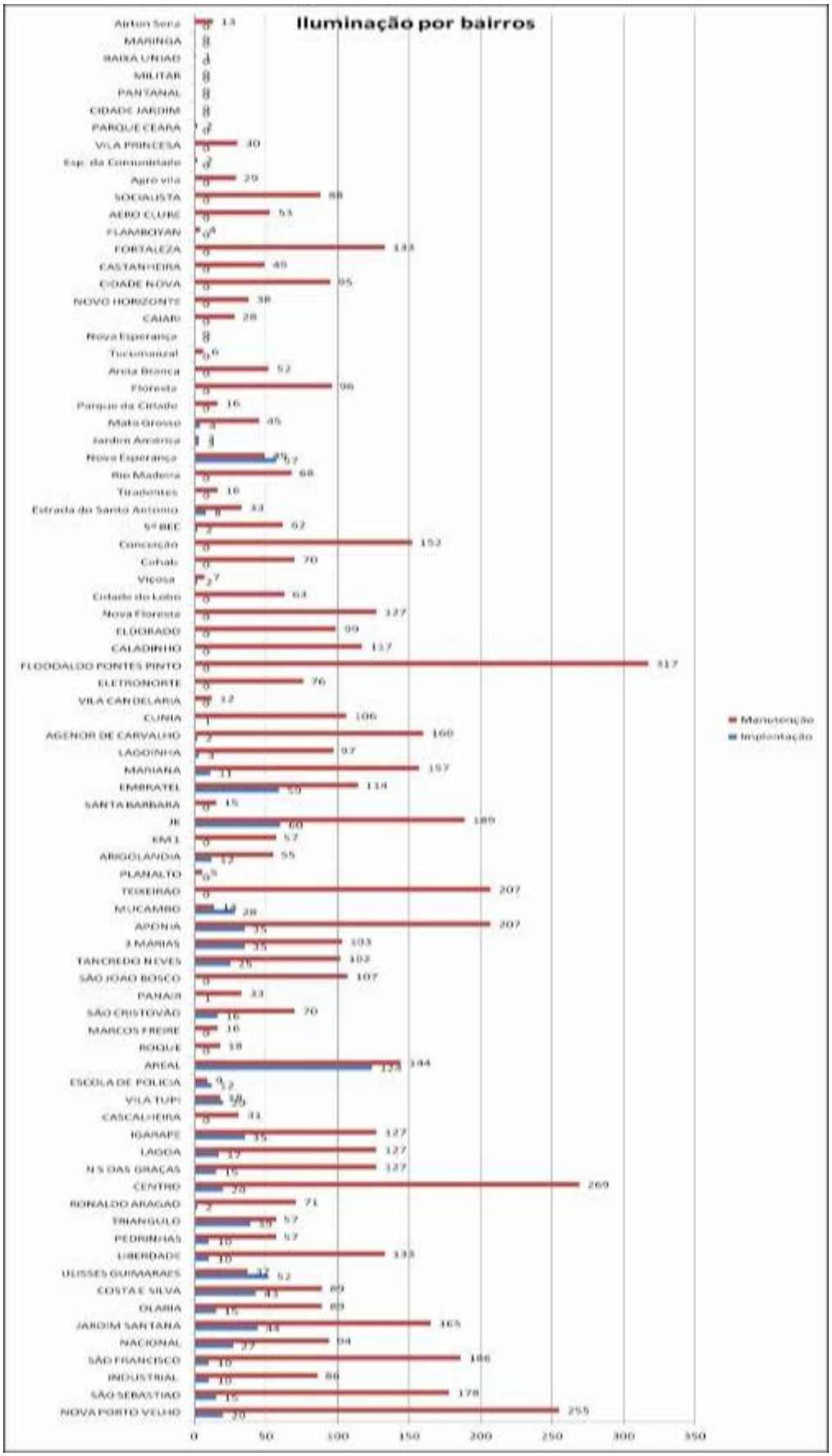
Programa de Modernização e Padronização da Iluminação Pública das Zonas Sul, Leste e Norte

Lançado em agosto pelo Prefeito Roberto Sobrinho,o Programa atendeu 23 bairros que abrange as zonas norte e leste. Ao todo foram 8 mil pontos da cidade, que receberam as novas luminárias, as quais foram substituídas por lâmpadas mais potente, as de 75watts foram trocadas pelas de 150 watts.

Ao contrário da Zona Sul, que já foi atendida pelo programa, já demonstra que a cidade esta bem mais iluminada, o que passa maior segurança aos moradores.






Iluminação por bairros
Manutenção
Implantação
0
50
100
150
200
250
300
350

Projeto - G01 - D03 - R02 - P01 - Modernizar Iluminação Zona Sul

Bairro	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro
	Implantação	Implantação	Implantação	Implantação	Implantação	Implantação	Implantação
Areia Branca	0	0	3	2	0	0	0
Castanheira	0	0	4	0	0	0	0
Aeroclube	0	0	10	0	0	0	0
Eletronorte	120	20	74	0	0	0	0
Floresta	86	0	36	0	0	0	0
Nova Floresta	150	82	80	0	0	0	0
Cidade Nova	0	0	10	0	0	0	0
Eldorado	130	0	90	0	0	0	0
Cidade do Lobo	0	0	10	0	0	0	0
Caladinho	110	130	42	0	0	0	0
Cohab	0	2	13	0	0	0	0
Conceição	0	13	16	0	0	0	0
Novo Horizonte	8	10	10	0	0	0	0

4804	Total Abril	Total Maio	Total Junho	Total Julho	Total Agosto	Total Setembro	Total Outubro
6173	604	265	290	2	0	0	0

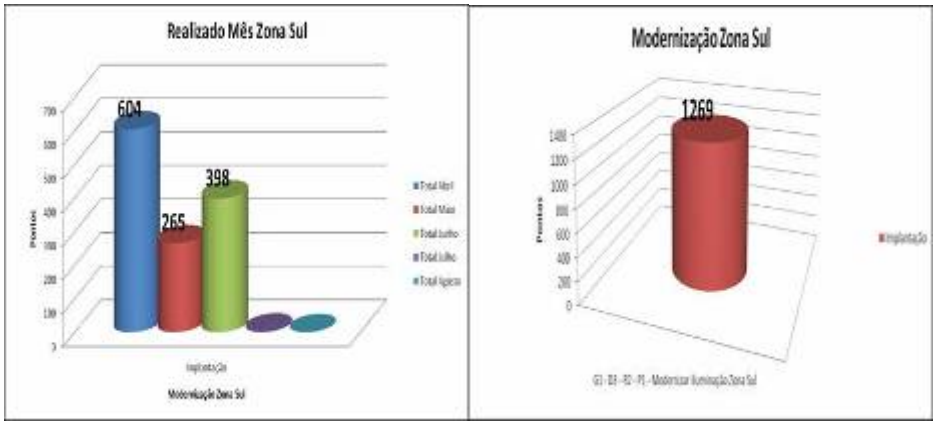
Fechamento Anual

Metas 2011		
Metas Ano	Realizados Ano	% Realizado
Implantação	Implantação	Implantação
5	5	100%
4	4	#N/D
10	10	#N/D
214	214	#N/D
122	122	#N/D
312	312	#N/D
10	10	#N/D
220	220	#N/D
10	10	#N/D
290	290	#N/D
15	15	#N/D
29	29	#N/D
28	28	#N/D

Total Meta Ano	Total Realizado	% Total
1269	1269	100%

EMDUR - Empresa de Desenvolvimento Urbano - Iluminação 2011 - Concluído

G1 - D3 - R2 - P1 - Modernizar Iluminação Zona Sul – Implantação 1269



Projeto - G1 - D3 - R2 - P4 - Implantação. de novos e modernos pontos de Iluminação. na zona Norte e Leste

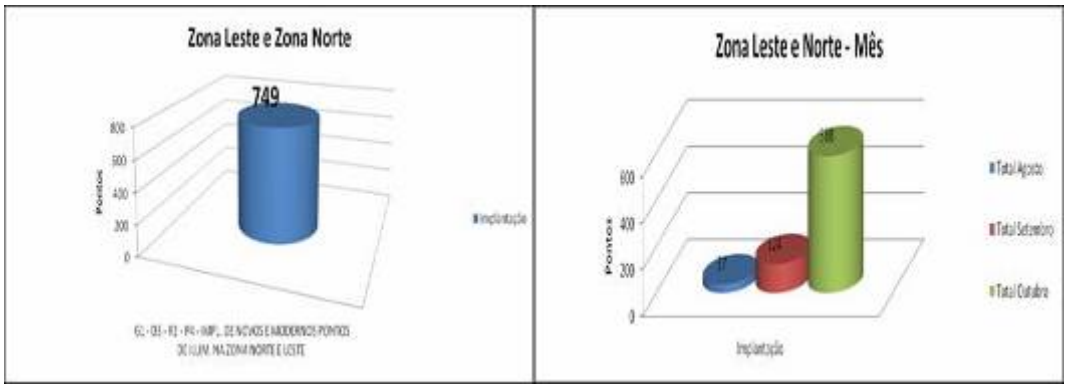
Bairro	Agosto	Setembro	Outubro
	Implantação	Implantação	Implantação
TEIXEIRÃO		9	21
ESCOLA DE POLICIA		0	0
PLANALTO	37	0	0
SOCIALISTA		20	0
JARDIMSANTANA		13	0
JK		0	8
CASCALHEIRA		0	62
SÃO FRANCISCO		40	0
CIDADE JARDIM		0	0
RONALDO ARAGÃO		0	4
ULISSES GUIMARÃES		0	0
TANCREDO NEVES		0	0
MARCOS FREIRE		22	0
ESPERANÇA DA COMUNIDADE		0	0
MARINGÁ		0	0
MARIANA		20	6
APONIÃ		0	33
IGARAPÉ		0	9
CUNIÃ		0	29
LAGOINHA		0	0
TIRADENTES		0	6
TRES MARIAS		0	409
PANTANAL		0	1
		0	

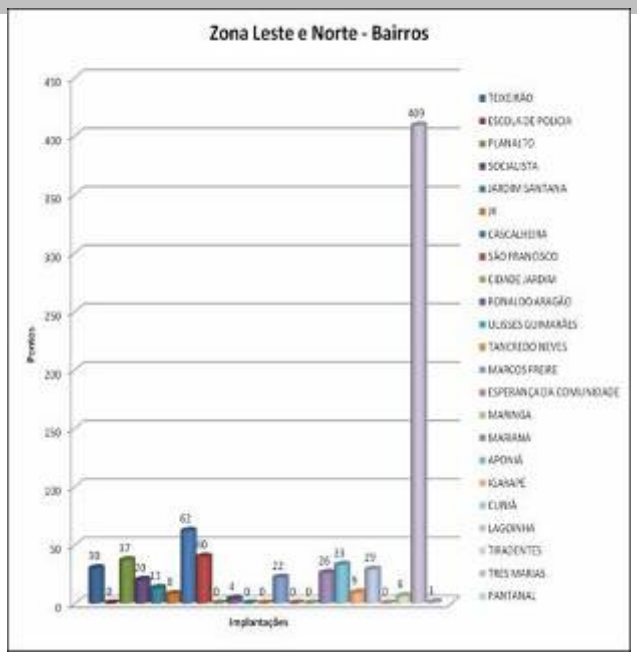
	Total Agosto	Total Setembro	Total Outubro
0	37	124	588

Fechamento Anual

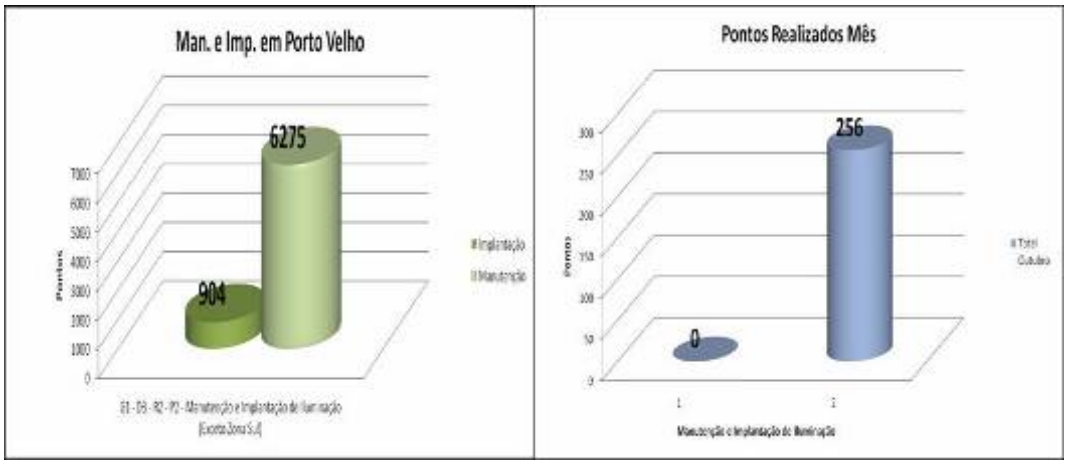
FECHAMENTO ANUAL		
Metas 2011		
Metas Ano	Realizados Ano	% Realizado
Implantação	Implantação	Implantação
60	30	50%
130	0	0%
67	37	55%
498	20	4%
550	13	2%
526	8	2%
227	62	27%
506	40	8%
178	0	0%
224	4	2%
302	0	0%
517	0	0%
354	22	6%
248	0	0%
180	0	0%
491	26	5%
460	33	7%
710	9	1%
602	29	5%
295	0	0%
226	6	3%
409	409	100%
182	1	1%
Total Meta Ano	Total Realizado	% Total
7942	749	9%

G1 - D3 - R2 - P4 - Implantação de novos e modernos pontos de Iluminação na zona Norte e Leste – Implantação 749





G1 - D3 - R2 - P2 - Manutenção e Implantação de Iluminação (Exceto Zona Sul) – Implantação 904 e Manutenção 6275

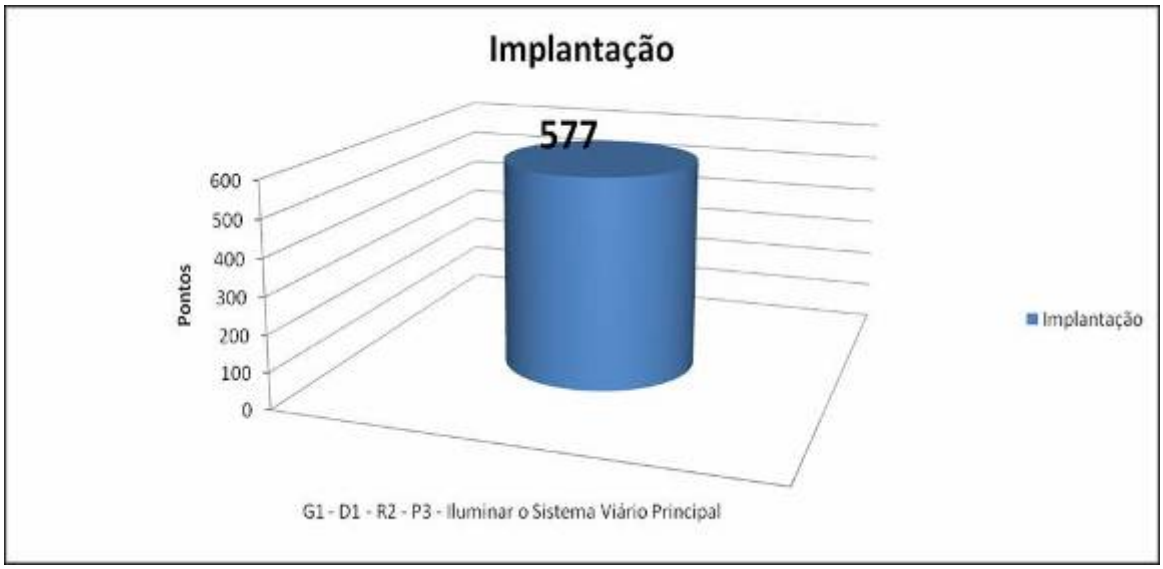


Projeto EMDUR - G01 - D01 - R02 - P03 - Iluminar o Sistema Viário Principal

Bairro	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
	Implantação	Implantação	Implantação	Implantação	Implantação	Implantação	Implantação	Implantação	Implantação
Jorge Teixeira (Canteiro Central)	0		132	0	0	16	9		
Jorge Teixeira (Laterais)	0		45	7	0	35	0		
Carlos Gomes (Farquar / Jorge Teixeira)	0		67	0	0	0	0		
Sete de Setembro (Farquar / Nações Unidas)	0		82	0	0	0	0		
Nações Unidas (7 de Setembro / Jorge Teixeira)	0		124	0	0	0	0		
Mamoré (BR-364 / Francisco Barbosa de Souza)	0		57	0	0	3	0		

Total Abril	Total Maio	Total Junho	Total Julho	Total Agosto	Total Setembro	Total Outubro	Total Novembro	Total Dezembro
Implantação	Implantação	Implantação	Implantação	Implantação	Implantação	Implantação	Implantação	Implantação
0	0	507	7	0	54	9	0	0

G1 - D1 - R2 - P3 - Iluminar o Sistema Viário Principal



Projeto - G01 - D03 - R02 - P02 - Manutenção e Implantação de Iluminação (Exceto Projetos de implantações)

▪	▪	▪	▪	▪	▪	▪	▪	▪
▪Bairro	▪	▪	▪	▪	▪Outubro		▪	▪
	▪	▪	▪	▪	▪Implantação	▪Manutenção	▪	▪
▪NOVA PORTO VELHO	▪	▪	▪	▪	▪	▪5	▪	▪
▪SÃO SEBASTIAO	▪	▪	▪	▪	▪	▪0	▪	▪
▪INDUSTRIAL	▪	▪	▪	▪	▪	▪13	▪	▪
▪SÃO FRANCISCO	▪	▪	▪	▪		▪0	▪	▪
▪NACIONAL	▪	▪	▪	▪	▪	▪2	▪	▪
▪JARDIM SANTANA	▪	▪	▪	▪		▪0	▪	▪
▪OLARIA	▪	▪	▪	▪	▪	▪0	▪	▪
▪COSTA E SILVA	▪	▪	▪	▪	▪	▪8	▪	▪
▪ULISSES GUIMARÃES	▪	▪	▪	▪		▪0	▪	▪
▪LIBERDADE	▪	▪	▪	▪	▪	▪4	▪	▪
▪PEDRINHAS	▪	▪	▪	▪	▪	▪11	▪	▪
▪TRIANGULO	▪	▪	▪	▪	▪	▪0	▪	▪
▪RONALDO ARAGÃO	▪	▪	▪	▪		▪0	▪	▪
▪CENTRO	▪	▪	▪	▪	▪	▪2	▪	▪
▪N S DAS GRAÇAS	▪	▪	▪	▪	▪	▪0	▪	▪
▪IGARAPÉ	▪	▪	▪	▪		▪0	▪	▪

• CASCALHEIRA	•	•	•	•		• 20
• VILA TUPI	•	•	•	•	•	• 0
• ESCOLA DE POLICIA	•	•	•	•		• 0
• AREAL	•	•	•	•	•	• 2
• ROQUE	•	•	•	•	•	• 5
• MARCOS FREIRE	•	•	•	•		• 0
• SÃO CRISTOVÃO	•	•	•	•	•	• 4
• PANAIR	•	•	•	•	•	• 0
• SÃO JOAO BOSCO	•	•	•	•	•	• 0
• TANCREDO NEVES	•	•	•	•		• 14
• TRES MARIAS	•	•	•	•		• 0
• APONIÃ	•	•	•	•		• 24
• MUCAMBO	•	•	•	•	•	• 0
• TEIXEIRÃO	•	•	•	•		• 0
• PLANALTO	•	•	•	•		• 0
• ARIGOLANDIA	•	•	•	•	•	• 0
• KM 1	•	•	•	•	•	• 0
• JK	•	•	•	•		• 0
• SANTA BARBARA	•	•	•	•	•	• 0
• EMBRATEL	•	•	•	•	•	• 0
• MARIANA	•	•	•	•		• 0
• LAGOINHA	•	•	•	•		• 0
• AGENOR DE CARVALHO	•	•	•	•	•	• 8
• CUNIÃ	•	•	•	•		• 0
• VILA CANDELARIA	•	•	•	•	•	• 0
• ELETRONORTE	•	•	•	•		• 0
• FLODOALDO PONTES PINTO	•	•	•	•	•	• 0
• CALADINHO	•	•	•	•		• 0
• ELDORADO	•	•	•	•		• 11
• Nova Floresta	•	•	•	•		• 0
• Cidade do Lobo	•	•	•	•		• 0
• Viçosa	•	•	•	•	•	• 0
• Cohab	•	•	•	•		• 0
• Conceição	•	•	•	•		• 0
• 5º BEC	•	•	•	•	•	• 0
• Estrada do Santo Antonio	•	•	•	•	•	• 0
• TIRADENTES	•	•	•	•		• 0
• Rio Madeira	•	•	•	•	•	• 3
• Nova Esperança	•	•	•	•	•	• 3
• Jardim América	•	•	•	•	•	• 0
• Mato Grosso	•	•	•	•	•	• 3
• Parque da Cidade	•	•	•	•	•	• 0
• Floresta	•	•	•	•		• 0
• Areia Branca	•	•	•	•		• 0
• Tucumanzal	•	•	•	•	•	• 1

CAIARI						0
NOVO HORIZONTE						0
PEDACINHO DE CHAO						0
CIDADE NOVA						0
CASTANHEIRA						0
FORTALEZA						112
FLAMBOYAN						0
AERO CLUBE						0
SOCIALISTA						0
4 DE JANEIRO						0
Agro vila						0
Esp. da Comunidade						0

OBS: As Células em Preto não devems er Preenchidas devido aos bairros estarem incluidos em outros projetos em andamento

VILA PRINCESA						0
PARQUE CEARA						0
BAIXA UNIAO						0
Airton Sena						0
						0

Total Outubro	
Implantação	Manutenção
0	256

Fechamento Anual

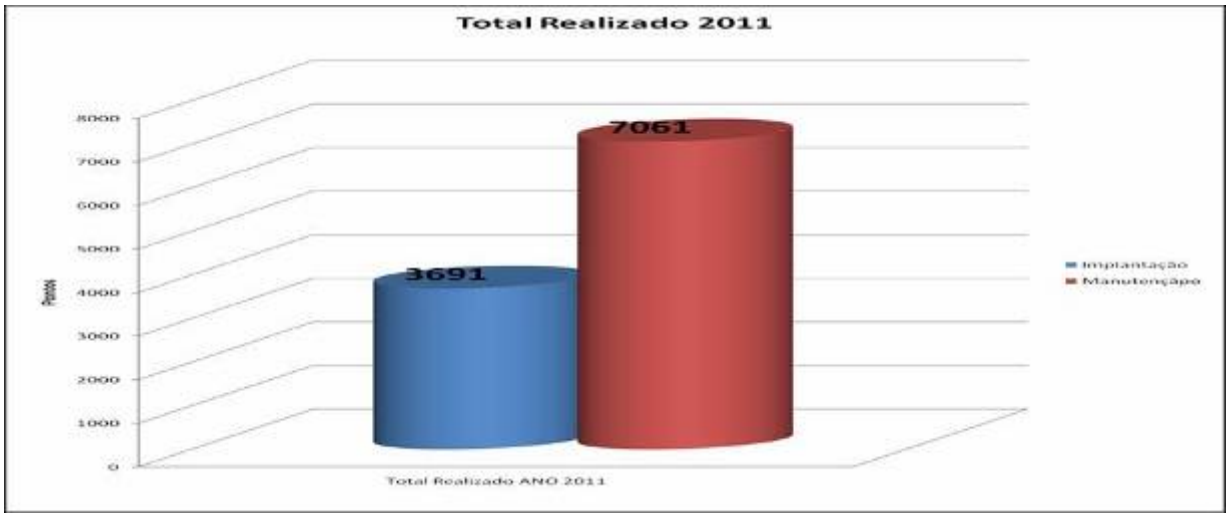
FECHAMENTO ANUAL

Metas 2011 - IMP = 2000 MAN = 5000			
Realizados Ano		% Realizado	
Implantação	Manutenção	Implantação	Manutenção
20	255	9%	121%
15	178	19%	99%
10	86	100%	246%
10	186	100%	98%
27	94	100%	71%
44	165	100%	94%
15	89	19%	58%
43	89	29%	64%
52	37	100%	25%
10	133	25%	121%
10	57	20%	95%
39	57	65%	127%
2	71	100%	79%
20	269	29%	207%
15	127	33%	231%
17	127	43%	127%
35	127	100%	110%
0	31	#DIV/0!	69%
20	18	50%	82%
12	9	100%	56%
124	144	62%	96%
0	18	0%	120%
16	70	23%	100%
1	33	6%	183%
0	107	0%	119%
25	102	100%	113%
35	103	100%	126%
35	207	100%	188%
28	14	56%	70%
0	207	#DIV/0!	188%
0	5	#DIV/0!	100%
12	55	60%	92%
0	57	0%	92%
60	189	100%	177%
0	15	0%	100%
59	114	76%	150%
11	157	100%	174%
3	97	100%	277%
2	160	20%	381%
1	106	100%	757%
0	12	0%	300%
0	76	#DIV/0!	146%
0	317	0%	704%
0	117	#DIV/0!	106%
0	99	#DIV/0!	146%
0	127	#DIV/0!	163%
0	63	#DIV/0!	300%
2	7	25%	58%
0	70	#DIV/0!	219%
0	152	#DIV/0!	238%
2	62	33%	78%
8	33	40%	138%
0	16	#DIV/0!	46%

0	68	0%	227%
57	49	106%	58%
3	3	12%	9%
4	45	100%	250%
0	16	0%	57%
0	96	#DIV/0!	200%
0	52	#DIV/0!	137%
0	6	0%	120%
0	0	#DIV/0!	#DIV/0!
0	28	0%	67%
0	38	#DIV/0!	54%
0	23	0%	77%
0	95	#DIV/0!	76%
0	49	#DIV/0!	70%
0	133	0%	277%
0	4	0%	33%
0	53	#DIV/0!	78%
0	88	#DIV/0!	102%
0	20	0%	100%
0	29	0%	97%
0	2	#DIV/0!	100%
0	30	0%	167%
0	2	0%	25%
0	1	0%	50%
0	13	0%	108%
0	0		
Total Realizado		% Total	
Implantação	Manutenção	Implantação	Manutenção
904	6275	45%	126%

Total Realizado ANO 2011

Implantação = 3691 – Manutenção = 7061



Projeto EMDUR - G01 - D03 - R02 - P03 - Manter e Modernizar a Iluminação Pública dos Distritos e Espaços Públicos

Distritos BR				Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro			
				Implantação	Manutenção		Implantação	Manutenção		Implantação	Manutenção		Implantação	Manutenção		
Jacy Paraná (BR)				0	0		7	36		0	0		0	0		
Mutum Paraná (BR)				0	0		0	0		0	0		0	0		
Abunã (BR)				0	0		0	0		0	0		0	0		
Fortaleza do Abunã (BR)				0	0		0	0		0	0		0	0		
Vista Alegre do Abunã (BR)				0	0		0	0		0	0		0	0		
Extrema (BR)				0	0		0	0		0	0		0	0		
Nova Califórnia (BR)				0	0		0	0		0	0		0	0		
Resultado Mês				Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro			
				Implantação	Manutenção		Implantação	Manutenção		Implantação	Manutenção		Implantação	Manutenção		
				0	0		7	36		0	0		0	0		
				0			**43**			**0**			**0**			

Distritos do Baixo Madeira				Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro			
				Implantação	Manutenção		Implantação	Manutenção		Implantação	Manutenção		Implantação	Manutenção		
União Bandeirantes				109	0		15	45								
São Carlos (Baixo Madeira)				0	0		17	9								
Nazaré (Baixo Madeira)				0	0											
Demarcação (Baixo Madeira)				0	0											
Cujubim (Baixo Madeira)				0	0		43	6								
Aliança (Baixo Madeira)				0	0											
Terra Caída (Baixo Madeira)				0	0											
Conceição da Galera (Baixo Madeira)				0	0											
Santa Catarina (Baixo Madeira)				0	0											
Calama (Baixo Madeira)				0	0											
Bom Futuro				0	0											
Papagaio (Baixo Madeira)				0	0											
Resultado Mês				Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro			
				Implantação	Manutenção		Implantação	Manutenção		Implantação	Manutenção		Implantação	Manutenção		
				109	0		75	60		0	0		0	0		
				109			135			0			0			

Resultado Mês	Setembro		Outubro		Novembro		Dezembro	
	Implantação	Manutenção	Implantação	Manutenção	Implantação	Manutenção	Implantação	Manutenção
	109	0	75	60	0	0	0	0
	109		135		0		0	

Espaços Públicos	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
	Manutenção	Manutenção	Manutenção	Manutenção
Ginásio de Extrema	0	0	0	0
Ginasio Vista Alegre	0	0	0	0
Ginásio São Carlos	0	0	0	0
Ginásio Calama	0	0	0	0
Campo de São Carlos	0	0	0	0
Parque da cidade	0	1	0	
Parque Cicuito	0	0	0	0
Praça do Skate	0	0	0	0

Resultado Mês	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
	Manutenção	Manutenção	Manutenção	Manutenção
	0	1	0	0

	Total Setembro		Total Outubro		Total Novembro		Total Dezembro	
	Implantação	Manutenção	Implantação	Manutenção	Implantação	Manutenção	Implantação	Manutenção
	109	0	82	96	0	0	0	0

Fechamento Anual

•Metas 2011 - Distritos da BR					
•Metas Ano		•Realizados Ano		•% Realizado	
•Implantação	•Manutenção	•Implantação	•Manutenção	•Implantação	•Manutenção
•80	•300	•8	•345	•10%	•115%
•20	•38	•0	•0	•0%	•#N/D
•55	•25	•0	•0	•0%	•#N/D
•18	•32	•0	•0	•0%	•#N/D
•120	•130	•0	•0	•0%	•#N/D
•50	•150	•0	•0	•0%	•#N/D
•100	•150	•0	•0	•0%	•#N/D
•	•	•	•	•#DIV/0!	•
•					
•Total Meta Ano		•Total Realizado		•% Total	
•Implantação	•Manutenção	•Implantação	•Manutenção	•Implantação	•Manutenção
•443	•825	•8	•345	•2%	•42%
•1268		**•353**		**•28%**	
•	•	•	•	•	•

• Metas 2011 Distritos Baixo Madeira					
• Metas Ano		• Realizados Ano		• % Realizado	
• Implantação	• Manutenção	• Implantação	• Manutenção	• Implantação	• Manutenção
• 100	• 10	• 124	• 124	• 124%	• #N/D
• 12	• 100	• 17	• 126	• 142%	• #N/D
• 4	• 6	• 0	• 0	• 0%	• #N/D
• 6	• 9	• 0	• 0	• 0%	• #N/D
• 3	• 5	• 43	• 6	• 1433%	• #N/D
• 5	• 5	• 0	• 0	• 0%	• #N/D
• 6	• 8	• 0	• 0	• 0%	• #N/D
• 9	• 5	• 0	• 0	• 0%	• #N/D
• 3	• 7	• 0	• 0	• 0%	• #N/D
• 5	• 100	• 0	• 150	• 0%	• #N/D
• 5	• 30	• 0	• 35	• 0%	• #N/D
• 8	• 14	• 0	• 0	• 0%	• #N/D
•	•	•	•	•	•
• Total Meta Ano		• Total Realizado		• % Total	
• Implantação	• Manutenção	• Implantação	• Manutenção	• Implantação	• Manutenção
• 166	• 299	• 184	• 441	• 111%	• 147%
• **465**		• **625**		• **134%**	

Metas 2011 Espaços Públicos		
Metas Ano	Realizados Ano	% Realizado
Manutenção	Manutenção	Implantação
1	1	
1	1	
1	1	
1	1	
1	0	
1	1	
1	1	
1	1	

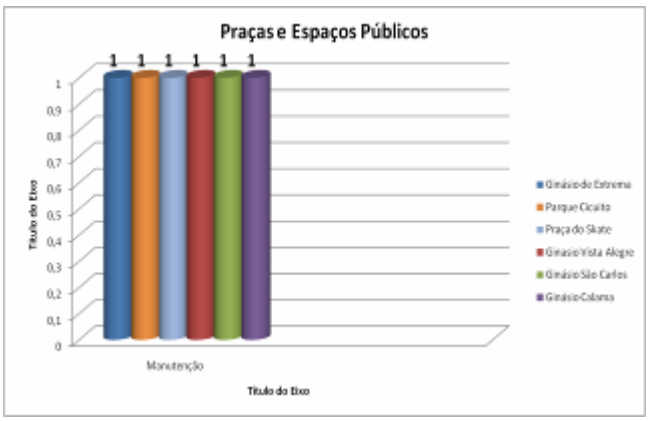
Total Meta Ano	Total Realizado	% Total
Manutenção	Manutenção	Implantação
8	7	

Resultado Geral Realizado Distritos					
Total Meta Ano		Total Realizado		% Total	
Implantação	Manutenção	Implantação	Manutenção	Implantação	Manutenção
609	1124	192	786	32%	70%
1733		**978**			

G1 - D3 - R2 - P3 - Manter e Modernizar a Iluminação Pública dos Distritos e Espaços Públicos

Implantação = 192 – Manutenção = 786





Projeto de Ressocialização com Apenados

A Empresa de Desenvolvimento Urbano - EMDUR, através do Senhor Presidente Mario Sergio Leiras Teixeira firmou o Convênio de nº. 001/2009 com o Fundo Penitenciário – FUPEN, com a interveniência da Secretaria de Estado de Justiça – SEJUS, tendo por objetivo o aproveitamento de mão-de-obra de apenados que estejam cumprindo pena, visando o aumento de volume de trabalho para este ano. Conforme o senhor presidente, foram remanejados em 2010 um total de 241 apenados que realizaram serviços nesta Empresa, vindos das unidades Prisionais: Colônia Penal, Ênio Pinheiro e Albergue Feminino do Município de Porto Velho, incentivando ao apenado a internalizar sua condição com dignidade humana e um dever social, com uma finalidade educativa e produtiva, minimizando assim a redução da pena.

Os apenados inclusos no programa são de bom comportamento e contam com o benefício da lei para serem liberados durante o dia para atividades laborais fora da prisão, mas retornam ao sistema no período noturno. No âmbito da administração Municipal, eles exercem atividades em diversos setores, como SEMOB, SEMUSB, SEMA, SEMES, SEMFAZ, SEMUR, Procuradoria Geral do Município (PGM) e na própria EMDUR. “Eles cumprem suas funções durante oito horas por dia e recebem um salário mínimo por mês.

Execução dos seguintes serviços gerais:

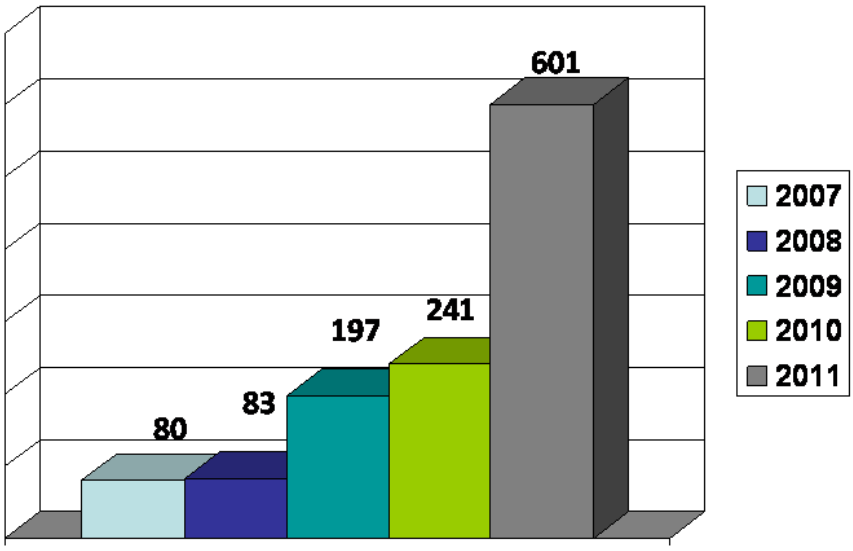
- Manutenção (Serviços Gerais);
- Pequenos Reparos;
- Obras.



Para atender os seguintes locais:

- Jardins Públicos;
- Cemitério Municipal;
- Secretarias em Geral.

Apenados beneficiados através do Convênio EMDUR/FUPEN



Fábrica de Artefatos

A Fábrica de Artefatos, surgiu para complementar o trabalho desenvolvido pela Prefeitura de Porto Velho, através da Empresa de Desenvolvimento Urbano – EMDUR, no que diz respeito à produção de artefatos de cimento utilizados em diversas frentes de trabalho vinculadas à Prefeitura, bem como em projetos de execução de limpeza em terrenos baldios e na construção de muros e calçadas, meio fio e sarjetas, no sentido de se reduzir custos.

Produção

Assentamento de sarjetas , Manilhas e meio fio

- Confecção de Manilha – 1.000 Produção/Mês
- Tipos de Manilhas: 0/40 cm, 0/60 cm, 0/80 cm e 1.00 mts

Calçadas, meio fio e sarjeta (construção e recuperação): Muro, Calçada e Sarjetas

·Locais	Metragem
·Av. Rio de Janeiro	5.600m²
·Rua 14	1.860m²
·Feira do Produtor	528m²
·Distrito de São Carlos	6.200 m²

·Especificações	Metragem
·Muro	720m²
·Calçada	753m²
·Sarjeta	438m²



Trabalhos Realizados na Fabrica de Artefatos

- Confecção de Manilha – 1.000 Produção/Mês
- Tipos de Manilhas: 0/40 cm, 0/60 cm, 0/80 cm e 1.00 mts

Produção de Manilha/Mês:

Maio	040	060	080	1,00
Junho	322	175	48	280
Julho	345	102	64	279
Agosto	260	142	99	91
Setembro	96	257	177	80
Outubro		190	268	88
Novembro		93	296	81
Dezembro	1.000	1.000	1.000	1.001



Parque da Cidade

- Parque da Cidade – Vem sendo administrado pela Emdur, desde junho de 2010, pela manutenção e conservação do local.
- Obras Realizadas/Manutenção Mensal:
- Conservação do Lago, Recuperação e Pintura Bancos e Lixeira, Limpeza Geral do Parque, Reparos e Pinturas Externas e Internas dos banheiros , Manutenção do estacionamento, Revitalização da área verde.



Projeto de Iluminação Natalina

A Prefeitura de Porto Velho através da EMDUR criou Projeto NATAL DE TODOS com a finalidade de entreter a população com espírito natalino com lazer gratuito, incentivando o turismo, embelezar arquitetonicamente diversos locais da cidade, divulgando assim uma imagem positiva da cidade.

A iniciativa faz parte da coordenação da primeira-dama, Lucilene Peixoto, implantado em 2005, no início da atual gestão e vem sendo ampliado. Antes a decoração privilegiava os principais pontos históricos do centro da cidade. Hoje, abrange também os canteiros centrais, localizados em pontos estratégicos nos quatro cantos da capital.

Objetivo Geral: Resgatar a beleza arquitetônica de diversos locais do município de Porto Velho, visando um conjunto luminoso de forma a refletir e valorizar nossos pontos turísticos.

Objetivo Específico: Entretenimento e lazer gratuito para toda a população; Incentivo ao turismo; Incentivo ao comércio através da movimentação de público em vários locais da cidade; Mídia espontânea; Divulgação da cidade através de veículos de mídia variados; Socialização de grupos diversos através de atividade de lazer com motivação na integração e na paz.



Locais Decorados / Iluminados









- Avenida Pinheiro Machado;
- Rotatória Imigrante com Jorge Teixeira
- Rotatória Imigrante com Lauro Sodré
- Rotatória Imigrante com Guaporé;
- Rotatória Imigrante com Rio Madeira;
- Praça do Mocambo;
- Rotatória da Vieira Caúla com Guaporé;
- Rotatória da Rio Madeira com Tiradentes;
- Rotatória da Calama com Guaporé;
- Avenida Jatuarana;
- Avenida José Amador dos Reis;
- Avenida Rio Madeira;
- Avenida Calama;
- Avenida Carlos Gomes;
- Avenida 7 de Setembro;
- Avenida Jorge Teixeira;
- Mercado Cultural;
- Prefeitura;
- Parque da Cidade;

- Teatro Banzeiros;
- Aeroporto;
- Passarelas da BR-364;
- Praça Getúlio Vargas;
- Praça Marechal Rondon;
- Praça Três Caixas D'Água;
- Praça Aluízio Ferreira;
- Praça Jardim Santana;
- Praça do Aeroclube;
- Trevo da Balsa;
- Estrada de Ferro Madeira-Mamoré
- Mercado Municipal.



Metodologia

Os dados apresentados têm origem em um banco gerado por sistema próprio, no qual a entrada e a saída de informações são constantes. Portanto, para a composição do relatório é realizado um corte de tempo que compreende o período de 2011 aos anos anteriores.

Dessa forma, qualquer ação realizada posteriormente não estará refletida nesse relatório.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA (SEMFAZ)

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA (SEMFAZ)

APRESENTAÇÃO

A Gestão das Finanças Públicas do Município de Porto Velho nos últimos anos foi objeto de várias inovações evolutivas, contemporizando como embrião de tais evoluções as elaborações de Planejamentos Estratégicos Anuais, que promoveram a conscientização de uma administração descentralizada e coordenada em nível de gerenciamento.

Não diferindo da maioria das organizações públicas, as carências de toda a sorte estiveram presentes, seja de pessoal, equipamentos, veículos, tecnologias, estrutura física e outras. Situação esta que, com raras exceções, vem se perpetuando ao longo dos anos.

Destaque-se que as soluções de muitas deficiências esbarram em limitadores que estão além do nível de comando gerência da SEMFAZ, seja por questões temporais, legais, limitações de destinações orçamentárias ou de outras ordens, entretanto, os excepcionais resultados obtidos provam que com investimentos e valorização da estrutura fazendária um maior volume de recursos financeiros poderia e poderão ser carreados aos cofres do Município.

Este Relatório de Gestão demonstra os resultados alcançados pela Secretaria Municipal de Fazenda no Exercício de 2011, comparações históricas de valores previstos e arrecadados desde o ano de 2005 a 2011, cujos resultados estão descritos pormenorizadamente ao longo do Relatório, o que nos permitem considerar como bem sucedida a plataforma de trabalho desenvolvida no ano findo.

Destacamos, ainda, importante estudo elaborado pela Assessoria Econômica da ABRASF (Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais), com base em estudos e dados estatísticos fiscais elaborados por técnico da SEMFAZ, que asseveram o excelente desempenho e qualidade dos trabalhos desenvolvidos, que foram determinantes para que fossem alcançados os patamares de arrecadações atingidos.

Demonstramos, no item “11 - Perspectivas para 2012 - Ações & Limitações”, importante estudo comparativo esclarecendo e decifrando historicamente os baixos níveis de recursos destinados à Administração Tributária se contrapondo aos resultados efetivamente produzidos pela Máquina Fazendária Municipal.

Superação e eficiência são desafios contínuos, mas precisamos com urgência de implementação de políticas de investimentos, inclusive em contratação de pessoal, visto que perfazem elementos imprescindíveis para o atingimento de novas metas de arrecadação, que são cada vez mais audaciosas, pois somente dessa forma a Administração Municipal poderá implementar efetivamente as políticas públicas que proporcionarão uma melhor qualidade de vida para todos.

INTRODUÇÃO

A execução do trabalho aqui apresentado coaduna com as propostas estratificadas no Planejamento Estratégico da Secretaria Municipal de Fazenda, conforme reuniões de trabalhos realizadas no decorrer dos exercícios de 2010 e 2011.

Os resultados refletem o esforço fiscal empreendido por todos os servidores da Secretaria Municipal de Fazenda, em cujos exercícios de suas atividades não mediram esforços pessoais, abrindo mão muitas vezes de seus horários de descanso e de dias não úteis, na intermitente busca de somar para a consecução de resultados que pudessem representar incrementos na arrecadação das receitas municipais.

No decorrer deste trabalho serão apresentados os resultados alcançados, mencionando, em alguns momentos, os elementos limitadores ou inibidores, que por vezes dificultaram a integral execução dos trabalhos, cujo objetivo finalístico sempre foi o *aumento da arrecadação*, visto que incontestavelmente sem recursos, não se faz obras, não se qualifica servidores, não se informatiza, não se paga bons salários, enfim não se contribui com o processo motivacional e, conseqüentemente, não se presta um bom serviço ao contribuinte.

O ano em curso, em virtude do montante de recursos de cunho orçamentário federal destinado ao Município, às obras públicas e particulares projetadas, o aquecimento do mercado imobiliário e outros fomentos esperados para cenário local, faz-nos acreditar na certeza da influência positiva para incrementar o Produto Interno Bruto (PIB) local e, via de conseqüência, uma maior produção de rendas e riquezas para nossa população.

O crescimento da Nossa Cidade já é uma realidade. O marco - construções das usinas do Rio Madeira -, perfaz um divisor de águas entre o antigo e o novo. Precisamos, portanto, acompanhar a evolução da história: Para evoluirmos, faz-se necessário estrutura que suporte a demanda e tecnologia de ponta, para termos capacidade de respostas “ful time” ao nosso cliente que acompanha o estado da arte, portanto está sempre atualizado com o mercado contemporâneo. Não nos restam alternativas “ou evoluímos ou evoluímos”. Este é o balizamento. Este é o desafio que teremos que perseguir.

2. GESTÃO OPERACIONAL

2.1 A INSTITUIÇÃO

A Secretaria Municipal de Fazenda (SEMFAZ) compõe a estrutura organizacional da administração direta da Prefeitura do Município de Porto Velho, nos termos do Decreto nº. 10.089, de 07 de janeiro de 2005, com alterações promovidas pela Lei Complementar nº. 330/2008.

2.2 A MISSÃO

“ASSEGURAR E GERIR COM RESPONSABILIDADE FISCAL OS RECURSOS FINANCEIROS NECESSÁRIOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO.”

2.3 VISÃO DE FUTURO

“SER ATÉ 2020 REFERÊNCIA EM GESTÃO FAZENDÁRIA MUNICIPAL NA REGIÃO NORTE, COM EXCELÊNCIA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COM SERVIDORES QUALIFICADO E MOTIVADOS.”

2.4 VALORES

1 - ÉTICA;

2 - RESPEITO AO PÚBLICO INTERNO E EXTERNO;

3 - EFICIÊNCIA;

4 - IMPESSOALIDADE;

5 - TRANSPARÊNCIA;

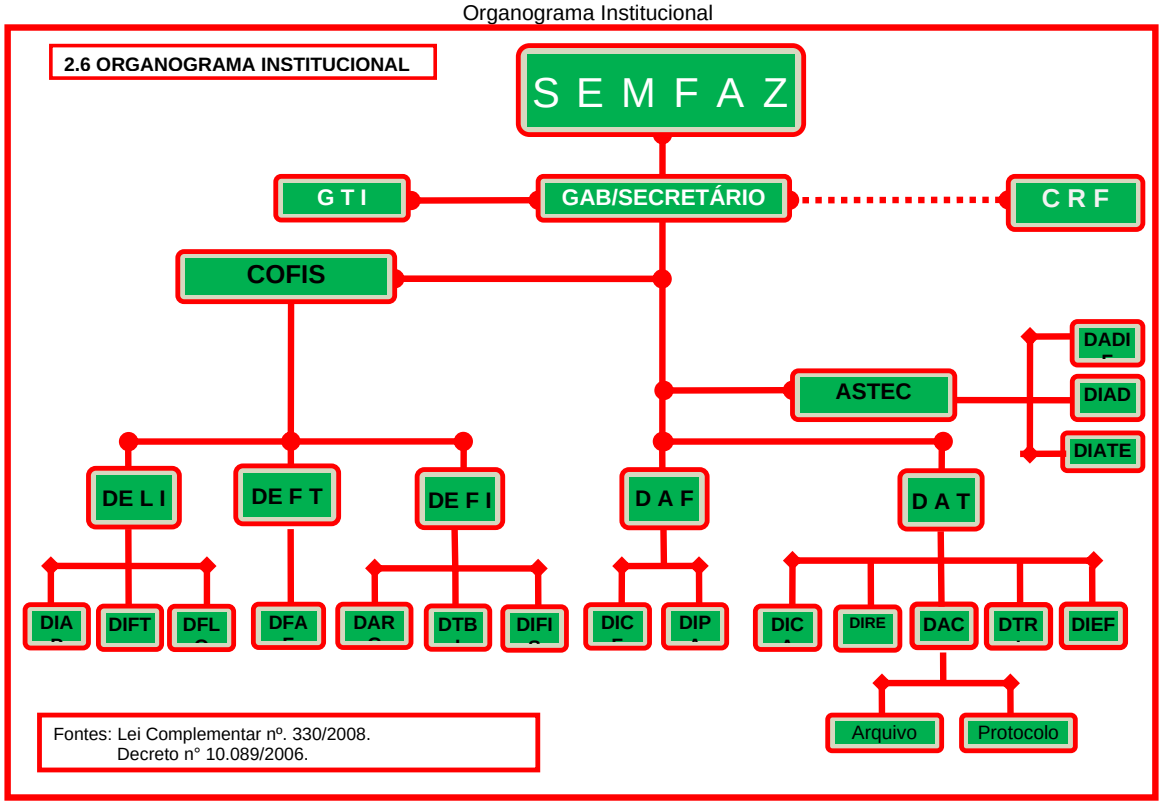
6 - COMPROMENTIMENTO;

7 - LEGALIDADE

2.5 NOSSO PÚBLICO

(PÚBLICO INTERNO: TODOS OS SERVIDORES; PÚBLICO EXTERNO: TODA A SOCIEDADE)

Organograma Institucional



2.7 Conselho de Recursos Fiscais

O Conselho de Recursos Fiscais (CRF/SEMFAZ), órgão colegiado autônomo, que integra, para efeitos de manutenção, remuneração e funcionamento, a estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Fazenda ao Nível de Deliberação Colegiada, nos termos da Lei Complementar nº. 20/1994, e do Decreto nº. 10.089, de 07 de janeiro de 2005, *in verbis*:

> *"Art. 5º - O Conselho de Recursos Fiscais tem por finalidade assegurar aos litigantes, em processo administrativo, o direito ao contraditório e ampla defesa com os meios e recursos a ele inerentes, julgando, em segunda instância administrativa, os recursos interpostos pelos contribuintes do Município sobre matéria fiscal, competindo-lhe ainda:*

I. Representar o Secretário Municipal de Fazenda, propondo a adoção de medidas com o fito de aperfeiçoar a legislação tributária, objetivando promover a justiça fiscal e a conciliação dos interesses dos contribuintes com os do Município;

II. Elaborar ementário, anualmente, das decisões prolatadas;

III. Auxiliar a Administração, quando solicitado, sobre orientação, planejamento e interpretação de matéria tributária que envolva o contribuinte e a Fazenda Municipal.

IV. Elaborar as pautas das sessões;

V. Elaborar as atas das sessões;

VI. Elaborar acórdãos, encaminhando-os para publicação no Diário Oficial do Município;

VII. Notificar o contribuinte sobre a decisão proferida em julgamento;

VIII. Elaborar, em ordem cronológica, os recursos interpostos junto ao Conselho;

IX. Elaborar relatório de atividade anual, até o segundo mês do ano seguinte, devendo ser encaminhado ao Chefe do Executivo, assim como à Secretaria da Fazenda;

X. Desempenhar outras atividades correlatas.

Art. 6º - O Conselho de Recursos Fiscais será composto pelos seguintes membros:

I. Presidente;

II. Vice-Presidente;

III. Três (03) Conselheiros representantes do Poder Executivo Municipal;

IV. Três (03) Conselheiros representantes dos contribuintes do Município;

V. Um (01) representante da Secretaria Municipal de Fazenda;

VI. Uma (01) secretária.

§ 1º - O Presidente, o Vice-Presidente e os representantes do Poder Executivo, tanto os efetivos como os suplentes, serão nomeados livremente pelo Chefe do Executivo Municipal, escolhidos dentre os servidores municipais com notório saber em assuntos fazendários.

§ 2º - Os representantes dos contribuintes, tanto os efetivos como os suplentes, serão escolhidos pelo Chefe do Executivo, em lista tríplice, indicados pelos órgãos de representação da sociedade."

2.8 Assessoria Técnica

A Assessoria Técnica (ASTEC/SEMFAZ) compõe a estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Fazenda ao Nível de Assessoramento, nos termos do Decreto nº. 10.089, de 07 de janeiro de 2005, *in verbis*:

Art. 7º - À Assessoria Técnica compete:

I. Assessorar o Secretário Municipal de Fazenda e o Secretário Adjunto, orientando, coordenando e instruindo as ações pertinentes à pasta;

II. Elaborar o plano geral de trabalho da Secretaria, bem como acompanhar sua execução;

III. Coordenar a elaboração da proposta orçamentária da Secretaria;

IV. Analisar, acompanhar, controlar e avaliar os projetos desenvolvidos na Secretaria;

V. Elaborar estudos, pesquisas e projetos de interesse da Secretaria, em conjunto com as demais unidades de execução programática, propondo expedição de normas necessárias à execução das atividades de auditagem e de inspeção.

VI. Promover condições para assegurar a eficácia do controle externo e a regularidade na realização da receita e da despesa;

VII. Estudar e avaliar, em caráter permanente, o desempenho dos órgãos e unidades da estrutura organizacional da administração fazendária, bem como a análise dos métodos e processos de trabalho;

VIII. Elaborar relatório de atividades quadrimestral;

IX. Desempenhar outras atividades correlatas.

2.9 Gerência de Tecnologia

A implantação em 2005 da Gerência de Tecnologia da Informação (GTI/SEMFAZ) teve como objetivo o gerenciamento direto do Sistema Integrado de Administração Tributária (SIAT), gerenciamento da rede lógica com a inclusão do Sistema de Financeiro e Contábil sob o domínio da REDE/SEMFAZ.

Destaque-se que tal gerência ainda não consta na estrutura normatizada na SEMFAZ, o que possivelmente deverá ser inserida neste ano, através de propositura de nova lei de reestruturação da Secretaria Municipal de Fazenda.

2.10 Departamento de Administração Tributária

O Departamento de Administração Tributária (DAT/SEMFAZ) compõe a estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Fazenda ao Nível de Execução Programática, com as competências definidas nos termos do Decreto nº. 10.089, de 07 de janeiro de 2005, *in verbis*:

"Art. 12 - O Departamento de Administração Tributária tem por finalidade a coordenação da política tributária e fiscal desenvolvida pela Secretaria Municipal de Fazenda, de acordo com as diretrizes traçadas pelo Secretário Municipal de Fazenda, competindo-lhe ainda:

I. Assessorar o Secretário Municipal na política fiscal do Município;

II. Orientar, dirigir e controlar a arrecadação das rendas do Município;

III. Analisar o comportamento da receita, visando a apresentação de medidas corretivas e ao estabelecimento de projetos;

IV. Estudar as questões relativas às rendas tributárias e não tributárias, propondo medidas de aperfeiçoamento e melhoria do Sistema Municipal da Fazenda, bem como o preparo dos elementos necessários à estimativa orçamentária das receitas;

V. Determinar e orientar a inscrição dos débitos não liquidados, em dívida ativa;

VI. Acompanhar e determinar a inscrição em dívida ativa de débitos não tributários decorrentes da aplicação de legislação civil e penal;

VII. Prestar informações e esclarecimentos aos contribuintes sobre o atendimento de exigências da legislação municipal;

VIII. Instruir e informar sobre autuação fiscal e demais assuntos de competência fazendária;

IX. Decidir, em primeira instância, sobre a procedência da autuação e imposição legal, em caso de defesa;

X. Protocolar, registrar e controlar os processos formalizados na Fazenda Municipal;

XI. Organizar e manter os serviços de atendimento ao público, biblioteca e arquivo;

XII. Promover reuniões periódicas com os servidores, sob sua direção, objetivando estudar e aperfeiçoar as atividades desenvolvidas pelas unidades;

XIII. Elaborar relatório de atividades quadrimestral;

XIV. Desempenhar as outras atividades correlatas.

2.11 Coordenadoria Municipal de Fiscalização

A Coordenadoria Municipal de Fiscalização (COOFIS/SEMFAZ), criada pela Lei Complementar nº. 330/2009 integra a estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Fazenda ao Nível de Execução Programática, tem a seguinte composição: Departamentos de Licenciamentos, de Fiscalização de Impostos e Fiscalização de Taxas, com as competências parcialmente definidas nos termos do Decreto nº. 10.089, de 07 de janeiro de 2005, que se encontra em reformulação, *in verbis*:

"Art. 25 – O Departamento de Fiscalização tem por finalidade dirigir, coordenar e controlar as atividades específicas e genéricas de fiscalização tributária e de rendas, competindo-lhe ainda:

I. Assessorar ao Secretário Municipal na política fiscal do Município;

II. Orientar, dirigir e fiscalizar os tributos de competência do Município;

III. Estudar as questões relativas às fiscalizações do Município, propondo medidas de aperfeiçoamento e melhoria, bem como medidas necessárias ao incremento da arrecadação.

IV. Programar operações fiscais com fins determinados, bem como a realização de diligências, plantões e blitz;

V. Informar aos contribuintes sobre as exigências legais referentes a assuntos pertinentes à Secretaria de Fazenda;

VI. Instruir e informar das imposições de multas e demais assuntos de competência fazendária;

VII. Orientar o ordenamento dos Processos Administrativos Tributários;

VIII. Promover reuniões periódicas com os funcionários sob sua direção, objetivando estudar e aperfeiçoar as atividades desenvolvidas pela unidade;

IX. Elaborar relatório de atividades quadrimestral;

X. Desempenhar de outras atividades correlatas."

2.12 Departamento de Administração Financeira

O Departamento de Administração Financeira (DAF/SEMFAZ) compõe a estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Fazenda ao Nível de Execução Programática, com as competências definidas nos termos do Decreto nº. 10.089, de 07 de janeiro de 2005, *in verbis*:

"Art. 17 - O Departamento de Administração Financeira – DAF, tem por finalidade elaborar e controlar a programação financeira e coordenar o Sistema de Tesouraria, relacionado ao pagamento de todas as despesas contraídas pela Administração Municipal, de acordo com as diretrizes traçadas pelo Secretário de Fazenda, competindo-lhe ainda:

I. Coordenar a aplicação dos recursos financeiros do Município;

II. Elaborar, sob a orientação do Secretário, a programação de pagamento da Administração Municipal;

II. Controlar mensalmente os demonstrativos contábil-financeiros de execuções orçamentárias, independentes do orçamento;

IV. Manter o rigoroso controle das ações, ou valores pertencentes ao Município, bem como a guarda os títulos de valores dados em garantia de contratos;

V. Manter atualizadas as certidões negativas do Município e acompanhar a atualização do certificado de regularidade previdenciária do IPAM;

VI. Assessorar o Secretário Municipal de Fazenda nas decisões que envolvam a aplicação ou investimento dos recursos financeiros do Município;

VII. Acompanhar a evolução da receita própria e de transferências efetivamente ingressada nos cofres, emitindo relatório;

VIII. Programar pagamentos de acordo com a disponibilidade de recursos;

IX. Supervisionar e acompanhar a execução do orçamento da SEMFAZ;

X. Acompanhar o repasse de cotas de participação do Município nos tributos federais e estaduais;

XI. Manter o controle das cláusulas contratuais que impliquem em obrigações financeiras para o Município;

XII. Promover a integração de suas divisões;

XIII. Elaborar relatório de atividades quadrimestral;

XIV. Desempenhar outras atividades correlatas."

Conselho de Recursos Fiscais

O Conselho de Recursos Fiscais (CRF/SEMFAZ), órgão colegiado autônomo, que integra, para efeitos de manutenção, remuneração e funcionamento, a estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Fazenda ao Nível de Deliberação Colegiada, nos termos da Lei Complementar nº. 20/1994, e do Decreto nº. 10.089, de 07 de janeiro de 2005, in verbis:

> "Art. 5º - O Conselho de Recursos Fiscais tem por finalidade assegurar aos litigantes, em processo administrativo, o direito ao contraditório e ampla defesa com os meios e recursos a ele inerentes, julgando, em segunda instância administrativa, os recursos interpostos pelos contribuintes do Município sobre matéria fiscal, competindo-lhe ainda:
> I. Representar o Secretário Municipal de Fazenda, propondo a adoção de medidas com o fito de aperfeiçoar a legislação tributária, objetivando promover a justiça fiscal e a conciliação dos interesses dos contribuintes com os do Município;
> II. Elaborar ementário, anualmente, das decisões prolatadas;
> III. Auxiliar a Administração, quando solicitado, sobre orientação, planejamento e interpretação de matéria tributária que envolva o contribuinte e a Fazenda Municipal.
> IV. Elaborar as pautas das sessões;
> V. Elaborar as atas das sessões;

VI. Elaborar acórdãos, encaminhando-os para publicação no Diário Oficial do Município;

VII. Notificar o contribuinte sobre a decisão proferida em julgamento;
VIII. Elaborar, em ordem cronológica, os recursos interpostos junto ao Conselho;
IX. Elaborar relatório de atividade anual, até o segundo mês do ano seguinte, devendo ser encaminhado ao Chefe do Executivo, assim como à Secretaria da Fazenda;
X. Desempenhar outras atividades correlatas.
Art. 6º - O Conselho de Recursos Fiscais será composto pelos seguintes membros:

I. Presidente;
II. Vice-Presidente;
III. Três (03) Conselheiros representantes do Poder Executivo Municipal;
IV. Três (03) Conselheiros representantes dos contribuintes do Município;
V. Um (01) representante da Secretaria Municipal de Fazenda;
VI. Uma (01) secretária.

§ 1º - O Presidente, o Vice-Presidente e os representantes do Poder Executivo, tanto os efetivos como os suplentes, serão nomeados livremente pelo Chefe do Executivo Municipal, escolhidos dentre os servidores municipais com notório saber em assuntos fazendários.
§ 2º - Os representantes dos contribuintes, tanto os efetivos como os suplentes, serão escolhidos pelo Chefe do Executivo, em lista tríplice, indicados pelos órgãos de representação da sociedade."

Assessoria Técnica

A Assessoria Técnica (ASTEC/SEMFAZ) compõe a estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Fazenda ao Nível de Assessoramento, nos termos do Decreto nº. 10.089, de 07 de janeiro de 2005, in verbis:

Art. 7º - À Assessoria Técnica compete:
I. Assessorar o Secretário Municipal de Fazenda e o Secretário Adjunto, orientando, coordenando e instruindo as ações pertinentes à pasta;
II. Elaborar o plano geral de trabalho da Secretaria, bem como acompanhar sua execução;
III. Coordenar a elaboração da proposta orçamentária da Secretaria;
IV. Analisar, acompanhar, controlar e avaliar os projetos desenvolvidos na Secretaria;
V. Elaborar estudos, pesquisas e projetos de interesse da Secretaria, em conjunto com as demais unidades de execução programática, propondo expedição de normas necessárias à execução das atividades de auditagem e de inspeção.
VI. Promover condições para assegurar a eficácia do controle externo e a regularidade na realização da receita e da despesa;
VII. Estudar e avaliar, em caráter permanente, o desempenho dos órgãos e unidades da estrutura organizacional da administração fazendária, bem como a análise dos métodos e processos de trabalho;
VIII. Elaborar relatório de atividades quadrimestral;
IX. Desempenhar outras atividades correlatas.

3 – GESTÃO DE PESSOAS

3.1 RECURSOS HUMANOS

3.1.1 QUADRO FUNCIONAL

A estrutura de pessoal da Secretária Municipal de Fazenda e formada pelos cargos constantes na Tabela 1 abaixo (quantitativos e nomenclaturas estabelecidas pela Lei Complementar nº. 391/2010:

TABELA 1 – QUADRO FUNCIONAL

Cargo	Nível	Quantidade Total	Preenchidos	Vagos
Auditor do Tesouro Municipal	Superior	80	35	45
Fiscal Municipal Tributário	Superior	60	27	33
Fiscal Municipal de Obras	Superior	30	10	20
Assistente de Arrecadação	Superior	43	25	18
Auxiliar de Serviços Fiscais	Médio	07	07	00
Técnicos	Médio/Superior	16	15	01
Auxiliar Administrativo	Médio	04	04	00
Assistente Administrativo	Médio	04	04	00
Atendente	Médio	04	04	00
Estagiário	Superior Incompleto	19	17	02
Motoristas	Fundamental	07	07	00
Serviços Gerais	Fundamental	06	06	00

3.1.2 PESSOAL DO GRUPO TAF NOMEADO E QUANTITATIVO IDEAL

O corpo técnico da Secretaria Municipal de Fazenda é formado, nos termos das Leis Complementares nºs. 385/2010, 391/2010, 187/2004 e 197/2004, pela seguinte composição de cargos:

TABELA 2 – PESSOAL DO GRUPO TAF NOMEADO

Cargo	Nível	Quantidade Total	Preenchidos	Vagos	Quantidade Ideal (Necessidade atual)
Auditor do Tesouro Municipal	Superior	80	35	45	60
Fiscal Municipal Tributário	Superior*	60	27	23	60
Fiscal Municipal de Obras	Superior*	30	09	10	30
Assistente de Arrecadação	Superior*	43	25	18	43
Auxiliar de Serviços Fiscais	Médio	07	07	00	07
Técnicos	Médio	16	15	00	15

***Cargos com elevação de nível médio para Nível Superior, para novos ingressantes, promovidas pela Lei Complementar nº. 391/2010.

3.1.3 CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

A Secretaria Municipal de Fazenda tem como colaboradores diretos, estagiários selecionados junto às instituições de ensino superior, na seguinte composição:

TABELA 3 – PESSOAL CONTRATACÃOTEMPORÁRIA

Cargo	Nível	Quantidade Total	Preenchidos
Estagiário	Superior Incompleto	19	19

3.2 CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL

Consoante à política de gestão de pessoal a administração tem procurado, de acordo com as necessidades e carências instrutivas dos servidores, para tanto, realizou treinamentos e participou de diversos seminários, palestras e cursos oferecidos pela Administração ou outras instituições.

Dentre os eventos acima podemos destacar os Palestras e treinamentos sobre o Simples Nacional e Microempreendedor Individual (MEI), promovidas pela Comissão Gestora do Simples Nacional (CGSM/SEMFAZ) realizados no Conselho Regional de Contabilidade (3 eventos), IV Seminário Nacional do Simples Nacional (16 a 20/05/2011 - Brasília/DF), Seminário Regional do Simples Nacional realizado no Auditório do SEBRAE/RO, reuniões técnicas temáticas com vários segmentos da sociedade, integração efetiva da Fazenda Municipal na Associação Nacional das Secretarias de Finanças das Capitais (ABRASF), mediante a indicação de dois Auditores para integrarem a Câmara Técnica Permanente daquela entidade, cujo objetivo é discutir e propor inovações legislativas e tecnológicas em nível Nacional (atuando em proposições de Leis Complementares junto ao Congresso Nacional), sendo que atualmente sua representação local atual em dois Grupos de Trabalhos (GT's 02 e 05) - Declaração Eletrônica de Serviços das Instituições Financeiras (DES-IF) e como relator do Projeto Declaração Eletrônica de Serviços, Notas Fiscal Eletronica e Declaração de Serviços de Instituições Financeiras para integração ao Sistema Publico de Escrituração Digital, tendo, ainda sido ofertados outros cursos, dentre os quais:

- Curso de Informática: digitação, word, excel, excel avançado e outros na área;
- Curso Liderança – O Fator Resultado;
- Curso Carta de Serviços da Gestão Pública;
- Curso de Auto-avaliação da Gestão Pública;
- Curso Excelência na Gestão Pública Municipal;
- Oficina de Planejamento Estratégico;
- Formação Prattitioner em Programação Neurolinguística;
- Curso de Práticas Fiscais para Fiscais Municipais;
- Curso de Formação Técnica para candidatos ao Cargo de Auditor do Tesouro Municipal.

A seguir explicitamos fotografias de alguns dos importantes eventos nos quais esta Semfaz se fez presente (representada), demonstrando a extrema necessidade de compartilhamento de informações e difusão dos conhecimentos técnico-tributários e tecnológicos para que possamos acompanhar a contento a evolução das Administrações Tributárias:



4 – ATIVIDADES SOCIAIS

A principal atividade de engajamento social desenvolvidas pelos servidores da SEMFAZ, com apoio da Associação Profissional dos Auditores Fiscais (AAFIM) e do Sindicato dos Fiscais de Porto Velho (SINDIFISC) é o “Projeto Criança Feliz”, que anualmente oferece em determinada região carente de Porto Velho um dia de lazer, diversão e serviços diversos para crianças, sendo que em 2011 a instituição beneficiada foi a Escola Infantil Pé de Murici, no Bairro Planalto, com a participação/atendimento de cerca de 400 (quatrocentas) crianças.

A seguir apresentamos algumas fotografias realizadas durante o evento:





Abaixo exibimos uma foto extraída no evento dedicado à passagem do "Dia Internacional da Mulher", realizado na casa de recepções "Public Hauss", comemoração antecipada para em 04 de março de 2011, tendo em vista que o dia oficial, 08 de março, fora consignado para a terça-feira de carnaval:



5 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 RESULTADOS DA EXECUÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA

5.1.1 COMPARATIVO DAS RECEITAS CORRENTES 2005 X 2006 X 2007 X 2008 X 2009 X 2010 X 2011

Receitas Correntes são aquelas que aumentam apenas o patrimônio não duradouro do Estado, isto é, que se esgota dentro do período anual. São os casos, por exemplo, das receitas dos impostos que, por se extinguirem no decurso da execução orçamentária, têm que ser auferidas todos os anos. Compreende a receita tributária; os impostos; as taxas; as contribuições de melhoria; a receita patrimonial; a receita agropecuária; a receita industrial; a receita de serviços; as transferências correntes; e outras receitas correntes.

QUADRO 1 – COMPARATIVO DAS RECEITAS CORRENTES - EVOLUÇÕES 2005 X 2006 X 2007 X 2008 X 2009 X 2010 X 2011

VALORES EM MIL R$ CORRENTES/VALORES HISTÓRICOS

ESPECIFICAÇÃO	2005	2006	COMP 06 X 05	2007	COMP 07 X 06	2008	COMP 08 X 07	2009	COMP 09 X 08	2010	COMP 10 X 09	2011	COMP 11 X 10	2005	2011	COMP 11 X 05
	R$	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%	R$	R$	%
RECEITAS CORRENTES (I)	274.064,00	315.331,00	15%	380.385,00	21%	426.349,00	12%	539.983,00	27%	693.422,00	28%	849.501,00	23%	274.064,00	849.501,00	210%
Receita Tributária	36.929,00	47.240,00	28%	55.775,00	18%	70.706,00	27%	137.151,00	94%	228.500,00	67%	260.327,00	14%	36.929,00	260.327,00	605%
IPTU	3.636,00	3.861,00	6%	4.914,00	27%	5.645,00	15%	6.549,00	16%	7.640,00	17%	9.155,00	20%	3.636,00	9.155,00	152%
ISS	19.752,00	27.088,00	37%	31.495,00	16%	41.374,00	31%	100.104,00	142%	181.668,00	81%	196.993,00	8%	19.752,00	196.993,00	897%
ITBI	1.278,00	1.638,00	28%	2.791,00	70%	3.628,00	30%	4.588,00	26%	5.236,00	14%	6.539,00	25%	1.278,00	6.539,00	412%
Taxas pelo P. de Polícia	1.683,00	2.499,00	48%	2.316,00	-7%	2.945,00	27%	4.036,00	37%	4.652,00	15%	5.524,00	19%	1.683,00	5.524,00	228%
Outras Receitas Tributárias	10.581,00	12.154,00	15%	14.397,00	18%	17.114,00	19%	21.874,00	28%	29.304,00	34%	42.116,00	44%	10.581,00	42.116,00	298%
Receita de Contribuições	17.453,00	19.835,00	14%	21.226,00	7%	25.046,00	18%	31.931,00	27%	38.920,00	22%	49.183,00	26%	17.453,00	49.183,00	182%
Receita Patrimonial	12.737,00	12.547,00	-1%	11.302,00	-10%	14.621,00	29%	16.981,00	16%	24.895,00	47%	38.759,00	56%	12.737,00	38.759,00	204%
Receita Agropecuária	-	-		-		-		-				-	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-		-		-		-				-	-	-	-	-
Receita de Serviços	-	-		-		-		-				-	-	-	-	-
Transferências Correntes	200.458,00	225.646,00	13%	260.568,00	15%	298.521,00	15%	338.973,00	14%	383.627,00	13%	485.289,00	27%	200.458,00	485.289,00	142%
Cota-Parte do FPM	83.221,00	91.408,00	10%	108.626,00	19%	118.910,00	9%	129.268,00	9%	124.095,00	-4%	154.128,00	24%	83.221,00	154.128,00	85%
Cota-Parte do ICMS	56.450,00	57.408,00	2%	60.876,00	6%	73.899,00	21%	82.592,00	12%	104.254,00	26%	121.812,00	17%	56.450,00	121.812,00	116%
Cota-Parte IPVA	7.627,00	10.835,00	42%	10.681,00	-1%	12.640,00	18%	13.981,00	11%	19.314,00	38%	24.401,00	26%	7.627,00	24.401,00	220%
Transferências do FUNDEB	32.489,00	34.192,00	5%	44.432,00	30%	54.862,00	23%	62.806,00	14%	75.341,00	20%	93.002,00	23%	32.489,00	93.002,00	186%
Outras Transferências Correntes	20.670,00	31.803,00	54%	35.919,00	13%	38.210,00	6%	50.326,00	32%	60.623,00	20%	91.946,00	52%	20.670,00	91.946,00	345%
Outras Receitas Correntes	6.487,00	10.063,00	55%	11.510,00	14%	17.455,00	52%	14.947,00	-14%	17.480,00	17%	15.943,00	-9%	6.487,00	15.943,00	146%
DEDUÇÕES (II)	26.804,00	30.430,00	14%	36.063,00	19%	44.054,00	22%	56.733,00	29%	69.340,00	22%	84.629,00	22%	26.804,00	84.629,00	216%
Cont. Plano Seg. Soc. Servidor	5.800,00	8.076,00	39%	7.961,00	-1%	9.139,00	15%	13.357,00	46%	17.833,00	34%	23.605,00	32%	5.800,00	23.605,00	307%
Compens. Fin. entre Reg. Previd.	-	-		-	-	405,00	100%	615,00	52%	1.670,00	172%	2.092,00	25%	-	2.092,00	100%
Ded. de Rec. Form. FUNDEF	21.004,00	22.354,00	6%	26.568,00	19%	34.510,00	30%	42.761,00	24%	49.837,00	17%	58.932,00	18%	21.004,00	58.932,00	181%
RECEITA COR. LÍQUIDA (I - II)	247.260,00	284.901,00	15%	324.320,00	14%	382.295,00	18%	483.250,00	26%	624.082,00	29%	764.872,00	23%	247.260,00	764.872,00	209%

Fonte: DEC/SEMFAZ - Demonstrativo da RCL - Suplemento do DOM nº. 4.173, 27.01.201
Elaboração, compilação e formatação de dados: Auditor Fiscal Ari Carvalho (acarvalho@semfazonline.com).

QUADRO 2 – ANÁLISE VERTICAL DA COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS CORRENTES DOS EXERCÍCIOS 2005 A 2011

ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIOS FISCAIS													
	2005		2006		2007		2008		2009		2010		2011	
	R$	A/V	R$	A/V	R$	A/V	R$	A/V	R$	A/V	R$	A/V	R$	A/V
RECEITAS CORRENTES (I)	274.064,00	100,00	315.331,00	100,00	380.385,00	100,00	426.349,00	100,00	539.983,00	100,00	693.442,00	100,00	849.501,00	100,00
Receita Tributária	36.929,00	13,47	47.240,00	14,98	55.775,00	14,66	70.706,00	16,58	137.151,00	25,40	228.500,00	33,00	260.327,00	30,60
IPTU	3.636,00	1,33	3.861,00	1,22	4.914,00	1,29	5.645,00	1,32	6.549,00	1,21	7.640,00	1,10	9.155,00	1,10
ISS	19.752,00	7,21	27.088,00	8,59	31.495,00	8,28	41.374,00	9,70	100.104,00	18,54	181.668,00	26,20	196.993,00	23,20
ITBI	1.278,00	0,47	1.638,00	0,52	2.791,00	0,73	3.628,00	0,85	4.588,00	0,85	5.236,00	0,80	6.539,00	0,80
Taxas Poder de Polícia (Alv/Vist/Publicidade)	1.683,00	0,61	2.499,00	0,79	2.316,00	0,61	2.945,00	0,69	4.036,00	0,75	4.652,00	0,70	5.524,00	0,70
Outras Receitas Tributárias (Demais Taxas)	10.581,00	3,86	12.154,00	3,85	14.397,00	3,78	17.114,00	4,01	21.874,00	4,05	29.304,00	4,20	42.116,00	5,00
Receita de Contribuições	17.453,00	6,37	19.835,00	6,29	21.226,00	5,58	25.046,00	5,87	31.931,00	5,91	38.920,00	5,60	49.183,00	5,80
Receita Patrimonial	12.737,00	4,65	12.547,00	3,98	11.302,00	2,97	14.621,00	3,43	16.981,00	3,14	24.895,00	3,60	38.759,00	4,60
Receita Agropecuária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		-	-	-
Transferências Correntes	200.458,00	73,14	225.646,00	71,56	260.568,00	68,50	298.521,00	70,02	338.973,00	62,77	383.627,00	55,30	485.289,00	57,10
Cota-Parte do FPM	83.221,00	30,37	91.408,00	28,99	108.626,00	28,56	118.910,00	27,89	129.268,00	23,94	124.095,00	17,90	154.128,00	18,10
Cota-Parte do ICMS	56.450,00	20,60	57.408,00	18,21	60.876,00	16,00	73.899,00	17,33	82.592,00	15,30	104.254,00	15,00	121.812,00	14,30
Cota-Parte IPVA	7.627,00	2,78	10.835,00	3,44	10.681,00	2,81	12.640,00	2,96	13.981,00	2,59	19.314,00	2,80	24.401,00	2,90
Transferências do FUNDEB	32.489,00	11,85	34.192,00	10,84	44.432,00	11,68	54.862,00	12,87	62.806,00	11,63	75.341,00	10,90	93.002,00	10,90
Outras Transferências Correntes	20.670,00	7,54	31.803,00	10,09	35.919,00	9,44	38.210,00	8,96	50.326,00	9,32	60.623,00	8,70	91.946,00	10,80
Outras Receitas Correntes	6.487,00	2,37	10.063,00	3,19	11.510,00	3,03	17.455,00	4,09	14.947,00	2,77	17.480,00	2,50	15.943,00	1,90
DEDUÇÕES (II)	26.804,00	9,78	30.430,00	9,65	36.063,00	9,48	44.054,00	10,33	56.733,00	10,51	69.340,00	10,00	84.629,00	10,00
Contrib. Plano Seg. Social Servidor	5.800,00	2,12	8.076,00	2,56	7.961,00	2,09	9.139,00	2,14	13.357,00	2,47	17.833,00	2,60	23.605,00	2,80
Compensação Financ.entre Regimes Previd.	-	-	-	-	-	-	405,00	0,09	615,00	0,11	1.670,00	0,20	2.092,00	0,20
Dedução de Receita para Formação do FUNDEF	21.004,00	7,66	22.354,00	7,09	26.568,00	6,98	34.510,00	8,09	42.761,00	7,92	49.837,00	7,20	58.932,00	6,90
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I - II)	247.260,00	90,22	284.901,00	90,35	324.320,00	85,26	382.295,00	89,67	483.250,00	89,49	624.082,00	90,00	764.872,00	90,00

COMENTÁRIOS:

1) A Análise Vertical, através dos índices, objetiva fornecer ao Gestor informações inerentes à composição do ORÇAMENTO FISCAL, bem como medir o nível de dependência inerente às transferências constitucionais voluntárias e avaliar comparativamente o desempenho da Administração Tributária;

VALORES EM MIL R$ CORRENTES/VALORES HISTÓRICOS

Fonte: DEC/SEMFAZ - Demonstrativo da RCL - Suplemento do D.O.M. nº. 4.173, 27.01.2012
Elaboração, compilação e formatação de dados: Auditor Fiscal Ari Carvalho (acarvalho@semfazonline.com).

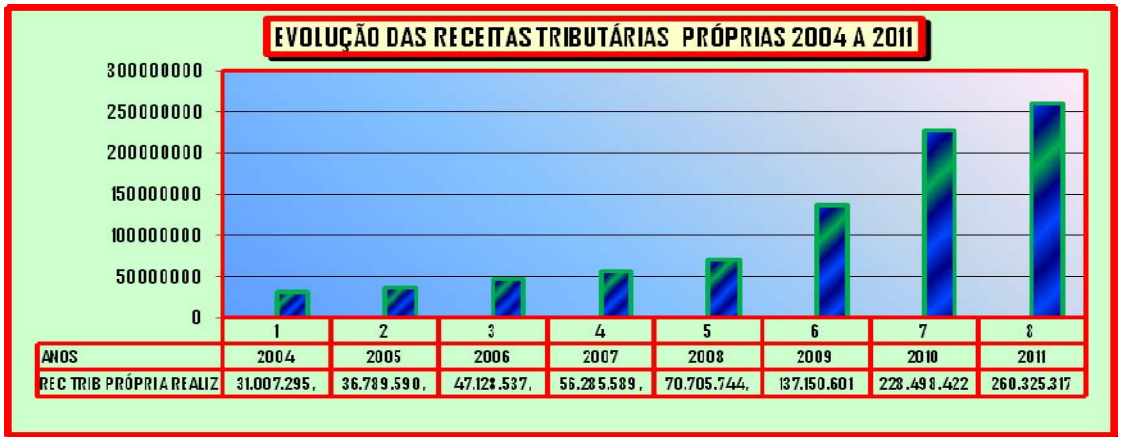
2) Observa-se a redução no nível de dependência dos recursos de transferências governamentais, visto que em 2005 a Receita Tributária Própria (RTP) respondia por 13,47% do orçamento total, sendo que em 2010 a representar 33% do orçamento, entretanto, em 2011, graças ao aumento considerável dos recursos provenientes das Transferências Constitucionais, ressalte-se o excelente trabalho desenvolvido pela Divisão de Repasses Constitucionais/SEMFAZ, houve uma retração e a RTP passou a representar 30,60% de toda Receita Corrente/2011;

3) Destaca-se o extraordinário crescimento da arrecadação do ISSQN, que já em 2008, antes das obras das Usinas do Madeira, já havia passando a representar 9,7% do orçamento, enquanto que em 2005 perfazia apenas 7,21%, sendo que em 2011 financiou o equivalente a 23,2% de todo o recurso corrente disponibilizado no ano.

QUADRO 3 – RECEITAS TRIBUTÁRIAS PRÓPRIAS REALIZADAS NOS EXERCÍCIOS 2004 A 2011

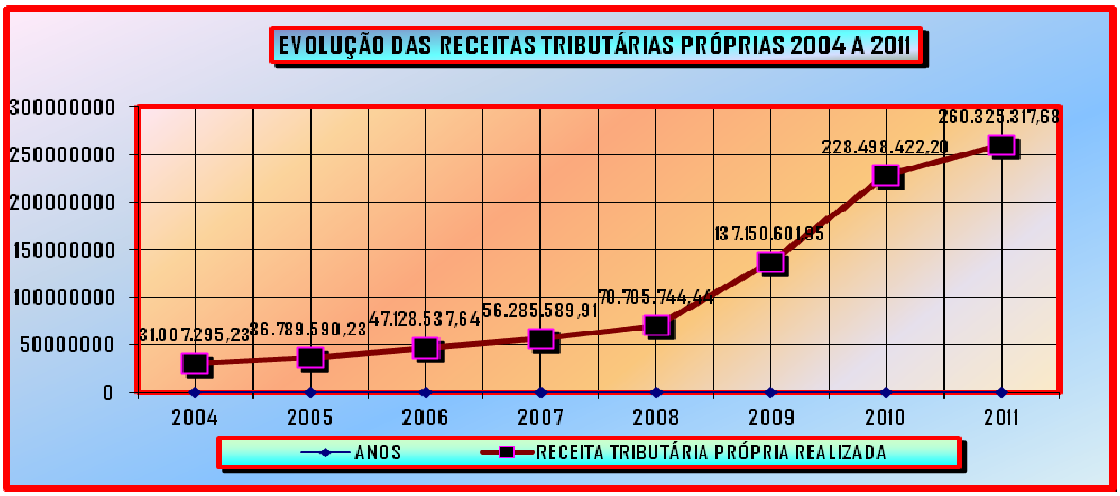
ANOS	RECEITA REALIZADA
2004	31.007.295,23
2005	36.789.590,23
2006	47.128.537,64
2007	56.285.589,91
2008	70.705.744,44
2009	137.150.601,95
2010	228.498.422,20
2011	260.325.317,68
TOTAL	**867.891.099,28**

GRÁFICO 1 – Evolução das Receitas Tributárias Próprias 2004 a 2011 (valores históricos)



Fonte: DEC/SEMFAZ - Demonstrativo da RCL - Suplemento do D.O.M. nº. 4.173, 27.01.2012.
Elaboração, compilação e formatação de dados: Auditor Fiscal Ari Carvalho (acarvalho@semfazonline.com).

GRÁFICO 2 – Evolução das Receitas Tributárias Próprias 2004 a 2010 (valores históricos)



Fonte: DEC/SEMFAZ - Demonstrativos da RCL e Suplemento do D.O.M. nº. 4.173, 27.01.2012.
Elaboração, compilação e formatação de dados: Auditor Fiscal Ari Carvalho (acarvalho@semfazonline.com)

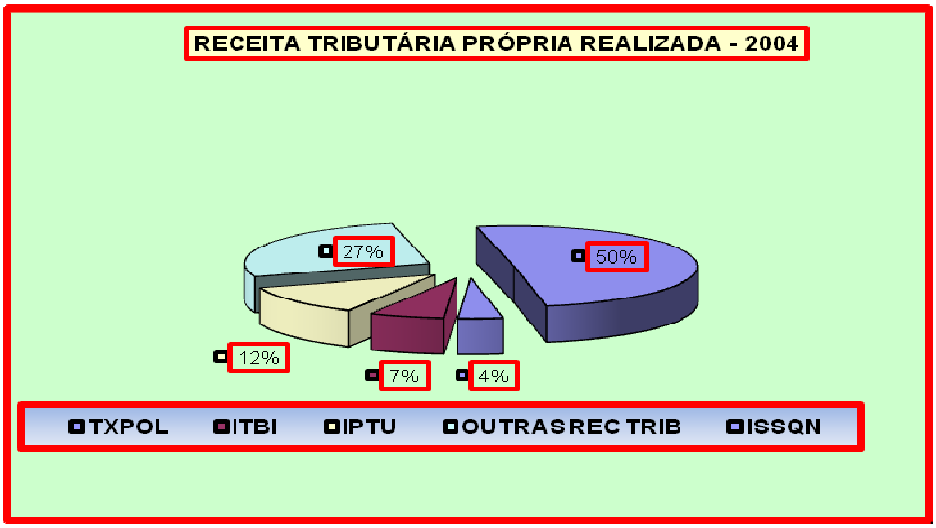
5.2 TRIBUTOS ADMINISTRADOS PELA SEMFAZ – COMPARATIVOS 2004 A 2011

5.2.1 COMPOSIÇÃO QUANTITATIVA 2004

QUADRO 4 – Composição Quantitativa da Receita Tributária Própria em 2004

ANO	TRIUBUTO	REC REALIZADA/2004
2004	TXPOL	1.217.573,26
	ITBI	2.007.840,75
	IPTU	3.721.110,61
	OUTRAS REC TRIB	8.420.000,00
	ISSQN	15.640.770,61
TOTAL		**31.007.295,23**

GRÁFICO 3 – Composição Percentual da Receita Tributária Própria em 2004

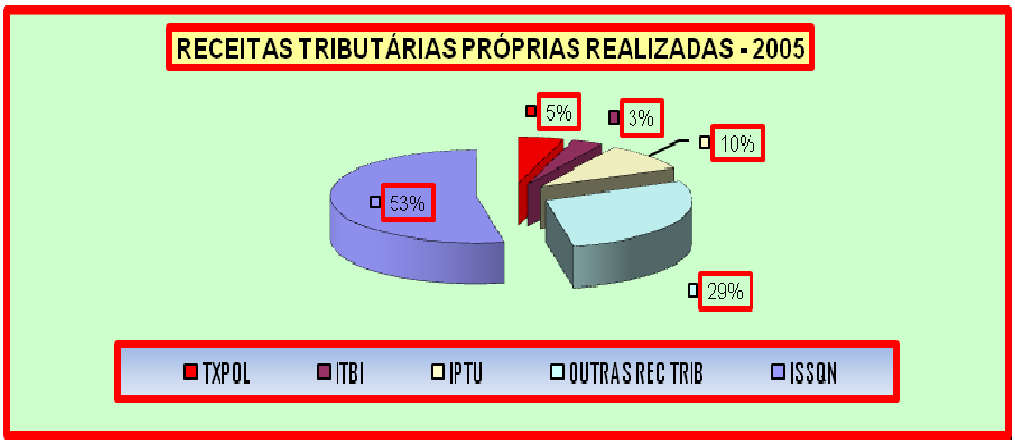


5.2.2 COMPOSIÇÃO QUANTITATIVA 2005

QUADRO 5 – Composição Quantitativa da Receita Tributária Própria em 2005

ANO	TRIUBUTO	REC REALIZADA/2005
2005	TXPOL	1.810.428,02
	ITBI	1.277.090,45
	IPTU	3.630.281,84
	OUTRAS REC TRIB	10.581.000,00
	ISSQN	19.490.789,92
TOTAL		**36.789.590,23**

GRÁFICO 4 – Composição Percentual da Receita Tributária Própria em 2005 (Principais)

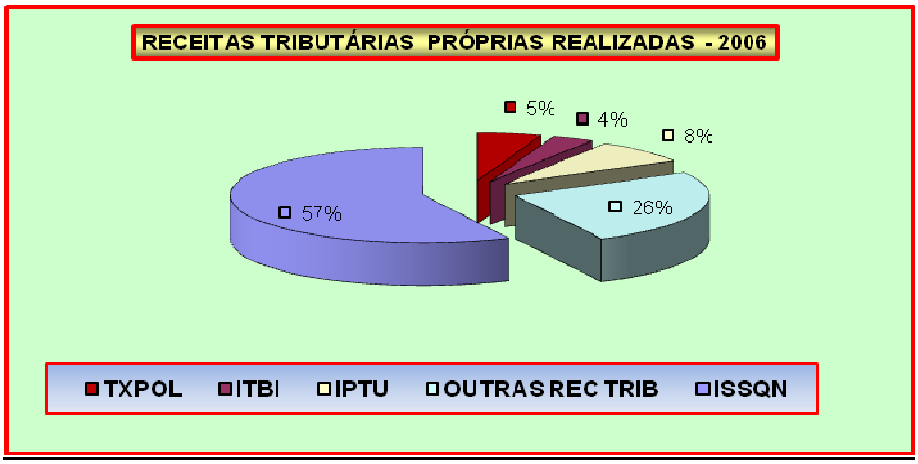


5.2.3 COMPOSIÇÃO QUANTITATIVA 2006

QUADRO 6 – Composição Quantitativa da Receita Tributária Própria em 2006 (Principais)

ANO	TRIUBUTO	REC REALIZADA/2006
2006	TXPOL	2.498.903,93
	ITBI	1.638.126,82
	IPTU	3.831.000,95
	OUTRAS REC TRIB	12.154.000,00
	ISSQN	27.006.505,94
TOTAL		**47.128.537,64**

GRÁFICO 5 – Composição Percentual da Receita Tributária Própria em 2006 (Principais)

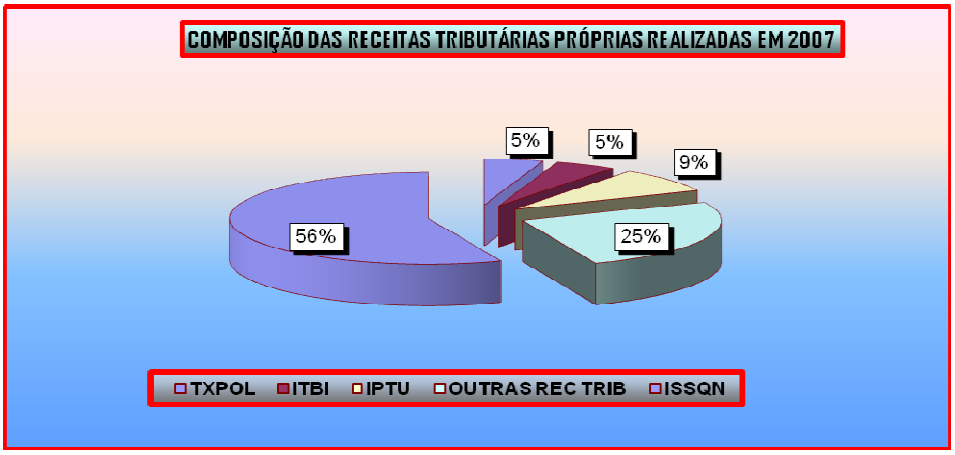


5.2.4 COMPOSIÇÃO QUANTITATIVA 2007

QUADRO 7 – Composição Quantitativa da Receita Tributária Própria em 2007 (Principais)

ANO	TRIUBUTO	REC REALIZADA/2007
2007	TXPOL	2.687.383,84
	ITBI	2.791.564,40
	IPTU	4.915.011,94
	OUTRAS REC TRIB	14.397.000,00
	ISSQN	31.494.629,73
TOTAL		**56.285.589,91**

GRÁFICO 6 – Composição Percentual da Receita Tributária Própria em 2007

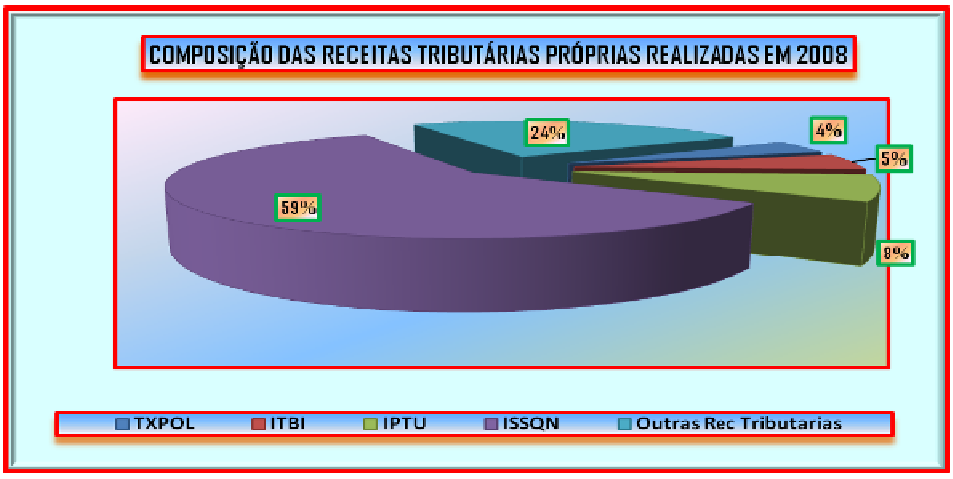


5.2.5 COMPOSIÇÃO QUANTITATIVA 2008

QUADRO 8 – Composição Quantitativa da Receita Tributária Própria em 2008

ANO	TRIBUTO	REC REALIZADA/2008
2008	TXPOL	2.945.000,00
	ITBI	3.628.000,00
	IPTU	5.645.000,00
	ISSQN	41.373.744,44
	Outras Rec Tributarias	17.114.000,00
TOTAL		**70.705.744,44**

GRÁFICO 7 – Composição Percentual da Receita Tributária Própria em 2008

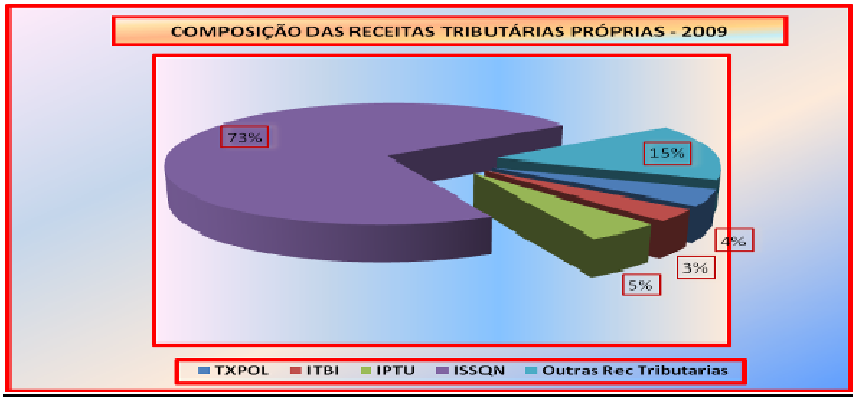


5.2.6 COMPOSIÇÃO QUANTITATIVA 2009

QUADRO 9 – Composição Quantitativa da Receita Tributária Própria em 2009

ANO	TRIBUTO	REC REALIZADA/2009
2009	TXPOL	5.605.549,39
	ITBI	4.487.626,19
	IPTU	6.548.636,69
	ISSQN	100.103.789,68
	Outras Rec Tributarias	20.405.000,00
TOTAL		**137.150.601,95**

GRÁFICO 8 – Composição Percentual da Receita Tributária Própria em 2009



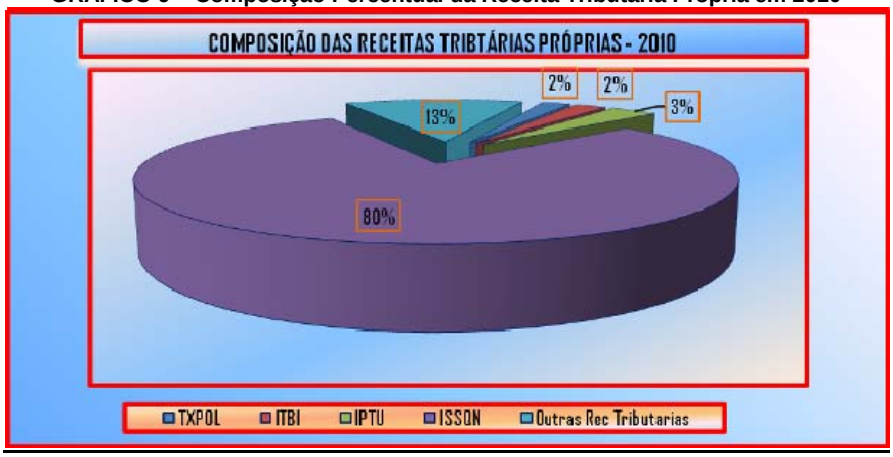
Fonte: DEC/SEMFAZ - Demonstrativos da RCL e Suplemento do D.O.M. nº. 4.173, 27.01.2012.
Elaboração, compilação e formatação de dados: Auditor Fiscal Ari Carvalho (acarvalho@semfazonline.com)

5.2.7 COMPOSIÇÃO QUANTITATIVA 2010

QUADRO 10 – Composição Quantitativa da Receita Tributária Própria em 2010

ANO	TRIBUTO	REC REALIZADA/2010
2010	TXPOL	4.651.663,69
	ITBI	5.238.102,05
	IPTU	7.640.050,14
	ISSQN	181.666.683,02
	Outras Rec. Tributárias	29.301.923,30
TOTAL		**228.498.422,20**

GRÁFICO 9 – Composição Percentual da Receita Tributária Própria em 2010

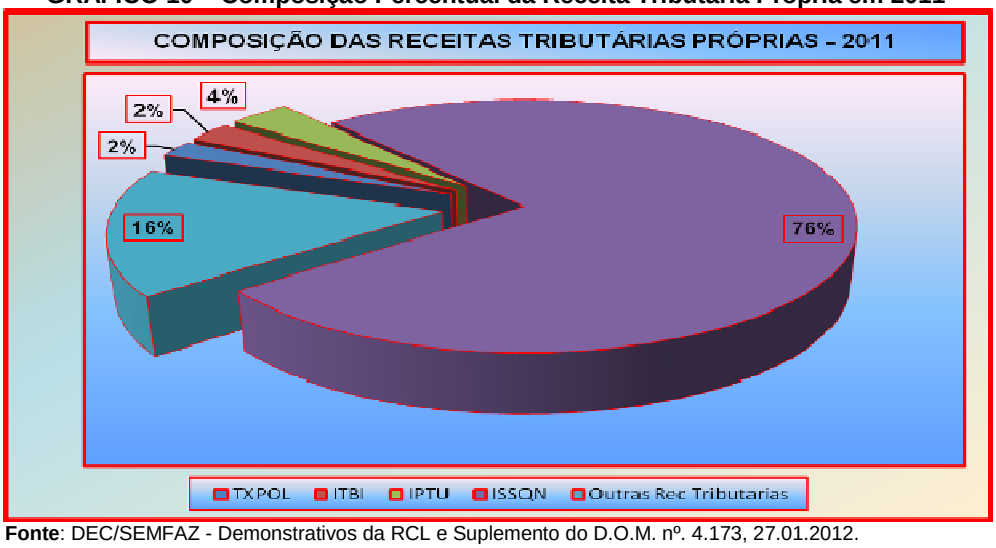


5.2.8 COMPOSIÇÃO QUANTITATIVA 2011

QUADRO 11 – Composição Quantitativa da Receita Tributária Própria em 2011

ANO	TRIBUTO	REC REALIZADA/2010
2011	TXPOL	5.524.103,44
	ITBI	6.539.706,77
	IPTU	9.155.173,00
	ISSQN	196.993.767,25
	Outras Rec. Tributárias	42.112.567,22
TOTAL		**260.325.317,68**

GRÁFICO 10 – Composição Percentual da Receita Tributária Própria em 2011



Fonte: DEC/SEMFAZ - Demonstrativos da RCL e Suplemento do D.O.M. nº. 4.173, 27.01.2012.
Elaboração, compilação e formatação de dados: Auditor Fiscal Ari Carvalho (acarvalho@semfazonline.com)

5.3 PRINCIPAIS TRIBUTOS MUNICIPAIS "IN ESPÉCIES" - ARRECADAÇÕES

5.3.1 I T B I

IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO *"INTER VIVOS"*, A QUALQUER TÍTULO, POR ATO ONEROSO, DE BENS IMÓVEIS, POR NATUREZA OU ACESSÃO FÍSICA E DE DIREITO A ELE RELATIVOS, EXCETO OS GARANTIA, BEM COMO A CESSÃO DE AQUISIÇÃO DE SEUS DIREITOS.

LEGISLAÇÃO BÁSICA DE REFERÊNCIA

- Constituição Federal/1988;
- Lei nº. 5.172/1966 (Art. 35 a 38 e 42);
- Lei Complementar nº. 199/2004.

COMPETÊNCIA

O ITBI é de competência dos Municípios e do Distrito Federal (art. 156, II, da CRFB/1988).

Importante observar que na vigência da Constituição Federal anterior, a competência para instituição desse imposto era dos Estados e do Distrito Federal.

FUNÇÃO

O ITBI tem função predominantemente fiscal, foi criado para melhorar a arrecadação dos Municípios e do distrito Federal.

FATO GERADOR

O ITBI tem como fato gerador a transmissão, *"inter vivos*", a qualquer título, **por ato oneroso, de bens imóveis,** por natureza ou por acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como a cessão de direitos à sua aquisição.

ALÍQUOTAS

As alíquotas do ITBI são fixadas por lei municipal, no caso de Porto Velho a Lei nº. 199/2004 estabelece a alíquota em 2% (dois por cento).

BASE DE CÁLCULO

A base cálculo do ITBI é o valor dos bens ou direitos relativos ao imóvel no momento da transmissão ou cessão, com regramentos definidos no art. 139 da Lei Complementar nº 199/2004 – Código Tributário Municipal).

CONTRIBUINTES e RESPONSÁVEIS

Contribuinte do ITBI, de acordo com o artigo 42 do CTN, é qualquer das partes na operação tributada, como dispuser a lei municipal, o legislador do município de Porto Velho elegeu o adquirente ou o cessionário do direito e na permuta cada um dos permutantes.

Responsáveis - respondem solidariamente pelo pagamento do imposto o transmitente, o cedente e os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, relativamente a atos por eles ou perante eles praticados em razão de seu ofício, ou pelas omissões de que forem responsáveis que resultem em prejuízos ao erário.

IMUNIDADES

Nos termos do artigo 156, II, da Constituição Federal de 1988, foram retiradas do campo de tributação do imposto a transmissão de direitos reais de garantia, ou seja, penhor, hipoteca e anticrese. Estes direitos de garantia estão previstos no NCC/2002, nos seguintes dispositivos:

1. (art. 1431) constitui-se penhor pela transferência efetiva da posse que, em garantia do débito ao credor ou a quem o represente, faz o devedor, ou alguém por ele, de uma coisa móvel suscetível de alienação. (no penhor rural, industrial, mercantil e de veículos, as coisas empenhadas continuam em poder do devedor, que as deve guarda e conservar).

2. Hipoteca: podem ser objetos de hipoteca os imóveis e acessórios, o domínio direto, o domínio útil, as estradas de ferro, os recursos naturais, os navios e as aeronaves (os dois últimos por lei especial);

3. Anticrese: é o direito de perceber os frutos do imóvel entregue em hipoteca ao credor até que satisfeitas as dívidas.

- Nos termos do art. 156, § 2º, I, da CF/1988, são imunes:
- A transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital;
- A transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil (considera-se preponderante quando mais de 50% da receita operacional da pessoa jurídica, nos dois anos anteriores e nos dois anos subseqüentes à aquisição decorrer de transações imobiliárias);
- Não haverá tributação sobre a transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária (art. 184, § 5º, CF/1988).

COMPORTAMENTO DA ARRECADAÇÃO

Embora se esperasse uma enorme queda na arrecadação deste tributo, visto que fora editada a Lei Complementar nº. 224/2005 e alterações, que promoveu a isenção deste imposto quando a escrituração do imóvel tivesse com objetivo a regularização fundiária, tal queda na arrecadação não ocorreu, visto que esta SEMFAZ, através da Divisão de Impostos, promoveu várias medidas de controles procedimentais para que, em decorrência do benefício isentivo, a arrecadação não fosse prejudicada, dentre as quais destacamos:

1. A execução de diligências fiscal antes do lançamento do imposto, em alguns casos, vistoria para constatar a realidade estrutural do imóvel;

2. Notificações dos contribuintes que formalizaram processos e não mais procuraram o fisco para sanar a pendência do lançamento, somente em casos de inadimplência.

3. Maior controle na execução dos lançamentos.

Some-se aos trabalhos desenvolvidos pelos servidores que integram a Divisão de ITBI, a importante adoção do novo sistema implantando em 2011, denominado de ITBI ON LINE, que embora em curso de implantação e adaptação já produzira resultados significativos e espera-se que em 2012 os resultado sejam ainda mais positivos.

O esforço fiscal resultou de forma positiva, visto que, mesmo com os benefícios concedidos, PROJETO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, a arrecadação do imposto foi de:

- *Superavitária em 2,0% (dois por cento) em relação à meta prevista para 2011;*
- *Superavitária em 25% (vinte e cinco por cento), se comparado com a receita realizada em 2010;*
- *Superavitária em 412% (quatrocentos e doze por cento), se comparada com a receita realizada em 2005.*

QUADRO 12 - COMPARATIVO DA ARRECADAÇÃO DO ITBI 2005 A 2011

IMPOSTO DE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS – ITBI																									
	RECEITAS PREVISTAS E REALIZADAS VALORES HISTÓRICOS EM R$														AÇÃO RECEITAS PREVISTAS VERSUS R (%)						COMPARAÇÃO RECEITAS REALIZADAS - EVOLUÇÃO (%)					
MÊS	PREV 2005	REAL 2005	PREV 2006	REAL 2006	PREV 2007	REAL 2007	PREV 2008	REALIZ 2008	PREV 2009	REALIZ 2009	PREV 2010	REALIZ 2010	PREV 2011	REALIZ 2011	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2008 x 2007	2009 x 2008	2010 x 2009	2011 x 2010	2005 x 2011
JAN	60.470,00	72.044,58	63.120,00	94.795,91	153.764,00	146.447,38	166.770,00	173.077,45	402.316,00	230.921,22	262.940,00	392.064,25	411.160,00	855.225,46	19%	50%	-5%	4%	-43%	49%	108%	18%	33%	70%	118%	1087%
FEV	89.230,00	84.448,50	84.380,00	117.133,80	127.679,00	150.542,65	171.420,00	228.960,66	324.362,00	206.387,41	264.000,00	237.339,16	276.951,00	419.013,32	-5%	39%	18%	34%	-36%	-10%	51%	52%	-10%	15%	77%	396%
MAR	126.880,00	108.230,41	108.240,00	118.234,28	121.023,00	155.008,19	176.510,00	294.971,01	304.201,00	335.264,62	391.580,00	413.431,13	494.580,00	544.702,87	-15%	9%	28%	67%	10%	6%	10%	90%	14%	23%	32%	403%
ABR	91.330,00	101.270,49	101.140,00	153.032,30	114.680,00	193.339,83	220.160,00	338.769,68	318.538,00	400.337,92	472.511,00	514.861,70	599.271,00	451.928,46	11%	51%	69%	54%	26%	9%	-25%	75%	18%	29%	-12%	346%
MAI	145.570,00	95.227,99	129.870,00	171.637,46	136.622,00	208.288,02	237.190,00	380.609,92	345.419,00	316.457,13	429.880,00	397.456,74	462.831,00	503.077,26	-35%	32%	52%	60%	-8%	-8%	9%	83%	-17%	26%	27%	428%
JUN	106.560,00	108.337,79	111.890,00	134.053,66	131.993,00	217.815,39	248.040,00	359.729,73	332.427,00	391.263,40	431.120,00	380.969,15	496.960,00	550.539,05	2%	20%	65%	45%	18%	-12%	11%	65%	9%	-3%	45%	408%
JUL	125.790,00	136.883,28	82.500,00	114.042,86	150.678,00	384.512,77	203.350,00	247.331,51	360.652,00	586.889,86	400.180,00	528.475,52	741.980,00	519.111,16	9%	38%	155%	22%	63%	32%	-30%	-36%	137%	-10%	-2%	279%
AGO	107.610,00	128.883,07	75.590,00	211.574,38	133.365,00	275.028,55	203.350,00	404.288,97	387.532,00	506.691,23	450.231,00	382.135,41	693.920,00	612.215,87	20%	180%	106%	99%	31%	-15%	-12%	47%	25%	-25%	60%	375%
SET	110.400,00	66.781,36	83.940,00	147.596,57	125.308,00	229.775,74	203.350,00	318.573,95	341.387,00	396.513,37	429.540,00	326.210,77	564.740,00	481.108,04	-40%	76%	83%	57%	16%	-24%	-15%	39%	24%	-18%	47%	620%
OUT	126.040,00	156.344,29	77.070,00	115.775,58	137.650,00	380.064,38	203.350,00	257.724,07	387.084,00	268.564,49	398.051,00	400.004,84	493.211,00	380.537,02	24%	50%	176%	27%	-31%	0%	-23%	-32%	4%	49%	-5%	143%
NOV	131.910,00	81.933,69	104.430,00	146.009,87	164.735,00	215.081,90	203.350,00	346.370,04	441.293,00	394.156,62	434.600,00	448.238,57	573.760,00	566.455,26	-38%	40%	31%	70%	-11%	3%	-1%	61%	14%	14%	26%	591%
DEZ	103.470,00	136.705,00	126.820,00	114.240,15	216.503,00	235.659,60	203.350,00	277.439,45	534.929,00	454.178,92	384.447,00	816.914,81	598.927,00	655.793,00	32%	-10%	9%	36%	-15%	112%	9%	18%	64%	80%	-20%	380%
TOTAL	1.325.260,00	1.277.090,45	1.148.990,00	1.638.126,82	1.714.000,00	2.791.564,40	2.440.190,00	3.627.846,44	4.480.140,00	4.487.626,19	4.749.080,00	5.238.102,05	6.408.291,00	6.539.706,77	-4%	43%	5%	63%	-13%	10%	2%	30%	24%	17%	25%	412%

Fonte: Departamento de Contabilidade/SEMFAZ - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida, DOM nº. 4.173, 27/JAN/2012 (2011).

Elaboração, Compilação e Formatação de dados: Auditor Fiscal Ari Carvalho (acarvalho@semfazonline.com).

GRÁFICO 11 – COMPARAÇÕES ITBI RECEITAS PREVISTAS X REALIZADAS - 2005 A 2011

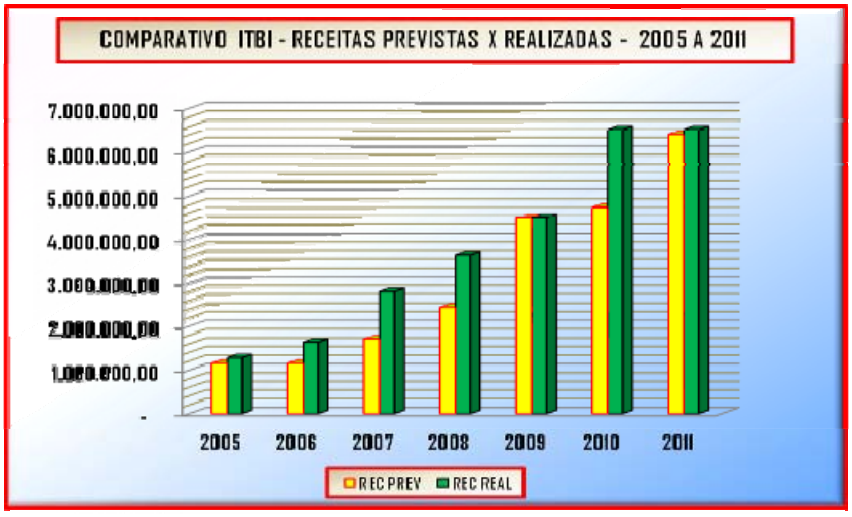
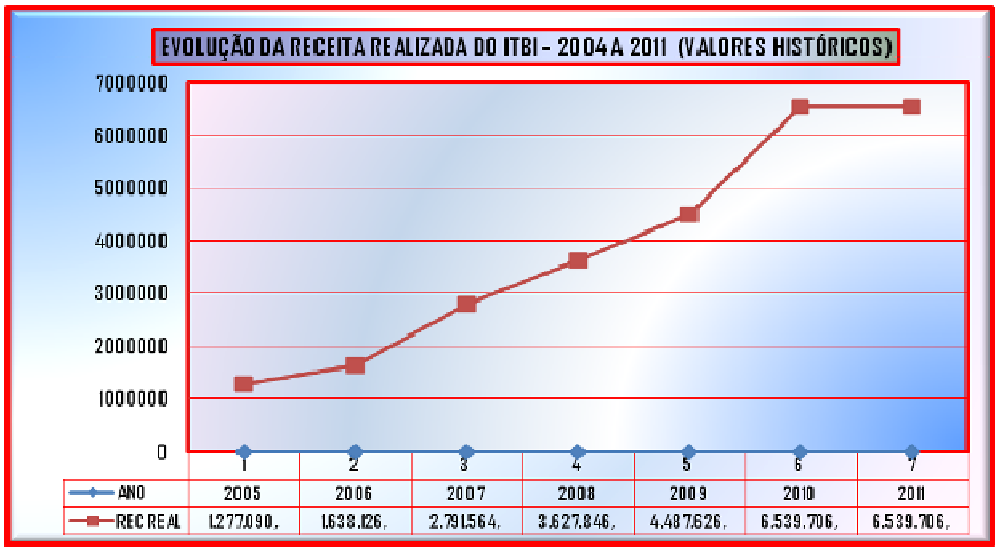


GRÁFICO 12 – EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA DO ITBI – 2005 X 2011



Fonte: Balancete da Receita – Departamento de Contabilidade/SEMFAZ – Relatórios 2005 a 2011
Elaboração, Compilação e Formatação de dados: Auditor Fiscal Ari Carvalho (acarvalho@semfazonline.com).

5.3.2 TAXAS PELO PODER DE POLÍCIA

Decorrem do acompanhamento do exercício da proteção prévia da sociedade, seja através da liberação de alvarás, liberação de passeio público ou vistorias.

Sua função é extrafiscal, ou seja, seu objetivo fim não é a arrecadação ou o simples ingresso dos recursos nos cofres públicos, muito embora venha se constituindo em uma razoável fonte de recursos para promover as melhorias sociais, visto que precipuamente seu fim é o resguardo do patrimônio público e particular, bem como a integridade física dos membros da sociedade.

A SEMFAZ objetivando atender às determinações legais, especificamente, o artigo 77, do CTN, não mais promove lançamento de TAXAS “de ofício”, mas, previamente, executam a prestação dos serviços com a realização de vistorias “in loco”, medições de áreas, publicidades e outras atividades correlatas. Estabeleceu-se um cronograma de vencimentos de taxas de localização e funcionamento de forma que facilitasse tanto a execução dos trabalhos diligenciais, como o cronograma de desembolso dos empresários.

Com a execução das medidas adotadas, observou-se ocorrências de divergências de horários de funcionamentos, de áreas utilizadas e de publicidades, que resultaram lançamentos complementares.

O esforço fiscal resultante da arrecadação do tributo (Taxa de Localização, Funcionamento, vistoria e Publicidade) em 2011 foi:

- *Deficitária (-) em 4º (quatro por cento), se comparado com a receita prevista para 2011;*
- *Superavitária em 19% (dezenove por cento), se comparado com a receita realizada em 2010;*
- *Superavitária em 205% (duzentos e cinco por cento), se comparada à receita realizada em 2005.*

Importa destacar além da estrutura física e quantitativo de pessoal incompatíveis com as demandas, o grande números de estabelecimentos novos que optaram pelo Simples Nacional, cujo tratamento diferenciado, qual seja a dilação do período para pagamento, para as empresas optantes (novas) que possuem uma carência de até 6 (seis) meses para recolhimento das taxas em comento.

No mesmo sentido a nova figura jurídica do Microempreendedor Individual (MEI) inseriu nova demanda de atividades para serem diligenciadas pelos agentes fiscais que executam as atividades de Poder de Polícia Municipal.

QUADRO 13 – COMPARAÇÃO DAS TAXAS DE PODER DE POLÍCIA 2005 X 2006 x 2007 X 2008 X 2009 X 2010 X 2011

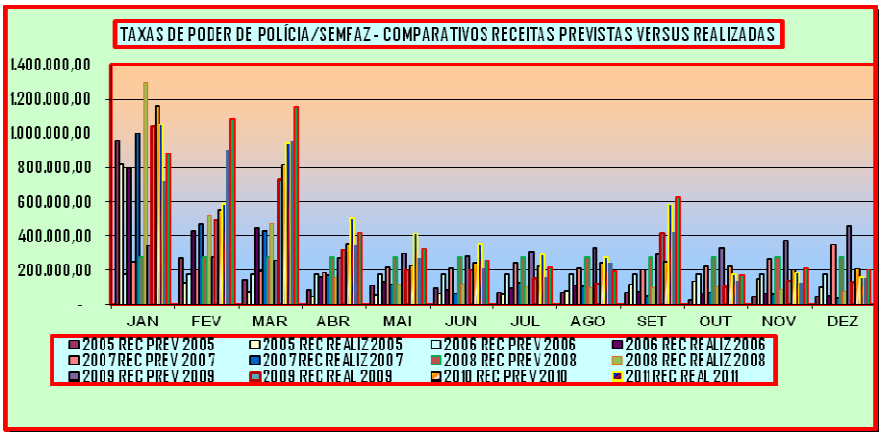
TAXAS DE PODER DE POLICIA

MÊS	DESCRIÇÃO DAS RECEITAS POR EXERCÍCIOS EM R$														COMPARAÇÃO RECEITAS REALIZADAS VERSUS PREVIS							COMPARAÇÃO RECEITAS REALIZADAS (%)				
	PREV 2005	REALIZ 2005	PREV 2006	REALIZ 2006	PREV 2007	REALIZ 2007	PREV 2008	REALIZ 2008	PREV 2009	REAL 2009	PREV 2010	REAL 2010	PREV 2011	REAL 2011	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2008 x 2007	2009 x 2008	2010 x 2009	2011 x 201	2010 x 2005
JAN	959.154,09	819.752,79	173.520,83	797.169,64	248.012,00	997.793,31	276.650,00	1.297.879,58	342.689,00	1.037.743,58	1.156.420,00	726.338,44	880.940,00	1.048.599,70	-15%	359%	302%	369%	203%	-37%	19%	30%	-20%	-30%	44%	28%
FEV	270.180,19	125.696,77	173.520,83	427.113,23	206.113,00	471.576,46	276.650,00	515.000,68	276.289,00	491.337,52	547.510,00	896.834,16	1.082.960,00	587.094,57	-53%	146%	129%	86%	78%	64%	-46%	9%	-5%	83%	-35%	367%
MAR	145.474,70	70.820,21	173.520,83	446.722,32	195.061,00	426.675,55	276.650,00	475.927,18	259.116,00	732.847,38	816.650,00	954.676,98	1.151.280,00	944.159,42	-51%	157%	119%	72%	183%	17%	-18%	12%	54%	30%	-1%	1233%
ABR	83.140,58	44.394,12	173.520,83	159.892,44	184.838,00	168.297,16	276.650,00	158.640,07	271.327,00	318.309,15	354.710,00	349.403,75	419.640,00	505.611,84	-47%	-8%	-9%	-43%	17%	-2%	20%	-6%	101%	10%	45%	1039%
MAI	112.611,34	51.112,48	173.520,83	132.213,45	220.303,00	117.069,48	276.650,00	118.320,55	294.225,00	203.234,93	226.480,00	271.080,41	325.160,00	413.746,94	-55%	-24%	-47%	-57%	-31%	20%	27%	1%	72%	33%	53%	709%
JUN	98.516,54	62.401,95	173.520,83	80.812,97	212.744,00	61.828,07	276.650,00	118.475,07	283.157,00	201.187,38	244.500,00	214.231,43	257.650,00	354.836,77	-37%	-53%	-71%	-57%	-29%	-12%	38%	92%	70%	6%	66%	469%
JUL	66.892,66	55.852,35	173.520,83	97.060,43	242.859,00	125.847,93	276.650,00	104.559,71	307.199,00	150.961,19	224.690,00	159.958,81	217.350,00	291.963,17	-17%	-44%	-48%	-62%	-51%	-29%	34%	-17%	44%	6%	83%	423%
AGO	65.482,22	75.387,06	173.520,83	113.127,50	214.954,00	106.736,46	276.650,00	100.584,69	330.097,00	120.655,14	242.710,00	242.563,44	192.420,00	276.830,85	15%	-35%	-50%	-64%	-63%	0%	44%	-6%	20%	101%	14%	267%
SET	66.707,49	115.446,88	173.520,83	70.571,84	201.968,00	46.349,58	276.650,00	101.293,28	290.791,00	414.681,52	247.130,00	420.659,17	626.100,00	581.849,04	73%	-59%	-77%	-63%	43%	70%	-7%	119%	309%	1%	38%	404%
OUT	31.002,29	136.420,84	173.520,83	63.759,55	221.861,00	67.680,99	276.650,00	104.104,67	329.714,00	102.393,69	223.750,00	135.511,93	169.400,00	175.601,95	340%	-63%	-69%	-62%	-69%	-39%	4%	54%	-2%	32%	30%	29%
NOV	41.553,37	149.408,64	173.520,83	63.713,86	265.515,00	56.974,63	276.650,00	83.286,59	375.891,00	135.752,11	203.480,00	127.281,43	213.510,00	184.146,16	260%	-63%	-79%	-70%	-64%	-37%	-14%	46%	63%	-6%	45%	23%
DEZ	41.200,00	103.733,93	173.520,83	46.746,70	348.952,00	40.554,22	276.650,00	76.834,40	455.645,00	127.117,40	210.040,00	153.123,74	204.780,00	159.663,03	152%	-73%	-88%	-72%	-72%	-27%	-22%	89%	65%	20%	4%	54%
TOTAL	1.981.915,47	1.810.428,02	2.082.249,96	2.498.903,93	2.763.180,00	2.687.383,84	3.319.800,00	3.254.906,47	3.816.140,00	4.036.220,99	4.698.070,00	4.651.663,69	5.741.190,00	5.524.103,44	-9%	20%	-3%	-2%	6%	-1%	-4%	21%	24%	15%	19%	205%

Fonte: Balancete da Receita – Departamento de Contabilidade/SEMFAZ – Relatórios 2005 a 2011

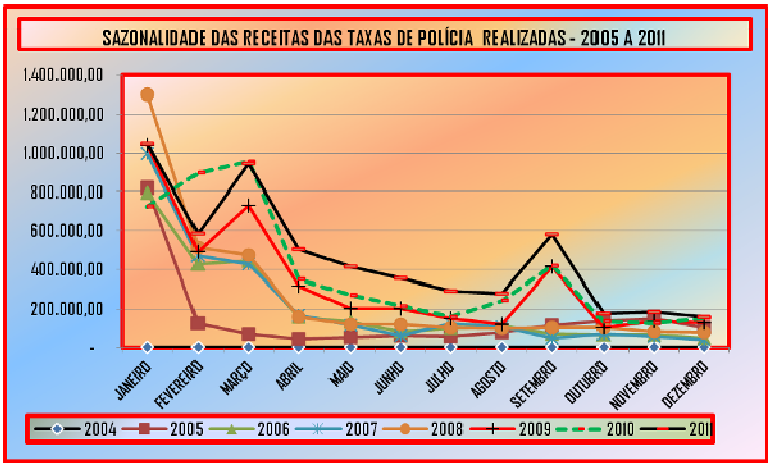
Elaboração, Compilação e Formatação de dados: Auditor Fiscal Ari Carvalho (acarvalho@semfazonline.com).

GRAFICO 13 – COMPARATIVO – TAXAS DE PODER DE POLÍCIA 2005 A 2011



Fonte: Balancete da Receita – Departamento de Contabilidade/SEMFAZ – Relatórios 2005 a 2011
Elaboração, Compilação e Formatação de dados: Auditor Fiscal Ari Carvalho (acarvalho@semfazonline.com).

GRAFICO 14 – COMPARATIVO – TAXAS DE PODER DE POLÍCIA SAZONALIDADE DA ARRECADAÇÃO - 2005 A 2011



Fonte: Balancete da Receita – Departamento de Contabilidade/SEMFAZ – Relatórios 2005 a 2011
Elaboração, Compilação e Formatação de dados: Auditor Fiscal Ari Carvalho (acarvalho@semfazonline.com).

5.3.3 IPTU E TRSD

O Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) tem se convertido em um enorme desafio, visto que diversos fatores podem ser considerados responsáveis pela baixa adimplência, dentre os quais destacamos:

- A falta de titularização dos imóveis – não se têm como executar as dívidas, pois não se sabe quem são os reais proprietários;
- Inconsistências cadastrais – faltam dados dos contribuintes;
- Infra estrutura de tecnologia deficitária para monitoramento e efetivação da cobrança administrativa tempo real.

O Município de Porto Velho, no exercício de 2011, com o intuito de promover a justiça fiscal para os menos favorecidos editou Lei Complementar concedendo o benefício de isenção do IPTU e da Taxa de Resíduos Sólidos Domiciliares para as pessoas inscritas no Programa Social Bolsa Família do Governo Federal, teve como resultante a concessão de 111 (cento e onze) benefícios isentivos.

Objetivando superar as deficiências elencadas, a SEMFAZ desde o ano de 2005 tem incrementado a inscrição dos débitos em DÍVIDA ATIVA e encaminhado com celeridade para a propositura da cobrança judicial, através do Departamento de Execuções Fiscais e da Vara de Execuções Fiscais, observamos que atualmente o comportamento do contribuinte, embora de forma sensível venha mudando, visto que diversos mandados de citações e penhoras estejam chegando às residências dos inadimplentes.

Outra medida importante foi a regularização fundiária, embora o Município, no primeiro momento, deixe de arrecadar o ITBI (isentado pela LC nº. 224/2005 e alterações) assegura de quem exigir o recolhimento do IPTU, visto que o cadastro dos imóveis isentado do ITBI possuem cadastro atualizado.

Embora com os limitadores mencionados, o esforço fiscal resultou de forma positiva, visto que, mesmo com os benefícios concedidos, a arrecadação do imposto em 2011 foi de:

- *Superavitária em 152% (cento e cinquenta e dois por cento), se comparada com a receita realizada em 2005;*
- *Superavitária em 20% (vinte por cento), se comparada com a receita realizada em 2010;*
- *Superavitária em 2% (dois por cento), se comparada com a receita prevista para 2011.*

A Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos Domiciliares (TRSD) tem por objetivo remunerar parte dos serviços contratados pelo Município inerentes à coleta, transporte e limpeza públicas de resíduos (lixo) domiciliares.

Destaque-se que diferentemente da maioria dos municípios a tributação em Porto Velho pela TRSD não leva em consideração o status do contribuinte quanto a utilização do imóvel, se comercial ou residencial, situação essa que deverá ser regularizada com o Projeto de Lei Complementar a ser enviado até agosto/2012 ao Executivo para remodelar e atualizar a tributação das taxas cobradas pelo Município de Porto Velho, cuja aplicação inovadora, se aprovado poderá produzir efeitos financeiros em 2013.

QUADRO 14 – COMPARAÇÃO DO IPTU ARRECADAÇÕES 2005 X 2006 X 2007 X 2008 X 2009 X 2010 X 2011

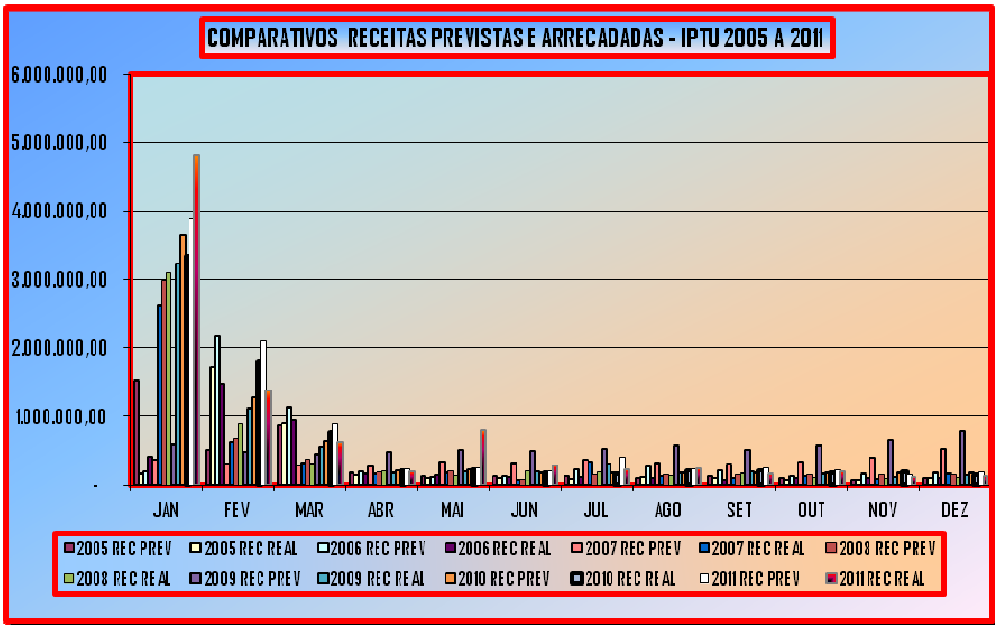
VALORES (HISTÓRICOS) EM REAIS E COMPARAÇÕES EM %

IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - IPTU

MÊS	2005		2006		2007		2008		2009		2010		2011		COMPARAÇÃO RECEITAS REALIZADAS VERSUS PREVISTAS %							COMPARAÇÃO RECEITAS REALIZADAS %				
	REC PREV	REC REAL	REC PREV	REC REAL	REC PREV	REC REAL	REC PREV	REC REAL	REC PREV	REC REAL	REC PREV	REC REAL	REC PREV	REC REAL	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2008/2007	2009/2008	2010/2009	2011/2010	2011/2005
JAN	1.533.030,00	158.825,60	199.200,00	410.023,79	369.277,00	2.627.764,04	2.992.310,00	3.100.046,11	589.963,00	3.229.524,11	3.649.900,00	3.348.304,32	3.880.140,00	4.811.473,11	-90	106	612	4	447	-8	24	18	4	4	44	**2929**
FEV	502.720,00	1.719.340,36	2.181.780,00	1.477.575,37	307.113,00	608.154,65	692.520,00	892.768,82	475.649,00	1.122.313,10	1.268.400,00	1.813.183,81	2.101.191,00	1.384.919,51	242	-32	98	29	136	43	-34	47	26	62	-24	**-19**
MAR	869.290,00	892.808,47	1.132.470,00	941.041,67	290.846,00	321.637,16	366.260,00	316.301,79	446.085,00	560.775,87	633.780,00	774.289,62	897.280,00	612.792,65	3	-17	11	-14	26	22	-32	-2	77	38	-21	**-31**
ABR	172.690,00	151.015,71	191.410,00	154.901,00	275.414,00	168.739,99	192.150,00	194.649,81	467.108,00	182.383,34	206.800,00	203.494,02	235.820,00	189.198,91	-13	-19	-39	1	-61	-2	-20	15	-6	11	-7	**25**
MAI	134.890,00	96.233,29	121.960,00	143.777,43	328.109,00	176.034,28	200.450,00	140.480,40	506.527,00	194.443,59	219.751,00	216.712,22	251.131,00	798.837,88	-29	18	-46	-30	-62	-1	218	-20	38	11	269	**730**
JUN	125.070,00	96.825,38	122.740,00	108.967,28	316.994,00	67.774,34	77.170,00	203.596,60	487.475,00	185.694,81	184.060,00	172.660,01	200.080,00	288.861,85	-23	-11	-79	164	-62	-6	44	200	-9	-7	67	**198**
JUL	136.620,00	77.351,11	229.760,00	112.739,12	361.867,00	327.546,24	156.590,00	179.110,60	528.864,00	301.072,49	184.060,00	163.810,13	404.311,00	217.023,55	-43	-51	-9	14	-43	-11	-46	-45	68	-46	32	**181**
AGO	102.890,00	116.548,04	268.290,00	99.187,99	320.287,00	133.689,07	156.590,00	143.615,29	568.283,00	173.911,32	184.060,00	213.957,10	233.551,00	241.433,92	13	-63	-58	-8	-69	16	3	7	21	23	13	**107**
SET	132.200,00	97.919,13	202.710,00	73.675,38	300.938,00	100.791,55	156.590,00	176.853,45	500.615,00	186.261,70	184.060,00	215.002,52	250.140,00	165.885,78	-26	-64	-67	13	-63	17	-34	75	5	15	-23	**69**
OUT	100.030,00	65.035,58	136.610,00	97.375,36	330.579,00	128.499,96	156.690,00	112.206,48	567.625,00	159.800,48	184.060,00	178.136,57	214.591,00	189.275,16	-35	-29	-61	-28	-72	-3	-12	-13	42	11	6	**191**
NOV	62.390,00	66.914,57	166.170,00	105.868,28	395.624,00	87.333,85	156.590,00	85.658,62	647.120,00	112.984,54	184.060,00	199.591,82	151.731,00	121.975,48	7	-36	-78	-45	-83	8	-20	-2	32	77	-39	**82**
DEZ	103.430,00	91.464,60	172.100,00	105.868,28	519.952,00	167.046,81	156.590,00	99.794,53	784.426,00	138.871,34	184.060,00	140.908,00	186.485,00	133.495,20	-12	-38	-68	-36	-82	-23	-28	-40	39	1	-5	**46**
TOTAL	**3.975.250,00**	**3.630.281,84**	**5.125.200,00**	**3.831.000,95**	**4.116.800,00**	**4.915.011,94**	**5.460.500,00**	**5.645.082,50**	**6.569.740,00**	**6.548.636,69**	**7.267.051,00**	**7.640.050,14**	**9.006.451,00**	**9.155.173,00**	-9%	-25%	19%	3%	0%	5%	2%	15%	16%	17%	20%	152%

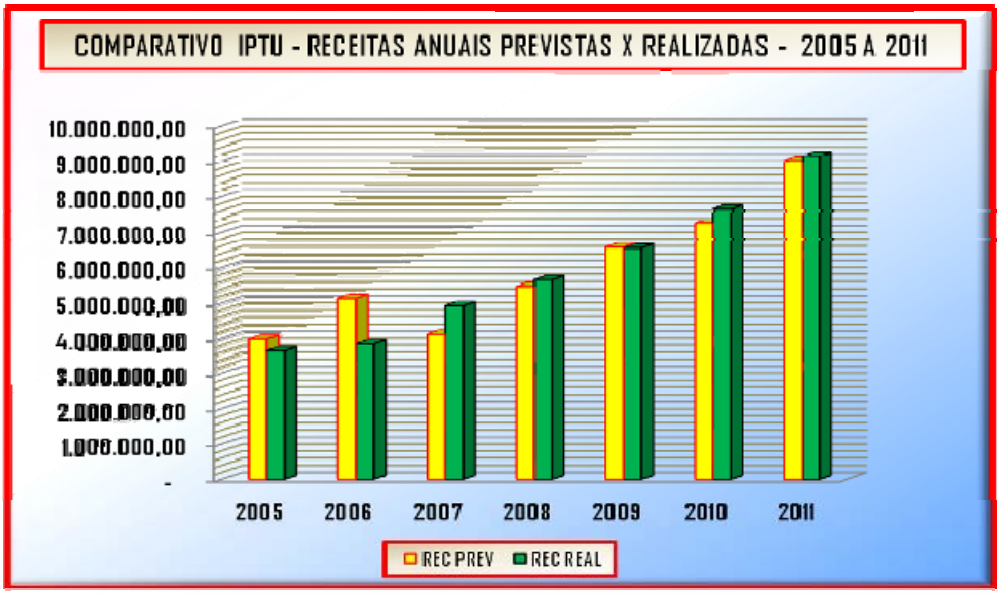
Fonte: Departamento de Contabilidade/SEMFAZ - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida, DOM nº. 4.173, 27/JAN/2012 (2011).
Elaboração, Compilação e Formatação de dados: Auditor Fiscal Ari Carvalho (acarvalho@semfazonline.com).

GRÁFICO 15 – COMPARATIVOS MENSAIS DAS RECEITAS PREVISTA E REALIZADAS IPTU 2005 A 2011



Fonte: Balancete da Receita – Departamento de Contabilidade/SEMFAZ – Relatórios 2005 a 2011
Elaboração, Compilação e Formatação de dados: Auditor Fiscal Ari Carvalho (acarvalho@semfazonline.com).

GRÁFICO 16 – COMPARATIVOS ANUAIS RECEITAS PREVISTAS X ARRECADADAS DO IPTU 2005 A 2011

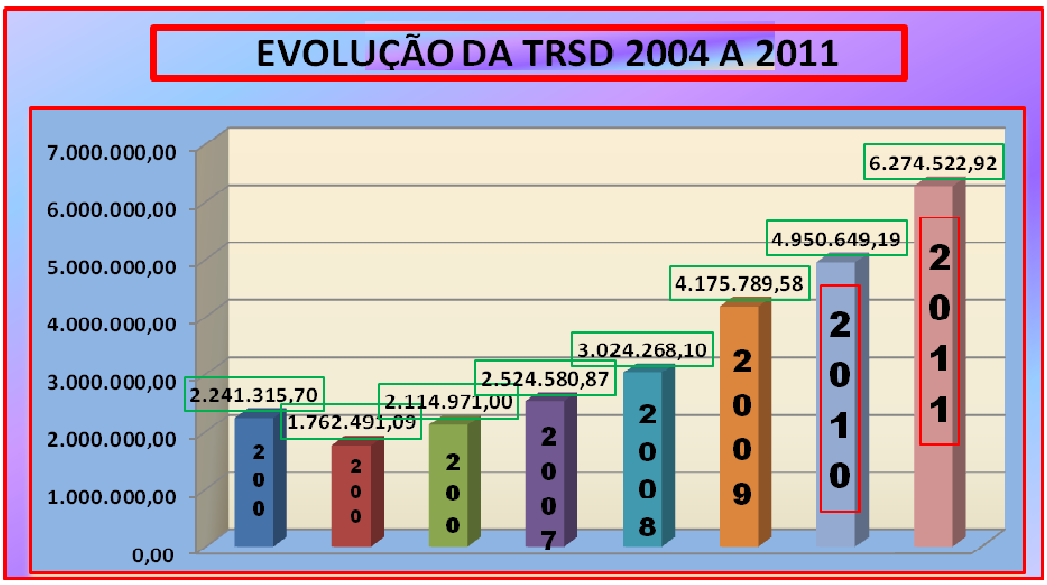


Fonte: Balancete da Receita – Departamento de Contabilidade/SEMFAZ – Relatórios 2005 a 2011
Elaboração, Compilação e Formatação de dados: Auditor Fiscal Ari Carvalho (acarvalho@semfazonline.com).

QUADRO 15 – DEMONSTRATIVO DA TRSD – COMPARATIVO 2004 A 2011

ANO	RECEITA REALIZADA
2004	2.241.315,70
2005	1.762.491,09
2006	2.114.971,00
2007	2.524.580,87
2008	3.024.268,10
2009	4.175.789,58
2010	4.950.649,19
2011	6.274.522,92

GRÁFICO 17 – COMPARATIVO DA ARRECADAÇÃO DA TRSD – 2004 A 2011



Fonte: Balancete da Receita – Departamento de Contabilidade/SEMFAZ – Relatórios 2004 a 2011.
Elaboração, Compilação e Formatação: Auditor do Tesouro Municipal Ari Carvalho (acarvalho@semfazonline.com).

5.3.4 ISSQN

Imposto Sobre de Serviços de Qualquer Natureza

Competência:

Simplesmente conhecido como ISS (Imposto Sobre Serviços), é de competência dos Municípios, conforme artigo 156, inc. III, da CF/1988.

Fundamentação Legal: (Vigente à época)

- Artigo 156, inciso III, da Constituição Federal de 1988;
- Lei Complementar nº. 116, de 31.07.2003 (Norma Geral Federal);
- Lei Complementar nº. 199/2004 e alterações;
- Lei Complementar nº. 369/2009;
- Lei Complementar nº. 400/2010.

Função:

Tem função predominantemente fiscal, perfaz-se na mais importante fonte de receita tributária própria dos municípios, embora não tenha alíquota uniforme, não se pode dizer que seja um imposto seletivo. Muito menos que tenha função extrafiscal relevante. Muitos municípios não o arrecadam por falta de condições administrativas, dentre outros motivos.

Em Porto Velho perfaz a maior fonte de receita tributária própria.

Fato Gerador:

Compreende, conforme determinação constitucional, todos os serviços não abrangidos na competência tributária dos estados e devem ser definidos em Lei Complementar (LC nº116/2003), recepcionado no município de Porto Velho, na íntegra pela Lei Complementar nº 369/2009 e alterações.

Base de Cálculo:

Geralmente: é o preço do serviço sem qualquer dedução.

Exceções:

- – *Construção Civil*: dedução do material empregado limitado ao equivalente a 60% do Faturamento Bruto, desde que integrem/incorporem fisicamente o bem imóvel, ou o valor remanescente após a dedução dos materiais empregados devidamente comprovados por notas fiscais de aquisições destes materiais – o valor a ser tributado corresponde aos serviços em sua totalidade.
- – *Hospitais*: 70% do faturamento bruto (consideram-se como materiais utilizados nos procedimentos hospitalares - alimentação, material penso e outros – como sendo equivalente a 30% do faturamento). Inexiste possibilidade de comprovação, por meio de notas fiscais ou outro artifício documental, para obtenção de dedução diferente;
- – *Outras situações: conforme previsto na* Lei Complementar nº. 369, de 22 de dezembro de 2009, que alterou diversos dispositivos atinentes ao ISSQN aplicados em 2010, bem como na Lei Complementar nº. 400/2010, a serem aplicados em 2011.

Contribuinte

- Direto:

É a pessoa jurídica ou física a ela equiparada prestadora de serviços e os profissionais autônomos, que tenha relação direta com o imposto.

- Responsável:

É o tomador, contratante ou intermediador do serviço, nos termos da Legislação aplicável. È responsável pelo pagamento integral do imposto devido, inclusive multa e acréscimos legais, independentemente, de haver ou não procedidos a retenção do imposto na fonte no ato do pagamento. (art. 6º, § 1º, LC 116/2003).

Lançamento:

A modalidade de lançamento é feita por homologação, os termos do art. 150, do Código Tributário Nacional, pois, no caso deste imposto, é o contribuinte quem calcula o valor devido, declara, recolhe e aguarda a homologação por parte do Fisco – se não efetivada expressamente no prazo de 5 anos após a ocorrência do fato gerador, considera-se tacitamente homologado por decurso de prazo.

MEDIDAS DE ESFORÇO FISCAL PARA MELHORAR A ARRECADAÇÃO DO ISSQN

O ISSQN (incluso o Simples Nacional) perfaz a maior fonte de Receitas Tributárias Próprias (RTP) do Município, representando em 2011 o equivalente 76% (setenta e seis por cento) das citadas receitas, superando, inclusive, em valores efetivos individuais, o FPM e Cota-Parte do ICMS, isoladamente.

Diversas ações têm corroborado para o sucesso arrecadatório, dentre elas destacamos:

1. A efetiva ação fiscalizadora promovida pelos Auditores do Tesouro Municipal, que mesmo com um contingente insuficiente frente à demandas, têm promovido ações que superam a estrutura disponível ou seja, através de diligências em estabelecimentos púbicos (tomadores de serviços – obrigatoriedade de retenções quando contratarem determinados serviços) ou empreendimentos particulares prestadores de serviços, perfazendo o total de 1.552 (mil quinhentos e cinquenta e duas) interveniências a contribuintes realizadas, seja por meio diligências, pareceres, auditorias, emissões de relatórios e documentos fiscais;
2. Reenquadramento dos contribuintes intitulados de sociedades uniprofissionais;
3. Acompanhamento/monitoramento diário dos efetivos faturamentos inerentes às obras de Construção das Usinas do Rio Madeira e das subempreitadas contratadas.

Embora com as carências inerentes ao quadro deficitário de pessoal, de equipamentos, de estruturas físicas e de um Sistema de Tributação plenamente informatizado, falta de veículos e motoristas suficientes para as demandas atuais dentre outros ***O ESFORÇO FISCAL*** resultou de forma positiva, visto que o ***superávit*** na arrecadação do tributo foi de:

- *908% (novecentos e oito e um por cento), se comparado com a receita realizada em 2005;*
- *8% (oito por cento), se comparado com receita realizada em 2010;*
- *7% (sete por cento), se comparada com a receita prevista para 2011.*

O extraordinário desempenho na arrecadação deste tributo, certamente, poderia ser ampliado, entretanto, faz-se imprescindível a adoção de uma política que valorize a Máquina Fazendária, instrumentalizando-a, seja com ingressos de novos servidores (contratação de todos os candidatos a auditores fiscais aprovados em concurso e já aprovados em curso de formação técnica) e pessoal de apoio (técnicos da área tributária), seja com a aquisição de equipamentos de informática, estrutura física e de sistemas informatizados condizentes com as demandas que se apresentam na estrutura fazendária e promovendo uma ampla reestruturação da Secretaria Municipal de Fazenda, enfim, valorizando o corpo técnico que possui.

O recolhimento do ISSQN pelos optantes do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) vem desde o mês de JULHO/2007 contribuinte de forma significativa com a arrecadação do Município, tendo sido observado uma evolução de 705,3%, comparando-se 2007 com 2011 (Quadro 17 e Gráfico 20).

QUADRO 16 – COMPARAÇÃO ARRECADAÇÕES DO ISSQN 2005 A 2011

IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN

MÊS	2005		2006		2007		2008		2009		2010		2011		RECEITAS REALIZADAS VERSUS PREVISTAS COMPARAÇÃO %							RECEITAS REALIZADAS COMPARAÇÃO %				
	REC PREV	REC REAL	REC PREV	REC REAL	REC PREV	REC REAL	REC PREV	REC REAL	REC PREV	REC REAL	REC PREV	REC REAL	REC PREV	REC REAL	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	08/07	09/08	10/09	11/10	11/05
JAN	1.272.110,00	1.569.673,24	1.638.520,00	2.258.116,69	2.380.046,00	2.937.616,00	3.297.820,00	3.015.686,13	3.692.325,00	5.585.906,23	6.535.860,00	11.832.174,36	13.752.051,00	20.628.508,62	23	38	23	-9	51	81	50	3	85	**112**	74	1214
FEV	1.142.950,00	1.181.195,92	1.190.940,00	1.524.138,46	1.979.392,00	2.128.033,80	2.393.810,00	2.512.106,06	2.976.887,00	4.047.384,55	4.735.691,00	8.542.654,76	9.928.780,00	13.424.806,45	3	28	8	5	36	80	35	18	61	**111**	57	1037
MAR	1.474.230,00	1.382.677,12	1.548.410,00	1.835.735,68	1.873.258,00	2.184.442,44	2.449.630,00	2.676.630,40	2.791.859,00	4.814.891,73	5.633.720,00	12.387.353,28	14.397.311,00	15.223.105,53	-6	19	17	9	72	120	6	23	80	**157**	23	1001
ABR	1.363.750,00	1.514.625,46	1.659.980,00	2.112.068,66	1.775.085,00	2.525.331,97	2.838.060,00	2.831.934,89	2.923.434,00	13.204.003,44	15.449.511,00	14.785.499,84	17.184.580,00	16.471.411,58	11	27	42	0	352	-4	-4	12	366	**12**	11	987
MAI	1.426.350,00	1.489.867,40	1.654.180,00	2.056.646,04	2.114.712,00	2.526.579,90	2.839.470,00	3.155.242,17	3.170.137,00	6.835.401,58	7.997.851,00	13.400.519,36	15.574.880,00	12.673.476,90	4	24	19	11	116	68	-19	25	117	**96**	-5	751
JUN	1.350.830,00	1.759.768,69	1.819.240,00	2.521.801,65	2.043.072,00	2.688.969,83	3.032.210,00	3.375.821,03	3.050.897,00	7.036.134,85	8.070.531,00	14.477.048,97	16.826.080,00	14.731.564,39	30	39	32	11	131	79	-12	26	108	**106**	2	737
JUL	1.288.630,00	1.668.191,95	1.604.500,00	2.448.528,99	2.332.286,00	2.522.731,87	2.808.500,00	3.324.610,02	3.309.936,00	8.657.982,09	8.070.531,00	15.389.171,11	15.995.711,00	18.511.004,42	29	53	8	18	162	91	16	32	160	**78**	20	1010
AGO	1.362.670,00	1.678.219,22	1.557.290,00	2.353.810,56	2.064.299,00	2.515.798,75	2.808.500,00	3.572.387,46	3.556.638,00	9.138.131,71	8.070.531,00	11.401.723,90	15.995.711,00	16.852.479,63	23	51	22	27	157	41	5	42	156	**25**	48	904
SET	1.415.170,00	1.904.106,77	1.657.800,00	2.354.976,86	1.939.591,00	2.605.650,25	2.808.500,00	3.954.661,70	3.133.132,00	9.986.473,59	8.070.531,00	18.511.290,24	15.995.711,00	17.016.479,75	35	42	34	41	219	129	6	52	153	**85**	-8	794
OUT	1.408.830,00	1.780.523,59	1.536.770,00	2.204.976,84	2.130.632,00	3.981.570,04	2.808.500,00	3.918.965,46	3.552.526,00	9.635.739,88	8.070.531,00	16.540.883,68	15.995.711,00	15.896.802,49	26	43	87	40	171	105	-1	-2	146	**72**	-4	793
NOV	1.393.970,00	1.572.280,30	1.530.430,00	2.429.002,02	2.549.860,00	1.838.887,32	2.808.500,00	4.662.105,91	4.050.045,00	10.183.104,73	8.070.531,00	20.974.754,43	15.995.711,00	17.532.367,37	13	59	-28	66	151	160	10	154	118	**106**	-16	1015
DEZ	1.465.050,00	1.989.660,26	1.759.130,00	2.906.703,49	3.351.167,00	3.039.017,56	2.808.500,00	4.373.593,21	4.909.394,00	10.978.635,30	8.070.521,00	23.423.609,09	15.995.703,00	17.524.593,47	36	65	-9	56	124	190	10	44	151	**113**	-25	781
TOTAL	**16.364.540,00**	**19.490.789,92**	**19.157.190,00**	**27.006.505,94**	**26.533.400,00**	**31.494.629,73**	**33.702.000,00**	**41.373.744,44**	**41.117.210,00**	**100.103.789,68**	**96.846.340,00**	**181.666.683,02**	**183.637.940,00**	**196.486.600,60**	19	41	19	23	143	88	**7**	31	142	81	**8**	**908**

Fonte: Departamento de Contabilidade/SEMFAZ - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida, DOM nº. 4.173, 27/JAN/2012 (2011).
Elaboração, Compilação e Formatação de dados: Auditor Fiscal Ari Carvalho (acarvalho@semfazonline.com).

GRÁFICO 18 – RECEITAS DO ISSQN PREVISTAS *VERSUS* ARRECADADAS 2005 A 2011

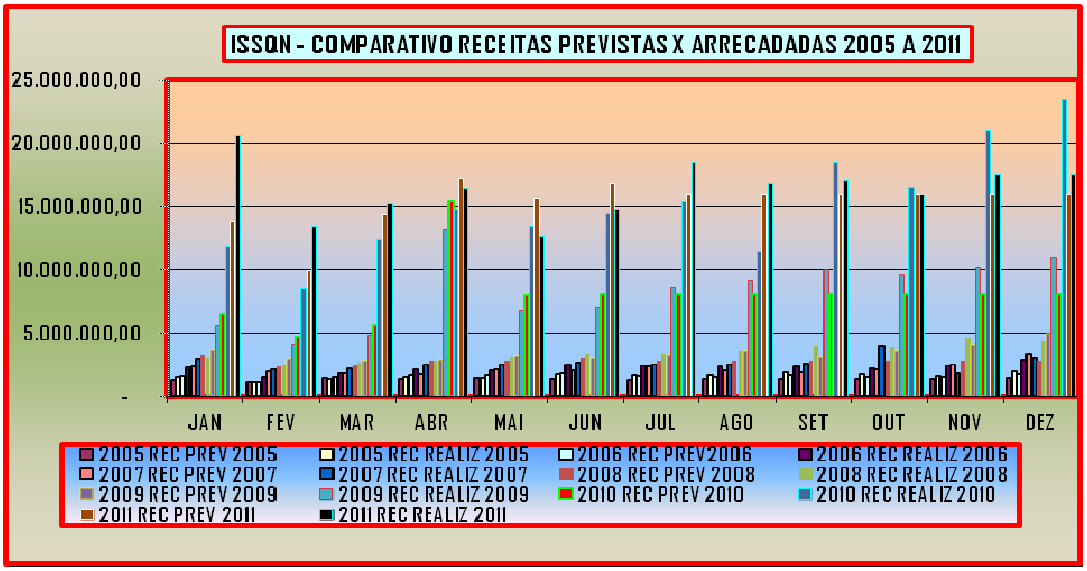
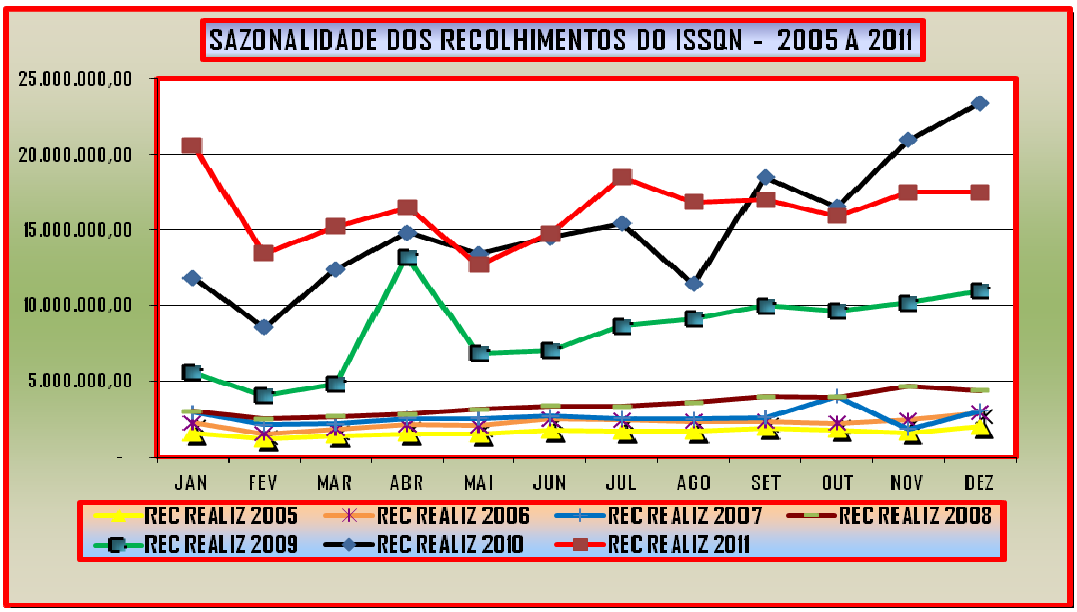


GRÁFICO 19 – COMPARATIVO DA SAZONALIDADE DOS RECOLHIMENTOS DO ISS 2005 - 2011



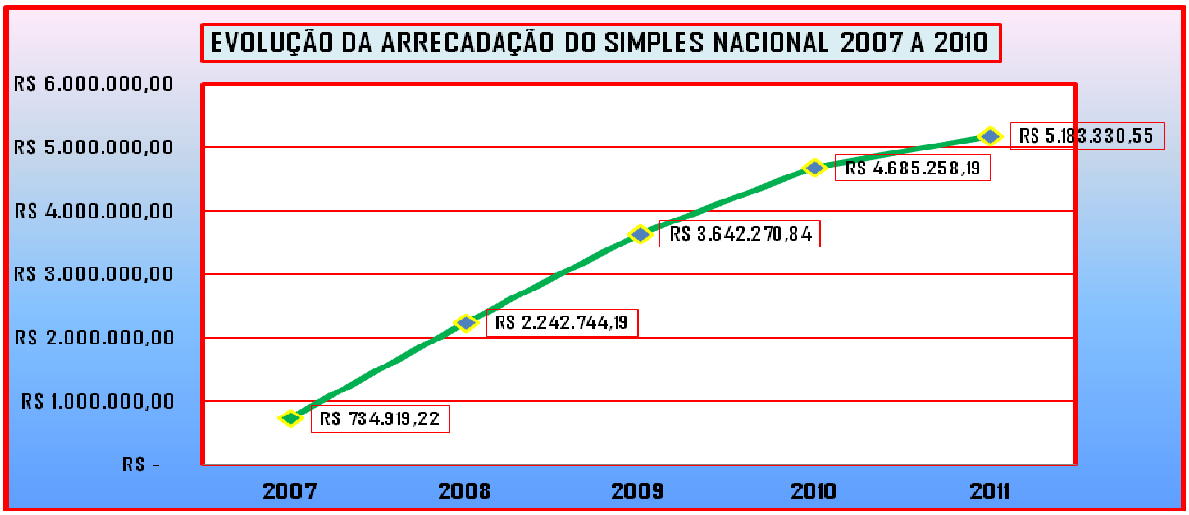
Fonte: Departamento de Contabilidade/SEMFAZ - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida, DOM nº. 4.173, 27/JAN/2012 (2011).
Elaboração, Compilação e Formatação de dados: Auditor Fiscal Ari Carvalho (acarvalho@semfazonline.com).

QUADRO 17 – EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO DO SIMPLES NACIONAL - 2007 A 2011

2007	2008	2009	2010	2011
R$. 734.919,22	R$. 2.242.744,19	R$. 3.642.270,84	R$. 4.685.258,19	R$. 5.183.330,55
EVOLUÇÃO PERCENTUAL BASE 2007 PARA 2011				
705,29				

Fonte: SISBB - Sistema de Informações Banco do Brasil, Demonstrativo da Receita Corrente Líquida, DOM nº. 4.173, 27/JAN/2012 (2011).
Elaboração, Compilação e Formatação de dados: Auditor Fiscal Ari Carvalho (acarvalho@semfazonline.com).

GRÁFICO 20 – EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO DO SIMPLES NACIONAL - 2007 A 2011



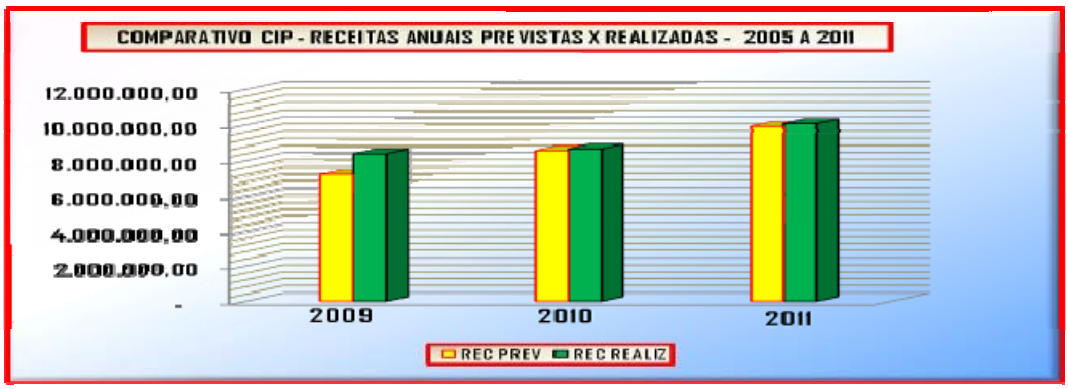
Fonte: SISBB - Sistema de Informações Banco do Brasil, Demonstrativo da Receita Corrente Líquida, DOM nº. 4.173, 27/JAN/2012 (2011).
Elaboração, Compilação e Formatação de dados: Auditor Fiscal Ari Carvalho (acarvalho@semfazonline.com).

QUADRO 18 – COMPARATIVO - CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - CIP

ANO	RECEITA PREVISTA	RECEITA REALIZADA
2009	7.205.400,00	8.408.727,88
2010	8.581.090,00	8.675.987,97
2011	9.924.499,00	10.089.054,09

Fonte: Relatório DAT/SEMFAZ e Demonstrativo da Receita Corrente Líquida, DOM nº. 4.173, 27/JAN/2012 (2011).
Elaboração, Compilação e Formatação de dados: Auditor Fiscal Ari Carvalho (acarvalho@semfazonline.com).

GRÁFICO 21 – COMPARATIVO CIP PREVISTA X REALIZADA 2009 A 2011



Fonte: Relatório DAT/SEMFAZ e Demonstrativo da Receita Corrente Líquida, DOM nº. 4.173, 27/JAN/2012 (2011).
Elaboração, Compilação e Formatação de dados: Auditor Fiscal Ari Carvalho (acarvalho@semfazonline.com).

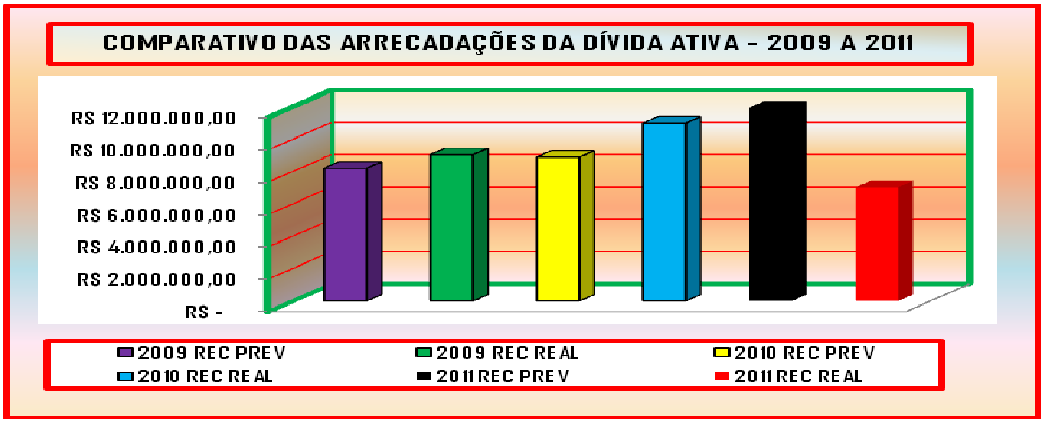
5.4 – RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

5.4.1 – DÍVIDA ATIVA - TOTAL

QUADRO 19 – COMPARAÇÃO DAS RECEITAS DE DÍVIDA ATIVA PREVISTA *VERSUS* REALIZADAS 2009 A 2011

COMPARATIVO DA ARRECADAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA					
2009		2010		2011	
REC PREV	REC REAL	REC PREV	REC REAL	REC PREV	REC REAL
R$ 8.212.560,00	R$. 9.049.066,69	R$. 8.892.600,00	R$. 1.014.924,87	R$. 11.969.280,00	R$. 7.050.823,07
RESULTADOS RECEITAS PREVISTAS VERSUS REALIZADAS					
2009	10,20%	2010	23,80%	2011	- 41,00%

GRÁFICO 22 – COMPARATIVO DA DÍVIDA ATIVA RECEITAS PREVISTAS E REALIZADAS - 2009 A 2011



Fonte: Departamento de Contabilidade/SEMFAZ - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida, DOM nº. 3.930, 31/JAN/2011 (2010).
Elaboração, Compilação e Formatação de dados: Auditor Fiscal Ari Carvalho (acarvalho@semfazonline.com).

5.4.2 – RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS NA INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA

5.4.2.1 – ANISTIA TRIBUTÁRIA

A Lei Complementar nº. 401, de 27 de dezembro de 2010, que trata do Programa de Estímulo à Regularização Fiscal (PROERF), cuja implementação e aplicação iniciou-se em JANEIRO/2011, concedendo a anistia de juros e multas para créditos tributários cujos fatos geradores tenham ocorrido até 31 de dezembro de 2009.

Além da Lei de Anistia explicitada, encontra-se em vigor a Lei n° 1.903/2010, que regula o parcelamento de dívidas tributárias sem o benefício da anistia, que, também, é utilizada na recuperação de créditos tributários.

5.4.3 – RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS NA INSTÂNCIA JUDICIAL

Esta receita é administrada pela Procuradoria Geral do Município desde setembro/2006, através das Subprocuradorias Fiscal e de Dívida Ativa.

Assim sendo, caberá a Procuradoria Geral complementar a informação de quantas ações foram proposta bem com a ocorrência da plena citação pelo poder judiciário com incidência de recebimento da receita ajuizada, tendo sido constatado resultado ***deficitário de 41%*** em relação à meta prevista para 2011.

6 – ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE

O Atendimento ao contribuinte é executado pelo Departamento de Administração Tributária, através da Divisão de Atendimento ao Contribuinte, com postos de atendimentos na própria SEMFAZ e no Shopping do Cidadão, tendo durante ao exercício de 2011 e demais anos anteriores (a partir de 2006) executados os seguintes quantitativos de atendimentos:

QUADRO 20 – ESTATÍSTICAS DE ATENDIMENTOS/LICENCIAMENTOS DE EMPRESAS SEMFAZ - 2011

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO GERAL DAS ATIVIDADES DA DIVISÃO DE ATENDIMENTO/DAC - 2010													
MESES	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
ATENDIMENTO/SEMFAZ	9.320	9.913	10.086	16.429	3.380	4.720	4.686	9.044	8.045	9.557	5.104	3.982	94.266
MESES	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
PARCELAMENTO	462	516	463	332	601	1.260	634	350	607	451	202	154	6.032
MESES	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
TOTAL GERAL													**100.298**

Fonte: Divisão de Atendimento ao Contribuinte/DAT/SEMFAZ
Elaboração, Compilação e Formatação de dados: Auditor Fiscal Ari Carvalho (acarvalho@semfazonline.com).

QUADRO 21 – ESTATÍSTICAS DE ATENDIMENTOS/LICENCIAMENTOS DE EMPRESAS SEMFAZ - 2010

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO GERAL DAS ATIVIDADES DA DIVISÃO DE ATENDIMENTO/DAC - 2010													
MESES	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
ATENDIMENTO/SEMFAZ	11.131	8.346	9.576	8.099	7.408	5.518	9.701	14.870	8.064	5.526	7.071	5.354	100.664
MESES	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
PARCELAMENTO	449	183	358	359	359	384	694	396	292	282	437	341	4.534
MESES	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
TOTAL GERAL													**105.198**

QUADRO 22 – ESTATÍSTICAS DE ATENDIMENTOS/LICENCIAMENTOS DE EMPRESAS SEMFAZ - 2009

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO GERAL DAS ATIVIDADES DA DIVISÃO DE ATENDIMENTO/DAC - 2009													
MESES	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
ATENDIMENTO/SEMFAZ	7.417	11.758	7.598	10.699	11.312	10.827	10.414	10.220	7.988	7.880	5.071	13.443	114.627
MESES	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
PARCELAMENTO	327	320	392	393	400	312	315	420	1.167	1.312	367	850	6.575
MESES	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
ATENDIMENTO SHOPPING	1.700	1.319	917	1.644									15.707
TOTAL GERAL													136.909

QUADRO 23 – ESTATÍSTICAS DE ATENDIMENTOS/LICENCIAMENTOS DE EMPRESAS SEMFAZ/2008

ACOMPANHAMENTO GERAL DOS ATENDIMENTOS 2008 – DAC							
PRODUÇÃO GERAL ATENDIMENTOS							
MÊS	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Total
Atendimentos	24.180	19.374	21.214	18.775	21.769	22.851	128.163
MÊS	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Atendimentos	16.030	18.178	19.784	14.386	14.738	12.068	95.184
TOTAL GERAL							**223.347**

LICENCIAMENTOS DE EMPRESAS – 2008												
MESES	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
QUANT	79	67	93	92	110	106	120	71	64	69	85	84
TOTAL												**1.040**

Fonte: Divisão de Atendimento ao Contribuinte/DAT/SEMFAZ
Elaboração, Compilação e Formatação de dados: Auditor Fiscal Ari Carvalho (acarvalho@semfazonline.com).

QUADRO 24 – ESTATÍSTICAS DE ATENDIMENTOS/LICENCIAMENTOS DE EMPRESAS SEMFAZ/2007

ACOMPANHAMENTO GERAL DAS ATIVIDADES DA DIVISÃO DE ATENDIMENTO/SEMFAZ													
PERIODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2007													
	JAN	**FEV**	**MARÇ**	**ABR**	**MAI**	**JUN**	**JUL**	**AGO**	**SET**	**OUT**	**NOV**	**DEZ**	**TOTAL**
ATENDIMENTO/SEMFAZ	2.929	2.929	15.758	19.897	22.656	15.122	12.721	16.503	12.166	13.653	15.713	12.625	162.672
ATENDIMENTO/SHOPPING	194	194	1.527	1.738	1.368	1.464	1.705	1.675	1.325	1.487	506	1.264	14.447
TOTAL GERAL	3.123	3.123	17.285	21.635	24.024	16.586	14.426	18.178	13.491	15.140	16.219	13.889	**177.119**
ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS DE PARCELAMENTO													
	JAN	FEV	MARC	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
ATENDIMENTO/SEMFAZ	200	246	173	186	278	203	324	237	159	178	85	295	1.286
ATENDIMENTO/SHOPPING	30	46	13	23	14	25	21						151
TOTAL GERAL	230	292	186	209	292	228	345	237					1.437

QUADRO 25 – ESTATÍSTICAS DE ATENDIMENTOS/LICENCIAMENTOS DE EMPRESAS SEMFAZ /2006

RELATÓRIO ESTATÍSTICO ATENDIMENTO/ SEMFAZ /2006													
REERENTES 2006	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGOS	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL GERAL
ATENDIMENTO DIARIO / NA SEMFAZ	9128	18972	24254	21658	15456	15096	13221	23795	22296	17112	9476	17179	207643
ATENDIMENTO DIARIO /SHOPPING	2252	2114	2076	1606	1976	2119	2572	2519	1745	2354	2459	2330	26122
ATENDIMENTO EXCLUSIVO PROTOCOLO	1967	9014	9896	8285	2781	5880							37823
TOTAL	11380	21086	26330	23264	17432	17215	15793	26314	24041	19466	11935	19509	**233.765**

Fonte: Divisão de Atendimento ao Contribuinte/DAT/SEMFAZ
Elaboração, Compilação e Formatação de dados: Auditor Fiscal Ari Carvalho (acarvalho@semfazonline.com).

6.1 DISPONIBILIZAÇÃO DE SERVIÇOS NA WEB – CONSEQUÊNCIAS

Importante ressaltar que as demandas presenciais de contribuintes na SEMFAZ e postos de atendimentos estaria muito além dos números demonstrados neste item, se não houvessem as disponibilizações de serviços na *web* nos sítios ***www.semfazonline.com*** e ***www.portovelho.ro.gov.br***, tais como: Declaração eletrônica de Serviços Prestados e Tomados (Guias de Informações Mensais do ISSQN e Guias de Informações do Contribuinte Responsável), Geração e Emissão de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), Guias de ITBI, Certidões Negativas, Documentos de Arrecadações Municipais (Dams), Formulários-Requerimentos referente a todos os serviços prestados pela SEMFAZ e disponibilizações das legislações tributárias do Município de Porto Velho.

Destaque-se que a carência de número de profissionais de Tecnologia da Informação é uma demanda contínua. A estratificação de um Projeto para WEB para a prestação de serviços fiscais exige acompanhamento diuturno e evolutivo. Eis a justificativa de um número limitado de serviços, visto que os mesmo profissionais de TI são responsáveis por demandas muito peculiares e complexas.

Elencamos a seguir os dados estatísticos (Quadro 26) originados dos serviços ofertados pela SEMFAZ, via web no portal www.semfazonline.com, que representaram um crescimento de 25% (vinte e cinco por cento), se comparado a 2010 e 41.145% (quarenta e um mil cento e quarenta e cinco por cento), se comparado a 2007 .

QUADRO 26 – ESTATÍSTICAS DE ATENDIMENTOS E SERVIÇOS WEB PRESTADOS PELA SEMFAZ - 2007 A 2011

QUANTITATIVO DE DOCUMENTOS EMITIDOS PELO PORTAL SEMFAZONLINE						
PERIODO DE 15/09/2007 A 31/12/2011						
DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	**2007**	**2008x2007**	**2009x2008**	**2010x2009**	**2011x2010**	**TOTAL**
IMPOSTO PREDIAL	-	-	2.186	5.826	10.938	18.950
IMPOSTO TERRITORIAL	-	-	918	2.931	4.896	8.745
TAXA DE RESIDUOS SÓLIDOS	-	-	1.983	6.021	10.833	18.837
ISSQN MENSAL	174	9.734	11.459	11.348	13.258	45.973
ISSQN RETENÇÃO	257	7.244	13.287	41.615	48.671	111.074
CERTIDÃO NEGATIVA DE DEBITO	-	-	46.246	66.092	72.705	185.043
TAXA DE LICENÇA DE FUNCIONAMENTO	-	-	-	3.511	6.200	9.711
EMISSÃO 2ª VIA ITBI	-	-	59	13	937	1.009
ITBI ONLINE (LANÇADO EM AGOSTO/2011)	-	-	-		289	289
NOTA FISCAL DE SERVIÇOS AVULSA	-	-	-	4.813	9.041	13.854
TOTAL DE DOCUMENTOS EMITIDOS	431	16.978	76.138	142.170	177.768	413.485
PERCENTUAL DE CRESCIMENTO ANUAL	**100%**	**3839%**	**348%**	**87%**	**25%**	-
COMPARATIVO DE CRESCIMENTO 2011 VERSUS 2007 - PERCENTUAL						**41145%**

NOTAS:

1) Dados tabulados até 31/12/2011;

2) A Evolução percentual representa os acréscimos dos números de atendimentos web, tomando-se por parâmetro o total de atendimentos de cada ano imediatamente anterior;

3) O comparativo de crescimento 2011 *versus* 2007 representa o percentual de variação dos números de serviços prestados não presenciais em 2007 e no ano de 2011.

QUADRO 27 – ESTATÍSTICAS DAS EMISSÕES DE DOCUMENTOS EM ATENDIMENTOS PRESENCIAIS NA SEMFAZ - 2007 A 2011

PERIODO DE 15/09/2007 A 31/12/2011						
DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**TOTAL**
IMPOSTO PREDIAL	83.864	45.937	63.074	47.983	41.438	282.296
IMPOSTO TERRITORIAL	25.592	23.376	24.450	21.592	21.655	116.665
TAXA DE RESIDUOS SÓLIDOS	81.929	52.460	82.092	64.550	50.970	332.001
ISSQN MENSAL	94.081	41.862	42.562	18.295	4.886	201.686
ISSQN RETENÇÃO	40.091	22.922	36.998	6.918	1.699	108.628
CERTIDÃO NEGATIVA DE DEBITO	15.241	18.913	3.351	292	174	37.971
TAXA DE LICENÇA DE FUNCIOANAMENTO	15.482	14.366	13.935	12.474	10.054	66.311
EMISSÃO 2ª VIA ITBI	3.663	3.153	3.732	3.645	5.719	19.912
NOTA FISCAL DE SERVIÇOS AVULSA	13.210	13.760	14.675	9.874	4.665	56.184
Total de Documentos Emitidos	373.153	236.749	284.869	185.623	141.260	1.221.654
INVOLUÇÃO PERCENTUAL DE ADESÃO ANUAL	**100%**	**-37%**	**-24%**	**-50%**	**-62%**	**-**

NOTAS:

1) Dados tabulados até 31/12/2011;

2) A involução percentual representa a redução dos números de documentos emitidos em atendimentos presenciais tomando-se por parâmetro fixo o total de atendimentos (documentos emitidos) de 2007.

Fonte: Gerência de Tecnologia da Informação/SEMFAZ
Elaboração, Compilação e Formatação de dados: Auditor Fiscal Ari Carvalho (acarvalho@semfazonline.com).

7 – TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS

SÍNTESE:

Consiste no acompanhamento das declarações efetuadas pelos estabelecimentos comerciais domiciliados no município de Porto Velho, verificando as reais efetivações realizadas, comparando-as com as auferidas em anos anteriores e apresentando contestações – quando os índices forem desfavoráveis ao Município.

A existência e manutenção deste Programa fazem-se necessárias face à observação de que, embora Porto Velho seja o município mais populoso de Rondônia, conseqüentemente o maior consumidor de produtos, o índice existente tendencia à regressão, devido ao grande crescimento que se observa nos demais municípios do Estado. Assim, qualquer descuido poderá resultar em prejuízos às transferências de receitas do ICMS para o Município.

Outra importante fonte de recursos é a cota do IPVA (50% do imposto pago pelos proprietários dos veículos licenciados no Município), conforme diligência realizada, em torno de 50% da frota do Estado está estabelecida em Porto Velho. Para que possamos empreender uma fiscalização efetiva junto aos órgãos responsáveis pelos repasses, faz-se necessário aumentar o contingente de Auditores Fiscais.

O Fundo de Participação dos Municípios, que já chegou a representar 23% das receitas totais da União, hoje não passa de 13% e com tendências a quedas sucessivas.

AÇÕES

Cota do ICM'S/IPVA/CFEM:

- Intensificamos o acompanhamento às empresas "movimentadoras" de produtos e mercadorias, objetivando fazê-las apresentar suas respectivas Guias de Informações Mensais do ICMS;
- Acompanhamos os cálculos para a formação dos índices para o rateio das transferências constitucionais do ICMS, junto a Secretaria de Finanças do Estado de Rondônia, apresentando contestações e/ou recursos – quando necessário;
- A Divisão de Repasses Constitucionais (DARC/DEFIS/COOFIS/SEMFAZ) Realizou diversas ações, destacando-se:

IPM/ICMS ano base 2010, índice para o ano de 2012

Com referência ao ICMS, no período de setembro/2010 a agosto/2011, das diligências realizadas, 102 (cento e duas) empresas foram notificadas a retificar as GIAM's, para fins de regularização do Valor Adicional Fiscal (VAF) negativo, sendo regularizadas 60 (sessenta) empresas. Devido a tais ações, foram anulados R$ 450.261.654,31 (quatrocentos e cinqüenta milhões, duzentos e sessenta e um mil, seiscentos e cinqüenta e quatro reais e trinta e um centavos), referentes a Valores Adicionais Fiscais (VAF's) negativos, os quais prejudicavam o índice do município. Há empresas que ao efetuarem as retificações, além de anularem seus VAF's negativos, passam a possuir VAF's positivos. O valor total desse incremento foi de R$ 20.831.114,72 (vinte milhões, oitocentos e trinta e um mil, cento e quatorze reais e setenta e dois centavos). Desta forma, houve um acréscimo no Valor Adicional Fiscal (VAF) do exercício de 2010, referente às GIAM's, de R$ 471.092.769,03 (quatrocentos e setenta e um milhões, noventa e dois mil, setecentos e sessenta e nove reais e três centavos).

Dentre as empresas diligenciadas, 28 (vinte e oito) foram notificadas a apresentarem a Declaração do SIEN-Rateio. O Valor Adicional Fiscal (VAF), referente a estas empresas foi de R$ 760.412.5 15,98 (setecentos e sessenta milhões, quatrocentos e doze mil, quinhentos e quinze reais e noventa e oito centavos). Entretanto, considerando o VAF negativo da ELETRONORTE de -R$ 816.386.760,17 (oitocentos e dezesseis milhões, trezentos e oitenta e seis mil, setecentos e sessenta reais e dezessete centavos), o Valor Adicionado Fiscal (VAF), referente ao SIEN-Rateio foi de -R$ 55.974.244,19 (cinqüenta e cinco milhões, novecentos e setenta e quatro mil, duzentos e quarenta e quatro reais e dezenove centavos). Ressalta-se, caso estas empresas não houvessem apresentado as declarações do SIEN-Rateio o Valor Adicional Fiscal, referente ao SIEN-Rateio, seria de –R$ 816.386.760,17 (oitocentos e dezesseis milhões, trezentos e oitenta e seis mil, setecentos e sessenta reais e dezessete centavos).

Ainda quanto às empresas diligenciadas, 20 (vinte) foram notificadas a apresentar a Declaração do SIEN-Notas Fiscais. O Valor Adicional Fiscal (VAF), referente a estas empresas, foi de R$ 63.037.889,16 (sessenta e três milhões, trinta e sete mil, oitocentos e oitenta e nove reais e dezesseis centavos).

Foram realizadas coleta, análise e elaboração de planilhas, referentes às notas fiscais do Produtor Rural, as quais foram enviadas à SEFIN para lançamento com vistas à composição do IPM/ICMS. Estas ações resultaram em 8.029 (oito mil e vinte e nove) notas fiscais válidas digitadas e um montante de R$ 33.297.984,03 (trinta e três milhões, duzentos e noventa e sete mil, novecentos e oitenta e quatro reais e três centavos).

Foi elaborado o Recurso Administrativo, referente ao Índice de Participação do Município (IPM/ICMS) para o exercício de 2012.

IPM/ICMS ano base 2011, índice para o ano de 2013

Em setembro/2011 foi dado início às atividades para a apuração do índice (IPM/ICMS) que será utilizado no exercício de 2013. O resultado desse trabalho somente será conhecido após a publicação no Diário Oficial do Estado de Rondônia, geralmente, no último dia do mês de agosto/2012.

Não é possível definir resultado parcial, pois não se tem conhecimento antecipado do resultado das correções, contestações e dos julgamentos efetuados, portanto, apenas ao final de todo processo será possível determinar se a meta esperada foi atingida.

No período de setembro a dezembro de 2011, foram realizadas 71 (setenta e nove) diligências, tendo sido lavradas 78 (setenta e oito) notificações, solicitando a retificação de GIAM's, para fins de regularização do Valor Adicionado Fiscal (VAF) negativo, bem como, aos Produtores Rurais, a apresentação de Notas Fiscais de Produtos Primários.

No mesmo período, foram realizadas coletas, análises e elaboração de planilhas, referentes às notas fiscais do Produtor Rural do exercício de 2011, as quais foram enviadas à SEFIN para lançamento com vistas à composição do IPM/ICMS para o ano de 2013. Estas ações resultaram em 20.923 (vinte mil, novecentos e vinte e três) notas fiscais válidas digitadas e um montante de R$ 34.544.688,81 (trinta e quatro milhões, quinhentos e quarenta e quatro mil, seiscentos e oitenta e oito reais e oitenta e um centavos). Ressalta-se, este resultado é parcial, pois durante o exercício de 2012 ainda serão analisadas e digitadas notas fiscais do Produtor Rural do exercício de 2011, as quais serão encaminhadas à SEFIN para a composição do referido índice.

Demais Repasses Constitucionais

Com referência aos demais repasses, cabe apenas ao município acompanhar se o repasse ocorreu na forma prevista na legislação específica e, caso contrário, verificar o motivos divergência e dar conhecimento ao Secretário e Prefeito para fins de ajuste orçamentário, se for o caso.

No exercício de 2011, foi constatado que os valores repassados superaram os valores estimados no orçamento da Prefeitura, inclusive no que diz respeito ao ICMS, à exceção do ICMS/Desoneração, o qual atingiu apenas 97,7111% da meta, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Demais atividades

No período de janeiro a dezembro/2011, foram analisados 57 (cinqüenta e sete) processos, tendo sido emitidos 39 (trinta e nove) pareceres fiscais de suspensão de atividades e baixa de inscrição, e 18 (dezoito) despachos de instrução em processos de solicitação de suspensão de atividades e baixa de inscrição.

- A contribuição positiva que os valores mencionados irão causar ao Índice de Porto Velho somente é conhecida após o fechamento dos índices dos demais municípios do estado, tendo em vista que é necessário se conhecer eventuais valores que possam contribuir positivamente a eles – os municípios – e após, calcular a proporcionalidade de cada município em relação ao valor global, porém, superando as expectativas, o índice de Porto Velho publicado no Diário Oficial do Estado de Rondônia para o exercício de 2012, em virtude dos trabalhos realizados pelos Auditores, ficou estabelecido em 20,3492480 superando, portanto, o índice de 2011 que foi de 18,87396.

8 – *RANKINGS* DAS ARRECADAÇÕES DAS CAPITAIS – RECEITAS *PER CAPITA* – 2008 A 2011

Esta consolidação anual foi elaborada com base na Classificação por: Receita Corrente Líquida (RCL), Receita Tributária Disponível (RTD) e Receita Tributária Própria (RTP). Todos os valores foram atualizados para preços de novembro de 2010 pelo IPCA e as taxas de crescimento expressam desempenho real.

- Receita Corrente Líquida (RCL)

A RCL foi extraída diretamente do demonstrativo enviado pelas capitais. Este conceito é extremamente valioso uma vez que os recebimentos correntes líquidos são os parâmetros utilizados pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para imposição de limites de despesa e endividamento.

- Receita Tributária Disponível (RTD)

A RTD é o principal componente da RCL. O conceito de RTD procura destacar os componentes tributários da Receita Corrente Líquida. No seu cálculo, foram consideradas as receitas tributárias próprias de cada capital acrescidas das principais transferências federais e estaduais que têm origem na repartição da receita de impostos – FPM, ICMS, IPVA – e o Fundeb líquido das contribuições do município para o fundo.
Os recursos que integram a RTD são aqueles de maior grau de estabilidade. Este conceito representa um importante parâmetro para a assunção de compromissos de caráter permanente.

- Receita Tributária Própria (RTP)

A RTP compreende a arrecadação de tributos cuja competência é atribuída aos municípios – dentre tais tributos destacam-se o IPTU, ISS e ITBI. Tais recursos são aqueles sobre os quais as prefeituras possuem maior autonomia.

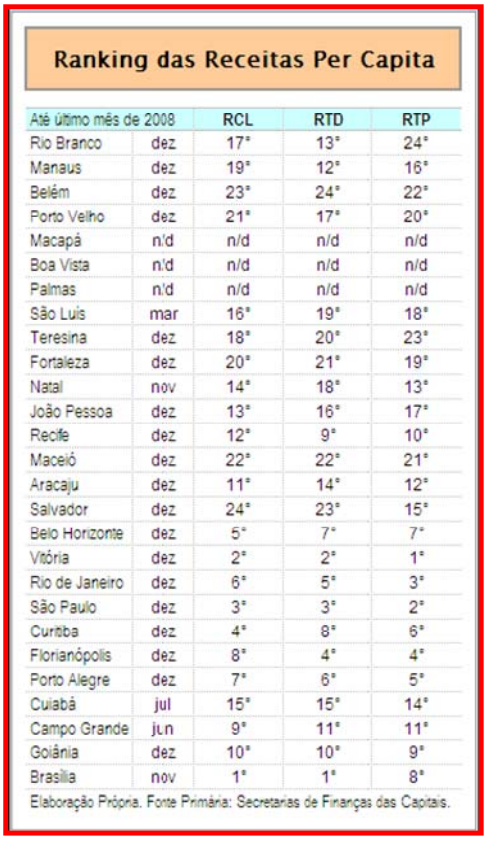
O conceito de RTP permite avaliar a parcela da RCL que depende do esforço próprio de arrecadação de cada capital.

- **RCL** = Receita Corrente Total – Deduções LRF (Fundeb e outras)
- **RTD** = Receita Tributária Própria (IPTU + ISS + ITBI + outras receitas tributárias) +Transferências Tributárias (FPM + ICMS + IPVA + Fundeb) – Deduções para Formação do Fundeb
- **RTP** = IPTU + ISS + ITBI + outras receitas tributárias

OU

- **RCL** = RTD + Outras Receitas Correntes Líquidas
- **RTD** = RTP + Transferências Tributárias Líquidas
- **RTP** = IPTU + ISS + ITBI + outras receitas tributárias

QUADRO 28 – *Ranking* das Receitas *Per Capita* 2008 – Capitais dos Estados e Distrito Federal

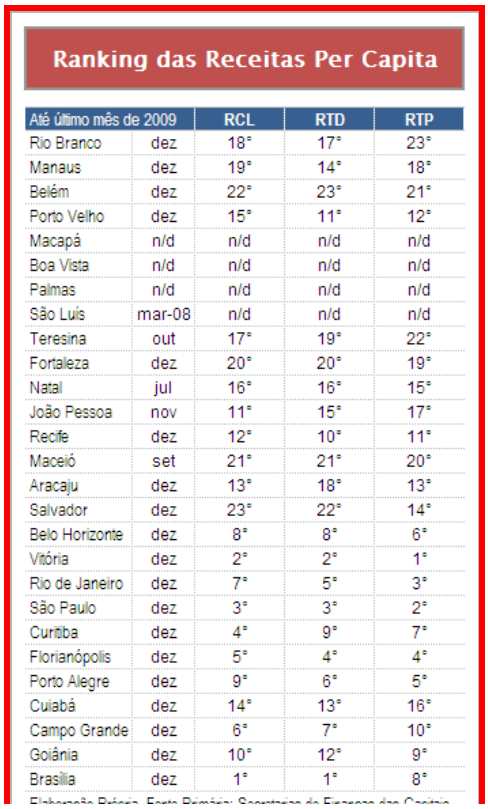


Ranking das Receitas Per Capita

Até último mês de 2008		RCL	RTD	RTP
Rio Branco	dez	17°	13°	24°
Manaus	dez	19°	12°	16°
Belém	dez	23°	24°	22°
Porto Velho	dez	21°	17°	20°
Macapá	n/d	n/d	n/d	n/d
Boa Vista	n/d	n/d	n/d	n/d
Palmas	n/d	n/d	n/d	n/d
São Luis	mar	16°	19°	18°
Teresina	dez	18°	20°	23°
Fortaleza	dez	20°	21°	19°
Natal	nov	14°	18°	13°
João Pessoa	dez	13°	16°	17°
Recife	dez	12°	9°	10°
Maceió	dez	22°	22°	21°
Aracaju	dez	11°	14°	12°
Salvador	dez	24°	23°	15°
Belo Horizonte	dez	5°	7°	7°
Vitória	dez	2°	2°	1°
Rio de Janeiro	dez	6°	5°	3°
São Paulo	dez	3°	3°	2°
Curitiba	dez	4°	8°	6°
Florianópolis	dez	8°	4°	4°
Porto Alegre	dez	7°	6°	5°
Cuiabá	jul	15°	15°	14°
Campo Grande	jun	9°	11°	11°
Goiânia	dez	10°	10°	9°
Brasília	nov	1°	1°	8°

Elaboração Própria. Fonte Primária: Secretarias de Finanças das Capitais.

QUADRO 29 – *Ranking* das Receitas *Per Capita* 2009 – Capitais dos Estados e Distrito Federal



Ranking das Receitas Per Capita

Até último mês de 2009		RCL	RTD	RTP
Rio Branco	dez	18°	17°	23°
Manaus	dez	19°	14°	18°
Belém	dez	22°	23°	21°
Porto Velho	dez	15°	11°	12°
Macapá	n/d	n/d	n/d	n/d
Boa Vista	n/d	n/d	n/d	n/d
Palmas	n/d	n/d	n/d	n/d
São Luis	mar-08	n/d	n/d	n/d
Teresina	out	17°	19°	22°
Fortaleza	dez	20°	20°	19°
Natal	jul	16°	16°	15°
João Pessoa	nov	11°	15°	17°
Recife	dez	12°	10°	11°
Maceió	set	21°	21°	20°
Aracaju	dez	13°	18°	13°
Salvador	dez	23°	22°	14°
Belo Horizonte	dez	8°	8°	6°
Vitória	dez	2°	2°	1°
Rio de Janeiro	dez	7°	5°	3°
São Paulo	dez	3°	3°	2°
Curitiba	dez	4°	9°	7°
Florianópolis	dez	5°	4°	4°
Porto Alegre	dez	9°	6°	5°
Cuiabá	dez	14°	13°	16°
Campo Grande	dez	6°	7°	10°
Goiânia	dez	10°	12°	9°
Brasília	dez	1°	1°	8°

QUADRO 31 – *Ranking* das Receitas *Per Capita* 2011 (até novembro) – Capitais dos Estados e Distrito Federal

Destacamos o desempenho da RTP de Porto Velho. Note-se que o ISSQN desta Capital cresceu de 96% (ISSQN Próprio + ISSQN Simples Nacional) em relação a 2009, e o equivalente a 8% por cento em relação a 2010, sendo este o principal determinante para a mudança da posição (RTP) 20ª em 2008 para a posição 12ª em 2009, para 9ª em 2010, mantendo-se na mesma posição (9ª) em 2011 (até novembro) de melhor desempenho dentre todas as capitais.

RANKING DAS RECEITAS PER CAPITA				
CAPITAL	**ATÉ**	**RCL**	**RTD**	**RTP**
Rio Branco	Novembro	22º	21º	23º
Manaus	Novembro	19º	16º	19º
Belém	Outubro	23º	23º	21º
Porto Velho	**Novembro**	**11º**	**9º**	**9º**
São Luís	Novembro	14º	13º	16º
Teresina	Setembro	17º	18º	22º
Fortaleza	Novembro	18º	19º	18º
Natal	n/d	-	-	-
João Pessoa	Outubro	15º	15º	17º
Recife	Novembro	13º	11º	12º
Maceió	Agosto	20º	22º	20º
Aracaju	Novembro	16º	17º	14º
Salvador	Novembro	21º	20º	13º
Belo Horizonte	Novembro	5º	6º	7º
Vitória	Novembro	2º	2º	2º
Rio de Janeiro	Novembro	6º	5º	4º
São Paulo	Novembro	3º	3º	3º
Curitiba	Novembro	4º	8º	8º
Florianópolis	Novembro	7º	4º	5º
Porto Alegre	Novembro	9º	7º	6º
Campo Grande	Abril	8º	10º	11º
Cuiabá	Novembro	12º	14º	15º
Goiânia	Setembro	10º	12º	10º
Brasília	Novembro	1º	1º	1º

Fonte: Boletim de Informações Fiscais/ABRASF nº. 104, novembro/2011.

Importa destacar, que se analisarmos isoladamente o ISSQN, considerando que o Município de Porto Velho possuía uma população estimada pelo IBGE (2011) de 435.732 habitantes, com o Produto Interno Bruto dos Serviços a preços correntes de R$ 4.498.905.000,00 (IBGE/Cidades@/2009), tendo arrecadado de ISSQN (2011) o valor de R$. 196.993.767,25 (cento e noventa e seis milhões novecentos e noventa e três mil setecentos e sessenta e sete reais e vinte e cinco centavos) teremos a arrecadação de ISSQN *per capita* equivalendo a R$. 452,10 (quatrocentos e cinquenta e dois reais e dez centavos) por habitante.

O excepcional resultado, ante as estruturas físicas e tecnológicas existentes e o reduzido quantitativo de Auditores existentes, é mais que louvável e deve ser reconhecido pelos Gestores. Aliás, ressalte-se, que em **2011 a Arrecadação do ISSQN *per capita***[1] fora classificada como o **4º (Quarto) MELHOR DESEMPENHO** dentre todas as Capitais ficando atrás apenas de Vitória (ES), São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ), mas não temos dúvidas de que poderia ser melhor, se inexistissem ou, pelo menos, fossem minimizadas as questões estruturantes e de pessoal já frisadas.

9 – PROGRAMAS EM ANDAMENTO

9.1 SUPORTE EM TECNOLOGIA E INSTALAÇÕES FÍSICAS

Em decorrência da inexistência de previsão de quadro próprio na SEMFAZ de profissionais de tecnologia de informação, processamento de dados, programação e analista de sistemas, enquanto não efetivada a reestruturação da estrutura legal da Secretaria, o suporte técnico deverá continuar sendo realizado por técnicos terceirizados e estágios de cursos superiores da área de tecnologia da informação.

Por outro lado, estamos envidando esforços para que no curso de 2012 possamos aprovar os financiamentos do PMAT (Programa de Modernização das Administrações Tributárias Municipais), cujas disponibilidades financeiras poderão e deverão possibilitar grandes inovações tecnológicas e de estrutura física não somente para a Semfaz, mas para toda a estrutura da Administração Municipal.

No mesmo sentido, estamos elaborando um projeto alternativo de reestruturação da SEMFAZ, estabelecendo as necessidades necessárias para a continuidade dos trabalhos em curso.

9.2 DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARES

Apesar da grande demanda de trabalhos e o quantitativo reduzido de servidores de tecnologia da informação, a Gerência de Tecnologia da Informação tem procurado desenvolver de disponibilizar serviços que possam provocar inovações para a comodidade dos contribuintes. Dentre as inovações em desenvolvimento destacamos:

[1] Representa o quociente resultante da arrecadação total do ISSQN (2011) divido pela população do Município de Porto Velho (IBGE/2011)

1. Consulta prévia para alvará de construção civil;
2. Autorização para Impressão de Documentos Fiscais Eletrônica (AIDF-*e*);
3. Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e);
4. Declaração Eletrônica de Serviços das Instituições Financeiras (DES-IF);
5. Retificação/Compensação Eletrônica.

10 – RESULTADO FINANCEIRO OBTIDO EM 2011

Concluímos que o desempenho da arrecadação do exercício de 2011 foi plenamente atingindo em sua totalidade em termos globais, sendo que em termos percentuais ocorreu um resultado superavitário equivalente a **8%** (oito por cento) superior à meta prevista.

Ao analisarmos os resultados do atingimento das metas estabelecidas para 2011 constatamos que:

- As metas previstas para as receitas relacionadas aos Impostos foram alcançadas e superadas: ITBI (superavitário em 2,0%), IPTU (superavitário em 2,0%) e ISSQN (superavitário em 7% - incluso Simples Nacional).

Quanto ao ISSQN vale destacar que a meta de arrecadação foi elevada de R$. 96.846.340,00 em 2010 para R$. 183.637.940,00 em 2011, o que representa uma majoração de 90%, sendo que, ainda assim, foi superada em 7% (sete por cento);

- As metas previstas inerentes a seguintes receitas obtiveram os resultados a seguir descritos: as Receitas decorrentes ao Exercício do Poder de Polícia ficaram com resultado deficitário (-) em 4%, a Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública (superavitário em 1,7%) e aos Créditos em Dívida Ativa (deficitário em 41%).

Diante do cenário de desempenho da arrecadação do exercício de 2011 vislumbramos para o exercício de 2012 um ano com possibilidade de manutenção e até de superação dos valores, desde que implementadas as condições de trabalho necessárias e suficientes para o pleno exercício das competências institucionais da SEMFAZ.

Destacamos, ainda, que o planejamento estratégico com efetivos investimentos para as ações de controle da arrecadação (de competência do Departamento de Administração Tributaria) e da fiscalização (de competência da Coordenadoria de Fiscalização) vinculados a Secretaria Municipal de Fazenda deverão ser priorizadas.

As ações e medidas estruturantes serão primordiais, visto que sem as mesmas todas as demandas inovadoras e mantenedoras dos atuais níveis de arrecadação tendem a reduzir em decorrência planejamentos tributários adotados pelos contribuintes, que estão sendo cada vez mais bem assessorados por empresas e técnicos qualificados e com disponibilização de tecnologias inovadoras. Nossa alternativa, são portanto, investimentos em política de contratação de pessoal qualificado, melhoria da estrutura física e inovação tecnológica. Sem este tripé, não conseguiremos avançar

A SEMFAZ não pode mais ser questionada por não poder atender e integrar de forma plena e eficaz as inovações tecnológicas que o mundo globalizado está a exigir. Precisamos ser vanguarda em nosso mister e assim reforçar os instrumentos de controle frente às modernas tecnologias utilizada pelos contribuintes.

A participação efetiva da SEMFAZ em planejamentos orçamentários e na elaboração das propostas de leis orçamentárias são imprescindíveis, também, essencial deve ser a priorização dos recursos lhes destinados no ato das partilhas orçamentárias com as demais Secretarias, visto que todos os recursos carreados aos cofres do Município, a exceção dos originados de convênios, inclusive as transferências constitucionais são objetos de ações e acompanhamentos pelos Auditores da SEMFAZ.

No exercício findo, fomos referência em arrecadação a nível nacional. Superamos, preservadas as particularidades e potenciais econômicos, em termos de arrecadações várias grandes capitais, tendo inclusive o melhor desempenho da região. Mas continuamos carentes, sem os investimos necessários já aqui destacados, fica cada vez mais desafiador o crescimento e a superação das metas de arrecadação anualmente propostas.

11 – PERSPECTIVAS PARA 2012 – AÇÕES & LIMITAÇÕES

Para o ano que se inicia investimento em tecnologia não poderá ser desprezado, seja para o desenvolvimento de novas ferramentas de *softwares,* treinamentos de técnicos e contratações.

A continuidade dos trabalhos, ainda assim, não poderão parar, fiscalizações e auditorias deverão ser uma constante, mas deverão estar integradas com a disseminação do conhecimento e total participação nas discussões para o aprimoramento das normas municipais.

Todas as demandas citadas e outras atinentes a aumento do número de cargos de auditores, fiscais de tributos e fiscais de obras e outros cargos do Grupo TAF, bem com a realização de treinamentos e estruturações que se justificam pelas enormes demandas contingenciais de trabalhos que as obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) do Governo Federal e outros empreendimentos irão promover no território do Município, portanto, precisamos estar preparados para acompanhar e reter todos os pontos positivos e sanar ou minimizar possíveis negatividades decorrentes.

Imprescindível se faz a adoção de uma política voltada à valorização da Administração Tributária. Faz-se menos e sem possibilidade de crescimento, se não houve consciência e efetiva aplicação de recursos). Daí surge à importância das Fazendas, mas pouco se pode fazer, apesar do muito que já se está fazendo, diante das ausências de condições de trabalho disponibilizadas aos operadores da Máquina Fazendária.

Presume-se insustentável a manutenção dos atuais níveis de arrecadação com os escassos recursos disponibilizados, visto que enquanto a arrecadação da Receita Tributária Própria (RTP) evoluiu do valor de R$. 36.789.590,23 (trinta e seis milhões setecentos e oitenta nove mil quinhentos e noventa reais e vinte e três centavos) em 2005 para R$. 260.325.317,68 (duzentos e sessenta milhões trezentos e vinte e cinco mil trezentos e dezessete reais e sessenta e oito centavos), entretanto, os recursos disponibilizados para a manutenção da fazenda evoluiu de forma destoante, passando de R$. 5.946.123,00 (cinco milhões, novecentos e quarenta e seis mil e cento e vinte e três reais) em 2005 para apenas R$. 18.582.921,00 (dezoito milhões quinhentos e oitenta e dois mil e novecentos e vinte um reais) em 2011, que perfaz um volume de recursos insignificante, considerando-se, ainda, que praticamente 95% (noventa e cinco por cento) dos recursos disponibilizados se destinavam e continuam a ser destinados às remunerações dos servidores, conforme Quadro 32 e Gráfico 23, portanto, sendo, portanto, ínfimos os recursos para investimentos necessários, já pontuados ao longo deste relatório).

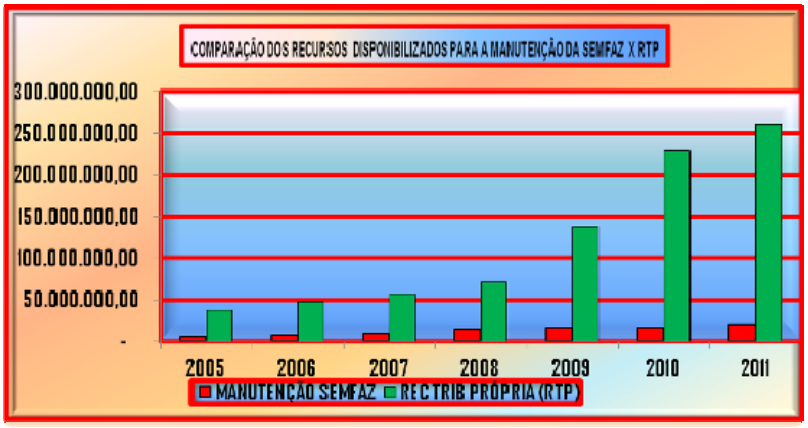
QUADRO 32 – Comparação Recursos Disponibilizados versus Arrecadação Tributária Própria (RTP) – 2005 a 2011

EXERCÍCIOS	MANUTENÇÃO SEMFAZ	ARRECADAÇÃO (RTP)
2005	5.946.123,00	36.789.590,23
2006	7.152.474,00	47.128.537,64
2007	10.016.720,00	56.285.589,91
2008	12.689.728,00	70.705.744,44
2009	14.478.000,00	137.150.601,95
2010	14.344.748,00	228.498.422,20
2011	18.582.921,00	260.325.317,68

GRÁFICO 23 – COMPARAÇÃO SAZONALIDADE DOS RECURSOS DISPONIBILIZADOS VERSUS ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA PRÓPRIA (RTP) – 2005 A 2011



GRÁFICO 24 – COMPARAÇÃO DO CRESCIMENTO DA ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA PRÓPRIA (RTP) VERSUS OS RECURSOS DISPONIBILIZADOS PARA A SEMFAZ – 2005 A 2011



Fonte: Leis de Diretrizes Orçamentárias 2005 a 2011. Departamento de Contabilidade/SEMFAZ - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida, Suplemento do DOM nº. 4.173, 27/JAN/2012.
Elaboração, Compilação e Formatação de dados: Auditor Fiscal Ari Carvalho (acarvalho@semfazonline.com).

A assertiva do parágrafo anterior pode ser visualizada no Gráfico 24 (acima), que, de forma clara e explícita, evidencia a enorme disparidade entre os recursos disponibilizados para a manutenção da SEMFAZ e os efetivos volumes de recursos[2] carreados aos cofres do Município resultantes das ações realizadas pela Administração Tributária.

Portanto, urge à Administração Municipal ficar vigilante e promover uma imediata e eficiente política voltada a investimentos estruturantes, seja para a contratação de pessoal (concursos para Auditor do Tesouro Municipal, Assistentes de Arrecadação e Fiscais de Tributos), seja em alojar os servidores da Secretaria em local com estrutura física propícia para as execuções de suas competências institucionais, seja com o reaparelhamento geral da Máquina Fazendária (equipamentos e tecnologias atuais).

[2] Expressos em valores históricos.

O ofertamento de tecnologias e comodidade aos contribuintes, seja para o atendimento em local aprazível (presencial) ou via WEB estabelece uma relação Fisco & Contribuinte com maior possibilidade de satisfação e de comprometimento como suas obrigações tributárias, que resultará em um volume maior de recursos disponibilizados à Administração que, por sua vez, deverá reverter tais recursos na realização de políticas públicas em benefício de toda a população.

Ressaltamos mais uma vez que não podemos deixar passar este momento econômico impar e presente em Nossa Cidade. Devemos envidar esforços e investimentos para que sejam carreados, conforme normas legais, o maior volume de recursos para propiciarmos melhorias nas mais diversas especialidades da vida dos munícipes e em todos os setores, entretanto, sem investimentos pouco ou quase nada poderá ser feito.

12 – REFERÊNCIAS

Relatórios/2011 do (a): Conselho de Recursos Fiscais;
Coordenadoria de Fiscalização;
Departamento de Administração Tributária;
Departamento de Fiscalização;
Departamento de Administração Financeira;
Departamento de Contabilidade;
Gerência da Tecnologia da Informação.
_____Lei Complementar Municipal nº. 245/2005
_____Lei Complementar Municipal nº. 330/2008
_____Decreto Municipal n° 10.089/2006.
_____Lei Complementar nº. 199, de 21 de dezembro de 2004.
_____Lei Complementar nº. 369, de 22 de dezembro de 2009.
_____Lei Complementar nº. 400, de 27 de dezembro de 2010.
_____Decreto Municipal nº. 12.462/2010.
ABRASF. Boletim Informativo nº 104 de NOVEMBRO/2011.
BORGES, Humberto Bonavides. Planejamento Tributário. 7ª Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil. 16ª ed. Juruá Editora, 2008.

BREMAEKER, François E. J. de. A importância do ISS para os municípios brasileiros: preocupações frente a uma reforma tributária. IBAM/IBANCO, 2006.

_____Código Tributário Nacional – Lei nº. 5.172/1966, 35 ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

COSSIO, F. A. B. (1998) Disparidades Econômicas Inter-Regionais, Capacidade de Obtenção de Recursos Tributários, Esforço Fiscal e Gasto Público no Federalismo Brasileiro; Dissertação de Mestrado PUC-RJ.

_____(2007) Carga Tributária no Brasil 2008. Estudos Tributários: Receita Federal. Brasília, 2008.

GOMES, G. M. e MCDOWELL, M. C. (2000) "Descentralização Política, Federalismo Fiscal e Criação de Municípios: O que é mau para o econômico nem sempre é bom para o social". Texto para Discussão IPEA nº. 706, Brasília: IPEA.

JOHNSON, F. S. e ROSWICK, D. L. (2000) "Capacidade Fiscal Local" *Revista Internacional de Pressupuesto Publico* Vol. XXVII, n. º 42.

REZENDE, F. (1998) "*Fiscal Decentralization and big cities financing in Brazil*". Texto para Discussão IPEA n.º 612, Brasília, IPEA.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO (SEMPLA)

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO (SEMPLA)

A Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão – SEMPLA constitui-se em um órgão de primeiro nível hierárquico de assessoramento e apoio direto ao Prefeito Municipal para o desempenho de funções de planejamento, gestão e controle da ação geral do Governo Municipal, dos assuntos e programas multissetoriais, bem como da organização base do sistema de planejamento, orçamento e organização institucional.

Atendendo às imposições legais pertinentes a Prestação de Contas do Município de Porto Velho, este relatório, em particular, tem o propósito de apresentar à sociedade a avaliação das atividades desenvolvidas no período de janeiro a dezembro de 2011. É também uma referência para os inúmeros investimentos que o governo municipal está desenvolvendo através de verbas repassadas pelo governo federal.
É um procedimento gerencial que visa ao aperfeiçoamento da gestão pública sob a perspectiva dos resultados para a sociedade.

Departamento de Captação de Recursos – DCR

O Departamento de Captação de Recursos – DCR tem como atividade principal o monitoramento das propostas cadastradas no SICONV (Sistema de Convênios do Governo Federal), dos convênios e dos contratos de repasses firmado pelo município no âmbito do Governo Federal de todas as secretarias, assim como, prestar orientações para as secretarias quanto a documentação e procedimentos a serem adotados para se firmar um convênio ou contrato de repasse.

O controle é realizado através de planilha de Excel, sendo que no ano de 2011 a somo desses instrumentos (propostas, convênios e contratos de repasse) se apresentou conforme tabela a seguir:

Acompanhamento de convênios

Quant. Convênios	Situação	Valor Total
126	Firmados (2002 a 2010)	R$ 325.039.999,16
26	Emendas/Propostas 2011	R$ 80.438.315,49
09	Emendas Estaduais	R$ 940.000,00
01	Terminal Rodoviário	R$ 5.000.000,00
TOTAL GERAL		R$ 411.418.314,65

Outra atividade realizada pelo Departamento é o controle do cadastro de inadimplência junto a União – Cadastro Único de Convênios – CAUC/SIAFI, sendo realizado consulta diariamente e quanto ocorrer à situação de inadimplência cabe ao departamento envidar esforços junto aos órgãos responsáveis (Governo Federal e Prefeitura) para sanar a pendência existente.

Ao mesmo tempo, o Departamento vem realizando a atividade de prestador de assistência técnica na área de convênios e contratos de repasse, prestando suporte as secretarias, tirando dúvidas, auxiliando na operação do SICONV – Sistema de Gestão de Convênios da União, e até mesmo realizando cadastro de proposta neste Sistema, o que, ressalvamos, não é responsabilidade da SEMPLA, mas é feito com o objetivo de evitar a perda de recursos garantidos através de emendas parlamentares no orçamento da União.

O encaminhamento de reposta aos órgãos de controle e acompanhamento de prestação de contas dos órgãos concedentes de recursos financeiros para a Prefeitura – Ministério da União, Procuradoria Geral da República e Tribunal de Contas de União, quanto a questionamentos sobre execução, prestação de contas e devoluções de saldos ou recursos utilizados indevidamente, de convênios em execução e antigos, inclusive administrações anteriores, é outra atividade que foi e continua sendo desenvolvida com bastante frequência pelo departamento.

Ainda, o departamento é responsável pela preparação da documentação necessária a celebração do contrato de operações de crédito interno, atuando na produção e obtenção de documentos, relatórios, declarações, certidões e pareceres, bem como respondendo aos questionamentos e pendências encaminhadas pelos agentes financeiros e pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, que através da sua Coordenação Geral das Relações e Analises Financeira dos Estados e Municípios COREM, analisa os pleitos apresentados pelo Município, sendo que em 2011 conseguimos viabilizar as seguintes operações:

Descrição	Valor
PAC 2 – Pavimentação e calçadas loteamento Flamboyant	R$ 13.890.000,00
PAC 2 – Pavimentação e drenagem Zona Leste	R$ 19.700.000,00
PAC 2 – Pavimentação e drenagem Zona Sul	R$ 15.370.000,00
Total	R$ 48.960.000,00

Ainda em relação às operações de crédito em 2011 estamos acompanhando a análise da documentação referente ao Programa de Modernização da Administração Tributária e Gestão dos Setores Sociais Básicos (PMAT), no valor de R$ 13.780.000,00.

Por fim, em 2010 o departamento deu início juntamente com a assessoria técnica o desenvolvimento de um sistema de controle de convênios que será utilizado por todas as secretarias da prefeitura, cuja previsão de conclusão era para o mês abril/2011, não se confirmando, sendo prorrogado para abril/2012.

Departamento de Planejamento Participativo – DPP

No processo de discussão de investimentos do Orçamento Participativo LOA 2011/2012, a população do município de porto velho pode opinar e participar de forma abrangente, as oportunidades criadas, abrindo o “leque” para a comunidade escolar (E.J.A.), supriu em parte a falta de representação organizada de uma grande maioria de bairros, por outro lado, a qualidade da participação e dos momentos de discussão das propostas criou certa segurança, para o gestor publico definir metas para o atendimento das propostas reivindicadas.

Das reivindicações aqui apresentadas, foram consideradas todas como respostas ao processo participativo, porem, é necessário ressaltar as limitações financeiras que se apresentam para atender às reivindicações, uma vez, que neste momento que o município se desenvolve a passos longos, fica para o Poder Publico, a responsabilidade assistencial dos cidadãos que buscam a qualidade de vida em seu bairro ou em seu distrito. Todavia, é necessário se entender que dentre todas as carências existentes, em todos os lugares, o bom senso do gestor levará a definir onde serão feitos maiores investimentos dentro de uma política de atendimento à coletividade.

O poder público entende que a obediência aos preceitos legais, não se esgota com a inclusão da sociedade na discussão no Orçamento Publico e sim nas respostas às reivindicações advindas da população que sente o problema na região onde vivem. O gestor vê que a população funciona como um diagnosticador de todos os problemas e principais necessidades que atingem aos cidadãos de forma geral, para isso, não tem medido esforços em incrementar os procedimentos de sondagem dos problemas que afetam a população pensando em oferecer respostas imediatas em beneficio de todos os munícipes.

A visão da SEMPLA no processo do Orçamento Participativo (O.P.) é o aperfeiçoamento contínuo, diante deste desafio e visando a qualificação do processo, neste ano se estabeleceram metas para uma maior participação popular. Com base nesse horizonte, se definiram as regiões periféricas da cidade como alvo da sondagem de suas necessidades, a ampliação da participação popular inserindo a comunidade escolar acabou rendendo bons resultados; neste contexto, o O.P. foi apresentado como uma ferramenta de cidadania onde todos podem participar das decisões da gestão pública. Já a participação da sociedade organizada dos bairros teve o seu momento onde os munícipes puderam apresentar suas sugestões para beneficiar a suas comunidades; desta forma, a metodologia que norteou a discussão e acolhimento das propostas e reivindicações foram feitas em dois momentos: nas oficinas de capacitação se deixou aberta a direção das reivindicações, tanto para a sociedade organizada quanto para a comunidade escolar, disponibilizando um formulário para registro das reivindicações; os resultados estão espelhados individualmente e resumidos no final do anexo I deste relatório; num segundo momento o acolhimento das sugestões e reivindicações se deu nas audiências publicas, que apesar de serem tematizadas, ou seja, discutidas dentro da alçada de cada segmento temático, (educação e esporte, saúde, assistência social e gêneros, infra estrutura, agricultura e meio ambiente), ficou aberta para reivindicação por escrito e verbal (debate) para qualquer secretaria, o que se pode observar nos quadros informativos individuais de cada temática e no quadro de resumo geral no anexo II deste relatório; neste anexo ainda disponibilizamos de forma direcionada, as reivindicações para cada secretaria com a indicação do local sugerido para a execução de benefícios com os serviços públicos necessários.

É preciso ressaltar que dos percentuais apresentados divididos por cada secretaria revelam a direção maior de reivindicações para o setor educação (21,00%), porem, os serviços de infraestrutura que congregam as secretarias SEMOB, SEMUSB, EMDUR, SEMTRAN, SEMUR E SEMPLA, somados atingiram o percentual de 50,18%.

Diante destes resultados será natural se tomar decisões acertadas, considerando que as reivindicações propostas são a pura expressão da realidade da população que não se omitiu em participar deste processo, tomando para si a responsabilidade de decidir o melhor para seu bairro região ou distrito.

Agenda Geral do Orçamento Participativo 2011
Oficinas de Capacitação

Oficinas de Capacitação na zona norte e leste

Data/ Horário	Local	Entidade/ Bairro/Zona	Contato/Responsável
19/03/Sab - 17h	R. Zaldasco N°7485	Ass. Com. dos Bairos Nacional/Norte	Izomar /9972-6731/3229-6211
21/03/terç - 10h	Assoc. Bairro	Agenor de Carvalho/Norte	Euclides/9263-5049
09/04/Sab - 17h	R. Beija Flor n° 3075	ASS. Com. dos B. zona Urbana Lagoinha/Leste	Leandro/9213-3926
09/04/Sab - 10h	R. Ibutirama n°2650	Ass. Com. dos B. zona Urbana U. Guim/Leste	Cláudio P. Santos 8118-8739/9267-21
09/04/Sab - 14h	R. R.do Cantuária n° 10245	Jd Santana/Leste Assoc. Lado do Box da PM	Vanderley Lídio/9232-1213
09/04/Sab –15h	R.agudoeiron°5840	Ass.Tancredo neves	Jorge Luiz/9235-63-38

Oficinas de Capacitação na Zona Oeste e Sul

Data/Horário	Local	Entidade/Endereço	Contato/Responsável
16/04/2011 16h	R. Gomes n°9871	Ass. Bairro Mariana	9276-9234/Darci Rodrigues
16/04sáb – 14h	Ass. do Bairro	Ass. Com. Embratel/Norte	José Carlos de Lima 8428-9902/9214-51-21
16/04/Sáb16 30	Ass. Com.	Ass. Com. do B. Cidade Nova	9244-0324 / Luis Carlos
16/04/Sab -10h	15 Nnovembro3557	Ass.bairro Conceição	3213-0135/ Izac Machado
16/04/Sab - 18h	R.j Santana c/agoud	N° 5840 ass. COHAB	9257-7497 /Chagas
ACONFIRMAR	R.CastroAlves n°200	Ass. Sebastião/Norte	Carlos Silva9238-5423/134162
30/04/2011-9h	Associação do Bairro	ASS. Com. dos B. zona Urbana - Aponiâ/Norte	Juarez/8439-8427
30/04/Sab - 14h	Mato Grosso	Mato Grosso	9205-6972/ Aroldo
30/04/Sab –16h	R. São José 393	Baixo da União	3223-5492 George Teles
A CONFIRMAR	Rua; rio machado	Triangulo	99889121/32298676/Luiz
30/04/2011 18h	R.Serano n°6646	Ass.do Bairro aeroclube	Edmar/9902-60-69
30/04/2011 16h	B. Castanheira	Ass.do Bairro	Néia/9209-95-14

Oficinas de Capacitação nas Escolas da Zona Urbana

Data/Horário	Local	Entidade/Endereço	Contato/Responsável
16/03/Qua- 19h	Samaritana	Centro	4141-0770/Vera Lúcia
17/03/Qui - 19h	Eduardo Lima	R. Maracatiara Nv. Floresta	3228-825/Conceição
21/03/seg - 19h	B. dos Solimões	Centro	3223-80-93
22/03/Ter - 19h	Manaus	R. Salgado Filho n°404 Bairro: Mato Grosso	3221-5415 Monica/Romildo
24/03/Qui - 19h	Orlando Freire	B.Agenor de Carvalho Av.Rio de janeiro n°4864	3225-0898 Olinda Lima
A CONFIRMAR	Vicente Rondon	Jatuarana /sul	9265-6368/3213-0043 3228-3230/9258-9009
12/04/Ter - 10h	Mª Carmosina	Rdo. Cantuaria n°7893 B.	3214-9195/3226-5808 M.Aparecida
14/04/Qui - 19h	JK	Raimundo Cantuária	3222-2185/7780 Ironete
19/04/Ter - 19h	Araujo Lima	7 Set/ R.Mexico 3697 NPV	3216-5741/3225-6192 Irene Ribeiro
20/04/Qua - 19h	John Kennedy	Salgado Filho n°2286 B. São Cristovão/Centro	Valter Belarmino /NORTE 32243019/7211

Oficinas de Capacitação nos Distritos da BR

Data/Hora	Local	Entidade	Contato/Responsáv
09/05/10h	Jaci Paraná	A Definir	3236-7218/9959-4516 Nilton Barbosa
10/05/14h	Nova Mutum	A Definir	9919-2475/9248-19-34 Rosilene
11/05/10h	Abunã	A Definir	3236-1059/9283-7626 Sergio Augusto
12/05/14h	Fortaleza do Abunã	A Definir	3237-1010/92425910 Fco Lourenço
13/05/14h	Vista Alegre do Abunã	A Definir	3251-1049/99021148 Agenor
14/05/10h	Extrema	A Definir	3252-1135/8134-2074 José Ilson
15/05/15h	Nova Califórnia	A Definir	3252-1077/84840664 Cleusa
16/05/10h	União Bandeirantes	A Definir	3236-8175/8122-1718 Cido
17/05/14h	Rio Pardo	A Definir	3238-3248/8418-4814

Oficinas de Capacitação nos Distritos do Baixo Madeira

19/05/10h	São Carlos	A Definir	9262-5408/3234-1132 Edinaldo
20/05/10h	Nazaré	A Definir	3237-5024/8449-2111 Pedro
21/05/10h	Calama	A Definir	3235-1005/1124 Antonio/Maria
22/05/10h	Demarcação	A Definir	3235-1029/9234-0015 Jonas

RESULTADO PRÉVIO DAS REINVIDICAÇÕES DAS
OFICINAS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DISTRITOS DA BR 364

DISTRITO DE JACY PARANÁ DATA: 09/05/2011 hora: 10h				
QUANTIDADE DE PARTICIPANTES	PRINCIPAIS REINVIDICAÇÕES	QUANTIDADE DE REINVIDICAÇÕES	EQUIVALÊNCIA PERCENTUAL	
44	Educação	152	48	31%
	Saúde		31	20%
	Infraestrutura		34	22%
	Iluminação		10	7%
	Segurança		9	6%
	Outras Políticas públicas*		8	5%
	Serviço social		12	9%
*Fiscalização de trânsito, cursos profissionalizantes.				

DISTRITO DE NOVA MUTUM PARANÁ DATA: 10/05/2011 hora: 14h				
QUANTIDADE DE PARTICIPANTES	PRINCIPAIS REINVIDICAÇÕES	QUANTIDADE DE REINVIDICAÇÕES	EQUIVALÊNCIA PERCENTUAL	
5	Educação	22	8	36%
	Saúde		5	23%
	Infraestrutura		3	14%
	Iluminação		0	0%
	Segurança		1	5%
	Outras políticas públicas*		5	22%
	Serviço social		0	0%
* Gari, cursos profissionalizantes, manutenção dos espaços públicos, contratação de func. Para o correio, lazer, regularização fundiária.				

DISTRITO DE UNIÃO BANDEIRANTES DATA: 16/05/2011 hora: 19h				
QUANTIDADE DE PARTICIPANTES	PRINCIPAIS REINVIDICAÇÕES	QUANTIDADE DE REINVIDICAÇÕES	EQUIVALÊNCIA PERCENTUAL	
18	Educação	73	15	21%
	Saúde		11	15%
	Infraestrutura		19	26%
	Iluminação		8	11%
	Segurança		1	2%
	Outras políticas públicas		19	25%
	Serviço social		0	0%
* Cemitério, torre de celular, programa luz para todos, Internet, qualificação profissional, assistência técnica na agricultura, regularização fundiária, linhas de crédito para produtores rurais.				

RESULTADO PRÉVIO DAS REINVIDICAÇÕES DAS
OFICINAS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO NOS DISTRITOS DA BR 364

DISTRITO DE ABUNÃ DATA: 11/05/2011 hora: 16h				
QUANTIDADE DE PARTICIPANTES	PRINCIPAIS REINVIDICAÇÕES	QUANTIDADE DE REINVIDICAÇÕES	EQUIVALÊNCIA PERCENTUAL	
18	Educação	22	2	9%
	Saúde		1	5%
	Infraestrutura		12	54%
	Iluminação		7	32%
	Segurança		0	0%
	Outras políticas públicas		0	0%
	Serviço social		0	0%
				100%

DATA: 12/05/2011 hora: 19h				
QUANTIDADE DE PARTICIPANTES	PRINCIPAIS REINVIDICAÇÕES	QUANTIDADE DE REINVIDICAÇÕES	EQUIVALÊNCIA PERCENTUAL	
21	Educação	39	3	8%
	Saúde		10	26%
	Infraestrutura		3	8%
	Iluminação		3	8%
	Segurança		15	38%
	Outras políticas públicas*		3	8%
	Serviço social		2	4%
* Torre de celular, regularização fundiária, Internet.				100%

DISTRITO DE EXTREMA DATA: 14/05/2011 hora: 19h				
QUANTIDADE DE PARTICIPANTES	PRINCIPAIS REINVIDICAÇÕES	QUANTIDADE DE REINVIDICAÇÕES	EQUIVALÊNCIA PERCENTUAL	
12	Educação	35	5	14%
	Saúde		9	26%
	Infraestrutura		17	49%
	Iluminação		0	0%
	Segurança		0	0%
	Outras políticas públicas*		4	11%
	Serviço social		0	0%
* Regularização fundiária, feira agrícola, programa de qualificação profissional.			100%	

RESULTADO PRÉVIO DAS REINVIDICAÇÕES DAS
OFICINAS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO NOS DISTRITOS DA BR 364

DISTRITO DE VISTA ALEGRE DO ABUNÃ DATA: 13/05/2011 hora: 19h				
QUANTIDADE DE PARTICIPANTES	PRINCIPAIS REINVIDICAÇÕES	QUANTIDADE DE REINVIDICAÇÕES	EQUIVALÊNCIA PERCENTUAL	
65	Educação	306	70	24%
	Saúde		77	25%
	Infraestrutura		77	25%
	Iluminação		16	5%
	Segurança		16	5%
	Outras políticas públicas*		50	16%
	Serviço social		0	0%
* Torre de celular, agencia bancária, gari, delegacia, rodoviária, correios, lazer, cartório, transporte.				

RESULTADO PRÉVIO DAS REINVIDICAÇÕES DAS
OFICINAS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO NO BAIXO MADEIRA

DISTRITO DE SÃO CARLOS DATA: 19/05/2011 hora: 10h				
QUANTIDADE DE PARTICIPANTES	PRINCIPAIS REINVIDICAÇÕES	QUANTIDADE DE REINVIDICAÇÕES	EQUIVALÊNCIA PERCENTUAL	
15	Educação	27	2	6%
	Saúde		1	4%
	Infraestrutura		8	30%
	Iluminação		1	4%
	Segurança		0	0%
	Outras políticas públicas*		14	52%
	Serviço social		1	4%
				100%
*Regularização fundiária, caixa eletrônico, torre de celular, auxílio para os administradores, reforma da sede da assc. De moradores.				

DISTRITO DE NAZARÉ DATA: 20/05/2011 hora: 14h				
QUANTIDADE DE PARTICIPANTES	PRINCIPAIS REINVIDICAÇÕES	QUANTIDADE DE REINVIDICAÇÕES	EQUIVALÊNCIA PERCENTUAL	
09	Educação	26	8	31%
	Saúde		2	7%
	Infraestrutura		9	35%
	Iluminação		4	15%
	Segurança		1	4%
	Outras políticas públicas*		1	4%
	Serviço social		1	4%
				100%
*Regularização fundiária, Caixa eletrônico, torre de celular, auxílio para os administradores, reforma da sede da assc. De moradores.				

DISTRITO DE CALAMA DATA: 21/05/2011 hora: 10h				
QUANTIDADE DE PARTICIPANTES	PRINCIPAIS REINVIDICAÇÕES	QUANTIDADE DE REINVIDICAÇÕES	EQUIVALÊNCIA PERCENTUAL	
09	Educação	23	11	48%
	Saúde		5	22%
	Infraestrutura		6	26%
	Iluminação		0	0%
	Segurança		1	4%
	Outras Políticas públicas*		0	0%
	Serviço social		0	0%
				100%
Regularização fundiária, Caixa eletrônico, torre de celular, auxílio para os administradores, reforma da sede da associação de moradores.				

RESULTADO PRÉVIO DAS REINVIDICAÇÕES DAS
OFICINAS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO NO BAIXO MADEIRA

DISTRITO DE DEMARCAÇÃO DATA: 22/05/2011 hora: 10h				
QUANTIDADE DE PARTICIPANTES	PRINCIPAIS REINVIDICAÇÕES	QUANTIDADE DE REINVIDICAÇÕES	EQUIVALÊNCIA PERCENTUAL	
16	Educação	33	4	12%
	Saúde		4	12%
	Infraestrutura		12	36%
	Iluminação		0	0%
	Segurança		0	0%
	Outras políticas públicas*		13	40%
	Serviço social		0	0%
				100%
Regularização fundiária, Caixa eletrônico, torre de celular, auxílio para os administradores, reforma da sede da associação de moradores.				

RESULTADO PRÉVIO DAS REINVIDICAÇÕES DAS
OFICINAS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO NAS ESCOLAS DA ÁREA URBANA

ESCOLA ORLANDO FREIRE DATA: 24/03/2011 hora: 19h				
QUANTIDADE DE PARTICIPANTES	PRINCIPAIS REINVIDICAÇÕES	QUANTIDADE DE REINVIDICAÇÕES	EQUIVALÊNCIA PERCENTUAL	
76	Educação	16	2	12%
	Saúde		1	6%
	Infraestrutura		8	51%
	Iluminação		4	25%
	Segurança		0	0%
	Outras Políticas públicas*		1	6%
	Serviço social		0	0%
*Cobertura nas paradas de ônibus.				100%

ESCOLA SAMARITANA DATA: 16/03/2011 hora: 19h				
QUANTIDADE DE PARTICIPANTES	PRINCIPAIS REINVIDICAÇÕES	QUANTIDADE DE REINVIDICAÇÕES	EQUIVALÊNCIA PERCENTUAL	
33	Educação	30	1	3%
	Saúde		1	3%
	Infraestrutura		18	60%
	Iluminação		5	17%
	Segurança		4	14%
	Outras Políticas públicas*		0	0%
	Serviço social		1	3%

ESCOLA EDUARDO LIMA E SILVA DATA: 16/03/2011 hora: 19h				
QUANTIDADE DE PARTICIPANTES	PRINCIPAIS REINVIDICAÇÕES	QUANTIDADE DE REINVIDICAÇÕES	EQUIVALÊNCIA PERCENTUAL	
36	Educação	36	2	6%
	Saúde		4	11%
	Infraestrutura		26	71%
	Iluminação		2	6%
	Segurança		0	0%
	Outras Políticas públicas*		2	6%
	Serviço social		0	0%
				100%
* Transporte coletivo, de qualidade.				

RESULTADO PRÉVIO DAS REINVIDICAÇÕES DAS
OFICINAS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO NAS ESCOLAS DA ÁREA URBANA

ESCOLA BARÃO DE SOLIMÕES DATA: 21/03/2011 hora: 19h				
QUANTIDADE DE PARTICIPANTES	PRINCIPAIS REINVIDICAÇÕES	QUANTIDADE DE REINVIDICAÇÕES	EQUIVALÊNCIA PERCENTUAL	
48	Educação	30	5	17%
	Saúde		6	20%
	Infraestrutura		9	30%
	Iluminação		3	10%
	Segurança		4	13%
	Outras Políticas públicas*		2	7%
	Serviço social		1	3%
				100%
*Transporte gratuito para estudantes; Mais ônibus.				

ESCOLA MANAUS DATA: 22/03/2011 hora: 19h				
QUANTIDADE DE PARTICIPANTES	PRINCIPAIS REINVIDICAÇÕES	QUANTIDADE DE REINVIDICAÇÕES	EQUIVALÊNCIA PERCENTUAL	
44	Educação	43	8	19%
	Saúde		4	9%
	Infraestrutura		20	46%
	Iluminação		8	19%
	Segurança		1	2%
	Outras Políticas públicas*		2	5%
	Serviço social		0	0%
				100%
* Transporte coletivo				

ESCOLA VICENTE RONDON DATA: 29/03/2011 hora: 19h				
QUANTIDADE DE PARTICIPANTES	PRINCIPAIS REINVIDICAÇÕES	QUANTIDADE DE REINVIDICAÇÕES	EQUIVALÊNCIA PERCENTUAL	
25	Educação	8	0	0%
	Saúde		0	0%
	Infraestrutura		7	99%
	Iluminação		0	0%
	Segurança		0	0%
	Outras Políticas públicas*		0	0%
	Serviço social		1	1%
				100%

RESULTADO PRÉVIO DAS REINVIDICAÇÕES DAS
OFICINAS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO NAS ESCOLAS DA ÁREA URBANA

ESCOLA Mª CARMOSINA DATA: 12/04/2011 hora: 19h				
QUANTIDADE DE PARTICIPANTES	PRINCIPAIS REINVIDICAÇÕES	QUANTIDADE DE REINVIDICAÇÕES	EQUIVALÊNCIA PERCENTUAL	
16	Educação	7	0	0%
	Saúde		0	0%
	Infraestrutura		6	99%
	Iluminação		1	1%
	Segurança		0	0%
	Outras Políticas públicas*		0	0%
	Serviço social		0	0%
				100%
*Transporte coletivo.				

ESCOLA ARAÚJO LIMA DATA: 19/04/2011 hora: 19h				
QUANTIDADE DE PARTICIPANTES	PRINCIPAIS REINVIDICAÇÕES	QUANTIDADE DE REINVIDICAÇÕES	EQUIVALÊNCIA PERCENTUAL	
38	Educação	50	6	12%
	Saúde		9	18%
	Infraestrutura		16	32%
	Iluminação		9	18%
	Segurança		7	14%
	Outras Políticas públicas*		3	6%
	Serviço social		0	0%
				100%
*Criação de um centro comunitário no Bairro Nova Porto Velho; Fiscalização das queimas urbanas; Telefone público.				

ESCOLA JHON KENNEDY DATA: 04/05/2011 hora: 19h				
QUANTIDADE DE PARTICIPANTES	PRINCIPAIS REINVIDICAÇÕES	QUANTIDADE DE REINVIDICAÇÕES	EQUIVALÊNCIA PERCENTUAL	
33	Educação	43	5	12%
	Saúde		9	21%
	Infraestrutura		19	44%
	Iluminação		6	14%
	Segurança		4	9%
	Outras Políticas públicas*		0	0%
	Serviço social		0	0%
				100%

RESULTADO PRÉVIO DAS REINVIDICAÇÕES DAS
OFICINAS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO NA ZONA URBANA

ZONA NORTE - BAIRRO TRIÂNGULO DATA: 30/04/2011 hora: 15h				
QUANTIDADE DE PARTICIPANTES	PRINCIPAIS REINVIDICAÇÕES	QUANTIDADE DE REINVIDICAÇÕES	EQUIVALÊNCIA PERCENTUAL	
16	Educação	11	2	18%
	Saúde		0	0%
	Infraestrutura		7	64%
	Iluminação		0	0%
	Saneamento básico		2	18%
	Política pública		0	0%
	Serviço Social		0	0%
				100%

ZONA SUL - BAIRRO CASTANHEIRA DATA: 30/04/2011 hora: 17h				
QUANTIDADE DE PARTICIPANTES	PRINCIPAIS REINVIDICAÇÕES	QUANTIDADE DE REINVIDICAÇÕES	EQUIVALÊNCIA PERCENTUAL	
18	Educação	51	2	4%
	Saúde		14	27%
	Infraestrutura		12	24%
	Iluminação		0	0%
	Saneamento básico		16	31%
	Política pública		2	4%
	Serviço social		5	10%
				100%

ZONA NORTE - BAIRRO APONIÂ DATA: 30/04/2011 hora: 10h				
QUANTIDADE DE PARTICIPANTES	PRINCIPAIS REINVIDICAÇÕES	QUANTIDADE DE REINVIDICAÇÕES	EQUIVALÊNCIA PERCENTUAL	
15	Educação	25	0	0%
	Saúde		4	16%
	Infraestrutura		8	32%
	Iluminação		5	20%
	Saneamento básico		6	24%
	Política pública		1	4%
	Serviço Social		1	4%
				100%

RESULTADO PRÉVIO DAS REINVIDICAÇÕES DAS
OFICINAS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO NA ZONA URBANA

ZONA SUL - BAIRRO AEROCLUBE DATA: 30/04/2011 hora: 18h				
QUANTIDADE DE PARTICIPANTES	PRINCIPAIS REINVIDICAÇÕES	QUANTIDADE DE REINVIDICAÇÕES	EQUIVALÊNCIA PERCENTUAL	
07	Educação	15	0	0%
	Saúde		5	34%
	Infraestrutura		5	34%
	Iluminação		0	0%
	Saneamento básico		1	6%
	Segurança		2	13%
	Serviço Social		2	13%
				100%

ZONA NORTE – EMPREENDIMENTO TRIÂNGULO DATA: 28/04/2011 hora: 10h				
QUANTIDADE DE PARTICIPANTES	PRINCIPAIS REINVIDICAÇÕES	QUANTIDADE DE REINVIDICAÇÕES	EQUIVALÊNCIA PERCENTUAL	
16	Educação	56	12	22%
	Saúde		13	24%
	Infraestrutura		2	3%
	Iluminação		8	14%
	Saneamento básico		9	16%
	Política pública*		10	18%
	Serviço social		2	3%
				100%
*creche comunitária				

ZONA LESTE - BAIRRO LAGOINHA DATA: 09/04/2011 hora: 17h				
QUANTIDADE DE PARTICIPANTES	PRINCIPAIS REINVIDICAÇÕES	QUANTIDADE DE REINVIDICAÇÕES	EQUIVALÊNCIA PERCENTUAL	
40	Educação	157	0	0%
	Saúde		9	5%
	Infraestrutura		48	31%
	Iluminação		5	3%
	Segurança		5	3%
	Políticas públicas*		48	31%
	Serviço Social		42	27%
				100%
*creche comunitária,				

RESULTADO PRÉVIO DAS REINVIDICAÇÕES DAS
OFICINAS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO NA ZONA URBANA

ZONA NORTE - BAIRRO EMBRATEL DATA: 16/04/2011 hora: 14h				
QUANTIDADE DE PARTICIPANTES	PRINCIPAIS REINVIDICAÇÕES	QUANTIDADE DE REINVIDICAÇÕES	EQUIVALÊNCIA	
13	Educação	57	0	0%
	Saúde		0	0%
	Infraestrutura		26	46%
	Iluminação		2	4%
	Segurança		0	0%
	Políticas públicas*		13	23%
	Serviço Social		16	27%
				100%
*creche comunitária.				

ZONA LESTE - BAIRRO COHAB DATA: 16/04/2011 hora: 18h				
QUANTIDADE DE PARTICIPANTES	PRINCIPAIS REINVIDICAÇÕES	QUANTIDADE DE REINVIDICAÇÕES	EQUIVALÊNCIA	
20	Educação	49	0	0%
	Saúde		3	6%
	Infraestrutura		41	84%
	Iluminação		1	2%
	Segurança		0	0%
	Políticas públicas*		4	8%
	Serviço Social		0	0%
				100%
*creche comunitária				

ZONA LESTE - BAIRRO ULISSES GUIMARÃES				
DATA: 09/04/2011 hora: 10h				
QUANTIDADE DE PARTICIPANTES	PRINCIPAIS REINVIDICAÇÕES	QUANTIDADE DE REINVIDICAÇÕES	EQUIVALÊNCIA	
26	Educação	108	10	9%
	Saúde		8	7%
	Infraestrutura		48	45%
	Iluminação		2	2%
	Segurança		12	11%
	Políticas públicas*		16	15%
	Serviço Social		12	11%
				100%
*creche comunitária				

RESULTADO PRÉVIO DAS REINVIDICAÇÕES DAS
OFICINAS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO NA ZONA URBANA

ZONA LESTE - BAIRRO MARIANA				
DATA: 09/04/2011 hora: 10h				
QUANTIDADE DE PARTICIPANTES	PRINCIPAIS REINVIDICAÇÕES	QUANTIDADE DE REINVIDICAÇÕES	EQUIVALÊNCIA	
16	Educação	34	2	6%
	Saúde		4	12%
	Infraestrutura		12	35%
	Iluminação		7	22%
	Segurança		5	15%
	Políticas públicas*		2	6%
	Serviço Social		2	6%
				100%
*creche comunitária				

ZONA LESTE - BAIRRO JARDIM SANTANA				
DATA: 09/04/2011 hora: 14h				
QUANTIDADE DE PARTICIPANTES	PRINCIPAIS REINVIDICAÇÕES	QUANTIDADE DE REINVIDICAÇÕES	EQUIVALÊNCIA	
17	Educação	48	3	6%
	Saúde		5	10%
	Infraestrutura		8	16%
	Iluminação		4	8%
	Segurança		6	12%
	Políticas públicas*		7	15%
	Serviço Social		15	33%
				100%

ZONA LESTE - BAIRRO TANCREDO NEVES				
DATA: 09/04/2011 hora: 15h				
QUANTIDADE DE PARTICIPANTES	PRINCIPAIS REINVIDICAÇÕES	QUANTIDADE DE REINVIDICAÇÕES	EQUIVALÊNCIA	
10	Educação	40	0	0%
	Saúde		5	12%
	Infraestrutura		18	45%
	Iluminação		4	11%
	Segurança		3	7%
	Políticas públicas*		8	20%
	Serviço Social		2	5%
				100%
*creche comunitária				

RESULTADO PRÉVIO DAS REINVIDICAÇÕES DAS
OFICINAS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO NA ZONA URBANA

ZONA NORTE - BAIRRO SÃO SEBARTIÃO II				
DATA: 22/04/2011 hora: 19h				
QUANTIDADE DE PARTICIPANTES	PRINCIPAIS REINVIDICAÇÕES	QUANTIDADE DE REINVIDICAÇÕES	EQUIVALÊNCIA	
22	Educação	122	25	20%
	Saúde		5	5%
	Infraestrutura		10	8%
	Iluminação		4	3%
	Segurança		7	6%
	Políticas públicas*		45	37%
	Serviço Social		26	21%
				100%
*creche comunitária				

ZONA NORTE - BAIRRO AGENOR DE CARVALHO				
DATA: 09/04/2011 hora: 15h				
QUANTIDADE DE PARTICIPANTES	PRINCIPAIS REINVIDICAÇÕES	QUANTIDADE DE REINVIDICAÇÕES	EQUIVALÊNCIA	
13	Educação	33	3	9%
	Saúde		4	12%
	Infraestrutura		11	34%
	Iluminação		3	9%
	Segurança		1	3%
	Políticas públicas*		5	15%
	Serviço Social		6	18%
				100%
*creche comunitária				

ZONA SUL - BAIRRO CIDADE NOVA				
DATA: 16/04/2011 hora: 16:30h				
QUANTIDADE DE PARTICIPANTES	PRINCIPAIS REINVIDICAÇÕES	QUANTIDADE DE REINVIDICAÇÕES	EQUIVALÊNCIA PERCENTUAL	
15	Educação	113	2	2%
	Saúde		6	5%
	Infraestrutura		35	31%
	Iluminação		4	4%
	Segurança		25	22%
	Políticas públicas*		15	13%
	Serviço Social		26	23%
				100%
*creche comunitária				

RESULTADO PRÉVIO DAS REINVIDICAÇÕES DAS
OFICINAS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO NA ZONA URBANA

ZONA SUL- BAIRRO SÃO JOÃO BATISTA				
DATA: 18/06/2011 hora: 15h				
QUANTIDADE DE PARTICIPANTES	PRINCIPAIS REINVIDICAÇÕES	QUANTIDADE DE REINVIDICAÇÕES	EQUIVALÊNCIA PERCENTUAL	
18	Educação	61	4	7%
	Saúde		7	10%
	Infraestrutura		31	51%
	Iluminação		4	7%
	Segurança		8	13%
	Políticas públicas*		3	5%
	Serviço Social		4	7%
				100%
*creche comunitária				

ZONA SUL - BAIRRO CIDADE DO LOBO				
DATA: 09/04/2011 hora: 15h				
QUANTIDADE DE PARTICIPANTES	PRINCIPAIS REINVIDICAÇÕES	QUANTIDADE DE REINVIDICAÇÕES	EQUIVALÊNCIA PERCENTUAL	
58	Educação	153	7	5%
	Saúde		20	14%
	Infraestrutura		58	38%
	Iluminação		14	7%
	Segurança		7	5%
	Políticas públicas*		24	16%
	Serviço Social		23	15%
				100%
*creche comunitária				

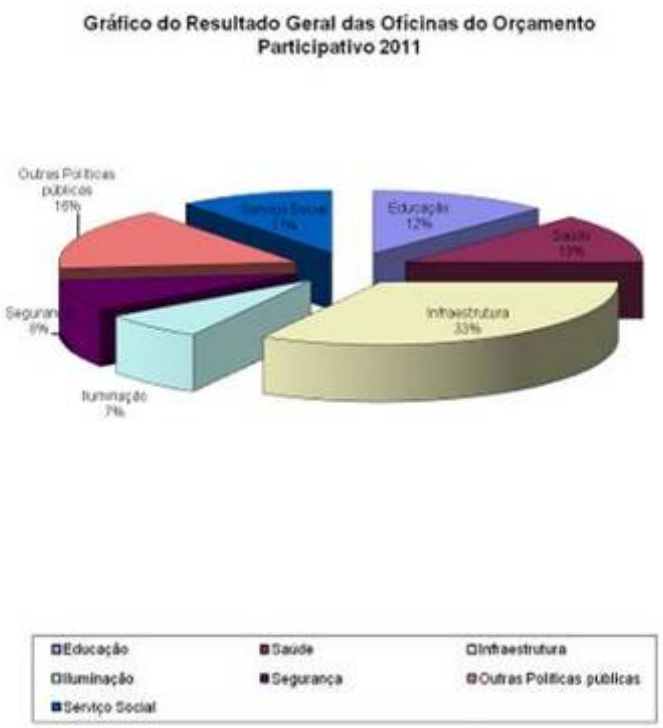
ZONA SUL– BAIRRO JARDIM ELDORADO				
DATA: 18/06/2011 hora: 19h				
QUANTIDADE DE PARTICIPANTES	PRINCIPAIS REINVIDICAÇÕES	QUANTIDADE DE REINVIDICAÇÕES	EQUIVALÊNCIA PERCENTUAL	
20	Educação	59	2	4%
	Saúde		1	1%
	Infraestrutura		21	36%
	Iluminação		4	7%
	Segurança		6	10%
	Políticas públicas*		10	17%
	Serviço Social		15	25%
				100%
*creche comunitária				

RESULTADO PRÉVIO DAS REINVIDICAÇÕES DAS
OFICINAS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO NA ZONA URBANA

BR 364 - VILA PRINCESA				
DATA: 30/06/2011 hora: 09h				
QUANTIDADE DE PARTICIPANTES	PRINCIPAIS REINVIDICAÇÕES	QUANTIDADE DE REINVIDICAÇÕES	EQUIVALÊNCIA	
149	Educação	56	9	16%
	Saúde		5	9%
	Infraestrutura		11	20%
	Iluminação		1	2%
	Segurança		1	2%
	Políticas públicas*		13	23%
	Serviço Social		16	28%
				100%
Regularização fundiária.				

RESULTADO GERAL DAS REINVIDICAÇÕES DAS
OFICINAS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO NA ZONA URBANA E RURAL

QUANTIDADE DE PARTICIPANTES	PRINCIPAIS REINVIDICAÇÕES	QUANTIDADE DE REINVIDICAÇÕES	EQUIVALÊNCIA PERCENTUAL	
1090	Educação	2208	271	12%
	Saúde		280	13%
	Infraestrutura		735	33%
	Iluminação		156	7%
	Segurança		178	8%
	Outras Políticas públicas		355	16%
	Serviço Social		233	11%
				100%



Edital de convocação para audiências públicas
Prefeitura Municipal de Porto Velho
LOA – Lei Orçamentária Anual

O Prefeito do Município de Porto Velho, no uso das suas atribuições legais, e consoante ao que preceitua o parágrafo 4º. Do art. 9º. e o Parágrafo Único do art. 48 da Lei nº. 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e o art. 44 da Lei nº. 10.257, de 10 de julho de 2001 (Lei do Estatuto das Cidades), torna público que realizará Audiências Públicas Tematizadas com o objetivo de colher subsídios e informações para elaboração da Lei Orçamentária Anual – LOA /2012, conforme calendário abaixo:

TEMÁTICA	SECRETARIAS ENVOLVIDAS	DATA/HORÁRIO
SAÚDE	SEMUSA	04/JUL / 09 h
EDUCAÇÃO	SEMED	05/JUL / 09 h
SOCIAL	SEMAS, SEMES, COORD. DE MULHERES, SEMDESTUR, COORD. DA JUVENTUDE	07/JUL / 09 h
INFRAESTRUTURA	SEMPLA, SEMPRE, SEMOB, SEMEPE, SEMUSB, EMDUR, SEMUR, SEMTRAN	08/JUL / 09 h
AGRICULTURA	SEMAGRIC, SEMA	09/JUL / 09 h

O local para realização das Audiências Públicas será no Centro de Formação Teatro Banzeiros na Rua José do Patrocínio 512 - Centro, esquina com Rogério Weber.

Audiência Pública do Orçamento Participativo de Educação

Aos dias catorze de julho de dois mil e onze, às 9h. Teve início a Audiência Pública do Orçamento Participativo, realizada sela Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão (SEMPLA), e ministrada pela Secretaria Municipal de educação (SEMED).

O Secretário Municipal de Planejamento, Sérgio Luís Pacifico, abriu os trabalhos do dia agradecendo pela presença de todos em nome da Prefeitura Municipal de Porto Velho, e em nome do Prefeito Roberto Sobrinho. Agradeceu pela presença da Secretária Municipal de educação, Maria de Fátima e toda sua equipe, e, convidou todos os presentes a participar das outras audiências que ocorrerão nos próximos dias da semana.

Iniciando os trabalhos, o Secretário Sérgio Pacífico orientou sobre a metodologia da audiência e explanou sobre a importância da opinião da sociedade nas escolhas e assuntos do orçamento municipal. Foi explicado do que se trata a LOA, PPA e a LDO, dando clareza onde é aplicada cada diretriz orçamentária.

Tomando a palavra, a Secretária Maria de Fátima convidou a mesa os seus assessores e toda a diretoria da Secretaria de Educação, para ajudá-lo a melhor apresentar a população as mudanças e projetos da Secretaria de Educação. A Secretária Municipal de educação iniciou sua apresentação com as ações propostas nas audiências públicas do ano anterior e ações em andamento, citando o numero total de alunos e o numero de escolas municipais, citando também as reivindicações de dois mil e dez que foram atendidas, as que estão em andamento, e outras que não foram atendidas e a explicação porque não foram atendidas. Falou do incentivo a cultura e escolas em tempo integral e dos programas em execução, projeto escola aberta, projeto pirueta, rádio escola, projeto segundo tempo, AABB comunidade, paz na escola, natação para todos, projeto mais educação. Citou também que foram entregues a comunidade novas escolas de educação infantil em dois mil e onze e reforma e ampliação em escolas municipais, investimentos em escolas rurais e também citou outros programas.

Oficina de Capacitação do Orçamento Participativo na Escola Eduardo Lima



Aos dezessete dias do mês de março do ano de dois mil e onze, às dezenove horas e trinta minutos, na escola estadual de ensino fundamental e médio Eduardo Lima e Silva, localizada no Bairro Nova Floresta na Zona Sul da cidade, iniciou-se a oficina de capacitação em orçamento participativo; na oportunidade, estiveram presentes, todo o pessoal técnico do departamento de planejamento participativo. Dando inicio ao evento, a diretora do departamento senhora Elisane dos Santos Izel, fez uma breve explicação sobre essa atividade, disse que tendo em vista a necessidade de alcançar uma maior quantidade de pessoas quanto ao conhecimento de seus direitos de poder participar nos processos de planejamento dos gastos públicos, foi visualizado o pessoal do programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA), considerando que além de exercer seu direito de cidadão, os alunos que se deslocam de diversos bairros, estariam contribuindo com este processo reivindicando ações para suas comunidades

Oficina de Capacitação do Orçamento Participativo na Escola Barão Dos Solimões



Aos vinte e um dias do mês de março do ano de dois mil e onze, às dezenove horas e trinta minutos na escola estadual de ensino fundamental e médio, “Barão de Solimões” localizada no centro da cidade, teve inicio a oficina de capacitação em orçamento participativo; na oportunidade, estiveram presentes, todo o pessoal técnico do departamento de planejamento participativo. Dando inicio ao evento, a diretora do departamento senhora Elisane dos Santos Izel, fez uma breve explicação sobre essa atividade, disse que tendo em vista a necessidade de alcançar uma maior quantidade de pessoas quanto ao conhecimento de seus direitos de poder participar nos processos de planejamento dos gastos públicos, foi visualizado o pessoal do programa de Educação de Jovens e Adultos – EJA, considerando que além de exercer seu direito de cidadão, os alunos que se deslocam de diversos bairros, estariam contribuindo com este processo reivindicando ações para suas comunidades.

Oficina de Capacitação do Orçamento Participativo na Escola Samaritana



Aos dezesseis dias do mês de março do ano de dois mil e onze, às dezenove horas e trinta minutos na escola estadual de ensino fundamental, “Samaritana” localizada no centro da cidade, teve inicio a oficina de capacitação em orçamento participativo; na oportunidade, estiveram presentes, todo o pessoal técnico do departamento de planejamento participativo. Dando inicio ao evento, a diretora do departamento senhora Elisane dos Santos Izel, fez uma breve explicação sobre essa atividade, disse que tendo em vista a necessidade de alcançar uma maior quantidade de pessoas quanto ao conhecimento de seus direitos de poder participar nos processos de planejamento dos gastos públicos, foi visualizado o pessoal do programa de Educação de Jovens e Adultos – EJA, considerando que além de exercer seu direito de cidadão, os alunos que se deslocam de diversos bairros, estariam contribuindo com este processo reivindicando ações para suas comunidades; logo em seguida, tomou a palavra o senhor Anderson Valente Lôbo, assessor executivo da Sempla, que fez uma breve explicação sobre as leis que dão direito das pessoas opinarem quanto aos gastos públicos, resultando no exercício do direito de cidadania, sobre o processo da participação popular nas suas varias etapas de discussão do orçamento publico,

Oficina de Capacitação no Distrito de Fortaleza do Abuna



Aos dezesseis dias do mês de maio do ano de dois mil e onze, às dez horas e trinta minutos no Distrito Fortaleza do Abunã, teve inicio a oficina de capacitação em orçamento participativo; na oportunidade, estiveram presentes, todo o pessoal técnico do departamento de planejamento participativo. Dando inicio ao evento, a diretora do departamento senhora Elisane dos Santos Izel, fez uma breve explicação sobre essa atividade, disse que tendo em vista a necessidade de alcançar uma maior quantidade de pessoas quanto ao conhecimento de seus direitos de poder participar nos processos de planejamento dos gastos públicos, foi visualizado o todos os moradores desta

localidade, considerando que além de exercer seu direito de cidadão, os moradores, estariam contribuindo com este processo reivindicando ações para sua comunidade; logo em seguida, tomou a palavra o senhor Anderson Valente Lôbo, assessor executivo da Sempla, que fez uma breve explicação sobre as leis que dão direito das pessoas opinarem quanto aos gastos públicos, resultando no exercício do direito de cidadania, sobre o processo da participação popular nas suas varias etapas de discussão do orçamento publico, disse da necessidade da população aprender a reivindicar visando à coletividade e as ações mais necessárias para a sua comunidade.

Orçamento Participativo 2011/2012
Audiências Públicas

- Quantidade de bairros participantes 48
- Quantidade de comunidades rurais e distritos participantes 25
- Quantidade geral de participantes 387

Zona Urbana: Bairros Participantes

Conceição; Nova Floresta; JK 1; São Cristóvão; Triângulo; Pedrinhas; Embratel; Aeroclube; Tancredo Neves; Aponiã; Lagoinha; Caladinho; Castanheira; Cohab Floresta; Marcos Freire; Arigolândia; Cidade do Lobo; São Sebastião; Fortaleza; Comunidade Santa Marcelina; Flodoaldo Pontes Pinto; Esperança da Comunidade; Marechal Rondon; Igarapé; Nova Esperança; São Francisco; Jardim Eldorado; Centro; Cascalheira; Novo Horizonte; Floresta; Tucuruí II; São Sebastião II; Tucumanzal; Santo Antônio; Olaria; São Cristóvão; Planalto; Maringá; Teixeirão; Nacional; Eletronorte; Ulisses Guimarães; Cidade Nova; Agenor Martins de Carvalho; Areal; Três Marias, Vila Princesa

Zona Rural: Comunidades Participantes

Assentamento Joana D'Arc I, II, III; Linha São José; Comunidade Vale do Sol; Vista Alegre do Abunã; Aponiã; União Bandeirantes; Projeto Agroverde; Nova Porto Velho; Demarcação; Cuniã; São Carlos; Linha Caracol; Abunã; Ramal Bom Futuro; Rio Preto Baixo Madeira; Linha 17; Calama; Linha Taquara; Linha Marco Azul; Linha Progresso; Comunidade Maravilha; Região Ribeirinha.

RESULTADO PRÉVIO DAS REINVIDICAÇÕES DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO				
AUDIÊNCIA PÚBLICA SOCIAL - TEATRO BANZEIROS DATA: 07/07/2011 hora: 9h				
QUANTIDADE DE PARTICIPANTES	PRINCIPAIS REINVIDICAÇÕES	QUANTIDADE DE REINVIDICAÇÕES	EQUIVALÊNCIA PERCENTUAL	
113	Educação	20	2	2%
	Saúde		1	1%
	Infraestrutura		5	40%
	Iluminação		0	0
	Segurança		1	1%
	Outras Políticas públicas (*)		10	55%
	Lazer		1	1%
				100%

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA – SOCIAL (SEMAS-COORD. JUV. - COORD. MULHERES-SEMDESTUR, FUNCULTURAL.

Bairro Conceição reivindicou: criação do fundo municipal do conselho da mulher, aumentar o recurso do conselho da mulher, implementar ações na área da cultura, para as mulheres vítimas de violência.

Bairro Tancredo Neves reivindicou: Praça de lazer no bairro criar secretaria municipal de mulheres, Ampliar recursos orçamentários para execuções das ações, para a coordenadoria das mulheres, condições de trabalho das equipes que atuam no centro de referencia das mulheres, estruturar os espaços para acolhimento das vitimas de violência, com equipamento veiculo, pessoal capacitado, ampliar espaço do CICA, para outras regiões da cidade

Vila princesa reivindicou: ações para diminuição do uso de drogas.

Bairro Caladinho reivindicou: potencializar ações culturais nos distritos e áreas ribeirinhas, construção do espaço para funcionamento dos conselhos do CICA, para outras regiões da cidade, promover ações na área da cultura que inclua as mulheres.

Bairro cidade do lobo reivindicou: asfalto, saneamento básico, calçadas, melhoria no posto de saúde do bairro para melhor atender a população.

Bairro três Marias reivindicou: implementação de creches na comunidade, uma biblioteca, construção de espaço para esporte e lazer, implementação do JCC, nas escolas municipais.

RESULTADO PRÉVIO DAS REINVIDICAÇÕES DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO				
AUDIÊNCIA PÚBLICA DA SAÚDE - TEATRO BANZEIROS DATA: 04/07/2010 hora: 9h				
QUANTIDADE DE PARTICIPANTES	PRINCIPAIS REINVIDICAÇÕES	QUANTIDADE DE REINVIDICAÇÕES	EQUIVALÊNCIA PERCENTUAL	
106	Educação	55	7	13%
	Saúde		20	36%
	Infraestrutura		11	24%
	Iluminação		3	4%
	Segurança		4	5%
	Outras Políticas públicas		5	9%
	Lazer		5	9%
				100%

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA – SAÚDE

Bairro Caldinho reivindicou: Reforma do posto de saúde do bairro, uma sala de reuniões na unidade; Conclusão da obra que está sendo feita atrás do posto de saúde; Asfalto nas ruas Nova Esperança e Jk; Saneamento básico para o conjunto Tucuruí; Capacitação dos agentes comunitários de saúde; Construção do Hospital Municipal; Saneamento básico para a rua Renascer; Mais postos policiais nos bairros Cidade Nova, Castanheira, Eldorado e Cidade do Lobo.

Bairro Cidade do Lobo reivindicou: Asfalto na Rua Samuel Garcia, entre ruas Rio Brilhante até rua Capitão Silva; Asfalto e drenagem nas ruas Geraldo Siqueira e João Elias de Souza; Linha de ônibus na rua Cabo Lira; Asfalto e drenagem nas ruas Gilbratar, Percy Holder; Construção de auditório na unidade de saúde bairro; Creche Comunitária.

Bairro Castanheira reivindicou: Atendimento diferenciado para idosos; Construir um pronto atendimento no bairro, com médicos, remédios, ambulância e atendimento 24 horas.

AUDIÊNCIA PÚBLICA DO AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE - TEATRO BANZEIROS DATA: 09/07/2011 hora: 9h				
QUANTIDADE DE PARTICIPANTES	PRINCIPAIS REINVIDICAÇÕES	QUANTIDADE DE REINVIDICAÇÕES	EQUIVALÊNCIA PERCENTUAL	
73	Educação	46	5	12%
	Saúde		11	24%
	Infraestrutura		20	43%
	Iluminação		2	4%
	Segurança		3	6%
	Outras Políticas públicas		1	1%
	Maquinários		4	10%

RESULTADO PRÉVIO DAS REINVIDICAÇÕES DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO				
AUDIÊNCIA PÚBLICA DA EDUCAÇÃO - TEATRO BANZEIROS DATA: 14/07/2011 hora: 9h				
QUANTIDADE DE PARTICIPANTES	PRINCIPAIS REINVIDICAÇÕES	QUANTIDADE DE REINVIDICAÇÕES	EQUIVALÊNCIA PERCENTUAL	
95	Educação	88	30	55%
	Saúde		2	3%
	Infraestrutura		23	15%
	Iluminação		6	5%
	Saneamento básico		3	4%
	Outras Políticas públicas		16	11%
	Lazer		8	7%
				100%

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA – AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

19 COMUNIDADES E BAIRROS PARTICIPANTES

Projeto Joana D'Arc II reivindicou: Tanque de peixes; Curso de Piscicultura gratuito para o pequeno agricultor; Destoca e gradagem no projeto Tempo de Empreender RO.

Distrito de São Carlos reivindicou: Valorização do conhecimento tradicional dos pescadores; Regularização fundiária; Plano emergencial para garantir a sobrevivência dos pescadores.

Distrito de Nova Mutum reivindicou: Recursos para a Cooperativa de agricultores de Nova Mutum COOPJIRAU.

Vila Princesa reivindicou: Abrir ruas na comunidade; Supermercados.

Estrada Jatuarana KM 35 reivindicou: Visita da engenheira de pesca na Associação APRUMAR, para dar orientações; Reunião com o responsável pela mandiocultura na associação APRUMAR; Tanque de peixe.

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2011
QUANTIDADE DE BAIRROS PARTICIPANTES 22
AUDIÊNCIA PÚBLICA – EDUCAÇÃO

Bairro Nova Porto Velho reivindicou: Limpeza de Terreno Abandonado.,

Vila Princesa reivindicou: Asfaltamento nas ruas, Posto Policial, Coleta de Lixo seletiva com Palestras, Quadra de esportes, iluminação, que a escola João Afro Vieira tivesse o ensino Médio Completo e construísse o muro na escola, Climatizar as salas de aula, construção de creche, água potável, cursos profissionalizantes para a comunidade, principalmente para as mulheres.

Bairro JKI reivindicou: Asfalto na Rua Vitor de Abreu, rede de esgoto e iluminação. Creche comunitária com mais vagas para crianças de 6 meses em diante em parceria com creches particulares.

Bairro São Cristóvão reivindicou: Garantir acesso e permanência de lazer e recreação escolar com ampliação dos programas federais.

Bairro Triângulo reivindicou: Creche para crianças de 6 meses.

Bairro Pedrinhas reivindicou: Que o Programa Bullying tenha recursos próprios para que o mesmo possa ser efetivamente implantado com materiais adquiridos para dar continuidade, pois o mesmo não foi contemplado no orçamento da secretária.

Conjunto Embratel reivindicou: Sinalização de trânsito na avenida Vieira Caúla com Venezuela, criação de um CAP, municipal, para atendimento ao deficiente visual, e atendimento aos alunos com baixa visão, aquisição de berços para as creches, e profissional treinado para o atendimento as crianças, Ampliar cursos na área de informáticas para os servidores municipais, criação no site da prefeitura de um banco de dados para todas as ações e programas para acesso pelos populares que visitam o site e necessitam dessas informações primárias que podem estar disponibilizadas no site. Implantar a coleta seletiva em todos os órgãos municipais, como exemplo para a população em geral, criação de programas de valorização do bem estar pessoal do servidor da educação, no campo cultural, esportivo, psicossocial e outros.

Bairro Tancredo Neves reivindicou: Melhoria no salário dos servidores de educação, que vai desde o agente de vigilância até o professor, criar um centro de vivencia para abrigar a todo momento o professor com uma equipe multidisciplinar para atende-los criar uma ouvidoria que atenda as solicitações pertinentes dos servidores em educação, melhoria no espaço físico de trabalho dos professores, valorizar os profissionais da educação através de incentivo de educação continuada, melhoria e incentivo aos professores que atuam na área rural, trabalhar a auto estima dos profissionais em educação através de centro especializados.

Bairro Caladinho reivindicou: Produtividade aos servidores da SEMED; Aumentar per capta em valores do PMAE dentro das possibilidades.

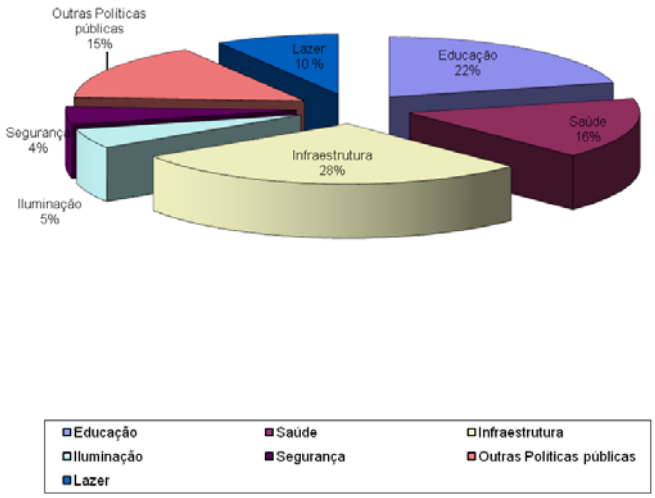
Bairro Lagoinha reivindicou: Iluminação em todas as ruas; Saneamento básico; Posto de saúde; Escola; Delegacia de polícia; Asfalto e espaço de lazer.

Bairro Floresta reivindicou: aumentar o numero de ônibus na rua três e meio, pois a demora do ônibus de uma hora ou mais.

Vila Nova Mutum reivindicou: executar programas como projeto pirueta, mais educação, projeto escola aberta em nova mutum Paraná, e uma solução na falta de professores, nos distritos, e pediu reforma na escola Imbaúba, e também na escola da linha F.

RESULTADO GERAL DAS REINVIDICAÇÕES DAS AUDIENCIAS PUBLICAS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO NA ZONA URBANA E RURAL				
QUANTIDADE DE PARTICIPANTES	PRINCIPAIS REINVIDICAÇÕES	QUANTIDADE DE REINVIDICAÇÕES	EQUIVALÊNCIA PERCENTUAL	
387	Educação	208	44	22%
	Saúde		34	16%
	Infraestrutura		59	28%
	Iluminação		11	5%
	Segurança		10	4%
	Outras Políticas públicas		32	15%
	Lazer		18	10%

Gráfico do Resultado Geral das Audiencias Publicas do Orçamento Parcipativo 2011



Departamento de Gestão Urbana – DGU

Principais ações executadas no ano de 2011 pelo Departamento de Gestão Urbana ao qual tem como suas principais competências:

- Monitorar e atualizar o Plano Diretor do Município de Porto Velho;
- Proceder análise das tendências de Uso e Ocupação do solo, propondo estudos e projetos urbanísticos;
- Proceder acompanhamento dos mapas temáticos atualizados pela Divisão do Planejamento do Espaço Urbano e Divisão de Planejamento Socioeconômico;
- Analisar diagnóstico socioeconômico e ambiental através de indicadores apresentados pelas secretarias afins, com a participação da Divisão de Planejamento Sócio Econômico;
- Orientar a Divisão de Informação e Estatística quanto ao levantamento e pesquisas necessárias ao Planejamento Urbano;

- Assessorar os órgãos colegiados com atribuições de deliberação e decisões sobre consultas de uso e ocupação do solo;
- Analisar casos omissos do Código de Obras, Posturas e Zoneamento e demais legislações urbanísticas; convocar uma equipe de estudo para emitir parecer conjunto com representantes das secretarias envolvidas na análise respectiva;
- Assessorar o Secretário na área de sua competência.

O Plano Diretor determina que a política municipal de desenvolvimento urbano será estabelecida com base na estrutura abaixo.



Plano Diretor

ITEM	ATIVIDADE
01	Palestras e orientações referentes ao Plano Diretor
02	Acompanhamento da implementação do Plano Diretor do Município de Porto Velho.
03	Participação na definição dos novos limites do perímetro urbano do município.

Uso e Ocupação do Solo

Item	Atividade
01	Trabalho integrado em parceria com as Secretarias: SEMFAZ, SEMEPE, SEMTRAN, SEMPRE, SEMUR e Procuradoria Geral do Município, nos estudos para o desenvolvimento das atualizações da Lei n° 097/99 de 29 de Dezembro de 1999, que dispõe sobre o Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de Porto Velho
02	Participação na elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social, sob coordenação da Secretaria Municipal de Regularização Fundiária e Habitação –SEMUR, através de contribuição de mão de obra especializada; auxilio na coleta de informações no inventario municipal e legislação urbanística e participação da elaboração e desenvolvimento do plano de trabalho contemplando participação nas Fóruns Setoriais realizado no Distrito Sede e nos Distritos do Baixo Madeira e do Eixo da BR, tendo como estratégia a mobilização da comunidade e detecção dos pontos fortes e expectativa da comunidade em relação a habitação.
03	Oficinas de capacitação para os conselheiros da Câmara Temática do Conselho da Cidade
04	Elaborado mapas temáticos e simulações (coeficiente de aproveitamento) para estudo da proposta de lei
05	Levantamento de parâmetros urbanísticos dos empreendimentos licenciados junto a SEMFAZ e sistematização destes dados através de gráficos.

Usos do Solo - Estudos Realizados

Item	Atividade
01	Trabalho integrado em parceria com as Secretarias: SEMFAZ, SEMEPE, SEMTRAN, SEMUR e Procuradoria Geral do Município, nos estudos para o desenvolvimento das atualizações da Lei n° 097/99 de 29 de Dezembro de 1999, que dispõe sobre o Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de Porto Velho, através de estudos e reuniões técnica, apresentando como produto parcial: • Proposta dos anexos das ZONAS e QUADRO URBANISTICO revisado; • Apresentação aos gestores municipais amostras dos conteúdos da minuta da Lei 097/99 em revisão.
02	Pesquisas de legislações e materiais que auxiliem no estudo da lei, quanto aos tipos de uso, padrões de incomodidade e parâmetros urbanísticos.
03	Participação na reunião sobre a Lei de uso de Nova Mutum Paraná
04	Discussão com a comissão técnica o resultado do levantamento de parâmetros urbanísticos dos empreendimentos licenciados junto a SEMFAZ

Meio Ambiente

Item	Atividade
01	Acompanhamento do Projeto de Gestão em Bacias Urbanas de Porto Velho em parceria com o SIPAM, cujo enfoque é delimitar as áreas de risco no entorno dos Igarapés e apoiar a Defesa Civil com um sistema de alerta para as chuvas, através de envolvimento institucional e apoio das secretarias SEMED, SEMOB e Departamento de Defesa Civil, proporcionando o monitoramento hidrológico das enchentes, instalação de pluviômetros nas escolas delimitação e definição das características das bacias. Neste cenário o DGU/SEMPLA é responsável pelo monitoramento da atividades do projeto através da Matriz de Articulação Institucional.
02	Análise e comparação do CONTRATO Nº DS - SP - 007.2008, de 18 de dezembro de 2008, celebrado entre a Santo Antônio Energia S/A - SAESA e Axis Consultoria Urbana Ltda, Nota sobre o aditivo ao contrato AXIS/ SAESA, o orçamento detalhado do Projeto de Gestão em Bacias Urbanas de Porto Velho (RO) e a Matriz de Articulação Institucional.
03	Acompanhamento do processo de instalação estação Pluviométrica na Escola Guadalupe
04	Participação no processo de identificação e demarcação dos pontos críticos de alagamento nas Bacias dos igarapés da Penal, Tanques, Bate-Estacas e Tancredo Neves.
05	Definição Temática em conjunto com as secretarias envolvidas no processo, sobre as cartilhas e educação ambiental do Projeto Bacias Urbanas.
06	Esclarecimento sobre o Projeto Bacias Urbanas ao Ministério Publico
08	Participação em Seminário no Tribunal de Contas, apresentando e defendendo o tema “Atividades desenvolvidas pelo Projeto Bacias Urbanas no seminário Pré-Cheia”.
09	Apoio no acompanhamento do Contrato 112/PGM/2009 - serviços locais de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário, tendo como principais destaques: • Regularização constituição da comissão técnica e avaliação das implementações acordadas através de contrato Prefeitura x CAERD (contrato 112/PGM/2009; • Análise e encaminhamento do processo de encontro de conta Prefeitura x CAERD • Avaliação preliminar dos avanços das obras em Porto Velho, apresentado pela CAERD através de relatórios parciais.
10	Monitoramento da Matriz de Articulação Institucional;
11	Regularização constituição da comissão técnica e avaliação das implementações acordadas através de contrato Prefeitura x CAERD (contrato 112/PGM/2009;
12	Análise e encaminhamento do processo de encontro de conta Prefeitura x CAERD avaliado pela comissão constituída através de Decreto;
13	Avaliação preliminar dos avanços das obras em Porto Velho, apresentado pela CAERD através de relatórios parciais.

Mobilidade Urbana

Item	Atividade
01	Estudos e discussões da Comissão Técnica especializada para análise, acompanhamento e recebimento do Plano de Mobilidade Urbana do Município de Porto Velho.
02	Participação na Comissão Especializada para Analise, Acompanhamento e Recebimento do Plano de Mobilidade Urbana, designada através do Decreto nº 11.829, de 20 de Outubro de 2010.
03	Participação em oficinas de trabalho avaliando a proposta apresentada pela contratada para elaboração do PMOB do município de Porto Velho, sugerindo as adequações necessária e compatibilizadas com as diretrizes trabalhada pela equipe de planejamento urbano.
04	Participação em Audiências Públicas do Plano de Mobilidade no Ministério Público; Câmara de Vereadores e Tribunal de Contas
05	Análise de relatórios e produtos preliminares entregue pela consultoria contratada para elaboração do PMOB.

Participação Popular

Item	Atividade
01	Capacitação da Câmara Temática de Planejamento Territorial Urbano
02	Seminário de anteprojeto de Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do solo do Município de Porto Velho, proporcionando um diálogo social entre o poder público e os diferentes seguimentos da sociedade, bem como conhecimento das alterações propostas na revisão da Lei 097/99(*em caráter parcial apresentado pela comissão técnica),* contemplando a participação aberta dos representantes das comunidades, sindicatos, conselhos de classe e técnicos do município.
	   

Coordenadoria Municipal de Orçamento

O Orçamento e suas Alterações no Decorrer do Exercício

Os dados apresentados no presente relatório objetivam oferecer condições para uma ampla visão da situação econômico-financeira do município de Porto Velho.

O Orçamento do Município de Porto Velho para 2011, autorizado pela Lei nº 1.915, de 23 de dezembro de 2010 - Lei Orçamentária Anual, estimou a Receita e fixou a Despesa, ambas, no valor de R$ 840.673.039,00 (oitocentos e quarenta milhões, seiscentos e setenta e três mil e trinta e nove reais).

A movimentação das alterações orçamentárias ocorridas no exercício está resumida na tabela abaixo.

Resumo das Alterações Orçamentárias
Receitas e Despesas - 2011

Descrição	**Valor** (R$ 1,00)
Crédito Orçamentário Inicial	**840.673.039,00**
+ Créditos Suplementares por Anulação	221.263.054,48
+ Superávit Financeiro	34.532.114,64
+ Excesso de Arrecadação	124.307.695,51
+ Operações de Crédito	68.978.659,79
Total de Créditos Suplementares	**449.081.524,42**
(-) Redução para Abertura de Créditos Adicionais Suplementares	**221.263.054,48**
Total de dotações orçamentárias (Dotação Atualizada - Previsão Final)	**1.068.491.508,94**
Despesa Realizada (Empenhada)	834.492.140,10
Econômia de Dotações Orçamentárias (Saldo Orçamentário)	233.999.368,84
Receita Prevista	840.673.039,00
Receita Realizada	879.606.260,30
Excesso de Arrecadação	38.933.221,30

Fonte - Demonstrativo das Alterações Orçamentárias - Sistema PL (OR cetil)

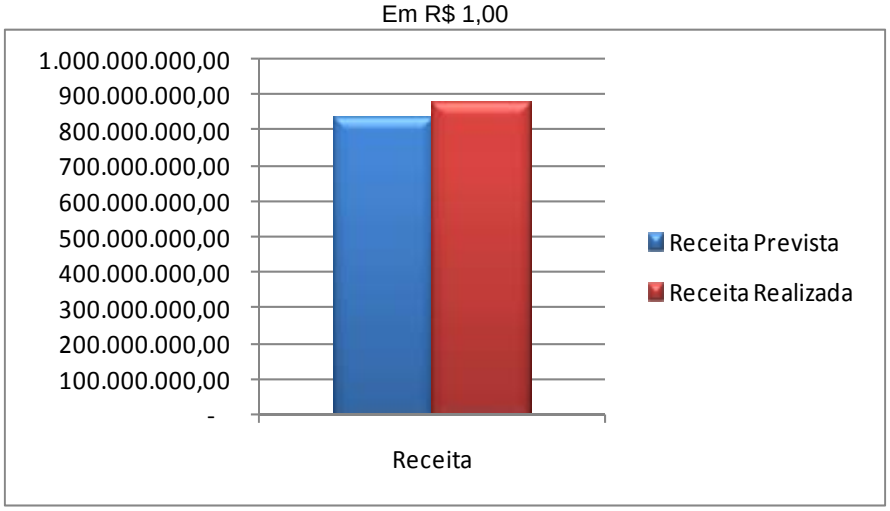
Com base no art. 43, da Lei Federal 4.320/64, no exercício de 2011 foram abertos R$ 449.081.524,42 de créditos adicionais suplementares, distribuídos nas modalidades por:

- anulação: R$ 221.263.054,48;
- superávit financeiro R$ 34.532.114,64;
- excesso de arrecadação R$ 124.307.695,51;
- operação de crédito R$ 68.978.659,79.

Análise da Receita

A receita total arrecada em 2011 alcançou a cifra de R$ 879.606.260, sendo a receita inicial prevista de R$ 840.673.039,00, resultando no excesso de arrecadação de R$ 38.933.221,30.

Receita Prevista e Realizada – 2011
Em R$ 1,00



A abaixo apresenta-se uma síntese da receita prevista e realizada no exercício de 2011, inclusive por fonte de recursos, comparadas com o exercício de 2010.

Receita Prevista e Arrecadada – 2011 x 2010

Em R$ 1,00

Categoria Econômica	2011			2010	
	Previsão	Arrecadado	Diferença	Arrecadado	Variação %
	(A)	(B)	(B-A)	(C)	(D=B/C-1) * 100
RECEITAS CORRENTES	**667.251.231**	**790.569.010**	**123.317.779**	**643.583.366**	**22,84**
Receita Tributária	235.304.483	260.325.318	25.020.835	228.498.422	13,93
IPTU	9.006.451	9.155.173	148.722	7.640.050	19,83
ISS	183.637.940	196.993.767	13.355.827	181.666.683	8,44
ITBI	6.408.291	6.539.707	131.416	5.238.102	24,85
Outros Impostos	14.651.711	18.960.985	4.309.274	15.237.798	24,43
Taxas	21.600.090	28.675.686	7.075.596	18.715.789	53,22
Receita de Contribuições	**39.944.920**	**49.184.226**	**9.239.306**	**38.922.019**	**26,37**
Receita Patrimonial	**19.595.285**	**38.759.123**	**19.163.838**	**24.894.739**	**55,69**
Transferências Correntes	**405.594.249**	**485.288.398**	**79.694.149**	**383.626.357**	**26,50**
FPM	139.066.080	154.128.885	15.062.805	124.093.055	24,20
SUS	57.383.828	69.131.929	11.748.101	47.908.856	44,30
FNAS	1.112.660	2.278.696	1.166.036	738.675	208,48
FNDE	7.059.849	10.336.510	3.276.661	7.341.434	40,80
ICMS	100.647.731	121.815.392	21.167.661	104.253.719	16,85
IPVA	16.113.660	24.401.461	8.287.801	19.313.093	26,35
FUNDEB	80.041.050	93.000.708	12.959.658	75.343.049	23,44
IPI /Evportação			-	-	-
Outras Transferências	4.169.391	10.194.818	6.025.427	4.634.476	119,98
Outras Receitas Correntes	**18.052.110**	**15.943.663**	**(2.108.447)**	**17.480.322**	**(8,79)**
Multas e Juros de Mora	1.231.220	2.822.408	1.591.188	1.621.297	74,08

Continua

Conclusão
Em R$ 1,00

Categoria Econômica	2011			2010	
	Previsão	Arrecadado	Diferença	Arrecadado	Variação %
	(A)	(B)	(B-A)	(C)	(D=B/C-1) * 100
Indenizações e Restituições	3.468.840	5.208.176	1.739.336	3.938.865	32,23
Receita da Dívida Ativa	11.969.280	7.050.823	(4.918.457)	11.014.925	(35,99)
Outras Receitas Correntes	1.382.770	862.256	(520.514)	905.235	(4,75)
RECEITAS DE CAPITAL	**141.416.128**	**45.739.988**	**(95.676.140)**	**53.313.190**	**(14,21)**
Operações de Créditos	15.771.500	1.264.700	(14.506.800)	-	-
Alienação de Bens	25.560	611.577	586.017	65.869	828,48
Transferências de Capital	125.619.068	43.863.711	(81.755.357)	53.247.322	(17,62)
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**32.005.680**	**43.297.262**	**11.291.582**	**34.950.233**	**23,88**
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	**(51.239.816)**	**(58.931.718)**	**(7.691.902)**	**(49.838.494)**	**18,25**
RECEITA TOTAL	**840.673.039**	**879.606.260**	**38.933.221**	**731.846.789**	**20,19**
TOTAL POR FONTE DE RECURSOS					
Recursos Próprios do Tesouro Municipal					
Recursos Ordinários - Não Vinculados	389.937.363	448.998.602	59.061.239	381.511.233	17,69
Cota-Parte Educação	68.670.117	72.621.807	3.951.690	64.180.488	13,15
Recursos de Contribuição para a Iluminação Pública - CIP	9.924.400	10.089.054	164.654	8.675.988	16,29
Recursos Provenientes da Legislação de Trânsito	399.960	1.996.438	1.596.478	-	-
Subtotal	468.931.840	533.705.901	64.774.061	454.367.709	17,46
Recursos de Convênios, Outras Transferências e Operações de Crédito					
Recursos do FUNDEB	80.246.850	93.492.264	13.245.414	75.563.059	23,73
Recursos do SUS	58.504.988	72.359.727	13.854.739	49.267.855	46,87
Convênios e Outras Transferências - Educação	17.918.056	59.799	(17.858.257)	1.367.249	(95,63)
Convênios e Outras Transferências	112.738.007	53.554.813	(59.183.194)	57.089.829	(6,19)
Operações de Crédito	15.771.500	1.264.700	(14.506.800)	-	-
Transferências do Salário-Educação (FNDE)	2.730.700	4.078.142	1.347.442	2.602.360	56,71
Outras Transferências do FNDE	4.333.279	6.258.368	1.925.089	4.742.803	31,96
Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	1.158.980	2.330.335	1.171.355	804.669	189,60
Cota-Parte da CIDE	1.245.259	1.449.402	204.143	1.139.049	27,25
Subtotal	294.647.619	234.847.550	-59.800.069	192.576.873	21,95
Recursos de Outras Fontes					
Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	48.670.800	78.201.773	29.530.973	59.115.637	32,29
Contribuição para Assistência à Saúde	26.923.080	31.473.813	4.550.733	25.210.343	24,84
Recursos do Fundo Orçamentário Especial - Honorários de Advogados	644.410	426.173	(218.237)	576.227	(26,04)
Recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	91.580	156.038	64.458	-	-
Recursos do Tesouro Vinculados ao Fundo Municipal do Meio Ambiente	763.710	795.011	31.301	-	-
Subtotal	**77.093.580**	**111.052.809**	**33.959.229**	**84.902.207**	**30,80**
TOTAL GERAL	**840.673.039**	**879.606.260**	**38.933.221**	**731.846.789**	**20,19**

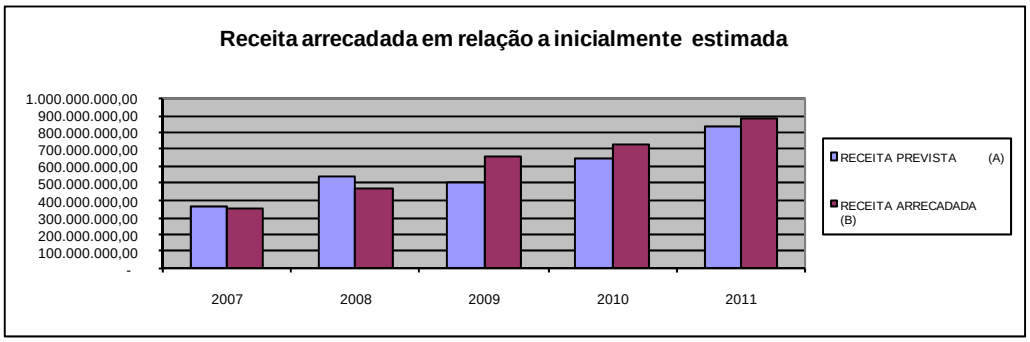
Em seguida a tabela e gráfico abaixo demonstram a Evolução da Receita Prevista em relação à Arrecadada – 2007 a 2011.

Evolução da Receita Prevista em Relação à Arrecadada - 2007 a 2011

Em R$ 1,00

ANO	RECEITA PREVISTA (A)	RECEITA ARRECADADA (B)	DIFERENÇA (B-A)	VARIAÇÃO % (B/A)
2007	363.570.385,00	352.042.672,86	(11.527.712,14)	(3,17)
2008	537.539.970,00	469.180.525,95	(68.359.444,05)	(12,72)
2009	501.709.321,00	660.982.617,42	159.273.296,42	31,75
2010	643.252.880,00	731.846.789,31	88.593.909,31	13,77
2011	840.673.039,00	879.606.260,30	38.933.221,30	4,63

Fonte - Balancete da Receita - Sistema CPcetil.



A tabela a seguir apresenta a evolução da receita arrecadada, por fonte de recurso, no período de 2007 a 2011.

Evolução da Receita do Município de Porto Velho - Administração Direta e Indireta - Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – 2007 a 2011

Em R$ 1,00

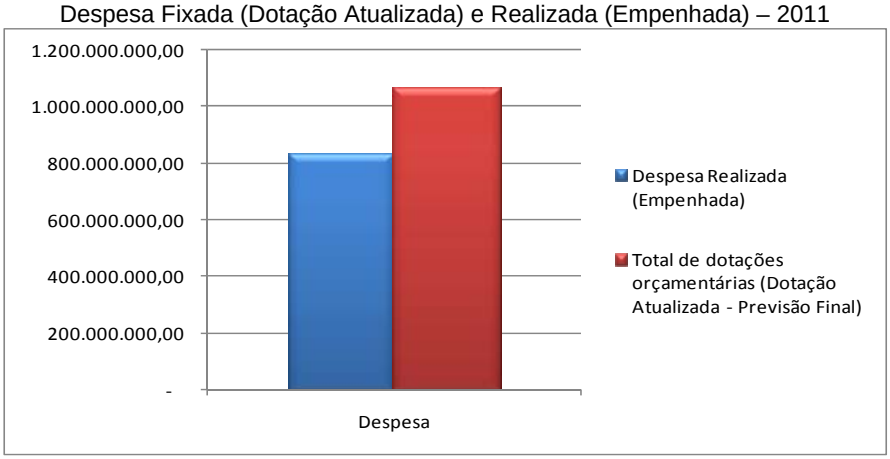
RECEITA POR FONTE DE RECURSO	RECEITA ARRECADADA				
	2077	2008	2009	2010	2011
Recursos do Tesouro					
Recursos Próprios	**229.015.766**	**270.593.896**	**346.834.203**	**454.943.936**	**535.083.124**
Recursos Vinculados					
FUNDEB	45.073.777	55.543.792	62.991.872	75.563.059	93.492.264
Recursos do SUS	23.720.230	27.795.131	39.331.432	49.267.855	72.359.727
Convênios - Total	17.093.083	70.760.311	77.873.535	58.457.078	53.614.612
Outras Transferências	-	-	-	9.288.881	14.116.247
Recursos de Outras Fontes (IPAM)	36.470.943	44.487.396	57.951.577	84.325.981	109.675.586
TOTAL POR FONTE DE RECURSO	352.042.673	469.180.526	660.982.618	731.846.789	879.606.260

Fonte: Balancete da Receita - Sistema Cpcetil

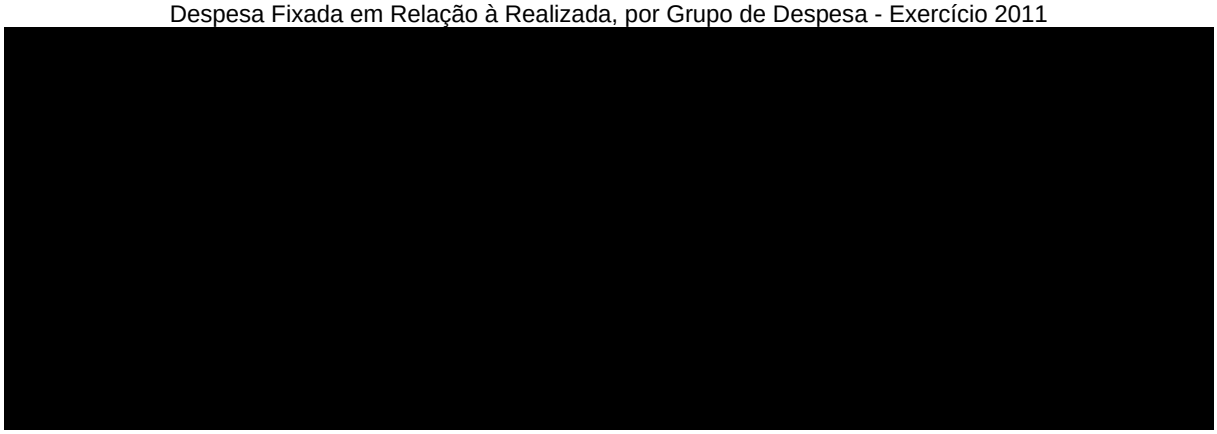
Análise da Despesa

A dotação inicial autorizada pela Lei Municipal nº 1.915, de 23 de dezembro de 2010, a Lei Orçamentária Anual de 2011, foi de R$ 840.673.039,00 (oitocentos e quarenta milhões, seiscentos e setenta e três mil e trinta e nove reais). Mediante abertura de créditos adicionais suplementares, tendo como fonte de financiamento o superávit financeiro, o excesso de arrecadação e a operação de crédito, elevou-se essa dotação para R$ 1.068.491.508,94. Porém, a despesa efetivamente realizada foi empenhada em R$ 834.492.140,10. A tabela abaixo apresenta a distribuição da despesa por grupo, durante o exercício 2011.

Despesa Fixada (Dotação Atualizada) e Realizada (Empenhada) – 2011



Despesa Fixada em Relação à Realizada, por Grupo de Despesa - Exercício 2011



O maior dispêndio ocorreu no grupo Pessoal e Encargos Sociais, que representou 41,87% do total da despesa empenhada.

O comportamento da despesa realizada nos exercícios 2007-2011, destacando-se as despesas correntes das de capital, está demonstrado na tabela abaixo.

Evolução da Despesa Realizada (Empenhada), por Categoria Econômica - 2007 a 2011

Em R$ 1,00

ANO	DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	TOTAL DAS DESPESAS
2007	299.305.610,51	54.455.771,53	14.935.713,28	368.697.095,32
2008	354.715.283,22	143.438.567,95	19.389.371,56	517.543.222,73
2009	446.469.687,35	111.050.646,78	19.528.000,81	577.048.334,94
2010	541.955.883,18	193.903.138,99	31.332.819,16	767.191.841,33
2011	680.362.277,73	117.585.664,40	36.544.197,97	834.492.140,10

A evolução da despesa com pessoal está demonstrada a seguir. Observa-se que o percentual da despesa com pessoal em relação à receita corrente líquida manteve-se sempre abaixo do limite constitucional de 60%.

Evolução da Despesa com Pessoal em Relação à Receita Corrente Liquida - 2007 a 2011
Poder Executivo e Legislativo

Em R$ 1,00

ANO	Despesa com Pessoal	Receita C. Líquida - RCL	% da Despesa com Pessoal sobre a RCL
2007	163.705.818,27	325.154.399,55	50,35
2008	194.227.487,21	383.918.671,62	50,59
2009	235.654.717,58	483.248.515,03	48,76
2010	293.772.259,98	624.080.349,81	47,07
2011	367.498.605,57	764.871.339,21	48,05

Fonte - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - RGF - Sistema RFcetil

Evolução Percentual da Despesa com Pessoal em Relação à Receita Corrente Líquida 2007 a 2011 - Poder Executivo e Legislativo



O grupo de despesa com o segundo maior volume de dispêndios, outras despesas correntes, onde se registram os gastos com a manutenção da máquina administrativa, atingiu em 2011 a soma de R$ 324.911.481,15. A tabela e gráfico a seguir espelham a evolução das despesas desse grupo.

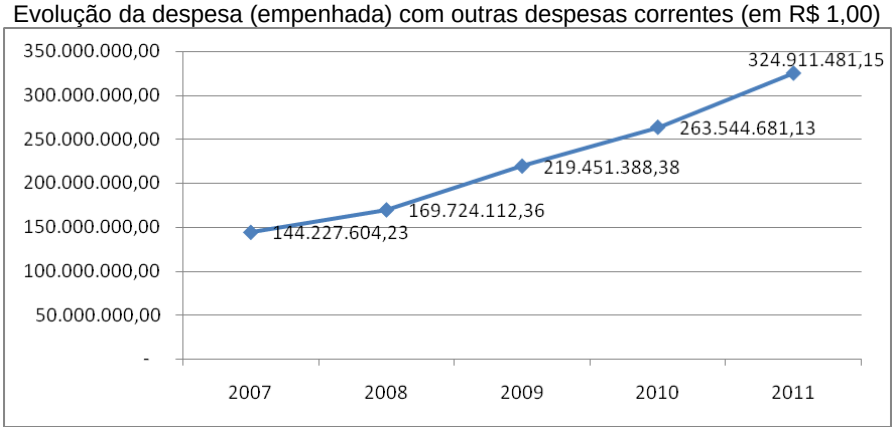
Evolução do grupo de outras despesas correntes

Em R$ 1,00

ANO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADA	% em relação ao estimado
2007	159.624.442,74	144.227.604,23	90,35
2008	193.854.567,93	169.724.112,36	87,55
2009	246.516.708,69	219.451.388,38	89,02
2010	284.445.080,65	263.544.681,13	92,65
2011	365.636.093,89	324.911.481,15	88,86

Fonte - Balanço Orçamentário - Sistema RFcetil

Evolução da despesa (empenhada) com outras despesas correntes (em R$ 1,00)



A tabela e gráfico abaixo demonstram a evolução da despesa do grupo investimentos, estando neste grupo consignadas as aplicações de recursos em obras e equipamentos públicos.

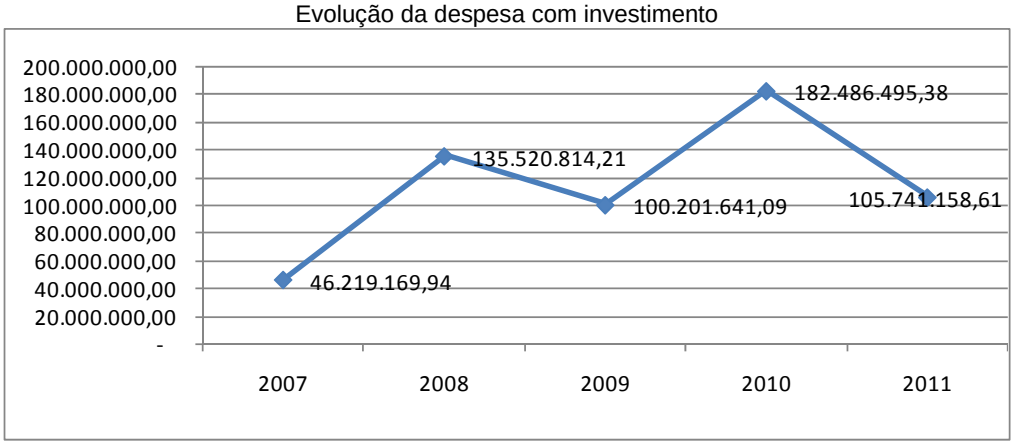
Evolução da despesa com investimento

Em R$ 1,00

ANO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADA (b)	% (b/a)
2007	62.905.957,56	46.219.169,94	73,47
2008	247.847.406,74	135.520.814,21	54,68
2009	161.561.607,18	100.201.641,09	62,02
2010	233.575.659,56	182.486.495,38	78,13
2011	293.655.935,19	105.741.158,61	36,01

Fonte - Balanço Orçamentário - Sistema RFcetil

Evolução da despesa com investimento



Cronograma das atividades realizadas pela coordenadoria municipal de orçamento em 2011

	Especificação	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	STATUS
	PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO													
	Lei de Responsabilidade Fiscal, artigos 8º e 13: "Art. 8º Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias e observado o disposto na alínea c do inciso I do art. 4º, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso". "Art. 13. No prazo previsto no art. 8º, as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa".												15 a 30	Executado
	QUADRO DE DETALHAMENTO DE DESPESA (QDD)													
	Lei Orgânica do Município, artigo 133, §§ 1º: "O Quadro de Detalhamento de Despesa (QDD) da Câmara Municipal enviado à Secretaria Municipal de Planejamento, será publicado no Diário Oficial do Município, até o dia 31 de janeiro do exercício financeiro a que se refere a Lei Orçamentária" e 2º - "Os Quadros de Detalhamento de Despesa (QDD) dos Órgãos da Administração Direta, serão publicados no Diário Oficial do Município através de portaria da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão no mesmo prazo estabelecido no parágrafo precedente".												15 a 30	Executado
	ACOMPANHAMENTO DA RECEITA E DESPESA													
01	Consultar o site do Banco do Brasil para obter o valor das transferências federais: https: //www13.bb.com.br/appbb/portal/gov/ep/srv/daf/index.jsp, imprimir o Balancete da Receita mensal consolidado, lançar os valores das receitas e gerar a planilha de acompanhamento da receita.	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	Executado

Continua

Continua

receita.

02	Atualizar a base de dados da despesa (baixar do sistema) para emissão de relatório específico de acompanhamento da despesa.	01	01	01	01	01	01	01	01	01	01	01	01	Executado
RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO SOBRE AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS (Avaliação do PPA - Exercício 2010)														
Instrução Normativa nº 13/2004 TCE/RO, artigo 11, inciso VI, alínea a: "Relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas no período, no qual deverá ser incluído exame comparativo em relação aos últimos quatros exercícios, em termos qualitativos e quantitativos, das ações planejadas na Lei do Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual, e das ações efetivamente realizadas, com especial enfoque sobre os programas voltados às áreas de educação, saúde, segurança e obras públicas". Lei nº 1.640, de 20 de dezembro de 2005, art. 6º: "Avaliação dos Programas Finalísticos constantes do Plano Plurianual terá caráter permanente e será divulgada ao final do último quadrimestre de cada exercício, a partir dos dados fornecidos pelo setor responsável pelo gerenciamento".													
01	Atualizar a estrutura do módulo de avaliação do PPA											01/11 a 31/12		Executado
02	Emcaminhar Ofício aos órgãos solicitando a elaboração do Relatório Circunstanciado das Atividades Desenvolvidas em 2011, em articulação com a ASTEC/SEMPLA												15 a 31	Executado
03	Consolidar a base de dados do PPA e elaborar aplicativo(módulo do SIMPLAG) para o preenchimento de informações referente à avaliação quantitativa e qualitativa das ações e programas constantes no PPA.	01/01 a 11/02												Executado
04	Atualizar o Manual de Avaliação do PPA	01/01 a 11/02												Executado
05	Aprovar o Manual de Avaliação do PPA		11											Executado
06	Reunir com os Órgãos Setoriais para as instruções sobre o processo de Avaliação do PPA.		17 a 18											Executado
07	Registro no SIMPLAG das informações relativas aos programas e ações, por parte das unidades.		21/02 a 11/03											Executado
08	Processar as informações recebidas referentes à avaliação dos programas e gerar os Relatórios de Avaliação do PPA.			14 a 25										Executado
09	Encaminhar à CGM os relatórios para consolidação e anexação ao Relatório Circunstanciado sobre as Atividades Desenvolvidas em 2010			28										Executado
VERIFICAR SE A REALIZAÇÃO DA RECEITA IRÁ COMPORTAR O CUMPRIMENTO DAS METAS DE RESULTADO PRIMÁRIO OU NOMINAL ESTABELECIDAS NO ANEXO DE METAS FISCAIS - LDO														
Lei de Responsabilidade Fiscal, artigo 9º: "Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias".														
08	Comparar o anexo de metas fiscais da LDO com o RREO.			25		25		26		24		23		Executado
DEMONSTRAR E AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DE CADA QUADRIMESTRE, EM AUDIÊNCIA PÚBLICA NO PODER LEGISLATIVO														
(Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, artigo 9º, § 4º;) (Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no § 1o do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais) (Instrução Normativa nº 13/2004 TCE/RO, artigo 11, inciso V)														
01	Solicitar à CGM o Relatório Resumido da Execução e o Relatório de Gestão Fiscal, consolidados e assinados, para atualização do relatório e slides a serem apresentados.		14			13				14				Executado
02	Baixar do Sistema RFcetil o Relatório Resumido da Execução e o Relatório de Gestão Fiscal, consolidados, e elaborar o relatório de análise do comportamento das metas fiscais, relativo ao quadrimestre, e slides para apresentação em audiência pública na Câmara MUnicipal.		24 a 25			24 a 27				23 a 26				Executado
03	Apresentar à Câmara Municipal em audiência pública o relatório e slides.		28			30				27				Executado
04	Encaminhar de ofício cópia da Ata ao TCER e a CGM.			01 a 05			01 a 03			27 a 30				Executado
ELABORAÇÃO DO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS-LDO														
Lei Orgânica do Município, artigo 128, inciso II; c/c § 3º, inciso I; Instrução Normativa nº 13/2004 TCE/RO, artigo 11, inciso I, alínea b.														
01	Consultar legislação específica (portaria STN)			01 a 31										Executado
02	Processar informações atuariais do IPAM.			08 a 31										Executado
03	Solicitar informações de renúncia de receita à SEMFAZ.			08 a 31										Executado
04	Processar informações de renúncia de receita da SEMFAZ.			08 a 31										Executado
05	Consulta ao Banco Central para projeção de índices (IPCA e PIB)				01									Executado
06	Consulta ao IBGE para obter o PIB Municipal				01									Executado
07	Projetar Receitas para 2012 a 2014				01 a 07									Executado
08	Preparar e consolidar o Relatório de Metas Fiscais				08 a 12									Executado
09	Elaborar o Projeto de Lei e Mensagem de Encaminhamento a Câmara Municipal				12 a 13									Executado
10	Aprovar, imprimir e encaminhar o Projeto de Lei à Câmara Municipal e Cópia ao Tribunal de Contas.				14 a 15									Executado

Continua

Conclusão

DEMONSTRAR E AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DE CADA QUADRIMESTRE, EM AUDIÊNCIA PÚBLICA NO PODER LEGISLATIVO														
(Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, artigo 9º, § 4º;) (Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no § 1o do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais) (Instrução Normativa nº 13/2004 TCE/RO, artigo 11, inciso V)														
01	Solicitar à CGM o Relatório Resumido da Execução e o Relatório de Gestão Fiscal, consolidados e assinados, para atualização do relatório e slides a serem apresentados.		14			13				14				Executado
02	Baixar do Sistema RFcetil o Relatório Resumido da Execução e o Relatório de Gestão Fiscal, consolidados, e elaborar o relatório de análise do comportamento das metas fiscais, relativo ao quadrimestre, e slides para apresentação em audiência pública na Câmara MUnicipal.		24 a 25			24 a 27				23 a 26				Executado
03	Apresentar à Câmara Municipal em audiência pública o relatório e slides.		28			30				27				Executado
04	Encaminhar de ofício cópia da Ata ao TCER e a CGM.			01 a 05			01 a 03			27 a 30				Executado
ELABORAÇÃO DO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS-LDO														
Lei Orgânica do Municípo, artigo 128, inciso II; c/c § 3º, inciso I; Instrução Normativa nº 13/2004 TCE/RO, artigo 11, inciso I, alínea b.														
01	Consultar legislação específica (portaria STN)			01 a 31										Executado
02	Processar informações atuariais do IPAM.			08 a 31										Executado
03	Solicitar informações de renúncia de receita à SEMFAZ.			08 a 31										Executado
04	Processar informações de renúncia de receita da SEMFAZ.			08 a 31										Executado
05	Consulta ao Banco Central para projeção de índices (IPCA e PIB)				01									Executado
06	Consulta ao IBGE para obter o PIB Municipal				01									Executado
07	Projetar Receitas para 2012 a 2014				01 a 07									Executado
08	Preparar e consolidar o Relatório de Metas Fiscais				08 a 12									Executado
09	Elaborar o Projeto de Lei e Mensagem de Encaminhamento a Câmara Municipal				12 a 13									Executado
10	Aprovar, imprimir e encaminhar o Projeto de Lei à Câmara Municipal e Cópia ao Tribunal de Contas.				14 a 15									Executado
Elaboração do Manual Técnico do Orçamento - MTO														
(Lei Orgânica do Municípo, artigo 87, inciso IV) (sancionar e fazer publicar as leis emanadas da Câmara Municipal, bem como expedir decretos e regulamentos para sua execução;)														
01	Consultar legislação específica (portarias, instruções normativas, etc.).				18 a 20									Executado
02	Atualizar o Manual Técnico do Orçamento para o exercício de 2012.				25/04 a 30/05									Executado
03	Preparar a Portaria para a provação e encaminhar o MTO para publicação na internete.					30 a 31								Executado
REVISÃO DA ESTRUTURA PROGRAMÁTICA														
Estrutura Programática do Orçamento (atualização do Cadastro de Programas e Ações)														
01	Revisão da estrutura do módulo do SIMPLAG para detalhamento e captação da Proposta Orçamentária e atualização da base de dados do SIMPLAG.					01/05 a 15/06								Executado
PROJEÇÃO DA RECEITA PARA O EXERCÍCIO 2012														
Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, artigo 12, § 3º: "O Poder Executivo de cada ente colocará à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subseqüente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo".														
01	Projetar Receitas para o período da LOA (2012). Consultar legislação específica (SIGAP, portaria /STN); solicitar ao IPAM a estimativa de receitas de contribuições de assistência médica e previdência; processar informações de renúncia de receita da SEMFAZ; solicitar ao departamento competente da SEMPLA, relação de convênios com previsão de realização no exercício projetado; definir metodologia de cálculo para cada receita e elaborar (atualizar) a planilha de evolução e projeção de valores das receitas; exportar os dados da receita para o formato solicitado pelo TC(.dbf); encaminhar ao Tribunal de Contas, Ministério Público e Câmara Municipal, em meio físico e magnético, os estudos e as estimativas das receitas, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.						10 a 15							Executado

Coordenadoria Municipal de Planejamento e Gestão Estatística

Atividades desenvolvidas 2011

Retroalimentação do Siapeg

- Suporte às secretarias na capacitação de técnicos no uso do Siapeg
- Levantamento e inclusão de obras relevantes no Siapeg
- Monitoramento e. Atualização dos dados pelas secretarias

Avaliação dos Indicadores

- Análise da planilha de indicadores
- Monitoramento dos blocos e contato com secretarias para lançamento dos dados
- Relatório dos projetos com tendência positiva e negativa no Siapeg
- Preparação da reunião de resultados do planejamento estratégico 2011

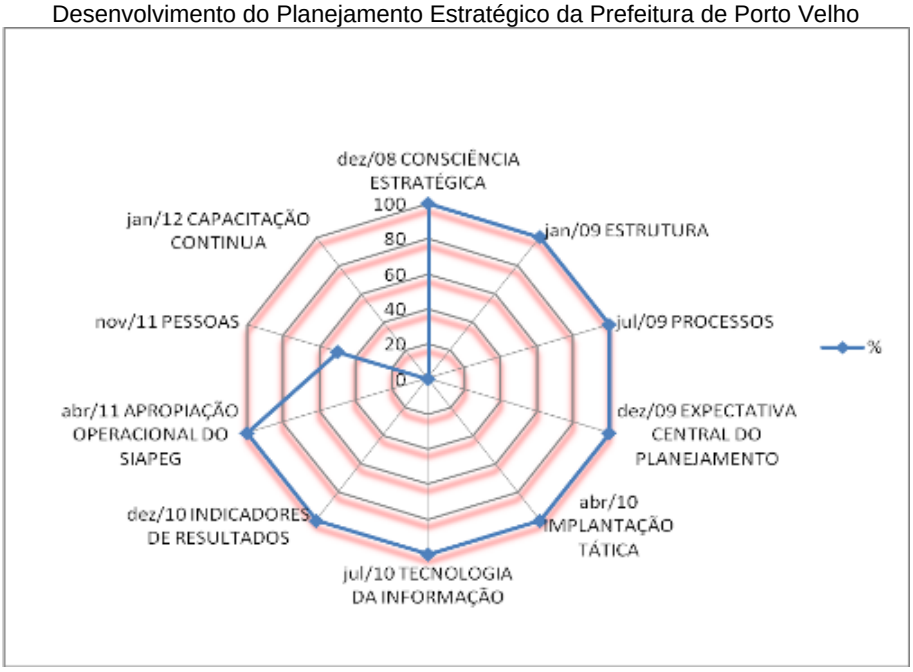
Melhorias

- Levantamento dos atendimentos e não atendimentos das solicitações dos munícipes no PPA, para inclusão no Siapeg
- Levantamento dos projetos de 2009 para inclusão no Siapeg

Preparação do Planejamento Estratégico 2012

- Cronograma de construção do planejamento estratégico 2012
- Desenvolvimento do planejamento estratégico na PMPV 2009-2011

Desenvolvimento do Planejamento Estratégico da Prefeitura de Porto Velho



Gespública

- Correção da carta de serviço
- Retomada do contato com as secretarias municipais do grupo Gespública.
- Retomada do contato com o grupo Gespública do Estado.
- Análise de diagramação, design e padronização da carta de serviço.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (SEMAD)

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (SEMAD)

Apresentação

A Secretaria Municipal de Administração – SEMAD vem passando por um processo de aperfeiçoamento em suas ações, procurando adaptar-se às tendências mundiais, frente às transformações da sociedade e ao uso eficaz dos recursos públicos.

Criada nos termos da Lei nº 895, de 19 de junho de 1990, tem por finalidade a definição de políticas, planejamento, coordenação, controle, execução e a orientação normativa do Sistema Municipal de Administração, compreendendo Recursos Humanos, Recursos Logísticos, Tecnologia da Informação e a Aquisição de Bens e Serviços. Foi reestruturada pela Lei Complementar nº 329, de 02 de janeiro de 2009, que dispõe sobre a nova estrutura organizacional da SEMAD.

Pelo Decreto nº 11.550/2009, de 30 de dezembro de 2009, modificado em parte pelo Decreto n° 12.321, de 23 de agosto de 2011, que “Altera o inciso XIX e acrescenta o inciso XIX-A, do artigo 5º do Decreto nº 11.550, de 30.12.2009”, foi aprovado o Regulamento da SEMAD, que define as competências de cada elemento da sua estrutura organizacional.

No ano de 2011, a Administração Municipal direcionou seus esforços para a reestruturação física, aquisição de aparelhos, equipamentos, e capacitação dos servidores, a fim de oferecer melhores condições de trabalho e proporcionar um melhor atendimento à população, dando ênfase na área da Tecnologia da Informação.

O presente relatório tem por objetivo consolidar as principais atividades desenvolvidas pela SEMAD no ano de 2011.

Capítulo I

Da Assessoria Técnica/Semad

Em Nível de Assistência Imediata e Assessoramento, compõem a Assessoria Técnica as Divisões de Apoio Técnico, Apoio Administrativo e Fiscalização de Contratos, sendo suas competências aprovadas e regulamentadas pelos arts. 7, 8, 9 e 10, do Decreto nº 10.550, de 30.12.2009.

Ações desenvolvidas com Assessoramento: Servidor Inovador

Gerenciamento, coordenação e implantação do “Prêmio Servidor Inovador”, que tem por objetivo a valorização do servidor público municipal, captando ideias inovadoras nas áreas de educação, cultura, saúde, tributária, tecnologias e gestão pública, tendo como premiação seguinte valoração em espécie: R$ 5 (cinco) mil para o primeiro colocado, R$ 2 (dois) mil para o segundo e R$ 1(um) mil para o terceiro.

Mostraremos a seguir, dados para conhecimento das atividades desenvolvidas nas Divisões pertencentes à Assessoria Técnica.

Divisão de Fiscalização de Contratos - DIFC

A modernização na Administração Municipal vem mediante a integração de funções, visando à melhoria nos serviços prestados ao sistema municipal. Baseando sempre na legalidade, a Divisão de Fiscalização de Contratos - DIFC está regulamentada através do Decreto nº 11.550, de 30.12.2009, o qual possui, dentre outras atribuições, a de fiscalizar a execução de todos os contratos de manutenção e serviços administrativos de caráter continuado, no âmbito da Secretaria Municipal de Administração, acompanhar todos os contratos e termos aditivos de natureza continuada, observando os prazo de vigências e qualquer alteração contratual prevista na Lei nº 8.666/93.

Na DIFC são elaborados relatórios, após a coleta de dados através de fiscalizações “in loco”, confecção de planilhas, com demonstrativos de gastos mensais, conferência das regularidades fiscais e trabalhistas, como preceitua o inciso IV, art. 27 da Lei 8.666/93, dentre outras atividades correlatas.



Convém observar que, neste exercício de 2011, foram oferecidos aos fiscais de contratos lotados na DIFC/SEMAD, cursos de vital importância para o aperfeiçoamento destes profissionais na área de fiscalização de contrato, tais como Simpósio, Terceirização de Serviços na Administração Pública e Gestão de Contratos Administrativos, Curso Planilha de Composição de Preços na Contratação de Serviços Terceirizados, Curso de Fiscalização de Contratos Administrativos (como fiscalizar contratos públicos com lógica, eficiência e segurança jurídica).

Com a implantação dos programas SISCON (Sistema de Contratos), que facilita a elaboração de relatórios mensais e de anos anteriores, com gráficos demonstrativos de aumentos e reduções anuais, mês a mês, ainda em fase de teste, mas já em uso, por esta Divisão, cada fiscal lança os valores individuais, conforme cada contrato, separados por Secretaria, demonstrando as Secretarias que possuem grandes índices de trabalho e utilização dos serviços de fornecimentos de energia, água, telefonia, combustíveis, entre outros.

Devido às necessidades de controle e abastecimento de máquinas e veículos desta Prefeitura, e mediante Ofício Circular nº 010/PLENO/SGS/10, de 04.11.2010, que versa sobre o Acórdão nº 87/2010-Pleno (adoção de Sistema Eletrônico de Controle de Combustível e Especial Tomada de Contas), foi desenvolvido o Sistema de Controle da Frota – SCF, o qual conta com um sistema dinâmico on-line que vem eliminando a necessidade de as secretarias expedirem ofícios de solicitação de abastecimento de combustível, lubrificantes, entrada e saída de veículos e manutenção de veículos, cujas solicitações estão sendo feitas diretamente no sistema.



O sistema supra mencionado foi implantado em duas fazes: em primeiro de janeiro de 2011, onde contava apenas com a solicitação de combustível e, posteriormente, em primeiro de dezembro de 2011. A autorização dos pedidos é efetuada pela Divisão de Fiscalização de Contratos, após análise e liberado pela Divisão de Transporte, agilizando assim o abastecimento e criando um maior controle em relação aos pedidos e às liberações.

O programa está localizado na parte superior, no lado direito do endereço eletrônico da Prefeitura, www.portovelho.ro.gov.br.

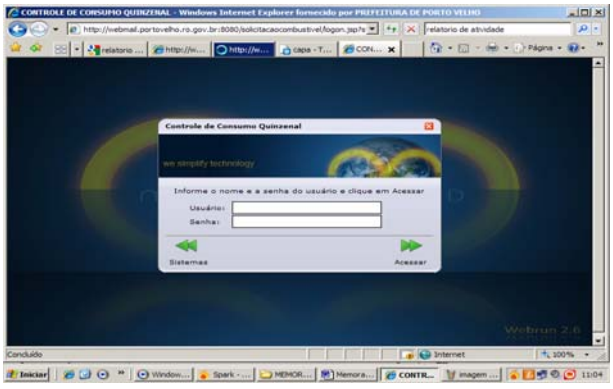
Ao clicar no link, passará para a página de acesso à identificação, a qual apenas os usuários cadastrados com senha terão acesso às informações.



A Divisão de Fiscalização de Contratos, no bojo de suas atividades, vem a cada ano buscando viabilizar e modernizar os trabalhos que são de sua competência para o melhor andamento da Máquina Pública.

Divisão de Transporte Oficial

O Ofício Circular nº 010/PLENO/SGS/10, de 04.11.2010, que versa sobre o Acórdão nº 87/2010-Pleno (adoção de Sistema Eletrônico de Controle de Combustível e Especial Tomada de Contas), com o desenvolvimento do programa nos termos do Acórdão, possibilitou a modernização dos trabalhos, automatizando os serviços manuais que eram executados, bem como a emissão de requisições com controle eletrônico, gerando assim descentralização e organização na solicitação e autorização de combustível. Está localizado no endereço: www.portovelho.ro.gov/solicitacaocombustível.



Capítulo II

Coordenadoria Municipal de Licitações

Com a reestruturação da Secretaria Municipal de Administração, através da Lei Complementar nº 329, de 02 de janeiro de 2009, a antiga Comissão Permanente de Licitação - CPL passou a denominar-se Coordenadoria Municipal de Licitação - CML, estando em nível de Assistência Imediata e Assessoramento, sendo suas competências aprovadas e regulamentadas, pelo art. 11 do Decreto nº 10.550, de 30.12.2009:

Mostraremos a seguir, dados para conhecimento das atividades desenvolvidas na Coordenadoria Municipal de Licitação, através de valores, quantitativos e demais informações do comportamento e desempenho das licitações em 2011:

Das licitações concluídas no exercício, os quadros de economicidade ficaram consolidados da seguinte forma:

Quadro Geral de Economicidade das Licitações 2011

Modalidade	Quantidade	Estimado R$	Contratado R$	Economia R$	%
PREGÃO ELETRONICO	221	88.751.859,62	56.866.635,92	31.885.223,70	36%
PREGÃO PRESENCIAL	09	34.021.837,38	32.325.103,79	1.696.733,59	5%
CONCORRÊNCIA	14	52.745.768,63	51.758.169,07	987.599,56	2%
TOMADA DE PREÇOS	16	15.413.174,33	14.728.707,38	684.466,95	4%
CONVITE	05	935.511,25	779.298,00	156.213,25	17%
Total	265	191.868.151,21	156.457.914,16	35.410.237,05	18%

Fonte CML/SEMAD

Considerando a economicidade das licitações de maneira individual, constatamos que o melhor desempenho foi atribuído ao Pregão Eletrônico, com 36% (Trinta e seis por cento), seguindo respectivamente, Convite, com 17% (dezessete por cento), Pregão Presencial, com 5% (cinco por cento) Tomada de Preços, com 4% (quatro por cento) e Concorrência, com 2% (dois por cento). Portanto, em termos percentuais, a modalidade licitatória que trouxe maior economia aos cofres municipais no exercício de 2011 foi o Pregão Eletrônico.

O índice de economicidade total, considerando todas as modalidades de licitação, ficou em torno de 18% (dezoito por cento), o que resultou numa economia de recursos financeiros de R$ 35.410.237,05.

Licitação exclusiva para ME e EPP

Com a regulamentação da Lei Complementar nª 123/2003 através do Decreto nº 11.003 em 2008, a Prefeitura Municipal possibilitou maior acesso ao mercado de compras do governo às Micro-empresas - ME e empresa de Pequeno Porte – EPP, fomentando o mercado local, gerando emprego e distribuição de renda e ainda, garantindo melhores condições de aquisição à administração pública.

No período de 2008/2011 o quantitativo de licitações exclusivas para ME e EPP na Prefeitura Municipal está demonstrado no quadro abaixo:

LICITAÇÕES EXCLUSIVAS PARA ME e EPP/Exercício: 2011

EXERCÍCIO	QUANTITATIVO	VALOR
2008	02	33.131,32
2010	19	705.508,09
2011	12	459.834,54
TOTAL		1.198.473,95

Fonte CML/SEMAD

Leilão Municipal

Em 2011, a Prefeitura de Porto Velho, realizou o 2º leilão de bens considerados inservíveis (veículos, móveis e equipamentos), distribuídos em 100 (cem) lotes, arrecadando o valor total de R$ 326.214,00, a serem aplicados na melhoria dos serviços prestados pela Administração Municipal, e em investimentos diversos. Com a realização do Leilão a Prefeitura desonerou o patrimônio do município, eliminando esses bens de sua contabilidade.





Capítulo III

Coordenadoria Municipal de Recursos Humanos – CMRH

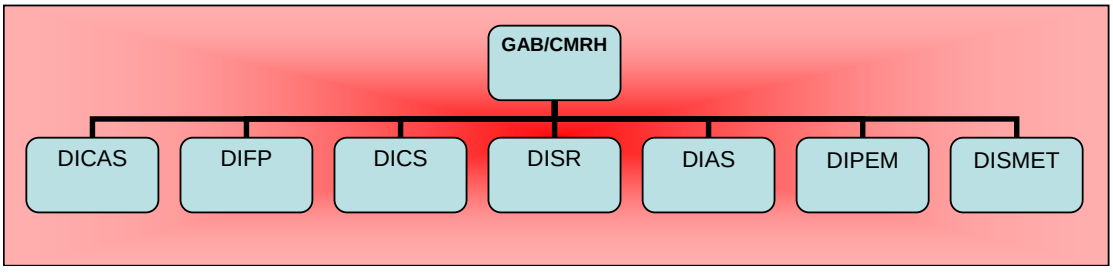
Reestruturação - Breve histórico da CMRH

O Departamento de Recursos Humanos foi instituído através do Decreto nº 4.210, de 16.01.1991. Na época, era composto por cinco Divisões: Divisão de Cadastro, Divisão de Folha de Pagamento, Divisão de Atendimento ao Servidor, Divisão de Cargos e Salários e Divisão de Seleção e Treinamento.

Com a reestruturação da Secretaria Municipal de Administração, através da Lei Complementar nº 329, de 02 de janeiro de 2009, o Departamento de Recursos Humanos passou a chamar-se Coordenadoria Municipal de Recursos Humanos - CMRH, atuando em nível de execução programática. Na ocasião, duas novas Divisões passaram a compor a Coordenadoria: a Divisão de Segurança e Medicina do Trabalho e a Divisão de Perícia Médica.

Observa-se, a seguir, o destaque de algumas Divisões que desenvolveram atividades relevantes e de grande impacto no Sistema Municipal.

Organograma da estrutura organizacional da CMRH



Reestruturada pela Lei Complementar nº 329, de 02 de janeiro de 2009, que anteriormente chamava-se DRH, novas divisões passaram a integrar a Coordenadoria, para dinamizar e interagir os trabalhos realizados dentro das Unidades Administrativas:

Divisão de Cadastro de Servidores - DICAS

A Divisão de Cadastro de Servidores, no ano de 2011, realizou suas atividades sempre buscando qualidade e agilidade nos serviços. Vale salientar que a implantação de novos servidores, todos os processos, ofícios e requerimentos que tramitam nesta Divisão são analisados, instruídos e despachados, o que demanda tempo e cuidado dos servidores que os analisam, mas sempre obedecendo aos prazos estipulados.

As inovações ocorridas, como podemos destacar a remodelagem do Portal do Servidor, disponibilizando consultas ao Quinquênio, Licença-Prêmio, Certidão de Tempo de Serviço, dentre outros, exigiram preparo desta Divisão e demandaram trabalho extra para realização do levantamento das informações e testes para validação do Portal.

A busca de atualização dos servidores lotados nesta Divisão em relação às novas leis e treinamentos foi uma constante, tendo em vista que estas influenciaram sobremaneira na instrução de processos que tramitam nesta Divisão.

Mesmo com as novas demandas, podemos dizer que o desenvolvimento dos trabalhos desta Divisão, em geral, foi satisfatório.

Divisão de Folha de Pagamento - DIFP

Pagamento Retroativo de Quinquênio

Conforme acordo firmado entre a Prefeitura do Município de Porto Velho e o Sindicato dos Servidores do Município de Porto Velho - SINDEPROF, o Poder Executivo Municipal aumentou o valor destinado ao pagamento das diferenças de quinquênio da remuneração, passando de R$ 170.000,00 para R$ 400.000,00 mensais, o que significa um aumento percentual de 135,29%, sendo que desse montante, R$ 200.000,00 são destinados Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

- No 1º trimestre de 2011, foram pagos 119 servidores, no valor total de R$ 510.000,00. As Secretarias que obtiveram mais servidores beneficiados foram SEMUSB, SEMAD e SEMOB, com 63, 19 e 15 servidores, respectivamente;

- No 2º trimestre de 2011, foram pagos 190 servidores, no valor total de R$ 1.303.644,80. Esse valor é R$ 793.644,80 mais que o pago no 1º trimestre, um aumento de 155,62%. Esse aumento ocorreu devido à alteração no valor destinado ao pagamento das diferenças de quinquênio da remuneração, ocorrido no mês de abril/2011;
- No 3º trimestre de 2011, foram pagos 204 servidores, no valor total de R$ 1.200.000. Foi mantido o valor mensal de R$ 400.000,00, sendo R$ 200.000,00 para a SEMED e R$ 200.000,00 para as DEMAIS SECRETARIAS;
- No 4º trimestre de 2011, foram pagos 1.273 servidores, no valor total de R$ 3.373.345,52; esse valor representa 1,07% do orçamento total. Foi mantido o valor mensal de R$ 400.000,00, sendo R$ 200.000,00 para a SEMED e R$ 200.000,00 para as DEMAIS SECRETARIAS. No entanto, durante o mês de dezembro, os pagamentos foram no valor de R$ 2.273.345,52, em razão da sobra de orçamento, assim distribuídos: R$ 2.245.876,77 à SEMED, contemplando a 1.061 servidores; R$ 327.468,65 para as DEMAIS SECRETARIAS, contemplando 82 servidores;
- O total gasto com o pagamento retroativo de quinquênios durante o exercício de 2011 foi no valor de R$ 6.386.990,22, representando 2,03% do orçamento total de 2011, sendo que foram pagos 1.786 servidores, conforme quadros 01 a 04 abaixo.

QUADRO DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO DE QUINQUÊNIO

Quadro 01

QUINQUÊNIOS - PRIMEIRO TRIMESTRE 2011									
Cód.	Sigla	JANEIRO		FEVEREIRO		MARÇO			
		Valor	Q. Serv.	Valor	Q. Serv.	Valor	Q. Serv.		
0301	CGM	16.020,61	1						
0201	GABINETE								
0401	PGM								
1601	SEMA	19.468,27	2						
0701	SEMAD	30.367,20	3	40.008,91	2	46.777,35	14		
1501	SEMAGRI	15.177,31	1	6.664,79	3				
1201	SEMAS	13.756,38	1						
1701	SEMDESTUR								
1802	SEMEPE								
1301	SEMES								
0601	SEMFAZ					20.363,50	1		
1101	SEMOB	24.860,38	5	21.693,04	7	37.229,96	3		
0501	SEMPLA								
2001	SEMPRE								
1401	SEMTRAN	22.429,24	1						
1801	SEMUR								
1001	SEMUSB	20.695,30	11	88.779,63	42	37.569,89	10		
TOTAL DEMAIS SEC.		162.775,29	25	157.152,37	54	141.940,70	28		
0901	SEMED	7.303,55	2			19.059,30	1		
0831	SEMUSA	267,91	2	12.500,88	6	10.000,00	1		
SUB-TOTAL		7.571,46	4	12.500,88	6	29.059,30	2		
0221	FUNCULTURAL								
0731	FUNESCOLA								
SUB-TOTAL		0,00	0	0,00	0	0,00	0		
TOTAL GERAL		170.346,75	29	169.653,25	60	170.000,00	30		

Quadro 02

QUINQUÊNIOS - SEGUNDO TRIMESTRE 2011							
Cód.	Sigla	ABRIL		MAIO		JUNHO	
		Valor	Q. Serv.	Valor	Q. Serv.	Valor	Q. Serv.
0301	CGM						
0201	GABINETE	1.601,45	1			18.627,39	1
0401	PGM	29.866,07	15	29.866,07	15	91.301,97	16
1601	SEMA			7.628,84	1		
0701	SEMAD	61.298,83	8	38.834,00	8	53.332,17	6
1501	SEMAGRI						
1201	SEMAS						
1701	SEMDESTUR						
1802	SEMEPE						
1301	SEMES						
0601	SEMFAZ			31.443,41	2	13.243,07	3
1101	SEMOB	5.801,46	2	17.157,02	2	16.262,01	1
0501	SEMPLA	21.601,74	2	13.234,53	2	11.166,00	1
2001	SEMPRE						
1401	SEMTRAN	21.140,71	1			1.173,36	1
1801	SEMUR			19.865,31	1	14.044,51	1
1001	SEMUSB	59.087,12	11	68.540,08	15	17.923,67	7
TOTAL DEMAIS SEC.		200.397,38	40	226.575,26	46	237.074,15	37
0901	SEMED	188.115,09	23	186.526,21	21	183.085,83	14
0831	SEMUSA	26.308,20	2	3.158,50	2	52.404,18	5
SUB-TOTAL		214.423,29	25	189.684,71	23	235.490,01	19
0221	FUNCULTURAL						
0731	FUNESCOLA						
SUB-TOTAL		0,00	0	0,00	0	0,00	0
TOTAL GERAL		414.820,67	65	416.259,97	69	472.564,16	56

Quadro 03

QUINQUÊNIOS - TERCEIRO TRIMESTRE 2011							
Cód.	Sigla	JULHO		AGOSTO		SETEMBRO	
		Valor	Q. Serv.	Valor	Q. Serv.	Valor	Q. Serv.
0301	CGM	0,00	0	0,00	0	0,00	0
0201	GABINETE	0,00	0	1.186,60	1	1.186,60	1
0401	PGM	2.563,93	1	0,00	0	0,00	0
1601	SEMA	0,00	0	0,00	0	0,00	0
0701	SEMAD	53.636,58	8	54.169,15	11	47.630,57	7
1501	SEMAGRI	0,00	0	0,00	0	1.186,60	1
1201	SEMAS	0,00	0	0,00	0	1.175,48	1
1701	SEMDESTUR	0,00	0	0,00	0	0,00	0
1802	SEMEPE	0,00	0	0,00	0	0,00	0
1301	SEMES	0,00	0	0,00	0	0,00	0
0601	SEMFAZ	37.265,90	3	3.549,77	3	3.549,77	3
1101	SEMOB	2.668,06	1	4.533,42	1	3.919,90	1
0501	SEMPLA	7.333,43	1	19.044,39	2	26.998,61	1
2001	SEMPRE	0,00	0	0,00	0	0,00	0
1401	SEMTRAN	6.808,40	2	1.173,36	1	8.084,52	2
1801	SEMUR	0,00	0	2.346,37	1	0,00	0
1001	SEMUSB	74.454,02	26	80.866,16	26	45.918,47	10
TOTAL DEMAIS SEC.		184.790,32	42	166.869,22	46	139.650,52	27
0901	SEMED	199.961,00	30	200.039,00	22	200.000,00	21
0831	SEMUSA	15.209,68	2	33.130,78	5	60.349,48	9
SUB-TOTAL		215.170,68	32	233.169,78	27	260.349,48	30
0221	FUNCULTURAL	0,00	0	0,00	0	0,00	0
0731	FUNESCOLA	0,00	0	0,00	0	0,00	0
SUB-TOTAL		0,00	0	0,00	0	0,00	0
TOTAL GERAL		399.961,00	74	400.039,00	73	400.000,00	57

Quadro 04

QUINQUÊNIOS - QUARTO TRIMESTRE 2011							
Cód.	Sigla	OUTUBRO		NOVEMBRO		DEZEMBRO	
		Valor	Q. Serv.	Valor	Q. Serv.	Valor	Q. Serv.
0301	CGM	0,00	0	24.276,38	1	0,00	0
0201	GABINETE	1.186,60	1	1.186,60	1	17.516,12	3
0401	PGM	0,00	0	12.982,60	2	1.258,44	1
1601	SEMA	1.101,62	0	0,00	0	0,00	0
0701	SEMAD	42.858,49	5	32.265,72	6	3.472,58	1
1501	SEMAGRI	1.186,60	1	1.186,60	1	1.262,92	1
1201	SEMAS	14.349,65	4	1.175,48	1	30.604,21	4
1701	SEMDESTUR	0,00	0	0,00	0	2.551,71	2
1802	SEMEPE	0,00	0	0,00	0	0,00	0
1301	SEMES	10.503,01	1	2.360,67	2	5.137,97	4
0601	SEMFAZ	3.549,77	3	14.870,61	7	47.992,03	15
1101	SEMOB	23.155,22	4	0,00	0	138.516,06	23
0501	SEMPLA	0,00	0	2.373,20	2	2.373,20	2
2001	SEMPRE	0,00	0	0,00	0	1.186,60	1
1401	SEMTRAN	1.173,36	1	0,00	0	22.655,37	2
1801	SEMUR	7.053,16	1	10.066,96	2	5.819,74	1
1001	SEMUSB	13.377,20	4	49.487,57	15	41.373,56	20
TOTAL DEMAIS SEC.		119.494,68	25	152.232,39	40	321.720,51	80
0901	SEMED	242.796,21	24	225.774,24	23	2.245.876,77	1.061
0831	SEMUSA	37.709,11	11	21.993,37	7	5.748,14	2
SUB-TOTAL		280.505,32	35	247.767,61	30	2.251.624,91	1.063
0221	FUNCULTURAL	0,00	0	0,00	0	0,00	0
0731	FUNESCOLA	0,00	0	0,00	0	0,00	0
SUB-TOTAL		0,00	0	0,00	0	0,00	0
TOTAL GERAL		400.000,00	60	400.000,00	70	2.573.345,42	1.143

Quadro 01

EXERCÍCIOS ANTERIORES - 1º TRIMESTRE 2011													
Cód.	Sigla	JANEIRO				FEVEREIRO				MARÇO			
		Outras	Quant.	Quinq.	Quant.	Outras	Quant.	Quinq.	Quant.	Outras	Quant.	Quinq.	Quant.
0301	CGM	20.109,95	4	16.020,61	1	16.771,79	2	0,00	0	16.749,00	1	0,00	0
0201	GABINETE	19.679,69	2	0,00	0	17.799,00	1	0,00	0	10.377,94	5	0,00	0
0401	PGM	24.718,96	5	0,00	0	24.028,66	4	0,00	0	63.532,52	25	0,00	0
1601	SEMA	0,00	0	19.468,27	2	1.084,18	1	0,00	0	0,00	0	0,00	0
0701	SEMAD	32.618,64	7	30.367,20	3	37.280,30	6	40.009,91	2	43.984,46	8	46.777,35	14
1501	SEMAGRI	2.749,79	4	15.177,31	1	0,00	0	6.664,79	3	0,00	0	0,00	0
1201	SEMAS	15.964,24	37	13.756,38	1	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0
1701	SEMDESTUR	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0
1802	SEMEPE	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0
1301	SEMES	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0
0601	SEMFAZ	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	10.257,20	1	20.363,50	1
1101	SEMOB	11.734,75	15	24.860,98	5	3.186,61	8	21.699,04	7	769,56	3	37.229,96	3
0501	SEMPLA	17.778,42	2	0,00	0	16.749,00	1	0,00	0	49.298,36	6	0,00	0
2001	SEMPRE	1.073,09	1	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0
1401	SEMTRAN	0,00	0	22.429,24	1	0,00	0	0,00	0	2.296,02	2	0,00	0
1801	SEMUR	4.089,69	6	0,00	0	321,35	1	0,00	0	0,00	0	0,00	0
1001	SEMUSB	28.782,27	17	20.695,30	11	5.016,47	7	88.779,63	42	630,75	1	37.569,89	10
SUB-TOTAL		179.298,49	100	162.775,29	25	122.237,36	31	157.152,37	54	197.895,81	52	141.940,70	28
0901	SEMED	48.313,70	54	7.303,55	2	19.874,16	27	0,00	0	29.334,91	14	18.059,30	1
0831	SEMUSA	104.728,65	124	267,91	2	44.770,77	25	12.500,88	6	7.663,39	10	10.000,00	1
SUB-TOTAL		153.042,35	178	7.571,46	4	64.644,93	52	12.500,88	6	36.998,30	24	28.059,30	2
0221	FUNCULTURAL	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0
0731	FUNESCOLA	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	1.012,58	1	0,00	0
SUB-TOTAL		0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	1.012,58	1	0,00	0
TOTAL GERAL		332.340,84	278	170.346,75	29	186.882,29	83	169.653,25	60	235.906,69	77	170.000,00	30
		502.687,59				356.535,54				405.906,69			
		1.265.129,82											

Quadro 02

EXERCÍCIOS ANTERIORES - 2º TRIMESTRE 2011													
Cód.	Sigla	ABRIL				MAIO				JUNHO			
		Outras	Quant.	Quinq.	Quant.	Outras	Quant.	Quinq.	Quant.	Outras	Quant.	Quinq.	Quant.
0301	CGM	35.730,44	3	0,00	0	0,00	0	0,00	0	6.067,37	1	0,00	0
0201	GABINETE	0,00	0	1.601,45	1	2.206,76	1	0,00	0	0,00	0	18.627,39	1
0000	PENSIONISTA	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	12.949,99	4	0,00	0
0401	PGM	36.495,67	17	29.866,07	15	6.000,00	2	29.866,07	15	43.098,82	4	31.301,97	16
1601	SEMA	241,66	1	0,00	0	1.690,07	1	7.628,84	1	0,00	0	0,00	0
0701	SEMAD	23.224,05	6	61.298,83	8	84.165,03	15	39.834,00	9	61.298,84	8	53.332,17	6
1501	SEMAGRI	0,00	0	0,00	0	1.458,67	1	0,00	0	0,00	0	0,00	0
1201	SEMAS	2.922,82	1	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0
1701	SEMDESTUR	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0
1802	SEMEPE	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0
1301	SEMES	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0
0601	SEMFAZ	16.565,83	1	0,00	0	16.565,33	1	31.449,41	2	16.565,83	1	13.243,07	3
1101	SEMOB	0,00	0	5.901,46	2	0,00	0	17.157,02	2	0,00	0	16.262,01	1
0501	SEMPLA	12.584,54	1	21.601,74	2	0,00	0	13.234,53	2	0,00	0	11.166,00	1
2001	SEMPRE	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0
1401	SEMTRAN	1.032,61	1	21.140,71	1	0,00	0	0,00	0	8.504,34	1	1.173,36	1
1801	SEMUR	0,00	0	0,00	0	0,00	0	19.865,31	1	0,00	0	14.044,51	1
1001	SEMUSB	0,00	0	59.087,12	11	0,00	0	68.540,08	15	2.031,11	3	17.923,67	7
SUB-TOTAL		128.797,62	31	200.397,38	40	112.085,86	21	226.575,26	46	150.416,30	22	237.074,15	37
0901	SEMED	16.391,03	15	188.115,09	2	47.458,99	16	186.526,21	21	17.753,41	6	183.085,83	14
0831	SEMUSA	4.952,92	5	26.308,20	25	2.010,67	1	3.158,50	2	9.384,23	4	52.404,18	5
SUB-TOTAL		21.343,95	20	214.423,29	27	49.469,66	17	189.684,71	23	27.137,64	10	235.490,01	19
0221	FUNCULTURAL	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0
0731	FUNESCOLA	19.710,25	1	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0
SUB-TOTAL		19.710,25	1	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0
TOTAL GERAL		169.851,82	52	414.820,67	67	161.555,52	38	416.259,97	69	177.553,94	32	472.564,16	56
		584.672,49				577.815,49				650.118,10			
		1.812.606,08											

Quadro 03

EXERCÍCIOS ANTERIORES - 3º TRIMESTRE 2011													
Cód.	Sigla	JULHO				AGOSTO				SETEMBRO			
		Outras	Quant.	Quinq.	Quant.	Outras	Quant.	Quinq.	Quant.	Outras	Quant.	Quinq.	Quant.
0301	CGM	5.064,10	2	0,00	0	6.869,38	1	0,00	0	0,00	0	0,00	0
0201	GABINETE	0,00	0	0,00	0	0,00	0	1.186,60	1	0,00	0	1.186,60	1
0401	PGM	83.098,72	17	2.563,93	1	263.234,24	18	0,00	0	106.088,05	17	0,00	0
1601	SEMA	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0
0701	SEMAD	59.843,39	9	53.696,58	8	72.360,31	11	54.169,15	11	61.375,39	9	47.630,57	7
1501	SEMAGRI	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	1.186,60	1
1201	SEMAS	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	1.175,48	1
1701	SEMDESTUR	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0
1802	SEMEPE	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0
1301	SEMES	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0
0601	SEMFAZ	16.565,83	1	37.265,90	3	49.916,93	2	3.549,77	3	23.513,36	3	3.549,77	3
1101	SEMOB	0,00	0	2.668,06	1	0,00	0	4.533,42	1	0,00	0	3.919,90	1
0501	SEMPLA	0,00	0	7.333,43	1	0,00	0	19.044,39	2	0,00	0	26.998,61	1
2001	SEMPRE	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0
1401	SEMTRAN	0,00	0	6.808,40	2	9.281,78	2	1.173,36	1	0,00	0	8.084,52	2
1801	SEMUR	0,00	0	0,00	0	0,00	0	2.346,37	1	0,00	0	0,00	0
1001	SEMUSB	646,64	1	74.454,02	26	238,21	1	80.866,16	26	4.070,62	2	45.918,47	10
SUB-TOTAL		165.208,68	30	184.790,32	42	401.960,86	35	166.869,22	46	195.047,43	31	139.650,52	27
0901	SEMED	25.699,09	4	199.961,00	30	13.177,17	5	200.039,00	22	10.206,64	3	200.000,00	21
0831	SEMUSA	12.574,62	7	15.209,68	2	13.378,91	2	33.130,78	5	5.102,50	2	60.349,48	9
SUB-TOTAL		38.273,71	11	215.170,68	32	26.556,08	7	233.169,78	27	15.309,14	5	260.349,48	30
0221	FUNCULTURAL	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0
0731	FUNESCOLA	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0
SUB-TOTAL		0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0
TOTAL GERAL		203.482,39	41	399.961,00	74	428.516,94	42	400.039,00	73	210.356,57	36	400.000,00	57
		603.443,39				828.555,94				610.356,57			
		2.042.355,90											

Quadro 04

EXERCÍCIOS ANTERIORES - 4º TRIMESTRE 2011													
Cód.	Sigla	OUTUBRO				NOVEMBRO				DEZEMBRO			
		Outras	Quant.	Quinq.	Quant.	Outras	Quant.	Quinq.	Quant.	Outras	Quant.	Quinq.	Quant.
0301	CGM	0,00	0	0,00	0	0,00	0	24.276,38	1	0,00	0	0,00	0
0201	GABINETE	0,00	0	1.186,60	1	0,00	0	1.186,60	1	0,00	0	17.516,12	3
0401	PGM	33.146,14	2	0,00	0	23.146,14	2	12.982,60	2	11.343,43	1	1.258,44	1
1601	SEMA	0,00	0	1.101,62	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0
0701	SEMAD	60.013,67	8	42.958,49	5	55.927,72	5	32.265,72	6	35.906,58	4	3.472,58	1
1501	SEMAGRI	0,00	0	1.186,60	1	0,00	0	1.186,60	1	0,00	0	1.262,92	1
1201	SEMAS	2.447,53	3	14.349,65	4	0,00	0	1.175,48	1	0,00	0	30.604,21	4
1701	SEMDESTUR	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	2.551,71	2
1802	SEMEPE	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0
1301	SEMES	0,00	0	10.503,01	1	144,88	1	2.360,67	2	0,00	0	5.137,97	4
0601	SEMFAZ	17.477,27	2	3.549,77	3	16.743,00	2	14.870,61	7	18.934,36	3	47.992,03	15
1101	SEMOB	27.147,68	17	23.155,22	4	0,00	0	0,00	0	1.015,64	2	138.516,06	23
0501	SEMPLA	0,00	0	0,00	0	0,00	0	2.373,20	2	0,00	0	2.373,20	2
2001	SEMPRE	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	1.186,60	1
1401	SEMTRAN	2.690,37	2	1.173,36	1	1.000,00	1	0,00	0	1.000,00	1	22.655,37	2
1801	SEMUR	0,00	0	7.053,16	1	0,00	0	10.066,96	2	0,00	0	5.919,74	1
1001	SEMUSB	37.551,69	34	13.377,20	4	0,00	0	49.487,57	15	12.519,77	32	41.373,56	20
SUB-TOTAL		180.474,34	68	119.494,69	25	96.967,74	11	152.232,39	40	80.719,78	43	321.720,51	90
0901	SEMED	92.084,97	75	242.796,21	24,00	11.227,49	4	225.774,24	23	45.567,77	60	2.245.876,77	1.061
0831	SEMUSA	1.094.494,35	689	37.709,11	11,00	96.035,52	0	21.993,37	7	18.682,97	23	5.748,14	2
SUB-TOTAL		1.186.579,32	764	280.505,32	35	107.263,01	4	247.767,61	30	64.250,74	83	2.251.624,91	1.063
0221	FUNCULTURAL	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00
0731	FUNESCOLA	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00
SUB-TOTAL		0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0
TOTAL GERAL		1.367.053,66	832	400.000,00	60	204.230,75	15	400.000,00	70	144.970,52	126	2.573.345,42	1.153
		1.767.053,66				604.230,75				2.718.315,94			
		5.089.600,35											

Gastos com pessoal realizados com o quinquênio de 2007 a 2011, demonstrando uma análise com gasto na folha de pagamento.

Quadro Demonstrativo com Gasto de Pessoal de 2007 a 2011

Despesas com Pessoal - Geral													
EXERCÍCIO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
2005	7.942.829,93	8.555.210,98	8.256.829,33	8.198.120,06	9.109.251,46	9.465.906,23	9.368.618,61	9.070.182,63	9.726.334,66	9.735.074,29	9.742.370,59	13.697.416,40	112.868.145,17
2006	9.577.838,14	9.086.427,64	9.804.685,07	10.233.705,87	10.671.173,90	11.314.915,13	11.580.003,64	11.088.001,48	11.136.939,02	10.960.380,19	11.143.018,23	14.853.748,69	131.450.837,00
2007	11.051.227,89	10.494.642,98	11.060.757,76	11.718.750,05	11.796.583,52	12.933.262,51	12.612.880,51	12.097.931,03	12.613.253,48	12.679.390,65	12.772.378,87	15.986.573,15	147.817.632,40
2008	12.565.600,29	12.024.791,57	12.841.047,72	13.758.612,15	14.804.919,71	15.454.465,56	15.264.931,30	14.737.428,84	15.160.877,68	15.183.992,71	15.579.044,63	19.557.133,78	176.933.145,94
2009	15.763.749,25	15.337.879,16	16.678.968,66	16.709.322,59	17.197.333,52	18.024.689,66	17.052.373,30	17.636.135,43	17.711.745,70	18.523.066,49	19.175.140,33	24.381.791,00	214.192.195,09
2010	20.234.963,84	19.780.019,89	20.535.563,93	20.300.549,64	20.981.019,39	22.715.776,72	23.182.045,97	23.898.367,61	23.504.061,64	23.320.832,49	25.124.510,67	31.008.358,24	274.586.070,03
2011	26.170.868,48	24.738.747,55	25.442.554,08	27.839.856,55	28.276.474,79	29.751.140,94	29.006.072,98	28.583.774,32	28.821.985,50	29.504.585,37	29.602.901,20	42.469.842,51	350.208.804,27

Divisão de Atendimento ao Servidor - DIAS

A Divisão de Atendimento ao Servidor – DIAS foi criada com o intuito de atender aos servidores públicos municipais e ao público em geral, para prestar informações, tirar dúvidas, responder a questionamentos com serviços de qualidade.

A divisão, desde sua criação, passou por um processo de modernização, principalmente quanto ao sistema de informatização, objetivando facilitar, agilizar e oferecer maior comodidade e satisfação no atendimento ao servidor.

A equipe de atendimento é composta por 06 (seis) pessoas, sendo 04 atendentes nos guichês, 01 recebendo documentos de concursados ou comissionados e mais a chefia, que procura solucionar os problemas mais complexos.



A DIAS está localizada numa sala ampla e climatizada, e que tem acesso direto à CMRH, DIFP e DICAS. Esta Divisão é responsável pelo atendimento direto ao servidor ativo, inativo e público em geral, com serviços diversos como: expedição de documentos, localização de documentos, localização de processos, baixas em carteira de trabalho, informações de matrículas, emissão de declarações, certidões; confirmação e recadastramento de servidor; recebimento de documentos de concursados, comissionados, contratados por prazo determinado, celetistas e estatutários. É responsável pelas exonerações e rescisões dos servidores e informações às secretarias e outros. Também responde questionamentos efetuados pelo site www.portovelho.ro.gov.br, no link Fale com Recursos Humanos.

Número de atendimentos

A Divisão de Atendimento ao Servidor – DIAS, no ano de 2011, prestou mais de 14.900 (quatorze mil e novecentos) serviços diversos aos servidores municipais e público e geral.

Não foram considerados os atendimentos de serviços de informações por telefone, e respostas dos questionamentos no site da prefeitura, link Fale com Recursos Humanos.

Resultado da qualidade dos serviços

- No mês de setembro, através do Decreto 12.264, a DIAS ficou responsável pelos pedidos de exonerações (Estatutários) e rescisões (PD e CLT).
- É responsável pela redefinição de senha, caso houver bloqueio.
- É responsável pela confirmação de recadastramento anual dos servidores
- É responsável pelo recebimento da documentação dos concursados
- É responsável pela baixa nas CTPS
- É responsável pela informação de concursos
- As responsabilidades atribuídas acima contam com a deficiência de servidor.

Avaliação do desenvolvimento do trabalho

É importante considerar que a realização de um trabalho dar-se-á quando existem boa vontade e responsabilidade da equipe de trabalho, contribuídas com as ferramentas disponíveis para tal.

Número de atendimentos

Esta Divisão atendeu mais de 3.800 servidores e públicos em geral, com prestação de serviços, não contabilizando o atendimento por telefone e as respostas aos questionamentos do link: Fale com Recursos Humanos.

Serviços oferecidos por meio da internet

A Divisão de Atendimento ao Servidor - DIAS responde a questionamentos, orienta e divulga os serviços de interesse dos servidores municipais que não conseguem acessar Contracheque, Ficha Financeira, Cédula C e outros.

Resultado da qualidade dos serviços

Procura-se desenvolver um atendimento diferenciado no que se refere aos Planos de Cargos e Salários implementados na SEMED, SEMUSA e no Plano Geral, tirando as dúvidas dos servidores.

É efetuada a confirmação do recadastramento anual dos servidores que encontraram dificuldade na transmissão de seus vencimentos devido ao seu recadastramento não ter sido efetuado em tempo hábil.

Atendimento ágil no que se refere aos servidores celetistas da SEMED, SEMUSA, SEMAS e PROJOVEM/URBANO e RURAL, que procuraram a Divisão para assinatura do Termo Aditivo de prorrogação de contratos até o mês de junho/2011.

Divisão de Seleção e Recrutamento - DISR

Número de servidores contratados por regime estatutário

Conforme a tabela abaixo, houve a convocação de servidores para diversas secretarias, para atender à área urbana e rural, considerando o crescimento acelerado da população de Porto Velho, em razão da construção das Hidrelétricas do Madeira e às obras do PAC.

No decorrer do ano de 2011, foram abertos novos postos de saúde e novas escolas, fazendo-se necessária a contratação de maior número de profissionais nessas secretarias, para manter a qualidade no atendimento dos serviços básicos à população do Município de Porto Velho. Foram contratados todos os Professores NII - com Habilitação em Séries Iniciais e Médicos - Clínico Geral para localidade de Porto Velho, sendo que está em andamento a realização de novo concurso público para substituição dos servidores contratados por prazo determinado e novas demandas.

CONVOCADOS MÊS DE JANEIRO ESTATUTÁRIO 2011		
CARGO	SECRETARIA	QUANT
ENGENHEIRO DE TRÁFEGO	SEMTRAN	01
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	SEMUSA/SEMPLA	02
BIOMÉDICO	SEMUSA	1
MÉDICO	SEMUSA	1
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SEMAD	1
ARQUITETO	SEMPRE	1
MERENDEIRA ESCOLAR	SEMED	1
AGENTE DE SECRETARIA EESCOLAR	SEMED	1
TOTAL		9

CONVOCADOS MÊS DE FEVEREIRO ESTATUTÁRIO		
CARGO	SECRETARIA	QUANT
ENFERMEIRO	SEMUSA	6
AUXILIAR DE ODONTOLOGIA	SEMUSA	04
ODONTOLOGO	SEMUSA	12
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	SEMUSA	13
BIOQUIMICO	SEMUSA	10
MOTORISTA	SEMUSA/SEMAD	06
TECNICO EM ENFERMAGEM	SEMUSA	33
VIGIA	SEMUSA	5
BIOMÉDICO	SEMUSA	4
AUXILIAR DE SERVIÇO DE SÁUDE	SEMUSA	06
TÉCNICO EM RADIOLOGIA	SEMUSA	3
MÉDICO RADIOLOGIA	SEMUSA	01
AUXILIAR DE FARMÁCIA	SEMUSA	03
TÉCNICO EM MULT. MEIOS DIDATICOS	SEMED	01
ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO	SEMED	01
AGENTE DE LIMPEZA ESCOLAR	SEMED	01
AGENTE DE SECRETARIA EESCOLAR	SEMED	01
TOTAL		110

Fonte:CMHR/SEMAD/2012

CONVOCADOS MÊS DE MARÇO ESTATUTÁRIO		
CARGO	SECRETARIA	QUANT
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	SEMUSA	28
VIGIA	SEMUSA	6
ODONTOLOGO	SEMUSA	8
AUXILIAR DE SERVIÇOS DE SAÚDE	SEMUSA	3
MOTORISTA	SEMUSA	03
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	SEMUSA/SEMPRE	12
ENFERMEIRO	SEMUSA	10
AUXILIAR DE ODONTOLOGIA	SEMUSA	3
BIOMEDICO	SEMUSA	2
TÉCNICO EM HIGIENE DENTAL	SEMUSA	03
BIOQUIMICO	SEMUSA	03
AUXILIAR DE FARMÁCIA	SEMUSA	1
ARQUITETO	SEMPRE	01
ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO	SEMED	02
MERENDEIRA ESCOLAR	SEMED	1
TOTAL		86

Fonte:CMHR/SEMAD/2012

CONVOCADOS MÊS DE ABRIL ESTATUTÁRIO		
CARGO	SECRETARIA	QUANT
MOTORISTA	GAB/SEMUSA	5
ENGENHEIRO CIVIL	SENTRAN	1
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	GAB	1
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	SEMUSA	4
ENFERMEIRO	SEMUSA	2
VIGIA	SEMUSA	2
BIOQUIMICO	SEMUSA	2
ODONTOLOGO	SEMUSA	2
AUXILIAR DE SERV GERAIS	SEMUSA	4
FISCAL MUNICIPAL DE VIG SANITÁRIA	SEMUSA	9
OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS	SEMOB	1
AGENTE DE VIGILÂNCIA ESCOLAR	SEMED	3
ARTIFICIE ESPECIALIZADO	SEMDESTUR	1
TÉCNICO JURIDICO	PGM	2
INSPETOR ESCOLAR	SEMED	5
ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO	SEMED	3
PROFESSOR N II	SEMED	2
MERENDEIRA ESCOLAR	SEMED	4
AGENTE DE SECRETARIA ESCOLAR	SEMED	2
INSTRUTOR DE ARTES	SEMED	2
TOTAL		58

Fonte: CMHR/SEMAD/2012

CONVOCADOS MÊS DE MAIO ESTATUTÁRIO		
CARGO	SECRETARIA	QUANT
TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TTRABALHO	SEMAD	2
MOTORISTA	SEMAS/GAB/PGM	7
ENFERMEIRO	SEMUSA	5
AUXILIAR DE SERVIÇOS GGERAIS	SEMUSA/SEMAS/SEMAD	5
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	SEMUSA	6
VIGIA	SEMUSA	2
ODONTOLOGO	SEMUSA	1
BIOMÉDICO	SEMUSA	2
MÉDICO	SEMUSA	2
FISCAL MUNICIPAL DE VIG SANITÁRIA	SEMUSA	5
AUXILIAR DE FARMÁCIA	SEMUSA	1
AGENTE DE EDUCAÇÃO AAMBIENTAL	SEMAD	4
TÉCNICO JURIDICO	PGM	2
ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO	SEMED	48
INSPETOR ESCOLAR	SEMED	40
TÉCNICO EM MULTIMEIO DDIDATICOS	SEMED	5
AGENTE DE VIGILÂNCIA EESCOLAR	SEMED	20
MERENDEIRA	SEMED	45
AGENTE DE SECRETARIA ESCOLAR	SEMED	16
PROFESSOR NII	SEMED	
Total		247

CONVOCADOS MÊS DE JUNHO ESTATUTÁRIO		
CARGO	SECRETARIA	QUANT
ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO	SEMED	23
BIOQUIMICO	SEMUSA	3
AUXILIAR DE SERVIÇOS SOCIAIS	SEMAS	3
MÉDICO	SEMUSA	1
MOTORISTA	SEMUSA	03
ENFERMEIRO	SEMUSA	5
PROFESSOR NII	SEMED	11
TURISMOLOGO	SEMDESTUR	1
TECNICO EM ENFERMAGEM	SEMUSA	5
AGENTE DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	SEMAD	1
MERENDEIRA ESCOLAR	SEMED	37
AGENTE DE VIGILÂNCIA EESCOLAR	SEMED	16
TÉCNICO EM MULTIMEIOS DDIDÁTICOS	SEMED	4
AGENTE DE SECRETARIA ESCOLAR	SEMED	4
INSPETOR ESCOLAR	SEMED	29
AUXILIAR DE SERVIÇOS SOCIAIS	SEMAS	1
FISCAL MUNICIPAL DE V. SANITÁRIA	SEMUSA	1
IIINSTRUTOR	SEMED	3
BIOMÉDICO	SEMUSA	1
TOTAL		151

CONVOCADOS MÊS DE AGOSTO ESTATUTÁRIO		
CARGO	SECRETARIA	QUANT
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	SEMOB	36
ADMINISTRADOR HOSPITALAR	SEMUSA	5
NUTRICIONISTA	SEMUSA	4
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SEMDESTUR/SEMUSA/SEMFAZ	34
AUXILIAR DE FARMÁCIA	SEMUSA	2
TÉCNICO AGRICOLA	SEMAGRIC	1
MÉDICO VETERINÁRIO	SEMUSA	2
AGENTE DE VIGILÃNCIA ESCOLAR	SEMED	1
MERENDEIRA ESCOLAR	SEMED	2
PROFESSOR LINGUA PORTUGUESA	SEMED	1
PROFESSOR GEOGRAFIA	SEMED	1
PROFESSOR EDUCAÇÃO FISÍCA	SEMED	1
MOTORISTA CATEGORIA B	SEMED	2
FISCAL MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	SEMA	11
ARQUITETO	SEMPRE	11
AUXILIAR DE SERVIÇO DE SAÚDE	SEMUSA	2
BIOMEDICO	SEMUSA	1
GARI	SEMUSB	3
BIOLOGO	SEMA	1
ARTIFICIE ESPECIALIZADO DOCES E SALGADOS	SEMDESTUR	1
PROFESSOR GEOGRAFIA	SEMED	1
PROFESSOR LINGUA PORTUGUESA	SEMED	1
PROFESSOR MATÉMATICA	SEMED	1
TOTAL		173

CONVOCADOS MÊS DE JULHO ESTATUTÁRIO		
CARGO	SECRETARIA	QUANT
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SEMAS/SEMAD/SEMUSA	25
AUXILIAR DE FÁRMACIA	SEMUSA	1
AUXILIAR DE SERVIÇO DE SAÚDE	SEMUSA	2
AGENTE DE LIMPEZA ESCOLAR	SEMED	13
ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO/ORIENTADOR	SEMED	4
ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO/SUPERVISOR	SEMED	3
AGENTE DE VIGILÂNCIA ESCOLAR	SEMED	1
AGENTE DE LIMPEZA ESCOLAR	SEMED	1
AGENTE DE SECRETARIA ESCOLAR	SEMED	1
ASSISTENTE SOCIAL	SEMAS	1
PSICÓLOGO	SEMAS	3
NUTRICIONISTA	SEMED	1
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	SEMOB/SEMAD/FUNDESCOLA	25
ENGENHEIRO FLORESTAL	SEMA	1
VIGIA	SEMUSA	1
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SEMUSA	1
COMANDANTE FLUVIAL	SEMAS	1
PROFESSOR CIÊNCIAS	SEMED	2
PROFESSOR EDUCAÇÃO FISÍCA	SEMED	3
PROFESSOR LÍNGUA PORTUGUESA	SEMED	1
PROFESSOR MATEMATICA	SEMED	2
PROFESSOR GEOGRAFIA	SEMED	1
MOTORISTA CATEGORIA A	SEMAD	2
MOTORISTA CATEGORIA C	GAB PREFEITO	1
MOTORISTA CATEGORIA B	SEMED/SEMAS/SEMAD	8
MERENDEIRA ESCOLAR	SEMED	14
TOTAL		119

CONVOCADOS MÊS DE OUTUBRO/ ESTATUTÁRIO 2011		
CARGO	SECRETARIA	QUANT.
ARQUITETO	SEMPLA	2
TÉCNICO EM RADIOLOGIA	SEMUSA	2
AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	SEMUSA	5
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	SEMUSA	11
ENFERMEIRO	SEMUSA	2
VIGIA	SEMUSA	1
MOTORISTA	SEMUSA	1
AUXILIAR DE FARMÁCIA	SEMUSA	3
BIOMÉDICO	SEMUSA	1
MÉDICO	SEMUSA	4
MARINHEIRO FLUVIAL	SEMUSA	1
FISCAL DE MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	SEMUSA	1
TÉCNICO JURÍDICO	PGM	4
ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO	SEMED	8
AGENTE DE SECRETARIA ESCOLAR	SEMED	3
PROFESSOR NII	SEMED	13
AGENTE DE VIGILÂNCIA ESCOLAR	SEMED	4
INSPETOR ESCOLAR	SEMED	2
MERENDEIRA	SEMED	2
ASSISTENTE SOCIAL	SEMAS	1
AUXILIAR DE SERVIÇOS SOCIAIS	SEMAS	3
PROCURADOR	PGM	1
TOTAL		75

CONVOCADOS MÊS DE NOVEMBRO/ ESTATUTÁRIO 2011		
CARGO	SECRETARIA	QUANT
MOTORISTA	SEMUSA	3
AUX. DE FARMÁCIA	SEMUSA	3
VIGIA	SEMUSA	4
ODONTÓLOGO	SEMUSA	5
AUX DE SERVIÇOS GERAIS	SEMUSA	10
ENFERMEIRO	SEMUSA	4
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	SEMUSA	18
MÉDICO	SEMUSA	5
AGENTE MUNICIPAL DE TRÂNSITO	SEMTRAN	7
FISCAL MUNICIPAL DE OBRAS	SEMFAZ	1
TÉCNICO JURÍDICO	PGM	3
ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO	SEMED	2
PROFESSOR NII	SEMED	
AGENTE DE VIGILÂNCIA		
AGENTE DE LIMPEZA ESCOLAR		1
MERENDEIRA ESCOLAR		
AUX. DE SERVIÇOS SOCIAIS		
ASSISTENTE SOCIAL		
TOTAL		66

CONVOCADOS MÊS DE DEZEMBRO/ESTATUTÁRIO 2011		
CARGO	SECRETARIA	QUANT
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	SEMUSA	13
AUXILIAR DE SERVIÇOS GGERAIS	SEMUSA	9
ODONTÓLOGO	SEMUSA	7
ENFERMEIRO	SEMUSA	5
VIGIA	SEMUSA	6
TÉCNICO EM RADIOLOGIA	SEMUSA	1
AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	SEMTRAN	1
AGENTE MUNICIPAL DE TRANSITO	SEMTRAN	33
ENGENHEIRO CIVIL	SEMPRE	1
PROFESSOR NII	SEMED	2
AGENTE DE VIGILÂNCIA EESCOLAR	SEMED	1
INSPETOR ESCOLAR	SEMED	1
MOTORISTA	SEMED	1
ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO	SEMED	1
MOTORISTA	SEMAD	1
AUXILIAR DE SERVIÇOS SSOCIAIS	SEMAS	1
TOTAL		85

Resultados alcançados:

Contratações – Foram atendidas todas as Unidades Administrativas da Prefeitura Municipal de Porto Velho que tiveram necessidade de aumentar seu quadro de servidores.

1- Percentual de satisfação:

(X) Acima do esperado (alcance de 100% do previsto)

( ) Dentro do esperado (alcance de 80% do previsto)

( ) Abaixo do esperado (alcance entre 40% a 80% do previsto)

( ) Muito abaixo do esperado (alcance abaixo de 100% do previsto)

Justificar os resultados das ações: A Divisão de Seleção e Recrutamento está desenvolvendo suas atividades com principal objetivo de obter sucesso na contratação de servidores em tempo hábil, de acordo com a legislação do município e Instrução Normativa nº 013/TCER/2004, de forma satisfatória para atender às necessidades das Unidades Administrativas.

Número de Servidores Contratados por regime Celetista (prazo indeterminado)

Conforme a tabela abaixo, não houve contratação por Prazo Indeterminado no mês de janeiro e abril, sendo que no exercício de 2011 foram contratados 84 (oitenta e quatro) Agente de Combate as Endemias e Agente Comunitário de Saúde.

CONTRATADOS NO MÊS DE FEVEREIRO PRAZO INDETERMINADO

MÊS FEVEREIRO 2011		
CARGO	SECRETARIA	QUANT
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	SEMUSA	38
TOTAL		38

CONTRATADOS NO MÊS DE MARÇO PRAZO INDETERMINADO

MÊS MARÇO 2011		
CARGO	SECRETARIA	QUANT
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	SEMUSA	28
TOTAL		28

CONTRATADOS NO MÊS DE MAIO PRAZO INDETERMINADO

MÊS MAIO 2011		
CARGO	SECRETARIA	QUANT
AGENTE COMUNITARIO DE SÁUDE	SEMUSA	10
TOTAL		10

CONTRATADOS NO MÊS DE JUNHO PRAZO INDETERMINADO

MÊS JUNHO 2011		
CARGO	SECRETARIA	QUANT
AGENTE COMUNITARIO DE SÁUDE	SEMUSA	2
TOTAL		2

CONTRATADOS NO MÊS DE JULHO PRAZO INDETERMINADO

MÊS JULHO 2010		
CARGO	SECRETARIA	QUANT
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	SEMUSA	5
TOTAL		5

CONTRATADOS NO MÊS DE AGOSTO PRAZO INDETERMINADO

MÊS AGOSTO 2010		
CARGO	SECRETARIA	QUANT
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	SEMUSA	1
TOTAL		1

CONTRATADOS NO MÊS DE SETEMBRO PRAZO INDETERMINADO

MÊS SETEMBRO 2010		
CARGO	SECRETARIA	QUANT
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	SEMUSA	5
TOTAL		5

CONTRATADOS NO MÊS DE OUTUBRO/ PRAZO INDETERMINADO

MÊS OUTUBRO 2011		
CARGO	SECRETARIA	QUANT
AGENTE COMUNITARIO DE SÁUDE	SEMUSA	1
AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS	SEMUSA	1
TOTAL		2

CONTRATADOS NO MÊS DE NOVEMBRO PRAZO INDETERMINADO

MÊS NOVEMBRO 2011		
CARGO	SECRETARIA	QUANT
AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS	SEMUSA	5
TOTAL		5

CONTRATADOS NO MÊS DE DEZEMBRO PRAZO INDETERMINADO

MÊS DEZEMBRO 2011		
CARGO	SECRETARIA	QUANT
AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS	SEMUSA	9
TOTAL		9

Processo Seletivo Simplificado

Foram contratados, no mês de janeiro a dezembro/2011, servidores por prazo determinado, por não haver candidatos aprovados em Concurso Público vigente, no cargo de Médico e Professor NII, para atender às secretarias municipais de Saúde e Educação.

CONTRATADOS NO MÊS DE JANEIRO PRAZO DETERMINADO

PRAZO DETERMINADO MÊS DE JANEIRO		
CARGO	SECRETARIA	QUANT
MÉDICO	SEMUSA	9
TOTAL		9

CONTRATADOS NO MÊS DE FEVEREIRO PRAZO DETERMINADO

PRAZO DETERMINADO MÊS DE FEVEREIRO		
CARGO	SECRETARIA	QUANT
MÉDICO	SEMUSA	15
TOTAL		15

CONTRATADOS NO MÊS DE MARÇO PRAZO DETERMINADO

PRAZO DETERMINADO MÊS DE MARÇO		
CARGO	SECRETARIA	QUANT
MÉDICO	SEMUSA	9
TOTAL		9

CONTRATADOS NO MÊS DE ABRIL PRAZO DETERMINADO

PRAZO DETERMINADO MÊS ABRIL		
CARGO	SECRETARIA	QUANT
MÉDICO	SEMUSA	5
PROFESSOR NII	SEMED	241
TOTAL		246

CONTRATADOS NO MÊS DE MAIO PRAZO DETERMINADO

PRAZO DETERMINADO MÊS MAIO		
CARGO	SECRETARIA	QUANT
MÉDICO	SEMUSA	6
PROFESSOR NII	SEMED	42
TOTAL		48

CONTRATADOS NO MÊS DE JULHO PRAZO DETERMINADO

PRAZO DETERMINADO MÊS DE JULHO		
CARGO	SECRETARIA	QUANT
PROFESSOR NII	SEMED	83
MÉDICO	SEMUSA	8
TOTAL		91

CONTRATADOS NO MÊS DE AGOSTO PRAZO DETERMINADO

PRAZO DETERMINADO MÊS DE AGOSTO		
CARGO	SECRETARIA	QUANT
MÉDICO	SEMUSA	17
PROFESSOR NII	SEMED	10
TOTAL		27

CONTRATADOS NO MÊS DE SETEMBRO PRAZO DETERMINADO

PRAZO DETERMINADO MÊS DE SETEMBRO		
CARGO	SECRETARIA	QUANT
MÉDICO	SEMUSA	2
PROFESSOR NII	SEMED	8
TOTAL		10

CONTRATADOS NO MÊS DE OUTUBRO PRAZO DETERMINADO

PRAZO DETERMINADO MÊS OUTUBRO		
CARGO	SECRETARIA	QUANT
TÉCNICO EM LABORATÓRIO	SEMUSA	2
TOTAL		2

CONTRATADOS NO MÊS DE NOVEMBRO PRAZO DETERMINADO

PRAZO DETERMINADO MÊS NOVEMBRO		
CARGO	SECRETARIA	QUANT
MÉDICO	SEMUSA	4
TOTAL		4

CONTRATADOS NO MÊS DE DEZEMBRO PRAZO DETERMINADO

PRAZO DETERMINADO MÊS DEZEMBRO		
CARGO	SECRETARIA	QUANT
MÉDICO	SEMUSA	6
TOTAL		6

Fonte: CMHR/SEMAD/2012

Resultados alcançados:

Prazo Determinado: Essas contratações foram feitas para atender à Saúde e Educação, sendo sanadas as necessidades das Secretarias interessadas.

1- Percentual de satisfação:

(X) Acima do esperado (alcance de 100% do previsto)

( ) Dentro do esperado (alcance de 80% do previsto)

( ) Abaixo do esperado (alcance entre 40% a 80% do previsto)

( ) Muito abaixo do esperado (alcance abaixo de 100% do previsto)

Justificar os resultados das ações: O déficit de servidores nas Unidades Administrativas foi sanado. Portanto, esta Divisão atingiu sua meta de selecionar, em tempo hábil, candidatos contratados por meio do processo seletivo simplificado público, contratação para recompor Quadro de Pessoal.

Foram contratados novos servidores nos meses de janeiro a dezembro, em substituição das vacâncias, para suprir a falta de pessoal nos serviços de rotina da Educação, da Saúde e da Assistência Social, em decorrência das vacâncias resultantes de exoneração, demissão, falecimento e aposentadoria.

MÊS JANEIRO 2011		
CARGO	SECRETARIA	QUANT
OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS	SEMOB	2
AGENTE DE LIMPEZA ESCOLAR	SEMED	1
TOTAL		03

MÊS FEVEREIRO 2011		
CARGO	SECRETARIA	QUANT
INSTRUTOR DE ARTES	SEMED	1
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	SEMUSA	2
PROFESSOR N II- PORTUGUÊS	SEMED	1
ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO/ORIENTAÇÃO	SEMED	1
PROFESSOR NII – EDUCAÇÃO FISICA	SEMED	1
AUXILIAR DE SERVIÇO DE SAÚDE	SEMUSA	1
TOTAL		8

MÊS MARÇO 2011		
CARGO	SECRETARIA	QUANT
PROFESSOR NII – EDUCAÇÃO FÍSICA	SEMED	1
AUXILIAR DE SERVIÇO DE SAÚDE	SEMUSA	3
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	SEMUSA	2
TOTAL		6

MÊS ABRIL 2011		
CARGO	SECRETARIA	QUANT
MOTORISTA SEMOB	SEMOB/SEMUSA	2
MÉDICO – CLINICO GERAL	SEMUSA	1
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	SEMUSA	1
ASSISTENTE SOCIAL	SEMAS	1
AUXILIAR DE FARMÁCIA	SEMUSA	1
TOTAL		6

MÊS MAIO 2011		
CARGO	SECRETARIA	QUANT
ARQUITETA	SEMFAZ	1
MÉDICO	SEMUSA	1
ENGENHEIRO CIVIL	SEMOB	1
OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS	SEMOB	2
AUXILIAR DE SERVIÇOS SOCIAIS	SEMAS	1
AGENTE DE LIMPEZA ESCOLAR	SEMED	4
AUXILIAR DE FARMÁCIA	SEMUSA	1
MERENDEIRA ESCOLAR	SEMED	4
AUXILIAR DE SERVIÇOS DE SAÚDE	SEMUSA	1
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	SEMUSA	1
PROFESSOR	SEMED	1
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	SEMAD	2
TOTAL		20

MÊS JULHO 2010		
CARGO	SECRETARIA	QUANT
AUXILIAR DE SERVIÇOS VETERINÁRIOS	SEMUSA	1
PROFESSOR HISTORIA	SEMED	2
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SEMUSA	3
ASSISTENTE SOCIAL	SEMUSA	1
AUXILIAR DE SERVIÇOS SOCIAIS	SEMAS	2
PROFESSOR	SEMED	4
MERENDEIRA ESCOLAR	SEMED	1
AGENTE DE SECRETARIA ESCOLAR	SEMED	2
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	SEMPLA/SEMUSA	3
VIGIA	SEMUSB	1
MÉDICO	SEMUSA	2
PROFESSOR PORTUGUÊS	SEMED	2
AGENTE DE VIGILÂNCIA ESCOLAR	SEMED	1
PROFESSOR	SEMED	4
OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS	SEMUSB	1
PROFESSOR LETRAS INGLÊS	SEMED	1
ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO	SEMED	2
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	SEMUSA	1
TOTAL		34

MÊS AGOSTO 2010		
CARGO	SECRETARIA	QUANT
ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO SUPERVISÃO	SEMED	1
PROFESSOR BIOLOGIA	SEMED	1
VIGIA	SEMED/SEMUSA	2
MERENDEIRA ESCOLAR	SEMED	1
PROFESSOR	SEMED	2
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	SEMED/SEMPLA/SEMFAZ	4
AGENTE DE VIGILÂNCIA ESCOLAR	SEMED	4
PROFESSOR MATEMATICA	SEMED	3
PROFESSOR PEDAGOGIA	SEMED	7
AUXILIAR DE SERVIÇOS SOCIAIS	SEMAS	1
AGENTE MUNICIPAL DE TRÂNSITO	SEMTRAN	2
PROFESSOR LETRAS INGLÊS	SEMED	1
ASSISSTENTE ADMINISTRATIVO	SEMUR/PGM/SEMUSA	3
AGENTE DE VIGILÂNCIA ESCOLAR	SEMED	2
FISCAL MUNICIPALDE MEIO AMBIENTE	SEMA	1
AGENTE DE SECRETARIA ESCOLAR	SEMED	1
AUXILIAR DESERVIÇOS DE SAÚDE	SEMUSA	2
PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA	SEMED	2
ASSISTENTE SOCIAL	SEMAS	1
AUXILIAR DE SERVIÇOS FISCAIS	SEMFAZ	1
GARI	SEMUSB	1
AUXILIAR DE FARMACIA	SEMUSA	1
ADMINISTRADOR	SEMAD	1
PROFESSOR INGLÊS	SEMED	1
ENGENHEIRO CIVIL	SEMAD	1
OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS	SEMUSB	1
AUXILIAR DE ENFERMAGEM	SEMUSA	2
MOTORISTA	SEMAD	1
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	SEMAD	1
MANOEL SANTANA CARVALHO DE ANDRADE	SEMFAZ	1
TOTAL		53

MÊS OUTUBRO 2011		
CARGO	SECRETARIA	QUANT
AUXILIAR DE SERVIÇOS SOCIAIS	SEMAS	1
INSPETOR ESCOLAR	SEMED	2
MOTORISTA	SEMED	1
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	SEMUSA	3
AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS	SEMUSA	1
AUX DE SERV. GERAIS	SEMUSA	1
ENFERMEIRO	SEMUSA	1
TOTAL		10

MÊS NOVEMBRO 2011		
CARGO	SECRETARIA	QUANT
AUXILIAR DE SERVIÇOS SOCIAIS	SEMAS	2
AGENTE DE LIMPEZA ESCOLAR	SEMED	1
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SEMED	1
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	SEMED	1
ENGENHEIRO CIVIL	SEMED	1
MERENDEIRA ESCOLAR	SEMED	2
PROFESSOR NII - INGLES	SEMED	1
PROFESSOR NII - PEDAGOGIA	SEMED	8
PROFESSOR NII - PORTUGUÊS	SEMED	1
ARTIFICE ESPECIALIZADO	SEMOB	1
AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE	SEMUSA	1
AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE	SEMUSA	1
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	SEMUSA	1
AGENTE DE SECRETARIA ESCOLAR	SEMED	2
AUX DE SERVIÇOS DE SAÚDE	SEMUSA	1
ENFERNEIRO	SEMUSA	1
AUX DE SERVIÇOS GERAIS	SEMUSA	1
MÉDICO	SEMUSA	4
TOTAL		33

Editais

São elaborados editais de convocação para atender às secretarias quando há necessidade de contratação de novos servidores, ou para substituições através de vacâncias. Os editais de Processo Seletivo Simplificado são feitos nos casos de excepcional interesse público, quando não houver candidatos aprovados em concurso, conforme demonstrativo abaixo.

Editais publicados nos meses janeiro a dezembro:

TABELA DE EDITAL				
	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	TOTAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO	2	1	4	7
EDITAL DE PROCESSO SIMPLIFICADO	0	1	0	1
EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SIMPLIFICADO	0	1	0	1
TOTAL	2	3	4	9

- Edital nº 01/SEMAD/2011, de 13/01/2011, publicado no D.O.M. nº 3.920, de 14/01/2011;

- Edital nº 02/SEMAD/2011, de 14/01/2011, publicado no D.O.M. nº 3920, de 14/01/2011;
- Edital nº 013/SEMAD/2011, de 25/02/2011, publicado no D.O.M. nº 3949, de 25/02/2011;
- Edital nº 015/SEMAD/2011, de 01/03/2011, publicado no D.O.M. nº 3952, de 02/03/2011;
- Edital nº 20/SEMAD/2011, de 10/03/2011, publicado no D.O.M. nº 3955, de 10/03/2011;
- Edital nº 24/SEMAD/2011, de 18/03/2011, publicado no D.O.M. nº 3961, de 18/03/2011;
- Edital nº 25/SEMAD/2011, de 31/03/2011, publicado no D.O.M. nº 3970, de 31/03/2011.

TABELA DE EDITAL				
	ABRIL	MAIO	JUNHO	TOTAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO	4	1	1	6
EDITAL DE PROCESSO SIMPLIFICADO	0	0	1	1
EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SIMPLIFICADO	0	1	0	1
TOTAL	4	2	1	8

- Edital nº 31/SEMAD/2011, de 08/04/2011, publicado no D.O.M. nº 3.976, de 08/04/2011;
- Edital nº 33/SEMAD/2011, de 27/04/2011, publicado no D.O.M. nº 3987, de 27/04/2011;
- Edital nº 034/SEMAD/2011, de 27/04/2011, publicado no D.O.M. nº 3987, de 27/04/2011;
- Edital nº 35/SEMAD/2011, de 27/04/2011, publicado no D.O.M. nº 3987, de 27/04/2011;
- Edital nº 36/SEMAD/2011, de 16/05/2011, publicado no D.O.M. nº 4002, de 18/05/2011;
- Edital nº 42/SEMAD/2011, de 10/06/2011, publicado no D.O.M. nº 4018, de 10/06/2011;
- Edital nº 43/SEMAD/2011, de 10/06/2011, publicado no D.O.M. nº 4018, de 10/06/2011.

TABELA DE EDITAL				
	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	TOTAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO	4	4	0	8
EDITAL DE PROCESSO SIMPLIFICADO	0	0	0	0
EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SIMPLIFICADO	0	0	0	0
TOTAL	4	4	0	8

- Edital nº 068/SEMAD/2010, de 31/08/2010, publicado no D.O.M nº 3.830, de 16/09/2010;
- Edital nº 065/SEMAD/2010, de 30/08/2010, publicado no D.O.M. nº 3829, de 31/08/2010;
- Edital nº 061/SEMAD/2010, de 20/08/2010, publicado no D.O.M. nº 3823, de 23/08/2010;
- Edital nº 057/SEMAD/2010, de 10/08/2010, publicado no D.O.M. nº 3814, de 10/08/2010;
- Edital nº 054/SEMAD/2010, de 30/07/2010, publicado no D.O.M. nº 3810 de 04/08/2010;
- Edital nº 053/SEMAD/2010, de 27/07/2010, publicado no D.O.M. nº 3807, de 30/07/2010;
- Edital nº 051/SEMAD/2010, de 15/07/2010, publicado no D.O.M. nº 3796 de 15/07/2010.

EDITAIS				
	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO	5	4	3	12

- Edital nº 75/SEMAD/2011, de 04/10/2011, Edital nº 77/SEMAD/2011, de 17/10/2011, Edital nº 78/SEMAD/2011, de 01/10/2011, Edital nº 79/SEMAD/2011, de 20/10/2011, Edital nº 80/SEMAD/2011, de 21/10/2011, Edital nº 81/SEMAD/2011, de 11/11/2011, Edital nº 82/SEMAD/2011, de 11/11/2011, Edital nº 83/SEMAD/2011, de 11/11/2011, Edital nº 84/SEMAD/2011, de 25/11/2011, Edital nº 86/SEMAD/2011, de 15/12/2011, Edital nº 87/SEMAD/2011, de 20/12/2011 e Edital nº 88/SEMAD/2011, de 29/12/2011.

Portarias

As portarias de nomeação têm por objetivo efetivar os candidatos estatutários quando convocados por edital. Caso não se apresentem no prazo legal de 30 dias, estes são excluídos por meio de portaria de exclusão. A portaria de reclassificação destina-se ao candidato que não pode assumir o cargo na oportunidade em que foi convocado, momento em que será reclassificado no final da lista de aprovados do concurso público.

TABELAS DE PORTARIAS DA DISR				
	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	TOTAL
PORTARIAS DE NOMEAÇÃO	1	1	1	3
PORTARIA DE EXCLUSÃO	3	2	2	7
PORTARIA DE RECLASSIFICAÇÃO	0	0	0	0
TOTAL	4	3	3	10

- Portaria de Nomeação nº 62/SEMAD/2011, de 14/01/2011; Portaria de Nomeação nº 333/SEMAD/2011, de 25/02/2011; Portaria de Nomeação nº 511/SEMAD/2011, de 31/03/2011; Portaria de Exclusão nº 126/SEMAD/2011 de 25/01/2011; Portaria nº 206/SEMAD/2011 de 09/02/2011; Portaria nº 253/SEMAD/2011, de 18/02/2011; Portaria de nomeação nº 252/SEMAD/2011, de 18/02/2011; Portaria de Exclusão nº 285/SEMAD/2011, de 23/02/2011; Portaria nº 401/SEMAD/2011, de 14/03/2011; Portaria de Exclusão nº 402/SEMAD/2011, de 14/03/2011; Portaria de Exclusão nº 439/SEMAD/2011, de 22/03/2011;Portaria de Exclusão nº 509/SEMAD/2011, de 29/03/2011 e Portaria de Excluir/Nomear nº 512/SEMAD/2011, de 31/03/2011.

TABELAS DE PORTARIAS DA DISR				
	ABRIL	MAIO	JUNHO	TOTAL
PORTARIAS DE NOMEAÇÃO	2	1	1	4
PORTARIA DE EXCLUSÃO	3	2	1	7
PORTARIA DE RECLASSIFICAÇÃO	0	0	0	3
TOTAL	4	4	3	13

- Portaria nº 62/SEMAD/2011, de 14/01/2011; Portaria nº 333/SEMAD/2011, de 25/02/2011; Portaria nº 511/SEMAD/2011, de 31/03/2011; Portaria nº 1102/SEMAD/2011 de 27/06/2011; Portaria nº 1069/SEMAD/2011 de 21/06/2011; Portaria nº 1068/SEMAD/2011 de 21/06/2011; Portaria nº 1033/SEMAD/2011 de 17/06/2011; Portaria nº 1034/SEMAD/2011 de 17/06/2011; Portaria de nº

1035/SEMAD/2011 de 17/06/2011; Portaria nº 1036/SEMAD/2011 de 17/06/2011; Portaria nº 1037/SEMAD/2011 de 17/06/2011; Portaria nº 1038/SEMAD/2011 de 17/06/2011; Portaria nº 975/SEMAD/2011 de 09/06/2011; Portaria nº 909/SEMAD/2011 de 01/06/2011; Portaria nº 813/SEMAD/2011 de 23/05/2011; Portaria nº 816/SEMAD/2011 de 23/05/2011; Portaria nº 814/SEMAD/2011 de 23/05/2011; Portaria nº 815/SEMAD/2011 de 23/05/2011; Portaria nº 804/SEMAD/2011 de 20/05/2011; Portaria nº 798/SEMAD/2011 de 20/05/2011; Portaria nº 799/SEMAD/2011 de 20/05/2011; Portaria nº 800/SEMAD/2011 de 20/05/2011; Portaria nº 801/SEMAD/2011 de 20/05/2011; Portaria nº 802/SEMAD/2011 de 20/05/2011; Portaria nº 803/SEMAD/2011 de 20/05/2011; Portaria nº 805/SEMAD/2011 de 20/05/2011; Portaria nº 806/SEMAD/2011 de 20/05/2011; Portaria nº 735/SEMAD/2011 de 11/05/2011; Portaria nº 736/SEMAD/2011 de 11/05/2011; Portaria nº 714/SEMAD/2011 de 04/05/2011; Portaria nº 712/SEMAD/2011 de 04/05/2011; Portaria nº 713/SEMAD/2011 de 04/05/2011; Portaria nº 710/SEMAD/2011 de 04/05/2011; Portaria nº 711/SEMAD/2011 de 04/05/2011; Portaria nº 620/SEMAD/2011 de 20/04/2011; Portaria nº 621/SEMAD/2011 de 20/04/2011; Portaria nº 622/SEMAD/2011 de 20/04/2011; Portaria nº 623/SEMAD/2011 de 20/04/2011; Portaria nº 624/SEMAD/2011 de 20/04/2011; Portaria nº 565/SEMAD/2011 de 08/04/2011 e Portaria nº 566/SEMAD/2011 de 08/04/2011.

TABELAS DE PORTARIAS DA DISR				
	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	TOTAL
PORTARIAS DE NOMEAÇÃO	1	4	0	5
PORTARIA DE EXCLUSÃO	5	6	2	13
PORTARIA DE RECLASSIFICAÇÃO	0	0	0	0
TOTAL	6	9	2	18

- Portaria nº 1383/SEMAD/2010, de 31/08/2010, publicada no D.O.M. nº 3.830, de 01/09/2010; Portaria nº 1374/SEMAD/2010, de 30/08/2010, publicada no Sup. do D.O.M. nº 3.829, de 31/08/2010; Portaria nº 1290/SEMAD/2010, de 20/08/2010, publicada no D.O.M. nº 3.823 de 23/08/2010; Portaria nº 1223/SEMAD/2010, de 10/08/2010, publicada no D.O.M nº 3814, de 10/08/2010; Portaria nº 1094/SEMAD/2010, de 15/07/2010, publicada no D.O.M. nº 3796, de 15/07/2010; Portaria nº 1268/SEMAD/2010, de 18/08/2010, publicada no D.O.M. nº 3796, de 15/07/2010; Portaria nº 1267/SEMAD/2010, de 18/08/2010, publicada no D.O.M. nº 3796, de 15/07/2010; Portaria nº 1312/SEMAD/2010, de 24/08/2010, publicada no D.O.M. nº 3796, de 15/07/2010; Portaria nº 1314/SEMAD/2010, de 24/08/2010,

publicada no D.O.M. nº 3796, de 15/07/2010; Portaria nº 1315/SEMAD/2010, de 24/08/2010, publicada no D.O.M. nº 3796, de 15/07/2010; Portaria nº 1316/SEMAD/2010, de 24/08/2010, publicada no D.O.M nº 3796, de 15/07/2010; Portaria nº 1317/SEMAD/2010, de 24/08/2010, publicada no D.O.M nº 3796, de 15/07/2010; Portaria nº 1318/SEMAD/2010, de 24/08/2010, publicada no D.O.M nº 3796, de 15/07/2010; Portaria nº 1319/SEMAD/2010, de 24/08/2010, publicada no D.O.M nº 3796, de 15/07/2010; Portaria nº 1320/SEMAD/2010, de 24/08/2010, publicada no D.O.M nº 3796, de 15/07/2010; Portaria nº 1037/SEMAD/2010, de 06/07/2010, publicada no D.O.M nº 3787 de 02/07/2010; Portaria nº 1038/SEMAD/2010, de 06/07/2010, publicada no D.O.M nº 3787, de 02.07.2010; Portaria nº 1079/SEMAD/2010, de 13/07/2010, publicada no D.O.M nº 3795, de 14.07.2010; Portaria nº 1078/SEMAD/2010, de 13/07/2010, publicada no D.O.M nº 3795, de 14.07.2010; Portaria nº 1107/SEMAD/2010, de 19/07/2010, publicada no D.O.M nº 3799, de 20.07.2010; Portaria nº 1432/SEMAD/2010, de 14/09/2010, publicada no D.O.M nº 3.839, de 15/09/2010 e Portaria nº 1433/SEMAD/2010, de 14/09/2010, publicada no D.O.M nº 3.839, de 15/09/2010.

TABELAS DE PORTARIAS DA DISR				
	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
PORTARIAS DE NOMEAÇÃO	3	2	2	7
PORTARIA DE EXCLUSÃO	2	6	3	11
PORTARIA DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE CONCURSO PÚBLICO	0	1	0	1
TOTAL	5	9	5	19

- Portaria nº 2020/SEMAD/2011, de 17/10/2011; Portaria nº 2061/SEMAD/2011, de 21/10/2011; Portaria nº 511/SEMAD/2011, de 31/10/2011; Portaria nº 2215SEMAD/2011, de 11/11/2011; Portaria nº 2216/SEMAD/2011, de 11/11/2011; Portaria nº 2528/SEMAD/2011, de 20/12/2011; Portaria nº 2289/SEMAD/2011, de 25/12/2011; Portaria nº 2165/SEMAD/2011, de 04/11/2011 – Prorrogação do Concurso Público nº 046/SEMAD/2009; Portaria nº 1938/SEMAD/2011 de 05/10/2011; Portaria nº 2007/SEMAD/2011 de 14/10/2011; Portaria nº 2156/SEMAD/2011 de 03/11/2011; Portaria nº 2155/SEMAD/2011 de 03/11/2011; Portaria nº 2245/SEMAD/2011 de 21/11/2011; Portaria nº 2274/SEMAD/2011 de 24/11/2011; Portaria nº 2364/SEMAD/2011 de 29/11/2011; Portaria nº 2385/SEMAD/2011 de 30/11/2011; Portaria nº 2483/SEMAD/2011 de 13/12/2011; Portaria nº 2525/SEMAD/2011 de 23/12/2011 e Portaria nº 2624/SEMAD/2011 de 29/12/2011.

Do Desempenho das Atividades

TABELA DE ATIVIDADES REALIZADAS NOS MESES (JANEIRO A MARÇO)				
	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	TOTAL
TERMO DE POSSE	30	150	110	290
OFICIO DE APRESENTAÇÃO	90	178	160	428
DECLARAÇÃO BANCARIA	30	78	50	158
CONTRATO DE TRABALHO	40	28	15	83
EXTRATO DE CONTRATO	1	1	1	3
PRORROGAÇÃO DE POSSE	89	65	40	194
PROCESSOS TRAMITADOS	10	15	20	45

TABELA DE ATIVIDADES REALIZADAS NOS MESES (ABRIL A JUNHO)				
	ABRIL	MAIO	JUNHO	TOTAL
TERMO DE POSSE	150	269	67	290
OFICIO DE APRESENTAÇÃO	190	296	82	568
DECLARAÇÃO BANCARIA	30	78	50	158
CONTRATO DE TRABALHO	40	28	15	83
EXTRATO DE CONTRATO	1	1	1	3
PRORROGAÇÃO DE POSSE	89	65	30	194
PROCESSOS TRAMITADOS	10	15	20	45

TABELA DE ATIVIDADES REALIZADAS NOS MESES (JULHO A SETEMBRO)				
	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	TOTAL
TERMO DE POSSE	279	219	273	771
OFICIO DE APRESENTAÇÃO	375	247	288	910
DECLARAÇÃO BANCARIA	122	78	68	268
CONTRATO DE TRABALHO	96	28	15	139
EXTRATO DE CONTRATO	1	1	1	3
PRORROGAÇÃO DE POSSE	89	65	40	194
PROCESSOS TRAMITADOS	8	12	9	29

TABELA DE ATIVID. REALIZADAS NOS MESES (OUTUBRO A DEZEMBRO)				
	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
TERMO DE POSSE	75	89	85	249
OFICIO DE APRESENTAÇÃO	79	98	100	277
DECLARAÇÃO BANCARIA	79	98	100	277
CONTRATO DE TRABALHO	4	9	15	28
EXTRATO DE CONTRATO	1	1	1	3
PRORROGAÇÃO DE POSSE	45	44	50	139
PROCESSOS TRAMITADOS	30	32	25	87

Da Carga de Trabalho

Entre janeiro a dezembro tramitaram 206 (duzentos e seis) processos nesta Divisão. Destes, 12 (doze) versaram sobre pedido de substituição de vacância - quando houver exoneração, demissão, falecimento ou aposentadoria - para recompor o Quadro de Pessoal da Prefeitura de Porto Velho.

Para a contratação dos servidores de regime estatutário, foram realizados editais de convocação e portarias de nomeação, e para os servidores contratados por regime celetista ou prazo determinado, foi realizado Processo Seletivo Simplificado para contratação de caráter emergencial professores e editais de convocação.

São também confeccionados por esta Divisão todos os documentos relacionados à contratação, tais como: Prorrogação de Posse e Prorrogação de Exercício, considerando a Lei nº 385 de 01.07.2010, Termo de Posse, Oficio de Apresentação e Declaração de Banco, para os candidatos aprovados do regime estatutário, e Contrato de Trabalho, Oficio de Apresentação e Declaração de Banco, para os candidatos do regime celetista ou por prazo determinado.

Em razão das contratações por regime celetista ou prazo determinado, é publicado o Extrato de Contrato – emitido mensalmente por esta Divisão, para comprovação da legalidade da contratação em obediência ao princípio da publicidade, bem como a confecção e encaminhamento à Controladoria Geral do Município, os processos de Ato de Admissão de Pessoal, para comprovar a legalidade de todas as contratações feitas por este Município.

Resultados Alcançados

Os trabalhos executados diariamente nos meses de janeiro a dezembro foram feitos em tempo hábil e corretamente.

1- Percentual de satisfação:
(X) Acima do esperado (alcance de 100% do previsto)
( ) Dentro do esperado (alcance de 80% do previsto)
( ) Abaixo do esperado (alcance entre 40% a 80% do previsto)
( ) Muito abaixo do esperado (alcance abaixo de 100% do previsto)

Justificar os resultados das ações: Atendeu-se a demanda conforme a necessidade das secretarias, de forma correta e satisfatória, nos prazos estabelecidos, de acordo com a legislação municipal.

Divisão de Cargos e Salários

Ampla revisão na legislação de pessoal, com vistas a estabelecer novas políticas de benefícios para todas as categorias profissionais, conforme elencados abaixo:

1) Aumento do vencimento básico;
2) Inclusão de gratificação para educação no valor de R$ 220,00 (Professores) e R$ 110,00 (pessoal de apoio);
3) Criação de gratificação para os profissionais que atuam no PSF (Programa de Saúde familiar);
4) Plano de carreira com a progressão dos servidores até a referencia “16”;
5) Gratificação de incentivo a atividade para os cargos de Agente de Transito, Psicólogo, Assistente Social e Fonoaudiólogo;
6) Extensão de benefícios e gratificações do Estatuto do Servidor para os Agentes Comunitários de saúde e Agente de Combate a Endemias;
7) Fomentação de aperfeiçoamento dos servidores em cursos técnicos profissionalizantes e de nível superior.

A Divisão de Cargos e Salários, no exercício de 2011, desenvolveu suas atividades de forma regular buscando eficiência e eficácia, considerando que os trabalhos realizados trazem impacto direto de informações funcionais ao servidor e à sociedade em geral. No tocante às atribuições e serviços desempenhados por esta Divisão, foram realizadas as seguintes atividades:

- Controle de cargos efetivos em seus quantitativos, constantes em folha de pagamento, conforme a Lei Complementar nº 391 de 06.07.2010 e suas alterações;
- Lançamentos e atualização do Portal do Servidor com todas as legislações de pessoal, devidamente atualizadas;
- Solicitação de correções junto à Divisão de Cadastro, dos cargos comissionados não lançados no Sistema GP ou lançados incorretamente;
- Conferência das fichas de Estágio Probatório, Estabilidade;
- Envio mensal do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados/CAGED, para o Ministério do Trabalho;

- Dar andamento na regularização do Estágio Probatório dos servidores da Prefeitura de Porto Velho, para as devidas providências quanto à estabilidade dos mesmos;
- Informação quanto ao quantitativo de cargos, quando houver solicitação de contratação de mais servidores pelas secretarias da Prefeitura de Porto Velho;
- Levantamento das Leis que ainda não foram inseridas em livro;
- Elaboração de Minuta de Lei para o aumento de quantitativo de cargos;
- Acompanhamento processual na Procuradoria Geral do Município;
- Atualização da tabela do quantitativo de cargos comissionados e em função de confiança da Prefeitura Municipal de Porto Velho (quantitativo geral e por Secretaria) estabelecidos em Lei;
- Criação de cargos e funções no Sistema de Gestão Pessoal;
- Elaboração de relatório no Sistema Módulo GP e AJUCEL, para melhor controle e utilização do sistema de banco de dados;
- Acompanhamento do desenvolvimento da ferramenta de consulta de Progressão/Promoção e Estabilidade, para disponibilização no Portal do Servidor;
- Implantação de informações no Sistema de Gestão Pessoal, tais como: cargos, funções, lei de criação do cargo, atribuições, descrição do cargo, entre outras;
- Confecção de portarias de Estágio Probatório, Estabilidade, Progressão Funcional e Promoção dos servidores desta Prefeitura.
- Elaboração de Decretos e Portarias.
- Atualização do arquivo desta Divisão com a Legislação Municipal (Leis Ordinárias, Leis Complementares, Decretos e Portarias de regulamentação) na área de Recursos Humanos e Estrutura Organizacional;
- Digitalização das leis antigas referentes a Pessoal e Estrutura Organizacional da PMPV, para adição ao site de legislação da PMPV;
- Levantamento dos servidores homologados no Estágio Probatório e averbação no Sistema.
- Confecções das Cartilhas de Regulamentação do Estatuto dos Servidores e do Procedimento de Contratação em caráter Emergencial; Planos de Carreira e Cargos dos Servidores Pertencentes ao Grupo Geral, Grupo da Saúde; Manual de Avaliação de Desempenho no Estágio Probatório – MADEP.

Remuneração do Servidor

Realização de estudos para a concessão de reajuste anual dos servidores em percentuais mínimos que acompanham a expectativa da inflação, de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do Município, sendo assim concedido o reajuste linear a todos os servidores municipais no percentual de 5,91% , em parcela única a contar de fevereiro/2011.

Assim, no período de 2005 a 2011, para uma inflação da ordem de 35,91, foram concedidos reajustes acumulados da ordem de 35,38% e, em algumas categorias, percentuais de 40,43% acima da média geral.

A SEMAD, tem por uma das metas de sua gestão a valorização do servidor municipal, e em cumprimento ao que determina a Lei nº 385/2011, nomeou servidores efetivos para os cargos em comissão.

Capítulo IV

Departamento de Recursos de Tecnologia da Informação e Modernização - DRTI

Reestruturação

Com a reestruturação da Secretaria Municipal de Administração, através da Lei Complementar nº 329, de 02 de janeiro de 2009, o antigo DRI passou a ser denominado Departamento de Recursos de Tecnologia da Informação e Modernização – DRTI, passando a compor as novas divisões e um novo organograma.



Ação - Divisão de Atendimento Técnico - DIATE



É responsável pelo atendimento aos usuários de informática desta Prefeitura, atuando na realização de programação dos chamados internos e externos para os técnicos da Divisão de Suporte, elaboração de ordens de serviço à Contratada dos Sistemas Integrados de Gestão Pública, elaboração de termos de referência e controle de processos. Ademais, o setor é responsável pelo recebimento de todos os equipamentos que são encaminhados, seja para manutenção ou para análise de especificações, conforme o processo, para o DRTI.

Frisa-se que a Divisão é composta por 04 (quatro) profissionais para realização das atividades mencionadas.

Ação - Divisão de Suporte - DISU





Esta Divisão vem atendendo às solicitações de atendimento interno e externo como serviços de hardware e software nas CPU´s, que não estiverem na garantia (backup, formatação, instalação do sistema operacional, aplicativos e ferramentas necessárias para o bom desempenho dos serviços informatizados da Prefeitura). A equipe de 7 profissionais, desempenhando as atividades e quantitativos relacionados abaixo:

- Analisar o desempenho do equipamento, determinar os ajustes necessários à otimização dos serviços e executar serviços de hardware e software.
- Suporte on-line via remoto ou por telefone, para todos os chamados técnicos da Prefeitura, concernente aos equipamentos de informática;
- Realizar a manutenção preventiva no hardware e software das CPU's;
- Acompanhar a manutenção dos equipamentos de informática, realizada por seus agentes autorizados;

- Administrar a distribuição, instalação e uso dos equipamentos de informática instalados na Administração Pública Municipal;
- Análise e apresentação das configurações atualizadas dos equipamentos de informática nos processos abertos pela Prefeitura, gerando documento de despacho;
- Análise técnica nas aquisições dos diversos equipamentos de informática, para efeito de recebimento de mercadoria pela Prefeitura, gerando documento de despacho.

Divisão de Operação e Produção - DIOP



Vem desenvolvendo as atividades, conforme especificações das atribuições a seguir:

- Arquivar os Backup's dos equipamentos de informática pós-manutenção no período máximo de 30 dias consecutivos, encaminhados pela Divisões do DRTI, sendo o servidor utilizado para tal atividade o OCS (10.101.1.52);
- Operacionalizar e racionalizar as impressões de documentos, no qual está sendo realizado através de uma planilha de gerenciamento de impressões entregue semanalmente à Diretoria do Departamento;
- Acompanhar as instalações, reinstalações, atualizações, criações de usuários e senhas de todas as versões dos sistemas administrativos nos equipamentos pertinentes ao Parque de Informática desta Prefeitura;
- Dar suporte on-line via remoto, por telefone ou in-loco, para todos os chamados técnicos referentes aos sistemas administrativos instalados nesta Prefeitura;
- Analisar tecnicamente as configurações de hardwares e softwares novos, adquiridos através de licitação, registro de preço, doação e outras aquisições diversas, para efeito de recebimento de equipamentos pela Prefeitura, gerando parecer através de documentos despachos;
- Realizar a análise técnica de equipamentos pertencentes ao Parque de Informática desta Prefeitura, de forma a fornecer laudos e pareceres técnicos, no qual discriminará o estado de usabilidade do equipamento especificado, quando solicitado;

- Prestar suporte aos eventos realizados por esta Prefeitura, quando forem devidamente solicitados e programados com antecedência;
- Confeccionar os documentos oficiais de competência da Divisão, bem como auxiliar e prestar apoio, sempre que solicitado, à Divisão de Apoio à Informática (DIAI/DRTI) e Divisão de Suporte (DISU/DRTI), nas atividades pertinentes a estas divisões, além de desenvolver outras atividades correlatas.

Serviços: Os serviços foram distribuídos, conforme tabela abaixo.

SERVIÇO	TOTAL
Análise Técnica (Despachos)	149
Suporte Operacional aos Usuários Internos	126
Suporte Operacional aos Usuários Externos	281
Preventivos	185
Backup de Arquivos	259
Assessoria aos eventos Municipais	10
Assessoria aos Sistemas Administrativos	88
TOTAL	1098

*Fonte: SAUIN

Além das atividades listadas, a Divisão presta apoio técnico às divisões DIAI/DRTI e DISU/DRTI quanto aos chamados externos, internos, manutenção e configurações de micros e impressoras.

Conclusão: A equipe do DIOP/DRTI realizou as atividades e serviços com eficiência e responsabilidade, sendo que para todos os serviços obteve-se satisfação dos usuários atendidos.

Ação - Divisão de Redes e Conectividades - DIRC

Esta Divisão contribui administrando os recursos de tecnologia da informação de redes computacionais, bem como suporte e manutenção da mesma, com equipe de 9 (nove) profissionais, desempenhando as atividades e quantitativos relacionadas abaixo:

Relatório SAUIN

QUANTIDADE	PROBLEMA	ÁREA DE ATENDIMENTO
113	Conectividade	REDES
40	Configuração de rede	REDES
52	Acesso a Internet	REDES
66	Usuário no Domínio	REDES
21	Ponto de rede	REDES
33	Levantamento	REDES
34	Usuário para Internet	REDES
14	Configuração no Servidor	REDES
12	Análise Técnica	REDES
10	Sistema de Câmera	REDES
5	Compartilhamento	REDES
9	Arquivos no Domínio (Orca)	REDES
7	Instalação da Rede Lógica Interna	REDES
19	Acesso ao Spark	REDES
6	Liberação de Site(S)	REDES
4	Alteração de senha (Internet)	REDES
TOTAL		445

Além dos serviços destacados, esta Divisão atende às situações de rotina:

- Monitoramento de acesso dos usuários nas Unidades Administrativas, a comunicação da rede, uso indevido de contas de acesso por mais de um usuário e conteúdo indevido;
- Resolução de problemas de conectividades na rede interna (switch, roteador e Access Point) e configurações locais de rede nas máquinas (Sempla, I Conselho Tutelar, Semas-Bolsa Família, Semepe, Semagric, Semad, Semob, Semes, Funcultural, Semdestur, Semusb-Astec, Dito/Semad, Coordenadorias das Mulheres, Conselho Educação Semed, Rafael Vaz e Silva-Semusa, Semed, Semusa, Gabinete do Prefeito, Almoxarifado Semad e Semtran);
- Monitoramento de funcionamento e desempenho dos servidores de redes;
- 2 Servidores de Domínio, 1 de Web, 4 de Banco de dados, 1 de Firewall, 1 de Câmeras, 1 de Arquivos, 2 de Backup, 1 de Roteamento, 1 de Antivírus, 2 de Monitoramento, 2 de E-mail, 1 de VPN, 1 de WSUS e 2 de Virtualização;
- Rotinas de Backup diária, semanal e mensal com os microcomputadores servidores que possuem Banco de Dados ou arquivos de usuários;
- Gerenciamento das instalações de novos circuitos, mudança, reparo e cancelamento nas unidades de apoio que necessitam de acesso à internet;

- Gerenciamento e acompanhamento da instalação da rede de Fibra Ótica e rede wireless da Cidade Digital da Prefeitura Municipal de Porto Velho;
- Acompanhar e receber a instalação da rede de computadores nas unidades de Saúde: Maternidade, Manoel Amorim de Matos, Caladinho, Nova Floresta, Renato Medeiros, São Sebastião, Ana Adelaide, Ronaldo Aragão, Rafael Vaz e Silva, Centro de Referencia da Mulher, Aponiã, Ernandes Índio, Socialista, Mariana, José Adelino da Silva, Hamilton Gondin, Centro de Especialidades, Serviço de Atendimento Especiais – SAE, Areal da Floresta, Osvaldo Piana, Agenor de Carvalho e Pedacinho de Chão.



- Instalação, configuração e manutenção dos servidores de aplicação na área de Saúde, nas unidades: Farmácia Básica, Laboratório Central, Centro de Especialidades, José Adelino, Ana Adelaide, Manoel Amorim de Matos, Hamilton Gondin, Maternidade, Ronaldo Aragão, Mariana, Socialista e de Backup.



Projetos gerenciados com assessoramento no exercício de 2011, no âmbito da Secretaria Municipal de Administração.

Projetos e Ações

Rede de Fibra Óptica: Gerenciamento e acompanhamento da implantação de 35 km de fibra óptica compondo o “anel óptico” interligando 21 Unidades Administrativas (SEMAD, SEMFAZ, CGM, SEMTRAN, EMDUR, SEMPLA, SEMPRE, SEMEPE, SEMUSA, SEMED, SEMUSB, GABINETE DO PREFEITO, BIBLIOTECA FRANCISCO MEIRELES, SEMDESTUR, JUNTA MILITAR, SEMOB, BIBLIOTECA VIVEIRO DAS LETRAS, IPAM, MATERNIDADE MUNICIPAL, SAMU, SEMAS-BOLSA FAMÍLIA) e a Câmara Municipal em rede única e exclusiva. Esta rede de Fibra foi projetada estrategicamente para contemplar todas as sedes próprias do Município e as 4 torres projetadas a serem concluídas no exercício de 2012, para compor a rede wireless corporativa.

Rede Wireless:



Gerenciamento e acompanhamento da instalação de uma torre autoportante de 50m de altura no SAMU, interligando seis (06) Unidades Administrativas (PGM, SEMA, SEMES, SEMUR, SEMAGRIC e GRÁFICA/ALMOXARIFADO/DRL), com sedes localizadas fora do trajeto da fibra, através de um kit de acesso composto por rádios, switchs, racks e aterramento. No exercício de 2012, com a implantação de mais 3 (três) torres será possível interligar todas as unidades que não foram contempladas com a fibra, utilizando a tecnologia de rede de dados sem fio (Wireless).



Telefonia VOIP

Gerenciamento da implantação desta rede de dados (Fibra Óptica e Rede Wireless) será possível viabilizar a implantação da telefonia voip, tecnologia de comunicação que permite transmitir voz pela rede de dados (Voz sobre IP). Com a utilização desse sistema, a Prefeitura reduzirá em até 40% as despesas com telefonia. O processo para instalação da telefonia VOIP na Administração Municipal encontra-se em fase de elaboração do Edital, para ser licitado no primeiro trimestre de 2012.

Gerenciamento eletrônico de documentos

Elaboração de projeto para aquisição de Scanners, Equipamentos de Data Center (Servidores, Storages, Sistema de Backup).

Elaboração de projeto para aquisição de sistema de GED e mão de obra de digitalização de documentos.

Assinatura Digital:

Elaboração de projetos para aquisição de TOKENS e certificados de assinatura eletrônica de documentos.

Ação - Divisão de Desenvolvimento e Programação - DIDP



Estudos de viabilidade técnica na utilização de software livre, disponibilizado e sugerido pelo Portal do Software Público e sistemas específicos:

- Desenvolvimento do Controle da Frota - SCF (Semad)
- Manutenção do Fale com Prefeito - GAB/PREFEITO
- Sistema de Automação de Produtividades - PGM
- Desenvolvimento da Elaboração do PPA e Avaliação do PPA – SEMPLA
- Desenvolvimento do Site das Bacias Urbanas – SEMPLA; Desenvolvimento do Cadastro e Acompanhamento do Atendimento – SEMA; Desenvolvimento do Cadastro de Funcionários e cursos da FUNESCOLA; Desenvolvimento do Portal da PGM; Manutenção/Atualização do Portal da Prefeitura;
- Manutenção e criação de relatórios do SIJUM (Sist. de Inf. da Junta Médica)
- Desenvolvimento do Cadastro de Fornecedor – SEMAD
- Desenvolvimento da autenticação do Porto Velho On-Line - SEMAD
- Projeto Básico e - cidade

Porto Velho on-line

Gerenciamento da implantação da torre do SAMU, que possibilitou disponibilizar sinal de internet para aproximadamente 10% da população da área urbana do Município, em aproximadamente 10 (dez) bairros da capital (Embratel, Pedacinho de Chão, Agenor de Carvalho, Liberdade, São João Bosco, São Cristóvão, Nova Porto Velho e parte dos Bairros: Cohab, Nova Floresta e Caladinho), beneficiando aproximadamente 2.500 residências. O acesso gratuito vai contemplar inclusive praças, parques, escolas e prédios públicos da capital.

Elaboração e coordenação do projeto da terceira fase da Cidade Digital envolvendo recursos do Município e do Governo Federal. Nesta fase, está prevista a instalação de mais duas torres e mais oito pontos de acesso para a internet grátis da Prefeitura, 10 câmeras para monitoramento de trânsito e Telefonia IP.

E-Cidade (Sistema de Gestão Municipal em Software Livre):

Elaboração de projeto para implantação do Sistema de Gestão Municipal, baseado em software livre (código aberto) denominado e-Cidade.

Ação – DRTI livre

Substituir Suíte de Automação de Escritório Proprietário pelo BROffice.org, garantindo a interoperabilidade entre a sociedade e os governos Municipal, Estadual e Federal.

É uma ação para a adesão do Protocolo Brasília, assumindo o compromisso de utilizar o código ODF como padrão para armazenamento de documentos internos e troca de documentos com as demais organizações signatárias do protocolo, com o uso da suíte de escritório BrOffice.

Responsável: todas as divisões: DIDP, DIAI, DISU, DIOP, DIATE, SEMPLA, SEMPRE, SEMEPE, PGM, SEMA, SEMAGRIC, SEMUR, SEMOB, SEMTRAN, SEMES, IPAM e ENDUR.

Responsável: Divisão de Rede e Conectividades

Ação – DRTI Conectando: via rádio (rede sem fio wireless)

Realizar e completar a ligação da infovia municipal de comunicação de dados com todos os órgãos e Unidades Administrativas do Município, utilizando uma moderna rede através de wireless (via rádio digital) complementando os pontos que não foram atendidos pela rede de fibra óptica. Este projeto atenderá todas as Unidades Administrativas da área urbana da cidade.

Ação – DRTI Digital: Projeto Cidade Digital - PortoSinalNet

Atender a população da cidade de Porto Velho com a mais moderna tecnologia digital via rádio – Wireless, distribuindo sinal de acesso gratuito à Internet, entorno de onde serão instaladas torres de rádios wi-fi, conforme critérios estabelecidos pela Administração. Este projeto possui um link de 20 MB (MegaBytes) e o sinal que será socializado com a população terá frequência de 2,4 GHz (GigaHertz) e velocidade de 512 Kbps (kbytes por segundo).

Ação - DRTI Atendendo

Recebe e filtra, pelo SPARK, pessoalmente, por telefone e por e-mail, todos os chamados técnicos para suporte de microcomputadores e rede lógica;

Recebe todos os documentos administrativos, repassando à diretoria e distribuindo ou arquivando conforme despacho.

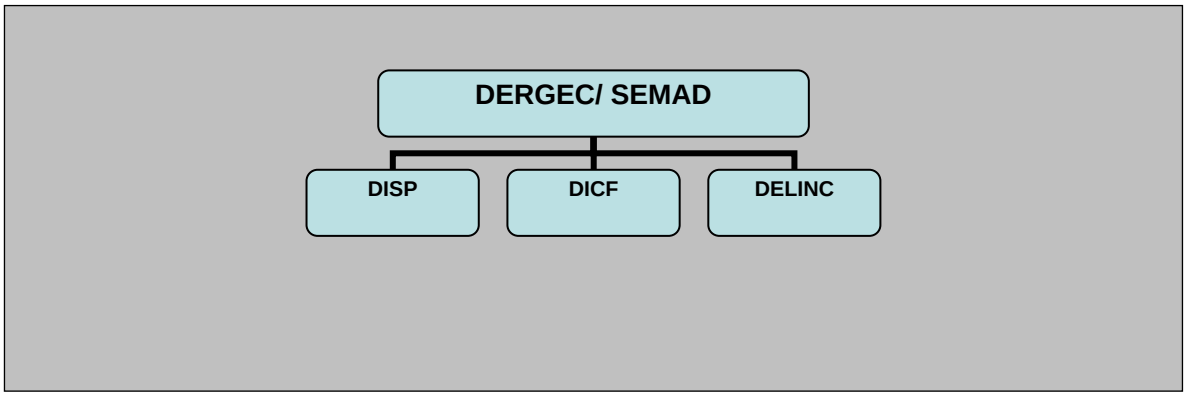
Recebe e despacha todos os equipamentos de informática que dão entrada no Departamento, para manutenção ou análise de especificação conforme processo.

Quadro-Resumo dos Projetos e Ações – 2011

PROJETO e AÇÕES	SITUAÇÃO	OBSERVAÇÃO
Rede Fibra óptica	Concluída	-
Rede Wireless	1ª Fase Concluída; Implantação da 2º Fase	-
Porto Velho online	1ª Fase Concluída; Implantação da 2º Fase	-
Telefonia Voip	Previsto para a 3º Fase.	2012
Servidor Inovador	Finalizado	-
Cadastro de Fornecedores	Em andamento	2012
Leilão Municipal	Finalizado	Análise da Prestação de Contas
Concurso Público	Em andamento	2012
Gerenciamento eletrônico de documentos	Projetos Prontos, Aguardando licitar	2012
Assinatura Digital	Elaboração de Projeto.	2012
Sistema e - Cidade em Software Livre	Projeto Concluído, aguardando a licitação	2012

Capítulo VI

Departamento de Recurso e Gerenciamento de Compras - DERGEC



Divisão de Suprimentos - DISP



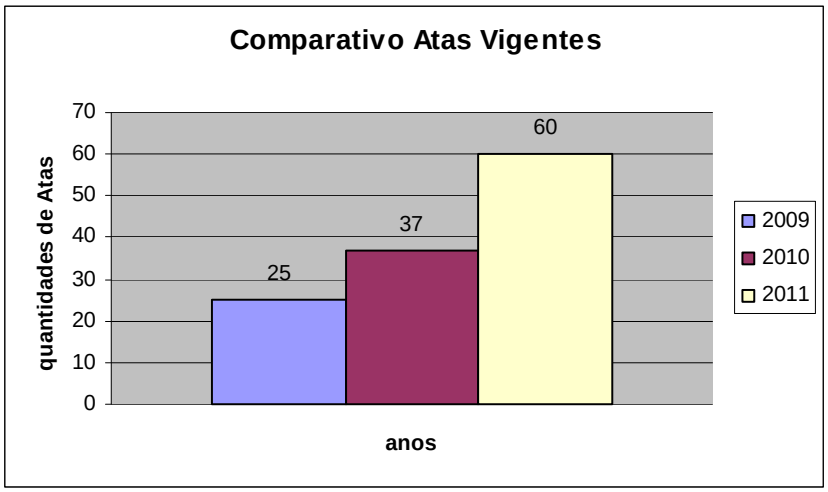
Está vinculada ao Departamento de Recursos e Gerenciamento de Compras – DERGEC e é responsável por manter em sistema adequado a aquisição dos materiais e serviços no âmbito da Prefeitura Municipal, além de supervisionar os serviços de aquisição de materiais permanentes e de consumo, realizar cotações de mercado e elaborar quadro comparativo de preços referente aos processos da SEMAD, verificando e atestando se os preços estão compatíveis com os praticados no mercado e se as empresas pertencem ao ramo de atividade; acompanha, controla e atualiza as Atas do SRP e as publica no Diário Oficial da União – DOU ou quando nelas houver alterações, gerencia todos os procedimentos relativos à carona no SRP; elabora e emite espelho de empenho e quadro demonstrativo dos processos do SRP e implanta procedimento administrativo de Registro de Preços.

A DISP, sendo hoje responsável pela Implantação e Gerenciamento da Atas de Registro de Preços no Município de Porto Velho, vem por meio deste relatório Demonstrar, através de gráficos, um comparativo e o aumento de SRP's implantados nos últimos exercícios, fazendo um comparativo entre as Atas Vigentes, SRP's Revogados e SRP's que serão implantados em 2012.

Considerando ainda o quantitativo de processos gerenciados, as informações serão visualizadas por Tabelas e Gráficos.

1. Comparativo de Atas Vigentes entre os exercícios de 2009, 2011 e 2011.

COMPARATIVO DE ATA VIGENTE		
Exercício de 2009	Exercício de 2010	Exercício de 2011
25	37	60
x	48%	62,16%
Obs: Houve um crescimento no quantitativo de Atas Vigentes em 48%, comparando o exercício de 2009 com relação a 2010. Houve um crescimento no quantitativo de Atas Vigentes em 62,16%, comparando o exercício de 2010 com relação a 2011.		



2. Atas que estão em licitação na Coordenadoria Municipal de Licitações - CML:

SRP'S NA LICITAÇÃO		
Item	N° do SRP	Objeto
1	032/2011	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO DE LABORATORIO N°01
2	033/2011	AQUISIÇÃO DE MATERIAL PENSO 01
3	036/2011	AQUISIÇÃO DE CASCALHO
4	037/2011	AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS 05
5	039/2011	AQUISIÇÃO DE PNEUS
6	040/2011	AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ZONA URBANA - NÃO PERECÍVEIS
7	041/2011	AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS ZONA URBANA (PERECIVEL).
8	043/2011	AQUISIÇÃO DE AGUA, CAFÉ, AÇUCAR E GAS.
9	044/2011	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA PARA AS ESCOLAS
10	046/2011	AQUISIÇÃO DE MAT. BASICO DE CONSTRUÇÃO SEMED
11	047/2011	AQUISIÇÃO DE TONER
12	048/2011	AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS 01
13	049/2011	AQUISIÇÃO DE CARTUCHOS
14	050/2011	AQUISIÇÃO DE CAMARAS DE AR E PROTETORES
15	051/2011	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE COPA E COZINHA PARA SEMED
16	052/2011	SERVIÇOS DE SOM, ILUMINAÇÃO E PALCO
17	053/2011	AQUISIÇÃO DE MOBILIARIO PARA AS ESCOLAS
18	054/2011	AQUISIÇÃO DE FAIXAS, BANNERS E FOLDERS CAMPANHAS SEMUSA
19	055/2011	AQUISIÇÃO DE VEICULOS
20	056/2011	AQUISIÇÃO DE CAMISETAS PARA CAMPANHAS SEMUSA
21	057/2011	AQUISIÇÃO DE MATERIAL PENSO ODONTOLOGICO N° 03
22	058/2011	AQUISIÇÃO DE MATERIAL PENSO ODONTOLOGICO N° 01
23	059/2011	AQUISIÇÃO DE TUBOS DE PVC
24	060/2011	AQUISIÇÃO DE MATERIAL PENSO ODONTOLOGICO N° 02

3. SRP's que estão em Procedimento de Implantação para o exercício de 2012.

SRP'S PARA O EXERCÍCIO DE 2012 JÁ ABERTOS	
Item	Objeto
1	AQUISIÇÃO DE MARMITEX (SEMUSB E SEMOB)
2	CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS
3	AQUISIÇÃO DE APARELHO DE ACADEMIA TERCEIRA IDADE
4	AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO
5	AQUISIÇÃO DE EPI'S
6	AQUISIÇÃO DE UNIFORMES
7	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ODONTOLOGICOS
8	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA AS ESCOLAS

9	SERVIÇOS DE TRANPORTE FLUVIAL
10	AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA AJARDINAMENTO
11	AQUISIÇÃO DE MATERIAL PENSO N° 02
12	AQUISIÇÃO DE MATERIAL PEDAGOGICO I
13	AQUISIÇÃO DE MATERIAL PEDAGOGICO II
14	AQUISIÇÃO DE TOKKENS (ASSINATURA DIGITAL)
15	SERVIÇOS DE GED (DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS)
16	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE LABORATORIO N° 02
17	AQUISIÇÃO DE KIT'S DE WIRELSS
18	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA
19	AQUISIÇÃO DE SUPRIMENTOS DE IMPRESSORA
20	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA
21	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS HOSPITALARES I - UPAS
22	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA - UPAS
23	AQUISIÇÃO DE AR – CONDICIONADO E CENTRAIS DE AR – UPAS
24	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOPSITALARES II - UPAS
25	AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS CIRURGICOS I – UPAS
26	AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS CIRURGICOS II – UPAS
27	AQUISIÇÃO DE MOBILIARIOS - UPAS
28	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ODONTOLOGICOS - UPAS
29	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE LABORATORIO – UPAS
30	AQUISIÇÃO COMBUSTIVEL (GAZOLINA E DIESEL)
31	AQUISIÇÃO DE MATERIAL PENSO Nº 03
32	AQUISIÇÃO DE MUDAS NATIVAS E FRUTIFERAS
33	AQUISIÇÃO DE MATERIAL BASICO DE CONSTRUÇÃO I
34	AQUISIÇÃO DE MATERIAL BASICO DE CONSTRUÇÃO II
35	AQUISIÇÃO DE PASSAGENS AEREAS
36	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE PINTURA DE PAREDE PARA AS ESCOLAS
37	AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA AS ESCOLAS
38	AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS Nº 02
39	AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE
40	AQUISIÇÃO DE AR CONDICIONADO E CENTRAIS DE AR - GERAL

4. Comparativo de Processos Gerenciados entre os exercícios de 2009 com 2011

COMPARATIVO DE PROCESSOS GERENCIADOS		
Exercício de 2009	Exercício de 2010	Exercício de 2011
364	556	685
X	52,75%	23,20%
Obs: Houve um crescimento no quantitativo de Processos Gerenciados em 52,75%, comparando o exercício de 2009 com relação a 2010. E houve um crescimento no quantitativo de Processos Gerenciados em 23,20%, comparando o exercício de 2010 com relação a 2011.		

Divisão de Cadastro de Fornecedores - DICF



Subordinada ao Departamento de Recursos e Gerenciamento de Compras - DERGEC, dentro de suas atribuições compete:

- Organizar o cadastro de fornecedores utilizado na Administração Pública Municipal;

- Cadastra as firmas participantes das licitações, bem como emissão de certidões de desempenho das pessoas físicas e jurídicas contratadas;

- Divulgar, no mínimo anualmente, através da imprensa oficial e de jornal diário, o chamamento público para atualização dos registros existentes e para ingresso de novos interessados;
- Atender os fornecedores e desempenhar outras atividades correlatas.

O objetivo é sempre manter organizado o cadastro de fornecedores e ter uma boa qualidade no atendimento aos fornecedores.

Quadro de atividades realizadas por esta Divisão de Cadastro de Fornecedores, durante o ano de 2011:

DESCRIÇÃO DE SERVIÇOS	QUANTIDADE
EMISSÃO DE CADASTRO DE FORNECEDORES	88
ATUALIZAÇÃO DE CADASTRO DE FORNECEDORES	81
RENOVAÇÃO DE CADASTRO DE FORNECEDORES	50
TOTAL	219

Quadro comparativo de atividades realizadas por esta Divisão de Cadastro de Fornecedores, entre 2009 e 2011:

DESCRIÇÃO DE SERVIÇOS	ANO			TOTAL 2009 a 2011
	2009	2010	2011	
	QUANT	QUANT	QUANT	QUANTIDADE
CADASTRO DE FORNECEDORES	150	96	88	334
ATUALIZAÇÃO DE CADASTRO	98	132	81	311
RENOVAÇÃO DE CADASTRO	48	65	50	163
TOTAL ANUAL	296	293	219	808

Ação para 2012: Cadastro de Fornecedores

Elaboração da minuta do regulamento (Decreto) que cria o cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal, com previsão para o início de 2012, cujo objetivo é cadastrar on-line as empresas fornecedoras do Município.

Divisão de Editais e Normas Licitatórias

Subordinada ao Departamento de Recursos e Gerenciamento de Compras – DERGEC, e tem como principal objetivo a elaboração das minutas de editais para a aprovação por parte da Procuradoria Geral do Município, conforme determina o Parágrafo único do art. 38 da Lei 8.666/93.

O Artigo 31 do Decreto Municipal nº. 11.550/2009, que aprova o regulamento da Secretaria Municipal de Administração – SEMAD, determina como competência da Divisão de Editais e Normas Licitatórias o que segue:

> *"Art. 31. À Divisão de Editais e Normas Licitatórias compete:*
> *I. Elaborar as minutas dos editais de todas as modalidades de licitações, para aprovação da Procuradoria Geral do Município – PGM;*
> *II. Manter um sistema adequado de modelos de editais de todas as modalidades de licitações, observando a legislação em vigor;*
> *III. Assessorar a Coordenadoria Municipal de Licitações em processos de compras e/ou serviços, bem como em recursos apresentados pelos licitantes;*
> *IV. Propor normas e regulamentos nos assuntos referentes à licitação, no que couber;*
> *V. Desempenhar outras atividades correlatas."*

Os antigos modelos de editais foram devidamente adequados no decorrer do ano de 2011, ficando à disposição dos servidores desta Divisão em uma pasta própria no sistema da Prefeitura, para facilitar a elaboração, sendo sempre que possível, atualizadas conforme as legislações pertinente à licitação.

Esta Divisão elaborou, no período de janeiro de 2009 a dezembro de 2011, um total de 1375 (mil trezentos e setenta e cinco) editais, sendo que em 2011 foram elaborados 481 (quatrocentos e oitenta e um), um pouco acima da média destes 3 (três) anos que é de 458 (quatrocentos e cinquenta e oito) editais, conforme quadro demonstrativo abaixo:

MODALIDADES	2009	2010	2011
CONCORRÊNCIA	13	18	17
TOMADA DE PREÇOS	08	28	56
CONVITE	173	79	21
PREGÃO PRESENCIAL			
SERVIÇOS	79	82	59
AQUISIÇÃO	44	65	16
PREGÃO PRESENCIAL EXCLUSIVO			
AQUISIÇÃO	00	11	25
SERVIÇOS	02	13	12
PREGÃO ELETRÔNICO			
AQUISIÇÃO	133	94	133
SERVIÇOS	02	01	76
SRP – PREGÃO ELETRÔNICO			
AQUISIÇÃO	12	10	51
SERVIÇOS	02	-	4
SRP – PREGÃO PRESENCIAL			
AQUISIÇÃO	15	28	10
SERVIÇOS	07	03	1
TOTAL	490	404	481

Vale ressaltar que neste ano de 2011 houve um relativo aumento na elaboração de editais de Pregão Eletrônico, tendo em vista o cumprimento de recomendações do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – TCER/RO (Decisões nº 197/2008 e a 254/2008) e Ministério Público de Contas do Estado de Rondônia (Notificação Recomendatória nº. 01/2011/PGMPC), em que estes recomendam a utilização da modalidade Pregão Eletrônico, ao invés do Pregão Presencial, por entender que se trata de mecanismo pelo qual é possível a obtenção de melhor proposta, em face dos princípios da economicidade e eficiência, além da observância da moralidade administrativa e do princípio da transparência na atuação administrativa, haja vista que qualquer cidadão tem acesso, via Internet, às contratações eletrônicas efetuadas.

Conclusão

Após relatar as ações desenvolvidas por esta Secretaria Municipal de Administração, a execução das atividades projetadas no aspecto orçamentário e financeiro foram executadas satisfatoriamente, tendo e vista que foram atingidos os objetivos, em conformidade com as metas físicas e financeiras realizadas.

Oportunamente, relatamos que todas as disfunções encontradas no exercício, no que dependeu desta equipe, foram sanadas ao longo do período, buscando aprimorar o planejamento desta SEMAD.

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO (PGM)

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO (PGM)

Apresentação

O presente relatório tem como objetivo a apresentação das atividades de Gestão pública da Procuradoria Geral do Município, criada pela Lei Orgânica do Município de Porto Velho assumindo por esta Lei a equivalência em termos de hierarquia de Secretaria. Cabendo, portanto a esta Secretaria representar os interesses do Município judicial e extrajudicialmente.

Compreenderá o relatório em pauta um demonstrativo geral quanto ao que se refere às atividades desenvolvidas por todas as Subprocuradorias, Divisões de apoio Técnico e Administrativo, Corregedoria Geral, Assessoria Técnica, Gabinete e demais setores que compõem as atividades desta PGM, discorrerá sobre ações relevantes realizadas durante o período de Janeiro a Dezembro do exercício de 2011, no sentido de pontuar ações de gestão significativas e que tiveram impacto no setor público, assim como quanto aos impactos e benefícios à população do município de Porto Velho.

Ressaltamos que todas as ações foram realizadas no sentido de modernizar, dinamizar e aperfeiçoar os serviços públicos municipais, desta forma prestar um atendimento de respeito e responsabilidade e eficiência aos nossos munícipes, dando apoio a todas as Secretarias em ordem judicial e administrativa, visando atingir as metas de governo estabelecidas para o exercício em comento.

Como ponto inicial, demonstramos a reestruturação física desta Procuradoria, para melhor compreensão e conhecimento de nossas dependências físicas e quadro de servidores.

Estrutura Organizacional

- Procuradoria geral
- Subprocuradoria geral adjunta
- Corregedoria
- Assessoria técnica
- Divisão de apoio administrativo
- Divisão de apoio tecnico
- Subprocuradoria contenciosa
- Subprocuradoria trabalhista
- Subprocuradoria fiscal
- Subprocuradoria de divida ativa
- Subprocuradoria administrativa
- Subprocuradoria de convênios e contratos
- Subprocuradoria de processo disciplinar
- Subprocuradoria fundiária
- Subprocuradoria de tecnica legislativa
- Subprocuradoria de meio ambiente

Números de Servidores Existentes

- ESTATUTÁRIOS – 96 SERVIDORES
- COMISSIONADOS – 04 SERVIDOR
- A DISPOSIÇÃO – 08 SERVIDORES
- TOTAL DE SERVIDORES – 108 SERVIDORES

Como segundo aspecto, passamos a demonstrar as atividades mais relevantes desenvolvidas pela Assessoria Técnica, Chefias de Apoio e protocolo, como se passa a demonstrar:

Atividades da Assessoria Técnica

Apresentamos por amostragem os dados concernentes às atividades desenvolvidas por esta Assessoria Técnica no decorrer do ano de 2011, que tem como responsável a Procuradora do Município, Dra Fátima Cristina Fernandes. Pontua-se que algumas atividades tais como: ofícios expedidos, memorandos expedidos, memorandos circulares expedidos, portarias, análise e parecer de processos administrativos, acompanhamento e elaboração de projetos institucionais, foram redigidos em parceria com a Chefia de Apoio Administrativo e Chefia de Apoio Técnico.

Ressalta-se, como atividade de rotina desta Assessoria a recepção de todos os documentos protocolados no Gabinete do Procurador Geral, analisando-os e procedendo “de ordem” o seu devido despacho ao setor ou secretaria pertinente, após apreciação do Procurador Geral ou Procurador Adjunto.

Inclui-se ainda, dentre as atividades, além das mencionadas o recebimento de todos os processos encaminhados ao gabinete com posterior encaminhamento destes a subprocuradoria responsável ou Secretaria competente, após o devido despacho junto ao Procurador Geral ou Procurador Adjunto, acompanhamento e controle do setor pessoal, divulgação de atividades pedagógicas tais como encaminhamento de servidores a cursos de formação profissional, elaboração de projetos de interesse do gabinete, convocação para reuniões junto ao Conselho de Procuradores, lotação e remoção de servidores, com anuência do Procurador Geral e designação de servidores para participar de reuniões pertinentes aos interesses desta Secretaria.

Como projeção dos documentos elaborados bem como dos recebidos nesta Assessoria Técnica no decorrer do ano em referência, apresentamos por amostragem os dados descritos abaixo, tendo como referência o dia 20 de dezembro de 2011, conforme segue:

- Ofícios expedidos: 707
- Ofícios circulares: 001
- Memorandos expedidos: 031
- Memorando circulares expedidos: 010

- Portarias: 035
- Informações: 002
- Pareceres: 045
- Processos Administrativos com entrada no órgão e tramitados: 4.441
- Documentos gerais recebidos no protocolo do gabinete: 5.546

Dentre os documentos recebidos destacamos os encaminhados pelo Ministério Público, Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, Tribunal Regional do Trabalho, Justiça Federal, Tribunal Regional Eleitoral, Defensoria Pública, Decretos do gabinete do Prefeito, Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, Ofícios Circulares, Ofícios e Memorandos de diversos órgãos ou Secretarias, Documentos diversos, Mandados de Intimação para pagamento, Requisições de Pequeno Valor e Mandados de Seqüestro, que após os devidos encaminhamentos e providências foram arquivados.

Acresça-se ainda o acompanhamento realizado das atividades desenvolvidas pelo protocolo geral da PGM, referente ao recebimento, lançamento e tramitação de processos, desenvolvidos no rol de entrada desta Procuradoria, perfazendo até o dia 30/12/2011 um total de 10.210 (dez mil, duzentos e dez) processos em trâmite nesta PGM, bem como as atividades concernentes ao protocolo do gabinete que executa o lançamento no livro de protocolo geral de todos os documentos encaminhados ao órgão, atendimento ao Procurador geral, Procurador Adjunto e Assessoria Técnica, encaminhamento de documentos às subprocuradorias pertinentes e demais setores que compõem o órgão, atendimento ao público externo e interno, atendimento de telefone e arquivamento de documentos em geral.

Atividades da Divisão apoio Técnico

As atividades desempenhadas pela Chefia de Apoio, que tem como responsável a servidora Andréia Lima, são desenvolvidas por deliberação da Assessora Técnica, bem aquelas requeridas ou determinadas pelo Procurador Geral ou Procurador Adjunto do Município.

No ano de 2011 a Chefia de Apoio Técnico realizou o planejamento do 1º Encontro de Procuradores do Município, culminando na elaboração do Projeto Básico e planilha de cotação de preço para a realização deste, acompanhando toda a execução das atividades que dizem respeito ao referido evento, ficando responsável por sua mobilização e divulgação ampla, tendo como exemplo a viagem realizada no mês de fevereiro do corrente ano ao interior do Estado, onde foram realizadas reuniões com a representação do Cone Sul, no Município de Vilhena, bem com a representação regional de Ji-Paraná que deliberaram pela realização do Encontro no Município de Porto Velho.

Acresça-se ainda, a elaboração de ofícios e participação de reuniões para a captação de recursos para realização do Encontro, via patrocínio junto ao Banco do Brasil, Santo Antônio Energia, Fundação Cultural, Associação de Procuradores de Porto Velho e Ji-Paraná e Energia Sustentável do Brasil e OAB. Destaca-se dentre as atividades apresentação do Projeto de realização do Encontro, a todos os procuradores, advogados e, ao Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional do Estado de Rondônia, realizada no gabinete desta Procuradoria.

Foram realizadas reuniões junto a Secretaria Municipal de Administração – SEMAD/Setor de Desenvolvimento – DRTI, para que seja elaborado site especifico para atender a Procuradoria Geral do Município e, conseqüentemente, viabilizar a inscrição do Encontro via Internet, planejamento do site, geração de boleto bancário, e acompanhamento de sua execução.

Nesse passo é de todo o oportuno mencionar a captação de recursos, via doação, junto a Associação de Procuradores Ji-Paraná para aquisição de 100 pastas executivas para o Encontro, assim como captação de recursos junto a Associação de Procuradores de Porto Velho para elaboração e reprodução da arte gráfica do Encontro. Salientamos, a realização de reuniões com empresas que atuam no ramo de ornamentação, Buffet e organização de eventos de modo geral, visando fazer o levantamento do melhor preço e, conseqüentemente, melhor serviço atendendo as necessidades para realização do evento referenciado, bem como o acompanhamento de todo o processo licitatório concernente a este.

Evidencia-se ainda a participação em reuniões junto ao gabinete do prefeito, Secretaria Municipal de Administração e Fundação Escola do Servidor Público Municipal de Porto Velho, elaboração de ofícios, memorandos e pareceres designados pela Assessoria Técnica. Realização de inscrições, acompanhamento e participação em cursos de capacitação profissional, ornamentação do mural geral da PGM, destacando os servidores que participaram de cursos ao longo do ano de 2010, mural de felicitações de feliz natal e ano novo, aquisição junto a Associação dos Procuradores de uma árvore de natal para o órgão, participação no evento natal para todos, como mamãe Noel.

Observa-se ainda a elaboração do projeto básico para a implantação e implementação do Centro de Estudos desta Procuradoria Geral do Município, onde consta aquisição de livros, revistas e periódicos relacionados a área jurídica, data show, câmera de fotografia digital, Notebooks, impressora, scanner, tela de projeção automática, mobiliário e layout do projeto arquitetônico do Centro, dentre outras aquisições.

Pontua-se que as atividades relacionadas em sua grande maioria foram realizadas em parceria com a Assessoria Técnica e Divisão de Apoio Administrativo.

Atividades da Divisão de apoio Administrativo

Este relatório apresenta de forma analítica e objetiva, a atuação da Divisão de Apoio Administrativo desta PGM, no sentido de alcançar o objetivo maior, conforme as metas estabelecidas para o exercício em referência, quais sejam: modernizar, dinamizar, aperfeiçoar, a atuação da PGM, como Órgão de Assessoria Jurídica, no âmbito do Município de Porto Velho. Dentre as atividades desenvolvidas destacamos:

Metas Realizadas neste Período de Janeiro a Dezembro/2011

Foram desenvolvidas pela Divisão de Apoio/ASTEC/PGM as seguintes atividades.

Aquisição de Material Permanente para Atender os Departamentos e Divisões da PGM

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	QUANT.	LOCALIZAÇÃO
05	**Central de Ar Condicionado de 48.000 BTUs**	**01**	**Gab. Proc Geral Adj**
06	**Frigobar com capacidade para 120 litros**	**03**	**Para atender as Unidades da PGM**
07	**MICROCOMPUTADOR DESKTOP-PROCESSADOR, MARCA MAESTRO**	**25**	**Para atender o PROJUDI-2ª VEF**
08	**IMPRESSORA LASER MONOCROMATICA, MARAC HP**	**05**	**Para atender as Unidades da PGM**
09	**IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL LASER MONOCROMATICA, MARCA SANSUNG**	**04**	**Para atender as Unidades da PGM**
10	**Central de Ar Condicionado de 18.000 BTUs**	**02**	**Para atender a Sub Proc Trabalhista**
11	**Cadeira Tipo Executivo com Braço**	**10**	**Para atender as Unidades da PGM**
12	**Mesa em madeira com 2 gavetas**	**10**	**Para atender as Unidades da PGM**
15	**Poltron tipo Presidente com braços**	**05**	**Para tender as Unidades da PGM**

Demonstrativo das Atividades Realizadas no Período

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE
01	Processos formalizados	630
02	Números de Xerox atendidas	138.000
03	Números de requisições atendidas de Material de Expediente e Material de Limpeza	2.800
04	Consumo de combustível	
	Gasolina	10.839
	Diesel	4.870
05	Número de Ofícios expedidos	215
06	Numero de Tramitação de Processo	655
07	Numero de Memorando Expedido	135
08	Numero de Portarias Expedidas	39
09	Numero de solicitação de serviços reparo	50
10	Numero de manutenções de Centrais de Ar Condicionados	02
11	Números de Equipamentos Adquiridos (Notebooks, Microcomputadores e impressoras	60
12	Números de reparos em impressoras	10
13	Números de transferências em ramais telefone	06
15	Numero de RPV (Requisição de Pequeno Valor)	156

Quadro Demonstrativo das Despesas Realizadas janeiro a dezembro/2011 valor anual Disponibilizado para as Despesas de Custeio R$ 1.239.000,00

Programa: 07 – apoio Administrativo Projeto/Atividade: 04.01.04.122.007.2.359-Administração da Unidade Elemento de Despesas – 3.3.90.14.99 – Diárias

ELEMENTO DE DESPESA	PROCESSO Nº	AÇÃO/ATIVIDADES	ORÇAMENTO ANUAL	EMPENHADO	VALOR REMANEJADO	SALDO ATUAL
3.3.90.14	-	Orçamento disponibilizado	**80.185,00**	80.185,00	-	ZERO

Programa: 07 – apoio Administrativo Projeto/Atividade: 04.01.04.122.007.2.359-Administração da Unidade Elemento de Despesas – 3.3.90.30.99-Material de Consumo

ELEMENTO DE DESPESA	PROCESSO Nº	AÇÃO/ATIVIDADES	ORÇAMENTO ANUAL	EMPENHADO	REMANEJADO	SALDO ATUAL
3.3.90.30		**Orçamento Disponibilizado**	**180.000,00**	180.000,00	-	ZERO

Programa: 07 – Apoio Administrativo Projeto/Atividade: 04.01.04.122.007.2.359-Administração da Unidade Elemento de Despesas – 3.3.90.33.99-Dessp com Locomoção E Passagens

ELEMENTO DE DESPESA	PROCESSO Nº	AÇÃO/ATIVIDADES	ORÇAMENTO ANUAL	EMPENHADO	REMANEJADO	SALDO ATUAL
3.3.90.33		**Orçamento Disponibilizado**	**52.500,00**	52.500,00	50.000,	ZERO

Programa: 07 – apoio Administrativo Projeto/Atividade: 04.01.04.122.007.2.359-Administração da Unidade Elemento de Despesas – 3.3.90.39.99-outros Serviços de TERC-PJ

ELEMENTO DE DESPESA	PROCESSO Nº	AÇÃO/ATIVIDADES	ORÇAMENTO ANUAL	EMPENHADO	REMANEJADO	SALDO ATUAL
3.3.90.39	-	Dotação Disponibilizada	**746.315,00**	746.315	312.000	ZERO

Programa: 07 – apoio Administrativo Projeto/Atividade: 04.01.04.122.007.2.359-Administração da Unidade Elemento de Despesas – 4.4.90.52.99-Material Permanente

ELEMENTO DE DESPESA	PROCESSO Nº	AÇÃO/ATIVIDADES	ORÇAMENTO ANUAL	EMPENHADO	REMANEJADO	SALDO ATUAL
4.4.90.52	-	Dotação Disponibilizada	**180.000,00**	180.000,00	-	ZERO

Programa: 000 – Encargos Especiais do Municipio Projeto/Atividade: 04.01.28.846.000.0.225-setenças judic precatório elemento de despesas – 3.1.90.91-outras sentenças

ELEMENTO DE DESPESA	PROCESSO Nº	AÇÃO/ATIVIDADES	ORÇAMENTO ANUAL	EMPENHADO	REMANEJADO	SALDO ATUAL
3.1.90.91	-	Dotação Disponibilizada	**503,00**	503,00	1.100,503,	ZERO

Programa: 000 – Encargos Especiais Do Municipio Projeto/Atividade:04.01.28.846.000.0.225-Setenças Judic Precatorio Elemento De Despesas – 3.3.90.91-Outras Sentenças

ELEMENTO DE DESPESA	PROCESSO Nº	AÇÃO/ATIVIDADES	ORÇAMENTO ANUAL	EMPENHADO	REMANEJADO	SALDO ATUAL
3.3.90.91	-	Dotação Disponibilizada	**6.849.436**	6.849.436,		ZERO
3.3.90.91	-	Precatório			6.849.436,	

Programa: 04.31 – Fundo Orçamentario Especial 084 – Apoio A Gestão Juridica Projeto/Atividade:04.31.02.061.084.2.259-Corrd E Manut Do Centro De Estudo Da Pgm Elemento De Despesas – 3.3.90.30 – 3.3.90.39 – 3.3.90.52

ELEMENTO DE DESPESA	PROCESSO Nº	AÇÃO/ATIVIDADES	ORÇAMENTO ANUAL	EMPENHADO	REMANEJADO	SALDO ATUAL
3.3.90.30	-	Dotação Disponibilizada	**100.00,00**	100.00,00		ZERO
3.3.90.36			**360.000,00**	360.000,00	350.000,00	zero
3.3.90.39		Dotação Disponibilizada	**50.000,00**	50.000,00	50.000,00	ZERO
4.4.90.52		Dotação Disponibilizada	**104.410,00**	104.410,00	104.410,00	ZERO

Novas Instalações

Visando a melhoria no atendimento ao público do Município de Porto Velho, a Procuradoria Geral, implementou a reforma do prédio situado na Av. Pinheiro Machado nº 1858 – Bairro São Cristóvão, realizando a ampliação de seus espaços físicos, além do remanejamento de móveis, equipamentos, pessoal, sem nenhum custo adicional para a Fazenda Municipal.

Ainda, buscando melhorar as condições do ambiente de trabalho das Unidades da PGM, foram adquiridos Materiais Permanentes (cadeiras, mesas, armários, frigobares, estantes, Computadores e Impressoras), bem como alguns serviços de reforma (pintura Geral: na Sub Procuradoria Trabalhista, Sub Procuradoria Administrativa, Salas do 2º e 3º Piso do Prédio onde funciona a 2ª VEF), incluindo a instalação de prateleiras no setor de apoio para acomodação do material de consumo, visando assim acompanhar melhor os controles de materiais para atender as Unidades da PGM.

Dos Recursos Humanos

Foram nomeados novos servidores (Técnicos Jurídicos e Assistentes Administrativo), onde foram implementados procedimentos para lotação deste pessoal para fins de melhor aproveitamento das condições operacionais de cada servidor conforme suas capacidades de adaptação em cada unidade da PGM.

Destacamos como terceiro aspecto relevante, as atividades desenvolvidas pelas Subprocuradorias, conforme quadro demonstrativo abaixo:

	SUBPROCURADORIAS											
	Contenciosa	Meio Ambiente.	Técnica Legislativa	Trabalhista	Fundiária	Fiscal	Convênios Contratos	Dívida Ativa	Administrativa	Processo Disciplinar	Corregedoria	TOTAL
Ação de Usucapião	50	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	50
Ações Judiciais	300	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	300
Alegações Finais	-	-	-	-	--	-	-	-	-	-	-	-
Audiências	60	3	-	313	-	-	-	-	-	-	-	376
Avaliação do Servidor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Agravo de Instrumento	-	-	-	37	-	-	-	-	-	-	--	37
Agravo Reg, Inter - TRT	-	-	-	5	-	-	-	-	-	-	-	5
Agravo de Petição	-	-	-	2	-	-	-	--	-	-	-	2
Ação Rescisória	35	-	-	-	-	-	-		-	-	-	35
Ata de deliberação	-	--	-	-	-	-	-	-	-	37	-	37
Atestado médico recebido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14	14
Carta de Intimação/Mandados de intimação	50	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	51
CDA's Cobrança Judicial	--	-	-	-	-	-	-	1.981	-	-	-	1.981
Certidão	-	-	-	-	-			-	-	58	-	71
Ciência de Sentenças	-	-	-	13	-	-	-	-	-	-	-	13
Citação	50	-	-	-	-	-	-	--	-	36	-	86
Cumprimento de Sentença	-	48	-	-	-	-	-	-	-	-	-	48
Contestação	1.300	4	-	241	-	25	-	-	-	-	-	1.570
Contra Razões de Recursos	1.300	-	-	1	-	24	-	-	--	-	-	1.325
Contratos	-	-	-	-	-	-	204	-	-	-	-	204
Convênios	-	-	-	-	-	-	130	-	-	-	-	130
Convocação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	--	-	-
Decreto	-	-	49	-	-	-	-	-	-	-	-	49

Decreto recebido	-	-	-	-	-	-	--	-	-	-	12	12
Despachos	-	-	110	59	3.711	908	300	-	557	141	-	5.786
Depoimentos (Oitiva)	--	-	-	-	-	-	-	-	-	378	-	378
Edital de Chamada	--	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	2
Embargos a execução	-	-	-	30	-	-	-	-	-	-	-	30
Embargos declaratórios	-	-	-	18	-	-	-	-	-	-	-	18
Exec. a sentença	-	-	-	-	-	-	-	--	-	-	-	-
Extratos e Memorandos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Formulário de alteração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	4
Impugnação a Contestação	-	-	-	-	-	191	-	-	-	-	-	191
Impugnação aos Embargos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Informação em M/S	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Informações fundamentadas	-	99	-	39	34	-	2	-	3	21	2	200
Julgamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	57	57
Mandado de Segurança	60	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	61
Mandado de sequestro	-	-	-	123	-	-	-	-	-	-	-	123
Mandado de Intimação	60	-	-	37	-	-	-	-	-	-	2	99
Mandado de citação	150	-	-	143	-	-	-	-	-	-	-	293
Mandado de Bloqueio e levantamento	-	-	-	7	-	-	-	-	-	-	-	7
Mensagem de lei	-	-	86	-	-	-	-	-	-	-	-	86
Notificações	-	-	-	9	-		-	-	-	1274	22	1.305
Pareceres	-	6	89	360	2.096	1.778	364	647	1.427	96	15	6.878
Parecere Médico	-	-	-	-	-	--	-	-	-	-	2	2
Petições Iniciais	--	-	-	-	-	1	-	304	-	-	-	305
Petições Interlocutórias	-	535	-	174	-	12.043	-	-	-	-	-	12.752
Precatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24	24
Portarias	-	-	-	2	-	-	-	-	-	177	30-	209
Processos (entrada)	-	-	213	501	3.602	7.779	3.940	-	3.940	280	100	20.355
Processos (saída)	-	-	213	419	3.711	12.395	3.800	-	3.900	167	-	24.605
Processos instaurados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	63	-	63
Processos aguardando manifestação	30	-	3	-	-	439	-	-	-	-	-	472
Processos aguardando resposta ofício	-	-	-	-	-	232		-	-	-	-	232
Produtividade Recebida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	--	698	698
Projeto de Lei do Executivo Municipal	-	-	69	-	-	-	-	-	-	-	-	69
Projeto de Lei de autoria da Câmara Municipal	-	-	66	-	-	-	-	--	-	-	-	66
PROJUDI - Enteada	-	-	-	-	-	10.025	-	-	-	-	-	10.025

PROJUDI - aguardando manifestação	-	-	-	-	-	5.696	-	--	-	-	-	5.696
PROJUDI - SAIDAS	-	-	-	-	-	4.329	-	-	-	-	-	4329
PROCESSOS ADM RECEBIDOS	20	-	-	-	-	2.603	-	5.816	-	-	-	8439
PROCESSOS ADM SAÍDA	-	-	-	-	-	2.686	-	1.221	-	-	-	3.907
Processos formalizados	--	-	-	-	-	-	-	-	-	--	-	-
Processo de Execução para manifestação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Razões Just. ao TCER	-	-	-	-	-	-	-	--	-	-	-	-
Recurso para Tribunais Superiores	-	-	-	18	-	--	-	--	-	-	--	18
Recurso Extraordinário - STF	-	-	-	6	-	-	-	-	-	-	-	6
Recursos	5	2	-	88	-	112	-	-	-	-	-	207
Recurso de Revista	-	-	-	46	-	-	-	-	-	-	-	46
Relatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	37	4	41
Requerimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	54	54
RPV	--		-	44	-	-	-	--	-	-	-	44
Termos de Compromisso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	54	-	54
Termo de Instalação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	58	--	58
Termo de encerramento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	35	-	35
Termo de indiciamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14	-	14
Termo de não comparecimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	50	-	50
Termo de juntada	-	-	-	-	-	-	-	-	--	13	-	13
Termos de Cooperação Técnica	-	-	-	-	-	-	11	-	-	-	-	11
Termo de Permissão de uso	-	-	-	-	-	-	184	-	-	-	-	184
Rol de Contratos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Considerações Finais

Como se pode verificar e analisar dos dados e informações referenciadas neste relatório, muito se fez ao longo do ano de 2011, visando desta forma atender as necessidades organizacionais desta Procuradoria Geral de maneira que os resultados obtidos venham a coadunar com o plano de governo do Executivo Municipal, e,conseqüente, aprimoramento dos serviços prestados à sociedade em geral.

Várias outras ações foram realizadas, mas nos atemos no momento àquelas que maior impacto nos trouxe em atendimento às necessidades desta Secretaria durante o exercício de 2011.

Podemos afirmar que muito do que conseguimos concretizar se deu, principalmente, pelo espírito de equipe e parceria manifesta ao longo do corrente ano, pelos servidores que compõem a equipe de trabalho desta Secretaria, que direta ou indiretamente, colaboraram para alcançarmos os fins colimados por esta Gestão, onde se destaca a atuação do Procurador Geral, Mario Jonas Freitas Guterres e do Procurador Geral Adjunto, Moacir de Souza Magalhães. Atividades, experiências e resultados que certamente são de vital importância para nortear nossas ações a serem programadas e desenvolvidas durante o exercício de 2012.

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO (CGM)

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO (CGM)

Apresentação

A Controladoria Geral do Município – CGM, Órgão central de controle interno da Administração Municipal, considerando as novas demandas surgidas em decorrência dos Convênios viabilizadas pela Administração Municipal junto ao Governo Federal e imbuída e consciente de seu papel na formação e consolidação de um aparelho de estado moderno e comprometido com a prestação de serviços públicos de qualidade, relata as áreas de atuação desenvolvidas no ano de 2008.

Para tanto, seguiram-se, além das competências estabelecidas conforme Constituição Federal de 1988, Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Federal nº 101/2000, Decreto nº 9693/2005 compete o desempenho das funções previstas no art. 74 da Lei Orgânica do Município, nas Leis Complementares Municipais nºs 54/95 e 125/01, as Normas Brasileiras para o Exercício da Auditoria Interna editadas pelo Instituto dos Auditores Internos do Brasil[1][3], as quais dispõem que um dos princípios básicos da atividade de Auditoria diz respeito à fixação das prioridades baseadas no nível de risco e seu potencial de influência nos resultados dos exames e que esses fatores devem ser considerados na fase de planejamento dos trabalhos.

Nesse sentido, o conceito de risco empregado pela Controladoria Geral do Município para definição das áreas de atuação no ano de 2008, fundamentou-se na capacidade de avaliação do potencial de perda, oriundo da probabilidade de ocorrência de erro, ineficiência, ineficácia, gestão anti-econômica, ilegalidade, desvio de objetivos estratégicos e operacionais, e ainda de ocorrências que exijam a ação coordenada do Controle Interno conforme suas atribuições regimentais.

[3] INSTITUTO DOS AUDITORES INTERNOS DO BRASIL – Normas Brasileiras para o Exercício da Auditoria Interna, São Paulo, Instituto dos Auditores Internos do Brasil, 2º edição 1992, p. 65.

Ademais, entendeu-se que a utilização da análise sob a condição de risco propiciará á C.G.M concentrar mais esforços em áreas auditáveis mais significativas, alocar de forma mais eficaz os recursos existentes, particularmente os de pessoal, além de oferecer indicativos de prioridades que servem de suporte à tomada de decisão sobre que ações devem ser realizadas, tornando-se, ainda, um dos importantes instrumentos para a execução dos Programas de Governo da Administração Municipal.

Em síntese, a análise de risco consiste, sob o enfoque técnico e metodológico, em estimar-se um índice de avaliação correspondente a uma classificação associada a cada Secretaria auditada pela Controladoria Geral; sua utilização direciona-se à atuação do Órgão de Controle Interno a concentrar-se em áreas mais significativas, onde a alocação de recursos é mais intensa, fornecendo o suporte requerido para a tomada de decisões de planejamento com efetividade, na definição do escopo, frequência e cronograma dos trabalhos e garante uma razoável uniformidade de tratamento a ser dado pelas unidades de auditoria aos diversos órgãos do Poder Executivo Municipal.

A diretriz de atuação ocorreu no sentido de desenvolver as atividades com vistas a disseminação de um política de controle interno, como suporte e salvaguarda à Administração e aos Gestores, principalmente no momento de mudanças por que passa a Administração Pública, a fim de promover a evolução de suas práticas, visando o melhor atendimento às Políticas Públicas previstas

Quadro de Servidores da Controladoria Geral

Atualmente o quadro de servidores da Controladoria Geral do Município apresenta-se constituído da seguinte forma, tendo em vista que existem servidores cedidos a outras Secretarias/Órgãos em decorrência da significativa qualificação do corpo técnico da C.G. M nas áreas de Controle, Jurídica, Planejamento, Administração e Gestão:

Relação de Servidores Estatutário Auditores

Cad.	Nome	Cargo e Formação Acadêmica
144254	Ana Neila Albuquerque Rivero	Auditora (Administração, Advogada, Pós-graduação em Direito Tributário e cursando Pós-graduação em Direito Ambiental e Urbanístico)
144296	Cricélia Fróes Simões	Auditora (Ciências Contábeis e Advogada e cursando Pós-graduação em Direito Público)
206468	Eliana Ramos Nogueira	Auditora (Ciências Contábeis e Pós-graduação em Administração Pública)
206434	Eudes Fonseca da Silva	Auditor (Ciências Contábeis)
144246	Jeoval Batista da Silva	Auditor (Ciências Contábeis, cursando Direito)
206450	Maria Auxiliadora A. de O. Monteiro	Auditora (Direito)
142563	Sérgio Luiz Pacífico	Auditor (Ciências Contábeis e Bacharel em Direito)
144288	Sueleide Cristina M. Rodrigues	Auditora (Ciências Contábeis e Pós-Graduação Metodologia de Ensino Superior)
130295	Teodoro Lazuta	Auditor (Administração, cursando mestrado em Administração)
206476	Zenildo Alves Santos de Carvalho	Auditor (Ciências Contábeis)
130302	Waldery Nogueira de Lima	Auditora (Ciências Contábeis e Pós-graduação em Metodologia de Ensino Superior e cursando Pós-graduação em Direito Público)

Relação de Servidores Estatutários Técnico de Controle Interno

Cad.	Nome	Cargo e Formação Acadêmica
224402	João Batista Gomes	Técnico de Controle Interno (Engenharia)
206400	Louise Fernanda Oliveira A. Gomes	Técnico de Controle Interno (Administração)
227844	Milton Porfírio Alves	Técnico de Controle Interno (Psicólogo e Bacharel em Direito)
224410	Nilson Morais de Lima	Técnico de Controle Interno (Economia e Pós Graduação em Controladoria Institucional)
224428	Sérgio Ocampo Fernandes	Técnico de Controle Interno (Direito e Pós Graduação do Ensino Superior)
209488	Waldelino dos Santos Barros	Técnico de Controle Interno (Advogado)

Relação de Servidores Estatutários Assistente de Controle Interno

Cad.	Nome	Cargo e Formação Acadêmica
160391	Antônio Oliveira da Silva	Assistente de Controle Interno (Bacharel em Ciências Contábeis)
160408	Luiz Mário de Freitas Santiago	Assistente de Controle Interno (Bacharel em Ciências Contábeis)
206418	Gudmar Neves Rita	Assistente de Controle Interno (Administração)
160432	Samuel Jorge da Costa	Assistente de Controle Interno (Bacharel em Ciências Contábeis e Administração, Pós-graduação em Gestão em Controladoria Financeira)
50485	Manoel Jesus do Nascimento	Assistente de Controle Interno (Ciências Contábeis – Cursando)
51011	Marcelo da Silva Gomes	Assistente de Controle Interno (Tecnólogo em Sistemas Elétricos)
50675	Maria Das Dores de M. Taveira	Assistente de Controle Interno (Administração)

Servidores da Cgm Cedidos a Outrso Órgãos para Desempenho de Cargos Comissionados de Direção Direta – Cedidos ate 31.12.10

Cad	Nome	Cargo e Formação Acadêmica	Cargo
130287	Luciano dos Santos Guimarães	Auditor (Administração, cursando Direito)	Secretário Adjunto da Secretaria de Planejamento do Governo do Estado - SEPLAN/RO
206360	Maria Auxiliadora P. Pacheco	Auditora (Ciências Contábeis)	Controladora Geral da Câmara Municipal de Porto Velho
144262	Boris Alexander Gonçalves de Souza	Auditor (Ciências Contábeis, Advogado, Perito Judicial),	Assessor Técnico da SEMPLA
188517	Erivaldo de Souza Almeida	Auditor (Ciências Contábeis)	Secretário Municipal Adjunto de Educação
206393	Ambrózio Reis de Oliveira	Técnico de Controle Interno (Licenciatura em Matemática e Advogado)	Diretor do Depto Rec. Humanos - SEMAD
224717	Dilma Gomes da Costa	Técnico de Controle Interno (Administração e Bacharel em Direito)	Chefe da Div. De Cadastro/DRH/SEMAD

Relação de Servidores Estatutários Contadores

Cad.	Nome	Cargo e Formação Acadêmica
7692	Adwillame Geoegeton Fernandes Lima	Contador – Bacharel em Ciências Contábeis
6660	Dácio Rufino Dantas de Figueiredo	Contador – Bacharel em Ciências Contábeis
204131	Elizia Rosa de Luna	Contadora – Bacharel em Ciências Contábeis
7593	Fábio Vieira Ferreira	Contador – Bacharel em Ciências Contábeis
8913	Lílian Nogueira de Lima	Contadora – Bacharel em Ciências Contábeis
229990	Morys Albert de Oliveira Santos	Contador – Bacharel em Ciências Contábeis
32227	Rita Ferreira de Lima	Contadora – Bacharel em Ciências Contábeis
204066	Luiz Henrique Gonçalves	Contador – Bacharel em Ciências Contábeis e Direito
7642	Jonas da Silva Gomes	Contador – Bacharel em Ciências Contábeis

Relação de Servidores Estatutários Técnicos de Nível Superior e Técnicos de Contabilidade

Cad.	Nome	Cargo e Formação Acadêmica
165350	Maria de Fátima F. Nunes	Técnico de Nível Superior - Contadora
335457	João Batista Chaves Capoucho	Técnico Nível Médio em Contabilidade

Relação dos Servidores Comissionados

Cad.	Nome	Cargo e Formação Acadêmica
49694	Claudean Souza Costa	Assessor Executivo
98485	Cleivanete Soares de Lira	Secretária Executiva
233643	Francineide de Souza Costa	Chefe de Divisão
67828	Maria de Jesus dos S. Souza	Chefe de Assessoria Técnica (Licenciatura em Pedagogia)
207606	Maria Gomes de Carvalho	Chefe de Divisão

Relação dos Estagiários

Nome	Curso e Período
Cleidiane Roca de Sousa	Ciências Contábeis – 3° Período
Claudean Souza Costa	Administração de Empresas – 6° Período
Débora Suzana Companhoni M. de Moura	Ciências Econômicas – 2° Período
Hugo Marques Monteiro	Arquitetura – 6º Período
Jair Claudio Carvalho de Jesus	Administração – 3° Período
Jonathan de Paula Santos	Ciências Contábeis – 4° Período
Larissa A. de Araújo Lima	Direito – 9º Período
Leonardo Alencar de Moura	Direito – 9° Período
Mariza Amanda Marinho do Nascimento	Administração de Empresas – 4° Período
Suelen Oliveira Martins	Administração Geral – 5º Período

Atividades Realizadas

Com o objetivo de acompanhar e fiscalizar a regular aplicação dos recursos públicos e guarda de bens e direito do Município em cumprimento às legislações pertinentes e atender ao artigo 11, inciso V, da Instrução Normativa nº 13/TCER – 2004, a Controladoria Geral do Município de Porto Velho – C.G.M, apresenta o Relatório Consolidado Anual de Atividades de Controle Interno, desenvolvidas no período de Janeiro a Dezembro de 2011 no Poder Executivo do Município de Porto Velho, conforme se relata:

Supervisão da Elaboração da Prestação de Contas anual Consolidada do Município

O Gabinete da Controladora Geral efetuou no período de janeiro a março de 2011 a supervisão dos trabalhos técnicos do Departamento de Contabilidade referente ao Encerramento do Exercício Financeiro de 2010 e a elaboração da Prestação de Contas anual consolidada do Município, em conformidade com a Lei 4.320/64 e o

Decreto nº 11.793/10, que estabeleceu normas e procedimentos a serem adotados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, para o encerramento do exercício financeiro de 2010.

Apoio ao Controle Externo

A CGM, órgão Central de Controle Interno do Município, em cumprimento à missão constitucional estabelecida no artigo 74 da Constituição Federal, executou as seguintes atividades de apoio ao controle externo, conforme atuação através dos Gabinetes da Controladora Geral, da Controladora Geral Adjunta e da Assessoria Técnica:

Ofício nº 006/GAB/CGM à SEMED - Solicita Parecer do Conselho do FUNDEB, ano 2009, enviado para o TCER, para subsidiar a defesa da prestação de contas do município, exercício 2009;

Ofício nº 008/GAB/CGM à SEMPRE - solicita cópia do processo nº 20.00051/2010 (construção de banheiro público na praça Jardim das Mangueiras), para atender demanda do Ministério Público, visando instruir PIP nº 2010001060004044;

Ofício nº 009/GAB/CGM à SEMPLA - solicitando o encaminhamento de cópia dos procedimentos de despesas referentes ao aporte de verbas públicas para a Fundação Municipal de Cultura IARIPUNA, relativos aos anos de 2008, 2009 e 2010, para atender ao MP-RO;

Ofício nº 010/GAB/CGM à IARIPUNA - informando que fora instaurado Procedimento de Investigação Preliminar nº 2010001060003952, referente ao aporte de verbas públicas para a Fundação Municipal de Cultura IARIPUNA, relativos aos anos de 2008, 2009 e 2010.

Ofício nº 011/GAB/CGM à SEMA - solicita processo nº 16.00107/2010 e 16.00716/2010 para atender Ministério Público, referente ao Procedimento Investigatório nº 2011001060000063, solicitando o encaminhamento de cópias dos processos de despesas relativos aos serviços da empresa R. DAMASCENO SA SILVA E SILVA LTDA-ME;

Ofício nº 012/GAB/CGM à PGM - solicita processo nº 04.01172/2010 para atender Ministério Público, referente ao Procedimento Investigatório nº 2011001060000063, solicitando o encaminhamento de cópias dos processos de despesas relativos aos serviços da empresa R. DAMASCENO SA SILVA E SILVA LTDA-ME

Ofício Circular nº 003/GAB/CGM às Secretarias - Convênios: Providências a serem adotadas pelas Secretarias Municipais quanto a Inadimplência da Prestação de Contas de Convênios;

Ofício nº 013/GAB/CGM ao MP-RO - Resposta ao Ofício nº 018/2011-2ªTit5ªPJ, referente ao Procedimento Investigatório nº 2011001060000063, encaminhando cópias dos processos nº 04.01304/2010, 16.00107/2010, 16.00716/2010, 04.01172/2010;

Ofício nº 015/GAB/CGM à SEMAS - Devolução do Processo nº 12.00034/2010, que se encontrava no Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, objetivando instruir os autos nº 3840/10/TCE-RO;

Ofício nº 017/GAB/CGM à SEMA - Devolução dos Processos nºs 16.00107/2010 e 16.00716/2010, solicitado pelo MP-RO para subsidiar o Procedimento Investigatório nº 2011001060000063;

Ofício nº 018/GAB/CGM à IARIPUNA - Solicita Relação de Convênios que estejam inadimplentes com a Prestação de Contas 2005 A 2010;

Ofício nº 019/GAB/CGM à SEMUSB - encaminha cópia da Ata de Audiência de Conciliação e Relatório de movimentos do processo (Processo nº 0023351-64.2010.822.0001), para conhecimento);

Ofício nº 020/GAB/CGM ao Prefeito - encaminha cópia da Ata de Audiência de Conciliação e Relatório de movimentos do processo (Processo nº 0023351-64.2010.822.0001), para conhecimento);

Ofício Circular nº 004/GAB/CGM às Secretarias - RECOMENDAÇÃO: Exigência de Garantia nos Contratos Administrativos do Município de Porto Velho;

Ofício nº 023/GAB/CGM à SEMOB - Esclarecimentos quanto a Prestação de Contas do Convênio nº 1981-06 não aprovada pela FUNASA;

Ofício nº024/GAB/CGM à IARUIPUNA - Resposta ao Ofício nº 20/GAB/FUNDAÇÃO/2011, referente a Relação de Convênios inadimplentes com Prestação de Contas;

Autuação do Processo nº 03.0007/2011 - Convenios: Relação de Convênios Inadimplentes com a Prestação de Contas;

Parecer nº 004/ASTEC/CGM/2011, referente ao processo nº 03.00004/2011 - Adesão à Ata de Registro de Preço nº 75/2010/TJMA; Ofício nº 022/GAB/CGM à Nissey Motors- Consulta Adesão ao Pregão Eletrônico nº 42/2010, através da Ata de Registro de Preço nº 75/2010 instituída pelo Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão - Aquisição de 02 veículos;

Ofício nº 025/GAB/CGM à SEMPLA - Resposta ao Ofício nº 77-GAB-SEMPLA-CMO, referente aos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária e Gestão Fiscal;

Ofício nº 027/GAB/CGM ao Ministério Público - Resposta ao Ofício nº 028/2011-2ªTit5ªPJ, referente ao Procedimento Investigatório nº 2010001060003974, informando o não atendimento pela SEMDESTUR quanto ao envio do processo nº 17.0055/2006 para atender o MP; Termo de Deliberação - Aquisição de Veículo;

Ofício Circular nº 005/GAB/CGM - Comunicado de Inadimplência Trabalhista e Previdenciária da FERON; Minuta do Anexo I - Tabela de Diárias do Decreto nº 10.648/2007;

Oficio nº 033/GAB/CGM ao Prefeito - Minuta do Anexo I do Decreto nº 10.648, de 09 de abril de 2007 – Reajuste da Tabela de Diárias;

Ofício Circular nº 006/GAB/CGM - DIÁRIAS: Providências a serem adotadas pelas Secretarias Municipais quanto a Inadimplência da Prestação de Contas de Diárias;

Ofício nº 035/GAB/CGM à PGM - encaminha cópia do Acórdão nº 119/2010-PLENO, para conhecimento; Autuação do Processo nº 03.00017/2011 - Diàrias: Inadimplência com a Prestação de Contas de Diárias;

Ofício nº 036/GAB/CGM à SEMAD - alerta ao contido no item III do Acórdão 177-2010-pleno, encaminhando cópia da decisão;

Memorando nº 001/GAB/CGM a todos os Departamentos e Gab. Adjunto - Decreto nº 11.967, de 07 de fevereiro de 2011 – Altera o Anexo I do Decreto nº 10.648, de 09 de abril de 2007; Ofício circular nº 008/GAB/CGM - Decreto nº 11.967, de 07 de fevereiro de 2011 – Altera o Anexo I do Decreto nº 10.648, de 09 de abril de 2007; Ofício Circular nº009/GAB/CGM - Cumprimento da determinação do item IV do Memorando nº415/2010/GCVCS, proferido nos autos do processo nº 0693/2008-TCE-RO; Memorando nº 002/GAB/CGM ao DCS - Cumprimento da determinação do item IV do Memorando nº415/2010/GCVCS, proferido nos autos do processo nº 0693/2008-TCE-RO;

Ofício nº 042/GAB/CGM à SEMAD - Relatório de Visita Técnica; Ofício nº 043/GAB/CGM à SEMPLA - Relatório de Visita Técnica; Ofício nº 044/GAB/CGM à SEMFAZ - Relatório de Visita Técnica; Ofício nº 045/GAB/CGM à PGM - Relatório de Visita Técnica; Ofício nº 046/GAB/CGM à GABINETE PREFEITO - Relatório de Visita Técnica; Memorando nº 003/GAB/CGM ao DEC - Relatório de Visita Técnica – Projeto de Viabilidade de Adoção de Software Aberto, Projeto e-cidade, e-nota e e-iss;

Ofício nº 047/GAB/CGM à EMDUR - Reitera Ofício Circular nº 003/GAB/CGM e ALERTA quanto aos Convênios de Iluminação Pública e Iluminação Natalina;

Ofício nº 050/GAB/CGM ao CREA - Resposta ao Ofício nº 052-2011-DEFIS-PRES-CREA-RO, informando não haver cargo de e engenheiro, arquiteto ou agrônomo na controladoria, bem como não possui prestadores de serviços em tais áreas;

Ofício nº 051/GAB/CGM à SEMUSA - Ciência quanto ao teor do Ofício nº 0665/DIFP/CMRH/GAB/SEMAD, de 28/02/2011 e Alerta quanto ao cumprimento da Lei Complementar nº 385/2010;

Ofício nº 058/GAB/CGM à SEMAD - Alerta quanto ao Cumprimento do disposto no item II da Decisão nº 008/2011-2ª CM, expedida pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia;

Memorando nº 005/GAB/CGM ao DCS - Conhecimento do disposto no item II da Decisão nº 008/2011-2ª CM, expedida pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia; Ofício nº 059/GAB/CGM à MARQUISE - Conhecimento da Decisão nº 028/2011, proferida nos autos nº3021/2010 pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia;

Ofício nº 060/GAB/CGM à SEMAD - Conhecimento da Decisão nº 028/2011, proferida nos autos nº3021/2010 pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia;

Ofício nº 061/GAB/CGM à SEMUSB - Conhecimento da Decisão nº 028/2011, proferida nos autos nº3021/2010 pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia;

Ofício nº 064/GAB/CGM à SEMAD - Encaminha Decreto Estadual nº 14.698, de 05 de novembro de 2009, para conhecimento e embasamento para aplicação na Administração Municipal;

Ofício nº 065/GAB/CGM à EMDUR - Solicita documentos para subsidiar a Prestação de Contas de Convênios;

Ofício nº 066/GAB/CGM à SEMED - Recebimento de material mobiliário cedidos pela Controladoria; Oficio nº 067/GAB/CGM à SEMEPE - Relatório mensal de monitoramento e avaliação dos procedimentos do Programa de Compensação Social e Ambiental da construção do Complexo Hidrelétrico Rio Madeira; Ofício nº 068/GAB/CGM à SEMAD - Resposta ao Ofício nº 053/GC/2011, referente à Reunião sobre Elaboração do EIA RIMA do Aterro Sanitário;

Oficio nº 090/GAB/CGM à SEMA - solicita no prazo de 10 dias cópia do processo nº 16.01052/2010, para subsidiar instrução do MP;

Ofício nº 092/GAB/CGM à SEMEPE - Reitera Ofício nº 067-GAB-CGM, referente ao envio mensal do Relatório de Compensação das Usinas;

Ofício nº 102/GAB/CGM à SEMED - Reitera oficio nº 084/GAB/CGM, solicitando cópia do processo nº 09.0819/2010, para atender MP;

Ofício nº 103/GAB/CGM ao MP - Resposta ao Ofício nº 160/2011-2ªTit5ªPJ, referente ao Processo nº 09.0819/2010; Ofício nº 104/GAB/CGM à SEMAD - Autorização para abastecimento de veículo da Controladoria; Ofício nº 105/GAB/CGM à SEMA - Reitera oficio nº 090/GAB/CGM solicitando Processo nº 16.01052/2010 para atender MP;

Ofício nº 114/GAB/CGM ao TCE - Remete Parecer de novembro Limpeza Urbana;

Ofícios nºs 108, 109, 110, 111, 112,/GAB/CGM à SEMUSA, SEMED, SEMTRAN, SEMOB, SEMPRE, - Reiterando os Ofício nº 69, 68, 67, 66/DCS/CGM e ALERTANDO quanto ao cumprimento do Decreto nº 9.693/2005;

Participação da Auditora Waldery no TCE para ciência dos servidores do TCE que realizarão Auditoria Ambiental de Revisão;

Ofícionº115, 116, 117, 118, 119, 120 /GAB/CGM à SEMA/SEMPLA/SEMUSA/SEMPREN/SEMUSB/SEMAS - Solicitando providências quanto a documentação para subsidiar Auditoria Ambiental de Revisão pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia;

Ofício nº 123/GAB/CGM à SEMED - Solicita cópia de processo para subsidiar Procedimento de Investigação pelo Ministério Público do Estado de Rondônia;

Ofício nº 124/GAB/CGM à EMDUR - Reitera Ofício nº100/GAB/CGM, solicitando documentação para subsidiar Análise de Regularidade de Prestação de Contas de Convênio;

Autuação do Processo nº 03.00039/2011 - Auditoria Ambiental de Revisão realizada pelo TCER - Apensado aos processos de Auditoria Ambiental nº 03.00038/2009 e 03.00032/2010;

Relatório Explicativo Auditoria Ambiental de Revisão realizada pelo TCER, referente aos processos nº 1768/2009 e 3515/2009;

Ofício nº 114/GAB/CGM ao TCE c/c Gab. Prefeito, PGM, SEMAD, SEMUSB - Encaminha cópia de Parecer relativo à Análise Processual Prévia ao pagamento do mês de referência de novembro/2010 em cumprimento ao item VIII da Decisão nº 088/2010/GC/ESS-TCE-RO;

Ofício nº 126/GAB/CGM à SEMED - Reitera Ofício nº123/GAB/CGM, solicitando cópia de processo para subsidiar Procedimento Investigatório do Ministério Público;

Ofícios nºs 129, 130, 131, 132, 133, 134/GAB/CGM ao GAB. PREFEITO, PGM, SEMAS, SEMDESTUR, SEMEPE, SEMED - Solicitando cópias de processos para subsidiar Procedimento de Investigação pelo Ministério Público do Estado de Rondônia;

Ofício nº 137/GAB/CGM ao Ministério Público - Resposta ao Ofício nº 195/2011-2ªTit5ªPJ, referente ao Processo de despesas relativo ao Contrato nº 060/PGM/2011;

Ofício nº 138/GAB/CGM ao Ministério Público - Resposta ao Ofício nº 218/2011-2ªTit5ªPJ, referente à solicitação de cópias dos processos de despesas;

Ofício nº 139, 140, 141, 142/GAB/CGM ao Gabinete Prefeito, SEMAS, SEMDESTUR, SEMEPE, - Reitera os Ofícios nº 129, 131, 132, 133/GAB/CGM, solicitando cópias de processos para subsidiar Procedimento Investigatório do Ministério Público;

Ofício nº 143/GAB/CGM à SEMFAZ - Análise da Minuta do Ofício Circular nº 004/ASTEC/GAB/SEMFAZ; Autuação do processo nº 03.00042/2011 - Ofício nº 351/Presidência/IPAM;

Reunião na CGU-Regional: 1º Consocial - Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social, representando a CGM: Auditoras Ana Neila e Waldery;

Ofício nº 144/GAB/CGM ao Ministério Público - Resposta ao Ofício nº 218/2011-2ªTit5ªPJ, referente à solicitação de cópias dos processos de despesas;

Ofício nº 145/GAB/CGM à SEMED - Reitera Ofício nº134/GAB/CGM, solicitando cópia de processo para subsidiar Procedimento Investigatório do Ministério Público;

Ofício nº 146/GAB/CGM à SEMPLA - 1ª CONSOCIAL – Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social; Ofício nº 148/GAB/CGM à R& A Consultoria - Solicita esclarecimentos quanto às informações do Ofício CT/R&A/Nº01/11, de 22/02/2011;

Ofício nº 147/GAB/CGM ao Ministério Público - Resposta ao Ofício nº 232/2011-2ªTit5ªPJ, referente à solicitação de cópia do processo nº 09.0253/2010;

Ofício nº 150/GAB/CGM à SEMEPE c/c Gab. Prefeito, PGM e CMPV - Encaminha ofício nº 099/DAPC/CMPV-2011 e Requerimento nº 030/GVER/CMPV/2011 da vereadora Ellis Regina Batista Leal, aprovado em Reunião ordinária de 26/04/11 sobre os recursos de compensação;

Ofício nº151/GAB/CGM - Resposta ao Ofício nº 262/2011-2ªTit5ªPJ, referente à solicitação de cópias dos processos de despesas;

Ofícios nº 152, 153, 154/GAB/CGM à SEMOB/SEMUR/SEMPRE - Solicitando cópias de processo para subsidiar Procedimento de Investigação pelo Ministério Público do Estado de Rondônia;

Ofício Circular nº 011/GAB/CGM à todas secretarias - ALERTA quanto ao cumprimento das demandas dos Órgãos de Controle Externo, sob pena de responsabilização;

OfícioNº 156/GAB/CGM à SEMPLA - 1ª Consocial -Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social.

Informativos CGM: e-mails encaminhados aos servidores da Controladoria referente a informações e notícias de relevante interesse sobre as atividades desenvolvidas pelo controle interno;

Encaminhamento às Secretarias Municipais de Planejamento e Gestão, e Secretaria Municipal de Educação, Alertando quanto ao Cumprimento das Recomendações

contidas no Parecer Técnico dos autos nº 1874/11/TCER, proferido pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, através dos ofícios de n°s 426 e 427/GAB/CGM, de 27/09/2011.

- Assunto: Ofício nº 447/GAB/CGM, em 05/10/2011 à Secretaria Municipal de Educação: Solicitando, em caráter de urgência, informar a este Órgão de Controle Interno quais foram as providências adotadas pela SEMED e informações ao TCER quanto à determinação do item I, alínea "e", da Decisão nº 218/2009-PLENO do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia;

- Assunto: Ofício nº 489/GAB/CGM, em 21/10/2011 ao Ministério Público do Estado de Rondônia: resposta ao Ofício Circular nº 060/2011/GAB/PGJ, datado de 21/09/2011, referente a participação da Controladoria na Campanha "Marcha pela Vida";

- Assunto: Ofício nº 538/GAB/CGM, em 07/11/2011 à Secretaria Municipal Extraordinária de Programas Especiais: Recomenda a remessa ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia dos Relatórios Mensais de Monitoramento e Avaliação das ações de Compensação Ambiental e Social das Empresas construtoras das Hidrelétricas do Complexo Rio Madeira, referentes aos meses de julho, agosto, setembro e outubro de 2011;

- Assunto: Ofício nº 543/GAB/CGM, em 08/11/2011 à Controladoria Geral da União em Rondônia: Encaminha Justificativa da SEMAD quanto ao Relatório de Auditoria nº 003/DEA/2011 – Auditoria SEMUSA e Manifestação da Controladoria Geral do Município;

- Assunto: Ofício nº 544/GAB/CGM, em 08/11/2011 ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia: Encaminha Justificativa da SEMAD quanto ao Relatório de Auditoria nº 003/DEA/2011 – Auditoria SEMUSA e Manifestação da Controladoria Geral do Município;

- Assunto: Ofício nº 545/GAB/CGM, em 08/11/2011 à Procuradoria Geral do Município: Encaminhando Justificativa da SEMAD quanto ao Relatório de Auditoria nº 003/DEA/2011 – Auditoria SEMUSA e Manifestação da Controladoria Geral do Município;

- Assunto: Ofício nº 561/GAB/CGM, em 17/11/2011 à Secretaria Municipal de Saúde: Encaminhando cópia do Ofício nº 134/PYFM/2011 do Ministério Público de Contas do Estado de Rondônia, datado de 26/10/2011, bem como cópia da Notificação Recomendatória nº 38/2011/MPC-PYFM, para cumprimento das determinações;

- Assunto: Ofício nº 562/GAB/CGM, em 17/11/2011 à Procuradoria Geral do Município: Encaminhando cópia do Ofício nº 134/PYFM/2011 do Ministério Público de Contas do Estado de Rondônia, datado de 26/10/2011, bem como cópia da Notificação Recomendatória nº 38/2011/MPC-PYFM, para cumprimento das determinações;

- Assunto: Ofício nº 563/GAB/CGM, em 17/11/2011 à Secretaria Municipal de Administração: Encaminhando cópia do Ofício nº 134/PYFM/2011 do Ministério Público de Contas do Estado de Rondônia, datado de 26/10/2011, bem como cópia da Notificação Recomendatória nº 38/2011/MPC-PYFM, para cumprimento das determinações;

- Assunto: Ofício nº 564/GAB/CGM, em 18/11/2011 ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia: Encaminha Ofício nº 3821/DIV. DE PESSOAL/GAB/SEMUSA, de 16/11/2011, e anexos, referente as informações solicitadas pela Corte de Contas à Secretaria Municipal de Saúde no item IV, incisos “a” e “b” do Acórdão nº 230/2010-PLENO, a respeito de informações funcionais do servidor Elias Palhano Neto, em atenção ao Ofício nº 1248/PLENO/SGS/2011, de 28/10/2011;

- Assunto: Ofício nº 580/GAB/CGM, em 29/11/2011 à Procuradoria Geral do Município: Considerando o Ofício nº 1258/1ªCÂMARA/SGS/2011, do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, referente a Notificação para cumprimento da determinação contida no item III da decisão 156/2011, reitera o Ofício nº 266/GAB/CGM, de 27/06/2011, que encaminhou o processo nº 03.00077/2011, sobre Tomada de Contas Especial, a fim de que a Procuradoria encaminhe o resultado de apuração do referido processo àquela Corte de Contas, no prazo estipulado, por tratar-se de competência da PGM realizar Tomada de Contas Especial;

- Assunto: Ofício nº 585/GAB/CGM, em 01/12/2011 à Secretaria Municipal de Saúde: Solicitando processo nº 08.0878/2007, relativo ao Contrato nº 166/PGM/2007, que tem como objetivo a reforma e ampliação da Policlínica Hamilton Paulino Gondim, para subsidiar análise do processo nº 1126/2008/TCE-RO, pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia;

- Encaminhamento às Secretarias Municipais de Serviços Básicos, Secretaria Municipal de Obras, Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento, Encaminhando, para conhecimento, cópia do Ofício nº 651/GAB/IPEM-RO, de 01/12/2011 e Memorando nº 245/GETEC/IPEM-RO, de 29/11/2011, encaminhados a esta Controladoria, em resposta ao Ofício nº 542/GAB/CGM, de 07/11/2011, referente a Inspeção, Aferição e Certificação de Horímetros nas máquinas locadas (Pregão nº 40/2010) através dos ofícios n°s, 590, 591, 592/GAB/CGM, em 02/12/2011.

- Assunto: Ofício nº 593/GAB/CGM, em 05/12/2011 ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia: Encaminha, para conhecimento, cópia do Ofício nº 651/GAB/IPEM-RO, de 01/12/2011 e Memorando nº 245/GETEC/IPEM-RO, de 29/11/2011, encaminhados a esta Controladoria, em resposta ao Ofício nº 542/GAB/CGM, de 07/11/2011, referente a Inspeção, Aferição e Certificação de Horímetros nas máquinas locadas (Pregão nº 40/2010);

- Assunto: Ofício nº 594/GAB/CGM, em 05/12/2011 ao Gabinete do Prefeito: Encaminha, para conhecimento, cópia do Ofício nº 651/GAB/IPEM-RO, de 01/12/2011 e Memorando nº 245/GETEC/IPEM-RO, de 29/11/2011, encaminhados a esta Controladoria, em resposta ao Ofício nº 542/GAB/CGM, de 07/11/2011, referente a Inspeção, Aferição e Certificação de Horímetros nas máquinas locadas (Pregão nº 40/2010);

- Assunto: Ofício nº 595/GAB/CGM, em 05/12/2011 à Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão: Encaminhando, para conhecimento, Parecer nº 942/DCS/CGM/2011, desta Controladoria Geral do Município, referente à Reanálise de Prestação de Contas de Convênio, da Empresa de Desenvolvimento Urbano – EMDUR;

- Assunto: Ofício nº 596/GAB/CGM, em 05/12/2011 à Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão: Encaminhando, para conhecimento, cópia do Ofício nº 572/GAB/CGM, datado de 25/11/2011, desta Controladoria em que solicita ao Gabinete do Prefeito o retorno do Departamento de Contabilidade e suas divisões à estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Fazenda – SEMFAZ;

- Assunto: Ofício nº 587/GAB/CGM, em 06/12/2011 ao Gabinete do Prefeito: Resposta ao Ofício Circular nº 0023/GAB/2011, datado de 18/11/2011, referente ao Parecer Técnico da Promotoria de Justiça e Cidadania do Ministério Público do Estado de Rondônia sobre Acessibilidade dos prédios municipais, informando que este Órgão de Controle Interno já atendeu a determinação daquele Ministério quanto a elaboração do Projeto de Acessibilidade da Controladoria Geral do Município, desde maio de 2010, o qual fora encaminhado à Procuradoria Geral do Município para remessa ao Ministério Público, em obediência à recomendação deste último;

- Encaminhamento às: Secretaria Municipal de Serviços Básicos e Secretaria Municipal de Obras, Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento, Solicitando que sejam enviados a esta Controladoria Geral do Município os processos relativos a Contratação de Horas-Máquinas, referente aos meses de outubro e novembro/2011, para fins de Análise Prévia ao pagamento e fiscalizar os documentos do Item II da Decisão nº 148/2011-2ªCÂMARA, através dos ofícios de n°s 604, 605, 606/GAB/CGM de 07/12/2011.

- Encaminhamento às: Secretaria Municipal de Serviços Básicos, Secretaria Municipal de Obras e Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento, solicitando que sejam enviados a esta Controladoria Geral do Município os processos relativos a Contratação de Horas-Máquinas, referente aos meses de julho, agosto e setembro/2011, para fins de Reanálise e Parecer Conclusivo por este órgão de Controle Interno, através dos ofícios n°s 607, 608, 609/GAB/CGM, em 07/12/2011.

- Encaminhamento às: Secretaria Municipal de Obras, Secretaria Municipal de Serviços Básicos, Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento, informando que o Pleno do Tribunal de Contas do Estado na 24ª Sessão Plenária, do dia 08/12/2011, julgou por unanimidade pela REVOGAÇÃO DA MEDIDA CAUTELAR LIMINAR Nº 108/2011-GCWSC (proc 2546/2010), nas forma e condições contidas no Voto do Conselheiro Relator, através dos ofícios n°s 611, 612, 613/GAB/CGM de 08/12/2011

- Assunto: Ofício nº 631/GAB/CGM, em 23/12/2011 à Procuradoria Geral do Município: Encaminha cópia do Ofício nº 281/2011/GCFCS/TCE-RO, datado de 14/12/2011, bem como cópia da Decisão nº 114/2011-PLENO, a fim de que essa Procuradoria Geral do Município instaure Tomada de Contas Especial, objetivando a apuração de eventuais danos ao erário, causados pelo recolhimento dos valores pagos a título de taxa de inscrição, referente ao Edital do Concurso Público nº 126/GAB/SEMAD/2003, no prazo determinado;

- Assunto: Memorando Circular nº 045/GAB/CGM, em 28/12/2011 aos Departamentos da Controladoria (GAB, ASTEC, DEA, DCS e SETORIAIS): Informa que através da Lei Complementar nº 440, de 23 de dezembro de 2011 o Departamento de Contabilidade e suas Divisões deixou de fazer parte da estrutura organizacional da Controladoria Geral do Município e retornou para a estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Fazenda – SEMFAZ.

- Assunto: Ofício nº 638/GAB/CGM, em 29/12/2011 ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia: Encaminha cópia do Decreto nº 12.486, de 27/12/2011, onde designa servidores para compor a Comissão de Tomada de Contas Especial, em cumprimento às determinações constantes dos itens III da Decisão nº 114/2011-PLENO;

- Assunto: Ofício Circular nº 024/GAB/CGM, em 30/12/2011 às Secretarias Municipais: Informa que através da Lei Complementar nº 440, de 23 de dezembro de 2011 o Departamento de Contabilidade e suas Divisões deixou de fazer parte da estrutura organizacional da Controladoria Geral do Município e retornou para a estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Fazenda – SEMFAZ;

Acompanhamento de Auditoria, cumprimento de Decisões:

Ofício nº 006/GAB/CGM à SEMED - Solicita Parecer do Conselho do FUNDEB, ano 2009, enviado para o TCER, para subsidiar a defesa da prestação de contas do município, exercício 2009;

Ofício nº 008/GAB/CGM à SEMPRE - solicita cópia do processo nº 20.00051/2010 (construção de banheiro público na praça Jardim das Mangueiras), para atender demanda do Ministério Público, visando instruir PIP nº 2010001060004044;

Ofício nº 009/GAB/CGM à SEMPLA - solicitando o encaminhamento de cópia dos procedimentos de despesas referentes ao aporte de verbas públicas para a Fundação Municipal de Cultura IARIPUNA, relativos aos anos de 2008, 2009 e 2010, para atender ao MP-RO;

Ofício nº 010/GAB/CGM à IARIPUNA - informando que fora instaurado Procedimento de Investigação Preliminar nº 2010001060003952, referente ao aporte de verbas públicas para a Fundação Municipal de Cultura IARIPUNA, relativos aos anos de 2008, 2009 e 2010.

Ofício nº 011/GAB/CGM à SEMA - solicita processo nº 16.00107/2010 e 16.00716/2010 para atender Ministério Público, referente ao Procedimento Investigatório nº 2011001060000063, solicitando o encaminhamento de cópias dos processos de despesas relativos aos serviços da empresa R. DAMASCENO SA SILVA E SILVA LTDA-ME;

Ofício nº 012/GAB/CGM à PGM - solicita processo nº 04.01172/2010 para atender Ministério Público, referente ao Procedimento Investigatório nº 2011001060000063, solicitando o encaminhamento de cópias dos processos de despesas relativos aos serviços da empresa R. DAMASCENO SA SILVA E SILVA LTDA-ME

Ofício Circular nº 003/GAB/CGM às Secretarias - Convênios: Providências a serem adotadas pelas Secretarias Municipais quanto a Inadimplência da Prestação de Contas de Convênios;

Ofício nº 013/GAB/CGM ao MP-RO - Resposta ao Ofício nº 018/2011-2ªTit5ªPJ, referente ao Procedimento Investigatório nº 2011001060000063, encaminhando cópias dos processos nº 04.01304/2010, 16.00107/2010, 16.00716/2010, 04.01172/2010;

Ofício nº 015/GAB/CGM à SEMAS - Devolução do Processo nº 12.00034/2010, que se encontrava no Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, objetivando instruir os autos nº 3840/10/TCE-RO;

Ofício nº 017/GAB/CGM à SEMA - Devolução dos Processos nºs 16.00107/2010 e 16.00716/2010, solicitado pelo MP-RO para subsidiar o Procedimento Investigatório nº 2011001060000063;

Ofício nº 018/GAB/CGM à IARIPUNA - Solicita Relação de Convênios que estejam inadimplentes com a Prestação de Contas 2005 A 2010;

Ofício nº 019/GAB/CGM à SEMUSB - encaminha cópia da Ata de Audiência de Conciliação e Relatório de movimentos do processo (Processo nº 0023351-64.2010.822.0001), para conhecimento);

Ofício nº 020/GAB/CGM ao Prefeito - encaminha cópia da Ata de Audiência de Conciliação e Relatório de movimentos do processo (Processo nº 0023351-64.2010.822.0001), para conhecimento);

Ofício Circular nº 004/GAB/CGM às Secretarias - RECOMENDAÇÃO: Exigência de Garantia nos Contratos Administrativos do Município de Porto Velho;

Ofício nº 023/GAB/CGM à SEMOB - Esclarecimentos quanto a Prestação de Contas do Convênio nº 1981-06 não aprovada pela FUNASA;

Ofício nº024/GAB/CGM à IARUIPUNA - Resposta ao Ofício nº 20/GAB/FUNDAÇÃO/2011, referente a Relação de Convênios inadimplentes com Prestação de Contas;

Autuação do Processo nº 03.0007/2011 - Convenios: Relação de Convênios Inadimplentes com a Prestação de Contas;

Parecer nº 004/ASTEC/CGM/2011, referente ao processo nº 03.00004/2011 - Adesão à Ata de Registro de Preço nº 75/2010/TJMA; Ofício nº 022/GAB/CGM à Nissey Motors- Consulta Adesão ao Pregão Eletrônico nº 42/2010, através da Ata de Registro de Preço nº 75/2010 instituída pelo Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão - Aquisição de 02 veículos;

Ofício nº 025/GAB/CGM à SEMPLA - Resposta ao Ofício nº 77-GAB-SEMPLA-CMO, referente aos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária e Gestão Fiscal;

Ofício nº 027/GAB/CGM ao Ministério Público - Resposta ao Ofício nº 028/2011-2ªTit5ªPJ, referente ao Procedimento Investigatório nº 2010001060003974, informando o não atendimento pela SEMDESTUR quanto ao envio do processo nº 17.0055/2006 para atender o MP; Termo de Deliberação - Aquisição de Veículo;

Ofício Circular nº 005/GAB/CGM - Comunicado de Inadimplência Trabalhista e Previdenciária da FERON; Minuta do Anexo I - Tabela de Diárias do Decreto nº 10.648/2007;

Oficio nº 033/GAB/CGM ao Prefeito - Minuta do Anexo I do Decreto nº 10.648, de 09 de abril de 2007 – Reajuste da Tabela de Diárias;

Ofício Circular nº 006/GAB/CGM - DIÁRIAS: Providências a serem adotadas pelas Secretarias Municipais quanto a Inadimplência da Prestação de Contas de Diárias;

Ofício nº 035/GAB/CGM à PGM - encaminha cópia do Acórdão nº 119/2010-PLENO, para conhecimento; Autuação do Processo nº 03.00017/2011 - Diàrias: Inadimplência com a Prestação de Contas de Diárias;

Ofício nº 036/GAB/CGM à SEMAD - alerta ao contido no item III do Acórdão 177-2010-pleno, encaminhando cópia da decisão;

Memorando nº 001/GAB/CGM a todos os Departamentos e Gab. Adjunto - Decreto nº 11.967, de 07 de fevereiro de 2011 – Altera o Anexo I do Decreto nº 10.648, de 09 de abril de 2007; Ofício circular nº 008/GAB/CGM - Decreto nº 11.967, de 07 de fevereiro de 2011 – Altera o Anexo I do Decreto nº 10.648, de 09 de abril de 2007; Ofício Circular nº009/GAB/CGM - Cumprimento da determinação do item IV do

Memorando nº415/2010/GCVCS, proferido nos autos do processo nº 0693/2008-TCE-RO; Memorando nº 002/GAB/CGM ao DCS - Cumprimento da determinação do item IV do Memorando nº415/2010/GCVCS, proferido nos autos do processo nº 0693/2008-TCE-RO;

Ofício nº 042/GAB/CGM à SEMAD - Relatório de Visita Técnica; Ofício nº 043/GAB/CGM à SEMPLA - Relatório de Visita Técnica; Ofício nº 044/GAB/CGM à SEMFAZ - Relatório de Visita Técnica; Ofício nº 045/GAB/CGM à PGM - Relatório de Visita Técnica; Ofício nº 046/GAB/CGM à GABINETE PREFEITO - Relatório de Visita Técnica; Memorando nº 003/GAB/CGM ao DEC - Relatório de Visita Técnica – Projeto de Viabilidade de Adoção de Software Aberto, Projeto e-cidade, e-nota e e-iss;

Ofício nº 047/GAB/CGM à EMDUR - Reitera Ofício Circular nº 003/GAB/CGM e ALERTA quanto aos Convênios de Iluminação Pública e Iluminação Natalina;

Ofício nº 050/GAB/CGM ao CREA - Resposta ao Ofício nº 052-2011-DEFIS-PRES-CREA-RO, informando não haver cargo de e engenheiro, arquiteto ou agrônomo na controladoria, bem como não possui prestadores de serviços em tais áreas;

Ofício nº 051/GAB/CGM à SEMUSA - Ciência quanto ao teor do Ofício nº 0665/DIFP/CMRH/GAB/SEMAD, de 28/02/2011 e Alerta quanto ao cumprimento da Lei Complementar nº 385/2010;

Ofício nº 058/GAB/CGM à SEMAD - Alerta quanto ao Cumprimento do disposto no item II da Decisão nº 008/2011-2ª CM, expedida pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia;

Memorando nº 005/GAB/CGM ao DCS - Conhecimento do disposto no item II da Decisão nº 008/2011-2ª CM, expedida pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia; Ofício nº 059/GAB/CGM à MARQUISE - Conhecimento da Decisão nº 028/2011, proferida nos autos nº3021/2010 pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia;

Ofício nº 060/GAB/CGM à SEMAD - Conhecimento da Decisão nº 028/2011, proferida nos autos nº3021/2010 pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia;

Ofício nº 061/GAB/CGM à SEMUSB - Conhecimento da Decisão nº 028/2011, proferida nos autos nº3021/2010 pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia;

Ofício nº 064/GAB/CGM à SEMAD - Encaminha Decreto Estadual nº 14.698, de 05 de novembro de 2009, para conhecimento e embasamento para aplicação na Administração Municipal;

Ofício nº 065/GAB/CGM à EMDUR - Solicita documentos para subsidiar a Prestação de Contas de Convênios;

Ofício nº 066/GAB/CGM à SEMED - Recebimento de material mobiliário cedidos pela Controladoria; Oficio nº 067/GAB/CGM à SEMEPE - Relatório mensal de monitoramento e avaliação dos procedimentos do Programa de Compensação Social e Ambiental da construção do Complexo Hidrelétrico Rio Madeira; Ofício nº 068/GAB/CGM à SEMAD - Resposta ao Ofício nº 053/GC/2011, referente à Reunião sobre Elaboração do EIA RIMA do Aterro Sanitário;

Oficio nº 090/GAB/CGM à SEMA - solicita no prazo de 10 dias cópia do processo nº 16.01052/2010, para subsidiar instrução do MP;

Ofício nº 092/GAB/CGM à SEMEPE - Reitera Ofício nº 067-GAB-CGM, referente ao envio mensal do Relatório de Compensação das Usinas;

Ofício nº 102/GAB/CGM à SEMED - Reitera oficio nº 084/GAB/CGM, solicitando cópia do processo nº 09.0819/2010, para atender MP;

Ofício nº 103/GAB/CGM ao MP - Resposta ao Ofício nº 160/2011-2ªTit5ªPJ, referente ao Processo nº 09.0819/2010; Ofício nº 104/GAB/CGM à SEMAD - Autorização para abastecimento de veículo da Controladoria; Ofício nº 105/GAB/CGM à SEMA - Reitera oficio nº 090/GAB/CGM solicitando Processo nº 16.01052/2010 para atender MP;

Ofício nº 114/GAB/CGM ao TCE - Remete Parecer de novembro Limpeza Urbana;

Ofícios nºs 108, 109, 110, 111, 112,/GAB/CGM à SEMUSA, SEMED, SEMTRAN, SEMOB, SEMPRE, - Reiterando os Ofício nº 69, 68, 67, 66/DCS/CGM e ALERTANDO quanto ao cumprimento do Decreto nº 9.693/2005;

Participação da Auditora Waldery no TCE para ciência dos servidores do TCE que realizarão Auditoria Ambiental de Revisão;

Ofícionº115, 116, 117, 118, 119, 120 /GAB/CGM à SEMA/SEMPLA/SEMUSA/SEMPREN/SEMUSB/SEMAS - Solicitando providências quanto a documentação para subsidiar Auditoria Ambiental de Revisão pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia;

Ofício nº 123/GAB/CGM à SEMED - Solicita cópia de processo para subsidiar Procedimento de Investigação pelo Ministério Público do Estado de Rondônia;

Ofício nº 124/GAB/CGM à EMDUR - Reitera Ofício nº100/GAB/CGM, solicitando documentação para subsidiar Análise de Regularidade de Prestação de Contas de Convênio;

Autuação do Processo nº 03.00039/2011 - Auditoria Ambiental de Revisão realizada pelo TCER - Apensado aos processos de Auditoria Ambiental nº 03.00038/2009 e 03.00032/2010;

Relatório Explicativo Auditoria Ambiental de Revisão realizada pelo TCER, referente aos processos nº 1768/2009 e 3515/2009;

Ofício nº 114/GAB/CGM ao TCE c/c Gab. Prefeito, PGM, SEMAD, SEMUSB - Encaminha cópia de Parecer relativo à Análise Processual Prévia ao pagamento do mês de referência de novembro/2010 em cumprimento ao item VIII da Decisão nº 088/2010/GC/ESS-TCE-RO;

Ofício nº 126/GAB/CGM à SEMED - Reitera Ofício nº123/GAB/CGM, solicitando cópia de processo para subsidiar Procedimento Investigatório do Ministério Público;

Ofícios nºs 129, 130, 131, 132, 133, 134/GAB/CGM ao GAB. PREFEITO, PGM, SEMAS, SEMDESTUR, SEMEPE, SEMED - Solicitando cópias de processos para subsidiar Procedimento de Investigação pelo Ministério Público do Estado de Rondônia;

Ofício nº 137/GAB/CGM ao Ministério Público - Resposta ao Ofício nº 195/2011-2ªTit5ªPJ, referente ao Processo de despesas relativo ao Contrato nº 060/PGM/2011;

Ofício nº 138/GAB/CGM ao Ministério Público - Resposta ao Ofício nº 218/2011-2ªTit5ªPJ, referente à solicitação de cópias dos processos de despesas;

Ofício nº 139, 140, 141, 142/GAB/CGM ao Gabinete Prefeito, SEMAS, SEMDESTUR, SEMEPE, - Reitera os Ofícios nº 129, 131, 132, 133/GAB/CGM, solicitando cópias de processos para subsidiar Procedimento Investigatório do Ministério Público;

Ofício nº 143/GAB/CGM à SEMFAZ - Análise da Minuta do Ofício Circular nº 004/ASTEC/GAB/SEMFAZ; Autuação do processo nº 03.00042/2011 - Ofício nº 351/Presidência/IPAM;

Reunião na CGU-Regional: 1º Consocial - Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social, representando a CGM: Auditoras Ana Neila e Waldery;

Ofício nº 144/GAB/CGM ao Ministério Público - Resposta ao Ofício nº 218/2011-2ªTit5ªPJ, referente à solicitação de cópias dos processos de despesas;

Ofício nº 145/GAB/CGM à SEMED - Reitera Ofício nº134/GAB/CGM, solicitando cópia de processo para subsidiar Procedimento Investigatório do Ministério Público;

Ofício nº 146/GAB/CGM à SEMPLA - 1ª CONSOCIAL – Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social; Ofício nº 148/GAB/CGM à R& A Consultoria - Solicita esclarecimentos quanto às informações do Ofício CT/R&A/Nº01/11, de 22/02/2011;

Ofício nº 147/GAB/CGM ao Ministério Público - Resposta ao Ofício nº 232/2011-2ªTit5ªPJ, referente à solicitação de cópia do processo nº 09.0253/2010;

Ofício nº 150/GAB/CGM à SEMEPE c/c Gab. Prefeito, PGM e CMPV - Encaminha ofício nº 099/DAPC/CMPV-2011 e Requerimento nº 030/GVER/CMPV/2011 da vereadora Ellis Regina Batista Leal, aprovado em Reunião ordinária de 26/04/11 sobre os recursos de compensação;

Ofício nº151/GAB/CGM - Resposta ao Ofício nº 262/2011-2ªTit5ªPJ, referente à solicitação de cópias dos processos de despesas;
Ofícios nº 152, 153, 154/GAB/CGM à SEMOB/SEMUR/SEMPRE - Solicitando cópias de processo para subsidiar Procedimento de Investigação pelo Ministério Público do Estado de Rondônia;

Ofício Circular nº 011/GAB/CGM à todas secretarias - ALERTA quanto ao cumprimento das demandas dos Órgãos de Controle Externo, sob pena de responsabilização;

Ofício nº 156/GAB/CGM à SEMPLA - 1ª Consocial -Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social

Auditoria Governamental:

Com a finalidade de cumprir ao previsto no Art. 11, Inciso V, Alínea "b", da Instrução Normativa nº 13/TCER-2004, vimos relatar as principais atividades desenvolvidas pelo Departamento de Auditoria no período de Janeiro a Dezembro de 2011. Os trabalhos envolveram planejamento, execução e acompanhamento de auditorias e diligência conforme relatórios e ofícios abaixo discriminados:

Auditoria

Auditoria de Conformidade – Analisar a Prestação de Contas do Terminal Rodoviário/SEMTRAN referente ao exercício 2010. em decorrência de solicitação da Subprocuradoria de Processo Disciplinar. Autos n. 03.00013/2011

Ações Realizadas:

- Diante dos documentos da Prestação de Contas do Terminal Rodoviário/SEMTRAN referente ao exercício de 2010, efetuamos exames e inferências quanto à gestão dos recursos da Rodoviária, baseando-se nos valores mais relevantes.
- Os exames da auditoria foram subsidiados por consultas de informações dos sistemas de pessoal, contabilidade, financeiro, e ainda de legislação pertinente ao caso. As análises e inferências foram fundamentadas pelas técnicas de auditoria relacionada à gestão de recursos públicos.

- Foram realizadas entrevistas com o administrador do Terminal Rodoviário, além de inspeções para a constatação de serviços realizados.
- Considerando que os trabalhos foram solicitados pela Subprocuradoria Disciplinar, baseando-se em denúncia apontando irregularidades na gestão de recursos da Rodoviária, informamos que, diante dos exames realizados não ficou constatada a ocorrência de desvio de recursos.
- • Destacamos que, diante dos exames, ficou constatado que os recursos recebidos oriundos de tarifas de embarque e taxa de uso dos banheiros, bem como as despesas do Terminal Rodoviário são realizadas exclusivamente em espécie e não são processados por meio orçamento municipal. No relatório recomendamos a adoção das medidas necessárias para resolução do problema apresentado, ou seja, gestão dos recursos por meio de conta bancária para recebimentos e pagamentos, bem como utilização das ferramentas e aplicativos orçamentários, financeiros e contábeis pertinentes.
- Cópia do Relatório 001/2011/DEA/CGM encaminhado à Secretaria Municipal de Trânsito, por meio do Ofício n. 102/GAB/CGM/DEA de 24 de março de 2011 e à Procuradoria Geral do Município, conforme Ofício n. 103/GAB/CGM/DEA de 24 de março de 2011.

Auditoria Especial – Verba de Substituição de Pessoal – Gabinete do Prefeito (em execução) – Solicitação do Gabinete do Prefeito para realização de auditoria na folha de pagamento daquele Gabinete, referente a substituições ocorridas no período de 2007 a 2010, conforme Ofício n. 222/GAB/PREFEITO de 23/02/2011. Autos n. 03.00026/2011

Ações Realizadas:

Planejamento dos trabalhos 28/03/2011 a 27/04/2011 e designada por meio da Portaria n. 008/CGM/2011 de 27/04/2011, publicada no DOM de 27/04/2011;

A partir de março/2011 com o início dos trabalhos a equipe de Auditoria da C.G.M. vem solicitando a SEMAD o acesso ao sistema de pessoal Módulo GP, para subsidiar os trabalhos da Auditoria.

No entanto, até o final de abril a Secretaria Municipal de Administração (SEMAD), responsável pelo sistema da folha de pagamento e gestão dos recursos de tecnologia da informação, ainda não disponibilizou o acesso completo a todos os dados necessários, tendo liberado o acesso exclusivamente, do Gabinete do Prefeito, limitando o escopo dos trabalhos, fato que prejudicará a conclusão da auditoria no prazo inicialmente programado.

Inspeção

Realização

Inspeção para apurar denúncia de irregularidades referente ao uso do trator de esteira D-60 Komatsu, locado pela Prefeitura Secretaria Municipal de Serviços Básicos/SEMUSB, em utilização em propriedade particular – Solicitação do Gabinete do Prefeito conforme Ofício n. 1089/GAB/PREFEITO de 04/08/2011, apontando o fato veiculado em sítios de jornais eletrônicos na data de 02/08-2011. Autos n. 03.00098/2011. Portaria nº 022/CGM, de 19/08/2011, publicada no D.O.M. nº 4066, de 19/08/2011 e Portaria nº 026/CGM, de 05 de setembro de 2011, publicada no D.O.M. nº 4077, de 05/09/2011. Período de realização 22/08 a 30/09/2011.

Ações Realizadas:

- Levantamento dos dados relacionados à utilização das máquinas locadas (tratores de esteira /SEMUSB) e de combustível, no período de 14/07 a 31/08/2011, por meio de ofícios oriundos da SEMUSB;
- Exame dos contratos firmados em 2011 com a Prefeitura para locação dos tratores de esteira (Contratos nº 115/PGM/2011 de 08/07/2011 – RR Serviços de Terceirização LTDA e nº 116/PGM/2011 de 08/07/2011 – Fortal Construções LTDA-EPP);
- Realização de inspeção física, no dia 30/08/2011, na Cascalheira do Vanderlei, localizada ao final da Avenida Vieira Caúla, e no Bairro Parque Ceará, entre as Avenidas Rio de Janeiro e Alexandre Guimarães.

Por meio do Relatório n. 004/DEA/2011 de 06/10/2011, foi constatada a existência de inconformidades como o não atendimento de disposições contratuais pela empresa Fortal relacionada à subcontratação de tratores, e também de informações da SEMUSB relacionadas à substituição do trator de esteira D-60 Komatsu, sem a concomitante alteração dos dados do trator no sistema de controle de abastecimento da frota combustível.

Considerando as informações oficiais do sistema de abastecimento da frota municipal, constatamos ainda que o trator de esteira D-60 Komatsu, cadastrado no sistema sob o número 131.756, tendo como motorista o Sr. Elder Duarte Machado, foi abastecido para uso na data de 02.08.2011, que aliada às informações da Ação Ação Civil de Improbidade Administrativa n. 0017975-6320118220001, impetrada em 01/09/2011, apontam para comprovação do uso indevido do referido maquinário.

1ª CONSOCIAL

Planejamento

- Organização para a realização da 1ª Conferência Municipal sobre Transparência e Controle Social – 1ª CONSOCIAL, a ser realizada no Teatro Banzeiros, nos dias 2 e 3/2/2012.

Elaboração e Aprovação de Projeto; Composição da Comissão Organizadora da 1ª CONSOCIAL por meio de voluntariados, na representatividade que contempla a Sociedade Civil (60%), Poder Público (30%) e Conselhos de Políticas Públicas (10%), em Reunião realizada no dia 23/09/2011, no Teatro Banzeiros; Acompanhamento da aprovação do Regimento Interno da Conferência pela Comissão Organizadora da 1ª CONSOCIAL; Divulgação nos 13 Distritos do Município de Porto Velho/RO, no período de 10 a 16 de outubro de 2011; Acompanhamento do Processo de Despesa FUNESCOLA/SEMAD Nº 07.31.00065/2011 e Pregão Eletrônico nº 183/2011.

Autos n. 03.00041/2011. Designação da Coordenação Executiva: Portarias de nº 018/CGM, de 1º de agosto de 2011; Portaria nº 025/CGM, de 1º de setembro de 2011 e Portaria nº 030/CGM, de 03 de outubro de 2011.

Relatórios de Inspeção DCS

Relatório nº 007/DCS/CGM/2011 – Inspeção Gabinete do Prefeito
Inspeção de acompanhamento objetivando verificar Regularidade no Recebimento, Registro Patrimonial e uso dos Materiais Permanentes adquiridos pelo Gabinete do Prefeito – GP.

Relatório de Inspeção.

Usando das atribuições expressas nos artigos 31, 70 e, especialmente o artigo 74 da Constituição Federal e ainda, no Regimento Interno da Controladoria Geral do Município, conforme competência prevista na Lei Orgânica do Município e nas Leis Complementares Municipais nºs. 054/1996 e 125/2001 concernentes ao controle interno no âmbito do Poder Executivo Municipal, bem como do artigo 113 da Lei Federal nº 8.666/93 e artigo 59 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Considerando determinação da Controladora Geral do Município, através do Ofício Circular nº. 003/GAB/CGM de Abril de 2010 realizará a análise dos processos administrativos de despesas depois do pagamento (controle a posterior) na metodologia adotada pela Controladoria Geral da União, por amostragem.

Foi selecionado para inspeção in loco o seguinte Processo Administrativo de Despesas do Gabinete do Prefeito - GP, a saber:

Mês de dezembro/2010 - Processo nº 02.0071/2010;

O trabalho buscou basicamente examinar a regularidade no recebimento, registro patrimonial, uso e guarda de bens e ao final anexamos fotos para melhor clareza e visão dos materiais inspecionados na referida vistoria in loco.

Foram procedidas às atividades por meio de Papel de Trabalho, Formulário de Coleta de Dados, mediante vistoria in loco e realizada entrevista procurando obter informações precisas para a obtenção e realização do trabalho como também a apresentação de Relatório.

Equipes de Trabalho:

- Manoel Jesus do Nascimento, Assistente de Controle Interno, Cad. 50485;
- Samuel Jorge da Costa, Assistente de Controle Interno, Cad. 160432.

Processo nº 02.0071/2010 - Materiais Permanente (Móveis).

Item	Tombamento	Descrição dos Produtos	Unid	Marca Modelo	Qtd.
01	127369	Balcão de atendimento sob medida em mdf melamínico nas cores nogal e wengue, medindo 2.38x0.60x1.10m (H). Garantia de 01 (um) ano.	Unid	Vandaflex/flex	01
02	14283/A/2010	Divisória sob medida estruturada em blocos de mdf melamínico na cor nogal e vidro temperado 8mm, com porta de correr duas folhas e três bandeiras fixas com H= 2.20M garantia de 01 (um) ano.	M/L	Pro Estilo	12,2
03	127440 a 127441	Bancada dupla sob medida em mdf melamínico nas cores nogal e carvalho, medindo 3.00x0.70x0.75 (H). Garantia de 01 (um) ano.MOD: ESPECIAL.	Unid.	Caderode	02
04	127442	Painel sob medida em mdf melamínico na cor freijó medindo 2.38x2.60 (H). Garantia de 01 (um) ano. MOD: ESPECIAL.	Unid.	Caderode	01
05	127443	Painel sob medida em mdf melamínico na cor freijó medindo 3.78x2.60 (H). Garantia de 01 (um) ano. MOD: ESPECIAL.	Unid.	Caderode	01
06	127444	Painel sob medida para compor três paredes em mdf melamínico na cor nogal e wengue medindo 6.55x1.10m (H). Garantia de 01 (um) ano. MOD: ESPECIAL.	Unid.	Caderode	01
07	127445	Painel sob medida em mdf melamínico na cor nogal medindo 3.50x2.20m (H). Garantia de 01 (um) ano. MOD: ESPECIAL.	Unid.	Caderode	01
08	127370 a 127377	Mesa sob medida para digitação em mdf melamínico na cor cinza claro com porta teclado retrátil e suporte para CPU, medindo 0.90x0.70x0.75 (H). Garantia de 0l (um) ano.	Unid	Vandaflex/flex	08
09	127378 a 127381	Mesa em "L" sob medida, em mdf melamínico na cor cinza claro, duas gavetas com chaves e suporte para CPU, medindo 1.35x0.90x0.60x0.75 (H). Garantia de 01 (um) ano.	Unid.	Vandaflex/flex	04
10	127382 a 127386	Mesa sob medida mdf melamínico na cor cinza claro, com duas gavetas com chave e suporte para CPU, medindo 1.60x0.70x0.75 (H). Garantia de 01 (um) ano.	Unid.	Vandaflex/flex	05
11	127449 a 127456	Armário alto sob medida em mdf melamínico na cor cinza claro com quatro prateleiras internas, duas portas com chaves, deslizantes reguláveis medindo 0.80x0.45x2.00m (H). Garantia de 01 (um) ano.	Unid.	Layout La2p-e	06
12	127457	Armário alto sob medida em mdf melamínico na cor cinza claro, com seis gavetas para pastas suspensas, quatro prateleiras, duas portas com chaves e deslizantes reguláveis medindo 1.00x0.45x2.00 (H). Garantia de 01 (um) ano.	Unid.	Layuot La2p-e	01
13	127387 a 127389	Mesa sob medida para digitação em mdf melamínico na cor cinza claro com porta teclado retrátil e suporte para CPU, medindo 0.90x0.70x0.75. Garantia de 01 (um) ano.	Unid.	Vandaflex/flex	03
14	127364 a 127367	Armário alto sob medida em mdf melamínico na cor cinza claro, com quatro prateleiras internas, duas portas com chaves, deslizantes reguláveis, medindo 0.80x0.45x2.00m (H). Garantia de 01 (um) ano.	Unid.	Pró Estilo	04
15	127446 a 127448	Mesa sob medida em mdf melamínico na cor cinza claro, com duas gavetas com chave e suporte para CPU, medindo 1.60x0.70x0.75 (H). Garantia de 01 (um) ano. MOD: MX-150.	Unid.	Pandim	03
		Balcão de atendimento em "L", sob medida, mdf cinza			

16	127368	claro melamínico, medindo 1.80/1.60x0.40x0.90 (H). Garantia de 01 (um) ano.	Pç	Pró Estilo	01
17	14284/A/2010	Divisória para duas salas, com duas portas e fechaduras em Eucatex cinza clara. Garantia de 01 (um) ano.	M²	Pró Estilo	22
18	127390 a 127439	Cadeira fixa aproximação, assento/encosto estrutura plástica injetada em polipropileno copolímero de alta resistência na cor preta, estrutura de sustentação em tubo de aço industrial redondo 19,5mm e parede de 1,20mm, suporte de encosto em tubo de aço industrial oblongo 16x30mm parede de 1,50mm porteiras em polipropileno injetado, pintura a pó do tipo híbrida com camada de 60 microns e cura em estufa a 200° C, na cor preta liso semi-brilho. Medindo 0,54 largura x 0,52 profundidade x 0,82 altura. Garantia de 01 (um) ano.	Unid.	58	50

Achados da Vistoria

Como resultado da vistoria realizada verificou-se:

- Que os bens adquiridos no processo nº 02.0071/2010 (Móveis), ainda não foram tombados;
- Divergência na especificação do produto, pedido no item 10 mesa sob medida mdf melamínico na cor cinza claro, com duas gavetas, divergindo do produto recebido mesa sob medida mdf melamínico na cor cinza claro, com três gavetas;

Recomendações:

- Que seja afixado, nos bens adquiridos no processo nº 02.0071/2010, os números de tombamentos, conforme Termos de Responsabilidade nºs 204, 205, 206 e 207 /2010 (fls. 398/406);

Relatório nº 008/DCS/CGM/2011 Relatório de Inspeção PGM

Inspeção de acompanhamento objetivando verificar Regularidade no Recebimento, Registro Patrimonial e uso dos Materiais Permanentes adquiridos pela Procuradoria Geral do Município – PGM.

Relatório de Inspeção.

Usando das atribuições expressas nos artigos 31, 70 e, especialmente o artigo 74 da Constituição Federal e ainda, no Regimento Interno da Controladoria Geral do Município, conforme competência prevista na Lei Orgânica do Município e nas Leis Complementares Municipais nºs. 054/1996 e 125/2001 concernentes ao controle

interno no âmbito do Poder Executivo Municipal, bem como do artigo 113 da Lei Federal nº 8.666/93 e artigo 59 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Considerando determinação da Controladora Geral do Município, através do Ofício Circular nº. 003/GAB/CGM de Abril de 2010 realizará a análise dos processos administrativos de despesas depois do pagamento (controle a posterior) na metodologia adotada pela Controladoria Geral da União, por amostragem.

Foi selecionado para inspeção in loco o seguinte Processo Administrativo de Despesas da Procuradoria Geral do Município - PGM, a saber:

Mês de dezembro/2010 - Processo nº 04.01501/2010

O trabalho buscou basicamente examinar a regularidade no recebimento, registro patrimonial, uso e guarda dos bens e ao final anexamos fotos para melhor clareza e visão dos materiais inspecionados na referida vistoria in loco.

Foram procedidas às atividades por meio de Papel de Trabalho, Formulário de Coleta de Dados, mediante vistoria in loco e realizada entrevista procurando obter informações precisas para a obtenção e realização do trabalho como também a apresentação de Relatório.

Equipes de Trabalho:

- Manoel Jesus do Nascimento, Assistente de Controle Interno, Cad. 50.485
- Jair Cláudio Carvalho de Jesus, Estagiário.

Processo nº 04.01501/2010 - Materiais Permanente.

Item	Tomb.	Descrição do Produto	Unid.	Marca/ Modelo	Qtd.
01	127319 a 127321	Cadeira tipo executivo com braço regulável tipo botão injetado com poliuretano integral, texturizado, com alma interna em aço. Base giratória relax excêntrica a gás formada por pé (base ou pata). Base giratória relax excêntrica a gás, formada por pé (base ou pata) em alumínio com 5 (cinco) haste confeccionados em tubos de aço quadrado, protegido com capa protetora em polipropileno rígido com rodízios duplos, duplo giro. Acionamento da regulagem de altura realizada através do movimento da alavanca situada na lateral direita do mecanismo. A estrutura e fixada ao assento de madeira por intermédio de (quatro) parafusos sextavados de ¼ X 7/8 e porcas de garra 1/4. Com estofados confeccionados em compensado prensado a quente com laminas mescladas de madeiras selecionadas. Concha bipartida. Fixação do assento e encosto feita por parafusos ¼ x ¼ , e porcas de garra ¼ fixadas ao madeiramento. Almofadas confeccionadas em espuma de poliuretano injetado, moldado de densidade controlada. Assento: -profundidade: 420 MM -largura: 470 - espessura: 50 mm na superfície - densidade: 53 Kg/m^3	Unid.	Caderode	03

		Encosto: - altura: 380 mm -largura: 400 mm no espaldar -espessura: 50 mm no espaldar - densidade: 55 k g/ m^3 Revestimento em courrissimo, costuras formam gomos verticais assimétricos sobre espuma laminada de 10 mm de espessura, colocada abaixo do revestimento. O acabamento final e realizado com perfil macho/ fêmea em PVC rígido alto impacto.			

Item	Tomb.	Descrição do Produto	Unid	Marca/ Modelo	Qtd
02	127322 a 127329	Mesa em madeira com 2 gavetas, medindo aproximadamente 1,20x0,74x0,60 CM (LxCxA), Madeira MDP, Revestida em melamínico, Espessura 18mm.	Unid.	Caderode	08

Item	Tomb.	Descrição do Produto	Unid.	Marca/ Modelo	Qtd.
03	127330 a 127334	Mesa para impressora com tampos de 15 mm de espessura em madeira aglomerada, revestida em melamínico, com perfis em PVC, pés em aço pintado a pó na cor branco.	Unid.	Caderode	05

A vistoria in loco objetivou verificar a regularidade do recebimento, registro patrimonial e uso dos Materiais Permanentes citados no quadro acima.

Distribuição

Constatou-se que:

Os bens Permanentes encontram-se distribuídos na Divisão de Apoio Administrativo, Sub Procuradoria Trabalhista, Sub Procuradoria Administrativa, Assessoria Técnica/PGM e parte distribuída para atender o PROJUDI junto as Unidades Sub Procuradoria Fiscal e Sub Procuradoria de Dívida Ativa da PGM no prédio sito a Av. Getúlio Vargas, 1693 – 2º e 3º piso;

O Empenho e a Nota Fiscal tratam do mesmo material e especificação;
Todos os bens Patrimoniais adquiridos encontram-se com os seus respectivos números de tombamento afixados, conforme Termo de Responsabilidade nº 200/2010 (fls. 47/49).

Relatório nº 002/DCS/CGM/2011 – Relatório de Inspeção SEMDESTUR

Inspeção de acompanhamento objetivando verificar Regularidade no Recebimento, Distribuição de material na Secretaria de Desenvolvimento Socioeconômica e Turismo – SEMDESTUR.

Relatório de Inspeção

Usando das atribuições expressas nos artigos 31, 70 e, especialmente o artigo 74 da Constituição Federal e ainda, no Regimento Interno da Controladoria Geral do

Município, conforme competência prevista na Lei Orgânica do Município e nas Leis Complementares Municipais nºs. 054/1996 e 125/2001 concernentes ao controle interno no âmbito do Poder Executivo Municipal, bem como do artigo 113 da Lei Federal nº 8.666/93 e artigo 59 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Considerando determinação da Controladora Geral do Município, através do Ofício Circular nº. 003/GAB/CGM de Abril de 2010 realizará a análise dos processos Administrativos de despesas depois do pagamento (controle a posterior) na metodologia adotada pela Controladoria Geral da União, por amostragem.

Foram selecionados para inspeção in loco o seguinte Processo Administrativo de despesa da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Socioeconômico - SEMDESTUR, após o pagamento, a saber:

Mês de outubro/2010 - Processo nº17.097/2010

O trabalho buscou basicamente examinar a regularidade no recebimento dos materiais e distribuição, armazenamento e ao final anexamos fotos para melhor clareza e visão dos materiais inspecionados.

Foram procedidas às atividades por meio de Papel de Trabalho, Formulário de Coleta de Dados, mediante vistoria in loco e realizada entrevista procurando obter as informações para a realização do trabalho e apresentação de Relatório.

Equipes de Trabalho:

- Maria Auxiliadora A. de O. Monteiro, Auditora, Cad. 206.450
- Manoel Jesus do Nascimento, Assistente de Controle Interno, Cad, 50.485
- Paulo Roberto Coelho Siebra, Assistente de Controle Interno, Cad. 80.91

PROCESSO 17. 097/2010 MATERIAL DE CONSUMO

A vistoria in loco objetivou verificar a regularidade do recebimento, o armazenamento, a guarda dos suprimentos de expediente, por amostragem, dos itens abaixo citado:

Item	Descrição	Und	Quant. Pedida	Quant. Estoque.	Marca
	Caneta esferográfica na cor azul do tipo bic, compactor faber castell ou similar, com escrita macia, uniforme, carga e ponta fixada sob pressão na parte inferior do corpo da caneta, ponta média, corpo plástico cilíndrico				Faber castell

01	transparente (cristal), com tampa na cor da carga, contendo o nome do fabricante impresso no corpo da caneta, embalagem caixa com 50 unidades.	Cx	50	0	
02	.Caneta esferográfica na cor preta do tipo bic, compactor, faber castell ou similar, com escrita macia, uniforme, carga e ponta fixada sob pressão na parte inferior do corpo da caneta, ponta media, corpo plástico cilíndrico transparente (cristal), com tampa na cor da carga, contendo o nome do fabricante impresso no corpo da caneta, embalagem caixa com 50 unidades.	Cx	10	0	Faber castell
03	Esferográfica na cor vermelha do tipo bic, compactor, faber castell ou similar, com escrita macia, uniforme, carga e ponta fixada sob pressão, na parte inferior do corpo da caneta, ponta media, corpo plástico cilíndrico transparente, (cristal), com tampa na cor da carga, contendo o nome do fabricante impresso no corpo da caneta, embalagem caixa com 50 unidades.	Cx	10	0	Faber castell
04	Tesoura em aço inox com 16cm, sem ponta com cabo plástico.	Um.	20	3	Marca do fabricante
05	Clips para papel nº 2/0 em aço niquelado, embalagem: 100 unidades e dados de identificação do produto e marca do fabricante.	Cx.	100	0	Marca do fabricante
06	Clips para papel nº 3/0 em aço niquelado, embalagem: 50 unidades e dados de identificação do produto e marca do fabricante.	Cx.	100	0	Marca do fabricante
07	Clips para papel nº 5/0 em aço niquelado, embalagem: 100 unidades e dados do fabricante.	Cx.	100	0	Marca do fabricante
08	Clips para papel nº 6/0 em aço niquelado, embalagem: 50 unidades e dados de identificação do produto e marca do fabricante.	Cx.	100	0	Marca do fabricante
09	Cips para papel nº 8/0 em aço niquelado, embalagem: 25 unidades e dados de identificação do produto e marca do fabricante.	Cx	50	0	Marca do fabricante
10	Colchete para encadernação, nº 10, latonado, haste dupla e flexível, embalagem: caixa com 72 unidades e dados de identificação do produto e marca do fabricante.	Cx	50	46	Marca do fabricante
11	Colchete para encadernação, nº 15, latonado, haste dupla e flexível, embalagem: caixa com 72 unidades e dados de identificação do produto e marca do fabricante.	Cx	20	14	Marca do fabricante
12	Fita adesiva, transparente tamanho: medindo 48mmx50m, pacote com 5(cinco) unidades.	Pc.	30	32	Marca do fabricante
13	Fita gomada, marron tamanho: medindo 48mmx45m, pacote com 5 unidades.	Pc.	10	0	Marca do fabricante
14	Fita plástica para colorida em polietileno, com listas amarelas e preta intercalada, rolo medindo 7cm de largura e 200 metros de comprimento.	Pc.	05	05	Marca do fabricante
15	Grampeador de mesa para papel, manual em metal, tamanho 19x4cm para grampo 26/6.	Unid..	15	04	Marca do fabricante
16	Grampo para grampeador, galvanizado, tamanho 26/6., embalagem: caixa com 5.000 unidades, com dados de identificação do produto e marca do fabricante.	Cx.	50	42	Marca do fabricante
17	Lápis preto nº 2 formato redondo, mina grafite, ponta a ponta, com a ponta feita em fábrica, caixa com 144 unidades.	Cx.	05	03	Marca do fabricante
18	Papel branco, formato A4, tamanho, medindo: 210 x 297mm, gramatura 75g/m², caixa com 10(dez) resmas de (500 folhas.)	Cx.	80	74	Marca do fabricante
19	Pasta registradora AZ, na cor preta medindo aproximadamente 270 x 350mm , com lombada de 80mm(lombo estreito), com prendedor interno confeccionado em metal e etiqueta de identificação removível(não colada), pacote com 4 unidade.	Pc.	30	24	Marca do fabricante
20	Pasta suspensa Kraft, dimensões 234 x 260 mm, com 2 (dois) prendedores macho e fêmea, caixa com 50 unidades.	Cx.	100	57	Marca do fabricante
21	Porta carimbo, em acrílico, com capacidade para carimbos na cor fume.	Unid.	15	13	Marca do fabricante
22	Extrator de grampo, tipo espátula, em aço cromado, dimensões variando de 14,5 a 15cm.	Unid.	30	30	Japan Marca do fabricante

23	Livro protocolo para correspondência, capa de papelão 705 g/m², com 100 folhas, medindo aproximadamente 153,0 x 216,0 mm, pacote com 5 unidades.	Pac.	04	03	Foroni Marca fabricante
24	.Pincel para quadro branco, ponta indeformável, fácil de apagar sem deixar resíduos, auto-recarregável, secagem rápida, na cor azul, medindo entre 10cm 14cm. Embalagem: com 12 unidades.	Cx.	04	03	Like Marca do fabricante
25	Pincel para quadro, ponta indeformável, fácil de apagar sem deixar resíduos, auto-recarregável, secagem rápida, na cor preta, medindo entre 10 cm a 14cm. Embalagem: caixa com 12 unidades.	Cx	04	03	Marca do fabricante
26	Pincel para quadro branco, ponta indeformável, fácil de apagar sem deixar resíduos, auto-recarregável, secagem rápida, na cor vermelha, medindo entre 10cm a2 14cm Embalagem: caixa com 12 unidades.	Cx.	04	03	Like Marca do fabricante
27	Régua transparente graduada em 30cm, subdivididas em mm, com no mínimo 3,0mm de espessura e 35mm de largura, material plástico resistente.	Unid.	50	36	Xalingo Marca do fabricante
28	Régua transparente graduada em 50cm, subdivididas em mm, com no mínimo 3,0mm de espessura e 35mm de largura, material plástico resistente.	Unid.	50	40	Waleu Marca do fabricante

Achados da Vistoria

As guias de controle dos objetos distribuídos às unidades da SEMDESTUR não constam de número de ordem;

Não foi possível a verificação física dos itens Caneta esferográfica (azul, preta e vermelha), constante deste processo, dada a informação de que não foram recebidos.

Não foi possível a verificação física do item Colchetes para encadernação n° 15, dada a informação de que em vez destes, foram recebidos colchetes de n° 14.

Não foi possível a verificação física do item Fita gomada marron, dada a informação de que foram recebido em vez deste, Fita transparente.

Das Recomendações

Criar um modelo de requisição contendo entre outros: Número de requisição, espaço para assinatura do recebedor com a respectiva data em que o material deu saída do almoxarifado, Timbre da Prefeitura do Município de Porto Velho e mais o que julgar necessário para um melhor controle de saída de materiais;

Esclarecer o não-recebimento levantado no item “2” acima, em razão de não se encontrar o material no almoxarifado e nem distribuído às dependências da SEMDESTUR, sendo que foi firmado recebimento (Termo de Recebimento; fl. 58);

Justificar o porquê da discordância aventada no item “3” acima, em razão de não ter sido recebido o material com a característica especificada;

Justificar o questionamento do item “4” face ao recebimento do material ser diferente do especificado.

Relatório nº 003/DCS/CGM/2011 – Relatório de Inspeção - SEMOB

Inspeção de acompanhamento objetivando verificar Regularidade no Recebimento, Distribuição de material na Secretaria Municipal de Obras – OBRAS.

Relatório de Inspeção:

Usando das atribuições expressas nos artigos 31, 70 e, especialmente o artigo 74 da Constituição Federal e ainda, no Regimento Interno da Controladoria Geral do Município, conforme competência prevista na Lei Orgânica do Município e nas Leis Complementares Municipais nºs. 054/1996 e 125/2001 concernentes ao controle interno no âmbito do Poder Executivo Municipal, bem como do artigo 113 da Lei Federal nº 8.666/93 e artigo 59 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Considerando determinação da Controladora Geral do Município, através do Ofício Circular nº. 003/GAB/CGM de Abril de 2010 realizará a análise dos processos Administrativos de despesas depois do pagamento (controle a posteriori) na metodologia adotada pela Controladoria Geral da União, por amostragem.

Foi selecionado para inspeção in loco o seguinte Processo Administrativo de despesa da Secretaria Municipal de Obras - SEMOB, após o pagamento, a saber:

Mês de Novembro/2010 - Processo nº 11.0017/2010

O trabalho buscou basicamente examinar a regularidade no recebimento dos materiais, distribuição, armazenamento e ao final anexamos fotos para ter maior clareza e conhecimento dos materiais inspecionados.

A atividade fora executado por meio de Papel de Trabalho, Formulário de Coleta de Dados, mediante Vistoria in loco e tendo sido realizada Entrevista, procurando obter informações para a realização do trabalho e apresentação de Relatório.

Equipes de Trabalho:

- Maria Auxiliadora A. de O. Monteiro, Auditora, Cad. 206.450;
- Paulo Roberto Coelho Siebra, Assistente de Controle Interno, Cad. 80.911;

PROCESSO 11.0017/2010 Material de Consumo

A vistoria in loco objetiva verificar a regularidade no recebimento e distribuição dos materiais por meio de amostragem, dos itens abaixo citado:

Item	*Unid*	*Descrição das peças para Usina de Asfalto Patrimônio nº 57471.*	*Quantid. Contratada*
01	Unid	Moto redutor, ref. 15460	01
02	Unid.	Mancal, ref. 13336	01
03	Unid.	Rolo condutor, ref. 80240	01
04	Unid.	Válvula solenóide 220Volts, ref. 08095	01
05	Mts.	Corrente do elevador, ref. 11798	01
06	Unid.	Parafuso, ref. 09152	01
07	Unid.	Porca, ref. 10408	01
08	Unid.	Arruela, ref. 10581	01
09	Unid.	Talisca, ref. 80656	01
10	Unid.	Rolamento autocompensador, ref. 11238	01
11	Unid.	Conversor de freqüência, ref. 13515	01
12	Unid.	Termômetro angular, ref. 09167	01
13	Unid.	Monômetro, ref. 13699	01
14	Unid.	Termostato, ref. 05960	01
15	Unid.	Termo elemento, ref. 15843PT H100	01
16	Unid.	Termômetro angular, ref. 09175	01
17	Unid.	Filtro de asfalto, ref. 66109	01
18	Unid.	Conjunto de filtro, ref. 49205	01
19	Unid.	Suporte do filtro, ref. 44416	01
20	Unid.	Elemento filtrante, ref.13054	01
21	Unid.	Elemento filtrante, ref.13044	01

Item	*Unid*	*Descrição das peças para Vibro Acabadora Patrimônio nº 58884*	*Quant. Contrat.*
01	Unid.	Conjunto do fim de curso, ref. 82879	01
02	Unid.	Meio elo, ref. 12000	01
03	Unid.	Retentor, ref. 10901	01
04	Unid.	Espaçador, ref. 31929	01
05	Unid.	Rolamento, ref. 11253	01
06	Unid.	Suporte do caracol, ref. 85514	01
07	Unid.	Cabo de acelerador ID 58473, ref.	01
08	Unid.	Eixo traseiro, ref. 82070	01
09	Unid.	Eixo dianteiro, ref. 82069	01
10	Unid.	Caracol direito, ref. 25084	01
11	Unid.	Parafuso, ref. 10300	01
12	Unid.	Eixo de extensão, ref. 36055	01
13	Unid.	Arruela, ref. 10664	01
14	Unid.	Porca ID 5134, ref. 10552	01
15	Unid.	Parafuso ID 4313, ref. 10767	01
16	Unid.	Agitador do caracol, ref. 30951	01
17	Unid.	Parafuso do cilindro ID 4417, ref. 9893	01
18	Unid.	Rolete guia, ref. 45000	01
19	Unid.	Caracol direito, ref. 22724	01
20	Unid.	Chapa alisadora, ref. 83679	01
21	Unid.	Parafuso, ref. 10731	01
22	Unid	Arruela ref. 10603	01
23	Unid	Sensor temperatura, ref. 22788	01
24	Unid	Rolamento, ref. 11172	01
25	Unid	Arruela, ref. 10652	01
26	Unid	Contra pino, ref. 16477	01
27	Mts.	Corrente do transportador, ref. 11781	01
28	Unid	Toldo vinilight amarelo, ref. 17503	01
29	Unid	Porca, ref. 10566	01
30	Unid	Rolete, ref. 45004	01
31	Unid	Tampa do mancal, ref. 33093	01
32	Unid	Parafuso sextavado, ref. 9894	01
33	Unid	Aleta inversora esqerda, ref. 25066	01

34	Unid	Rolantento, ref. 11156	01
35	Unid	Graxeira, ref. 13807	01
36	Unid	Retentor do feltro, ref. 83192	01
37	Unid	Caracol esquerdo, ref. 22725	01
38	Unid	Ch base SD CJ, ref. 86723	01
39	Unid	Bucha esticadora, ref. 30263	01
40	Unid	Engrenagem do rolo, ref. 48395	01
41	Unid	Corrente simples, ref. 83148	01
42	Unid	Meio elo, ref. 12000	01
43	Mts.	Cordão o'ring, ref. 12269	01
44	Unid	Truck direito, ref. MTD CJ, ref. 83764	01
45	Unid	Engrenagem, ref. 83762	01
46	Unid	Corrente simples, ref. 83132	01
47	Unid	Eixo, ref. 31014	01
48	Unid	Kit de vedação, ref. 12498	01
49	Unid	Kit d e vedação, ref. 13302	01
50	Unid	Kit d e vedação, ref. 12500	01
51	Unid	Conecção, ref. 06035	01
52	Unid	Mangueira, ref. 02506	01
53	Unid	Conexão, ref. 07149	01
54	Unid	Arruela lisa, ref. 10717	01
55	Unid	Bolco de válvula, ref. 11020	01
56	Unid	Mancal com rolamento, ref. 13331	01
57	Unid	Aleta inversora direita, ref. 25036	01
58	Unid	Parafuso, ref. 10300	01
59	Unid	Porca ID5134, ref. 10552	01
60	Unid	Caracol direito, ref. 25084	01
61	Unid	Arruela, ref. 10664	01
62	Unid	Parafuso, ref. 10238	01
63	Unid	Rolamento, ref. 11222	01
64	Unid	Rolamento, ref. 11273	01
65	Unid	Emenda para corrente, ref. 11910	01

Achados da Vistoria.

As guias de controle dos objetos verificados nesta unidade não consta o número de ordem;

Vibro-acabadora à Rua Venezuela (defronte ao Instituto de Previdência Municipal) aparentemente nenhum procedimento asfáltico fora realizado.

Das Recomendações

Criar modelo de requisição contendo entre outros: Número de requisição, espaço para assinatura do recebedor com a respectiva data em que o material deu saída do almoxarifado, timbre da Prefeitura do Município de Porto Velho, o mais que julgar necessário para o melhor controle de saída dos materiais;

Reunir esforços no sentido de encontrar soluções para manter a Vibro-acabadora em local propício à sua segurança e durabilidade.

Relatório nº 005/DCS/CGM/2011 – Relatório de Inspeção SEMAS

Inspeção de acompanhamento objetivando verificar Regularidade no Recebimento, Registro Patrimonial e Uso dos Materiais Permanentes adquiridos pela Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS.

Relatório de Inspeção

Usando das atribuições expressas nos artigos 31, 70 e, especialmente o artigo 74 da Constituição Federal e ainda, no Regimento Interno da Controladoria Geral do Município, conforme competência prevista na Lei Orgânica do Município e nas Leis Complementares Municipais nºs. 054/1996 e 125/2001 concernentes ao controle interno no âmbito do Poder Executivo Municipal, bem como do artigo 113 da Lei Federal nº 8.666/93 e artigo 59 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Considerando sendo determinação da Controladora Geral do Município, através do Ofício Circular nº. 003/GAB/CGM de Abril de 2010 realizará a análise dos processos Administrativos de despesas depois do pagamento (controle a posteriori) na metodologia adotada pela Controladoria Geral da União, por amostragem.

Foi selecionado para inspeção in loco o seguinte Processo Administrativo de despesas da Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS, a saber:

Mês de dezembro/2010 - Processo nº 12.0214.000/2010.

O trabalho buscou basicamente examinar a regularidade no recebimento, regularidade de registro patrimonial, uso e guarda de bens e ao final foi anexado fotos para obter melhor clareza e visão dos materiais inspecionados na referida vistoria in loco.

Foram procedidas às atividades por meio de Papel de Trabalho, Formulário de Coleta de Dados, mediante vistoria in loco e ainda entrevistas, procurando colher informações precisas para a obtenção e realização do trabalho como também a apresentação de Relatório.

Equipes de Trabalho:

- Maria Auxiliadora Alencar de O. Monteiro, Auditora, Cad. 20.645-0;
- Paulo Roberto Coelho Siebra, Assistente de Controle Interno, Cad. 80.911.

PROCESSO N° 12.0214.000/2010 - Material Permanente – (Aquisição de Material Permanente (informática), para atender o Programa Bolsa Família.

Item	Tomb.	Descrição/Produto	Unid.	Marca/ Modelo	Qtd.
01	127303 a 127305	**NOTEBOOK**: ProcessadorTecnologia Dual de no mínimo 2 Núcleos, 32/64 Bits de no mínimo de 2,0 Ghz, memória cachê de no mínimo L2 de 3MB, FBS (Front Side Bus) a partir de 800Mhz;Placa Mãe: Barramento FBS de no mínimo de 800 Mhz; Memória RAM 4Gb DDR2-667Mhz com suporte para ate 8Gb de memória RAM com no mínimo de 2 Slots; Mínimo de 3 portas USB2.0; Unidade de Entrada e Saída; Disco Rígido (HD) de no mínimo 250 GB Sata2 Velocidade 5400rpm; Unidade de DVD-RW mínimo de 8x; Teclado em português padrão ABNT 2; Controle de som; 1 Placa de Rede 10/100Kbps; 1Placa de rede Wireless 802.11a/g/n ou 802.11b/g/n; 1Placa de vídeo com mínimo de 256Mb (Compartilhada com memória RAM) 1 Saída de Vídeo VGA ou Superior; LCD; Monitor LCD de 14.1"Widescreen, com Resolução mínima de 1280x800 60Hz; Licença de Software: Licença e mídia para Windows 7 Profissional em português Préinstalado de Fabrica. As Mídias Originais devem ser 1 para cada Maquina. Exemplo se Solicitado 3 maquinas deve ser entregue 3 Mídias Originais uma para cada maquina. Itens Inclusos CD dos programas necessários a instalação e adequação de todos os modos de funcionamento das placas e componentes do equipamento, com a respectiva documentação preferencialmente em português e maleta para notebook. Garantia do fabricante mínima de 01 (um) ano, prestada na cidade de Porto Velho.	Und.	Arquimedes Corporativo BN02	03
02	127306 a 127317	**MICROCOMPUTADOR**: características mínimas, PROCESSADOR tecnologia Dual de no mínimo 2 núcleos, 32/64 bits, de no mínimo de 2,8 GHz, memória cache de no mínimo L2 de 3MB, FBS (Front Side Bus), Mínimo de 1066 Ms; PLACA-MAE: barramento FBS de no mínimo de 1066Mhs; memória RAM 4Gb DDR2-800 Mhs; c/ suporte p/ ate 8Ghz de memória RAM c/no mínimo de 2 slots; mínimo de 8 portas USB 2.;(Placa-Mãe, Processador e Memória tem que ser padronizadas); UNIDADES DE ENTRADA E SAIDA: DiscoRigido (HD) de no mínimo 500Gb Sata2, Velocidade 7200rpm; um driver de disco flexível de 1,44MB com 31/2; unidade de DVD-RW mínimo de 16x; Teclado ABNT2 PS2 ou USB; Mouse Óptico c/ scroll PS2 ou USB c/ no mínimo de 800dpi; Caixa de som amplificadas (externas); 1Placa de rede 10/100kbps OnBoard; 1 Placa de rede10/100/1000kbps OffBoard; 1 Placa de rede Wireless 54Mbs 802.11a/b/g; 1 Placa OnBoard (Compartilhada c/ memória RAM);GABINETE no mínimo de 4 baias com fonte de alimentação (CA 110V 220V) compatível com memória RAM); MONITOR: LCD de 17" Widescreen, com resolução 1280x760 60Hz, Bivolt, Dupla interface de vídeo (RGB e DVI), brilho 250 cd/m2, Contraste mínimo 2000:1 (dinâmico) tempo de c/ cabos para conexão c/ o micro e energia: LICENÇA SOFTWARE: Licença e mídia (original) do MS-WINDOWS 7 c/ downgrade p/ o MS-WINDOWS XP em português. As mídias Originais deve ser 1 para cada maquina. Exemplo: se solicitado 3 maquinas deve ser entregue 3 mídias originais uma p/ cada maquina. ITENS INCLUSOS: CD dos programas necessários a instalação e adequação de todos os modos de funcionamento das placas e componentes dos equipamentos, c/ a respectiva documentação preferencialmente em português. GARANTIA: mínima de 1 (um) ano, e assistência técnica prestada na cidade de Porto Velho.	Und.	Arquimedes Corporativo BN02	12

A vistoria in loco objetivou verificar a regularidade do recebimento, da distribuição, do registro patrimonial e quanto ao estado de conservação dos produtos.

Relatórios de Inspeção DCS

Relatório nº 007/DCS/CGM/2011 – Inspeção Gabinete do Prefeito

Inspeção de acompanhamento objetivando verificar Regularidade no Recebimento, Registro Patrimonial e uso dos Materiais Permanentes adquiridos pelo Gabinete do Prefeito – GP.

Relatório de Inspeção.

Usando das atribuições expressas nos artigos 31, 70 e, especialmente o artigo 74 da Constituição Federal e ainda, no Regimento Interno da Controladoria Geral do Município, conforme competência prevista na Lei Orgânica do Município e nas Leis Complementares Municipais nºs. 054/1996 e 125/2001 concernentes ao controle interno no âmbito do Poder Executivo Municipal, bem como do artigo 113 da Lei Federal nº 8.666/93 e artigo 59 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Considerando determinação da Controladora Geral do Município, através do Ofício Circular nº. 003/GAB/CGM de Abril de 2010 realizará a análise dos processos administrativos de despesas depois do pagamento (controle a posterior) na metodologia adotada pela Controladoria Geral da União, por amostragem.

Foi selecionado para inspeção in loco o seguinte Processo Administrativo de Despesas do Gabinete do Prefeito - GP, a saber:

Mês de dezembro/2010 - Processo nº 02.0071/2010

O trabalho buscou basicamente examinar a regularidade no recebimento, registro patrimonial, uso e guarda de bens e ao final anexamos fotos para melhor clareza e visão dos materiais inspecionados na referida vistoria in loco.

Foram procedidas às atividades por meio de Papel de Trabalho, Formulário de Coleta de Dados, mediante vistoria in loco e realizada entrevista procurando obter informações precisas para a obtenção e realização do trabalho como também a apresentação de Relatório.

Equipes de Trabalho:

- Manoel Jesus do Nascimento, Assistente de Controle Interno, Cad. 50485;
- Samuel Jorge da Costa, Assistente de Controle Interno, Cad. 160432.

Processo nº 02.0071/2010 - Materiais Permanente (Móveis).

Item	Tombamento	Descrição dos Produtos	Unid	Marca Modelo	Qtd.
01	127369	Balcão de atendimento sob medida em mdf melamínico nas cores nogal e wengue, medindo 2.38x0.60x1.10m (H). Garantia de 01 (um) ano.	Unid	Vandaflex/flex	01
02	14283/A/2010	Divisória sob medida estruturada em blocos de mdf melamínico na cor nogal e vidro temperado 8mm, com porta de correr duas folhas e três bandeiras fixas com H= 2.20M garantia de 01 (um) ano.	M/L	Pro Estilo	12,2
03	127440 a 127441	Bancada dupla sob medida em mdf melamínico nas cores nogal e carvalho, medindo 3.00x0.70x0.75 (H). Garantia de 01 (um) ano.MOD: ESPECIAL.	Unid.	Caderode	02
04	127442	Painel sob medida em mdf melamínico na cor freijó medindo 2.38x2.60 (H). Garantia de 01 (um) ano. MOD: ESPECIAL.	Unid.	Caderode	01
05	127443	Painel sob medida em mdf melamínico na cor freijó medindo 3.78x2.60 (H). Garantia de 01 (um) ano. MOD: ESPECIAL.	Unid.	Caderode	01
06	127444	Painel sob medida para compor três paredes em mdf melamínico na cor nogal e wengue medindo 6.55x1.10m (H). Garantia de 01 (um) ano. MOD: ESPECIAL.	Unid.	Caderode	01
07	127445	Painel sob medida em mdf melamínico na cor nogal medindo 3.50x2.20m (H). Garantia de 01 (um) ano. MOD: ESPECIAL.	Unid.	Caderode	01
08	127370 a 127377	Mesa sob medida para digitação em mdf melamínico na cor cinza claro com porta teclado retrátil e suporte para CPU, medindo 0.90x0.70x0.75 (H). Garantia de 0l (um) ano.	Unid	Vandaflex/flex	08
09	127378 a 127381	Mesa em "L" sob medida, em mdf melamínico na cor cinza claro, duas gavetas com chaves e suporte para CPU, medindo 1.35x0.90x0.60x0.75 (H). Garantia de 01 (um) ano.	Unid.	Vandaflex/flex	04
10	127382 a 127386	Mesa sob medida mdf melamínico na cor cinza claro, com duas gavetas com chave e suporte para CPU, medindo 1.60x0.70x0.75 (H). Garantia de 01 (um) ano.	Unid.	Vandaflex/flex	05
11	127449 a 127456	Armário alto sob medida em mdf melamínico na cor cinza claro com quatro prateleiras internas, duas portas com chaves, deslizantes reguláveis medindo 0.80x0.45x2.00m (H). Garantia de 01 (um) ano.	Unid.	Layout La2p-e	06
12	127457	Armário alto sob medida em mdf melamínico na cor cinza claro, com seis gavetas para pastas suspensas, quatro prateleiras, duas portas com chaves e deslizantes reguláveis medindo 1.00x0.45x2.00 (H). Garantia de 01 (um) ano.	Unid.	Layuot La2p-e	01
13	127387 a 127389	Mesa sob medida para digitação em mdf melamínico na cor cinza claro com porta teclado retrátil e suporte para CPU, medindo 0.90x0.70x0.75. Garantia de 01 (um) ano.	Unid.	Vandaflex/flex	03
14	127364 a 127367	Armário alto sob medida em mdf melamínico na cor cinza claro, com quatro prateleiras internas, duas portas com chaves, deslizantes reguláveis, medindo 0.80x0.45x2.00m (H). Garantia de 01 (um) ano.	Unid.	Pró Estilo	04
15	127446 a 127448	Mesa sob medida em mdf melamínico na cor cinza claro, com duas gavetas com chave e suporte para CPU, medindo 1.60x0.70x0.75 (H). Garantia de 01 (um) ano. MOD: MX-150.	Unid.	Pandim	03
16	127368	Balcão de atendimento em "L", sob medida, mdf cinza claro melamínico, medindo 1.80/1.60x0.40x0.90 (H). Garantia de 01 (um) ano.	Pç	Pró Estilo	01
17	14284/A/2010	Divisória para duas salas, com duas portas e fechaduras em Eucatex cinza clara. Garantia de 01 (um) ano.	M²	Pró Estilo	22
18	127390 a 127439	Cadeira fixa aproximação, assento/encosto estrutura plástica injetada em polipropileno copolímero de alta resistência na cor preta, estrutura de sustentação em tubo de aço industrial redondo 19,5mm e parede de 1,20mm, suporte de encosto em tubo de aço industrial oblongo 16x30mm parede de 1,50mm porteiras em polipropileno injetado, pintura a pó do tipo híbrida com camada de 60 microns e cura em estufa a 200° C, na cor preta liso semi-brilho. Medindo 0,54 largura x 0,52 profundidade x 0,82 altura. Garantia de 01 (um) ano.	Unid.	58	50

Achados da Vistoria

Como resultado da vistoria realizada verificou-se:

- Que os bens adquiridos no processo nº 02.0071/2010 (Móveis), ainda não foram tombados;
- Divergência na especificação do produto, pedido no item 10 mesa sob medida mdf melamínico na cor cinza claro, com duas gavetas, divergindo do produto recebido mesa sob medida mdf melamínico na cor cinza claro, com três gavetas;

Recomendacões:

- Que seja afixado, nos bens adquiridos no processo nº 02.0071/2010, os números de tombamentos, conforme Termos de Responsabilidade nºs 204, 205, 206 e 207 /2010 (fls. 398/406);

Relatório nº 008/DCS/CGM/2011 Relatório de Inspeção PGM

Inspeção de acompanhamento objetivando verificar Regularidade no Recebimento, Registro Patrimonial e uso dos Materiais Permanentes adquiridos pela Procuradoria Geral do Município – PGM.

Relatório de Inspeção.

Usando das atribuições expressas nos artigos 31, 70 e, especialmente o artigo 74 da Constituição Federal e ainda, no Regimento Interno da Controladoria Geral do Município, conforme competência prevista na Lei Orgânica do Município e nas Leis Complementares Municipais nºs. 054/1996 e 125/2001 concernentes ao controle interno no âmbito do Poder Executivo Municipal, bem como do artigo 113 da Lei Federal nº 8.666/93 e artigo 59 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Considerando determinação da Controladora Geral do Município, através do Ofício Circular nº. 003/GAB/CGM de Abril de 2010 realizará a análise dos processos administrativos de despesas depois do pagamento (controle a posterior) na metodologia adotada pela Controladoria Geral da União, por amostragem.
Foi selecionado para inspeção in loco o seguinte Processo Administrativo de Despesas da Procuradoria Geral do Município - PGM, a saber:

Mês de dezembro/2010 - Processo nº 04.01501/2010;

O trabalho buscou basicamente examinar a regularidade no recebimento, registro patrimonial, uso e guarda dos bens e ao final anexamos fotos para melhor clareza e visão dos materiais inspecionados na referida vistoria in loco.

Foram procedidas às atividades por meio de Papel de Trabalho, Formulário de Coleta de Dados, mediante vistoria in loco e realizada entrevista procurando obter informações precisas para a obtenção e realização do trabalho como também a apresentação de Relatório.

Equipes de Trabalho:

- Manoel Jesus do Nascimento, Assistente de Controle Interno, Cad. 50.485
- Jair Cláudio Carvalho de Jesus, Estagiário.

Processo nº 04.01501/2010 - Materiais Permanente.

Item	Tomb.	Descrição do Produto	Unid.	Marca/ Modelo	Qtd.
01	127319 a 127321	Cadeira tipo executivo com braço regulável tipo botão injetado com poliuretano integral, texturizado, com alma interna em aço. Base giratória relax excêntrica a gás formada por pé (base ou pata). Base giratória relax excêntrica a gás, formada por pé (base ou pata) em alumínio com 5 (cinco) haste confeccionados em tubos de aço quadrado, protegido com capa protetora em polipropileno rígido com rodízios duplos, duplo giro. Acionamento da regulagem de altura realizada através do movimento da alavanca situada na lateral direita do mecanismo. A estrutura e fixada ao assento de madeira por intermédio de (quatro) parafusos sextavados de ¼ X 7/8 e porcas de garra 1/4. Com estofados confeccionados em compensado prensado a quente com laminas mescladas de madeiras selecionadas. Concha bipartida. Fixação do assento e encosto feita por parafusos ¼ x ¼ , e porcas de garra ¼ fixadas ao madeiramento. Almofadas confeccionadas em espuma de poliuretano injetado, moldado de densidade controlada. Assento: -profundidade: 420 MM -largura: 470 - espessura: 50 mm na superfície - densidade: 53 Kg/m^3 Encosto: - altura: 380 mm -largura: 400 mm no espaldar -espessura: 50 mm no espaldar - densidade: 55 k g/ m^3 Revestimento em courrissimo, costuras formam gomos verticais assimétricos sobre espuma laminada de 10 mm de espessura, colocada abaixo do revestimento. O acabamento final e realizado com perfil macho/ fêmea em PVC rígido alto impacto.	Unid.	Caderode	03

Item	Tomb.	Descrição do Produto	Unid	Marca/ Modelo	Qtd
02	127322 a 127329	Mesa em madeira com 2 gavetas, medindo aproximadamente 1,20x0,74x0,60 CM (LxCxA), Madeira MDP, Revestida em melamínico, Espessura 18mm.	Unid.	Caderode	08

Item	Tomb.	Descrição do Produto	Unid.	Marca/ Modelo	Qtd.
03	127330 a 127334	Mesa para impressora com tampos de 15 mm de espessura em madeira aglomerada, revestida em melamínico, com perfis em PVC, pés em aço pintado a pó na cor branco.	Unid.	Caderode	05

A vistoria in loco objetivou verificar a regularidade do recebimento, registro patrimonial e uso dos Materiais Permanentes citados no quadro acima.

Da Distribuição

Constatou-se que:

Os bens Permanentes encontram-se distribuídos na Divisão de Apoio Administrativo, Sub Procuradoria Trabalhista, Sub Procuradoria Administrativa, Assessoria Técnica/PGM e parte distribuída para atender o PROJUDI junto as Unidades Sub Procuradoria Fiscal e Sub Procuradoria de Dívida Ativa da PGM no prédio sito a Av. Getúlio Vargas, 1693 – 2º e 3º piso;

O Empenho e a Nota Fiscal tratam do mesmo material e especificação;
Todos os bens Patrimoniais adquiridos encontram-se com os seus respectivos números de tombamento afixados, conforme Termo de Responsabilidade nº 200/2010 (fls. 47/49).

Relatório nº 002/DCS/CGM/2011 – Relatório de Inspeção SEMDESTUR
Inspeção de acompanhamento objetivando verificar Regularidade no Recebimento, Distribuição de material na Secretaria de Desenvolvimento Socioeconômica e Turismo – SEMDESTUR.

Relatório de Inspeção

Usando das atribuições expressas nos artigos 31, 70 e, especialmente o artigo 74 da Constituição Federal e ainda, no Regimento Interno da Controladoria Geral do Município, conforme competência prevista na Lei Orgânica do Município e nas Leis Complementares Municipais nºs. 054/1996 e 125/2001 concernentes ao controle interno no âmbito do Poder Executivo Municipal, bem como do artigo 113 da Lei Federal nº 8.666/93 e artigo 59 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Considerando determinação da Controladora Geral do Município, através do Ofício Circular nº. 003/GAB/CGM de Abril de 2010 realizará a análise dos processos Administrativos de despesas depois do pagamento (controle a posterior) na metodologia adotada pela Controladoria Geral da União, por amostragem.

Foram selecionados para inspeção in loco o seguinte Processo Administrativo de despesa da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Socioeconômico - SEMDESTUR, após o pagamento, a saber:

Mês de Outubro/2010 - Processo nº17.097/2010

O trabalho buscou basicamente examinar a regularidade no recebimento dos materiais e distribuição, armazenamento e ao final anexamos fotos para melhor clareza e visão dos materiais inspecionados.

Foram procedidas às atividades por meio de Papel de Trabalho, Formulário de Coleta de Dados, mediante vistoria in loco e realizada entrevista procurando obter as informações para a realização do trabalho e apresentação de Relatório.

Equipes de Trabalho:

- Maria Auxiliadora A. de O. Monteiro, Auditora, Cad. 206.450
- Manoel Jesus do Nascimento, Assistente de Controle Interno, Cad, 50.485
- Paulo Roberto Coelho Siebra, Assistente de Controle Interno, Cad. 80.91

Processo 17. 097/2010 Material de Consumo

A vistoria in loco objetivou verificar a regularidade do recebimento, o armazenamento, a guarda dos suprimentos de expediente, por amostragem, dos itens abaixo citado:

Item	Descrição	Und	Quant. Pedida	Quant. Estoque.	Marca
01	Caneta esferográfica na cor azul do tipo bic, compactor faber castell ou similar, com escrita macia, uniforme, carga e ponta fixada sob pressão na parte inferior do corpo da caneta, ponta média, corpo plástico cilíndrico transparente (cristal), com tampa na cor da carga, contendo o nome do fabricante impresso no corpo da caneta, embalagem caixa com 50 unidades.	Cx	50	0	Faber castell
02	.Caneta esferográfica na cor preta do tipo bic, compactor, faber castell ou similar, com escrita macia, uniforme, carga e ponta fixada sob pressão na parte inferior do corpo da caneta, ponta media, corpo plástico cilíndrico transparente (cristal), com tampa na cor da carga, contendo o nome do fabricante impresso no corpo da caneta, embalagem caixa com 50 unidades.	Cx	10	0	Faber castell
03	Esferográfica na cor vermelha do tipo bic, compactor, faber castell ou similar, com escrita macia, uniforme, carga e ponta fixada sob pressão, na parte inferior do corpo da caneta, ponta media, corpo plástico cilíndrico transparente, (cristal), com tampa na cor da carga, contendo o nome do fabricante impresso no corpo da caneta, embalagem caixa com 50 unidades.	Cx	10	0	Faber castell

04	Tesoura em aço inox com 16cm, sem ponta com cabo plástico.	Um.	20	3	Marca do fabricante
05	Clips para papel nº 2/0 em aço niquelado, embalagem: 100 unidades e dados de identificação do produto e marca do fabricante.	Cx.	100	0	Marca do fabricante
06	Clips para papel nº 3/0 em aço niquelado, embalagem: 50 unidades e dados de identificação do produto e marca do fabricante.	Cx.	100	0	Marca do fabricante
07	Clips para papel nº 5/0 em aço niquelado, embalagem: 100 unidades e dados do fabricante.	Cx.	100	0	Marca do fabricante
08	Clips para papel nº 6/0 em aço niquelado, embalagem: 50 unidades e dados de identificação do produto e marca do fabricante.	Cx.	100	0	Marca do fabricante
09	Cips para papel nº 8/0 em aço niquelado, embalagem: 25 unidades e dados de identificação do produto e marca do fabricante.	Cx	50	0	Marca do fabricante
10	Colchete para encadernação, nº 10, latonado, haste dupla e flexível, embalagem: caixa com 72 unidades e dados de identificação do produto e marca do fabricante.	Cx	50	46	Marca do fabricante
11	Colchete para encadernação, nº 15, latonado, haste dupla e flexível, embalagem: caixa com 72 unidades e dados de identificação do produto e marca do fabricante.	Cx	20	14	Marca do fabricante
12	Fita adesiva, transparente tamanho: medindo 48mmx50m, pacote com 5(cinco) unidades.	Pc.	30	32	Marca do fabricante
13	Fita gomada, marron tamanho: medindo 48mmx45m, pacote com 5 unidades.	Pc.	10	0	Marca do fabricante
14	Fita plástica para colorida em polietileno, com listas amarelas e preta intercalada, rolo medindo 7cm de largura e 200 metros de comprimento.	Pc.	05	05	Marca do fabricante
15	Grampeador de mesa para papel, manual em metal, tamanho 19x4cm para grampo 26/6.	Unid..	15	04	Marca do fabricante
16	Grampo para grampeador, galvanizado, tamanho 26/6., embalagem: caixa com 5.000 unidades, com dados de identificação do produto e marca do fabricante.	Cx.	50	42	Marca do fabricante
17	Lápis preto nº 2 formato redondo, mina grafite, ponta a ponta, com a ponta feita em fábrica, caixa com 144 unidades.	Cx.	05	03	Marca do fabricante
18	Papel branco, formato A4, tamanho, medindo: 210 x 297mm, gramatura 75g/m², caixa com 10(dez) resmas de (500 folhas.)	Cx.	80	74	Marca do fabricante
19	Pasta registradora AZ, na cor preta medindo aproximadamente 270 x 350mm , com lombada de 80mm(lombo estreito), com prendedor interno confeccionado em metal e etiqueta de identificação removível(não colada), pacote com 4 unidade.	Pc.	30	24	Marca do fabricante
20	Pasta suspensa Kraft, dimensões 234 x 260 mm, com 2 (dois) prendedores macho e fêmea, caixa com 50 unidades.	Cx.	100	57	Marca do fabricante
21	Porta carimbo, em acrílico, com capacidade para carimbos na cor fume.	Unid.	15	13	Marca do fabricante
22	Extrator de grampo, tipo espátula, em aço cromado, dimensões variando de 14,5 a 15cm.	Unid.	30	30	Japan Marca do fabricante
23	Livro protocolo para correspondência, capa de papelão 705 g/m², com 100 folhas, medindo aproximadamente 153,0 x 216,0 mm, pacote com 5 unidades.	Pac.	04	03	Foroni Marca fabricante
24	.Pincel para quadro branco, ponta indeformável, fácil de apagar sem deixar resíduos, auto-recarregável, secagem rápida, na cor azul, medindo entre 10cm 14cm. Embalagem: com 12 unidades.	Cx.	04	03	Like Marca do fabricante
25	Pincel para quadro, ponta indeformável, fácil de apagar sem deixar resíduos, auto-recarregável, secagem rápida, na cor preta, medindo entre 10 cm a 14cm. Embalagem: caixa com 12 unidades.	Cx	04	03	Marca do fabricante
26	Pincel para quadro branco, ponta indeformável, fácil de apagar sem deixar resíduos, auto-recarregável, secagem rápida, na cor vermelha, medindo entre 10cm a2 14cm Embalagem: caixa com 12 unidades.	Cx.	04	03	Like Marca do fabricante
					Xalingo

27	Régua transparente graduada em 30cm, subdivididas em mm, com no mínimo 3,0mm de espessura e 35mm de largura, material plástico resistente.	Unid.	50	36	Marca do fabricante
28	Régua transparente graduada em 50cm, subdivididas em mm, com no mínimo 3,0mm de espessura e 35mm de largura, material plástico resistente.	Unid.	50	40	Waleu Marca do fabricante

Achados da Vistoria

As guias de controle dos objetos distribuídos às unidades da SEMDESTUR não constam de número de ordem;

Não foi possível a verificação física dos itens Caneta esferográfica (azul, preta e vermelha), constante deste processo, dada a informação de que não foram recebidos.

Não foi possível a verificação física do item Colchetes para encadernação n° 15, dada a informação de que em vez destes, foram recebidos colchetes de n° 14.

Não foi possível a verificação física do item Fita gomada marron, dada a informação de que foram recebido em vez deste, Fita transparente.

Das Recomendações

Criar um modelo de requisição contendo entre outros: Número de requisição, espaço para assinatura do recebedor com a respectiva data em que o material deu saída do almoxarifado, Timbre da Prefeitura do Município de Porto Velho e mais o que julgar necessário para um melhor controle de saída de materiais;

Esclarecer o não-recebimento levantado no item “2” acima, em razão de não se encontrar o material no almoxarifado e nem distribuído às dependências da SEMDESTUR, sendo que foi firmado recebimento (Termo de Recebimento; fl. 58);

Justificar o porquê da discordância aventada no item “3” acima, em razão de não ter sido recebido o material com a característica especificada;

Justificar o questionamento do item “4” face ao recebimento do material ser diferente do especificado.

Relatório nº 003/DCS/CGM/2011 – Relatório de Inspeção - SEMOB

Inspeção de acompanhamento objetivando verificar Regularidade no Recebimento, Distribuição de material na Secretaria Municipal de Obras – OBRAS.
Relatório de Inspeção:

Usando das atribuições expressas nos artigos 31, 70 e, especialmente o artigo 74 da Constituição Federal e ainda, no Regimento Interno da Controladoria Geral do Município, conforme competência prevista na Lei Orgânica do Município e nas Leis Complementares Municipais nºs. 054/1996 e 125/2001 concernentes ao controle interno no âmbito do Poder Executivo Municipal, bem como do artigo 113 da Lei Federal nº 8.666/93 e artigo 59 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Considerando determinação da Controladora Geral do Município, através do Ofício Circular nº. 003/GAB/CGM de Abril de 2010 realizará a análise dos processos Administrativos de despesas depois do pagamento (controle a posteriori) na metodologia adotada pela Controladoria Geral da União, por amostragem.

Foi selecionado para inspeção in loco o seguinte Processo Administrativo de despesa da Secretaria Municipal de Obras - SEMOB, após o pagamento, a saber:

Mês de Novembro/2010 - Processo nº 11.0017/2010

O trabalho buscou basicamente examinar a regularidade no recebimento dos materiais, distribuição, armazenamento e ao final anexamos fotos para ter maior clareza e conhecimento dos materiais inspecionados.

A atividade fora executado por meio de Papel de Trabalho, Formulário de Coleta de Dados, mediante Vistoria in loco e tendo sido realizada Entrevista, procurando obter informações para a realização do trabalho e apresentação de Relatório.

Equipes de Trabalho:

- Maria Auxiliadora A. de O. Monteiro, Auditora, Cad. 206.450;
- Paulo Roberto Coelho Siebra, Assistente de Controle Interno, Cad. 80.911;

Processo 11.0017/2010 Material de Consumo

A vistoria in loco objetiva verificar a regularidade no recebimento e distribuição dos materiais por meio de amostragem, dos itens abaixo citado:

Item	*Unid*	*Descrição das peças para Usina de Asfalto Patrimônio nº 57471.*	*Quantid. Contratada*
01	Unid	Moto redutor, ref. 15460	01
02	Unid.	Mancal, ref. 13336	01
03	Unid.	Rolo condutor, ref. 80240	01
04	Unid.	Válvula solenóide 220Volts, ref. 08095	01
05	Mts.	Corrente do elevador, ref. 11798	01
06	Unid.	Parafuso, ref. 09152	01
07	Unid.	Porca, ref. 10408	01
08	Unid.	Arruela, ref. 10581	01
09	Unid.	Talisca, ref. 80656	01
10	Unid.	Rolamento autocompensador, ref. 11238	01
11	Unid.	Conversor de freqüência, ref. 13515	01
12	Unid.	Termômetro angular, ref. 09167	01
13	Unid.	Monômetro, ref. 13699	01
14	Unid.	Termostato, ref. 05960	01
15	Unid.	Termo elemento, ref. 15843PT H100	01
16	Unid.	Termômetro angular, ref. 09175	01
17	Unid.	Filtro de asfalto, ref. 66109	01
18	Unid.	Conjunto de filtro, ref. 49205	01
19	Unid.	Suporte do filtro, ref. 44416	01
20	Unid.	Elemento filtrante, ref.13054	01
21	Unid.	Elemento filtrante, ref.13044	01

Item	*Unid*	*Descrição das peças para Vibro Acabadora Patrimônio nº 58884*	*Quant. Contrat.*
01	Unid.	Conjunto do fim de curso, ref. 82879	01
02	Unid.	Meio elo, ref. 12000	01
03	Unid.	Retentor, ref. 10901	01
04	Unid.	Espaçador, ref. 31929	01
05	Unid.	Rolamento, ref. 11253	01
06	Unid.	Suporte do caracol, ref. 85514	01
07	Unid.	Cabo de acelerador ID 58473, ref.	01
08	Unid.	Eixo traseiro, ref. 82070	01
09	Unid.	Eixo dianteiro, ref. 82069	01
10	Unid.	Caracol direito, ref. 25084	01
11	Unid.	Parafuso, ref. 10300	01
12	Unid.	Eixo de extensão, ref. 36055	01
13	Unid.	Arruela, ref. 10664	01
14	Unid.	Porca ID 5134, ref. 10552	01
15	Unid.	Parafuso ID 4313, ref. 10767	01
16	Unid.	Agitador do caracol, ref. 30951	01
17	Unid.	Parafuso do cilindro ID 4417, ref. 9893	01
18	Unid.	Rolete guia, ref. 45000	01
19	Unid.	Caracol direito, ref. 22724	01
20	Unid.	Chapa alisadora, ref. 83679	01
21	Unid.	Parafuso, ref. 10731	01
22	Unid	Arruela ref. 10603	01
23	Unid	Sensor temperatura, ref. 22788	01
24	Unid	Rolamento, ref. 11172	01
25	Unid	Arruela, ref. 10652	01
26	Unid	Contra pino, ref. 16477	01
27	Mts.	Corrente do transportador, ref. 11781	01
28	Unid	Toldo vinilight amarelo, ref. 17503	01
29	Unid	Porca, ref. 10566	01
30	Unid	Rolete, ref. 45004	01
31	Unid	Tampa do mancal, ref. 33093	01
32	Unid	Parafuso sextavado, ref. 9894	01
33	Unid	Aleta inversora esqerda, ref. 25066	01
34	Unid	Rolantento, ref. 11156	01
35	Unid	Graxeira, ref. 13807	01
36	Unid	Retentor do feltro, ref. 83192	01
37	Unid	Caracol esquerdo, ref. 22725	01
38	Unid	Ch base SD CJ, ref. 86723	01
39	Unid	Bucha esticadora, ref. 30263	01
40	Unid	Engrenagem do rolo, ref. 48395	01
41	Unid	Corrente simples, ref. 83148	01
42	Unid	Meio elo, ref. 12000	01
43	Mts.	Cordão o'ring, ref. 12269	01

44	Unid	Truck direito, ref. MTD CJ, ref. 83764	01
45	Unid	Engrenagem, ref. 83762	01
46	Unid	Corrente simples, ref. 83132	01
47	Unid	Eixo, ref. 31014	01
48	Unid	Kit de vedação, ref. 12498	01
49	Unid	Kit d e vedação, ref. 13302	01
50	Unid	Kit d e vedação, ref. 12500	01
51	Unid	Conecção, ref. 06035	01
52	Unid	Mangueira, ref. 02506	01
53	Unid	Conexão, ref. 07149	01
54	Unid	Arruela lisa, ref. 10717	01
55	Unid	Bolco de válvula, ref. 11020	01
56	Unid	Mancal com rolamento, ref. 13331	01
57	Unid	Aleta inversora direita, ref. 25036	01
58	Unid	Parafuso, ref. 10300	01
59	Unid	Porca ID5134, ref. 10552	01
60	Unid	Caracol direito, ref. 25084	01
61	Unid	Arruela, ref. 10664	01
62	Unid	Parafuso, ref. 10238	01
63	Unid	Rolamento, ref. 11222	01
64	Unid	Rolamento, ref. 11273	01
65	Unid	Emenda para corrente, ref. 11910	01

Achados da vistoria.

As guias de controle dos objetos verificados nesta unidade não consta o número de ordem;

Vibro-acabadora à Rua Venezuela (defronte ao Instituto de Previdência Municipal) aparentemente nenhum procedimento asfáltico fora realizado.

Das Recomendações

Criar modelo de requisição contendo entre outros: Número de requisição, espaço para assinatura do recebedor com a respectiva data em que o material deu saída do almoxarifado, timbre da Prefeitura do Município de Porto Velho, o mais que julgar necessário para o melhor controle de saída dos materiais;

Reunir esforços no sentido de encontrar soluções para manter a Vibro-acabadora em local propício à sua segurança e durabilidade.

Relatório Nº 005/Dcs/Cgm/2011 – Relatório de Inspeção Semas

Inspeção de acompanhamento objetivando verificar Regularidade no Recebimento, Registro Patrimonial e Uso dos Materiais Permanentes adquiridos pela Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS.

Relatório de Inspeção

Usando das atribuições expressas nos artigos 31, 70 e, especialmente o artigo 74 da Constituição Federal e ainda, no Regimento Interno da Controladoria Geral do Município, conforme competência prevista na Lei Orgânica do Município e nas Leis Complementares Municipais nºs. 054/1996 e 125/2001 concernentes ao controle interno no âmbito do Poder Executivo Municipal, bem como do artigo 113 da Lei Federal nº 8.666/93 e artigo 59 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Considerando sendo determinação da Controladora Geral do Município, através do Ofício Circular nº. 003/GAB/CGM de Abril de 2010 realizará a análise dos processos Administrativos de despesas depois do pagamento (controle a posteriori) na metodologia adotada pela Controladoria Geral da União, por amostragem.

Foi selecionado para inspeção in loco o seguinte Processo Administrativo de despesas da Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS, a saber:

Mês de Dezembro/2010. - Processo nº 12.0214.000/2010.

O trabalho buscou basicamente examinar a regularidade no recebimento, regularidade de registro patrimonial, uso e guarda de bens e ao final foi anexado fotos para obter melhor clareza e visão dos materiais inspecionados na referida vistoria in loco.

Foram procedidas às atividades por meio de Papel de Trabalho, Formulário de Coleta de Dados, mediante vistoria in loco e ainda entrevistas, procurando colher informações precisas para a obtenção e realização do trabalho como também a apresentação de Relatório.

Equipes de Trabalho:

- Maria Auxiliadora Alencar de O. Monteiro, Auditora, Cad. 20.645-0;
- Paulo Roberto Coelho Siebra, Assistente de Controle Interno, Cad. 80.911.

Processo N° 12.0214.000/2010 - Material Permanente – (Aquisição de Material Permanente (informática), para atender o Programa Bolsa Família.

Item	Tomb.	Descrição/Produto	Unid.	Marca/ Modelo	Qtd.
01	127303 a 127305	**NOTEBOOK**: ProcessadorTecnologia Dual de no mínimo 2 Núcleos, 32/64 Bits de no mínimo de 2,0 Ghz, memória cachê de no mínimo L2 de 3MB, FBS (Front Side Bus) a partir de 800Mhz;Placa Mãe: Barramento FBS de no mínimo de 800 Mhz; Memória RAM 4Gb DDR2-667Mhz com suporte para ate 8Gb de memória RAM com no mínimo de 2 Slots; Mínimo de 3 portas USB2.0; Unidade de Entrada e Saída; Disco Rígido (HD) de no mínimo 250 GB Sata2 Velocidade 5400rpm; Unidade de DVD-RW mínimo de 8x; Teclado em português padrão ABNT 2; Controle de som; 1 Placa de Rede 10/100Kbps; 1Placa de rede Wireless 802.11a/g/n ou 802.11b/g/n; 1Placa de vídeo com mínimo de 256Mb (Compartilhada com memória RAM) 1 Saída de Vídeo VGA ou Superior; LCD; Monitor LCD de 14.1"Widescreen, com Resolução mínima de 1280x800 60Hz; Licença de Software: Licença e mídia para Windows 7 Profissional em português Préinstalado de Fabrica. As Mídias Originais devem ser 1 para cada Maquina. Exemplo se Solicitado 3 maquinas deve ser entregue 3 Mídias Originais uma para cada maquina. Itens Inclusos CD dos programas necessários a instalação e adequação de todos os modos de funcionamento das placas e componentes do equipamento, com a respectiva documentação preferencialmente em português e maleta para notebook. Garantia do fabricante mínima de 01 (um) ano, prestada na cidade de Porto Velho.	Und.	Arquimedes Corporativo BN02	03
02	127306 a 127317	**MICROCOMPUTADOR**: características mínimas, PROCESSADOR tecnologia Dual de no mínimo 2 núcleos, 32/64 bits, de no mínimo de 2,8 GHz, memória cache de no mínimo L2 de 3MB, FBS (Front Side Bus), Mínimo de 1066 Ms; PLACA-MAE: barramento FBS de no mínimo de 1066Mhs; memória RAM 4Gb DDR2-800 Mhs; c/ suporte p/ ate 8Ghz de memória RAM c/no mínimo de 2 slots; mínimo de 8 portas USB 2.;(Placa-Mãe, Processador e Memória tem que ser padronizadas); UNIDADES DE ENTRADA E SAIDA: DiscoRigido (HD) de no mínimo 500Gb Sata2, Velocidade 7200rpm; um driver de disco flexível de 1,44MB com 31/2; unidade de DVD-RW mínimo de 16x; Teclado ABNT2 PS2 ou USB; Mouse Óptico c/ scroll PS2 ou USB c/ no mínimo de 800dpi; Caixa de som amplificadas (externas); 1Placa de rede 10/100kbps OnBoard; 1 Placa de rede10/100/1000kbps OffBoard; 1 Placa de rede Wireless 54Mbs 802.11a/b/g; 1 Placa OnBoard (Compartilhada c/ memória RAM);GABINETE no mínimo de 4 baias com fonte de alimentação (CA 110V 220V) compatível com memória RAM); MONITOR: LCD de 17” Widescreen, com resolução 1280x760 60Hz, Bivolt, Dupla interface de vídeo (RGB e DVI), brilho 250 cd/m2, Contraste mínimo 2000:1 (dinâmico) tempo de c/ cabos para conexão c/ o micro e energia: LICENÇA SOFTWARE: Licença e mídia (original) do MS-WINDOWS 7 c/ downgrade p/ o MS-WINDOWS XP em português. As mídias Originais deve ser 1 para cada maquina. Exemplo: se solicitado 3 maquinas deve ser entregue 3 mídias originais uma p/ cada maquina. ITENS INCLUSOS: CD dos programas necessários a instalação e adequação de todos os modos de funcionamento das placas e componentes dos equipamentos, c/ a respectiva documentação preferencialmente em português. GARANTIA: mínima de 1 (um) ano, e assistência técnica prestada na cidade de Porto Velho.	Und.	Arquimedes Corporativo BN02	12

A vistoria in loco objetivou verificar a regularidade do recebimento, da distribuição, do registro patrimonial e quanto ao estado de conservação dos produtos.

Relatórios de Inspeção DCS

Relatório nº 007/DCS/CGM/2011 – Inspeção Gabinete do Prefeito
Inspeção de acompanhamento objetivando verificar Regularidade no Recebimento, Registro Patrimonial e uso dos Materiais Permanentes adquiridos pelo Gabinete do Prefeito – GP.

Relatório de Inspeção.

Usando das atribuições expressas nos artigos 31, 70 e, especialmente o artigo 74 da Constituição Federal e ainda, no Regimento Interno da Controladoria Geral do Município, conforme competência prevista na Lei Orgânica do Município e nas Leis Complementares Municipais nºs. 054/1996 e 125/2001 concernentes ao controle interno no âmbito do Poder Executivo Municipal, bem como do artigo 113 da Lei Federal nº 8.666/93 e artigo 59 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Considerando determinação da Controladora Geral do Município, através do Ofício Circular nº. 003/GAB/CGM de Abril de 2010 realizará a análise dos processos administrativos de despesas depois do pagamento (controle a posterior) na metodologia adotada pela Controladoria Geral da União, por amostragem.

Foi selecionado para inspeção in loco o seguinte Processo Administrativo de Despesas do Gabinete do Prefeito - GP, a saber:

Mês de dezembro/2010. - Processo nº 02.0071/2010;

O trabalho buscou basicamente examinar a regularidade no recebimento, registro patrimonial, uso e guarda de bens e ao final anexamos fotos para melhor clareza e visão dos materiais inspeconados na referida vistoria in loco.

Foram procedidas às atividades por meio de Papel de Trabalho, Formulário de Coleta de Dados, mediante vistoria in loco e realizada entrevista procurando obter informações precisas para a obtenção e realização do trabalho como também a apresentação de Relatório.

Equipes de Trabalho:

- Manoel Jesus do Nascimento, Assistente de Controle Interno, Cad. 50485;
- Samuel Jorge da Costa, Assistente de Controle Interno, Cad. 160432.

Processo nº 02.0071/2010 - Materiais Permanente (Móveis).

Item	Tombamento	Descrição dos Produtos	Unid	Marca Modelo	Qtd.
01	127369	Balcão de atendimento sob medida em mdf melamínico nas cores nogal e wengue, medindo 2.38x0.60x1.10m (H). Garantia de 01 (um) ano.	Unid	Vandaflex/flex	01
02	14283/A/2010	Divisória sob medida estruturada em blocos de mdf melamínico na cor nogal e vidro temperado 8mm, com porta de correr duas folhas e três bandeiras fixas com H= 2.20M garantia de 01 (um) ano.	M/L	Pro Estilo	12,2
03	127440 a 127441	Bancada dupla sob medida em mdf melamínico nas cores nogal e carvalho, medindo 3.00x0.70x0.75 (H). Garantia de 01 (um) ano.MOD: ESPECIAL.	Unid.	Caderode	02
04	127442	Painel sob medida em mdf melamínico na cor freijó medindo 2.38x2.60 (H). Garantia de 01 (um) ano. MOD: ESPECIAL.	Unid.	Caderode	01
05	127443	Painel sob medida em mdf melamínico na cor freijó medindo 3.78x2.60 (H). Garantia de 01 (um) ano. MOD: ESPECIAL.	Unid.	Caderode	01
06	127444	Painel sob medida para compor três paredes em mdf melamínico na cor nogal e wengue medindo 6.55x1.10m (H). Garantia de 01 (um) ano. MOD: ESPECIAL.	Unid.	Caderode	01
07	127445	Painel sob medida em mdf melamínico na cor nogal medindo 3.50x2.20m (H). Garantia de 01 (um) ano. MOD: ESPECIAL.	Unid.	Caderode	01
08	127370 a 127377	Mesa sob medida para digitação em mdf melamínico na cor cinza claro com porta teclado retrátil e suporte para CPU, medindo 0.90x0.70x0.75 (H). Garantia de 0l (um) ano.	Unid	Vandaflex/flex	08
09	127378 a 127381	Mesa em "L" sob medida, em mdf melamínico na cor cinza claro, duas gavetas com chaves e suporte para CPU, medindo 1.35x0.90x0.60x0.75 (H). Garantia de 01 (um) ano.	Unid.	Vandaflex/flex	04
10	127382 a 127386	Mesa sob medida mdf melamínico na cor cinza claro, com duas gavetas com chave e suporte para CPU, medindo 1.60x0.70x0.75 (H). Garantia de 01 (um) ano.	Unid.	Vandaflex/flex	05
11	127449 a 127456	Armário alto sob medida em mdf melamínico na cor cinza claro com quatro prateleiras internas, duas portas com chaves, deslizantes reguláveis medindo 0.80x0.45x2.00m (H). Garantia de 01 (um) ano.	Unid.	Layout La2p-e	06
12	127457	Armário alto sob medida em mdf melamínico na cor cinza claro, com seis gavetas para pastas suspensas, quatro prateleiras, duas portas com chaves e deslizantes reguláveis medindo 1.00x0.45x2.00 (H). Garantia de 01 (um) ano.	Unid.	Layuot La2p-e	01
13	127387 a 127389	Mesa sob medida para digitação em mdf melamínico na cor cinza claro com porta teclado retrátil e suporte para CPU, medindo 0.90x0.70x0.75. Garantia de 01 (um) ano.	Unid.	Vandaflex/flex	03
14	127364 a 127367	Armário alto sob medida em mdf melamínico na cor cinza claro, com quatro prateleiras internas, duas portas com chaves, deslizantes reguláveis, medindo 0.80x0.45x2.00m (H). Garantia de 01 (um) ano.	Unid.	Pró Estilo	04
15	127446 a 127448	Mesa sob medida em mdf melamínico na cor cinza claro, com duas gavetas com chave e suporte para CPU, medindo 1.60x0.70x0.75 (H). Garantia de 01 (um) ano. MOD: MX-150.	Unid.	Pandim	03
16	127368	Balcão de atendimento em "L", sob medida, mdf cinza claro melamínico, medindo 1.80/1.60x0.40x0.90 (H). Garantia de 01 (um) ano.	Pç	Pró Estilo	01
17	14284/A/2010	Divisória para duas salas, com duas portas e fechaduras em Eucatex cinza clara. Garantia de 01 (um) ano.	M²	Pró Estilo	22
18	127390 a 127439	Cadeira fixa aproximação, assento/encosto estrutura plástica injetada em polipropileno copolímero de alta resistência na cor preta, estrutura de sustentação em tubo de aço industrial redondo 19,5mm e parede de 1,20mm, suporte de encosto em tubo de aço industrial oblongo 16x30mm parede de 1,50mm porteiras em polipropileno injetado, pintura a pó do tipo híbrida com camada de 60 microns e cura em estufa a 200° C, na cor preta liso semi-brilho. Medindo 0,54 largura x 0,52 profundidade x 0,82 altura. Garantia de 01 (um) ano.	Unid.	58	50

Achados da Vistoria

Como resultado da vistoria realizada verificou-se:

- Que os bens adquiridos no processo nº 02.0071/2010 (Móveis), ainda não foram tombados;
- Divergência na especificação do produto, pedido no item 10 mesa sob medida mdf melamínico na cor cinza claro, com duas gavetas, divergindo do produto recebido mesa sob medida mdf melamínico na cor cinza claro, com três gavetas;

Recomendacões:

Que seja afixado, nos bens adquiridos no processo nº 02.0071/2010, os números de tombamentos, conforme Termos de Responsabilidade nºs 204, 205, 206 e 207 /2010 (fls. 398/406);

Relatório nº 008/DCS/CGM/2011 Relatório de Inspeção PGM

Inspeção de acompanhamento objetivando verificar Regularidade no Recebimento, Registro Patrimonial e uso dos Materiais Permanentes adquiridos pela Procuradoria Geral do Município – PGM.

Relatório de Inspeção.

Usando das atribuições expressas nos artigos 31, 70 e, especialmente o artigo 74 da Constituição Federal e ainda, no Regimento Interno da Controladoria Geral do Município, conforme competência prevista na Lei Orgânica do Município e nas Leis Complementares Municipais nºs. 054/1996 e 125/2001 concernentes ao controle interno no âmbito do Poder Executivo Municipal, bem como do artigo 113 da Lei Federal nº 8.666/93 e artigo 59 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Considerando determinação da Controladora Geral do Município, através do Ofício Circular nº. 003/GAB/CGM de Abril de 2010 realizará a análise dos processos administrativos de despesas depois do pagamento (controle a posterior) na metodologia adotada pela Controladoria Geral da União, por amostragem.

Foi selecionado para inspeção in loco o seguinte Processo Administrativo de Despesas da Procuradoria Geral do Município - PGM, a saber:

Mês de dezembro/2010 - Processo nº 04.01501/2010;

O trabalho buscou basicamente examinar a regularidade no recebimento, registro patrimonial, uso e guarda dos bens e ao final anexamos fotos para melhor clareza e visão dos materiais inspecionados na referida vistoria in loco.

Foram procedidas às atividades por meio de Papel de Trabalho, Formulário de Coleta de Dados, mediante vistoria in loco e realizada entrevista procurando obter informações precisas para a obtenção e realização do trabalho como também a apresentação de Relatório.

Equipes de Trabalho:

- Manoel Jesus do Nascimento, Assistente de Controle Interno, Cad. 50.485
- Jair Cláudio Carvalho de Jesus, Estagiário.

Processo nº 04.01501/2010 - Materiais Permanente.

Item	Tomb.	Descrição do Produto	Unid.	Marca/ Modelo	Qtd.
01	127319 a 127321	Cadeira tipo executivo com braço regulável tipo botão injetado com poliuretano integral, texturizado, com alma interna em aço. Base giratória relax excêntrica a gás formada por pé (base ou pata). Base giratória relax excêntrica a gás, formada por pé (base ou pata) em alumínio com 5 (cinco) haste confeccionados em tubos de aço quadrado, protegido com capa protetora em polipropileno rígido com rodízios duplos, duplo giro. Acionamento da regulagem de altura realizada através do movimento da alavanca situada na lateral direita do mecanismo. A estrutura e fixada ao assento de madeira por intermédio de (quatro) parafusos sextavados de ¼ X 7/8 e porcas de garra 1/4. Com estofados confeccionados em compensado prensado a quente com laminas mescladas de madeiras selecionadas. Concha bipartida. Fixação do assento e encosto feita por parafusos ¼ x ¼ , e porcas de garra ¼ fixadas ao madeiramento. Almofadas confeccionadas em espuma de poliuretano injetado, moldado de densidade controlada. Assento: -profundidade: 420 MM -largura: 470 - espessura: 50 mm na superfície - densidade: 53 Kg/m^3 Encosto: - altura: 380 mm -largura: 400 mm no espaldar -espessura: 50 mm no espaldar - densidade: 55 k g/ m^3 Revestimento em courrissimo, costuras formam gomos verticais assimétricos sobre espuma laminada de 10 mm de espessura, colocada abaixo do revestimento. O acabamento final e realizado com perfil macho/ fêmea em PVC rígido alto impacto.	Unid.	Caderode	03

Item	Tomb.	Descrição do Produto	Unid	Marca/ Modelo	Qtd
02	127322 a 127329	Mesa em madeira com 2 gavetas, medindo aproximadamente 1,20x0,74x0,60 CM (LxCxA), Madeira MDP, Revestida em melamínico, Espessura 18mm.	Unid.	Caderode	08

Item	Tomb.	Descrição do Produto	Unid.	Marca/ Modelo	Qtd.
03	127330 a 127334	Mesa para impressora com tampos de 15 mm de espessura em madeira aglomerada, revestida em melamínico, com perfis em PVC, pés em aço pintado a pó na cor branco.	Unid.	Caderode	05

A vistoria in loco objetivou verificar a regularidade do recebimento, registro patrimonial e uso dos Materiais Permanentes citados no quadro acima.

Da Distribuição

Constatou-se que:

Os bens Permanentes encontram-se distribuídos na Divisão de Apoio Administrativo, Sub Procuradoria Trabalhista, Sub Procuradoria Administrativa, Assessoria Técnica/PGM e parte distribuída para atender o PROJUDI junto as Unidades Sub Procuradoria Fiscal e Sub Procuradoria de Dívida Ativa da PGM no prédio sito a Av. Getúlio Vargas, 1693 – 2º e 3º piso;

O Empenho e a Nota Fiscal tratam do mesmo material e especificação;

Todos os bens Patrimoniais adquiridos encontram-se com os seus respectivos números de tombamento afixados, conforme Termo de Responsabilidade nº 200/2010 (fls. 47/49).

Relatório nº 002/DCS/CGM/2011 – Relatório de Inspeção SEMDESTUR

Inspeção de acompanhamento objetivando verificar Regularidade no Recebimento, Distribuição de material na Secretaria de Desenvolvimento Socioeconômica e Turismo – SEMDESTUR.

Relatório de Inspeção

Usando das atribuições expressas nos artigos 31, 70 e, especialmente o artigo 74 da Constituição Federal e ainda, no Regimento Interno da Controladoria Geral do Município, conforme competência prevista na Lei Orgânica do Município e nas Leis Complementares Municipais nºs. 054/1996 e 125/2001 concernentes ao controle interno no âmbito do Poder Executivo Municipal, bem como do artigo 113 da Lei Federal nº 8.666/93 e artigo 59 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Considerando determinação da Controladora Geral do Município, através do Ofício Circular nº. 003/GAB/CGM de Abril de 2010 realizará a análise dos processos Administrativos de despesas depois do pagamento (controle a posterior) na metodologia adotada pela Controladoria Geral da União, por amostragem.

Foram selecionados para inspeção in loco o seguinte Processo Administrativo de despesa da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Socioeconômico - SEMDESTUR, após o pagamento, a saber:

Mês de Outubro/2010 - Processo nº17.097/2010

O trabalho buscou basicamente examinar a regularidade no recebimento dos materiais e distribuição, armazenamento e ao final anexamos fotos para melhor clareza e visão dos materiais inspecionados.

Foram procedidas às atividades por meio de Papel de Trabalho, Formulário de Coleta de Dados, mediante vistoria in loco e realizada entrevista procurando obter as informações para a realização do trabalho e apresentação de Relatório.

Equipes de Trabalho:

- Maria Auxiliadora A. de O. Monteiro, Auditora, Cad. 206.450
- Manoel Jesus do Nascimento, Assistente de Controle Interno, Cad, 50.485
- Paulo Roberto Coelho Siebra, Assistente de Controle Interno, Cad. 80.91

Processo 17. 097/2010 material de consumo

A vistoria in loco objetivou verificar a regularidade do recebimento, o armazenamento, a guarda dos suprimentos de expediente, por amostragem, dos itens abaixo citado:

Item	Descrição	Und	Quant. Pedida	Quant. Estoque.	Marca
01	Caneta esferográfica na cor azul do tipo bic, compactor faber castell ou similar, com escrita macia, uniforme, carga e ponta fixada sob pressão na parte inferior do corpo da caneta, ponta média, corpo plástico cilíndrico transparente (cristal), com tampa na cor da carga, contendo o nome do fabricante impresso no corpo da caneta, embalagem caixa com 50 unidades.	Cx	50	0	Faber castell
02	.Caneta esferográfica na cor preta do tipo bic, compactor, faber castell ou similar, com escrita macia, uniforme, carga e ponta fixada sob pressão na parte inferior do corpo da caneta, ponta media, corpo plástico cilíndrico transparente (cristal), com tampa na cor da carga, contendo o nome do fabricante impresso no corpo da caneta, embalagem caixa com 50 unidades.	Cx	10	0	Faber castell

03	Esferográfica na cor vermelha do tipo bic, compactor, faber castell ou similar, com escrita macia, uniforme, carga e ponta fixada sob pressão, na parte inferior do corpo da caneta, ponta media, corpo plástico cilíndrico transparente, (cristal), com tampa na cor da carga, contendo o nome do fabricante impresso no corpo da caneta, embalagem caixa com 50 unidades.	Cx	10	0	Faber castell
04	Tesoura em aço inox com 16cm, sem ponta com cabo plástico.	Um.	20	3	Marca do fabricante
05	Clips para papel nº 2/0 em aço niquelado, embalagem: 100 unidades e dados de identificação do produto e marca do fabricante.	Cx.	100	0	Marca do fabricante
06	Clips para papel nº 3/0 em aço niquelado, embalagem: 50 unidades e dados de identificação do produto e marca do fabricante.	Cx.	100	0	Marca do fabricante
07	Clips para papel nº 5/0 em aço niquelado, embalagem: 100 unidades e dados do fabricante.	Cx.	100	0	Marca do fabricante
08	Clips para papel nº 6/0 em aço niquelado, embalagem: 50 unidades e dados de identificação do produto e marca do fabricante.	Cx.	100	0	Marca do fabricante
09	Cips para papel nº 8/0 em aço niquelado, embalagem: 25 unidades e dados de identificação do produto e marca do fabricante.	Cx	50	0	Marca do fabricante
10	Colchete para encadernação, nº 10, latonado, haste dupla e flexível, embalagem: caixa com 72 unidades e dados de identificação do produto e marca do fabricante.	Cx	50	46	Marca do fabricante
11	Colchete para encadernação, nº 15, latonado, haste dupla e flexível, embalagem: caixa com 72 unidades e dados de identificação do produto e marca do fabricante.	Cx	20	14	Marca do fabricante
12	Fita adesiva, transparente tamanho: medindo 48mmx50m, pacote com 5(cinco) unidades.	Pc.	30	32	Marca do fabricante
13	Fita gomada, marron tamanho: medindo 48mmx45m, pacote com 5 unidades.	Pc.	10	0	Marca do fabricante
14	Fita plástica para colorida em polietileno, com listas amarelas e preta intercalada, rolo medindo 7cm de largura e 200 metros de comprimento.	Pc.	05	05	Marca do fabricante
15	Grampeador de mesa para papel, manual em metal, tamanho 19x4cm para grampo 26/6.	Unid..	15	04	Marca do fabricante
16	Grampo para grampeador, galvanizado, tamanho 26/6., embalagem: caixa com 5.000 unidades, com dados de identificação do produto e marca do fabricante.	Cx.	50	42	Marca do fabricante
17	Lápis preto nº 2 formato redondo, mina grafite, ponta a ponta, com a ponta feita em fábrica, caixa com 144 unidades.	Cx.	05	03	Marca do fabricante
18	Papel branco, formato A4, tamanho, medindo: 210 x 297mm, gramatura 75g/m², caixa com 10(dez) resmas de (500 folhas.)	Cx.	80	74	Marca do fabricante
19	Pasta registradora AZ, na cor preta medindo aproximadamente 270 x 350mm , com lombada de 80mm(lombo estreito), com prendedor interno confeccionado em metal e etiqueta de identificação removível(não colada), pacote com 4 unidade.	Pc.	30	24	Marca do fabricante
20	Pasta suspensa Kraft, dimensões 234 x 260 mm, com 2 (dois) prendedores macho e fêmea, caixa com 50 unidades.	Cx.	100	57	Marca do fabricante
21	Porta carimbo, em acrílico, com capacidade para carimbos na cor fume.	Unid.	15	13	Marca do fabricante
22	Extrator de grampo, tipo espátula, em aço cromado, dimensões variando de 14,5 a 15cm.	Unid.	30	30	Japan Marca do fabricante
23	Livro protocolo para correspondência, capa de papelão 705 g/m², com 100 folhas, medindo aproximadamente 153,0 x 216,0 mm, pacote com 5 unidades.	Pac.	04	03	Foroni Marca fabricante
24	.Pincel para quadro branco, ponta indeformável, fácil de apagar sem deixar resíduos, auto-recarregável, secagem rápida, na cor azul, medindo entre 10cm 14cm. Embalagem: com 12 unidades.	Cx.	04	03	Like Marca do fabricante

25	Pincel para quadro, ponta indeformável, fácil de apagar sem deixar resíduos, auto-recarregável, secagem rápida, na cor preta, medindo entre 10 cm a 14cm. Embalagem: caixa com 12 unidades.	Cx	04	03	Marca do fabricante
26	Pincel para quadro branco, ponta indeformável, fácil de apagar sem deixar resíduos, auto-recarregável, secagem rápida, na cor vermelha, medindo entre 10cm a2 14cm Embalagem: caixa com 12 unidades.	Cx.	04	03	Like Marca do fabricante
27	Régua transparente graduada em 30cm, subdivididas em mm, com no mínimo 3,0mm de espessura e 35mm de largura, material plástico resistente.	Unid.	50	36	Xalingo Marca do fabricante
28	Régua transparente graduada em 50cm, subdivididas em mm, com no mínimo 3,0mm de espessura e 35mm de largura, material plástico resistente.	Unid.	50	40	Waleu Marca do fabricante

Achados da Vistoria

As guias de controle dos objetos distribuídos às unidades da SEMDESTUR não constam de número de ordem;

Não foi possível a verificação física dos itens Caneta esferográfica (azul, preta e vermelha), constante deste processo, dada a informação de que não foram recebidos.

Não foi possível a verificação física do item Colchetes para encadernação n° 15, dada a informação de que em vez destes, foram recebidos colchetes de n° 14.
Não foi possível a verificação física do item Fita gomada marron, dada a informação de que foram recebido em vez deste, Fita transparente.

Das Recomendações

Criar um modelo de requisição contendo entre outros: Número de requisição, espaço para assinatura do recebedor com a respectiva data em que o material deu saída do almoxarifado, Timbre da Prefeitura do Município de Porto Velho e mais o que julgar necessário para um melhor controle de saída de materiais;

Esclarecer o não-recebimento levantado no item “2” acima, em razão de não se encontrar o material no almoxarifado e nem distribuído às dependências da SEMDESTUR, sendo que foi firmado recebimento (Termo de Recebimento; fl. 58);

Justificar o porquê da discordância aventada no item “3” acima, em razão de não ter sido recebido o material com a característica especificada;

Justificar o questionamento do item “4” face ao recebimento do material ser diferente do especificado.

Relatório nº 003/DCS/CGM/2011 – Relatório de Inspeção - SEMOB

Inspeção de acompanhamento objetivando verificar Regularidade no Recebimento, Distribuição de material na Secretaria Municipal de Obras – OBRAS.
Relatório de Inspeção:

Usando das atribuições expressas nos artigos 31, 70 e, especialmente o artigo 74 da Constituição Federal e ainda, no Regimento Interno da Controladoria Geral do Município, conforme competência prevista na Lei Orgânica do Município e nas Leis Complementares Municipais nºs. 054/1996 e 125/2001 concernentes ao controle interno no âmbito do Poder Executivo Municipal, bem como do artigo 113 da Lei Federal nº 8.666/93 e artigo 59 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Considerando determinação da Controladora Geral do Município, através do Ofício Circular nº. 003/GAB/CGM de Abril de 2010 realizará a análise dos processos Administrativos de despesas depois do pagamento (controle a posteriori) na metodologia adotada pela Controladoria Geral da União, por amostragem.

Foi selecionado para inspeção in loco o seguinte Processo Administrativo de despesa da Secretaria Municipal de Obras - SEMOB, após o pagamento, a saber:

Mês de Novembro/2010 - Processo nº 11.0017/2010

O trabalho buscou basicamente examinar a regularidade no recebimento dos materiais, distribuição, armazenamento e ao final anexamos fotos para ter maior clareza e conhecimento dos materiais inspecionados.

A atividade fora executado por meio de Papel de Trabalho, Formulário de Coleta de Dados, mediante Vistoria in loco e tendo sido realizada Entrevista, procurando obter informações para a realização do trabalho e apresentação de Relatório.

Equipes de Trabalho:

- Maria Auxiliadora A. de O. Monteiro, Auditora, Cad. 206.450;
- Paulo Roberto Coelho Siebra, Assistente de Controle Interno, Cad. 80.911;

Processo 11.0017/2010 Material de Consumo

A vistoria in loco objetiva verificar a regularidade no recebimento e distribuição dos materiais por meio de amostragem, dos itens abaixo citado:

Item	*Unid*	*Descrição das peças para Usina de Asfalto Patrimônio nº 57471.*	*Quantid. Contratada*
01	Unid	Moto redutor, ref. 15460	01
02	Unid.	Mancal, ref. 13336	01
03	Unid.	Rolo condutor, ref. 80240	01
04	Unid.	Válvula solenóide 220Volts, ref. 08095	01
05	Mts.	Corrente do elevador, ref. 11798	01
06	Unid.	Parafuso, ref. 09152	01
07	Unid.	Porca, ref. 10408	01
08	Unid.	Arruela, ref. 10581	01
09	Unid.	Talisca, ref. 80656	01
10	Unid.	Rolamento autocompensador, ref. 11238	01
11	Unid.	Conversor de freqüência, ref. 13515	01
12	Unid.	Termômetro angular, ref. 09167	01
13	Unid.	Monômetro, ref. 13699	01
14	Unid.	Termostato, ref. 05960	01
15	Unid.	Termo elemento, ref. 15843PT H100	01
16	Unid.	Termômetro angular, ref. 09175	01
17	Unid.	Filtro de asfalto, ref. 66109	01
18	Unid.	Conjunto de filtro, ref. 49205	01
19	Unid.	Suporte do filtro, ref. 44416	01
20	Unid.	Elemento filtrante, ref.13054	01
21	Unid.	Elemento filtrante, ref.13044	01

Item	*Unid*	*Descrição das peças para Vibro Acabadora Patrimônio nº 58884*	*Quant. Contrat.*
01	Unid.	Conjunto do fim de curso, ref. 82879	01
02	Unid.	Meio elo, ref. 12000	01
03	Unid.	Retentor, ref. 10901	01
04	Unid.	Espaçador, ref. 31929	01
05	Unid.	Rolamento, ref. 11253	01
06	Unid.	Suporte do caracol, ref. 85514	01
07	Unid.	Cabo de acelerador ID 58473, ref.	01
08	Unid.	Eixo traseiro, ref. 82070	01
09	Unid.	Eixo dianteiro, ref. 82069	01
10	Unid.	Caracol direito, ref. 25084	01
11	Unid.	Parafuso, ref. 10300	01
12	Unid.	Eixo de extensão, ref. 36055	01
13	Unid.	Arruela, ref. 10664	01
14	Unid.	Porca ID 5134, ref. 10552	01
15	Unid.	Parafuso ID 4313, ref. 10767	01
16	Unid.	Agitador do caracol, ref. 30951	01
17	Unid.	Parafuso do cilindro ID 4417, ref. 9893	01
18	Unid.	Rolete guia, ref. 45000	01
19	Unid.	Caracol direito, ref. 22724	01
20	Unid.	Chapa alisadora, ref. 83679	01
21	Unid.	Parafuso, ref. 10731	01
22	Unid	Arruela ref. 10603	01
23	Unid	Sensor temperatura, ref. 22788	01
24	Unid	Rolamento, ref. 11172	01
25	Unid	Arruela, ref. 10652	01
26	Unid	Contra pino, ref. 16477	01
27	Mts.	Corrente do transportador, ref. 11781	01
28	Unid	Toldo vinilight amarelo, ref. 17503	01
29	Unid	Porca, ref. 10566	01
30	Unid	Rolete, ref. 45004	01
31	Unid	Tampa do mancal, ref. 33093	01
32	Unid	Parafuso sextavado, ref. 9894	01
33	Unid	Aleta inversora esqerda, ref. 25066	01
34	Unid	Rolantento, ref. 11156	01
35	Unid	Graxeira, ref. 13807	01
36	Unid	Retentor do feltro, ref. 83192	01
37	Unid	Caracol esquerdo, ref. 22725	01
38	Unid	Ch base SD CJ, ref. 86723	01
39	Unid	Bucha esticadora, ref. 30263	01
40	Unid	Engrenagem do rolo, ref. 48395	01
41	Unid	Corrente simples, ref. 83148	01
42	Unid	Meio elo, ref. 12000	01

43	Mts.	Cordão o'ring, ref. 12269	01
44	Unid	Truck direito, ref. MTD CJ, ref. 83764	01
45	Unid	Engrenagem, ref. 83762	01
46	Unid	Corrente simples, ref. 83132	01
47	Unid	Eixo, ref. 31014	01
48	Unid	Kit de vedação, ref. 12498	01
49	Unid	Kit d e vedação, ref. 13302	01
50	Unid	Kit d e vedação, ref. 12500	01
51	Unid	Conecção, ref. 06035	01
52	Unid	Mangueira, ref. 02506	01
53	Unid	Conexão, ref. 07149	01
54	Unid	Arruela lisa, ref. 10717	01
55	Unid	Bolco de válvula, ref. 11020	01
56	Unid	Mancal com rolamento, ref. 13331	01
57	Unid	Aleta inversora direita, ref. 25036	01
58	Unid	Parafuso, ref. 10300	01
59	Unid	Porca ID5134, ref. 10552	01
60	Unid	Caracol direito, ref. 25084	01
61	Unid	Arruela, ref. 10664	01
62	Unid	Parafuso, ref. 10238	01
63	Unid	Rolamento, ref. 11222	01
64	Unid	Rolamento, ref. 11273	01
65	Unid	Emenda para corrente, ref. 11910	01

Achados da vistoria.

As guias de controle dos objetos verificados nesta unidade não consta o número de ordem;

Vibro-acabadora à Rua Venezuela (defronte ao Instituto de Previdência Municipal) aparentemente nenhum procedimento asfáltico fora realizado.

Das Recomendações

Criar modelo de requisição contendo entre outros: Número de requisição, espaço para assinatura do recebedor com a respectiva data em que o material deu saída do almoxarifado, timbre da Prefeitura do Município de Porto Velho, o mais que julgar necessário para o melhor controle de saída dos materiais;

Reunir esforços no sentido de encontrar soluções para manter a Vibro-acabadora em local propício à sua segurança e durabilidade.

Relatório nº 005/DCS/CGM/2011 – Relatório de Inspeção SEMAS

Inspeção de acompanhamento objetivando verificar Regularidade no Recebimento, Registro Patrimonial e Uso dos Materiais Permanentes adquiridos pela Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS.

Relatório de Inspeção

Usando das atribuições expressas nos artigos 31, 70 e, especialmente o artigo 74 da Constituição Federal e ainda, no Regimento Interno da Controladoria Geral do Município, conforme competência prevista na Lei Orgânica do Município e nas Leis Complementares Municipais nºs. 054/1996 e 125/2001 concernentes ao controle interno no âmbito do Poder Executivo Municipal, bem como do artigo 113 da Lei Federal nº 8.666/93 e artigo 59 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Considerando sendo determinação da Controladora Geral do Município, através do Ofício Circular nº. 003/GAB/CGM de Abril de 2010 realizará a análise dos processos Administrativos de despesas depois do pagamento (controle a posteriori) na metodologia adotada pela Controladoria Geral da União, por amostragem.

Foi selecionado para inspeção in loco o seguinte Processo Administrativo de despesas da Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS, a saber:

Mês de Dezembro/2010 - Processo nº 12.0214.000/2010.

O trabalho buscou basicamente examinar a regularidade no recebimento, regularidade de registro patrimonial, uso e guarda de bens e ao final foi anexado fotos para obter melhor clareza e visão dos materiais inspecionados na referida vistoria in loco.

Foram procedidas às atividades por meio de Papel de Trabalho, Formulário de Coleta de Dados, mediante vistoria in loco e ainda entrevistas, procurando colher informações precisas para a obtenção e realização do trabalho como também a apresentação de Relatório.

Equipes de Trabalho:

- Maria Auxiliadora Alencar de O. Monteiro, Auditora, Cad. 20.645-0;
- Paulo Roberto Coelho Siebra, Assistente de Controle Interno, Cad. 80.911.

Processo N° 12.0214.000/2010 - Material Permanente – (Aquisição de Material Permanente (informática), para atender o Programa Bolsa Família.

Item	Tomb.	Descrição/Produto	Unid.	Marca/ Modelo	Qtd.
01	127303 a 127305	**NOTEBOOK**: ProcessadorTecnologia Dual de no mínimo 2 Núcleos, 32/64 Bits de no mínimo de 2,0 Ghz, memória cachê de no mínimo L2 de 3MB, FBS (Front Side Bus) a partir de 800Mhz;Placa Mãe: Barramento FBS de no mínimo de 800 Mhz; Memória RAM 4Gb DDR2-667Mhz com suporte para ate 8Gb de memória RAM com no mínimo de 2 Slots; Mínimo de 3 portas USB2.0; Unidade de Entrada e Saída; Disco Rígido (HD) de no mínimo 250 GB Sata2 Velocidade 5400rpm; Unidade de DVD-RW mínimo de 8x; Teclado em português padrão ABNT 2; Controle de som; 1 Placa de Rede 10/100Kbps; 1Placa de rede Wireless 802.11a/g/n ou 802.11b/g/n; 1Placa de vídeo com mínimo de 256Mb (Compartilhada com memória RAM) 1 Saída de Vídeo VGA ou Superior; LCD; Monitor LCD de 14.1"Widescreen, com Resolução mínima de 1280x800 60Hz; Licença de Software: Licença e mídia para Windows 7 Profissional em português Préinstalado de Fabrica. As Mídias Originais devem ser 1 para cada Maquina. Exemplo se Solicitado 3 maquinas deve ser entregue 3 Mídias Originais uma para cada maquina. Itens Inclusos CD dos programas necessários a instalação e adequação de todos os modos de funcionamento das placas e componentes do equipamento, com a respectiva documentação preferencialmente em português e maleta para notebook. Garantia do fabricante mínima de 01 (um) ano, prestada na cidade de Porto Velho.	Und.	Arquimedes Corporativo BN02	03
02	127306 a 127317	**MICROCOMPUTADOR**: características mínimas, PROCESSADOR tecnologia Dual de no mínimo 2 núcleos, 32/64 bits, de no mínimo de 2,8 GHz, memória cache de no mínimo L2 de 3MB, FBS (Front Side Bus), Mínimo de 1066 Ms; PLACA-MAE: barramento FBS de no mínimo de 1066Mhs; memória RAM 4Gb DDR2-800 Mhs; c/ suporte p/ ate 8Ghz de memória RAM c/no mínimo de 2 slots; mínimo de 8 portas USB 2.;(Placa-Mãe, Processador e Memória tem que ser padronizadas); UNIDADES DE ENTRADA E SAIDA: DiscoRigido (HD) de no mínimo 500Gb Sata2, Velocidade 7200rpm; um driver de disco flexível de 1,44MB com 31/2; unidade de DVD-RW mínimo de 16x; Teclado ABNT2 PS2 ou USB; Mouse Óptico c/ scroll PS2 ou USB c/ no mínimo de 800dpi; Caixa de som amplificadas (externas); 1Placa de rede 10/100kbps OnBoard; 1 Placa de rede10/100/1000kbps OffBoard; 1 Placa de rede Wireless 54Mbs 802.11a/b/g; 1 Placa OnBoard (Compartilhada c/ memória RAM);GABINETE no mínimo de 4 baias com fonte de alimentação (CA 110V 220V) compatível com memória RAM); MONITOR: LCD de 17” Widescreen, com resolução 1280x760 60Hz, Bivolt, Dupla interface de vídeo (RGB e DVI), brilho 250 cd/m2, Contraste mínimo 2000:1 (dinâmico) tempo de c/ cabos para conexão c/ o micro e energia: LICENÇA SOFTWARE: Licença e mídia (original) do MS-WINDOWS 7 c/ downgrade p/ o MS-WINDOWS XP em português. As mídias Originais deve ser 1 para cada maquina. Exemplo: se solicitado 3 maquinas deve ser entregue 3 mídias originais uma p/ cada maquina. ITENS INCLUSOS: CD dos programas necessários a instalação e adequação de todos os modos de funcionamento das placas e componentes dos equipamentos, c/ a respectiva documentação preferencialmente em português. GARANTIA: mínima de 1 (um) ano, e assistência técnica prestada na cidade de Porto Velho.	Und.	Arquimedes Corporativo BN02	12

A vistoria in loco objetivou verificar a regularidade do recebimento, da distribuição, do registro patrimonial e quanto ao estado de conservação dos produtos.

Atividades de Controladoria:

Análise do Processamento da Despesa Pública, atos de Admissão de Pessoal d Aposentadorias

Nos quadrimestres foram emitidas análises e pareceres pela C.G.M através do Departamento de Controle Setoriais, Gabinete/CGM e Assessoria Técnica em processos de despesa, atos de admissão de pessoal e aposentadorias de todas as Secretarias Municipais, conforme demonstra:

1º Quadrimestre

Atos de admissão de pessoal:

PROCESSO Nº		
1º QUADRIMESTRE		
07-00023-000/2011		
07-00126-000/2011		
2º QUADRIMESTRE		
MAIO		
07.0935/2011	07.01189/2011	07.01338/2011
07.1096/2011	07.01225/2011	07.00845/2011
07.01096/2011	07.01424/2011	07.01339/2011
JUNHO		
07.01881/2011	07.00783/2011	07.01766/2011
AGOSTO		
07.02438/2011	07.01939/2011	07.00873/2011
07.02138/2011	07.02274/2011	07.02273/2011
07.02127/2011	07.02183/2011	07.02184/2011
07.02272/2011	07.02272/2011	07.02439/2011
07.02274/2011		
3º QUADRIMESTRE		
SETEMBRO		
07.02582/2011	07.01424/2011	07.02580/2011
07.02581/2011	07.02512/2011	07.02513/2011
07.02512/2011	07.02438/2011	
OUTUBRO		
07.02835/2011	07.02826/2011	07.02917/2011
07.02832/2011		
NOVEMBRO		
07.02918/2011	07.02580/2011	07.02274/2011
07.02834/2011	07.02918/2011	07.03078/2011
07.03081/2011	07.03081/2011	07.03078/2011
07.0282/2011	07.02917/2011	07.02835/2011
07.02717/2011		

DEZEMBRO		
07.03306/2011	07.03345/2011	07.03307/2011
07.03173/2011	07.03202/2011	

Análise do Processamento da Despesa Pública

Nos 1º, 2° e 3° Quadrimestres foram emitidas análises e pareceres pela C.G.M através do Departamento de Controle Setoriais, Gabinete/CGM e Assessoria Técnica/CGM em processos de despesa de todas as Secretarias Municipais, referindo-se principalmente a:

- Análises prévias à realização das licitações, referentes a instrução processual para verificação do cumprimento do art. 14 da Lei 8.666/93 (inclusive para o Sistema de Registro de Preços);
- Análises prévias à homologação pela autoridade competente, nos processos de licitação com valores iguais ou superiores a R$ 650.000,00 (os processos com valores inferiores encontram-se sendo analisados pela Procuradoria Geral);
- Análises prévias ao pagamento de Processos de Obras;
- Análises de Prestação de Contas de Convênios, Diárias e Suprimentos de Fundo e outros.

Os montantes analisados nos 1º, 2° e 3° quadrimestres atingiram os valores, como se demonstra a seguir:

Análise do Processamento da Despesa - 1º Quadrimestre 2011

MODALIDADE	VALOR R$
JANEIRO/FEVEREIRO/MARÇO/ABRIL DE 2011	
ABONO DE FALTAS	
ANÁLISE PRÉVIA	R$ 26.860.748,72
APOSENTADORIA	
AQUISIÇÃO	R$ 826.164,93
ATOS DE ADMISSÃO	
COMPRAS	R$ 30.627.271,69
COMPRAS E SERVIÇOS	R$ 6.856,00
CONSUMO	R$ 202.369,60
CONVÊNIO	R$ 7.782.835,94
CONVITE	R$ 212.205,34
DIÁRIAS	R$ 2.593.058,28
EDITAL DE CONCURSO	R$ 44.435.427,53
GRATIFICAÇÃO DE 20%	R$ 2.477,97
MATERIAL PERMANENTE	R$ 653.304,00
OBRAS	R$ 51.094.010,55

PESSOAL	R$ 33.800,79
PÓS-LICITAÇÃO	R$ 4.895.457,19
PÓS-PAGAMENTO	R$ 6.010,00
PREGÃO	R$ 8.336.441,64
RECONVENÇÃO	
SERVIÇOS	R$ 7.378.048,42
SERVIÇOS E AQUISIÇÃO	R$ 213.147,50
SRP	R$ 18.399.835,84
SUPRIMENTO DE FUNDOS	R$ 184.000,00
TOTAL	**R$ 204.743.471,93**

O 1° Quadrimestre o montante foi de R$ R$ 204.743.471,93 (Duzentos e quatro milhões setecentos e quarenta e três mil quatrocentos e setenta e um reais e noventa e três centavos).

Análise do Processamento da Despesa - 2º Quadrimestre/2011

MODALIDADE	VALOR
MAIO/JUNHO/JULHO/AGOSTO 2011	
AQUISIÇÃO	R$ 35.270,505, 18
ATOS DE ADMISSÃO	
AUXILIO FINANCEIRO	R$ 8.916,00
COMPRAS	R$ 20.979.963,05
CONSUMO	R$ 4.953,995, 10
CONVENIO	R$ 1.822.733,69
CONVITE	R$35.600,00
DIARIAS	R$ 1.121.649,29
DISPENSA DE LICITAÇÃO	R$ 14.404,00
EDITAL DE CONCURSO	
MATERIAL PERMANENTE	R$ 61.275,38
OBRAS	R$ 255.259.307,53
PAGAMENTO DE FÉRIAS	R$ 61.275,38
PESSOAL	R$ 9.910,58
PROAFINC	R$ 82.500,00
RECONVOCAÇÃO	
SERVIÇOS	R$ 20.842.350,42
SUPRIMENTOS DE FUNDOS	R$ 94.000,00
SRP	R$ 445.505,00
TOMADA DE POSSE	
TOMADA DE PREÇOS	R$ 720.255,00
TOTAL	R$ 359.343.189,38

No 2° Quadrimestre o montante foi de R$ 359.343.189,38 (Trezentos e cinqüenta e nove milhões trezentos e quarenta e três mil cento e oitenta e nove reais e trinta e oito centavos).

Análise do Processamento da Despesa - 3º Quadrimestre/2011

MODALIDADE	**VALOR R$**
SETEMBRO/OUTUBRO/NOVEMBRO/DEZEMBRO	
ANÁLISE PREVIA	R$ 27.897.364,65
AQUISIÇÃO	R$ 42.085.552,65
COMPRAS	R$ 37.796.374,20

CONVITE	R$ 69.480,00
CONSUMO	R$ 29.319,10
CONVÊNIO	R$ 13.087.182,41
DIÁRIAS	R$ 1.053.630,59
DISPENSA DE LICITAÇÃO	R$ 6.414,00
OBRAS	R$ 360.055.089,40
PAGAMENTO DE FÉRIAS	R$ 17.600,38
PGTO DE PLANTÃO EXTRA	R$ 5.705,00
SERVIÇOS	R$ 25.520.150,00
SOLICITAÇÃO DE PAGAMENTO	R$ 24.426,62
SRP	R$ 18.448.809,50
SUPRIMENTO DE FUNDOS	R$ 135.000,00
TOMADA DE PREÇOS	R$ 813.755,00
TOTAL	**R$ 527.045.853,50**

No 3° Quadrimestre o montante de R$ 527.045.853,50.

Atividades Executadas pela Assessoria Técnica:

A Controladoria Geral expediu, através da Assessoria Técnica os seguintes Ofícios relativos às atividades fins do Órgão:

A Assessoria Técnica executou as seguintes atividades, por meio dos setores que lhe compõe, quais sejam, Chefia e Divisão de Apoio Técnico:

Análise Técnica e emissão de Parecer de Auditoria referente a Prestação de Contas anual consolidada do Município do exercício financeiro de 2010.
Análise Técnica dos Relatórios Resumido de Execução Orçamentária - RREO relativo ao 6° bimestre/2010, Relatório de Gestão Fiscal-RGF relativo ao 3º Quadrimestre/2010 e Relatórios dos gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental (IN n° 22/TCE/RO).

- Pesquisas semanais pela internet (Presidência, CGU, TCU, TCE/RO, Ministério do Planejamento, Blog-gestão, entre outros) sobre notícias, novidades, legislações, modificações, pautas de julgamento e decisões na Administração Pública inerentes a assuntos de competência do Controle Interno, Contabilidade, bem como da Administração Pública em geral, e encaminhado “newsletter” via e-mail aos servidores integrantes do Grupo Ocupacional do Controle Interno, para conhecimento e atualização contínua.

- Acompanhamento dos atos publicados no Diário Oficial do Município para ciência e arquivo nas correspondentes pastas, tais como: Leis, Decretos, Leis Complementares, Decretos de Orçamento, Atos de nomeação de exoneração de pessoal, portarias, projetos de lei, nomeações e convocações através de editais de concurso público, Resoluções, Instruções Normativas, Contratos, Comissões;
- Atendimento/Orientação aos servidores e público em geral, referente a dúvidas pertinentes aos serviços da Prefeitura.

Atividades de Contabilidade

A partir de janeiro de 2009 o Departamento de Contabilidade da Prefeitura voltou a fazer parte da estrutura organizacional da Controladoria Geral do Município.

Tal fato ocorreu em decorrência de que o foco da Secretaria Municipal de Fazenda encontra-se voltado para a arrecadação de receitas, ao passo que a Controladoria Geral, por tratar-se de Órgão de Controle Interno visa precipuamente atuar para o fortalecimento dos controles internos no âmbito da Administração Pública Municipal.

O Departamento de Contabilidade/CGM, registra e controla os atos e fatos relacionados ao Patrimônio Público do Município de Porto Velho e suas variações, bem como acompanha a execução do orçamento da Administração Direta e consolidações inerentes à Administração Indireta, passando a contar a partir de 2009 com duas Divisões de Contabilidade Setorial: uma na Secretaria Municipal de Educação e outra na Secretaria Municipal de Saúde (as quais foram criadas devido o critério de relevância dos recursos envolvidos em tais Secretarias).

O Departamento já encontra-se com Contadores concursados que integram a Carreira de Nível Superior do Grupo Ocupacional do Controle Interno.

O Departamento de Contabilidade no período executou as seguintes atividades:
Escrituração e registros contábeis: Registrou a arrecadação de receitas e a execução das despesas públicas, controlando os atos e fatos relacionados ao patrimônio e ao Orçamento Público, executou conciliações bancárias, escriturações contábeis de Janeiro a Abril de 2011.

Elaboração da Prestação de Contas anual consolidada do Município referente ao exercício financeiro de 2010, em cumprimento a Lei Federal 4.320/64, artigo 70 da Constituição Federal e à Lei Orgânica Municipal.

Portal da Transparência: informando diariamente em tempo real os dados sobre a execução orçamentária da despesa pública: empenhos, liquidações e pagamentos e a arrecadação de receitas.

Elaborou os Relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal, sendo: Resumido de Execução Orçamentária - RREO relativo ao 6° bimestre/2010, e Relatório de Gestão Fiscal-RGF relativo ao 3º Quadrimestre/2010, Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO referente ao 1° bimestre de 2011, tendo os mesmos sido publicados e encaminhados ao Tribunal de Contas do Estado para acompanhamento pelo Órgão de Controle Externo, bem como à Caixa Econômica Federal.

Elaborou e encaminhou ao FNDE os dados relativos ao SIOPE - Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação que consiste em um sistema eletrônico, operacionalizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), instituído para coleta, processamento, disseminação e acesso público às informações referentes aos orçamentos de educação da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, referente ao exercício de 2010.

Aprimoramento Profissional:

- Participação do curso de Pós Graduação MBA em Gestão Pública, da Prefeitura:
    - Auditora Cricélia Fróes Simões – Controladora Geral
    - Auditora Waldery Nogueira de Lima - Controladora Geral Adjunta
    - Auditora Sueleide Cristina Mascarenhas Rodrigues
- Participação de curso de Contabilidade Pública destinados a atualização profissional para elaboração de Prestação de Contas anual do Município:

Os Contadores da C.G.M Admillame Georgeton, Dácio Rufino Dantas de Figueredo, Elizia Rosas de Luna, Fábio Vieira Ferreira, Jonas da Silva Gomes, Lílian Nogueira de Lima, Maria de Fátima Nunes, Rita Ferreira Lima, participaram do Curso: Contabilidade Pública – Atualizada e Prestação de Contas ao TCE, nos dias 23, 24 e 25 de Fevereiro de 2011, no Auditório do SENAC.

Os Contadores da C.G.M Elizia Rosas de Luna, Fábio Vieira Ferreira, Lílian Nogueira de Lima, Maria de Fátima Nunes, Hely de Sá Luna e José Abrantes Alves de Aquino, participaram do Curso Contabilidade Pública na Gestão Municipal – com orientação sobre Prestação de Contas e Introdução às novas normas de Contabilidade Pública, nos dias 10, 11, 12 de Março de 2011, no Auditório do SEBRAE.

- Participação dos servidores do corpo técnico da CGM no Curso Convênios, Contratos de Repasses, outras transferências e Tomada de Contas Especial", ministrado por Dagmar Anjos de Oliveira Rocha e realizado pela Treide Treinamento e Desenvolvimento no período de 25 a 27 de maio de 2011.
- Participação dos Auditores da CGM no Curso "Auditoria Governamental e Controle Interno" ministrado por Ismar Barbosa Cruz e realizado pela Treide Treinamento e Desenvolvimento no período de 03 a 05 de agosto de 2011.
- Participação dos servidores do corpo técnico da CGM no Seminário "Instituições de Controle e o Combate à Corrupção no Brasil". Local: Auditório do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia em 18 de agosto de 2011.
- Participação da Auditora da CGM Waldery Nogueira de Lima no curso preparatório para a realização da 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social na CGU Controladoria Geral da União, em Brasília/DF

Participação no vii encontro nacional dos órgãos de controle interno, realizado pelo CONACI em Brasilia/DF.

A Controladoria Geral do Município em Porto Velho participou do VII Encontro Nacional dos Órgãos de Controle Interno, que ocorre em Brasília nos dias 17 e 18 de agosto, representada pelo Presidente da Associação dos Profissionais do Controle Interno do Município de Porto Velho Auditor Jeoval Batista e da Auditora Sueleide Mascarenhas.

O encontro foi promovido pelo Conselho Nacional de órgãos de Controle Interno dos Estados brasileiros, do Distrito Federal e dos Municípios das Capitais – CONACI e teve como principal objetivo promover o diálogo entre os Auditores e Controladores Internos de todo o país e apresentar os horizontes de atuação do controle interno e debater ações de prevenção de corrupção, correição, transparecia e controle social e ouvidoria.

Os temas debatidos no Encontro Nacional foram:

As novas regras da Contrabilidade Pública, Paulo Henrique Feijó – Coordenador Geral de Normas de Contabilidade Aplicada à Fedeação da Secretaria do Tesouro Nacional "Programa Cidadão no Controle" Controladoria Geral do Estado de Pernambuco, "Ouvidoria / ES: Função do Sistema de Controle Interno Integrada ao Portal da Transparência" Secretaria de Controle e Transparência do Estado do Espírito Santo "Consocial", Vânia Lucia Ribeiro Vieira – Diretora de Prevenção da Corrupção da Controladoria Geral da União, A visão Contemporânea sobre Transparência nas Contas Públicas" Gil Castelo Branco – Secretário Geral da Associação Contas Abertas, PSB/DF, Apresentação: Sistema de Custos do Estado do Rio Grande do Sul", Estratégia de Governança e Anticorrupção" Boris Enrique Utria – Gerante de Programas, Operações e Carteira do Banco Mundial.

Painel o Papel do Controle Interno e Controle Externo tendo como debatedores Victor José Faccioni – Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul e Valdir Agapito – Secretário Federal de Controle Interno da Controladoria Geral da União e Moderadora: Ângela Maria Soares Silvares – Secretária de Estado de Controle e Transparência do Espírito Santo.

- Participação de curso de Contabilidade Pública destinados a atualização profissional para elaboração de Prestação de Contas anual do Município:

Os Auditores da C.G.M Ana Neila A. Rivero, Arquimedes Alves Soares, Cricélia Fróes Simões, Eudes Fonseca da Silva, Julio César Brito de Lima, Maria Auxiliadora A. de O. Monteiro, Sueleide Cristina Mascarenhas Rodrigues, Teodoro Lazuta, Waldery Nogueira de Lima e Zenildo Alves Santos de Carvalho, participaram do "Curso: Treinamento Composição, Estrutura e Competências do Tribunal de Contas

Especial em Porto Velho no Auditório do ção de Contas ao TCE, nos dias 23, 24 e 25 de Fevereiro de 2011, no Auditório do SENAC.

Participação dos auditores Zenildo Alves Santos de Carvalho e Eliana Ramos Nogueira no “I Seminário Nacional de Participação Social”, realizado em Brasília/DF, pela Secretaria-Geral da Presidência da República, nos dias 26 a 28 de outubro de 2011.

Participação dos auditores Zenildo Alves Santos de Carvalho, Eliana Ramos Nogueira e a Técnica de Controle Interno Louise Fernanda Oliveira Araújo Gomes no Dia Internacional Contra a Corrupção. Local: Auditório do Ministério Público do Estado de Rondônia. Data: 13 de dezembro de 2011.

Considerações Finais

A Administração Pública requer a introdução de conceitos que apontem a Auditoria no caminhar da avaliação da gestão, incluindo o cumprimento de suas estratégias e a correta aplicação dos recursos.

Foram consolidadas também as principais atuações da C.G.M, que podem ser assim descritas:

- Ênfase na ação preventiva do controle, com atuação no assessoramento dos gestores municipais, no acompanhamento dos programas de governo e na avaliação da gestão pública;
- atuação prioritária nos órgãos e entidades que integram o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, com base no relevância social, econômica e política das ações e programas de governo;
- incremento na qualidade dos serviços prestados pela Controladoria Geral, na qualificação do corpo técnico do Órgão e enfoque no alcance de resultados com cumprimento dos prazos legais.

Constatou-se que as principais contribuições do controle interno para a melhoria da qualidade dos serviços prestados no Município dizem respeito, entre outros:

- identificação dos principais problemas que comprometem a qualidade dos serviços prestados e que podem levar à ocorrência de erros e fraudes e proposição de alternativas e sugestões para a melhoria de tais situações;
- definição de responsabilidades dos órgãos na consecução dos controles internos no Município;
- elaboração de instrumentos normativos visando a padronização de processos, bem como a racionalização dos mesmos;
- sistematização das atividades de controle;
- apoio efetivo ao controle externo;
- conscientização dos servidores de diversos órgãos municipais no sentido de buscar maior qualidade nos serviços prestados, no sentido de priorizar os controles prévio e concomitante.

Por fim, cabe ressaltar que é fundamental que as ações de controle interno sejam aperfeiçoadas de forma contínua e permanente para que se possam atingir níveis satisfatórios de desempenho e busca de qualidade superior nos serviços oferecidos aos cidadãos com o intuito de promoção do bem comum.

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

Apresentação

A Câmara Municipal de Porto Velho é o Órgão Legislativo do Município de Porto Velho, e se compõe de Vereadores eleitos, representantes da comunidade, pelo sistema proporcional em toda a abrangência municipal. A Câmara tem funções legislativas, atribuições para fiscalizar e assessorar o Poder Executivo, competência para organizar e dirigir os seus serviços internos, elaborar Leis sobre todas as matérias de competência do Município, respeitadas as reservas constitucionais do Estado e União.

A prestação de contas por parte do legislativo obedece às legislações vigentes, haja a vista os princípios constitucionais da moralidade, legalidade, eficiência e ainda a transparência, que reluz tamanha responsabilidade com a execução do dinheiro público.

Nossa intenção é demonstrar ao longo do relatório os resultados alcançados pela aplicabilidade do PPA, fazendo uma abordagem com as atividades circunstanciadas, a movimentação orçamentária, financeira e patrimonial, devidamente registradas, ocorridas no exercício de 2011.

As contas estão consolidadas, conforme poderá ser verificado no presente relatório. Assim, a Câmara Municipal desenvolveu suas atividades em observância as legislações vigentes, buscando ainda o equilíbrio das contas na forma do que dispõe a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Atividades Circunstanciadas Desenvolvidas

A Administração Pública Municipal vem passando recentemente por profundas transformações positivas, em decorrência dos níveis de exigência cada vez mais elevados da sociedade do nosso Município.

A Câmara Municipal de Porto Velho tem pautado suas ações na ética e responsabilidade visando a transparência nos seus atos e contratos administrativos em conformidade com as leis e princípios constitucionais. Para tanto, efetivamos reforma completa na rede elétrica em todo o prédio desta Casa de Leis, objetivando a modernização, a dinamização e a qualidade de trabalho no momento das execuções das atividades, tanto administrativa como legislativas, se fez necessário reformas, compras de materiais permanentes, pintura.

Garantimos também o cumprimento de parte do compromisso assumido com o objetivo atender a Lei Federal nº 10.098/00 – "Normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, regulamentada pelo Decreto nº 5294/04"- promovendo a adequação de banheiros e substituição de portas, melhorando as instalações físicas desta Casa Legislativa.

Da Reforma

As instalações elétricas existentes não atendiam as normas vigentes e colocava em risco a segurança dos servidores e do público em geral, podendo também ocasionar danos ao patrimônio público. Para corrigir este problema foi elaborado e executado a reforma da parte elétrica do prédio desta Casa de Leis, conforme projetos, memorial descritivo/especificações técnicas e projeto básico.




Substituição das portas internas e externas na área de circulação da Câmara Municipal de Porto Velho, objetivando a obediência a Lei Federal 10.098/00, que trata das normas gerais e critérios básicos para a promoção de acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.



Material Permanente

No exercício de 2011 foram adquiridos bens móveis para atender os setores internos, tais como:

- Centrais de ar-condicionado, bebedouros, frigobar, cortinas, sofás;
- Equipamentos de Som para atender as Sessões Plenárias: caixas de som, equalizador, divisor de áudio;
- Equipamentos para atender a Divisão de Serviços Gerais: toalheiros, suporte para papel higiênico;
- Equipamentos de informática para atender a Divisão de Informática: switch, patch panel, dentre outros utilitários.

Da Capacitação dos Servidores

Participação de servidores no Curso de Contabilidade Pública Atualizada e Prestação de Contas ao Tribunal de Contas do Estado, realizado na cidade de Porto Velho, com o objetivo de aprofundar as peculiaridades na Contabilidade Aplicada ao Setor Público dentro das exigências atuais, bem como prazos, composição documental, checagem dos Demonstrativos e Balanços, e novos pontos de análise do TCE-RO.

Participação nos cursos de Gestão Administrativa, Contábil e Financeira do Legislativo Municipal e Processos e Técnicas Legislativas, referentes a utilização de técnicas e procedimentos apropriados para atuar na gestão administrativa, contábil e financeira do Legislativo Municipal com o intuito de profissionalizar a Administração Pública, criar formas simples e práticas para inovar a ação dos Vereadores e Servidores que integram o corpo do Legislativo Municipal, evitando prejuízos e morosidade no atendimento ao cidadão.

Participação no Seminário “Capacitando os Vereadores do Brasil”, realizado na Cidade de Porto Velho, objetivando a capacitação e o aprimoramento no tocante às funções e prerrogativas do Legislativo Municipal, ética e responsabilidade na atividade parlamentar.

Participação no XXVI Congresso Brasileiro de Servidores de Câmaras Municipais e no VI Congresso Nacional de Vereadores, realizado na cidade de Petrolina/PE

Participação no Curso de Sistema de Informação – Formação Cisco CCNA Exploration.

Curso de Tomada de Contas Especial na Visão dos Tribunais de Contas, realizado nesta cidade de Porto Velho, objetivando disseminar conhecimentos teóricos e práticos sobre o processo e procedimento da Tomada de Contas Especial no âmbito dos Tribunais de Contas, bem como propiciar melhor compreensão do Órgão pelos seus jurisdicionados.

Turma do Curso de Tomada de Contas Especial na Visão dos Tribunais de Contas



Recursos Humanos – No início da gestão de 2011 deu-se início, através da Divisão de Cadastro-DRH, a informatização da vida funcional dos servidores do quadro efetivo, cargos comissionados e vereadores desta Casa Legislativa

A Câmara Municipal de Porto Velho, preocupada com o crescimento acelerado e visando o acompanhamento do mesmo realizou audiências públicas, abordando temas de extrema relevância ao interesse público, discutindo, propondo e elaborando planos e metas, potencializando a atuação do Poder Público de Porto Velho.

- Audiência Publica para que sejam elucidados os motivos da paralisação das obras de águas e esgotos no Município de Porto Velho;
- Audiência Pública com a finalidade de discorrer sobre o não cumprimento da Lei 1.877 de 19 de maio de 2010;
- Audiência Pública sobre as atividades desenvolvidas pelo CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA-CIEE;
- Audiência Pública sobre O Plano de Mobilidade Urbana do Município de Porto Velho;
- Audiência Pública com o objetivo de buscar e propor alternativas para a regularização fundiária de regiões do Município de Porto Velho pertencentes ao Estado de Rondônia;
- Audiência Pública com o objetivo de discutir temas como: Atribuição do Conselho Tutelar, Sistemas de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, Papel do Executivo Municipal na |Infância e Adolescência;
- Audiência Pública para discutir os problemas relacionados às barreiras enfrentadas pelos deficientes auditivos dentro da sociedade;
- Audiência Pública com a finalidade de discorrer sobre a Criação da Guarda Mirim no âmbito do Município;
- Audiência Pública a fim de debater a desapropriação dos imóveis situados na faixa de domínio da Rodovia 364, trecho entre a FARO e a Estrada da Areia Branca;
- Audiência Pública com a finalidade de que sejam discutidas e debatidas políticas públicas esportivas, conceitos contemporâneos da educação física e sobre situação do esporte olímpico no município de Porto Velho;
- Audiência Pública com a finalidade de discorrer sobre a criação do Conselho Municipal de Segurança Pública do Município de Porto Velho;

- Audiência Pública com a finalidade de discorrer sobre o retorno das obras de ampliação no abastecimento de água tratada no Município e os problemas de abastecimento de água tratada nos bairros da Zona Leste da cidade de Porto Velho;

- Audiência Pública para que sejam elucidados os motivos da paralisação das obras de águas e esgotos no município de Porto Velho.

As atividades executadas no 1º e 2 º período legislativo, compreendem ainda aos atos de Pedido de Providencia, Indicações, Requerimentos, Moções e aprovações de leis do Executivo.

CAMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO
DIV. EXPEDIENTE

RELATORIO DAS ATIVIDADES
DO
1º 2º PERIODO LEGISLATIVO 2010

Nº DE ORDEM	VEREADORES	PRED. DE PROV.	INDICAÇÕES	REQUERIMENTO	MOÇÕES
001	MARIANA CARVALHO	228	2	14	2
002	ELLIS REGINA	27		9	1
003	CHICO CAÇULA	30	1		
004	JAIME GAZOLA	58	12	5	3
005	MOISÉS COSTA	28		1	
006	RAMIRO NEGREIROS	43	1	1	
007	ZEQUINHA ARAÚJO	20	2	2	
008	CLÁUDIO DA PADARIA	114	15	1	
009	MARCELO REIS	95	4	2	1
010	CLÁUDIO CARVALHO	44	1	5	
011	JEAN OLIVEIRA	68	2	11	1
012	EDUARDO RODRIGUES	7	-		
013	PASTOR DELSO MOREIRA	25			1
014	EPIFÂNIA BARBOSA	14		1	
015	JOSÉ HERMINIO COELHO	11	1	5	3
016	JURANDIR BENGALA	29	1	1	
017	TED WILSON	4			

A Comissão Permanente de Licitação realizou durante o exercício de 2010, os procedimentos licitatórios nos processos abaixo, com fito de atender os diversos setores desta Câmara Municipal:

Processo nº	Objeto
030/2011	Serviço de Manutenção de Ar Condicionado
031/2011	Manutenção Predial
032/2011	Manutenção de Jardinagem
033/2011	Manutenção de Equipamento de Informática
034/2011	Aquisição de Material de Consumo
036/2011	Aquisição de Material de Informática
037/2011	Aquisição de Alimentação Preparada
048/2011	Passagens Aéreas
053/2011	Serviços de Elaboração de Projetos
055/2011	Assinatura de Jornais
058/2011	Confecção de Impressos Gráficos
059/2011	Serviço de Fornecimento de Combustível
060/2011	Serviço de Manutenção de Aparelhos Telefônicos e som
061/2011	Publicidade, Propaganda e Imprensa
074/2011	Aquisição de Centrais de Ar, Frigobar e Bebedouros
078/2011	Aquisição de material de Expediente
079/2011	Aquisição de material de Limpeza
080/2011	Revisão do Veículo Pajero
081/2011	Contratação de Empresa de Transporte Barco/Ônibus
101/2011	Instalação d Equipamentos de Áudio
109/2011	Aquisição de Material de Elétrico e Consumo
123/2011	Manutenção de Rede Lógica e Wireless
143/2011	Aquisição de Material de Consumo de Informática
164/2011	Aquisição de Material de para Centrais de Ar
188/2011	Revisão do Veículo Pajero
209/2011	Reforma na Rede Elétrica
213/2011	Aquisição de material para coleta de lixo
063/2010	Serviço Manutenção de Ar Condicionado
254/2011	Aquisição de Material de Expediente
259/2011	Elaboração de Projeto Arquitetônico
260/2011	Aquisição de Material de Consumo e Permanente
275/2011	Aquisição de Material Permanente
301/2011	Serviços de Reparo a Danos Causados por Tempestade
304/2011	Aquisição de Material Permanente de Informática
307/2011	Aquisição de Material de Consumo
340/2011	Aquisição de Garrafões e Botija de Gás
371/2011	Serviços de Engenharia

Processos Aditivados: 112/2010 (Telefonia Móvel), 046/2008 (Publicidade e Propaganda), 058/2009 (Fornecimento de Combustível), 029/2010 (Reprografia e Encadernação), 222/2010 (Manutenção Preventiva e Corretiva na Rede Lógica e Wireless), 093/2010 (Prestação de Serviços de Site), 333/2010 (Fornecimento de Jornais), 088/08 (Sistemas Integrados de Gestão Pública), 045/2010 (Manutenção Preventiva e Corretiva em Equipamentos de Informática).

Todos os processos foram analisados antes da liquidação da despesa, obedecendo aos preceitos legais da Lei 8.666/93, bem como da Lei nº 4.320/64.

Os demais processos que não constam desse rol, são inerentes a assuntos relativos ao Departamento de Recursos Humanos, tais como: folhas de pagamento, encargos sociais, férias, diferenças de salário etc., assim como processos de contas telefônicas, energia elétrica e outros os quais não são analisados sistematicamente pela Controladoria Geral.

Relatório Contábil e Financeiro

O Poder Legislativo possui singularidade na execução orçamentária, visto que a sua missão institucional não é executar, logo, grande parte de suas despesas concentra-se em gastos com pessoal. O percentual constitucional para o Legislativo de Porto Velho (RO) é de 5% (seis por cento).

O Orçamento-Programa do Município de Porto Velho (RO), para o exercício financeiro de 2011, foi aprovado pela Lei Municipal nº. 1.915 de 23 de dezembro de 2010, estimando a receita e fixando a despesa para a Câmara Municipal no montante de R$ 24.343.337,00 (Vinte e quatro milhões, trezentos e quarenta e três mil, trezentos e trinta e sete reais).

Quadro de Redução e Suplementação

O Orçamento é uma peça de previsão de eventos futuros sobre a arrecadação e a realização da despesa. Por esse motivo é passível de variações resultantes da efetiva arrecadação ou mesmo das mudanças sociais que impelem o gestor a rever os valores e programas apresentados no orçamento.

Considerando a necessidade de cobrir despesas e redistribuir os valores aprovado no orçamento, conforme a Lei nº. 4.320/64, ocorreu as seguintes situações:

Decreto n. 12.091, de 02 de maio de 2011.

PROGRAMA	**ELEMENTO**	**SUPLEMENTA**
01.01.01.122.010.2.001	**3.3.90.39**	**Valores R$**
Administração da Unidade	Outros Serviços de Terceiros PJ	500.000,00
PROGRAMA	**ELEMENTO**	**REDUZ**
01.01.01.122.010.1.069	**3.3.90.39**	**Valores R$**
Construção, Ampliação e Reforma de Bens Imóveis.	Outros Serviços de Terceiros PJ	100.000,00
01.01.01.122.010.1.069	**4.4.90.51**	**Valores R$**
Construção, Ampliação e Reforma de Bens Imóveis.	Obras e Instalações	300.000,00
01.01.01.122.010.1.069	**4.4.90.52**	**Valores R$**
Construção, Ampliação e Reforma de Bens Imóveis.	Equipamentos e Material Permanente	100.000,00

Decreto n. 12.170, de 14 de junho de 2011.

PROGRAMA	ELEMENTO	SUPLEMENTA
01.01.01.122.010.1.069	**3.3.90.39**	**Valores R$**
Construção, Ampliação e Reforma de Bens Imóveis.	Outros Serviços de Terceiros PJ	199.811,21
PROGRAMA	**ELEMENTO**	**REDUZ**
01.01.01.122.010.1.069	**3.3.90.30**	**Valores R$**
Construção, Ampliação e Reforma de Bens Imóveis.	Material de Consumo	20.001,00
01.01.01.122.010.1.069	**4.4.90.52**	**Valores R$**
Construção, Ampliação e Reforma de Bens Imóveis.	Equipamentos e Material Permanente	100.000,00
01.01.01.122.010.2.001	**3.3.90.35**	**Valores R$**
Administração da Unidade	Serviços de Consultoria	30.000,00
01.01.01.122.010.2.001	**3.3.90.36**	**Valores R$**
Administração da Unidade	Outros Serviços e Terceiros PF	4.992,00
01.01.01.122.010.2.001	**3.3.90.37**	**Valores R$**
Administração da Unidade	Locação de Mão de Obra	5.004,00
01.01.28.846.000.0.186	**3.3.90.92**	**Valores R$**
Pagamento de Despesas de Exercícios Anteriores	Despesas de Exercícios Anteriores	39.814,21

Decreto n. 12.302, de 18 de agosto de 2011

PROGRAMA	ELEMENTO	SUPLEMENTA
01.01.01.122.010.2.001	**3.3.90.46**	**Valores R$**
Administração da Unidade	Auxilio Alimentação	10.000,00
01.01.01.122.010.2.217	**3.1.90.11**	**Valores R$**
Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	Vencimentos e Vantagens Fixas	24.939,00
01.01.28.846.000.0.186	**3.1.90.92**	**Valores R$**
Indenizações e Ressarcimentos	Indenizações e Restituições	Valores R$
	Pagamento de Despesas de Ex. Anter.	**100.000,00**
PROGRAMA	**ELEMENTO**	REDUZ
01.01.01.031.010.2.316	**3.3.90.30**	**Valores R$**
Câmara Itinerante	Material de Consumo	20.004,00
01.01.01.122.010.2.001	**3.3.50.41**	**Valores R$**
Administração da Unidade	Contribuições	4.035,00
01.01.01.122.010.2.001	**4.4.90.52**	**Valores R$**
Administração da Unidade	**Equipamentos e Material Permanente**	70.961,00
01.01.28.846.000.0.077	3.1.90.91	Valores R$
Cumprimento de Sentenças Judiciais	Sentenças Judiciais	24.939,00
01.01.28.846.000.0.138	3.3.90.93	Valores R$
Indenizações e Ressarcimentos	Indenizações e Restituições	15.000,00

Decreto n. 12.327, de 25 de agosto de 2011

PROGRAMA	ELEMENTO	SUPLEMENTA
01.01.01.122.010.2.217	**3.1.90.11**	**Valores R$**
Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	Vencimento e Vantagem Fixas	1.183.000,00
01.01.01.122.010.2.217	**3.1.90.13**	**Valores R$**
Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	Obrigações Patronais	254.000,00
01.01.01.122.010.2.217	**3.1.90.16**	**Valores R$**
Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	Outras Despesas Variáveis	18.000,00
01.01.01.122.010.2.217	**3.1.91.13**	**Valores R$**
Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	Obrigações Patronais	45.000,00

Decreto n. 12.367, de 30 de setembro de 2011

PROGRAMA	ELEMENTO	SUPLEMENTA
01.01.01.122.010.2.217	**3.1.90.16**	**Valores R$**
Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	Outras Despesas Variáveis	36.000,00
01.01.28.846.000.0.138	**3.1.90.93**	**Valores R$**
Indenizações e Ressarcimentos	**Obrigações Patronais**	3.500,00
01.01.28.846.000.0.186	**3.1.90.92**	**Valores R$**
Pagamento de Despesas de Exercícios Anteriores	Despesas de Exercícios Anteriores	69.000,00
PROGRAMA	**ELEMENTO**	**REDUZ**
01.01.01.126.010.2.121	**4.4.90.52**	**Valores R$**
Implementação de Ações de Informatização	Equipamentos e Material Permanente	72.500,00
01.01.28.846.000.0.138	**3.1.90.13**	**Valores R$**
Indenizações e Ressarcimentos	Obrigações Patronais	36.000,00

Decreto n. 12.417, de 09 de novembro de 2011.

PROGRAMA	ELEMENTO	SUPLEMENTA
01.01.01.126.010.2.121	**3.3.90.39**	**Valores R$**
Implementação de Ações de Informatização	Outros Serviços de Terceiros PJ	157.689,60
01.01.28.846.000.0.138	**3.1.90.94**	**Valores R$**
Indenizações e Ressarcimentos	Indenizações Trabalhistas	36.000,00
PROGRAMA	**ELEMENTO**	**REDUZ**
01.01.01.122.010.2.001	**3.3.90.39**	**Valores R$**
Administração da Unidade	Outros Serviços de Terceiros PJ	88.612,47
01.01.01.126.010.2.121	**3.3.90.30**	**Valores R$**
Implementação de Ações de Informatização	Material de Consumo	88.641,13
01.01.01.126.010.2.121	**4.4.90.52**	**Valores R$**
Implementação de Ações de Informatização	Equipamentos e Material Permanente	16.436,00

Decreto n. 12.431, de 17 de novembro de 2011.

PROGRAMA	ELEMENTO	SUPLEMENTA
01.01.01.122.010.1.069	**3.3.90.39**	**Valores R$**
Construção, Ampliação e Reforma de Bens Imóveis.	Outros Serviços de Terceiros PJ	250.000,00
01.01.01.122.010.2.217	**3.1.90.11**	**Valores R$**
Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	Vencimentos e Vantagens Fixas	200.000,00
01.01.01.122.010.2.217	**3.1.90.13**	**Valores R$**
Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	Obrigações Patronais	50.000,00

Decreto n. 12.432 de 17 de novembro de 2011

PROGRAMA	ELEMENTO	SUPLEMENTA
01.01.28.846.000.0.138	**3.1.90.94**	**Valores R$**
Indenizações e Ressarcimentos	Indenizações e Restituições	50.000,00
01.01.28.846.000.0.186	**3.1.90.92**	**Valores R$**
Pagamentos de Despesas de Exercícios Anteriores	Despesas de Exerc. Anterior	350.000,00
PROGRAMA	**ELEMENTO**	**REDUZ**
01.01.01.031.010.2.316	**3.3.90.39**	**Valores R$**
Câmara Itinerante	Material de Consumo	9.704,00
01.01.01.122.010.2.001	**3.3.90.33**	**Valores R$**
Administração da Unidade	Passagens e Despesa com Locomoção	53.610,22
01.01.01.122.010.2.001	**3.3.90.39**	**Valores R$**
Administração da Unidade	Outros Serviços de Terceiros - PJ	113.720,18
01.01.01.122.010.2.001	**4.4.90.52**	**Valores R$**
Administração da Unidade	Equipamentos e Material Permanente	146.165,60
01.01.01128.010.1.050	**3.3.90.39**	**Valores R$**
Capacitação de Servidores Públicos Municipais	Outros Serviços de Terceiros - PJ	54.800,00
01.01.01.331.010.2.044	**3.3.90.49**	**Valores R$**
Auxílio Transporte a Servidores e Empregados	Auxílio Transporte	22.000,00

Decreto n. 12.451, de 01 de dezembro de 2011.

PROGRAMA	ELEMENTO	
01.01.01.122.010.2.001	**3.3.90.39**	**Valores R$**
Administração da Unidade	Outros Serviços de Terceiros PJ	68.500,00
PROGRAMA	**ELEMENTO**	**SUPLEMENTA**
01.01.01.122.010.2.001	**3.3.90.30**	
Administração da Unidade	Material de Consumo	8.500,00
01.01.28.846.000.0.138	**3.1.90.94**	**Valores R$**
Indenizações e Ressarcimentos	Indenizações Trabalhistas	60.000,00

Decreto n. 12.466, de12 de dezembro de 2011.

PROGRAMA	ELEMENTO	SUPLEMENTA
01.01.01.122.010.2.001	**4.4.90.52**	**Valores R$**
Administração da Unidade	Equipamentos e Material Permanente	80.000,00
01.01.01.126.010.2.121	**4.4.90.52**	**Valores R$**
Implementação de Ações de Informatica	Equipamentos e Material Permanente	80.000,00
PROGRAMA	**ELEMENTO**	**REDUZ**
01.01.01.122.010.1.069	3.3.90.39	
Construção Ampliação e Reforma de Bens Imóveis	Outros Serviços de Terceiros - PJ	160.000,00

Decreto n. 12.471 de 16 de dezembro de 2011

PROGRAMA	ELEMENTO	SUPLEMENTA
01.01.01.122.010.2.217	**3.1.90.11**	**Valores R$**
Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	Vencimentos e Vantagens Fixas	449.000,00
01.01.01.122.010.2.217	**3.1.90.13**	**Valores R$**
Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	Obrigações Patronais	25.000,00
PROGRAMA	**ELEMENTO**	**REDUZ**
01.01.01.031.010.2.316	**3.3.90.14**	**Valores R$**
Câmara Itinerante	Diárias - Pessoal Civil	91.478,76
01.01.01.031.010.2.316	**3.3.90.39**	**Valores R$**
Câmara Itinerante	Outros Serviços de Terceiros - PJ	35.700,00
01.01.01.122.010.1.069	**3.3.90.39**	**Valores R$**
Construção, Ampliação e Reforma de Bens Imóveis	Outros Serviços de Terceiros - PJ	51.996,37
01.01.01.122.010.1.069	**4.4.90.51**	**Valores R$**
Construção, Ampliação e Reforma de Bens Imóveis	Obras e Instalações	200.000,00
01.01.01.122.010.2.217	**3.1.90.09**	**Valores R$**
Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	Salário Família	2.021,00
01.01.01.122.010.2.217	**3.1.90.16**	**Valores R$**
Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	Outras Despesas Variáveis	23.480,88
01.01.01.122.010.2.217	**3.1.91.13**	**Valores R$**
Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	Obrigações Patronais	20.777,98
01.01.01.126.010.2.121	**3.3.90.39**	**Valores R$**
Implementação de Ações de Informatização	Outros Serviços de Terceiros - PJ	33.669,29
01.01.01.128.010.1.050	**3.3.90.39**	**Valores R$**
Capacitação de Servidores Públicos Municipais	Outros Serviços de Terceiros - PJ	2.000,00
01.01.28.846.000.0.138	**3.1.90.13**	**Valores R$**
Indenizações e ressarcimentos	Obrigações Patronais	**9.375,72**
01.01.28.846.000.0.138	**3.3.90.93**	**Valores R$**
Indenizações e ressarcimentos	Indenizações e Restituições	**3.500,00**

Decreto n. 12.483 de 27 de dezembro de 2011

PROGRAMA	ELEMENTO	SUPLEMENTA
01.01.28.846.000.0.186	**3.1.90.92**	**Valores R$**
Pagamento de Despesas de Exercícios Anteriores	Despesas de Exercícios Anteriores	50.000,00
PROGRAMA	**ELEMENTO**	**REDUZ**
01.01.01.126.010.2.121	**3.3.90.39**	**Valores R$**
Implementações de Ações de Informatização	Outros Serviços de Terceiros - PJ	50.000,00

Quadro Demonstrativo da Receita e Despesa

PÁGINA: 1
16/02/2012 10:00

Estado de Rondônia
Camara Municipal de Porto Velho

Demonstração da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas
de 2011 - Anexo 01, da Lei 4.320/64 - Anexo 01, da Lei 4.320/64

Unidade Gestora: CAMARA MUNICIPAL

Receita			Despesa		
Receitas Correntes			Despesas Correntes		
			PESSOAL E ENCARGOS SOCIAI	17.534.462,40	
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.565.719,18	
			PESSOAL E ENCARGOS SOCIAI	989.222,02	24.089.403,60
Déficit		24.089.403,60			
Receitas Correntes Intra-Orçamentárias			Despesas Correntes Intra-Orçamentárias		
Totais		24.089.403,60	Totais		24.089.403,60
			Déficit Orçamento Corrente		24.089.403,60
Receitas de Capital			Despesas de Capital		
			INVESTIMENTOS	253.933,40	253.933,40
Déficit		24.343.337,00			
Totais		24.343.337,00	Totais		24.343.337,00

Resumo	Receita	Despesa	
Receitas Correntes	0,00	Despesas Correntes	24.089.403,60
Receitas Correntes Intra-Orçamentária	-	Despesas Correntes Intra-Orçamentária	-
Receitas de Capital	-	Despesas de Capital	253.933,40
Receitas de Capital Intra-Orçamentária	-	Despesas de Capital Intra-Orçamentária	-
Déficit	24.343.337,00		
Total	24.343.337,00	Total	24.343.337,00

Relatório Patrimonial

Câmara Municipal de Porto Velho — Pag:
Resumo Global por Classificação — Período de 01/01/2011 ate 31/12/2011

	Adquiridos
	Quant./Valor
1-CAMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO	
1.01-BENS MOVEIS DA CAMARA	
1.01.01-MOBILIA GERAL	3
	4.241,00
1.01.02-VEICULOS DIVERSOS	0
	0
1.01.03-MOVEIS E UTENSILIOS P/ COPA C	0
	0
1.01.04-OUTROS BENS MOVEIS	0
	0
1.01.05-MAQUI. UTEN. E EQUIPAMENTOS D	52
	49.387,00

1.01.06-MAQ. UTENSILIOS E EQUIPAMENTO	32
	10.619,00
1.01.07-COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGR	0
	0
1.01.08-EQUIPAMENTOS P/ AUDIO VIDEO E	33
	18.626,40
1.01.09-MAQUI. EQUI. UTEN. AGRIC. AGR	0
	0
1.01.10-MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFI	0
	0
1.01.11-INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTIS	0
	0
1.01.12-MAQUI. FERRA. E UTENSILIOS DE	0
	0
1.01.13-MAQUI. E EQUIPAMENTOS DE NATU	0
	0
1.01.14-APARELHOS DE MEDICAO E ORIENT	0
	0
1.01.15-OBRAS DE ARTE, PECAS PARA EXP	0
	0
1.01.16-APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE C	0
	0
1.01.17-APA. EQUI. E ETUN. MED. ODON.	0
	0
1.01.18-APARELHOS E EQUIP. P/ ESPORTE	0
	0
1.01.19-BANDEIRAS, FLAMULAS E INSIGNI	0
	0
1.01.20-DISCOTECAS E FILMOTECAS	0
	0
1.01.21-EQUIP. PORTECAO, SEGURANCA E	0
	0
1.01.22-MAQUINAS EQUIPAMENTOS ENERGET	0
	Adquiridos
	Quant./Valor
1.01.23-EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E EL	0
	0
1.01.24-EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO	10
	11.060,00
1.01.25-PECAS NAO INCORPORAVEIS A IMO	0
	0
1.01.26-VEICULOS DE TRACAO MECANICA	0
	0
1.01.27-ACESSORIOS PARA AUTOMOVEIS	0
	0
1.01.28-MATERIAL DE USO DURADOURO	0
	0
1.01.29-BENS INTANGIVEIS	0
	0
1.01.30-EMBARCACOES	0
	0
Total 1.01-BENS MOVEIS DA CAMARA	
	130
	93.933,40
1.02-BENS DE TERCEIRO EM FAVOR DA CAMARA	
1.02.01-MOBILIA GERAL	0

1.02.02-VEICULOS E ACESSORIOS	0
	0
1.02.05-MAQUINAS MOTORES E APARELHOS	0
	0
1.02.06-EQUIPAMENTOS DIVERSOS	0
	0
1.02.07-LIVROS - MATERIAL BIBLIOTECAR	0
	0
Total 1.02-BENS DE TERCEIRO EM FAVORDA CAMAR	
	0
	0
Total 1-CAMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO	
	130
	93.933,40
2-BENS IMOVEIS	
2.01-INSTALACOES E BENFEITORIAS	0
	0
2.02-TERRENOS	0
	0
2.03-EDIFICIOS	0
	0
2.04-GLEBAS E FAZENDAS	0

PPcetil - Patrimonio Publico - Emissao:	08/02/2012 as 12h	53min (1)
Camara Municipal de Porto Velho		Pag:
Resumo Global por Classificação		

	Adquiridos
	Quant./Valor
	0
2.05-SALAS E ESCRITORIOS	0
	0
2.06-OUTROS BENS IMOVEIS	0
	0
Total 2-BENS IMOVEIS	
	0
	0
Total Geral ======================>	
	130
	93.933,40

FUNDAÇÃO CULTURAL IARIPUNA

FUNDAÇÃO CULTURAL IARIPUNA

AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA FUNDAÇÃO CULTURAL IARIPUNA - 2011

1 Introdução

A Fundação Cultural Iaripuna, através dos Departamentos (Cultura/Artes e Financeiro) e respectivas Divisões (Artes e Cultura, Ação Cultural e de Patrimônio Cultural), tem desenvolvido ações voltadas para resgatar, fomentar e valorizar as diversas expressões culturais e de patrimônio cultural bem como realização de cursos nas diversas linguagens artísticas na cidade e nos distritos de Porto Velho.

Dessa forma, cria espaços de expressão, promove o resgate e amplia a qualidade no atendimento às comunidades. Outrossim, considerando a preocupação e zelo que tem com a preservação do patrimônio Histórico e Cultural, valoriza e apóia os artistas da terra, efetivando um trabalho de parcerias que chega até nossas crianças, jovens e adultos, promovendo cultura baseada numa concepção de valores e qualidade de vida para a população atendida.

Nosso trabalho, enquanto Fundação, está pautado no compromisso de atender e valorizar o nosso povo, que apresenta rica diversidade e, por conseguinte, precisa ser valorizado por meio de ações efetivas do poder público.

2 - Ações do Departamento de Artes

O Departamento de cultura e artes, através das ações das Divisões de Ação Cultural, de Artes e Cultura e de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural, desenvolve projetos, ações e espetáculos voltados à inclusão social e à garantia de direitos. Com isso, busca resgatar, fomentar e valorizar as diversas expressões culturais e de patrimônio da cidade.

Para tanto, cria espaços de expressão, promove o recontar de Histórias e resgata laços culturais nas comunidades, através da promoção dos espetáculos, cursos e oficinas.

DIVISÃO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO E CULTURAL

OBJETIVANDO CRIAR E CONSOLIDAR AS COMPETÊNCIAS CULTURAIS ATRAVÉS DE OFICINAS, PALESTRAS E CURSOS.

CONTEXTO

REALIZAR LEVANTAMENTO DO PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL

O Projeto Epac - Pio realizou suas ações no ano de 2011, entre elas consolidou a criação dos fóruns patrimoniais locais. O trabalho foi construindo e desenvolvido num processo de colaboração, elaboração, mobilização e divulgação, com base no diálogo, buscando um estreitamento com as populações dos distritos e da cidade, através de uma metodologia participativa; assinalando políticas públicas propositivas em patrimônio histórico cultural; no tocante ao acervo e memória e na perspectiva do próprio local de vivência dos participantes. As Oficinas de sensibilização realizadas foram as seguintes: Corpo, voz e participação; Acervo, Memória e Cidadania; Quanto ao planejamento das ações, trabalhamos as temáticas: o que é um plano? Para que serve? E como desenvolvê-lo?

Quanto à criação dos fóruns, foi possível criar os fóruns do distrito de Calama (Baixo Madeira), fórum museu e o fórum do Bairro Triângulo em Porto velho.

O projeto promoveu, também, encontros e seminários, ao mesmo tempo em que oportunizou a participação dos estudantes da rede pública da educação básica, universidade e sociedade civil. Articulou, também, com instituições locais e nacionais, com destaque para as seguintes instituições: Academia de Letras de Rondônia, Associações Culturais e Institutos. Os registros e as documentações das ações dos projetos motivaram a produção de um vídeo; este organizado com depoimentos e imagens de todo o público beneficiado com o projeto.

Dessa forma, interessa destacar que o projeto foi pensado numa concepção de inclusão social e de garantia de direitos, priorizando e focando a importância do entendimento voltado para as questões do patrimônio material e imaterial.

RESULTADOS ALCANÇADOS

- Articularam-se os atores sociais, transversalizando com outras políticas públicas;
- Envolvemos o público nas discussões tornando-os agentes culturais das comunidades, sendo eles mesmos os divulgadores e mobilizadores do projeto;
- Foram construídas e realizadas agendas locais das ações;
- As dinâmicas de grupo objetivaram envolver a todos da comunidade;
- As palestras fortaleceram a coletividade, causando uma interatividade, com os seguintes recursos: mesa de debate e exposições de painéis da realidade local, com os temas: cultura, lenda, crença, memória, saber, gosto, dança, canto, poesia e teatro;
- Os atores participantes fizeram levantamento fotográfico e das memórias a partir das suas vivências;
- Com a criação dos fóruns patrimoniais, apontou-se a possibilidade de criação do espaço físico para guardar a memória e o acervo das populações do projeto;
- Foram criados grupos de pesquisadores para o acervo e memória das comunidades;
- Começou-se o debate sobre a gestão e a sustentabilidade nos espaços históricos das populações do Baixo-Madeira e nos distritos da BR 364;
- O Projeto mobilizou representante de comunidade, o que o tornou legítimo como proposição de política pública patrimonial e cultural;
- Os Bairros, Mocambo, Triângulo e Santa Bárbara, construíram uma agenda patrimonial e cultural a partir das suas necessidades;
- O projeto sensibilizou as pessoas quanto à participação, elaboração e produção da sua própria História;
- Os grupos de patrimônio formados organizaram e realizaram atividade com o tema: Memória fotográfica e literária;
- As oficinas, cursos e palestras mobilizaram e motivaram os participantes a ter uma consciência sobre o que é o patrimônio histórico cultural;
- Foram criados os fóruns de patrimônio histórico, com segmento e locais de moradias;
- Os grupos se motivaram a planejar suas ações;

- Foram realizadas ações específicas sobre a ESTRADA DE FERRO MADEIRA MAMORÉ: instalação de sala de atendimento da Fundação Iaripuna; abertura do museu todos os domingos, realização da Semana Nacional do Museu; criação de um grupo específico para discutir os documentos oficiais de criação do museu e acompanhamento de todas as ações de restauração e revitalização do complexo da Estrada de Ferro Madeira Mamoré.

RESULTADOS QUANTITATIVOS

- Mobilização das escolas: em média houve envolvimento de quatrocentas pessoas;
- Foram criados oito fóruns de patrimônio cultural, com representação de dezesseis pessoas diretamente envolvidas;
- Realização de trinta e seis oficinas, quatro encontros dos fóruns, um seminário de grande porte e trinta reuniões de mobilizações;
- A participação nas oficinas foi de aproximadamente cento e trinta pessoas da comunidade;
- Dez instituições e entidades discutiram e participaram das temáticas de patrimônio histórico e cultural, envolvendo trinta e cinco representantes;
- Foi registrado em média o quantitativo de trezentas e trinta amostras de materiais fotográfico e depoimentos, onde resultou na produção de um vídeo;
- Tomaram conhecimento do Projeto Aproximadamente três mil pessoas;
- Para a divulgação do Projeto, foram confeccionados mil e trezentos folders, quarenta cartazes, e oito banners;
- Os distritos e bairros beneficiados com o Projeto foram: São Carlos, Calama, Nazaré, Abunã, Jaci-Paraná, Nova – Mutum e os bairros de Porto velho: Triângulo, Mocambo e Santa Bárbara;
- Foram criados, também, os fóruns de patrimônio histórico e cultural nos Distritos de Calama, Abunã, Jaci-Paraná e os fóruns do Museu Estrada de Ferro Madeira Mamoré, antiga Câmara de Vereadores, fórum da área central do comércio e os fóruns dos bairros Mocambo, Triângulo e Santa Bárbara. Totalizando dez fóruns;
- Cerca de 300 pessoas visitam semanalmente o museu Complexo da Estrada de Ferro Madeira Mamoré.

REGISTRO DE MEMÓRIA FOTOGRÁFICA

DISTRITO DE ABUNÃ





DISTRITO DE CALAMA



DISTRITO DE SÃO CARLOS



DISTRITO DE SÃO CARLOS



2.2 DIVISÃO DE AÇÃO CULTURAL

2.2.1 PROJETOS DE ORGANIZAÇÃO DO CARNAVAL, CULTURA NA PRAÇA, ARRAIAIS POPULARES, ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO E NATAL CULTURAL DESTACAM-SE COMO PRINCIPAIS AÇÕES.

PLANEJAMENTO E EXECUSSÃO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS EM PARCERIAS



- Elaboração do Projeto;
- Reunião para organização do carnaval 2011;
- Organização do baile municipal;
- Reunião com os blocos;
- Reunião com a Federação das escolas de samba – FESEC
- Definição das datas do desfile dos blocos;
- Definição das datas do desfile das escolas de samba/avenida;
- Acompanhamento dos ensaios dos blocos;
- Acompanhamento dos ensaios das escolas de samba;
- Reunião com as autoridades que estão na organização;
- Acompanhamento nos desfiles dos blocos;
- Acompanhamento das escolas de samba na avenida;
- Acompanhamento da apuração das escolas de samba;
- Relatório final;
- Prestação de contas;
- Público de aproximadamente 20.000 (vinte mil pessoas)

PROJETO CULTURA NA PRAÇA - FEIRA DO PORTO




- Elaboração do Projeto;
- Agendamento dos grupos para apresentação (sábado e domingos);
- Acompanhamento das atrações para registro fotográfico;
- Relatório final;
- Prestação de contas;
- Público aproximadamente de 250 MIL pessoas como expectadores dos diversos shows e espetáculos realizados nas praças de todo o município.

PROJETO SERESTA CULTURAL



- Elaboração do Projeto;
- Agendamento dos músicos (todas às quintas-feiras)
- Acompanhamento dos shows para registros fotográficos;
- Relatório final;
- Prestação de contas;
- Público de aproximadamente de 2.000 (duas mil pessoas).

PROJETO AFINA A FLOR DO SAMBA



- Elaboração do Projeto;
- O Projeto acontece todas as sextas-feiras (mercado cultural)
- Acompanhamento dos shows para registros fotográficos;
- Relatório final;
- Prestação de contas;
- Público de aproximadamente 50.000 (duas mil pessoas durante todo o ano).

PROJETO TARDE DO PAGODE



- Elaboração do Projeto;
- O Projeto acontece todas as sextas-feiras (mercado cultural)
- Acompanhamento dos shows para registros fotográficos;
- Relatório final;
- Prestação de contas;
- Público de duzentas pessoas;

PROJETO ANIVERSÁRIO DA CIDADE



- Elaboração do Projeto;
- Agendamento dos grupos de teatro e companhias de dança e bandas musicais;
- Acompanhamento das atrações para registro fotográfico;
- Relatório final;
- Prestação de contas;
- Estimativa de públicos de oito a dez mil pessoas

PROJETO NATAL DE TODOS



- Elaboração de projeto
- Definição dos parceiros
- Reunião com parceiros/gabinete e secretaria;
- Visita ao local da chegada do papai Noel;
- Agendamento das atrações para chegada do papai Noel;
- Apresentações dos corais nas diversas praças com (músicas natalinas);
- Acompanhamento do projeto para registro fotográfico;
- Relatório final;
- Prestação de contas;
- Público atendido: aproximadamente 10.000.00 dez mil pessoas;
- Reveillon na Estrada de Ferro Madeira Mamoré, Campo Princesão, praça do conjunto rio Candeias, na Av. Jatuarana.

- Relatório final;
- Prestação de contas
- Estimativa de público avaliado em 10.000.00(dez mil pessoas).

OUTRAS AÇÕES :

- **DIA INTERNACIONAL DA MULHER (palestras, shows e espetáculos);**

- **SEMANA NACIONAL DO MUSEU** (show musical, apresentação de espetáculos, palestras nas escolas e no museu, visitas ao museu, apresentação via data-show, educação patrimonial no museu).

- **DIA DA CRIANÇA** – brincadeiras, distribuição de brinquedos, shows musicais e espetáculos de teatro para o público infantil.





- **FESTEIJOS RIBEIRINHOS** – festas com bandas musicais regionais.

- Elaboração do Projeto;
- Reuniões com parceiros e produtores culturais;
- Agendamento de atrações;
- Elaboração do cronograma de apresentações;
- Visitas aos eventos para registros fotográficos;
- Relatório final, prestação de contas.
- Público de aproximadamente 12.000 (doze mil pessoas).





- **ARRAIAL FLOR DO MARACUJÁ - parceria com a SECEL;**

DIVISÃO DE ARTES E CULTURA

AÇÕES DESENVOLVIDAS:

- Elaboração do projeto Arte de todos
- Concurso escolha da rainha do carnaval 2011;
- Escolha do elenco da corte do rei momo - carnaval 2011;
- Elaboração do cronograma da corte do rei momo;
- Acompanhar a corte nos eventos;
- Reunião com os membros da corte para devolução do figurino;

PROJETO ARTE DE TODOS (abrangência de 78 cursos)



- Elaboração do cronograma dos cursos do projeto em Porto Velho e nos Distritos;
- Visitas aos locais realização dos cursos dos projetos;
- Reunião pedagógica com os instrutores do projeto;
- Lançamento do “Projeto Arte de Todos” com a participação da comunidade, instrutores e a imprensa;
- Visitas de acompanhamento do Projeto nos distritos e Baixo Madeira;
- Reunião com os instrutores do Projeto;
- Reunião com os parceiros do Projeto;
- Acompanhamento de registro fotográfico nos cursos;
- O Projeto atendeu durante o ano de 2011, aproximadamente 10.000,00 (dez mil pessoas) crianças, jovens e adultos;

PROJETO PALCO EM MOVIMENTO



- Elaboração do Projeto;
- Reunião com grupos, companhias e produtores culturais;

- Reunião com Diretores de escolas e Presidentes das comunidades;
- Definição de locais para apresentação de espetáculos;
- Reunião para apresentação do cronograma de espetáculos;
- Lançamento do Projeto com a participação da imprensa;
- Acompanhamento para registro fotográfico dos espetáculo;
- Encerramento do Projeto;
- Relatório Final;
- Prestação de contas.
- Público de aproximadamente 8.000 a 10.000 (oito a dez mil pessoas)

SEMANA NACIONAL DO TEATRO:



- Reunião com grupos e companhias de teatro;
- Definição e local dos espetáculos;
- Acompanhamento de registro fotográfico;
- Encerramento no dia 27/03/2011;
- Relatório final;
- Prestação de contas.
- Público de 10.000.00 (dez mil pessoas).

PROJETO ENCONTRO DAS ARTES



- Elaboração do Projeto;
- Lançamento do Projeto;
- Reunião e definição dos parceiros;
- Reunião com grupos de teatro, companhias de danças e bandas de músicas;
- Agendamento de apresentações em praças, associações de bairros e escolas;
- Acompanhamento das apresentações e registro fotográfico;
- Encerramento do Projeto;
- Relatório final;
- Prestação de contas.
- Estimativa de público de 5.000 (cinco mil) a 8.000 (oito mil) pessoas.

ESCOLA DE DANÇA MUNICIPAL



- Elaboração do Projeto anual da escola;
- Reunião Pedagógica com os professores;
- Matrículas dos alunos veteranos;
- Matrículas dos alunos novatos;
- Reunião com os pais;
- Mostra de dança;
- Recesso de quinze dias;
- Rematriculas;
- Reunião com os pais;
- Início das aulas de dança do segundo semestre;
- Acompanhamento das aulas com registro fotográfico;
- Mostra final;
- Relatório;
- Prestação de contas.
- Encerramento das atividades da escola dias 17 e 18/12/2011.
- Público de aproximadamente 1.500 (mil e quinhentas pessoas).

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

O Conselho Municipal de Educação de Porto Velho, criado pelo Art. 233, IV, da Lei Orgânica do Município de Porto Velho, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, tem por objetivo funcionar como órgão consultivo, deliberativo, e avaliador do Sistema Municipal de Ensino.

Em Conformidade com o Art. 17 da Lei Complementar nº 137, de 27 de Dezembro de 2001, o Conselho Municipal de Educação Constitui unidades orçamentárias, que assegura no Orçamento do Município os recursos destinados à sua manutenção por meio da elaboração do seu Plano de Trabalho Anual.

Este órgão do Sistema Municipal de Ensino visando proporcionar maior racionalidade e eficiência na administração possui o Programa de Apoio Administrativo e o Programa de Formação Continuada de Educadores que Promovem a integração entre o plano e o orçamento.

Programa de Apoio Administrativo

O Programa de Apoio Administrativo tem como objetivo prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas. Para concretizar tal objetivo foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Manutenção de Serviços Administrativos: aquisição de Passagens aéreas, pagamento de diárias e taxas de inscrições em cursos; e, aquisição e guarda de material de consumo, expediente, informática, copa cozinha e limpeza.
- Manutenção de Serviços de Transportes: serviço de manutenção preventiva e corretiva do veículo RANGE; serviço de lavagem dos veículos; serviços de licenciamentos e seguro dos veículos.

- Manutenção e Conservação de Bens Imóveis: aluguel do imóvel; conservação da área interna e a identificação dos ambientes por meio da instalação de placas em aço e a aquisição da galeria de fotos dos conselheiros; reforma da área externa com a substituição e pintura do telhado, mudança do piso para antiderrapante, construção de rampa de acessibilidade com instalação de tapete de borracha tipo moeda e instalação de mastros de bandeiras.
- Manutenção e Conservação de Bens Móveis: aquisição e guarda de equipamentos, tais como: notebook, nobreak e computador; aquisição e manutenção preventiva e corretiva de centrais de ar; serviços de manutenção, limpeza, troca de peças do parque tecnológico, tais como: computadores, notebook, scanner, fotocopiadora, impressoras; aquisição de material permanente, tais como: estações de trabalho e mesas de trabalho, cafeteira elétrica e forno micro-ondas.

As atividades realizadas por este Programa visaram garantir a este Conselho Municipal de Educação seu pleno funcionamento, por meio dos serviços e aquisições que possibilitaram a operacionalização das ações da Presidência, do Conselho Pleno e do Departamento Técnico e Administrativo deste órgão do Sistema Municipal de Ensino.

Resoluções/CME/2011

Resolução nº 01/CME-2011	Normatiza Procedimentos para Autorização de Funcionamento e Reconhecimento de Instituições de Educação Básica, mantidas pelo Poder Público Municipal e Instituições Privadas de Educação Infantil, Reorganização Escolar e Credenciamento de Cursos, Experiências Pedagógicas e Modalidades de Ensino.
Resolução nº 02CME-2011	**Cancelada**
Resolução nº 03/CME-2011	**RATIFICAR** o Parecer nº 01/CPNA/CME, de 21 de junho de 2011, referente ao Processo nº 09.02.552.004/CME-11, relatado pela Conselheira Sonia Maria Gomes Sampaio que concede o **Recredenciamento** ao **Projeto Ribeirinho**, da Secretaria Municipal de Educação, por dois anos, a partir da data de sua homologação.
Resolução nº 04/CME-2011	Estabelece Normas sobre o Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Porto Velho e dá outras providências.
Resolução nº 05/CME-2011	Fixa as normas e diretrizes para elaboração do Regimento Escolar e o Projeto Político Pedagógico das Instituições Escolares pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino de Porto Velho.
Resolução nº 06/CME-2011	**RATIFICAR** o Parecer nº 02/CAEB/CME de 20 de setembro de 2011, referente ao Processo nº 09.02.552.006/CME-11, relatado pela Conselheira Raimunda Gomes de Brito que concede a **Prorrogação de Autorização de Funcionamento da EMEF Olympia Salvatore Ribeiro,** pelo prazo de um ano e convalida os estudos dos alunos, a partir do período de 05.06.2011 até a homologação e publicação desta Resolução no Diário Oficial do Município - DOM.

Resolução nº 07/CME-2011	Cria o cadastro de mantenedoras de estabelecimentos de Educação Infantil que integram o Sistema Municipal de Ensino.
Resolução nº 08/CME-2011	Credenciar para Autorização de Funcionamento nas Escolas do Campo multianuais da Rede Pública Municipal de Ensino de Porto Velho que Trabalham com o Projeto e estratégia metodológica do Programa Escola Ativa e dá outras Providências.
Resolução nº 09/CME-2011	**RATIFICAR** o Parecer nº 05/CAEB/CME de 23 de novembro de 2011, referente ao Processo n° 09.02.552-008-CME-11, relatado pelo Conselheiro Mario Jorge de Sousa Oliveira que concede **Reconhecimento da EMEF Saul Bennesby**, a partir da data de Publicação desta Resolução no Diário Oficial do Município – DOM.
Resolução nº 10/CME-2011	**RATIFICAR** o Parecer n° 06/CPNA/CME, de 16 de Dezembro de 2011, referente ao nº 09.02.552.009/CME-11, relatado pelo Conselheiro Luiz Pereira Braga, que concede o **Reconhecimento** do **Centro Educacional Carinho de Mãe**, a partir da data de publicação desta Resolução no Diário Oficial do Município – DOM.
Resolução nº 11/CME-2011	**RATIFICAR** o Parecer nº 07/CAEB/CME de 06 de dezembro de 2011, referente ao Processo nº 09.02.552.010/CME-11, relatado pelo Conselheiro Rosário Izél Prestes do Espírito Santo que concede **Autorização de Funcionamento da EMEIEF Pequeno Polegar**, pelo prazo de três anos, a partir da data de publicação desta Resolução desta Resolução no Diário Oficial do Município – DOM.
Resolução nº 12/CME-2011	**RATIFICAR** o Parecer nº 08/CPNA/CME de 16 de dezembro de 2011, referente ao Processo nº 09.02.552.011/CME-11, relatado pela Conselheira Laura Eloísa dos Santos Rios que concede **Autorização de Funcionamento** da **EMEF Joaquim Vicente Rondon**, (Urb) pelo prazo de três anos, a partir da data de Publicação desta Resolução no Diário Oficial do Município – DOM.
Resolução nº 13/CME-2011	**RATIFICAR** o Parecer nº 10/CPNA/CME de 15 de dezembro de 2011, referente ao Processo nº 09.02.552-013/CME-11, relatado pela Conselheira Sônia Maria Gomes Sampaio, que concede **Autorização de Funcionamento da EMEIF Joaquim Vicente Rondon**, (campo) pelo prazo de três anos, a partir da data de Publicação desta Resolução no Diário Oficial do Município – DOM.
Resolução nº 14/CME-2011	**RATIFICAR** o Parecer nº 11/CAEB/CME de 14 de dezembro de 2011, referente ao Processo nº 09.02.552-014/CME-11, relatado pela Conselheira Raimunda Gomes de Brito, que concede **Autorização de Funcionamento da EMEI Sementes do Araçá**, pelo prazo de três anos, a partir da data de Publicação desta Resolução no Diário Oficial do Município – DOM.
Resolução nº 15/CME-2011	**CONVALIDAR** os estudos e matriculas de alunos devidamente matriculados em escolas da Rede Municipal de Ensino de 2011.
Resolução nº 16/CME-2011	**VALIDAR** os estudos e matriculas de alunos devidamente matriculados em escolas criadas no ano de 2011 da Rede Municipal de Ensino.

Pareceres/CME/2011

Processo nº 09.02.552.004/CME Projeto Ribeirinho Parecer nº 01
Processo nº 09.02.552.005/CME Escola Ativa Parecer nº 02
Processo nº 09.02.552.006/CME Olympia Salvatore Parecer nº 03
Processo nº 09.02.552.007/CME Tucumã Parecer nº 04
Processo nº 09.02.552.008/CME Saul Bennesby Parecer nº 05
Processo nº 09.02.552.009/CME Carinho de Mãe Parecer nº 06
Processo nº 09.02.552.010/CME Pequeno Polegar - Parecer nº 07
Processo nº 09.02.552.011/CME Joaquim Vicente Rondon (Urb) - Parecer nº 08
Processo nº 09.02.552.012/CME PROERD - Parecer nº 09
Processo nº 09.02.552.013/CME Joaquim Vicente Rondon (Campo) – Parecer nº 10
Processo nº 09.02.552.014/CME Sementes do Araçá - Parecer nº 11

Programa de Formação Continuada de Educadores

O Programa de Formação Continuada de Educadores é gerenciado por meio do Departamento Técnico, composto pela Divisão de Acompanhamento da Educação Básica e pela Divisão de Planejamento, Normatização e Avaliação com atribuições de assistir o Conselho, assessorar e subsidiar os conselheiros, analisar processos, emitir pareceres e, ainda, coordenar cursos. Com base no PPA e Plano de Ação 2011 efetivou, as ações abaixo relacionadas:

Eventos/Atividade (fora do Município)

1. Curso de Orçamento Público
   Período: 27 a 29 de Abril de 2011
   Local: Recife.
   Participantes: 02

2.Curso de Licitação.
   Período: 27 a 29 de Abril de 2011.
   Local: Recife.
   Participantes: 01

3. Congresso Internacional de Educação.
   Período: 18 a 21 de Maio de 2011
   Local: São Paulo/SP
   Participante: 04

3. XV Encontro Estadual dos Conselhos Municipais de Educação
   Período: 25 a 27 de Maio de 2011
   Local: Barretos /SP.
   Participantes: 03

4. IV Congresso dos Conselhos Municipais de Educação como Instrumento de Controle Social.
Período: 08 a 10 de Junho de 2011
Local: Cacoal/RO.
Participantes: 10

5. Congresso de Educação
Período: 15 e 16 de Junho de 2011
Local: Natal
Participante: 04

6. 1ª Reunião Trimestral dos Conselhos Municipais de Educação do Estado de Rondônia – UNCME.
Período: 28 a 29 de Julho de 2011.
Local: Vilhena/RO
Participantes: 03

7. I Fórum de Debates na Perspectiva da Resolução 07/CNE/2010.
Local: Cacaulância /RO
Data: 26 de Agosto de 2011
Participantes: 03

8. II Encontro dos Presidentes dos Conselhos Municipais de Educação do Estado de Rondônia
Local: Câmara Municipal de Rolim de Moura/RO
Período: 20 e 21 de Outubro de 2011
Participante: 03

9. XXI Encontro Nacional dos Conselhos Municipais de Educação
Local: Palmas – Tocantins
Período: 09 a 12 de novembro de 2011
Participante: 05

10. III Reunião Trimestral dos Conselhos Municipais de Educação do Estado de Rondônia
Local: Cacaulândia -RO
Período: 01 e 02 de Dezembro de 2011.
Participante: 04

Eventos / Atividades (no Município)

1. Fórum sobre o Plano Nacional de Educação
Data: 28 de Fevereiro de 2011.
Local: Auditório do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.
Participantes: 01

2. Seminário sobre Programas Sociais realizado pelo Instituto Camargo Correa
Data: 16 de Março de 2011.
Local: Portal das Américas
Participante: 01

3. Lançamento da Cartilha “Orientação para Defesa dos Direitos das Mulheres”
Data: 21 de Março de 2011.
Local: do Teatro Banzeiros.
Participante: 01

4. Reunião de Mobilização referente ao Plano Nacional de Educação.
Data: 04 de Abril de 2011
Local: Auditório do Ministério Público.
Participantes: 02

5. Reunião de Sensibilização para Alteração do Plano Nacional de Educação
Data: 04 de Abril de 2011.
Local: Teatro Banzeiros
Participantes: 02

6. Curso: Papel dos Conselheiros de Educação
Período: 11 e 12 de Abril de 2011.
Local: FUNESCOLA
Participantes: 15

7. Conferência sobre Controle Social das Licitações e Gastos Públicos.
Data: 05 de Maio de 2011.
Local: Teatro Banzeiros
Participantes: 04

8. Curso: Legislação de Pessoal e Regime Jurídico do Servidor Municipal de Porto Velho
Data: 16 de Maio de 2011.
Local: Teatro Banzeiros.
Participantes: 12

9. Seminário: Rondônia contra Corrupção
Período: 18 a 20 de Maio de 2011.
Local: Teatro Banzeiros.
Participantes: 02

10. Curso: Relações Interpessoais
Data: 27 de Maio de 2011.
Local: Centro de Formação/sala Guaporé.
Participantes: 13

11.1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social
Período: 15 de Junho de 2011.
Local: Auditório do Ministério Público
Participantes: 01

12. Encontro de Gestores das Escolas Urbanas e do Campo
Período: 28 de Junho de 2011.
Local: Teatro Banzeiros
Participante: 02

13. V Conferência Municipal de Assistência Social.
Período: 27 a 29 de Julho de 2011.
Local: Auditório da FATEC (Faculdade de Ciências e Tecnologia).
Participantes: 02

14. Reunião do Comitê Estadual para Elaboração do Plano Decenal de Segurança Viária do Estado de Rondônia.
Data: 12 de Agosto de 2011.
Local: Auditório da FATEC (Faculdade de Ciências e Tecnologia).
Participantes: 01

15. Reunião de Lançamento do Programa de Combate ao Bullyng.
Data: 12 de Agosto de 2011.
Local: Teatro Banzeiros
Participantes: 03

16. II Encontro sobre Acessibilidade – TRE/RO
Data: 22 de agosto de 2011
Local: Auditório do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia
Participantes: 02

17. 3º Conferência Municipal de Políticas para Mulheres de Porto Velho.
Período: 22 a 23 de Agosto de 2011.
Local: Teatro Banzeiros
Participantes: 02

18. Curso de Formação de Professores: “Metodologia do Ensino de Matemática” Integrada aos Fundamentos do Esporte e do Cotidiano”.
Data: 01 de Setembro de 2011
Local: Teatro Banzeiros
Participantes: 02

19. Audiência Pública com o tema Educação a Distância.
Data: 22 e 23 de Setembro de 2011.
Local: Rondon Palace Hotel
Participantes: 03

20. II Encontro dos Fóruns Estaduais de Educação Infantil da Região Norte e IV Encontro Estadual do Fórum de Educação Infantil de Rondônia – Educação Infantil: Avanços, Perspectivas e Desafios.
Período: 27 e 28 de Setembro de 2011
Local: Teatro Banzeiros
Participantes: 11

21. I Encontro Sobre a Construção do Plano Municipal de Educação
Data: 30 de Setembro de 2011
Local: Teatro Banzeiros
Participantes: 07

22. Audiência Pública: Legalidade e conveniência de bares próximos de estabelecimentos escolares.
Data: 03 de Outubro de 2011
Local: Ministério Público do Estado de Rondônia.
Participante: 01

23. II Encontro Sobre a Construção do Plano Municipal de Educação
Data: 07 de Outubro de 2011
Local: Teatro Banzeiros
Participantes: 06

24. Audiência Pública sobre Educação no Campo.
Data: 13 de Outubro de 2011
Local: Conselho Estadual de Educação
Participantes: 03

25. Sessão Solene, homenagem aos profissionais da Educação.
Data: 18 de Outubro de 2011.
Local: Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia.
Participante: 02

26. Seminário de Educação Básica sobre o Sistema de Ensino de Rondônia.
Período: 24 a 26 de Outubro de 2011.
Local: Auditório do Rondon Pálace Hotel – PVH/RO
Participantes: 10

27. Palestra sobre Censo Educacional
Data: 08 de Novembro de 2011.
Local: Ministério Público de Rondônia.
Participantes: 02

28. Encontro Municipal de Fortalecimento do Conselho Escolar.
Data: 09 de Novembro de 2011.
Local: Teatro Banzeiros
Participantes: 02

29. I Encontro de Avaliação do Censo da Educação Básica de Rondônia - Censo Escolar: Sua Escola Depende de um bom CENSO
Data: 10 de Novembro de 2011
Local: Rondon Palace Hotel – Porto Velho/RO
Participantes: 01

30. Seminário Viva a Infância: Educação Infantil – Prioridade Imprescindível
Data: 11 de Novembro de 2011.
Local: Teatro Banzeiros
Participantes: 02

31. Audiência Pública – Assembléia Legislativa
Data: 17 de Novembro de 2011
Local: Plenária das Deliberações
Participante: 02

32. Reunião de Combate ao Bullyng Escolar na Rede Municipal de Ensino.
Data: 30 de Novembro de 2011.
Local: Sala do Departamento de Educação/SEMED
Participantes: 01

Elaboração de Laudos Técnicos/CME/2011

Laudo Técnico 001/CME/2011	Recredenciamento do Projeto Ribeirinho;
Laudo Técnico 002/CME/2011	Credenciamento para Autorização de Funcionamento nas escolas do Campo da Rede Pública do Projeto de Operacionalização do Programa Escola Ativa;
Laudo Técnico 003/CME/2011	Prorrogação do Prazo de Autorização de Funcionamento da Escola Municipal de Ensino Fundamental Olímpia Salvatore.
Laudo Técnico 004/CME/2011	Situação da Vida Escolar do Aluno Hericf Kawan Mota de Alencar.
Laudo Técnico 005/CME/2011	Reconhecimento da EMEF Saul Bennesby;
Laudo Técnico 006/CME/2011	Autorização de Funcionamento da EMEIEF Pequeno Polegar;
Laudo Técnico 007/CME/2011	Reconhecimento do Centro Educacional Carinho de Mãe.
Laudo Técnico 008/CME/2011	Autorização de Funcionamento da EMEF Joaquim Vicente Rondon (Urb);
Laudo Técnico 009/CME/2011	Autorização de Funcionamento da EMEF Joaquim Vicente Rondon (Campo);
Laudo Técnico 010/CME/2011	Autorização de Funcionamento da EMEI Semente do Araçá.

Comissão:

- Comissão de Elaboração dos Critérios de Avaliação da Qualidade de Ensino Para o Sistema Municipal.
- Comissão de Apreciação da Documentação das Conselheiras Yêda Maria de Melo Balleiro (Titular) e Gláucia Lopes Negreiros (Suplente), como representantes da Secretaria Municipal de Educação, para recondução de mandato compreendendo o período de 10/06/2011 a 10/06/2014.

Consultas técnicas sobre:

- Procedimentos de Escrituração Escolar, solicitado pela DIEM/SEMED em 24/02/2011.
- Procedimentos Após o Reconhecimento Concedido a escola Instituto Municipal de Educação Engenheiro Francisco Erse, em 15/02/2011.
- Procedimentos para Avaliação dos alunos que foram matriculados após o 1º Bimestre, Escolar Municipal de Ensino Fundamental nossa Senhora de Nazaré.
- Cumprimento do Acordo Judicial – Data Corte – Centro de Ensino Aprender;
- Vida Escolar de Aluno que foi preso – infrequência – Vista Alegre do Abunã;
- Vida Escolar dos Cidadãos Haitianos – DIEM/SEMED;
- Orientações sobre o Projeto de Autorização de Funcionamento de Escolas.

- Orientações sobre como criar um Conselho Municipal de Educação – Professor José Ismael Andrião – Secretário Municipal de Educação do Vale do Paraíso/RO;
- Orientações sobre Validação e Convalidação de Estudos à Presidente do Conselho Municipal de Educação de Vilhena;

Visitas técnicas para assessoramento:

- Visitas a 102 (cento e duas) Escolas da Zona Urbana.
- Visitas a 79 (setenta e nove) Escolas do Campo.

Escolas com autorização de funcionamento:

Nº dos Processos	Descrição
Processo nº 09.02.552.006/CME-11	Prorrogação do Prazo de Autorização de Funcionamento da Escola Municipal de Ensino Fundamental Olímpia Salvatore.
Processo nº 09.02.552.010/CME-11	Autorização de Funcionamento da EMEIEF Pequeno Polegar;
Processo nº 09.02.552.011/CME-11	Autorização de Funcionamento da EMEF Joaquim Vicente Rondon (Urbana);
Processo nº 09.02.552.013/CME-11	Autorização de Funcionamento da EMEF Joaquim Vicente Rondon (Campo);
Processo nº 09.02.552.014/CME-11	Autorização de Funcionamento da EMEI Semente do Araçá;

Escolas reconhecidas:

Nº dos Processos	Descrição
Processo nº 09.02.552.008/CME-11	Reconhecimento da EMEF Saul Bennesby;
Processo nº 09.02.552.009/CME-11	Reconhecimento do Centro Educacional Carinho de Mãe

Registros



- Participação no XXI Encontro Nacional dos Conselhos Municipais de Educação: Os Conselhos de Educação e as Políticas Públicas: do PNE aos Planos Municipais de Educação. Palmas/TO; Encontros com outros Conselhos Municipais em Cacoal/RO; Participação em eventos; Participação em reuniões; Participação em Seminários e Fóruns; Seminário Viva Infância: Educação Infantil – Prioridade Imprescindível; Seminário sobre Educação Básica com objetivo de debater as “Diretrizes Curriculares para Educação Básica” e apontar caminhos para sua operacionalização no Sistema de Ensino de Rondônia; Assessoramento nas escolas; Curso de Relações Interpessoais; Curso de Orçamento Público em Recife; Reunião de Combate ao Bullyng Escolar na Rede Municipal de Ensino; I Encontro de Avaliação do Censo da Educação Básica de Rondônia - Censo Escolar: Sua Escola Depende de um bom CENSO; Reunião da Câmara de Acompanhamento da Educação Básica; Reunião da Câmara de Planejamento, Normatização e Avaliação.

FUNDAÇÃO ESCOLA DO SERVIDOR PÚBLICO DE PORTO VELHO (FUNESCOLA)

FUNDAÇÃO ESCOLA DO SERVIDOR PÚBLICO DE PORTO VELHO (FUNESCOLA)

A Fundação Escola do Servidor Público de Porto Velho – FUNESCOLA, foi criada pelas Leis Complementares nº 208 e 230 de 07 de 2005, é entidade de direito público, com autonomia técnica, administrativa e financeira vinculada à Secretaria Municipal de Administração, de fins não lucrativos, com a finalidade de promover, e desenvolver o aperfeiçoamento do servidor público municipal em qualquer área de interesse da administração pública com vistas a melhor qualificar o servidor para o desenvolvimento de suas atividades. A FUNESCOLA tem sede e foro na cidade de Porto Velho, atualmente localiza-se à Rua Elias Gorayeb, nº 2773 – Bairro: Liberdade – CEP: 76.808.874 (prédio alugado).

Objetivo

A FUNESCOLA tem como objetivo oferecer formação continuada de qualidade aos servidores da prefeitura de Porto Velho.

Capacitações

Durante o período de 2005 a 2011, a FUNESCOLA realizou várias capacitações, em atendimento ao Plano de Governo do Prefeito Roberto Eduardo Sobrinho, que visa prestar aos munícipes de Porto Velho, serviço de qualidade, pois se observou a necessidade de promover e oferecer cursos que visem o aperfeiçoamento do servidor municipal na área de interesse da administração pública com vistas a prestar ao cidadão usuário serviços ágeis, eficientes e humanizados. Desde a sua criação a FUNESCOLA vem oferecendo aos servidores: cursos, palestras, workshop, ginástica laboral, massagem laboral, atividades recreativas, e outras atividades pedagógicas.

Segue abaixo o quantitativo de servidores atendidos com as capacitações realizadas pela FUNESCOLA, no período de 2008 a 2011

ANO	2008	2009	2010	2011
QUANTATIVO DE SERVIDORES CAPACITADOS	1.699	3.063	1792	1.174
TOTAL DE SERVIDORES CAPACITADOS NOS 04 (QUATRO) ANOS				7.728

Parcerias

Em 18 a 20 de maio de 2011, a FUNESCOLA em parceira com a Secretaria Municipal de Regularização Fundiária – SEMUR realizou o Curso: Práticas Aplicadas ao Georreferenciamento, onde, 07 (sete) servidores foram capacitados. Em 25 a 31 de maio foi realizado o Curso: CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, com apoio da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA, foram capacitados 12 servidores. Em 25 a 29 de julho de 2011, realizamos juntamente com a Secretaria Municipal de Fazenda o Curso: Prático, Completo e Avançado de Fiscalização, e 44 servidores foram capacitados. Também em Parceria com a Secretaria Municipal de Trânsito, realizamos o curso de: Agente Municipal de Trânsito, onde, foram capacitados 48 candidatos aprovados no Concurso Público para o Cargo de Agente Municipal de Trânsito.

Concurso Público

É Importante ressaltar que nos anos de 2007, 2008 e 2009 foram realizados concursos públicos e, em alguns casos, estes não atingiram as expectativas da Administração, mormente nas áreas de educação e saúde, considerando a urgente necessidade de se atender determinações emanadas, durante o ano de 2009, pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – RO, no sentido de que se realizem substituições de profissionais contratados para a saúde e educação (médicos e professores), por profissionais selecionados mediante concurso público, e visando suprir essa demanda já foi elaborado um Projeto Básico pela Secretaria Municipal de Administração – SEMAD com apoio da FUNESCOLA, contendo todas as atividades para realização do Concurso Público Municipal no primeiro semestre de 2012.

Programa de Ginástica Laboral

O referido programa teve como objetivo promover a melhoria da qualidade de vida dos servidores municipais, com ações que proporcionem momentos de lazer, bem-estar físico, mental e social, interação e socialização.

- Período de Atendimento: 05 de janeiro a 29 de agosto de 2011;
- Total de atendimentos na ginástica laboral: 787servidores;
- Total de atendimentos na massagem laboral: 65 servidores;
- Secretarias atendidas: Semad, Gabinete do Prefeito, Coordenadoria das Mulheres, Conselho Municipal De Educação, SEMUSB, SEMUSA, FUNESCOLA, SEMTRAN, SEMED, SEMES, SEMPRE, PGM, CGM, SEMAS, SEMFAZ, SEMPLA, FUNCULTURAL, CONSELHO TUTELAR, SEMA, SEMDESTUR.
- Atividades do programa: Avaliação diagnóstica, alongamentos, exercícios de relaxamento, exercícios compensatórios, exercícios de respiração, massagem e dinâmicas de grupo.

Comparativo

AÇÃO REALIZADA	QUATITATIVO DE SERVIDORES ATENDIDOS				TOTAL GERAL DE SERVIDORES ATENDIDOS NOS 04 (QUATRO) ANOS
	ANO				
	2008	2009	2010	2011	
GINÁSTICA LABORAL	3.000	573	776	787	5.136
MASSAGEM LABORAL	131	163	35	65	394

Jogos do Servidor Público Municipal

A Prefeitura Municipal de Porto Velho, Fundação Escola do Servidor Público do Município de Porto Velho – FUNESCOLA e Secretaria Municipal de Esporte e Lazer - SEMES, com o apoio da Secretaria Municipal de Administração - SEMAD e da

Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA realizaram no dia 24 a 27 de outubro o IV JOGOS DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL que ocorreu na Sede Social do SINTERO, situado na rua Curimatã, s/n, bairro lagoa. Os jogos tiveram com objetivo Desenvolver o intercâmbio social e desportivo entre os Servidores Públicos das Secretarias Municipais proporcionando a integração e participação em atividades esportivas como comemoração alusiva ao Dia do Servidor Público.

- Público alvo: Servidores Públicos Municipais;
- Período: 24, 25, 26 e 27 de outubro de 2011;
- Horário: 14h às 19 h;
- Local: Clube Social do SINTERO;
- Reunião técnica: 15 de setembro;
- Período de Inscrição: 15 de setembro a 14 de outubro;
- Congresso Técnico: 18 de outubro;
- Total de Servidores participantes: aproximadamente 1.000 servidores;
- Total de Secretarias participantes: 18 secretarias;

Secretarias participantes: SEMED, SEMES, SEMAGRIC, SEMUR, GABINETE DO PREFEITO, SEMOB, IPAM, SEMAS, SEMA, EMDUR, SEMAD, SEMPRE, SEMPLA, SEMFAZ, SEMUSA, CGM, SEMTRAM, SEMUSB.

Modalidades oferecidas:

- Futebol (Masculino): 12 participantes;
- Futsal (Feminino e Masculino): 10 participantes;
- Voleibol de areia (Feminino e Masculino): 6 participantes;
- Natação livre: Individual (Feminino e Masculino);
- Natação livre: Revezamento 4x25 (Feminino e Masculino);
- Queimada (Feminino e Masculino): 8 participantes;
- Tênis de mesa (Feminino e Masculino): Individual;
- Dominó (Misto): dois participantes;
- Xadrez (Feminino e Masculino): Individual;
- Damas (Feminino e Masculino): Individual

Classificação dos jogos (secretaria e modalidade):

VOLEI DE AREIA		QUEIMADA	
Feminino	**Masculino**	**Feminino**	**Masculino**
1º lugar: SEMPLA	1º lugar	1º lugar	SEMTRAN
2º lugar: SEMES	2º lugar	2º lugar	NÃO TEVE

FUTSAL		FUTEBOL
Feminino	**Masculino**	**Masculino**
1º lugar: SEMES	1º lugar: SEMAD	1º lugar: SEMTRAN
2º lugar: SEMAD	2º lugar: SEMTRAN	2º lugar: SEMUSB

XADREZ	TÊNIS DE MESA	
Masculino	**Feminino**	**Masculino**
1º lugar: SEMAS	1º lugar: SEMFAZ	1º lugar: CGM
2º lugar: SEMPLA	2º lugar: SEMOB	2º lugar: SEMOB

DOMINÓ	DAMAS	NATAÇÃO INDIVIDUAL	NATAÇÃO REVEZAMENTO 4X25
Misto:	**Masculino**	**Masculino**	**Masculino**
1º lugar: SEMOB	1º lugar: EMDUR	1º lugar: SEMTRAN	-
2º lugar: SEMPRE	2º lugar: SEMAS	-	2º lugar: SEMTRAN

Comparativo

AÇÃO REALIZADA	
JOGOS DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL	
ANO	**QUANTITATIVO DE SERVIDORES ATENDIDOS**
2008	**400**
2009	**1000**
2010	**800**
2011	**1000**
TOTAL GERAL	**3.200**

Capacitações realizadas em 2011

PERÍODO	CURSOS REALIZADOS	Nº DE SERVIDORES	CARGA HORÁRIA	VALOR TOTAL	LOCAL/ PERÍODO	SECRETARIA
FEVEREIRO	***GERENCIAMENTO DE PROJETOS/ MAS PROJECT Ofício nº 1546/GAB/SEMPLA***	**37**	**20h**	**Local:** R$ 2.970,00 **Processo**: Nº. 07.31.000001-000/2011 **Coofee break:** R$ 2.000,00 **Processo**: Nº. 07.31.000002-000/2011	**LOCAL:** Laboratório de Informática Uniron no Porto Velho Shopping **PERÍODO:** 10 a 11 de fevereiro de 2011	SEMPLA; SEMDESTUR**;** SEMAS; SEMES; SEMUR; SEMED; SEMTRAM; SEMAD; SEMUSB; SEMAGRIC; CGM; FUNESCOLA; SEMPRE; GAB. VICE-PREFEITO;
	LIBRAS CONVERSAÇÃO	**26**	**40h**	**Instrutor:** R$ 2.500,00 **Processo**: Nº. 07.31.000006-000/2011 **Coofee break:** R$ 3.500,00 **Processo**: Nº. 07.31.000010-000/2011	**LOCAL:** Auditório da Funescola **PERÍODO:** 14 de fevereiro a 11 de março de 2011	FUNESCOLA; SEMED; SEMUR; SEMAS; SEMUSA; SEMES; IPAM; SEMA; SEMAD; SEMAGRIC
MARÇO	***DIREÇÃO DEFENSIVA***	**40**	**16h**	**Local/ Instrutor:** R$ 1.200,00 **Processo**: Nº. 07.31.000009-000/2011 **Coofee break:** R$ 864,00 **Processo**: Nº. 07.31.000013-000/2011	**LOCAL:** Auto Escola Parati **PERÍODO:** 14 a 17 de março de 2011	SEMUSB; GAB. DO PREFEITO; SEMAD; PGM
ABRIL	***ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS E A NOVA REFORMA ORTOGRÁFICA***	**32**	**40h**	**Local: R$ 3.600,00** **Processo**: Nº. 07.31.000016-000/2011 **Coofee break:** R$ 2.160,00 **Processo:** Nº. 07.31.000014-000/2011	**LOCAL:** Sala de Aula do Senac **PERÍODO:** 21 de março a 01 de abril de 2011	SEMUSB; GAB. DO PREFEITO; SEMAD; PGM; FUNESCOLA; SEMAS; SEMED; EMDUR; SEMDESTUR; IPAM; SEMAGRIC; GAB. DO VICE PREFEITO
	OFICINA – VISÃO VALORES, MISSÃO E OBJETIVOS.	**28**	**20h**	**Local/ Instrutor:** R$ 8.000,00 **Processo**: Nº. 07.31.000015-000/2011 **Coofee break:** R$ 1.044,00 **Processo**: Nº. 07.31.000012-000/2011	**LOCAL:** Sala 106, 1º Piso da Faculdade Uniron no Porto Velho Shopping **PERÍODO:** 04 a 08 de abril de 2011	SEMFAZ
	DIGITAÇÃO	**20**	**52h**	**Local/ Instrutor:** R$ 1.600,00 **Processo**: Nº. 07.31.000008-000/2011	**LOCAL:** Senac Esplanada - Carreta **PERÍODO:** 25 de abril a 12 de maio de 2011	SEMUSB; SEMUSA; SEMPRE;SEMAS; SEMAGRIC; SEMTRAM; SEMPLA
	MASSAGEM RELAXANTE	**01**	**20h**	**Compra de Vaga:** R$ 72,00 **Processo:** Nº. 07.31.000019-000/2011	**LOCAL:** Senac Esplanada **PERÍODO:** 25 a 29 de abril de 2011	FUNESCOLA
	GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	**32**	**08h**	**Compra de Vaga:** R$ 10.500,00 **Processo**: Nº. 07.31.0000230000/2011	**LOCAL:** Faculdade Uniron, no Porto Velho Shopping, Sala Nº 202 **PERÍODO:** 27 de abril de 2011	SEMA; SEMAD; SEMUSB
MAIO	***CERIMONIAL***	**05**	**24h**	**Compra de Vaga:** R$ 3.000,00 **Processo:** Nº. 07.31.000021-000/2011	**LOCAL:** Salão de Convenções da Fiero/ Iel **PERÍODO:** 02 a 04 de maio de 2011	GAB. PREFEITO; GAB. VICE-PREFEITO
	WINDOWS	**21**	**24h**	**Local/ Instrutor:** R$ 1.000,00 **Processo**: Nº. 07.31.000008-000/2011	**LOCAL:** Senac Esplanada - Carreta **PERÍODO:** 13 a 20 de maio de 2011	SEMUSB; SEMUSA;CME; SEMPLA; SEMTRAM; SEMAGRIC; SEMPRE
	PRÁTICAS APLICADAS AO GEORREFERENCIAMENTO	**07**	**24h**	**Parceria**	**LOCAL:** Auditório da Funescola **PERÍODO:** 18 a 20 de maio de 2011	SEMUR
	COMISSÃO	**12**	**20h**	**Parceria**	**LOCAL:** Auditório	

JUNHO	***EXCEL***	**21**	**20h**	**Local/ Instrutor:** R$ 1.000,00 **Processo**: Nº. 07.31.000008-000/2011	**LOCAL:** Senac Esplanada - Carreta **PERÍODO:** 01 a 07 de junho de 2011	SEMUSB; SEMPRE; SEMUSA; SEMTRAM; SEMED; SEMAGRIC; IPAM; SEMAD
	EXCEL AVANÇADO	**19**	**40h**	**Local/ Instrutor:** R$ 1.600,00 **Processo**: Nº. 07.31.000008-000/2011	**LOCAL:** Senac Esplanada - Carreta **PERÍODO:** 09 a 27 de junho de 2011	SEMPRE; SEMPLA; SEMUSA; GAB. PREFEITO; SEMAGRIC; SEMED; SEMAD.
	FORMAÇÃO DE PROGRAMAÇÃO NEUROLINGUISTICA COM COACHING	**02**	**140h**	**Compra de Vaga:** R$ 7.000,00 **Processo**: Nº. 07.31.000032-000/2011	**LOCAL:** Faculdade Uniron no Porto Velho Shopping **PERÍODO:** ***1º Módulo:*** 10 a 12 de **junho** de 2011; ***2º Módulo:*** 15 a 17 de **julho** de 2011; ***3º Módulo:*** 19 a 21 de **agosto** de 2011; ***4º Módulo:*** 16 a 18 de **setembro** de 2011; ***5º Módulo:*** 14 a 16 de **outubro** de 2011; ***6º Módulo:*** 11 a 13 de **novembro** de 2011;	SEMFAZ
	FORMAÇÃO ADVANCED LEVEL LINUX PROFESSIONAL (LPIC-2)	**03**	**100h**	**Compra de Vaga:** R$ 3.944,00 **Processo**: Nº. 07.31.000033-000/2011	**LOCAL:** Centro de Aperfeiçoameto Profissional/ SENAI "Marechal Rondon" **PERÍODO:** 13 de junho a 26 de julho de 2011	SEMAD/ DRTI
	POWER POINT	**14**	**20h**	**Local/ Instrutor:** R$ 800,00 **Processo**: Nº. 07.31.000008-000/2011	**LOCAL:** Senac Esplanada - Carreta **PERÍODO:** 29 de junho a 06 de julho de 2011	SEMPRE; SEMPLA; CME; SEMED; SEMAGRIC; SEMAD; SEMUSB; SEMOB.
JULHO	***TREINAMENTO DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO***	**01**	**40h**	**Compra de Vaga:** R$ 750,00 **Processo**: Nº. 07.31.000036-000/2011	**LOCAL:** Faculdade São Lucas **PERÍODO:** 04 a 08 de julho de 2011	FUNESCOLA
	ACCESS	**15**	**28h**	**Local/ Instrutor:** R$ 1.400,00 **Processo**: Nº. 07.31.000008-000/2011	**LOCAL:** Senac Esplanada - Carreta **PERÍODO:** 07 a 15 de julho de 2011	SEMPRE; SEMUSA; CGM;SEMED; SEMPLA; SEMAGRIC; SEMEPE; GAB. DO VICE – PREFEITO
	COREL DRAW	**20**	**28h**	**Local/ Instrutor:** R$ 1.400,00 **Processo**: Nº. 07.31.000008-000/2011	**LOCAL:** Senac Esplanada - Carreta **PERÍODO:** 20 a 29 de julho de 2011	CÂMERA MUNICIPAL; SEMAD; SEMPRE; CGM; SEMED; SEMTRAN; SEMPLA; GAB. DO VICE-PREFEITO; FUNESCOLA; SEMUSB; GAB. DO PREFEITO; SEMUSA.
	CURSO PRÁTICO, COMPLETO E AVANÇADO DE FISCALIZAÇÃO	**44**	**40h**	**Local:** R$ 2.500,00 **Processo**: Nº. 07.31.000042-000/2011 **Instrutor:** R$ 22.450,00 **Processo**: Nº. 07.31.000034-00/2011 **Coofee Break:** R$ 32.400,00 **Processo**: Nº. 07.31.000041-000/2011	**LOCAL:** Senac. Situado a Rua: Tabajara nº 539, Bairro: Pedrinhas. **PERÍODO:** 25 a 29 de julho de 2011	SEMFAZ
AGOSTO	***PHOTOSHOP***	**17**	**28h**	**Local/ Instrutor:** R$ 1.600,00 **Processo**: Nº. 07.31.000008-000/2011	**LOCAL:** Senac Esplanada - Carreta **PERÍODO:** 01 a 09 de agosto de 2011	SEMAD; SEMPRE; SEMED; SEMTRAN SEMOB; SEMUSB; GAB.VICE-PREFEITO; CÂMARA MUNICIPAL

SETEMBRO	***UBUNTU***	**14**	**160h**	**Compra de Vaga:** R$ 6.720,00 **Processo**: Nº. 07.31.000037-000/2011	**LOCAL:** Laboratório do Senac **PERÍODO:** 05 a 29 de setembro de 2011	SEMUSA
	MCTS-WINDOWS SERVER 2008	**01**	**80h**	**Local/Instrutor:** R$ 2.000,00 **Processo**: N° 07.31.000052-000/2011	**LOCAL:** Laboratório do SENAI **PERÍODO:** 12 de Setembro a 28 de Outubro de 2011	SEMAD
	FORMAÇÃO DE PREGOEIROS	**20**	**20h**	**Instrutor:** R$ 6.150,00 **Processo**: Nº. 07.31.000049-000/2011	**LOCAL:** Auditório da Funescola **PERÍODO:** 12 a 16 de setembro de 2011	EMDUR; SEMAD
	CÓDIGO DE OBRAS E FISCALIZAÇÃO	**02**	**24h**	**Compra de Vaga:** R$ 1.508,00 **Processo**: Nº. 07.31.000056-000/2011	**LOCAL:** Escola Nacional de Serviços – ENSUR do Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM (Rio de Janeiro (RJ) **PERÍODO:** 19 a 22 de setembro de 2011	SEMFAZ
	LIDERANÇA – O FATOR RESULTADO	**18**	**16h**	**Compra de Vaga:** R$ 3.600,00 **Processo**: Nº. 07.31.000058-000/2011	**LOCAL:** Auditório da Faculdade ULBRA **PERÍODO:** 26 a 29 de setembro de 2011	SEMFAZ; FUNESCOLA; SEMES; CME; SEMTRAM; SEMEPE; SEMED; IPAM; SEMAD; SEMUR; SEMOB; EMDUR; GAB. DO VICEPREFEITO; PGM; SEMAGRIC;
	PALESTRA: LIDERANÇA – O FATOR RESULTADO	**194**	**4h**	**Parceria**	**LOCAL:** TEATRO BANZEIROS **DIA:** 29 de setembro de 2011	SEMED; SEMEC/ CASTANHEIRAS; FUNESCOLA; SEMUR; SEMTRAN; COORD. JUVENTUDE**;** SEMFAZ; GAB. DO PREFEITO; SEMAS; SEMAD; SEMUSA; SEMA; SEMDESTUR; SEMPRE; CÂMARA MUNICIPAL; COORD. DAS MULHERES; CME; SEMUSA; SEMED/ CACOAL; SEMUSB.
OUTUBRO	***AUTOCAD BÁSICO***	**14**	**60h**	**Local/ Instrutor:** R$ 1.600,00 **Processo**: Nº. 07.31.000008-000/2011	**LOCAL:** Senac Esplanada - Carreta **PERÍODO:** 05 a 27 de outubro de 2011	SEMAD; SEMPRE; SEMED; SEMTRAN; SEMAGRIC; COORD. JUVENTUDE; SEMPLA; SEMEPE; SEMUSB; SEMUSA
	AGENTE MUNICIPAL DE TRÂNSITO	**48**	**207h**	**Local/ Instrutor:** R$ 25.210,72 **Processo**: Nº. 07.31.000054-000/2011 **Lanche: R$** 5.145,60 **Processo**: Nº. 07.31.000055-000/2011 **Lanche: R$** 3.600,00 **Processo**: Nº. 07.31.000057-000/2011	**LOCAL:** SEST/ SENAT **PERÍODO:** 03 de outubro a 31 de outubro de 2011	CANDIDATOS QUE ASSUMIRÃO O CARGO DE AGENTE DE TRÂNSITO PARA A SECREATIRA SEMTRAN

NOVEMBRO	***EXCELÊNCIA E QUALIDADE E NO SERVIÇO PÚBLICO***	**01**	**16h**	**PARCERIA COM A EMPRESA TREIDE (TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO)**	**LOCAL:** Auditório do Tribunal Regional do Trabalho -TRT/RO **PERÍODO:** 07 a 08 de novembro de 2011	FUNESCOLA
	CERIMONIAL	**09**	**24h**	**Local/Instrutor/lanche:** R$ 4.800,00 **Processo**: N° 07.31.000068-000/2011	**LOCAL:** Laboratório do SENAI **PERÍODO:** 28a 30de novembro de 2011	GAB. PREFEITO; SEMDESTUR FUNESCOLA
	AUDITOR DO TESOURO MUNICIPAL	**13**	**24h**	**Parceria com a SEMFAZ**	**LOCAL:** Auditório da Funescola **PERÍODO:** 12 de novembro a 21 de dezembro de 2011	CANDIDATOS QUE ASSUMIRÃO O CARGO DE AUDITOR DO TESOURO MUNICIPAL PARA A SECREATIRA SEMFAZ
	DRENAGEM URBANA	**08**	**24h**	**Local/Lanche**: 2.500,00 **Processo**: N° 07.31.000070-000/2011 **Laboratório**: 1.656,00 **Processo**: N° 07.31.000071-000/2011	**LOCAL:** Laboratório do SENAI **PERÍODO:** 22 a 23 de novembro de 2011.	GAB. PREFEITO; SEMDESTUR.
	23º ENCONTRO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	**02**	**45h**	**Compra de vaga:** R$ 1.160,00 **Processo**: N° 07.31.000070-000/2011	**LOCAL:** Centro de Convenções – Olinda/PE **PERÍODO:** 28 de novembro a 02 de dezembro de 2011	SEMFAZ
DEZEMBRO	***DIGITAÇÃO***	**98**	**52h**	**Instrutor:** R$ 13.000,00 **Processo**: Nº. 07.31.0000-000/2011	**LOCAL:** Sala SENAC **PERÍODO: 1ª TURMA A 01/12 à 19/12/2011** **PERÍODO: 2ªURMA B 01/12 à 19/12/2011** **PERÍODO: 3ª TURMA C 01/12 à 19/12/2011** **PERÍODO: 4ª TURMA D 01/12 à 19/12/2011**	SEMUSA
	WINDOWS	**98**	**20h**		**LOCAL:** Sala SENAC **PERÍODO: 1ª TURMA A 21/12 à 28/12/2011** **2ª TURMA B 21/12 à 28/12/2011** **3ª TURMA C 21/12 à 28/12/2011** **4ª TURMA D 21/12 à 28/12/2011**	SEMUSA
	OFICINA IMAGEM E ORGANIZAÇÃO DO AMBIENTE DE TRABALHO	**08**	**8h**	**Instrutor: R$ 2.980,00 ocesso**: Nº. 07.31.000072-000/2011	**LOCAL: FUNESCOLA Período: 19 e 20/12/2011**	**FUNESCOLA**
	MANUTENÇÃO DE NOTEBOOKS E MANUTENÇÃO DE IMPRESSORAS	**32**	**120h**	**Instrutor: R$ 46.600,00 Processo** Nº. 07.31.000074-000/2011	**LOCAL: Laboratório do PET CURSOS Período: 1ª TURMA 15/12/2011 à 25/01/2012** **LOCAL: Laboratório do PET CURSOS Período: 2ª TURMA 15/12/2011 à**	SEMAD SEMED

DEZEMBRO	***DIGITAÇÃO***	**98**	**52h**	**Instrutor:** R$ 13.000,00 **Processo**: Nº. 07.31.0000-000/2011	**LOCAL:** Sala SENAC **PERÍODO: 1ª TURMA A** **01/12 à 19/12/2011** **PERÍODO: 2ªURMA B** **01/12 à 19/12/2011** **PERÍODO: 3ª TURMA C** **01/12 à 19/12/2011** **PERÍODO: 4ª TURMA D** **01/12 à 19/12/2011**	SEMUSA
	WINDOWS	**98**	**20h**		**LOCAL:** Sala SENAC **PERÍODO: 1ª TURMA A** **21/12 à 28/12/2011** **2ª TURMA B** **21/12 à 28/12/2011** **3ª TURMA C** **21/12 à 28/12/2011** **4ª TURMA D** **21/12 à 28/12/2011**	SEMUSA
	OFICINA IMAGEM E ORGANIZAÇÃO DO AMBIENTE DE TRABALHO	**08**	**8h**	**Instrutor: R$ 2.980,00** **ocesso**: Nº. 07.31.000072-000/2011	**LOCAL: FUNESCOLA** **Período: 19 e 20/12/2011**	**FUNESCOLA**
	MANUTENÇÃO DE NOTEBOOKS E MANUTENÇÃO DE IMPRESSORAS	**32**	**120h**	**Instrutor: R$ 46.600,00** **Processo** Nº. 07.31.000074-000/2011	**LOCAL: Laboratório do PET CURSOS** **Período: 1ª TURMA** **15/12/2011 à 25/01/2012** **LOCAL: Laboratório do PET CURSOS** **Período: 2ª TURMA** **15/12/2011 à 25/01/2012** **LOCAL: Laboratório do PET CURSOS** **Período: 30/01/2012 à 09/03/2012**	SEMAD SEMED
	SEGURANÇA E MEIO AMBIENTE	**14**	**20h**	**Instrutor: R$ 2.610,00** **Processo** Nº. 07.31.000073-000/2011	**LOCAL: SALA DO SEST/SENAT** **Período: 12 à 16/12/2011**	SEMAD; FUNESCOLA
SERVIDORES ATENDIDOS EM CURSOS		**1174**				
CURSOS; MASSAGEM LABORAL; GINÁSTICA LABORAL; JOGOS DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL; PALESTRAS	SERVIDORES ATENDIDOS EM TODOS OS SERVIÇOS OFERECIDOS PELA FUNESCOLA	**APROXIMADAMENTE 3000,000**				

Material de Consumo: Orçamento

Unidade Orçamentária: **FUNDAÇÃO ESCOLA DO SERVIDOR PÚBLICO DE PORTO VELHO – FUNESCOLA**		
Programa: **031- GESTÃO DA POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS**		
Projeto/Atividade/Op. Especial: **07.31.04.128.031.1.050 Capacitação de Servidores Públicos Municipais**		
Elemento de Despesa: **3.3.90.30 Material de Consumo**	Despesa: **286**	Esfera: **100.0**
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: R$ 12.650,00		

Nº DE ORDEM	Nº DO PROCESSO/ MEMORANDO	AQUISIÇÃO MATERIAL DE CONSUMO	VALOR TOTAL
01	07.31.00005/2010 **Memorando nº 06**	Aquisição de Material de Consumo: (Cartuchos para impressora).	R$ 780,00
02	07.31.000004/2010 **Memorando nº04**	Aquisição de Material de Consumo: (Cartucho e Tonner).	R$ 494,24
03	07.31.000050/2010 **Memorando nº04**	Aquisição de Material de Consumo: (Cartucho).	R$ 1.530,00
04	07.31.000061/2010 **Memorando nº94**	Aquisição de Material de Consumo: (Troféus e Medalhas).	R$ 2.629,00
05	07.31.000063/2010 **Memorando nº98**	Aquisição de Material de Consumo: (Camisetas)	R$ 762,00
06	07.31.000066/2010 **Memorando nº 102**	Aquisição de Material de Consumo: (Placas).	R$ 340,00
			Total Utilizado: R$ 6.535,24
			Resta: R$ 6.114,76 (Remanejado)

Suplementações/2011

Unidade Orçamentária: **FUNDAÇÃO ESCOLA DO SERVIDOR PÚBLICO DE PORTO VELHO – FUNESCOLA**		
Programa: **031- GESTÃO DA POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS**		
Projeto/Atividade/Op. Especial: **07.31.04.128.031.1.050 Capacitação de Servidores Públicos Municipais**		
Elemento de Despesa: 3.3.90.39 Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica	**Despesa: 287**	**Esfera: 100.0**
SUPLEMENTAÇÕES		

Decreto	Crédito Suplementar	Origem da Suplementação	Valor	Período	Finalidade	Nº de Processo
Nº 12.142 de 02.06.2011	7.000,00	Secretaria Municipal de Fazenda – SEMFAZ		02.06.2011	Curso de Formação de Programação Neurolinguística com Coaching	07.31.000032-000/2011
Nº 12.171de 14.06.2011	4.500,00	Controladoria Geral do Município - CGM		14.06.2011	Curso: Auditoria Governamental e Controle Interno	07.31.000035-000/2011
Nº 12.227 de 07.07.2011	49.990,00	**Origem da Suplementação**	**Valor**			
		Secretaria Municipal de Trânsito – SEMTRAN	25.000,00	07.07.2011	Capacitação de Agente Municipal de Trânsito	
		Secretaria Municipal de Fazenda – SEMFAZ	24.990,00	07.07.2011	Curso Prático, Completo e Avançado de Fiscalização.	
			Total: 49.990,00			
Nº 12.285 de 04.08.2011	30.000,00	Secretaria Municipal de Projetos Especiais – SEMPRE		04.08.2011	Curso: Paisagismo	
Nº 12.343 de 14.09.2011	229.156,00	Controladoria Geral do Município – CGM		14.09.2011	1º Conferência Municipal – CONSOCIAL	
Nº 12.339 de						

N° 12.339 de 09.09.2011	12.000,00	Secretaria Municipal de Trânsito – SEMTRAN		09.09.2011	Aquisição de Lanche para Curso de Agente Municipal de Transito	
Decreto	**Crédito Suplementar**	**Origem da Suplementação**		**Período**	**Finalidade**	**Nº de Processo**
		Origem da Suplementação	**Valor**			
N° 12.409 de 03.11.2011	45.372,08	Secretaria Municipal de Projetos Especiais – SEMPRE	15.000,00	03.11.2011	Curso: Drenagem Urbana	
		FUNESCOLA: Elemento de Despesa: **3.3.90.30 Material de Consumo**	6.114,76	03.11.2011	Cursos	-
		FUNESCOLA: Elemento de Despesa: **3.3.90.39 Pessoa Jurídica**	13.923,90	03.11.2011	Cursos	-
		FUNESCOLA: Elemento de Despesa: **3.3.90.30 Material de Consumo**	2.562,89	03.11.2011	Cursos	-
		FUNESCOLA: Elemento de Despesa: **4.4.90.51 Obras e Instalações**	7.770,53	03.11.2011	Cursos	-
	Total de Crédito Suplementar: **378.018,08**		Total: 45.372,08			
					TOTAL DE SUPLEMENTAÇÕES	**378.018,08**

Valor utilizado em cursos R$ 337.769,52

Unidade Orçamentária:
FUNDAÇÃO ESCOLA DO SERVIDOR PÚBLICO DE PORTO VELHO – FUNESCOLA

Programa:
041- ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE

Projeto/Atividade/Op. Especial:
07.31.041.22.00072.001000

SUPLEMENTAÇÕES E REDUÇÕES/2011

Decreto	ORIGEM	Crédito Suplementar	Redução de Crédito
Decreto 12.285 de 04.08.2011	**277 - 3.3.90.30 –** MATERIAL DE CONSUMO	-	2.100,00
Decreto 12.409 de 03.11.2011	**277 – 3.3.90.30 –** MATERIAL DE CONSUMO	-	2.562,89
			4.662,89
Decreto 12.171de 14.06.2011	**279- 3.3.90.39 –** OUTROS SERVIÇOS DE TERC.PESSOA JURIDICA	-	2.000,00
Decreto 12.409 de 03.11.2011	**279- 3.3.90.39 –** OUTROS SERVIÇOS DE TERC.PESSOA JURIDICA	-	13.923,90
			15.923,90
Decreto 12.012de 01.03.2011	**2544- 3.3.90.93 –** INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	60.379,92	-
		60.379,92	
Decreto 12.142 de 02.06.2011	**281- 4.4.90.51 –** OBRAS E INSTALAÇÕES	-	2.229,47
Decreto 12.409 de 03.11.2011	**281- 4.4.90.51 –** OBRAS E INSTALAÇÕES	-	7.770,53
			10.000,00
Decreto 12.171 de 14.06.2011	**282- 4.4.90.52 –** MATERIAL PERMANENTE	2.000,00	-
Decreto 12.285 de 04.08.2011	**282- 4.4.90.52 –** MATERIAL PERMANENTE	2.100,00	-
		4.100,00	-
Decreto 12.057 de 05.04.2011	**2802- 3.1.90.92 –** DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	288,24	-
Decreto 12.057 de 05.04.2011	**2802- 3.1.90.92 –** DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	600,00	-
Decreto 12.104 de 06.05.2011	**2802- 3.1.90.92 –** DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16.774,63	-
Decreto 12.142 de 02.06.2011	**2802- 3.1.90.92 –** DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.897,41	-
		19.560,28	-
Decreto 12.104 de 06.05.2011	**2928- 3.1.90.94 –** INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	8.311,98	-
Decreto 12.116 de 19.05.2011	**2928- 3.1.90.94 –** INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	476,07	-
		8.788,05	-
Decreto de 12.057 05.04.2011	**2803- 3.1.91.92 –** DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	62,17	-
Decreto nº 12.104 de 06.05.2011	**2803- 3.1.91.92 –** DESPESAS DE EXERCÍCIOS	2.935,62	

	ANTERIORES		
Decreto nº 12.104 de 06.05.2011	**2803- 3.1.91.92 –** DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.935,62	-
Decreto nº 12.142 02.06.2011	**2803- 3.1.91.92 –** DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	332,06	-
Decreto nº 12.409 03.11.2011	**286 – 3.3.90.30 –** MATERIAL DE CONSUMO		6.114,76
Decreto nº 12.468 de 12.12.2011	**278 – 3.3.90.36 –** OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO PESSOA FISICA	2.000,00	
Decreto nº 12.468 de 12.12.2011	**283- 3.1.90.11 –** VENCIMENTOS E VANTAG.FIXAS – PESSOAL		20.641,50
Decreto nº 12.479 de 22.12.2011	**283- 3.1.90.11 –** VENCIMENTOS E VANTAG.FIXAS – PESSOAL	1.335,22	-
Decreto nº 12.468 de 12.12.2011	**284- 3.1.90.13 –** OBRIGAÇÕES PATRONAIS	-	143,93
Decreto nº 12.468 de 12.12.2011	**285- 3.1.91.13 –** OBRIGAÇÕES PATRONAIS	-	3.397,07
Decreto nº 12.479 de 22.12.2011	**285- 3.1.91.13 –** OBRIGAÇÕES PATRONAIS	249,16	-
Decreto nº 12.468 de 12.12.2011	**287- 3.3.90.39 –** OUTROS SERVIÇOS DE TERC. PESSOA JURIDICA	-	8.000,00
		6.914,23	**38.297,26**
		TOTAL DE SUPLEMENTAÇÕES 99.742,48	**TOTAL DE REDUÇÕES 68.884,05**
TOTAL GERAL DE SUPLEMENTAÇÕES (378.018,08 + 99.742,48) = 477.760,56			
TOTAL GERAL DE REDUÇÕES			**68.884,56**

Capacitações -2011
Gerenciamento de resíduos sólidos



Informática



IV Jogos do Servidor Público Municipal

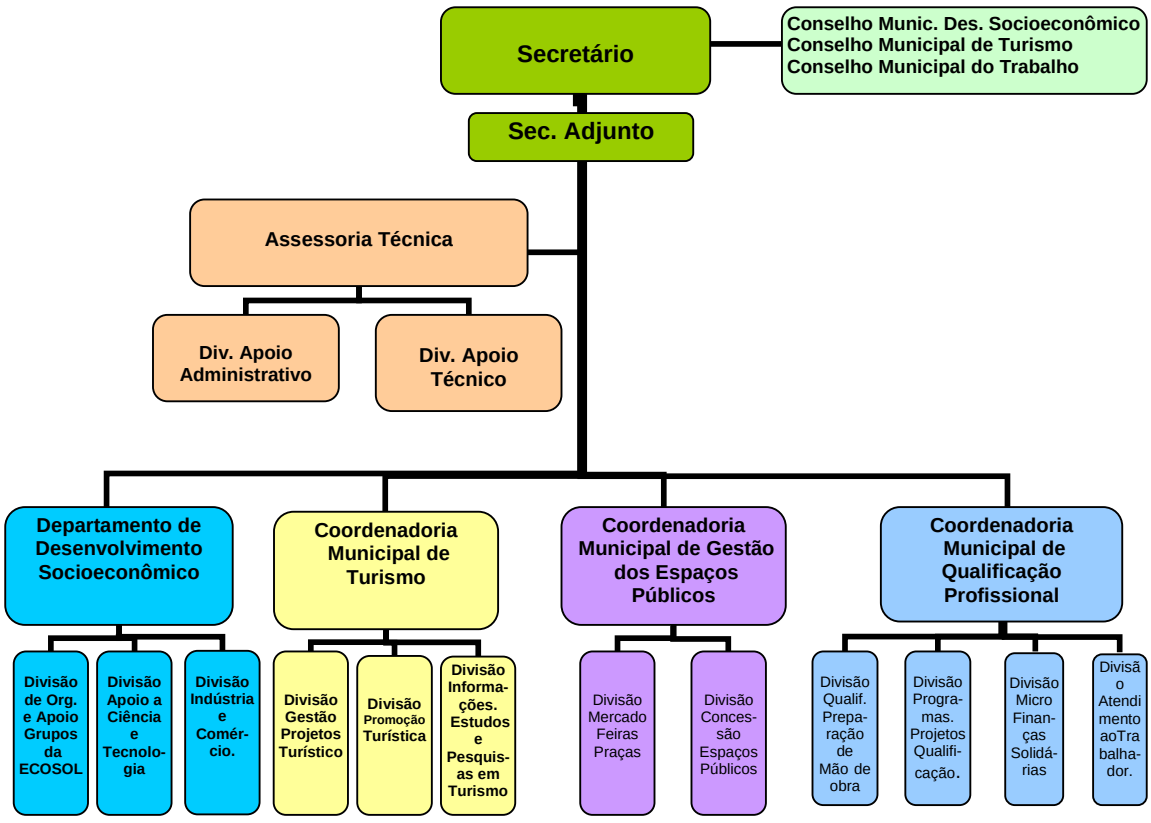


SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO DE PORTO VELHO (SEMDESTUR)

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO DE PORTO VELHO (SEMDESTUR)

Organograma

A estrutura da SEMDESTUR foi definida tendo por base a legislação de sua criação em 2005, sendo altera organizacionalmente conforme Lei Complementar nº. 430 de 13/09/2011, representada pelo seguinte organograma:



Recursos humanos

Atualmente a SEMDESTTUR possui em seu quadro 170 funcionários, em diversas Qualificações Profissionais relacionadas abaixo:

PÓS – GRADUAÇÃO

ÁREA	QUANTIDADE
Gestão de Recursos Humanos	01
Especialização em Cooperativismo	01
Especialização em Metodologia Ensino Superior	01
Especialização em Treinamento Esportivo	01

NÍVEL SUPERIOR COMPLETO

ÁREA	QUANTIDADE
Economia	01
Turismo	07
Pedagogia	01
Ciências Sociais	02
Administração	03
Direito	02

NÍVEL TÉCNICO

ÁREA	QUANTIDADE
Secretariado	01
Enfermagem	01
Eletrônica	01

NÍVEL MÉDIO

ÁREA	QUANTIDADE
Regular	43

NÍVEL FUNDAMENTAL

ÁREA	QUANTIDADE
Regular	43

Departamento de desenvolvimento socioeconômico

Promover à inclusão social das pessoas de baixa renda, através da oferta de cursos de capacitação profissional que possibilite o egresso no mundo do trabalho, produção e comercialização das atividades que possibilitem a geração e distribuição renda e riqueza para todos, aliados com a intermediação de mão-de-obra para o mercado de trabalho formal e informal.

O Setor de Desenvolvimento Socioeconômico passou por uma reformulação, saindo de 06 Divisões anteriormente, contemplando-se atualmente em 01 Departamento e 03 Divisões, após a reestruturação administrativa realizada no ano 2011:

- Divisão de Organização e Apoio a Grupos da Ecosol;
- Divisão de Apoio a Ciência e Tecnologia;
- Divisão de Indústria e Comercio.

Nesse sentido, o Departamento teve como principal atividade às ações de cunho articulatório junto às instituições governamentais e não governamentais, com o objetivo de disseminar os trabalhos desenvolvidos pelas divisões que o compõem.

A promoção de Cursos e Capacitações, além de convênio com o SEBRAE para a aplicação dos mesmos fez parte do conjunto de ações de responsabilidade do Departamento.

Ações Desenvolvidas:

O Departamento viabilizou os seguintes Cursos de Capacitação junto aos permissionários dos espaços públicos do município, com foco em melhorar o atendimento e a manutenção nestes espaços. Os cursos realizados foram:

- Relações Humanas e Marketing Pessoal;
- Atendimento ao Cliente;
- Técnicas para Negociação;
- Técnicas de Vendas;
- Formação de Preços;
- Workshop de Gestão e Manipulação Saudável de Alimentos.

A realização de parcerias nas várias ações que este Departamento realizou foi de suma importância, pois sem as quais não seria possível atender as demandas realizadas pelos vários agentes sociais que nos procuram. Aqui ressaltamos as parcerias:

GAB/PREFEITO	SEMUSB	SEMES	SEMUR	SETUR
SEBRAE	SEMPRE	SEME	PGM	SEMFAZ
SENAIS	SEMPLA	SEMED	MPE	POSTURA
FIERO	SEMA	CODECOM	SECEL	SEAS
UNIR	CATADORES	ARTESÃOS	GOV. FEDERAL	Entre outras.

A Divisão de Ciência e Tecnologia teve como desafio a construção e disseminação de Políticas Públicas de Ciências, Tecnologias e Inovação CT&I, promovendo o desenvolvimento socioeconômico dentro do município de Porto Velho, bem como, a disseminação de Tecnologias Sociais. As principais atividades desenvolvidas pela divisão foram:

- Dinamização de 02 Telecentros, que no mês de novembro/2011 passaram a ser geridos pela Casa da Juventude bem como a Casa Brasil, conforme determinação do Gabinete do Prefeito, tirando a responsabilidade destas duas ações da SEMDESTUR.
- Realização do III Fórum Municipal de Tecnologias sociais, com a participação apenas das entidades não governamentais de nosso município.
- Palestras junto a 04 (quatro) escolas municipais, com foco na reciclagem de resíduos sólidos e de tecnologias sociais.
- Realização em parceria com várias entidades (Infro, Insitudo Kanindé etc), da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, promovida pelo Ministério de Ciência e Tecnologia.
- No período de 03 meses esta Divisão, trocou três vezes de chefe de divisão, causando desta forma uma quebra nas ações planejadas para o ano de 2011.
- Confecção de cartazes, folders e panfletos com objetivo de divulgar as tecnologias sociais de nosso município.
- Sistematização de redes de debates e trocas de experiências das Tecnologias Sociais.
- Contados sistemáticos com a RTS – Rede de Tecnologias Sociais;
- Consolidou-se o papel da Prefeitura como articuladora das tecnologias sociais no município.
- Participação do Seminário de Tecnologia Social em Brasília-DF.
- Cadastramento e regularização das entidades que iram receber os Cat's.
- Realização do Seminário RIO +20.

Palestras nas Escolas sobre Tecnologias Sociais



Semana Nacional de Ciência e Tecnologia – Parceria com o INFRO e ONGs



Reuniões com o Fórum de Tecnologias Sociais



Assembleia de Fundação do Fórum Municipal de Tecnologias Sociais



A Divisão de Indústria e Comércio teve como ações:

- Acompanhamento periódico junto às empresas que estão desenvolvimento suas ações no setor industrial;
- Organização da documentação (contratos) de algumas empresas do setor industrial junto a PGM;
- Realização de recadastramento das empresas localizadas no setor industrial;
- Realizaram-se várias reuniões junto a alguns empresários do setor industrial com vista a dinamizar suas atividades, buscando com isso aumentar o número de empregos;
- Notificamos algumas empresas por conta de falta de documentações vencidas, tendo com isso que se regularizarem junto à prefeitura;
- Implantação de duas empresas no setor industrial, sendo que as mesmas atuam nos ramos de marmoraria e marcenaria.

A Divisão de Organização e Apoio a Grupos da ECOSOL teve por desafio a disseminação da filosofia da Economia Solidária junto à comunidade do município, promovendo desta forma o desenvolvimento socioeconômico em Porto Velho, bem como, a disseminação desta prática junto aos artesãos, catadores de resíduos sólidos, costureiras, doceiras e outros profissionais liberais. As principais atividades desenvolvidas nesta Divisão foram:

- Reuniões mensais e quinzenais com objetivo de trabalhar o associativismo e o cooperativismo entre os participantes da economia solidária;
- Realização de feiras itinerantes nas praças de nossa capital, principalmente em datas comemorativas;
- Participação em feira internacional realizada em nosso município com todos os integrantes da economia solidária;
- Participação nos eventos previstos no calendário de festividades de nosso município, tais como, festas juninas, festa de pião entre outras;
- Participação no evento de Economia Solidária de Agroecologia promovido pelo Governo do Estado de Rondônia;
- Realização do III Fórum de Ecosol promovido pela SEMDESTUR, junto às instituições não-governamentais;
- Aprovação da doação de 01 terreno no bairro Socialista, pela Câmara Municipal de Porto Velho, para a Associação de Catadores de Resíduos Sólidos “Unidos Pela Vida”;
- Acompanhamento in loco das atividades das associações da Asprovel e Ascavip;
- Realização de cursos e palestras para os Catadores de Resíduos Sólidos na área do associativismo e cooperativismo, realizados pelo SEBRAE, Distribuidora COIMBRA e Instituto ABAD;
- Viagem para São Paulo com os três presidentes das associações de Catadores de Resíduos Sólidos (Ascavip, Asprovel e Unidos Pela Vida), para firmar convênio de fornecimento de caixas de papelão para o Grupo Orsa através da Distribuidora Coimbra e do Instituto ABAD;
- Cadastramento e recadastramento dos empreendimentos desenvolvidos dos catadores e artesãos;

- Disponibilização dos espaços públicos das Praças da EFMM, Aluízio Ferreira com a Feira do Porto, Marechal Rondon, Jonatas Pedrosa e Mercado Cultural para os artesãos desenvolverem suas atividades;
- Disponibilização de veículos para atender as demandas dos artesãos;
- Realização de reuniões com outros órgãos promovendo parcerias nas ações dos artesãos – Fundação Iaripuna – UNIR – Secretaria de Estado de Esporte e Cultura – IPHAN – Coordenadoria de Mulheres – Gabinete do Prefeito – SEAS – Governo do Estado – SEMA;
- Inauguração da Sala "Eduardo Valverde" de artesanato da ECOSOL, no mercado cultural;
- Acompanhamento das atividades da Cooperativa de Catadores na Vila Princesa junto a Semusb e Marquise;
- Realização de Reuniões (10) de alinhamento das ações das associações com os presidentes das mesmas;
- Disponibilização de veículos pequenos por parte da SEMDESTUR e de veículos grandes pela SEMUSB para atender as demandas das associações de catadores;
- Encerrando as atividades de 2011 conseguimos fechar um convênio com o Ministério de Trabalho e Emprego – MTE, através da Chamada Pública 003/SENAES, através da qual será criada em nosso município a Rede de Economia Solidária – RECOSOL.

Economia Solidária nas Festividades de São Sebastião



Economia Solidária –Curso de Formação de Associativismo e Cooperativismo com os Catadores de Resíduos Sólidos – Parceria SEMDESTUR / INSTITUTO ABAD / Distribuidora Coimbra



Economia Solidária – Inauguração da Sala de Artesanato “Eduardo Valverde” no Mercado Cultural



Economia Solidária – Mutirão de Limpeza na Associação de Catadores ASPROVEL



Economia Solidária – Viagem para São Paulo no Instituo ABAD, com
os presidentes das associações de Catadores de Resíduos Sólido



Economia Solidária – Curso de Formação com Artesãos e Catadores da ECOSOL



Economia Solidária – Barracas da ECOSOL nos Espaços Públicos



Economia Solidária – Participação em Eventos do município



Coordenadoria municipal de gestão dos espaços públicos

Criada a partir da nova reestruturação da SEMDESTUR em 2011 está composta pelas seguintes Divisões:

- Divisão de Mercados e Feiras.
- Divisão de Concessão de Espaços Públicos.

Com a reestruturação também foram colocadas sob a responsabilidade da SEMDESTUR as Feiras Livres, que estão esperando a promulgação de uma Lei, pela Câmara Municipal do município, que as legalize, pois as mesmas já estão com 50 anos de atividades e ainda não foram devidamente criadas e regulamentadas.

A Coordenadoria foi criada para dar maior dinamicidade em sua gestão, a fim de estabelecer diretrizes de uso dos espaços públicos, como: elaborar, organizar e manter atualizados cadastros de permissionários no uso do bem público; fiscalizar o cumprimento das normas no que se refere ao pagamento de taxas e proibição de venda ou aluguel nos espaços públicos. Como também, executar procedimentos administrativos que gravem bens públicos do município nas formas de concessão, permissão de uso e realizar de forma direta ou indireta ações que viabilizem a manutenção e conservação dos espaços.

Esta coordenadoria mantém sob sua responsabilidade, os seguintes mercados, praças e feiras livres itinerantes, monitoradas através da divisão de mercados e feiras:

- Mercados: Mercado do KM 1, atualmente possui 32 boxes e 50 bancas, o Mercado do Pescado que possui 37 boxes, o Mercado Pedacinho de Chão que possui 22 boxes, o Mercado Central que possui 79 boxes e o Mercado Cultural que possui 10 salas, o Shopping Popular que possui 291 boxes totalizando um total de 521 Box/Bancas/Salas.

- Praças: Centro Gastronômico do Porto com 24 boxes; Praça Marechal Rondon com 11 boxes; Praça Estrada de Ferro Madeira Mamoré com 05 quiosques; Praça Skate Park com 6 boxes; Praça Rio Candeias com 3 boxes; Praça Jonathas Pedrosa com 3 boxes; Praça Dominó com 1 box; Praça da Cohab com 6 box; Poliesportivo Jatuarana com 6 box; Praça da Pirâmide com 5 box; Praça dos taxistas com 1 box; Praça da Campos Sales com 3 boxes; Praça Bola Sete 1 box. Totalizando 76 box.

- Feiras Livres Itinerantes: Realizam-se as terças-feiras no bairro Caladinho; as quartas-feiras no bairro igarapé; quintas-feiras bairro Liberdade; sextas-feiras bairro Areal; sábados bairro Nova Porto Velho e domingo bairro Baixa União, atualmente contabilizamos 308 feirantes cadastrados.

A SEMDESTUR a partir do mês de novembro incorporou em seu quadro funcional todos os funcionários que estavam à disposição dos mercados e feiras, passando a ser a gestora de todo o quadro de recursos humanos que atuam nos espaços públicos.

Para o ano de 2012 o Departamento de Desenvolvimento Socioeconômico já esta realizando seu planejamento estratégico, de forma a abranger os espaços públicos também em suas atividades, uma vez que as ações da ECOSOL abrangem os espaços de comercialização, trabalhando-se em conjunto a esta Coordenadoria de Espaços Públicos.

Ações Desenvolvidas:

As atividades desenvolvidas pela Coordenadoria Municipal de Gestão dos Espaços Públicos foram desenvolvidas em conjunto com as competências de suas divisões, conforme a seguir.

Divisão de Concessão Espaços Públicos tem atuado nas questões burocráticas dos permissionários junto a prefeitura do município, além de realizar fiscalizações tanto de cunho preventivo como legal, aplicando as devidas penalidades previstas nos contrato. As ações foram assim desenvolvidas:

- Criação do sistema de cadastro dos permissionários dos espaços públicos;
- Conclusão do preenchimento dos cadastros dos permissionários no sistema junto a SEMAD;
- Acompanhamento dos trabalhos junto aos administradores dos espaços públicos, empoderando-os de suas atribuições e responsabilidades;
- Elaboração dos Regimentos Internos de cada Espaço Público, que está em análise pela Coordenadoria de Postura;
- Regularização dos contratos dos espaços públicos junto os permissionário e PGM;
- Reparos e pinturas no Shopping Popular, Mercado Km 1, Mercado Central, Feira do Porto, Mercadinho Meu Pedacinho de Chão e Mercado Cultural, em convênio com a EMDUR.
- Fiscalização nos espaços públicos em parceria com a Coordenadoria de Postura do município;
- Reuniões com os permissionários dos mercados: Central, Pescado, Meu pedacinho de chão e Shopping Popular, Centro Gastronômico, Feira do Porto.
- Gestão e planejamento das Feiras Livres;
- Nomeação de um administrador da feira livre.

Coordenadoria municipal de qualificação e trabalho

A Coordenadoria Municipal de Qualificação e Trabalho faz parte da estrutura orgânica da Secretária Municipal de Desenvolvimento Socioeconômico e Turismo – SEMDESTUR, da Prefeitura Municipal de Porto Velho, a qual compõe-se das seguintes Divisões:

- Divisão de Programas e Projetos de Qualificação – DIPROP
- Divisão de Qualificação e Preparação de Mão de obra – DIQUALI
- Divisão de Microfinanças Solidárias
- Divisão de Atendimento ao Trabalhador – DIAT

Ações Desenvolvidas:

A Divisão de Programas e Projetos de Qualificação – DIPROP é responsável pela captação de recursos através da elaboração, sistematização e monitoramento de projetos de qualificação profissional. É uma Divisão estratégica dentro da estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Socioeconômico e Turismo - SEMDESTUR, pois tem o importante papel de captar recursos de instituições nacionais e internacionais que financiam projetos sociais no Brasil.

Projetos elaborados em 2011:

Projeto Fornecedores
Qualificação de 200 fornecedores
Local: Jaci - Paraná
Financiamento: ESBR

Por se tratar de uma Divisão que foi criada recentemente dentro da estrutura organizacional da SEMDESTUR, através da Lei Complementar 430, de 13 de setembro de 2011, a DIPROP, não elaborou projetos de captação de recursos nos 2 (dois) anos anteriores – 2009 e 2010.

A Divisão de Qualificação e Preparação de Mão de obra – DIQUALI vem desenvolvendo o Registro das atividades no projeto “TENDA DA CIDADANIA” realizados nos Distritos de Extrema, Nova Califórnia e Rio Pardo - O Projeto “Tenda da Cidadania” é uma parceria positiva da Prefeitura Municipal junto a esta Secretaria – SEMDESTUR, tendo por objetivo principal proporcionar as comunidades mais carentes de nossa Capital, uma maior e melhor integralização com a Administração Pública colaborando com a auto estima dos moradores beneficiados e facilitando maior abertura junto ao mercado de trabalho desenvolvendo atividades de serviços básicos de beleza e estética e cidadania.

Distritos atendidos no período de 14 a 25 de setembro:

1 - Distrito de Extrema – Oficinas Realizadas no Período de 14 a 18/09/2011

Oficina	*Instrutor(a)*	*Aluno*	*Carga horária*	*Total de atendimentos*
Corte e Cabelo	Maria de Nazaré B.Silva	05	48	98
Doces e Salgados	Irany Freitas de França	07	48	---
Manicure	Ida Soares de Sena	07	48	60
Flores em E.V.A.	Ana Maria de Oliveira	06	48	92

1.1 Distrito de Extrema – Atendimentos Diversos

Atendimentos	**Responsável**	**Total**
Maquiagem	Coordenadoria de Mulheres	200
CTPS	SEMDESTUR (Eliana Cunha e Elinete Alves)	58 Carteiras Expedidas
Intermediação de Vagas (Empresas Cadastradas e Vagas Captadas)	SEMDESTUR (Rosiane Moraes e Eliana Cunha)	05 Empresas Cadastradas 017 vagas ofertadas e 01 colocação no Mercado
Atendimento Jurídico	SEMDESTUR (Agnaldo Araújo Nepomuceno)	15

* Total Geral de Atendimentos – 546

2. Distrito de Nova Califórnia – Oficinas Realizadas no Período de 19 a 25/09/2011

Oficina	*Instrutor(a)*	*Aluno*	*Carga horária*	*Total de atendimentos*
Corte e Cabelo	Maria de Nazaré B.Silva	11	48	89
Doces e Salgados	Irany Freitas de França	07	48	80
Manicure	Ida Soares de Sena	06	48	---
Flores em E.V.A.	Ana Maria de Oliveira			

2.1 Distrito de Nova Califórnia – Atendimentos Diversos

Atendimentos	**Responsável**	**Total**
Maquiagem	Coordenadoria de Mulheres	95
CTPS	SEMDESTUR (Eliana Cunha e Elinete Alves)	25 Carteiras Expedidas
Intermediação de Vagas (Empresas Cadastradas e Vagas Captadas)	(Rosiane Moraes e Eliana Cunha)	1 Empresas Cadastradas e 1 colocação no Mercado de Trabalho
Atendimento Jurídico	SEMDESTUR (Agnaldo Araújo Nepomuceno)	06

* Total Geral de Atendimentos - 297

3. Distrito de Rio Pardo Projeto “Tenda da Cidadania” realizada no dia 09/10/2011

Observa-se que por motivo de força maior durante o Evento não foi possível a esta Secretaria dispor de todo o seu pessoal qualificado, o que no entanto não diminuiu nossa colaboração, haja vista o empenho de nossos profissionais brilhantemente representarem com seu trabalho esta Secretaria.

Salienta-se ainda que segundo informações prestadas por nossa equipe constata-se que o volume de emissão de Carteiras de Trabalho mostrou-se menor em relação a outros Distritos beneficiados com o Projeto, o motivo evidenciado é a proximidade do referido Distrito – Rio Pardo com o Município de Buritis que também desempenha o ato de expedição de Carteiras que são entregues no momento da expedição, ou seja, ainda de forma manual, ao contrário do que ocorre em nossos postos de atendimento, regidos estes pelo Sistema único de Expedições de CTPS, do Ministério do Trabalho e Emprego – TEM. Segue em anexo fotos do evento em questão.

3.1 Distrito de Rio Pardo – Atendimentos Diversos

Atendimentos	Responsável	Total
Corte Estilizado de Cabelo/ Maquiagem e Penteados c/ Tranças	SEMDESTUR (Maria de Nazaré B.Silva e Ida Soares de Sena)	94 Cortes de cabelo 34 Maquiagens 58 Penteados
CTPS	SEMDESTUR (Eliana Cunha e Elinete Alves)	10 Carteiras Expedidas
Oficina Prática de Flores em E.V.A.	SEMDESTUR (Ana Maria de Oliveira)	55 Participantes

* Total Geral de Atendimentos - 251

Registro das atividades referentes aos cursos e oficinas dos projetos PLANTEC (400 qualificados), ESBR- EJA REINTEGRAR, EU QUERO 1ª fase (500 qualificados) e 2ª fase (1075 qualificados) e EJA (300 qualificados), realizados por esta Secretaria no exercício de 2011.

A Divisão de Microfinanças é responsável pelo Fortalecimento da Política de Microcrédito em Porto Velho a qual desenvolveu as seguintes atividades:

- Realização de parceria com o Governo do Estado de Rondônia na criação do Banco do Povo;

- Divulgação nos meios de comunicação dos benefícios que são oferecidos na linha de microcrédito para os pequenos empreendedores individuais;
- Desenvolvimento de projetos para a criação de mais dois Bancos do Povo no ano de 2012, sendo um na zona sul e outro na zona leste de nosso município;
- Estudos para a implantação do Banco Comunitário na zona leste, mas como faltou embasamento técnico e comprometimento por parte daquela comunidade o projeto não foi aprovado para a implantação.

Divisão de Atendimento ao Trabalhador – DIAT é responsável por ações ligadas ao Sistema Público de Emprego como a Intermediação de Mão de Obra, Habilitação de Seguro Desemprego e emissão de Carteira de Trabalho, no âmbito do Município de Porto Velho.

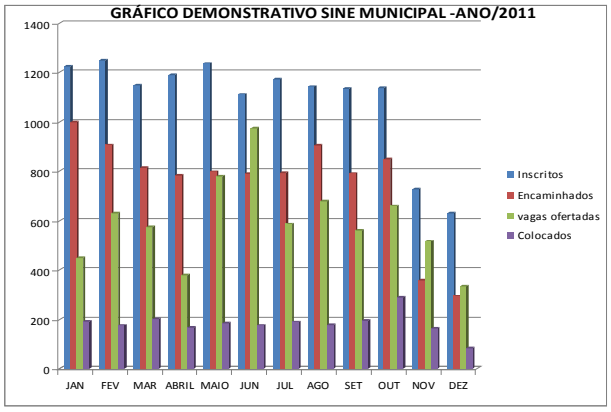
Demonstrativo das atividades realizadas pela Divisão no exercício de 2011.

Gestão do SINE Municipal Porto Velho nas atividades de Intermediação de Mão de Obra – IMO, Habilitação de Seguro Desemprego - HSD e Emissão de Carteira de Trabalho – CTPS, apresentando os resultados demonstrados nos gráficos a seguir:

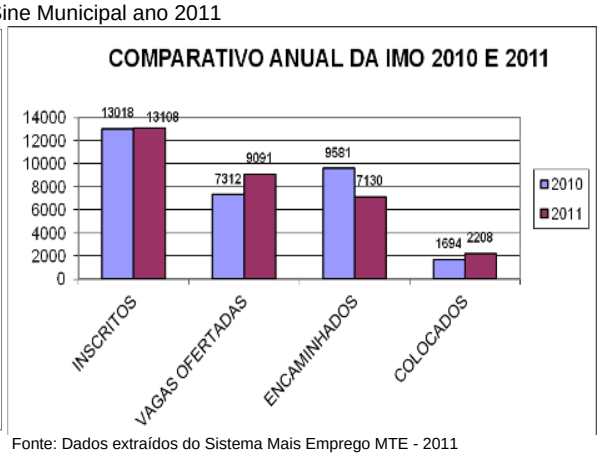
Atendimentos Sine Municipal - Ano 2011				
Meses	**Inscritos**	**Encaminhados**	**Vagas ofertadas**	**Inseridos no Mercado**
jan	1224	998	450	193
fev	1250	907	630	177
mar	1149	815	575	204
abril	1189	784	380	168
maio	1237	799	780	186
jun	1112	791	975	177
jul	1174	795	587	191
ago	1143	906	680	178
set	1134	792	561	195
out	1138	849	660	289
nov	728	360	517	165
dez	630	295	335	85
Total	13.108	9.091	7.130	2.208

Gráfico comparativo da produção de Intermediação de Mão de Obra (IMO), referente ao número de inscritos; vagas disponibilizadas pelas empresas; encaminhamentos ao mercado de trabalho e número de trabalhadores inserido (colocados) no mercado de trabalho no exercício 2010/ 2011.

Gráfico Demonstrativo Sine Municipal ano 2011

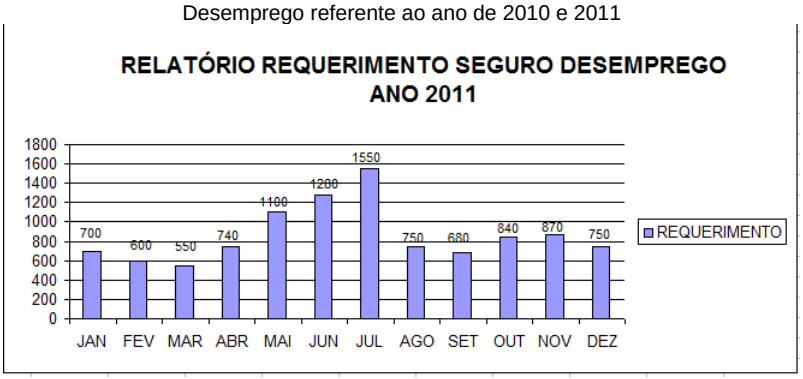


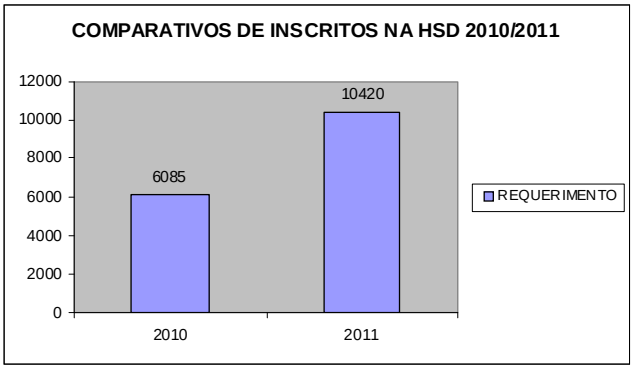
Fonte: Dados extraídos do Sistema Mais Emprego MTE – 2011



Fonte: Dados extraídos do Sistema Mais Emprego MTE - 2011

Gráfico comparativo dos Requerimentos do Seguro Desemprego referente ao ano de 2010 e 2011



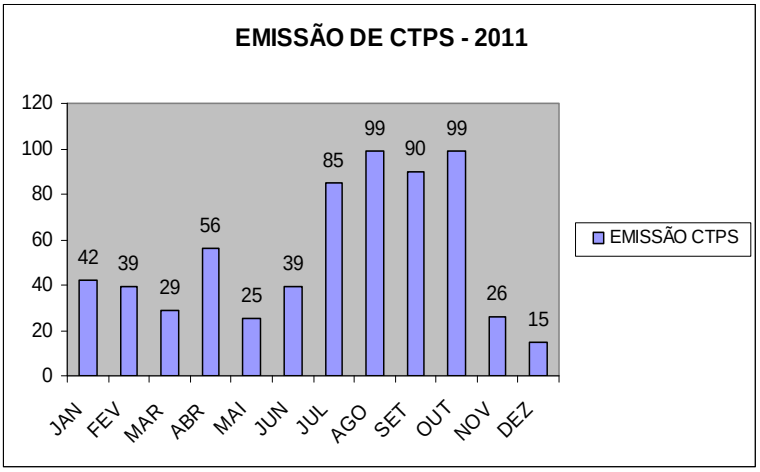


Fonte: Dados extraídos do Sistema Mais Emprego MTE - 2011

A Divisão de Atendimento ao Trabalhador, mantém controle e operacionalização de convênio firmado com Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de Rondônia para emissão de Carteira de Trabalho da Previdência Social – CTPS.

O cadastramento para emissão da CTPS é efetuado diretamente no balcão do SINE Municipal ou em ações institucionais da Prefeitura como Tenda da Cidadania e em eventos onde se busca estender as atividades de prestação de serviços aos munícipes.

No ano de 2011 - Habilitação demonstrada em números e gráficos foram emitidas 644 Carteira de Trabalho.



Fonte: Dados extraídos do Sistema Mais Emprego MTE - 2011

Apesar do ano de 2011 ter sido marcado pelas dificuldades de estrutura física do SINE Municipal e com um quadro de pessoal com 50% do necessário para o atendimento ao trabalhador, as metas estipuladas no planejamento estratégico da SEMDESTUR e no Plano de Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, as atividades foram realizadas e com maior número de atendimentos, devido a nova estrutura do SINE e ao Convênios firmados.


PORTO VELHO
2 DE
OUTUBRO
1914

Avaliação do Plano Plurianual

ANEXO II

CENÁRIO FISCAL

II – CENÁRIO FISCAL

Considerando o desempenho anual da execução orçamentária e financeira de 2011, a seguir apresenta-se o comportamento das metas no exercício.

1. RECEITAS

1.1 Receitas Totais

Tabela 1
Balanço Orçamentário da Receita

R$ 1,00

Receitas	Previsão Inicial 2011	Receitas Realizadas até o 3º Quadrimestre		
		2011	% Realizado	% Participação
Receitas Correntes	**667.251.231,00**	**790.569.009,99**	**118,48**	**89,88**
Receita Tributária	235.304.483,00	260.325.317,68	110,63	29,60
Receita de Contribuições	39.944.920,00	49.184.226,13	123,13	5,59
Receita Patrimonial	19.595.285,00	38.759.122,55	197,80	4,41
Transferências Correntes	354.354.433,00	426.356.680,66	120,32	48,47
Outras Receitas Correntes	18.052.110,00	15.943.662,97	88,32	1,81
Receitas de Capital	**141.416.128,00**	**45.739.988,27**	**32,34**	**5,20**
Operações de Crédito	15.771.500,00	1.264.700,00	8,02	0,14
Alienação de Bens	25.560,00	611.577,02	2.392,71	0,07
Transferências de Capital	125.619.068,00	43.863.711,25	34,92	4,99
Receitas(Intra-Orçamentárias)	**32.005.680,00**	**43.297.262,04**	**135,28**	**4,92**
Total	**840.673.039,00**	**879.606.260,30**	**104,63**	**100,00**

Fonte: Balanço Orçamentário - Relatório Resumido da Execução Orçamentária - PVH

As receitas arrecadadas até dezembro de 2011, nestas compreendidas as Receitas Correntes e de Capital, totalizaram R$ 879.606.260,30. Com este montante, o Município encerrou o referido período com uma realização de 104,63% da previsão inicial.

1.1.1 Receitas Correntes

As Receitas Correntes decorrem dos recursos arrecadados pelo Município através de impostos, taxas, contribuições e transferências constitucionais e legais. Foram arrecadados nesta categoria R$ 790.569.009,99, representando uma realização de 118,48% das receitas correntes previstas.

Entre as Receitas Correntes, destacam-se as **Tributárias**, que apresentaram realização de 110,63%.

Tabela 2
Receita Tributária

R$ 1,00

Receitas	Previsão Atualizada 2011	Receitas Realizadas até o 3º Quadrimestre		
		2011	% Realizado	% Participação
Receita Tributária	**235.304.483,00**	**260.325.317,68**	**110,63**	**100,00**
Impostos	**213.704.393,00**	**231.649.631,88**	**108,40**	**88,98**
IPTU	9.006.451,00	9.155.173,00	101,65	3,52
IRRF	14.651.711,00	18.960.984,86	129,41	7,28
ITBI	6.408.291,00	6.539.706,77	102,05	2,51
ISS	183.637.940,00	196.993.767,25	107,27	75,67
Taxas	**21.600.090,00**	**28.675.685,80**	**132,76**	**11,02**

Fonte: Balancete da Receita - Sistema Contábil - PVH

As receitas provenientes do ISS, imposto com maior arrecadação, tiveram realização de 107,27%, representando um montante de R$ 196.993.767,25. Destaca-se também o IPTU cuja arrecadação no período foi de R$ 9.155.173,00, com realização de 101,65%, e o IRRF cuja realização foi de 129,41%. As taxas contribuíram com uma arrecadação de R$ 28.675.685,80.

Outro item das Receitas Correntes que merece destaque são as **Transferências Correntes**, conforme tabela 3:

Tabela 3

Transferências Correntes

R$ 1,00

Receitas	Previsão Inicial 2011	Receitas Realizadas até o 3º Quadrimestre		
		2011	% Realizado	% Participação
Transferencias Correntes	**354.354.433,00**	**426.356.680,66**	**120,32**	**100,00**
FPM	139.066.080,00	154.128.885,14	110,83	36,15
ITR	136.771,00	609.466,82	445,61	0,14
IOC - Comercialização do Ouro	323.211,00	591.997,67	183,16	0,14
Transferência da Compensação Fananceira pela Exploração de Recursos Naturais	2.242.510,00	2.528.488,38	112,75	0,59
Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	57.383.828,00	69.131.929,00	120,47	16,21
FNAS	1.112.660,00	2.278.695,50	204,80	0,53
Transferências do FNDE	7.059.849,00	10.336.510,35	146,41	2,42
ICMS - Desoneração LC 87/96	234.840,00	229.464,96	97,71	0,05
ICMS	100.647.731,00	121.815.391,70	121,03	28,57
IPVA	16.113.660,00	24.401.460,66	151,43	5,72
CIDE	1.232.059,00	1.390.471,49	112,86	0,33
Transferências do FUNDEB	80.041.050,00	93.000.708,32	116,19	21,81
Transferências de Convênios	-	4.844.928,49	-	1,14
(-) Dedução para o FUNDEB	-51.239.816,00	-58.931.717,82	115,01	(13,82)

Fonte: Balancete da Receita - Sistema Contábil - PVH

As receitas de Transferências Correntes apresentaram realização de 120,32%, totalizando o montante de R$ 426.356.680,66.

O Fundo de Participação dos Municípios - FPM contribuiu com R$ 154.128.885,14 tendo seu percentual de realização atingido o patamar de 110,83%.

O ICMS que apresenta valor de R$ 121.815.391,70, segundo item mais significativo das Transferências Correntes, até o 3º quadrimestre de 2011, atingiu 121,03% de índice de realização.

As Transferências do FUNDEB com R$ 93.000.708,32, e Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS com R$ 69.131.929,00, atingiram respectivamente 116,19% e 120,47% da previsão inicial.

O IPVA que apresenta valor de R$ 24.401.460,66, quinto item mais significativo das Transferências Correntes, até o 3º quadrimestre de 2011, atingiu 151,43% de índice de realização.

1.1.2 Receitas de Capital

As Receitas de Capital somaram no período R$ 45.739.988,27 contra uma previsão anual de R$ 141.416.128,00, correspondendo a 32,34% de realização. Estas receitas não dependem da ação fiscal do Município. Os valores mais expressivos realizados no período são de Transferências de Convênio - R$ 43.863.711,25, seguido das Operações de Crédito Internas, estas realizadas em R$ 1.264.700,00.

Tabela 4

Receitas de Capital

R$ 1,00

Receitas	Previsão Atualizada 2011	Receitas Realizadas até o 3º Quadrimestre		
		2011	% Realizado	% Participação
Receitas de Capital	**141.416.128,00**	**45.739.988,27**	**32,34**	**100,00**
Operações de Crédito Internas	15.771.500,00	1.264.700,00	8,02	2,76
Alienação de Bens	25.560,00	611.577,02	2.392,71	1,34
Transferências de Convênios	125.619.068,00	43.863.711,25	34,92	95,90

Fonte: Balancete da Receita - Sistema Contábil - PVH

1.1.3 Receita Corrente Líquida

A Receita Corrente Líquida registrada em 2011, que serve de base para o cálculo de limites de despesas previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, atingiu a cifra de R$ 764.871.339,21 - tabela 5.

Tabela 5

Receita Corrente Líquida

R$ 1,00

Especificação	Previsão Inicial 2011	Total (últimos 12 meses)
RECEITAS CORRENTES (I)	**718.491.047,00**	**849.500.727,81**
RECEITA TRIBUTÁRIA	235.304.483,00	260.325.317,68
IPTU	9.006.451,00	9.155.173,00
ITBI	6.408.291,00	6.539.706,77
ISS	183.637.940,00	196.993.767,25
IRRF	14.651.711,00	18.960.984,86
Outras Receitas Tributárias	21.600.090,00	28.675.685,80
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	39.944.920,00	49.184.226,13
RECEITA PATRIMONIAL	19.595.285,00	38.759.122,55
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	405.594.249,00	485.288.398,48
Cota-Parte do FPM	139.066.080,00	154.128.885,14
Cota-Parte do ICMS	100.647.731,00	121.815.391,70
Cota-Parte do IPVA	16.113.660,00	24.401.460,66
Cota-Parte do ITR	136.771,00	609.466,82
Transferências da LC 87/1996	234.840,00	229.464,96
Transferências da LC 61/1989 (IPI - Exportação)	-	-
Transferências do FUNDEB	80.041.050,00	93.000.708,32
Outras Transferências Correntes	69.354.117,00	91.103.020,88
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	18.052.110,00	15.943.662,97
DEDUÇÕES (II)	**69.600.416,00**	**84.629.388,60**
Contrib. Para o Plano de Previdência do Servidor	17.145.480,00	23.605.040,87
Compensação Financ. Entre Regimes Previdenciários	1.215.120,00	2.092.629,91
Dedução de Receitas para Formação do FUNDEB	51.239.816,00	58.931.717,82
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I - II)	**648.890.631,00**	**764.871.339,21**

Fonte: Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Relatório Resumido da Execução Orçamentária - PVH

2. DESPESAS

2.1 Despesas Totais

A despesa realizada até o 3º quadrimestre de 2011 totalizou R$ 834.492.140,10, correspondente a 78,10% da dotação atualizada, demonstrada a seguir, segundo as categorias econômicas e os grupos de natureza da despesa:

Tabela 6

Balanço Orçamentário da Despesa

R$ 1,00

Despesas	Dotação Atualizada 2011	Despesas Empenhadas até o 3º Quadrimestre 2011		
		Valor	% Realização	% Participação
Despesas Correntes	**724.877.136,78**	**680.362.277,73**	**93,86**	**81,53**
Pessoal e Encargos Sociais	352.832.906,53	349.439.143,07	99,04	41,87
Juros e Encargos da Dívida	6.408.136,36	6.011.653,51	93,81	0,72
Outras Despesas Correntes	365.636.093,89	324.911.481,15	88,86	38,94
Despesas de Capital	**305.806.296,83**	**117.585.664,40**	**38,45**	**14,09**
Investimentos	293.655.935,19	105.741.158,61	36,01	12,67
Inversões Financeiras	1.014.200,00	991.765,94	97,79	0,12
Amortização da Dívida	11.136.161,64	10.852.739,85	97,45	1,30
Despesas (Intra-Orçamentárias)	**36.563.175,33**	**36.544.197,97**	**99,95**	**4,38**
Reservas de Contingência	**1.244.900,00**	**-**	**-**	**-**
Total	**1.068.491.508,94**	**834.492.140,10**	**78,10**	**100,00**

Fonte: Balanço Orçamentário - Relatório Resumido da Execução Orçamentária - PVH

2.1.1 Despesas Correntes

Esta categoria econômica contém registro das despesas de caráter permanente e continuado da atividade governamental.

No exercício de 2011 as despesas correntes somaram R$ 680.362.277,73, representando uma realização de 93,86% da dotação atualizada para o exercício.

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais totalizaram R$ 349.439.143,07, correspondendo a 99,04% de realização.

Os Juros e Encargos da Dívida, que englobam pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito internas, somaram R$ 6.011.653,51 correspondendo a 93,81% do estimado para o ano.

As Outras Despesas Correntes contemplam os gastos relativos, em sua maioria, à manutenção administrativa do Município, com um total liquidado de R$ 324.911.481,15, correspondente a 88,86% do fixado para o ano.

2.1.2 Despesas de Capital

As Despesas de Capital atingiram o montante de R$ 117.585.664,40, correspondendo a 38,45% do previsto para o exercício.

Esta categoria é constituída pelos grupos: Investimentos no valor de R$ 105.741.158,61, Inversões Financeiras de R$ 991.765,94 e Amortização da Dívida, de R$ 10.852.739,85.

2.1.3 Despesas por Fonte de Recurso

Quanto à composição das despesas, a tabela 7 a seguir demonstra que 52,35% destas são custeadas por recursos próprios do tesouro, evidenciando a autonomia do tesouro em relação aos gastos totais do Município. As despesas financiadas com recursos provenientes do FUNDEB e Cota-Parte Educação representaram, na execução orçamentária, 11,31% e 10,87%, respectivamente; aquelas financiadas por Convênios e Outras Transferências participam com 7,62% da despesa liquidada no período; os recursos do SUS participaram com 6,28%.

Tabela 7

Despesas por Fonte de Recursos

R$ 1,00

Descrição	Dotação Atualizada 2011	Despesa Empenhada		
		Até 3º Quadrim. 2011	% Participação	% Realização
Recursos Próprios do Tesouro	442.205.934,07	436.878.633,85	52,35	98,80
Recursos do FUNDEB	94.363.755,43	94.363.752,14	11,31	100,00
Cota-Parte Educação	90.686.290,26	90.685.886,03	10,87	100,00
Recursos do SUS	67.406.148,01	52.415.534,80	6,28	77,76
Convênios e Outras Transferências	186.518.408,82	63.609.512,91	7,62	34,10
Operações de Crédito	84.750.159,79	16.912.995,96	2,03	19,96
Transferências do Salário-Educação	3.370.700,00	2.259.240,83	0,27	67,03
Outas Transferências do FNDE	4.456.451,46	4.446.746,76	0,53	99,78
Recurso do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	1.917.393,74	1.720.580,99	0,21	89,74
Cota-Parte da CIDE	1.245.259,00	1.245.137,89	0,15	99,99
Recursos de Contribuição para Iluminação Pública	10.374.560,00	10.328.033,93	1,24	99,55
Recursos Provenientes da Legislação de Transito	399.960,00	353.610,00	0,04	88,41
Contribuição Previdênciária	48.670.800,00	28.765.991,70	3,45	59,10
Contribuição para Assistência a Saúde	29.911.719,25	29.616.394,67	3,55	99,01
Recursos do Fundo Orçamentário Especial - Honorários de Advogados	644.410,00	103.854,71	0,01	16,12
Recurso do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	412.429,11	397.288,42	0,05	96,33
Recursos do Tesouro Vinculados ao Fundo Municipal do Meio Ambiente	1.157.130,00	388.944,51	0,05	33,61
Despesas Totais	**1.068.491.508,94**	**834.492.140,10**	**100,00**	**78,10**

Fonte: Balancete da Despesa - Consolidado - PVH

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

3. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO: COMPARATIVO ENTRE AS RECEITAS E DESPESAS

Observa-se, na tabela 8, que as despesas foram realizadas num percentual de 78,10%, ao tempo em que as receitas foram arrecadadas num montante equivalente a 104,63% do total previsto para o ano de 2011. Tal fato denota a preocupação do Município de Porto Velho em manter a execução da despesa em nível compatível com a arrecadação, atenta aos princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal, de que os valores arrecadados é que devem definir o poder de gasto.

Tabela 8

Comparativo das Receitas e Despesas

R$ 1,00

Especificação	Receitas			Despesas		
	Previsão Anual 2011	Realizado até 3° Quadrim. 2011	% Realização	Dotação Atualizada 2011	Empenhadas até o 3° Quadrimestre 2011	% Realização
Correntes (*)	667.251.231,00	790.569.009,99	118,48	724.877.136,78	680.362.277,73	93,86
Capitais	141.416.128,00	45.739.988,27	32,34	305.806.296,83	117.585.664,40	38,45
Intra-Orçamentárias	32.005.680,00	43.297.262,04	135,28	36.563.175,33	36.544.197,97	99,95
Reservas de Contingência				1.244.900,00		
TOTAL	**840.673.039,00**	**879.606.260,30**	**104,63**	**1.068.491.508,94**	**834.492.140,10**	**78,10**

(*) Inclusive dedução para formação do FUNDEB

Fonte: Balancete da Despesa - Consolidado; Balanço Orçamentário - Relatório Resumido da Execução Orçamentária - PVH

Quanto ao Resultado Corrente, o Município encerrou o 3° Quadrimestre de 2011 com superávit corrente de R$ 110.206.732,26, fruto de uma Receita Corrente de R$ 790.569.009,99, para uma Despesa Corrente de R$ 680.362.277,73. Ao se considerar todas as categorias econômicas da receita e despesa, verifica-se o resultado orçamentário superavitário de R$ 45.114.120,20.

Tabela 9

Resultado Orçamentário

R$ 1,00

Especificação	Realizado até o 3º Quadrimestre de 2011
(+) Receitas Correntes (*)	790.569.009,99
(-) Despesas Correntes	680.362.277,73
Superávit Corrente	**110.206.732,26**
(+) Receitas de Capital	45.739.988,27
(-) Despesas de Capital	117.585.664,40
(+) Receita (Intra-Orçamentária)	43.297.262,04
(-) Despesa (Intra-Orçamentária)	36.544.197,97
Resultado Orçamentário	**45.114.120,20**

(*) Inclusive dedução para formação do FUNDEB

Fonte: Balanço Orçamentário - Relatório Resumido da Execução Orçamentária - PVH

4. DESPESAS COM PESSOAL E LIMITES

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais, que sempre se apresentou como o item mais significativo no conjunto das despesas, se manteve, em relação à Receita Corrente Líquida do exercício de 2011, absolutamente dentro dos limites legais.
Tanto no Poder Executivo quanto no Legislativo, o gasto com pessoal se comportou dentro dos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme exposto na tabela 10, sendo de 45,80% e 4,03%, respectivamente, os gastos com pessoal em relação a receita corrente liquida.

Tabela 10

Despesa com Pessoal X Receita Corrente Líquida

R$ 1,00

Poder	Despesa Executada (últimos 12 meses)	% Realizado (DTP sobre a RCL)	Limite Prudencial	Limite Máximo
Executivo	350.278.050,96	45,80	51,30	54,00
Legislativo	30.826.465,73	4,03	5,70	6,00
TOTAL	**381.104.516,69**	**49,83**	**57,00**	**60,00**
Nota: Receita Corrente Líquida dos últimos 12 meses:		764.871.339,21		

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal - Demonstrativo Despesa com Pessoal - 3º Quadrimestre - 20101- PVH

5. DESPESA COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

As despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, para fins de apuração de limite mínimo constitucional, totalizaram em 2011, o montante de R$ 143.118.998,34, correspondendo a 26,62% da Receita de Impostos. A despesa com a remuneração do pessoal do magistério da educação básica atingiu 67,06% dos recursos recebidos do FUNDEB - tabela 11. Estes resultados demonstram o pleno cumprimento da obrigação constitucional, estando os índices acima dos mínimos preceituados.

Tabela 11

Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

R$ 1,00

Especificação	Valor Apurado até 3º Quadrimestre/2011	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício/2011	% Aplicado até o 3º Quadrimestre/2011
Total da Receita de Impostos	537.567.612,00		
Despesa - Mínimo de 25% das Receitas Resultantes de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	143.118.998,34	25%	26,62
Receitas Recebidas do FUNDEB	93.492.264,14		
Despesa - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com a Educação Infantil e Ensino Fundamental	62.691.591,06	60%	67,06

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária - 3º Quadrimestre - 2011 - PVH

6. DESPESA COM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE

Os gastos com saúde atingiram em 2011 o montante de R$ 98.250.993,45, correspondente a 18,30% da Receita de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais, esta arrecadada no valor de R$ 174.925.012,48. Verifica-se cumprida a obrigatoriedade constitucional de aplicação do mínimo de 15% estabelecido no Art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – Emenda Constitucional n° 29/2000.

Tabela 12

Despesas Próprias com Saúde

R$ 1,00

Especificação	Valor Apurado até 3º Quadrimestre/2011	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício/2011	% Aplicado até o 3º Quadrimestre/2011
Receita de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais	536.975.614,33		
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	98.250.993,45	15%	18,30

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária - 3º Quadrimestre - 2011 - PVH

7. RESULTADO PRIMÁRIO

O Resultado Primário tem por finalidade demonstrar a capacidade do Município de honrar o pagamento de sua dívida. Através dele, demonstra-se o grau de autonomia do Município para, utilizando suas receitas próprias e transferências constitucionais e legais, honrar os pagamentos das suas despesas correntes (inclusive as de

pessoal), das suas despesas de capital (aí incluídos os investimentos) e ainda gerar poupança para atender o serviço da dívida. Nessa análise, são consideradas apenas as receitas e despesas fiscais, que não incluem receitas financeiras, tais como as de operações de crédito e de alienação de bens, e as despesas financeiras, como o pagamento de juros, encargos e amortizações da dívida.

Tabela 13
Demonstrativo do Resultado Primário

R$ 1,00

	Descrição	Realizado até o 3º Quadrimestre	
		2011	2010
1	Receitas Primárias Correntes	818.214.194,62	669.534.452,70
2	Receitas Primárias de Capital	43.863.711,25	53.247.321,88
3	Receita Primária (1 + 2)	862.077.905,87	722.781.774,58
4	Despesas Primárias Correntes	710.894.822,19	569.258.776,89
5	Despesas Primárias de Capital	105.741.158,61	182.486.495,38
7	Despesa Primária Total (4 + 5 + 6)	816.635.980,80	751.745.272,27
	Resultado Primário (3 - 7)	**45.441.925,07**	**(28.963.497,69)**
	Discriminação da Meta Fiscal		
	Meta de Resultado Primário fixada no anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		8.325.111,00

Fonte: Demonstrativo do Resultado Primário - Relatório Resumido da Execução Orçamentária - PVH

O Resultado Primário apurado em 2011 foi de R$ 45.441.925,07, para uma receita primária realizada de R$ 862.077.905,87, em contrapartida à despesa primária realizada de R$ 816.635.980,80, superando a meta anual de R$ 8.325.111,00 prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para o exercício.

8. RESULTADO NOMINAL

O Resultado Nominal mostra a variação da Dívida Fiscal Líquida entre dois períodos.

Comparados o saldo do 3º quadrimestre de 2011 (31/12/2011) com o saldo em (31/12/2010), nota-se que a variação da Dívida Fiscal Líquida (resultado nominal) foi

de R$ 60.840.774,85 negativos, indicativo de que os haveres financeiros (disponibilidade de caixa bruta) superam a dívida consolidada, resultando numa liquidez positiva das contas municipais.

Tabela 14
Resultado Nominal

R$ 1,00

Especificação	Saldo em 31/12/2010 (a)	Saldo em 31/12/2011 (b)	Resultado Nominal (b - a)
(+) Dívida Consolidada - DC (I)	132.772.166,13	126.821.166,57	
(-) Disponibilidade de Caixa Bruta	169.617.047,97	220.822.452,60	
(-) Demais Haveres Financeiros	-	-	
(+) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	11.442.368,03	7.757.997,37	
(=) Dívida Consolidada Líquida - DCL (II)	-25.402.513,81	-86.243.288,66	
(+) Receita de Privatizações (III)	-	-	
(-) Passivos Reconhecidos (IV)	-	-	
(=) Dívida Fiscal Líquida = (II + III - IV)	-25.402.513,81	-86.243.288,66	-60.840.774,85

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária - 3º Quadrimestre - 2011 - PVH

9. DÍVIDA PÚBLICA

O saldo da dívida consolidada apurado até o 3º quadrimestre de 2011 atingiu o montante de R$ 126.821.166,57. Este valor somado aos restos a pagar processados (exceto precatórios) de R$ 7.757.997,37 e deduzido da disponibilidade de caixa bruta de R$ 220.822.452,60 resulta na dívida consolidada líquida de R$ - 86.243.288,66.

Relativamente, a dívida consolidada líquida reduziu em relação ao saldo de 2010, passando de - 4,07% para – 11,28% da RCL, conforme tabela 15.

Tabela 15

Dívida Consolidada

R$ 1,00

Especificação	Saldo de 2010	Saldo de 2011
		Até o 3º Quadrimestre
(+) Dívida Consolidada - DC	132.772.166,13	126.821.166,57
(-) Disponibilidade de Caixa Bruta	169.617.047,97	220.822.452,60
(-) Demais Haveres Financeiros	-	-
(+) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	11.442.368,03	7.757.997,37
(=) Divida Consolidada Líquida - DCL	-25.402.513,81	-86.243.288,66
Receita Corrente Líquida - RCL	624.080.349,81	764.871.339,21
% da DC sobre a RCL	21,27	16,58
% da DCL sobre a RCL	-4,07	-11,28
Limite definido pela Resolução do Senado Federal = 120,00%	748.896.419,77	917.845.607,05

Fonte: Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - 3º Quadrimestre - 2011 - PVH

A Dívida Consolidada Líquida – DCL, em relação à Receita Corrente Líquida – RCL não deve ultrapassar o limite de 120,00%. Observa-se que até o 3º quadrimestre de 2011 o saldo da DCL representa – 11,28% da RCL, importando afirmar que o Município está cumprindo plenamente os mandamentos legais.

10. CONCLUSÃO

Os resultados alcançados ao final de 2011 demonstram a sólida situação econômico-financeira e a manutenção do equilíbrio fiscal do Município de Porto Velho.

Avaliação do Plano Plurianual

ANEXO III

AVALIAÇÃO QUANTITATIVA E QUALITATIVA DE

PROGRAMAS E AÇÕES

Avaliação do Plano Plurianual

ANEXO III.1

AVALIAÇÃO QUANTITATIVA DE PROGRAMAS E AÇÕES

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 01.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO - CÂMARA
Unidade Orçamentária: 01.01 - CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
Programa: 010 - ATUAÇÃO LEGISLATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
Objetivo: Prover a Câmara Municipal de meios para a sua atuação legislativa.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
01.01.01.122.010.2.001	Administração da Unidade	UNIDADE MANTIDA	un	Prevista	1	1	1	1	3.373.773	4.120.812	5.417.032	6.195.023
				Realizada	1	1			3.373.605	3.638.868		
				Variação %						-11,70		
01.01.01.331.010.2.044	Auxílio-Transporte a Servidores e Empregados	SERVIDORES ASSISTIDOS	un	Prevista					296.568	309.200	485.004	549.996
				Realizada					296.568	302.726		
				Variação %						-2,09		
01.01.01.128.010.1.050	Capacitação de Servidores Públicos Municipais	PESSOAS CAPACITADAS	un	Prevista					12.510	17.000	60.000	39.996
				Realizada					12.510	17.000		
				Variação %								
01.01.01.122.010.1.069	Construção, Ampliação e Reforma de Bens Imóveis	OBRA EXECUTADA	%	Prevista					182.783	392.815	472.000	275.000
				Realizada					182.783	391.735		
				Variação %						-0,27		
01.01.01.126.010.2.121	Implementação de Ações de Informatização			Prevista					676.024	946.523	1.290.024	1.629.984
				Realizada					676.024	814.407		
				Variação %						-13,96		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 01.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO - CÂMARA
Unidade Orçamentária: 01.01 - CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
Programa: 010 - ATUAÇÃO LEGISLATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
Objetivo: Prover a Câmara Municipal de meios para a sua atuação legislativa.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
01.01.01.122.010.2.217	Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	SERVIDORES REMUNERADOS	un	Prevista	527	550	612	634	13.016.377	16.839.076	17.166.378	19.401.899
				Realizada		587			13.016.377	16.822.062		
				Variação %		6,73				-0,10		
01.01.01.031.010.2.316	Câmara Itinerante	População atendida	und	Prevista						13.117	195.000	196.992
				Realizada						13.117		
				Variação %								

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
02.01.04.122.007.2.001	Administração da Unidade	UNIDADE ADMINISTRADA	und	Prevista	1	1	1	1	1.987.243	2.668.676	660.732	690.465
				Realizada	1	1			1.970.079	2.622.781		
				Variação %					-0,86	-1,72		
02.01.04.122.007.1.069	Construção, Ampliação e Reforma de Bens Imóveis	OBRA EXECUTADA	m²	Prevista	174	174	174	174		246.124	227.940	238.206
				Realizada		174				246.124		
				Variação %								
02.01.24.131.007.2.194	Produção e Divulgação de Informações de Interesse Social			Prevista					4.290.210	4.952.998	1.865.352	1.949.663
				Realizada					4.289.112	4.952.998		
				Variação %					-0,03			
02.01.04.122.007.2.217	Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	SERVIDORES REMUNERADOS	und	Prevista	283	283	283	283	4.129.548	4.983.850	5.182.600	5.689.900
				Realizada		283			4.129.548	4.983.801		
				Variação %								

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO
Programa: 037 - INCLUSÃO DE GÊNERO - GARANTIA DOS DIREITOS DA MULHER
Objetivo: Garantir os direitos da mulher ampliando sua participação por meio da inclusão social.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
02.01.14.422.037.1.045	Campanha de Prevenção e Combate a Violência Contra a Mulher	CAMPANHAS REALIZADAS	und	Prevista	1	1	1	1	50.433	260	149.492	156.220
				Realizada	1	1			49.861	260		
				Variação %					-1,13			
02.01.14.128.037.1.052	Capacitação em Gênero	PESSOAS CAPACITADAS	und	Prevista	400	500	600	700	60.028	201.780	68.470	71.551
				Realizada	400	500			60.028	167.780		
				Variação %						-16,85		
02.01.04.122.037.2.097	Gestão e Administração do Programa	PROGRAMA ADMINISTRADO	und	Prevista	1	1	1	1	67.238	171.064	95.287	99.575
				Realizada	1	1			66.989	155.083		
				Variação %					-0,37	-9,34		
02.01.14.122.037.2.294	Manutenção das Atividades do Conselho de Defesa da Mulher	UNIDADE MANTIDA	und	Prevista	1	1	1	1	5.915		80.482	93.585
				Realizada	1	1			5.736			
				Variação %					-3,04			

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO
Programa: 071 - SEGURANÇA E PROTEÇÃO CIVIL E PATRIMONIAL
Objetivo: Manter a segurança do prefeito e dos bens patrimoniais do Município e mobilizar a estrutura administrativa nos casos de calamidade pública.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
02.01.04.182.071.2.156 Manutenção de Serviços da Defesa Civil			Prevista					50.500	7.712	156.775	159.240
			Realizada					49.600	4.067		
			Variação %					-1,78	-47,27		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO
Programa: 099 - COORDENAÇÃO DE AÇÕES NOS DISTRITOS
Objetivo: Implantar Políticas de desenvolvimento para os Distritos no contexto da realidade sócioeconômica

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
02.01.04.122.099.2.297	Manutenção das Sedes Administrativas dos Distritos	Sedes Administrativas Mantidas	unid	Prevista	11	11	11	11	54.000	89.037	125.526	131.075
				Realizada	13	13			54.000	88.000		
				Variação %	18,18	18,18				-1,16		
02.01.04.122.099.1.298	Construção, ampliação e reforma de sedes administrativas dos Distritos	Obras realizadas	m²	Prevista	50	50	50	50			65.500	68.450
				Realizada		40						
				Variação %		-20,00						

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO
Programa: 101 - PROTAGONISMO JUVENIL
Objetivo: Contribuir na inclusão social da juventude

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
02.01.14.422.101.2.299	Gestão e Administração do Programa - Protagonismo Juvenil	PROGRAMA ADMINISTRADO	und	Prevista	1	1	1	1	6.933	6.269	70.722	73.906
				Realizada	1	1			6.933	6.269		
				Variação %								
02.01.14.422.101.1.300	Capacitação sobre Políticas Públicas de Juventude - Protagonismo Juvenil	Capacitação realizada	und	Prevista	4	4	4	4		95.100	109.945	114.892
				Realizada	4	4				95.100		
				Variação %								

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.21 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE PORTO VELHO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
02.21.04.122.007.2.001	Administração da Unidade	UNIDADE MANTIDA	un	Prevista	1	1	1	1	203.937	464.113	279.000	304.500
				Realizada	1				200.469	354.130		
				Variação %					-1,70	-23,70		
02.21.04.122.007.2.217	Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	SERVIDORES REMUNERADOS	un	Prevista	27	27	27	27	664.032	899.668	923.500	1.013.900
				Realizada	18				664.028	897.192		
				Variação %	-33,33					-0,28		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.21 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE PORTO VELHO
Programa: 044 - PORTO VELHO - PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO, ARQUEOLÓGICO E CULTURAL
Objetivo: Identificar, salvaguardar, revitalizar e promover o patrimônio histórico, artístico, arqueológico e cultural do Município.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
02.21.13.391.044.2.098	Identificação, Registro e Difusão de Bens Históricos, Artísticos, Arqueológicos e Culturais	BENS HISTÓRICOS, ARTÍSTICOS, ARQUEOLÓGICOS E CULTURAIS IDENTIFICADOS E MEMORIZADOS	%	Prevista	40	48	58	70	50.514	6.858	81.000	101.000
				Realizada					50.514	6.800		
				Variação %						-0,85		
02.21.13.391.044.1.223	Restauração e Preservação de Bens Imóveis do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Cultural	Bens imóveis restaurados e preservados	und	Prevista	1	1	1	1	14.280	37.800	28.000	39.000
				Realizada	2				14.280	37.800		
				Variação %	100,00							

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.21 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE PORTO VELHO
Programa: 047 - PRODUÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL
Objetivo: Difundir, promover e garantir as manifestações culturais, artísticas e folclóricas do Município.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
02.21.13.392.047.1.072	Construção, Ampliação, Reforma e Implantação de Espaços Culturais	OBRA EXECUTADA	un	Prevista	1	1	1	1		945.131	40.000	50.000
				Realizada	1							
				Variação %								
02.21.13.128.047.1.095	Formação de Agentes Culturais	AGENTES CULTURAIS FORMADOS	un	Prevista	30	30	30	30	12.504	15.200	95.000	105.000
				Realizada	86				12.504	15.200		
				Variação %	186,67							
02.21.13.392.047.1.195	Produções Fonográficas e Edição de Material Gráfico-Literário	MATERIAIS FONOGRÁFICOS E GRÁFICO-LITERÁRIOS PRODUZIDOS	un	Prevista	1	1	1	1	6.570	78.616	75.000	100.000
				Realizada	1				6.570	78.616		
				Variação %								
02.21.13.392.047.2.198	Promoção de Eventos Turísticos, Culturais, Artísticos e Folclóricos	Eventos realizados	un	Prevista	50	60	72	86	3.047.608	4.341.849	1.075.724	1.226.429
				Realizada	394				3.047.608	3.656.261		
				Variação %	688,00					-15,79		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 03.00 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM
Unidade Orçamentária: 03.01 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
03.01.04.124.007.2.001	Administração da Unidade	UNIDADE MANTIDA	un	Prevista	1	1	1	1	341.328	625.094	299.986	345.189
				Realizada	1	1			337.558	609.012		
				Variação %					-1,10	-2,57		
03.01.04.122.007.2.217	Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	PESSOAS REMUNERADAS	un	Prevista	1	1			4.907.221	6.485.650	5.452.400	5.986.100
				Realizada	1	1			4.907.221	6.464.224		
				Variação %						-0,33		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 04.00 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
Unidade Orçamentária: 04.01 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Objetivo: Promover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
04.01.03.122.007.2.001	Administração da Unidade	UNIDADE MANTIDA	un	Prevista	1	1	1	1	1.195.968	1.391.200	1.116.048	1.166.268
				Realizada	1	1			1.195.968	1.369.511		
				Variação %						-1,56		
04.01.03.122.007.2.217	Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	PESSOAS REMUNERADAS	un	Prevista	77	77	77	77	11.453.257	12.707.452	12.716.500	13.961.200
				Realizada	84	102			11.453.257	12.687.619		
				Variação %	9,09	32,47				-0,16		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 04.00 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
Unidade Orçamentária: 04.31 - FUNDO ORÇAMENTÁRIO ESPECIAL
Programa: 084 - APOIO À GESTÃO JURÍDICA
Objetivo: Promover estudos de assuntos juridicos relevantes de interesse do municipio

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
04.31.03.092.084.2.259	Coordenação e Manutenção das Atividades do Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Município	UNIDADES MANTIDAS	und	Prevista	1	1	1	1	162.250	644.410	543.292	625.158
				Realizada	1	1			162.250	103.855		
				Variação %						-83,88		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEMPLA
Unidade Orçamentária: 05.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
05.01.04.122.007.2.001	Administração da Unidade	UNIDADE MANTIDA	un	Prevista	1	1	1	1	665.803	527.127	1.257.895	1.455.133
				Realizada	1	1			657.903	510.105		
				Variação %					-1,19	-3,23		
05.01.04.128.007.1.050	Capacitação de Servidores Públicos Municipais	PESSOAS CAPACITADAS	un	Prevista	30	33	36	40	67.188	4.560	200.728	232.202
				Realizada	30	15			67.188	4.560		
				Variação %		-54,55						
05.01.04.122.007.1.069	Construção, Ampliação e Reforma de Bens Imóveis	OBRA EXECUTADA	un	Prevista	2	3	3	4	219.327	20.635	412.536	534.541
				Realizada	2	2			219.327	20.635		
				Variação %		-33,33						
05.01.04.122.007.2.217	Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	SERVIDORES REMUNERADOS	un	Prevista	73	78	83	88	3.448.106	3.902.405	4.015.500	4.408.600
				Realizada	73	75			3.448.106	3.893.199		
				Variação %		-3,85				-0,24		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEMPLA
Unidade Orçamentária: 05.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Programa: 033 - GESTÃO DAS POLÍTICAS DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
Objetivo: Assegurar a administração, gestão e a participação popular na elaboração, acompanhamento e avaliação do Planejamento e Orçamento municipal.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
05.01.04.121.033.1.053	Capacitação Popular e Técnico-Administrativa no Planejamento Participativo	CAPACITAÇÕES OFERECIDAS	un	Prevista	20	24	28	32			100.364	116.101
				Realizada	20	26						
				Variação %		8,33						
05.01.04.121.033.2.097	Gestão e Administração do Programa			Prevista						347.040	401.456	464.404
				Realizada								
				Variação %								
05.01.04.121.033.1.205	Realização de Eventos do Planejamento Participativo	Eventos realizados	und	Prevista	13	13	13	13	38.572	18.396	566.122	654.889
				Realizada	7	13			38.572	17.468		
				Variação %	-46,15					-5,05		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEMPLA
Unidade Orçamentária: 05.31 - FUNDO MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA
Programa: 014 - CIDADE ILUMINADA
Objetivo: Assegurar a iluminação de logradouros públicos do Município.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
05.31.15.452.014.2.168	Manutenção do Sistema de Iluminação Pública	SISTEMA MANTIDO	un	Prevista	1	1	1	1	4.773.772	5.383.490	5.392.767	5.804.497
				Realizada	1	1			4.773.772	5.336.964		
				Variação %						-0,86		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ
Unidade Orçamentária: 06.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
06.01.04.122.007.2.001	Administração da Unidade	UNIDADE MANTIDA	un	Prevista	1	1	1	1	2.219.641	3.014.257	3.694.351	7.401.008
				Realizada	1	1			2.219.641	2.957.680		
				Variação %						-1,88		
06.01.04.128.007.1.050	Capacitação de Servidores Públicos Municipais	SERVIDORES CAPACITADOS	un	Prevista	154	156	200	200	4.560	140.451	328.513	1.140.500
				Realizada	154	13			4.560	140.000		
				Variação %		-91,67				-0,32		
06.01.04.122.007.1.069	Construção, Ampliação e Reforma de Bens Imóveis	OBRA EXECUTADA	un	Prevista	1	1	1	1		149.765	220.000	800.000
				Realizada		1				149.765		
				Variação %								
06.01.04.122.007.2.217	Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	SERVIDORES REMUNERADOS	un	Prevista	209	240	250	260	14.582.280	16.608.492	16.069.000	17.641.800
				Realizada	209	169			14.582.280	16.520.766		
				Variação %		-29,58				-0,53		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ
Unidade Orçamentária: 06.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Programa: 032 - GESTÃO DA POLÍTICA TRIBUTÁRIA
Objetivo: Implantar e implementar as ações da política tributária do Município

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
06.01.04.122.032.2.113	Implantação e Implementação das Políticas de Arrecadação	ARRECADAÇÃO IMPLEMENTADA E IMPLANTADA	und	Prevista	1	1	1	1	52.000	1.531.265	317.900	460.000
				Realizada	0	1			52.000	1.531.265		
				Variação %	-77,00							
06.01.04.122.032.2.177	Modernização Administrativa e Tributária	ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA MODERNIZADA	und	Prevista	1	1	1	1		15.771.500	358.000	1.347.200
				Realizada								
				Variação %								

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
07.01.04.122.007.2.001	Administração da Unidade	UNIDADE MANTIDA	un	Prevista	1	1	1	1	754.807	854.864	2.613.325	2.559.588
				Realizada	1	1			601.148	838.597		
				Variação %					-20,36	-1,90		
07.01.04.122.007.2.002	Administração Geral das Unidades Administrativas da Prefeitura	UNIDADES ADMINISTRADAS	un	Prevista	18	18	18	18	22.988.759	26.213.593	28.733.666	33.083.280
				Realizada	18	18			22.411.965	26.207.384		
				Variação %					-2,51	-0,02		
07.01.04.122.007.2.042	Auxílio Alimentação ao Servidor	SERVIDORES BENEFICIADOS	un	Prevista	30	30	30	30	67.260	80.400	130.800	136.800
				Realizada	29	17			67.260	74.780		
				Variação %	-3,33	-43,33				-6,99		
07.01.04.331.007.2.044	Auxílio-Transporte a Servidores e Empregados	PESSOAS BENEFICIADAS	un	Prevista	6.378	6.380	6.400	6.450	4.401.665	5.085.348	3.706.552	3.907.536
				Realizada		5.131			4.399.830	5.079.876		
				Variação %		-19,58			-0,04	-0,11		
07.01.04.122.007.1.069	Construção, Ampliação e Reforma de Bens Imóveis	OBRA REALIZADA	%	Prevista	3	4	3	4	20.407.223		1.150.000	1.014.000
				Realizada	3				189.476			
				Variação %					-99,07			

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
07.01.04.122.007.2.121	Implementação de Ações de Informatização	AÇÕES REALIZADAS	und	Prevista	18	18	18	18	6.179.021	6.877.184	6.924.164	7.869.518
				Realizada	18	18			6.113.866	5.874.984		
				Variação %					-1,05	-14,57		
07.01.04.122.007.1.178	Modernização e Manutenção do Parque Gráfico Municipal	PARQUE GRÁFICO MODERNIZADO E MANTIDO	un	Prevista	1	1	1	1	134.793	102.096	1.034.789	2.411.170
				Realizada	1	1			134.793	102.096		
				Variação %								
07.01.04.122.007.2.217	Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	SERVIDORES REMUNERADOS	un	Prevista	9.577	9.585	9.590	9.600	9.517.010	15.853.714	11.228.455	12.327.494
				Realizada	9.577	9.585			9.517.010	15.793.375		
				Variação %						-0,38		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.11 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
07.11.09.122.007.2.001	Administração da Unidade	UNIDADE MANTIDA	und	Prevista	12	12	12	12	2.397.000	2.868.000	2.751.905	2.875.736
				Realizada		12			357.503	899.498		
				Variação %					-85,09	-68,64		
07.11.09.122.007.2.044	Auxílio-Transporte a Servidores e Empregados	SERVIDORES BENEFICIADOS	un	Prevista	12				120.000	171.000	131.043	136.940
				Realizada		17			58.696	66.543		
				Variação %					-51,09	-61,09		
07.11.09.122.007.1.069	Construção, Ampliação e Reforma de Bens Imóveis	OBRA EXECUTADA	m²	Prevista					730.000	1.750.000	797.178	834.852
				Realizada								
				Variação %								
07.11.09.126.007.2.121	Implementação de Ações de Informatização	AÇÕES IMPLEMENTADAS	un	Prevista	12	12	12	12	1.044.000	3.300.000	1.161.420	712.080
				Realizada		1			181.139	446.069		
				Variação %		-91,67			-82,65	-86,48		
07.11.09.122.007.1.204	Realização de Concurso Público	Concurso realizado	und	Prevista	1			1	70.000	150.000		70.000
				Realizada								
				Variação %								

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.11 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
07.11.09.122.007.2.217	Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	SERVIDORES REMUNERADOS	un	Prevista	12	12	12	12	2.860.100	4.138.493	3.531.600	3.896.100
				Realizada		33			2.379.632	2.842.474		
				Variação %		175,00			-16,80	-31,32		
07.11.09.122.007.2.301	Manutenção e Funcionamento do Conselho Municipal de Previdência - CMP	ÓRGÃO COLEGIADO MANTIDO	un	Prevista	12	12	12	12	287.200	327.000	204.420	263.612
				Realizada		12			74.563	77.377		
				Variação %					-74,04	-76,34		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.11 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
Programa: 012 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS AOS SEGURADOS E DEPENDENTES DO IPAM
Objetivo: Conceder benefícios aos segurados, dependentes, aposentados e pensionistas do IPAM.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
07.11.09.123.012.0.096	Fundo de Reserva para Previdência Social			Prevista					2.920.324	1.244.900	3.828.645	4.237.333
				Realizada								
				Variação %								
07.11.09.272.012.0.183	Pagamento de Aposentadorias, Pensões e Encargos Sociais	APOSENTADOS E PENSIONISTAS REMUNERADOS	un	Prevista	13	13	13	13	19.269.324	26.712.200	21.690.070	22.893.117
				Realizada		13			16.475.950	19.732.704		
				Variação %					-14,50	-26,13		
07.11.09.272.012.0.184	Pagamento de Auxílio Doença	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	un	Prevista	12	12	12	12	2.920.324	3.718.400	3.837.645	4.237.333
				Realizada		12			2.183.376	3.123.900		
				Variação %					-25,24	-15,99		
07.11.09.272.012.0.185	Pagamento de Auxílio Reclusão	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	un	Prevista	12	12	12	12	1.240.324	30.000	2.003.043	2.320.174
				Realizada		1			11.025	573		
				Variação %		-91,67			-99,11	-98,09		
07.11.09.272.012.0.187	Pagamento de Salário Maternidade	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	un	Prevista	12	12	12	12	3.570.324	1.811.932	4.547.461	4.969.091
				Realizada		12			1.244.581	1.490.472		
				Variação %					-65,14	-17,74		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.12 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalisticos.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
07.12.10.122.007.2.001	Administração da Unidade	UNIDADE MANTIDA	und	Prevista	1	1	1	1	1.334.216	1.783.400	2.281.832	2.368.928
				Realizada	1	1			1.264.083	1.661.130		
				Variação %					-5,26	-6,86		
07.12.10.122.007.1.013	Aquisição de Bens Imóveis	IMÓVEIS ADQUIRIDOS	un	Prevista	1	1	1	1			21.840	22.823
				Realizada								
				Variação %								
07.12.10.331.007.2.044	Auxílio-Transporte a Servidores e Empregados	SERVIDORES BENEFICIADOS	PESSOAS	Prevista	12	12	12	12	86.660	98.000	99.000	103.464
				Realizada	60	28			86.552	92.459		
				Variação %	400,00	133,33			-0,13	-5,65		
07.12.10.122.007.1.069	Construção, Ampliação e Reforma de Bens Imóveis	CONSTRUÇÕES REALIZADAS	m²	Prevista	100	350	350	350	122.474	42.000	395.000	50.000
				Realizada	200				122.384	40.000		
				Variação %	100,00				-0,07	-4,76		
07.12.10.126.007.2.121	Implementação de Ações de Informatização	AÇÕES IMPLEMENTADAS	und	Prevista	1	1	1	1	797.098	815.000	906.612	948.324
				Realizada		1			795.995	804.805		
				Variação %					-0,14	-1,25		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.12 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalisticos.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
07.12.10.122.007.1.204	Realização de Concurso Público	Concurso realizado	und	Prevista	1							
				Realizada								
				Variação %								
07.12.10.122.007.2.217	Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	SERVIDORES REMUNERADO	und	Prevista	1	1	1	1	2.296.350	2.415.528	3.262.800	3.599.600
				Realizada	60	1			2.285.796	2.370.262		
				Variação %	5.900,00				-0,46	-1,87		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.12 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE
Programa: 011 - BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A SEGURADOS E DEPENDENTES DO IPAM
Objetivo: Oferecer aos segurados e dependentes do IPAM atendimento hospitalar, laboratorial, ambulatorial, odontológico e auxílio funeral

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
07.12.10.302.011.2.039	Atendimento Hospitalar, Laboratorial e Ambulatorial	ATENDIMENTO REALIZADO	und	Prevista	177.780	186.000	194.370	203.116	16.191.055	20.009.341	12.677.737	13.471.928
				Realizada	187.330	112.783			16.136.723	19.974.475		
				Variação %	5,37	-39,36			-0,34	-0,17		
07.12.10.303.011.2.040	Atendimento Odontológico	PROCEDIMENTOS REALIZADOS	und	Prevista	29.469	30.796	32.200	33.650	602.000	605.450	610.400	637.350
				Realizada	48.468	52.659			601.531	601.531		
				Variação %	64,47	70,99			-0,08	-0,65		
07.12.08.846.011.2.043	Auxílio Funeral	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	und	Prevista	24	24	24	24	59.580	80.000	36.575	38.220
				Realizada	29	35			44.370	57.105		
				Variação %	20,83	45,83			-25,53	-28,62		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.31 - FUNDAÇÃO ESCOLA DO SERVIDOR PÚBLICO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
07.31.04.122.007.2.001	Administração da Unidade	UNIDADE MANTIDA	un	Prevista	1	1	1	1	60.077	159.175	38.859	40.619
				Realizada	1	1			59.814	150.210		
				Variação %					-0,44	-5,63		
07.31.04.122.007.2.217	Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	SERVIDORES BENEFICIADOS	un	Prevista	8	8	8	8	181.459	212.669	224.700	246.700
				Realizada	8	7			181.459	212.346		
				Variação %		-12,50				-0,15		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.31 - FUNDAÇÃO ESCOLA DO SERVIDOR PÚBLICO
Programa: 031 - GESTÃO DA POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS
Objetivo: Assegurar a qualificação profissional e pessoal dos servidores municipais e os serviços de qualidade aos usuários do serviço público municipal.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
07.31.04.128.031.1.050	Capacitação de Servidores Públicos Municipais	SERVIDORES CAPACITADOS	un	Prevista	1.779	1.941	2.102	2.264	231.259	568.553	291.267	350.885
				Realizada	1.792	1.186			231.259	499.044		
				Variação %	0,73	-38,90				-12,23		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
08.31.10.122.007.2.001	Administração da Unidade	UNIDADE MANTIDA	un	Prevista	1	1	1	1	11.729.838	11.779.965	9.734.964	10.940.944
				Realizada	1	1			11.227.274	11.388.397		
				Variação %					-4,28	-3,32		
08.31.04.122.007.2.042	Auxílio Alimentação ao Servidor	SERVIDORES BENEFICIADOS	un	Prevista	12	12	12	12	39.480	48.770	75.264	78.650
				Realizada	12	12			39.480	31.757		
				Variação %						-34,88		
08.31.10.331.007.2.044	Auxílio-Transporte a Servidores e Empregados	SERVIDORES BENEFICIADOS	un	Prevista	1.665	1.740	1.818	1.900	3.542.289	4.087.083	2.815.093	3.022.294
				Realizada	1.665	2.177			3.542.289	4.067.135		
				Variação %		25,11				-0,49		
08.31.04.128.007.1.054	Capacitação Profissional de Pessoal do Sistema de Saúde	PROFISSIONAIS CAPACITADOS	und	Prevista	200	200	200	200	88.756	206.938	109.202	114.117
				Realizada	60	200			56.961	204.361		
				Variação %	-70,00				-35,82	-1,25		
08.31.10.122.007.2.217	Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	PESSOAS REMUNERADAS	un	Prevista	2.561	2.676	2.797	2.923	75.722.459	99.612.427	76.724.486	86.250.478
				Realizada	2.969	3.405			74.866.384	99.383.702		
				Variação %	15,93	27,24			-1,13	-0,23		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 009 - ASSISTÊNCIA BÁSICA DE SAÚDE
Objetivo: Fortalecer e expandir a estratégia de saúde da família - ESF e Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS na atenção básica à saúde no Município de Porto Velho

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
08.31.10.303.009.2.024	Aquisição de Medicação Básica	ITENS DE MEDICAÇÃO ADQUIRIDA	und	Prevista	72	79	82	90	2.924.755	3.304.998	3.054.208	3.160.423
				Realizada	72	79			2.378.248	2.244.853		
				Variação %					-18,69	-32,08		
08.31.10.301.009.1.070	Construção, Ampliação e Reforma de Unidades de Saúde	UNIDADES CONSTRUÍDAS, REFORMADAS OU AMPLIADAS	und	Prevista	12	12			2.536.135	3.624.556		
				Realizada	9	8			2.201.535	2.879.527		
				Variação %	-25,00	-33,33			-13,19	-20,56		
08.31.10.301.009.2.149	Manutenção das Unidade Básicas de Saúde	UNIDADES MANTIDAS	%	Prevista	100	100	100	100	2.630.953	3.086.578	1.900.124	1.985.629
				Realizada	100	80			2.383.699	2.880.100		
				Variação %		-20,00			-9,40	-6,69		
08.31.10.301.009.2.400	Expansão de unidades de saúde da família	UNIDADES COM ESF EXPANDIDAS	und	Prevista	10	4	2	2	6.868.710	9.577.936	8.245.566	8.780.298
				Realizada	9	4			6.534.723	7.948.880		
				Variação %	-10,00				-4,86	-17,01		
08.31.10.301.009.1.401	Execução do projeto SIS-FRONTEIRA	PROJETO EXECUTADO	%	Prevista	100	100	100	100	1.139.916	503.080	529.632	553.465
				Realizada	70	70			439.066	276.332		
				Variação %	-30,00	-30,00			-61,48	-45,07		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 009 - ASSISTÊNCIA BÁSICA DE SAÚDE
Objetivo: Fortalecer e expandir a estratégia de saúde da família - ESF e Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS na atenção básica à saúde no Município de Porto Velho

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
08.31.10.301.009.1.402	Aparelhamento das unidades de saúde	UNIDADES DE SAÚDE APARELHADAS	und	Prevista	12	4	4	4	7.974	5.714.368	565.297	565.297
				Realizada	9	4			7.974	2.020.989		
				Variação %	-25,00					-64,63		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 017 - CONTROLE DE ZOONOSES
Objetivo: Controlar as zoonoses e reduzir a densidade vetorial

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
08.31.10.305.017.2.437	Manutenção das Atividades de Controle de População Animal (Campanhas, Remoções, Capturas, Observações Clínicas e Coletas)	ATIVIDADES MANTIDAS	%	Prevista	85	85	90	90	190.000	301.931	81.902	85.587
				Realizada		85			108.186	229.514		
				Variação %					-43,06	-23,98		
08.31.10.305.017.2.438	Manutenção das Atividades de Controle Vetorial (Visita Domiciliar, Borrifação Residual, Espacial, Coleta Larvaria, Identifiacação e Tratamento de Criadouros)	ATIVIDADES MANTIDAS	%	Prevista	10	12	15	15	2.405.000	3.749.586	2.047.548	2.139.687
				Realizada		12			2.138.301	3.295.467		
				Variação %					-11,09	-12,11		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 067 - SAÚDE BUCAL
Objetivo: Expandir o número de ESB na estratégia da saúde da família, aumentando a oferta de consultas para tratamento odontológico curativo e ampliação maciça do acesso a escovação dental supervisionada com dentifrício fluoretado, buscando uma significante redução do índice de CPOD.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
08.31.10.303.067.2.041	Atendimento Preventivo e Curativo da Saúde Bucal do Usuário	USUÁRIO ATENDIDO	und	Prevista	2.689	2.689	2.689	2.689	794.198	1.008.489	1.046.291	1.093.374
				Realizada	22.201	26.805			660.371	498.946		
				Variação %	725,62	896,84			-16,85	-50,53		
08.31.10.303.067.2.395	Manutenção dos centros de especialidades odontológicas	CENTROS MANTIDOS	und	Prevista	3	3	3	3	259.235	355.401	399.338	417.309
				Realizada	3	3			134.004	100.444		
				Variação %					-48,31	-71,74		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 076 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA
Objetivo: Expandir as inspeções sanitárias para manter o controle da qualidade dos produtos e serviços de interesse da saúde coletiva.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
08.31.10.304.076.2.090	Fiscalização e Inspeção Sanitária	AÇÃO FISCAL REALIZADA	un	Prevista	276	326	427	527	469.515	620.012	162.182	169.480
				Realizada	193	326			276.282	287.092		
				Variação %	-30,07				-41,16	-53,70		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 079 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL
Objetivo: Controlar doenças e agravos de maior magnitude no Município de Porto Velho.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
08.31.10.305.079.2.240	Prevenção e Controle das Doenças Imunopreveníveis	METAS VACINAIS ATINGIDAS	%	Prevista	95	95	95	95	631.774	327.432	371.427	388.141
				Realizada	95	98			544.285	276.594		
				Variação %		3,16			-13,85	-15,53		
08.31.10.305.079.2.243	Controle de Doenças e Agravos não Transmissíveis	CONTROLE REALIZADO	%	Prevista	50	50	50	50	202.000	204.132	220.589	230.516
				Realizada	29	50			75.411	123.725		
				Variação %	-41,76				-62,67	-39,39		
08.31.10.305.079.2.393	Controle de doenças sexualmente transmissíveis	POPULAÇÃO ASSISTIDA	%	Prevista	80	80	80	80	412.327	433.284	268.374	280.449
				Realizada	3	80			351.132	238.146		
				Variação %	-95,75				-14,84	-45,04		
08.31.10.305.079.2.394	Controle das Doenças Respiratório	POPULAÇÃO ASSISTIDA	%	Prevista	80	80	80	80	40.450	92.400	44.172	46.161
				Realizada	67	70			17.835	32.446		
				Variação %	-16,50	-12,50			-55,91	-64,89		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 119 - MATERNIDADE
Objetivo: Melhorar a qualidade dos serviços executados pela Maternidade, ampliar e modernizar o espaço físico.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
08.31.10.302.119.1.070	Construção, Ampliação e Reforma de Unidades de Saúde	OBRA REALIZADA	und	Prevista	1	1	1	1	189.068	153.815	350.540	366.314
				Realizada	1	1			189.068	152.415		
				Variação %						-0,91		
08.31.10.302.119.2.396	Manutenção de Maternidade Pública Municipal	MATERNIDADE MANTIDA	und	Prevista	1	1	1	1	4.119.048	5.617.060	4.247.978	4.439.136
				Realizada	1	1			4.059.368	4.615.757		
				Variação %					-1,45	-17,83		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 120 - EDUCAÇÃO EM SAÚDE E CONTROLE SOCIAL NO SUS
Objetivo: Promover ações de educação a saúde da população e controle social no SUS

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
08.31.10.128.120.2.397	Capacitações para o processo de formação de conselheiros	CONSELHEIROS CAPACITADOS	und	Prevista	21	21	21	21	60.000	73.080	76.442	79.882
				Realizada					16.096	15.191		
				Variação %					-73,17	-79,21		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 122 - APOIO AO DIAGNÓSTICO EM SAÚDE
Objetivo: Expandir a rede laboratorial e de diagnóstico do Município de Porto Velho

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
08.31.10.302.122.2.399	Manutenção da rede diagnóstica laboratorial e por imagem nas unidades de saúde	UNIDADES DE DIAGNÓSTICO MANTIDAS	und	Prevista	15	19	19	19	3.631.975	3.840.229	2.762.387	2.886.694
				Realizada	46	22			3.214.223	3.485.834		
				Variação %	206,67	15,79			-11,50	-9,23		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 123 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR
Objetivo: Oferecer serviços com qualidade e resolutividade de média complexidade a população como suporte as ações de atenção básica

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
08.31.10.302.123.1.070	Construção, Ampliação e Reforma de Unidades de Saúde	UNIDADES CONSTRUÍDAS	und	Prevista	3				11.361.923	4.068.042		
				Realizada	3	3			11.252.520	356.197		
				Variação %					-0,96	-91,24		
08.31.10.302.123.2.403	Manutenção das unidades de pronto atendimento-UPAS	UPAS ATENDIDAS	und	Prevista	4	7	7	7	586.698	2.489.696	6.149.113	6.425.824
				Realizada	4	5			503.083	896.109		
				Variação %		-28,57			-14,25	-64,01		
08.31.10.302.123.2.404	Expansão e manutenção de serviço de atendimento móvel de urgência	SAMU	und	Prevista	7	7	7	7	2.467.320	2.902.793	2.427.065	2.536.283
				Realizada	7	4			1.866.708	2.408.802		
				Variação %		-42,86			-24,34	-17,02		
08.31.10.302.123.2.405	Manutenção do centro de referência de especialidades médicas	CENTRO MANTIDO	und	Prevista	1	1	1	1	26.100	1.398.932	1.393.936	1.488.914
				Realizada	1	1			26.100	655.189		
				Variação %						-53,17		
08.31.10.302.123.2.406	Manutenção do centro de apoio psicossocial	CENTRO MANTIDO	und	Prevista	2	2	2	2	61.749	448.578	191.716	200.343
				Realizada	2	2			61.749	157.645		
				Variação %						-64,86		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 124 - ATENÇÃO AOS PROGRAMAS ESTRATÉGICOS
Objetivo: Ampliar a cobertura das ações de promoção a saúde e assistenciais a clientelas específicas atendendo as prioridades de atenção do Plano de Ação Municipal, Estadual e Federal.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
08.31.10.302.124.2.408	Capacitação de Profissionais do Sistema Único de Saúde nas áreas Estratégicas.	PROFISSIONAIS CAPACITADOS	und	Prevista	300	300	300	300	2.946	292	22.932	23.965
				Realizada	82	300			2.946	170		
				Variação %	-72,73					-41,78		
08.31.10.302.124.2.409	Manutenção de Programas Estratégicos (Hiperdia, Carência Nutricional,...)	PROGRAMAS MANTIDOS	und	Prevista	5	5	5	5	662.878	784.192	53.508	55.917
				Realizada	4	5			317.763	212.928		
				Variação %	-20,00				-52,06	-72,85		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 125 - CONTROLE, REGULAÇÃO E AUDITORIA DO SUS
Objetivo: Organizar o acesso dos usuários ao SUS, de acordo com suas necessidades de saúde, a oferta dos serviços existentes concomitante com ações de controle e avaliação

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
08.31.10.128.125.1.054	Capacitação Profissional de Pessoal do Sistema de Saúde	PROFISSIONAIS CAPACITADOS	und	Prevista	40	40	40	40			43.681	45.647
				Realizada	75	150						
				Variação %	87,50	275,00						
08.31.10.126.125.2.407	Implementação do sistema de regulação do SUS	SISTEMA IMPLEMENTADO	und	Prevista	1	1	1	1	113.757	35.142	81.902	85.587
				Realizada	1	1			73.244	31.432		
				Variação %					-35,61	-10,56		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 126 - FARMÁCIA POPULAR
Objetivo: Oferecer a população de Porto Velho medicamentos essênciais a baixo custo

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
08.31.10.303.126.2.144	Manutenção da Farmácia Popular	UNIDADES MANTIDAS	und	Prevista	2	2	2	2	250.800	261.548	273.880	286.204
				Realizada	2	2			119.931	213.080		
				Variação %					-52,18	-18,53		
08.31.10.303.126.1.410	Instalação de farmácias populares	FARMÁCIAS INSTALADAS	und	Prevista		1		1				50.000
				Realizada								
				Variação %								

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 127 - SAÚDE DA MULHER E DA CRIANÇA
Objetivo: Reduzir a mortalidade materna em 30% e a infantil em 15% até o ano de 2013 e reduzir em 30% o indicador de gestação na adolescência.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
08.31.10.128.127.1.413	Capacitação Profissional de Pessoal do Sistema de Saúde	PROFISSIONAIS CAPACITADOS	und	Prevista	30	30	30	30		7.909	32.760	34.234
				Realizada		92				6.474		
				Variação %		206,67				-18,14		
08.31.10.301.127.2.414	Assistência a gestante no período pré-natal e a criança no período neonatal, infantil e adolescentes	Clientela Assistida	%	Prevista	70	70	70	70	130.230	168.502	163.805	171.175
				Realizada	49	92			69.740	138.883		
				Variação %	-29,86	31,43			-46,45	-17,58		
08.31.10.301.127.2.415	Assistência ao Planejamento Familiar	População feminina em idade fértil assistida	%	Prevista	60	60	70	70	1.000	48.415	116.301	121.534
				Realizada	15	60			1.000	21.178		
				Variação %	-74,50					-56,26		
08.31.10.301.127.2.416	Atendimento de rotina de prevenção do Câncer Uterino e de mama	POPULAÇÃO FEMININA ASSISTIDA	%	Prevista	30	30	30	30	21.074	44.136	76.443	79.881
				Realizada	49	60			6.150	17.642		
				Variação %	63,67	100,00			-70,82	-60,03		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
09.01.12.122.007.2.001	Administração da Unidade	UNIDADE MANTIDA	und	Prevista	1	1	1	1	6.965.602	9.903.276	7.270.573	8.720.327
				Realizada	1	1			6.703.475	9.364.142		
				Variação %					-3,76	-5,44		
09.01.12.306.007.2.042	Auxílio Alimentação ao Servidor	SERVIDORES BENEFICIADOS	und	Prevista	3	3	4	4	10.148	10.080	9.828	10.270
				Realizada	3	3			10.148	10.080		
				Variação %								
09.01.12.331.007.2.044	Auxílio-Transporte a Servidores e Empregados	SERVIDORES BENEFICIADOS	und	Prevista	4.000	4.000	4.000	4.000	419.734	425.037	503.145	607.153
				Realizada	4.000	4.000			419.734	418.962		
				Variação %						-1,43		
09.01.12.122.007.2.261	Remuneração e Encargos Sociais de Pessoal Ocupado em Atividades de Apoio de Técnico-Administrativo	SERVIDORES REMUNERADOS	und	Prevista	1	1	1	1	10.152.294	15.108.354	10.007.375	10.351.470
				Realizada		271			10.138.038	15.107.950		
				Variação %		27.000,00			-0,14			
09.01.12.122.007.1.264	Construção, Expansão e Reforma de Unidades Administrativas	UNIDADES CONSTRUIDAS, AMPLIADAS OU RECUPERADAS	m²	Prevista	2.125	833	758	942	446.123	2.186.948	1.360.347	1.641.633
				Realizada	2.000	2.126			334.102	1.184.976		
				Variação %	-5,88	155,22			-25,11	-45,82		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
09.01.12.126.007.2.372	Modernização dos serviços de informatização da unidade	UNIDADE INFORMATIZADA	und	Prevista	1	1	1	1	731.693	310.221	226.498	264.776
				Realizada	1	1			636.107	310.221		
				Variação %					-13,06			
09.01.12.122.007.2.373	Manutenção da biblioteca municipal	BIBLIOTECAS MANTIDAS	und	Prevista	1	2	2	2	190.388	279.901	61.589	64.359
				Realizada	1	80			172.829	271.198		
				Variação %		3.900,00			-9,22	-3,11		
09.01.12.392.007.2.374	Manutenção da escola de música	ESCOLAS DE MÚSICA MANTIDAS	und	Prevista	1	2	2	2	61.400	42.221	62.681	65.500
				Realizada	1	2			19.531	35.199		
				Variação %					-68,19	-16,63		
09.01.12.122.007.2.375	Contratação de estagiários para atender os programas da SEMED	ESTAGIÁRIOS CONTRATADOS	und	Prevista	75	75	75	75	406.308	172.448	517.471	641.010
				Realizada		104			406.308	172.448		
				Variação %		38,67						

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 020 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
Objetivo: Proporcionar a elevação do grau de escolaridade visando a conclusão do ensino fundamental; integrada a qualificação profissional voltada a estimular a inserção produtiva cidadã, o desenvolvimento de ações comunitárias com práticas de ações solidárias.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
09.01.12.366.020.2.012	Apoio às Ações de Programas de Inclusão de Jovens e Adultos	ALUNOS ATENDIDOS	und	Prevista	9.004	9.024	9.034	9.034	1.151.212	230.187	588.353	635.152
				Realizada	4.555	9.478			1.105.425	230.187		
				Variação %	-49,41	5,03			-3,98			
09.01.12.366.020.2.020	Aquisição de Material Didático para Distribuição a Alunos	ALUNOS ATENDIDOS	und	Prevista	10.611	11.355	12.149	12.999	403.196		519.110	329.253
				Realizada	9.024	10.248			137.280			
				Variação %	-14,96	-9,75			-65,95			
09.01.12.366.020.2.021	Aquisição de Material Didático para Professor	PROFESSORES ATENDIDOS	KIT	Prevista	603	603	603	603	105.768		63.027	65.861
				Realizada		603						
				Variação %								
09.01.12.366.020.2.044	Auxílio-Transporte a Servidores e Empregados	PESSOAS BENEFICIADAS	un	Prevista						19.848		
				Realizada						19.848		
				Variação %								
09.01.12.366.020.2.222	Remuneração e Encargos Sociais de Profissionais do Magistério da Educação Básica em Efetivo Exercício na Rede Pública	SERVIDORES REMUNERADOS	und	Prevista	57.719	60.315	62.994	65.826	1.155.825	1.014.742	814.734	917.731
				Realizada					1.128.958	459.302		
				Variação %					-2,32	-54,74		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 020 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
Objetivo: Proporcionar a elevação do grau de escolaridade visando a conclusão do ensino fundamental; integrada a qualificação profissional voltada a estimular a inserção produtiva cidadã, o desenvolvimento de ações comunitárias com práticas de ações solidárias.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
09.01.12.366.020.0.231	Transferências de Recursos Destinados às Escolas - Proafem	ESCOLAS ATENDIDAS	und	Prevista	5.304	5.676	6.073	6.498	165.528	601.898	208.515	217.898
				Realizada	4.555	4.399			165.528	601.898		
				Variação %	-14,12	-22,50						

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 021 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL
Objetivo: Proporcionar condições de acesso e permanência aos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino, por meio de um processo educacional definido por uma proposta pedagógica, que assegure recursos e serviços educacionais.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
09.01.12.367.021.2.128	Implementação de Salas de Recursos	SALAS IMPLEMENTADAS	un	Prevista	5	5	5	5	25.400		48.811	60.462
				Realizada	5	37			25.400			
				Variação %		640,00						
09.01.12.367.021.1.340	Construção e Reforma de Salas de Recursos Multifuncionais	SALAS CONSTRUÍDAS E/OU REFORMADAS	und	Prevista	2	2	2	2	45.634		150.811	186.815
				Realizada	1	2			45.634			
				Variação %	-50,00							
09.01.12.367.021.2.341	Assessoramento técnico-pedagógico às escolas do campo	ESCOLAS ASSESSORADAS	und	Prevista	45	55	65	75	1.921	4.762	17.019	21.081
				Realizada	10	40			1.921	4.762		
				Variação %	-77,78	-27,27						

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 108 - INTEGRANDO SABERES - EDUCAÇÃO INTEGRAL
Objetivo: Aumentar o atendimento gradativo dos alunos do Ensino Fundamental na Educação Integral

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
09.01.12.361.108.2.097	Gestão e Administração do Programa	PROGRAMA MANTIDO	und	Prevista	1	1	1	1			72.767	90.138
				Realizada		1						
				Variação %								
09.01.12.361.108.2.317	Aquisição de Kit Esportivo e Recreativo para atividades de Educação Física e da Educação Integral nas Escolas da Rede Municipal.	ESCOLAS ATENDIDAS	und	Prevista	35	35	35	35		95.987	94.556	117.130
				Realizada		110				95.987		
				Variação %		214,29						
09.01.12.361.108.2.318	Implementação das atividades de Natação para todos da Educação Integral.	ESCOLAS ATENDIDAS	und	Prevista	3	4	5	6	51.546	87.363	198.389	231.741
				Realizada	3	6				87.363		
				Variação %		50,00						
09.01.12.361.108.2.319	Remuneração e Encargos Sociais de Profissionais do Magistério para atuar no Programa Segundo Tempo	PROFISSIONAIS REMUNERADOS	und	Prevista	10	12	14	16			117.409	145.438
				Realizada								
				Variação %								
09.01.12.361.108.2.320	Aquisição de uniformes (Camisetas, Shorts e Coletes) para alunos da Educação Integral - Contraturno	ALUNOS ATENDIDOS	und	Prevista	16.200	17.334	18.547	19.845		43.572	102.438	126.894
				Realizada		9.000				43.572		
				Variação %		-48,08						

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 108 - INTEGRANDO SABERES - EDUCAÇÃO INTEGRAL
Objetivo: Aumentar o atendimento gradativo dos alunos do Ensino Fundamental na Educação Integral

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
09.01.12.361.108.2.321	Realização de Amostras Pedagógicas, Culturais e Esportivas da Educação de tempo Integral	ALUNOS ATENDIDOS	und	Prevista	800	800	800	800			21.179	26.233
				Realizada		300						
				Variação %		-62,50						
09.01.12.361.108.2.322	Implementação de Arte e Cultura	ESCOLAS ATENDIDAS	und	Prevista	4	4	4	5	11.380	39.448	130.439	136.306
				Realizada	4	4			11.380	37.946		
				Variação %						-3,81		
09.01.12.361.108.2.323	Acompanhamento Técnico Pedagógico da Educação Integral	VISITAS TÉCNICAS REALIZADAS	und	Prevista	26	26	26	26	9.160	18.933	41.289	51.146
				Realizada	26	26			9.160	18.933		
				Variação %								

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 110 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
Objetivo: Adquirir gêneros alimentícios para a melhoria da qualidade da alimentação escolar a alunos da educação básica.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
09.01.12.306.110.2.339	Aquisição de gêneros alimentícios para confecção de alimentação escolar	ALUNOS ATENDIDOS	und	Prevista	55.893	59.327	63.017	66.986	4.897.065	5.246.891	5.788.650	6.497.187
				Realizada		66.234			4.897.065	5.246.891		
				Variação %		11,64						

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 111 - TRANSPORTE ESCOLAR
Objetivo: Atender com transporte escolar alunos que residem distante de suas Unidades Escolares.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
09.01.12.361.111.2.342 Transporte escolar para alunos	ALUNOS ATENDIDOS	und	Prevista	9.782	10.466	11.198	11.981	12.415.432	19.807.057	15.518.095	18.153.687
			Realizada	9.782	8.500			12.245.588	19.805.314		
			Variação %		-18,78			-1,37	-0,01		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 112 - FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO
Objetivo: Ampliar a oferta de formação inicial e continuada dos profissionais da educação.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
09.01.12.128.112.1.343	Formação inicial dos professores do ensino fundamental / Profissionais habilitados	PROFISSIONAIS CAPACITADOS	und	Prevista	140	140	140	140	27.441	15.666	57.840	71.649
				Realizada	90	140			27.441	15.666		
				Variação %	-35,71							
09.01.12.128.112.1.344	Formação continuada dos professores e gestores(coordenador pedagógico, orientador, diretor e vice-diretor) do ensino fundamental	PROFISSIONAIS CAPACITADOS	und	Prevista	2.317	2.317	2.317	2.317	177.928	173.752	531.467	658.342
				Realizada	2.317	2.317			177.928	173.752		
				Variação %								
09.01.12.128.112.1.345	Formação continuada dos professores e gestores(coordenador pedagógico, orientador, diretor e vice-diretor) da educação infantil	PROFISSIONAIS CAPACITADOS	und	Prevista	350	350	350	350		49.760	142.543	176.573
				Realizada		350				49.760		
				Variação %								
09.01.12.128.112.1.346	Formação continuada dos professores e gestores(coordenador pedagógico, orientador, diretor e vice-diretor) da educação de jovens e adultos	PROFISSIONAIS CAPACITADOS	und	Prevista	320	320	320	320		45.299	144.990	179.421
				Realizada		320				45.299		
				Variação %								
09.01.12.128.112.1.347	Formação continuada dos professores e gestores(coordenador pedagógico, orientador, diretor e vice-diretor) da educação especial.	PROFISSIONAIS CAPACITADOS	und	Prevista	596	596	596	596	185.559	188.911	285.373	329.627
				Realizada	340	596			73.313	133.373		
				Variação %	-42,95				-60,49	-29,40		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 112 - FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO
Objetivo: Ampliar a oferta de formação inicial e continuada dos profissionais da educação.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
09.01.12.128.112.1.348	Formação continuada dos profissionais da escola - técnicos administrativos.	PROFISSIONAIS CAPACITADOS	und	Prevista	900	941	983	1.027	3.126	26.782	63.697	78.902
				Realizada		21				26.782		
				Variação %		-97,77						

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 113 - VIVA A INFÂNCIA
Objetivo: Ampliar o atendimento em educação da população de 0 a 5 anos, em creche e pré-escola.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
09.01.12.365.113.2.020	Aquisição de Material Didático para Distribuição a Alunos	ALUNOS ATENDIDOS	und	Prevista	10.160	11.425	12.841	13.667		99.845	78.799	97.611
				Realizada		11.425				99.845		
				Variação %								
09.01.12.365.113.2.022	Aquisição de Material Didático-Pedagógico Destinado às Escolas	ESCOLAS ATENDIDAS	und	Prevista	15	18	21	24	160.664	98.927	126.078	156.177
				Realizada		18			159.089	98.927		
				Variação %					-0,98			
09.01.12.365.113.2.025	Aquisição de Mobiliário e Equipamentos para Escolas	ESCOLAS ATENDIDAS	und	Prevista	15	18	21	24		37.642	157.597	195.221
				Realizada		18				37.642		
				Variação %								
09.01.12.243.113.2.027	Aquisição de Uniformes Escolares para Distribuição a Alunos	ALUNOS ATENDIDOS	und	Prevista	10.160	11.425	12.841	13.667	215.427	96.856	87.362	91.293
				Realizada		11.425			215.427	96.856		
				Variação %								
09.01.12.365.113.2.044	Auxílio-Transporte a Servidores e Empregados	SERVIDORES BENEFICIADOS	und	Prevista	326	336	346	356	459.327	536.943	798.607	989.263
				Realizada		404			459.327	536.943		
				Variação %		20,24						

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 113 - VIVA A INFÂNCIA
Objetivo: Ampliar o atendimento em educação da população de 0 a 5 anos, em creche e pré-escola.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
09.01.12.365.113.2.157	Manutenção de Serviços das Unidades Administrativas da Rede Municipal de Ensino	UNIDADES ATENDIDAS	escolas	Prevista	15	18	21	24	60.000	307.381	78.799	97.611
				Realizada		36			60.000	307.381		
				Variação %		100,00						
09.01.12.365.113.2.222	Remuneração e Encargos Sociais de Profissionais do Magistério da Educação Básica em Efetivo Exercício na Rede Pública	SERVIDORES REMUNERADAS	und	Prevista	240	247	254	262	5.343.224	6.371.881	9.580.466	11.015.139
				Realizada		244			5.343.134	6.371.881		
				Variação %		-1,21						
09.01.12.365.113.0.231	Transferências de Recursos Destinados às Escolas - Proafem	ALUNOS ATENDIDOS	und	Prevista	10.160	11.425	12.841	13.667	384.534	1.132.571	362.474	449.010
				Realizada		9.862			384.534	1.132.571		
				Variação %		-13,68						
09.01.12.365.113.0.232	Transferências de Recursos Destinados às Escolas - Proafinc	ESCOLAS BENEFICIADAS	und	Prevista	43	45	48	50	585.000	435.000	1.055.680	1.307.709
				Realizada	28	21			585.000	435.000		
				Variação %	-34,88	-53,33						
09.01.12.365.113.1.251	Construção, Expansão e Reforma de Unidades de Ensino	unidades construidas ou reformadas	und	Prevista	13	13	10	11	2.671.691	11.057.153	7.646.752	8.398.194
				Realizada		11			1.692.814	5.558.054		
				Variação %		-15,38			-36,64	-49,73		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 113 - VIVA A INFÂNCIA
Objetivo: Ampliar o atendimento em educação da população de 0 a 5 anos, em creche e pré-escola.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
09.01.12.813.113.1.253	Realização de Eventos Recreativos	Eventos realizados	und	Prevista	2	2	2	2			27.300	28.528
				Realizada								
				Variação %								
09.01.12.365.113.2.261	Remuneração e Encargos Sociais de Pessoal Ocupado em Atividades de Apoio de Técnico-Administrativo	SERVIDORES REMUNERADOS	und	Prevista	125	128	132	136	2.022.870	2.830.874	1.525.557	1.594.206
				Realizada		160			2.022.870	2.830.874		
				Variação %		25,00						
09.01.12.365.113.2.352	Assessoramento pedagógico às escolas de educação infantil	ESCOLAS ASSESSORADAS	und	Prevista	15	18	21	24	4.103	1.139	48.865	60.527
				Realizada	30	32			4.103	1.139		
				Variação %	100,00	77,78						
09.01.12.365.113.1.353	Premiação de escolas e profissionais de educação por práticas exitosas	premios concedidos	und	Prevista	6	6	6	6		48.600	23.639	29.283
				Realizada						43.200		
				Variação %						-11,11		
09.01.12.365.113.2.354	Aquisição de materiais para recreação destinados as escolas	ESCOLAS ATENDIDAS	escolas	Prevista	15	18	21	24			20.971	25.976
				Realizada								
				Variação %								

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 116 - SAÚDE ESCOLAR
Objetivo: Aumentar o nível de atendimento à saúde do educando, promovendo ações de prevenção, identificação e correção de problemas visuais, bucais, de saúde geral e a formação continuada de agentes multiplicadores, visando à melhoria do processo ensino-aprendizagem.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
09.01.12.303.116.1.015	Aquisição de Gabinetes e Instrumentais Odontológicos	ESCOLAS ATENDIDAS	und	Prevista	10	11	12	13	27.703	25.030	50.552	52.826
				Realizada	10	9			17.780	24.146		
				Variação %		-18,18			-35,82	-3,53		
09.01.12.303.116.2.019	Aquisição de Material de Higiene Bucal e Prevenção à Cárie no Atendimento a Alunos	ALUNOS ATENDIDOS	und	Prevista	45.149	48.578	52.175	56.088	57.094	52.980	109.202	114.116
				Realizada	45.149	40.000			57.094	52.980		
				Variação %		-17,66						
09.01.12.303.116.2.029	Aquisição Kits de Primeiros Socorros para Escolas	ESCOLAS ATENDIDAS	und	Prevista	50	100	150	200		27.297	12.654	13.223
				Realizada								
				Variação %								
09.01.12.122.116.2.097	Gestão e Administração do Programa	PROGRAMA ADMINISTRADO	und	Prevista	1	1	1	1	6.909	9.568	15.759	19.521
				Realizada	1	1			6.909	9.568		
				Variação %								
09.01.12.303.116.2.153	Manutenção de Gabinetes Odontológicos	GABINETES ODONTOLÓGICOS MANTIDOS	und	Prevista	10	11	12	13	5.167	32.641	130.757	136.640
				Realizada		9			5.167	27.144		
				Variação %		-18,18				-16,84		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 116 - SAÚDE ESCOLAR
Objetivo: Aumentar o nível de atendimento à saúde do educando, promovendo ações de prevenção, identificação e correção de problemas visuais, bucais, de saúde geral e a formação continuada de agentes multiplicadores, visando à melhoria do processo ensino-aprendizagem.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
09.01.12.303.116.2.368	Assistência Médica, Laboratórial e Suporte Profilático e Terapêutico a Alunos com necessidades Educativas Especiais.	ALUNOS ATENDIDOS	und	Prevista	1.900	2.042	2.195	2.360	321.109	244.769	350.657	366.436
				Realizada	1.680	216				233.586		
				Variação %	-11,58	-89,42				-4,57		
09.01.12.366.116.2.369	Reabilitação Visual para a Educação de Jovens e Adultos.	ALUNOS ATENDIDOS	und	Prevista	900	940	983	1.027	94.200	102.937	107.568	112.408
				Realizada	600	1.651			94.200			
				Variação %	-33,33	75,64						

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 117 - VIVENDO A ESCOLA FUNDAMENTAL
Objetivo: Elevar o índice de desenvolvimento da educação básica, nas séries iniciais e finais do ensino fundamental.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
09.01.12.361.117.2.017	Aquisição de Material de Cantina Destinado às Escolas	ESCOLAS ATENDIDAS	und	Prevista	125	125	125	125	42.661	19.781	109.202	114.116
				Realizada		125				19.781		
				Variação %								
09.01.12.361.117.2.020	Aquisição de Material Didático para Distribuição a Alunos	ALUNOS ATENDIDOS	und	Prevista	30.000	32.100	34.347	36.751	57.832	1.200.008	150.811	186.815
				Realizada	30.000	32.100			57.832	1.200.008		
				Variação %								
09.01.12.243.117.2.027	Aquisição de Uniformes Escolares para Distribuição a Alunos	ALUNOS ATENDIDOS	und	Prevista	30.000	32.100	34.347	36.751	684.134	275.827	465.421	465.421
				Realizada		32.100			623.163	262.444		
				Variação %					-8,91	-4,85		
09.01.12.361.117.2.044	Auxílio-Transporte a Servidores e Empregados	SERVIDORES BENEFICIADOS	und	Prevista	2.147	2.297	2.458	2.630	4.665.533	5.671.842	3.928.382	3.501.267
				Realizada		4.415			4.642.052	5.671.842		
				Variação %		92,21			-0,50			
09.01.12.361.117.2.079	Desenvolvimento de Estudos e Pesquisas Educacionais	ESTUDOS DESENVOLVIDOS	und	Prevista	1	2	2	2	100.000	200.000	236.396	292.832
				Realizada	1	2			100.000	200.000		
				Variação %								

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 117 - VIVENDO A ESCOLA FUNDAMENTAL
Objetivo: Elevar o índice de desenvolvimento da educação básica, nas séries iniciais e finais do ensino fundamental.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
09.01.12.361.117.2.122	Implementação de Biblioteca nas Escolas	ESCOLAS ATENDIDAS	und	Prevista	8	8	8	8	29.351	65.043	47.350	58.654
				Realizada		8			29.351	65.043		
				Variação %								
09.01.12.361.117.2.125	Implementação de Hortas Escolares	AÇÕES REALIZADAS	und	Prevista	12	12	12	12	7.162		21.840	22.822
				Realizada		12			7.162			
				Variação %								
09.01.12.361.117.2.130	Implementação do Programa de Inclusão Digital Destinado a Alunos	ESCOLAS ATENDIDAS	und	Prevista	9	9	9	9	21.000	178.245	27.665	28.908
				Realizada		11				178.245		
				Variação %		22,22						
09.01.12.361.117.2.132	Implementação dos Currículos Escolares	ESCOLAS ATENDIDAS	und	Prevista	165	165	165	165	1.580		87.461	108.339
				Realizada	135	165			1.580			
				Variação %	-18,18							
09.01.12.361.117.2.157	Manutenção de Serviços das Unidades Administrativas da Rede Municipal de Ensino	UNIDADE MANTIDA	und	Prevista	165	165	165	165	9.905.704	11.532.993	6.599.098	7.908.933
				Realizada		141			9.364.443	11.523.288		
				Variação %		-14,55			-5,46	-0,08		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 117 - VIVENDO A ESCOLA FUNDAMENTAL
Objetivo: Elevar o índice de desenvolvimento da educação básica, nas séries iniciais e finais do ensino fundamental.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
09.01.12.812.117.2.209	Realização de Jogos Escolares	JOGOS ESOLARES REALIZADOS	und	Prevista	1	1	1	1	352.082	347.995	387.668	405.111
				Realizada	1	1			352.082	309.620		
				Variação %						-11,03		
09.01.12.361.117.2.222	Remuneração e Encargos Sociais de Profissionais do Magistério da Educação Básica em Efetivo Exercício na Rede Pública	SERVIDORES BENEFICIADOS	und	Prevista	2.317	2.479	2.652	2.838	62.848.109	77.067.824	57.474.652	64.699.718
				Realizada		2.802			60.300.946	77.067.824		
				Variação %		13,03			-4,05			
09.01.12.361.117.0.231	Transferências de Recursos Destinados às Escolas - Proafem	SUBVENÇÕES MANTIDA	und	Prevista	59.232	63.378	67.814	72.561	925.659	3.811.974	180.100	196.564
				Realizada		27.652			925.659	3.811.974		
				Variação %		-56,37						
09.01.12.361.117.1.251	Construção, Expansão e Reforma de Unidades de Ensino	ESCOLAS ATENDIDAS	und	Prevista	17	17	17	17	5.393.099	8.742.562	1.783.794	1.985.023
				Realizada		19			1.565.351	7.579.037		
				Variação %		11,76			-70,97	-13,31		
09.01.12.361.117.2.255	Aquisição de Mobiliário e Equipamentos para Escolas e Unidades de Apoio ao Ensino	ESCOLAS ATENDIDAS	und	Prevista	200	200	200	200	140.066	6.446.733	1.151.196	1.231.147
				Realizada		200			26.356	4.601.940		
				Variação %					-81,18	-28,62		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 117 - VIVENDO A ESCOLA FUNDAMENTAL
Objetivo: Elevar o índice de desenvolvimento da educação básica, nas séries iniciais e finais do ensino fundamental.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
09.01.12.361.117.2.261	Remuneração e Encargos Sociais de Pessoal Ocupado em Atividades de Apoio de Técnico-Administrativo	SERVIDORES REMUNERADOS	und	Prevista	1.263	1.351	1.446	1.547	21.658.077	29.150.752	32.474.355	34.018.108
				Realizada		1.613			21.657.811	29.150.752		
				Variação %		19,39						
09.01.12.361.117.2.376	Implantação e Implementação do Centro de Informação Educacional	CENTRO IMPLANTADO	und	Prevista	1	1	1	1		70.500	52.250	54.601
				Realizada		1				70.500		
				Variação %								

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.02 - CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
09.02.04.122.007.2.001 Administração da Unidade	UNIDADE MANTIDA	un	Prevista	1	1	1	1	139.543	133.907	178.955	204.239
			Realizada	1	1			120.914	122.761		
			Variação %					-13,35	-8,32		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.02 - CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Programa: 029 - FORMAÇÃO CONTINUADA DE EDUCADORES
Objetivo: Capacitar profissionais da Educação que atuam na Rede Municipal de Ensino.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
09.02.12.128.029.1.332	Capacitação em legislação Educacional e Escrituração Escolar aos Educadores da Rede Municipal de Ensino.	CAPACITAÇÕES OFERECIDAS	und	Prevista	186	716	436	880	39.091	115.093	101.345	112.730
				Realizada		300			39.091	105.089		
				Variação %		-58,10				-8,69		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS BÁSICOS - SEMUSB
Unidade Orçamentária: 10.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS BÁSICOS
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
10.01.15.122.007.2.001	Administração da Unidade	UNIDADE MANTIDA	un	Prevista	1	1	1	1	532.195	1.084.742	672.550	838.400
				Realizada	1	1			531.309	1.051.711		
				Variação %					-0,17	-3,05		
10.01.04.122.007.2.217	Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	SERVIDORES REMUNERADOS	un	Prevista	762	762	762	762	16.487.243	18.530.972	21.518.700	23.624.900
				Realizada	762	761			16.487.243	18.500.934		
				Variação %		-0,13				-0,16		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS BÁSICOS - SEMUSB
Unidade Orçamentária: 10.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS BÁSICOS
Programa: 015 - CIDADE LIMPA
Objetivo: Promover a limpeza pública urbana e assegurar os serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
10.01.15.452.015.2.154	Manutenção de Máquinas e Veículos	MÁQUINAS E VEÍCULOS MANTIDOS	und	Prevista	8	8	8	8	17.930	574.479	590.000	620.000
				Realizada	8	7			17.930	564.553		
				Variação %		-12,50				-1,73		
10.01.15.452.015.2.160	Manutenção de Vias Pública (Limpeza, Varrição, Poda, Pintura de Meio Fio e Outros)	VIAS PÚBLICAS MANTIDAS	%	Prevista	100	100	100	100	10.376.628	14.957.533	6.508.950	7.492.436
				Realizada	80	80			10.372.473	14.799.563		
				Variação %	-19,81	-20,49			-0,04	-1,06		
10.01.15.452.015.2.434	Manutenção de Praças, Parques, Feiras e Mercados	ESPAÇOS PÚBLICOS MANTIDOS	%	Prevista	100	100	100	100	402.859	14.990	55.000	55.000
				Realizada	100				402.859			
				Variação %								

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS BÁSICOS - SEMUSB
Unidade Orçamentária: 10.31 - FUNDO MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA
Programa: 015 - CIDADE LIMPA
Objetivo: Promover a limpeza pública urbana e assegurar a coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
10.31.15.452.015.2.203	Realização de Coleta, Transporte, Tratamento e Destinação Final dos Resíduos Sólidos Domiciliares	RESÍDUOS SÓLIDOS COLETADOS	tonelada	Prevista	95.832	100.624	105.655	110.937	19.062.383	14.152.961	18.528.921	21.320.951
				Realizada	96.451	100.624			19.062.383	13.392.961		
				Variação %	0,65					-5,37		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB
Unidade Orçamentária: 11.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
11.01.04.122.007.2.001	Administração da Unidade	UNIDADE MANTIDA	un	Prevista	1	1	1	1	93.194	247.937	564.000	645.000
				Realizada	1	1			93.194	231.917		
				Variação %						-6,46		
11.01.04.122.007.2.042	Auxílio Alimentação ao Servidor	SERVIDORES BENEFICIADOS	un	Prevista	180	180	180	180	146.099	201.938	370.000	410.000
				Realizada	180	180			146.099	182.263		
				Variação %						-9,74		
11.01.04.128.007.1.050	Capacitação de Servidores Públicos Municipais	PESSOAS CAPACITADAS	un	Prevista	20	22	23	26			25.116	29.666
				Realizada								
				Variação %								
11.01.04.122.007.1.069	Construção, Ampliação e Reforma de Bens Imóveis	OBRA EXECUTADA	un	Prevista	347	383	422	457	317.803	508.549	529.610	599.127
				Realizada	275	260			317.803	502.841		
				Variação %	-20,75	-32,11				-1,12		
11.01.04.122.007.2.217	Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	SERVIDORES REMUNERADAS	un	Prevista	180	180	180	180	4.925.026	5.248.561	6.798.500	7.464.000
				Realizada	180	180			4.925.026	5.227.788		
				Variação %						-0,40		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB
Unidade Orçamentária: 11.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
Programa: 045 - PORTO VELHO LIMPA
Objetivo: Realizar serviços de limpeza, retificação e revestimento de canais, visando melhorar as condições ambientais e a saúde da população.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
11.01.17.512.045.1.309	Limpeza, Retificação e Revestimento de Canais	CANAIS LIMPOS, RETIFICADOS E REVESTIDOS	km	Prevista	10	11	13	15	851.386	617.274	1.005.000	1.140.000
				Realizada	12	13			851.386	617.274		
				Variação %	22,00	18,18						

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB
Unidade Orçamentária: 11.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
Programa: 075 - URBANIZAR
Objetivo: Executar serviços de drenagem, pavimentação, revitalização e manutenção de vias urbanas.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
11.01.15.782.075.1.004	Ampliação e Recuperação de Estradas Vicinais	ESTRADAS VICINAIS AMPLIADAS E RECUPERADAS	km	Prevista	2.000	3.000	4.000	5.000	7.287.310	8.337.313	2.122.000	2.405.000
				Realizada	2.000	1.200			7.229.483	8.337.275		
				Variação %		-60,00			-0,79			
11.01.15.451.075.1.067	Construção e Recuperação de Pontes, Pontilhões e Passarelas	PONTES E PASSARELAS CONSTRUÍDAS E RECUPERADAS	metro linear	Prevista	30	30	30	30		192.166	390.000	439.980
				Realizada	76	242				192.166		
				Variação %	153,33	706,67						
11.01.15.451.075.1.081	Drenagem de Águas Pluviais	DRENAGEM EXECUTADA	km	Prevista	13	14	15	16	1.219.770	1.398.818	1.189.995	1.360.000
				Realizada	6	8			1.216.185	1.396.922		
				Variação %	-53,85	-42,86			-0,29	-0,14		
11.01.15.122.075.2.097	Gestão e Administração do Programa	PROGRAMA ADMINISTRADO	und	Prevista	1	1	1	1	904.118	1.149.901	2.558.185	3.032.488
				Realizada	1	1			904.118	1.148.975		
				Variação %						-0,08		
11.01.15.451.075.1.142	Limpeza e Encascalhamento de Vias Urbanas	VIAS LIMPAS E ENCASCALHADAS	km	Prevista	40	40	40	40	2.207.520	1.157.043	1.867.000	2.150.000
				Realizada	42	92			2.200.520	1.157.043		
				Variação %	5,00	130,00			-0,32			

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB
Unidade Orçamentária: 11.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
Programa: 075 - URBANIZAR
Objetivo: Executar serviços de drenagem, pavimentação, revitalização e manutenção de vias urbanas.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
11.01.15.451.075.2.145	Manutenção da Malha Viária Pavimentada	VIAS RECUPERADAS	km	Prevista	2.200	2.500	2.800	3.200	8.470.289	4.265.733	3.019.341	3.394.526
				Realizada	2.250	2.800			7.964.404	4.265.327		
				Variação %	2,27	12,00			-5,97	-0,01		
11.01.15.451.075.1.188	Pavimentação de Vias Urbanas	VIAS PAVIMENTADAS	km	Prevista	13	14	15	16	4.110.285	4.703.245	2.173.094	2.459.414
				Realizada	15	15			3.394.985	4.703.176		
				Variação %	13,08	3,57			-17,40			
11.01.15.451.075.1.236	Urbanização de Vias Urbanas	Calçadas, meio-fios e sarjetas construídas	m	Prevista	5.500	7.100	8.800	10.200	476.336	127.472	480.895	608.590
				Realizada	2.100	8.000			476.336	87.357		
				Variação %	-61,82	12,68				-31,47		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
12.01.08.122.007.2.001	Administração da Unidade	UNIDADE MANTIDA	un	Prevista	1	1	1	1	1.006.364	1.919.022	818.000	930.000
				Realizada	1	1			1.006.364	1.893.884		
				Variação %						-1,31		
12.01.08.122.007.1.071	Construção, Ampliação e Reforma de Unidades Operacionais	UNIDADES BENEFICIADAS	un	Prevista	40	40	40	40	465.655	1.040.530	3.148.572	3.297.714
				Realizada		8			465.655	533.757		
				Variação %		-80,00				-48,70		
12.01.08.122.007.2.147	Manutenção das Atividades Administrativas dos Conselhos e das Unidades Operacionais	UNIDADES MANTIDAS	un	Prevista	8	8	8	8	235.269	251.237	186.800	227.300
				Realizada	5	8			235.269	248.682		
				Variação %	-37,50					-1,02		
12.01.08.122.007.2.217	Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	SERVIDORES REMUNERADOS	un	Prevista	318	318	318	318	6.564.454	8.846.338	6.679.300	7.333.400
				Realizada	465	473			6.564.428	8.825.978		
				Variação %	46,23	48,74				-0,23		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.31 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Programa: 005 - APOIO À REDE SOCIOASSISTENCIAL DE PROTEÇÃO BÁSICA E ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
Objetivo: Promover a potencialização da rede prestadora de serviços na área da criança e do adolescente em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social;

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
12.31.08.243.005.2.417	Manutenção Socioassistencial da Rede de Serviços Direta e Indireta na Área da Criança e do Adolescente	CRIANÇAS E ADOLESCENTES ASSISTIDOS	und	Prevista	1.300	1.339	1.379	1.420	485.521	518.984	585.907	670.720
				Realizada	1.300	1.453			485.521	503.515		
				Variação %		8,51				-2,98		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.32 - FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO
Programa: 006 - APOIO À REDE SOCIOASSISTENCIAL DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
Objetivo: Promover sociabilidade, o envelhecimento ativo e saudável, o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, prevenindo o isolamento do idoso, bem como seu asilamento.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
12.32.08.241.006.2.420	Manutenção Básica Socioassistencial a Pessoa Idosa.	IDOSOS BENEFICIADOS	und	Prevista	1.307	1.346	1.386	1.428	179.333	64.359	291.694	335.648
				Realizada	1.307	1.307			179.333	64.359		
				Variação %		-2,90						

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 004 - APOIO À REDE SOCIOASSISTENCIAL DE PROTEÇÃO BÁSICA E ESPECIAL
Objetivo: Implantar e implementar serviços, programas, projetos e benefícios no âmbito da política de proteção social básica e especial

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
12.33.08.244.004.2.411	Manutenção da rede prestadora de serviços socioassistenciais direta e indireta	PESSOAS BENEFICIADAS	und	Prevista	1.300	1.339	1.379	1.420	794.010	578.106	1.229.044	1.072.927
				Realizada	1.300	1.339			794.010	578.106		
				Variação %								
12.33.08.244.004.2.412	Manutenção e conservação do centro de referência especializado para mulheres e casa abrigo	UNIDADE MANTIDA	und	Prevista	1	1	1	1	41.711	7.950	90.000	120.000
				Realizada	1	1			41.711	7.950		
				Variação %								

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 048 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - BOLSA FAMÍLIA
Objetivo: Promover a transferência direta de renda mensal, que beneficia famílias em situação de risco social.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
12.33.08.244.048.2.411				Prevista								
				Realizada								
				Variação %								
12.33.08.244.048.2.441	Manutenção do Programa Bolsa Família	FAMÍLIAS ASSISTIDAS	und	Prevista	19.000	17.000	15.000	13.000	420.383	536.476	526.810	522.785
				Realizada	16.072	22.918			298.566	442.049		
				Variação %	-15,41	34,81			-28,98	-17,60		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 050 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA À INFÂNCIA
Objetivo: Contribuir para a prevenção de situações de risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
12.33.08.243.050.2.422	Atendimento sócioassistencial à crianças de 0 a 6 anos	CRIANÇAS ATENDIDAS	und	Prevista	1.000	1.030	1.092	1.125	45.051		329.589	354.858
				Realizada					45.051			
				Variação %								

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 051 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA AO IDOSO - ATENDIMENTO EM GRUPO DE CONVIVÊNCIA - 6 H
Objetivo: Promover a sociabilidade entre os idosos, o envelhecimento ativo e saudável, o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, prevenindo o isolamento, bem como seu asilamento.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
12.33.08.241.051.2.423	Atendimento socioassistencial à pessoa idosa	IDOSOS ATENDIDOS	und	Prevista	1.307	1.346	1.386	1.427	179.400	72.800	164.429	175.235
				Realizada	1.800				177.501	72.535		
				Variação %	37,72				-1,06	-0,36		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 053 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DE APOIO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL
Objetivo: Atender as necessidades advindas de situações de vulnerabilidade temporária, com prioridade à criança, à família, o idoso, pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
12.33.08.244.053.2.056	Concessão de Benefícios Eventuais à População Usuária da Assistência Social	PESSOAS BENEFICIADAS	und	Prevista	8.000	8.440	8.988	9.663	909.762	913.548	578.965	650.566
				Realizada	8.000	9.003			909.762	912.869		
				Variação %		6,67				-0,07		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 054 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO
Objetivo: Fortalecer o desenvolvimento na qualidade de vida da família na comunidade e no território onde vivem.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
12.33.08.244.054.2.162	Manutenção do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Comunitário	ASSOSSIAÇÕES DE MORADORES E OUTRAS ENTIDADES ASSISTIDAS	und	Prevista	150	154	158	163			44.048	46.830
				Realizada								
				Variação %								

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 055 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DE ATENÇÃO INTEGRAL À FAMÍLIA - PAIF
Objetivo: Fortalecer o desenvolvimento na qualidade de vida da família na comunidade e no território onde vive.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
12.33.08.244.055.2.427	Acompanhamento sociofamiliar/PAIF/CRAS	FAMÍLIAS ASSISTIDAS	und	Prevista	25.000	26.375	28.090	30.195	583.518	1.020.464	912.138	1.016.416
				Realizada	25.000	28.400			518.032	999.899		
				Variação %		7,68			-11,22	-2,02		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 056 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL À PESSOA USUÁRIA DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS
Objetivo: Assegurar o atendimento às pessoas usuárias de substâncias psicoativas.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
12.33.08.244.056.2.114	Implantação e Manutenção das Ações Destinadas à Assistência de Pessoas Usuárias de Substâncias Psicoativas	PESSOAS ASSISTIDAS	und	Prevista	100	103	106	109	56.898		50.000	53.480
				Realizada	50				56.898			
				Variação %	-50,00							

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 057 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE À INFÂNCIA E JUVENTUDE - ABRIGO
Objetivo: Garantir a proteção integral, por intermedio de medidas protetivas de abrigo, aplicadas nas situações dispostas no Arts. 98 e 101 do ECA.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
12.33.08.243.057.2.167	Manutenção do Serviço de Proteção Socioassistencial da Infância e Juventude	CRIANÇAS E ADOLESCENTES ASSISTIDOS	und	Prevista	100	103	106	109	1.269.198	3.104.579	378.290	405.661
				Realizada	200	118			1.189.917	3.104.344		
				Variação %	100,00	14,56			-6,25	-0,01		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 059 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE - MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO
Objetivo: Oferecer proteção e acompanhamento social aos adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
12.33.08.243.059.2.428	Proteção social a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas	ADOLESCENTES ATENDIDOS	und	Prevista	450	463	477	491	201.722	61.155	1.157.604	1.222.495
				Realizada	300	691			128.626	57.035		
				Variação %	-33,33	49,24			-36,24	-6,74		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 061 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE À CRIANÇA E ADOLESCENTE - COMBATE AO ABUSO E A EXPLORAÇÃO SEXUAL
Objetivo: Garantir os direitos fundamentais de crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual, restabelecer e fortalecer o direito a convivência familiar e comunitária em condições dignas de vida.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
12.33.08.243.061.2.430	Atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual	CRIANÇAS E ADOLESCENTES ASSISTIDOS	und	Prevista	200	210	220	230	210.859	101.109	161.400	171.600
				Realizada	50	235			180.821	100.217		
				Variação %	-75,00	11,90			-14,25	-0,88		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 062 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE À PESSOA COM DEFICIÊNCIA
Objetivo: Assegurar os direitos socioassistenciais de pessoas com deficiências.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
12.33.08.242.062.2.431	Manutenção dos serviços socioassistenciais destinados à pessoas com deficiências	PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS ATENDIDAS	und	Prevista	259	266	274	283	63.284	58.622	125.520	132.365
				Realizada		180			63.284	58.622		
				Variação %		-32,33						

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 132 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - PROJOVEM ADOLESCENTE
Objetivo: Promover a inclusão social de jovens, qualificando e valorizando a sua participação social, por meio do desenvolvimento de atividades socioeducativas, que estimulem o desenvolvimento de projeto de interesse individual e coletivo dos jovens, o estímulo e a descoberta do potencial dos jovens e do território.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
12.33.08.243.132.2.424	Incentivo ao protagonismo juvenil-Projovem	JOVENS ASSISTIDOS	und	Prevista	1.050	1.055	1.060	1.070	110.001	59.406	322.323	353.998
				Realizada					109.523	59.406		
				Variação %					-0,43			

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 135 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE - ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL - PETI
Objetivo: Contribui com a erradicação do trabalho infantil no país associando-se com outras políticas sociais.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
12.33.08.243.135.2.429	Atendimento às famílias com crianças e adolescentes do programa PETI	FAMÍLIAS ATENDIDAS	und	Prevista	2.000	2.060	2.124	2.185	1.225.242	1.563.671	1.360.466	1.536.514
				Realizada		3.000			1.090.934	1.557.362		
				Variação %		45,63			-10,96	-0,40		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 136 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA - BPC
Objetivo: Garantir as pessoas idosas e pessoas com deficiência, meios de prover a própria manutenção.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
12.33.08.242.136.2.432	Revisão da concessão do benefício assistencial de prestação continuada	PORTADORES DE DEFICIÊNCIAS ATENDIDOS	und	Prevista	1.100	1.133	1.166	1.200		1.035	1.080	1.140
				Realizada								
				Variação %								
12.33.08.242.136.2.433	Implementação e Manutenção do Programa BPC na escola	PESSOAS ATENDIDAS	und	Prevista	915	942	970	999	29.000		32.000	33.900
				Realizada								
				Variação %								

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 139 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA À CRIANÇA E ADOLESCENTE
Objetivo: Propiciar a crianças, adolescentes e seus familiares a inclusão em atividade sócioassistenciais.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
12.33.08.243.139.2.150	Manutenção de Atividades Socioeducativas e Assistenciais à Crianças e Adolescentes	CRIANÇAS E ADOLESCENTES ASSISTIDOS	und	Prevista	1.700	1.802	1.908	1.926		26.400	29.800	33.000
				Realizada								
				Variação %								

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 140 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE II - POPULAÇÃO DE RUA
Objetivo: Ofertar atendimento especializado de forma integral, visando acolhimento à pessoa em situação de rua.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
12.33.08.243.140.2.442	Acolhimento a pessoas em situação de rua - população de rua/alta complexidade II	POPULAÇÃO DE RUA ACOLHIDA	und	Prevista	150	154	158	163	113.400	89.200	194.602	209.197
				Realizada		80			18.906	19.200		
				Variação %		-48,05			-83,33	-78,48		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.34 - FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE PORTO VELHO
Programa: 137 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - RESTAURANTE POPULAR
Objetivo: Promover atendimento na alimentação e nutrição das pessoas carentes

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
12.34.08.306.137.2.435	Manutenção do Restaurante Popular	RESTAURANTE MANTIDO	und	Prevista	1	1	1	1	398.184	161.657	113.631	126.421
				Realizada	1	1			309.286	161.657		
				Variação %					-22,33			

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 13.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - SEMES
Unidade Orçamentária: 13.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
13.01.04.122.007.2.001	Administração da Unidade	UNIDADE MANTIDA	un	Prevista	1	1	1	1	345.067	164.641	162.500	169.500
				Realizada	1	1			345.067	150.527		
				Variação %						-8,57		
13.01.04.122.007.2.217	Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	SERVIDORES REMUNERADOS	und	Prevista	50	50	50	50	1.253.559	1.455.106	1.592.000	1.747.900
				Realizada	50	50			1.253.559	1.453.514		
				Variação %						-0,11		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 13.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - SEMES
Unidade Orçamentária: 13.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
Programa: 027 - ESPORTE DIREITO DE TODOS
Objetivo: Proporcionar às crianças e adolescentes, a inclusão social e esportiva, bem como revelar novos talentos para representar o Município de Porto Velho.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
13.01.27.812.027.1.206	Realização de Eventos Sociocultural, Esportivo e de Lazer	Eventos realizados	un	Prevista	28	35	39	42	1.251.905	1.921.220	763.500	795.200
				Realizada	22	30			1.251.905	1.908.050		
				Variação %	-21,43	-14,29				-0,69		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 13.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - SEMES
Unidade Orçamentária: 13.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
Programa: 028 - ESPORTE SOLIDÁRIO
Objetivo: Implantar, manter e conservar núcleos esportivos, promovendo eventos de entretenimento, esporte e lazer.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
13.01.27.812.028.1.107	Implantação de Quadras e Centros Poliesportivos	OBRA EXECUTADA	un	Prevista	2	2	3	3		774.987	1.975.907	1.873.323
				Realizada	2	2				571.526		
				Variação %						-26,25		
13.01.27.812.028.1.324	Conservação, e Restauração de Núcleos esportivos	NÚCLEOS ESPORTIVOS CONSERVADOS E/OU RESTAURADOS	und	Prevista	3	5	7	9	299.344	1.985.616	310.500	760.500
				Realizada	5	5			299.344	29.580		
				Variação %	66,67					-98,51		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 14.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO - SEMTRAN
Unidade Orçamentária: 14.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
14.01.04.122.007.2.001	Administração da Unidade	UNIDADE MANTIDA	un	Prevista	1	1	1	1	121.286	329.420	259.000	276.000
				Realizada	1	1			121.286	311.139		
				Variação %						-5,55		
14.01.04.122.007.1.069	Construção, Ampliação e Reforma de Bens Imóveis	OBRA EXECUTADA	un	Prevista	1	1	1	1	283.166		150.000	221.599
				Realizada								
				Variação %								
14.01.26.122.007.2.217	Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	SERVIDORES REMUNERADOS	und	Prevista	102	106	111	111	4.725.634	6.363.823	4.873.500	5.350.600
				Realizada	164	235			4.724.733	6.361.832		
				Variação %	60,78	121,70			-0,02	-0,03		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 14.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO - SEMTRAN
Unidade Orçamentária: 14.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO
Programa: 072 - SEGURANÇA NO TRÂNSITO
Objetivo: Reduzir os acidentes de trânsito no Município.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
14.01.26.782.072.1.003	Ampliação de Sinalização de Trânsito	PLACAS IMPLANTADAS	und	Prevista	10.000	12.000	10.000	13.000	804.000	870.145	700.000	750.000
				Realizada	8.000	4.700			804.000	823.795		
				Variação %	-20,00	-60,83				-5,33		
14.01.26.782.072.2.159	Manutenção de Sinalização de Trânsito	SEMÁFOROS MANTIDOS	%	Prevista	100	100	100	100	1.247.000	2.250.000	600.000	600.000
				Realizada	100	90			1.247.000	2.250.000		
				Variação %		-10,00						
14.01.26.453.072.2.169	Manutenção do Sistema Viário do Transporte Coletivo	VIAS MANTIDAS	km	Prevista	10	12	13	15			30.000	35.000
				Realizada		6						
				Variação %		-50,00						
14.01.26.782.072.2.325	Fiscalização da Frota de Trânsito	FROTA FISCALIZADA	%	Prevista	15	15	20	20	300.000	487.564	43.000	51.000
				Realizada	10	11			300.000	483.700		
				Variação %	-33,33	-26,67				-0,79		
14.01.26.782.072.2.326	Fiscalização Eletrônica de Trânsito	PONTOS FISCALIZADOS	und	Prevista	15	18	20	25		1.000	200.000	200.000
				Realizada								
				Variação %								

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 14.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO - SEMTRAN
Unidade Orçamentária: 14.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO
Programa: 072 - SEGURANÇA NO TRÂNSITO
Objetivo: Reduzir os acidentes de trânsito no Município.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
14.01.26.782.072.1.327	Implantação de Abrigos - Segurança no Trânsito	ABRIGOS IMPLANTADOS	und	Prevista	50	50	50	50	12.698		50.000	50.000
				Realizada		41			12.698			
				Variação %		-18,00						

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 15.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SEMAGRIC
Unidade Orçamentária: 15.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
Programa: 003 - APOIO À PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA
Objetivo: Proporcionar aumento da produtividade de culturas agrícolas da região e conseqüentemente fixação do homem no campo.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
15.01.20.662.003.1.101	Implantação de Agroindústrias	Agroindústrias implantadas	un	Prevista	10	10	18	26	134.811	769.399	674.000	938.000
				Realizada	17	10			130.564	154.799		
				Variação %	70,00				-3,15	-79,88		
15.01.20.601.003.2.285	Fomento à Produção de Culturas Agrícolas	Culturas Produzidas	tonelada	Prevista	1.800	1.800	1.800	1.800	29.412	423.879	130.000	130.000
				Realizada	2.920	2.400			29.412	383.131		
				Variação %	62,22	33,33				-9,61		
15.01.20.602.003.1.334	Incentivo à Piscicultura com a Implantação de Viveiros-Tanques	Viveiros-Tanques Implantados	und	Prevista	10	20	20	20			336.000	336.000
				Realizada		11						
				Variação %		-45,00						

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 15.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SEMAGRIC
Unidade Orçamentária: 15.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
15.01.04.122.007.2.001	Administração da Unidade	UNIDADE MANTIDA	un	Prevista					365.684	875.013	274.000	294.000
				Realizada	2				365.684	863.062		
				Variação %						-1,37		
15.01.04.122.007.2.217	Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	PESSOAS REMUNERADAS	un	Prevista	59	59	59	59	1.617.009	2.360.292	1.880.300	2.064.400
				Realizada		70			1.617.009	2.345.045		
				Variação %		18,64				-0,65		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 15.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SEMAGRIC
Unidade Orçamentária: 15.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
Programa: 025 - DIRETO DA ROÇA
Objetivo: Transportar os produtos agrícolas das linhas vicinais até a feira do produtor rural.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
15.01.20.605.025.2.286	Transporte da Produçao Agrícola	PRODUTOS AGRÍCOLAS TRANSPORTADOS	tonelada	Prevista	2.000	2.000	2.000	2.000	160.885	399.662	480.000	480.000
				Realizada	2.920	2.000			160.885	64.942		
				Variação %	46,00					-83,75		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 15.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SEMAGRIC
Unidade Orçamentária: 15.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
Programa: 063 - QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL
Objetivo: Capacitar os trabalhadores rurais e servidores da SEMAGRIC.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
15.01.20.128.063.1.050	Capacitação de Servidores Públicos Municipais	SERVIDORES CAPACITADOS	un	Prevista	20	21	22	23	1.350	12.336	21.840	22.820
				Realizada	49	12			1.350	8.770		
				Variação %	145,00	-42,86				-28,91		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 15.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SEMAGRIC
Unidade Orçamentária: 15.32 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE PORTO VELHO
Programa: 024 - DESENVOLVIMENTO RURAL
Objetivo: Promover o desenvolvimento e a sustentabilidade do setor agrosilvopastoril

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
15.32.20.122.024.2.148	Manutenção das Atividades do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural	UNIDADE MANTIDA	und	Prevista	1	1	1	1		3.302	30.000	30.000
				Realizada	1	1				3.302		
				Variação %								
15.32.20.543.024.1.210	Recuperação de Áreas Degradadas	ÁREAS DEGRADADAS	ha	Prevista	850	1.000	1.000	1.000	1.775.578	1.853.657	1.063.173	1.227.898
				Realizada		2.215			1.775.578	1.807.050		
				Variação %		121,50				-2,51		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 16.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SEMA
Unidade Orçamentária: 16.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
16.01.04.122.007.2.001	Administração da Unidade	UNIDADE MANTIDA	un	Prevista	1	1	1	1	331.815	575.728	350.529	438.163
				Realizada	1	1			325.220	575.728		
				Variação %					-1,99			
16.01.18.122.007.2.217	Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	PESSOAS REMUNERADAS	un	Prevista	68	68	68	68	1.983.941	2.741.612	2.356.786	2.587.662
				Realizada	68	98			1.983.941	2.728.038		
				Variação %		44,12				-0,50		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 16.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SEMA
Unidade Orçamentária: 16.31 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Programa: 001 - APOIO À GESTÃO AMBIENTAL
Objetivo: Prover as atividades de gestão ambiental de infra-estrutura e mecanismos legais para execução de seus programas.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
16.31.18.542.001.2.076	Coordenação e Manutenção das Atividades do Conselho Municipal de Meio Ambiente	UNIDADE MANTIDA	und	Prevista	1	1	1	1	3.389	53.000	21.135	23.883
				Realizada	1	1			3.389	49.288		
				Variação %						-7,00		
16.31.18.542.001.2.170	Manutenção dos Serviços Administrativos / Educação Ambiental			Prevista					578.500	297.838	29.360	33.175
				Realizada					578.500	75.783		
				Variação %						-74,56		
16.31.18.542.001.2.171	Manutenção dos Serviços Administrativos / Fiscalização Ambiental	AÇÕES IMPLEMENTADAS		Prevista					147.780	315.534	110.500	110.060
				Realizada	1				147.780	291.609		
				Variação %						-7,58		
16.31.18.541.001.2.174	Manutenção e Preservação do Parque Natural	UNIDADE MANTIDA	und	Prevista	1	1	1	1	24.214	414.973	145.271	219.089
				Realizada	1	1			24.214	21.553		
				Variação %						-94,81		
16.31.18.541.001.1.181	Obras de Infra-Estrutura do Parque Natural	OBRA REALIZADA	m²	Prevista	3.600	3.600	3.600	3.600	27.975	128.786	70.000	60.000
				Realizada	200				14.999			
				Variação %	-94,44				-46,39			

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
17.01.04.122.007.2.001	Administração da Unidade	UNIDADE MANTIDA	und	Prevista	1	1	1	1	383.556	1.117.571	649.844	747.775
				Realizada	1	3			383.556	1.004.832		
				Variação %		200,00				-10,09		
17.01.04.122.007.2.217	Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	SERVIDORES REMUNERADOS	und	Prevista	40	40	40	40	896.991	1.342.189	1.160.600	1.274.200
				Realizada	40	60			886.809	1.332.962		
				Variação %		50,00			-1,14	-0,69		
17.01.04.122.007.2.377	Contratação de estagiários - Bolsa Estágio	ESTAGIÁRIOS CONTRATADOS	und	Prevista	10	10	10	10	39.708	72.060	72.689	83.643
				Realizada	9	10			39.708	50.000		
				Variação %	-10,00					-30,61		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 019 - DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Objetivo: Promover a inclusão digital do Município de Porto Velho, por meio de instalação de telecentros comunitários e reaplicação de tecnologia social

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
17.01.19.573.019.1.010	Apoio a Instalação de Telecentros Comunitários	TELECENTROS INSTALADOS	und	Prevista	12	17	21	24	132.668	500.000	177.516	204.266
				Realizada	3				132.668			
				Variação %	-75,00							
17.01.19.573.019.2.388	Implantação e manutenção do projeto cidade digital	PROJETO DIGITAL IMPLANTADO	und	Prevista	1	1	1	1			682.029	784.811
				Realizada								
				Variação %								
17.01.19.573.019.1.389	Realização de eventos de promoção da ciência e tecnologia	Eventos realizados	und	Prevista	1	1	1	1			68.117	78.384
				Realizada								
				Variação %								
17.01.19.573.019.2.390	Manutenção do centro de formação profissional - Casa Brasil	CENTRO MANTIDO	und	Prevista	1	1	1	1	69.003	60.000	153.474	176.599
				Realizada	1	1			69.003	50.000		
				Variação %						-16,67		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 026 - ECONOMIA SOLIDÁRIA
Objetivo: Apoiar os empreendimentos de economia solidária.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
17.01.11.334.026.2.008	Apoio a Empreendimentos da Economia Solidária	EMPREENDIMENTOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA APOIADOS	und	Prevista	14	22	32	44			68.322	78.618
				Realizada		40						
				Variação %		81,82						
17.01.11.334.026.1.137	Incubação de Empreendimentos Populares	EMPREENDIMENTOS INCUBADOS	und	Prevista	5	5	8	8		3.000	68.390	78.697
				Realizada								
				Variação %								
17.01.11.334.026.2.260	Fomento às iniciativas de Microcrédito no Município de Porto Velho	INICIATIVAS FOMENTADAS	und	Prevista	1	1	1	1		187.299	136.372	156.923
				Realizada		1				174.299		
				Variação %						-6,94		
17.01.11.334.026.2.391	Apoio aos grupos de catadores de materiais reciclados	GRUPOS APOIADOS	und	Prevista	3	3	3	3			68.254	78.540
				Realizada	2	3						
				Variação %	-33,33							
17.01.11.334.026.1.392	Realização de eventos de promoção da economia solidária	Eventos realizados	und	Prevista	1	1	1	1	3.000		68.662	79.011
				Realizada	1	1			3.000			
				Variação %								

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 035 - GESTÃO DO TURISMO
Objetivo: Fomentar o turismo local, aumentando o fluxo de turistas de negócios e lazer no Município de Porto Velho

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
17.01.23.695.035.1.199	Promoção Turística	EVENTOS TURISTICOS REALIZADOS	und	Prevista	5	5	5	5	143.143	299.567	143.048	164.605
				Realizada	4	5			143.143	299.567		
				Variação %	-20,00							
17.01.23.695.035.1.202	Realização de Conferência Municipal de Turismo	CONFERÊNCIA REALIZADA	und	Prevista	1		1				13.624	
				Realizada	1	1						
				Variação %								
17.01.23.695.035.2.381	Apoio a implementação do Plano Municipal de Turísmo	PLANO IMPLEMENTADO	und	Prevista	1	1	1	1			1.543.852	1.776.510
				Realizada	1	1						
				Variação %								
17.01.23.695.035.2.382	Implantação e manutenção de sistema de informações das atividades turísticas	SISTEMA IMPLANTADO	und	Prevista	1	1	1	1		104.596	68.186	78.461
				Realizada		1						
				Variação %								

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 043 - PORTO VELHO - CIDADE TURÍSTICA
Objetivo: Executar obras de infraestrutura turística no Município de Porto Velho.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
17.01.23.695.043.1.099	Implantação da Casa do Turismo	CASA DO TURISMO IMPLANTADA	un	Prevista	1	1	1	1		14.942	136.372	156.923
				Realizada						14.942		
				Variação %								
17.01.23.695.043.1.224	Revitalização de Centros Históricos em Áreas de Interesse Cultural e Turístico	CENTRO HISTÓRICO REVITALIZADO	und	Prevista	1	1	1	1	1.250.080	1.425.345	750.045	863.076
				Realizada	1	1			7.975	1.415.345		
				Variação %					-99,36	-0,70		
17.01.23.695.043.1.267	Execução de Obras de Infra-estrutura Turística	OBRA EXECUTADA	un	Prevista	2	2	2	2	900.295	1	681.859	784.615
				Realizada	2				892.267			
				Variação %					-0,89			
17.01.23.695.043.1.385	Revitalização do Complexo da Estrada de Ferro Madeira Mamoré - E.F.M.M	COMPLEXO EFMM REVITALIZADO	%	Prevista	25	25	25	25		6.938	681.859	784.615
				Realizada		25						
				Variação %								
17.01.23.695.043.1.387	Implantação de Projetos de Sinalização Turística	PROJETOS DE SINALIZAÇÃO TURÍSTICA IMPLANTADOS	und	Prevista	1	1	1	1		7.217	136.917	157.550
				Realizada		1						
				Variação %								

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 074 - SISTEMA PÚBLICO DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA
Objetivo: Diminuir desemprego e subemprego dos trabalhadores de Porto Velho por meios de atendimentos realizados via ações do sitema público de trabalho emprego e renda.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
17.01.11.334.074.1.069	Construção, Ampliação e Reforma de Bens Imóveis	OBRA REALIZADA	und	Prevista	1	1	1	1		98.643	20.435	23.515
				Realizada		1				46.992		
				Variação %						-52,36		
17.01.11.333.074.2.140	Intermediação de Mão-de-Obra	TRABALHDORES INSERIDOS NO MERCADO DE TRABALHO	und	Prevista	750	1.000	1.150	1.000	41.040	327.643	412.208	474.328
				Realizada	750	2.800			41.040	198.141		
				Variação %		180,00				-39,53		
17.01.11.334.074.1.268	Capacitação e Qualificação Profissional do Sistema Público de Emprego e Renda	PESSOAS QUALIFICADAS	und	Prevista	370	400	450	470		429.360	318.519	366.520
				Realizada		1.775				363.469		
				Variação %		343,75				-15,35		
17.01.11.333.074.2.383	Intermediação do seguro desemprego	TRABALHADOR ATENDIDO	und	Prevista	700	800	934	1.200		11.780	54.495	62.707
				Realizada		20.000						
				Variação %		2.400,00						
17.01.11.331.074.1.384	Realização de seminário de trabalho emprego e renda	SEMINÁRIO REALIZADO	und	Prevista	1	1	1	1		15.000	23.160	26.650
				Realizada								
				Variação %								

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 074 - SISTEMA PÚBLICO DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA
Objetivo: Diminuir desemprego e subemprego dos trabalhadores de Porto Velho por meios de atendimentos realizados via ações do sitema público de trabalho emprego e renda.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
17.01.11.333.074.2.386	Implantação e manutenção do sistema de informações sobre o trabalho, emprego e renda	SISTEMA IMPLANTADO E MANTIDO	und	Prevista	1	1	1	1		5.000	201.629	232.014
				Realizada								
				Variação %								

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 106 - APOIO AOS MICRO E PEQUENOS EMPREENDEDORES
Objetivo: Regularizar os empreendedores do comércio informal.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
17.01.23.692.106.2.378	Gestão de Uso dos Espaços Públicos	ESPAÇOS PÚBLICOS GERENCIADOS	und	Prevista	350	550	650	700	18.365	381.899	20.457	23.539
				Realizada	350	24			18.365	369.389		
				Variação %		-95,64				-3,28		
17.01.23.692.106.1.379	Execução de Obras de Infraestrutura para o Comércio Popular.	OBRA REALIZADA	und	Prevista	1	1	1	1		440	272.743	313.847
				Realizada		10						
				Variação %		900,00						
17.01.23.693.106.1.380	Apoio ao Shopping Popular Rio Madeira.	SHOPPING APOIADO	und	Prevista	1	1	1	1	100.000		79.597	91.592
				Realizada	1	1			100.000			
				Variação %								

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 118 - QUALIFICAÇÃO SOCIAL
Objetivo: Aumentar o número de pessoas qualificadas profissionalmente no Município de Porto Velho.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
17.01.11.333.118.2.051	Qualificação profissional, social e certificação	PESSOA QUALIFICADAS	und	Prevista	4.250	4.800	5.350	5.390		157.664	4.179.796	4.809.691
				Realizada		1.775				130.062		
				Variação %		-63,02				-17,51		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.31 - FUNDO PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE PORTO VELHO
Programa: 035 - GESTÃO DO TURISMO
Objetivo: Fomentar o turismo local, aumentando o fluxo de turistas de negócios e lazer no Município de Porto Velho.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
17.31.23.695.035.1.199 Promoção Turística	EVENTOS TURISTICOS REALIZADOS	und	Prevista	1	2	2	3			68.121	78.386
			Realizada		2						
			Variação %								

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO - SEMUR
Unidade Orçamentária: 18.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
18.01.04.122.007.2.001	Administração da Unidade	UNIDADE ADMINISTRADA	un	Prevista	1	1	1	1	483.196	826.934	915.000	1.035.000
				Realizada	1	1			475.236	813.922		
				Variação %					-1,65	-1,57		
18.01.04.128.007.1.050	Capacitação de Servidores Públicos Municipais	Eventos realizados	un	Prevista	5	5	5	5	4.965	6.520	90.000	110.000
				Realizada	4	4			4.965	6.520		
				Variação %	-20,00	-20,00						
18.01.04.122.007.2.217	Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	SERVIDORES REMUNERADOS	un	Prevista	120	120	120	120	3.657.132	4.378.637	3.655.500	4.013.300
				Realizada	127	125			3.654.526	4.373.328		
				Variação %	5,83	4,17			-0,07	-0,12		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO - SEMUR
Unidade Orçamentária: 18.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO
Programa: 042 - MORAR MELHOR
Objetivo: Promover o acesso à moradia para as famílias com diversos níveis de renda, com ênfase à população mais carente e de baixa renda.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
18.01.16.482.042.1.046	Campanha de Prevenção e Redução de Riscos	CAMPANHAS REALIZADAS	un	Prevista	1	1	1	1			55.000	65.000
				Realizada								
				Variação %								
18.01.16.482.042.2.097	Gestão e Administração do Programa	PROGRAMA MANTIDO	un	Prevista	1	1	1	1	44.910	193.288	185.000	215.000
				Realizada	1	1			44.910	188.031		
				Variação %						-2,72		
18.01.16.482.042.1.192	Produção de Lotes Urbanizados	LOTES URBANIZADOS	un	Prevista	1.594	1.594	1.594	1.594	130.000		13.000	15.000
				Realizada	571				130.000			
				Variação %	-64,18							
18.01.16.482.042.1.278	Implementação de Projetos de Trabalho Técnico Social	FAMÍLIAS BENEFICIADAS	un	Prevista	18.739	741			739.519	1.887.530		
				Realizada	18.739				557.261			
				Variação %					-24,65			

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO - SEMUR
Unidade Orçamentária: 18.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO
Programa: 065 - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
Objetivo: Promover a regularização fundiária no Município de Porto Velho.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
18.01.16.482.065.1.083	Elaboração de Instrumentos de Suporte à Estruturação e Gestão das Políticas de Regularização Fundiária e Habitação	DOCUMENTOS ELABORADOS	un	Prevista	1	1	1	1	148.096	306.413	40.000	50.000
				Realizada	2	1			148.096	12.863		
				Variação %	100,00					-95,80		
18.01.16.482.065.2.097	Gestão e Administração do Programa	PROGRAMA MANTIDO	un	Prevista	1	1	1	1	14.590	253.718	215.000	250.000
				Realizada	1	1			14.590	253.718		
				Variação %								
18.01.16.482.065.1.109	Implantação de Sistema de Informação para a Gestão da Política Habitacional e de Regularização Fundiária	SISTEMA IMPLANTADO	un	Prevista	1	1	1	1			40.000	50.000
				Realizada								
				Variação %								
18.01.16.482.065.1.196	Promoção de Campanhas Educativas e Informativas	CAMPANHAS REALIZADAS	un	Prevista	1	1	1	1			57.000	68.000
				Realizada								
				Variação %								
18.01.16.482.065.1.197	Promoção de Eventos Públicos Pertinentes às Áreas de Regularização Fundiária e Habitação	Eventos realizados	un	Prevista	5	5	5	5		183.392	60.000	70.000
				Realizada	3	6				176.794		
				Variação %	-40,00	20,00				-3,60		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO - SEMUR
Unidade Orçamentária: 18.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO
Programa: 065 - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
Objetivo: Promover a regularização fundiária no Município de Porto Velho.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
18.01.16.482.065.1.216	Regularização Fundiária de Ocupações Irregulares	IMÓVEIS REGULARIZADOS (TITULADOS)	und	Prevista	4.307	3.484	3.605	3.604	1.582.994	11.874.420	1.279.520	1.467.338
				Realizada	3.046	4.194			1.582.924	6.729.570		
				Variação %	-29,28	20,38				-43,33		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO - SEMUR
Unidade Orçamentária: 18.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO
Programa: 096 - USO CAMPEÃO
Objetivo: Promover assessoria jurídica gratuita com ajuizamento e acompanhamento de ações possessórias a população de baixa renda que encontra-se em áreas de titularidade privada com posse consolidada.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
18.01.16.482.096.2.289	Regularização de Imóveis em Áreas Particulares - Usucapião	IMÓVEIS REGULARIZADOS	unid	Prevista	784	2.781	2.781	2.781	7.600	6.063	175.000	200.000
				Realizada		502			7.600	6.063		
				Variação %		-81,95						

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO - SEMUR
Unidade Orçamentária: 18.31 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
Programa: 085 - HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
Objetivo: Centralizar e gerenciar recursos orçamentários para os programas estruturados no âmbito do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, objetivando viabilizar para população de menor renda o acesso a terra urbanizada e a habitação digna e sustentável

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
18.31.16.482.085.1.192	Produção de Lotes Urbanizados	LOTES URBANIZADOS		Prevista						10.000	10.000	10.000
				Realizada								
				Variação %								
18.31.16.482.085.1.273	Construção, Melhoria, Reforma, Aquisição, Locação Social e Arrendamento de Unidades Habitacionais em Áreas Urbanas e Rurais	OBRA EXECUTADA		Prevista						50.000	50.000	50.000
				Realizada								
				Variação %								
18.31.16.482.085.1.274	Regularização Fundiária e Urbanística de Áreas Caracterizadas de Interesse Social	IMÓVEIS REGULARIZADOS		Prevista						10.000	10.000	10.000
				Realizada								
				Variação %								
18.31.16.482.085.1.276	Implantação de Saneamento Básico, Infra-estrutura e Equipamentos Urbanos Complementares aos Programas de Habitação e Regularização Fundiária de Interesse Social	POPULAÇÃO BENEFICIADA		Prevista						30.000	30.000	30.000
				Realizada								
				Variação %								

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 19.00 - SECRETARIA MUNICIPAL EXTRAORDINÁRIA DE PROGRAMAS ESPECIAIS - SEMEPE
Unidade Orçamentária: 19.01 - SECRETARIA MUNICIPAL EXTRAORDINÁRIA DE PROGRAMAS ESPECIAIS
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
19.01.04.122.007.2.001	Administração da Unidade	UNIDADE MANTIDA	unid	Prevista	1	1	1	1	117.178	169.351	295.799	340.371
				Realizada	1	1			113.567	150.046		
				Variação %					-3,08	-11,40		
19.01.04.122.007.2.217	Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	SERVIDORES REMUNERADOS	unid	Prevista	1	1	1	1	1.095.152	1.302.486	1.439.600	1.580.600
				Realizada	27	1			1.095.152	1.299.805		
				Variação %	2.600,00					-0,21		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 20.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS - SEMPRE
Unidade Orçamentária: 20.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalisticos

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
20.01.04.122.007.2.001	Administração da Unidade	UNIDADE ADMINISTRADA	und	Prevista	1	1	1	1	279.176	788.231	1.481.000	1.655.000
				Realizada	1	1			276.550	774.266		
				Variação %					-0,94	-1,77		
20.01.04.128.007.1.050	Capacitação de Servidores Públicos Municipais	SERVIDORES CAPACITADOS	und	Prevista	10	8	7	5			165.000	189.000
				Realizada		59						
				Variação %		637,50						
20.01.04.122.007.1.069	Construção, Ampliação e Reforma de Bens Imóveis	OBRA EXECUTADA	und	Prevista	1	1	1	1	1.394.142	5.680.654	50.000	15.000
				Realizada	2	1			1.390.044	295.858		
				Variação %	100,00				-0,29	-94,79		
20.01.04.122.007.2.217	Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	SERVIDORES REMUNERADOS	und	Prevista	75	80	80	80	4.200.552	4.979.578	3.715.900	4.079.699
				Realizada	73	93			4.200.552	4.961.557		
				Variação %	-2,67	16,25				-0,36		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 20.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS - SEMPRE
Unidade Orçamentária: 20.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS
Programa: 028 - ESPORTE SOLIDÁRIO
Objetivo: Implantar, manter e modernizar núcleos esportivos, promovendo eventos de entretenimento, esporte e lazer.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
20.01.27.812.028.1.357	Construção, ampliação e reforma de quadras e centros poliesportivos.	OBRA EXECUTADA	und	Prevista	4	4	4	4	639.767	3.143.388	3.235.000	2.904.000
				Realizada	3	1			314.847	3.143.388		
				Variação %	-25,00	-75,00			-50,79			

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 20.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS - SEMPRE
Unidade Orçamentária: 20.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS
Programa: 042 - MORAR MELHOR
Objetivo: Promover o acesso a moradia para as famílias com diversos níveis de renda, com ênfase à população mais carente e de baixa renda.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
20.01.16.482.042.1.362	Construções de unidades habitacionais	UNIDADES HABITACIONAIS CONSTRUÍDAS	und	Prevista	488	550	550	550	26.883.631	44.080.643	15.750.000	15.750.000
				Realizada	315	218			15.913.094	11.270.359		
				Variação %	-35,45	-60,36			-40,81	-74,43		
20.01.16.482.042.1.363	Infra-estrutura de urbanização dos projetos habitacionais	CONJUNTOS HABITACIONAIS URBANIZADOS	und	Prevista	4	3	3	3	703.829	5.321.636	7.875.000	7.875.000
				Realizada	3	2			199.541	3.345.130		
				Variação %	-25,00	-33,33			-71,65	-37,14		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 20.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS - SEMPRE
Unidade Orçamentária: 20.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS
Programa: 075 - URBANIZAR
Objetivo: Executar serviços de pavimentação, recuperação, manutenção, drenagem e revitalização de vias urbanas, pontes, passarelas e pontilhões.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
20.01.15.451.075.1.081	Drenagem de Águas Pluviais	DRENAGEM EXECUTADA	km	Prevista	10	10	10	10	13.580.759	17.687.322	9.513.735	10.574.940
				Realizada	1	7			13.113.806	2.407.624		
				Variação %	-91,70	-29,90			-3,44	-86,39		
20.01.15.451.075.1.355	Urbanização de vias urbanas e assentamentos comunitários	VIAS URBANIZADAS	km	Prevista	20	20	20	20	125.525.151	136.025.070	28.650.000	30.010.000
				Realizada	11	40			119.248.637	43.974.454		
				Variação %	-42,65	100,00			-5,00	-67,67		
20.01.15.451.075.1.356	Construção e reforma de praças e mercados	PRAÇAS E MERCADOS CONSTRUÍDOS E REFORMADOS	und	Prevista	5	5	5	5	3.162.683	3.937.671	3.465.000	3.812.000
				Realizada	4	4			3.120.826	1.934.171		
				Variação %	-20,00	-20,00			-1,32	-50,88		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2011, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 20.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS - SEMPRE
Unidade Orçamentária: 20.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS
Programa: 141 - INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA
Objetivo: Otimizar a infraestrutura do Porto fluvial sistematizando os serviços proporcionando rapidez, conforto e segurança, além de permitir o desenvolvimento social e econômico social.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
20.01.26.784.141.1.444	Construção do Terminal Aquaviário do Cai N'água	terminal aquaviário construído	%	Prevista		35				643.856		
				Realizada		22						
				Variação %		-37,86						
20.01.26.784.141.2.445	Fiscalização de Obras e Serviços do Terminal Aquaviário do Cai N'Água	obra fiscalizada	un	Prevista		1				303.600		
				Realizada		1				303.590		
				Variação %								

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

Avaliação do Plano Plurianual

ANEXO III.2

AVALIAÇÃO QUALITATIVA DE PROGRAMAS E AÇÕES

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2012, Ano-Base 2011

Anexo III.2 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 01.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO - CÂMARA
Unidade Orçamentária: 01.01 - CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
Programa: 010 - ATUAÇÃO LEGISLATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
Gerente: ALEXANDRA SANTANA DE OLIVEIRA

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Prover a Câmara Municipal de meios para a sua atuação legislativa.

Público-Alvo: População de Porto Velho
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: Atender as necessidades dos municipes com criação de Leis Específicas

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
-	Previsto				
	Apurado				
	Relação % Apurado/Previsto				
	Relação % Apurado/Final				

2010:

2011:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto

Os recursos orçamentários previsto no periodo foram suficientes para o pleno funcionamento do Poder Legislativo.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2011 Satisfeito

Os recursos orçamentários previsto no periodo foram suficientes para o pleno funcionamento do Poder Legislativo.

2.4 Outras Considerações

As atividades constitucionais do orgão foram executadas.

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2011

Suficiência das metas físicas das ações

Os recursos previstos no PPA 2010-2013, contemplaram todas as ações, contudo houve a necessidade de remanejar recursos orçamentários entre as ações.

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2011

Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2011

Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2011

Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2011

Não possui mecanismos.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

Órgão Responsável: 01.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO - CÂMARA
Unidade Orçamentária: 01.01 - CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
Programa: 010 - ATUAÇÃO LEGISLATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
Gerente: ALEXANDRA SANTANA DE OLIVEIRA

2011

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

Por não ser um programa voltado para fins sociais, não foi detectado durante a execução do mesmo qualquer dificuldade que necessitasse de maiores implementações.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 001 - Administração da Unidade

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2011

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

O orçamento previsto no PPA 2010-2013 foram suficientes para atender a demanda do Poder Legislativo.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2011 Suficientes

O orçamento previsto no PPA 2010-2013 foi suficiente para atender a demanda do Poder Legislativo.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

O orçamento previsto no PPA 2010-2013 foram suficientes para atender a demanda do Poder Legislativo.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 01.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO - CÂMARA
Unidade Orçamentária: 01.01 - CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
Programa: 010 - ATUAÇÃO LEGISLATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
Gerente: ALEXANDRA SANTANA DE OLIVEIRA

AÇÃO: 044 - Auxílio-Transporte a Servidores e Empregados

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2011

Outros: Requerimento

O auxilio é concedido mediante solicitação do requerente.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2011 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

Foi atendida a demanda existente.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2011 Suficientes

Os recursos foram suficientes à medida de seus repasses.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Os recursos foram suficientes à medida de seus repasses.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 01.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO - CÂMARA
Unidade Orçamentária: 01.01 - CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
Programa: 010 - ATUAÇÃO LEGISLATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
Gerente: ALEXANDRA SANTANA DE OLIVEIRA

AÇÃO: 050 - Capacitação de Servidores Públicos Municipais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2011

Mediante solicitação do requerente e a necessidade do órgão.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2011 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

Não houve grande procura por cursos durante o exercicio.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2011 Suficientes

Atendeu com satisfação as necessidades.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

O orçamento previsto no PPA 2010-2013 foram suficientes para atender a demanda do Poder Legislativo.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 01.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO - CÂMARA
Unidade Orçamentária: 01.01 - CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
Programa: 010 - ATUAÇÃO LEGISLATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
Gerente: ALEXANDRA SANTANA DE OLIVEIRA

AÇÃO: 069 - Construção, Ampliação e Reforma de Bens Imóveis

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2011

Visitas in loco

Sempre que se faz necessário.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2011 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

Como já existia benfeitorias realizadas em outros exercicios, não houve necessidade de executar o total da meta prevista.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Reforma da rede eletrica do prédio e a execução da reforma dos gabinetes dos vereadores e da administração. O projeto de acessibilidade ficou para o exercicio de 2012.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2011 Suficientes

Os recursos orçamentários executados foram suficientes para atender a reforma da rede eletrica do prédio e a execução da reforma do gabinete dos vereadores e da administração.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

A execução da ação foi concluida de conformidade com os repasses da municipalidade.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 01.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO - CÂMARA
Unidade Orçamentária: 01.01 - CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
Programa: 010 - ATUAÇÃO LEGISLATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
Gerente: ALEXANDRA SANTANA DE OLIVEIRA

AÇÃO: 121 - Implementação de Ações de Informatização

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2011

Conforme as necessidades de cada setor .

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
O orçamento foi suficiente para atender a demanda.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de computadores, impressoras para atender os mais diversos setores.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2011 Suficientes
O orçamento foi suficiente para atender a demanda.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 01.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO - CÂMARA
Unidade Orçamentária: 01.01 - CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
Programa: 010 - ATUAÇÃO LEGISLATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
Gerente: ALEXANDRA SANTANA DE OLIVEIRA

AÇÃO: 217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2011

Sistemas informatizados

Para o monitoramento da ação, utiliza-se o percentual determinado pela EC 025/00.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

Aumento da verba de gabinete e consequentemente o aumento do número de servidores.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2011 Suficientes

Conformidade com as orientações da EC-025/2000

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

De acordo com os repasses financeiros, observando os ditames da lei.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 01.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO - CÂMARA
Unidade Orçamentária: 01.01 - CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
Programa: 010 - ATUAÇÃO LEGISLATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
Gerente: ALEXANDRA SANTANA DE OLIVEIRA

AÇÃO: 316 - Câmara Itinerante

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2011

Outros: Requerimento
Conforme requerimento dos vereadores.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2011 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Poucas sessões populares no exercicio.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Os recursos foram suficientes à medida de seus repasses.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: RUTE HELENA DE SOUZA PINHEIRO

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Público-Alvo:
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: .

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
-	Previsto				
	Apurado				
	Relação % Apurado/Previsto				
	Relação % Apurado/Final				

2010:

2011:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Executado conforme ações planejadas.

2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Executado conforme o planejamento das ações.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
Atendidos conforme solicitados.

2011 Satisfeito
Atendido conforme solicitado.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Não há inadequação na concepção do programa

2011

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Raça
Contemplados com oficinas, palestras e atividades fins.

Gênero
Contemplados com oficinas, palestras e atividades fins.

Criança e Juventude
Contemplados com oficinas, palestras e atividades fins.

2011

Raça
Contempladas com oficinas, palestras e atividades fins.

Gênero
Contempladas com oficinas, palestras e atividades fins.

Criança e Juventude
Contempladas com oficinas, palestras e atividades fins.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: RUTE HELENA DE SOUZA PINHEIRO

2010
Os recursos materiais são adequados
2011
Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010
Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Necessário se faz a ampliação da equipe com técnicos capacitados para cumprimento das metas do Programa.
2011
Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010
Não possui mecanismos.
Dificuldades para a implementação de mecanismos: Meios para avaliação das metas do programa.
2011
Não possui mecanismos.
Dificuldades para a implementação de mecanismos: Não aplicável.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010
NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Criar mecanismos de avaliação do Programa.
2011
NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 001 - Administração da Unidade

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010
Relatórios de gestão
Análise do ralatório elaborado uma vez ao ano.
2011
Reuniões de trabalho
Reunião periódica a cada 03 meses
Relatórios de gestão
Reunião com apresentação de relatório das atividades executadas no exercício

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Executado conforme planejado.
2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Adequação do prédio para acessibilidade.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
2011 Suficientes
Os recursos foram liberados de acordo com a programação.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Não houve interrupção nos recursos e a execução do programa foi executado a contento.
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
O programa foi executado a contento, não havendo interrupção dos recursos disponiveis.

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: RUTE HELENA DE SOUZA PINHEIRO

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Modalidade Licitatória na sua morosidade transitória.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

AÇÃO: 069 - Construção, Ampliação e Reforma de Bens Imóveis

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Não possui mecanismos.

2011

Relatórios de gestão
Análise do relatório elaborado anualmente.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Meta prevista não realizada, por conta de redução orçamentária.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Construção e reforma parcial da Unidade.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Não utiliza recursos de origem orçamentária
Recursos orçamentários remanejados.

2011 Insuficientes
Devido ajustes necessários do projeto inicial.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Recursos orçamentários remanejados.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Conforme a medição da obra.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: RUTE HELENA DE SOUZA PINHEIRO

AÇÃO: 194 - Produção e Divulgação de Informações de Interesse Social

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Relatórios de gestão

2011

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Publicidade institucional.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: RUTE HELENA DE SOUZA PINHEIRO

AÇÃO: 217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Relatórios de gestão

2011

Relatórios de gestão

Reunião com a presentação de relatório das atividades.

Reuniões de trabalho

Reunião periódica a cada três meses.

Sistemas informatizados

MODLOG, Planilhas de Controle.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Executado conforme planejado. Atendidas integralmente todas as solicitações.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Servidores remunerados e encargos sociais pagos conforme a folha de pagamento.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO
Programa: 037 - INCLUSÃO DE GÊNERO - GARANTIA DOS DIREITOS DA MULHER
Gerente: MARA REGINA DA SILVA OLIVEIRA

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Garantir os direitos da mulher ampliando sua participação por meio da inclusão social.

Público-Alvo: Mulheres do Município de Porto Velho
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: A Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres cabe a responsabilidade de coordenar, junto aos demais setores do município, a implementação e execução das políticas públicas, as demandas de necessidades e potencialidade das mulheres.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Número médio de casos de violência contra a mulher registrados no ano	Previsto	1109	986	862	862
	Apurado	1361	986		
	Relação % Apurado/Previsto	122,72	100,00		
	Relação % Apurado/Final	157,89	114,39		

2010: Ações executadas conforme planejado.

2011:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Atendimentos realizados a contento.

2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Atendimentos realizados a contento.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
Programa executado com participação da sociedade civil

2011 Satisfeito
Programa executado com a participação da sociedade civil.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Não há inadequação na concepção do programa

2011

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Raça
Realizadas por meio de oficinas, reuniões, cursos , material grafico e outros

Pessoa com Deficiência
Realizados por meio de reuniões, oficinas, cursos e outros

Gênero
Realizadas por meio de oficinas, cursos, campanhas, e outros.

Criança e Juventude
Por meio de campanhas e material didático.

2011

Raça
Realizada por meio de oficinas, reuniões, cursos, material gráficos e outros.

Pessoa com Deficiência
Realizados por meio de reuniões, oficinas, cursos e outros.

Gênero
Realizadas por meio de oficinas, cursos, campanhas e outros.

Criança e Juventude
Por meio de campanhas e material didático.

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO
Programa: 037 - INCLUSÃO DE GÊNERO - GARANTIA DOS DIREITOS DA MULHER
Gerente: MARA REGINA DA SILVA OLIVEIRA

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Os recursos materiais são adequados

2011

Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Os recursos humanos são adequados

2011

Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Reunião com grupos de interesse
São realizadas por meio de oficinas e reuniões.

Discussão em Conselho Setorial
Realizada mensalmente reuniões do Conselho da Mulher onde são definidas prioridades e avaliação das ações.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Na proposição de ações para inserir no Planejamento da Coordenadoria.

2011

Reunião com grupos de interesse
São realizadas por meio de oficinas e reuniões.

Discussão em Conselho Setorial
Realizada mensalmente reuniões do Conselho da Mulher onde são definidas prioridades e avaliação das ações.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Faz-se necessaria a criação de instumentos de avaliação para aferir a satisfação dos usuáios.

2011

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Faz-se necessária a criação de instrumentos de avaliação para aferir a satisfação dos usuários.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 045 - Campanha de Prevenção e Combate a Violência Contra a Mulher

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Realizadas reuniões mensais para avaliação.

Relatórios de gestão
Realizada uma vez ao ano.

2011

Reuniões de trabalho
Realizadas reuniões mensais para avaliação.

Relatórios de gestão
Realizado uma vez ao ano.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Ações de mobilização social realizadas por meio de campanhas.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Ações de mobilização social realizadas por meio de Campanhas.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 01 campanha realizada com sucesso.

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO
Programa: 037 - INCLUSÃO DE GÊNERO - GARANTIA DOS DIREITOS DA MULHER
Gerente: MARA REGINA DA SILVA OLIVEIRA

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Recursos suficientes para a realização das ações.

2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Ações executadas dentro do planejamento e não houve interrupção do fluxo de recursos.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Médio
Exeutado a contento.

2011 Médio
Executado a contento.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:
Foram realizados eventos de mobilização com a colaboração de parceiros na divulgação das companhas e na formação de rede de enfrentamento a violência.

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO
Programa: 037 - INCLUSÃO DE GÊNERO - GARANTIA DOS DIREITOS DA MULHER
Gerente: MARA REGINA DA SILVA OLIVEIRA

AÇÃO: 052 - Capacitação em Gênero

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Realizada uma vez ao mês

Relatórios de gestão
Realizada uma vez ao ano.

2011

Reuniões de trabalho
Realizado mensalmente.

Relatórios de gestão
Elaborado anualmente.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Realizado a contento devido ao alcance social e a equipe capacitada

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Realizado a contento.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Diárias, manutenção dos serviços.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Realizada a contento.

2011 Suficientes
Realizado a contento.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Executados conforme a programação.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Apenas é utilizado recursos orçamentarios.

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO
Programa: 037 - INCLUSÃO DE GÊNERO - GARANTIA DOS DIREITOS DA MULHER
Gerente: MARA REGINA DA SILVA OLIVEIRA

AÇÃO: 097 - Gestão e Administração do Programa

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Realizada uma vez ao mês.

Relatórios de gestão
Realizada uma vez ano.

2011

Reuniões de trabalho
Reuniões mensais.

Relatórios de gestão
Anualmente.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Executado conforme planejado.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Diárias, aluguel e outros.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Executado a contento.

2011 Suficientes
Executado a contento.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Executado conforme planejado e liberado a contento.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO
Programa: 037 - INCLUSÃO DE GÊNERO - GARANTIA DOS DIREITOS DA MULHER
Gerente: MARA REGINA DA SILVA OLIVEIRA

AÇÃO: 294 - Manutenção das Atividades do Conselho de Defesa da Mulher

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Realizada uma vez ao mês e doze ao ano.

Relatórios de gestão
Elaborado uma vez ao ano.

2011

Reuniões de trabalho
Reuniões realizadas mensalmente.

Relatórios de gestão
Relatório anualmente.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Realizado a contento.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Realizado em outra ação.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Realizado a contento

2011 Não utiliza recursos de origem orçamentária
Recursos orçamentários remanejados para outra ação.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Liberados conforme planejado.

2011 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Recursos orçamentários não executados.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Foi utilizado recursos apenas orçamentario proprio.

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO
Programa: 071 - SEGURANÇA E PROTEÇÃO CIVIL E PATRIMONIAL
Gerente: REINALDO RAIMUNDO DA SILVA

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Manter a segurança do prefeito e dos bens patrimoniais do Município e mobilizar a estrutura administrativa nos casos de calamidade pública.

Público-Alvo:
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: Prover condições para o desenvolvimento das atividades relativas a segurança do Prefeito e sua família, bem como, do Palácio Municipal e das atividades relacionadas a coordenação dos serviços de defesa civil do Município.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
-	Previsto				
	Apurado				
	Relação % Apurado/Previsto				
	Relação % Apurado/Final				

2010:

2011:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 40% a 80% do previsto

Devido a grande extenção do Municipio e Porto Vellho que conta com uma grande população residente nas areas de risco. Em consequencia da área geografica que abrange o municipio de Porto Velho, possuindo Distritos e Comunidades distantes do centro urbano a uma distancia equivalente á 350 km, e tambem distritos distantes a 06:00hs. De barco. E a falta de equuipamentos para o pleno desenvolvimento das suas atividades de prevenção, assintencia e socorro

2011 Alcance entre 40% a 80% do previsto

Devido a grande extensão do municipio de Porto velho que conta com uma grande população residente nas áreas de risco, distritos e comunidades distantes da área urbana, ao longo do rio madeira e BR 364 sentido Acre, dificultando assim assistência e socorro das vitimas.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito

As pessoas atendidas pela a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil tem demostrado sua satisfação diante do encaminhamento de suas necessiadades para as secretarias municipais, como tambem pelo o acompanhamento da Defesa Civil junto a estas secretarias.

2011 Satisfeito

As pessoas atendidas pela coordenadoria Municipal de Defesa Civil tem demonstrado satisfação.

2.4 Outras Considerações

Se faz necessário parcerias da Defesa Civil municipal e estadual.

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Não há inadequação na concepção do programa

2011

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Não contempla

2011

Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras

A Defesa Civil apresenta uma grande necessidade de embarcações, veiculos (camionetes com tração 4x4), e caminhão baú para transporte de mudanças das vitimas de alagamento do rio madeira.

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO
Programa: 071 - SEGURANÇA E PROTEÇÃO CIVIL E PATRIMONIAL
Gerente: REINALDO RAIMUNDO DA SILVA

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras

A Defesa Civil ocupa hoje um ambiente inadequado para o desenvolvimento de suas atividades operacionais, visto que no momento atual a COMDEC recebeu dois barcos para acompanhamento da população ribeirinha no momento de enchentes e não dispõe de espaço fesico para acomodação desses materiais. Que na região do medio e baixo madeira foram constituidos cinco núcleos de Defesa Civil e os mesmos não dispõe de uma embarcação e motor de 15 hp, para acompalhamento diario do processo de enchente e das pessoas atingidas pelas as aguas do rio, sendo que este procedimento é primordial para o desenvolvimento das ações de Defesa Civil a serem implementadas junto a população.

2011

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras

A Defesa Civil apresenta necessidades de maior número de veículos e embarcações para transporte de mudanças das vítimas.

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras

Espaço fisico inadequado para realização de suas atividades.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial

A COMDEC é composta na sua equipe gerencial de um coordenador municipal, um chefe de divisão de operações e um chefe de divisão de minimização de desastres sendo este quantitativo suficiente, porem é necessario que estes profissionais tenham executados todos os cursos de Defesa Civil que são oferecidos pela a Secretaria Nacional de Defesa Civil. Que estes profissionais tambem tenham conhecimento dos cursos de de defesa civil e inclusão digital oferecido pela Prefeitura do Municipio de Porto Velho.

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras

Para um desenvolvimento adequado das ações de Defesa Civil no municipio seria necessario um quantitativo de 14 servidores sendo: Coordenador municipal, secretaria, chefe de divisão de operações, chefe de divisão minimização de desastre, 02 piloto de embarcação e 08 agentes de defesa civil.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial

Falta de alguns cursos de defesa civil na equipe gerencial.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras

Falta dos cursos de defesa civil previstos para as equipes executoras.

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial

Recursos Humanos insuficiente e despreparados para desenvolverem as atividades necessárias.

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras

Recursos Humanos insuficiente.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial

Falta de Capacitação Profissional.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras

Falta dos cursos de defesa civil previstos para equipes executoras.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Outros: constituição dos nucleos de defesa civil.

Os nucleos de defesa civil são constituidos junto a população voluntária, que tem por finalidade de repassar a COMDEC todos os fatos adversos que acontecem junto a sua comunidade.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

Foram constituidos 12 nucleos de Defesa Civil, participaram das palestras de formação e hoje estão aptos a desenvolverem as ações do COMDEC.

2011

Os nucleos de desesa civil são contituidos junto a população voluntária e que tem por finalidade repassar a comdec todos os fatos adversos que acontecem junto a sua comunidade.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

A COMDEC necessita de recursos humanos para desenvolvimento de suas ações.

2011

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

A COMDEC não tem recursos humanos para desenvolvimento das ações.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 156 - Manutenção de Serviços da Defesa Civil

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho

São realizadas semestralmente reuniões de defesa civil e com a população ribeirinha para levantamento das necessidades desta população e para avaliação das medidas proposta e encaminhadas via relatórios de vistoria para as secretarias municipais.

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO
Programa: 071 - SEGURANÇA E PROTEÇÃO CIVIL E PATRIMONIAL
Gerente: REINALDO RAIMUNDO DA SILVA

Visitas in loco

Diariamente a Defesa Civil recebe solicitação por parte da população pedidos de intervenção nas situações de riscos eminentes ou situações de desastres. Uma equipe da DefesaCivil desloca-se para o local, informa-se do fato, realiza o relatorio de vistória, solicita apoio do corpo de bombeiro quando a gravidade da situação supera sua capacidade de atendimento, e posteriomento encaminha via oficio o relatorio para a secretaria municipal e orgão estadual que tenham a responsabolidade de tomar as providencias cabiveis. E posteriomente faz o acompanhamento até as medidas mitigadoras sejam tomadas.

Relatórios de gestão

Os relatorios de vistorias ou relatorios de atividades são realizados todas as vezes que um agente de defesa civil realiza uma ação junto a população. E tem por finalidade apresentara o fato acorrido, a gravidade da situação, a população atingida e as medidas saneadoras a serem tomadas, servindo de instrumento habil pra que a comunidade atingida possa pleiteiar junto os orgão publicos as providencias necessarias.

2011

Reuniões de trabalho

Reuniões realizadas semestralmente.

Relatórios de gestão

Relatórios encaminhados via oficio aos órgãos competentes.

Visitas in loco

Realização de visitas e emissão de relatórios de vistorias dando encaminhamento ao órgão capacitadopara tomar as devidas medidas e providências.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
2011 Insuficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Ações realizadas conforme planejada e não houve interrupção do fluxo de recurso.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Médio

Foram realizados convenios com inpreendimento da Santo Antonio Energia e com o Governo do Estado para o recebimento de duas lanchas e um motor de 60hp para o atendimento de toda a população ribeirinha do municipio de Porto Velho.

2011 Médio

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Convênios: Santo Antônio Energia, Governo do Estado.

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO
Programa: 099 - COORDENAÇÃO DE AÇÕES NOS DISTRITOS
Gerente: ELIANA ALVES DA SILVA MELO

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Implantar Políticas de desenvolvimento para os Distritos no contexto da realidade sócioeconômica

Público-Alvo: População dos distritos do Município
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: Devido a distância que separa os Distritos da Sede Administrativa Municipal, faz-se nomeação de Administradores Distritais, que possa atender os moradores locais, bem como a construção, reforma e reestruturação das Sedes Administrativas nos Distritos.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

-	2010	2011	2012	2013
Previsto				
Apurado				
Relação % Apurado/Previsto				
Relação % Apurado/Final				

2010:

2011:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Houve a execução das ações conforme o planejado, hove um aumento da demanda solicitada pelo o publico alvo.

2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Houve aumento da demanda solicitada pelo público alvo.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Pouco satisfeito
Houve um crescimento das solicitações do publico alvo para ampliação da ofeta de recursos orçamentarios para realização de ações quanto a administração dos distritos.

2011 Pouco satisfeito
Houve um crescimento das solicitações do publico alvo para ampliaçãoda oferta de recursos orçamentários para realização de ações quantoa administração dos distritos.

2.4 Outras Considerações

Devido a grande extensão do município de Porto Velho, faz-se necessário a contratação de profissionais que residam no próprio Distrito.

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010
Não há inadequação na concepção do programa

2011
Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010
Não contempla

2011
Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010
Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Existe a necessidade de ampliar os recursos orçamentarios para suprir as necessidades dos executores/Administradores Distritais.

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO
Programa: 099 - COORDENAÇÃO DE AÇÕES NOS DISTRITOS
Gerente: ELIANA ALVES DA SILVA MELO

2011

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial
Há necessidade de ampliação de espaço físico para a realização das atividades.
Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
Há necessidade de ampliação de espaço físico para a realização das atividades.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Houve um aumento da demanda de ações nos Distritos, e por isto se faz necessario o aumento de recursos humanos, sendo no minimo 65 servidores para atender os 13 Distritos.

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Ampliação de equipe técnica capacitada.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Audiência Pública
Realizada para apresentação de planos de ação.
Reunião com grupos de interesse
Apresentação do plano de ação e avaliação junto com os grupos de interesses.
Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Apresentação de propostas para inclusão no programa.

2011

Outros: Divulgação na mídia.
Contribuições da participação social para os resultados do programa:

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Falta mecanismos de avaliação da satisfação dos beneficiários.

2011

NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 297 - Manutenção das Sedes Administrativas dos Distritos

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
são realizadas 12 reuniões anuais com a gerencia do programa e executores das equipes locais
Visitas in loco
Sempre que necessário são realizadas visitas in loco
Relatórios de gestão
É elaborado um relatório anual das ações desenvolvidas

2011

Reuniões de trabalho
Reuniões mensais com a gerência do programa e executores das equipes locais.
Visitas in loco
Sempre que necessario são realizadas visitas in-loco.
Relatórios de gestão
É elaborado um relatório anual das ações desenvolvidas.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Devido a proposta de criação de duas unidades administrativas, sendo nas localidades de União Bandeirantes e Rio Pardo faz-se necessaia a ampliação de recursos para o programa..

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Devido a criação de duas unidades administrativas, sendo na localidade de União Bandeirantes, faz-se necessária a ampliação de recursospara o programa.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO
Programa: 099 - COORDENAÇÃO DE AÇÕES NOS DISTRITOS
Gerente: ELIANA ALVES DA SILVA MELO

2011 Instalação de sede administrativa e de agencia dos correios.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes

Devido o aumento das demandas os recursos não foram suficientes.

2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Atraso na prestação de contas dos beneficiários

Devido as dificuldades de empresas regulamentadas nas localidades para o fornecimento de notas fiscais, ocorre o atraso nas prestações de conta por parte dos executores locais.

2011

Atraso na prestação de contas dos beneficiários

Devido as dificuldades de empresas regulamentadas nas localidades para o fornecimento de notas fiscais, ocorre o atraso nas prestação de contas por parte dos executores locais.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO
Programa: 099 - COORDENAÇÃO DE AÇÕES NOS DISTRITOS
Gerente: ELIANA ALVES DA SILVA MELO

AÇÃO: 298 - Construção, ampliação e reforma de sedes administrativas dos Distritos

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
São realizaadas 12 reuniões de trabalho do decorrer do ano.

Visitas in loco
Sempre que se faz necessario.

2011

Reuniões de trabalho
São realizadas 12 reuniões de trabalho do decorrer do ano.

Visitas in loco
Sempre que se faz necessário.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
As obras estão em fase de execução.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
As obras estão em fase de execução: instalação da agência dos correios e sede administrativa.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
O processo encontra-se em tramitação.

2011 Insuficientes
O processo encontra-se em tramitação. Recursos remanejados para outra ação.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Os processos encontra-se em tramite.

2011 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Os recursos foram remanejados para outra ação.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Não existem recursos extra-orçamentarios.

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Outros: Tramite processual
O processo para execução da ação encontra-se em tramite processual.

2011

Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Remanejamento de recursos.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO
Programa: 101 - PROTAGONISMO JUVENIL
Gerente: SAMUEL PESSOA DA SILVA

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Contribuir na inclusão social da juventude

Público-Alvo: Jovens na faixa etária de 15 aos 29 anos
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: O problema de delinquência juvenil moderna transcendeu as barreiras sociais. Crimes hediondos passaram a ser praticados por adolescentes e jovens com poderes aquisitivos e culturais diversos, demonstrando que a falta de esperança e de expectativa está se tornando generalizada e já faz parte desta geração. Outro fator novo a ser considerado é o tráfico de drogas e armas, com o comércio do varejo, enraizando-se nos bairros pobres, sobretudo entre os jovens, mudando os padrões de letalidade da ação criminal

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de Jovens de 15 a 29 anos atendidos pelo programa	Previsto	40	50	60	80
	Apurado				
	Relação % Apurado/Previsto				
	Relação % Apurado/Final				

2010:

2011:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Atendimento a juventude de Porto Velho conforme planejado.

2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Atendimento a juventude conforme o planejado.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
Houve o atendimento as ações planejadas para a juventude de Porto Velho

2011 Satisfeito
Houve o atendimento das ações planejadas para a juventude de PortoVelho.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Não há inadequação na concepção do programa

2011

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Raça
Realizado por meio de ações transvesais e com a execução de oficinas, cursos, seminários, palestras, eventos culturais e festivais.

Gênero
Ralizado por meio de ações transversais e execução de oficinas, cursos, seminários, palestras, eventos culturais e festivais.

Criança e Juventude
Realizado por meio de ações transversais e execução de oficnas, cursos, seminarios, palestras, eventos cuturais e festivais.

2011

Raça
Realizado por meio de ações transversais e com a execução de oficinas, cursos, seminários, palestras, eventos culturaise festivais.

Gênero
Realizado por meio de ações transversais e com a execução de oficinas, cursos, seminários, palestras, eventos culturaise festivais.

Criança e Juventude
Realizado por meio de ações transversais e com a execução de oficinas, cursos, seminários, palestras, eventos culturaise festivais.

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO
Programa: 101 - PROTAGONISMO JUVENIL
Gerente: SAMUEL PESSOA DA SILVA

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Faz-se necessaria a estruturação do eixo operacional da ação.
Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial
É necessaria a ampliação da infrestrutura com nova logistica ao programa.

2011

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Faz-se necessária a estrutura do eixo operacional da ação.
Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial
É necessária a ampliação da infraestrutura com nova logística ao programa.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Os recursos humanos são adequados

2011

Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Reunião com grupos de interesse
Realizadas rodas de conversa e trocando ideia com os grupos sociais para a consolidação da Rede Portovelhense de Juventude.
Discussão em Conselho Setorial
Realizada o debate por meio da REJU para a criação do Conselho Setorial da Juventude.
Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Contribuiu no estabelecimento de metas para os programas.

2011

Reunião com grupos de interesse
Realizadas rodas de conversa e trocando idéias com os grupos sociais para consolidação da rede porto-velhense de juventude.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
E necessaria a criação de instrumentais de avaliação da satisfação dos beneficiários.

2011

NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
É necessário a criação de indicadores para avaliação de satisfação dos beneficiários.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 299 - Gestão e Administração do Programa - Protagonismo Juvenil

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Realizada 02 reuniões semanais de planejamento e monitoramento..
Visitas in loco
Realizadas semanalmente nos locais.
Relatórios de gestão
Elaborado relatorios locais e um relatorio anual.

2011

Reuniões de trabalho
Realizadas duas reuniões semanais de planejamento e monitoramento.
Visitas in loco
Realizadas semanalmente nos locais.
Relatórios de gestão
Elaborado relatórios locais e um anual.

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO
Programa: 101 - PROTAGONISMO JUVENIL
Gerente: SAMUEL PESSOA DA SILVA

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Ações realizadas dentro do planejado.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Diárias, serviços de terceiros-pessoa jurídica e material de consumo.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Recursos foram suficientes para suprir as ações planejadas

2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Ações realizadas de acordo com a liberação de recursos necessários.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Não dispoe de recursos extra-orçamentarios.

2011 Médio
Conforme convênios disponibilizados.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:
Houve parcerias de instituições e entidades relacionadas a juventude.

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO
Programa: 101 - PROTAGONISMO JUVENIL
Gerente: SAMUEL PESSOA DA SILVA

AÇÃO: 300 - Capacitação sobre Políticas Públicas de Juventude - Protagonismo Juvenil

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Realização de reunioes mensais com equipe.

Relatórios de gestão
Realizada a elaboração anual.

2011

Reuniões de trabalho
Realização de reuniões mensais com equipe.

Relatórios de gestão
Relatório anual.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Foi possivel o estabelecimento de agendas e o cumprimento do planejamento.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Foi possível o estabelecimento de agendas e o cumprimento do planejamento.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Foram capacitados 300 jovens. São lideranças sociais e multiplicadores dos objetivos das politicas públicas apresentadas.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Não houve a utilização dos recursos ordinários pois os parceiros institucionais efetuaram as despesas financeiras nas metas do programa.

2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Apesar de dispor de recursos orçamentarios não houve tempo habil para a abertura de processo licitatorio.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Alto
A ação é muito importante para a execução do programa, foi possivel contar com a colaboração dos parceiros institucionais porem faz-se necessaria a manutenção dos recursos no orçamento municipal .

2011 Alto

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:
Organizações não governamentais e governamentais.

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.21 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE PORTO VELHO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: WALDISON DIAS PINHEIRO

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Público-Alvo:
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: .

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
-	Previsto				
	Apurado				
	Relação % Apurado/Previsto				
	Relação % Apurado/Final				

2010:

2011:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto

As ações do Departamento Administrativo atendeu as expectativas de administração interna da unidade e no atendimento ao andamento dos processos de atendimento do departamento de artes.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Pouco satisfeito

A quantidade de funcionários é insuficiente para atender a demanda gerando acúmulo de atividades.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Raça

O atendimento é realizado contemplando todas as raças.

Pessoa com Deficiência

Gênero

Procura-se sempre equilibrar as contratações artísticas com equilíbrio de gênero com ampla participação de mulheres.

Criança e Juventude

As ações dirigidas a este público estão concentradas nos cursos, shows e atividades folclóricas das agremiações de bairros.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial

Há necessidade da realização de concursos e implantação do quadro de assessores.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.21 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE PORTO VELHO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: WALDISON DIAS PINHEIRO

2010

Reunião com grupos de interesse

O planejamento da Fundação tem sempre a participação de dirigentes de entidades culturais.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

Direcionar o gasto dos recursos para atender políticas públicas na área cultural contemplando o público excluído - bairros e Distritos.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Mecanismos adotados:

Reuniões com coordenadores de grupos culturais.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 001 - Administração da Unidade

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Não houve dificuldade na execução desta ação.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

Os recursos foram suplementados quando necessários.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.21 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE PORTO VELHO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: WALDISON DIAS PINHEIRO

AÇÃO: 217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

Não há um corpo de técnicos e funcionários compatível com a demanda de trabalho da Fundação Iaripuna.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.21 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE PORTO VELHO
Programa: 044 - PORTO VELHO - PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO, ARQUEOLÓGICO E CULTURAL
Gerente: FRANCISCO GRIGÓRIO DA SILVA

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Identificar, salvaguardar, revitalizar e promover o patrimônio histórico, artístico, arqueológico e cultural do Município.

Público-Alvo: População do Município de Porto Velho
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: Necessidade de valorização dos bens patrimôniais culturais.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de bens imóveis do patrimônio histórico, artístico, arqueológico e cultural identificados e memorizados	Previsto	40	48	58	70
	Apurado				
	Relação % Apurado/Previsto				
	Relação % Apurado/Final				

2010: Foram identificadas 50 comunidades e eventos tradicionais que somaram-se ao patrimônio imaterial dos Arquivos da Fundação Cultural Iaripuna. Foram restaurados 02 imóveis.Necessita-se refazer a descrição dos indicadores que é quantitativo e não índice percentual.

2011:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
O programa foi cumprido conforme planejado.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
As comunidades ribeirinhas e dos bairros Mocambo, Triangulo, Santa Bárbara, Jacy Paraná e Mutum (agora Nova Mutum) ficam surpresas com a presença do Gestor da cultura municipal em abrir um debate sobre os valores históricos que movem a alto estima de cada morador.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Raça
As oficinas do Patrimônio Histórico procuram elevar a Raça de cada componente da comunidade que participa do debate.

Pessoa com Deficiência
Todo portador de deficiência é incluído no debate tendo voz e participação ativa.

Gênero
Os oficineiros são orientados para não cometer nenhuma fala discriminatória e na convocação das oficinas e debates as mulheres são incentivadas à participação, inclusive com adequação de horários para que as mesmas participem - principalmente SENHORAS IDOSAS.

Criança e Juventude
A juventude tem uma participação ativa e as crianças participam acompanhando as mais - sendo uma participação pequena.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
A Fundação não tinha do orçamento para aquisição de filmadoras, máquinas fotográficas e arquivos adequados de coleta e arquivamento do material.

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial
Todas as oficinas e vizitas foram realizadas em parcerias com a SEMED e Associações das comunidades que transportaram e hospedaram os gestores da Fundação e agentes contratados para realização dos trabalhos.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.21 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE PORTO VELHO
Programa: 044 - PORTO VELHO - PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO, ARQUEOLÓGICO E CULTURAL
Gerente: FRANCISCO GRIGÓRIO DA SILVA

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
A Fundação conta com apenas o Chefe da Divisão do Patrimônio Histórico para pensar, elaborar e executar as tarefas.
Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Reunião com grupos de interesse
Há reuniões prévias com presidentes de associações e Administradores dos Distritos.
Outros: Ofinas de formação e debate
O trabalho foi realizado todo em forma de oficinas formativas com representantes de escolas, associações, senhores e senhoras mais idosas da comunidade, além da comunidade em geral.
Contribuições da participação social para os resultados do programa:
O interesse do público em querer preservar sua própria história.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM
Mecanismos adotados:
Ao final de cada oficina o gestor da Fundação realizou avaliação participativa onde todos consideraram o trabalho de alto grau de importância.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 098 - Identificação, Registro e Difusão de Bens Históricos, Artísticos, Arqueológicos e Culturais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
A cada ação o executor da tarefa expõe oralmente sua experiência.
Relatórios de gestão
Apresenta-se relatórios anuais da atividades que são organizados para finalização do Relatório Circunstanciado.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Identificados 50 comunidades e eventos tradicionais.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Necessita-se ampliar a ação e consequentemente ampliar os investimentos face a demanda quantitativa de comunidades ainda não contempladas.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Alto
As parcerias com a comunidade e outras secretarias da Prefeitura foi a grande protagonista e responsável pela realização das atividades com sucesso.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
A equipe gestora do Departamento Administrativo da Fundação é desprovida de técnicos, auxiliares ou assessores que dêem conta da necessidade do volume de propostas planejadas dentro de padrões de licitação e contratos.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

Não
Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.21 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE PORTO VELHO
Programa: 044 - PORTO VELHO - PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO, ARQUEOLÓGICO E CULTURAL
Gerente: FRANCISCO GRIGÓRIO DA SILVA

AÇÃO: 223 - Restauração e Preservação de Bens Imóveis do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Cultural

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

As restaurações foram executadas com sucessos e tiveram a interniviencia principalmente do executivo que negociou junto aos recursos de compensação das Unisinas as referidas restaurações. A inauguração das obras foram muito bem recebidas pelo público que visita os espaços constantemente.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

A obra custou muito mais do que o orçamento previa e foi executada com recursos da Santo Antonio Energia dentro dos acordos de compensações.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.21 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE PORTO VELHO
Programa: 047 - PRODUÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL
Gerente: FRANCISCO GRIGÓRIO DA SILVA

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Difundir, promover e garantir as manifestações culturais, artísticas e folclóricas do Município.

Público-Alvo: População do Município de Porto Velho e produtores culturais.
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: A necessidade da distribuição do produto cultural onde todos os cidadãos e produtores tenham acesso aos bens culturais.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Número de cursos de artes para os produtores culturais e comunidades realizados	Previsto	40	48	58	70
	Apurado	86			
	Relação % Apurado/Previsto	215,00			
	Relação % Apurado/Final	122,86			

2010: Necessita-se refazer a descrição dos indicadores. O número de atividades realizadas pelo programa é de 494. O quantitativo 86 refere-se à quantidade de cursos, correspondente à uma das ações do programa.

2011:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance acima de 100% do previsto
O alto índice de realizações deu-se pelo alto investimento e replanejamento das ações da Ação Cultural.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Muito satisfeito
Em todas ações são colhidas opiniões e realizadas reuniões para avaliar a satisfação do público.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Raça
O público alvo são moradores de bairro, portanto onde concentra a miscigenação racial e o atendimento contempla todas as raças.

Pessoa com Deficiência
Nenhum portador foi impedido de participar nem teve dificuldade.

Gênero
Há sempre um quantitativo equilibrado de homens e mulheres, inclusive há adequações de horários para que senhoras (donas de casa) participem das atividades.

Criança e Juventude
Há cursos, eventos e ações específicas para crianças, tais como cursos de dança e espetáculos de teatro infantil e bonecos.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Necessita-se de mais investimentos nos equipamentos da Fundação.
Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Necessita-se de mais investimentos nos equipamentos da Fundação para execução dos programas.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
Aguarda-se finalização dos estudos de impacto na folha para realização de concurso.

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.21 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE PORTO VELHO
Programa: 047 - PRODUÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL
Gerente: FRANCISCO GRIGÓRIO DA SILVA

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Aguarda-se finalização dos estudos de impacto na folha para realização de concurso.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Reunião com grupos de interesse
A Fundação realiza reuniões de planejamento com grupos de teatros, músicos e entidades folclóricas parceiras para organizar os eventos.

Outros: Participação do público em shows, teatros, oficinas e cursos.
Há uma grande participação de toda população do municipio em todos eventos realizados pela Fundação Cultural

Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Inclusão de pequenos produtores para circularem seus espetáculos de forma remunerada e garantia de acesso à bons espetáculos à toda população, principalmente as mais distantes do centro.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Mecanismos adotados:
Reuniões com as equipes executoras e parceiros nas realizações dos eventos.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 072 - Construção, Ampliação, Reforma e Implantação de Espaços Culturais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Visitas in loco
Visitas no local da obra durante a execução.

Relatórios de gestão
Relatório anual.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Construção de equipamentos na zona rural em forma de parceria com um ponto de cultura (programa cultural do Ministério da Cultura)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Não utiliza recursos de origem orçamentária
Recursos totalmente remanejados..

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Recursos totalmente remanejados.Há uma grande dificuldade em construir na zona rural porque exige-se documentação para uma realidade urbana.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Alto
A parceria da comunidade e do grupo que coordena o Ponto de Cultura foi quem mais contribuiu para a construção do Centro Cultural.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Conflitos decorrentes de outras políticas setoriais
A zona rural de Porto Velho está sob domínio da União o que dificulta a autorização da obra.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.21 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE PORTO VELHO
Programa: 047 - PRODUÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL
Gerente: FRANCISCO GRIGÓRIO DA SILVA

AÇÃO: 095 - Formação de Agentes Culturais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Reuniões mensais com a toda equipe de trabalho

Visitas in loco
Visita da Chefe de Divisão nos cursos.

Relatórios de gestão
Relatório anual.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
A liberação de recursos para um maior investimento nos cursos possibilitou ampliar a meta prevista e atender um público maior do que o planejado.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Os recursos foram suficientes mas houve suplementação para atingir a meta que foi ampliada em função da demanda.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Houve atrasos na execução porque atrasou também os recursos repassados em forma de suplementação.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Há projetos aprovados junto ao Ministério da Cultura, mas o recurso não foi depositado no exercício de 2010 por problemas do governo federal.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.21 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE PORTO VELHO
Programa: 047 - PRODUÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL
Gerente: FRANCISCO GRIGÓRIO DA SILVA

AÇÃO: 195 - Produções Fonográficas e Edição de Material Gráfico-Literário

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Relatórios de gestão
Relatorio anual

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Apesar de cumprido a meta, este planejamento é muito tímido em função da demanda e da necessidade de produtores necessitarem de apoio cultural para impressões de CD e Livros.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
O recurso foi agregado aos gastos com carnaval uma vez que o cd impresso foi do carnaval.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.21 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE PORTO VELHO
Programa: 047 - PRODUÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL
Gerente: FRANCISCO GRIGÓRIO DA SILVA

AÇÃO: 198 - Promoção de Eventos Turísticos, Culturais, Artísticos e Folclóricos

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Reuniões semanais de trabalho de avaliação e replanejamento das ações.

Visitas in loco
Visita a todos eventos organizdos pela fundação.

Relatórios de gestão
Relatório mensal.

Outros: Fotos
Registro formal em forma de fotografia da maioria dos eventos

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
A alta demanda de solicitação para realização de atividades culturais foi comtemplada com replanejamento das ações e suplementação orçamentária e foi possível ampliar o atendimento.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Foi utilizado suplementação orçamentária para realizar as atividades culturais replanejadas.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Em função do replamejamento e do ampliação do repasse para o carnaval, foram organizadas suplementações orçamentária que sofrerem constante atrasos na execução pelo atraso no repasse orçamentário.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Baixo
Vários eventos são realizados em parcerias com entidades culturais que disponibilizam contra-partidas principalmente com material humano.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Atraso na prestação de contas dos beneficiários
Algumas entidades parceiras tem muita dificuldade ficando a Fundação responsável por finalizar a prestação de contas.

Dificuldades de celebração de convênios por inadimplência dos entes
O atraso na prestação de contas tem impedido a boa organização dos convênios.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 03.00 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM
Unidade Orçamentária: 03.01 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: WALDERY NOGUEIRA DE LIMA

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Público-Alvo: Secretarias Municipais, fundações municipais, empresas municipais
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
-	Previsto				
	Apurado				
	Relação % Apurado/Previsto				
	Relação % Apurado/Final				

2010:

2011:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Não aplicável
2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Não apurada
2011 Satisfeito

2.4 Outras Considerações

As atividades constitucionais do Órgão (CF art. 74) foram executadas.

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Não há inadequação na concepção do programa

2011

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Não contempla

2011

Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Infraestrutura de recursos financeiros e materiais insuficientes para atender as demandas constitucionais do Órgão.
Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial
Infraestrutura de recursos financeiros e materiais insuficientes para atender as demandas constitucionais do Órgão.
Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Infraestrutura de recursos financeiros e materiais insuficientes para atender as demandas constitucionais do Órgão.
Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
Infraestrutura de recursos financeiros e materiais insuficientes para atender as demandas constitucionais do Órgão.

2011

Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

Órgão Responsável: 03.00 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM
Unidade Orçamentária: 03.01 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: WALDERY NOGUEIRA DE LIMA

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Recursos humanos insuficientes para atender as demandas constitucionais do Órgão.

2011

Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Portal da transparência.

2011

Não possui mecanismos.
Dificuldades para a implementação de mecanismos: Não se aplica por tratar-se de programa da área meio para manutenção do Órgão

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Trata-se de programa de manutenção das atividades, não sendo programa finalístico de controle interno.

2011

NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Não se aplica por tratar-se de programa da área meio para manutenção do Órgão.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 001 - Administração da Unidade

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Reuniões mensais técnicas.
Relatórios de gestão
Relatório quadrimestral de controle interno.

2011

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Unidade mantida, mas com condições insfuficientes para atendimento da demanda.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Unidade mantida com o funcionamento das atividades constitucionais (art.74 CF)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes
Os recursos orçados foram insuficientes para atender as demandas constitucionais do Controle Interno.

2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Ocorreu a realização das despesas conforme cronograma de liberação de quotas orçamentárias mensais

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

Órgão Responsável: 03.00 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM
Unidade Orçamentária: 03.01 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: WALDERY NOGUEIRA DE LIMA

2010

Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)
Os recursos orçamentários alocados e as suplementações ocorridas foram insuficientes para atender as demandas constitucionais do Controle Interno.

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

AÇÃO: 217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Reuniões Técnicas mensais.

Relatórios de gestão
Relatório quadrimestral de Controle Interno.

2011

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Servidores do GOCI remunerados e encargos sociais recolhidos

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
A dotação inicial foi insuficiente para custear as despesas. Houve suplementação orçamentária.

2011 Suficientes
Os recursos foram suficientes para custear os 12 meses da folha de pagamento, 13 salário e 1/3 de férias dos servidores da CGM

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 04.00 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
Unidade Orçamentária: 04.01 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: FÁTIMA CRISTINA FERNANDES

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Promover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Público-Alvo:
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
-	Previsto				
	Apurado				
	Relação % Apurado/Previsto				
	Relação % Apurado/Final				

2010:

2011:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Alcançado apenas 80% do previsto, por redução do orçamento para manutenção da Unidade

2011 Não aplicável

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
Foram satisfatórias pelos beneficiarios a execução do programa

2011 Não apurada

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Dimensionamento do público-alvo
Por falta de melhor planejamento pela unidaede para quantificar os objetivos da PGM

2011

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Não contempla

2011

Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Falta de pessoal qualificado e pouco orçamento para aquisição de Material Permente para uso da PGM

2011

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
Falta de pessoal qualificado na aérea de Economia, Administração ou Tecnico de Contabilidade para acompanhamento dos Programas existentes.

Órgão Responsável: 04.00 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
Unidade Orçamentária: 04.01 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: FÁTIMA CRISTINA FERNANDES

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Ouvidoria

Mecanismo necessário para incrementação do programa, seria uma participação mais efetiva da Corregedoria do Municipio, ou uma unidade de Ouvidoria para acompanhamento das ações.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

Apresentação de metas para manutenção da Unidade.

2011

Não possui mecanismos.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Mecanismos adotados:

Reuniões Gerenciais com as Unidades da PGM.

2011

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

Não aplicável.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 001 - Administração da Unidade

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Sistemas informatizados

Aquisição de mais equipamentos de informática e contratação de pessoal na área de administração.

2011

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

As metas foram cumpridas.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de materiais e serviços para o funcionamento da Unidade.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

A contento, atendeu as metas da PGM.

2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Os ojbetivos foram atendidos.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

Órgão Responsável: 04.00 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
Unidade Orçamentária: 04.01 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: FÁTIMA CRISTINA FERNANDES

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

AÇÃO: 217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho

Capacitação dos servidores da PGM.

2011

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

Foram cumpridas as metas da PGM, nas ações de Pessoal.

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Pagamento de Pessoal Ativo e Encargos Sociais.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

A Excução Orçamentária em relação as dotações autorizadas, foram satisfatórias para realização da ação.

2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Os fluxos de recursos foram satisfatórios para cumprimento da execução fisica.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 04.00 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
Unidade Orçamentária: 04.31 - FUNDO ORÇAMENTÁRIO ESPECIAL
Programa: 084 - APOIO À GESTÃO JURÍDICA
Gerente: FÁTIMA CRISTINA FERNANDES

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Promover estudos de assuntos juridicos relevantes de interesse do municipio

Público-Alvo: Servidores municipais
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: Promover o aperfeiçoamento tecnico-profissional de procuradores e advogados

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
-	Previsto				
	Apurado				
	Relação % Apurado/Previsto				
	Relação % Apurado/Final				

2010:

2011:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2011 Não aplicável

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2011 Não apurada

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Dimensionamento do público-alvo
Por falta de melhor planejamento pela Unidade para qualificar os objetivos do Fundo.

2011

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Não contempla

2011

Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Falta de pessoal qualificado e pouco recurso orçamentário para aquisição de material para uso pelo Fundo.

2011

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial
Falta de treinamento do pessoal para um melhor gerenciamento do programa do fundo.

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras

Órgão Responsável: 04.00 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
Unidade Orçamentária: 04.31 - FUNDO ORÇAMENTÁRIO ESPECIAL
Programa: 084 - APOIO À GESTÃO JURÍDICA
Gerente: FÁTIMA CRISTINA FERNANDES

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Reunião com grupos de interesse
Reuniões periódicas com os Gerentes do Fundo para um melhor desempenho das metas realizadas.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Reuniões gerenciais, com apresentação de metas para realização dos programas.

2011

Não possui mecanismos.
Dificuldades para a implementação de mecanismos: Não aplicável.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Mecanismos adotados:
Reuniões periódicas com os gerentes.

2011

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Não se aplica.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 259 - Coordenação e Manutenção das Atividades do Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Município

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Não possui mecanismos.
Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: Falta de gerenciamento.

2011

Reuniões de trabalho

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
As metas foram realizadas dentro do previsto.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de materiais e serviços, na manutenção do Centro de Estudos da Procuradoria.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Os recursos foram aplicados em sua totalidade.

2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Os objetivos foram atendidos.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)
Pouco recursos para implementação das ações.

2011

Não há restrições

Órgão Responsável: 04.00 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
Unidade Orçamentária: 04.31 - FUNDO ORÇAMENTÁRIO ESPECIAL
Programa: 084 - APOIO À GESTÃO JURÍDICA
Gerente: FÁTIMA CRISTINA FERNANDES

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEMPLA
Unidade Orçamentária: 05.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: Chirles Marcileia de Almeida

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Público-Alvo:
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: .

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
-	Previsto				
	Apurado				
	Relação % Apurado/Previsto				
	Relação % Apurado/Final				

2010:

2011:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto

As metas do programa para atender os colaboradores direto foi realizada, uma vez que não houve descontinuidade das atividades programadas para o exercicio/2010.

2011 Não aplicável

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito

Dentro da normalidade ou seja todos os programas previstos foram executados.

2011 Não apurada

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Não há inadequação na concepção do programa

2011

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Não contempla

2011

Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Os recursos materiais são adequados

2011

Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras

As equipes meios precisam também de treinamento para conhecerem melhor os programas executados para que haja mais eficiência na sua aplicação.

Órgão Responsável: 05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEMPLA
Unidade Orçamentária: 05.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: Chirles Marcileia de Almeida

2011

Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Não possui mecanismos.

2011

Não possui mecanismos.

Dificuldades para a implementação de mecanismos: Não aplicável.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

2011

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

Não aplicável.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 001 - Administração da Unidade

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho

As reuniões são realizadas para verificar se há implementação na área de execução dos programas.

Relatórios de gestão

Os gestores de programas emitem relatórios para subsidiar informações dos resultados de seus programas.

2011

Reuniões de trabalho

Relatórios de gestão

OS GESTORES DE PROGRAMAS EMITEM RELATORIOS PARA SUBSIDIAR INFORMAÇÕES DOS RESULTADOS ALCANÇADOS.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Meta realizadas dentro do previsto.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de material permanente, tipo computadores, mesas, nobreak, notbooks, que atenderam alguns setores nesta secretaria, tais como geoprocessamento, divisões e gabinete.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

Os recursos foram suficientes para atender todas as demandas.

2011 Suficientes

OS RECURSOS FORAM SUFICIENTES PARA ATENDER TODAS AS DEMANDAS.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Todas as despesas executadas estiveram dentro dos recursos liberados e não houve incompatibilidade com a programação orçamentária.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

Órgão Responsável: 05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEMPLA
Unidade Orçamentária: 05.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: Chirles Marcileia de Almeida

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

AÇÃO: 050 - Capacitação de Servidores Públicos Municipais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Relatórios de gestão

2011

Relatórios de gestão

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

As metas foram alcançadas dentro do previsto.

2011 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Cursos oferecidos em áreas específicas pela FUNESCOLA e alguns realizados fora do Estado.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

Os recursos foram executados de acordo com a demanda.

2011 Suficientes

OS RECURSOS FORAM EXECUTADOS DE ACORDO COM A DEMANDA.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Os recursos foram liberados de acordo com as necessidades.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEMPLA
Unidade Orçamentária: 05.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: Chirles Marcileia de Almeida

AÇÃO: 069 - Construção, Ampliação e Reforma de Bens Imóveis

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Não possui mecanismos.

Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: O monitoramento do serviço de obras e instalações é de responsabilidade da SEMPRE.

2011

Relatórios de gestão

ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO POR TÉCNICOS ESPCIALIZADOS NA AREA DE ENGENHARIA.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

2011 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

PARTE DOS RECURSOS DESTA AÇÃO FORAM REMANEJADOS.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 REFORMA DA LAVANDERIA PARA ATENDER A SEMPLA/SEMPRE E SEMEPE E INSTALAÇÕES ELETRICAS NO PRÉDIO DA SEMPLA.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

Os recursos foram executados de acordo com a demanda.

2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Os recursos foram liberados de acordo com as necessidades

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEMPLA
Unidade Orçamentária: 05.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: Chirles Marcileia de Almeida

AÇÃO: 217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Sistemas informatizados

2011

Sistemas informatizados

Sistema de Gestão de Pessoal

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Meta realizada dentro do previsto.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Despesa com pessoal e encargos.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEMPLA
Unidade Orçamentária: 05.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Programa: 033 - GESTÃO DAS POLÍTICAS DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
Gerente: ELISANE DOS SANTOS IZEL

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Assegurar a administração, gestão e a participação popular na elaboração, acompanhamento e avaliação do Planejamento e Orçamento municipal.

Público-Alvo: População do Município, áreas urbanas e rurais e distritos
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: O planejamento municipal se torna mais forte e eficaz quando se aproxima da comunidade, por isso é importante que a Prefeitura promova formas de participação popular no processo de discussão, tomada de decisões e implementação de soluções para os problemas locais. Com este objetivo foi criado o Departamento de Orçamento Participativo que tem como objetivo organizar e coordenar o processo de mobilização, apresentação e síntese das propostas levantadas em cada distrito e comunidade, atendendo as peculiaridades e as diferenças existentes, levando em conta a extensão territorial, as diversidades e desníveis sócio-econômicos, ambientais e culturais das diversas regiões que compõem o Município de Porto Velho.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
-	Previsto				
	Apurado				
	Relação % Apurado/Previsto				
	Relação % Apurado/Final				

2010:

2011:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 40% a 80% do previsto
Faltaram ferramentas para melhorar a metodologia de ampliação da participação popular.

2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto
No contexto geral alcançou a expectativa tendo em vista que houve ações que proporcionaram uma maior participação da sociedade civil e de classe em relação aos anos anteriores.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Pouco satisfeito
Não há ferramentas de retorno dos resultados das reivindicações propostas e executadas.

2011 Satisfeito
Percebe-se a partir das reuniões com a população que houve satisfação tendo em vista que alguns dos beneficios que foram solicitados teve atendimento por parte da gestão municipal.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Dimensionamento do público-alvo
Tomou-se como base de público alvo as entidades organizadas (Associação de Moradores), as quais não estavam num todo organizadas.

2011

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Raça
inclusão socio-cultural

Pessoa com Deficiência
mobilidade

Gênero
assistente social

Criança e Juventude
Coordenadoria Juventude

Órgão Responsável: 05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEMPLA
Unidade Orçamentária: 05.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Programa: 033 - GESTÃO DAS POLÍTICAS DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
Gerente: ELISANE DOS SANTOS IZEL

2011

Raça
Inclusão sócio-cultural

Pessoa com Deficiência
Mobilidade (acessibilidade)

Gênero
Politicas públicas

Criança e Juventude
Os Conselhos e Coordenadoria da Juventude realizam trabalhos que ajudam a fortalecer a prestação de serviço oferecidos pela municipalidade.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Os recursos materiais são adequados

2011

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Há uma necessidade maior de recursos materiais para subsidiar a qualidade dos responsáveis pela gerencia das equipes, ou seja, material de qualidade..

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Há necessidade de materiais que ajudem a manutenção do programa, em tempo hábil.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Os recursos humanos são adequados

2011

Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Audiência Pública
Audiencias publicas que são realizadas durante o ano com a participação popular

Reunião com grupos de interesse
As reuniões são realizadas para debater os assuntos apresentados nas audiencias publica

2011

Audiência Pública
São adotadas reuniões onde a sociedade civil participa nas audiencias juntamente com os presidentes de associação de bairros e sindicatos.

Reunião com grupos de interesse
As reuniões acontecem para debater decisões adotadas nas audiências públicas.

Discussão em Conselho Setorial
Os conselhos se reunem para debater decisões tomadas nas audiencias.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Mecanismos adotados:
Ação realizadas e ação reivindicada em relatório posterior

2011

SIM

Mecanismos adotados:
O nível de satisfação é verificado pela participação da população nas oficinas que antecedem as audiências públicas.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 053 - Capacitação Popular e Técnico-Administrativa no Planejamento Participativo

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Relatórios de gestão
O mecanismo adotado são os relatórios anuais que abrange todo o desempenhosfisico das ações

2011

Relatórios de gestão
Relatórios anuais que abrangem o desempenho físico das ações.

Órgão Responsável: 05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEMPLA
Unidade Orçamentária: 05.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Programa: 033 - GESTÃO DAS POLÍTICAS DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
Gerente: ELISANE DOS SANTOS IZEL

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Dentro do esperado, foram realizadas ações, conforme o acompanhamento das receitas

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

Recursos orçamentários remanejados. No entanto, a meta física foi realizada em outra ação com objetivo similar.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Reuniões realizadas em escolas da rede pública municipal e estadual e associações de bairros e foi adquirido material gráfico como cartilhas, folder"s, entre outros informativos que deram subsídios para a formação comunitária através do departamento de planejamento participativo.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Não utiliza recursos de origem orçamentária

Recursos remanejados. Ação realizada com recursos de outra ação: Realização de Eventos do Planejamento Participativo

2011 Insuficientes

Recursos remanejados.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária

Recursos remanejados.

2011 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária

Recursos orçamentários remanejados.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEMPLA
Unidade Orçamentária: 05.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Programa: 033 - GESTÃO DAS POLÍTICAS DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
Gerente: ELISANE DOS SANTOS IZEL

AÇÃO: 097 - Gestão e Administração do Programa

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Relatórios de gestão
O relatório revela o atingimento do público alvo e a consolidação sistematizada das reivindicações.

2011

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2011 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
recursos orçamentarios remajenados para outras ações.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 recursos remanejados para outras ações.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Não utiliza recursos de origem orçamentária
Não houve a execução orçamentária desta ação.

2011 Não foram liberados recursos

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Sem movimentação orçamentária.

2011 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEMPLA
Unidade Orçamentária: 05.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Programa: 033 - GESTÃO DAS POLÍTICAS DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
Gerente: ELISANE DOS SANTOS IZEL

AÇÃO: 205 - Realização de Eventos do Planejamento Participativo

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Relatórios de gestão
Os mecanismos são adotados através de relatórios.

2011

Visitas in loco
Visitas as associações de bairros e sindicatos

Relatórios de gestão
As avaliações são feitas através de relatórios.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
As metas previstas não foram alcançadas por falta de organização de entidades representantes de moradores.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Foram realizadas 05 audiências públicas com a sociedade civil organizada e oito oficinas de capacitações nos bairros da capital. Há uma necessidade de uma organização maior junto aos representantes das associações de bairros, ou seja, uma formação qualitativa.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de material gráfico como cartilhas, folder"s, entre outros informativos.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Dentro do previsto

2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Dentro do previsto

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEMPLA
Unidade Orçamentária: 05.31 - FUNDO MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA
Programa: 014 - CIDADE ILUMINADA
Gerente: Chirles Marcileia de Almeida

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Assegurar a iluminação de logradouros públicos do Município.

Público-Alvo: População do Município
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: Melhoria da eficiência energética do sistema de iluminação pública, dando melhor segurança à população do Município.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
-	Previsto				
	Apurado				
	Relação % Apurado/Previsto				
	Relação % Apurado/Final				

2010:

2011:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Atendidas as expectativas previstas para o exercício de 2010.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Não apurada
Não houve pesquisa para medir a satisfação do beneficiário.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
É necessário qualificação profissional.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Não possui mecanismos.
Dificuldades para a implementação de mecanismos: Falta de pessoal qualificado para realização e efetivação de pesquisas qualitativas e quantitativas.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

Órgão Responsável: 05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEMPLA
Unidade Orçamentária: 05.31 - FUNDO MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA
Programa: 014 - CIDADE ILUMINADA
Gerente: Chirles Marcileia de Almeida

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

Qualificação e falta de pessoal para tal fim, podendo ser superadas através de pesquisas.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 168 - Manutenção do Sistema de Iluminação Pública

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Relatórios de gestão

Através dos relatórios de prestação de contas.

2011

Sistemas informatizados

Sistema de Execução Orçamentária

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Meta realizada conforme previsão, utilizando todos os recursos previstos.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Pagamento das contas de iluminação pública.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

Utilizou-se todo o recurso que foi disponibilizado para atender o referido programa.

2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Foram atendidas todas as expectativas compatível com a programação.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2010 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ
Unidade Orçamentária: 06.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: VANDERLEIA DE OLIVEIRA

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Público-Alvo:
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: .

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
-	Previsto				
	Apurado				
	Relação % Apurado/Previsto				
	Relação % Apurado/Final				

2010:

2011:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 40% a 80% do previsto

Abaixo do esperado por não ter alcançado todos os objetivos traçados para boa administração da Secretaria, como por exemplo: a meta de reforma física do prédio, bem como insuficiência orçamentária.

2011 Alcance entre 40% a 80% do previsto

Em uma totalidade as atividades previstas foram executadas, porém com grandes dificuldades para aquisição dos bens necessários para a execução das atividades pelo fato de baixo saldo orçamentário inicial/anual.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Pouco satisfeito

Por não ter alcançado o objetivo em suprir as necessidades operacionais da Unidade, solicitadas pelos Departamentos, via documentos (requisição de material e prestação de serviços).

2011 Insatisfeito

Não há um mecanismo de avaliação, porém pode-se observar a insatisfação nas reclamações dos contribuintes/fornecedoresatravés dos servidores quando não são atendidos em suas solicitações, devido a liberação reduzida do orçamento, uma vez que é considerado a liberação orçamentária da dívida pública, pasep e tarifas bancárias dentro do orçamento da SEMFAZ, lembrando que tais despesas atendem toda a Prefeitura Municipal de Porto Velho, fato que ocasiona a redução do montantedisponível ao programa da Administração da Unidade.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Definição do objetivo do programa em relação ao problema
Caracterização do público-alvo

A sociedade em geral que procura atendimento, e os servidores municipais que desenvolvem suas atividades.

Pertinência das ações

As ações não estão alcançando a totalidade dos objetivos previstos por insuficiência de recursos orçamentários.

2011

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Pessoa com Deficiência

Construção de acesso a SEMFAZ aos cadeirantes, assim como atendimento preferencial deste público.

2011

Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

Órgão Responsável: 06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ
Unidade Orçamentária: 06.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: VANDERLEIA DE OLIVEIRA

2010

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Falta mobiliário e equipamento de infomática, para suprir as necessidades da divisão.

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial
Local onde as atividades são exercidas é inadequado, ficando sua limitação juntamente com outras divisões ou seja falta local apropriado para execução das atividades.

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Falta mobiliário mais moderno, veículo para execução dos trabalhos com mais eficiência e equipamento de infomática mais avançados, para suprir as necessidades da divisão.

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
Local onde as atividades são exercidas é inadequado, ficando sua limitação juntamente com outras divisões ou seja falta local apropriado para execução das atividades.

2011

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Embora os recursos previstos tenham sido liberados o montante foiinsuficiente para melhor execução do programa.Há necessidade de substituição e aquisição de novos materiais.Hoje essesmateriasi estão obsoletos.

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Embora os recursos previstos tenham sido liberados o montante foiinsuficiente para melhor execução do programa.Há necessidade de substituição e aquisição de novos materiais.Hoje essesmateriasi estão obsoletos.

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial
O espaço fisico disponibilizado não é adequado para a execução das tarefas cotidianas, necessitando assim, de reforma geral no prédio e adequação quanto a questão de acessibilidade.

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
O espaço fisico disponibilizado não é adequado para a execução das tarefas cotidianas, necessitando assim, de reforma geral no prédio e adequação quanto a questão de acessibilidade.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
Não existe número de pessoal suficiente para a tranquila execução dos trabalhos executados, bem como a devida formação/capacitação no âmbito do setor responsável pela realização dos trabalhos.

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Não existe número de pessoal suficiente para a tranquila execução dos trabalhos executados, bem como a devida formação/capacitação no âmbito do setor responsável pela realização dos trabalhos.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial
Não existe número de pessoal suficiente para a tranquila execução dos trabalhos executados, bem como a devida formação/capacitação no âmbito do setor responsável pela realização dos trabalhos.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
Não existe número de pessoal suficiente para a tranquila execução dos trabalhos executados, bem como a devida formação/capacitação no âmbito do setor responsável pela realização dos trabalhos.

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Devido o desenvolvimento socio-econômico de Porto Velho, se faz necessário ampliar o quadro de pessoal para melhor distribuição das tarefas e atendimento ao público.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
Devido ao constante desenvolvimento tecnológico, se faz necessário haversempre aperfeiçoamento de pessoal para o devido acompanhamento da evolução dos tempos modernos.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Não possui mecanismos.
Dificuldades para a implementação de mecanismos: Não aplicavel

2011

Não possui mecanismos.
Dificuldades para a implementação de mecanismos: Não aplicável.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
A principal dificuldade é a falta de indicadores de avaliação, sendo superadas com a construção e implementação de instrumento de avaliação.

2011

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Ausencia da aplicação de ferramentas de avaliação acompanhadas de seus indicadores.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 001 - Administração da Unidade

Órgão Responsável: 06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ
Unidade Orçamentária: 06.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: VANDERLEIA DE OLIVEIRA

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Reuniões semanais.

Visitas in loco
Visita para certificação das implementações requisitadas pelos setores.

Relatórios de gestão
Relatórios quadrimestrais e anuais e relatórios gerenciais emitidos pelo sistema Cpcetil.

2011

Relatórios de gestão
Relatório manual de despesa onde se controla os saldos com suas respectivas deduções e relatórios quadrimestrais.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Meta realizada dentro da previsão devido suplementação no exercício de 2010.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
As necessidades básicas do planejamento interno da SEMFAZ foram executadas somente mediante solicitação de suplementações e remanejamentos.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de materiais permanentes, consumo, expediente e serviços para manutenção das atividades administrativas da SEMFAZ.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Os serviços previstos foram executados com a disponibilidade orçamentária devido a suplementação solicitada pela SEMFAZ.

2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
Os recursos foram liberados em tempo hábil não prejudicando a programação física de 2010, lembrando que foram planejados cursos pela secretaria que não foram executados por falta total de cobertura orçamentária.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)
Devido a grande demanda na esfera municipal sempre foi necessário a intervenção do secretário da SEMFAZ, mesmo constatado a parente necessidade, e ainda foram planejados cursos pela secretaria que não foram executados por falta total de cobertura orçamentária.

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Principalmente na modalidade de registro de preço, tendo em vista que a maioria das empresas que ganham o certame são de outros Estados.

2011

Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)
A Secretaria remanejou e suplementou com poucos recursos disponiveis entre os elementos de despesas. Com os recursos orçamentarios insuficientes para execução fisica de todas as ações previstas, as mesmas foram prejudicadas em seu cumprimentono no tempo programado, ocasionando assim a demora na finalização das ações .

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ
Unidade Orçamentária: 06.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: VANDERLEIA DE OLIVEIRA

AÇÃO: 050 - Capacitação de Servidores Públicos Municipais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Outros: Controle na entrega de certificados

Controle na entrega de certificados de conclusão de cursos pagos pela Secretaria, inclusive com remanejamento de recursos orçamentário para FUNESCOLA.

2011

Relatórios de gestão

Relátorio manual de gestão onde é também controlado o saldo e suas respectivas saídas orçamentarias e relatórios quadrimestrais.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Alcançou-se o objetivo previsto.

2011 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

Recurso disponibilizado a unidade insuficiente parainvestimentos em curso destinado a capacitação dos servidores atuante nas areas de Arrecadação, Fiscalização, Tributação, Financeira, Contabil eOrçamentaria.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Curso de formação técnica para realização da 2ª fase do concurso para o cargo de Auditor do Tesouro Municipal.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

Atingiu-se as metas almejadas.

2011 Insuficientes

Insuficiente na dotação inicial necessitando de suplementação para a finalização da segunda fase do concurso público/2009, causando prejuízo a outros elementos de despesas, que foram reduzidos.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Os recursos foram liberados em tempo hábil não prejudicando a programação física de 2010.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)

Insuficiente na dotação inicial necessitando de suplementação para a finalização da segunda fase do concurso público/2009, causando prejuízo a outros elementos de despesas, que foram reduzidos.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ
Unidade Orçamentária: 06.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: VANDERLEIA DE OLIVEIRA

AÇÃO: 069 - Construção, Ampliação e Reforma de Bens Imóveis

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Visitas in loco

Durante e após a realização dos serviços é feito por parte da Secretaria verificação dos trabalhos executados.

2011

Relatórios de gestão

Relatório manual de acompanhamento de processos, por elemento de despesa,inclusive seus saldos e movimentações e relatórios quadrimestrais.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

Não tendo dotação orçamentária suficiente para a execução do serviço previsto.

2011 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

O recurso inicial liberado não foi suficiente para a reforma total do prédio sede da Unidade. Todavia houve suplementação orçamentária para a execução parcial da obra.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Reforma parcial (primeira parte da obra) do prédio da SEMFAZ.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes

Não foram executados serviços desta natureza por falta de orçamento, uma vez que foi liberado um valor irrisório para o tamanho de tal ação.

2011 Insuficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Não foram utilizados na ação em pauta , uma vez que foi liberado um valor irrisório para o tamanho de tal ação.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Nessa ação não houve entraves quanto ao fluxo de recursos, pois o montante necessário para a reserva de saldo estava a disposição.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Realocação do crédito setorial de um programa para outro

Recursos remanejados.

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ
Unidade Orçamentária: 06.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: VANDERLEIA DE OLIVEIRA

AÇÃO: 217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Sistemas informatizados

Controle de frequencias , licenças, afastamentos, abonos pecuniários através do Módulo GP diariamente a todos os Servidores desta Secretaria.

2011

Relatórios de gestão

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Neste exercício de 2010, todo o valor da folha de pagamento dos servidores foi executada orçamentariamente dentro do valor estimado.

2011 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Pagamento de pessoal civíl e encargos sociais da SEMFAZ.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

Neste exercício de 2010, todo o valor da folha de pagamento dos servidores foi executao orçamentariamente dentro do valor estimado.

2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Como os recursos foram liberados em tempo hábil, os salários dos servidores não atrasaram em nenhum mês em 2010.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ
Unidade Orçamentária: 06.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Programa: 032 - GESTÃO DA POLÍTICA TRIBUTÁRIA
Gerente: MARIA MADALENA ALVES DOS SANTOS

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Implantar e implementar as ações da política tributária do Município

Público-Alvo:

Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

Justificativa: Justifica-se a manutenção do programa em razão do mesmo ser prioritário para o desenvolvimento e crescimento da arrecadação dos tributos de competência deste Município, garantindo a eficiência da arrecadação, atingindo assim as metas de arrecadação prevista no planejamento. Justifica-se ainda pela necessidade de melhor atender as expectativas do contribuinte, com ênfase em uma administração gerencial, com vista no resultado e não em controle de procedimentos, havendo assim a necessidade de ampliar investimentos em mão de obra de integrantes do Grupo TAF/SEMFAZ, em consultorias especialializadas e em tecnologia.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
-	Previsto				
	Apurado				
	Relação % Apurado/Previsto				
	Relação % Apurado/Final				

2010:

2011:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto

De modo geral foi satisfatória, uma vez que as políticas tributárias são voltadas aos contribuintes de forma geral. A disponibilização de serviços na web foi um avanço e visou atender, ainda de forma timida, a demanda do público que anseia por um atendimento mais célere da Secretaria.

2011 Não aplicável

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Pouco satisfeito

Principalmente, quanto ao atendimento presencial, uma vez que depõe contra o programa a quantificação e qualificação dos servidores existentes em relação ao número de contribuinte que procuram a SEMFAZ. Salienta-se ainda que os serviços disponibilizados via web não atingiu índice satisfatório porque não contempla todos os serviços oferecidos pela SEMFAZ, além da dificuldade de que este é um serviço que nem todo contribuinte possui acesso.

2011 Não apurada

Programa com execução prejudicada para o exercício de 2011 face a suplementação orçamentária ocorrida apenas no finaldo exercício e pela falta dos convênios.

2.4 Outras Considerações

É primordial que seja firmado os convênios PMAT e PNAFEM para que a liberação dos recursos financeiros ocorram e assim possa ser executada a política de gestão tributária com a estruturação nas áreas física, tecnológica e treinamento de pessoal com o objetivo de incrementar a receita própria, melhor gerir os controles internos e aperfeiçoar os mecanismos de combate à sonegação fiscal.

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Suficiência das metas físicas das ações

Necessidade de melhor definição das metas principalmente em relação à satisfação do contribuinte e de investimento em pessoal.

Definição dos indicadores

Criação de canal de relacionamento com o contribuinte tanto presencial como via web, diretamente no portal semfazonline com indicadores do número de reclamações e respectivas soluções.

2011

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Pessoa com Deficiência

Construção de acesso a SEMFAZ aos cadeirantes, assim como atendimento preferencial deste público;

Órgão Responsável: 06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ
Unidade Orçamentária: 06.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Programa: 032 - GESTÃO DA POLÍTICA TRIBUTÁRIA
Gerente: MARIA MADALENA ALVES DOS SANTOS

2011

Pessoa com Deficiência

No projeto de reforma da estrutura física da SEMFAZ foi considerado a acessibilidade para os portadores de necessidade especial, com a construção de rampas de acesso tanto na parte principal como rampas para acesso aos banheiros e demais dependencias.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial

Equipamentos obsoletos que não atendem a demanda existente em sua maioria.

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial

Local pequeno, móveis iadequados, sala sem ventilação, insalubre. Equipamento de condicionamento de ar antigo e necessitando substituição.

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras

Computadores ultrapassados sem memória suficiente para rodar o programa.Mesas, cadeiras e equipamentos em desacordo com as normas técnicas do trabalho.

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras

Local que são exercídos as atividades inadequado, ou seja, insalubre, úmido, sem vntilação, com goteiras, pouco espaço etc.

2011

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial

Como os recursos financeiros decorrente da celebração dos convênios PMAT e PNAFM resultam na maior fonte de financiamento e ainda não tendo sido celebrados não houve recurso necessário disponibilizado para a implantação do programa.

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras

Há necessidade de renovar o mobiliário e o maquinário existente nas equipesde execução do programa, principalmente no setor de atendimento presencialao contribuinte.

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial

A infraestrutura é inadequada necessitando de reforma para ampliação doespaço físico existente.

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras

Infraestrutura inadequada, espaço insuficiente para desenvolvimento do trabalho normal e de atendimento ao contribuinte.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial

A equipe gerencial possui atualmente 3 pessoas, necessitariamos no mínimo de mais uma, pois as demandas nos últimos anos vem crescendo a cada dia, elevando cada vez mais o número de tarefa, não sobrando tempo para planejar as ações de forma sistematizada que na eficiência e eficácia da gestão tributária.

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras

Com o crescimento da economia local a demanda pelos serviços oferecidos aumentou, e o quantitativo de pessoas não acompanhou este crescimento.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial

Ocorreu mudança no comando da equipe gerencial necessitando especialização direcionada com o fim de melhor gerenciar o programa.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras

As equipes executoras necessitam tanto de aumento em termos quantitativo como qualificativo.

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial

Sendo necessário implementar equipes especializadas para atividades desecretariado e recepção junto à equipe gerencial (diretoria e chefias) - Inexistência para alguns gerentes ocorrendo acúmulo de tarefas desecretariado, elaboração de relatórios e atividades de gerenciamento.

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras

Número de servidores destinado à execução das atividades insuficientes facea crescente demanda decorrente de novas atividades agregadas aos setores,ocorrência de inúmeros afastamento por licenças médicas, ocorrência de aposentadoria, o que tem gerado atraso na execução das tarefas nosprazos regulamentares.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial

Decorrente da inexistência de um programa de capacitação continuada na área gerencial com foco em gestão de política tributária.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras

Decorrente da inexistência de um programa de capacitação continuada na áreaexecução com foco específico considerando a área de atução da equipe (arrecadação, tributação e fiscalização).

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Reunião com grupos de interesse

Prestadores de serviços (construtoras, CRC, representantes do setor imobiliário, representantes da indústria gráfica) tem se reunido com a SEMFAZ com intuito cobrar da administração maior agilidade na prestação de serviços, tanto no atendimento pessoal, quanto via WEB

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

Disponibilização de serviços via WEB.

2011

Reunião com grupos de interesse

Várias reuniões técnicas com conselhos representivos de classes, federações, entespúblicos, dentre outros, de discussão e divulgação de legislação inovadoras eprocedimentos adotados.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

Órgão Responsável: 06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ
Unidade Orçamentária: 06.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Programa: 032 - GESTÃO DA POLÍTICA TRIBUTÁRIA
Gerente: MARIA MADALENA ALVES DOS SANTOS

2010

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

Servidores insuficiente, o que temos hoje consequem fazer o mínimo, face a grande demanda de contribuinte. Outrossim a forma hoje para medir a sastifação é manual, o que levaria designar um servidor só para acompanhar. Posto isto, para superar as dificuldades deverá ser contratado mais servidores, e ou desenvolver tecnologia para que a avaliação da sastifação seja na forma eletrônica.

2011

SIM

Mecanismos adotados:

Através de reuniões com partes interessadas possibilitou medir o nível de satifação ou insatisfação da sociedade. Abstraindo de tais eventos mecanismos e procedimentos que minimizem os problemas existentes.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 113 - Implantação e Implementação das Políticas de Arrecadação

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho

O acompanhamento das ações se dá por meio de reuniões mensais com o objetivo sempre de corrigir as estratégias para atingir a meta proposta.

Visitas in loco

São realizadas visitas períodicas na unidade de atendimento ao contribuinte localizada no shopping cidadão e visitas diárias ao local de atendimento da semfaz, monitorando-se o atendimento ao público.

Sistemas informatizados

O desenvolvimento do sistema existente é uma necessidade real e as propostas são encaminhadas à empresa responsável, entretanto, não tem sido possível ...

Relatórios de gestão

São elaborados relatórios quadrimestrais com as ações realizadas a cada quadrimestre.

2011

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

Foi utilizado apenas parte do recurso para confecção dos carnês de IPTU.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Recurso suplementado no final do exercício para investimento necessários àimplementação de novas tecnolgias ao setor de atendimento e controle da arrecadação municipal.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Iinvestimento à implementação de novas tecnolgias ao setor de atendimento e controle da arrecadação municipal.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes

O recurso era insuficiente e foi preferível não ser gasto, considerando que esta ação está contemplada dentro do Programa de Modernização da Administração Tributária-PMAT

2011 Insuficientes

Os recursos iniciais alocados não foram suficientes para implementaçãoda ação, sendo necessária sua suplementação que somente ocorreu nomês de dezembro.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada

Foi gasto apenas o necessário à confecção dos carnês de IPTU, sendo que as demais ações não foram executadas por liberação do saldo a menor que o necessário, para desencadeamento total da ação.

2011 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada

Por não ter saldo orçamentário disponível para cobertura total da ação, a mesma não foi executada. Sendo transferida sua execução física para o exercício de 2012.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

Órgão Responsável: 06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ
Unidade Orçamentária: 06.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Programa: 032 - GESTÃO DA POLÍTICA TRIBUTÁRIA
Gerente: MARIA MADALENA ALVES DOS SANTOS

2010

Contingenciamento orçamentário
Recurso insuficiente para execução total da programação da Secretaria.

2011

Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)
A obtenção de créditos adicionais somente foi possível no final do exercício.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ
Unidade Orçamentária: 06.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Programa: 032 - GESTÃO DA POLÍTICA TRIBUTÁRIA
Gerente: MARIA MADALENA ALVES DOS SANTOS

AÇÃO: 177 - Modernização Administrativa e Tributária

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Reuniões mensais para avaliação das ações.

Relatórios de gestão
Elaboração de relatórios quadrimestrais com o objetivo de acompanhamento das estratégias para o alcance da ação.

2011

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Recurso reduzido pelo valor total em 25/03/2010, ficando a ação sem saldo orçamentário, portanto, inviável sua realização.

2011 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Prejudicada a execução em decorrênia da ação dacontratação do Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão Básica dos setores sociais Básicos / PMATe do Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal paraos Municípios Brasileiros / PNAFM. Convênios encontram-se aguardando aprovação da Secretaria do Tesouro Nacional para liberação dos recursos.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes
Recurso liberado no início do ano foi revertido em 25/03/2010, deixando a ação sem recursos orçamentários.

2011 Não foram liberados recursos
Prejudicada a sua execução em decorrência da não efetivação da contratação do Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão Básica dos setores Sociais Básicos / PMAT e do Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Municípios Brasileiros / PNAFM.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
O recurso foi reduzido a zero o que prejudicou a execução da ação.

2011 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
Prejudicada a sua execução em decorrência da não efetivação da contratção do Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão Básica dos setores Sociais Básicos / PMAT e do Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Municípios Brasileiros / PNAFM. O contrato encontra-se na Secretaria do Tesouro Nacional aguardando a liberação daquele órgão.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Contingenciamento orçamentário
Foi liberado no início do exercício e revertido em 25/03/2010.

2011

Dificuldades de celebração de convênios na gerência
O Convênio depende da Aprovação da Secretaria do Tesouro Nacionalpara liberação dos recursos.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: SIMONE LINO PIMENTEL

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Público-Alvo:
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: .

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
-	Previsto				
	Apurado				
	Relação % Apurado/Previsto				
	Relação % Apurado/Final				

2010:

2011:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
2011 Não aplicável

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Não apurada
NÃO HOUVE AVALIAÇÃO.
2011 Não apurada

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010
Não há inadequação na concepção do programa
2011
Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010
Não contempla
2011
Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010
Os recursos materiais são adequados
2011
Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial
Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010
Os recursos humanos são adequados

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: SIMONE LINO PIMENTEL

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Falta contratar servidores para a grande demanda do programa.
Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial
Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Não possui mecanismos.
Dificuldades para a implementação de mecanismos: NÃO POSSUI MECANISMO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL EM RAZÃO DE SUA CONCEPÇÃO MEIO.

2011

Não possui mecanismos.
Dificuldades para a implementação de mecanismos: Falta desenvolver um método e implantá-lo.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
NÃO É POSSIVEL MEDIR O GRAU DE SATISFAÇÃO DO BENEFICIÁRIO EM RAZÃO DA NATUREZA DO PROGRAMA.

2011

NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Falta desenvolver um programa de avaliação e implatá-lo.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 001 - Administração da Unidade

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
MONITORAMENTO DAS AÇÕES SOBRE DESEMPENHO É PRESCEDIDA DE PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS.
Visitas in loco
A UNIDADE DISPÕE DE TÉCNICOS, COMISSÕES, DENTRE OUTROS PROFISSIONAIS, QUE ATUAM DIRETAMENTE EM VISITAS IN LOCO NAS UNIDADES QUANTO AO DESEMPENHO DOS TRABALHOS.
Sistemas informatizados
A UNIDADE DISPÕE DE SISTEMA INFORMATIZADO QUE AUXILIA O MONITORAMENTO DAS AÇÕES, CUJO CONTROLE É REALIZADO ATRAVÉS DO RESULTADO DAS AÇÕES POR DEPARTAMENTO E COORDENADORIAS.
Relatórios de gestão
É RECEBIDO RELATÓRIO DAS ATIVIDADES MENSAIS DOS DEPARTAMENTOS, COORDENADORIAS E DIVISÕES E CONSOLIDADOS EM APENAS UM GERAL, QUE É REPASSADO AO GESTOR, POSSBILITANDO ASSIM UMA MELHOR TOMADA DE DECISÃO.

2011

Reuniões de trabalho
Reuniões mensais
Relatórios de gestão
Relatório trimestral

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
META REALIZADA DENTRO DO PREVISTO.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Diárias, material de consumo: expediente, limpeza e produtos de higienização, premiações, passagens, serviços diversos tais como: locação de imóvel, assinatura de periódico, inscrição de servidores em simpósio, curso de fiscalização de contratos administrativos, Seminário Nacional de Concurso Público, curso de Controle Interno e Externo da Administração Pública , curso de licitação e contratos, congresso de pregoeiro e registro de preços, taxa de licenciamento de veículos, implantação do programa de estágio, manutenção de ar condicionados, lavagem e borracharia de veículos dedetização e derastização, manutenção preventica nos extintores de incêndio, manutenção de equipamento tipos: frigobar, bebedouro e outros; aquisição equipamentos e materiais permanentes tipo: um veículo automotor, móveis (armário, mesa, estantes) , livros, enceradeira industrial e lavadora de alta pressão, impressora a laser.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
EM CONFORMIDADE COM OS RECURSOS ALOCADOS..

2011 Insuficientes

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: SIMONE LINO PIMENTEL

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
O FLUXO DOS RECURSOS ATENDERAM A PROGRAMAÇÃO PREVISTA.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Outros:
A SEMPLA REALIZA REDUÇÕES ORÇAMENTÁRIA PARA AJUSTE SEM PRÉVIA CONSULTA DA UNIDADE, INTERFERINDO NO PLANEJAMENTO ELABORADO PELA UNIDADE.

2011

Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)

Dificuldades em licitações e celebração de contratos

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: SIMONE LINO PIMENTEL

AÇÃO: 002 - Administração Geral das Unidades Administrativas da Prefeitura

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Visitas in loco
AS AÇÕES EMPREENDIDAS SÃO NORMALMENTES MONITORADAS ATRAVÉS DOS MECANISMOS ASSINALADOS, INCLUSIVE OS CONTRATOS DE SERVIÇOS CONTINUADOS, SÃO ACOMPANHADOS DE VISITAS IN LOCO E CONTROLE MENSAL DE CUSTOS.

2011

Reuniões de trabalho
Reuniões mensais

Visitas in loco
Vistorias in loco

Sistemas informatizados
Sistemas de controle e sistema de contratos

Relatórios de gestão
Relatórios trimestrais

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
As metas forão alcançadas pois todos os contratos forão atendidos, apesar do aumento de gastos

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Material de consumo: expediente, limpeza e produtos de higienização; serviços: reprografia, manutenção corretiva de veículos, vigilância e segurança patrimonial, contratação de empresa para realização de serviço público, telefonia móvel, reprodução de fotocópias.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
2011 Suficientes
Aumento de links, de unidades consumidoras de energia e água, de valores unitários de combustivel, aumento na repactuação de preços e postos de vigilância.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)
EM QUE PESE A DIFICULDADE NA OBTENÇÃO DE CRÉDITO SUPLEMENTAR O FLUXO DE RECURSO ATENDEU AS NECESSIDADES PREVISTAS.

2011

Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)
Demora na obtenção de creditos adicionais.

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Demora na licitação dos serviços e fracasso no pregão.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: SIMONE LINO PIMENTEL

AÇÃO: 042 - Auxílio Alimentação ao Servidor

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Sistemas informatizados
ATRAVÉS DO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE FOLHA DE PAGAMENTO SENDO INFORMATIZADO, PERMITINDO ASSIM O MONITORAMENTO PERMANENTE DAS AÇÕES FÍSICAS.

2011

Relatórios de gestão
Relatórios anuais

Reuniões de trabalho
Reuniões mensais

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
2011 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Auxílio alimentação a servidores.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
EM CONFORMIDADE COM RECURSOS ALOCADOS

2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
so utiliza recursos previstos no orçamento

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: SIMONE LINO PIMENTEL

AÇÃO: 044 - Auxílio-Transporte a Servidores e Empregados

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Sistemas informatizados
ATRAVÉS DE UM SISTEMA INFORMATIZADO O QUAL PERMITE ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO DA AÇÃO.

2011

Sistemas informatizados
Relação entre semed e semad

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Metas físicas alcançadas

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Ação: Auxilio Transporte a Servidores e Empregados
Produto: Auxilio-Transporte
Detalhamento: Pagamento de auxílio transporte a servidores e empregados (com folha de pagamento)
Despesa com vale transporte dos servidores atuando na SEMUSA.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
FORAM EXECUTADOS DE ACORDO COM O ORÇAMENTO PREVISTO.

2011 Suficientes
Execução orçamentária realizada com sucesso

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Realização com sucesso

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
so utiliza recursos previstos no orçamento

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
morosidade da tramitação do processo

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: SIMONE LINO PIMENTEL

AÇÃO: 069 - Construção, Ampliação e Reforma de Bens Imóveis

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Visitas in loco
ATRAVÉS DE ACOMPANHAMENTO DOS TRABALHOS POR ENGENHEIROS E TÉCNICOS DA UNIDADE.

2011

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
2011 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Obras não realizadas.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes
2011 Insuficientes
Ação não executada. Recursos remanejados.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Não houve necessidade de recursos para reforma ou construção predial.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: SIMONE LINO PIMENTEL

AÇÃO: 121 - Implementação de Ações de Informatização

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
FORA REALIZADAS REUNIÕES COM TODAS AS DIVISÕES PARA AVALIAÇÃO DOS TRABALHOS EM ANDAMENTO.

Visitas in loco
O MONITORAMENTO É REALIZADO ATRAVÉS DE OBSERVÂNCIA DA PADRONIZAÇÃO NA COMPRA DE EQUIPAMENTOS, BEM COMO NA VISÍTA IN LOCO ÂS UNIDADES ADMINISTRATIVAS (ACOMPANHAMENTO TÉCNICO)

Relatórios de gestão
ATRAVÉS DO DRTI/SEMAD, SÃO ELABORADOS RELATÓRIOS DAS ATIVIDADES SOBRE O DESEMPENHO PARA O BOM GERENCIAMENTO DA AÇÃO.

2011

Reuniões de trabalho
Reuniões bimestrais

Visitas in loco
Visita com assistência in loco

Sistemas informatizados
SIAPEG -Sistema de Apoio ao PlanejamentoEstratégico e Gestão

Relatórios de gestão
Relatórios semestrais

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
AS METAS FORAM ALCANÇADAS CONFORME PREVISÃO.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
A ação ocorreu dentro do previsto

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Expansão do parque de informatização, cidade digital (Porto Velho on line), construção do anel óptico interligando todas as Secretarias.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
CONFORME PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

2011 Insuficientes
Faltaram recursos para ampliação do parque tecnológico.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
EM CONFORMIDADE COM ORÇÃMENTO DISPONIBILIZADO

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)
EM QUE PESE A DIFICULDADA NA OBTENÇÃO DE CRÉDITO SUPLEMENTAR, O FLUXO DE RECURSO ATENDEU AS NECESSIDADES PREVISTAS.

2011

Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)

Outros: Lentidão no processo
Atraso nos trâmites processuais.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: SIMONE LINO PIMENTEL

AÇÃO: 178 - Modernização e Manutenção do Parque Gráfico Municipal

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Relatórios de gestão

2011

Reuniões de trabalho

Reuniões mensais.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Material de consumo (tintas , algodão, limpador de chapas e outros); serviços: aquisição de peças para copiadora e empressora.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos

Outros: Lentidão processual administrativa.

Demora na tramitação dos processos.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: SIMONE LINO PIMENTEL

AÇÃO: 217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Sistemas informatizados
Relatórios de gestão

2011

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Pagamento de pessoal e encargos.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.11 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: MANOEL PINTO DA SILVA

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Público-Alvo:
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
-	Previsto				
	Apurado				
	Relação % Apurado/Previsto				
	Relação % Apurado/Final				

2010:

2011:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance acima de 100% do previsto
Com o crescimeto da quantidade dos inativos que migraram da PMPV para o IPAM, causou impacto orçamentário no referido programa.

2011 Alcance acima de 100% do previsto
Com o crescimento da quantidade dos inativos que migraram da PMPV, para o IPAM, causou impacto orçamento no referido programa.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
Os beneficiários foram atendidos dentro da meta prevista.

2011 Não apurada
A avaliação fica prejudicada em razão da não existência de dados mensuráveis para aplicação do programa.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010
Não há inadequação na concepção do programa
2011
Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010
Não contempla
2011
Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010
Os recursos materiais são adequados
2011
Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010
Os recursos humanos são adequados
2011
Os recursos humanos são adequados

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.11 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: MANOEL PINTO DA SILVA

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Não possui mecanismos.

Dificuldades para a implementação de mecanismos: A Instituição não tem necessidade da participação social, tendo em vista os benefícios já serem metas priorizadas da Instituição.

2011

Não possui mecanismos.

Dificuldades para a implementação de mecanismos: Não se aplica a este programa, pois o mesmo destina-se a manutenção das rotinas administrativas do Instituto.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

Não existe nenhuma dificuldade para implantação do sistema de avaliação, quanto a satisfação dos benefíciarios, as mesmas poderão ser implantadas no site do Ipam, através de votação, medindo o grau de satisfação e insatisfação dos beneficiários atendidos.

2011

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

Não se aplica a este programa, pois o mesmo destina-se a manutenção das rotinas administrativas do Instituto.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 001 - Administração da Unidade

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados no sistema informatizado do Instituto.

2011

Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Instituto.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

O índice alcançado foi o esperado, ficando assim dentro da margem prevista.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Produtos e Serviços para a manutenção do Instituto: material de consumo, material de expediente, serviços e afins.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

A dotação orçamentária prevista foi suficiente para subsidiar as despesas correntes e de capital previstas nesta ação

2011 Insuficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

As respostas as quais estamos nos referindo, estão de acordo com a situação planejada para o ano de 2010

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.11 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: MANOEL PINTO DA SILVA

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

AÇÃO: 044 - Auxílio-Transporte a Servidores e Empregados

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Instituto.

2011

Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Instituto.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

O índice alcançado estava dentro do previsto, portanto, de acordo com a meta prevista.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Auxílio transporte a servidores.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
2011 Insuficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

As respostas as quais estamos nos referindo, estão de acordo com a situação planejada para o ano de 2010

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.11 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: MANOEL PINTO DA SILVA

AÇÃO: 069 - Construção, Ampliação e Reforma de Bens Imóveis

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Instituto.

2011

Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Instituto.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

Meta não realizada por conveniência administrativa, ficando para o próximo exercício a execução desta meta.

2011 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

Não houve necessidade da utilização da ação.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Não utiliza recursos de origem orçamentária

Sem execução orçamentária

2011 Insuficientes

Ação não executada.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária

Sem execução orçamentária

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

As respostas as quais estamos nos referindo, estão de acordo com a situação planejada para o ano de 2010.

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.11 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: MANOEL PINTO DA SILVA

AÇÃO: 121 - Implementação de Ações de Informatização

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Instituto.

2011

Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Instituto.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

2011 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

A meta realizada ficou muito abaixo da prevista, tendo em vista que não houve contratação de empresa para prestação de serviço de informática.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes

2011 Insuficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

De acordo com a programação orçamentária a ação foi executada com sucesso.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.11 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: MANOEL PINTO DA SILVA

AÇÃO: 204 - Realização de Concurso Público

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Instituto.

2011

Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Instituto.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

Adiamento da execução da ação para o próximo exercício 2011.

2011 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

Ação não realizada. Execução da ação prevista para o exercício 2012.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes

O orçamento orçado foi suficiente, mas não foi executado devido o adiamento da execução da ação para o próximo exercício (2011).

2011 Insuficientes

Ação não realizada.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

A ação não foi executada devido o adiamento da execução da ação para o próximo exercício (2011).

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

As respostas as quais estamos nos referindo, estão de acordo com a situação planejada para o ano de 2010

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.11 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: MANOEL PINTO DA SILVA

AÇÃO: 217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Instituto.

2011

Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Instituto.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

A meta alcançada foi a esperada, ficando dentro da margem prevista, para esta ação.

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Pagamento de pessoal e encargos sociais.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

2011 Insuficientes

A dotação orçamentária prevista ficou acima da necessidade do gasto.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

De acordo com a programação orçamentária a ação foi executada com sucesso.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.11 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: MANOEL PINTO DA SILVA

AÇÃO: 301 - Manutenção e Funcionamento do Conselho Municipal de Previdência - CMP

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2011

Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Instituto.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Passagens para os Conselheiros, material de consumo e serviços.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2011 Insuficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.11 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE
Programa: 012 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS AOS SEGURADOS E DEPENDENTES DO IPAM
Gerente: Odalice Pereira da Silveira Tinoco

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Conceder benefícios aos segurados, dependentes, aposentados e pensionistas do IPAM.

Público-Alvo: Segurados e dependentes do Ipam
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: Este programa vem contribuir para que o Instituto continue oferecendo os benefícios relacionados à Previdência, para segurados, aposentados e pensionistas, de acordo com o que determina a Lei Complementar nº 227/2005.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
-	Previsto				
	Apurado				
	Relação % Apurado/Previsto				
	Relação % Apurado/Final				

2010:

2011:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance acima de 100% do previsto
Os beneficiários foram atendidos acima da meta prevista.

2011 Alcance acima de 100% do previsto
Os beneficíarios foram atendidos acima da meta prevista.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
Os proventos dos servidores inativos e pensionistas foram pagos dentro da programação mensal.

2011 Satisfeito
Os proventos dos servidores inativos e pensionistas foram pagos dentro da programação mensal.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010
Não há inadequação na concepção do programa
2011
Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010
Não contempla
2011
Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010
Os recursos materiais são adequados
2011
Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010
Os recursos humanos são adequados

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.11 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE
Programa: 012 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS AOS SEGURADOS E DEPENDENTES DO IPAM
Gerente: Odalice Pereira da Silveira Tinoco

2011

Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Não possui mecanismos.

Dificuldades para a implementação de mecanismos: A Instituição não tem necessidade da participação social, tendo em vista os benefícios já serem metas priorizadas da Instituição.

2011

Não possui mecanismos.

Dificuldades para a implementação de mecanismos: A Instituição não tem necessidade da participação social, tendo em vista os benefícios já serem metas priorizadas da Instituição.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

Não existe nenhuma dificuldade para implantação do sistema de avaliação, quanto a satisfação dos benefíciarios, as mesmas poderão ser implantadas no site do Ipam, através de votação, medindo o grau de satisfação e insatisfação dos beneficíarios atendidos.

2011

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

Não existe nenhuma dificuldade para implantação do sistema de avaliação, quanto a satisfação dos benefíciarios, as mesmas poderão ser implantadas no site do Ipam, através de votação, medindo o grau de satisfação e insatisfação dos beneficíarios atendidos.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 096 - Fundo de Reserva para Previdência Social

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Instituto.

2011

Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Instituto.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

A meta alcançada não foi a esperada, sendo assim ficando abaixo da margem prevista.

2011 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

O índice alcançado não foi o esperado, sendo assim ficando abaixo da margem prevista.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes

Sem execução orçamentária

2011 Suficientes

A dotação orçamentária prevista foi suficiente para subsidiar as despesas correntes e de capital previstas nesta ação.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Mesmo liberados, os recursos não foram utilizados durante o exercicio, tendo em vista que não houve necessidade de sua utilização.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

A ação foi executada com sucesso, de acordo com a elaboração orçamentária.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

As respostas as quais estamos nos referindo, estão de acordo com a situação planejada para o ano de 2011.

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.11 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE
Programa: 012 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS AOS SEGURADOS E DEPENDENTES DO IPAM
Gerente: Odalice Pereira da Silveira Tinoco

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

AÇÃO: 183 - Pagamento de Aposentadorias, Pensões e Encargos Sociais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Instituto.

2011

Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Instituto.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

O índice alcançado ficou acima do esperado em razão do número elevado de aposentadorias concedidas no exercício.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Pagamento de benefícios a aposentados e pensionistas.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

De acordo com a programação orçamentária a ação foi executada com sucesso.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

As respostas as quais estamos nos referindo, estão de acordo com a situação planejada para o ano de 2010

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.11 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE
Programa: 012 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS AOS SEGURADOS E DEPENDENTES DO IPAM
Gerente: Odalice Pereira da Silveira Tinoco

AÇÃO: 184 - Pagamento de Auxílio Doença

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Instituto.

2011

Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Instituto.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

Sem execução orçamentária.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Pagamento de auxílio doença.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Não utiliza recursos de origem orçamentária

Não houve execução orçamentária.

2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária

Não houve execução orçamentária.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

As respostas as quais estamos nos referindo, estão de acordo com a situação planejada para o ano de 2010.

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.11 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE
Programa: 012 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS AOS SEGURADOS E DEPENDENTES DO IPAM
Gerente: Odalice Pereira da Silveira Tinoco

AÇÃO: 185 - Pagamento de Auxílio Reclusão

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Instituto.

2011

Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Instituto.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
2011 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Pagamento de auxílio-reclusão.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes
2011 Insuficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.11 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE
Programa: 012 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS AOS SEGURADOS E DEPENDENTES DO IPAM
Gerente: Odalice Pereira da Silveira Tinoco

AÇÃO: 187 - Pagamento de Salário Maternidade

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Instituto.

2011

Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Instituto.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

Sem execução orçamentária.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Pagamento de salário maternidade.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Não utiliza recursos de origem orçamentária

Sem execução orçamentária.

2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Sem execução orçamentária.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

As respostas as quais estamos nos referindo superou a situação planejada para o ano de 2010.

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.12 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: MANOEL PINTO DA SILVA

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalisticos.

Público-Alvo:
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
-	Previsto				
	Apurado				
	Relação % Apurado/Previsto				
	Relação % Apurado/Final				

2010:

2011:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Não aplicável
2011 Não aplicável

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Não apurada
2011 Não apurada

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010
Não há inadequação na concepção do programa
2011
Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010
Não contempla
2011
Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010
Os recursos materiais são adequados
2011
Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010
Os recursos humanos são adequados
2011
Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.12 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: MANOEL PINTO DA SILVA

Outros: Portal Transparência
Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Através do Portal da Transparência a sociedade pode verificar os andamentos dos processos deste Instituto, e assim, verificar os resultados alcançados.

2011

Não possui mecanismos.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Mecanismos adotados:
Não existe nenhuma dificuldade para implantação do sistema de avaliação, quanto a satisfação dos beneficiários, as mesmas poderão ser implantados no site do Ipam, através da Ouvidoria que poderá medir o grau de satisfação e insatisfação dos beneficiários atendidos.

2011

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 001 - Administração da Unidade

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Sistemas informatizados
Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Insituto.

2011

Sistemas informatizados
Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Instituto

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Produtos e Serviços para a manutenção do Instituto: material de consumo, material de expediente, serviços e afins.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
A dotação orçamentária prevista foi suficiente para subsidiar as despesas correntes e de capital previstas nesta ação.

2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
De acordo com a programação orçamentária a ação foi executada com sucesso.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.12 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: MANOEL PINTO DA SILVA

AÇÃO: 013 - Aquisição de Bens Imóveis

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Insituto.

2011

Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Instituto.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

Meta não realizada por conveniência administrativa, ficando para o próximo exercício a execução desta meta.

2011 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

Meta não realizada por conveniência administrativa.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Não utiliza recursos de origem orçamentária

Não houve execução orçamentária. Recursos remanejados.

2011 Insuficientes

Não houve execução orçamentária.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Não houve movimentação financeira.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Meta não realizada por conveniência administrativa.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.12 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: MANOEL PINTO DA SILVA

AÇÃO: 044 - Auxílio-Transporte a Servidores e Empregados

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Insituto.

2011

Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Instituto.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

O índice alcançado ficou abaixo do previsto, em razão do adiamento do concurso público que estava programado para ser realizado no ano de 2010.

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

A meta ficou acima da esperada devida a não efetivação do concurso público planejada para o exercício de 2011, aumentando assim o número de Auxílio Transporte do Fundo de Assistência a Saúde

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Pagamento de auxílio transporte.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

A dotação orçamentária prevista foi suficiente para subsidiar as despesas correntes previstas nesta ação.

2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

De acordo com a programação orçamentária a ação foi executada com sucesso.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.12 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: MANOEL PINTO DA SILVA

AÇÃO: 069 - Construção, Ampliação e Reforma de Bens Imóveis

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Insituto.

2011

Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Instituto.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

O índice alcançado foi o esperado, ficando assim dentro da margem prevista. Contudo é importante ressaltar que ao invés de áreas construídas foram efetuados reformas no telhado, e serviços de drenagem na área externa do prédio do IPAM.

2011 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

A meta física ficou muito abaixo da prevista pois não houve necessidade de utilização desta ação.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

A dotação orçamentária prevista foi suficiente para subsidiar as despesas de capital previstas nesta ação.

2011 Insuficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

De acordo com a programação orçamentária a ação foi executada com sucesso.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.12 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: MANOEL PINTO DA SILVA

AÇÃO: 121 - Implementação de Ações de Informatização

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Insituto.

2011

Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Instituto.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Compra de computadores, impressoras, e serviços de manutenção de informática.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

A dotação orçamentária prevista foi suficiente para subsidiar as despesas correntes e de capital previstas nesta ação.

2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

De acordo com a programação orçamentária a ação foi executada com sucesso.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.12 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: MANOEL PINTO DA SILVA

AÇÃO: 204 - Realização de Concurso Público

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Insituto.

2011

Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Instituto.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

O índice alcançado ficou abaixo do previsto, em razão do adiamento do concurso público que estava programado para ser realizado no ano de 2010.

2011 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

A meta realizada ficou muito abaixo da prevista devido o adiamento da realização do concurso público para o próximo exercício.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Não utiliza recursos de origem orçamentária

Recursos remanejados. Ação não executada.

2011 Insuficientes

Ação não executada.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Sem movimentação financeira.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.12 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: MANOEL PINTO DA SILVA

AÇÃO: 217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Insituto.

2011

Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Instituto.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

O índice alcançado ficou abaixo do previsto, em razão do adiamento do concurso público que estava programado para ser realizado no ano de 2010.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Pagamento de pessoal e encargos sociais.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

A dotação orçamentária prevista foi suficiente para subsidiar as despesas correntes previstas nesta ação.

2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

De acordo com a programação orçamentária a ação foi executada com sucesso.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.12 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE
Programa: 011 - BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A SEGURADOS E DEPENDENTES DO IPAM
Gerente: Odalice Pereira da Silveira Tinoco

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Oferecer aos segurados e dependentes do IPAM atendimento hospitalar, laboratorial, ambulatorial, odontológico e auxílio funeral

Público-Alvo: Segurados e dependentes do Ipam
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: A permanência deste Programa vem contribuir para a prestação de serviços terceirizados na área de saúde, como: consultas, exames, internações, cirurgias, serviços de higiene bucal, aos seus segurados e dependentes, como também a implantação do auxilio funeral

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Quantidade de procedimentos médicos	Previsto	177780	186000	194370	203116
	Apurado	187330			
	Relação % Apurado/Previsto	105,37			
	Relação % Apurado/Final	92,23			

2010: O índice apurado em 2010, está dentro da margem de erro a ser considerada.

2011:

02 - Quantidade de procedimentos odontológicos	Previsto	29469	30796	32200	33650
	Apurado	48468			
	Relação % Apurado/Previsto	164,47			
	Relação % Apurado/Final	144,04			

2010: O índice apurado justifica-se em razão do aumento do número de segurados e dependentes que utilizaram o serviço oferecido.

2011:

03 - Quantidade de benefícios de pensões por morte	Previsto	24	24	24	24
	Apurado	29			
	Relação % Apurado/Previsto	120,83			
	Relação % Apurado/Final	120,83			

2010: O índice apurado em 2010, está dentro da margem de erro a ser considerada.

2011:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Não aplicável
2011 Alcance acima de 100% do previsto
A cobertura do público alvo ficou acima do esperado devido ao crescimento no número de servidores e segurados ingressos através dos concursos, e com isso, os atendimentos foram ampliados.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Não apurada
2011 Não apurada

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010
Não há inadequação na concepção do programa
2011
Não há inadequação na concepção do programa

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.12 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE
Programa: 011 - BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A SEGURADOS E DEPENDENTES DO IPAM
Gerente: Odalice Pereira da Silveira Tinoco

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Não contempla

2011

Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Os recursos materiais são adequados

2011

Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras

Essa lacuna poderá ser suprida com a efetivação do concurso público previsto para ser realizado até a execução final do PPA.

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras

Essa lacuna poderá ser suprida com a efetivação do concurso público previsto para ser realizado até a execução final do PPA.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Não possui mecanismos.

Dificuldades para a implementação de mecanismos: Com a implantação da Ouvidoria será possível atender os anseios da sociedade!

2011

Não possui mecanismos.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Mecanismos adotados:

Através de visitas hospitalares, realizada pelo serviço social deste Instituto.

2011

SIM

Mecanismos adotados:

Através de visitas hospitalares realizadas pelo serviço social do Instituto.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 039 - Atendimento Hospitalar, Laboratorial e Ambulatorial

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Insituto.

2011

Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Instituto.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

A Meta Realizada ficou acima do previsto em razão do aumento do número de segurados e dependentes, gerando com isso uma demanda maior, bem como também o incremento de serviços oferecidos por este IPAM.

2011 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Realização de atendimentos hospitalar, laboratorial e ambulatorial.

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.12 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE
Programa: 011 - BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A SEGURADOS E DEPENDENTES DO IPAM
Gerente: Odalice Pereira da Silveira Tinoco

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
A dotação orçamentária prevista foi suficiente para subsidiar as despesas correntes e de capital previstas nesta ação.

2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
De acordo com a programação orçamentária a ação foi executada com sucesso.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
As respostas as quais estamos nos referindo, estão de acordo com a situação planejada para o ano de 2010.

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.12 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE
Programa: 011 - BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A SEGURADOS E DEPENDENTES DO IPAM
Gerente: Odalice Pereira da Silveira Tinoco

AÇÃO: 040 - Atendimento Odontológico

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Insituto.

2011

Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Instituto.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

A Meta Realizada ficou acima do previsto em razão do aumento do número de segurados e dependentes, gerando com isso uma demanda bem maior no número de Atendimentos Odontológicos.

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

A meta realizada ficou acima do previsto em razão do aumento do número de segurados e dependentes, gerando com isso uma demanda bem maior no número de atendimentos odontológicos.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Atendimento odontológico aos servidores e dependentes.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

A dotação orçamentária prevista foi suficiente para subsidiar as despesas correntes e de capital previstas nesta ação.

2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

De acordo com a programação orçamentária a ação foi executada com sucesso.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

As respostas as quais estamos nos referindo, estão de acordo com a situação planejada para o ano de 2010.

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.12 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE
Programa: 011 - BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A SEGURADOS E DEPENDENTES DO IPAM
Gerente: Odalice Pereira da Silveira Tinoco

AÇÃO: 043 - Auxílio Funeral

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Insituto.

2011

Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Instituto.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

O índice alcançado ficou acima do previsto, em razão do número elevado de falecimento de servidores.

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

O índice alcançado ficou acima do previsto, em razão do número elevado de falecimento de servidores.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Concessão de auxílio funeral aos servidores.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes

A dotação orçamentária inicial foi insuficiente em razão do aumento do salário mínimo, que norteia o cálculo desses benefícios, daí a necessidade da suplementação orçamentária ocorrida no período.

2011 Insuficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

De acordo com a programação orçamentária a ação foi executada com sucesso

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

.

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.31 - FUNDAÇÃO ESCOLA DO SERVIDOR PÚBLICO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: NEIDE MARIA GADÊLHA SANTANA

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Público-Alvo:
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: .

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
-	Previsto				
	Apurado				
	Relação % Apurado/Previsto				
	Relação % Apurado/Final				

2010:

2011:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 40% a 80% do previsto
O ORÇAMENTO DESTINADO AO PROGRAMA NÃO FOI SUFICIENTE PARA DESENVOLVER AS ATIVIDADES PROGRAMADAS

2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
ATENDEU DE ACORDO COM O ORÇAMENTO DESTINADO A ESTE PROGRAMA

2011 Satisfeito

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Não há inadequação na concepção do programa

2011

Suficiência das metas físicas das ações
Orçamento insuficiente para contratação de pessoal especifico de determinadas áreas não possibilita o cumprimento das metas.

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Não contempla

2011

Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
RECURSOS MATERIAIS: DATA- SHOW, COMPUTADORES PARA O LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA, PRÉDIO PROPRIO E ETC...

2011

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
Falta espaço fisico para atender a demanda adequadamente.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.31 - FUNDAÇÃO ESCOLA DO SERVIDOR PÚBLICO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: NEIDE MARIA GADÊLHA SANTANA

NECESSITAMOS DE PROFISSIONAIS DAS ÁREAS DE INFORMÁTICA, CONTADOR, ASSISTENTE ADMINISTRATIVO E ETC...

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
Falta pessoal especializado para atender as áreas específicas da Funescola: contabilidade. Está sendo formada uma nova comissão de trabalho para elaborar quadro de pessoal para Funescola.

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Falta pessoal especializado nas áreas específicas..

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Não possui mecanismos.
Dificuldades para a implementação de mecanismos: O PROGRAMA NÃO DISPÕE DE MECANISMO DE AVALIAR A SATISFAÇAO DO BENEFICIÁRIO.

2011

Não possui mecanismos.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

2011

SIM

Mecanismos adotados:
O mecanismo utilizado são diálogo, indagações e comprovantes.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 001 - Administração da Unidade

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
REUNIOES PARA DISCUSSAO DAS AÇÕES REALIZADAS

Sistemas informatizados
ACOMPANHAMENTO ATRAVÉS DE SISTEMA DE FOLHA DE PAGAMENTO

Relatórios de gestão
A EQUIPE REALIZA MENSALMENTE RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

2011

Reuniões de trabalho
Reuniões mensais para verificar o andamento dos trabalhos e outros.

Visitas in loco
Visitas para monitorar o andamento dos trabalhos e execução.

Sistemas informatizados
Monitoramento diário sobre a funcionalidade dos programas utilizados.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de materiais e serviços diversos para manutenção da Unidade.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.31 - FUNDAÇÃO ESCOLA DO SERVIDOR PÚBLICO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: NEIDE MARIA GADÊLHA SANTANA

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)
NÃO HOUVE RECURSOS SUFICIENTES

2011

Realocação do crédito setorial de um programa para outro

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

AÇÃO: 217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Sistemas informatizados
ACOMPANHAMENTO ATRAVES DO SISTEMA DE FOLHA DE PAGAMENTO

2011

Visitas in loco
VISITAS PARA MONITORAR O ANDAMENTO DOS TRABALHOS E EXECUÇÃO.

Sistemas informatizados
MONITARAMENTO DIARIO SOBRE A FUNCIONALIDADE DOS PROGRAMAS UTILIZADOS.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
FOI ATINGIDA COM SUCESSO A META PROPOSTA

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Pagamento de pessoal ativo e encargos sociais.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
ATENDEU A META PROPOSTA APESAR DO REMANEJAMENTO ATRAVÉS DE CRÉDITO SUPLEMENTAR

2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
ATENDEU A META PROPOSTA

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.31 - FUNDAÇÃO ESCOLA DO SERVIDOR PÚBLICO
Programa: 031 - GESTÃO DA POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS
Gerente: JOSINÉIA ARAÚJO RODRIGUES

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Assegurar a qualificação profissional e pessoal dos servidores municipais e os serviços de qualidade aos usuários do serviço público municipal.

Público-Alvo: Servidores municipais
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: De acordo com o atual índice de capacitação dos servidores municipais (20%), verifica-se a necessidade de aumentar o índice de capacitação para o acompanhamento da modernização municipal, qualificação profissional e o serviço eficiente e de qualidade aos usuários do serviço Público Municipal.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de Servidores capacitados	Previsto	22	24	26	28
	Apurado	1792	11,86		
	Relação % Apurado/Previsto	8.145,45	49,42		
	Relação % Apurado/Final	6.400,00	42,36		

2010: A META FOI ATINGIDA

2011: Capacitação de 1186 servidores no ano de 2011, número que não alcançou a meta de 1941 servidores devido o orçamento ser insuficiente para cumprir a meta.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance acima de 100% do previsto
A META FOI ATINGIDA

2011 Alcance entre 40% a 80% do previsto
Capacitação de 1186 servidores no ano de 2011, número que não alcançou a meta de 1941 servidores, devido orçamento ser insuficiente para cumprir a meta.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
OS CURSOS ESTÃO ATENDENDO AS EXPECTATIVAS DOS SERVIDORES PRINCIPALMENTE NA ÁREA DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO

2011 Satisfeito
Resposta mensurada qualitativamente mediante aplicação de avalições aos servidores no final de cada curso e avaliação de desempenho do servidor no trabalho, pós curso.

2.4 Outras Considerações

Para alcançar a meta necessita-se de disponibilização orçamentária adequada à realização das capacitações, pois, o valor dos cursos apresentado pelas empresas é de alto custo.

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Não há inadequação na concepção do programa

2011

Suficiência das metas físicas das ações
A Funescola necessita de espaço fisico adequado para atender o público alvo, pois necessitamos alugar locais para realização das capacitações.

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Não contempla

2011

Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Os recursos materiais são adequados

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.31 - FUNDAÇÃO ESCOLA DO SERVIDOR PÚBLICO
Programa: 031 - GESTÃO DA POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS
Gerente: JOSINÉIA ARAÚJO RODRIGUES

2011

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras

A Funescola necessita de espaço fisico adequado para atender o público alvo, poisnecessitamos alugar locais para realização das capacitações.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial

FALTA RECURSOS HUMANOS NA ÁREA PEDAGÓGICA COMO: ESPECIALISTAS EM EDUCAÇÃO E SUPERVISÃO, PROFESSORES ESPECÍFICOS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial

Falta pessoal especializado para atender as áreas específicas da funescola: contabilidade. Está sendo formada uma nova comissão para elaborar quadro de pessoal para funescola.

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras

Falta pessoal especializado nas áreas específicas, devido a funescola não possuir quadro de pessoal específico.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Outros: SERVIDORES PUBLICOS

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

ATENDIMENTO DE QUALIDADE A POPULAÇÃO DO MUNICIPIO DE PORTO VELHO ATRAVES DOS SERVIÇOS OFERECIDOS PELA PREFEITURA

2011

Não possui mecanismos.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Mecanismos adotados:

ATRAVÉS DE CURSOS VOLTADOS PARA O ATENDIMENTO AO PUBLICO

2011

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 050 - Capacitação de Servidores Públicos Municipais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho

Acompanhamento das atividades mais de perto.

Visitas in loco

Realização de visitas periódicas.

Relatórios de gestão

Relatórios de avaliações após cursos.

Outros: AVALIAÇÕES

2011

Reuniões de trabalho

Reunião com os diretores e departamentos da funescola.

Visitas in loco

Abertura de cursos, relação de frequência nos curso, visita às secretarias.

Sistemas informatizados

Por meio de internet, divulgação dos cursos na página da funescola (prefeitura de porto velho) e e-mail às secretarias

Relatórios de gestão

Relatórios ao final do exercício para controle das metas e dos recursos orçamentários.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

2011 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

Orçamento insuficiente para atender os servidores com as qualificações.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Capacitação de servidores com diversos cursos de aperfeiçoamento de várias áreas.

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.31 - FUNDAÇÃO ESCOLA DO SERVIDOR PÚBLICO
Programa: 031 - GESTÃO DA POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS
Gerente: JOSINÉIA ARAÚJO RODRIGUES

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
OCORRÊNCIA DE SUPLEMENTAÇÕES PARA CAPACITAÇÕES CONFORME SOLICITAÇAO DAS SECRETARIAS.

2011 Insuficientes
O orçamento inicial da Funescola foi no valor de R$ de 204.650,00. Quanto ao valor da dotação atual, a Funescola recebeu suplemtantação das secretarias para realização de cursos e Conferência Muncipal.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
ATENDIDOS DE ACORDO COM OS CURSOS DE CAPACITAÇÃO PROGRAMADOS

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Contingenciamento orçamentário
ORÇAMENTO INSUFICIENTE

Outros: COMPROMETIMENTO DE SERVIDORES
FALTA DE PARTICIPAÇÃO EFETIVA DOS SERVIDORES NOS CURSOS ADOTADOS PELA FUNDAÇÃO

2011

Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)
Orçamento insuficiente às atividades previstas para atender a meta.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: FRANCISCO CARLOS SILVA DE OLIVEIRA

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Público-Alvo:
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: .

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
-	Previsto				
	Apurado				
	Relação % Apurado/Previsto				
	Relação % Apurado/Final				

2010:

2011:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Dentro das normas foram atendidas as solicitações para implementação das ações dos programas finalísticos.

2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Dando suporte a todos os departamentos e divisões,unidades de saúde, policlínicas, SAMU e maternidade municipal.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
Foram atendidas todas as solicitações dos Departamentos e Divisões da Secretaria

2011 Pouco satisfeito
Devido a lentidão na conclusão de processos de serviços e aquisição.

2.4 Outras Considerações

Capacitar gerentes de programas na elaboração dos pedidos de compras e serviços, para não haver tanta demora na conclusão de processos de licitação.

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Não há inadequação na concepção do programa

2011

Outros: Acompanhamento e desenvolvimento de todos os programas.
Acompanhar licitações e compras para os programas finalisticos.

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Raça
São atendidos com base no Principio da Universalidade garantida pelo SUS

Pessoa com Deficiência
São atendidos com base no Principio da Universalidade garantida pelo SUS

Gênero
São atendidos com base no Principio da Universalidade garantida pelo SUS

Criança e Juventude
São atendidos com base no Principio da Universalidade garantida pelo SUS

2011

Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: FRANCISCO CARLOS SILVA DE OLIVEIRA

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
morosidade nos processos administrativos, para aquisição bens e serviços
Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial
estrutura muito pequena para organização e desenvoltura do programa

2011

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial
Espaço inadequado para acomodar os funcionários existentes no departamento.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
devido espaço pequeno, o quantitativo de recursos humanos tona-se muito resumido, distribuindo de forma inadeguadas as atividades gerenciais.

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Há necessidade de mais contratação de recursos humanos para compor o departamento.
Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial
Melhorar a qualidade dos serviços apresentados e necessidade de mais capacitação para funcionários novos e antigos.;

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Outros:
suporte aos programas finalisticos
Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Apoio aos Programas Finalisticos, com aquisição de bens e serviços

2011

Ouvidoria
Foi implantado na Secretaria de Saúde a ouvidoria, que nos dará a real satisfação do usuário de ponta.
Audiência Pública
As audiências públicas, onde a população manifesta nível de satisfação.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Não se trata de Programa Finalístico.

2011

SIM
Mecanismos adotados:
Nossos beneficiários são as unidades básicas de saúde policlínicas, SAMU, maternidade e todos os departamentos desta secretaria, acompanhamos processos de aquisição e serviços

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 001 - Administração da Unidade

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Relatórios de gestão
Demonstrando a aquisição de bens e serviços, demonstrando aplicações dos recursos

2011

Reuniões de trabalho
Reuniões mensais com gestor e todas as unidades finalisticas.
Visitas in loco
Acompanhamento do desenvolvimento de todos os programas.
Relatórios de gestão
Relatórios de gestão feita pelo ordenador de despesas semestralmente.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de bens e serviços para unidades basicas de saude policlinicas, SAMU, maternidade e departamentos.

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: FRANCISCO CARLOS SILVA DE OLIVEIRA

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Porem havendo aumento da demanda haverá necessidade de implentação de recursos

2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Foram liberados no decorrer do exercicio, havendo antecipação de cotas, remanejamento, suplementações por superavit financeiro e por excesso de arrecadação

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Tivemos que antecipar algumas ações para dar cobertura a contratos continuados não prejudicando a execução do programa e algumas suplementações orçamentárias.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Neste programa não se utiliza recursos de origem não orçamentaria.

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade nos tramites processuais

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade no andamento de processos em fase licitatória.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: FRANCISCO CARLOS SILVA DE OLIVEIRA

AÇÃO: 042 - Auxílio Alimentação ao Servidor

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Reuniões diarias com Departamentos e Diretores

Relatórios de gestão
Demonstrando todas as ações do Programa

2011

Relatórios de gestão
Relatórios anuais das ações.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Atendido os servidores que recebem auxilio alimentação

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Servidor a disposição beneficiado com auxilio alimentação.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Auxilio alimentação aos servidores da camara à disposição do municipio.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
2011 Insuficientes
servidor da camara municipal a disposição beneficiado.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Havendo suplementações orçamentarias, por excesso de arrecadação.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: FRANCISCO CARLOS SILVA DE OLIVEIRA

AÇÃO: 044 - Auxílio-Transporte a Servidores e Empregados

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Diarias com diretores de departamentos

Relatórios de gestão
Demonstrativo das ações desenvolvidas por este programa

2011

Relatórios de gestão
Relatorios semestrais e anuais pela Divisão de Recursos Humanos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Com o pagamento do auxilio transporte a servidorees e empregados diretamente em folha, houve atendimento geral de metas.

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
SERVIDORES BENEFICIADOS

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Vale transporte ao servidor.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Foram atendidos no decorrer do exercicio.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Recursos Oriundos do Tesouro Municipal

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: FRANCISCO CARLOS SILVA DE OLIVEIRA

AÇÃO: 054 - Capacitação Profissional de Pessoal do Sistema de Saúde

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Para avaliar a necessidade de treinamento e aperfeiçoamento servidor

Relatórios de gestão
Demonstrando os resultados dos treinamentos, no atendimento aos usuarios das Unidades de Saude

2011

Não possui mecanismos.
Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: Não temos como avaliar capacitação de servidores da área finalística de saúde.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
SERVIDORES DESTE DEPTO E DIVISÕES CAPACITADOS

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Pagamento de cursos e diárias a servidores da saúde.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Conforme Planejamento

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade nos trâmites processuais.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: FRANCISCO CARLOS SILVA DE OLIVEIRA

AÇÃO: 217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Reuniões diarias para analisar necessidade de contratações de novos recursos humanos

Sistemas informatizados
manutenção diaria do sistema

Relatórios de gestão

2011

Reuniões de trabalho
Reuniões periódicas para acompanhar nível de satisfação do servidor.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Devido a novas contratações, inauguração de novas unidades de saude

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Pagamento de pessoal e obrigações patronais.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Houve aumento na Contratação de Pessoal, devido a novas unidades construidas e ampliadas

2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Houve creditos adicionais suplementares por excesso de arrecadação.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Recursos de Origem Especificamente do Tesouro Municipal.

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 009 - ASSISTÊNCIA BÁSICA DE SAÚDE
Gerente: MARIA DO SOCORRO SOARES

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Fortalecer e expandir a estratégia de saúde da família - ESF e Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS na atenção básica à saúde no Município de Porto Velho

Público-Alvo: População do Município de Porto Velho
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: Atualmente o Município de Porto Velho apresenta índices baixo de cobertura de estratégia de saúde da família (31,7%) o que reflete negativamente nos proncipais indicadores de saúde da população, como: mortalidade infantil, materna, bem como na atenção integral dos munícipes, como oferta de consulta aos grupos estratégicos: hipertensos, portadores de diabetes, idosos e outros grupos vulneráveis a agravos e doenças.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de cobertura da estratégia de saúde da família	Previsto	50	55	65	70
	Apurado	70	59,58		
	Relação % Apurado/Previsto	140,00	108,33		
	Relação % Apurado/Final	100,00	85,11		

2010: Houve um aumento populacional, e processo de implantação de equipes ainda não foi finalizada.

2011: Com a boa relação de gestores e a disponibilidade do Executivo alcançou-se neste ano o índice acima do esperado.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Teve aumento de ações nos programas finalisticos

2011 Alcance acima de 100% do previsto
Com a boa relação de gestores e a disponibilidade do executivo alcançamos neste ano o índice acima do esperado.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
Devido o aumento de cobertura populacional pelas Equipes da Saúde da Familia.

2011 Não apurada
Não possuimos rotina e instrumento para tal avaliação.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Não há inadequação na concepção do programa

2011

Dimensionamento do público-alvo
Devido o grande número de pessoas atraídas de outros estados para a capital no advento das usinas hidrelétricas, tivemos dificuldade na expansão do programa reduzindo assim nosso índice de cobertura do PSF.

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Raça
São atendidos com base no Principio da Universalidade garantida pelo SUS

Pessoa com Deficiência
São atendidos com base no Principio da Universalidade garantida pelo SUS

Gênero
São atendidos com base no Principio da Universalidade garantida pelo SUS

Criança e Juventude
São atendidos com base no Principio da Universalidade garantida pelo SUS

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 009 - ASSISTÊNCIA BÁSICA DE SAÚDE
Gerente: MARIA DO SOCORRO SOARES

2011

Pessoa com Deficiência
O saúde da família trabalha a prevenção da deficiencia, os que são, tem atendimento prioritário nas unidades e várias foramadequadas obedecendo o direito de ir e vir.

Criança e Juventude
As crinças e jovens tem atendimento prio-estratégico do programa respeitando a filosofia institucional.

Raça
O saúde da família em sua filosofia atende a todos sem discriminação.

Gênero
O saúde da família em sua filosofia atende a todos sem discriminação.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Há necessidade de diminuir a burocracia no processo de aquisição de bens e serviços

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial
Deve haver novas contrações de recursos humanos para atuação na Gestão da Atenção Basica

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Deve haver novas contrações derRecursos humanos

2011

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial
Parte das unidades de saúde estão com a estrutura obsoletas e por isso estão sendo planejadas as reformas, ampliações e contruções de algumas e outras já foram contempladas.

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
Parte das unidades de saúde estão com a estrutura obsoletas e por isso estão sendo planejadas as reformas, ampliações e contruções de algumas e outras já foram contempladas.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
Deve haver novas Contrações de Recursos Humanos para atuação na Gestão da Atenção Basica

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Deve haver novas Contrações de Recursos Humanos

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
Devido a expansão e o crescimento de equipes faz se necessário a divisão das unidades em pólos e o aumento de recursos humanos na gerência de atenção básica e de assistência farmacêutica para gerir o programa

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Necessidade de contratação de recursos humanos para as equipes de saúde da família e para as Farmácias.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial
Treinamento e qualificação sobre gestão pública seria interessante para todos da equipe de gestão.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
O concurso público já realizado pela prefeitura irá suprir essa necessidade.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Reunião com grupos de interesse
São reuniões com associação de bairros, representantes de categorias da diversas representações sociais

Discussão em Conselho Setorial
Reuniões periodicas no Conselho Municipal de Saude

Contribuições da participação social para os resultados do programa:
A execução do programa se dá em conformidade com a necessidade apresentada por cada grupo ou categoria de diversas representações sociais.

2011

Ouvidoria
Serviço de ouvidoria inaugurado em junho 2011.

Audiência Pública
Audiências públicas para ouvir as inquietudes da população, suas demandas e realidades.

Discussão em Conselho Setorial
Conselhos Municipal e Estadual de Saúde.

Reunião com grupos de interesse
Reuniões com presidente de associação, representantes das construtoras das hidrelétricas ONGs, lideranças afins para discussão sobre saúde preventiva e o desenvolvimento de ações mais próximasdo interesse e carência da população.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 009 - ASSISTÊNCIA BÁSICA DE SAÚDE
Gerente: MARIA DO SOCORRO SOARES

SIM

Mecanismos adotados:

Através da Avaliação e Monitoramento da Qualidade da Atenção Basica (AMQ)

2011

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

Há mais facilidade devido a implantação da ouvidoria, mas há a intenção de verificar avaliação in loco nas unidades com pesquisa de satisfação.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 024 - Aquisição de Medicação Básica

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Reuniões mensais com Diretores

Sistemas informatizados
Alimentado Diariamente

Relatórios de gestão
Demonstrando todas ações do porgrama

2011

Reuniões de trabalho
Reuniões mensais com a equipe de gerenciamento e com equipes executoras (responsáveis pelas farmácias básicas) periodicamente.

Relatórios de gestão
Semestral para integrar ao relatório de gestão da Semusa, onde são descritas todas as atividades realizadas.

Visitas in loco
Em todas as unidades de saúde, para avaliação do estoque regulador.

Sistemas informatizados
Sistema Hospub/Datasus, onde emitem-se relatórios de gerenciamento e controle.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Assistência Farmacêutica.Fornecimento de Medicamentos para os tratamentos realizados nas Unidades de Saúde do Município de Porto Velho.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Além dos itens da atenção básica, a unidade assumiu o compromisso de adquirir medicamentos dos programas estratégicos do Ministério da Saúde, da Saúde Mental e Pronto Atendimento.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de medicamentos para manutenção do estoque regulador.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

2011 Insuficientes
Houve demora na conclusão de processos licitatórios.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Por antecipação de cotas, e superavit financeiro.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Recursos utilizados na ação são orindos do Fundo Nacional de Saude

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Devido a morosidade nos tramites processuais

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Houve demora em homologar os pregões eletrônicos, e nesse tempo ocorreu desabastecimento das unidades de Saúde.

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 009 - ASSISTÊNCIA BÁSICA DE SAÚDE
Gerente: MARIA DO SOCORRO SOARES

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

AÇÃO: 070 - Construção, Ampliação e Reforma de Unidades de Saúde

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Reuniões diarias com Diretores de Unidades de Saude e Policlinicas, para não haver descontinuidade do programa

Visitas in loco
Semanalmente

Sistemas informatizados
Diariamente

Relatórios de gestão
Demonstrando todas as ações do programa

2011

Visitas in loco
Realizadas sistematicamente acompanhando o desenvolvimento das obras.

Relatórios de gestão
Relatórios semestrais.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
Não houve melhor cumprimento de metas devido a morosidade nos tramites processuais.

2011 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
Devido a lentidão de processos licitatórios.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Construção e reformaUnidades Básicas de Saúde Ernandes Indio, Morrinhos, Osvaldo Piana, São Miguel, Joana Darc, Calama, Castanheira, União Bandeirante

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Os recursos foram suficientes para execução das obras

2011 Insuficientes
Morosidade na conclusão dos processos licitatórios.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Foram abertos no decorrer do exercicio, creditos adiconais suplementares por excesso e superavit financeiro.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Os recursos oriundos do Fundo Nacional de Saude, ou Tesouro Municipal, ou Celebraçaõ de Convenios

2011 Baixo
Construção de novas unidades com recursos de compensação de Santo Antônio Energia e Jirau.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade nos Tramites Processuais

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade nos tramites processuais para conclusão de licitação.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:
Programa de Saúde Pública das empresas de Santo Antônio Energia e Jirau.

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 009 - ASSISTÊNCIA BÁSICA DE SAÚDE
Gerente: MARIA DO SOCORRO SOARES

AÇÃO: 149 - Manutenção das Unidade Básicas de Saúde

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Visitas in loco
Acompanhamento diario

Sistemas informatizados
Alimentação diaria do sistema

Relatórios de gestão
Demonstrando todas as ações

2011

Visitas in loco
Vistas realizadas para verificar a necessidade das Unidades Básicas de Saúde.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Foram mantidas todas as Unidades de Saude

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Houve mais agilidade nos processos de aquisição.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de equipamentos, material médico-hospitalar, material elétrico, tintas e outros.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Os recursos liberados no decorer do exercicio foram suficiente para ação do programa, porém com a construção de novas unidades será necessario o aumento de recursos financeiros no programa.

2011 Suficientes
Recursos suficientes para execução do programa porém houve morosidade na conclusão dos processos de aquisição de bens e serviços

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Foram liberados no decorrer do exercicio creditos suplementares por remanejamento, superavit, e excesso de arrecadação

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Recursos do Fundo Nacional de Saude

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade nos tramites processuais

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade nos trâmites processuais para conclusão de licitação.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 009 - ASSISTÊNCIA BÁSICA DE SAÚDE
Gerente: MARIA DO SOCORRO SOARES

AÇÃO: 400 - Expansão de unidades de saúde da família

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Visitas in loco
Visitas diárias as unidades de saude

Sistemas informatizados
Alimentação diária do sistema (SIAB)

Relatórios de gestão
Demonstrativo das ações executadas no decorer do exercicio

2011

Monitoramento através do IBGE de aumento populacional e visitas de supervisão locais das áreas cobertasdetectando o aumento da população.

Reuniões de trabalho
Reuniões periódicas com as equipes do programa saúde da familia.

Visitas in loco
Visitas técnicas às unidades de saúde pela equipe de gerência.

Relatórios de gestão
Relatórios demonstrativos de as ações do programa.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Expansão das Unidades Osvaldo Piana, Nova Floresta, São Sebastião e Nova Mutum

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Ampliação e reforma das Unidades de Saúde Básicas Osvaldo Piana, Nova Floresta, São Sebastião e Nova Mutum, expansão do programa saúde da família, aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

2011 Insuficientes
Dificuldades quanto a conclusão de processos licitatórios prejudicando a ação do programa.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Havendo abertura de Credito Suplementar por remanejamento, supervit financeiro e excesso de arrecadação

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Recursos orindos do Fundo Nacional de Saude e Tesouro Municipal

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade nos tramites processuais

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Demora na conclusão de processos licitatorios.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 009 - ASSISTÊNCIA BÁSICA DE SAÚDE
Gerente: MARIA DO SOCORRO SOARES

AÇÃO: 401 - Execução do projeto SIS-FRONTEIRA

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Reuniões com Divisões e Departamentos

Relatórios de gestão
Demonstrando a execução do projeto

2011

Reuniões de trabalho
Departamento de Atenção Básica, Conselho Municipal, Gabinete.

Visitas in loco
Nas Unidades Básicas de Saúde.

Sistemas informatizados
Através do sistema Sigest Pnas.

Relatórios de gestão
Relatório de prestação de contas por fase.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
Morosidade no desenvolvimento do processo de aquisição.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de equipamentos e materiais permanente, construção de unidade e saude da familia

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes
Faltam ser executados restante previsto.

2011 Insuficientes
Morosidade no processo licitatório,.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade nos trâmites processuais

2011

Realocação do crédito setorial de um programa para outro
A fase 1 foi relocada para a fase 2.

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Demora na tramitação dos processos.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 009 - ASSISTÊNCIA BÁSICA DE SAÚDE
Gerente: MARIA DO SOCORRO SOARES

AÇÃO: 402 - Aparelhamento das unidades de saúde

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Visitas in loco
Visitas diarias analisando as necessidades de cada unidade de saude

Relatórios de gestão
Demonstrando os produtos adquiridos

2011

Reuniões de trabalho
Reuniões trimestrais.

Visitas in loco
Visita mensal nas unidades de supervisão.

Relatórios de gestão
Relatório semestral.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
Unidades reformadas e construidas

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
2011 Insuficientes
Devido a morosidade nos trâmites licitatórios, alguns processos não chegaram a serem concluídos.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
recursos de convenio entre Ministerio da Saude e Muunicipio

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade nos trâmites processuais

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade nas licitações.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 017 - CONTROLE DE ZOONOSES
Gerente: DEUZELI SALES DE SOUSA PEREIRA

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Controlar as zoonoses e reduzir a densidade vetorial

Público-Alvo: População de Porto Velho
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

Justificativa: As doenças transmitidas por vetores exemplo da malária e dengue constituem em um grande problema de saúde pública em Porto Velho, a implementação de ações de controle de vetor e melhoria da oportunidade de diagnóstico e tratamento, tem sido prioridades a perseguir para redução dos índices da incidência parasitária da malária. Nas atividades de controle vetorial a prova de suscetibiliadades, prova biológica, avaliação das bombas de borrifação residual e espacial bem como coleta de larvas e cantura de alados são determinantes para controlar a densidade populacional dos vetores transmissores da malária.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de vacinação em campanha animal	Previsto	85	85	90	90
	Apurado	70,62	80		
	Relação % Apurado/Previsto	83,08	94,12		
	Relação % Apurado/Final	78,47	88,89		

2010:

2011: Neste ano de 2011, não trabalhou-se com vacinação anti-rábica, em virtude dos imunobiológicos disponibilizados pelo Ministério da Saúde(MS), terem sido recolhidos para análise no final do ano de 2010, por orientação do próprio MS, devido os mesmos estarem relacionados a eventos adversos ocorridos em animais de outros estados brasileiros, e segundo Nota Técnica nº 14/2011CGDT/DEVEP/SVS/MS, foi priorizada a distribuição de vacinas para a efetivação da campanha para os estados com presença de casos de raiva humana e canina, nos últimos tres anos, estando Porto Velho livre de casos por período superior .As vacinas não foram disponibilizadas no ano de 2011 para a execução da campanha. .

02 - Taxa de identificação e eliminação de focos e/ou criadouros de aedes aegypti e/ou aedes albopictus nos imóveis	Previsto	45	45	45	45
	Apurado	54			
	Relação % Apurado/Previsto	120,00			
	Relação % Apurado/Final	120,00			

2010:

2011:

03 - Taxa de incidência parasitária anual da malária (IPA)	Previsto	10	12	15	15
	Apurado	6,1			
	Relação % Apurado/Previsto	61,00			
	Relação % Apurado/Final	40,67			

2010: Observa-se que, em relação ao ano de 2009 houve um acréscimo de 16% nos casos de malária em 2010, identificado pricipalmente nas áreas de abrangência das hidrelétricas.

2011:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto

Após última campanha os meios de comunicação demonstraram que a vacina utilizada na vacinação eml 2010 poderia ser um dos motivos de alguns terem ido a obito em algumas capitais do Brasil, levando a população ter insegurança em vacinar seus animais, levando-os para serem vacinados em clinica particular.

2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto

Em 2011 não ou-se com vacinação anti-rábica, em virtude dos imunobiológicos disponibilizados pelo Ministério da Saúde(MS),terem sido recolhidos para análise no final do ano de 2010, por orientação do próprio MS, devido os mesmos estarem relacionados a eventos adversos ocorridos em animais de outros estados brasileiros, e segundo Nota Técnica nº14/2011/CGDT/DEVEP/SVS/MS, foi priorizada a distribuição de vacinas para a efetivação da campanha para os estados com presença de casos de raiva humana e canina, nos últimos três anos, estando Porto Velho livre de casos por período superior .As vacinas não foram disponibilizadas no ano de 2011 para a execução da campanha.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Pouco satisfeito

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 017 - CONTROLE DE ZOONOSES
Gerente: DEUZELI SALES DE SOUSA PEREIRA

Após última campanha os meios de comunicação demonstraram que a vacina utilizada na vacinação da campanha nacional 2010 poderia ser um dos motivos de alguns terem ido a obito em algumas capitais do Brasil, levando a população ter insegurança em vacinar seus animais, levando-os para serem vacinados em clinica particular.

2011 Satisfeito

Apesar de não ter havido nenhuma pesquisa de satisfação. pode-se considerar o beneficiario como satisfeito tomando-se como parâmetro o atingimento da meta do programa aliado a ausência de denúncia na ouvidoria da saúde no que diz respeito a execução do programa.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Definição dos indicadores
Em desenvolvimento. A ausência de indicadores prejudica a avaliação dos resultados do programa.

2011

Definição dos indicadores
Os indicadores indicados no programa se adaptam para as ações e não respondem ao objetivo do programa.

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Raça
São atendidos com base no Principio da Universalidade garantida pelo SUS

Pessoa com Deficiência
São atendidos com base no Principio da Universalidade garantida pelo SUS

Gênero
São atendidos com base no Principio da Universalidade garantida pelo SUS

Criança e Juventude
São atendidos com base no Principio da Universalidade garantida pelo SUS

2011

Raça
Como trata-se de controle de zoonoses e vetores transmissores de doenças o programa atingiu a população em geral.

Pessoa com Deficiência
Como trata-se de controle de zoonoses e vetores transmissores de doenças o programa atingiu a população em geral.

Gênero
Como trata-se de controle de zoonoses e vetores transmissores de doenças o programa atingiu a população em geral.

Criança e Juventude
Como trata-se de controle de zoonoses e vetores transmissores de doenças o programa atingiu a população em geral.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Os Recursos Financeiro são insuficiente, para o desenvolvimento do programa, devido o aumento populacional dentro do Municipio aumentando a dimensão de atendimento.

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Os Recursos Financeiro são insuficiente, para o desenvolvimento do programa, devido o aumento populacional dentro do Municipio aumentando a dimensão de atendimento.

2011

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial
Atualmente com a expansão das ações de saúde e o crescimento populacional ocorrido em Porto Velho, a infraestrutura se tornou obsoleta frente a equipe e demanda de trabalho requerida

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
Atualmente com a expansão das ações de saúde e o crescimento populacional ocorrido em Porto Velho, a infraestrutura se tornou obsoleta frente a equipe e demanda de trabalho requerida.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Contratação de Recursos Humanos - Agentes de Combate a Endemias.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
Capacitação para os novos contratados

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 017 - CONTROLE DE ZOONOSES
Gerente: DEUZELI SALES DE SOUSA PEREIRA

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
A estrutura organizacional da Semusa não proporciona a expansão da equipe gerencial, além de não existir atrativos salariais para técnicos qualificados para o programa.

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Há falta de agentes de endemias para controle vetorial, microscopista, motoristas, agravada após a vinda dos dois grandes empreendimentos para a capital.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
Há falta de capacitações técnica para melhor execução das atividades por parte das equipes executoras.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Reunião com grupos de interesse
Ministerio Publico, Estado, Escolas Igrejas, Associação de Bairros e Exercito, sempre que solicitado

Discussão em Conselho Setorial
As atividades do programas são desenvolvidas junto com Conselho Municipal de Saude

Contribuições da participação social para os resultados do programa:
São multiplicadores de informação, dessa forma ajudando no controle

2011

Ouvidoria
Foi implantada a ouvidoria do sistema municipal de saúde, o qual é o instrumento de controle social para todos os programas de saúde.

Audiência Pública
O programa é alvo de audiencia pública anualmente quando da audiencia pública da gestão municipal.

Discussão em Conselho Setorial
As ações anuais do programa são discutidas quando da deliberação dos instrumentos de gestão do SUS (PAS e RAG).

Outros: Conferência Municipal de Saúde
Na Conferência foram discutidas estratégias de ação para a execução dos programas de saúde.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
ÍndiceRápidodeAedesaegypti–LIRAa

2011

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
A inexistência de equipe técnica capacitada para realização de pesquisa de satisfação.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 437 - Manutenção das Atividades de Controle de População Animal (Campanhas, Remoções, Capturas, Observações Clínicas e Coletas)

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Reuniões em periodos de campanha com Diretores de Unidades e servidores que participaram das campanhas

Visitas in loco
As visitas são nos periodos de campanha, para alcançar metas de vacinação

Sistemas informatizados
Sistema alimentado periodicamente

Relatórios de gestão
Demonstrando as ações desenvolvidas no programa

2011

Reuniões de trabalho
As reuniões técnicas acontecem mensalmente para avaliação das ações de controle da população animal

Relatórios de gestão
Relatório semestral de gestão.

Instrumentos de Gestão do SUS, PMS, PAS E RAG.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 017 - CONTROLE DE ZOONOSES
Gerente: DEUZELI SALES DE SOUSA PEREIRA

Aquisição de equipamentos cirúrgicos para execução do projeto de castração, aquisição de 03 viaturas carrocinhas para captura e remoção de errantes e semi-domiciliados.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

2011 Insuficientes

Estaria dentro do planejamento anual se não tivesse havido morosidade nas conclusões dos certames Licitatórios.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Foram feitas suplementações e reduções orçamentárias, por execesso de arrecação, superavit financeiro e remanejamento.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Conforme planejamento anual das metas a executar, havendo necessidade de remanejamento de outros programas para atender as ações deste programa.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Médio

Aquisição das 03 viaturas carrocinhas pela Energia Sustentavel do Brasil e os equipamentos Cirúrgicos para o programa de castração animal.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldades em licitações e celebração de contratos

Morosidade na conclusão dos processos de aquisição.

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos

Demora na conclusão de processos licitatórios para a compra de materiais.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 017 - CONTROLE DE ZOONOSES
Gerente: DEUZELI SALES DE SOUSA PEREIRA

AÇÃO: 438 - Manutenção das Atividades de Controle Vetorial (Visita Domiciliar, Borrifação Residual, Espacial, Coleta Larvaria, Identifiacação e Tratamento de Criadouros)

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Reuniões periodicas, para acompanhar o desenvolvimento das atividades desenvolvidas pelo programa

Visitas in loco
Visitas diárias pelos agentes de combate a endemias

Sistemas informatizados
Alimentação do sistema SISFAD e SIVEP Malaria, vetores SIVEP

Relatórios de gestão
Demonstração do resultado de toda ação do Programa

2011

Reuniões de trabalho
As reuniões técnicas acontecem mensalmente para avaliaçã das ações de controle vetorial

Visitas in loco
São realizadas supervisões de area nas regiões administrativas de controle de malária

Sistemas informatizados
SIVEP- Malária, SIS FAD, Vetores-Malária

Relatórios de gestão
Relatórios Semestrais

Outros: PMS. PAS E RAG
Instrumentos de Planejamento do SUS

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Aumento populacional.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Através da conclusão dos 04 ciclos de borrifação residual e termo-nebulização para o controle vetorial.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de 06 caminhonetes l-200 para transporte das equipe de controle vetorial.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Devido o aumento populacional, aumentou a demanda de serviços

2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Liberação de Creditos Orçamentarios, por remanejamento, excesso de arrecadação e superavit financeiro

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Os Recursos são do Fundo Nacional de Saude

2011 Alto
As compensações da Santo Antônio Energia e ESB tiveram uma atuação efetiva no atingimento das metas.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade nos tramites processuais de aquisição de bens e serviços.

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Demora no processo de compra dos materiais

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:
A parceria com a interligação elétrica do Madeira S/A fortaleceu o atingimento das metas, facilitando a conclusão dos 04 ciclos de controle vetorial.

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 067 - SAÚDE BUCAL
Gerente: MARIA DO SOCORRO SOARES

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Expandir o número de ESB na estratégia da saúde da família, aumentando a oferta de consultas para tratamento odontológico curativo e ampliação maciça do acesso a escovação dental supervisionada com dentifrício fluoretado, buscando uma significante redução do índice de CPOD.

Público-Alvo: População do Município de Porto Velho
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

Justificativa: Atualmente o Município de Porto Velho conta com 41 ESB distribuídas na zona urbana (25) e na zona rural (16), totalizando 41 equipes; a finalidade até 2013 é aumento das ESBs em 40% (mais 17 novas equipes) totalizando assim 57 ESBs, o que implicará num aumento de 40% na cobertura da primeira consulta odontológica programática e na escovação dental supervisionada, diminuindo assim o índice CPOD (média de dentes cariados, perdidos e obturados) que hoje está em torno de 2,78 (em crianças de 12 anos), 6,17 (em adolescentes de 15 a 19 anos), 20,13 (em adultos de 35 a 44) e de 27,79 (em idosos de 65 a 74 anos) de acordo com o SB Brasil/2003/MS; essa meta de incremento no número de ESBs é dinâmica e deve acompanhar o crescimento populacional que está em franco desenvolvimento. Esta ampliação promoverá um maior acesso do usuário ao tratamento dentário e a escovação supervisionada reduzindo a olhos vistos os altos índices de cáries ainda registrados. Os procedimentos especializados realizados nos 3 centros de especialidades odontológicas - CEOs manterão a oferta dos serviços de média complexidade dos casos onde sem resolutividade na atenção básica.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Número de equipes de saúde bucal (ESBs)	Previsto	45	49	53	57
	Apurado	32	54		
	Relação % Apurado/Previsto	71,11	110,20		
	Relação % Apurado/Final	56,14	94,74		

2010: Dados do SB Brasil do M.S. 2010 p/a região Norte. Os dados especifcos p/ Porto Velho não estão compilados prev.p/abril de 2011.

2011: Através do credenciamento e implantação de novas equipes de saúde bucal mediante contratação de recursos humanos e construção e reforma de uniddes de saúde.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 40% a 80% do previsto
Equipes de Saude Bucal em processo de credenciamento, e não suprimento de necessidade de recursos humanos.

2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto
A relação entre consultórios odontológicoas e profissionais ainda não é de um consultório para cada profissional, o que limita a capacidade de atendimentos na rede.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
O aumento populacional de Porto Velho aumentou a demanda nos atendimentos, conforme pesquisa de satisfação do usuario feita pela Secretaria de Saude.

2011 Satisfeito
Torna-se necessário a criação de um mecanismo de avaliação contínua do trabalho desenvolvido nas unidades de saúde, inclusive promovendo o monitoramento. Para tal também será importante o incremento dos recursos humanos da equipe gerencial.

2.4 Outras Considerações

Torna-se necessário a criação de um mecanismo de avaliação contínua do trabalho desenvolvido nas unidades de saúde, inclusive promovendo o monitoramento. Para tal também será importante o incremento dos recursos humanos da equipe gerencial.

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Não há inadequação na concepção do programa

2011

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Raça
São atendidos com base no Principio da Universalidade garantida pelo SUS

Pessoa com Deficiência
São atendidos com base no Principio da Universalidade garantida pelo SUS - Centro de Especialidade Odontologica ao usuario PNE em alta e media complexidade.

Gênero
São atendidos com base no Principio da Universalidade garantida pelo SUS

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 067 - SAÚDE BUCAL
Gerente: MARIA DO SOCORRO SOARES

Criança e Juventude
São atendidos com base no Principio da Universalidade garantida pelo SUS

2011

Pessoa com Deficiência
Atendimento nos Centros de Especialidades Odontológicas, aos pacientes portadores de necessidades especiais em nível ambulatórial em média complexidade.

Criança e Juventude
As ações de escovação supervisionada, apesar de ser oferecida a toda a população, tem com prioridade, crianças e adolescentes da rede escolar do Municípiode Porto Velho.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
Instalação de 50% dos consultorios odontologicos novos, do previsto para 2010

2011

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
Há necessidade de aumento do número de consultórios odontológicos.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Deficit no quadro de Recursos Humanos de 30 odontólogos e 45 auxiliares de consultorios odontologicos.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial
Aumento de Recursos Humanos qualificados.

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Na função de auxiliar de consultório dentário, devido a escassez de profissiionais no mercado de trabalho.

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
A estrutura organizacional da SEMUSA não proporciona a expansão da equipe gerencial do Programa, e não há atrativos financeiros para novas aquisições de técnicos qualificados para a função.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Reunião com grupos de interesse
Reuniões periódicas, quando solicitadas

Discussão em Conselho Setorial
Reunião periódica

Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Melhora no desenvolvimento do Programa

2011

Ouvidoria
A SEMUSA implantou a Ouvidoria do SUS pela qual todo o usuário pode entrar em contato direto com a gestão para apresentar suas opiniõpes.

Audiência Pública
O Programa participou da audiência pública do orçamento participativo da gestão municipal/Saúde onde foram discutidas com a sociedade civil as metas e ações para o ano.

Reunião com grupos de interesse
Reuniões técnicas com grupos da comunidade efetuados na Atenção Básica.

Discussão em Conselho Setorial
Apresentações da coodenação do programa no Conselho sobre o panorama da saúde bucal no município, além do conselho também aprovar o Relatório de Gestão.

Outros: Comferência Municipal de Saúde
Participação na Conferência Municipal de Saúde através de discussões da Atenção Básica.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Mecanismos adotados:
Aumento populacional de Porto Velho. Aumentou a demanda nos atendimentos, conforme pesquisa de satisfação do usuário feita pela Secretaria de Saude

2011

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Torna-se necessário a criação de um mecanismo de avaliação contínua do trabalho desenvolvido nas unidades de saúde, inclusive promovendo o monitoramento. Para tal também será importante o incremento dos recursos humanos da equipe gerencial.

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 067 - SAÚDE BUCAL
Gerente: MARIA DO SOCORRO SOARES

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 041 - Atendimento Preventivo e Curativo da Saúde Bucal do Usuário

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Periodicamente

Visitas in loco
Periodicamente

Sistemas informatizados
Periodicamente

Relatórios de gestão
Periodicamente

2011

Reuniões de trabalho
Realizadas de maneira esporádica conciliando as demandas da equipe gestora com as da unidades de saúde.

Visitas in loco
Realizadas de maneira esporádica conciliando as demandas da equipe gestora com as da unidades de saúde.

Sistemas informatizados
Utilizando os dados do Sistema de Informação Ambulatorial SIA / SUS, trimestralmente.

Relatórios de gestão
Realizado o relatório anualmente, acompanhando as programações e metas semestrais.

Outros: Mapas de Produção por profissional
Através deste mapa acompanha-se sistematicamente as realizações de cada unidade.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Dorrespondendo aproximadamente a 70% do Plano Municipal de Saude

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Haveria condições de melhoria na Execução do Programa se não houvesse tantos entraves burocraticos nos processos de aquisição.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de equipamentos e materiais permanente odontológicos.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Dificuldades na conclusão de processo de aquisição.

2011 Suficientes
Todas as solicitações feitas pela divisão de saúde bucal foram atendidas, sendo dessa forma suficientes os recursos disponíveis.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Abetura de creditos adiconais suplementares por remanejamento, superavit financeiro, excesso de arrecadação.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
A liberação dos recursos aconteceu de maneira contínua conforme a solicitação da Divisão de saúde bucal para atender as necessidades existentes ao longo do ano.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Os recursos utilizados no programa utiliza recursos do Fundo Nacional de Saude

2011 Baixo
Equipamentos odontológicos adquiridos através da compensação ambiental em função da construção das Hidrelétricado Madeira.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade nos trâmites processuais

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Dificuldades em conclusão de processos licitatorios.

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 067 - SAÚDE BUCAL
Gerente: MARIA DO SOCORRO SOARES

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Consórcio Santo Antônio Energia - Hidrelétricas do Rio Madeira.

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 067 - SAÚDE BUCAL
Gerente: MARIA DO SOCORRO SOARES

AÇÃO: 395 - Manutenção dos centros de especialidades odontológicas

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Periodicamente

Visitas in loco
Periodicamente

Sistemas informatizados
Periodicamente

Relatórios de gestão
Periodicamente

2011

Reuniões de trabalho
Realizadas de maneira esporádica conciliando as demandas da equipe gestora com as da unidades de saúde

Visitas in loco
Realizadas de maneira esporádica conciliando as demandas da equipe gestora com as da unidades de saúde

Sistemas informatizados
Utilizando os dados do Sistema de Informação Ambulatorial SIA / SUS, trimestralmente.

Relatórios de gestão
Realizado o relatório anualmente, acompanhando as programações e metas semestrais.

Outros: Mapa de produção do profissional
Atravé do mapa acompanha-se sistematicamente as realizações de cada unidade.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de equipamentos e materiais odontológicos.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes
Morosidade na conclusão de processo de aquisição de insumos, materiais e bens de serviço

2011 Insuficientes
Morosidade na conclusão de processos de aquisição de bens e serviços

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Abeturas de creditos adiconais suplementares por remanejamento, superavit financeiro, excesso de arrecadação.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
OS RECURSOS FINANCEIROS E ORAÇAMENTARIOS FORAM LIBERADOS NO DECORRER DO EXERCICIO

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Recursos do Fundo Municipal de Saúde

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade na conclusão de processos de aquisição

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Demora nos tramites processuiais licitatórios.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 076 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA
Gerente: Ronald Gabriel Passos da Silva

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Expandir as inspeções sanitárias para manter o controle da qualidade dos produtos e serviços de interesse da saúde coletiva.

Público-Alvo: População do Município
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: Existem cadastrados 2.510 estabelecimentos que necessitam de inspeções sanitárias constantes para garantir uma vida saudável à população. Com o aumento populacional e do corpo fiscal, vislumbra-se um aumento em cerca de 77% das ações de Vigilância Sanitária hoje realizadas para atendimento da necessidade crescente de novos serviços. É essencial o incremento de recursos humanos eficientes, boa estrutura administrativa e equipamentos adequados.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Número de inspeções realizada ao ano	Previsto	2785	2836	2937	3037
	Apurado	4000	4457		
	Relação % Apurado/Previsto	143,63	157,16		
	Relação % Apurado/Final	131,71	146,76		

2010: Neste campo engloba todas as ações fiscais de inspenção e atendimento de denúncias, além das orientações sobre o conhecimento técnico e operacional da VISA.

2011: HOUVE UM AUMENTO SIGNIFICATIVO NAS FISCLIZAÇÕES COMERCIAIS DEVIDO O AUMENTO DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
O percentual de atendimento foi possível tendo em vista a otimização da força de trabalho fiscal do Departamento de Vigilancia Sanitaria.

2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Dentro do previsto pelo programa.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
O grau de satisfaçao do setor regulador (Fisica/ Juridica) é avaliado pela resolução dos problemas apresentados pelos contribuintes.

2011 Não apurada
Não foi possivel apurar o grau de satisfação por não haver recursos humanos em numero suficiente para tal.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Dimensionamento do público-alvo
Estas questões tornarão adeguadas com o aperfeiçoamento tecnologico que possibilite a integração, com outros setores, na busca de um banco de dados comum a todas as instituições que trabalhem com estabelecimentos de interesse a saude e consequentemente trabalhar-se-á com indicadores que possam medir a qualidade dos serviços prestados a população.

Definição dos indicadores
Estas questões tornarão adequadas com o aperfeiçoamento tecnológico que possibilite a integração, com outros setores, na busca de um banco de dados comum a todas as instituições que trabalhem com estabelecimentos de interesse a saude e consequentemente trabalhar-se-á com indicadores que possam medir a qualidade dos serviços prestados a população.

2011

Definição dos indicadores
Por não existir um cadastro confiável, deste modo há dificuldade em definir/estimar indicadores. E mais uma vez em 2011,o número de recursos humanos para exeução das atiividades de campos propostas foram insuficiente.

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Raça
Gênero

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 076 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA
Gerente: Ronald Gabriel Passos da Silva

2011

Gênero
O PROGRAMA NÃO FAZ DISTINÇÃO AOS REFERIDOS TEMAS, TODOS OS CIDADÕES SÃO CONTEMPLADOS

Raça
O PROGRAMA NÃO FAZ DISTINÇÃO AOS REFERIDOS TEMAS, TODOS OS CIDADÕES SÃO CONTEMPLADOS

Pessoa com Deficiência
O PROGRAMA NÃO FAZ DISTINÇÃO AOS REFERIDOS TEMAS, TODOS OS CIDADÕES SÃO CONTEMPLADOS

Criança e Juventude
O PROGRAMA NÃO FAZ DISTINÇÃO AOS REFERIDOS TEMAS, TODOS OS CIDADÕES SÃO CONTEMPLADOS

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Devido a morosidade nos tramites processuais para aquisição de bens e serviços

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
Deficiencia tecnologico que possibilite a integração, com outros setores, na busca de um banco de dados comum a todas as instituições que trabalhem com estabelecimentos de interesse a saude e conseguentemente trabalharemos com indicadores que possa medir a gualidade doss erviços prestados a população.

2011

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Há uma demora burocrática na aquisição de bens e serviços.

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial
Estrutura fisica insuficiente e a existente a inadequada.

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Devido a demora na conclusão de processos de aquisição de bens e serviços

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
Recursos humanos insulficiente para atender a demanda crescente.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
levando em consideração o indice populaional do municipio e o incremento dos establecimento sujeitos a fiscalização de VISA, havendo há necessidade de contratações de mais fiscais

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
Estas questões tornarão adeguadas com o aperfeiçoamento tecnologico que possibilite a integração, com outros setores, na busca de um banco de dados comum a todas as instituições que trabalhem com estabelecimentos de interesse a saude e conseguentemente trabalharemos com indicadores que possa medir a gualidade doss erviços prestados a população.

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
Não há recursos humanos em número suficiente para atendimento ademanda crescente.

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Não há recursos humanos em número suficiente para atendimento a demanda crescente.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Não possui mecanismos.

Reunião com grupos de interesse
O controle Social Ocorre nas Reuniões Periodicas do Conselho Municipal de Saude, alem de reuniões normais com conselho de classe e associação de bairros.

Discussão em Conselho Setorial
O controle Social Ocorre nas Reuniões Periodicas do Conselho Municipal de Saude, alem de reuniões normais com conselho de classe e associação de bairros.

2011

Reunião com grupos de interesse
A vigilância mantem reuniões frequentes com entidades de classes, sindicatos, orgão de controle, AGEVISA, ANVISA e etc.;

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Mecanismos adotados:
Por meio de contatos e eventos educativos

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 076 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA
Gerente: Ronald Gabriel Passos da Silva

2011

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

Falta de Recursos Humanos para implantação e implementação no sistema de controle de qualidade

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 090 - Fiscalização e Inspeção Sanitária

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Relatórios de gestão

Relatório de Gestão demonstrando todas as ações desenvolvidas pela VISA

2011

Reuniões de trabalho

Reuniões trimestrais.

Visitas in loco

Visita anual de acordo com o que determina a ANVISA.

Relatórios de gestão

Relatório semestral e anual das atividades do Departamento.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

As ações fiscais isoladas responderam com 70%

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

Acima do previsto devido o aumento populacional.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de veiculos, equipamentos e materiais permanente, material de expediente e outros

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes

2011 Insuficientes

Houve morosidade na conclusão de processos licitatorios.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Houve no decorrer do exercicio creditos adicionais suplementares, por excesso de arrecadação.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

Recursos oriundos do Fundo Nacional de Saúde

2011 Baixo

Adquiridas duas camionetes, uma impressora a laser, workcenter 5225, termomêtro a laser e termomêtro através de compesanção ambiental das Usinas Santo Antonio.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldades em licitações e celebração de contratos

Lentidão na conclusão nos trâmites processuais para aquisição de bens e serviços.

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos

Morosidade na conclusão de processos de aquisição de bens e serviços.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Santo Antonio Energia (compensação das usinas)

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 079 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL
Gerente: Ruti Bessa Pinto

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Controlar doenças e agravos de maior magnitude no Município de Porto Velho.

Público-Alvo: População do Município de Porto Velho
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

Justificativa: Avigilância epidemiológica a ambiental tem como objeto realizar um conjunto de ações que propiciam o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudanças nos fatores determinantes e condicionantes da sáude individual ou coletiva, com finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos, conforme legislação específica Lei nº 6.259/75 e decreto n] 78.231/76. Nesse contexto a vigilância é contínua e sistemática na coleta, análise e interpretação de dados sobre saúde, essenciais ao planejamento, implementação e avaliação da prática de Saúde Pública, integrados com a oportuna disseminação dos dados aos que dele necessitam para suas atividades. O elo final da cadeia de vigilância é a aplicação destes dados na prevenção e controle. Um sistema de vigilância inclui uma capacidade funcional de coletar, analisar e disseminar dados relacionados com Programas de Saúde Pública.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Proporção de cura de casos novos de tuberculose pulmonar bacilifera	Previsto	70	70	80	85
	Apurado	51	59		
	Relação % Apurado/Previsto	72,86	84,29		
	Relação % Apurado/Final	60,00	69,41		

2010: Desenvolver ações de monitoramento e avaliações considerando o perfil epidemiológico identificando e encerrar adequadamente todos os casos junto ao SINAN, conforme os critérios estabelecidos pelo Program Nacional de Prevenção e controle da Tuberculose do Minist´werio da Saúde.

2011:

02 - Notificação dos casos de sífilis em gestantes	Previsto	70	90	100	100
	Apurado	66,8	5		
	Relação % Apurado/Previsto	95,43	5,56		
	Relação % Apurado/Final	66,80	5,00		

2010: Ampliar as notificações de sífilis em gestantes considerando o ano anterior.

2011:

03 - Taxa de mortalidade por acidente de trânsito	Previsto	24,23	23,74	23,27	22,80
	Apurado	29,12	39,46		
	Relação % Apurado/Previsto	120,18	166,22		
	Relação % Apurado/Final	127,72	173,07		

2010: Aumento da mortalidade por acidente de trânsito é possível que tenha se dado devido aumento de veículos automotores circulando diáriamente no trânsito de Porto Velho.

2011: Esses acidentes provavelmente estão relacionados ao aumento de veículos, da inadequada engenharia de tráfego, das questões socioeconômicas, situações de stress, e principalmente devido a imprudência humana.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 40% a 80% do previsto

As ações da vigilância epidemiológica buscam o conhecimento, a detecção ou prevenção de fatores determinantes e condicionantes da saúde pública, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos tem sido realizadas. No entanto, devido as sub-notificações das doenças e agravos de notificação compulsória não foram alcançadas algumas metas.

2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto

A Vigilância Epidemiológica e Ambiental não tem um resultado homogêneo em todos os programas de sua competência, sendo que alguns estão abaixo da média esperada. Avaliando o desempenho da área de atuação e dos indicadores, estes tem-se mostrado eficientes, no que diz respeito a prevenção e controle.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Não apurada

Não há instrumentos de avaliação formal da satisfação do usuário em relação a atenção as doenças sexualmente transmissíveis, as doenças do aparelho respiratório e os agravos não transmissíveis.

2011 Não apurada

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 079 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL
Gerente: Ruti Bessa Pinto

A Vigilância Epidemiológica e Ambiental não tem um resultado homogêneo em todos os programas de sua competência, sendo que alguns estão abaixo da média esperada. Avaliando o desempenho da área de atuação e dos indicadores, estes tem-se mostrado eficientes, no que diz respeito a prevenção e controle.

2.4 Outras Considerações

Com a implantação da ouvidoria, será possível avaliar o índice de satisfação do usuário.

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Não há inadequação na concepção do programa

2011

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Raça
Este tema é abordado com a construção dos indicadores epidemiológicos, buscando mostrar se há maior vulnerabilidade de alguma raça/cor diante dos agravos e doenças notificados.

Pessoa com Deficiência
Este tema tem sido discutido em seminários, palestras visando principalmente melhorar a acessibilidade das pessoas com deficiência.

Gênero
Tema abordado em ações de prevenção as DST/HIV/AIDS e discutido em seminários, oficinas, palestras, buscando principalmente mostrar estratégias que podem ser utilizadas em ambos os sexos para manutenção da saúde produtiva e reprodutiva.

Criança e Juventude
Este tema é abordado com a construção dos indicares epidemiológicos, buscando mostrar se há maior vulnerabilidade de alguma idade diante dos agravos e doenças notificados.

2011

Criança e Juventude
No caso de violências (doméstica, sexual e/ou outras violências) contra crianças e adolescentes, existe uma rede de enfrentamento a violência contra esta população. As crianças e os jovens infectados pelo HIV/AIDS, são atendidos pelo Serviço de Assistência Especializado-SAE, serviço que dispõe de uma equipe multiprofissional, medicamentos e leite (para crianças menores de 6 meses de idade, como parte do protocolo de redução da transmissão vertical), estrutura necessária para uma boa assistência a estes usuários do SUS. .

Gênero
No caso de violências (doméstica, sexual e/ou outras violências) contra as mulheres, existe uma rede de enfrentamento as violências contra esta população, assim também como as crianças e adolescentes. Nessa rede existem serviços da saúde, da educação, da ação social, da justiça e outros.No âmbito das doenças sexualmente transmissíveis-DST/HIV/AIDS são desenvolvidas ações de prevenção as quais trabalhamos o respeito a diversidade sexual em capacitações, seminários, palestras, a exposição de banners nas Unidades Básicas de Saúde, contendo a Portaria Nº 1.820, de 13 de agosto de 2009 que trata do respeito e dos direitos e deveres dos usuários da saúde.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Os recursos materiais são adequados

2011

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
Visando a integralidade das ações da vigilância em saúde, a infraestrutura atual é inadequada, não contemplando todos os atores que compõem a mesma. Atualmente as vigilâncias estão em espaços separados e com pouca comunicação. A proposta do novo organograma é dirimir este problema.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
Há necessidade de contratação de mais recursos humanos para responder pela coordenação de diversos agravos importantes á saúde pública.

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Há necessidade de contratação de mais recursos humanos para executar as ações de campo que são estratégicas para que a vigilância epidemiológica desenvolva suas funçoões de maneira o mais oportuna possível.

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Diante das atribuições da vigilância epidemiológica e ambiental, principalmente frente ao cenário atual (incremento populacional com impacto nos indicadores de saúde), os recursos humanos são insuficientes.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
Há necessidade de formação específica para os profissionais da área de vigilância.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Reunião com grupos de interesse

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 079 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL
Gerente: Ruti Bessa Pinto

Reuniões com grupos de interesse sempre que se observa a necessidade de organização ou melhora do serviço.

Discussão em Conselho Setorial
Apresentação ao Conselho Municipal de Saúde do perfil epidemiológico das doenças e agravos de interesse a saúde públlica e as ações a serem desenvolvidas.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:
As contribuições referentes a propostas de melhoria no atendimento, assim como propostas de estratégias de prevenção.

2011

Audiência Pública
Participaçã em audiências públicas voltadas para diversas áreas de atuação da vigilância. Pode-se destacar: malária, dengue, tabagismo e trânsito.

Consulta Pública
Participação em consultas públicas para apresentação do Plano de Mobilidade Viária.

Ouvidoria
Ouvidoria do SUS, que permite ao público sugerir, opinar, reclamar...sobre as atividades da vigilância.

Reunião com grupos de interesse
As principais áreas de atuação da vigilância promovem reuniões técnicas para monitoramento das ações planejadas, dentre as quais destacam-se: trânsito, violências, dengue, DST/Aids, malária, tuberculose, hanseníase, mortalidade materna e infantil e outras.

Discussão em Conselho Setorial
Os gerentes programas apresentataram seu planos, projetos e análises de indicadores de saúde ao Conselho Municipal de Saúde.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Não há indicadores ou outra forma de avaliação formal da satisfação do usuário para as ações desenvolvidas em relação as DST, das doenças respiratórias e das doenças e agravos não transmissíveis. Para se ter esta informação acredita-se ser necessário a contratação de empresa especializada ou a implantação de uma ouvidoria na Secretaira de Saúde.

2011

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Falta de recursos humanos necessários e implantação de uma estrutura capaz de avaliar a satisfação do beneficiario do programa´.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 240 - Prevenção e Controle das Doenças Imunopreveníveis

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Reuniões técnicas com os coordenadores, supervisores, vacinadores e colaboradores, trimestralmente

Visitas in loco
Visitas Tecnicas nas salas de vacinas semanalmente

Sistemas informatizados
Esta previsto para o mês de maio/2011, a implantação do SI-PNI(sistema de informação do Programa Nacional de Imunizações) em todas a s salas de vacina no municipio de Porto Velho

Relatórios de gestão
Demonstrando todas as ações do programa.

2011

Sistemas informatizados
Para a vigilância das doenças imunopreveníveis utilizamos o SINAN (Sistema de informação de agravos de notificação).

Relatórios de gestão
Os indicadores de saúde das doenças imunopreveníveis são analisados e constam no Relatório de gestão da Secretaria.

Outros: Análises Trimestrais
São realizadas análises trimestrais dos indicadores de saúde, os quais compõem os relatórios da Secretaria.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Realizado vacinação casa a casa, extra muro, zonas rurais e urbana.

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Devido ao aumento populacional do Município.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de materiais de expediente, equipamentos e materiais permanente, refrigerador, ar condicionado, computadores e outros..

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
2011 Suficientes

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 079 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL
Gerente: Ruti Bessa Pinto

Dificuldades em conclusão de processos de aquisição de bens e serviços.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Houve no decorrer do exercício, suplementações orçamentarias por remanejamento, superavit financeiro e excesso de arrecadação.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
OS RCURSOS FORAM LIBERADOS NORMALMENTE NO DECORRER DO EXERCICIO

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Fundo Nacional de Saude

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade na conclusão de processos de aquisição de bens e serviços.

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Dificuldades na conclusão de processos licitatórios.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 079 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL
Gerente: Ruti Bessa Pinto

AÇÃO: 243 - Controle de Doenças e Agravos não Transmissíveis

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Analise de indicadores de saúde, elaboração de informes técnicos, reuniões pontuais, conforme necessidade.

Sistemas informatizados
Alimentação diária do sistema SINAN e SIM

Relatórios de gestão
Demonstrando todas as ações executadas pelo Programa, assim como perfil epidemiológico

2011

Reuniões de trabalho
Reuniões mensais prara acompanhamento e reprogramação das atividades pactuadas, entre as instituições que desenvolvem atividades referentes a segurança no trânsito. Também são realizadas reunião mensais de representantes da rede de atendimento e de enfrentamento à violência domestica contra a mulher, para discussão de estratégias e monitoramento.

Visitas in loco
As visitas são realizadas nos locais de maior índice de acidentes de trânsito, nos centros de referência ao atendimento de casos de violência de acordo com a necessidade.

Também são realizadas análises trimestres dos indicadores de saúde, os quais compõem os relatórios da Secretaria.

Sistemas informatizados
Utilização do Sistemas: SIM (Sistema de informação de mortalidade), SINAN (Sistema de informação de agravos de notificação) e VIVA (Vigilância de violências e acidentes)

Relatórios de gestão
Os indicadores de saúde das doenças e agravos não transmissíveis/DANT são analisados e constam no Relatório de Gestão da Secretaria.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
A redução da mortalidade por acidente de transito é possivel que tenha se dado devido ao aumento de veiculos automotores circulando diariamente no trânsito de Porto Velho, pois o fluxo dos veiculos se tornou mais lento fazendo com que os acidentes ocorridos sejam mais leves, diminuindo o numero de vítimas fatais. É também possivelmente, devido a uma maior utilização dos dispositivos de segurança, tanto pelo motorista quanto pelo passageiro.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Houve um alcance nas pesquisa feitas nos pincipais hospitais píblicos de Porto Velho.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Pesquisa de campo, aquisição de e quipamentos e materiais de expediente.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes
2011 Insuficientes
Morisidade no precesso licitatório.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
OS EXERCICIOS FORAM LIBERADOS NORMALMENTE NO DECORRER DO EXERCICIO

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Alto
Utilizando recursos de compensação da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio, referentes ao Plano de Vigilância em Saúde.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade em conclusão de processos de aquisição.

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Devido morosidade nos trâmites licitatórios.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 079 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL
Gerente: Ruti Bessa Pinto

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 079 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL
Gerente: Ruti Bessa Pinto

AÇÃO: 393 - Controle de doenças sexualmente transmissíveis

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Conforme necessidade de demanda

Visitas in loco
Faz parte da rotina do programa visitas em locais estretégicos, de prevenção e assistencia as DSTS e AIDS

Sistemas informatizados
Sistema alimentado quadrimestralmente com execução de metas

Relatórios de gestão
Demonstrando todas as ações executadas pelo Programa, assim como perfil epidemiológico

2011

Reuniões de trabalho
São realizadas reuniões semestral com técnicos do Ministério da Saúde, Coordenação Estadual de DST/AIDS, Unidades Básicas de Saúde e com outros Departamentos da SEMUSA

Visitas in loco
São realizadas visitas nas Unidades Básicas de Saúde, locais de maior vulnerabilidade as doenças sexualmente transmissíveis, como bórdeis.

Sistemas informatizados
Para a vigilância das doenças sexualmente transmissíveis são utilizados os sistemas SINAN (SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE AGRAVOS DE NOTIFICAÇÃO) e SIM (SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE MORTALIDADE), SICLOM (Sistema de Controle Logístico de Medicamentos e preservativos).

Relatórios de gestão
Os indicadores epidemiológicos das doenças sexualmente transmissiveis são analisados e constam no relatório de gestão da secretaria. Seus dados e informações são utilizados para direionar as ações de prevenção, assistência e tratamento.

É realizado monitoramento quadirmentral num sistema on-line, de acesso público, sendo gerenciado pelo Departamento Nacional de DST/AIDS e Hepatites Virais.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
A meta não alcançada se dá em função das poucas notificações feitas pelos profissionais de saúde. Este dado reflete a realidade de sub-notificações das doenças sexualmente transmissíveis em nosso município. Apesar da meta não alcançada, sabe-se que em todas as Unidades de Saúde esteve disponível durante todo o ano de 2010, o medicamento para o tratamento da sífilis. Portanto, acredita-se que o não alcance da meta se dá pela não notificação da doença, mas que foi feito o tratamento em todos os casos identificados.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
As metas foram relizadas no decorrer do exercício havendo alguns entraves quanto a conclusão de processos de aquisição de bens e serviços.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de preservativo, aquisição de medicamentos, aquisição de materiais e equipamentos.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes
2011 Insuficientes
Demora na conclusão de processos de aquisição de bens e serviços.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Abertura de créditos adicionais suplementares, por remanejamento e superávit financeiro.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
AS LIBERAÇÕES OCORREREM NORMALMENTE DENTRO DO EXERCICIO

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Recursos Orindos do Fundo Nacional de Saude

2011 Alto
Utilizacão de recursos de compensação da UHE (USINA SANTO ANTONIO), referentes ao Plano de Vigilância em Saúde.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade em conclusão de processos de aquisição

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 079 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL
Gerente: Ruti Bessa Pinto

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos

Dificuldades em conclusão de processos de aquisição de bens e serviços.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Existe uma parceria com as Organizações Não Governamentais que desenvolvem ações voltadas a prevenção das doenças sexualmente transmissíveis -DST/HIV/AIDS com a Divisão de Vigilância das doenças por transmissão sexual. Esta parceria tem tido êxito pois estas ONGs trabalham principalmente com populações de difícil acesso como profissionais do sexo masculino e feminino. As metas são alcançadas e acompanhadoas por esta divisão.

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 079 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL
Gerente: Ruti Bessa Pinto

AÇÃO: 394 - Controle das Doenças Respiratório

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Reuniões trimestrais com os diretores das unidades de saude

Visitas in loco
Visita domiciliar a pacientes faltosos ou em abondono do tratamento

Sistemas informatizados
Alimentação diaria do sistema de informação

Relatórios de gestão
Demonstrando as ações e resultados do programa

2011

Visitas in loco
São realizadas visitas as Unidades de saúde municipais, estaduais e privadas para supervisão e monitoramento.

Relatórios de gestão
Os indicadores de saúde das doenças de transmissão respiratória são analisados e constam no relatório de gestão da Secretaria.

Reuniões de trabalho
São realizadas reuniões trimestrais de avaliação com profissionais das Secretarias Estadual e Municipal.

Sistemas informatizados
Para a vigilância das doenças de transmissão respiratória utilizamos o SINAN (Sistema de informação de agravos de notificação) e o SIM (Sistema de informação de mortalidade).

Também são realizadas análises trimestres dos indicadores de saúde, os quais compõem os relatórios da Secretaria.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Atividades desenvolvidas no Ano de 2010:- Visita mensal de Supervisão nas Unidades de Saúde da zona urbana de Porto Velho; - Visitas domiciliares aos pacientes faltosos ou em abandono do tratamento da tuberculose;- Reuniões com diretores das Unidades de Saúde para informação sobre a mudança de esquema do tratamento da tuberculose,- Reunião com os gestores das Unidades de Saúde para planejamento das ações do dia mundial de controle da tuberculose, como também orientá-los sobre a coleta do material para baciloscopia e posterior encaminhamento para os laboratórios que realizam o exame;- Capacitação para biomédicos, bioquímicos e técnicos de laboratórios em baciloscopia;- Realização de duas campanhas do dia mundial e nacional de controle da Tuberculose com distribuição de folders educativos sobre sinais e sintomas da doença;- Reuniões de monitoramento e avaliação com enfermeiros das Unidades de Saúde;- Supervisão e monitoramento do PCT nos presídios de Porto Velho;- Introdução do novo esquema terapêuticos do Programa de Tuberculose;- Oficina de implantação do Protocolo de Enfermagem em TDO (Tratamento diretamente observado) para todos os enfermeiros das unidades de saúde;- Oficina de capacitação em tuberculose para todos os profissionais da Unidade Saúde do Mariana;- Capacitação em tratamento diretamente observado em tuberculose (TDO) para Médicos e Enfermeiros de todas as unidades de saúde;- Reunião com a Divisão de Apoio ao Diagnóstico para a implementação das baciloscopia;- Visita de monitoramento e avaliação do PCT em todos os distritos de Porto Velho.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Recusos insuficientes para ação do programa, desenvolvido junto a estratégia do Programa Saúde da família.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de medicação e materiais de expediente.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes
Para realizar toda a meta da ação houve apoio de outros programas.

2011 Insuficientes
Ação foi excutada em outras ações de Saúde da Família.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
AS LIBERAÇÕES TRANSCORRERAM NORMALMENTE NO DECORRER DO EXERCICIO

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Alto
Recursos de compensação da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio, referentes ao Plano de Vigilância em Saúde.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 079 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL
Gerente: Ruti Bessa Pinto

2010

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade na conclusão dos processos de aquisição de bens e serviços.

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Dificuldades em conclusão de processos de aquisição de bens e serviços.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:
Recursos de compensação da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio, referentes ao Plano de Vigilância em Saúde.

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 119 - MATERNIDADE
Gerente: IDA PEREA MONTEIRO

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Melhorar a qualidade dos serviços executados pela Maternidade, ampliar e modernizar o espaço físico.

Público-Alvo: Recém-nascidos com necessidade de internação em UTI, parturientes e adolescentes menores de 19 anos.
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

Justificativa: Atualmente a maternidade municipal possui uma média de 345 partos mensais, desses, 80% são partos normais, pois é dada a parturiente a escolha de outras posições na hora do parto: em pé, de joelhos, de quatro, deitada de lado, sentada ou de cócoras. Observa-se que a deambulação no trabalho de parto traz inúmeras vantagens para a mãe e feto, facilitando através dos movimentos da bacia, do relaxamento muscular e da força da gravidade a rápida dilatação do colo uterino e a passagem do concepto pelo canal do parto, aliviando as dores e abreviando o trabalho de parto. Além da melhoria da qualidade do serviço, a ampliação do espaço físico visa aumentar a quantidade de procedimentos executados pela instituição, adequando a demanda de crescimento populacional esperado pelo Município. Na unidade de cuidados intensivos neonatais são internados, principalmente, os recém-nascidos prematuros, que correm risco de vida e necessitam de cuidados 24 horas por dia. Atualmente cerca de 23% dos nascidos.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Número de partos realizados ao ano	Previsto	4496	4710	4924	5138
	Apurado	6633	4360		
	Relação % Apurado/Previsto	147,53	92,57		
	Relação % Apurado/Final	129,10	84,86		

2010:

2011: Os partos aumentaram 14,11% em relação ao ano anterior e não atingiu a meta proposta devido a distribuição de anticoncepcionais na rede de saúde, o que contemplou a demanda não atingida com planejamento familiar.

01 - Número de partos realizado ao ano	Previsto	4496	4710	4924	5138
	Apurado	6633	4360		
	Relação % Apurado/Previsto	147,53	92,57		
	Relação % Apurado/Final	129,10	84,86		

2010:

2011: mãe filho em alojamento conjunto

02 - Número de internações no berçário	Previsto	283	296	309	322
	Apurado	260	251		
	Relação % Apurado/Previsto	91,87	84,80		
	Relação % Apurado/Final	80,75	77,95		

2010:

2011: Recem nascidos que tiverem intercorrencia na hora do parto.

03 - Número de atendimentos em planejamento familiar	Previsto	2026	2210	2394	2578
	Apurado	10156	8972		
	Relação % Apurado/Previsto	501,28	405,97		
	Relação % Apurado/Final	393,95	348,02		

2010:

2011: A partir de 2008 a maternidade municipal passou a ser referencia em planejamento familiar.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto

De Janeiro a dezembro de 2010 foram realizados um total de 3.860 partos

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 119 - MATERNIDADE
Gerente: IDA PEREA MONTEIRO

2011 Alcance acima de 100% do previsto
Objeto do programa é prestar assistência a mulher e ao recém-nascido , garantindo o aconselhamento reprodutivo.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
O estimulo ao parto humanizado, um dos pilares da maternidade, faz com que se tenha melhor aceitação junto a população usuária.

2011 Satisfeito
Faltam ações que contemplem educação e pesquisa.

2.4 Outras Considerações

CAPACITAR GERENTES DE PROGRAMAS NA ELABORAÇÃO DOS PEDIDOS DE COMPRAS E SERVIÇOS, PARA NÃO HAVER TANTA DEMORA NA CONCLUSÃO DE PROCESSOS DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010
Não há inadequação na concepção do programa

2011
Suficiência das metas físicas das ações
Não identificam o alcance das metas.
Definição dos indicadores
Não reflete a qualidade do serviço, o que reflete é a redução da morbi-mortalidade.
Definição do objetivo do programa em relação ao problema
O objetivo principal do programa é garantir os direitos reprodutivos das mulheres e reduzir a mortalidade materna e neo-natal.
Caracterização do público-alvo
O público alvo são mulheres grávidas ou homens e mulheres que queiram planejar sua gravidez atendidas pelo sitema unico de saude e récem nascido de baixo e médio risco.
Dimensionamento do público-alvo
Ele não dimensionado conforme a justificativa do ítem anterior.
Pertinência das ações
Estão aquém das responsabilidades do programa.
Suficiência das ações
Faltam ações que contemplem educação e pesquisa.

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Raça
São obdecidos os principios basicos do Sistema Único de Saude (SUS)
Pessoa com Deficiência
São obdecidos os principios basicos do Sistema Único de Saude (SUS)
Gênero
São obdecidos os principios basicos do Sistema Único de Saude (SUS)
Criança e Juventude
São obdecidos os principios basicos do Sistema Único de Saude (SUS)

2011

Pessoa com Deficiência
A Maternidade possui um estrutura física que contempla as questões de acesso, como rampas, banheiros adaptados e outros.
Gênero
Todo o trabalho da Maternidade é baseado na promoção da igualdade de gênero.
Criança e Juventude
São desenvolvidos programas específicos para a adolescente, tanto na assistência ao parto quanto no planejamento das próximas gravidezes.
Raça
Assistência é universal e contempla a especificidade.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010
Os recursos materiais são adequados

2011
Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial
Espaço físico insuficiente e inadequado.
Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Interrupções no fornecimento de materiais e medicamentos.
Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
Espaço físico insuficiente e inadequado.

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 119 - MATERNIDADE
Gerente: IDA PEREA MONTEIRO

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
Recursos humanos insuficiente para gerir o programa

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Recursos humanos insuficinete para gerir o programa

Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial
Qualificação periódica pelo PMS, para profissionais da área

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
Qualificação periodica pelo PMS, para profissionais da área

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
A estrutura organizacional da SEMUSA/MATERNIDADE não proporciona a expansão da equipe gerenciais do Programa e não há atrativos financeiros para novas aquisições de técnicos qualificados para a função.

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Dificuldade para contratação de novos profissionais, principalmente médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem entre outros.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
Dificuldade com a disponibilidade de horários pelos servidores para participar de cursos.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Reunião com grupos de interesse
Sempre que solicitada

Discussão em Conselho Setorial
Reuniões periódicas com Conselho Muniicpal de Saude

Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Melhoria no desenvolvimento do Programa

2011

Outros: Site.
Participação no site: "Fale com o Prefeito"

Reunião com grupos de interesse
Reuniões mensais com a rede de enfrentamento a Violência Sexual e Proteção da Criança e Adolescente com o intuito fortalecer os programas de atendimento a esse público.

Ouvidoria
A Maternidade é acessada pela Ouvidoria do SUS.

Audiência Pública
A Maternidade participou da Audiência do Planejamento Participativo.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Mecanismos adotados:
Através de mapas de produção.

2011

SIM

Mecanismos adotados:
As avalaiações são realiazadas atráves do formulário de avaliação do atendimento, as quais são repassadas à direção para que sejam tomadas as providências quanto às reclamações.
seja através de conversas individuais com os colaboradores e nas reuniões mensais com a aquipe.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 070 - Construção, Ampliação e Reforma de Unidades de Saúde

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Reuniões com Secretário Municipal de Saude demonstrando as ações do programa

Visitas in loco
Visitas diárias

Sistemas informatizados
Alimentação do sistema de informação

Relatórios de gestão
Demonstrando toda ação executada pelo programa

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 119 - MATERNIDADE
Gerente: IDA PEREA MONTEIRO

2011

Reuniões de trabalho
Reuniões Periodicas com Engenharia -SEMUSA

Visitas in loco
Visita realizada por engenheiro coforme necessidade.

Relatórios de gestão
Relatórios periódicos das ações executas.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
A obra foi realizada de acordo com a solicitação da direção.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Construção do telhado do centro cirúgico da maternidade municipal, situada na cidade de Porto Velho

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Recursos suficientes para reforma executada. Recursos empenhados.
2011 Suficientes
O valor estimado foi suficiente para arcar com as despesas da construção.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Recursos oriundos do Fundo Nacional de Saude
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade nos trâmites processuais de aquisição de bens e serviços.

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 119 - MATERNIDADE
Gerente: IDA PEREA MONTEIRO

AÇÃO: 396 - Manutenção de Maternidade Pública Municipal

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Reuniões com Secretário Municipal de Saúde demonstrando as ações do programa e as dificuldades encontradas

Visitas in loco
Visitas diárias

Sistemas informatizados
Alimentação do sistema de informação

Relatórios de gestão
Demonstração das Ações Realizadas no Exercicio

2011

Sistemas informatizados
A farmácia da maternidade está conectada com a Divisão de Farmácia /SEMUSA, com o HOSPUB para gerenciamento.

Relatórios de gestão
Realizado mensalmente, integrando o Relatório Anual de Gestão.

Visitas in loco
Visitas pela Comissão de Fiscalização de serviços terceirizados.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Maternidade Mantida

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Com os recursos previstos conseguiu-se atender a demanda de atendimento na Maternidade.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição insumos (medicamentos, materiais médicos, materiais de expediente, pagamentos de empresas terceirizadas para a manutenção da estrutura física da Maternidade, entre outros.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Não Realizado todo o orçamento devido a morosidade nos trâmites processuais de aquisição de bens e serviços.

2011 Insuficientes
Morosidade em alguns processos licitatórios.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Foram feitas no decorrer do exercicio algumas suplementações orçamentarias, por superavit financeiro, excesso de arrecadação e remanejamento.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade nos trâmites processuais de aquisição de bens e serviços

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Dificuldades em conclusão de processos de aquisição de bens e serviços.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 120 - EDUCAÇÃO EM SAÚDE E CONTROLE SOCIAL NO SUS
Gerente: Angela Ribeiro de Souza

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Promover ações de educação a saúde da população e controle social no SUS

Público-Alvo: População do Município de Porto Velho estimado em 383.425 habitantes (fonte: IBGE)
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: Se faz necessário de acordo com as responsabilidades de cada esfera de gestão do SUS - Ministério da Saúde, Estados e Municípios conforme preconizado pela política nacional de promoção a saúde, Portaria GM/MS nº 687 de 30/03/2006 onde discorre sobre as atribuições do Município nas práticas de educação e mobilização social. A manutenção do CMS, com suas diretrizes e ações, está prevista na Lei nº 8.141, Lei Orgânica de saúde/Constituição Federal.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Percentual de reuniões ordinárias anualmente do CMS com mais de 70% de conselheiros presentes	Previsto	100	100	100	100
	Apurado	75	100		
	Relação % Apurado/Previsto	75,00	100,00		
	Relação % Apurado/Final	75,00	100,00		

2010:

2011:

02 - Percentual de pessoas atingidas com ações de educação a saúde, ao ano, desenvolvidas pelo SUS sob a coordenação do NIEMSUS	Previsto	25	45	55	60
	Apurado	77	5,89		
	Relação % Apurado/Previsto	308,00	13,09		
	Relação % Apurado/Final	128,33	9,82		

2010:

2011: A equipe é insuficiente para atender o objetivo do programa.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto

O programa em destaque tem como função apoiar as atividades dos respectivos setores que compõem a SEMUSA, tais como: fornecimento de material informativo e logístico para campanhas e palestras, assessoramento na comunicação e junto à imprensa, articulação interinstitucional em ações públicas de combate a endemias, atividades preventivas e de conscientização sobre fatores externos que desembocam na rede de atendimento da saúde pública municipal da Capital.

2011 Alcance entre 40% a 80% do previsto

Escassez de recursos humanos disponíveis para atender a população crescente.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito

- Enfermeiros da Zona Rural e da Maternidade participam do Curso sobre Mortalidade Neomaterna.- Administradores dos distritos participam da Campanha pelo Fim da Violência a Mulher- Coordenadoria das Mulheres divulga campanha contra violência em postos de combustíveis- Coordenadoria das Mulheres participa da Campanha do TJ pelo fim da violência doméstica e familiar- Laço gigante lembra Dia Mundial de Combate à AIDS- SEMUSA premia Unidades pela desenvoltura na Campanha ?Saúde para Todos, um Natal Feliz com Você.- Plano de contingência da dengue Integra ?Operação Inverno lançado pela prefeitura.- Laboratório Modelo para o Norte.- Capital recebe plano de Contingência para tentar debelar proliferação da Dengue.

2011 Não apurada

Com a implantação da ouvidoria será possível medir o nível de satisfação do beneficiário.

2.4 Outras Considerações

Providenciar uma imovel para que o CMS possa desenvolver suas ações.

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Não há inadequação na concepção do programa

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 120 - EDUCAÇÃO EM SAÚDE E CONTROLE SOCIAL NO SUS
Gerente: Angela Ribeiro de Souza

2011

Suficiência das ações
Faltam as ações relativas a promoção de atividades de educação em saúde.

Definição dos indicadores
O indicador do programa relativo as ações de educação em saúde, não traduz o resultado das ações da equipe. Deve ser revisto.

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Raça
São obdecidos os princípios básicos do Sistema Único de Saude (SUS)

Pessoa com Deficiência
São obdecidos os princípios básicos do Sistema Único de Saude (SUS)

Gênero
São obdecidos os princípios básicos do Sistema Único de Saude (SUS)

Criança e Juventude
São obdecidos os princípios básicos do Sistema Único de Saude (SUS)

2011

Gênero
Durante todo o ano, duas das prioridades dentro dos programas estratégicos, foi a sexualidade reprodutiva e o programa de prevenção ao cancer de colo e de mama.

Criança e Juventude
As questões que envolvem esses grupos estiveram presentes entre as deliberações do Conselho, principalmente decidindo por iniciativas de programas especiais de atenção a população de Jacy Paraná, que apresenta maior risco para questões de violência neste grupo.Além disso, muitas ações educativas foram realizadas voltadas para este grupo.

Pessoa com Deficiência
São discutidas nas plenárias do CMS formas de adaptar as contruções físicas das Unidades de Saúde de forma a propiciar o melhor acesso das pessoas portadoras de deficência aos serviços de saúde. Tambe são previstas implantações de ações voltadas a esse grupo de pessoas. O projeto de construção do Centro de Reabilitação no município é uma iniciativa nesta direção.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Os recursos materiais são adequados

2011

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
As unidades básicas não possuem recursos audio-visuais e ilustrativos para as ações em seu território, devem solicitar ao respectivo Departamento. O NIEMSUS não possui formas de estruturá-las para estas ações.

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Há mobiliários sucateados, equipamentos de informática ultrapassados e faltam materiais informativos, insumos para a realização de atividades extra-muros.

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial
O espaço de trabalho tanto do NIEMSUS (Núcleo Interesestadual de Educação a Saúde) como do CMS (Cosnelho municipal de Saúde) são insatisfatórios.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Os recursos humanos são adequados

2011

Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial
Os recursos humanos exeistentes não realizaram ultimamente capacitações dentro da área de atuação.

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
Não recursos humanos suficientes no NIEMSUS e nem na Secretaraia Técnica do CMS.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Reunião com grupos de interesse
Realização de Reuniões Entidades, Associações, Ministerio Publico, sempre que solicitado

Discussão em Conselho Setorial
Reuniões com o Conselho Municipal de Saude, sempre que solicitado

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 120 - EDUCAÇÃO EM SAÚDE E CONTROLE SOCIAL NO SUS
Gerente: Angela Ribeiro de Souza

2011

Ouvidoria
Todas as ações da Secretaria podem ser acessadas pela Ouvidoria do SUS, estando estas sob a responsabilidade de apresentar as respostas cabíveis.

Reunião com grupos de interesse
O CMS realizou reuniões com instituições específicas, tais como , SEMA, DETRAN, entre outras, para discutir sobre assuntos de interesse da comunidade.

Audiência Pública
O NIEMSUS e o CMS participaram das atividades de audiência para o orçamento participativo da SEMUSA do ano de 2011.

Discussão em Conselho Setorial
Rotineiramente, visto ser este o programa de controle social.

Outros: Conferência
Realização da Conferência Municipal de Saúde.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Mecanismos adotados:
Através de pesquisa realizada

2011

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
A dificuldade é a definição e implantação de um instrumento de monitoramento desta satisfação a junto a população beficiária.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 397 - Capacitações para o processo de formação de conselheiros

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Reuniões com o Conselho Municipal de Saude

Relatórios de gestão
Demonstrando as ações do Porgrama

2011

Reuniões de trabalho
O CMS se reune mensalmente. Também foram realizadas reuniões em todas as regiões da cidade, mobilizando para a Conferência Municipal de Saúde.

Visitas in loco
O CMS realizou visitas in loco nas Unidades de Saúde urbanas e na região ribeirinha.

Relatórios de gestão
Realizado anualmente e encaminhado ao CMS para análise e aprovação.

Outros: Conferência.
A própria Conferência Muncipal de Saúde como espaço de monitoramento e avaliação.

Sistemas informatizados
O CMS utiliza-se do banco de dados do SISPACTO e outros sistemas de informação ambulatorial para o acompanhamento de alguns indicadores de saúde e de produção das unidades.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

2011 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Devido o processo de pré-conferência , conferência e aprovação de nova lei que re-estrutura o CMS, não foi realizada capacitações no período, sendo adiada esta meta para o ano seguinte.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Realização de Conferência Municipal de Saúde, alocação de serviços de terceiros, pagamento de deslocamento de instrutores e convidados, reproduçaõ de material gráfico e despesas com o deslocamento de conselheiros.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes

2011 Insuficientes
A meta não foi totalmente cumprida ficando sua execução para exercício seguinte.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Houve remanejamento para outras ações na atenção básica.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 120 - EDUCAÇÃO EM SAÚDE E CONTROLE SOCIAL NO SUS
Gerente: Angela Ribeiro de Souza

OS RECURSOS FORAM LIBERADOOS AO LONGO EXERCICIO POREM HOUVE DEMOA NA CONCLUSÃO DE PROCESSOS DE AQUSIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos

Dificuldades na conclusão de processos licitatórios.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 122 - APOIO AO DIAGNÓSTICO EM SAÚDE
Gerente: Kênia Ibeiro Marinho

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Expandir a rede laboratorial e de diagnóstico do Município de Porto Velho

Público-Alvo: População do Município de Porto Velho
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: A rede municipal de diagnóstico, realiza hoje, apenas os exames de baixa complexidade, ficando a cargo da rede privada, a complementação dos exames de média e alta complexidade. A expansão da rede diagnóstica proporcionará melhoria no atendimento aos pacientes do SUS, na medida que diminuirá o tempo de retorno dos exames agilizando o tratamento e otimizando os serviços laboratoriais.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Número de exames de radiologia oferecidos a população, ao ano	Previsto	39928	47414	56304	66861
	Apurado	72224	74548		
	Relação % Apurado/Previsto	180,89	157,23		
	Relação % Apurado/Final	108,02	111,50		
2010:					
2011: Maior sensibilização dos profissionais envolvidos, investimento na rede de diagnóstico e divulgação dos serviços oferecidos nos meios de comunicação.					
02 - Número de exames de ultrassonografia oferecidos a população, ao ano	Previsto	18143	21545	25585	30382
	Apurado	46726	11508		
	Relação % Apurado/Previsto	257,54	53,41		
	Relação % Apurado/Final	153,80	37,88		
2010:					
2011:					
03 - Número de exames de patologia clínica oferecidos a população, ao ano	Previsto	345557	388526	437092	491729
	Apurado	1281609	1501588		
	Relação % Apurado/Previsto	370,88	386,48		
	Relação % Apurado/Final	260,63	305,37		
2010:					
2011: Maior sensibilização dos profissionais envolvidos, investimento na rede de diagnóstico e divulgação dos serviços oferecidos nos meios de comunicação.					

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto

com a implantação do Laboratório Central, a Rede Municipal de laboratórios tanto das Policlínicas como dos Centros de Saúde e Unidades de Saúde da Família, tem agora, a capacidade aumentada para suportar a demanda de exames laboratoriais gerada pelos profissionais de saúde (médicos e enfermeiros) das unidades de atenção básica do Município de Porto Velho, além de fornecer exames com altíssima qualidade e agilidade, melhorando a resolutividade dos exames laboratoriais

2011 Alcance acima de 100% do previsto

Maior sensibilização dos profissionais envolvidos, investimento na rede de diagnóstico e divulgação dos serviços oferecidos nos meios de comunicação.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito

Em conseqüência do processo de fortalecimento da rede de diagnóstico criou-se a Central de Diagnóstico, com equipamentos totalmente automatizados e interfaciados, localizado estrategicamente na Policlínica Rafael Vaz e Silva, com o objetivo de atender a demanda de exames exarada pelos pacientes do SUS do município de Porto Velho.

2011 Muito satisfeito

Aumento da rede de diagnóstico, inauguração de novos laboratórios, aumento de cobertura de examede patologia clinica.

2.4 Outras Considerações

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 122 - APOIO AO DIAGNÓSTICO EM SAÚDE
Gerente: Kênia Ibeiro Marinho

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Não há inadequação na concepção do programa

2011

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Raça
São atendidos com base no Principio da Universalidade garantida pelo SUS

Pessoa com Deficiência
São atendidos com base no Principio da Universalidade garantida pelo SUS

Gênero
São atendidos com base no Principio da Universalidade garantida pelo SUS

Criança e Juventude
São atendidos com base no Principio da Universalidade garantida pelo SUS

2011

Criança e Juventude
Inserção do sistema de informatização HOSPUB a procura de exames diagnóstico.

Raça
Inserção do sistema de informatização HOSPUB a procura de exames diagnóstico.

Pessoa com Deficiência
Inserção do sistema de informatização HOSPUB a procura de exames diagnóstico.

Gênero
Inserção do sistema de informatização HOSPUB a procura de exames diagnóstico.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Os recursos materiais são adequados

2011

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
Aumento da demanda de pacientes a procura de exames e diagnóstico.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
Apesar de novas contratações, existe a necessidade de contração de mais técnicos da área específica

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Apesar de novas contratações, existe a necessidade de contração de mais técnicos da área específica

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
Capacitação diária, para acompanhar a evolução dos sistema que compoem o programa

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Insuficiência de recursos humanos para atender a demanda crescente da população.

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
Insuficiência de recursos humanos para atender a demanda crescente da população.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Reunião com grupos de interesse
Reuniões sempre que solicitadas, com representantes de classe, governo, escolas.

Discussão em Conselho Setorial
Reuniões com Conselho Municipal de Saúde, sempre que solicitada.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Melhoria no desenvolvimento das ações.

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 122 - APOIO AO DIAGNÓSTICO EM SAÚDE
Gerente: Kênia Ibeiro Marinho

2011

Discussão em Conselho Setorial
Discussões mensais no Conselho Municipal de Saúde.

Outros: Conferência
Conferência Municipal de Saúde.

Ouvidoria
Implantação da ouvidoria para receber as sugestões eleogios e críticas.

Audiência Pública
As audiencias são desenvolvidas com as equipes das unidades de saúde.

Consulta Pública
As consultas públicas são desenvolvidas com as equipes das unidades de saúde.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Mecanismos adotados:
Pesquisa realizada pela Secretraia Municipal de Saúde.

2011

SIM

Mecanismos adotados:
Ouvidoria do SUS.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 399 - Manutenção da rede diagnóstica laboratorial e por imagem nas unidades de saúde

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Visitas in loco
Sistemas informatizados
Relatórios de gestão
Demonstrando todas ações do programa

2011

Reuniões de trabalho
De acordo com a necessidade ou mensalmente.

Visitas in loco
Técnica de monitoramento e supervisão.

Sistemas informatizados
HOSPUB

Relatórios de gestão
Relatórios semestrais e anuais.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Vale ressaltar que o aumento da oferta dos serviços de exames laboratorias sob a forma de comodato, trouxeram uma economia para o sistema municipal de saúde em media de 56,7% da tabela SUS. Destaca-se, ainda que o aumento apresentado garante uma autonomia para o munipio de Porto Velho de 93% da responsabilidade pactuada.A capacidade instalada de resolutividade em 2008 era de 45%; quando comparada com a capacidade em 2010 observamos um aumento de 48% em apenas um ano. O processo de aumento de resolutividade da oferta dos serviços de exames laboratorias prevê para o ano de 2011 o atingimento de 100% de sua capacidade após a instalação do laboratório de microbiologia.

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Devido a ampliação da rede laboratorial.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de insumos laboratorial, equipamentos e materiais permanente especificos para laboratórios, material de informatização.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Porém como está havendo o aumento da demanda, necessitar-se-á de implementação de mais recursos.

2011 Insuficientes
Demora no processo licitatório de aquisição de materiais.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Foram feitas no decorrer do exercicio creditos adicionais suplementar por remanejamento, excesso e superavit financeiro

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 122 - APOIO AO DIAGNÓSTICO EM SAÚDE
Gerente: Kênia Ibeiro Marinho

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Recursos orindos do Fundo Nacional de Saúde

2011 Alto
Aquisição de equipamentos laboratoriais através da compensação do Consórcio Santo Antônio Energia.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade nos trâmites processuais de aquisição de bens e serviços.

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade nos trâmites processuais de aquisição de bens e serviços.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:
Parceria do Consórcio Santo Antonio Energia para aquisição de equipamentos laboratoriais

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 123 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR
Gerente: Kênia Ibeiro Marinho

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Oferecer serviços com qualidade e resolutividade de média complexidade a população como suporte as ações de atenção básica

Público-Alvo: População do Município de Porto Velho nas áreas urbana e rural (terrestre e ribeirinha)
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: Em decorrência do aumento do número de habitantes no Município de Porto Velho e consequentemente de pessoas que procuram os serviços de atendimento de urgência e emergência e especialidades médicas, tratamento e reabilitação física, observou-se a necessidade de ampliação na oferta do serviço. A Port. Nº 1863 de 29/09/2003, que instituiu a política nacional de atenção às urgências e de acordo com esta, a assistência hospitalar e ambulatorial tem-se pautado para suas ações em Porto Velho

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Redução de 40% de atendimentos ambulatoriais de urgência e emergência realizados à população de Porto Velho nos hospitais de referência	Previsto	70	60	50	48
	Apurado	67	61,51		
	Relação % Apurado/Previsto	95,71	102,52		
	Relação % Apurado/Final	139,58	128,15		

2010: Índice de atendimento no HPSJPII no dia 20/10/10.

2011: Os valores apresentados para o Cálculo são:
Número Total de Atendimentos realizados no HPSJPII em 24 horas encaminhados pleo SAMU: 6081 atendimentos X 100 = 61,51%
Número de atendimentos em 24 horas de residentes de Porto Velho trazidos pelo SAMU: 3.741 atendimentos

Há que se ressaltar que não foram contabilizados os atendimentos que chegaram espontaneamente tanto nas Unidades de 24 horas do município quanto do João Paulo II.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
O momento atual exige da gestão municipal uma reorganização deste nível de atenção, com projetos inovadores que estão em fase de conclusão e outros iniciando suas obras, podendo dar resultados positivos e responder ao impacto do crescimento populacional.

2011 Alcance acima de 100% do previsto
O Pronto Atendimento José Adelino foi reformado e entregue para funcionamento apenas em agosto /2011, devendo portanto aumentar sua capacidade de atendimentos para o próximo ano, além das novas UPA's que estão em construção.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
De acordo com pesquisa de satisfação realizada junto aos usuários.

2011 Não apurada
Não existe um instrumento de avaliação implantado.

2.4 Outras Considerações

Com a impantação da ouvidoria teremos como melhor medir o índice de satisfação do usuário.

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Não há inadequação na concepção do programa

2011

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Raça
Os atendimentos são realizados por classificação de risco e prioridades (idosos, gestantes, crianças e adultos com criança de colo)

Pessoa com Deficiência
Os atendimentos são realizados por classificação de risco e prioridades (idosos, gestantes, crianças e adultos com criança de colo)

Gênero
Os atendimentos são realizados por classificação de risco e prioridades (idosos, gestantes, crianças e adultos com criança de colo)

Criança e Juventude
Os atendimentos são realizados por classificação de risco e prioridades (idosos, gestantes, crianças e adultos com criança de colo)

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 123 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR
Gerente: Kênia Ibeiro Marinho

2011

Pessoa com Deficiência
O programa atendendo a todos conforme a necessidade.

Gênero
O programa não faz distinção gênero, atendendo a todos conforme a necessidade.

Criança e Juventude
O programa atendendo a todos conforme a necessidade.

Raça
O programa não faz distinção de raça, atendendo a todos conforme a necessidade.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
Algumas estruturas fisicas da rede foram construidas de forma não compatível para financiamento da Urgência e Emergência.

2011

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Na Rede Municipal o quantitativo de Técnicos de Enfermagem é insuficiente para a demanda dos Pronto Atendimento, porém com o Concurso a ser realizado em 2012, a perspectiva é de contratar mais profissionais.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Apesar das contratações, continua-se com o número de profissionais insuficientes para as atividades.

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Na Rede Municipal o quantitativo de Técnicos de Enfermagem é insuficiente para a demanda espontânea dos Pronto Atendimento, porém com o Concurso a ser realizado em 2012, a perspectiva é de contratar mais profissionais.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Ouvidoria
Audiência Pública
Consulta Pública
Reunião com grupos de interesse
Discussão em Conselho Setorial
Conselho Municipal de Saúde

2011

Ouvidoria
As reclamações são repassadas para os Departamentos e resolvidas imediamente.

Audiência Pública
Participação na Audiência Pública do Orçamento Participativo da SEMUSA.

Discussão em Conselho Setorial
Discussões no Conselho Municipal de Saúde.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Mecanismos adotados:
Através de pesquisa realizada anualmente pela SEMUSA nas unidades de saúde

2011

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Não há nenhum mecanismo para avaliar a satisfação dos usuários, mas há o propósito de harmonização com outros Departamentos para o desenvolvimento de uma ferramenta para este tipo de avaliação.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 070 - Construção, Ampliação e Reforma de Unidades de Saúde

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 123 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR
Gerente: Kênia Ibeiro Marinho

Existe o setor de engenharia que conjuntamente com o DEMAC realiza esse monitoramento

Visitas in loco
Existe o setor de engenharia que conjuntamente com o DEMAC realiza esse monitoramento

Relatórios de gestão
Existe o setor de engenharia que conjuntamente com o DEMAC realiza esse monitoramento

2011

Reuniões de trabalho
Reuniões mensais.

Visitas in loco
Visitas semanais

Sistemas informatizados
Sitema em implantação.

Relatórios de gestão
Relatório anual.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Construção das Unidades de Pronto Atendimento - UPA's: Zona Leste e Sul eConstrução do Centro de Especialidades Médicas , porém ainda não concluídas.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Investimentos na construção das Unidades de Pronto Atendimento: (Obras em andamento)Zona Leste, Zona Sul e (Licitando)Jacy Paraná; Aquisição de equipamentos para as unidades. reforma da policlinica José Adelino, Reforma Telhado Rafael Vaz e Silva, Ana Adelaide e Hamilton Gondin

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Recursos orçamentários empenhados e não liquidados.

2011 Insuficientes
Entraves burocráticos para a conclusão de licitação de processos de aquisição de bens e serviços.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Foram feitos no decorrer do exercicio suplementações orçamentarias

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Médio
Construção das Unidades de Pronto Atendimento com recursos da compensação social das Usinas Hidrelétricas.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade nos trâmites porcessuais.

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Dificuldade na conclusão de licitação de processos de aquisição de bens e serviços

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:
Parceria com a Usina Santo Antônio Energia, que atuou de forma positiva no acordo e/ou contrato com a Secretaria Municipal de Saúde para a construção das Unidades de Pronto Atendimento - UPAs.

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 123 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR
Gerente: Kênia Ibeiro Marinho

AÇÃO: 403 - Manutenção das unidades de pronto atendimento-UPAS

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Outros:
São realizadas as visitas in loco e após reauniões p/ discussões sobre o que foi encontrado para a realização satisfatoria das manutenções.

2011

Reuniões de trabalho
Reuniões mensais.

Visitas in loco
Visitas semanais.

Sistemas informatizados
Sistema em implantação.

Relatórios de gestão
Relatório anual.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
2011 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
Manutenção das Unidadeas de Pronto Atendimento Dr.ª Ana Adelaide e Hamilton Gondim e Dr. José Adelino que foi reinaugurado.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de equipamentos para as unidades de pornto atendimento.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
2011 Insuficientes
Não conclusão de processos licitatórios.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Foram feitas no decorrer do exercicio suplementações orçamentarias.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade nos trâmites processuais.

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Demora nos trâmites licitatórios.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 123 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR
Gerente: Kênia Ibeiro Marinho

AÇÃO: 404 - Expansão e manutenção de serviço de atendimento móvel de urgência

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Visitas in loco
Sistemas informatizados
Relatórios de gestão
Demonstrando todas atividades desenvolvidas pelo programa

2011

Visitas in loco
Visitas semanais.
Reuniões de trabalho
Reuniões Mensais.
Relatórios de gestão
Relatório anual.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
2011 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
ASSISTENCIA A COMUNIDADE QUE NECESSITA DE ATENDIMENTO DE URGENCIA E EMERGENCIA

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Contrato de manutenção de serviços de oficina, combustível, aquisição de material e equipamentos de assistência médica, expediente, manutenção da central de regulação e aquisição de novos aparelhos para comunicação. Aquiuisição de material penso, medicamentos e materiais hospitalares.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
2011 Insuficientes
Necessário haver melhoria no acompahamento dos processos de aquisição de bens e serviços.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Houve no decorrer do exercício Creditos Adicionais Suplementares por remanejamento, superavit financeiro e excesso de arrecadação.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade nos processos de aquisição de bens e serviços.

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Dificuldades na conclusão de processos licitatórios.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 123 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR
Gerente: Kênia Ibeiro Marinho

AÇÃO: 405 - Manutenção do centro de referência de especialidades médicas

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Outros:
Aconteceram todos os itens acima elencados quando da inauguração da unidade, hoje esses serviços são executados pela policlinica Rafael Vaz e Silva.

2011

Reuniões de trabalho
Reuniões Mensais.

Visitas in loco
Visitas diárias.

Sistemas informatizados
SISREG E HOSPUB

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
Unidade ainda não inaugurada, podendo ser alterados seus índices a partir de seu funcionamento.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Inauguração prevista para março de 2012.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de equipamentos médico-hospitalares, de informática, mobiliários,e aquisição de materiais e insumos.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Unidade ainda não inaugurda, podendo ser alterados seus índices a partir de seu funcionamento.

2011 Insuficientes
Morosidade na conclusão de processos de aquisição de bens e serviços.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade nos processos de aquisição de bens e serviços.

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade na conclusão de processos de aquisição de bens e serviços.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 123 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR
Gerente: Kênia Ibeiro Marinho

AÇÃO: 406 - Manutenção do centro de apoio psicossocial

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Semanalmente para acompanhamento do programa

Visitas in loco
São feitas 2 visitas semanais a pacientes acompanhados em tratamento intensivo

Sistemas informatizados
Sistema a ser implantado até agosto de 2011

Relatórios de gestão
Demonstrando as ações dos programas

2011

Visitas in loco
Visita mensal.

Sistemas informatizados
Em implantação.

Relatórios de gestão
Relatório anual..

Reuniões de trabalho
Reunião mensal.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Houve um aumento da demanda populacional

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Aquisição de materiais novos para os usuários.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Diárias a técnicos do programa, aquisição de medicamentos, material gráfico, contratação de empresa para limpeza de piscinas, contrato de aluguel de imóvel onde funciona o Centro de Apoio Psicossocial ? CPAS Três Maria e AD, aquisição de equipamentos de informática e aquisição de veículos.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Os recursos financeiros serão insuficientes para o programa se houver aumento na demanda a ser atendida.

2011 Insuficientes
Não houve tempo habil para conclusão de processos de aquisição de bens e serviços

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
No decorrer do exercicio foram feitos remanejamentos orçamentários, para execução das ações deste programa em outro programa da atenção básica.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade nos trâmites processuais na aquisição de bens e serviços.

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade nos trâmites processuais de aquisição e bens e serviços.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 124 - ATENÇÃO AOS PROGRAMAS ESTRATÉGICOS
Gerente: MARIA DO SOCORRO SOARES

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Ampliar a cobertura das ações de promoção a saúde e assistenciais a clientelas específicas atendendo as prioridades de atenção do Plano de Ação Municipal, Estadual e Federal.

Público-Alvo: Grupos estratégicos da população municipal (portadores de diabetes, hipertensão, idosos, cadastrados no bolsa família, nutrizes e crianças com carê

Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

Justificativa: Anecessidade de agregação das áreas estratégicas definidas pela gestão municipal, baseadas em séries históricas, possibilitando a incorporação de parâmetros assistenciais assumidos como meta no Pacto pela saúde, instituído pela Portaria GM/MS nº 399, de 22 de fevereiro de 2006, induz a realização de procedimentos especiais e de impacto para esta população alvo. Estima-se que cerca de 35% da população do Município seja hipertensa e 11% diabética, porém existem cadastrados cerca de 8.000 hipertensos e 5.000 com base nos dados do sistema de informação Hiperdia, o que reporta a um déficit de cadastros acompanhamentos a população que sofre com hipertensão e diabetes. O diagnóstico precose e acompanhamento reduz significativamente a morbimortalidade por hipertensão e diabetes, o que melhora a qualidade dos usuários e diminui o número de internações decorrentes de complicações por hipertensão. O diabetes é uma doença crônico-degenerativa que deveria contar com cerca de 16.525 cadastrados no Município de Porto Velho, atualmente temos cadastrados apenas cerca de 5.000 usuários, o que também reporta a déficit de acompanhamento a esta população. Este programa deve ser organizado conforme a Portaria Conjunta / MS nº 02, de 05 de março de 2002 que dá as suas diretrizes. O programa bolsa família instituído pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e regulamentação pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004 e com as ações de monitoramento da saúde regidas pela Portaria Interministerial nº 2.509, de 18 de novembro de 2004 é um exemplo de uma área estratégica, atualmente o municipio de Porto Velho tem 17.450 famílias cadastradas no programa e apenas 21,95% destas foram acompanhadas pelo sistema de saúde na primeira vigência do programa (compreende o período janeiro a junho de 2009). Diante de exposto, necessitamos implementar as ações do programa para que possamos ampliar as metas ano a ano e melhorar a qualidade da saúde da população usuária.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Redução da morbimortalidade por hipertensão arterial	Previsto	20	25	30	35
	Apurado	20	25,39		
	Relação % Apurado/Previsto	100,00	101,56		
	Relação % Apurado/Final	57,14	72,54		

2010:

2011: Com a boa relação de gestores e a disponibilidade do executivo alcançou-se em 2011 o índice acima do esperado.

02 - Redução da morbimortalidade por Diabetes Mellitus	Previsto	4	6	8	11
	Apurado	1,58	25,39		
	Relação % Apurado/Previsto	39,50	423,17		
	Relação % Apurado/Final	14,36	230,82		

2010: A redução da mortalidade e suas complicações deu-se através da identificação e controle adequado e teve grande impacto.

2011: Houve aumento no cadastro de hipertensos, devido a varias campanhas e divulgações para a população usuária.

03 - Acompanhamento nutricional das famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família	Previsto	40	55	65	75
	Apurado	50	44,7		
	Relação % Apurado/Previsto	125,00	81,27		
	Relação % Apurado/Final	66,67	59,60		

2010:

2011: Divergencias em termo de endereço para busca ativa e falta de compromisso do usuario de fazer seu acompanhamento.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto

Investimento em capacitações, investimento no programa, ampliação das equipes que atendem o programa.

2011 Alcance acima de 100% do previsto

Houve uma maior sensibilização dos profissionais envolvidos com o programa, divulgação nos meios de comunicação, realização de campanhas de detecção,palestras educativas e distribuição de materiais informativos com orientações.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 124 - ATENÇÃO AOS PROGRAMAS ESTRATÉGICOS
Gerente: MARIA DO SOCORRO SOARES

Devido o aumento de equipes no programa, melhora o acesso aos serviços de saude.

2011 Satisfeito

Tendo em vista a disponobilização de medicamentos e insumos, a formação de grupos de hipertensos e diabéticos pela ESF, a busca ativa de pacientes hipertensos e diabéticos e a assistência domiciliar pela ESF.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Não há inadequação na concepção do programa

2011

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Raça
Através das atividades de educação em saude desenvolvidas nas unidades, palestras orientatorias e nas visitas domiciliares realizadas pelos ACS.

Pessoa com Deficiência
Através das atividades de educação em saude desenvolvidas nas unidades, palestras orientatorias e nas visitas domiciliares realizadas pelos ACS..

Gênero
Através das atividades de educação em saude desenvolvidas nas unidades, palestras orientatorias e nas visitas domiciliares realizadas pelos ACS.

Criança e Juventude
Através das atividades de educação em saude desenvolvidas nas unidades, palestras orientatorias e nas visitas domiciliares realizadas pelos ACS.

2011

Pessoa com Deficiência
As ações do Programa são baseadas na promoção da igualdade social.

Gênero
As ações do Programa são baseadas na promoção da igualdade social.

Criança e Juventude
As ações do Programa são baseadas na promoção da igualdade social.

Raça
As ações do Programa são baseadas na promoção da igualdade social.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Devido a burocracia, nos trâmites processuais para aquisição dos materiais necessarios para o desenvolvimento do programa.

2011

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Com o aumento da população diabética e hipertensa, houve umanecessidade de aquisição de materiais, com entraves no programa devido a demora da aquisição dos materiais necessários.

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
Com o aumento da população diabética e hipertensa os recursos humanos tornaram-seinsuficientes para dinamizar o programa.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Os recursos humanos são adequados

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
Apenas um técnico na coordenação

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Áreas descobertas e rotatividades de profissionais.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Reunião com grupos de interesse
Reuniões com grupo de interesse, semestral.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Melhor implemento nas ações do Programa.

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 124 - ATENÇÃO AOS PROGRAMAS ESTRATÉGICOS
Gerente: MARIA DO SOCORRO SOARES

2011

Ouvidoria
Implantação do serviço de ouvidoria em julho de 2011 com o recebimento de criticas, elegiose sugestões do usuário.

Audiência Pública
Sempre que convocada por associações e sindicatos.

Reunião com grupos de interesse
Reuniões são desenolvidas com as equipes das unidades de saúde.

Discussão em Conselho Setorial
Reuniões com o Conselho Municipal de Saúde.

Outros: Conferência
Conferência Municipal de Saúde.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Mecanismos adotados:
Pesquisa de satisfação dos usuarios realizada pela Secretaria em 2010.

2011

SIM

Mecanismos adotados:
A avaliação é feita através da ouvidoria, reuniões técnicas e Conferência Municipal de Sáude.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 408 - Capacitação de Profissionais do Sistema Único de Saúde nas áreas Estratégicas.

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Trimestralmente nas Unidade de Saude

Visitas in loco
Mensalmente nas UBS

Sistemas informatizados
Sistemas alimentados diariamente: Hiperdia e Bolsa Familia

Relatórios de gestão
Demonstrando as atividades desenvolvidas no decorrer do exercicio.

2011

Reuniões de trabalho
Reuniões das equipes das unidades de saúde.

Visitas in loco
Realizadas pelas equipes técnicas da coordenação.

Sistemas informatizados
Sistemas HIPERDIA, DATA SUS , SISPACTO.

Relatórios de gestão
Semestral e anual.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Investimento em capacitações e ampliação das equipes que atendem o programa.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Houve um maior comprometimento da equipe na busca dos pacientes.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Profissional capacitado do Programa Saúde da Família.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes
O programa utilizou recursos de outros programas para que pudesse alcançar as metas. Morosidade no sistema processual de aquisição de bens e serviços.

2011 Insuficientes
Ação foi desenvolvida junto ao Programa Saúde da Família - PSF.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 124 - ATENÇÃO AOS PROGRAMAS ESTRATÉGICOS
Gerente: MARIA DO SOCORRO SOARES

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade nos trâmites processuais de aquisição.

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 124 - ATENÇÃO AOS PROGRAMAS ESTRATÉGICOS
Gerente: MARIA DO SOCORRO SOARES

AÇÃO: 409 - Manutenção de Programas Estratégicos (Hiperdia, Carência Nutricional,...)

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Trimestralmente nas Unidade de Saude

Visitas in loco
Mensalmente nas UBS

Sistemas informatizados
Sistemas alimentados diariamente: Hiperdia e Bolsa Familia

Relatórios de gestão
Demonstrando as atividades desenvolvidas no decorrer do exercicio

2011

Sistemas informatizados
Emissão de relatórios através do HIPERDIA.Há dificuldades na digitação pelas equipes das unidades de saúde devido a grande rotatividade dos servidores que executam o trabalho e constantes problemas de travamento nas máquinas onde estão instalados o programa.O bolsa família é digitado diariamente durante as duas vigências de janeiro a julho e de fevereiro a dezembro

Reuniões de trabalho
Reuniões bimestrais.

Visitas in loco
As visitas são realizadas mensalmente pela equipe técnica das unidades de saúde, porém há dificuldades tendo em vista as equipes serem pequenas e a falta de um veículo no setor.

Relatórios de gestão
O relatório descritivo de gestão é feito semestralmente e o RAG quadrimestralmente.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
2011 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
O programa não teve um bom desempenho devido a morosidade de conslusão de processos de bense serviços.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de medicamentos, aquisição material grafico, aquisição de equipamentos e materiais permanente.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes
2011 Insuficientes
Houve entraves burocráticos para conclusão de processos de aquisição de bens e serviços.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
No decorrer do exercicio foram abertos creditos adicionais suplementares, por remanejamento, excesso de arrecadação e superávit financeiro.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade na conclusão de processos de aquisição de bens e serviços.

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Dificuldades na conclusão de processos de aquisição de bens e serviços.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 125 - CONTROLE, REGULAÇÃO E AUDITORIA DO SUS
Gerente: Caris Regina Valença Sales

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Organizar o acesso dos usuários ao SUS, de acordo com suas necessidades de saúde, a oferta dos serviços existentes concomitante com ações de controle e avaliação

Público-Alvo: Profissionais lotado no Departamento de Controle, Regulação e Auditoria do SUS (DAC) e Unidades de Saúde (Rafael Vaz e Silva, policlínicas: Mano

Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

Justificativa: Atualmente as produções apresentadas ao DAC apresentam divergências quanto ao que foi produzido e o que está sendo informado através dos boletins de produção. Portanto, visando melhoria nestas notificações, o objetivo elencado deverá ter como resultado esperado o declínio destas subnotificações em 35%. A Portaria 2.209 de 04/12/2004, institui o sistema nacional de auditoria no SUS.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de unidades de saúde informativa de dados de produção	Previsto	65	55	45	35
	Apurado	66	75		
	Relação % Apurado/Previsto	101,54	136,36		
	Relação % Apurado/Final	188,57	214,29		

2010: É feito controle das avaliações das produções apresentadas mensalmente, contínuamente para um melhor estudo de demanda de ofertas e serviços.

2011: As unidades que ainda não estão informando são unidades de difícil acesso, de baixa complexidade (Postos de Saúde), que possuem dificuldade para repassar as informações até a central da SEMUSA.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Acompanhamento constante na alimentação do sistema SIA SUS.

2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto
O resultado transmite a informação de aumento de 25% de unidades frente ao ano anterior. Neste período também foram incluídas 3 novas unidades no CNES.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Pouco satisfeito
Falta capacitação dos recursos humanos na operacionalização do sistema SIA SUS.

2011 Não apurada
Não existe mecanismo para apurar resultados de beneficios à população.

2.4 Outras Considerações

Capacitar gerentes de programas na elaboração dos pedidos de compras e serviços, para não haver tanta demora na conclusão de processos de aquisição de bens e serviços.

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Não há inadequação na concepção do programa

2011

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Não contempla

2011

Raça
O programa avalia o desenvolvimento das unidades de saúde através de suas produções sem distinção de beneficiário.

Pessoa com Deficiência
O programa avalia o desenvolvimento das unidades de saúde através de suas produções sem distinção de beneficiário.

Gênero
O programa avalia o desenvolvimento das unidades de saúde através de suas produções sem distinção de beneficiário.

Criança e Juventude
O programa avalia o desenvolvimento das unidades de saúde através de suas produções sem distinção de beneficiário.

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 125 - CONTROLE, REGULAÇÃO E AUDITORIA DO SUS
Gerente: Caris Regina Valença Sales

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Espaço fisico inadequado para desenvolvimento das ações do programa, além da necessidade de mais contratações de Recursos Humanos
Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial
Espaço fisico inadequado para desenvolvimento das ações do programa, além da necessidade de mais contratações de Recursos Humanos
Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Equipamentos e espaço fisico inadequado, e necessidade de mais contratações de recursos humanos
Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
Equipamentos e espaço fisico inadequado, e necessidade de mais contratações de recursos humanos

2011

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial
O espaço físico é inadequado e insuficiente para o trabalho da equipe gerencial.
Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Insuficiência de equipamentos de informática nas unidades básicas e de urgência.
Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
Algumas unidades ainda possuem espaço adequado para as atividades do faturista.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
A qualificação sempre será insuficiente, uma vez que as mudanças constantes nos programas dependem das Portarias Ministeriais.

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
Não há técnicos susficientes na equipe de controle e avaliação para as atividades de acompanhamento in loco nas unidades.
Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Três unidades possuem déficit de técnicos para o faturamento de suas produções.
Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial
As oportunidades de cursos de formação para a equipe gerencial ainda são insuficientes para o total dos técnicos.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Reunião com grupos de interesse
Reuniões CIB- Comissão Intergestores Bipartite.
Discussão em Conselho Setorial
Reuniões periódicas no Conselhos de Saude.
Contribuições da participação social para os resultados do programa:
-Monitorar e fiscalizar a execução dos procedimentos realizados em cada estabelecimento por meio das ações de controle e avaliação hospitalar e ambulatorial;- Monitorar e fiscalizar e o cumprimento dos critérios nacionais, estaduais e municipais de credenciamento de serviços;- Implementar a avaliação das ações de saúde nos estabelecimentos de saúde, por meio de análise de dados e indicadores e verificação de padrões de conformidade.

2011

Audiência Pública
Partici,pação da SEMUSA na audiência pública do orçamento participativo.
Reunião com grupos de interesse
Apresentação dos dados de produção da SEMUSA.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM
Mecanismos adotados:
Pouco satisfatoria, uma vez que há a necessidade constante de capacitação devido as mudanças constantes no sistema pelo Ministerio da Saude.

2011

NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Ainda não foi definida a ferramenta a ser utilizada para o levantamento desta informação.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 054 - Capacitação Profissional de Pessoal do Sistema de Saúde

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 125 - CONTROLE, REGULAÇÃO E AUDITORIA DO SUS
Gerente: Caris Regina Valença Sales

Reuniões de trabalho
Diretores Administrativos e Faturistas das Unidades de Saude para avaliar o desempenho das produções apresentadas

Visitas in loco
Periodica para acompanhar e avaliar as produções

Sistemas informatizados
Atualiza mensalmente sistema de informação

Relatórios de gestão
Anual, demonstrando os resultados obtidos no exercicio

2011

Relatórios de gestão
Relatórios semestral e anual.

Sistemas informatizados
Avanço na descentralização do CADSUS/CADWEB junto às unidades de saúde.Início das implementações dos Sistemas GIL,HOSPUB E SISREG.

Reuniões de trabalho
Reuniões técnicas para sanar as dúvidas de produção ambulatórial dos profissionais de nivél superior e médio.

Visitas in loco
Visitas realizadas principalmente no fechamento da produtividade das unidades básicas e unidades de média e alta complexidade.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Em vista da implantação dos novos sistemas, foram desenvolvidasvárias capacitações não só com os faturista, bem como outros profissionais das unidades de saúde: médicos,enfermeiros,servidores do SAME e outros.Houve também curso de informática básica para outros profissionais das unidades de saúde.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisições de equipamentos de informatica, despesa de deslocamento para capacitações fora do estado para conhecimento do SISREG, Consultoria de profissionais de fora do estado para implantar os programas jácitados.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Não utiliza recursos de origem orçamentária
Sem movimentação de recursos orçamentários.

2011 Insuficientes
Ação executada em outro programa.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2011 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Os recursos foram remanejados para outra ação.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Dificuldade nos trâmites processuais para aquisição de bens e serviços.

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:
Pareceria com Usina Santo Antonio na confeccção de material gráfico e etiquetas para o cartão SUS.

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 125 - CONTROLE, REGULAÇÃO E AUDITORIA DO SUS
Gerente: Caris Regina Valença Sales

AÇÃO: 407 - Implementação do sistema de regulação do SUS

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Diretores Administrativos e Faturistas das Unidades de Saude para avaliar o desempenho das produções apresentadas.

Visitas in loco
Visitas in loco periodicas, para acompanhar e avaliar as produções.

Sistemas informatizados
Atualiza mensalmente sistema de informação.

Relatórios de gestão
Anual, demonstrando os resultados obtidos no exercicio

2011

Visitas in loco
orientação de novo fluxo, de acesso aos serviços, capacitação dos marcadores locais, instalação da estrurtura física.

Sistemas informatizados
A SEMUSA utiliza o sistema informatizado disponibilizado no MS. Que denomonado SISREG.

Relatórios de gestão
Em 2011 as ações de Regulação cumpunha o Relatorio de Gestão como projeto a ser realizado. A previsão de execulção das ações é para o 1º trimestre de 2012.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

2011 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
A meta alcansada no ano de 2011, foi a conecção da central municipal de regulação com a central estadual de regulação em alguns procedimentos pilotos.Sendo que a conecção das unidades locais para o sistema está previsto para o 1º trimestre de 2012.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 COMPRAS DE MATERIAL DE INFORMAT´CA,(computadores, nobreak, switch, impressoras e servidor de dados); Aquisição de material de rede logica (cabos, RJ45, conectores e canalestas); Contratação de empresa especializada em instalação de rede lógica. Ressaltamos que as compras e aquisições foram programadas e realizadas para as Unidades da Zona Urbana.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

2011 Suficientes
O projeto foi ambliado e tem como meta estender em toda rede municipal de saúde. os recursos financeiros foram sficinete porem houve morosidade nos tramites processuais de aquisição de bens e serviços

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Ao longo do exercicio foram abertos créditos orçamentários através de remanejamentos.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
O programa foi eleito como prioritário, ocasionado agilidde administrativa.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Médio
Houve parceria da Santo Antonio Energia, no sentido de confecionar material gráfica (Banner); Alicação de espaço fisico para capacitações.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade nas conclusões de processos de aquisição.

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
conclusão de porcesso de aqusição de bens e serviço

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:
Houve parceria da Santo Antonio Energia, no sentido de confecionar material gráfica (Banner); Alicação de espaço fisico para capacitações.

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 126 - FARMÁCIA POPULAR
Gerente: JAÇONEIDE POUBEL VIEIRA

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Oferecer a população de Porto Velho medicamentos essênciais a baixo custo

Público-Alvo: População do Município de Porto Velho
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: O alto custo dos medicamentos essênciais leva ao elevado índice de abandono ou interrupções de tratamento de doenças comuns na população. Portanto este programa visa garantir que quem compra medicamento, o compre melhor, sem interrupção no tratamento por falta de dinheiro, reduzindo o impacto no orçamento familiar causado pela compra de remédio e também, diminuir os gastos do SUS com as internações que são provocadas pelo abandono do tratamento.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa da população atendida com medicamentos	Previsto	26,92	29,61	32,57	35,82
	Apurado	18,4	21,11		
	Relação % Apurado/Previsto	68,35	71,29		
	Relação % Apurado/Final	51,37	58,93		

2010: Com o acréscimo de novos medicamentos e manutenção do estoque regulador da rede básica do município, a procura por compra de medicamentos de usuários do SUS, vem dimunido o percentual de atendimento de receituários públicos, mantendo-se somente receituário da rede de saúde privada.

2011: O indicador foi calculado em cima das vendas finalizadas (notas fiscais de saída) das duas unidades de Farmácia Popular, mas as unidades atendem diariamente muitas pessoas com apenas atendimento farmacêutico (sem venda), onde a população procura o profissional para tirar suas dúvidas. Assim, o índice alcançado foi maior que o previsto.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
O programa atende a toda a população e é dirigido, sobretudo, às pessoas que interrompem o tratamento por não conseguirem arcar com o preço dos remédios

2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto
As duas Unidades de Farmácia Popular foram montadas em lugares estratégicos, onde atendemos pessoas de várias classes sociais, e nossos objetivos foram alcançados.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
O Programa visa atender toda a população do município, bem como todos que procurem as unidades para adquirirem os medicamentos prescritos e que estejam padronizados na lista do Programa.

2011 Satisfeito
Elogio ao Programa Farmácia Popular, elogio a presença do profissional farmacêutico na dispensação do medicamento.Algumas vezes há insatisfação dos pacientes pelas seguintes causas:1 - Falha do Sistema de Liberação Medicamentos Gratuitos - FIOCRUZ.2 - Paciente não concorda com a PORTARIA Nº 184 /03/02/2011, que versa sobre a obrigação para adquirir medicamentos gratuitos.

2.4 Outras Considerações

O Programa Farmácia Popular cumpriu sim suas metas e objetivos no ano de 2011, pois atendemos além da nossa capacidade física e humana, com o maior objetivo firmado: servir a população.
Em 2011 foi implantado o programa federal "Saúde não tem preço", onde disponibiliza medicamentos gratuitos (diabetes e Hipertensão) para população, com isso gerou um aumento considerável nos atendimentos, gerando ineficiência da área humanas (servidores), sobretudo uma sobrecarga de trabalho nos mesmos.
Algumas Insatisfação são geradas por conta da Lentidão da nossa atual INTERNET, tendo em vista que o Programa de Liberação dos medicamentos Gratuitos é conectado via Servidor/FIOCRUZ no Rio de Janeiro, e com a internet lenta compromete nossa agilidade em atender os pacientes.

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Não há inadequação na concepção do programa

2011

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Raça
São atendidos com base no Principio da Universalidade garantida pela Constituição Federal

Pessoa com Deficiência

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 126 - FARMÁCIA POPULAR
Gerente: JAÇONEIDE POUBEL VIEIRA

São atendidos com base no Principio da Universalidade garantida pela Constituição Federal

Gênero
São atendidos com base no Principio da Universalidade garantida pela Constituição Federal

Criança e Juventude
São atendidos com base no Principio da Universalidade garantida pela Constituição Federal

2011

Raça
Não há distinção, o programa é universal e atende quaisquer pessoas em sua integridade física e mental.

Pessoa com Deficiência
Não há distinção, o programa é universal e atende quaisquer pessoas em sua integridade física e mental.

Gênero
Não há distinção, o programa é universal e atende quaisquer pessoas em sua integridade física e mental.

Criança e Juventude
Não há distinção, o programa é universal e atende quaisquer pessoas em sua integridade física e mental.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
Recursos humanos inadequados para atendimento da demanda.

2011

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
É necessário substituições/aquisições de equipamentos de informática para a boa execução das gerências técnicas.

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial
É necessário reformar a Unidade Leste, onde a estrutura física da gerênciaestá ineficiente para o atendimento.

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Insuficiência de uniforme, tendo em vista contratação de novos funcionários e a unidade necessitade nova mobília (cadeiras, mesas), bebedouros, dentre outros, tendo em vista que o programaprograma tem 06 (seis) anos de existência e até o presente não houve renovação dos mesmos.

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
É necessário reformar a Unidade Leste, onde a estrutura física das equipes executorasestá ineficiente para o atendimento.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Quantitativo existente insuficiente para atender o programa

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
Aumento de capacitação para novos contratados de recursos humanos

2011

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
É necessário fazer e/ou refazer qualificações específicas dos servidores para o atendimento ao público.

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
Após a implantação do Programa "Saúde Não tem Preço" em fevereiro de 2011, as demandas de atendimento tornaram ineficiente a quantidade de farmacêuticos tanto na dispensação, como na Gerência Técnica.

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Após a implantação do Programa "Saúde Não tem Preço" em fevereiro de 2011, as demandas de atendimento tornaram ineficiente a quantidade de servidores nasduas unidades de Farmácia Popular.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial
É necessário fazer e/ou refazer qualificações específicas para os farmacêuticos das duas unidades.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Discussão em Conselho Setorial
Reuniões periódicas.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Melhor desempenho do Programa

2011

Ouvidoria
Quando ss pacientes tem quaisquer dúvidas, insatisfações, reclamações e elogios, esses são orientados para que liguem, para a Ouvidoria SEMUSA e/ou Ministério da Saúde.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Mecanismos adotados:
Conforme pesquisa de satisfação do usuario feita pela Secretaria de Saude.

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 126 - FARMÁCIA POPULAR
Gerente: JAÇONEIDE POUBEL VIEIRA

2011

SIM

Mecanismos adotados:

A Direção do Programa faz visitas diárias nas unidades, fazendo perguntas formais aos usuários na hora de seu atendimento, onde versa sobre sua satisfação ao Programa.Quando o usuário sente-se insatisfeito a Direção o encaminha para entrar em contato com a Ouvidoria/SEMUSA.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 144 - Manutenção da Farmácia Popular

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Reuniões Periódicas

Sistemas informatizados
Sistema alimentado diariamente

Relatórios de gestão
Demonstrando o resultado de todas ações

2011

Reuniões de trabalho
A Direção faz reuniões periódicas com todos os servidores das unidades Farmácia Popular.

Visitas in loco
A Direção faz visitas periódicas nas duas unidades Farmácia Popular.

Sistemas informatizados
No mês de novembro de 2011 foi feito informatização da sala de estocagem dos medicamentos da unidade Centro.

Relatórios de gestão
A Direção faz os relatórios regularmente do PAS.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Foram mantidas e melhorada as duas unidades, sendo que unidade Centro foi reformada.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011
1 - Disponibilização de materiais de consumo - duas unidades;
2- Reforma da unidade Centro (troca de piso, telhado, pinturas, tratamento de paredes, dentre outros);
3 - Processo de aquisição de uniformes - duas unidades;
4 - Instalação de 05 (cinco) centrais de ar para unidade Centro;
5 - Treinamento teórico de farmacêuticos novos na FPB;
6 - Instalação do Programa Saúde Não tem Preço;
7 - Adequação para as exigências da RDC - 20 dos Antimicrobianos;
8 - Divulgação do programa em sites, panfletos, bannres e outros;
9 - Aquisição de equipamentos de informática;
10 - Pagamento de aluguel das unidades;
11 - Suprimentos de Fundo;
12 - Processos de aquisições de blocos de notas fiscais;
13 - Pagamento de Taxas - renovação de Alvarás das duas unidades (bombeiro, Conselho de Farmácia, Anvisa Nacional).
dentre outros...

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Os recursos são suficientes, havendo algumas dificuldades nos trâmites processuais.

2011 Suficientes
O recurso foi sufiente, pois o Programa Farmácia Popular tem orçamento/recursopróprio fornecido via Fundo/Ministério da Saúde para desenvolver o Programa das duas Unidades de Porto Velho.E as ações estão conotadas com a autorização parautilização dos recursos.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Houve abertura de creditos adicionais suplementares por remanejamento e superávit financeiro

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Recursos do Fundo Nacional de Saude

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 126 - FARMÁCIA POPULAR
Gerente: JAÇONEIDE POUBEL VIEIRA

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade na conclusão do processo de aquisição.

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Alguns processos foram fracassados por conta de questões específicas de licitação.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

AÇÃO: 410 - Instalação de farmácias populares

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2011

Reuniões de trabalho
A Direção busca através Secretária de Saúde a autorização para implantação de uma nova Farmácia na ZONA SUL da cidade, e faz reuniões periódicas com os Servidores para discutir sobre a importância do PROGRAMA e a necessidade da ampliação do mesmo.

Visitas in loco
É necessário que se faça uma visita (SEMUSA) na Zona Sul da cidade para analisar a viabilidade de implantação de uma nova Farmácia Popular - Tendo em vista que já existe orecurso financeiro disponível para implantar a Unidade Zona Sul. para implantação da mesma

Sistemas informatizados
Todo sistema é disponibilizado pela FIOCRUZ e as manutenções dos Programas (DATASUS) são feitos por eles via internet.

Relatórios de gestão
A Direção faz regularmente os Relatórios de Gestão interna e para ASTEC/SEMUSA.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2011 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Apesar do interesse da Gestão Pública em instalar a nova Unidade de Farmácia Popular, ainda não foi contemplada pelo Ministerio da Saúde.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 AÇÃO NÃO EXECUTADA DEVIDO MINISTERIO DA SAUDE AINDA NÃO TER APROVADO A 3ª FARMACIA POPULAR A SER INSTALADA

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2011 Não utiliza recursos de origem orçamentária
A instalaçao da nova unidade da Farmácia Popular do Brasil depende da aprovaçãodo Ministério da Saúde.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2011 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
A instalaçao da nova unidade da Farmácia Popular do Brasil depende da aprovaçãodo Ministério da Saúde.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2011

Outros: Prioridade
Ministério da Saude aprovar a proposta de instação da 3ª Farmacia Popular em Porto Velho.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 127 - SAÚDE DA MULHER E DA CRIANÇA
Gerente: MARIA DO SOCORRO SOARES

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Reduzir a mortalidade materna em 30% e a infantil em 15% até o ano de 2013 e reduzir em 30% o indicador de gestação na adolescência.

Público-Alvo: População feminina de Porto Velho, crianças e adolescentes.
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

Justificativa: Atualmente o Município de Porto Velho tem uma razão de mortalidade materna de 54/100.000 nascidos vivos, indicador alto quando comparado a razão de mortalidade de paises desenvolvidos que tem algo em torno de 6 a 20 óbitos maternos a cada 100.000 nascidos vivos. Razões de mortalidade materna elevadas são indicativas de precárias condições socioeconômicas, baixo grau de informação e escolaridade e, sobretudo dificuldades de acesso a serviços de boa qualidade. Portanto é necessário qualificar a atenção pré-natal prestada na atenção básica, bem como capacitar os profissionais de média e alta complexidade para regulação da atenção obstétrica em nosso Município. Com a compra de insumos, estabelecimentos de normas e rotinas, protocolos de atendimento, procura-se estabelecer a normalização do serviço para redução da mortalidade materna em 30% até o ano de 2013. O indicador de mortalidade infantil é significativamente alto, atualmente a razão de mortalidade infantil gira em torno de 16,72/1.000 nascidos vivos o que expressa a necessidade urgente de políticas públicas voltadas para atenção infantil, visando a melhoria de assistência qualificado ao parto e nascimento para redução da mortalidade neonatal, incentivo ao aleitamento materno e acompanhamento do crescimento e desenvolvimento. No que diz respeito ao indicador de gestação na adolescência há a necessidade manutenção de um sistema logístico de insumos para o fornecimento contínuo a população feminina em idade fértil, divulgação das informações em mídia local e massificação das informações nas Unidades de Saúde e lideranças comunitárias para incentivo ao atendimento ao adolescentes antes da iniciação sexual para adesão ao programa de Planejamento Reprodutivo a fim de reduzir em 30% de gestações na adolescência.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Índice de mortalidade materna	Previsto	51,30/100000NV	46,17/100000NV	41,55/100000NV	39,47/100000NV
	Apurado	25,0	76,3/100000NV		
	Relação % Apurado/Previsto				
	Relação % Apurado/Final				

2010:

2011: O Municipio de Porto Velho, nos anos 2010, 2011, pactuou a investigação de óbitos maternos em 100% dos registros no sistema de mortalidade - sim, implementação do comitê de motalidade materna.

02 - Índice de mortalidade infantil	Previsto	16,30/1000	15,89/1000	15,09/1000	14,34/1000
	Apurado	14,59	21,29/1000		
	Relação % Apurado/Previsto				
	Relação % Apurado/Final				

2010:

2011: Investimento na capacitação busca ativa de óbitos e nascidos vivos; investigação de óbitos e análise de banco de dados.

03 - Índice de óbitos por câncer de colo uterino	Previsto	11,1/10000	10,63/10000	10,09/10000	9,59/10000
	Apurado	5,0	10,91/10000		
	Relação % Apurado/Previsto				
	Relação % Apurado/Final				

2010:

2011: Implementação de investigação de óbitos, capacitação dos profissionais, intensificação do rastreamento. Vale ressaltar que estes dados estão sujeitos a revisão.

04 - Taxa de gravidez na adolescência	Previsto	14,85	14,07	12,60	11,97
	Apurado	24,75	16,74		
	Relação % Apurado/Previsto	166,67	118,98		
	Relação % Apurado/Final	206,77	139,85		

2010:

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 127 - SAÚDE DA MULHER E DA CRIANÇA
Gerente: MARIA DO SOCORRO SOARES

2011: Intensificação e monitoramento do cadastro de gestantes.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 40% a 80% do previsto

Houve incremento populacional, melhoria na investigação de obitos infantis, tendo em vista que foi realizado em 2008 e concluido e 2009 a pesquisa Nacional de busca ativa de nascido vivos e óbitos da região nordeste e Amazonia Legal, onde foram detectadas falhas e subnotificação, vale ressaltar que em 2009 taxa de gravidez na adolescencia de 22,68% ocorrendo um decrescimo de 3,73%

2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto

Implementação de investigação de óbitos, capacitação dos profissionais, intensificação e monitoramento do cadastro de gestantes.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito

O aumento de equipes no programa melhora o acesso aos serviços de saude.

2011 Satisfeito

Com a intenção da investigação e realização de capacitação, houveuma melhoria no acolhimento e humanização do pré - natal.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Não há inadequação na concepção do programa

2011

Suficiência das metas físicas das ações

Faz-se necessário o aumento das metas fisicas das ações tendo em vista a necissade de ampliar as ações do programa.

Suficiência das ações

Faz-se necessário ajustes em algumas ações devido a transição populacional na qual o município vem passando.

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Raça

Através de atividades de educação e saude desenvolvidas nas unidades e nas visitas domiciliares realizadas pelos Agentes Comunitarios de Saude - ACS

Pessoa com Deficiência

Através de atividades de educação e saude desenvolvidas nas unidades e nas visitas domiciliares realizadas pelos Agentes Comunitarios de Saude - ACS

Gênero

Através de atividades de educação e saude desenvolvidas nas unidades e nas visitas domiciliares realizadas pelos Agentes Comunitarios de Saude - ACS

Criança e Juventude

Através de atividades de educação e saude desenvolvidas nas unidades e nas visitas domiciliares realizadas pelos Agentes Comunitarios de Saude - ACS

2011

Pessoa com Deficiência

Preenchimento do sisprenatal no tocante a deficiente para obter um indicador fidedigno para um melhor direcionamento das ações

Gênero

Preenchimento do sisprenatal no tocante a genêro para obter um indicador fidedigno para um melhor direcionamento das ações.

Raça

Durante as capacitações são enfatizadas os campos obriatórios de preenchimento do sisprenatal no tocate a raça para obter um indicador fidedigno para um melhor direcionamento das ações.

Criança e Juventude

Preenchimento do sisprenatal no tocante a criança/adolescente para obter um indicador fidedigno para um melhor direcionamento das ações.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial

Há necessidade de equipamentos de informatica para descentralização do Programa SIS Pré natal

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras

Há necessidade de equipamentos de informatica para descentralização do Programa SIS Pré natal

2011

Os recursos materiais são adequados

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 127 - SAÚDE DA MULHER E DA CRIANÇA
Gerente: MARIA DO SOCORRO SOARES

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
Há necessidade de contratação de (01) Técnico porfissional para gerenciamento do programa.

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
Poucos técnicos nas gerências para o desenvolvimento do programa.

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Poucos servidores nas equipes executoras para o desenvolvimento do programa.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Reunião com grupos de interesse
Reuniões com grupo de interesse, semestral.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Melhor implemento nas ações do Programa

2011

Outros: Confência
Conferência Municipal de Saúde.

Ouvidoria
Implantada em julho de 2011 recebendo sugestões, elogios e críticas dos usuários.

Audiência Pública
Sempre que convocada.

Reunião com grupos de interesse
Reuniões desenvolvidas pelas equipes das unidades de saúde.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Mecanismos adotados:
Pesquisa de satisfação dos usuários realizada pela Secretaria em 2010.

2011

SIM

Mecanismos adotados:
A avaliação feita através de ouvidoria, reuniões técnicas, e conferências..

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 413 - Capacitação Profissional de Pessoal do Sistema de Saúde

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Reuniões com Diretores da Unidades de Saude, trimestralmente

Visitas in loco
Visitas mensais para acompanhamento do programa

Sistemas informatizados
Alimentação diárias do Sistema de Informatização SIS Pré-natal Sistema do cancer - SIUS CAN

Relatórios de gestão
Demonstrativo das ações desenvolvidas anualmente pelo programa

2011

Relatórios de gestão
Semestral e anual.

Reuniões de trabalho
Reuniões das equipes das unidades de saúde.

Visitas in loco
Reuniões da equipe técnica da coordenação.

Sistemas informatizados
SIM, SINAN, SISCOLO, SIS PRENATAL

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Melhora nas capacitações, influenciado diretamente nos resultados

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 127 - SAÚDE DA MULHER E DA CRIANÇA
Gerente: MARIA DO SOCORRO SOARES

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Houve um maior comprometimento dos profissionais em participar das oficinas.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de material de expediente e gráfico.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Não utiliza recursos de origem orçamentária
Foram utilizados recursos de outros programas.

2011 Suficientes
Ação também desenvolvida junto ao Programa Saúde da Família.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Os recursos foram remanejados para outro programa para desenvolver em conjunto as ações deste programa.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 127 - SAÚDE DA MULHER E DA CRIANÇA
Gerente: MARIA DO SOCORRO SOARES

AÇÃO: 414 - Assistência a gestante no período pré-natal e a criança no período neonatal, infantil e adolescentes

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Reuniões com Diretores das Unidades de Saude, trimestralmente.

Visitas in loco
Visitas mensais para acompanhamento do programa

Sistemas informatizados
Alimentação diaria do Sistema de informatização SIS Pré natal Sistema do cancer - SIUS CAN

Relatórios de gestão
Demonstrativo das ações desenvidas anualmente pelo programa.

2011

Reuniões de trabalho
Reuniões das equipes das unidades de saúde.

Visitas in loco
Reuniões dos técnicos da coordenação.

Sistemas informatizados
SIM, SINAN, SISCOLO, SISPRENATAL

Relatórios de gestão
Semestral e anual.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
% de gestantes assistidas no pré - natal

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Houve interesse e comprometimento dos profissionais com a populaçãatendida.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de medicamentos e materiais de expediente e materiais permanentes.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Porém se houver ampliação das metas estes recursos serão insuficientes.

2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Houve remanejamento para suporte de outras ações de outros porgramas.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Recursos utilizados no Programas são do Fundo Nacional de Saude.

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade nos trâmites processuais de aquisição de bens e serviços.

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade nos trâmites processuais de aquisição de bens e serviços.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 127 - SAÚDE DA MULHER E DA CRIANÇA
Gerente: MARIA DO SOCORRO SOARES

AÇÃO: 415 - Assistência ao Planejamento Familiar

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Reuniões com Diretores das Unidades de Saude, trimestralmente

Visitas in loco
Visitas mensais para acompanhamento do programa

Sistemas informatizados
Alimentação diaria do Sistema de informatização SIS Pré natal Sistema do cancer - SIUS CAN

Relatórios de gestão
Demonstrativo das ações desenvidas anualmente pelo programa

2011

Relatórios de gestão
Semestral e anual.

Reuniões de trabalho
Reuniões da equipes das unidades de saúde.

Visitas in loco
Reuniões da equipe de técnicos da coordenação.

Sistemas informatizados
SIM, SINAN, SISCOLO,SISPRENATAL

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
% de gestantes assistidas no pré - natal

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Interesse e comprometimento da equipe de gestão e dos profissionais das unidades.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de material de expediente, médico-hospitalar, equipamentos e materiais permanente, material de informatica, e gráfico.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Porém, com a ampliação das metas estes recursos serão insuficientes.

2011 Insuficientes
Morosidade nos trâmites processuais de aquisição de bens e serviços.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Houve abertura de Creditos Adicionais Suplementares.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade nos tramites processuais de aquisição de bens e serviços

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Dificuldades na conclusão de processos de aquisição de bens e serviços.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 127 - SAÚDE DA MULHER E DA CRIANÇA
Gerente: MARIA DO SOCORRO SOARES

AÇÃO: 416 - Atendimento de rotina de prevenção do Câncer Uterino e de mama

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Reuniões com Diretores das Unidades de Saude, trimestralmente.

Visitas in loco
Visitas mensais para acompanhamento do programa

Sistemas informatizados
Alimentação diaria do Sistema de informatização SIS Pré natal Sistema do cancer - SIUS CAN

Relatórios de gestão
Demonstrativo das ações desenvidas anualmente pelo programa

2011

Relatórios de gestão
Semestral e anual.

Reuniões de trabalho
Reuniões da equipes das unidades de saúde.

Visitas in loco
Reuniões da equipes técnicas da coordenação.

Sistemas informatizados
SIM, SINAN, SISCOLO, SISPRENATAL

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Melhora nas capacitações, influenciando diretamente nos resultados.

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Interesse e compromisso dos profissionais e da equipe de gestão para melhorar o indicador.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de materiais de expediente.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Foram suficientes para execução da ação.

2011 Insuficientes
Houve demora na conclusão de processos de aquisição de bens e serviços.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Normalmente, através de liberação de cotas ou créditos orçamentarios.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade nos trâmites processuais na aqusiição de bens e serviços

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Dificuldades na conclusão de processos de aquisição de bens e serviços.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: LAURA ELOÍSA DOS SANTOS RIOS

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Público-Alvo:
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: .

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
-	Previsto				
	Apurado				
	Relação % Apurado/Previsto				
	Relação % Apurado/Final				

2010:

2011:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Atendido todas as ações conforme solicitações de executores e recursos disponíveis

2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
A liberação de recursos para atender as escolas de músicas e bibliotecas.

2011 Muito satisfeito

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Não há inadequação na concepção do programa

2011

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Pessoa com Deficiência
Crianças integradas nas escolas municipais

Criança e Juventude
Nas ações das Escolas de Músicas e Bibliotecas Municipais, são diretamente ligadas a crianças e jovens.

2011

Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Os recursos materiais são adequados

2011

Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Os recursos humanos são adequados

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: LAURA ELOÍSA DOS SANTOS RIOS

2011

Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Audiência Pública
Audiênca Pública realizada com pais de alunos e a sociedade.

Reunião com grupos de interesse
Reunião com os pais de alunos das escolas.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Implementação dos horários e aplicação das aulas; apresentações culturais dos alunos.

2011

Não possui mecanismos.
Dificuldades para a implementação de mecanismos: Não aplicável.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
A elaboração de um sistema integrado para avaliações mensais com dados concreto de execução.

2011

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Não aplicável.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 001 - Administração da Unidade

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Reuniões com as equipes de trabalho executoras.

Sistemas informatizados
Uso do sistema CP CETIL, para conferência dos recursos gastos.

Relatórios de gestão
Relatórios trimetrais de execução.

2011

Relatórios de gestão
Elaboração de Relatório das ações realizadas nas divisões.

Reuniões de trabalho
Reunião para elaboração das ações das divisões.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Atendido toda sede, com suprimentos, equipamentos, manutenções do prédio e frota de veículos, passagens aéreas, diárias, mobília para sede, locação de auditórios, pagamentos de contas publicas.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: LAURA ELOÍSA DOS SANTOS RIOS

Aquisição de material de expediente para atender a Sede.
Serviço de manutenção preventiva e corretiva dos veiculos da SEMED.
Aquisição de combustivel e derivado de petroleo no periodo de janeiro a setembro.
Aquisição de tambores para auxiliar em viagem para a zona rural.
Contratação de empresa especializada em fornecimento de peças dos motores a diesel e gasolina.
Contratação de empresa especializada na gravação de carimbos com fornecimento de copias de chaves para atender os departamentos e unidades de ensino da rede.
Aquisição de material pedagógico com objetivo de prestar suporte as ações da SEMED.
Contratação de empresa especializada para realizar os serviços de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças de ar condicionado.
Aquisição de protetores de capa de processo para atender a SEMED.
Aquisição de placas de obras para identificação.
Aquisição de combustivel e derivado de petroleo para atender as necessidade da SEMED.
Aquisição de Kit de placa oficial para atender as frotas de veículos da SEMED
Aquisição de aparelhos telefonicos para atender os departamentos e divisões da SEMED.
Aquisição de macacos, chave de roda, triangulo e cabo guia de retirada do estepe de Pick Up p/ a frota de veiculos da SEMED.
Aquisição de material de expediente para atender gabinete, departamento e divisões da SEMED.
Despesa com suprimento de fundo para atender o Centro de Formação.
Aquisição de vidros para manutenção das instalação fisicas das escolas da rede.
Material de limpeza para atender ações diárias da SEMED.
Revisão de veiculos da SEMED. Processo nº 09.01412-00/2008.
Contratação de empresa para realizar os serviços de revisão nos veiculos. Processo nº 09.01080-00/2011
Despesa com aquisição de material de consumo para instalação de equipamento de som e iluminação do Centro de Formação.
Aquisição de material de limpeza para atender a Sede.
Aquisição de materiais (vassouras, sacos e outros) para divisões e departamento de engenharia.
Aquisição de equipamento tipo (microfones, maquina fotografica e outros).
Aquisição de material de consumo como prego, fechadura, manta asfaltica e outros).
Aquisição de material de tipo (areia , brita, cascalho e outros) para atender o departamento de engenharia via divisões das escolas.
Aquisição de material basico de construção e limpeza pública, para atender o departamento de engenharia e manutenção nas escolas.
Aquisição de equipamento de consumo individual (luva, mascara, avental e outros, para atender o departamento de engenharia na manutenção e conservação nas escolas.
Aquisição de material de limpeza p/ atender as ações do Centro de Formação, Biblioteca e Escola de Música.
Aquisição de material de consumo (recepção de sinal de TV e fechadura eletrica) para atender as necessidades da SEMED.
Aquisição de colchões de espuma para atender aos alojamentos dos nucleos e professores que leciona nas escolas do NESC, NEC, NEPA e NEPV.
Aquisição de material de expediente (almofada de carimbo, apagador e outros).
Aquisição de insulfilmes para atenderos veiculos da SEMED.
Aquisição de material eletrico para atender os serviços de reparos nas escolas da rede municipal.
Despesa com aquisição de capa de chuvas para facilitar o acesso dos alunos das escolas riberinhas.
Publicidade (repasse dos meses de janeiro a dezembro de 2011).
Serviços de manutenção de caixas amplificadas, microfone com fio e sem fio, para execução do Projeto Educomunicação-Rádio.
Compra de terreno da escola de musica da zona sul, para atender a SEMED.
Vale transporte dos servidores atuando nas unidade supervisionadas da SEMED.
Contratação de empresa de engenharia civil para prestação de serviços (reforma na Escola Meu Pequeno Jones).

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Não utiliza recursos de origem orçamentária
Atendido, visto que foram alocados recursos para atender a sede e unidades.

2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Os recursos foram atendidos conforme as necessidades, havendo suplementações para atender os recursos

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
A morosidade nos processos licitatórios dificultou a finalização das ações.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: LAURA ELOÍSA DOS SANTOS RIOS

AÇÃO: 042 - Auxílio Alimentação ao Servidor

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Sistemas informatizados
Relatórios de controle do GP.

Relatórios de gestão
Relatório das folhas de pagamentos.

2011

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Atendido todos os servidores áptos a receberem o auxílio, incluindo as novas contratações.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Auxílio alimentação a servidor.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Atendido todos os servidores, incluindo as novas contratações.

2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Os recursos foram liberados ao longo do exercício atendendo as novas contratações; sofreram também suplementação.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Não é utilizado recursos não orçamentários.

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: LAURA ELOÍSA DOS SANTOS RIOS

AÇÃO: 044 - Auxílio-Transporte a Servidores e Empregados

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Sistemas informatizados
Sistema GP

Relatórios de gestão
Relatório da Folha de Pagamento

2011

Sistemas informatizados
Toda a informação é monitorada através do sistema de Gestão de Pessoal.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Atendido os servidores previstos, Além dos novos contratados durante exercício

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Auxílio transporte a servidores e empregados

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Suplementados recursos para cobrir despesas com auxilio transporte.

2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
atendido a demanda de servidores da sede

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: LAURA ELOÍSA DOS SANTOS RIOS

AÇÃO: 261 - Remuneração e Encargos Sociais de Pessoal Ocupado em Atividades de Apoio de Técnico-Administrativo

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Sistemas informatizados
Sistema GP

Relatórios de gestão
Relatórios de Folha de Pagamento

2011

Sistemas informatizados
Toda a informação é monitorada através do sistema de Gestão de Pessoal.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Atendido as pessoas aptas para receber as remuneração

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Considerando o grande crescimento da rede.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Servidores remunerados

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Atendidos todos os servidores

2011 Suficientes
Foi suficiente

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
atendido conforme necessidades

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: LAURA ELOÍSA DOS SANTOS RIOS

AÇÃO: 264 - Construção, Expansão e Reforma de Unidades Administrativas

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
reunião com grupos de interesse

Sistemas informatizados
relatórios do CP.

Relatórios de gestão
através de relatórios trimestrias

2011

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
meta atingida

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Os recursos que foram sendo disponibilizados durante o ano, foram acima do esperado, podendo ser atingido um percentual maior de atendimento.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011
Escola Manoel Pedro Pereira - Reforma e Ampliação
Escola Areal da Floresta (N. República) - Construção
Anexo da Escola Pe. Geovani - Reforma
Escola Tarumã - Reforma
Escola Som da Craviola - Reforma
Escola Rio Pardo - Reforma
Escola Francisco Braga - Reforma e Ampliação
Escola Alegria - Reforma e Ampliação
Escola Elenilson Negreiros - 10 salas - Ampliação
Alojamento de São Carlos - Reforma/Ampliação
Escola Cora Coralina - Reforma
Escola Nova República - Construção de Muro
Escola João Afro Vieira - Construção de Muro
Escola Raimundo Agostinho - Reforma
Escola Joaquim Vicente Rondon - Ampliação do Beiral da Cobertura
Escola Rio Verde - Construção
Escola Profª Maria Angélica/Aliança - Construção
Escola Maria Casaroto Abati - Sala de Recurso
Escola Wadhi Darwich - Sala de Recurso

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
atendidas todas as necessidades

2011 Suficientes
Os recursos foram suficientes para a execução das ações, atingindo meta acima do esperado.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
atendido conforme necessidades.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Os recursos foram liberados dentro dos prazos e necessidades da administração.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
O procedimento licitatório ainda ocorre com demora, atrasando os prazos de execução.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: LAURA ELOÍSA DOS SANTOS RIOS

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

AÇÃO: 372 - Modernização dos serviços de informatização da unidade

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Outros: equipamentos tombados e rede logica

Os novos equipamentos instalados e mantidos nas divisões e unidade administrativas, além da manutenção da rede lógica

2011

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Atendidas todas as divisões e unidades administrativas

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Os recursos atingiram o objetivo, atingindo a meta prevista.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de peças e computadores, para atender a sede da SEMED e suas unidades administrativas, bem como a aquisição de suprimentos de informática: cartuchos e toner.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

Atendidas todas as necessidades

2011 Suficientes

Os recursos foram suficientes para a execução da ação.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Atendido conforme necessidade.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: LAURA ELOÍSA DOS SANTOS RIOS

AÇÃO: 373 - Manutenção da biblioteca municipal

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Relatórios de gestão

2011

Visitas in loco

Acompanhamento através da fiscalização do gestor

Relatórios de gestão

Relatório mensal das atividades

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Construção da Biblioteca Pública na Zona Leste.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
2011 Suficientes

Em consequencia da morosidade processual não foi possivel a realização da ação em tempo hábil.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Morosidade de tramitação processual

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: LAURA ELOÍSA DOS SANTOS RIOS

AÇÃO: 374 - Manutenção da escola de música

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Relatórios de gestão

2011

Relatórios de gestão

Através de abertura de processos para auxiliar na administração da unidade

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Meta Realizada

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Contrução da Escola de Música da Zona Sul.
Execução de serviços de entrada de energia direta da Escola de Musica Jorge Andrade.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes
2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: LAURA ELOÍSA DOS SANTOS RIOS

AÇÃO: 375 - Contratação de estagiários para atender os programas da SEMED

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Relatórios de gestão

2011

Contratação de Empresa Especializada em Contratação de Estagiários que cursam nivel superior em aéreas de licenciatura e bacharelado, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação - SEMED

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

Devido a grande necessidade apresentada pelos programas da SEMED, houve solicitação de aditivar o processo. Tal Solicitação foi autorizada pela PGM.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Contratação de Estagiários para atender os Programas da SEMED.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes
2011 Suficientes

Os recursos foram suficientes para execução da ação.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 020 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
Gerente: MARIA VANILCE DIAS PINHEIRO DOS SANTOS

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Proporcionar a elevação do grau de escolaridade visando a conclusão do ensino fundamental; integrada a qualificação profissional voltada a estimular a inserção produtiva cidadã, o desenvolvimento de ações comunitárias com práticas de ações solidárias.

Público-Alvo: População de Jovens a partir dos 15 anos, adultos e idosos.
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: A rede municipal de ensino atendeu cerca de 5.282 alunos (2008), evadiram-se 42%. As causas da evasão escolar na EJA são as mais variadas possiveis, mas uma das que mais está em evidência é a busca dos alunos matriculados pelo ingresso no mercado de trabalho. Nesse sentido, com a qualificação profissional no programa curricular da EJA espera-se que reflita na permanência dos alunos reduzindo assim o atual indice de evasão.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de evasão	Previsto	6	6	6	6
	Apurado	44	36		
	Relação % Apurado/Previsto	733,33	600,00		
	Relação % Apurado/Final	733,33	600,00		

2010: A ampliação da evasão deveu-se a maior oferta de trabalho nas Usinas.

2011: Os alunos da EJA apresentam especificidades que dificultam a permanência destes na escola.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 40% a 80% do previsto
Constata-se um alto índice de evasão, isso se explica pelo atendimento de um público diferenciado que apresenta vários fatores que os impedem de permanecer na escola.

2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto
O número de alunos atendidos semestralmente corresponde ao número de vagas ofertadas.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
Os alunos são acompanhados semanalmente pela equipe técnica, com isso se sentem motivados a participarem mais ativamente do processo de ensino-aprendizagem.

2011 Satisfeito
Considerando a disponibilização de recursos físicos, humanos e materiais.

2.4 Outras Considerações

A heterogeneidade do público da Educação de Jovens e Adultos faz com que a permanência destes no espaço da Escola seja por um curto período de tempo, considerando a formação precoce da família acarretando aumento de responsabilidades com filhos, marido, esposa, incompatibilidade de horários da Escola e do trabalho dos alunos também é outro fator que provoca a evasão dos alunos da EJA.

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Não há inadequação na concepção do programa

2011

Suficiência das ações
O atendimento do público da EJA requer ações mais efetivas e urgentes, visto que o mercado de trabalho exige cada vez mais profissionais qualificados.

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Raça
Existem Projetos desenvolvidos na escola e acompanhados pela equipe técnica da EJA para melhorar a convivência e valorização da cultura.

Pessoa com Deficiência
Projetos que trabalham a convivência harmoniosa no âmbito escolar.

Gênero
São desenvolvidos Projetos que incentivam a convivência harmanoniosa na Escola.

Criança e Juventude
Programas e Projetos são desenvolvidos na Escola para acompanhamento e conscientização da comunidade escolar.

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 020 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
Gerente: MARIA VANILCE DIAS PINHEIRO DOS SANTOS

2011

Criança e Juventude
As especificidades do público da EJA exigem material didático adequado, metodologias diferenciadas voltadas para a andragogia.

Pessoa com Deficiência
O livro didático da EJA contempla estes temas transversais e a equipe pedagógica os desenvolve através de atividades temáticas

Gênero
O livro didático da EJA contempla estes temas transversais e a equipe pedagógica os desenvolve através de atividades temáticas

Raça
O livro didático da EJA contempla estes temas transversais e a equipe pedagógica os desenvolve através de atividades temáticas.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010
Os recursos materiais são adequados
2011
Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010
Os recursos humanos são adequados
2011
Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Reunião com grupos de interesse
A socialização dos Projetos são constantes no ambiente escolar.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Maior conscientização da comunidade escolar sobre as temáticas que envolvem os vários tipos de preconceitos.

2011

Reunião com grupos de interesse
Através dos seminários, fóruns, encontro mensais com os coordenadores pedagógicos, palestras foi possível a socialização de experiências.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Mecanismos adotados:
Assessoramento pedagógico estabelecendo diálogo com coordenadores pedagógicos, gestores e alunos; promoção de encontros mensais com gestores e coordenadores pedagógicos; formação inicial e continuada para os educadores da Rede Municipal de Ensino. A avaliação é contínua, pois ao acompanhar as ações já é possível repensar a prática.

2011

SIM

Mecanismos adotados:
Através dos assessoramentos pedagógicos semanais foi possível acompanhar a execução das ações e os resultados obtidos.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 012 - Apoio às Ações de Programas de Inclusão de Jovens e Adultos

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Reuniões semanais com a equipe pedagógica da EJA, encontros mensais com gestores e coordenadores do EJA, formação inicial e continuada com os profissionais da educação.

Visitas in loco
Assessoramento pedagógico semanal para acompanhamento pedagógico e que muitas vezes acaba sendo administrativo.

Relatórios de gestão
Para melhor organização e planejamento faz-se necessário o registro de todas as ações através de Relatório de cada acompanhamento.

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 020 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
Gerente: MARIA VANILCE DIAS PINHEIRO DOS SANTOS

2011

Reuniões de trabalho
Realização de encontro mensal com os coordenadores pedagógicos para discussão e reflexão sobre as ações desenvolvidas

Visitas in loco
Assessoramento pedagógico semanal nas escolas urbanas e rurais.

Relatórios de gestão
Relatórios semanais baseados no acompanhamento das ações executadas.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
Meta realizada abaixo do previsto.

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Considerando a grande procura por vagas, em razão do alto fluxo de pessoas oriundas de outros Estados para trabalhar na construção das usinas hidrelétricas.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Reforma geral das escolas EMEF Joaquim Vicente Rondon (zona urbana) e EMEF Prof. Maria Jacira Feitosa de Carvalho (zona rural).

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Os recursos foram utilizados para realizar as ações com exceção de alguns que sofreram redução de crédito.

2011 Suficientes
As ações foram executadas de forma satisfatória.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
A lentidão da tramitação de alguns processos provocou transtornos para execução de algumas ações.

2011 O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada
Algumas ações sofreram modificações devido a liberação do recurso posterior à data de programação das atividades.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 020 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
Gerente: MARIA VANILCE DIAS PINHEIRO DOS SANTOS

AÇÃO: 020 - Aquisição de Material Didático para Distribuição a Alunos

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Visitas in loco
Acompanhamento das demandas e distribuição do material na Escola.

Relatórios de gestão
É necessário registrar tudo que afeta a realização das ações.

2011

Reuniões de trabalho
Realização de encontro com os coordenadores pedagógicos mensais para discussão e reflexão das ações desenvolvidas no âmbito escolar.

Visitas in loco
Acompanhamento semanal através dos assessoramentos pedagógicos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Atendemos conforme a matrícula inical do primeiro e segundo semestre de 2010.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Considerando a matrícula inicial dos alunos.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de kits de material didático e pedagógico para os alunos da EJA das escolas urbanas e rurais.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Para atendimento da demanda aguardamos a entrega dos livros didáticos.

2011 Insuficientes
A liberação dos materiais didáticos e pedagógicos ocorreu fora do prazo que estava programado, ou seja após o calendário escolar.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada
Os processos são liberados geralmente quando o Programa já está em andamento.

2011 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
A liberação dos materiais didáticos e pedagógicos ocorreu fora do prazo que estava programado, ou seja após o calendário escolar.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Atraso na liberação de recursos
O Programa sofre descontinuidade quando há atraso na liberação de recursos.

2011

A liberação dos materiais didáticos e pedagógicos ocorreu fora do prazo que estava programado, ou seja após o calendário escolar.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 020 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
Gerente: MARIA VANILCE DIAS PINHEIRO DOS SANTOS

AÇÃO: 021 - Aquisição de Material Didático para Professor

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Encontros pedagógicos com os gestores, educadores e coordenadores da EJA.

Visitas in loco
Acompanhamento pedagógico com a equipe de educadores.

Relatórios de gestão
Registro dos acompanhamentos para posterior avaliação.

2011

Reuniões de trabalho
Realização de encontros mensais com os coordenadores pedagógicos para discussão e reflexão das ações.

Visitas in loco
Assessoramento pedagógico semanal nas escolas urbanas rurais.

Relatórios de gestão
Através de relatórios semanais é possível acompanhar o resultado das ações.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Por motivo de redução orçamentária não foi possível realizar a ação.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição dos kits contendo caderno de planejamento, pincel para quadro branco, dicionário, caneta esferográfica, régua.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes
Por motivo de redução orçamentária não foi possível realizar a ação.

2011 Insuficientes
A liberação do material ocorreu após o calendário escolar.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
Não houve realização da ação em virtude de redução orçamentária.

2011 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
A liberação do material ocorreu após o calendário escolar.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Redução de crédito que inviabiliza a realização da ação.

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
As ações sofreram descontinuidade devido a lentidão da tramitação dos processos e posterior redução de crédito.

2011

A liberação do material ocorreu após o calendário escolar.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 020 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
Gerente: MARIA VANILCE DIAS PINHEIRO DOS SANTOS

AÇÃO: 044 - Auxílio-Transporte a Servidores e Empregados

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2011

Reuniões de trabalho
Através de fóruns, seminários, conferências, encontro com coordenadores pedagógicos.

Visitas in loco
Através dos assessoramentos pedagógicos semanais é possível acompanhar o desenvolvimento das ações.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Auxílio transporte a servidores e empregados.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 020 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
Gerente: MARIA VANILCE DIAS PINHEIRO DOS SANTOS

AÇÃO: 222 - Remuneração e Encargos Sociais de Profissionais do Magistério da Educação Básica em Efetivo Exercício na Rede Pública

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Sistemas informatizados
Através do controle de folha de ponto dos profissionais da educação.

2011

Sistemas informatizados
Sistema de Gestão de Pessoal.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Remuneração de pessoal ativo e encargos sociais.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Até o mês de dezembro foram cumpridas as metas.

2011 Suficientes
Os recursos liquidados adenderam a demanda.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
As metas foram cumpridas no tempo previsto.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 020 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
Gerente: MARIA VANILCE DIAS PINHEIRO DOS SANTOS

AÇÃO: 231 - Transferências de Recursos Destinados às Escolas - Proafem

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Sistemas informatizados

As escolas comprovam a utilização dos recursos prestando contas ao setor responsável.

Relatórios de gestão

Encaminhamento de relatórios de prestação de contas do recurso utilizado.

2011

Não possui mecanismos.

Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: As informações são captadas através da prestação de contas dos recursos recebidos através do programa PROAFEM.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

O recurso é destinado às Escolas para garantir o acesso e a permanência dos alunos da EJA.

2011 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

O repasse dos recursos são de acordo com o número de matrículas na EJA.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Repasse de recursos financeiros às escolas:

1 E.M.E.F. 12 de Outubro
2 E.M. E .F Antônio Ferreira da Silva
3 E.M.E.F. Bom Princípio
4 E.M.E.F. Chapeuzinho Vermelho
5 I.M.E.F Eng. Francisco Erse
6 E.M.E.F. Wadih Darwich Zacarias
7 E.M.E.F. Prof. Estela de Araújo Compasso
8 E.M.E.F. Francisco Chiquilito Erse
9 E.M.E.F. Henrique Dias
10 E.M.E.I.E.F Flor do Piquiá
11 E.M. E.F Joaquim Vicente Rondon
12 E.M.E.F. Manoel Aparício
13 E. M.E.F. Maria Isaura da Costa Cruz
14 E.M. E .F Nacional
15 E.M. E .F Padre Chiquinho
16 E.M.E.F. Pingo de Gente
17 E.M.E.F. Prof. Antônio Augusto Rabelo Chagas
18 E.M. E .F Pedro Tavares Batalha
19 E.M.E.F. Rio Guaporé
20 E.M.E.F. Rio Madeira
21 E.M.E.F. São Miguel
22 E.M. E.F. São Pedro
23 E.M.E.F Senador Darcy Ribeiro
24 E.M. E .F Senador Olavo Gomes Pires
25 E.M.E.F. Ulisses Soares Ferreira
26 E.M.E.F. 03 de Dezembro
27 E.M.E.F. Cora Coralina
28 E.M.E.F. João Afro Vieira
29 E.M.E.I.E.F. Gov. Joaquim Vicente Rondon
30 E.M.E.F. Nossa Senhora Aparecida
31 E.M.E.F. 13 de Maio
32 E.M.E.F. Barão do Rio Branco
33 E.M.E.F. José Augusto da Silva
34 E.M.E.I.E.F Maria Casaroto Abati
35 Escola Maria de Lourdes
36 E.M.E.F. Maria Jacira de Carvalho

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

Os recursos foram suficientes para a realização das ações.

2011 Suficientes

Os recursos foram disponibilizados de acordo com a necessidade e número de alunos matriculados.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Os recursos são disponibilizados no decorrer do período letivo para a realização das ações.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

O PROAFEM, possui um cronograma de desembolso anual, e os recursos foram liberados de acordo com o programado.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 020 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
Gerente: MARIA VANILCE DIAS PINHEIRO DOS SANTOS

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Atraso na prestação de contas dos beneficiários

As vezes a liberação dos recursos de algumas escolas sofrem descontinuidade em virtude de atraso na prestação de contas.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 021 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL
Gerente: ÂNGELA MARIA AGUIAR DA SILVA

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Proporcionar condições de acesso e permanência aos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino, por meio de um processo educacional definido por uma proposta pedagógica, que assegure recursos e serviços educacionais.

Público-Alvo: Alunos com Necessidades Educativas Especiais matriculados na rede municipal de ensino.

Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

Justificativa: Base legal: Constituição Federal, artigo 208, Lei de Diretrizes e Bases da Educação-9394/96, Lei Orgânica do Município, Artigo 194 e a Resolução 020 do CME 2007. Acompanhando o processo de mudança, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial, Resolução CME/CEB e recentemente a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a execução do programa pretende proporcionar acesso e permanência aos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, cumprindo o que preconiza os marcos legais da Educação Especial..

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de alunos com necessidades especiais atendidos na rede municipal de ensino	Previsto	83	88	94	100
	Apurado	61,31	53,84		
	Relação % Apurado/Previsto	73,87	61,18		
	Relação % Apurado/Final	61,31	53,84		

2010: Ocorreu diminuição do índice, devido a ampliação do atendimento dos alunos em 2009 às redes estadual, municipal e privada. Atendidos 928 alunos em 2009 e em 2010 atendeu 1.308. A rede municipal ampliou de 374 em 2009 para 506 em 2010.

2011: Do total de alunos matriculados no Município de Porto Velho (rede estadual, municipal e particular) 53,84% são da rede municipal.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Meta alcançada dentro do que foi previsto.

2011 Alcance entre 40% a 80% do previsto
Ainda existem pais que não procuram as escolas para matricular os filhos, achando que eles não podem estudar de forma regular.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
Através do acesso e permanência dos alunos, público alvo da educação especial nas escolas da rede municipal.

2011 Satisfeito
A Secretaria além de atender os alunos em classes regulares, realiza o atendimento especializado no contra turno, levando em consideração a deficiência apresentada.

2.4 Outras Considerações

Há necessidade de incentivar os pais para a realização da matrícula dos filhos nas escolas.

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Definição do objetivo do programa em relação ao problema
Proporcionar condições de acesso e permanência dos alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, público alvo da educação especial, incluídos na rede regular de ensino por meio de um processo educacional, definido por uma proposta pedagógica, que assegure recursos e serviços educacionais.

Caracterização do público-alvo
Alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, público alvo da Educação Especial.

2011

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Raça
Executando projetos que promovam a educação de cidadãos atuantes em uma sociedade multicultural e pluriética, buscando relações étnicos-sociais positivas, imprescindíveis em uma sociedade democrática, garantindo a permanência de alunos sem distinção social, cultural e étnica, desenvolvendo diversas atividades dentre elas: Capoeira, judô, teatro, filmes, leitura, produção teatral, música, danças e palestras.

Pessoa com Deficiência
Desenvolve ações e executa projetos que promovam a construção de um sistema educacional inclusivo, ofertando aos alunos, as munícipes com deficiências, transtornos invasivos do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, material didático/pedagógico e equipamentos específicos, bem como, capacitação aos educadores para atuarem nas salas comuns e em salas de recursos multifuncionais. Visando garantir o acesso e permanência dos educandos, o público alvo da educação especial.

Gênero

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 021 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL
Gerente: ÂNGELA MARIA AGUIAR DA SILVA

Executando projetos visando implementar um sistema educacional inclusivo tornando a escola um espaço democrático e garantindo a permanência de todos os alunos, sem distinção de gênero e/ou características pessoais, desenvolvendo diversas atividades, dentre elas: teatro, filmes, leituras, produção teatral, música, danças e palestras.

Criança e Juventude

Esse público alvo que apresenta deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação quando educando munícipe, são desenvolvidos ações de atendimento pedagógico, encaminhamento aos especialistas (neurologista, oftalmologista, fonoaudiólogo, otorrinolaringologista, natação adaptada e atendimento em salas de recursos multifuncionais).

2011

Pessoa com Deficiência

Por ser parte integrante do programa, o assunto é parte central do processo.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Os recursos materiais são adequados

2011

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial

Há necessidade de uma melhor estrutura de atendimento.

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras

Existe a necessidade de melhorar e implementar com materiais específicos as equipes executoras.

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras

Existe ainda a necessidade de melhoria da infraestrutura das equipes nas escolas.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Os recursos humanos são adequados

2011

Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial

Existe a necessidade de investir na qualificação, fortalecendo assim a implementação do programa.

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras

Há necessidade de ampliar o numero de profissionais nas escolas.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras

Existe ainda a necessidade de formação dos profissionais das escolas, pois muitos ainda não possuem, além de professores deve ser capacitados o pessoal de apoio, administrativo e gestor das escolas.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Reunião com grupos de interesse

Objetivando garantir os direitos e deveres dos educandos, o público alvo da educação especial, formam-se grupos envolvendo a comunidade docente e discente entre outros setores da sociedade.

Discussão em Conselho Setorial

Participação em reuniões, fóruns, encontros, seminários, objetivando o acompanhamento, planejamento, e avaliação da execução das políticas públicas de infraestrutura nas áreas setoriais de educação, saúde, trabalho, assistência social, transporte, cultura, turismo, desporto, lazer e outras políticas públicas relativas as pessoas com deficiências.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

Garantir o acesso e a permanência dos educando (as) com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (Público Alvo da Educação Especial) nas escolas da rede municipais do ensino, entre outros direitos garantidos em leis.

2011

Reunião com grupos de interesse

Ocorre reuniões com equipes de interesse, principalmente com instituições formadoras e especializadas no atendimento ao portador de necessidades.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Mecanismos adotados:

Os Mecanismos utilizados são relatórios trimestrais de Metas Físicas, Relatório Circunstanciado das Ações realizadas e reuniões semanais. O resultado da avaliação dos relatórios trimestrais de Metas Físicas, Relatório Circunstanciado das reuniões semanais com os atores envolvidos no processo tem como objetivo melhoria e aperfeiçoamento do Programa, no sentido de priorizar materiais pedagógicos e equipamentos específicos e necessários para o atendimento aos alunos, público alvo da educação especial, formações continuadas junto aos profissionais responsáveis no processo de inclusão, alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades, superdotação (público alvo da educação especial).

2011

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

Inexiste instrumental para a avaliação. A forma de superação seria uma busca conjunta com os envolvidos no atendimento para criação deste instrumental.

4.5 Ações do Programa

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 021 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL
Gerente: ÂNGELA MARIA AGUIAR DA SILVA

AÇÃO: 128 - Implementação de Salas de Recursos

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Reuniões realizadas semestralmente com professores e equipe técnica pedagógica das escolas que possuem salas de recursos multifuncionais.

Visitas in loco
Visitas realizadas quinzenalmente nas escolas que possuem salas de recursos multifuncionais, objetivando orientar e assessorar pedagogicamente os profissionais da educação responsáveis pelo atendimento aos alunos, público alvo da educação especial.

Sistemas informatizados
Manter através de troca de e-mails, às escolas que possuem salas de recursos multifuncionais, informadas de leis, entre outros documentos norteadores das políticas públicas na perspectiva da educação inclusiva. Bem como, relatório de avaliação do PPA.

Relatórios de gestão
Elaboração de relatórios trimestrais de metas físicas e relatório anual circunstanciado.

2011

Reuniões de trabalho
Realização de reuniões semestralmente com Professores e Equipe Técnica Pedagógica das escolas que possuem Salas de Recursos

Relatórios de gestão
Elaboração de Relatório Circunstanciado anualmente.

Visitas in loco
Realização de visitas às escolas, semestralmente que possuem Salas de Recursos Multifuncionais, objetivando orientar e assessorar pedagogicamente os profissionais da educação responsáveis pelo atendimento aos alunos/as público alvo da educação especial.

Sistemas informatizados
Manter as escolas que possuem Salas de Recursos Multifuncionai informadas sobre as Legislações vigentes entre outros documentos norteadores das Politicas Públicas na Perspectiva da Educação Inclusiva, através de troca de e-mails.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Meta alcançada dentro da previsão.

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Recurso financeiro suficiente para atender as escolas além do previsto.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição e distribuição dos seguintes equipamentos: EMEF ANTONIO FERREIRA: 01 Armário de Aço e 02 Estantes de Aço; EMEF SÂO PEDRO: 01 Armário de Aço e 02 Estantes de Aço; EMEF Maria Isaura da Costa Cruz: 01 Armário de Aço e 02 Estantes de Aço; EMEF Antônio Augusto Rebelo das Chagas: 01 Armário de Aço e 02 Estantes de Aço; EMEF Padre Chiquinho: 01 Armário de Aço e 02 Estantes de Aço; EMEF Manoel Aparicio: 01 Armário de Aço, 02 Estantes de Aço e 01 Expositor p/ Livros; EMEF Joaquim Vicente Rondon(Urbana): 01 Armário de Aço, 02 Estantes de Aço e 01 Expositor p/ Livros; EMEIF Pequenos Talentos: 01 Armário de Aço e 02 Estantes de Aço; EMEF Saul Bennesby: 01 Armário de Aço e 02 Estantes de Aço; EMEF Darcy Ribeiro: 01 Armário de Aço, 02 Estantes de Aço e 01 Expositor p/ Livros; EMEF João Ribeiro Soares: 01 Armário de Aço, 02 Estantes de Aço e 01 Expositor de Livros; EMEF Pedro Tavares Batalha: 01 Armário de Aço, 02 Estantes de Aço e 01 Expositor p/ Livros; EMEF Francisco Erse: 01 Armário de Aço, 02 Estantes de Aço e 01 Expositor p/ Livros; EMEIF Guadalupe: 01 Armário de Aço e 02 Estantes de Aço; EMEF Flor do Piquiá: 01 Armário de Aço e 02 Estantes de Aço; EMEF Rio Madeira: 01 Armário de Aço e 02 Estantes de Aço; EMEF 12 de Outubro: 01 Armário de Aço, 02 Estantes de Aço e 01 Expositor p/ Livros;EMEF Bom Princípio:01 Armário de Aço, 02 Estantes de Aço ; EMEF Estela de Araújo Compasso: 01 Armário de Aço, 02 Estantes de Aço , 01 Expositor para livros; EMEIEF Auta de Souza:01 Armário de Aço, 02 Estantes de Aço ;EMEF Elenilson Negreiros:01 Armário de Aço, 02 Estantes de Aço ; EMEF Pingo de Gente:01 Armário de Aço, 02 Estantes de Aço ; EMEF Wadih Darwich Zacarias:01 Armário de Aço, 02 Estantes de Aço ; EMEF Cora Coralina:01 Armário de Aço, 02 Estantes de Aço: EMEF Joaquim Vicente Rondon(Campo): 01 Armário de Aço, 02 Estantes de Aço , EMEF Nossa Senhora de Nazaré: 01 Armário de Aço, 02 Estantes de Aço; EMEF Antônio Augusto Vasconcelos: 01 Armário de Aço, 02 Estantes de Aço; EMEF João Afro: 01 Armário de Aço, 02 Estantes de Aço; EMEF Ermelindo Monteiro Brasil: 01 Armário de Aço, 02 Estantes de Aço; EMEF Francisco José Chiquilito Erse: 01 Armário de Aço, 02 Estantes de Aço; EMEF Deigmar Moraes de Souza: 01 Armário de Aço, 02 Estantes de Aço, EMEF 04 de Agosto:01 Armário de Aço, 02 Estantes de Aço; EMEF Henrique Dias: 01 Armário de Aço, 02 Estantes de Aço; EMEF Dra. Ana Adelaide Granjeiro:01 Armário de Aço, 02 Estantes de Aço; EMEF Maria Casaroto Abati: 01 Armário de Aço, 02 Estantes de Aço; EMEF Maria Jacira Feitosa de Carvalho: 01 Armário de Aço, 02 Estantes de Aço; EMEF 13 de Maio: 01 Armário de Aço, 02 Estantes de Aço.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

2011 Insuficientes
Os recursos foram remanejados.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Os recursos foram liberados de acordo com a programação orçamentária.

2011 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Os recursos foram remanejados.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 021 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL
Gerente: ÂNGELA MARIA AGUIAR DA SILVA

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Realocação do crédito setorial de um programa para outro

Os recursos foram remanejados.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 021 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL
Gerente: ÂNGELA MARIA AGUIAR DA SILVA

AÇÃO: 340 - Construção e Reforma de Salas de Recursos Multifuncionais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Reunião realizada semanalmente com os técnicos, engenheiros da SEMED e diretores das escolas para realização dos serviços a serem prestados.

Visitas in loco
Visita para reconhecimento do espaço físico disponível para verificar a infraestrutura para construção de sala.Construção da sala de recurso multifuncional de acordo com as leis da ABNT e os registros do CREA e da Prefeitura.Recebimento da obra pela equipe responsável de acordo com o projeto executado.

Sistemas informatizados
Informações de leis entre outros registros.

Relatórios de gestão
Elaboração de relatórios trimestrais de metas físicas e relatório anual circunstanciado.

2011

Reuniões de trabalho
Realização de reunião com os Técnicos, Engenheiros do DEN/SEMED e Diretores das escolas p/ execução dos serviços a serem prestados semanalmente.

Visitas in loco
Realização de visitas p/ o reconhecimento do espaço físico disponivel p/ verificação da infraestrutura visando a construção das salas.

Relatórios de gestão
Elaboração de Relatório Anual Circunstanciado.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
Orçamento insuficiente para cumprir a meta prevista.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Construção de 02 (duas) Salas de Recursos Multifuncionais, sendo contempladas as Escolas:
EMEF Wadih Darwich Zacarias, situada na Zona Urbana do Municipio de Porto Velho, na Rua Cidade, Nº 2118-Conj. Jamari-Bairro Três Marias;
EMEF Maria Casaroto Abati, situada na localidade de Vista Alegre, à Rua Antônio Olimpio de Lima, Nº 3238.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes
Obra não concluída.

2011 Insuficientes
Sem execução orçamentária. Recursos remanejados.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Ainda tem resíduo devido a não conclusão da obra.

2011 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
Não houve execução orçamentária nesta ação.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 021 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL
Gerente: ÂNGELA MARIA AGUIAR DA SILVA

AÇÃO: 341 - Assessoramento técnico-pedagógico às escolas do campo

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Visitas in loco
Visitas realizadas nas escolas, objetivando orientar e assessorar pedagogicamente os profissionais da educação responsáveis pelo atendimento aos alunos, público alvo da educação especial.

Sistemas informatizados
Manter através de troca de e-mails, informandos profissionais da educação sobre leis entre outros documentos norteadores das políticas públicas na perspectiva da educação inclusiva.

Relatórios de gestão
Elaboração de relatórios trimestrais de metas físicas, relatório anual circunstanciado e relatório de prestação de contas das diárias.

2011

Relatórios de gestão
Elaboração de Relatório Anual Circunstanciado e Relatório de Prestação de Contas das diárias.

Visitas in loco
Realização de visitas nas escolas objetivando orientar e assessorar pedagogicamente os profissionais da educação responsáveis pelo atendimento aos alunos público alvo da educação especial.

Sistemas informatizados
Manter os profissionais da educação informados sobre as Legislações vigentes entre outros documentos norteadores das Politicas Públicas através de troca de e-mails.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Houve redução de crédito conforme decreto n° 11.760.

2011 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
A ação não foi executada de acordo com o previsto em função do número reduzido de motoristas.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Assessoramento técnico pedagógico às Escolas do Campo: Núcleo de Porto Velho: EMEF Bohemundo, Flor do Amazonas, Olympia Salvatore Ribeiro, Santa Júlia,Maria Angélica, Flor do Cupuaçu, Visconde de Mauá, Rio Pardo, Cora Coralina, Joaquim Vicente Rondon, Vista Alegre; Localidade de União Bandeirantes: EMEF 3 de Dezembro, Linha Abacaxi, Linha 04/inicio, Lina 04/final, Linha 05; EMEF Maria do Carmo Ribeiro, Deigmar de Moraes, Nossa Senhora Aparecida, Francisco Sales, Ermelindo Brasil e Nossa Senhora da Conceição. NÚCLEO DA PONTA DO ABUNÃ: EMEF Maria Casaroto Abate, EMEF José Augusto da Silva, EMEF 13 de Maio e EMEF Maria Jacira. NÚCLEO DE SÃO CARLOS: EMEF Anibal Martins, Henrique Dias e EMEF Renato Medeiros. NÚCLEO DE CALAMA: EMEF Ana Adelaide Granjeiro, Aquiles Paraguaçu, Castro Alves, Floriano Peixoto, José Felicio da Costa, Pe. José de Anchieta e EMEF Monte Orebe.VISITA TÉCNICA: Secretaria Municipal e Estadual de Educação de Vitória/ES e Secretaria Municipal de Machadinho D'Oeste/RO; Participação no II Congresso das APAES do Estado de Rondônia no Municipio de Ariquemes/RO.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
A ação programada não foi realizada devido à redução orçamentária.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 108 - INTEGRANDO SABERES - EDUCAÇÃO INTEGRAL
Gerente: Gláucia Lopes Negreiros

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Aumentar o atendimento gradativo dos alunos do Ensino Fundamental na Educação Integral

Público-Alvo: População de 06 a 14 anos, Jovens e Adultos
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: A partir de ações realizadas em 2008, nas quais eram oferecidas atividades no contraturno das escolas da rede municipal de ensino, a Secretaria Municipal de Educação implanta em 2009 o Programa de Educação Municipal Integrando Saberes. O programa visa desenvolver atividades no contraturno escolar de no mínimo 3 horas nas áreas específicas dos macrocampos da educação integral, sendo: Acompanhamento Pedagógico, Meio Ambiente, Direitos Humanos em Educação, Cultura e Artes, Inclusão Digital, Prevenção e Promoção da Saúde, Educomunicação, Educação científica, Educação Econômica e Cidadania.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de alunos atendidos na Educação em tempo Integral do Ensino Fundamental	Previsto	43	53	69	80
	Apurado	39,09	44		
	Relação % Apurado/Previsto	90,91	83,02		
	Relação % Apurado/Final	48,86	55,00		

2010: Algumas escolas diminuíram o atendimento, visando melhor qualidade do mesmo.

2011: Em 2011 o nº de alunos matriculados no Ensino Fundamental (1º ao 9º ano), segundo informações do Censo Educacional 2011 foi de 28.902 alunos, significando uma diferença a mais de 602 alunos com relação ao indicador mencionado em 2010. Portanto este fato tornou mais complexo o alcance do índice previsto.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto

O Programa de Educação Integral Integrando Saberes, criado em 2009 pela Prefeitura de Porto Velho, através da Secretaria Muncipal de Eduacção, vem promovendo o diálogo entre os Programas do Governo Federal e os Programas Municipais, está atendendo aos alunos matriculados no Ensino Fundamental que se cadastraram para participar da Educação Integral, de acordo com prioridades estabelecidas pela Unidade Escolar. As prioridades estão relacionadas as quesões de dificuldade de aprendizagem, distorção de idade - série e vulnerabilidade social.

2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto

O Programa de Educação Integral Integrando Saberes, criado em 2009 pela Prefeitura de Porto Velho, através da Secretaria Municipal de Educação, vem promovendo o diálogo entre os Programas do Governo Federal e os Programas Municipais. Está atendendo aos alunos matriculados no Ensino Fundamental que se cadastraram para participar da Educação Integral, de acordo com prioridades estabelecidas pela Unidade Escolar. As prioridades estão relacionadas as questões de dificuldade de aprendizagem, distorção de idade - série e vulnerabilidade social.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Não apurada

Não existe uma avaliação de satisfação do beneficiário, mas está sendo elaborada pelos técnicos e educadores envolvidos no processo educacional através de reuniões coletivas com os vários segmentos que compõem os comitês do Programa de Educação Integral. O prazo para conclusão dessa avaliação será até julho de 2011.

2011 Satisfeito

Segundo avaliação realizada através de instrumentos (questionários), realizada por técnicos do Departamento de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino - DADE, os Gestores Escolares informaram que o Programa tem atendido a expectativa da Comunidade Escolar, os alunos tem melhorado os índices de aprendizagem, a evassão escolar tem sido reduzida e a família também avalia positivamente a execução do Programa.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Suficiência das ações

Ao analisarmos a execução do Programa, nota-se que se faz necessário a criação de mais 01 ação: Contratação de Profissionais para atuarem no Programa Integrando Saberes - Educação Integral, desenvolvendo as atividades complementares no contraturno escolar.

2011

Suficiência das ações

Ao analisarmos a execução do Programa, nota-se que se faz necessário a criação de mais 01 ação: Remuneração e/ou Contratação de estagiários para atuarem no Programa Integrando Saberes - Educação Integral, desenvolvendo as atividades complementares durante sete horas a mais na escola.

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Raça

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 108 - INTEGRANDO SABERES - EDUCAÇÃO INTEGRAL
Gerente: Gláucia Lopes Negreiros

O Prgrama de Educação Integral Integrando Saberes segue orientações e subsídios de Programas do Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD, portanto possuem em sua metodologia macrocampo de Direitos Humanos e Cidadania, que desenvolve ações nesta temática, como palestras, oficinas e debates.

Pessoa com Deficiência

O Programa Integrando Saberes tem em sua proposta um atendimento exclusivo, entretanto, nem todas as Escolas possuem recursos para atender a toda demanda de alunos com deficiência.

Gênero

O Programa Integrando Saberes seguindo orientações do Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD/MEC, trabalhando as questões de gênero em todas as atividades complementares do Programa, como: Teatro, dança, música, banda fanfarra, esporte, acompanhamento pedagógico, nas quais os alunos e alunas são levados a refletirem e discutirem os temas pertinentes, bem como a realizarem na prática a igualdade de gênero.

Criança e Juventude

O Programa tem como público alvo alunos matriculados no Ensino Fundamental, na faixa etária prioritária de 06 a 14 anos, através do incentivo ao protagonismo infanto juvenil.

2011

Raça

O Programa de Educação Integral Integrando Saberes segue orientações e subsídios de Programas do Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD, portanto possuem em sua metodologia macrocampo de "Direitos Humanos e Cidadania".

Pessoa com Deficiência

O Programa Integrando Saberes tem em sua proposta um atendimento exclusivo, entretanto, nem todas as Escolas possuem recursos para atender a toda demanda de alunos com deficiência.

Gênero

O Programa de Educação Integral Integrando Saberes segue orientações e subsídios de Programas do Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD, portanto possuem em sua metodologia macrocampo de "Direitos Humanos e Cidadania", no qual intensifica a questão de gênero..

Criança e Juventude

O Programa tem como público alvo alunos matriculados no Ensino Fundamental, na faixa etária prioritária de 06 a 14 anos, através do incentivo ao protagonismo infanto juvenil.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial

Para um acompanhamento efetivo das ações, se faz necessário a aquisição de equipamentos em quantidades suficientes, como: Computador, impressora, câmeras fotográficas para registro das ações, carro para visitas técnicas e conexão na rede de internet.

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras

A Unidade Executora do Programa Integrando Saberes é a Escola da Rede Municipal, esta por sua vez necessita de adequações em seu espaço físico para que as atividades complementares sejam realizadas com qualidade. A exemplo citamos: inadequação do refeitório, banheiros e vestiários, inexistência e/ou inadequações de quadras esportivas, inexistência de espaços propícios para o descanso do aluno, no momento após o almoço, já que o mesmo deve permanecer no espaço escolar por um período de no mínimo de 7 horas diárias.

2011

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras

A Secretaria Municipal de Educação de Porto Velho tem a partir de 2009 prioriizado as ações do Programa de Educação Integral Integrando Saberes.Diante disso, foram realizadas diversas reformas e ampliações nas Escolas Municpais, entretando ainda existem escolas sem as condições adequadas para a garantia plena da Educação Integral em tempo integral. Para isso citamos: refeitórios pequenos, inexistência de espaço para o descanço e vestiários adequados para o banho das crianças.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras

O Programa Integrando Saberes necessita de um Professor do quadro efetivo da Escola, disponibilizado para a Coordenação do Programa.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial

A Equipe Gerencial que coordena o Programa Integrando Saberes, necessita de capacitação específica na temática da Educação Integral, através da oferta de uma especialização na Rede Municpal, bem como realizar a troca de experiências com Estados que são referências na Educação de Tempo Integral.

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras

A Secretaria Municipal de Educação, atendendo a necessidade do Programa apresentada em 2010, disponibilizou 01 profissional para cada escola da Rede Municipal para ficar a disposição na Coordenação e execução do Programa. Entretanto, na realidade em que se encontra atualmente, se faz necessário ainda a contratação de estagiários para ampliar o nº de profissionais envolvidos no desenvolvimento das oficinas do Programa.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Reunião com grupos de interesse

No Programa Integrando Saberes, contamos com um programa do Governo Federal que visa a melhoria da qualidade da educação, através da integração Escola - Comunidade, o Programa Escola Aberta. Na execução do Programa são realizadas reuniões com a Comunidade Escolar e local, com o objetivo de divulgar as oficinas realizadas no Programa, bem como mobilizar para a participação durante os finais de semana. As reuniões visam também, ouvir a comunidade para que a Escola possa escolher democraticamente as oficinas que são de seus interesses para serem ofertadas.

Discussão em Conselho Setorial

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 108 - INTEGRANDO SABERES - EDUCAÇÃO INTEGRAL
Gerente: Gláucia Lopes Negreiros

O Programa Integrando Saberes, possue espaços de discussões, são os chamados Comitês. Sendo estes intersetoriais, formados por vários segmentos da sociedade que atuam de forma consultiva em assuntos voltados para Educação Integral. No Integrando Saberes já existe o Comitê do Programa Mais Educação e o Comitê do Programa Escola Aberta.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

Para que o Programa Integrando Saberes, possa ser realizado com qualidade, se torna fundamental a participação da Comunidade, que atua na escolha das atividade (oficinas) dentro sua real necessidade e prioridade estabelecida.

2011

Reunião com grupos de interesse

No Programa Integrando Saberes, contamos com um programa do Governo Federal que visa a melhoria da qualidade da educação, através da integração Escola - Comunidade, o Programa Escola Aberta. Na execução do Programa são realizadas reuniões com a Comunidade.

Discussão em Conselho Setorial

O Programa de Educação Integral - Integrando Saberes, possui espaços de discussões, são os chamados Comitês. Sendo estes intersetoriais, formados por vários segmentos dsociedade que atuam de forma consultiva em assuntos voltados para Educação Integral.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

A dificulda encontrada é a inexistência até o momento de um instumental específico que mensure a satisfação das atividades desenvolvidas no contraturno escolar por parte do alunado. A equipe gestora do Integrando Saberes está construindo tais instrumentais, a fim de sanar as dificuldades enfrentadas.

2011

SIM

Mecanismos adotados:

A Secretaria Municipal de Educação, através da equipe técnica do Programa Integrando Saberes, diante da necessidade de mensurar a satisfação dos beneficiários, criou instrumental aplicado com a equipe gestora escolar, no qual questiona entre tantas variáveis a satisfação das crianças e adolescentes participantes do Programa de Educação Integral - Integrando Saberes.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 097 - Gestão e Administração do Programa

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho

São realizadas reuniões mensais com a equipe gestora e coordenadores de programas.

Visitas in loco

A equipe técnica da Secretaria Muncipal de Educação realiza acompanhamento, através de visitas nas Unidades Escolares, objetivando a supervisão e orientação das atividades do contraturno escolar.

Relatórios de gestão

Durante as visitas realizadas nas Escolas, a equipe técnica da SEMED, elabora relatórios contendo as infomações gerais das mesmas e com as orientações disponibilizadas às Escolas.

2011

Visitas in loco

A equipe técnica da Secretaria Muncipal de Educação realiza acompanhamento, através de visitas nas Unidades Escolares, objetivando a supervisão e orientação das atividades do contraturno escolar. RA equipe técnica da Secretaria Muncipal de Educação realiza acompanhamento, através de visitas nas Unidades Escolares, objetivando a supervisão e orientação das atividades do contraturno escolar.

Reuniões de trabalho

São realizadas reuniões mensais com a equipe gestora e coordenadores de programas.

Relatórios de gestão

Durante as visitas realizadas nas Escolas, a equipe técnica da SEMED, elabora relatórios contendo as infomações gerais das mesmas e com as orientaçõedisponibilizadas às Escolas. 1Durante as visitas realizadas nas Escolas, a equipe técnica da SEMED, elabora relatórios contendo as infomações gerais das mesmas e com as orientaçõedisponibilizadas às Escolas.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

Recurso remanejado. Ação não executada.

2011 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

Ação parcialmente executada, alguns remanejamentos para outras ações prioritárias.Houve também a impossibilidade de aquisições com a justiificativa por parte do setor administrativo de que ocorreu a fragmentação de despesas.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de Pen Drive, CDs, cabos, caixa de som.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Não foram liberados recursos

O Recurso foi remanejado, devido a SEMED ter apresentado no momento uma necessidade mais urgente.

2011 Insuficientes

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 108 - INTEGRANDO SABERES - EDUCAÇÃO INTEGRAL
Gerente: Gláucia Lopes Negreiros

Recursos remanejados.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Os recursos estavam disponíveis, porém devido a situações de fragmentação de despesas o mesmo não foi utilizado para o fim estabelecido, sendo remanejado para uma outra ação prioritária.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Contingenciamento orçamentário

Realocação do crédito setorial de um programa para outro

A Secretaria Municipal de Educação apresentou necessidades imprescindíveis para garantia da manutenção do calendário escolar, tornando-se necessário o remanejamento do recurso para outro programa da SEMED.

2011

A equipe do Programa elaborou termo de referência e Projeto básico para aquisições, entretanto o mesmo retornou do administratiivo da Secretaria com a informação de havia fragmentação de despesas com outros Departamentos, occasionando a interrupção da tramitação processual.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 108 - INTEGRANDO SABERES - EDUCAÇÃO INTEGRAL
Gerente: Gláucia Lopes Negreiros

AÇÃO: 317 - Aquisição de Kit Esportivo e Recreativo para atividades de Educação Física e da Educação Integral nas Escolas da Rede Municipal.

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
São realizadas reuniões com os Gestores Escolares, nas quais se obtém as informações sobre a necessidade de materiais e a utilização dos mesmos.

Visitas in loco
A Divisão de Educação Física e Recreação Escolar realiza visitas nas escolas buscando acompanhar e subsidiar os trabalhos desenvolvidos.

2011

Reuniões de trabalho
São realizadas reuniões com os Gestores Escolares, nas quais se obtém as informações sobre a necessidade de materiais e a utilização dos mesmos.

Visitas in loco
A Divisão de Educação Física e Recreação Escolar realiza visitas nas escolas buscando acompanhar e subsidiar os trabalhos desenvolvidos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Recurso remanejado. Ação não executada.

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
A Divisão de Esporte priorizou a ação, adquirindo materiaiis para atendimento às Escolas Municipais, de acordo com a prioridade de cada uma .

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de kit esportivo - bolas de voley, bolas de basquete, bolas de futebol, bolas de futsal, aros, redes diversas, cordas de pular, jogos de xadrez, bola de ping pong, entre outros.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Não foram liberados recursos
A Secretaria Municpal de Educação apresentou necessidades imprescindíveis para manutenção do calendário escolar, executando remanejamento para outro Programa.

2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Devido a necessidades imprescindíveis para manuntenção do calendário escolar, a SEMED remanejou o recurso para outro Programa.

2011

Morosidade na tramitação processual.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 108 - INTEGRANDO SABERES - EDUCAÇÃO INTEGRAL
Gerente: Gláucia Lopes Negreiros

AÇÃO: 318 - Implementação das atividades de Natação para todos da Educação Integral.

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Para esta ação a Secretaria Municipal de Educação, através de sua equipe técnica realiza reuniões sistemáticas, objetivando verificar o desenvolvimento efetivo das atividades do Programa Natação para todos.

Visitas in loco
A equipe técnica da SEMED, através do Departamento de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, realiza visitas para garantir a efetiva execução das ações do Programa Natação para Todos.

2011

Reuniões de trabalho
Para esta ação a Secretaria Municipal de Educação, através de sua equipe técnica realiza reuniões sistemáticas, objetivando verificar o desenvolvimento efetivo das atividades do Programa Natação para todos.

Visitas in loco
A equipe técnica da SEMED, através do Departamento de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, realiza visitas para garantir a efetiva execução das açõesdo Programa Natação para Todos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
O Programa Natação para Todos atingiu a meta atendendo alunos de 03 Escolas da Rede Municipal.

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Ampliação do atendimento.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de Kit Atividades de Natação: bóia macarrão, Prancha em EVA, Pullboia em EVA, , Extensor em látex, Palmar para natação , Bandeirolas para orientação do nado de costas, Guarda - sol, cadeiras em pvc, Vestimenta (Maiô e Sunga), Camisetas com a logomarca do projeto, Toucas de silicone, toalha de banho com a logomarca do projeto, bolsa com logomarca do Projeto.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes
2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada
O programa cumpriu a meta, porém devido a burocratização na tramitação do processo, a licitação ocorreu no final de 2010 e o empenho ocorrerá em 2011, sendo o recurso reprogramado de um ano para o outro.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Houve atrasos na tramitação do processo, dificultando a realização da ação. Para sanar a dificuldade a equipe técnica otimizou materiais e equipamentos utilizados no ano anterior, evitando assim a paralisação das atividades do Programa Natação para Todos.

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Houve morosidade na tramitação processual.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 108 - INTEGRANDO SABERES - EDUCAÇÃO INTEGRAL
Gerente: Gláucia Lopes Negreiros

AÇÃO: 319 - Remuneração e Encargos Sociais de Profissionais do Magistério para atuar no Programa Segundo Tempo

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Não possui mecanismos.
Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: As informações desta ação são captadas através de informações do Departamento Administrativo, através de razões de despesas.

2011

Não possui mecanismos.
Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: A Ação não foi executada em 2011; o recurso foi remanejado.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
O recurso foi remanejado.

2011 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
O recurso foi remanejado para outra ação de maior prioridade.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Não foram liberados recursos
O recurso foi remanejado para outra ação prioritária, haja vista em 2010 não houve necessidade em utilizar o recurso nesta ação. Entretanto, o recurso já foi planejado para ser utilizado no ano seguinte.

2011 Não foram liberados recursos
Recurso remanejado.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Sem movimentação orçamentária e financeira.

2011 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Sem movimentação orçamentária e financeira.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Alto
Para realização desta ação existe uma parceria com o Ministério do Esporte, que encaminha materiais complementares, pagamento de monitores (estágiários), distribuição de uniformes para os alunos participantes do Programa Segundo Tempo.

2011 Alto
Para realização desta ação existe um convênio com o Ministério do Esporte, que encaminha materiais complementares, pagamento de monitores (estágiários), distribuição de uniformes para os alunos participantes do Programa Segundo Tempo. Entretanto o Programa finalizou o convênio em junho de 2011.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Remanejamento de recurso.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 108 - INTEGRANDO SABERES - EDUCAÇÃO INTEGRAL
Gerente: Gláucia Lopes Negreiros

AÇÃO: 320 - Aquisição de uniformes (Camisetas, Shorts e Coletes) para alunos da Educação Integral - Contraturno

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Não possui mecanismos.
Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: O recurso foi remanejado para outro Programa.

2011

São preenchidas cautelas comprovando a entrega dos uniformes nas Escolas Municipais.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
O recurso foi remanejado para outro Programa.

2011 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
Devido ao montante de recurso disponibilizado só foi possível solicitar a compra de 9.000 camisetas, não adquirindo os shorts e coletes.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Foram 9.000 alunos atendidos com a distribuição de camisetas.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Não foram liberados recursos
O Recurso foi remanejado para outro Programa, devido a prioridades imprescindíveis.

2011 Suficientes
Não houve disponibilidade de recurso no orçamento para a aquisição dos shorts e dos coletes. Portanto adquiriu - apenas as camisetas para os alunos da Educação Integral.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
O Recurso foi remanejado para outra ação prioritária, entretanto impossibiltou a aquisição dos uniformes para os alunos da Educação Integral.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
De acorso com o recurso disponibilizado no orçamento fora feitas as aquisições das camisetas para as crianças da Educação Integral - Programa Integrando Saberes.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Realocação do crédito setorial de um programa para outro
O Recurso foi remanejado para outra ação prioritária, entretanto impossibiltou a aquisição dos uniformes para os alunos da Educação Integral.

2011

O recurso foi insuficiente para a total aquisição planejada.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 108 - INTEGRANDO SABERES - EDUCAÇÃO INTEGRAL
Gerente: Gláucia Lopes Negreiros

AÇÃO: 321 - Realização de Amostras Pedagógicas, Culturais e Esportivas da Educação de tempo Integral

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Para esta ação a Secretaria Municipal de Educação, através de sua equipe técnica realiza reuniões sistemáticas, objetivando o planejamento para a realização da Mostra da Educação Integral - Integrando Saberes.

Visitas in loco
Para o levantamento das necessidades pertinentes na realização da Mostra Integrando Saberes, os técnicos desta SEMED realizam visitas nas escolas acompanhando o desenvolvimento das atividades dos macrocampos da Educação Integral: Acompanhamento Pedagógico, Cultura e Artes e Esporte e Lazer.

Relatórios de gestão
Através de relatórios bimestrais são geradas informações que subsidiarão na execução desta ação de Realização de Mostras.

2011

Reuniões de trabalho
Para esta ação a Secretaria Municipal de Educação, através de sua equipe técnica realiza reuniões sistemáticas, objetivando o planejamento para a realização da Mostra da Educação Integral - Integrando Saberes.

Visitas in loco
Para o levantamento das necessidades pertinentes na realização da Mostra Integrando Saberes, os técnicos desta SEMED realizam visitas nas escolas acompanhando o desenvolvimento das atividades dos macrocampos da Educação Integral: Acompanhamento Pedagógico.

Relatórios de gestão
Através de relatórios bimestrais são geradas informações que subsidiarão na execução desta ação de Realização de Mostras.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
O recurso foi remanejado para outro Programa.

2011 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
Realizou - se o atendimento de 300 crianças, porém sem a utilização do recurso financeiro. O mesmo foi remanejado para outra ação prioritária.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Realizou-se Mostra de Cultura sem recursos financeiros, pois o mesmo foi remanejado para outra ação prioritária, devido o indicativo de realização da referida mostra com recursos de parceiros, porém a parceria não se concretizou em 2011. Diante do fato de não haver mais tempo háabil para abertura do processo a ação foi executada sem custos.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Não foram liberados recursos
A Secretaria Municipal de Educação remanejou os recursos destinados a esta ação para outros programas na garantia da manutenção do calendário escolar.

2011 Insuficientes
Recurso remanejado para outra ação prioritária.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2011 O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada
O recurso foi remanejado para outra ação, devido a espectattiva de realização através de parceria, entretanto a parceria não ocorreu e ação foi concretizada sem recurso financeiro.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Realocação do crédito setorial de um programa para outro
A Secretaria Municipal de Educação remanejou os recursos destinados a esta ação para outros programas na garantia da manutenção do calendário escolar.

2011

Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Houve o remanejamento do recurso.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 108 - INTEGRANDO SABERES - EDUCAÇÃO INTEGRAL
Gerente: Gláucia Lopes Negreiros

AÇÃO: 322 - Implementação de Arte e Cultura

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho

Para esta ação a Secretaria Municipal de Educação, através de sua equipe técnica realiza reuniões sistemáticas mensais objetivando o acompanhamento das atividades planejadas para a implementação de ações desta natureza no intuito garantir a qualidade no atendimento dos Projetos desenvolvidos para este fim.

Visitas in loco

Semanalmente há visitas técnicas e pedagógicas para acompanhamento das atividades desenvolvidas nas Unidades Executoras com objetivo de eferecer subsídios e orientações necessárias nesta ação.

Relatórios de gestão

Bimestralmente são gerados relatórios contendo as seguintes informações sobre o andamento dos Projetos: frequência, número de atendimento, periodicidade, entre outras.

2011

Reuniões de trabalho

Para esta ação a Secretaria Municipal de Educação, através de sua equipe técnica realiza reuniões sistemáticas mensais objetivando o acompanhamento das atividades planejadas para a implementação de ações desta natureza no intuito garantir a qualidade no processo.

Visitas in loco

Semanalmente há visitas técnicas e pedagógicas para acompanhamento das atividades desenvolvidas nas Unidades Executoras com objetivo de eferecersubsídios e orientações necessárias nesta ação.

Relatórios de gestão

Bimestralmente são gerados relatórios contendo as seguintes informações sobre o andamento dos Projetos: frequência, número de atendimento, periodicidade, entre outras.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

A Secretaria Municipal de Educação atingiu a meta atendendo alunos de 04 Escolas da Rede Municipal.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

A Secretaria Municipal de Educação atingiu a meta atendendo alunos de 04 Escolas da Rede Municipal.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de colan, sapatilhas, meia calça, entre outras.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

A Secretaria Municipal de Educação atingiu a meta atendendo alunos de 04 Escolas da Rede Municipal.

2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Foram cumpridas as metas desta ação de acordo com o cronograma de execução das atividades.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Parceria com cedência de espaço físico do Centro Social Madre Mazzarello para execução do Projeto Pirueta que está inserido nesta ação.

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 108 - INTEGRANDO SABERES - EDUCAÇÃO INTEGRAL
Gerente: Gláucia Lopes Negreiros

AÇÃO: 323 - Acompanhamento Técnico Pedagógico da Educação Integral

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Relatórios de gestão

O Acompanhamento Técnico Pedagógico nas Escolas é avaliado através dos relatórios de visitas apresentados pelos técnicos.

2011

Relatórios de gestão

O Acompanhamento Técnico Pedagógico nas Escolas é avaliado através dos relatórios de visitas apresentados pelos técnicos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

A equipe se organizou e realizou todo o acompanhamento pedagógico previsto nas visitas técnicas do Programa Integrando Saberes.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Realização de visitas técnicas pedagógicas para orientação e monitoramento das atividades complementares realizadas no contraturno escolar da Rede Municpal de Ensino, na Zona Rural de Porto Velho.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Os recursos foram liberados de acordo com a programação das visitas técnicas.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 110 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
Gerente: MARIA MARTA DA SILVA COSTA

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Adquirir gêneros alimentícios para a melhoria da qualidade da alimentação escolar a alunos da educação básica.

Público-Alvo: alunos de 0 a 17 anos matriculados na Rede Pública Municipal de Ensino de Porto Velho.
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: Desenvolver ações de acompanhamento de políticas públicas de educação que garantam a melhoria na qualidade da alimentação escolar a alunos da educação báscia (creche, ensino infantil, ensino fundamental, educação indígena, educação de jovens e adultos, ensino médio), PROJOVEM - URBANO, programa AABB - Comunidade, Programa Segundo Tempo e PNAE -MAIS EDUCAÇÃO visando consolidar a participação do Sistema Municipal do Ensino na universalização do atendimento à população da faixa etária de 0 aos 17 anos. Promover a execução dos programas de alimentação escolar de ações pontuais e continuadas, visando evitar a exclusão social a crianças, jovens e adultos que convivem em áreas de risco social.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Alunos atendidos com a alimentação escolar - Educação Infantil	Previsto	9079	10208	11477	12904
	Apurado	9436	12904		
	Relação % Apurado/Previsto	103,93	126,41		
	Relação % Apurado/Final	73,12	100,00		
2010:					
2011: Houve uma diferença maior do índice apurado/2011 em relação ao indice previsto/2011 que foi de 2.696. Entretanto, devido ao fluxo de pessoas que chegaram em nossa cidade.					
02 - Alunos atendidos com a alimentação escolar - Ensino Fundamental	Previsto	27795	29062	30387	31772
	Apurado	27116	32055		
	Relação % Apurado/Previsto	97,56	110,30		
	Relação % Apurado/Final	85,35	100,89		
2010: O número de alunos refere-se a matrícula inicial num total de 2.046 alunos no censo.					
2011: Houve uma diferença a maior do índice apurado/2011 em relação ao indice previsto/2011 que foi de 2.993, devido ao fluxo de pessoas que chegaram na cidade.					
03 - Alunos atendidos com a alimentação - Educação de Jovens e Adultos - EJA	Previsto	4987	5304	5641	5999
	Apurado	4532	4583		
	Relação % Apurado/Previsto	90,88	86,41		
	Relação % Apurado/Final	75,55	76,40		
2010:					
2011: Houve uma diminuição do índice previsto/2011 em relação ao indice apurado/2011 que foi de 721 alunos, devido a evasão escolar.					
04 - Alunos atendidos com a alimentação - Escola Indígena	Previsto	123	128	134	140
	Apurado	120	120		
	Relação % Apurado/Previsto	97,56	93,75		
	Relação % Apurado/Final	85,71	85,71		
2010:					
2011: Houve uma diminuição do índice previsto/2011 em relação ao índice apurado/2011 que foi de 8 alunos.					
05 -	Previsto	9366	9793	10239	10705
	Apurado	10750	9520		
	Relação % Apurado/Previsto	114,78	97,21		

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 110 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
Gerente: MARIA MARTA DA SILVA COSTA

	Alunos atendidos com a alimentação escolar - Mais Educação					
		Relação % Apurado/Final	100,42	88,93		
	2010:					
	2011: Houve uma diminuição do índice previsto/2011 em relação ao indice apurado/2011 que foi de 273 alunos.					
06 -	Alunos atendidos com a alimentação escolar - PROJOVEM	Previsto	1595	1697	1805	1920
		Apurado	787	0,00		
		Relação % Apurado/Previsto	49,34	0,00		
		Relação % Apurado/Final	40,99	0,00		
	2010:					
	2011: No ano passado não houve atendimento no Projovem, por isso que o indice apurado ficou zerado.					
07 -	Alunos atendidos com a alimentação escolar - BRASIL ALFABETIZADO	Previsto	1140	1212	1289	1371
		Apurado	782	464		
		Relação % Apurado/Previsto	68,60	38,28		
		Relação % Apurado/Final	57,04	33,84		
	2010:					
	2011: Houve uma diminuição do índice previsto/2011 em relação ao apurado/2011 que foi de 748 alunos.					
08 -	Alunos atendidos com a alimentação escolar - Segundo Tempo	Previsto	1702	1810	1925	2048
		Apurado	1600	1600		
		Relação % Apurado/Previsto	94,01	88,40		
		Relação % Apurado/Final	78,13	78,13		
	2010:					
	2011: Houve uma diminuição do índice previsto/2011 em relação ao indice apurado que foi de - 210.					
09 -	Alunos atendidos com a alimentação escolar - AABB COMUNIDADE	Previsto	106	113	120	127
		Apurado	135	100		
		Relação % Apurado/Previsto	127,36	88,50		
		Relação % Apurado/Final	106,30	78,74		
	2010:					
	2011: Houve uma diminuição do índice previsto/2011 em relação ao indice apurado que foi de 13.					

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance acima de 100% do previsto

Com o fluxo de pessoas vindo de outros estados, o número de crianças e adolescentes cresceu desordenadamente.

2011 Alcance acima de 100% do previsto

O desempenho do programa foi muito bom, considerando que foram alcançados os objetivos propostos .

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 110 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
Gerente: MARIA MARTA DA SILVA COSTA

Os beneficiários estão satisfeitos, pois todos os programas estão abrangendo as áreas esperadas.

2011 Satisfeito

Em relação aos anos anteriores os beneficiários estão satisfeitoscom o Trabalho realizado pela Divisão de Alimentação Escolar noque diz respeito a elaboração de cardápios, acompanhamento àsescolas urbanas e rurais, a realização da Chamada Pública do Produtor Rural, Capacitação das Merendeiras.

2.4 Outras Considerações

Participação das Nutricionistas em Capacitações promovidas pelo CECANE-UNB.

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Dimensionamento do público-alvo
É inadequado porque trabalhamos com o quantitativo de alunos do ano anterior, isso causa prejuízo aos recursos recebidos pelas escolas, pois não contemplam todos os alunos.

2011

Dimensionamento do público-alvo
Devido a demanda de alunos recebidos anualmente nas escolas, não há como dimensionar o público alvo.

Caracterização do público-alvo
Como os alunos são atendidos pelo censo do ano anterior, há sempre reclamações por parte dos diretores das escolas pela impossibilidade de não atender o numero real dos alunos, principalmente no Programa do Governo Federal.

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Raça
A Educação Alimentar é tratada de forma igualitária, exceto quando existem algumas patologias que necessitam de uma alimentação diferenciada.

Pessoa com Deficiência
Os cardápios são elaborados de acordo com a faixa etária das crianças, exceto quando existem algumas patologias que necessitam de uma alimentação diferenciada. Ressalta-se que ainda falta em nossas escolas é a questão da acessibilidade até nos refeitórios onde são servidas a merenda.

Gênero
A Educação Alimentar é tratada de forma igualitária exceto quando existem algumas patologias que necessitam de uma alimentação diferenciada.

Criança e Juventude
Cardápios diferenciados por faixa etária para que todos os alunos tenham uma alimentação saudável e nutritiva.

2011

Raça
Independentemente da raça todos os alunos da rede municipal de ensino são beneficiados com o programa de alimentação escolar

Gênero
Entretanto o Programa (gerência) trabalha para que não haja diferença entre crianças, meninos/meninas, homens / mulheres.

Pessoa com Deficiência
Todos os deficientes especiais estão incluídos no público alvo, entretanto o programa trabalha em prol de todos esem discriminação.

Criança e Juventude
O programa trabalha visando crianças/juventude de 0 a 17 anos, evitando a exclusão social, que convivem em área de risco social, sendo fornecida uma alimentação saudavel e de qualidade.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Fornecer para o Programa mais nutricionistas para um atendimento melhor às escolas. Mais automóveis para inspeção in loco.

2011

Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Os recursos humanos são adequados
Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Não há nutricionistas sufiicientes para atender o quantitativo de alunos do Município.

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
Falta profissionais (nutricionistas) para melhor atendimento dos programas e conforme Resolução CFN Nº 465/2010.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
Necessidade de capacitação continuada com as merendeiras.

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Na maioria das escolas existe um pequeno número de merendeiras para aprodução das refeições.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial
Há necerssidade de capacitação na área de alimentação escolar e participaçãode congressos, seminários e etc...

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 110 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
Gerente: MARIA MARTA DA SILVA COSTA

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Reunião com grupos de interesse
Reunião com órgãos do Estado, Município, Associações, Comunidades e outros, para melhoria da merenda escolar e a sua percepção como promotor de qualidade de vida.

Discussão em Conselho Setorial
Participação no Conselho de Alimentação Escolar Municipal-CAEM, como órgão fiscalizador da qualidade da merenda escolar, para discussão sobre a promoção da alimentação saudável nas escolas Municipais.

Outros: Grupos de Agricultores.
Reuniões com os produtores rurais, para implementação no cardápio de gêneros produzidos por eles, para melhoria na merenda escolar. Promoção da Chamada Pública para a compra dos Gêneros Alimentícios diretamente do produtor rural.Falta de transporte para locais de difícil acesso, principalmente para reuniões com os produtores rurais, visando a realização da Chamada Pública. Esse problema poderá ser superado com a aquisição de compra de carros, para a Divisão de Alimentação Escolar-DIALE, pelo Município.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Politicas Públicas de Educação e Programas existentes para que garantam a melhoria na qualidade de vida, onde visa evitar a exclusão social as crianças jovens e adultos que conviem em área de risco social.

2011

Discussão em Conselho Setorial
São feitas discussões de políticas públicas com os órgãos civis e governamentais.

Reunião com grupos de interesse
Exposição dos trabalhos desenvolvidos pela Gerência do Programa, com diretores das escolas urbanas, rurais e conveniadas.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Mecanismos adotados:
Os principais mecanismos foram reuniões com nutricionistas e gestores dos Departamentos da SEMEDe outras Secretarias que fazem parte do Município, vários órgãos e entidades colaboradoras, para que o projeto alavancasse.

2011

SIM

Mecanismos adotados:
No ano de 2011, foram realizadas capacitações com as merendeiras com objetivo de atender os alunos da rede municipal com preparações adequadas e saudáveis para todas as faixas etárias. Além disso todas as escolas receberam sugestões de preparações elaboradas pelas Nutricionistas da DIALE/SEMED; dessa forma os diretores juntamente com a comunidade escolar escolheram as mais bem aceitas para o cardápio. No ano de 2012, será realizada pesquisa de aceitabilidade entre os alunos para avaliar a satisfação dos cardápios executados.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 339 - Aquisição de gêneros alimentícios para confecção de alimentação escolar

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Com a equipe de nutricionistas e as equipes que gerenciam Programas.

Visitas in loco
As nutricionistas acompanham o cardápio das escolas e fazem inspeção nas cozinhas.

Sistemas informatizados
Cardápios / Cálculo para aquisição de Gêneros Alimentícios / Previsão de Generos Alimenticios para a compra.

Relatórios de gestão
Fazem relatórios peridodicamente a cada inspeção.

Outros: CHECK LIST.
Inspeção detalhada do que a escola tem necessidade e levantamento das necessidades para execução da merenda escolar.

2011

Reuniões de trabalho
São feitas reuniões para avaliar o andamento da execução dos trabalhos executadosna alimentação escolar, nas escolas urbanas e rurais.

Visitas in loco
São realizadas visitas periódicas nas escolas, feitas pelas nutricionistas, para que asmesmas possam avaliar o cumprimento dos cardápios.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Aumento da demanda de alunos escolarmente ativos em razão e vertiginoso crescimento populacional da cidade de Porto Velho.

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Com o grande fluxo de pessoas que chegaram em nossa cidade devido a construção das usinas, houve um grande número de crianças matriculadas nas escolas urbanas e rurais.

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 110 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
Gerente: MARIA MARTA DA SILVA COSTA

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de gêneros alimentícios para a alimentação escolar a alunos da educação básica.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

Como trabalhamos com o quantitativo do censo anterior a demanda de alunos tem sido muito maior do que o informado, diante disso o recurso é pouco para trabalhar, pois a escola sempre matricula alunos o ano todo.

2011 Suficientes

Emtretanto, os recursos destinados foram insuficientes para aquisição de generos alimenticios, para compor o cardápio de melhor qualidade.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Sim, apesar de algumas parcelas dos recursos do Governo Federal serem repassadas com atraso, dificultando o bom atendimento da merenda escolar para as escolas do municipais.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Alto

Padronização dos cardápios para facilitar a preparação dos pratos. Formação das merendeiras em boas práticas alimentares, visitas em loco para acompanhamento dos cardápios e condições higiênico-sanitárias nas escolas.

2011 Alto

Devido a um grande numero de alunos que não constavam no censo do ano anterior, foram utilizados recursos não orçamentários para o atendimento da alimentação escolar para o ano de 2011.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Atraso na liberação de recursos

Quando atrasa a liberação de recursos de alguma esfera, a escola compensa com os recursos municipais, para não haver interferência na aquisição dos genêros alimenticios.

2011

Atraso na liberação de recursos

Quando há atraso no repasse de recursos do FNDE, é agilizado o repasse da contrapartida do municipio para que as escolas não deixem de atender os alunos com a merenda escolar.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

O parceiro não-governamental do Programa AABB-Comunidade, cumpre a contento as metas acordadas.

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 111 - TRANSPORTE ESCOLAR
Gerente: EDIMAR OLIVEIRA

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Atender com transporte escolar alunos que residem distante de suas Unidades Escolares.

Público-Alvo: Alunos matriculados na Rede Pública Municipal de Porto Velho, residentes nas áreas rurais.
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: Com vistas a garantir que não haja evasão escolar, bem como o índice de presença seja superior ao índice de faltas, e que o aluno que reside distante de sua Unidade Escolar encontre facilidade para deslocar-se até a Escola, faz-se necessário a contratação de empresas especializadas no ramo de transporte, com vistas a transportar com segurança e comodidade diariamente, alunos da Rede Municipal de Ensino.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Alunos atendidos com transporte escolar	Previsto	9782	10466	11198	11981
	Apurado	7053	8500		
	Relação % Apurado/Previsto	72,10	81,22		
	Relação % Apurado/Final	58,87	70,95		

2010:

2011: Atendimento ao alunado da Zona Rural, o qual é prioritário no programa do Transporte Escolar.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance acima de 100% do previsto
O aumento do contigente de alunos, acima do que foi programado.

2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Toda programação prevista, foi atendida dentro do prazo do ano letivo.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
Com o esforço da Prefeitura do Município de Porto Velho em atender as necessidades dos alunos, diminuindo dessa forma a evasão escolar nas Unidades de Ensino da zona rural.

2011 Satisfeito
Toda programação foi cumprida, e atendida.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Não há inadequação na concepção do programa

2011

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Não contempla

2011

Pessoa com Deficiência
O deficiente tem atenção espcial, principalmente nos ônibus e barcos, no momento da chegada ao trasnporte até a entrega na escola e depois na sua residencia.

Criança e Juventude
Orientações de monitores nos ônibus e voadeiras às crianças, assim como os pré-adolescentes e adolescentes, havendo harmonia e respeito.

Raça
Não há discriminação de raças, cor, credo, religião, havendo harmonia, prevalecendo o bom senso. A Atividade prucura colocar todos em um só grupo, nao havendo grupos distintos de raças.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 111 - TRANSPORTE ESCOLAR
Gerente: EDIMAR OLIVEIRA

2010
Os recursos materiais são adequados
2011
Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010
Os recursos humanos são adequados
2011
Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Audiência Pública
Realizam-se audiências públicas com o Ministério Público, para fins de análise em decorrência do programa.

Reunião com grupos de interesse
Reuniões com associações de pais e de moradores nas localidades atendidas.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:
O transporte escolar beneficiou a população rural, pois não há mais necessidade dos alunos se deslocarem até a capital para estudar, pois lhes foram oferecidas oportunidades de aprenderem em locais próximos de suas residências, propiciando assim, a sua fixação no campo.

2011

Reunião com grupos de interesse
Há uma constância de reuniões com as associações de pais, associações de bairros, para tratar de intereses relativos ao transporte escolar.

Outros: Comissão de Fiscalização
Existe uma comissão de fiscalização, que coordena as atividades dos ônibus em todo o Município de Porto Velho.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM
Mecanismos adotados:
A avaliação é feita através das Unidades de Ensino, em reuniões de pais e professores e de relatórios oriundos das escolas.

2011

NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 342 - Transporte escolar para alunos

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Reuniões diárias para análise do transporte escolar.

Visitas in loco
Foram realizadas visitas diárias nas unidades que requer fiscalização ou algum problema que possa surgir no dia a dia. Existe uma equipe de fiscalização do transporte escolar diário.

Sistemas informatizados
As informações são informatizadas, contendo as informações como: tipo de transporte, intinerário e mapas dos percursos.

Relatórios de gestão
Os gestores e as associações enviam à Semed: as necessidades, solicitações ou reclamações. Os gestores analisam e realizam visitas in loco.

2011

Reuniões de trabalho
Reuniões periódicas, para o planejamento dos trabalhos.

Visitas in loco
Visitas in loco constantes, para averiguações do ônibus e dos alunos transportados.

Sistemas informatizados
Todas as informações são digitalizadas assim como os mapas de percurso dos ônibus nas linhas.

Relatórios de gestão
Em todas as viagens (visita in loco), são realizados relatórios da situação encontrada, assim como as resoluções para alguma eventual situação.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Meta alcançada dentro do que foi previsto.
2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 111 - TRANSPORTE ESCOLAR
Gerente: EDIMAR OLIVEIRA

No decorrer do ano, houve muita desistencia de alunos, devido mudança da familia para outros municipios ou Estado.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Transporte escolar para alunos que residem distante de suas Unidades Escolares.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Havendo necessidades de suplementação ou remanejamento devido o aumento anual de alunos a serem atendidos.

2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada
Houve necessidade de suplementação ou remanejamento de recursos.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Médio
Dentro do padrão, ajudando o Municipio, no atendimento ao alunado.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Necessidade de realocação de convênios com outras esferas governamentais.

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 112 - FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO
Gerente: LEIRYVANDA ANDRADE LEMOS MELO

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Ampliar a oferta de formação inicial e continuada dos profissionais da educação.

Público-Alvo: Gestores, professores e demais funcionários da educação.
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: Em atendimento as exigências da LDB nº 9394/96, no Art. 61 que prevê a formação dos profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino a às características de cada fase do desenvolvimento do educando, e no Art. 67, prevê a valorização dos profissionais da Educação assegurando-lhes nos termos do Estatuto e dos planos de carreira do Ministério Público.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de formação inicial dos professores do ensino fundamental	Previsto	66	66	66	66
	Apurado	55	66		
	Relação % Apurado/Previsto	83,33	100,00		
	Relação % Apurado/Final	83,33	100,00		
2010:					
2011: Os cursos continuaram para conclusão de carga horária prevista.					
02 - Taxa de formação continuada dos professores e gestores (coordenador pedagógico, orientador, diretor e vice-diretor) do ensino fundamental	Previsto	100	100	100	100
	Apurado	100	100		
	Relação % Apurado/Previsto	100,00	100,00		
	Relação % Apurado/Final	100,00	100,00		
2010:					
2011: A meta foi atingida, devido os cursos serem continuados.					
03 - Taxa de formação continuada dos professores e gestores (coordenador pedagógico, orientador, diretor e vice-diretor) da educação infantil	Previsto	97	100	100	100
	Apurado	100	100		
	Relação % Apurado/Previsto	103,09	100,00		
	Relação % Apurado/Final	100,00	100,00		
2010:					
2011: A meta foi atingida devido os cursos serem continuados.					
04 - Taxa de formação continuada dos profissionais da escola - técnicos e administrativos	Previsto	19	19	19	19
	Apurado		19		
	Relação % Apurado/Previsto		100,00		
	Relação % Apurado/Final		100,00		
2010:					
2011: A meta foi atingida devido as formações serem continuadas.					

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 40% a 80% do previsto
Recursos financeiros insuficientes.

2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Houve continuidade dos cursos.

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 112 - FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO
Gerente: LEIRYVANDA ANDRADE LEMOS MELO

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
Através dos instrumentais aplicados foram identificados resultados satisfatórios.

2011 Satisfeito
Foram dadas as condições para deslocamento e participação nos períodos presenciais dos cursos.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Não há inadequação na concepção do programa

2011

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Raça
Realização do Seminário Municipal Promovendo a Educação Inclusiva.

Pessoa com Deficiência
Execução do Programa Atendimento Educacional Especializado junto aos profissionais da educação da rede municipal.

Gênero
Realização do Seminário Municipal Promovendo a Educação Inclusiva.

Criança e Juventude
Execução dos Programas Pró-Letramento e Gestar.

2011

Pessoa com Deficiência
Oferta de uma Pós-Graduação em Educação Especial

Criança e Juventude
Programas de Formação Continuada nas ações junto aos profissionais da Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Necessidade de equipamentos de informática e ampliação de veículos para deslocamentos.

2011

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Insuficiência e inadequação dos equipamentos de informática.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Os recursos humanos são adequados

2011

Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Audiência Pública
Participação em Audiência Pública da Educação promovida pela Prefeitura.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:
O fortalecimento da realização das ações previstas.

2011

Audiência Pública
Através da SEMED.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Mecanismos adotados:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 112 - FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO
Gerente: LEIRYVANDA ANDRADE LEMOS MELO

Está em fase de implementação do Sistema de Monitoramento e Avaliação das Formações - SIMAFOR composto por instrumentais de cadastro e avaliações iniciais e finais das ações do Programa. Os resultados foram positivos reafirmando a importância das ações implementadas.

2011

SIM

Mecanismos adotados:

Instrumentais próprios de cada ação executada.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 343 - Formação inicial dos professores do ensino fundamental / Profissionais habilitados

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho

Realizadas junto às coordenações dos polos presenciais e às Universidades executoras conforme cronograma das mesmas.

Visitas in loco

Nos períodos presenciais junto aos professores cursistas ou, ainda, no polo presencial para verificação das necessidades e andamento do curso.

2011

Visitas in loco

Visitas ao período presencial dos cursos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

O processo seletivo e início dos cursos previstos pela Universidade Aberta do Brasil por meio da Universidade Federal de Rondonia não foi completamente efetivado.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Os cursos estão em continuidade.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Deslocamento de professores cursistas aos períodos presenciais dos cursos de graduação em Educação Física, Biologia, Teatro, Educação Indígena, Letras, todos em parceria com o Governo Federal.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

A utilização do recurso atendeu ao número de professores participantes no Pró-Licenciatura.

2011 Suficientes

Pelos períodos presenciais executados pelas Instituições Formadoras.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Conforme as solicitações os recursos foram utilizados.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

foram liberados de acordo com a execuçao do programa

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

Os recursos são próprios previstos em orçamento.

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 112 - FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO
Gerente: LEIRYVANDA ANDRADE LEMOS MELO

AÇÃO: 344 - Formação continuada dos professores e gestores(coordenador pedagógico, orientador, diretor e vice-diretor) do ensino fundamental

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Visitas in loco
As coordenações dos cursos acompanhavam todo o desenvolvimento.

Outros: Instrumentais de avaliação.
Os cursos possuem instrumentais de avaliação próprios e também foram aplicados instrumentais do Sistema de Monitoramento e Avaliação das Formações em caráter experimental.

2011

Outros: Consulta aos setores
Foram realizadas consultas aos setores, sobre como foi o desempenho.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Os recursos foram otimizados e as equipes desenvolveram as ações previstas de modo a contemplar a meta prevista.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Os diferentes setores realizam ações de formação continuada direcionada aos profissionais da educação da rede municipal de ensino.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Encontro de Coordenadores Pedagógicos e Orientadores Educacionais; Formação junto aos profissionais do Campo, Seminário de educação integral; PROINFO; PROFA no Campo, GESTAR; PRÓ-LETRAMENTO.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Embora tenham sido otimizados para atender a meta, não foram completamente suficientes.

2011 Insuficientes
Os valores liquidados em relação à dotação atual foram insuficientes. Porém, as ações foram adequadas aos recursos.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Os recursos disponibilizados foram liberados conforme programação.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Os recursos foram liberados de acordo com a exdecuçaõ do programa e do planejamento

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Os recursos são próprios previstos em orçamento.

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 112 - FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO
Gerente: LEIRYVANDA ANDRADE LEMOS MELO

AÇÃO: 345 - Formação continuada dos professores e gestores(coordenador pedagógico, orientador, diretor e vice-diretor) da educação infantil

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Outros: Instrumentais de avaliação.
O Sistema de Monitoramento e Avaliação das Formações poderá ser utilizado quando realizadas as ações de formação continuada da educação infantil.

2011

Outros: Consulta aos setores
Foi realizada consulta aos setores, para verificar o desempenho da ação

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Recursos remanejados.Não houve disponibilidade de recurso financeiro para realização dessa ação.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
A capacitaçao ocorreu dentro do numero de pessoas prevista

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Seminário "Viva a Infância" para os profissionais da educação infantil; Círculos Pedagógicos destinados aos Coordenadores Pedagógicos; Encontros de Discussão da Metas do Plano Nacional de Educação.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Não foram liberados recursos
Não foram liberados os recursos.

2011 Suficientes
As ações foram adequadas aos recursos disponíveis.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Não houve disponibilidade de recursos de origem orçamentária para essa ação.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Dentro do planejamento do programa os recursos foram sendo liberados

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 112 - FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO
Gerente: LEIRYVANDA ANDRADE LEMOS MELO

AÇÃO: 346 - Formação continuada dos professores e gestores(coordenador pedagógico, orientador, diretor e vice-diretor) da educação de jovens e adultos

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Outros: Instrumentais de Avaliação.
O Sistema de Monitoramento de Avaliação das Formações poderá ser utilizado quando houver execução da ação de formação continuda dos professores e gestores da educação de jovens e adultos.

2011

Outros: Consulta aos setores
Foi realizada consulta aos setores, para verificar o desempenho da ação.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Recursos remanejados. Não houve disponibilidade de recurso financeiro para execução dessa ação.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
o numero de pessoas capacitadas ficou dentro do planejado

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Formação Continuada do Programa Brasil Alfabetizado; Formação de Gestores, Coordenadores, Professores e Técnicos da Educação de Jovens e Adultos.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Não foram liberados recursos
Não foram liberados recursos.

2011 Suficientes
Foram suficientes para atingir as metas

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Não houve disponibilidade de origem orçamentária para execução dessa ação.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Foram liberados os recursos de acordo com o que foi planejado no programa

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 112 - FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO
Gerente: LEIRYVANDA ANDRADE LEMOS MELO

AÇÃO: 347 - Formação continuada dos professores e gestores(coordenador pedagógico, orientador, diretor e vice-diretor) da educação especial.

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Planejamento e avaliação quanto às execuções dos cursos.

Visitas in loco
Avaliação sobre o impacto dos cursos e identificação de necessidades específicas.

2011

Outros: Consulta aos setores
Foi realizada consulta aos setores, para verificar o desempenho da ação.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
Em função do recurso previsto no Convênio com o Governo Federal.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Os profissionais capacitados ficou dentro do planejado

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Cursos de Atendimento Educacional Especializado; Reuniões de estudo junto aos coordenadores das salas multifuncionais; Sessões de Estudo junto aos profissionais da educação atuantes com alunos público alvo da educação especial.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes
Recursos de Convênio com o Governo Federal.

2011 Insuficientes
Os recursos não foram suficientes para a execuçao a contento do programa

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Os recursos próprios foram liberados conforme solicitações.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Foram liberados ao longo do projeto

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Não utiliza recursos de origem não orçamentária.

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 112 - FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO
Gerente: LEIRYVANDA ANDRADE LEMOS MELO

AÇÃO: 348 - Formação continuada dos profissionais da escola - técnicos administrativos.

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Outros: Instrumentais de Avaliação.
O curso possui instrumentais e mecanismos próprios de avaliação.

2011

Outros: Consulta aos setores
Foi realizada consulta aos setores, para verificar o desempenho da ação.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Através de parceria, o curso tem uma coordenação estadual definida pelo Governo Federal e, por fatores relativos à coordenação, não houve liberação para inicío.

2011 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
O Programa PROFUNCIONÁRIO não foi iniciado por causa da coordenação nacional.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Participação em cursos sobre execução orçamentária, contábil e financeira no serviço publico; Curso IDEMP, planilha de composição de custos e formação de preços ma contratação de serviços terceirizados; XVIII Congresso Brasileiro de Educação Infantil.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes
Não houve utilização total de recursos pela falta de liberação para início do curso pela Coordenação Estadual.

2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
A ação não foi realizada devido ao impedimento junto à coordenação estadual, embora o recurso tenha sido disponibilizado.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
A ação previa a utilização de recurso próprio.

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 113 - VIVA A INFÂNCIA
Gerente: JOELMA RODRIGUES DOS SANTOS

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Ampliar o atendimento em educação da população de 0 a 5 anos, em creche e pré-escola.

Público-Alvo: crianças de 0 a 5 anos
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: Sendo a educação infantil a primeira etapa da educação básica, e a crescente procura deste atendimento em virtude do crescimento populacional da inserção das mulheres no mercado de trabalho e números insuficientes de equipamentos de creche, se faz necessário a ampliação deste atendimento.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de atendimento da população de 0 a 3 anos (creche)	Previsto	4	6	7	10
	Apurado	6,17	5,89		
	Relação % Apurado/Previsto	154,25	98,17		
	Relação % Apurado/Final	61,70	58,90		
2010:					
2011:					
02 - Taxa de atendimento da população de 4 a 5 anos (pré-escola)	Previsto	46	48	50	55
	Apurado	65	48		
	Relação % Apurado/Previsto	141,30	100,00		
	Relação % Apurado/Final	118,18	87,27		
2010:					
2011:					

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 40% a 80% do previsto
Falta de estrutura física e de pessoal para atendimento de toda demanda.

2011 Alcance entre 40% a 80% do previsto
O crescimento elevado da população não pemitiu um avanço no total do atendimento.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Muito satisfeito
2011 Satisfeito
A população se mostra bastante satisfeita com o atendimento de Educação Infantil que é realizado nas Escolas Municipais.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Não há inadequação na concepção do programa

2011

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Pessoa com Deficiência
Os alunos portadores de necessidades especiais são atendidos prontamente em toda rede municipal.

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 113 - VIVA A INFÂNCIA
Gerente: JOELMA RODRIGUES DOS SANTOS

2011

Pessoa com Deficiência
Através do Programa Viva a Infância, as escolas de educação infantil estão sendo adaptadas para o recebimento de alunos com deficiencia; nas escolas são realizados projetos voltados para acessibilidade e aceitação da diferença que existe no outro.

Raça
O Programa Viva a Infância contempla em todas as suas esferas ações voltadas para o atendimento das mais diferentes raças.

Criança e Juventude
O Programa atende prioritariamente crianças de 3 a 5 anos de idade.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Os recursos materiais são adequados

2011

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
Com o alto índice da população na idade de Educação Infantilainda há falta de equipamento público para o atendimento das crianças queestão fora de sala de aula, por falta de vagas nas escolas municipais.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
Falta de pessoal qualificado para o trabalho.

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Falta de professores em algumas escolas municipais.

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Falta de professores.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Não possui mecanismos.
Dificuldades para a implementação de mecanismos: É necessário criação de mecanismos para maior participação social da população em geral.

2011

Reunião com grupos de interesse
São realizados encontros mensais com coordenadores da educação infantil das escolasmunicipais.

Outros: Seminário Viva a Infancia
Foram realizados encontros presenciais com os professores, gestores e coordenadoresda Educação Infantil do município.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Não há um material específico para avaliação do público alvo, há necessidade de criação de um instrumental para tal avaliação.

2011

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 020 - Aquisição de Material Didático para Distribuição a Alunos

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Visitas in loco

2011

Reuniões de trabalho
São realizadas reuniões para o planejamento anual, aquisição e distribuição de material didatico a alunos.

Visitas in loco
Visitas in loco, com intuito de realizar as necessidades das escolas, assim como a entrega de material didatico.

Relatórios de gestão
É realizado planejamento e relatorio anual das atividades das aquisições e distribuições do material didatico a alunos.

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 113 - VIVA A INFÂNCIA
Gerente: JOELMA RODRIGUES DOS SANTOS

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Recursos remanejados. Ação sem execução orçamentária.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
dentro da programaçao orçamentaria anual.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de Kit's pedagógicos contendo: 01 apontador, 01 borracha branca, 04 cadernos brochura, 04 lápis preto e 01 caixa lápis de cor.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Não utiliza recursos de origem orçamentária
Recursos remanejados. Ação sem execução orçamentária.

2011 Suficientes
Os recursos empenhados foram suficientes.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Recursos remanejados. Ação sem execução orçamentária.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
cotas liberadas mensalmente conforme programação orçamentaria anual.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
recurso proprio.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Realocação do crédito setorial de um programa para outro

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 113 - VIVA A INFÂNCIA
Gerente: JOELMA RODRIGUES DOS SANTOS

AÇÃO: 022 - Aquisição de Material Didático-Pedagógico Destinado às Escolas

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Relatórios de gestão

2011

Visitas in loco

As escolas enviam quadro de necessidades e verificam essas necessidades in loco.

Sistemas informatizados

São elaborados quadros de necessidades e distribuição de material didático-pedagógico.

Relatórios de gestão

Relatório anual.

Reuniões de trabalho

Reuniões periódicas, observando o ano letivo, para aquisição de material didático-pedagógico destinado às escolas.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

dentro da programaçao orçamentaria anual.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de brinquedos pedagógicos para ampliar o atendimento em educação à população de 0 a 5 anos e creche e pré-escola.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes

2011 Suficientes

Os recursos empenhados foram suficientes.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

cotas liberadas mensalmente, conforme programação orçamentaria anual.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

recurso proprio.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 113 - VIVA A INFÂNCIA
Gerente: JOELMA RODRIGUES DOS SANTOS

AÇÃO: 025 - Aquisição de Mobiliário e Equipamentos para Escolas

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Relatórios de gestão

2011

Reuniões de trabalho

Reuniões periódicas, para andamento dos trabalhos da entrega do mobiliario nas escolas.

Visitas in loco

Visitas programadas, para entrega do mobiliario nas Unidades de Ensino.

Relatórios de gestão

Os relatorios de gestão são realizados em todos os deslocamentos às unidades de ensino, através do almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

Recursos remanejados. Ação sem execução orçamentária.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

dentro da programaçao orçamentaria anual.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de mobiliario e equipamentos para creches e pré-escolas.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Não utiliza recursos de origem orçamentária

Recursos remanejados. Ação sem execução orçamentária.

2011 Suficientes

dentro da programaçao orçamentaria anual.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária

Recursos remanejados. Ação sem execução orçamentária.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

cotas liberadas mensamente comforme programação orçamentaria anual.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

recurso proprio.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Realocação do crédito setorial de um programa para outro

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 113 - VIVA A INFÂNCIA
Gerente: JOELMA RODRIGUES DOS SANTOS

AÇÃO: 027 - Aquisição de Uniformes Escolares para Distribuição a Alunos

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Relatórios de gestão

2011

Reuniões de trabalho

Reuniões de trabalho realizadas trimestralmente, para analise e entrega dos uniformes escolares.

Visitas in loco

Visita in loco para verificar as necessidades das escolas e entrega dos uniformes escolares.

Sistemas informatizados

Os quadros de necessidades e de distribuição são informatizados.

Relatórios de gestão

Relatórios elaborados para análise e verificação das necessidades e posterior entrega dos uniformes.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

dentro da programaçao orçamentarial anual.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de uniformes escolares para distribuição a alunos da rede municipal de ensino.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes

2011 Suficientes

Os recursos empenhados foram suficientes.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

cotas liberadas mensalmente conforme programaçao orçamentaria anual.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

recurso proprio.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 113 - VIVA A INFÂNCIA
Gerente: JOELMA RODRIGUES DOS SANTOS

AÇÃO: 044 - Auxílio-Transporte a Servidores e Empregados

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Relatórios de gestão

2011

Sistemas informatizados

Sistema de Gestão de Pessoal

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Auxilio Transporte a Servidores e Empregados.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 113 - VIVA A INFÂNCIA
Gerente: JOELMA RODRIGUES DOS SANTOS

AÇÃO: 157 - Manutenção de Serviços das Unidades Administrativas da Rede Municipal de Ensino

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Sistemas informatizados
Relatórios de gestão

2011

Visitas in loco
Visita in loco, para verificar se os problemas e melhorias foram solucionados e realizados.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
A meta ficou acima do previsto, pois muitas das ações de manutenção foram realizadas pela equipe de manutenção da Secretaria Municipal de Educação, sendo boa parte dos recursos empregados apenas nas aquisições de suprimentos (material de construção).

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Realização de serviços de manutenção, reparos e reforma nas escolas:
EMEF JOÃO AFRO VIEIRA
EMEF JOSÉ AUGUSTO DA SILVA
EMEIEF JOAQUIM VICENTE RONDON
EMEF ALEGRIA
EMEF BELEZAS DO BURITI
EMEF FLOR DO PIQUIÁ
EMEF FRANCISCO ELENILSON NEGREIROS
EMEF PÉ DE MURICI
EMEF PEDRO TAVARES BATALHA - URB
EMEF PINGO DE GENTE
EMEI CASTANHEIRA
EMEI ENCANTO DO IPÊ
EMEI MEU PEQUENO JONES
EMEI MORANGUINHO
EMEI PEQUENOS TALENTOS
EMEI SEMENTES DO ARAÇA
EMEIEF 12 DE OUTUBRO
EMEIEF AREAL DA FLORESTA
EMEIEF AUTA DE SOUZA
EMEIEF BOM PRINCÍPIO
EMEIEF DR TANCREDO NEVES
EMEIEF ESPERANÇA
EMEIEF ESTRELA DO AMANHÃ
EMEIEF GUADALUPE
EMEIEF JORNALISTA FERNANDO ESCARIZ
EMEIEF KHRYS DAMARES
EMEIEF NOVA REPÚBLICA
EMEIEF PADRE GEOVANI MENDES
EMEIEF PEQUENO MESTRE
EMEIEF PEQUENO POLEGAR
EMEIEF SOM DA CRAVIOLA
EMEIEF TARUMA
EMEIEF TUCUMÃ
EMEIEF VOO DA JURITI
EMEIEF VOVÓ HELENA
EMEIF SANTA MARGARIDA

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
2011 Suficientes
Os recursos foram suficientes para a superação da meta.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 113 - VIVA A INFÂNCIA
Gerente: JOELMA RODRIGUES DOS SANTOS

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
A demora do procedimento licitatório e na tramitação do processo.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

AÇÃO: 222 - Remuneração e Encargos Sociais de Profissionais do Magistério da Educação Básica em Efetivo Exercício na Rede Pública

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Sistemas informatizados

2011

Sistemas informatizados
Através do Sistema de Gestão de Pessoal

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Atendimento Excelente

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Remuneração e Encargos Sociais de Profissionais do Magistério da Educação Básica em Efitivo Exercício na Rede Pública.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 113 - VIVA A INFÂNCIA
Gerente: JOELMA RODRIGUES DOS SANTOS

AÇÃO: 231 - Transferências de Recursos Destinados às Escolas - Proafem

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Relatórios de gestão

2011

Não possui mecanismos.

Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: A Divisão, apenas faz o repasse dos Recursos do PROAFEM.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Dentro da prgramçao orçamentaria anual.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Transferências de Recursos Financeiros às Escolas.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
2011 Suficientes

Dentro da programação orçamentaria anual.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

as cotas liberadas mensalmente dentro da programaçao orçamentaria anual.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

recurso proprio.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 113 - VIVA A INFÂNCIA
Gerente: JOELMA RODRIGUES DOS SANTOS

AÇÃO: 232 - Transferências de Recursos Destinados às Escolas - Proafinc

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Visitas in loco
A Comissão do PROAFINC visita faz visitas in loco nas escolas conveniadas para averiguação do convênio.

2011

Reuniões de trabalho
Reuniões realizadas com os representantes das instituições conveniadas através do PROAFINC.

Visitas in loco
A equipe que compõe a Comissão do PROAFINC faz visitas às escolas conveniadas atravésdo PROAFINC, para averiguação das ações propostas no Plano de Trabalho de cadainstituição.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
O convênio foi cancelado em algumas escolas cujo prédios passaram a ser alugados pela SEMED.

2011 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
Como houve construção de novas Escolas Municipais, não houve necessidade para mais convênios.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Transferência de recursos financeiros, com a realização de 21 convênios com instituições comunitárias, filantrópicas e confessionais, situadas em todas as zonas urbanas de Porto Velho.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
O número de escolas foi inferior à meta prevista.

2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada
Houve demora na aprovação de alguns processos.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Atraso na liberação de recursos
Demora no trâmite dos processos.

Atraso na prestação de contas dos beneficiários
Escolas conveniadas que não prestaram contas de anos anteriores.

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 113 - VIVA A INFÂNCIA
Gerente: JOELMA RODRIGUES DOS SANTOS

AÇÃO: 251 - Construção, Expansão e Reforma de Unidades de Ensino

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Relatórios de gestão

2011

Visitas in loco

Visita ao local das obras para verificação da ação.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

A meta não chegou aos 100% devido as 8 creches que foram licitadas em dezembro e a execução ficou para 2012.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Escolas construidas ou reformadas:
Escola Areal da Floresta (N. República)
Anexo da Escola Pe. Geovani
Escola Tarumã
Escola Som da Craviola
Escola Alegria
Escola Cora Coralina
Escola Nova República
Escola Maria Angélica
Escola Maria Jacira Feitosa
Escola Ed. Infantil Jacy Paraná

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes

2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Baixo

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos

Demora no andamento do processo e no procedimento licitatório.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Ocorreram construções com recursos de compensação ambiental.

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 113 - VIVA A INFÂNCIA
Gerente: JOELMA RODRIGUES DOS SANTOS

AÇÃO: 253 - Realização de Eventos Recreativos

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Relatórios de gestão

2011

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Ação não realizada em 2010. Recursos remanejados.

2011 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Não houve realização do evento previsto, o valor foi remanejado para outra ação.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Não foram liberados recursos
Redução de crédito orçamentário. Redução conforme decreto nº 11.552 de 04.01.2010

2011 Não foram liberados recursos
Os recursos foram remanejados para outra ação.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
Os recursos não foram liberados, portanto a ação não foi executada.

2011 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
Não foram liberados recursos.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Redução de crédito orçamentário.

2011

Realocação do crédito setorial de um programa para outro
O valor da ação foi remanejado para outra ação.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 113 - VIVA A INFÂNCIA
Gerente: JOELMA RODRIGUES DOS SANTOS

AÇÃO: 261 - Remuneração e Encargos Sociais de Pessoal Ocupado em Atividades de Apoio de Técnico-Administrativo

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Sistemas informatizados

2011

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Remuneração e Encargos Sociais de Pessoal Ocupado em Atividades de Apoio Técnico - Administrativo.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 113 - VIVA A INFÂNCIA
Gerente: JOELMA RODRIGUES DOS SANTOS

AÇÃO: 352 - Assessoramento pedagógico às escolas de educação infantil

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
A equipe da Divisão de Educação Infantil se reune internamente para planejamento do Assessoramento nas Escolas de Educação Infantil.

Visitas in loco
São feitas visitas in loco para assessoramento das Escolas de Educação Infantil.

Relatórios de gestão
São feitos relatórios de visita nas visitas feitas de assessoramento pedagógico.

2011

Reuniões de trabalho
Reuniões com a equipe de trabalho.

Visitas in loco
Visitas de monitoramento às escolas de educação infantil.

Relatórios de gestão
A cada visita realizada, são realizados relatórios de visita.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Foram assessoradas mais de 15 escolas de Educação Infantil ao longo do ano de 2010 e realizados 09 encontros com coordenadores pedagógicos.

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Foram realizadas visitas somente nas escolas da Zona Urbana.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Realização de visitas às Escolas de Educação Infantil para assessoramento pedagógico.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes
Falta de recursos para realização de encontros de cárater pedagógico com os Coordenadores Pedagógicos das Escolas de Educação Infantil, houve redução de crédito orçamentário conforme decreto n°11.698 de 28/06/2010.

2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
Os recursos liberados não foram suficientes para realização de encontros de cárater pedagógico com Coordenadores Pedagógicos, os encontros realizados ao longo do ano foram feitos sem recursos.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Houve redução orçamentária.

Atraso na liberação de recursos
Os recursos liberados não foram suficientes.

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 113 - VIVA A INFÂNCIA
Gerente: JOELMA RODRIGUES DOS SANTOS

AÇÃO: 353 - Premiação de escolas e profissionais de educação por práticas exitosas

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Não possui mecanismos.

2011

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

Ação não realizada por falta de orçamento.Recursos remanejados.

2011 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

O evento não foi realizado em 2011 pela morosidade na licitação do mesmo. O processo foi licitado no mês de dezembro, impossibilitando sua realização.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Não foram liberados recursos

Redução de crédito orçamentário, conforme decreto n°11.679 de 04/06/2010.

2011 Não foram liberados recursos

Pela morosidade da licitação os recursos não foram liberados a tempo paraa realização do evento.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada

Os recursos previstos não foram liberados.

2011 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada

Não houve liberação dos recursos em tempo hábil para a realização do evento.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Realocação do crédito setorial de um programa para outro

Redução orçamentária.

2011

Atraso na liberação de recursos

Os recursos não foram liberados a tempo para a realização do evento em 2011. Portanto o mesmo será realizado em 2012.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 113 - VIVA A INFÂNCIA
Gerente: JOELMA RODRIGUES DOS SANTOS

AÇÃO: 354 - Aquisição de materiais para recreação destinados as escolas

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Relatórios de gestão

2011

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Redução orçamentária. Ação não realizada.

2011 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Não houve licitação do processo.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Não utiliza recursos de origem orçamentária
Redução orçamentária. Ação não realizada.

2011 Não foram liberados recursos
Não houve liberação de recursos, pois o processo não foi licitado.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Redução orçamentária. Ação não realizada.

2011 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
Não houve liberação de recursos.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Redução orçamentária. Ação não realizada.

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Não houve licitação do processo.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 116 - SAÚDE ESCOLAR
Gerente: Valdete da Silva Leite

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Aumentar o nível de atendimento à saúde do educando, promovendo ações de prevenção, identificação e correção de problemas visuais, bucais, de saúde geral e a formação continuada de agentes multiplicadores, visando à melhoria do processo ensino-aprendizagem.

Público-Alvo: Alunos, pais, profissionais da educação.

Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

Justificativa: Oftalmologia: contribuir para a melhoria do processo ensino-aprendizagem, a partir da prevenção, identificação e correção de problemas visuais, disponibilizando consultas e próteses visuais, após triagem oftalmológica.
- Projeto Escola que Protege: proporcionar formação continuada de professores, gestores, pais e alunos para prevenir e reduzir os índices de violência contra a criança e o adolescente;
- Projeto Escolas Promotoras de Saúde: buscar a melhoria da qualidade de vida, através de práticas saudáveis de alimentação e de atividades físicas;

- Odontologia: prevenir o aparecimento de doenças da boca, dos dentes e da gengiva;
- Saúde Geral: proporcionar formação continuada de agentes multiplicadores em relação à sexualidade na adolescência, planejamento familiar (gravidez na adolescência), DST/AIDS e o combate ao uso de drogas lícitas e ilícitas em todas as escolas do município, de forma a sensibilizar pais, educadores e principalmente alunos para uma visão fundamentada na prevenção e promoção da saúde de forma eficiente e eficaz.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Número de alunos atendidos com próteses e consultas oftalmológicas, por ano	Previsto	2500	2687	2889	3105
	Apurado	3971	1648		
	Relação % Apurado/Previsto	158,84	61,33		
	Relação % Apurado/Final	127,89	53,08		
2010:					
2011: O número de alunos atendidos foi menor que a meta devido a demora na tramitação de processos.					
02 - Número de alunos atendidos com tratamento odontológico, por ano	Previsto	35149	37785	40619	43665
	Apurado	41084	43121		
	Relação % Apurado/Previsto	116,89	114,12		
	Relação % Apurado/Final	94,09	98,75		
2010:					
2011: O atendimento foi superado, devido ao aumento do número de alunos atendidos pela rede municipal de ensino.					
03 - Número de alunos atendidos em Saúde Geral(neurologia, otorrinolaringologia, fonoaudiologia, eletroencefalograma,oftalmologia), por ano	Previsto	1900	2042	2195	2360
	Apurado	1404	1867		
	Relação % Apurado/Previsto	73,89	91,43		
	Relação % Apurado/Final	59,49	79,11		
2010:					
2011: A meta não foi atingida devido a morosidade na tramitação processual, o que dificultou a realização de consultas das especialidades.					
04 - Número de pessoas (professores, gestores, pais e alunos) atendidos com formação continuada, na prevenção e redução dos índices de violência contra a criança e o adolescente	Previsto	580	580	580	580
	Apurado	2000	458		
	Relação % Apurado/Previsto	344,83	78,97		
	Relação % Apurado/Final	344,83	78,97		
2010:					
2011: A meta não foi atingida, pois os processos demoraram muito em sua tramitação.					

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 116 - SAÚDE ESCOLAR
Gerente: Valdete da Silva Leite

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
A meta teve um êxito muito favorável ao esperado de 100% anual em quase todas ações.

2011 Alcance entre 40% a 80% do previsto
Abaixo do esperado devido a morosidade na tramitação processual.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
Houve uma satisfação muito grande dos alunos beneficiados com as ações.

2011 Satisfeito
A comissão portariada visita os consultórios e as pessoas consultadas são avaliadas através de instrumental de satisfação do público.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Definição do objetivo do programa em relação ao problema
Conseguiu-se atingir a previsão, mas não o esperado pois a demanda cresceu em algumas ações.;

2011

Questão administrativa-processual, que dificultou um atendimento de qualidade.

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Pessoa com Deficiência
Atendimento a crianças e adutos na rede municipal de ensino com distúrbios visuais, problemas neurológicos, distúrbios na fala e problema na audição com atendimento especializado.

Criança e Juventude
Foram feitas várias parcerias como a do PROERD, SESC e a Energia Sustentável para fazer palestras educativas sobre sexualidade, gravidêz na adolescência, DST´S, escolas promotoras de saúde, Higiêne Bucal e Violência Doméstica na capital e distritos de Porto Velho.

2011

Criança e Juventude
Trabalho com alunos do 1º ao 5º, 6º ao 9º anos e alunos da EJA, através de oficinas e palestras.Trabalho com palestras e oficinas práticas, os temas: Dst Aids, Violencia Doméstica, doenças sexualmente transmissíveis e outros.

Raça
Trabalho com alunos do 1º ao 5º, 6º ao 9º anos e alunos da EJA, através de oficinas e palestras.

Gênero
Trabalho com alunos do 1º ao 5º, 6º ao 9º anos e alunos da EJA, através de oficinas e palestras.Trabalham através de oficinas nas escolas, com palestras, teatro, músicas, desenhos, trabalhos em grupos.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Houve uma necessidade muito grande de recursos em algumas ações, devido o aumento de algumas consultas fora do esperado.

2011

Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial
Falta de cursos profissionalizantes para esses funcionários na área específica.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
Falta de cursos profissionalizantes para esses funcionários na área específica.

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Quantidade de servidores insuficientes para atender toda a rede.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial
Qualificação em serviço dos servidores que necessitam ser capacitados para um atendimento de qualidade.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Reunião com grupos de interesse

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 116 - SAÚDE ESCOLAR
Gerente: Valdete da Silva Leite

Divulgações nas escolas e reuniões com pais, alunos e professores.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Diminuição da evasão escolar, diminuição da gravidez inesperada na adolescência, dimunuição do uso de drogas nas escolas e diminuição das DST´s entre os alunos.

2011

Ação com a comunidade escolar e local através de atendimentos de consutas e trabalho de prevenção.

Reunião com grupos de interesse
Reunião de Planejamento e resultados das ações.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Mecanismos adotados:

2011

SIM

Mecanismos adotados:
Avaliação é feita através de instrumentais para as consultas, onde os técnicos da Divisão aplicam questionários de satisfação aos pais dos alunos e a empresa.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 015 - Aquisição de Gabinetes e Instrumentais Odontológicos

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Visitas in loco
Existe uma supervisora de programa específica para cada ação.

2011

Visitas in loco
As visitas aos consultórios são feitas quinzenalmente pela equipe da Divisão de Saúde Bucal

Reuniões de trabalho
As reuniões são feitas semestralmente com os odontólogos e Técnicos de Saúde Bucal.

Relatórios de gestão
São feitos relatórios mensais pela equipe da Divisão quanto ao atendimento e relatórios de produção dos odontólogos, enviados à SEMUSA para, após, ser encaminhado ao Ministério da Saúde.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Até o momento existem 19 gabinetes odontológicos.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
As metas não foram atingidas devido a 2 escolas que estavam em reformas

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Reforma dos gabinetes odontológicos das escolas EMEF DARCY RIBEIRO - EMEF SÃO PEDRO - EMEF ANTONIO AUGUSTO REBELO- EMEF ESTELA COMPASSO - EMEF FRANCISCO ERSE- EMEF PADRE CHIQUINHO.
Pintura, assentamento de pisos, reparos na parte hidráulica dos gabinetes.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Supriu a demanda, e com remanejamentos para outras necessidades.

2011 Insuficientes
A insuficiência de recursos não permitiu atender mais escolas com gabinetes odontológicos nem fazer manutenção. Os poucos profissionais são cedidos para a Educação, pois pertencem ao quadro da Saúde.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2011 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
Pela morosidade dos processos houveram problemas de manutenção dos gabinetes, prejudicando assim o atendimento aos alunos.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Médio
O recurso orçamentário deu para trabalhar, mas não para suprir todas as demandas.

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 116 - SAÚDE ESCOLAR
Gerente: Valdete da Silva Leite

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Realocação do crédito setorial de um programa para outro

2011

Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)
Recursos insuficientes para ampliação do atendimento gradativo considerando a necessidade de atendimento em novos espaços e contratação de novos profissionais.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:
ODONTO - SESC - tem reforçado o atendimento odontológico às escolas, através de prevenção, restauração, profilaxia.

AÇÃO: 019 - Aquisição de Material de Higiene Bucal e Prevenção à Cárie no Atendimento a Alunos

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Relatórios de gestão

2011

Não possui mecanismos.
Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: Controle de distribuição e trabalho in-loco de escovação e bochecho

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Conseguiu-se comprar todos os kit´s necessários para atender toda a demanda.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
A meta não foi atingida pois o aumento do número de alunos não foi o mesmo da meta estipulada

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Todas as escolas municipais 141.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Alcance da meta esperada e remanejamento de recursos para outras ações.

2011 Insuficientes
Recursos empenhados, porém não liquidados no exercício.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2011 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
Morosidade na tramitação do processo. O mesmo fracassou.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Realocação do crédito setorial de um programa para outro

2011

Outros: Morosidade na tramitação do processo.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 116 - SAÚDE ESCOLAR
Gerente: Valdete da Silva Leite

AÇÃO: 029 - Aquisição Kits de Primeiros Socorros para Escolas

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Relatórios de gestão

2011

Não possui mecanismos.

Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: Através do relatórios gerenciais

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

Não houve execução no exercício. Recursos remanejados.

2011 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

Não foram adquiridos kits de primeiros socorros, pois o processo de aquisição fracassou.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Nenhuma escola foi atendida

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Não utiliza recursos de origem orçamentária

Não houve execução no exercício. Recursos remanejados.

2011 Insuficientes

Os recursos não foram suficientes. Não houve empenhamento.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária

Não houve execução no exercício. Recursos remanejados.

2011 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada

Não foi feita a liberação dos recursos

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Realocação do crédito setorial de um programa para outro

Não houve execução no exercício. Recursos remanejados.

2011

Recursos insuficientes. O processo fracassou.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 116 - SAÚDE ESCOLAR
Gerente: Valdete da Silva Leite

AÇÃO: 097 - Gestão e Administração do Programa

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Relatórios de gestão

2011

Não possui mecanismos.

Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: Através dos relatórios gerenciais

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Meta realizada dentro do previsto.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

A meta foi atingida, pois os recursos garantiram o bom desenvolvimento do programa.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Coordenação e supervisão das ações.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

Houve movimentação parcial dos recursos para pagamentos de diárias para os funcionários que executaram serviços fora da Capital.

2011 Suficientes

Os recursos foram disponibilizado de forma a garantir o fiel cumprimento das ações.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Esse recurso é liberado anualmente conforme às viagens a ser executadas para palestras e cursos.

2011 O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada

Ocorreu uma demora na liberação orçamentaria, mas que não foi decisivo na execução do programa.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Realocação do crédito setorial de um programa para outro

2011

Atraso na liberação de recursos

Demora na locação de recursos

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 116 - SAÚDE ESCOLAR
Gerente: Valdete da Silva Leite

AÇÃO: 153 - Manutenção de Gabinetes Odontológicos

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Relatórios de gestão

2011

Reuniões de trabalho
Reuniões para planejamento e avaliação de ações.

Visitas in loco
Através da equipe portariada é realizada a supervisão dos serviços.

Relatórios de gestão
Relatório de ações.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Houve necessidade de remanejamento para outras ações.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
A meta não foi atendida devido a duas escolas que estavam em reforma

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Reforma de gabinetes odontológicos: pintura, assentamento de pisos, reforma hidraúlica.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes
Houve necessidade de remanejamento para outras ações.

2011 Insuficientes
Os recursos não foram suficientes para o atendimento normal do programa

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2011 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
A morosidade no certame licitatório ocasionou atraso na manutenção dos gabinetes odontológicos, impossibilitando o atendimento.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Houve necessidade de remanejamento para outras ações.

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Dificuldades no trâmite processual.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 116 - SAÚDE ESCOLAR
Gerente: Valdete da Silva Leite

AÇÃO: 368 - Assistência Médica, Laboratórial e Suporte Profilático e Terapêutico a Alunos com necessidades Educativas Especiais.

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Relatórios de gestão

2011

Não possui mecanismos.

Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: As informações são captadas através dos relatórios gerenciais do programa.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Houve meta de 100% em agumas ações como as de neuro e otorrino, mas houve algumas ações que não houve essa meta devido ao aumento das consultas.

2011 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

Os alunos foram encaminhados, mas muitos não compareciam para retirar a guia de consulta. Falta de comprometimento dos responsáveis. Foram enviados ofícios às escolas comunicando o fato.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Consultas de Neurologia e Otorrinolaringologista. Exames de Audiometria, Eletroencefalograma e Tomografia computadorizada. Sessões de Fonoaudiologia.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

2011 Suficientes

Os recursos liberados foram suficientes, no entanto a demora na licitação dos processos atrasou o andamento do programa.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Liberados de acordo com o planejamento do programa

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

Conseguimos atingir algumas metas, mas não todas.

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)

Todo ano as consultas sofrem um aumento não previsto no começo do ano.

2011

Falta de compromisso dos pais dos alunos e de algumas escolas

Dificuldades em licitações e celebração de contratos

demora nos procedimento licitatórios

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 116 - SAÚDE ESCOLAR
Gerente: Valdete da Silva Leite

AÇÃO: 369 - Reabilitação Visual para a Educação de Jovens e Adultos.

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Relatórios de gestão

2011

Relatórios de gestão

Relatório anual das consultas feitas.

Reuniões de trabalho

Apresentação da explicação do Projeto aos diretores das escolas para conhecimento.

Visitas in loco

As visitas são feitas mensalmente nos consultórios oftalmológicos pela equipe de supervisão portariada pela SEMED.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

Meta realizada abaixo da previsão, devido ao aumento das consultas.

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

A meta foi superada devido a triagem realizada e o número da demanda que aumentou

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Consultas oftalmológicas: 1187; Próteses: 464.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

2011 Insuficientes

Os recursos não são suficientes para atender toda a clientela

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

.

2011 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada

Há necessidade de liberação mais rápida dos recursos orçamentários.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

Não conseguimos a demanda.

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Realocação do crédito setorial de um programa para outro

2011

Atraso na tramitação dos processos

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 117 - VIVENDO A ESCOLA FUNDAMENTAL
Gerente: ANELISA PRAZERES VELOSO

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Elevar o índice de desenvolvimento da educação básica, nas séries iniciais e finais do ensino fundamental.

Público-Alvo: Alunos de 06 a 14 anos matriculados na rede pública municipal de ensino de Porto Velho.
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: O Programa Vivendo a escola Fundamental é responsável pelo processo ensino - aprendizagem na segunda etapa da Educação Básica. Este Programa tem por objetivo desenvolver aões de acompanhamento das políticas de educação que garantam a melhoria da qualidade de ensino, consolidando a participação do Sistema Municipal de Ensino na universalização do atendimento à população na faixa etária dos 6 aos 14 anos, além de promover a correção das defasagens do fluxo escolar por meio de classes de aceleração da aprendizagem, assim como fomentar as política de valorização dos profissionais atuantes na educação. O desenvolvimento das ações asseguradas neste Programa, visam proporcionar formação integral das crianças de 6 à 14 anos, possibilitando real participação social no processo de domínio da leitura, escrita, raciocínio lógico, sendo estes os principais instrumentos de participação social na sociedade do conhecimento.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB - Anos Iniciais - AI	Previsto	3,9	4,3	4,4	4,6
	Apurado	4,1	4,3		
	Relação % Apurado/Previsto	105,13	100,00		
	Relação % Apurado/Final	89,13	93,48		

2010:

2011: Índice não publicado pelo MEC até o momento desta avaliação.

		2010	2011	2012	2013
02 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB - Anos Finais - AF	Previsto	3,5	3,8	3,9	4,2
	Apurado	3,1	3,9		
	Relação % Apurado/Previsto	88,57	102,63		
	Relação % Apurado/Final	73,81	92,86		

2010:

2011: Índice não publicado pelo MEC até o momento desta avaliação.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Mesmo tendo aumentado consideravelmente o número de alunos na rede municipal, conseguiu-se atender o público alvo.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Não apurada
2011 Satisfeito
O Programa tem contribuido para a melhoria da qualidade do ensino fundamental da rede.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Não há inadequação na concepção do programa

2011

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Raça
São desenvolvidos projetos com essa temática nas escolas e consta no calendário escolar o Dia Nacional da Consciência Negra, no dia 20/11

Pessoa com Deficiência

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 117 - VIVENDO A ESCOLA FUNDAMENTAL
Gerente: ANELISA PRAZERES VELOSO

São desenvolvidos projetos com essa temática nas escolas e consta no calendário escola o dia 13/05 como Dia Temático coordenado pela Divisão de Ensino Especial.

Gênero
São desenvolvidos projetos com essa temática nas escolas e é destacado no calendário escolar o mês de agosto para desenvolver atividades voltadas para a cultura de paz.

Criança e Juventude
São desenvolvidos projetos com essa temática nas escolas e consta no calendário escolar a semana de 03 a 07 de outubro como semana de estudos da Constituição Federal.

2011

Pessoa com Deficiência
Tema abordado em ações de Reformas das Unidades de Ensino, aquisição de mobilia.

Gênero
Nas ações Inplementação dos Curriculos Escolares; Realização de Jogos Escolares, Desenvolvimento de Pesquisas e Estudos Educacionais.

Criança e Juventude
Nas ações Inplementação dos Curriculos Escolares; Realização de Jogos Escolares, Desenvolvimento de Pesquisas e Estudos Educacionais.

Raça
Nas ações Inplementação dos Curriculos Escolares; Realização de Jogos Escolares, Desenvolvimento de Pesquisas e Estudos Educacionais.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Os recursos materiais são adequados

2011

Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
Falta de pessoal para compor a equipe.

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Falta de professores, coordenadores pedagógicos e orientadores educacionais.

2011

Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Não possui mecanismos.
Dificuldades para a implementação de mecanismos: Organizar reuniões com diversos segmentos sociais.

2011

Ouvidoria
Através do Fala Prefeito

Reunião com grupos de interesse
Realização de reunião com grupos de interesse, participação dos conselhos municipais e comunidade escolar.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Elaborar instrumental avaliativo.

2011

SIM

Mecanismos adotados:
Através de análise de relatórios e avaliações internas.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 017 - Aquisição de Material de Cantina Destinado às Escolas

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho

Relatórios de gestão

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 117 - VIVENDO A ESCOLA FUNDAMENTAL
Gerente: ANELISA PRAZERES VELOSO

2011

Reuniões de trabalho
Reuniões periódicas, para analise das necessidades e entrega dos materias de cantina destinadas as escolas..

Visitas in loco
Visitas in loco para verificação de necessidades das escolas.

Sistemas informatizados
Relatórios periódicos, com atualização das entregas de material de cantina nas escolas.

Relatórios de gestão
Relatorio realizados mensalmente com analise na gestão, sendo analisados e posteriormente verificado o andamento das ações.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Ação não executada. Recursos remanejados parcialmente.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
dentro da programaçao orçamentaria anual.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de Material de Cantina Destinado às Escolas.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes
Ação não executada. Recursos remanejados parcialmente.

2011 Suficientes
dentro da programaçao orçamentaria anual.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
Ação não executada. Recursos remanejados parcialmente.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
cotas liberadas mensalmente, conforme programaçao orçamentaria anual.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
recurso prorio.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Realocação do crédito setorial de um programa para outro

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 117 - VIVENDO A ESCOLA FUNDAMENTAL
Gerente: ANELISA PRAZERES VELOSO

AÇÃO: 020 - Aquisição de Material Didático para Distribuição a Alunos

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Relatórios de gestão

2011

Reuniões de trabalho
Reuniões de análise aos processos em andamento, assim como análise das necessidades das unidades de ensino.

Visitas in loco
Visita in loco, para verificar as necessidades das escolas, assim como entrega do material didático ao alunado.

Sistemas informatizados
Todos os relatorio de necessidades e distribuições são informatizados, e verificado para o andamento de entregas.

Relatórios de gestão
Os relatorios são enviados para analise, verificação de necessidades, e após, atender no devido tempo os relatórios das gestões.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
dentro do previsto.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
dentro da programaçao orçamentaria anual.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de material didatico para distribuição a alunos

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes
2011 Suficientes
Os recursos empenhados foram suficientes.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
Sem movimentação financeira.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
cotas liberadas mensalmente, conforme programaçao orçamentaria anual.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Médio
recurso do FNDE.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Realocação do crédito setorial de um programa para outro

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 117 - VIVENDO A ESCOLA FUNDAMENTAL
Gerente: ANELISA PRAZERES VELOSO

AÇÃO: 027 - Aquisição de Uniformes Escolares para Distribuição a Alunos

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Relatórios de gestão

2011

Reuniões de trabalho
Reuniões de trabalho para realizar levantamento das necessidades das unidades de ensino, e posterior distribuição dos uniformes, além de acompanhar o andamento dos processos referente ao uniforme escolar.

Visitas in loco
Visita in loco, para vefícar as necessidades das unidades assim como entrega dos uniformes.

Sistemas informatizados
Todos os relatórios de necessidades e distribuição são informatizados.

Relatórios de gestão
Todos os relatorios de gestao são entregues na SEMED, para analise e posterior providencias, para entrega dos uniformes as unidades de ensino.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
dentro da programação orçamentaria anual.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisção de uniformes escolares para distribuição a alunos.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes
2011 Suficientes
Os recursos empenhados foram suficientes.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
cotas liberadas mensalmente dentro da programaçao orçamentaria anual.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
recurso proprio.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 117 - VIVENDO A ESCOLA FUNDAMENTAL
Gerente: ANELISA PRAZERES VELOSO

AÇÃO: 044 - Auxílio-Transporte a Servidores e Empregados

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Relatórios de gestão

2011

Sistemas informatizados
Através do Sistema de Gestão de Pessoal.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Auxílio Transporte a Servidores e Empregados.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 117 - VIVENDO A ESCOLA FUNDAMENTAL
Gerente: ANELISA PRAZERES VELOSO

AÇÃO: 079 - Desenvolvimento de Estudos e Pesquisas Educacionais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
São realizadas reuniões com a equipe que desenvolve junto às escolas o programa Livro-Carta-Mural.

Visitas in loco
São realizadas visitas nas escolas que participam do programa.

Relatórios de gestão
São elaborados dois relatórios referente à execução do programa.

2011

Reuniões de trabalho
Realização de reuniões com os grupos de trabalho trimestralmente.

Visitas in loco
Realização de visita in loco nas escolas, mensalmente, e quando há disponibilidade de veículo.

Relatórios de gestão
Análise dos relatórios das ações realizadas.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
O Programa foi realizado com sucesso

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Leitura e produção de texto - Programa de Incentivo a Leitura - Livro Carta Mural - Em 12 escolas urbanas.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
É preciso aumentar o número de escolas atendidas com o programa o que não foi possível por falta de recurso orçamentário.

2011 Insuficientes
A dotação prevista e liquidada foi suficiente. Porém o recurso não é suficiente para a implementação do programa em toda rede municipal.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
O programa foi executado com o recurso disponível.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Atraso na tramitação do processo comprometreu o inicio da ação.

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 117 - VIVENDO A ESCOLA FUNDAMENTAL
Gerente: ANELISA PRAZERES VELOSO

AÇÃO: 122 - Implementação de Biblioteca nas Escolas

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Relatórios de gestão

2011

Reuniões de trabalho
Reuniões para verificar as necessidades das escolas, e levantamento de bibliotecas na rede de ensino.

Visitas in loco
Visitas periodicas, para verificação dos predios das escolas para preparação das bibliotecas.

Sistemas informatizados
Todos os relatórios são informatizados, tendo as necessidades, as analises dos engenheiros.

Relatórios de gestão
Todo relatório de gestão é encaminhado à SEMED para análise e posterior levantamento das necessidades das unidades de ensino.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Dentro da programçao orçamentaria anual.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de equipamentos, estantes, prateleiras e móveis.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
2011 Suficientes
Dentro do programado.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
As cotas foram liberadas mensalmente, dentro da programação orçamentaria anual.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Recurso proprio.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Realocação do crédito setorial de um programa para outro

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 117 - VIVENDO A ESCOLA FUNDAMENTAL
Gerente: ANELISA PRAZERES VELOSO

AÇÃO: 125 - Implementação de Hortas Escolares

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Relatórios de gestão

2011

Visitas in loco
Visita in loco, para analise do terreno das escolas para implantação de hortas escolares.

Sistemas informatizados
Ttodos os relatório de necessidades são informatizados.

Reuniões de trabalho
Reuniões com os diretores das unidades de ensino para analisar as necessidades e possibilidades de implantação de hortas escolares.

Relatórios de gestão
Os relatorios das necessidades são entregue na SEMED para análise e posterior visita in loco para analisar o terreno para implantação de hortas.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
2011 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Os recursos foram remanejados.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Ação: Desenvolvimento de Estudos e Pesquisas Educacionais
Produto: AÇOES REALIZADAS
Detalhamento do Produto: Elevar o índice de desenvolvimento da educação básica, nas séries iniciais e finais do ensino fundamental.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes
2011 Não foram liberados recursos
Os recursos foram remanejados.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
Recursos remanejados.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
RECURSO PROPIO.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Realocação do crédito setorial de um programa para outro

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 117 - VIVENDO A ESCOLA FUNDAMENTAL
Gerente: ANELISA PRAZERES VELOSO

AÇÃO: 130 - Implementação do Programa de Inclusão Digital Destinado a Alunos

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Relatórios de gestão

2011

Não possui mecanismos.
Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: As informações são captadas através dos relatórios de manutenção e acompanhamento pelo NTM.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Acima do previsto em virtude de algumas ações terem sido realizadas por funcionários da Secretaria.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Manutenção de laboratórios de informática e instalação de laboratórios.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes
2011 Suficientes
Os recursos foram suficientes para a execução do programa.Recursos empenhados, porém não liquidados no exercício.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Realocação do crédito setorial de um programa para outro

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Demora na tramitação e licitação dos processos.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 117 - VIVENDO A ESCOLA FUNDAMENTAL
Gerente: ANELISA PRAZERES VELOSO

AÇÃO: 132 - Implementação dos Currículos Escolares

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
São realizadas reuniões de trabalho com caráter avaliativo.

2011

Reuniões de trabalho
Realização de encontros mensais com o grupo de trabalho.

Visitas in loco
Visita in loco nas escolas mensalmente, para acompanhamento e monitoramento.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Meta realizada dentro do previsto.

2011 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Os recursos foram remanejados.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes
A dotação atual atendeu somente parte das diárias utilizadas para encontros de estudos para a implementação currícular, o restante do recurso sofreu redução de Crédito Conf. Dec. 11.725 de 22/07/2010.

2011 Não foram liberados recursos
Os recursos foram remanejados.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
Devido a Redução de Credito Conf. Dec. 11.725 de 22/07/2010, não foi possível executar a ação em sua totalidade.

2011 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
Os recursos foram remanejados.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Realocação do crédito setorial de um programa para outro
A ação não foi desenvolvida em sua totalidade devido a redução de Crédito Conf. Dec. 11.725 de 22/07/2010.

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 117 - VIVENDO A ESCOLA FUNDAMENTAL
Gerente: ANELISA PRAZERES VELOSO

AÇÃO: 157 - Manutenção de Serviços das Unidades Administrativas da Rede Municipal de Ensino

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Sistemas informatizados
Relatórios de gestão

2011

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
A meta diminuiu pelo número de escolas, pois algumas foram desativadas.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de materiais e serviços diversos, para manutenção das unidades escolares, tais como:
- materiais de consumo: expediente, limpeza e produtos de higienização; água potável;
- contas de água, luz e telefone;
- serviços de vigilância;
- locação de imóveis;
- serviços de dedetização e descupinização;
- serviços de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças em aparelhos eletrodomésticos, em 62 escolas;
- serviços de impressão, diagramação, publicação de documentos.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
2011 Suficientes
Os recursos foram liberados e foram suficientes para atender a sede.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Os recursos foram liberados de acordo com a necessidade apresentada pelo prgrama

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Demora na tramitação de processos e licitação.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 117 - VIVENDO A ESCOLA FUNDAMENTAL
Gerente: ANELISA PRAZERES VELOSO

AÇÃO: 209 - Realização de Jogos Escolares

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Relatórios de gestão

2011

Reuniões de trabalho
Realizadas reuniões com a equipe de Coordenação dos Jogos Ecolares da Divisão de Esporte.

Visitas in loco
Todos os locais de competições são visitados pela equipe organizadora.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Os Jogos foram realizados, porém sem a utilização de recursos financeiros, pois os processos não finalizaram a tramitação em 2011. A SEMED em parceria com seus Núcleos de Ensino realizaram os Jogos.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
2011 Insuficientes
Parte dos recursos foram remanejados devido a dificuldade de tramitação processual em tempo hábil.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
Recursos remanejados devido a problemas na tramitação processual em tempo hábil.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Baixo
Realização de parcerias para realização dos jogos em 2011.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Devido a obrigatoriedade de se fazer a planilha de composição de custos unitários e de recomendações diversificadas, o processo teve dificuldades em tramitar. Isso ocasionou a realização dos jogos, mas através de parcerias e não com a utilização dos recursos financeiros.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:
Em 2011 as parcerias foram fundamentais para realização dos Jogos Escolares.

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 117 - VIVENDO A ESCOLA FUNDAMENTAL
Gerente: ANELISA PRAZERES VELOSO

AÇÃO: 222 - Remuneração e Encargos Sociais de Profissionais do Magistério da Educação Básica em Efetivo Exercício na Rede Pública

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Sistemas informatizados
Relatórios de gestão

2011

Sistemas informatizados
Através do Sistema de Gestão de Pessoal

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Remuneração e Encargos Sociais de Profissionais do Magistério da Educação Básica em Efetivo Exercício na Rede Pública.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 117 - VIVENDO A ESCOLA FUNDAMENTAL
Gerente: ANELISA PRAZERES VELOSO

AÇÃO: 231 - Transferências de Recursos Destinados às Escolas - Proafem

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Relatórios de gestão

2011

Não possui mecanismos.

Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: A Divisão faz apenas o repasse dos recursos do PROAFEM.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
2011 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

Total da rede em 2011 foi de 27.652 alunos.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Transferências de recursos financeiros às Escolas - Proafem.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 117 - VIVENDO A ESCOLA FUNDAMENTAL
Gerente: ANELISA PRAZERES VELOSO

AÇÃO: 251 - Construção, Expansão e Reforma de Unidades de Ensino

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Relatórios de gestão

2011

Não possui mecanismos.
Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: As informações são captadas in-loco, para verificação das ações planejadas.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
A meta foi superior devido a necessidade de realização de reforma e ampliações de algumas escolas, pela ampliação de demanda e necessidade de melhoria das estruturas físicas.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011
Escola Manoel Pedro Pereira - Reforma e Ampliação
Escola Areal da Floresta (N. República) - Construção
Anexo da Escola Pe. Geovani - Reforma
Escola Tarumã - Reforma
Escola Som da Craviola - Reforma
Escola Rio Pardo - Reforma
Escola Francisco Braga - Reforma e Ampliação
Escola Alegria - Reforma e Ampliação
Escola Elenilson Negreiros - 10 salas Ampliação
Alojamento de São Carlos - Reforma/Ampliação
Escola Cora Coralina - Reforma
Escola Nova República - Construção de Muro
Escola João Afro Vieira - Construção de Muro
Escola Raimundo Agostinho - Reforma
Ampliação do Beiral da Cobertura
Escola Rio Verde - Construção
Escola Profª Maria Angélica/Aliança - Construção
Escola Maria Casaroto Abati - Sala de Recurso
Escola Wadhi Darwich - Sala de Recurso

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes
2011 Suficientes
Os recursos foram liberados de acordo com a necessidade.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Demora na tramitação e licitação dos processos.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 117 - VIVENDO A ESCOLA FUNDAMENTAL
Gerente: ANELISA PRAZERES VELOSO

AÇÃO: 255 - Aquisição de Mobiliário e Equipamentos para Escolas e Unidades de Apoio ao Ensino

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Relatórios de gestão

2011

Relatórios de gestão
Todos os relatórios de necessidades são entregue à SEMED, para analise e posterior encaminhamento ao almoxarifado para verificação de material para distribuição nas unidades de ensino e apoio.

Reuniões de trabalho
Reunião para analise de necessidades de mobiliário nas unidades de ensino e apoio.

Visitas in loco
Visitas in loco, para levatamento de necessidades de mobiliário, nas unidades de ensino e apoio.

Sistemas informatizados
Todo levantamento de necessidades do que há nas unidades são feitos através de informatização.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Dentro da Programação anual.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de mobiliario e equipamentos para as escolas e unidades de apoio ao ensino fundamental.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes
2011 Insuficientes
Liquidação insuficiente.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Dentro da Programação anual.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Recurso proprio.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Realocação do crédito setorial de um programa para outro

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 117 - VIVENDO A ESCOLA FUNDAMENTAL
Gerente: ANELISA PRAZERES VELOSO

AÇÃO: 261 - Remuneração e Encargos Sociais de Pessoal Ocupado em Atividades de Apoio de Técnico-Administrativo

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Sistemas informatizados
Relatórios de gestão

2011

Sistemas informatizados
Através do Sistema de Gestão de Pessoal

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Remuneração e Encargos Sociais de Pessoal Ocupado em Atividades de Apoio Técnico-Administrativo.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 117 - VIVENDO A ESCOLA FUNDAMENTAL
Gerente: ANELISA PRAZERES VELOSO

AÇÃO: 376 - Implantação e Implementação do Centro de Informação Educacional

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Relatórios de gestão

2011

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Sem execução orçamentária. Recursos remanejados.

2011 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
O valor orçamentário não foi suficiente para o cumprimento total da ação.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Reprodução/confecção de material gráfico para a distribuição dos instrumentais de escrituração escolar para as escolas urbanas e do campo da rede municipal de ensino.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Não utiliza recursos de origem orçamentária
Sem execução orçamentária. Recursos remanejados.

2011 Insuficientes
O valor orçamentário não foi suficiente para o cumprimento total das despesas para a reprodução do material gráfico.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Sem execução orçamentária. Recursos remanejados.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Sem execução orçamentária. Recursos remanejados.

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.02 - CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: CEZAR AUGUSTO CORDEIRO CORDOVIL

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Público-Alvo:
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
-	Previsto				
	Apurado				
	Relação % Apurado/Previsto				
	Relação % Apurado/Final				

2010:

2011:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Satisfatório o alcance do planejamento proposto e resultados alcançados.

2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Satisfatório o alcance do planejamento proposto e resultados alcançados.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
Dentro dos objetivos propostos, também considerado satisfatório o cumprimento das metas previamente estabelecidas para o ano de 2010.

2011 Satisfeito
Satisfatório o cumprimentos das metas previamente estabelecidas para o ano de 2011.

2.4 Outras Considerações

As metas não foram plenamente atendidas em função de entraves burocráticos nas tramitações de processos.

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Suficiência das metas físicas das ações
Consideramos que ainda carecem de uma melhor adequação cronológica nas realizaões das ações. Por exemplo: aquisições de bens duráveis se realizando no exercício seguinte em função de entraves burocráticos.

2011

Suficiência das metas físicas das ações
Carecem de uma melhor adequação cronológica as realizações das ações. Por exemplo: aquisições de bens duráveis se realizando no exercício seguinte em função de entraves burocráticos.

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Não contempla

2011

Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Os recursos materiais são adequados

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.02 - CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: CEZAR AUGUSTO CORDEIRO CORDOVIL

2011

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial

O Conselho carece de mecanismos de acompanhamento gerenciais descentralizados, isto é, os relatórios gerenciais não são disponibilizados diretamente no Conselho, mas sim em idas e vindas à Secretaria Municipal de Educação, que tem acesso direto e online das informações gerenciais, tornando-se, assim, moroso e custoso à administração pública como um todo: gastos com deslocamentos, interrupções de atividades administrativas em função da busca de informações, via telefone, etc.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras

Há carência de pessoal de apoio administrativo, notadamente para acompanhar pari passu (passo a passo) as tramitações de processos de compras e processos administrativos.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras

Carência de cursos práticos, no ambito da prefeitura, voltados para a administração pública.

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras

Carência de pessoal de apoio administrativo para acompanhar, passo a passo, tramitações de processos de compras e processo administrativos.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras

Carência de cursos, workshops e fóruns, no ambito da administração pública municipal, voltados para as práticas administrativas comuns a todas as secretarias.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Reunião com grupos de interesse

As ações administrativo-financeiras são apresentadas e amplamente discutidas com os membros da equipe de apoio.

Discussão em Conselho Setorial

Apreciadas pelo Conselho Pleno em Sessões Plenárias.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

O público alvo das ações do apoio administrativo são os técnicos e conselheiros e estes contribuem efetivamente para o alcance dos resultados propostos.

2011

Outros: Divulgação na internet

Relatórios gerenciais disponibilizados no site do Conselho Municipal de Educação, como forma de transparência e prestação de contas.

Reunião com grupos de interesse

As ações administrativo-financeiras são apresentadas e amplamente discutidas com os membros da equipe de apoio.

Discussão em Conselho Setorial

Também são apreciadas pelo Conselho Pleno em Sessões Plenárias.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

O programa carece de um alcance maior. No âmbito deste CME, faz-se necessária que a avaliação seja individual, isto é, avaliação feita individualmente por conselheiros e pessoal de apoio, concatenando-se os resultados "ad referendum". Desta forma, as ações gerenciais do administrador serão melhor avaliadas.

2011

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

A administração pública municipal precisa criar sistemas de avaliações de seus gerentes e administradores de programas. Estas avaliações deveriam ser democráticas, de forma a que todo o pessoal de apoio pudesse avaliar o gestor público e suas ações.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 001 - Administração da Unidade

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho

São realizadas reuniões periódicas com a equipe de trabalho e com o público alvo (conselheiros e técnicos do CME).

Visitas in loco

Sempre que necessário.

Sistemas informatizados

Planilhas Eletrônicas e programas específicos são utilizados para diariamente acompanhar e controlar o fluxo das atividades realizadas na execução dos programas orçamentários da unidade.

Relatórios de gestão

Anualmente apresentação de relatório da gestão do apoio administrativo na execução dos programas propostos.

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.02 - CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: CEZAR AUGUSTO CORDEIRO CORDOVIL

2011

Reuniões de trabalho

Reuniões mensais, com a participação e coordenação da Presidente do CME, onde são traçadas as ações que nortearão a execução dos programas finalísticos.

Sistemas informatizados

Utilização de controles das ações através de planilhas eletrônicas e digitalização de documentos.

Relatórios de gestão

Conforme diretrizes traçadas pela Presidência do CME, Semestral e Anualmente são divulgados em Sessão Plenária, relatórios das ações realizadas e planos de ações.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Dentro do proposto, achamos que as metas foram plenamente alcançadas.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Dos recursos destinados ao Programa de Apoio Administrativo, 80% (oitenta por cento) foi investido com sucesso. Desta forma, 20% (vinte por cento) dos Recursos Orçamentários foram remanejados para o Departamento Técnico. Este percentual remanejado era originalmente destinado a aquisição de veículo para a renovação de frota do CME. No entanto, em função da majoração do valor do utilitário, não foi possível a sua aquisição no exercício 2011.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Serviços de recuperação do telhado do CME; mudança de piso cerâmico para piso antiderrapante; construção de rampa de acessibilidade; construção de coluna de concreto no muro para a instalação de portão de ferro; melhorias na identidade visual nos ambientes internos e externos do CME (letreiros, bandeiras, crachás de identificações funcionais e de conselheiros; Aquisição de tapetes personalizados e rampa emborrachada para atender aos portadores de necessidades especiais; reestruturação da sala do acervo bibliotecário do CME; substitiuições do mobiliário do Departamento Técnico, com a compra de modernas estações de trabalho, com doações de escrivaninhas já gastas pelo tempo de uso; expansão da linha telefônica, com instalações de ramais na Recepção e no Departamento Técnico; aquisição de 02(duas) centrais de ar tipo split para atender aos ambientes da recepção e cozinha; compra de novos utensílios de cozinha; colocação de película protetora nas janelas laterais e traseiras do veículo Ford Ranger; instalação de sofá de dois lugares no hal de entrada da sala de reuniões; aqusições de No-Breaks; aquisições de computadores e impressoras; aquisição de Lixeira Ecológica para a coleta seletiva e reciclagem do lixo.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

As ações na execução orçamentária foram plenamente atendidas. Ressalva-se o trâmite burocrático que não permite a utilização plena dos recursos dentro do mesmo exercício.

2011 Insuficientes

A insuficiência ora apontada, tem haver com a ação não realizada (aquisição de veículo utilitário novo) e, também, das despesas com manutenções preventivas e corretivas continuadas (predial, ar-condicionados, equipamentos de informática e eletrônicos, veículos automotores, seguros anuais, etc)

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Consideramos positivas as ações desenvolvidas e implementadas pela SEMPLA na liberação dos recursos orçamentários. Não houve descontinuidade e nossa dotação foi plenamente atendida.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Os recursos foram liberados de forma compatível com a programação, contribuindo para o bom andamento dos processos administrativos e execução orçamentária. Neste aspecto, a CMO/SEMPLA colaborou positivamente para os resultados ora alcançados. Não houveram entraves e óbices no diálogo entre o CMO/SEMPLA e o CME.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Alto

Mantemos parceria com a Secretaria Municipal de Educação/SEMED que nos subsidia orçamentáriamente com despesas continuadas nos gastos com combustível, água, luz e telecomunicações, serviço de segurança armada, folha de pagamento de pessoal e jetons.

2011 Alto

Parceria com a Secretaria Municipal de Educação-SEMED que subsidia orçamentáriamente custeando despesas continuadas de combustível, água, luz, telecomunicações, serviço de vigilância e segurança, folha de pagamento de pessoal e jetons para os conselheiros.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.02 - CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Programa: 029 - FORMAÇÃO CONTINUADA DE EDUCADORES
Gerente: CONCEIÇÃO PATRIOTA FERREIRA

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Capacitar profissionais da Educação que atuam na Rede Municipal de Ensino.

Público-Alvo: Gestores Escolares, Supervisores Escolares, Orientadores Educacionais, Secretários Escolares, Auxiliares de Secretarias Escolares, Monitores e Cor
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: Pesquisas constatam que a qualidade da Educação Básica está diretamente ligada a formação profissional, e os profissionais da Educação são os principais agentes da formação dos alunos, portanto, o resultado da aprendizagem é inseparável da qualificação e competência profissional; para isso a identidade do profissional precisa fazer parte do currículo e da prática de formação inicial e continuada. O Conselho, instância de discussão, análise, normatização, conhecimento e decisões em relação à realidade educacional do Município, necessitam, periodicamente, proporcionar aos profissionais da educação constante atualização a cerca das diretrizes emanadas para a educação brasileira, a fim de aprimorar e ampliar as ações desenvolvidas para e no âmbito do Sistema Municipal de Educação.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de profissionais com formação continuada	Previsto	15	10	10	10
	Apurado	55	45		
	Relação % Apurado/Previsto	366,67	450,00		
	Relação % Apurado/Final	550,00	450,00		

2010: Deixou-se de efetivar duas ações: Curso para Formação de Conselheiros e Capacitação em Legislação Educacional e Escrituração Escolar aos Educadores da Rede Municipal de Ensino.

2011:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Quanto a participações em eventos foi bem além do programado; ficando pendente para o ano de 2011, uma ação sobre Curso de Legislação para Conselheiros e Tecnicos deste CME.

2011 Alcance acima de 100% do previsto
Quanto a participações em eventos foi além do programado; ficando pendente para o ano de 2012 a ação sobre Curso de Legislação e Escrituração para gestores, supervisores, orientadores, secretários e auxiliares escolares.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
Em virtude da participação em diversos eventos.

2011 Muito satisfeito
Beneficiário muito satisfeito, em virturde da participação em diversos eventos.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Não há inadequação na concepção do programa

2011

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Raça
Quando do estudo, das discurssões e elaboração de Pareceres e Resoluções deste CME.

Pessoa com Deficiência
Quando do estudo, das discurssões e elaboração de Pareceres e Resoluções deste CME.

Gênero
Quando do estudo, das discurssões e elaboração de Pareceres e Resoluções deste CME.

Criança e Juventude
Quando do estudo, das discurssões e elaboração de Pareceres e Resoluções deste CME.

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.02 - CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Programa: 029 - FORMAÇÃO CONTINUADA DE EDUCADORES
Gerente: CONCEIÇÃO PATRIOTA FERREIRA

2011

Raça
Quando dos estudos, discussões e elaboração de Pareceres e Resoluções deste CME.

Pessoa com Deficiência
Quando dos estudos, discussões e elaboração de Pareceres e Resoluções deste CME.

Gênero
Quando dos estudos, discussões e elaboração de Pareceres e Resoluções deste CME.

Criança e Juventude
Quando dos estudos, discussões e elaboração de Pareceres e Resoluções deste CME.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Os recursos materiais são adequados

2011

Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Os recursos humanos são adequados

2011

Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Reunião com grupos de interesse
Quando das reuniões com Técnicos de outras Instituições como: Universidades, Secretaria de Educação, Gestores Escolares, Sindicatos e outros.

Discussão em Conselho Setorial
Conselho Estadual de Educação, Conselhos Municipais, Conselho do FUNDEB, Conselho Tutelar.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:
1) Parâmetro de avaliação dos programas apresentados;2) Subsídio para enriquecimento na elaboração dos atos normativo.

2011

Reunião com grupos de interesse
Reuniões com outras instituições da sociedade civil organizada, como: Universidade Federal de Rondônia, Secretaria Municipal de Educação, Conselho Escolar, SINTERO, Escolas de Educação Infantil da Rede Privada de Ensino e outros.

Discussão em Conselho Setorial
Conselho Estadual de Educação, Conselhos Municipais, Conselho do FUNDEB, Conselho Tutelar

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Mecanismos adotados:
Atráves de preenchimento de instrumentais de avaliação no encerramento de cada evento; através de relatos e relatórios.

2011

SIM

Mecanismos adotados:
Instrumentais de Avaliação; relatórios; parcerias com os órgãos afins.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 332 - Capacitação em legislação Educacional e Escrituração Escolar aos Educadores da Rede Municipal de Ensino.

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
O Departamento Técnico realiza reuniões trimestrais para rediscussão do planejamento e avaliação das ações realizadas e programadas.

Visitas in loco
O Departamento Técnico cumpre durante o ano, cronograma de visita às escolas urbanas e do campo para assessoramento, acompanhamento e orientação sobre autorização de funcionamento e reconhecimento das escolas.

Sistemas informatizados
Diariamente, através da página eletrônica.

Relatórios de gestão
Relatório circunstanciado.

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.02 - CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Programa: 029 - FORMAÇÃO CONTINUADA DE EDUCADORES
Gerente: CONCEIÇÃO PATRIOTA FERREIRA

Outros: Sessão de Estudo
O Departamento Técnico realiza sessões de estudos com as técnicas trimestralmente ou quando houver necessidade.Elaboração de projetos, minutas, estudos e organização dos trabalhos.

2011

Reuniões de trabalho
O Departamento Técnico realiza reuniões trimestrais para rediscussão do planejamento e avaliação das ações programadas e realizadas.

Sistemas informatizados
Diariamente, através da página eletrônica do CME.

Relatórios de gestão
Relatório Circunstanciado.

Outros: Sessões de Estudos
O Departamento Técnico realiza sessões de estudos com as técnicas, trimestralmente ou quando houver necessidade.

Visitas in loco
O Departamento Técnico cumpre durante o ano cronograma de visitas às escolas urbanas e do campo para assessoramento, acompanhamento e orientação sobre Aurotização de Funcionamento e Reconhecimento das Escolas.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Não foi possível realizar esta ação, em decorrência das Resoluções de Educação Infantil, Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos e Educação Básica do Campo, só foram concluídas e homologadas no período de outubro a dezembro de 2010, o que não possibilitou que os subsídios para tal formação fossem elaborados em tempo hábil.

2011 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
A meta prevista (716) incluía a aplicação do curso de capacitação em Legislação Educacional e Escrituração Escolar para o corpo técnico/Administrativo das escolas urbanas e do campo, porém não foi realizado em virtude de carência de pessoal no Departamento Administrativo para a elaboração e execução do projeto básico. Em função disto, o curso não foi realizado durante o ano de 2011.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 O Departamento Técnico do Conselho Municipal de Educação de Porto Velho participou em diversos eventos e atividades no município, no estado e fora do estado os quais foram destacados: Curso sobre orçamento público em Recife-PE, Curso de Licitação em Recife-PE, Congresso Internacional de Educação em São Paulo-SP, XV Encontro Estadual dos Conselhos Municipais de Educação em Barretos-SP, IV Congresso dos CMES em Cacoal-RO, Congresso de Educação em Natal-RN, Primeira Reunião Trimestral dos CMES-RO em Vilhena-RO, I Fórum de Debates em Cacaulândia-RO, II Encontro de Presidentes dos CMES em Rolim de Moura-RO, XXI Encontro Nacional dos CMEs em Palmas-TO, III Reunião Trimestral dos CMEs em Caculândia-RO, além da participação em Fóruns, Seminários, Conferências, Encontros, Audiências Públicas e Reuniões locais.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Os recursos orçamentários foram suficientes.

2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
O Recurso foi liberado conforme previsão, no entanto a ação deixou de ser executada conforme justificativa anterior.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Os recursos foram liberados conforme previsão e os eventuais remanejamentos foram plenamente providenciados pela equipe CMO/SEMPLA.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Não utilizamos recursos de origem não orçamentária, porém, diversas ações são executadas em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação, tais como: Cedência de espaço físico no Centro de Formação de Professores, transporte e combustível nas viagens técnicas na área rural do município e etc...

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Não utilizou-se recursos de origem não orçamentária, porém, diversas ações são executadas em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação/SEMED, entre elas: cedência de espaço físico no Centro de Formação de Professores, transporte e combustível nas viagens técnicas às escolas do campo da Rede Municipal de Ensino, etc...

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Outros: Atraso nas Homologações
Não foi possível realizar esta Ação, em decorrência das Resoluções de Educação Infantil, Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos e Educação Básica do Campo, só foram concluídas e homologadas no período de outubro a dezembro de 2010, o que não possibilitou que os subsídios para tal formação fossem elaborados em tempo hábil.

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.02 - CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Programa: 029 - FORMAÇÃO CONTINUADA DE EDUCADORES
Gerente: CONCEIÇÃO PATRIOTA FERREIRA

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS BÁSICOS - SEMUSB
Unidade Orçamentária: 10.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS BÁSICOS
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: Francisco Moreira de Oliveira

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Público-Alvo:
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: .

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
-	Previsto				
	Apurado				
	Relação % Apurado/Previsto				
	Relação % Apurado/Final				

2010:

2011:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Os recursos foram liberados de acordo com as necessidades.

2011 Não aplicável

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Não apurada
2011 Não apurada

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010
Não há inadequação na concepção do programa
2011
Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010
Não contempla
2011
Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010
Os recursos materiais são adequados
2011
Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010
Os recursos humanos são adequados
2011
Os recursos humanos são adequados

Órgão Responsável: 10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS BÁSICOS - SEMUSB
Unidade Orçamentária: 10.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS BÁSICOS
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: Francisco Moreira de Oliveira

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Não possui mecanismos.

2011

Não possui mecanismos.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

2011

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 001 - Administração da Unidade

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho

Quando a necessidade de reuniões periódicas a cada mês para avaliação dos trabalhos e tarefas executadas.

Relatórios de gestão

São emitidos relatórios de atividades cada mês.

2011

Reuniões de trabalho

REUNIÕES PERIODICAS A CADA 03 MESES

Relatórios de gestão

REUNIÃO COM APRESENTAÇÃO DE RELATORIO DAS ATIVIDADES EXECUTADAS NO PERÍODO

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Houve a necessidade de remanejamento de um elemento de despesa para outro, motivado pelo realinhamento de preços dos produtos e/ou serviços.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, INFORMATICA, LIMPEZA LEVE E OUTROS, SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADOS E OUTROS, COMO TAMBEM AQUISIÇAO DE MOVEIS, ELETRODOMESTICOS, CENTRAL DE AR, COMPUTADORES E OUTROS.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

2011 Suficientes

HOUVE A NECESSIDADE DE SUPLEMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA ATENDER A DEMANDA DENTRO DO EXERCICIO.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Houve a necessidade de antecipação de cotas mensais para a contemplação dos produtos.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

Órgão Responsável: 10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS BÁSICOS - SEMUSB
Unidade Orçamentária: 10.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS BÁSICOS
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: Francisco Moreira de Oliveira

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

AÇÃO: 217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
É realizado reuniões em conjunto com a Semad para deliberações necessárias.

Relatórios de gestão
Emissão de relatórios periódicos como: Férias, licença doença, licença maternidade e outros correlatos.

2011

Reuniões de trabalho
REUNIÃO PERIODICA

Sistemas informatizados
VIA SEMAD

Relatórios de gestão
REUNIÃO COM APRESENTAÇÃO DE RELATORIO

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Meta prevista realizada a contento. Não houve contratação de servidores no exercício por parte da Secretaria.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 REMUNERAÇÃO DE SERVIDORES ESTATUTARIOS E COMISSIONADOS.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Foram liberados os recursos de acordo com as necessidades.

2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Houve a liberação de recursos de acordo com as necessidades.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS BÁSICOS - SEMUSB
Unidade Orçamentária: 10.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS BÁSICOS
Programa: 015 - CIDADE LIMPA
Gerente: Emanuel Neri Piedade

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Promover a limpeza pública urbana e assegurar os serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos

Público-Alvo: População do Município
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: Por ser serviço de primeira necessidade, ser de fundamental importância, por não poder sofrer paralização e sua correta aplicação combate os vetores causadores de contaminação, pois a limpeza, varrição, carpina, coibe nascedouros de pragas nas mais diversas áreas da cidade, e também por promover o embelezamento da cidade com a pintura de meio fios, poda de arvores e limpeza geral.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Percentual de ruas atendidas com serviços de limpeza	Previsto	100	100	100	100
	Apurado	50	96,94		
	Relação % Apurado/Previsto	50,00	96,94		
	Relação % Apurado/Final	50,00	96,94		

2010:

2011: Em dado momento houve demora na celebração de contrato, motivado pelo TCE-RO, com algumas recomendações para ajuste do controle de horas máquinas, como tambem paralização por alguns dias motivado pela greve dos caçambeiros.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
100% do índice previsto.

2011 Não aplicável

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
Dentro da expectativa.

2011 Não apurada
NÃO APURADA

2.4 Outras Considerações

Ha necessidade de um mecanismo para medir a situação da aceitação do publico.

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Não há inadequação na concepção do programa

2011

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Não contempla

2011

Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Os recursos materiais são adequados

2011

Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Órgão Responsável: 10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS BÁSICOS - SEMUSB
Unidade Orçamentária: 10.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS BÁSICOS
Programa: 015 - CIDADE LIMPA
Gerente: Emanuel Neri Piedade

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
A quantidade é insuficiente para atender a demanda.

2011

Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Não possui mecanismos.
Dificuldades para a implementação de mecanismos: Ainda não foi implantado o orçamento participativo com as comunidades.

2011

Audiência Pública
Reunião com grupos de interesse
Reunião com a comunidade.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Através de reuniões e treinamentos.

2011

NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Há necessidade de gerar mecanismo para medir a satisfação da população.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 154 - Manutenção de Máquinas e Veículos

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Reunião periódica de trabalho ou quando necessário.
Relatórios de gestão
Relatório de atividades.

2011

Reuniões de trabalho
Reunião periodica a cada três meses
Relatórios de gestão
Reunião com a presentação de relatorio das atividades executadas

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
A meta foi alcançada de acordo com o planejamento.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Houve a necessidade de manejamento de recursos para outras atividades.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de peças, pneus, camara de ar e outros; serviços mecanicos preventivos e corretivos em veiculos e equipamentos sob a responsabilidade da SEMUSB
como tambem aquisição de equipamentos, como: roçadeiras manual e mecanizadas.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Houve a necessidade de remanejamento de recursos orçamentário para outro programa.

2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada
As antecipações da quotas mensais foram liberadas de acordo com as necessidades.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

Órgão Responsável: 10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS BÁSICOS - SEMUSB
Unidade Orçamentária: 10.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS BÁSICOS
Programa: 015 - CIDADE LIMPA
Gerente: Emanuel Neri Piedade

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
A secretaria não tem parceria com outros.

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
NÃO UTILIZA OUTRO RECURSO

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Realocação do crédito setorial de um programa para outro

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS BÁSICOS - SEMUSB
Unidade Orçamentária: 10.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS BÁSICOS
Programa: 015 - CIDADE LIMPA
Gerente: Emanuel Neri Piedade

AÇÃO: 160 - Manutenção de Vias Pública (Limpeza, Varrição, Poda, Pintura de Meio Fio e Outros)

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Reunião periódica de trabalho ou quando necessário nas bases.

Visitas in loco
Visitas nos locais quando da avaliação da conclusão dos trabalhos efetuados.

Relatórios de gestão
Emissão de relatório de atividades executadas durante o exercício.

2011

Reuniões de trabalho
REUNIÃO PERIODICA DE TRABALHO

Visitas in loco
ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES EXECUTADAS PELAS EQUIPES DE TRABALHO.

Relatórios de gestão
REUNIÃO COM APRESENTAÇÃO DE RELATORIO DAS ATIVIDADES EXECUTADAS NO PERIODO

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
As cotas mensais foram antecipadas e liberadas de acordo com as necessidades, como também a suplementação orçamentária oriunda de outra programação.

2011 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
O INDICE REALIZADO FOI MOTIVADO PELA DEMORADA CELEBRAÇÃO DOS CONTRATOS DE HORA, POR DETERMMINAÇÃODO TCE-RO PARA QUE FOSSE CUMPRIDAS ALGUMAS RECOMENDAÇÕESCOMO TAMBEM A GREVE DOS CAÇAMBEIROS.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 LOCAÇÃO DE HORAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA LIMPEZA URBANA (CAL, CARRINHO DE MÃO, PÁ, ENXADAS VASSOURAS E OUTROS.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Houve necessidade de remanejamento de outra programação para realização das atividades e aquisições.

2011 Suficientes
HOUVE A NECESSIDADE DE SUPLEMENTAÇÃO ORÇAMENTARIA PARA ATENDERA DEMANDA DOS SERVIÇOS EXECUTADOS.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Foram antecipadas e liberadas as cotas mensais, como também a suplementação orçamentária oriunda de outra programação..

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
A secretaria não tem parceria com outros.

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
NÃO UTILIZA

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Realocação do crédito setorial de um programa para outro

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS BÁSICOS - SEMUSB
Unidade Orçamentária: 10.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS BÁSICOS
Programa: 015 - CIDADE LIMPA
Gerente: Emanuel Neri Piedade

AÇÃO: 434 - Manutenção de Praças, Parques, Feiras e Mercados

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Reunião de trabalho periódicamente a cada mês ou quando necessário.

Relatórios de gestão
Relatório de atividades.

2011

Não possui mecanismos.
Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: ÑÃO FORAM UTILIZADOS OS RECURSOS DESTA UNIDADE

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Foram liberadas as cotas de acordo com as necessidades, portanto a meta prevista foi realizada a contento.

2011 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Ação não executada orçamentariamente. Parte dos recursos previstos foram remanejados.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Foram liberadas as cotas de acordo com as necessidades como também a suplementação orçamentária oriunda de outra programação para conclusão da Praça de Alimentação Aluizio Ferreira.

2011 Insuficientes
NÃO FORAM UTILIZADOS OS RECURSOS NESTA AÇÃO.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Foram liberadas as cotas de acordo com as necessidades, como também a suplementação orçamentária.

2011 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
NÃO FORAM UTILIZADOS OS RECUSOS NESTA AÇÃO.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
A Secretaria não tem parceria com outros.

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS BÁSICOS - SEMUSB
Unidade Orçamentária: 10.31 - FUNDO MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA
Programa: 015 - CIDADE LIMPA
Gerente: ERASMO CARLOS DOS SANTOS

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Promover a limpeza pública urbana e assegurar a coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos

Público-Alvo: População do Município
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: Dar continuidade aos serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos domiciliares, especiais e hospitalares.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos	Previsto	98	99	100	100
	Apurado	99	96,94		
	Relação % Apurado/Previsto	101,02	97,92		
	Relação % Apurado/Final	99,00	96,94		

2010: Em virtude do contrato nº 030/PGM/2010, referente a concessão de limpeza pública, entrou em vigor no dia 1 de maio de 2010. Daí o índice atingido foi de 99%.

2011: Em dado momento houve demora na celebração de contrato, motivado pelo TCE-RO, com algumas recomendações para ajuste do controle de horas máquinas, como tambem paralização por alguns dias motivado pela greve dos caçambeiros.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance acima de 100% do previsto
A população foi atendida dentro do programado.

2011 Não aplicável

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Não apurada
Não existe mecanismo de avaliação.

2011 Não apurada

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010
Não há inadequação na concepção do programa
2011
Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010
Não contempla
2011
Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010
Os recursos materiais são adequados
2011
Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010
Os recursos humanos são adequados
2011
Os recursos humanos são adequados

Órgão Responsável: 10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS BÁSICOS - SEMUSB
Unidade Orçamentária: 10.31 - FUNDO MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA
Programa: 015 - CIDADE LIMPA
Gerente: ERASMO CARLOS DOS SANTOS

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Não possui mecanismos.
Dificuldades para a implementação de mecanismos: O contrato de concessão 030/PGM/2010 prever a implantação da coleta seletiva de acordo com o cronograma estabelecido entre as partes, onde haverá a participação popular.

2011

Audiência Pública
Reunião com grupos de interesse
Reunião com a comunidade.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Falta da implantação do programa por parte da Secretaria.

2011

NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Há necessidade de gerar mecanismo para medir a satisfação do beneficiário.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 203 - Realização de Coleta, Transporte, Tratamento e Destinação Final dos Resíduos Sólidos Domiciliares

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
São realizadas reuniões de trabalho pela comissão de fiscalização do contrato de concessão.
Visitas in loco
A comissão de fiscalização do contrato de concessão realiza fiscalização in loco.
Relatórios de gestão
É emitido relatório anual de gestão.

2011

Reuniões de trabalho
Reunião de trabalho mensal para avaliação dos serviços executados.
Visitas in loco
Visitas feitas pela Comissão Especial de Fiscalização - Contrato Nº 030/PGM/2010.
Relatórios de gestão
Relatório Mensal das Atividades Executadas pela comissão constituida.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Coleta de Resíduos Sólidos Domiciliares e Hospitallar, como também coleta nos Distritos ao longo da Br 364, de acordo com o Contrato de Concessão de Limpeza Urbana n°. 030/2010 e seus aditivos.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Houve a necessidade de suplementação orçamentária haja vista da vigência do contrato nº 030/PGM/2010.

2011 Suficientes
Os recursos foram liberados de acordo com a necessidade e solicitação de liberação.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Foram liberados os recursos de acordo com as necessidades.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

Órgão Responsável: 10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS BÁSICOS - SEMUSB
Unidade Orçamentária: 10.31 - FUNDO MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA
Programa: 015 - CIDADE LIMPA
Gerente: ERASMO CARLOS DOS SANTOS

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB
Unidade Orçamentária: 11.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: ROSEMEIRE BASTOS

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Público-Alvo:
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: .

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
-	Previsto				
	Apurado				
	Relação % Apurado/Previsto				
	Relação % Apurado/Final				

2010:

2011:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Sede administrativa da secretaria.

2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
As atividades desenvolvidas supriu as necessidades.

2011 Satisfeito
O programa atendeu todas as atividades da secretaria.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010
Não há inadequação na concepção do programa
2011
Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010
Não contempla
2011
Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010
Os recursos materiais são adequados
2011
Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010
Os recursos humanos são adequados
2011
Os recursos humanos são adequados

Órgão Responsável: 11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB
Unidade Orçamentária: 11.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: ROSEMEIRE BASTOS

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Não possui mecanismos.

2011

Não possui mecanismos.

Dificuldades para a implementação de mecanismos: O programa não permite a participação social, pois está voltado apenas para as atividades da secretaria.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

2011

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

O programa atendeu todos os servidores na área administrativa, apenas teve dificuldades na distribuição.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 001 - Administração da Unidade

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Não possui mecanismos.

2011

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Os recursos foram suficientes.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de diversos materiais para manutenção da secretaria, tipo: de expediente, limpeza, permanentes, materiais de informática, materiais elétrios e EPI's. Despesas com pagamento de diárias aos servidores que atuam nos diversos Distritos, tanto na área rural como na urbana. Despesas com a manutenção corretiva e preventiva em aparelhos de ar condicionados, regularização de documentos das viaturas (veículos), taxas de contratos de repasses/CEF para regularização de obras. Adquisição de equipamentos topográficos (teodolito, mira, baliza e tripé).

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

Houve redução na dotação orçamentária, mas não prejudicou as atividades.

2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Os recursos foram suficientes.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

Órgão Responsável: 11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB
Unidade Orçamentária: 11.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: ROSEMEIRE BASTOS

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

AÇÃO: 042 - Auxílio Alimentação ao Servidor

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Não possui mecanismos.

2011

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Os recursos foram suficientes.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de gêneros alimentícios para o café da manhã, tipo: pão, leite, café, açucar e outros. Aquisição de alimentação/almoço tipo: marmitex.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

Houve reduções na dotação orçamentária, mas não prejudicou as atividades.

2011 Suficientes

Atendida a demanda.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Os recursos foram suficientes.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB
Unidade Orçamentária: 11.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: ROSEMEIRE BASTOS

AÇÃO: 050 - Capacitação de Servidores Públicos Municipais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Reuniões mensais com todos os diretores.

2011

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Não houve meta realizada. Recursos remanejados.

2011 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Não houve realização da meta.Recursos remanejados.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Não houve utilização dos recursos. Recursos remanejados.

2011 Não foram liberados recursos
Não houve realização da meta.Recursos remanejados.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Os recursos foram suficientes.

2011 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Recursos remanejados.

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB
Unidade Orçamentária: 11.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: ROSEMEIRE BASTOS

AÇÃO: 069 - Construção, Ampliação e Reforma de Bens Imóveis

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Não possui mecanismos.

2011

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

Os recursos não foram suficientes.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Os recursos foram suficientes

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Obras de Construção da Cobertura da Usina de Asfalto. Reforma da Associação do Conjunto Buritis. Recuperação do reservatório elevado no Distrito de Calama.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

Houve reduções e suplementações na dotação orçamentária.

2011 Suficientes

A demanda foi atendida.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada

Os recursos orçamentários não foram suficientes.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Realocação do crédito setorial de um programa para outro

Houve remanejamento de recursos.

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB
Unidade Orçamentária: 11.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: ROSEMEIRE BASTOS

AÇÃO: 217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Não possui mecanismos.

2011

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Meta realizada dentro do previsto.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Os recursos foram suficientes.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Despesas com o pagamento de pessoal (vencimentos e vantagens fixas, IPAM e INSS). Pessoal efetivo e com cargos comissionados.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

Houve uma redução na dotação orçamentária, mas não prejudicou as atividades.

2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Os recursos foram suficientes.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB
Unidade Orçamentária: 11.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
Programa: 045 - PORTO VELHO LIMPA
Gerente: ERENILSON SILVA BRITO

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Realizar serviços de limpeza, retificação e revestimento de canais, visando melhorar as condições ambientais e a saúde da população.

Público-Alvo: População do Município
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: Manter a lâmina dágua no interior dos canais em um nível satisfatório impossibilitando o seu transbordamento. Executar o revestimento de canais auxiliando nas contenções laterais de terra impedindo a obstrução.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Quilômetros de canais limpos e retificados	Previsto	10	11	13	15
	Apurado	12,2	13		
	Relação % Apurado/Previsto	122,00	118,18		
	Relação % Apurado/Final	81,33	86,67		

2010: Devido ao acúmulo de lixo, e as fortes chuvas no período.

2011: A demanda foi maior que o previsto e os recursos atenderam a necessidade.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
População do município de Porto Velho.

2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Atendeu de acordo com a demanda.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
Os serviços executados supriu as necessidades do beneficiário.

2011 Satisfeito
Atendeu dentro da programação solicitada e realizada.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Caracterização do público-alvo
Presisa-se de meios adequados para identificar os segmentos.

2011

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Não contempla

2011

Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Os recursos materiais são adequados

2011

Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Órgão Responsável: 11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB
Unidade Orçamentária: 11.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
Programa: 045 - PORTO VELHO LIMPA
Gerente: ERENILSON SILVA BRITO

Os recursos humanos são adequados

2011

Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Não possui mecanismos.

Dificuldades para a implementação de mecanismos: Não há recursos humanos suficientes.

2011

Não possui mecanismos.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

Falta de recursos humanos.

2011

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 309 - Limpeza, Retificação e Revestimento de Canais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho

Reuniões semanais para identificar os serviços não realizados e os de prioridades.

2011

Reuniões de trabalho

Os diretores definem as metas para realização dos serviços.

Visitas in loco

Fiscalização dos serviços, para verificar se estão de acordo com o solicitado.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

Os recursos foram insuficientes, mas não prejudicou as atividades.

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

Atendimento de acordo com a demanda.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Despesas com locação de horas máquinas (equipamentos: retroescavadeiras, escavadeira hidraulica, caminhões basculantes, pá carregadeiras, motoniveladoras e outros).

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

Houve suplementações na dotação orçamentária.

2011 Insuficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada

Os recursos foram suficientes.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

Órgão Responsável:	11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB
Unidade Orçamentária:	11.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
Programa:	045 - PORTO VELHO LIMPA
Gerente:	ERENILSON SILVA BRITO

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB
Unidade Orçamentária: 11.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
Programa: 075 - URBANIZAR
Gerente: REGINA MARIA RIBEIRO GONZAGA

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Executar serviços de drenagem, pavimentação, revitalização e manutenção de vias urbanas.

Público-Alvo: população do município
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: Vias pavimentadas e urbanizadas, evita-se principalmente o acúmulo de poeiras, tornando melhor o fluxo e o acesso do transporte em geral. A urbanização é um fator de desenvolvimento do comércio, da economia, de segurança e da qualidade de vida.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Quilômetros de vias drenadas e pavimentadas ao ano	Previsto	13	14	15	16
	Apurado	20,7	14,5		
	Relação % Apurado/Previsto	159,23	103,57		
	Relação % Apurado/Final	129,38	90,63		

2010: Drenagem: 6 KM; Pavimentação: 14,7 KM. Houve menos km de vias drenadas e muitas foram pavimentadas.

2011: O índice foi atingido e os recursos liberados atenderam a demanda.

02 - Quilômetros de vias urbanas recuperadas ao ano	Previsto	2200	2500	2800	3200
	Apurado	2250	2800		
	Relação % Apurado/Previsto	102,27	112,00		
	Relação % Apurado/Final	70,31	87,50		

2010: Devido ao aumento das vias pavimentadas.

2011:

03 - Quilômetros de estradas vicinais recuperadas	Previsto	2000	3000	4000	5000
	Apurado		1200		
	Relação % Apurado/Previsto		40,00		
	Relação % Apurado/Final		24,00		

2010: A demanda aumentou em virtuda da escoação dos produtores na área rural.

2011:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
O programa sofreu algumas reduções, mas não prejudicou totalmente as atividades.

2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Atendeu de acordo com a demanda.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Pouco satisfeito
A demanda é muito grande e os recursos não são suficientes.

2011 Satisfeito
Atendeu dentro da programação solicitada e realizada.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Caracterização do público-alvo

Órgão Responsável: 11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB
Unidade Orçamentária: 11.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
Programa: 075 - URBANIZAR
Gerente: REGINA MARIA RIBEIRO GONZAGA

Não há meios adequados para identificar os segmentos.

2011

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Não contempla

2011

Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Os recursos materiais são adequados

2011

Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Os recursos humanos não são suficientes a todas as equipes.
Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
A qualificação também não é suficiente.

2011

Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Não possui mecanismos.
Dificuldades para a implementação de mecanismos: Não há recursos humanos suficientes.

2011

Não possui mecanismos.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Falta de recursos humanos.

2011

NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 004 - Ampliação e Recuperação de Estradas Vicinais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Não possui mecanismos.
Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: Não há recursos humanos suficientes.

2011

Reuniões de trabalho
Visitas in loco

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
As atividades não foram prejudicadas..

2011 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
Devido a redução de equipamentos.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

Órgão Responsável: 11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB
Unidade Orçamentária: 11.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
Programa: 075 - URBANIZAR
Gerente: REGINA MARIA RIBEIRO GONZAGA

2011 Aquisição de manilhas de diversos diâmetros, aquisição de material laterítico (cascalho) 15.000m³. Despesas com locação de hora máquinas (equipamentos: retroescavadeiras, pá carregadeiras, motoniveladoras, caminhões basculantes e outros).

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Houve uma redução e várias suplementações, mas não prejudicou as atividades.

2011 Suficientes
Os recursos atenderam a demanda.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada
Os recursos foram suficientes.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
De acordo com a solicitação e liberação das cotas, e houve ainda suplementação orçamentária (recursos do FITHA/2010).

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB
Unidade Orçamentária: 11.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
Programa: 075 - URBANIZAR
Gerente: REGINA MARIA RIBEIRO GONZAGA

AÇÃO: 067 - Construção e Recuperação de Pontes, Pontilhões e Passarelas

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Não possui mecanismos.
Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: Não há recursos humanos suficientes.

2011

Reuniões de trabalho
Visitas in loco

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
As atividades não foram prejudicadas.

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Obras de reforma das passarelas em madeira no Distrito de Calama, uma medindo 27,50m e outra medindo 375m.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Houve reduções na dotação orçamentária, mas não prejudicou as atividades.

2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada
Não houve utilização dos recursos.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB
Unidade Orçamentária: 11.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
Programa: 075 - URBANIZAR
Gerente: REGINA MARIA RIBEIRO GONZAGA

AÇÃO: 081 - Drenagem de Águas Pluviais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Não possui mecanismos.
Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: Não há recursos humanos suficientes.

2011

Visitas in loco
Reuniões de trabalho

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
As atividades não foram prejudicadas.

2011 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Despesas com aquisição de 6.995 sacos de cimento, 160.000 tijolos. Aquisição de bueiros metálicos (armco). Aquisição de manilhas de diversos diâmetros para área urbana.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Houve reduções e outras suplementações, mas não prejudicou as atividades.

2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Os recursos foram suficientes.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB
Unidade Orçamentária: 11.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
Programa: 075 - URBANIZAR
Gerente: REGINA MARIA RIBEIRO GONZAGA

AÇÃO: 097 - Gestão e Administração do Programa

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Não possui mecanismos.
Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: Não há recursos humanos suficientes.

2011

Reuniões de trabalho
Relatórios de gestão
Relatório Anual.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
As atividades não foram prejudicadas.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de pneus e câmaras de ar p/veículos leves e pesados. Aquisição de peças diversas p/veículos leves e pesados. Aquisição de peças específicas da CIBER p/Usina de Asfalto e Vibro-Acabadora de asfalto. Aquisição de cargas de gás (acetileno e oxigênio). Aquisição de peças de marca New Holland p/equipamentos de marca Fiatallis, e prestação de serviços mecânicos nos equipamentos de marca Fiatallis. Aquisição de um veículo leve 4x4 (caminhonete).

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Houve algumas reduções e várias suplementações, mas não prejudicou as atividades.

2011 Insuficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Os recursos foram suficientes.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB
Unidade Orçamentária: 11.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
Programa: 075 - URBANIZAR
Gerente: REGINA MARIA RIBEIRO GONZAGA

AÇÃO: 142 - Limpeza e Encascalhamento de Vias Urbanas

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Não possui mecanismos.
Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: Não há recursos humanos suficientes.

2011

Visitas in loco
Reuniões de trabalho

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Acima do prevísto, as atividades não foram prejudicadas.

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de 66.000m³ de material laterítico (cascalho). Despesas com locação de hora máquina para área urbana (equipamentos: caminhões basculantes, caminhão pipa, motoniveladora, pá carregadeira e outros).

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Houve uma redução e outras suplementações, mas não prejudicou as atividades.

2011 Suficientes
Atendeu a demanda.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Os recursos foram suficientes.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB
Unidade Orçamentária: 11.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
Programa: 075 - URBANIZAR
Gerente: REGINA MARIA RIBEIRO GONZAGA

AÇÃO: 145 - Manutenção da Malha Viária Pavimentada

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Não possui mecanismos.
Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: Não há recursos humanos suficientes.

2011

Reuniões de trabalho
Reuniões mensais.

Relatórios de gestão
Relatórios anuais.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
As atividades não foram prejudicadas.

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de produtos asfálticos (CAP=995,6 toneladas, CM=120 toneladas e RR=150 toneladas). Aquisição de insumos (areia lavada=5.312m³, brita 01=8.300m³ e pó de brita=16.925m³). Aquisição de placas de sinalização e identificação. Despesas com locação de horas máquinas (equipamentos: caminhões basculantes, caminhão pipa, rolo compactador, motoniveladora, pá carregadeira e outros).

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Houve uma redução e várias suplementações, mas não prejudicou as atividades.

2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Os recursos foram suficientes.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
De acordo com a solicitação e liberação das cotas, houve ainda redução e suplementação orçamentária. Utilização dos recursos da ESBR e CIDE.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB
Unidade Orçamentária: 11.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
Programa: 075 - URBANIZAR
Gerente: REGINA MARIA RIBEIRO GONZAGA

AÇÃO: 188 - Pavimentação de Vias Urbanas

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Não possui mecanismos.
Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: Não há recursos humanos suficientes.

2011

Reuniões de trabalho
Visitas in loco

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
As atividades não foram prejudicadas.

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de produtos asfálticos (CAP=270 toneladas, CM=90 toneladas e RR=90 toneladas). Aquisição de insumos (Areia lavada=2000m³, brita 01=1.000m³ e pó de brita=3.000m³). Aquisição de 18.565m³ de material lateritico (cascalho). Despesas com locação de horas máquinas (equipamentos: caminhões basculante, caminhão pipa, motoniveladoras, pá carregadeira e outros).

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Houve algumas reduções e várias suplementações da dotação orçamentária, mas não prejudicou as atividades.

2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Os recursos foram suficientes.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB
Unidade Orçamentária: 11.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
Programa: 075 - URBANIZAR
Gerente: REGINA MARIA RIBEIRO GONZAGA

AÇÃO: 236 - Urbanização de Vias Urbanas

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Não possui mecanismos.
Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: Não há recursos humanos suficientes.

2011

Reuniões de trabalho
Reuniões mensais

Relatórios de gestão
Relatórios elaborados anualmente.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Bem abaixo do prevísto, no entanto não houve prejuízo das atividades da ação.

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Obras de Construção de canaletas em diversas vias urbanas da cidade de Porto Velho.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Houve várias reduções e várias suplementações, mas que não prejudicou as atividades.

2011 Insuficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada
Os recursos foram suficientes.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: JOÃO PEDRO RODRIGUES DOS SANTOS

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Público-Alvo:
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: .

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
-	Previsto				
	Apurado				
	Relação % Apurado/Previsto				
	Relação % Apurado/Final				

2010:

2011:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
2011 Satisfeito

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010
Não há inadequação na concepção do programa
2011
Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010
Não contempla
2011
Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010
Os recursos materiais são adequados
2011
Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010
Os recursos humanos são adequados
2011
Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: JOÃO PEDRO RODRIGUES DOS SANTOS

2010

Não possui mecanismos.

Dificuldades para a implementação de mecanismos: Não aplicável.

2011

Não possui mecanismos.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

Não aplicável.

2011

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 001 - Administração da Unidade

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho

Reuniões de trabalho, no sentido de monitorar o atendimento e execução das ações.

2011

Relatórios de gestão

Elaboração de relatórios de atendimento, estudos sociais e pareceres técnicos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Foi atingida a meta dentro do previsto.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Concessão de diárias para servidores, aquisição de peças - manutenção da frota de veículos SEMAS, material de limpeza em geral, aquisição de água mineral, açúcar, gás e copos descartáveis, aquisição de pneus, aquisição de tecidos: TNT e outros, aquisição de peças para manutenção de centrais de ar condicionados SEMAS, aquisição de material de informática: TONNER, aquisição gêneros alimentícios perecíveis: couve-flor, aquisição de capas plásticas, aquisição de recargas de gás, aquisição de material de limpeza pública, locação de imóvel: setor de material, serviços de manutenção de veículos, locação de barco, contrato de lavagem de veículos, serviços na confeccão de carimbos, serviços de painéis, serviços de manutenção de ar condicionados, serviços de manutenção de cadeiras, confecção de uniformes, pagamento de taxas junto ao DETRAN, serviços de instalação e desinstalação de ar condicionado, serviços de produção de letreiros de identificação, serviços gráficos, serviços de organização de evento, confecção e instalação de cortinas, concessão de suprimento de fundo, serviços de plotagem de veículos, aquisição de materiais permanentes diversos: mobiliário, escritório, informática, botijas de gás.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes

A Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS, tem em suas Unidades o atendimento de crianças e adolescentes, idosos e deficientes, que necessitam de contratos continuados, tais como: manutenção de veículos, lavagem de veículos, Limpeza de Fossas, caixas dágua, cisternas, Suprimentos de Fundos e outros.

2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: JOÃO PEDRO RODRIGUES DOS SANTOS

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

AÇÃO: 071 - Construção, Ampliação e Reforma de Unidades Operacionais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Relatórios de gestão

2011

Visitas in loco

Unidade reformada e/ou serviços de pequenos reparos.

Relatórios de gestão

Elaboração de relatórios e pareceres técnicos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2011 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Ação: Construção, Ampliação e Reforma de Unidades Operacionais.
Produto: Unidades Beneficiadas
Detalhamento do Produto: Reforma do Abrigo LAR DO BEBÊ, Complementação da Muro da Casa Abrigo das Mulheres vítimas de violência.
Serviços de Engenharia - CRAS Elizabeth Paranhos, Serviços de Manutenção Elétrica Lar do Bebê, Serviços de Revisão da Rede Elétrica no Prédio do Bolsa Família, Serviços de Engenharia Casa Moradia, Serviços de Engenharia Sede do 2º Conselho Tutelar, Serviços de Engenharia CREAS - Meio Aberto.
Devolução de saldo recursos financeiros de Convênio.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes

2011 Insuficientes

Considerando que Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS, têm 20 unidades operacionais.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: JOÃO PEDRO RODRIGUES DOS SANTOS

AÇÃO: 147 - Manutenção das Atividades Administrativas dos Conselhos e das Unidades Operacionais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
A Secretaria mantém com os conselheiros e técnicos reuniões trimestralmente, visando melhorar os serviços de atendimento.

Relatórios de gestão
Os Conselhos Tutelares e Municipais realizam relatórios anuais das ações executadas e não executadas pela SEMAS.

2011

Relatórios de gestão
Elaboração de relatórios de atendimento e pareceres técnicos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
A SEMAS mantém a manutenção de 5 (cinco) Conselhos, sendo 02 Tutelares e 03 Municipais (CMAS, CMI e CMDCA).

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
a liberaçao de recurso ocorreu acima do previsto considerando o grande fluxo de ocorrencia registrada nos conselho tutelares e conselhos municipais

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Concessão de diárias - conselheiros tutelares e municipais, aquisição de material de informática: pen drive, material de limpeza em geral, aquisição de gêneros alimentícios: água mineral, açúcar, café e copos descartáveis.
Locação de Imóveis, Serviço de Engenharia Rede Elétrica 1º Conselho Tutelar, Serviços de Lavagem de veículos;
Materiais Permanentes: Aquisição de quadro de aviso, mesa em L e outros.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes
Faltam recursos para atender todas as unidades, principalmente quanto aos bens materiais, tipo veículos e outros.

2011 Suficientes
considerando a dotação inicial prevista foi reduzido o valor para reforçar outra ação

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2011 O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada
considerando a redução efetuada no programa a ação nao sofreu descontinuidade.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)
Considerando o número de atendimentos e a manutenção das unidades, exige-se créditos orçamentários para aquisição de materiais e equipamentos.

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: JOÃO PEDRO RODRIGUES DOS SANTOS

AÇÃO: 217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Sistemas informatizados

2011

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

Não foi possível a contratação de todos os profissionais solicitados por concurso público, devido a falta de inscritos para trabalharem na Prefeitura Municipal de Porto Velho, sendo que o quadro de servidores em 2010 deveria ter alcançado o numero de 518 servidores mas somente alcançou 465, ou seja, 180 contratações.

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

Com a realização de concurso público foram contrados mais servidores, mas mesmo assim o deficit, ainda grande, precisando contratar mais profissinais para atuar na área da assistencia social.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Vencimentos e vantagens pessoais, encargos sociais.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

2011 Suficientes

Contratação de pessoal para a área da assistencia social, aumentando o montante de recursos disponiveis para atender a ação.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2011 O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.31 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Programa: 005 - APOIO À REDE SOCIOASSISTENCIAL DE PROTEÇÃO BÁSICA E ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
Gerente: Sebastião Oliveira Lima

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Promover a potencialização da rede prestadora de serviços na área da criança e do adolescente em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social;

Público-Alvo: Crianças e adolescentes
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral, assegurando-se-lhes, por Lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de atendimento a criança e ao adolescente atendidos nas unidades	Previsto	94	95	96	97
	Apurado		100		
	Relação % Apurado/Previsto		105,26		
	Relação % Apurado/Final		103,09		

2010:

2011:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto

2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto

A potencialização no atendimento da rede de serviços, a procura tem sido grande pelas entidades de cunho filantropicos sem fins lucrativos, que buscam parcerias junto ao municipio, para fins de desenvolver e executar projetos sociais na area da criança e adolescentes com um percentual de atendimento hoje cima de 100%, tendo o gestor de abrir credito adiiocnal suplementar para reforçar o orçamento do programa.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito

2011 Muito satisfeito

Os beneficiarios estão muitos satisfeitos, embora sempre questionam a falta de recursos financeiros quando da realização das conferências municipais, este questionamento é sempre polêmico, pela escassez de recursos.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Raça
Pessoa com Deficiência
Gênero
Criança e Juventude

2011

Criança e Juventude

O publico alvo previsto nesta ação é atendido especicamente pelos parcerios que buscam através de projetos técnicos sociais, junto ao Conselho dos Direitos da Crianmça e do Adolescnete -CMDCA, estabelecer parceria com o municipio.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Os recursos materiais são adequados

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.31 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Programa: 005 - APOIO À REDE SOCIOASSISTENCIAL DE PROTEÇÃO BÁSICA E ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
Gerente: Sebastião Oliveira Lima

2011

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial

Espaços fisicos são insuficientes para atender a demanda, que cresce a cada dia de forma assustadora.

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras

Espaços fisicos são insuficientes para atender a demanda, que cresce a cada dia de forma assustadora.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Os recursos humanos são adequados

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Discussão em Conselho Setorial

Os serviços são deliberados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, composto por membos não-governamentais e governamentais.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

A Sociedade Civil, através de projetos desenvolve ações voltadas à população vulnerabilizada.

2011

Discussão em Conselho Setorial

Através do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que promove discussão em defesa dos direitos da criança e do adolescente.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Mecanismos adotados:

Visitas in loco e reuniões deliberativas.

2011

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 417 - Manutenção Socioassistencial da Rede de Serviços Direta e Indireta na Área da Criança e do Adolescente

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho

Para deliberação e aplicação dos recursos orçamentários.

Visitas in loco

Para verificar a execução dos projetos.

Relatórios de gestão

Informando a Gestão Municipal das ações realizadas pelo Conselho Municipal, na área da criança e do adolescente.

2011

Visitas in loco

Fiscalização trimestral às entidades da Rede Prestadora de Serviços na área da criança e adolescente assistidos pelo Fundo Municipal.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Meta atingida na sua totalidade.

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

Devido o aumento da demanda o atendimento foi acima do que o previsto no orçamento.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Concessão de diárias;aquisição de água mineral, café e açúcar, passagens aéreas; regularização financeira (devolução de convênio); diárias - colaboradores eventuais (conselheiros sem vínculo); serviços de organização de evento: cerimônia de posse e coquetel ; serviços de elaboração de provas, correção e avaliação psicológica; firmatura de convênios.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
2011 Insuficientes

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.31 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Programa: 005 - APOIO À REDE SOCIOASSISTENCIAL DE PROTEÇÃO BÁSICA E ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
Gerente: Sebastião Oliveira Lima

Os recursos orçamentarios foram insuficientes devido o acrescimo no atendimento desse publico alvo, necessitando assim fazer adequação com suplementação orçamentaria

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

O fluxo não sofreu descontinuidade, em virtude do remanejamento efetuado não prejudicando a execução programada

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

a Ação não utiliza recursos de origem não orçamentaria

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2010 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.32 - FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO
Programa: 006 - APOIO À REDE SOCIOASSISTENCIAL DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
Gerente: MÔNICA MARIA CUNHA SAMPAIO

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Promover sociabilidade, o envelhecimento ativo e saudável, o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, prevenindo o isolamento do idoso, bem como seu asilamento.

Público-Alvo: Idosos com 60 anos ou mais em situação de vulnerabilidade social
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: A proteção social básica tem por objetivo contribuir para a prevenção de situações de risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de atendimento aos idosos com 60 anos ou mais em situação de vulnerabilidade social	Previsto	25	26	27	28
	Apurado	20	25		
	Relação % Apurado/Previsto	80,00	96,15		
	Relação % Apurado/Final	71,43	89,29		

2010:

2011: Rede prestadora de serviços socioassistenciais do Programa a Pessoa Idosa.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Entidades atendidas.

2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
2011 Satisfeito
Os demandatários estão satisfeitos, porém sempre na busca de melhoras no atendimento a esse público que cresce a cada ano.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010
Não há inadequação na concepção do programa
2011
Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010
Não contempla
2011
Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010
Os recursos materiais são adequados
2011
Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
Necessidade de contratação de pessoal e treinamento para lidar com esse público.
Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial
Com o crescimento da demanda é necessario que se cria infraestrura adequeda para fins de atendimento desse publico.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.32 - FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO
Programa: 006 - APOIO À REDE SOCIOASSISTENCIAL DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
Gerente: MÔNICA MARIA CUNHA SAMPAIO

Os recursos humanos são adequados

2011

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
Os profissionais necessitam de qualificação adequada.

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
A quantidade de profissionais é insuficiente para atender a crescente demanda.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Reunião com grupos de interesse
Reuniões realizadas nas associações que prestam serviços a pessoa idosa.

Discussão em Conselho Setorial
As ações são deliberadas pelo Conselho Municipal do Idoso - CMI.

2011

Discussão em Conselho Setorial
A discussão do tema Idoso acontece nas reuniões do Conselho Municipal do Idoso.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Mecanismos adotados:
Visitas in loco e reuniões.

2011

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 420 - Manutenção Básica Socioassistencial a Pessoa Idosa.

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Visitas in loco
Relatórios de gestão

2011

Reuniões de trabalho
Estudo entre a equipe e a rede de serviços locais.

Relatórios de gestão
Monitoramento de avaliação do serviço.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Foi atingida a meta na sua totalidade.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Concessão de diárias; aquisição de fraldas geriátricas; material de terapia ocupacional; aquisição de material permanente: máquina de costura.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.32 - FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO
Programa: 006 - APOIO À REDE SOCIOASSISTENCIAL DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
Gerente: MÔNICA MARIA CUNHA SAMPAIO

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 004 - APOIO À REDE SOCIOASSISTENCIAL DE PROTEÇÃO BÁSICA E ESPECIAL
Gerente: JOÃO PEDRO RODRIGUES DOS SANTOS

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Implantar e implementar serviços, programas, projetos e benefícios no âmbito da política de proteção social básica e especial

Público-Alvo: Crianças, adolescentes, familias, idosos e pessoas com deficiências
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: Promover parcerias com as entidades prestadoras de serviços socioassistenciais

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de atendimento de pessoas vulneráveis e em risco social, atendidas nas unidades	Previsto	93	95	97	99
	Apurado	90	94		
	Relação % Apurado/Previsto	96,77	98,95		
	Relação % Apurado/Final	90,91	94,95		

2010:

2011: Os indices apresentados estão dentro da realidade do programa, podendo ter uma variação de 4,5%,pra mais ou pra menos

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto
O índice previsto ficou dentro da expectartiva prevista uma vez que houve desempenho e articulação bastante satisfatórios do gerente do programa em sintonia com os coordenadores das ações.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
2011 Satisfeito
Os atendimento foram ralizados dentro da normalidade, houve um ou outro caso que mereceu maior atenção.

2.4 Outras Considerações

O programa foi avaliado de maneira satisfatória, mas, como sempre, ocorre em cada exercicio financerio os casos supervenientes e a escassez de recursos financeiros.

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Não há inadequação na concepção do programa

2011

Suficiência das ações
Com o crescimento da demanda com as instalações das Usinas de Santo Antonio e Jirau, houve um crescimento desordenado da populaçao, mas que a SEMAS esta mapeando esse público para buscar ações que sejam diretamente ofertadas para resolução do problema.

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Pessoa com Deficiência
Os serviços foram realizados com as entidades prestadoras de serviços socioassistenciais
Gênero
Os serviços foram realizados com as entidades prestadoras de serviços socioassistenciais
Criança e Juventude
Os serviços foram realizados com as entidades prestadoras de serviços socioassistenciais

2011

Raça
Pessoa com Deficiência
Gênero
Criança e Juventude

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 004 - APOIO À REDE SOCIOASSISTENCIAL DE PROTEÇÃO BÁSICA E ESPECIAL
Gerente: JOÃO PEDRO RODRIGUES DOS SANTOS

2010

Os recursos materiais são adequados

2011

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial

A capacidade administrativa e na infraestrutura e pequena para atender os usuarios,

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial

Com o aumento de familias consideradas na linha da popreza tem aumentado consideralmente O Governo Federal tem participado de maneira regular com o objetikvo do programa

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras

Nao e preciso da aquisição de computadores mais modernos impressoras, uma maquina de xerox,pois muitas vezez o usuario nao tem dinheiro nem para pagar o transporte coletivo

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras

A infraestrutura e pequena para suportar a grande demanda de usuarios,a prefeitura nao possui predios proprio,para ampliar a infraestrutura

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Os recursos humanos são adequados

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras

Comentamos que o municipio precisa urgentemente contratar e capacitar

Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial

sim a falta de capacitação dos profissionais e insuficiente

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial

Sim claro, o governo federal, bem como o municipio tem que contratar recursos humano e capacitalos para o bom desenvolvimento de suas atividades laborais

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras

Sim a insuficiencia de capacitação nas equipes que trabalham diretamento com esse publico alvo

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Discussão em Conselho Setorial

Os serviços, programas e projetos são deliberados pelo Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

2011

Não possui mecanismos.

Dificuldades para a implementação de mecanismos: A superação deve ocorrer qunando o governo procurar de forma adequada a implementação de novos orizontes, assim como criação de uma comissão tripartite para avaliar o desempenho do programa

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Mecanismos adotados:

Relatórios de avaliação e análise das prestações de contas.

2011

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 411 - Manutenção da rede prestadora de serviços socioassistenciais direta e indireta

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Visitas in loco

O Conselho fiscaliza as ações aprovadas através dos projetos e convênios firmados entre a Prefeitura por intermédio da SEMAS.

Relatórios de gestão

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, elabora a prestação de contas dos serviços realizados no período.

2011

Reuniões de trabalho

Reuniões de trabalho periódicas.

Relatórios de gestão

Relatórios de Gestão trimestral e anual de todas as unidades executoras de programas, para avaliação das ações previstas no orçamento.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Foi atingida a meta prevísta.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 004 - APOIO À REDE SOCIOASSISTENCIAL DE PROTEÇÃO BÁSICA E ESPECIAL
Gerente: JOÃO PEDRO RODRIGUES DOS SANTOS

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Foram atendidas 28 entidades sem fins lucrativos que trabalham em parcerias com o municipio, ofertando serviços de proteção social básica e especial, dependendo do nivel de atuação.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

2011 Suficientes

Com o aumento da população no municipio de Porto Velho, a assistencia social vem passando pelo processo de aumento de demandatario, e o orçamento quase sempre tem que ser suplementado para atender o crescimento da grande demanda da assistencia social.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Realocação do crédito setorial de um programa para outro

A realocação do credito de uma ação para outra demora cerca de trinta dias.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 004 - APOIO À REDE SOCIOASSISTENCIAL DE PROTEÇÃO BÁSICA E ESPECIAL
Gerente: JOÃO PEDRO RODRIGUES DOS SANTOS

AÇÃO: 412 - Manutenção e conservação do centro de referência especializado para mulheres e casa abrigo

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Relatórios de gestão
A Unidade elabora o relatório das ações realizadas e executadas no período.

2011

Visitas in loco
O monitoramento é feito in-loco, uma vez que o público alvo encontra-se abrigado sobre custodia do municipio.

O centro de referencia especializado para mulheres foi criado para abrigar as mulheres vitimas de violencia domestica, encaminhadas pela Delegacia de proteção às mulheres; o monitoramento é feito pelos técnicos que trabalham na unidade, que encaminham relatorios trimestrais das mulheres abrigadas.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Meta realizada dentro do previsto.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Ação: Manutenção e conservação do Centro de Referência especializada para mulheres e Casa Abrigo.
Produto: Unidade Mantida.
Detalhamento: Aquisição de leite especial.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
A unidade Casa Abrigo atende mulheres vítimas de violência, os recursos orçamentários liberados não atenderam a demanda, de acorco com necessidade para a manutenção.

2011 Insuficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2011 O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)
O programa não recebeu suplementações orçamentárias ao longo do exercício, prejudicando a execução das ações necessárias à unidade.

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 048 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - BOLSA FAMÍLIA
Gerente: MÔNICA MARIA CUNHA SAMPAIO

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Promover a transferência direta de renda mensal, que beneficia famílias em situação de risco social.

Público-Alvo: Famílias em situação de pobreza de risco social.
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: A proteção básica social tem por objetivo contribuir para a prevenção de situações de risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de famílias inscrita no cadastro único	Previsto	75	85	95	100
	Apurado	100	85		
	Relação % Apurado/Previsto	133,33	100,00		
	Relação % Apurado/Final	100,00	85,00		

2010: Revisão cadastral; inserção de novas familias em situação de vulnerabilidade social, acompanhamento socioassistencial.

2011: 100% (cem) por cento de famílias assistidas e cadastradas no Programa Bolsa Família - CADÚNICO, ultrapassando inclusive a meta prevista de atendimento do Governo Federal.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance acima de 100% do previsto

A partir da descentralização do atendimento e inserção nos Centros Integrados de Assistencia Social, a cobertura tornou-se mais eficiente, atendendo ao público mais vulnerável.

2011 Alcance acima de 100% do previsto

O atendimento dos usuários do bolsa familia superou a expectativa do governo. Foi previsto atender 15.000, no entanto, foram inscritos cerca de 33.000.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito

A transferência de renda permanece normalmente, apresentando ainda deficiência no que diz respeito à mudança de versão, acarretando problemas de transferência de dados para os Municípios, dificultando o atendimento integral dos beneficiários.

2011 Muito satisfeito

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Caracterização do público-alvo

Ainda há deficiência na inserção dos beneficiários que estão dentro dos critérios, por omissão de dados por parte dos próprios beneficiários. Muitos procuram burlar o sistema a fim de obter o benefício.

Suficiência das ações

Precisa-se apontar propostas mais eficazes para o processo de atualização em decorrência do alto número de famílias e, muitas residirem em áreas de dificil acesso como ribeirinhas, BR, linhas, sitios e outros.

2011

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Raça

O programa em suas diretrizes apresenta uma porcentagem de bolsas já destinadas aos grupos étnicos; os indios Karitianas são inseridos no Programa.

Gênero

O recorte de gênero é respeitado com ênfase ao proposto nas portarias do MDS, sendo prioridade o beneficio, este em nome da mulher.

2011

Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 048 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - BOLSA FAMÍLIA
Gerente: MÔNICA MARIA CUNHA SAMPAIO

2010

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Necessidades de ampliação na área de informática (computadores e espaço fisico adequado).
Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Há necessidades de ampliação de recursos materiais como computadores, bancos de espera, cadeiras, linhas de internetes para melhoria e ampliação do atendimento.
Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
Necessidades de carros, equipamentos potentes para melhor atendimento ao publico alvo.

2011

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial
A infraestrutura é pequena para atender a demanda.
Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Falta de equipamentos modernos a ágeis.
Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
A infraestrutura é pequena para um atendimento de melhor qualidade.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Os recursos humanos são adequados

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial
É extremamente necessária a capacitação e treinamento do pessoal.
Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
A qualificação deve ser constante.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Outros: Telefone: 0800
Apesar de insuficiência pela demanda, o 0800 atinge a população fora da área urbana de Porto Velho.
Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Denúncias de pessoas que não precisam mais do programa, informações precisas ao público alvo, atualizações.

2011

Não possui mecanismos.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM
Mecanismos adotados:
A avaliação é desenvolvida a partir dos seminários, encontros e projetos "Entre Linhas e Rosas" desenvolvidos pela secretaria, oportunizando a participação dos usuários nos diversos espaços. Apesar da abertura, observa-se que a participação ainda é insuficiente. Outro mecanismo se dá a partir da atuação dos cras. A analise aponta para melhoria no atendimeto e, todos os atendentes passaram por capacitações e aperfeiçoamento no atendimento ao público;

2011

NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 441 - Manutenção do Programa Bolsa Família

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Relatórios de gestão

2011

Sistemas informatizados
CADÚNICO - Cadastro Nacional.
Relatórios de gestão
Mapeamento das famílias por território.
Reuniões de trabalho
Reuniões periódicas com os servidores que são responsaveis pelos cadastros das familias beneficiarias desse programa.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 048 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - BOLSA FAMÍLIA
Gerente: MÔNICA MARIA CUNHA SAMPAIO

Meta realizada dentro do previsto.

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

Cadastro e benefícios, novas famílias cadastradas.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Manutenção do Programa Bolsa Família: aquisição de material de limpeza em geral, locação de imóvel, aquisição de material de informática, gêneros perecíveis e não perecíveis, confecão de faixas, banners e outros, concessão de suprimento de fundo, serviços gráficos, fornecimento de marmitex e lanches, serviços de engenharia, concessão de diárias, materiais permanentes: microcomputadores e centrais de ar condicionado.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)

Demora na abertura dos créditos adicionais suplementares.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 050 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA À INFÂNCIA
Gerente: MÔNICA MARIA CUNHA SAMPAIO

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Contribuir para a prevenção de situações de risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários

Público-Alvo: Crianças de 0 a 6 anos
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: A proteção social básica prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Número de crianças de 0 a 6 anos atendidas nos CRAS e na rede socioassistencial do território onde residem	Previsto	1030	1060	1092	1125
	Apurado	0	0		
	Relação % Apurado/Previsto	0,00	0,00		
	Relação % Apurado/Final	0,00	0,00		

2010:

2011: sem movimento.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Não aplicável
Ainda em fase de implantação nos CRAS;

2011 Não aplicável
Não houve execução orçamentária do programa.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Não apurada
Ainda em fase de inserção nos CRAs

2011 Não apurada

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Não há inadequação na concepção do programa

2011

Outros: Sem movimento

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Não contempla

2011

Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Sendo adquirido para o ano de 2011
Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial
CRAS com insuficiência de espaço; material insuficiente. Sendo providenciado para 2011.
Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Os CRAS estão sendo adequados com recursos e materiais para a oferta do serviço.

2011

Os recursos materiais são adequados

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 050 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA À INFÂNCIA
Gerente: MÔNICA MARIA CUNHA SAMPAIO

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Os recursos humanos são adequados

2011

Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Não possui mecanismos.

Dificuldades para a implementação de mecanismos: Qualificação da equipe para oferta do serviço; espaço fisico adequado; recursos materiais disponivieis.

2011

Não possui mecanismos.

Dificuldades para a implementação de mecanismos: Sem movimento.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

Não houve avaliação em decorrencia do não atendimeto.

2011

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

sem moviemtno.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 422 - Atendimento sócioassistencial à crianças de 0 a 6 anos

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Não possui mecanismos.

2011

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

2011 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

Não houve execução orçamentária da ação.Orçamento remanejado total.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

2011 Não utiliza recursos de origem orçamentária

Orçamento totalmente remanejado.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2011 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária

Não houve execução orçamentária da ação..

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 050 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA À INFÂNCIA
Gerente: MÔNICA MARIA CUNHA SAMPAIO

2011

Realocação do crédito setorial de um programa para outro

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 051 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA AO IDOSO - ATENDIMENTO EM GRUPO DE CONVIVÊNCIA - 6 H
Gerente: Maria Ozanira Simplício Rocha Linhares

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Promover a sociabilidade entre os idosos, o envelhecimento ativo e saudável, o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, prevenindo o isolamento, bem como seu asilamento.

Público-Alvo: Pessoas idosas
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: A proteção social básica prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos. O programa contribui para o exercício da cidadania, a paticipação social, proporcionando a ampliação e defesa de direitos, a autonomia e o protagonismo das pessoas idosas.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de idosos com 60 anos ou mais em situação de exclusão, convívio familiar, comunitário e social	Previsto	28	32	36	44
	Apurado	22,5	32		
	Relação % Apurado/Previsto	80,36	100,00		
	Relação % Apurado/Final	51,14	72,73		

2010:

2011:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance acima de 100% do previsto
Aumento da população idosa.

2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Muito satisfeito
Atendimento prioritário em todos os serviços da Prefeitura e o atendimento aos grupos de convivência.

2011 Pouco satisfeito
Orçamento Reduzido

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Não há inadequação na concepção do programa

2011

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Não contempla

2011

Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Os recursos materiais são adequados

2011

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial
Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Os recursos humanos são adequados

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 051 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA AO IDOSO - ATENDIMENTO EM GRUPO DE CONVIVÊNCIA - 6 H
Gerente: Maria Ozanira Simplício Rocha Linhares

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Reunião com grupos de interesse
Reuniões com associações cadastradas no Conselho.

Discussão em Conselho Setorial
Todas as ações executadas pelo programa são deliberadas pelo Conselho Municipal do Idoso - CMI.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Projetos elaboradas para atender a Rede Prestadora de Serviços à Pessoa Idosa.

2011

Reunião com grupos de interesse
Reuniões com os grupos comunitários da Rede Prestadora de Serviços do Programa de Atenção ao Idoso.

Discussão em Conselho Setorial
Discussões via Conselho Municipal do Idoso.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Mecanismos adotados:
Através de visitas domiciliar, atividades socioeducativas. Procurou-se fazer com os idosos as propostas feitas pelos mesmos para o melhor atendimento.

2011

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 423 - Atendimento socioassistencial à pessoa idosa

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Avaliar a qualidade dos serviços prestados.

Visitas in loco
Para monitoramento do idoso.

2011

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Aumento da população idosa.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes
Aumento da população idosa atendida na rede.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
De acordo com cada programação, os recursos foram liberados.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 051 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA AO IDOSO - ATENDIMENTO EM GRUPO DE CONVIVÊNCIA - 6 H
Gerente: Maria Ozanira Simplício Rocha Linhares

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 053 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DE APOIO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL
Gerente: MÔNICA MARIA CUNHA SAMPAIO

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Atender as necessidades advindas de situações de vulnerabilidade temporária, com prioridade à criança, à família, o idoso, pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz.

Público-Alvo: Cidadãos e famílias.
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: Os benefícios eventuais são provisões suplementares e provisórias, prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situação de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública, que integram orgânicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de atendimento à pessoas em situação de vulnerabilidade social	Previsto	10	12	14	16
	Apurado	5	12		
	Relação % Apurado/Previsto	50,00	100,00		
	Relação % Apurado/Final	31,25	75,00		

2010:

2011: Pessoas beneficiada dentro do previsto.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance acima de 100% do previsto

O programa com cobertura de até 5.000 famílias referenciadas por território, com ênfase no atendimento às familias do programa Bolsa Familia, apresentou dificuldades na execução de suas ações especificas que seria a implantação e implementação dos grupos socioeducativos em decorrencia de fatores diversos, sendo o mais agravante, o atendimento emergencial às demandas de outras políticas, prejudicando a atuação direta as ações de proteção básica que seria o fortalecimento dos vinculos familiares e comunitários.

2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto

Este programa combinado com ação de concessão de beneficios eventuais são atendidas as familias de baixo poder aquisitivo em situação de vulnerabilidade social que buscam através da assistencia social meios de transporte gratuito, auxilio funeral, etc...

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Pouco satisfeito

Ainda há pouco conhecimento dos beneficiários em relação ao CRAS.

2011 Satisfeito

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Definição do objetivo do programa em relação ao problema

Ainda há deficiência quanto a transformação das situações vulneráveis. Observa-se o atendimento do PAIF a outras frentes e demandas que não pertencem a proteção básica.

Caracterização do público-alvo

O CRAS conseguiu desenvolver ações voltadas ao público alvo, bem como identificar sua rede de atuação, fortalecendo parcerias dentro do território para maior mobilidade em relação às demandas e encaminhamentos dos beneficiários.

Dimensionamento do público-alvo

60 por cento do público alvo foi atingido.

Suficiência das ações

Em decorrência da demanda ora apresentada em situação de vulnerabilidade social, as ações foram insuficientes.

2011

Composição das fontes de financiamento

Não participação de recursos financeiros disponibilizados pelo governo federal

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Raça

Através das reuniões, encontros semanais, grupos de convivencia no espaço fisico do CRAS.

Pessoa com Deficiência

Em processo de discussão para acompanhamento a domicilio conforme tipificação Nacional.

Gênero

Através das reuniões e grupos de convivencia.

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 053 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DE APOIO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL
Gerente: MÔNICA MARIA CUNHA SAMPAIO

Criança e Juventude
Através dos grupos de convivencia.

2011

Raça
Demanda social.

Pessoa com Deficiência
Demanda social.

Gênero
Unidade Familiar.

Criança e Juventude
Fortalecimento de vínvulos familiares.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Ampliação de materiais, equipamentos, estruturação dos espaços dos CRAS.

2011

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Necessidade de ampliação da equipe técnica dos CRAS, observando que a contratação se dá através de concurso público. A equipe técnica de Jacy Paraná é urgente para o atendimento a demanda ora apresentada no distrito.

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Reunião com grupos de interesse
Reuniões e encontros semanais em grupos, realizadas para este fim.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Melhoria e ampliação na oferta dos serviços à comunidade, avaliação continua em relação ao atendimento, acompanhamento à demanda apresentada.

2011

Reunião com grupos de interesse
Reunião com a Rede Prestadora de serviço, de modo a inserí-las nas diversas ações ofertadas.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Mecanismos adotados:
A avaliação se dá através das reuniões e encontros avaliativos no espaço do CRAS e os resultados são encaminhados para equipe técnica que utiliza na formulação do plano de ação do proximo ano.

2011

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 056 - Concessão de Benefícios Eventuais à População Usuária da Assistência Social

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Relatórios de gestão
Anualmente o Departamento de Proteção Social Básica, avalia através de relatórios os demandatários atendidos pelo programa.

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 053 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DE APOIO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL
Gerente: MÔNICA MARIA CUNHA SAMPAIO

2011

Reuniões de trabalho

Verifica-se a execução dos serviços dentro de uma velocidade capaz de responder as demandas oriundas dos mais variados contextos.

Visitas in loco

Acompanhar os demandatários daqueles que recebem algum tipo de atendimento socioassistencial.

Relatórios de gestão

Construir de forma sistematizada um diagnóstico sore o número de famílias e ou demandatários e as diversas situações contempladas pelos atendimentos nos programas socioassistenciais executados pela SEMAS.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Meta atingida conforme Previsão.

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

Os beneficios eventuais aumentam a demanda a cada exercicio financeiro, necessitando reforçar o orçamento desse programa de maneira que venha suprir as necessidades básicas dos demandatários.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 quisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis;aquisição e concessão de passagens aéreas; concessão do benefício auxílio moradia.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

2011 Suficientes

A liquidação foi suficiente. Porém, como se verifica, o valor previsto foi suplementado em 24,19%.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)

Demora na abertura dos créditos suplementares.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 054 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO
Gerente: Cristóvão Cezar Rodrigues Soares

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Fortalecer o desenvolvimento na qualidade de vida da família na comunidade e no território onde vivem.

Público-Alvo: População demandatária e as entidades da assistência social.
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: Assegurar ações integradas com as entidades prestadoras de serviços, visando os padrões de qualidade, objetivos comuns, oportunizando programas, projetos e serviços no âmbito da proteção social básica e especial.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Percentual de entidades, representantes da organização civil inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social	Previsto	12	15	25	45
	Apurado		0		
	Relação % Apurado/Previsto		0,00		
	Relação % Apurado/Final		0,00		

2010:

2011: Sem movimento.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Não aplicável
Não houve movimentação.

2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Pouco satisfeito
Não houve movimentação.

2011 Satisfeito

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Outros: Não houve movimentação.

2011

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Não contempla

2011

Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial

2011

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial
Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Os recursos humanos são adequados

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 054 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO
Gerente: Cristóvão Cezar Rodrigues Soares

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Não possui mecanismos.
Dificuldades para a implementação de mecanismos: Não houve movimentação.

2011

Não possui mecanismos.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Não houve movimentação.

2011

NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 162 - Manutenção do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Comunitário

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Não possui mecanismos.
Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: Não houve movimentação.

2011

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Sem movimentação. Recursos remanejados.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Sem movimento.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Não utiliza recursos de origem orçamentária
Não houve movimentação.

2011 Não utiliza recursos de origem orçamentária
Recursos remanejados.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Não houve movimentação.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Recursos remanejados.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Outros: SEM MOVIMENTO
Não houve movimentação.

2011

Não há restrições

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 054 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO
Gerente: Cristóvão Cezar Rodrigues Soares

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 055 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DE ATENÇÃO INTEGRAL À FAMÍLIA - PAIF
Gerente: MÔNICA MARIA CUNHA SAMPAIO

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Fortalecer o desenvolvimento na qualidade de vida da família na comunidade e no território onde vive.

Público-Alvo: Famílias e indivíduos no seu território de abrangência.
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: Cabe ao PAIF a prestação de serviços de acolhimento, acompanhamento, inserção em serviços socioeducativos e de convivência, desenvolvimento de atividades coletivas e comunitárias e encaminhamento das famílias para demais serviços socioassistênciais e de outras políticas.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de atendimento a famílias em situação de pobreza e extrema pobreza	Previsto	38	41	44	47
	Apurado	32	41		
	Relação % Apurado/Previsto	84,21	100,00		
	Relação % Apurado/Final	68,09	87,23		

2010:

2011: Famílias assistidas dentro do previsto.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 40% a 80% do previsto
Observando o aumento populacional, o consecutivo fluxo migratório acarretando no aumento da demanda vulnerável. O programa não conseguiu atingir 100 por cento do público esperado.

2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Pouco satisfeito
Ainda há áreas que precisam de cobertura e acompanhamento em decorrência do alto número de demanda.

2011 Satisfeito
Os usuário não precisam se deslocar até a Secretaria para efetivar o cadastro cad-unico.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Não há inadequação na concepção do programa

2011

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Raça
Tema abordado nos diversos seminários, encontros, oficinas realizadas dentro ou fora dos territorios de CRAS.

Pessoa com Deficiência
Temáticas abordadas nos seminários, encontros, oficinas e outros.

2011

Raça
Famílias e ou demandatários e as diversas situações contempladas.

Pessoa com Deficiência
Acesso a direitos sociais básicos.

Gênero
Famílias contempladas e / ou demandatários da rede.

Criança e Juventude
Grupo socioeducativo.

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 055 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DE ATENÇÃO INTEGRAL À FAMÍLIA - PAIF
Gerente: MÔNICA MARIA CUNHA SAMPAIO

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Os recursos materiais são adequados

2011

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial
Os predios onde funcionam os CRAS são todos locados.
Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Falta de equipamentos necessarios para desenvolver o programa.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Os recursos humanos são adequados

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Outros: Centro Referência da Assistência Social - CRAS
Famílias atendidas no Centro Referência da Assistência Social - CRAS.
Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Famílias assistidas.

2011

Reunião com grupos de interesse
Reuniões na comunidade.
Contribuições da participação social para os resultados do programa:

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM
Mecanismos adotados:
Através de encontros, oficinas e eventos realizados no espaço do CRAS, os resultados foram somados ao plano de ação do ano posterior.

2011

NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 427 - Acompanhamento sociofamiliar/PAIF/CRAS

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Relatórios de gestão

2011

Relatórios de gestão
O acompanhamento é feito através de relatórios emitidos pelos profissionais que atuam nos CRAS que acompanham as familias,

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Meta prevista atingida.

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Ação: Acompanhamento sociofamiliar/PAIF/CRAS.
Produto: Famílias assistidas.
Detalhamento do Produto: Aquisição de material de limpeza em geral, Locação de Imóveis - CRAS, Serviço de Limpeza em Geral, Serviço de Pintura, Serviço de Sonorização e áudio, Aquisição de Gêneros alimentícios Perecíveis e não perecíveis, materiais pedagógicos e esportivo, Serviços de engenharia - CRAS.

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 055 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DE ATENÇÃO INTEGRAL À FAMÍLIA - PAIF
Gerente: MÔNICA MARIA CUNHA SAMPAIO

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada
Não houve descontinuidade na execução do programa, sendo efetuada suplentação para atender a demanda.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 056 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL À PESSOA USUÁRIA DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS
Gerente: FRANCISCO MODESTO DA COSTA

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Assegurar o atendimento às pessoas usuárias de substâncias psicoativas.

Público-Alvo: Famílias e indivíduos no seu território de abrangência.
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: Em razão do auto índice de pessoas usuárias de substâncias psicoativas, que vivem em situação de risco pessoal e social, faz-se necessário assegurar os serviços de atendimento especializado, às famílias, seus membros e os indivíduos, cujos vínculos familiares e comunitários encontram-se ameaçados e não foram rompidos, com acompanhamento sistemático e monitorado.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de pessoas atendidas usuárias de substâncias psicoativas	Previsto	93	95	97	100
	Apurado	89	0		
	Relação % Apurado/Previsto	95,70	0,00		
	Relação % Apurado/Final	89,00	0,00		

2010:

2011: Sem movimento.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Convênio firmado.

2011 Alcance abaixo de 40% do previsto
Os recursos financeiros disponiveis para atender a crescente demanda de pessoas que usam substancias psicoativas são muito escassos, face ao crescimento assustador dos dependentes quimicos.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
Usuário atendido.

2011 Não apurada
A demanda tem crescido de maneira assustadora e o recursos são insuficientes para atendê-los.

2.4 Outras Considerações

Construir unidades de atendimento continuado para tratamento desse publico alvo

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Não há inadequação na concepção do programa

2011

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Raça
Pessoa com Deficiência
Gênero
Criança e Juventude

2011

Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Os recursos materiais são adequados

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 056 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL À PESSOA USUÁRIA DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS
Gerente: FRANCISCO MODESTO DA COSTA

2011

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial
Falta construir centros de recuperação de viciados.
Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
O municipio nao possui infraestrutura para atender este publico alvo, necessitando urgente construir centros de recuperação

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Os recursos humanos são adequados

2011

Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial
Não existem técnicos treinados para lidar com o público alvo.
Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
Altamente insuficiente a qualificação dos recursos humanos.
Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
Falta profissionais para esta área.
Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
São poucos os profissionais para atender a grande demanda.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Não possui mecanismos.
Dificuldades para a implementação de mecanismos: Não há como implementar mecanismos de participação social, devido a natureza da ação do programa (pessoas com dependência química).

2011

Não possui mecanismos.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM
Mecanismos adotados:
Relatório de atendimento.

2011

NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 114 - Implantação e Manutenção das Ações Destinadas à Assistência de Pessoas Usuárias de Substâncias Psicoativas

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Relatórios de gestão
Entidade realiza a prestação de contas dos atendimentos.

2011

Outros: sem movimento.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
Meta realizada abaixo do previsto, considerando o número previsto dentro do Projeto firmado com a Prefeitura Municipal por intermédio da SEMAS e a Entidade Associação Casa Família Rosetta.

2011 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Recursos remanejados.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Sem movimento.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes
O convênio não foi renovado por falta de recursos orçamentários.

2011 Não foram liberados recursos
Os recursos foram remanejados.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 056 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL À PESSOA USUÁRIA DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS
Gerente: FRANCISCO MODESTO DA COSTA

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
Os recursos foram remanejados.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)
Aguardar possibilidade de excesso da receita.

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 057 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE À INFÂNCIA E JUVENTUDE - ABRIGO
Gerente: FRANCISCO MODESTO DA COSTA

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Garantir a proteção integral, por intermedio de medidas protetivas de abrigo, aplicadas nas situações dispostas no Arts. 98 e 101 do ECA.

Público-Alvo: Crianças e adolescentes retiradas do convívio familiar e comunitário
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: A proteção social especial de alta complexidade prioriza a construção de novos modelos de atenção e/ou abrigamento dos indivíduos que não contam mais com a proteção e o cuidado de suas famílias, em contraposição aos antigos abrigos, orfanatos e asilos. Historicamente, crianças e adolescentes, pessoas com deficiências e idosos, a título de proteção ou afastamento do convívio social, eram abrigados em grandes instituições, onde permaneciam por longo tempo ou a vida inteira. Para a população em situação de rua, são priorizados os serviços que possibilitam a organização de um novo projeto de vida, a aquisição de novas referências na sociedade e a conscientização dos direitos e deveres da cidadania.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de crianças e adolescentes sob medida protetiva de abrigo	Previsto	1,14	1,17	1,21	1,25
	Apurado	1,09	1,17		
	Relação % Apurado/Previsto	95,61	100,00		
	Relação % Apurado/Final	87,20	93,60		

2010:

2011: Medidas de proteção em instituições de acolhimento.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
A equipe técnica está capacitada para atender a totalidade da demanda.

2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
As necessidades biopsicossociais estão sendo atendidas a contento.

2011 Satisfeito
Houve uma diminuição considerável nos acolhimentos no ano de 2011.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Caracterização do público-alvo
DEMANDA DE MUNICIPIOS CIRCUNVIZINHOS, DE OUTRAS COMARCAS E ADOLESCENTES AUTORES DE ATOS INFRACIONAIS.

2011

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Raça
Em capacitações contínuas com pessoas que atuam dentro do sistema de acolhimento.

Pessoa com Deficiência
Em capacitações contínuas com pessoas que atuam dentro do sistema de acolhimento.

Gênero
Em capacitações contínuas com pessoas que atuam dentro do sistema de acolhimento.

Criança e Juventude
Em capacitações contínuas com pessoas que atuam dentro do sistema de acolhimento.

2011

Criança e Juventude
Atendimento prestado em pequenos grupos favorecendo o convívio familiar e comunitário.

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 057 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE À INFÂNCIA E JUVENTUDE - ABRIGO
Gerente: FRANCISCO MODESTO DA COSTA

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
DEVIDO A GRANDE DEMANDA NAS UNIDADES HÁ USO DE GRANDE QUANTITATIVO DE MATERIAIS EM MUITOS CASOS SUPERANDO O ACEITÁVEL PARA ATENDER A DEMANDA, NO QUE SE REFERE A MATERIAL PERMANENTE, MATERIAL DE INFORMÁTICA E VEÍCULOS.

2011

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Os recursos materiais foram insuficientes,tendo em vista que o Estado não repassou recursos para garantir um bom desempenho das ações previstas.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
ALGUMAS UNIDADES APESAR DE TERMOS CHEFES DE APOIO CARECEM DE COORDENADORES TECNICOS PARA OFERTAR SERVIÇO COM MAIS QUALIDADE.

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
ALGUMAS ORIENTAÇOES TÉCNICAS COMO MANUAL DO CONANDA E SINASE ESTABELECE PER CAPTA DE ATENDIMENTO POR PROFISSIONAL. NO MOMENTO A CAPACIDADE PER CAPTA NÃO ATENDE A DIVERSAS ORIENTAÇÕES TÉCNICAS. A PER CAPTA PARA CRIANÇA HOSPITALIZADA SOB A GUARDA DE NOSSAS UNIDADES DE ACOLHIMENTO EXIGE UM PROFISSIONAL CUIDADOR SOCIAL POR LEITO E ISSO NÃO ESTÁ SENDO ATENDIDO SATISFATORIAMENTE.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial
HÁ A NECESSIDADE DE CAPACITAÇÃO SISTEMATICA E ROTINEIRA, POIS A EXECUÇÃO EXIGE APERFEIÇOAMENTO CONTÍNUO DAS EQUIPES POIS ATUAM NA GARANTIA DE DIREITOS E COM DEMANDAS ESPECIFICAS.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
HÁ A NECESSIDADE DE CAPACITAÇÃO SISTEMATICA E ROTINEIRA, POIS A EXECUÇÃO EXIGE APERFEIÇOAMENTO CONTÍNUO DAS EQUIPES POIS ATUAM NA GARANTIA DE DIREITOS E COM DEMANDAS ESPECIFICAS.

2011

Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial
Os educadores sociais precisam que ser capacitados para lidar com o público.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Reunião com grupos de interesse
SÃO REALIZADAS REUNIÕES PERIÓDICAS COM A REDE SOCIOASSISTENCIAL.

Discussão em Conselho Setorial
SÃO REALIZADAS REUNIÕES PERIÓDICAS COM OS CONSELHOS SETORIAIS

Contribuições da participação social para os resultados do programa:
COM DISCUSSÕES, ELABORAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E APROVAÇÃO DE PLANOS MUNICIPAIS, PROGRAMAS, PROJETOS E SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS.

2011

Discussão em Conselho Setorial

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Mecanismos adotados:
Através de entrevista formal e informal. Forma utilizada com visão crítica como indicativo para aperfeiçoamento do atendimento.

2011

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 167 - Manutenção do Serviço de Proteção Socioassistencial da Infância e Juventude

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
São realizadas periodicamente com equipe de trabalho.

Visitas in loco
A execução da ação é periódica e sistemática.

Sistemas informatizados
Os mesmos são registrados em programa próprio.

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 057 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE À INFÂNCIA E JUVENTUDE - ABRIGO
Gerente: FRANCISCO MODESTO DA COSTA

Relatórios de gestão
São trimestral e anual.

2011

Relatórios de gestão
Relatorios de gestão emitidos trimestralmente e consolidados a cada exercicio pelos profissionais que atuam na área.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Meta alcançada acima do programado.

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Devido o aumento da demanda foi necessario ajustar o orçamento programa abrindo credito adiocional suplemantar para atender o programa

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Despesas com gêneros de alimentação em geral (perecíveis e não perecíveis); liimpeza e higiene em geral, vestuário, cama, mesa e banho, higiene pessoal; suprimento de informática (cartuchos e tonners); material de expediente e pedagógico; material esportivo; Aquisição de materiais permanentes tais como: mesas, cadeiras pré-escolar, aparelhos de arcondicionados, e outros.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
As Instituições de Acolhimento, acolhem crianças e adolescentes em situação de risco pessoal, o atendimento deve ser em sua totalidade, tais como: vestuário, calçados, alimentação, transporte escolar, equipamentos para as unidades, e os recursos disponibilizados não foram suficientes.

2011 Suficientes
Os recursos liquidados foram suficientes em relação à dotação disponibilizada.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)
A abertura de créditos adicionais suplementares é demorada.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 059 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE - MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO
Gerente: FRANCISCO MODESTO DA COSTA

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Oferecer proteção e acompanhamento social aos adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

Público-Alvo: Adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: A proteção social especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos, e ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de adolescentes e jovens envolvidos em processos judiciais relacionados ao acometimento de delitos	Previsto	97	98	99	100
	Apurado	300	98		
	Relação % Apurado/Previsto	309,28	100,00		
	Relação % Apurado/Final	300,00	98,00		

2010: O processo de municipalização das MSEMA está ocorrendo em tempo mais rápido do que o esperado.

2011:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance acima de 100% do previsto
No processo de municipalização encontra-se previsto o repasse progressivo de adolescentes em cumprimento de MSEMA ao Município.

2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto
O público alvo é bastante significativo. O crescimento de criminalidade de menores aumentou consideralmente, mas o atendimento pela Secretaria, através do Programa permaneceu com as mesmas diretrizes, devido a troca de coordenadores, impossibilitando a continuidae dos serviços.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
Atendimento está sendo efetuado a contento.

2011 Satisfeito
Possibilidades e oportunidades para a ampliação do universo informacional e cultural; Fortalecimento a convivência familiar e comunitária.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Dimensionamento do público-alvo
Está sendo atendida maior quantidade de adoelscentes em MSEMA do que os recursos humanos, financeiros e orçamentários disponíveis.
Pertinência das ações
Está sendo efetivada a contento a aplicação de PSC e LA, porém para maior qualidade dos serviços há a necessidade de implementação de mais ações socioeducativas, para fortalecer a ressocialização do adolescente.

2011

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Não contempla

2011

Criança e Juventude
Adolescentes durante o cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade e sua inserção em outros serviços e programas socioassistenciais e de políticas públicas setoriais.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Os recursos materiais são adequados

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 059 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE - MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO
Gerente: FRANCISCO MODESTO DA COSTA

2011

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Possibilitar acessos e oportunidades para a ampliação do universo informacional e cultural a serem desenvolvidos o período de cumprimento da medida socioeducativa.

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Prover a equipe de gerenciamento de criar condições para construção/reconstrução de projetos.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo SINASE prevê uma equipe per capita para atendimento dos adolescente em MSEMA, mas no momento a per capita encontra-se em déficit.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
O sinase prevê uma equipe multidisciplinar, todavia o projeto não conta com a equipe completa.

2011

Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial
Os educadores sociais precisam ser capacitados para lidar com o público.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Reunião com grupos de interesse
Em 2010 foi instituido o Grupo gestor das Medidas Socioeducatiuvas em Meio Aberto GEMSO com a participação de representantes de secretarias municpais afins.

Discussão em Conselho Setorial
Encontros significativos com o Conselho Municipal dos Direitos Criança e do Adolescente na discussão do Processo de Municipalização da MSEMA.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:
A participação social ocorre por meio de parcerias com instituições que recebem os adolescentes para Prestação de Serviço à Comunidade quanto com os orientadores de Liberdade Assistida.

2011

Não possui mecanismos.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Não há um instrumental específico para avaliar esse conteúdo. A equipe encontra-se trabalhando na confecção desse instrumental, posto que reúne aspectos de caráter subjetivo. Para tal, o programa contará com pesquisas realizadas pela Universidade Luterana do Brasil - ULBRA.

2011

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 428 - Proteção social a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
São realizadas sistemática e periodicamente pela equipe.

Visitas in loco
São estratégias de ação petinentes ao trabalho técnico.

Sistemas informatizados
Os dados são mantidos em sistema de informatica próprio do programa.

Relatórios de gestão
São confeccionados trimestral e anualmente.

2011

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
A proposta de municipalização para 2010 previa o atendimento de 450 jovens/mês, porém devido a carência de Recursos Humanos, foram atendidos a média de 300 adolescentes ao mês .

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 059 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE - MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO
Gerente: FRANCISCO MODESTO DA COSTA

Reforma e Inauguração do Prédio onde funciona as atividades das medidas socioeducativas meio aberto; Reforma de Painéis; Aquisição de material de informática; Serviços de jardinagem;
Aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis; Capacitação dos educadores.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes
Falta investimento dos recursos orçamentários municipais.

2011 Suficientes
Porém não houve dotações orçamentárias suficientes para atender a demanda e execução dos serviços para realizar, criar, estabelecer, contribuir, possibilitar e fortalecer o programa.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)
Não há disponibilidade orçamentária, principalmente quando da elaboração da proposta orçamentária.

2011

Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)
Estabelecer prioridades da assistência social.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 061 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE À CRIANÇA E ADOLESCENTE - COMBATE AO ABUSO
Gerente: FRANCISCO MODESTO DA COSTA

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Garantir os direitos fundamentais de crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual, restabelecer e fortalecer o direito a convivência familiar e comunitária em condições dignas de vida.

Público-Alvo: Crianças e adolescentes
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: A proteção social especial é a modalidade de atendimento assistêncial destinada ao enfrentamento à violência, abuso e exploração sexual contra crianças e adolescenetes, para proteger crianças e adolescenetes e suas famílias da violência sexual.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual	Previsto	6	10	18	25
	Apurado	50	10		
	Relação % Apurado/Previsto	833,33	100,00		
	Relação % Apurado/Final	200,00	40,00		

2010: Atendimento à demanda acima do índice previsto.

2011:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Atendimento à demanda acima do índice previsto.

2011 Alcance entre 40% a 80% do previsto
O programa alcançou a meta fisica prevista de 210 crianças e adolescentes assistidos.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
Atendimento da expectativa do demandatário.

2011 Pouco satisfeito
Dificuldades que geram prejuízos ou seja, morosidade no desempenho dos serviços com qualidade.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Não há inadequação na concepção do programa

2011

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Raça
Por meio de palestras e ações preventivas ao público alvo.

Pessoa com Deficiência
Por meio de palestras e ações preventivas ao público alvo.

Gênero
Por meio de palestras e ações preventivas ao público alvo.

Criança e Juventude
Por meio de palestras e ações preventivas ao público alvo.

2011

Criança e Juventude
Crianças e adolescentes assistidos.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 061 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE À CRIANÇA E ADOLESCENTE - COMBATE AO ABUSO
Gerente: FRANCISCO MODESTO DA COSTA

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Há carência de recursos materiais permanente, posto que a demanda de atendimento supera a capacidade de material dentre eles veículos.

2011

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Os recursos financeiros para compra de materiais são insuficientes.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Os recursos humanos são adequados

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Audiência Pública
Por meio de fóruns e encontros, seminários, e audiência pública.

Reunião com grupos de interesse
Participação em reunião sistemática da rede de enfrentamento à violencia sexual contra criança e adolescentes.

Discussão em Conselho Setorial
De forma sistemática e periódica.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Com proposições para implementação do serviço.

2011

Não possui mecanismos.
Dificuldades para a implementação de mecanismos: A complexidade do atendimento dos serviços: famílias e indivíduos que vivenciam violações de direitos.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Mecanismos adotados:
Em instrumental próprio. De forma criteriosa para promover impacto social na melhoria dos serviços.

2011

SIM

Mecanismos adotados:
O resultado da avalição é medido através da emissão de relatorios técnicos sociais, comparado ao planejado no orçamento.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 430 - Atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
São periódicas e sistemáticas.

Visitas in loco
São estratégias pertinentes ao próprio exercício funcional.

Sistemas informatizados
É utilizado o sistema do próprio Projeto, que conta com bom banco de dados.

Relatórios de gestão
São realizados trimestral e anualmente.

2011

Relatórios de gestão
Relatórios com os dados estatísticos preenchidos pelas Unidades de Acolhimneto e pelos técnicos de referência.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Atendimento muito abaixo do pactuado e orçado. A qualidade e efetividade foram satisfatórias, alcançando o impacto social esperado através dos atendimentos específicos.

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Aumento da demanda que cresce a cada dia no Brasil.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 061 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE À CRIANÇA E ADOLESCENTE - COMBATE AO ABUSO
Gerente: FRANCISCO MODESTO DA COSTA

Despesas com capacitação profissional, oficinas, seminários, reuniões, grupo de estudo com o Juizado da Infância e Juventude;Aquisições de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis e despesas com aluguel.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

2011 Suficientes

O orçamento foi suplementado para atender o programa devido o aumento crescente dos demandatarios dos serviços.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2011 O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Realocação do crédito setorial de um programa para outro

Demora na realocação de recursos para outra ação, causando atraso na execução da ação.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 062 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE À PESSOA COM DEFICIÊNCIA
Gerente: FRANCISCO MODESTO DA COSTA

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Assegurar os direitos socioassistenciais de pessoas com deficiências.

Público-Alvo: Pessoas com deficiências
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: A proteção social especial é um conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direitos, o fortalecimento das potencialidades e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de atendimento à pessoas com deficiências	Previsto	4	5	6	7
	Apurado		5		
	Relação % Apurado/Previsto		100,00		
	Relação % Apurado/Final		71,43		

2010:

2011: Entidades prestadoras de serviços socioassistenciais - pessoas com deficiências.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 40% a 80% do previsto

Não conseguimos atender o público esperado, o programa todavia precisa ser eficaz, conhecer a realidade de cada família e não temos muitas respostas concretas das mesmas em situações de vulnerabilidade social. Sabemos que muitas dessas famílias tem dificuldades de acesso a materiais de locomoção, fraldas, acessibilidade a escolas e transportes.

2011 Alcance entre 40% a 80% do previsto

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito

O Programa vem desenvolvendo ações de inclusão cultural, com a realização de eventos onde são apresentadas os talentos da música, teatro e a dança, todos os anos realizados na praça. Também foram realizados seminários de acessibilidades a 03 anos, articulado todo o mês a reunião da rede de promoção e proteção dos direitos das pessoas com deficiência, com todas as instituições que trabalham direto ou indiretamente com as pessoas com deficiência, incluindo INSS, MP, DRT, faculdades, secretarias, educação, saúde, transportes, Crea,. Mas falta o trabalho na ponta, com os grupos de convivência familiar das pessoas com deficiência nos CRAS.

2011 Satisfeito

Através de entidades prestadoras de serviços, que atendem pessoas com deficiências, foram executadas ações tais: firmatura de convênio.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Caracterização do público-alvo

Pessoas com deficiência e Beneficiárias do BPC e BPC na escola, são pessoas em situação de risco e vulnerabilidade social - Localização Porto Velho - Rondônia

2011

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Pessoa com Deficiência

Os temas estão sendo desenvolvidos com reuniões da rede, seminários, encontros de articulação para garantia de direitos. Ano passado foi criado o Conselho Municipal dos Direitos das pessoas com Deficiência, fruto da Secretaria e sociedade civil.

2011

Pessoa com Deficiência

público alvo (pessoas com deficiências atendidas).

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 062 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE À PESSOA COM DEFICIÊNCIA
Gerente: FRANCISCO MODESTO DA COSTA

2010

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras

O local é insuficiente para os trabalhos e a falta de material, como mesa, cadeira, armário e computadores adequados.

2011

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial

Recursos financeiros insuficientes, inclusive a inexistência da participação do Estado.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Os recursos humanos são adequados

2011

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras

Falta profissionais capacitados para desenvolver atendimento a este público.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Reunião com grupos de interesse

Participação social através das reuniões da Rede, que acontece a cada mês, e tudo que se pensa realizar é através da participação de todos.

Outros: Seminários Municipais de Acessibilidade

Tratados os temas mais diversos onde se discute as propostas que serão encaminhadas a cada setor, educação,saúde, regularização fundiária.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

A criação do Conselho Municipal que foi uma participação e atuação do programa. Também o resultado do questionário do BPC na Escola que teve a participação dos responsáveis legais para a identificação das barreiras de acesso e permanência da Escola.

2011

Reunião com grupos de interesse

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Mecanismos adotados:

Através da presença e articulação com as entidades que participam da rede, e todas as atividades são desenvolvidas pelo Município com a presença dos adolescentes que manifesta suas insatisfações com relação as políticas públicas que não são executadas, sem respeito aos seus direitos.

2011

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 431 - Manutenção dos serviços socioassistenciais destinados à pessoas com deficiências

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Relatórios de gestão

Relatórios trimestrais para conhecimento das atividades desenvolvidas pelo programa.

2011

Visitas in loco

Visitas técnicas pelos membros do conselho às entidades prestadoras de serviços.

Relatórios de gestão

Relatórios bimestrais, para conhecer a realidade das pessoas com deficiências e suas respectivas necessidades.

Reuniões de trabalho

Discussões bimestrais com as entidades prestadoras de serviços, para esclarecer e conhecer a demanda da pessoa com deficiência.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Nós não há um instrumental de controle para avaliar as metas física de atendimento, toma-se como base os atendimentos realizados dentro das instituições conveniadas ao Município, no caso com três instituições que recebem recursos para realizar seus atendimentos, e não existe controle realizado pelos Cras, apesar de já solicitado por várias vezes, os atendimentos dentro dos CRAS e CREAS.

2011 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Ação Serviços socioassistenciais destinados à pessoas com deficiências.
Produto: Pessoas com deficiências atendidas.
Detalhamento: Firmantura de convênio.

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 062 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE À PESSOA COM DEFICIÊNCIA
Gerente: FRANCISCO MODESTO DA COSTA

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
2011 Insuficientes
Recursos suplementados por insuficiencia de dotação especifica.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Com a adequação orçamentaria não houve comprometimento do programa.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Demora na realocação de créditos de uma ação para outra ação.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 132 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - PROJOVEM ADOLESCENTE
Gerente: MÔNICA MARIA CUNHA SAMPAIO

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Promover a inclusão social de jovens, qualificando e valorizando a sua participação social, por meio do desenvolvimento de atividades socioeducativas, que estimulem o desenvolvimento de projeto de interesse individual e coletivo dos jovens, o estímulo e a descoberta do potencial dos jovens e do território.

Público-Alvo: Jovens entre 15 a 17 anos

Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

Justificativa: Complementar a proteção social básica à família, criando mecanismos para garantir o direito à convivência familiar e comunitária e criar condições para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Números de jovens de 15 a 17 anos que encontram-se em situações específicas	Previsto	1055	1060	1065	1070
	Apurado	118	0		
	Relação % Apurado/Previsto	11,18	0,00		
	Relação % Apurado/Final	11,03	0,00		

2010: Não houve adesão dos adolecentes em relação ao programa.

2011: Não houve adesão do Programa junto ao Governo Federal.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Não aplicável
2011 Não aplicável

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Não apurada
2011 Não apurada

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Definição do objetivo do programa em relação ao problema
O objetivo deste programa é criar mecanismos que garatam o direito a convivência familiar e comunitária, bem como, criar condições para a inserção e permanência dos jovens no sistema educacional. Para isso, convênios com associações e escolas estão sendo estudados e trabalhados para a melhor adequação do programa junto ao público alvo.

Caracterização do público-alvo
Jovens de 15 a 17 anos e que normalmente estão em situação de vunerabilidade social e em sua maioria na periferia da cidade.

Dimensionamento do público-alvo
Foram beneficiados 150 jovens de 15 a 17 anos.

Pertinência das ações
O plano de providências foi planejado junto a Secretaria para readequação do programa.

Suficiência das ações
Execução do serviço junto ao território dos Centro de Referência da Assistência Social-CRAS.

Composição das fontes de financiamento
Financiamento Governo Federal.

2011

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Raça
Palestras, seminários, debates.

Pessoa com Deficiência
Palestras, seminários, debates.

Gênero
Palestras, seminários, debates.

Criança e Juventude
Palestras, seminários, debates.

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 132 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - PROJOVEM ADOLESCENTE
Gerente: MÔNICA MARIA CUNHA SAMPAIO

2011

Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial

A falta de local adequado para arte, educação é um dos empecilhos para o bom andamentos dos trabalhos.

2011

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras

Falta de auxiliares de serviço social.

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Reunião com grupos de interesse

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

Planejamento de convênio com associações para o andamento das atividades no ano de 2011.

2011

Não possui mecanismos.

Dificuldades para a implementação de mecanismos: Não houve adesão do Programa junto ao Governo Federal.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Mecanismos adotados:

Questionário de avaliação.

2011

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 424 - Incentivo ao protagonismo juvenil-Projovem

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho

Visitas in loco

Relatórios de gestão

2011

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

2011 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

Não houve adesão do programa junto ao Governo Federal.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Vencimentos e vantagens fixas - Pessoal Civil; obrigações patronais.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

2011 Suficientes

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 132 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - PROJOVEM ADOLESCENTE
Gerente: MÔNICA MARIA CUNHA SAMPAIO

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Houve redução de dotações orçamentárias

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 135 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE - ERRADICAÇÃO D(
Gerente: FRANCISCO MODESTO DA COSTA

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Contribui com a erradicação do trabalho infantil no país associando-se com outras políticas sociais.

Público-Alvo: Famílias com crianças e adolescentes até 16 anos em situação de trabalho.
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: A proteção social especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de atendimento a crianças e adolescentes até 16 anos em situação de trabalho	Previsto	18	19	20	21
	Apurado	136	19		
	Relação % Apurado/Previsto	755,56	100,00		
	Relação % Apurado/Final	647,62	90,48		

2010: Aumento da demanda, principalmente no Distrito de Jaci-Paraná, devido a construção da Usina de Jirau.

2011:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Muito embora o Município esteja em desenvolvimento migratório, o número de crianças atendidas pelo programa não condiz com a realidade. Observa-se ainda, a tendência em decorrência da situação socioeconômica e cultural local.

2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Pouco satisfeito
Observamos na zona rural a inexistência de estrutura física adequada, recursos humanos insuficientes.

2011 Satisfeito
A procura pelo serviço é grande, e os partipantes têm-se mostrado satisfeitos com essa iniciativa do municipio.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Definição do objetivo do programa em relação ao problema
Situações novas de crianças em situação de trabalho infantil na rua a partir do fluxo migratório, que precisam ser ingeridas.
Caracterização do público-alvo
Muitas demandas encaminhadas de órgãos de fiscalização e controle social não estão em situação de trabalho e sim de vulnerabilidade social. Fugindo assim dos objetivos do programa.
Dimensionamento do público-alvo
Há necessidade de identificar e inserir os novos atores envolvidos no trabalho infantil nos programas, jornada ou projetos desenvolvidos no próprio campo escolar.

2011

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Raça
As legislações que estabelecem as diretrizes do programa já contemplam quotas para atendimento à população negra, quilombolas e indígenas.

2011

Criança e Juventude

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 135 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE - ERRADICAÇÃO D(
Gerente: FRANCISCO MODESTO DA COSTA

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Há necessidade de espaço físico específico para equipe gerencial com equipamentos adequados, como computadores, mesas, cadeiras e etc...
Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Necessidade de melhoria na distribuição de material pedagógico e lanches adequados, principalmente na área rural.
Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
Deficiência de locais adequados para execução da jornada socioeducativa na área distrital.

2011

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Os recursos disponiveis são insuficientes para atender as ações que aumentam a cada exercicio financeiro.
Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
A infraestrutura existente na Unidade precisa urgentemente passar por uma reforma.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
Necessidade de equipe específica para atender o programa PETI, como equipe multidisciplinar, psicólogo, pedagogo, assistente social.
Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Área rural, defasagem de equipes de educadores.
Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
Os educadores que passam nos concursos públicos desconhecem a metodologia de trabalhos com crianças, considerando que não foram contratados para tal fim.

2011

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
E necessario a contratação pessoal, educador social, psicologo, assistente social, apoio administrativo, afim de que se possa ofertar um serviço de qualidade.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Reunião com grupos de interesse
Reuniões semestrais com famílias inseridas no programa.
Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Melhor atendimento; qualidade na execução da ações socioeducativas, melhoria no atendimento das crianças em relação ao transporte; maior acompanhamento das crianças em situações problemáticas.

2011

Discussão em Conselho Setorial
Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.
Outros: Conferências
Os temas são amplamente abordados nas conferencias nacionais, estaduais e municipais.
Contribuições da participação social para os resultados do programa:

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Assiduidade dos demandatários no programa.

2011

NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 429 - Atendimento às famílias com crianças e adolescentes do programa PETI

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Relatórios de gestão

2011

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
A procura tem aumentado demasiadamente; são feitas adequações para atender de modo satisfatorio o crescimento do público alvo.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 135 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE - ERRADICAÇÃO D(
Gerente: FRANCISCO MODESTO DA COSTA

Ação: Atendimento às famílias com crianças e adolescentes do Programa PETI
Produto: Famílias atendidas.
Detalhamento: Firmatura de Convênio IEL; Aquisição de material de limpeza em geral, Gêneros Alimentícios perecíveis e não perecíveis, material de expediente, material esportivo; Concessão de cartões e recargas LEVA EU; Contrato de Locação de 04 (quatro) Ônibus.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Atraso na realocação de créditos suplementares.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 136 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA - BPC
Gerente: MÔNICA MARIA CUNHA SAMPAIO

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Garantir as pessoas idosas e pessoas com deficiência, meios de prover a própria manutenção.

Público-Alvo: Idosos e pessoas com deficiência
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: O BPC integra a proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e deve ser prestado em articulação com os diversos serviços da assistência social e de outras políticas, na perspectiva de ampliar a proteção a idosos e pessoas com deficiência e suas famílias

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de pessoas idosas com 65 anos ou mais e pessoas com deficiência e incapacitadas para o trabalho	Previsto	25	26	27	28
	Apurado	915	0		
	Relação % Apurado/Previsto	3.660,00	0,00		
	Relação % Apurado/Final	3.267,86	0,00		

2010: Acompanhamento de crianças e adolescentes especiais na Escola.

2011: Não houve no ano de 2011 a Revisão do Benefício Continuado. Os recursos são liberados pelo Governo Federal.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2011 Não aplicável

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2011 Não apurada

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2011

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2011

Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2011

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial

Com o aumento dos beneficios e prestação de serviços, os recursos disponíveis são insuficientes.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2011

Discussão em Conselho Setorial
Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Reunião com grupos de interesse

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 136 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA - BPC
Gerente: MÔNICA MARIA CUNHA SAMPAIO

2011

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 432 - Revisão da concessão do benefício assistencial de prestação continuada

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Relatórios de gestão

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

Ação sem execução orçamentária.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Não utiliza recursos de origem orçamentária

Ação sem execução orçamentária.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária

Ação sem execução orçamentária.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Outros: SEM MOVIMENTO

Ação sem execução orçamentária.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 136 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA - BPC
Gerente: MÔNICA MARIA CUNHA SAMPAIO

AÇÃO: 433 - Implementação e Manutenção do Programa BPC na escola

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Relatórios de gestão

2011

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Ação sem execução orçamentária.

2011 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Não houve atendimento. Os recursos orçamentários foram remanejados.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes
Ação sem execução orçamentária.

2011 Não foram liberados recursos
Os recursos orçamentários foram remanejados.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Ação sem execução orçamentária.

2011 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
Os recursos orçamentários foram remanejados.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Realocação do crédito setorial de um programa para outro

2011

Realocação do crédito setorial de um programa para outro

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 139 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA À CRIANÇA E ADOLESCENTE
Gerente: MÔNICA MARIA CUNHA SAMPAIO

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Propiciar a crianças, adolescentes e seus familiares a inclusão em atividade sócioassistenciais.

Público-Alvo: Crianças e adolescentes
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: A proteção social básica tem por objetivo contribuir para a prevenção de situações de risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de famílias atendidas pelo PAIF	Previsto	31	32	33	34
	Apurado	218			
	Relação % Apurado/Previsto	703,23			
	Relação % Apurado/Final	641,18			

2010: Atendimentos de crianças e adolescentes em atividades socioeducativas - PETI.

2011:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Não aplicável
Programa sem execução orçamentária.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Não apurada
Programa sem execução orçamentária.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Outros: SEM MOVIMENTO
Programa sem execução orçamentária.

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Não possui mecanismos.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 139 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA À CRIANÇA E ADOLESCENTE
Gerente: MÔNICA MARIA CUNHA SAMPAIO

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 150 - Manutenção de Atividades Socioeducativas e Assistenciais à Crianças e Adolescentes

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Não possui mecanismos.

2011

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

Ação sem execução orçamentária.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Não utiliza recursos de origem orçamentária

Ação sem execução orçamentária.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária

Ação sem execução orçamentária.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Outros: SEM MOVIMENTO

Ação sem execução orçamentária.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 140 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE II - POPULAÇÃO DE RUA
Gerente: FRANCISCO MODESTO DA COSTA

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Ofertar atendimento especializado de forma integral, visando acolhimento à pessoa em situação de rua.

Público-Alvo: Crianças e adolescentes retiradas do convívio familiar e comunitário.
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: A proteção social especial de alta complexidade prioriza a construção de novos modelos de atenção e/ou abrigamento dos indivíduos que não contam mais com a proteção e o cuidado de suas famílias em contraposição aos antigos abrigos, orfanatos e asilos. Historicamente, crianças e adolescentes, pessoas com deficiências e idosos, a título de proteção ou afastamento do convívio social, eram abrigados em grandes instituições, onde permaneciam por longo tempo ou a vida inteira. Para a população em situação de rua são priorizados os serviços que possibilitam a organização de um novo projeto de vida, aquisição de novas referências na sociedade e a conscientização dos direitos e deveres da cidadania.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de acolhimento à pessoa em situação de rua - população de rua	Previsto	85	88	90	93
	Apurado	127	80		
	Relação % Apurado/Previsto	149,41	90,91		
	Relação % Apurado/Final	136,56	86,02		

2010: Aumento da demanda em trânsito, devido a promessa de trabalho.

2011: Mapeamento das situações por território.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto

No municipio de Porto Velho com a vinda das inslatações das hidrelétricas de Santo Antonio e Jirau cresceu assustadoramente o número de pessoas em situação de rua.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2011 Satisfeito

Foram feitos estudos para quantificar e mapear onde se concentra o maior número de pessoas em situação de rua, tendo agora que buscar reforço financeiro junto ao governo federal e estadual para atender este grande número de pessoas.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2011

Caracterização do público-alvo

O público-alvo do programa, tal como planejado, está restrito à crianças e adolescentes retiradas do convívio familiar e comunitário, devendo ser ampliado para "pessoas em situação de rua", para atender o objetivo do programa.

Suficiência das metas físicas das ações

Com o aumento da demanda a meta física ficou insuficiente.

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2011

Criança e Juventude
Ações específicas.

Raça
Público-alvo.

Pessoa com Deficiência
Indicadores.

Gênero
Público-alvo.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2011

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 140 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE II - POPULAÇÃO DE RUA
Gerente: FRANCISCO MODESTO DA COSTA

Os recursos materiais ficaram abaixo do esperado devido o aumento da demanda.

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
Não possui infraestrutura.

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial
O Municipio ainda não possui infraestrura adequada para atender esse público e a equipe gerencial é muito reduzida.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
Recursos humanos muito reduzidos.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
Além do número pequeno de profissionais o Municipio precisa capacitar profissionais para atuarem na área.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2011

Não possui mecanismos.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2011

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 442 - Acolhimento a pessoas em situação de rua - população de rua/alta complexidade II

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2011

Reuniões de trabalho
Estudo entre a própria equipe e com a rede de serviços socioassistenciais e intersetoriais.

Relatórios de gestão
Elaboração de relatórios de atendimento e pareceres técnicos para os órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.

Visitas in loco
Apoio à família na sua função protetiva e atendimento psicossocial.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2011 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
O Programa foi implantado no ano de 2011, apenas com o mapeamento das situações e procedimentos.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Locação de Imóvel.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes
2011 Insuficientes
Os recursos orçamentarios foram insuficientes, considerando ainda, a redução orçamentaria efetuada.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Remanejamento de recursos.

2011

Não há restrições

Órgão Responsável:	12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária:	12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa:	140 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE II - POPULAÇÃO DE RUA
Gerente:	FRANCISCO MODESTO DA COSTA

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.34 - FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE PORTO VELHO
Programa: 137 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - RESTAURANTE POPULAR
Gerente: JOÃO PEDRO RODRIGUES DOS SANTOS

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Promover atendimento na alimentação e nutrição das pessoas carentes

Público-Alvo: Pessoas de baixo poder aquisitivo na promoção do seu sustento
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: Promover parceria com as entidades prestadoras de serviço visando a erradicação da fome

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Percentual de pessoas atendidas nas unidades prestadora de serviço à rede direta e indireta	Previsto	3	6	10	15
	Apurado	0	6		
	Relação % Apurado/Previsto	0,00	100,00		
	Relação % Apurado/Final	0,00	40,00		

2010:

2011:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Não aplicável
O Restaurante Popular ainda não está em funcionamento.

2011 Alcance entre 40% a 80% do previsto
Com a implantação do projeto foi alcançado um indice acima do esperado. O projeto de implantação do restaurante popular no município visou garantir a populçao o direito a uma alimentação saudável, balanceada e de preço acessivel.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Não apurada
2011 Satisfeito
Os demandatarios estão muitos satisfeitos com a oferta do programa voltado para a questão da segurança alimentar e nutricional.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010
Não há inadequação na concepção do programa
2011
Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010
Não contempla
2011
Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010
Os recursos materiais são adequados
2011
Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010
Os recursos humanos são adequados

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.34 - FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE PORTO VELHO
Programa: 137 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - RESTAURANTE POPULAR
Gerente: JOÃO PEDRO RODRIGUES DOS SANTOS

2011

Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Não possui mecanismos.

2011

Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Discussão em Conselho Setorial
O restaurante popular é fiscalizado pelo Conselho de Alimentação e Nutrição.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

2011

SIM

Mecanismos adotados:
Elaboração de relatórios de atendimento, monitoramento e avaliação do serviço.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 435 - Manutenção do Restaurante Popular

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Não possui mecanismos.

2011

Visitas in loco
Nutricionista faz visitas mensalmente para avaliar a alimentação sistemática.

Relatórios de gestão
Relatórios de Atendimento e pareceres técnicos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Apesar do Restaurante Popular ainda não estar em pleno funcionamento, a meta foi realizada dentro do previsto.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Dentro de previsto.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de utensílios de cozinha; contratação de empresa especializada no fornecimento de alimentação; aquisição de materiais permantes: equipamentos de cozinha.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Os recursos liberados para o exercício, foram suficientes, considerando que o Restaurante Popular ainda não está funcionando.

2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.34 - FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE PORTO VELHO
Programa: 137 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - RESTAURANTE POPULAR
Gerente: JOÃO PEDRO RODRIGUES DOS SANTOS

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 13.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - SEMES
Unidade Orçamentária: 13.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: KLEBSON LUIZ LAVOR E SILVA

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Público-Alvo:
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: .

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
-	Previsto				
	Apurado				
	Relação % Apurado/Previsto				
	Relação % Apurado/Final				

2010:

2011:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
O ALCANÇE FOI DENTRO DO ESPERADO, EM TORNO DE 85% COM INCLUSIVE AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA ÁREA ADMINISTRATIVA.

2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Todos os projetos propostos neste programa foram realizados dentro de uma porcentagem entre 80 e 100%, não desviando o foco principal da atividade fim da Secretaria de Esportes.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
Com a melhoria no atendimento ao público e aos funcionários, houve um aumento na satisfação do público alvo.

2011 Não apurada

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010
Não há inadequação na concepção do programa

2011
Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010
Não contempla

2011
Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010
Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Com o aumento na demanda de atendimento existe a necessidade de aquisição de novos equipamentos e em maior quantidade.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010
Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Com a criação de novos pólos em algumas ações, o material humano nas equipes executoras deverá ser complementado.

Órgão Responsável: 13.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - SEMES
Unidade Orçamentária: 13.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: KLEBSON LUIZ LAVOR E SILVA

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Com numero limitado de servidores tornou-se mais trabalhoso a realização das ações propostas. Torna-se necessário a contratação de mais profissionais.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Discussão em Conselho Setorial
Participação do Conselho Municipal de Esportes.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Melhoria no atendimento à população que busca nas ações da Secretaria desenvolver os seus projetos.

2011

Não possui mecanismos.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Mecanismos adotados:
Consulta popular e audiências públicas.

2011

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Administração da unidade é realizada dentro de parâmetros gerenciais e baseados em anos anteriores.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 001 - Administração da Unidade

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Relatórios de gestão

2011

Sistemas informatizados
Sistema Gestão de Pessoal.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de material de expediente e limpeza para as unidades, aquisição de veiculo, reforma da sede administrativa, aquisição de bebedouros e extintores para administração e ginásios de esportes.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
A lentidão processual, bem como a falta de profissionais qualificados para atenderem as necessidades do processo.

Órgão Responsável: 13.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - SEMES
Unidade Orçamentária: 13.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: KLEBSON LUIZ LAVOR E SILVA

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

AÇÃO: 217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Reuniões de trabalho mensal para avaliação de desempenho por setores, onde são definidas metas e deficiências a serem superadas.

Relatórios de gestão
Relatório semestral com ações realizadas e debates para verificação de dificuldades encontradas e possiveis soluções a serem adotadas.

2011

Não possui mecanismos.
Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: As ações e metas neste programa são planejados e efetivados pela Sempla

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Ação desenvolvida dentro do esperado, com 100% de aproveitamento.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Servidores remunerados e encargos sociais pagos.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Com a dotação sendo suficiente e liberadas no periodo de acordo com a necessidade tornou-se fácil a realização satisfatória da ação planejada.

2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Ação desenvolvida com recurso suficiente para sua realização.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Esta ação não utiliza recursos não orçamentário.

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 13.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - SEMES
Unidade Orçamentária: 13.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
Programa: 027 - ESPORTE DIREITO DE TODOS
Gerente: EDILSON PACHECO PINHEIRO

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Proporcionar às crianças e adolescentes, a inclusão social e esportiva, bem como revelar novos talentos para representar o Município de Porto Velho.

Público-Alvo: População do Município de Porto Velho
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: Diante dos efeitos nocivos da vida moderna (violência, drogas, etc...) o Programa visa proporcionar às crianças e adolescentes a prática desportiva nas várias modalidades, bem como oferecer o lazer e melhor qualidade de vida.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - População inscrita em eventos esportivos e de lazer	Previsto	55000	70000	75000	78000
	Apurado	55000	52000		
	Relação % Apurado/Previsto	100,00	74,29		
	Relação % Apurado/Final	70,51	66,67		

2010:

2011: Na realização de eventos devido ao déficit orçamentário alguns programas não foram realizados, favorecendo o não atingimento das metas propostas.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 40% a 80% do previsto
Com o aumento da demanda de atendimento o resultado girou em torno de 80% ficando o público alvo em algumas ações tendo seu pleno exito prejudicado.

2011 Alcance entre 40% a 80% do previsto
Na realização de eventos devido ao déficit orçamentário alguns programas não foram realizados, favorecendo o não atingimento das metas propostas.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
Mesmo com certa deficiência foi atingida a satisfação do público alvo.

2011 Satisfeito
Após realização de eventos e programas é feito pesquisa com o público participante para obter indicadores de satisfação.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Suficiência das metas físicas das ações
Deve-se para um maior aproveitamento do Programa realizar contratação de Pessoal e aumento orçamentário, para cobertura de ações previstas no Programa.

2011

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Pessoa com Deficiência
Ações de integração como o Paraporto e a Tenda do Idoso que são desenvolvidas, devem conter mais polos para uma maior abrangência e desenvolvimento social.

Criança e Juventude
Aumento em ações já existentes como as Escolinhas Esportivas e Fest Esporte que atende jovens e adultos em vários bairros da capital.

2011

Criança e Juventude
Proporcionamento de inclusão social e esportiva às crianças e adolescentes.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Órgão Responsável: 13.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - SEMES
Unidade Orçamentária: 13.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
Programa: 027 - ESPORTE DIREITO DE TODOS
Gerente: EDILSON PACHECO PINHEIRO

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
A falta de infraestrutura no Projeto Tenda Esporte e Idoso Ativo, torna dificil a execução do projeto em três pólos.

2011

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Há necessidade de aquisição de material em quantitativo adequado para realização de atividades.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Os recursos humanos são adequados

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Há um déficit em recursos humanos sendo necessário a contratação de pessoal para a realização das atividades.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Consulta Pública
Durante o atendimento diário do projeto é feito pesquisa de satisfação entre os usuarios da ação.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Com a participação social tornou-se mais fácil a busca por alternativas que resolvessem os problemas e dificuldades na implementação das ações.

2011

Audiência Pública
Realizada todos os anos com entidades e pessoas da área esportiva para a melhroia das atividades desenvolvidas.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Mecanismos adotados:
Durante o atendimento diário do projeto é feito pesquisa de satisfação entre os usuários da ação.

2011

SIM

Mecanismos adotados:
Através de pesquisa realizada ao final de cada programa e evento com os beneficiários.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 206 - Realização de Eventos Sociocultural, Esportivo e de Lazer

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Relatórios de gestão
Após a realização de cada ação é feito relatório de gestão e acompanhamento da evolução ou não da ação planejada.

2011

Reuniões de trabalho
Durante a realização de cada atividade é realizada pesquisa de satisfação com os beneficiados pela ação.

Visitas in loco
Realizadas periodicamente para avaliação de estruturas.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
Devido a falta de orçamento não foi possivel a realização de 100% das ações programadas.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Algumas atividades não foram realizadas devido a falta de pessoal nas equipes executoras.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Material esportivo para atender escolinhas, material para tenda esporte e rua de lazer.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Dentra as ações propostas algumas ficaram sem execução como: Corrida Ciclistica, Torneio Intertaxista, Galera Olimpica, Rua de Lazer, etc.

2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Órgão Responsável: 13.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - SEMES
Unidade Orçamentária: 13.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
Programa: 027 - ESPORTE DIREITO DE TODOS
Gerente: EDILSON PACHECO PINHEIRO

Embora o fluxo de recursos tenha aumentado em 2010, ainda não foi suficiente para realização das metas propostas.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)
Como os recursos desta ação não foram suficientes houve solicitações de créditos orçamentários adicionais, que em alguns casos foram efetuados.

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 13.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - SEMES
Unidade Orçamentária: 13.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
Programa: 028 - ESPORTE SOLIDÁRIO
Gerente: EDILSON PACHECO PINHEIRO

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Implantar, manter e conservar núcleos esportivos, promovendo eventos de entretenimento, esporte e lazer.

Público-Alvo: População do Município
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: Com o aumento populacional e o baixo número de equipamentos esportivos, torna-se necessário a construção bem como a manutenção de quadras e centros poliesportivos.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Números de núcleos esportivos conservados e/ou restaurados	Previsto	3	5	7	9
	Apurado	3	5		
	Relação % Apurado/Previsto	100,00	100,00		
	Relação % Apurado/Final	33,33	55,56		

2010: Foram reformada as quadras dos núcleos poliesportivos dos Bairros Esperança da Comunidade, Nacional e Três Marias.

2011:

02 - Número de quadras e centros poliesportivos implantados	Previsto	2	2	3	3
	Apurado	1	2		
	Relação % Apurado/Previsto	50,00	100,00		
	Relação % Apurado/Final	33,33	66,67		

2010: Implantação de quadras de esporte no Distrito de Fortaleza do Abunã.

2011:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Com a reforma e ampliação do número de quadras, houve um aumento da satisfação do público alvo.

2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
Mesmo com a dificuldade na obtenção de projetos, foi possivel avaliar in loco o nivel de satisfação dos beneficiários.

2011 Satisfeito

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Não há inadequação na concepção do programa

2011

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Não contempla

2011

Não contempla

Órgão Responsável: 13.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - SEMES
Unidade Orçamentária: 13.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
Programa: 028 - ESPORTE SOLIDÁRIO
Gerente: EDILSON PACHECO PINHEIRO

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Os recursos materiais são adequados

2011

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras

Existe a necessidade de contratação de pessoal pois com o aumento constante da demanda existe a insuficiencia de mão de obra na execução e distribuição de tarefas nas ações.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial

Existe a falta de pessoas qualificadas na secretaria para elaboração de projetos de engenharia, o que facilitaria a execução do Projeto desde sua elaboração ate a licitação que é feita pela SEMAD.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Audiência Pública

As demandas para reforma e construção de quadras é repassada a população que as analisa conforme a real necessidade que é verificada in loco para reforma e construção de espaços.

Discussão em Conselho Setorial

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

Melhor rendimento na utilização dos espaços esportivos.

2011

Audiência Pública

Realizada todos os anos com entidades e pessoas da área esportiva para a melhoria das atividades desenvolvidas.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Mecanismos adotados:

Após entrega do equipamento é feita uma pesquisa para avaliação de satisfação dos beneficiários.

2011

SIM

Mecanismos adotados:

Audiência Pública, realizada anualmente.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 107 - Implantação de Quadras e Centros Poliesportivos

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Visitas in loco

Vistoria in loco a cada 3 meses, tem-se como dificuldade a locomoção para os Distritos mais distantes como Extrema e Nova Califórnia.

2011

Visitas in loco

Realização de vistorias in loco.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Reempenho de ações do ano de 2009.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Construção de quadras nos Distritos de Vista Alegre e Abunã.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

Embora os recursos tenham sido suficientes houve remanejamento total dos recursos para cobertura de processos destacados e não licitados em 2009.

2011 Insuficientes

Órgão Responsável: 13.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - SEMES
Unidade Orçamentária: 13.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
Programa: 028 - ESPORTE SOLIDÁRIO
Gerente: EDILSON PACHECO PINHEIRO

Recursos não foram liquidados.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Houve remanejamento total dos recursos.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Ação foi prejudicada pela realocação de recursos para cobertura de outras despesas.

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 13.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - SEMES
Unidade Orçamentária: 13.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
Programa: 028 - ESPORTE SOLIDÁRIO
Gerente: EDILSON PACHECO PINHEIRO

AÇÃO: 324 - Conservação, e Restauração de Núcleos esportivos

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Visitas in loco

Vistoria in loco a cada 3 meses, tem-se como dificuldade a locomoção para os Distritos mais distantes como Extrema e Nova Califórnia.

2011

Visitas in loco

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

Embora a previsão para reformas tenha sido de três unidades, foram efetivadas mais duas, com as reformas na quadra do bairro esperança da comunidade e Ginásio Eduardo Lima e Silva.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Reforna nas quadras Rio Candeias, Dominó, Parque Circuito, quadra de São Carlos e Jardim Santana.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

2011 Insuficientes

Os recursos não foram totalmente liquidados.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

A liberação foi de acordo com o fluxo da obra.

2011 O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 14.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO - SEMTRAN
Unidade Orçamentária: 14.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: IANA MICHELE BARRETO DE OLIVEIRA

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Público-Alvo:
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: .

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
-	Previsto				
	Apurado				
	Relação % Apurado/Previsto				
	Relação % Apurado/Final				

2010:

2011:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 40% a 80% do previsto
OS RECURSOS NÃO FORAM SUFICIENTES PARA ATENDER ADEQUADAMENTE AS NECESSIDADES DOS SERVIDORES E DOS CONTRIBUINTES ATENDIDOS.

2011 Não aplicável

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Pouco satisfeito
AS CONDIÇÕES FÍSICAS RUINS DO AMBIENTE DE TRABALHO, FALTAM EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA REALIZAR AS ATIVIDADES E OFERECER CONFORTO AOS CONTRIBUINTES.

2011 Não apurada

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Dimensionamento do público-alvo
EM 2010 HOUVE UM AUMENTO ALÉM DO ESPERADO DOS SERVIÇOS DA SEMTRAN
Suficiência das ações
JÁ NA PREVISÃO DE CADA AÇÃO HOUVE O SUB DIMENSIONAMENTO PELA INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS.

2011

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Não contempla

2011

Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
NÃO HÁ DISPONIBILIDADE DE TODOS OS MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.
Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial
FALTAM EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, VEÍCULOS E ESPAÇO FÍSICO ADEQUADO.
Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
NÃO DISPOMOS DE TODOS OS MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.
Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras

Órgão Responsável: 14.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO - SEMTRAN
Unidade Orçamentária: 14.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: IANA MICHELE BARRETO DE OLIVEIRA

FALTAM EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, VEÍCULOS E ESPAÇO FÍSICO ADEQUADO.

2011

Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
A GRANDE MAIORIA DAS DIVISÕES SÃO COMPOSTAS APENAS PELOS CHEFES DE DIVISÃO.
Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
O NÚMERO DE SERVIDORES DE APOIO É MUITO BAIXO DIFICULTANDO ATINGIR AS METAS NECESSÁRIAS

2011

Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Não possui mecanismos.
Dificuldades para a implementação de mecanismos: AS ASTIVIDADES DESENVOLVIDAS SÃO MERAMENTE ADMINISTRATIVAS

2011

Não possui mecanismos.
Dificuldades para a implementação de mecanismos: Não aplicável.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
NÃO FOI ESTABELECIDA AINDA UMA FORMA DE AVALIAÇÃO.

2011

NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Não aplicável.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 001 - Administração da Unidade

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Não possui mecanismos.
Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: COMO SE TRATA DE APOIO ADMINISTRATIVO, O PROGRAMA É DIMENSIONADO PELAS NECESSIDADES APRESENTADAS PELOS SETORES E O MONITORAMENTE É PELO ATENDIMENTO DESTAS NECESSIDADES.

2011

Relatórios de gestão
São apresentados relatório mensais da execução da movimentação dos processos que estão em andamento com aquisição de produtos e serviços.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
EMBORA TENHA CUMPRIDO A META PLANEJADA, A MESMA FOI SUBDIMENSIONADA EM FUNÇÃO DE LIMITAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA SECRETARIA

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Detalhamento do Produto: Aquisição de 22 computadores, 3 impressoras a Laser, 17 mesas, 22 cadeiras, 10 armários arquivo.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
2011 Insuficientes
Os contratos ainda estão sendo pagos, dai a não liquidação na sua totalidade.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Órgão Responsável: 14.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO - SEMTRAN
Unidade Orçamentária: 14.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: IANA MICHELE BARRETO DE OLIVEIRA

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)
CONSIDERANDO QUE O PLANEJADO FOI SUBDIMENSIONADO POR LIMITAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, NÃO HOUVE ATENDIMENTO DE SUPLEMENTAÇÃO PREJUDICANDO A AMPLIAÇÃO DA META.

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 14.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO - SEMTRAN
Unidade Orçamentária: 14.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: IANA MICHELE BARRETO DE OLIVEIRA

AÇÃO: 069 - Construção, Ampliação e Reforma de Bens Imóveis

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Visitas in loco
POR SE TRATAR DE OBRA DE ENGENHARIA, O SERVIÇO É MONITORADO POR VISTORIAS E MEDIÇÕES PARA PAGAMENTO

2011

Relatórios de gestão
Elaborado a partir do acompanhamento pela Comissão de Engenharia e Arquitetura da Unidade

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
A OBRA PREVISTA NÃO FOI EXECUTADA

2011 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
Projeto Básico em execução.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Obra não realizada.Projeto básico em execução.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes
PARTE DOS RECURSOS REMANEJADA POR OUTRAS NECESSIDADES DE INVESTIMENTOS.

2011 Insuficientes
Projeto Básico da Obra em execução.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
RECURSO REMANEJADO.

2011 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Projeto Básico da obra em execução.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Realocação do crédito setorial de um programa para outro
RECURSO REMANEJADO

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 14.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO - SEMTRAN
Unidade Orçamentária: 14.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: IANA MICHELE BARRETO DE OLIVEIRA

AÇÃO: 217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Outros: CONTROLE DE PESSOAL
REALIZADO PELA SEMAD

2011

Sistemas informatizados
Sistema de Gestão de Pessoal.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
QUADRO AMPLIADO COM A CONTRATAÇÃO DE AGENTES DE TRÂNSITO.

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Devido a nova Estrutura da Unidade foram contratados 20 novos servidores para cargos diversos e contratação de 100 Agentes de Trânsito, 02 Agentes de Limpeza e 07 Fiscais.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Detalhamento do Produto: servidores remunerados e encargos pagos.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
MESMO COM A AMPLIAÇÃO DO QUADRO DE FUNCIONÁRIOS, O RECURSO FOI SUFICIENTE.

2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 14.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO - SEMTRAN
Unidade Orçamentária: 14.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO
Programa: 072 - SEGURANÇA NO TRÂNSITO
Gerente: MIRCE DA CUNHA SILVA MACHADO

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Reduzir os acidentes de trânsito no Município.

Público-Alvo: População do Município
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: Com o crescente desenvolvimento da cidade e o aumento da frota de veículos em mais de 18% ao ano, se faz necessário investir fortemente em sinalização de trânsito considerando o alto índice de acidentes e a carência de sinalização em vários pontos da cidade. O Município de Porto Velho está classificado há dois anos consecutivos como a capital com maior índice de mortes no trânsito, se fazendo URGENTE e NECESSÁRIA a mudança desta realidade.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Redução de mortes no trânsito	Previsto	10	20	25	30
	Apurado	0	30		
	Relação % Apurado/Previsto	0,00	150,00		
	Relação % Apurado/Final	0,00	100,00		

2010: Aumentou em 29,5% o número de mortes por acidentes de trânsito. Registrado como causa um aumento do fluxo migratório para a Capital, devido a construção das Usinas do Rio Madeira, como também o significativo aumento na frota de veículos que circulam na cidade.

2011:

02 - Número de semáforos implantados e mantidos no Município	Previsto	61	61	61	61
	Apurado	61	69		
	Relação % Apurado/Previsto	100,00	113,11		
	Relação % Apurado/Final	100,00	113,11		

2010: ÁREA DA CIDADE PARA MANUTENÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO.

2011:

03 - Número de abrigo em parada de ônibus existente no Município	Previsto	47	57	72	82
	Apurado	47	50		
	Relação % Apurado/Previsto	100,00	87,72		
	Relação % Apurado/Final	57,32	60,98		

2010: ÁREA DA CIDADE PARA MANUTENÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO.

2011:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
A META PREVISTA FOI ATENDIDA ATRAVÉS DE RECURSOS PRÓPRIOS E DE PARCERIAS.

2011 Alcance entre 40% a 80% do previsto
Devido ao aumento da população de Porto Velho e consequentemente da frota de veículos, os recursos humanos e materiais existente tornaram-se insuficientes para atendê-la.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
OS INVESTIMENTOS SURTIRAM EFEITO POSITIVO E SERÃO AVALIADOS OS ÍNDICES DE ACIDENTES.

2011 Pouco satisfeito
Devido a reclamações constantes feitas diretamente à Unidade.

2.4 Outras Considerações

Órgão Responsável: 14.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO - SEMTRAN
Unidade Orçamentária: 14.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO
Programa: 072 - SEGURANÇA NO TRÂNSITO
Gerente: MIRCE DA CUNHA SILVA MACHADO

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Suficiência das metas físicas das ações
A META FÍSICA AINDA É SUBDIMENSIONADA EM FUNÇÃO DE LIMITAÇÃO ORÇAMENTÁRIA COMPROMETENDO O RESULTADO FINAL DA AÇÃO.

2011

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Não contempla

2011

Pessoa com Deficiência
Calçadas acessiveis e vagas para Portador de Necessidades Especiais e Idosos

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
A FALTA DE EQUIPAMENTOS ADEQUADOS REDUZ EFICIÊNCIA DO SETOR.
Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial
PÉSSIMAS CONDIÇÕES DE TRABALHO (ESPAÇO FÍSICO E APOIO LOGÍSTICO)
Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
A FALTA DE EQUIPAMENTOS ADEQUADOS REDUZ EFICIÊNCIA DO SETOR
Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
PÉSSIMAS CONDIÇÕES DE TRABALHO (ESPAÇO FÍSICO E APOIO LOGÍSTICO)

2011

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial
Espaços físicos inadequado devido o aumento de servidores.
Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Falta de materiais devido o aumento dos servidores.
Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
Espaços físicos inadequado devido o aumento de servidores.
Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Falta de materiais devido ao aumento dos servidores.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
AS DIVISÕES SÃO BASICAMENTE COMPOSTAS PELAS CHEFIAS, FALTA PESSOAL DE APOIO.
Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
AS EQUIPES EXECUTORAS SÃO MUITO REDUZIDAS.

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
Há uma necessidade de contratação gerencial para atender a demanda que aumenta a cada dia.
Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Há uma necessidade de contratação para atender a demanda que aumenta a cada dia.
Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial
Há necessidade de uma reciclagem constante aos servidores das equipes gerenciais para poder atender o público alvo.
Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
Há necessidade de uma reciclagem constante aos servidores das equipes executoras para poder atender o público alvo.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Ouvidoria
ATENDIMENTO DE SOLICITAÇÕES DA COMUNIDADE.

2011

Discussão em Conselho Setorial
Reuniões do Conselho Municipal de Trânsito.
Ouvidoria
Atendimento a população através do 08006475100.

Órgão Responsável: 14.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO - SEMTRAN
Unidade Orçamentária: 14.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO
Programa: 072 - SEGURANÇA NO TRÂNSITO
Gerente: MIRCE DA CUNHA SILVA MACHADO

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Mecanismos adotados:

ATRAVÉS DA REDUÇÃO DOS ÍNDICES DE ACIDENTES E ATENDIMENTO DAS REINVIDICAÇÕES DA COMUNIDADE E/OU REPRESENTATIVIDADES.

2011

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

Não há um sistema que avalie a satisfação da população atendida

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 003 - Ampliação de Sinalização de Trânsito

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Visitas in loco

VISTORIA DA OBRA.

Relatórios de gestão

MONITORAMENTO DE METAS ESTABELECIDAS.

2011

Reuniões de trabalho

Entre a empresa contratada e Comissão Técnica da Secretaria

Visitas in loco

Visita da Comissão Técnica da Secretaria

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

A meta estabelecida foi cumprida dentro da necessidade apresentada.

2011 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

O recursos foi para Manutenção das placa existentes.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Implantação de placas e semafóros nos cruzamentos com os maiores indices de acidentes e mortes no transito da cidade de Porto Velho.
Sinalização de regulamentação de estacionamento de veículos principalmente no centro da cidade, sinalização de faixas de pedestres em frente escolas. Faixa exclusiva de transporte coletivo no centro da cidade.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

CONSIDERANDO QUE HOUVERAM INVESTIMESTOS NÃO ORÇAMENTÁRIOS, O RECURSO FOI SUFICIENTE.

2011 Suficientes

Para consolidação dos serviços implantados os recursos foram suficientes.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

NÃO HOUVE DIFICULDADE NA MOVIMENTAÇÃO DO RECURSO

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Alto

OS INVESTIMENTOS DE RECURSOS NÃO ORÇAMENTÁRIOS FORAM DE FUNDAMENTAL IMPORTÂNCIA PARA A REALIZAÇÃO DA AÇÃO POIS ATENDERAM EM MAIS DE 80% DO PLANEJADO.

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

Órgão Responsável: 14.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO - SEMTRAN
Unidade Orçamentária: 14.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO
Programa: 072 - SEGURANÇA NO TRÂNSITO
Gerente: MIRCE DA CUNHA SILVA MACHADO

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

AÇÃO: 159 - Manutenção de Sinalização de Trânsito

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Visitas in loco
FISCALIZAÇÃO IN LOCO DO SERVIÇO REALIZADO.

2011

Reuniões de trabalho
Reuniões mensais para discussão dos andamentos dos trabalhos de sinalização.

Visitas in loco
Visitas aos locais que necessitam de manutenção da sinalização.

Relatórios de gestão
Relatórios anual.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
META ATINGIDA COM A MANUTENÇÃO DE TODOS OS SEMÁFOROS EXISTENTES NO MUNICÍPIO NO PERIODO DE TODO O ANO DE 2010.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 A implantação emergencial de semáforos em algumas zonas criticas da cidade de Porto Velho com por exemplo onde não foram concluidas as obras dos viatutos.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
O RECURSO DESTINADO ATENDEU A NECESSIDADE DO MUNICÍPIO.

2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
NÃO HOUVE DIFICULDADE NA TRAMITAÇÃO DO PROCESSO.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 14.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO - SEMTRAN
Unidade Orçamentária: 14.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO
Programa: 072 - SEGURANÇA NO TRÂNSITO
Gerente: MIRCE DA CUNHA SILVA MACHADO

AÇÃO: 169 - Manutenção do Sistema Viário do Transporte Coletivo

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Não possui mecanismos.
Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: SERVIÇO NÃO REALIZADO.

2011

Reuniões de trabalho
Reuniões do Conselho Municipal de Transportes da Cidade de Porto Velho para análise do desenvolvimento do transporte público da cidade de Porto Velho.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
RECURSO REMANEJADO PARA ATENDER OUTRAS NECESSIDADES DE INVESTIMENTO.

2011 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
Projeto em execução .

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Foram criados e ampliados vários itinerários de transportes coletivos para atender alguns bairros. Criada a linha do bairro São João Batista e foi ampliado o itinerario da linha Areal - Centro.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes
RECURSO REMANEJADO.

2011 Insuficientes
Os projetos estão em fase de execução

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
RECURSO REMANEJADO.

2011 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Os projetos estão em execução.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Não houveram investimentos externos.

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Realocação do crédito setorial de um programa para outro

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 14.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO - SEMTRAN
Unidade Orçamentária: 14.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO
Programa: 072 - SEGURANÇA NO TRÂNSITO
Gerente: MIRCE DA CUNHA SILVA MACHADO

AÇÃO: 325 - Fiscalização da Frota de Trânsito

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Relatórios de gestão

2011

Reuniões de trabalho

Reuniões da Câmara Técnica da cidade de Porto Velho e Fundo Municipal de Trânsito.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

ESTAVA PREVISTA A FISCALIZAÇÃO DE 15% DA FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO, MAS O CONVÊNIO REALIZADO COM A POLÍCIA MILITAR SOMENTE POSSIBILITOU A FISCALIZAÇÃO DE 10% DA REFERIDA FROTA.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Aguns projetos estão em fase de execução.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aumento da frota de veículos para fiscalização, em consequência da contratação de novos agentes de trânsito.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

O RECURSO DESTINADO ATENDEU A NECESSIDADE.

2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Não houve problema na execução orçamentária.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

Não houveram investimentos externos.

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 14.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO - SEMTRAN
Unidade Orçamentária: 14.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO
Programa: 072 - SEGURANÇA NO TRÂNSITO
Gerente: MIRCE DA CUNHA SILVA MACHADO

AÇÃO: 326 - Fiscalização Eletrônica de Trânsito

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Não possui mecanismos.
Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: AÇÃO NÃO REALIZADA.

2011

Não possui mecanismos.
Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: Não aplicavel.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
AÇÃO NÃO REALIZADA, RECURSO REMANEJADO.

2011 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
O projetos estão em fase de elaboração ficando sua execução para o exercicio de 2012.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Ação não foi executada.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes
RECURSO REMANEJADO.

2011 Não utiliza recursos de origem orçamentária
O projetos estão em fase de elaboração ficando sua execução para o exercicio de 2012.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
RECURSO REMANEJADO.

2011 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
O projetos estão em fase de elaboração ficando sua execução para o exercicio de 2012.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Não houveram investimentos externos.

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
O projetos estão em fase de elaboração ficando sua execução para o exercicio de 2012.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Realocação do crédito setorial de um programa para outro

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 14.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO - SEMTRAN
Unidade Orçamentária: 14.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO
Programa: 072 - SEGURANÇA NO TRÂNSITO
Gerente: MIRCE DA CUNHA SILVA MACHADO

AÇÃO: 327 - Implantação de Abrigos - Segurança no Trânsito

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Relatórios de gestão

2011

Reuniões de trabalho

Reuniões entre a Comissão de Trabalho e a empresa contratada.

Visitas in loco

Comissão de Trabalho e o Departamento de Fiscalização de Transportes.

Relatórios de gestão

Relatório de Atividades Circunstanciadas.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

RECURSO REMANEJADO.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Projeto executado em outra ação.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Implantação e troca de abrigos na região central de Porto Velho e outros bairros.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes

RECURSO REMANEJADO PARCIALMENTE.

2011 Não utiliza recursos de origem orçamentária

Projeto executado em outra ação.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada

RECURSO REMANEJADO.

2011 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária

Projeto executado em outra ação.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

Não houveram investimentos externos.

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

Projeto executado em outra ação.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 15.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SEMAGRIC
Unidade Orçamentária: 15.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
Programa: 003 - APOIO À PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA
Gerente: Maria Clarice Alves Braga

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Proporcionar aumento da produtividade de culturas agrícolas da região e conseqüentemente fixação do homem no campo.

Público-Alvo: Produtores rurais
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: Necessidade de desenvolver o setor agrícola, voltado para as ações contidas neste programa, com a implantação de agroindústrias, incentivo a psicultura e fomento a produção, aumentando a produção agrícola, gerando renda contínua para o produtor rural.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Viveiros-tanques instalados	Previsto	10	20	20	20
	Apurado	0	11		
	Relação % Apurado/Previsto	0,00	55,00		
	Relação % Apurado/Final	0,00	55,00		

2010: Foram escados um quantitativo de 12 tanques com medição variada.

2011:

02 - Agroindústrias implantadas	Previsto	10	10	18	26
	Apurado	17	10		
	Relação % Apurado/Previsto	170,00	100,00		
	Relação % Apurado/Final	65,38	38,46		

2010: Foi realizado 70% acima do previsto p/2010. Além dos equipamentos de pesagem, empacotamento e armazenamento totalizando 17 agroindustrias instaladas.

2011:

03 - Culturas produzidas	Previsto	1800	1800	1800	1800
	Apurado	3200	2400		
	Relação % Apurado/Previsto	177,78	133,33		
	Relação % Apurado/Final	177,78	133,33		

2010: Durante a execução de 2010 foram transportados via terrestre e fluvial 3200 toneladas de culturas produzidas no Município de Porto Velho.

2011:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Devido a demanda e a real execução das atividades sem problemas no que concerne ao fato de manutenção dos equipamentos, foi possivel atender dentro das expectativas o público alvo do programa chegando ao indice de 89% do público atendido.

2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto
A Secretaria visa aumentar a produtividade agrícola e aquícola do município.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
Devido a grande importância das ações do programa e a necesidade de incorporação de aréas improdutivas ao processo e o perfeito andamento das ações no ano de 2010, o público da Secretaria mostrou-se satisfeito com o programa.

2011 Satisfeito
As atividades desenvolvidas proporcionaram ao produtor rural agregar valor ao seu produto gerando renda para sua família.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

Órgão Responsável: 15.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SEMAGRIC
Unidade Orçamentária: 15.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
Programa: 003 - APOIO À PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA
Gerente: Maria Clarice Alves Braga

2010

Dimensionamento do público-alvo

Dependendo do dimensionamento do público a frota agrícola desta Secretaria tornou-se pequena, não atendendo as expectativas locais. Devido a isto ocorre sempre um subdimensionamento do público a ser atendido.

2011

Definição do objetivo do programa em relação ao problema

Na especificação do objetivo do programa não engloba o desenvolvimento do setor aquícola apenas o setor agrícola. O correto seria: Proporcionar aumento da produtividade de culturas agrícolas e aquícolas da região e conseqüentemente fixação do homem no campo.

Definição dos indicadores

o indicador : culturas produzidas em unidade de toneladas é vaga e impreciso para demonstrar as atividades realizadas no PAIS e áreas degradas, pois a produção de horticultura e a produçao posterior ao preparo do solo serão quantificadas em hectares.

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Raça

Dentro do público atendido pelo programa não há distinção de raça e gênero pois todos aparecem como produtores e produtoras rurais.

Gênero

Dentro do público atendido pelo programa não há distinção de raça e gênero pois todos aparecem como produtores e produtoras rurais.

2011

Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial

Inadequada pois não há equipamentos (informática, georreferenciamento) o suficiente para atender a totalidade do público.

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras

Inadequada pois não há maquinário suficiente para o atendimento da totalidade do público.

2011

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras

Seria necessário equipamentos que auxiliariam na execução das atividades comocarros, EPIs, GPS, notebook etc.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial

Existe a necessidade de maior quadro técnico com conhecimentos específicos da parte gerencial no que compete as ações do Programa.

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras

Existe a necessidade de maior quadro técnico com conhecimentos específicos da parte executora (engenheiros agrônomos e técnicos agrícolas) no que compete as ações do Programa.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial

Há necessidade de capacitação do quadro existente.

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras

O corpo técnico é insuficiente para desenvolver as atividades que atenderão osprodutores rurais, como a frequência em visita técnica, acompanhamento de suas atividades e também o trabalho administrativo fundamental para a realização do programa.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Não possui mecanismos.

2011

Ouvidoria

A secretaria tem o telefone 0800-6475008, disponivel a população para o acompanhamento de suas atividades.

Discussão em Conselho Setorial

As ações realizadas pela equipe são apresentas para apreciação do Conselho Municipal deDesenvolvimento Rural que ocorre mensalmente e que também somam sugestões para o aperfeiçoamento do trabalho.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Mecanismos adotados:

A satisfação dos beneficiários é aferida através de visitas, questionários e reuniões.

Órgão Responsável: 15.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SEMAGRIC
Unidade Orçamentária: 15.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
Programa: 003 - APOIO À PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA
Gerente: Maria Clarice Alves Braga

2011

SIM

Mecanismos adotados:

O método para a análise das atividades desenvolvidas pela secretaria é o aumento com qualidade da produção agrícola familiar.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 101 - Implantação de Agroindústrias

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho

As reuniões do Departamento são realizadas a cada 15 (quinze) dias, relatando as ações que já foram realizadas e projetando as ações seguintes.

Visitas in loco

As visitas são realizadas in loco, antes da entrega dos equipamentos, para verificar se realmente existe uma demanda da produção e após a entrega dos equipamentos é realizada vistoria uma vez por mês para verificar o funcionamento dos maquinários.

2011

Reuniões de trabalho

São realizadas mensalmente na Secretaria onde é apresentada o andamento das atividadesas pendências e as providências a serem tomadas.

Visitas in loco

São realizadas mensalmente de acordo com as localidades atendidas, verificando o funcionamento das agroindustrias implantadas as dificuldades encontradas. Dando um suportetécnico para o sucesso das atividades.

Relatórios de gestão

São elaborados trimenstralmente e demonstram as principais atividades desenvolvidas edados quantitativos para o gabinete do Secretário, com o objetivo de acompanhamento dos programas.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

Foram entregues 07 agroindústrias a mais do que a meta prevista, totalizando uma ação com 170% de realização.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

A Secretaria visa aumentar a produtividade agrícola e aquícola do município.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Agroindustrias Implantadas: Mini usina de Leite - Extrema; Agroindustria de Farinha - APRUMAR; Agroindustria de Beneficiamento de Arroz - Ass. ASPROL 23; Equipamentos de Agroindustria - Assoc. APRULNOVE, Assoc. São Sebastião, Dist. Demarcação, Assoc. São Domingos, Assoc. Lago Cuniã, Assoc. Dist. de Calama e Assoc. São Carlos.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes

Recursos insuficientes para realização de metas maiores, tendo em vista que não foram liberados os recursos orçamentários da parte convênio com os Ministérios.

2011 Insuficientes

Os recursos próprio são insuficientes para a demanda com aquisição e manutenção dos equipamentos destinados a atender o programa.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada

Não foram liberados os recursos orçamentarios da parte convênio com os Ministérios.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

Há necessidade de recurso orçamentário para ampliar a realização da ação.

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Dificuldades de celebração de convênios na gerência

O tramite é processual tanto para análise, aprovação, pagamento etc., é demorado.

Dificuldades em licitações e celebração de contratos

Morasidade do procedimento licitatório afeta diretamente no desenvolvimento do programa.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

Órgão Responsável: 15.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SEMAGRIC
Unidade Orçamentária: 15.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
Programa: 003 - APOIO À PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA
Gerente: Maria Clarice Alves Braga

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

AÇÃO: 285 - Fomento à Produção de Culturas Agrícolas

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Visitas in loco
A equipe técnica da SEMAGRIC desloca-se aos Distritos e comunidades, nas linhas e Ramais para vistoria e fiscalização em lotes de produtores rurais cadastrados.

2011

Reuniões de trabalho
mensalmente

Visitas in loco
mensalmente nas localidades atendidas

Relatórios de gestão
mesalmente

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Meta realizada acima do previsto..

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
O aumento da frota de caminhões como também do barco com maior capacidade para transporte dando assim maior possibilidade para transportar a produção.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Recuperação das áreas degradadas e auxilio com o transporte.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes
Recursos insuficientes para as demandas existentes. Havendo necessidade de remanejamento.

2011 Insuficientes
Os recursos próprio são insuficientes para a demanda com aquisição e manutenção dos equipamentos destinados a atender o programa.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
Houve necessidade de remanejamento orçamentário.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Ação que necessita de Orçamento.

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)
Recursos insuficientes para as demandas existentes.

2011

Dificuldades de celebração de convênios na gerência
O tempo que se leva tanto para análise quanto para pagamento, entrega, vistoria etc.

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morasidade do procedimento licitatório afeta diretamente no desenvolvimento do programa.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 15.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SEMAGRIC
Unidade Orçamentária: 15.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
Programa: 003 - APOIO À PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA
Gerente: Maria Clarice Alves Braga

AÇÃO: 334 - Incentivo à Piscicultura com a Implantação de Viveiros-Tanques

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Não possui mecanismos.
Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: Projeto elaborado em 2010, não foi executada essa ação tendo em vista que o recurso orçamentário não foi liberado pelo Ministério da Pesca e Aquicultura, por falta de dotação orçamentária.

2011

Reuniões de trabalho
São realizadas mensalmente na Secretaria onde é apresentada o andamento das atividadesas pendências e as providências a serem tomadas.

Visitas in loco
Mensalmente nas localidades atendidas, fazendo o monitoramento de qualidade de água o manejo de peixe. Orientando de forma técnica o produtor rural.

Relatórios de gestão
São elaborados trimenstralmente e demonstram as principais atividades desenvolvidas edados quantitativos para o gabinete do Secretário, com o objetivo de acompanhamento dos programas.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

2011 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
Falta de orçamento, fator climático e dificuldades para legalização de áreas para atividades de piscicultura.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Onze (11) tanques escavados de 0,5 ha implantados no Ramal Tucumã.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Não foram liberados recursos
Projeto elaborado em 2010, não foi executada essa ação tendo em vista que o recurso orçamentário não foi liberado pelo Ministério da Pesca e Agricultura, por falta de dotação orçamentária.

2011 Insuficientes
Ação sem execução orçamentária.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
Falta de liberação do recurso orçamentário pelo MPA para continuação do convênio e execução da ação.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Há necessidade de recurso orçamentário para execução da ação.

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Atraso na liberação de recursos
Projeto elaborado em 2010, não foi executada essa ação tendo em vista que o recurso orçamentário não foi liberado pelo Ministério da Pesca e Aquicultura, por falta de dotação orçamentária.

2011

Dificuldades de celebração de convênios na gerência
O tempo que se leva tanto para análise quanto para pagamento, entrega, vistoria etc.

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morasidade do procedimento licitatório afeta diretamente no desenvolvimento do programa.

Lentidão no processo de licenciamento ambiental
afeta diretamente no desenvolvimento do programa. Tendo em vista que é uma etapa fundamental para o desenvolvimento das demais atividades.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 15.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SEMAGRIC
Unidade Orçamentária: 15.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: Jorge Luiz Teixeira Lima

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Público-Alvo:
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
-	Previsto				
	Apurado				
	Relação % Apurado/Previsto				
	Relação % Apurado/Final				

2010:

2011:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Foram cumpridas todas a ações e realizadas as despesas programadas.

2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto
A administração da unidade possibilitou o desenvolvimento das atividades dos servidores.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
Foram cumpridas todas a ações e realizadas as despesas programadas.

2011 Satisfeito
A administração da unidade facilitou na execução das ações dos servidores,.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010
Não há inadequação na concepção do programa

2011
Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010
Pessoa com Deficiência
Nas realizações de concursos para preenchimento do quadro de pesoal da SEMAGRIC.

2011
Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010
Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
A SEMAGRIC não dispõe de prédio próprio adequado à suas atividades.

2011
Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
O layout da secretária dificultou no curso das realizações das atividades, sendoque o número de servidores aumentou e o espaço físico tornou-se insuficiente.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

Órgão Responsável: 15.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SEMAGRIC
Unidade Orçamentária: 15.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: Jorge Luiz Teixeira Lima

2010

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
Recursos insuficientes para qualificação dos agentes executores.

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
É insuficiente pela demanda de trabalho no atendimento dos produtores agrícolas do município.
Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
A qualificação proporcionaria maior agilidade e facilidade em resolver problemas do dia dia na administração.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Discussão em Conselho Setorial
Mensalmente em razão de exigencia legal as reuniões do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural debatem problemas setoriados.
Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Nas reuniões do CMDR tem participação social para deliberar as prioridades, onde tem que ser valorizado o orçamento da SEMAGRIC.

2011

Não possui mecanismos.
Dificuldades para a implementação de mecanismos: O Trabalho é desenvolvido internamente.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Não temos nenhum método de avaliação. Precisa ser criado um método adequado.

2011

NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Para realizar a medição da satisfação dos beneficiários seria importante a realização de reuniões mensais. Isso faria com que houvessea interação dos envolvidos.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 001 - Administração da Unidade

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Reuniões com gerentes de programa e coordenadores das ações para verificar dificuldades.

2011

Não possui mecanismos.
Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: O Trabalho é desenvolvido internamente.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Foram cumpridas as ações e realizadas as despesas programadas acima do previsto.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
A administração da unidade possibilitou o desenvolvimento das atividades dos servidores.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Ação: administração da unidade
Produto: Serviços administrativos.
Detalhamento do Produto: Desenvolver atividades administrativas desde a elaboração de processos para aquisição e contratação de serviços à entrega de produtos e o acompanhamento das necessidades dos servidores para desenvolver suas atividades.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Foram remanejados recursos de outras ações para cumprimento da ação administrativa da unidade.

2011 Insuficientes
Com mais recursos haveria meios para que o fluxo de aquisição e contrataçãode serviços atendessem de maneira eficaz todos os demais programas que decerta forma dependem da administração da unidade.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Foram remanejados recursos de outras ações para cumprimento da ação administrativa da unidade.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Órgão Responsável: 15.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SEMAGRIC
Unidade Orçamentária: 15.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: Jorge Luiz Teixeira Lima

A liberação de recursos ocorreram normalmente na medida que foram tramitados os processos.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Com as demoras das licitações e celebração de contratos geralmente é comprometido o orçamento de um ano para o outro.

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morasidade do procedimento licitatório afeta diretamente no desenvolvimento do programa.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

AÇÃO: 217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Sistemas informatizados

2011

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Com o aumento das atividades tanto administrativas quanto no campo foram necessária a contratação de novos funcionários.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Ação: Pessoas Remuneradas
Produto: Proventos
Detalhamento do Produto: recebimentos de proventos.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
2011 Insuficientes
Com mais recursos haveria meios para que o fluxo de aquisição e contrataçãode serviços atendessem de maneira eficaz todos os demais programas que decerta forma dependem da administração da unidade.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
A liberação de recursos ocorreram normalmente na medida que foram tramitados os processos.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 15.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SEMAGRIC
Unidade Orçamentária: 15.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
Programa: 025 - DIRETO DA ROÇA
Gerente: Leilane de Oliveira Guerra

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Transportar os produtos agrícolas das linhas vicinais até a feira do produtor rural.

Público-Alvo: Produtores rurais
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: Os produtores rurais tem grande dificuldade de trazer seus produtos para serem comercializados na área urbana, devido a maioria deles não ter meios de transportes e na maioria das vicinais não dispõe de ônibus. Os produtos agrícolas na maioria deles são perecíveis, necessitando de serem transportados aos pontos de venda com uma certa agilidade. Desta forma o Programa Direto da Roça disponibiliza 02 (dois) caminhões que transportam os produtos das linhas vicinais até a feira do produtor rural onde são comercializados. Esses caminhões necessitam de manutenção e combustível para realizar a ação.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Quantidade de produtos agrícolas transportados	Previsto	2000	2000	2000	2000
	Apurado	2029	2000		
	Relação % Apurado/Previsto	101,45	100,00		
	Relação % Apurado/Final	101,45	100,00		

2010: Devido a demanda e a real execução das atividades sem problemas no que concerne ao fato de manutenção dos veículos, foi possível atender dentro das expectativas o público alvo do programa chegando ao indice acima do esperado.

2011: É realizado um previsão através dos anos anteriores e também contamos com o aumento da frota de caminhões.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance acima de 100% do previsto

Para realizar o transporte via terrestre, a SEMAGRIC conta, atualmente, com 05 caminhões, com capacidade máxima de 10 toneladas, cada, sendo translocado duas vezes por semana, atendendo dentro das expectativas o público alvo do programa chegando ao indice acima do esperado.

2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto

Foi possível atender aos produtores rurais devido o aumento da frota de caminhões e melhoria das estradas, jutamente com o apoio técnico da SEMAGRIC.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito

Devido a grande importância das ações do programa e a necesidade do transporte dos produtos agrícolas e o perfeito andamento das ações no ano de 2010, o beneficiário mostrou-se satisfeito com o programa.

2011 Muito satisfeito

Estão muito satisfeitos porque nenhum produtor perdeu sua produção. E toda produção é programada através de agendamento para ser transportado e comercializado na Feira do Produtor Rural em tempo hábil.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Não há inadequação na concepção do programa

2011

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Raça

Dentro do público atendido pelo programa não há distinção de raça pois todos aparecem como produtores e produtoras rurais.

Gênero

Dentro do público atendido pelo programa não há distinção de genero pois todos aparecem como produtores e produtoras rurais.

2011

Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

Órgão Responsável: 15.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SEMAGRIC
Unidade Orçamentária: 15.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
Programa: 025 - DIRETO DA ROÇA
Gerente: Leilane de Oliveira Guerra

2010

Os recursos materiais são adequados

2011

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras

Falta apoio para a manutenção constante dos caminhões.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Os recursos humanos são adequados

2011

Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Reunião com grupos de interesse

Reunião com o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural para deliberação de pautas referentes as ações dos programas.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

Deliberação e aprovação em atas.

2011

Reunião com grupos de interesse

Reunião com os produtores rurais que definem data, horários e local para o transporte seja mais eficiente.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Mecanismos adotados:

A satisfação dos beneficiários é aferida através de visitas, questionários e reuniões.

2011

SIM

Mecanismos adotados:

São realizadas reuniões periódicas para os produtores rurais exporem seu nível de satisfação e sugestões. Acatando as sugestões dos produtores e adequando à realizade da SEMAGRIC.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 286 - Transporte da Produçao Agrícola

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Relatórios de gestão

São formalizados relatórios informando as localidades onde os produtos agrícolas são transportados e seus quantitativos.

2011

Reuniões de trabalho

Reuniões periódicas nas associações dos produtores rurais beneficiados.

Relatórios de gestão

São realizados mensalmente.

Visitas in loco

Visitas realizadas nas lavouras, observando as condições das linhas vicinais. Ou seja, quando não há acesso às localidades, não é possível realizar as visitas. Evidenciando os esforços no sentido das melhorias das estradas para que o caminhão da produção possa ter acesso a roça para escoar a produção.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

Devido a demanda e a real execução das atividades sem problemas no que concerne ao fato de manutenção dos veiculos, foi possivel atender dentro das expectativas o público alvo do programa chegando ao índice de 146%.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Foi possível atender aos produtores rurais devido ao aumento da frota de caminhões e melhoria das estradas, jutamente com o apoio técnico da SEMAGRIC.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Ação: Transporte da produção agrícola até a Feira do Produtor Rural.
Produto: PRODUÇÃO AGRÍCOLA
Detalhamento do Produto: Transporte da zona rural do município de Porto Velho e Distritos de produtos como: frutas, farinha, mandioca, pupunha, hortaliças e outros.

Órgão Responsável: 15.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SEMAGRIC
Unidade Orçamentária: 15.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
Programa: 025 - DIRETO DA ROÇA
Gerente: Leilane de Oliveira Guerra

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Recursos insuficientes para as demandas existentes. Havendo necessidade de remanejamento.

2011 Insuficientes
Os recursos próprio são insuficientes para a demanda com aquisição e manutenção dos equipamentos destinados a atender o programa.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada
Recursos insuficientes para as demandas existentes. Havendo necessidade de remanejamento.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
A liberação de recursos ocorreu normalmente na medida que foram tramitados os processos.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Médio
A demanda para aquisição de equipamentos é bem maior que os recursos disponibilizados.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Contingenciamento orçamentário

Não há restrições

2011

Dificuldades de celebração de convênios na gerência
O tempo que se leva tanto para análise quanto para pagamento, entrega, vistoria etc.

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morasidade do procedimento licitatório afeta diretamente no desenvolvimento do programa.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:
No exercício de 2011, foram adquiridos 02 (dois) caminhões através do Consórsio Santo Antônio Energia, com capacidade para 08 (oito) toneladas cada.O Desempenho positivo pois foram atendidas as metas acordadas.

Órgão Responsável: 15.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SEMAGRIC
Unidade Orçamentária: 15.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
Programa: 063 - QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL
Gerente: Maria Clarice Alves Braga

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Capacitar os trabalhadores rurais e servidores da SEMAGRIC.

Público-Alvo: Trabalhadores rurais e servidores da SEMAGRIC
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: Existe a necessidade de uma política de capacitação e qualificação continuada para maior eficiência dos serviços públicos e melhor qualidade dos produtos produzidos pelos produtores rurais do Município.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de servidores capacitados	Previsto	33	33	33	33
	Apurado	5	12		
	Relação % Apurado/Previsto	15,15	36,36		
	Relação % Apurado/Final	15,15	36,36		

2010:

2011:

02 - Capacitações oferecidas	Previsto	20	20	20	20
	Apurado	50	14		
	Relação % Apurado/Previsto	250,00	70,00		
	Relação % Apurado/Final	250,00	70,00		

2010: Atendimento do publico alvo do programa dentro das expectativas.

2011:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Público alvo do programa atendido dentro das expectativas.

2011 Alcance entre 40% a 80% do previsto
Tendo em vista que os servidores deveriam ter participados de mais cursos para o desenvolvimento de suas atividades dentro da Secretaria.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
Devido a grande importância das ações do programa e a necessidade de capacitar produtores e servidores municipais com qualidade e eficiência para perfeito andamento e execução das ações, o público alvo do programa mostrou-se satisfeito com os resultados.

2011 Pouco satisfeito
O servidor ao agregar novas responsábilidades, deve se qualificarpara desenvolver tais tarefas.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Não há inadequação na concepção do programa

2011

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Raça
Dentro do público alvo atendido pelo programa não há distinção de raça pois todos aparecem como produtores rurais e servidores municipais.

Gênero
Dentro do público alvo atendido pelo programa não há distinção de genero pois todos aparecem como produtores rurais e servidores municipais.

Órgão Responsável: 15.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SEMAGRIC
Unidade Orçamentária: 15.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
Programa: 063 - QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL
Gerente: Maria Clarice Alves Braga

2011

Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Inadequada pois não temos equipamentos suficientes para atendimento a totalidade do público (produtores rurais).

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Inadequada pois sempre há necessidade dos parceiros para cumprimento das ações.

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
Inadequada tendo em vista que necessita-se da ajuda dos parceiros para execução das ações.

2011

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
Na execução dos cursos oferecidos aos produtores rurais em algumas localidadesnão havia infraestrutura adequado como banheiros, água, fogão etc.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
Existe a necessidade de complementar o quadro técnico com conhecimentos especificos da parte gerencial no que compete as ações do programa.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial
Há necessidade de capacitação do quadro existente.

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
A quantidade de pessoas na equipe era insuficiente para atender as atividadesnecessarias na realização dos cursos oferecidos aos produtores rurais.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Não possui mecanismos.

2011

Discussão em Conselho Setorial
As ações realizadas pela equipe são apresentas para apreciação do Conselho Municipal deDesenvolvimento Rural que ocorre mensalmente e que também somam sugestões para o aperfeiçoamento do trabalho.

Ouvidoria
A secretaria tem o telefone 0800-6475008, disponivel a população para o acompanhamento de suas atividades.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Mecanismos adotados:
É realizado no final de cada curso, um questinário para obter a satisfação do mesmo, bem como de quem esta ministrando o curso. (avaliação aluno x curso)

2011

SIM

Mecanismos adotados:
O método para a análise das atividades desenvolvidas pela secretaria é o aumento com qualidade da produção agrícola familiar.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 050 - Capacitação de Servidores Públicos Municipais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Não possui mecanismos.
Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: Através de reuniões e questionários.

2011

Visitas in loco
Mensalmente, onde se verifica a aplicabilidade das técnicas agrícolas ensinadas. (cursos oferecidos ao produtor rural)

Outros: Eficiência
Relacionado a cursos oferecidos aos servidores observa-se maior agilidade e maior capacidade na resolução de problemas.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

Órgão Responsável: 15.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SEMAGRIC
Unidade Orçamentária: 15.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
Programa: 063 - QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL
Gerente: Maria Clarice Alves Braga

2010 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Foi possivel atender acima das expectativas o público alvo do programa, chegando ao indice acima da meta prevista.

2011 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
Os cursos oferecidos pela própria prefeitura e que atendiam as necessidades no trabalho diário do servidor foram feitos, porém muitos dos cursos já haviam sido feitos no ano de 2010 e que os servidores gostariam participar de ofícinas que possibilitasse o conhecimento dos procedimentos internos das secretarias de base.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Ação: Capacitação dos servidores e produtores rurais
Produto: Cursos de Capacitação. (qualificação)
Detalhamento do Produto: Curso de Horticultura Geral - Jaci Paraná; Planejamento Participativo II; Manejo de Solo em Horticultura; Horticultura Geral - Bom Jesus; Horticultura Geral - Aliança; Horticultura Geral - Cujubim; Controle de Pragas e Doença - JOana D'Arc; Controle de Pragas e Doença - Bom Jesus; Controle de Pragas e Doença - Cujubim; Controle de Pragas e Doença - Km 13; Controle de Pragas e Doença - Jaci Paraná; Curso de Comercialização; Oficina de Ordenamento de Pesqueiro; Licitação e Contratos; Composição e Controle de Custos; Reforma Ortográfica; Gestão de Documento; Excel Avançado.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Houve necessidade de remanejamento do recurso orçamentário para atender outros programas.

2011 Insuficientes
Considerando que frequentemente é remanejado para outras finalidades.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Houve necessidade de remanejamento do recurso orçamentário para atender outros programas.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
A liberação de recursos ocorreram normalmente na medida que foram tramitados os processos.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Considerando que frequentemente é remanejado para outras finalidades.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 15.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SEMAGRIC
Unidade Orçamentária: 15.32 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE PORTO VELHO
Programa: 024 - DESENVOLVIMENTO RURAL
Gerente: Hildebrando Antunes Junior

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Promover o desenvolvimento e a sustentabilidade do setor agrosilvopastoril

Público-Alvo: Produtores rurais
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: Existe no Município de Porto Velho 2.800 há de áreas, consideradas áreas improdutivas e que necessitam ser recuperadas e incorporadas ao processo produtivo, gerando renda para o produtor rural.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Áreas recuperadas por hectare	Previsto	850	1000	1000	1000
	Apurado	24	2215		
	Relação % Apurado/Previsto	2,82	221,50		
	Relação % Apurado/Final	2,40	221,50		

2010: A quantidade de horas máquinas trabalhadas foram suficientes para fazer 3.413 horas de trabalho para beneficiar produtores.

2011:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance acima de 100% do previsto
A instalação de 17 (desessete) agroindustrias, os serviços de destoca, gradagem e incorporação de calcário beneficiaram os produtores vinculados à agroindustria.

2011 Alcance acima de 100% do previsto
Alguns tratores que estavam em manutenção voltaram a funcionar no ano de 2011 possibilitando a realização acima do esperado na recuperação de áreas.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Muito satisfeito
A melhoria da produção e possibilidade de processamentos dos produtos elevaram a satisfação dos produtores.

2011 Satisfeito
Com as áreas recuperadas os produtores rurais puderam aumentar sua produção, consequentemente o aumento de sua renda.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Definição do objetivo do programa em relação ao problema
Precisa de adequação.
Caracterização do público-alvo
Precisa de adequação.
Dimensionamento do público-alvo
Grande demanda.

2011

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Gênero
O programa não faz acepção de genero, atendendo produtores e produtoras rurais

2011

Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial

Órgão Responsável: 15.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SEMAGRIC
Unidade Orçamentária: 15.32 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE PORTO VELHO
Programa: 024 - DESENVOLVIMENTO RURAL
Gerente: Hildebrando Antunes Junior

2011

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Mais tratores, EPI's e maior quantidade de corretor de acidez do solo (calcário).
Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
Maior frequência de manutenção da frota de maquinários desta SEMAGRIC.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
A quantidade de servidores é insuficiente para atender a demanda deserviços solicitados.
Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
Para uma maior concientização sobre as consequencias de um mau uso dos equipamentos.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Reunião com grupos de interesse
Reunião com produtores rurais beneficiados.
Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Participação nas reuniões com os técnicos da secretaria .

2011

Discussão em Conselho Setorial
As ações realizadas pela equipe são apresentas para apreciação do Conselho Municipal deDesenvolvimento Rural que ocorre mensalmente e que também somam sugestões para o aperfeiçoamento do trabalho.
Ouvidoria
A secretaria possui o telefone 0800-6475008, disponivel à população para o acompanhamento de suas atividades.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM
Mecanismos adotados:
Em reuniões após acordo nas associações e comunidades.

2011

SIM
Mecanismos adotados:
Com as áreas recuperadas os produtores rurais puderam aumentar sua produção e consequentemente o aumento de sua renda. Houve também o fortalecimento das associações nas comunidades e distritos do município.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 148 - Manutenção das Atividades do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Reuniões com equipe técnica.
Visitas in loco
Vistoria realizadas pelos técnicos da Secretaria
Relatórios de gestão
Relatórios dos serviços executados.

2011

Visitas in loco
Mensalmente, onde se verifica andamento dos serviços prestados como também a satisfaçãodo produtor rural que recebeu o benefício.
Relatórios de gestão
São elaborados trimestralmente e demonstram as principais atividades desenvolvidas edados quantitativos para o gabinete do Secretário, com o objetivo de acompanhamento dos programas.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Houve um desempenho satisfatório por parte dos servidoresenvolvidos nas atividades prestadas, além de boa parte da frota de máquinas ter retornado ao trabalho.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

Órgão Responsável: 15.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SEMAGRIC
Unidade Orçamentária: 15.32 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE PORTO VELHO
Programa: 024 - DESENVOLVIMENTO RURAL
Gerente: Hildebrando Antunes Junior

2011 Atividades administrativas visando maior agilidade no atendimento do programa. Além disso, visitas técnicas e execução de serviços de destoca, gradagem e aplicação de calcário.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Não utiliza recursos de origem orçamentária

Ação não executada orçamentariamente. As ações do conselho foram resumidas em Reuniões mensais no prédio do SEBRAE e CONAB, onde foram necessárias apenas a mobilização de recursos humanos e pequenas despesas com transporte, telefones e café pelo programa.

2011 Insuficientes

Os recursos próprio são insuficientes para a demanda com aquisição, manutenção dos equipamentos, assistência técnica destinados a atender o programa.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária

As ações do conselho foram resumidas em Reuniões mensais no prédio do SEBRAE e CONAB, onde foram necessárias apenas a mobilização de recursos humanos e pequenas despesas com transporte, telefones e café pelo programa.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Dificuldades de celebração de convênios na gerência

O tempo que se leva tanto para análise quanto para pagamento, entrega, vistoria etc

Dificuldades em licitações e celebração de contratos

Morosidade do procedimento licitatório afeta diretamente no desenvolvimento do programa.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2010 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 15.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SEMAGRIC
Unidade Orçamentária: 15.32 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE PORTO VELHO
Programa: 024 - DESENVOLVIMENTO RURAL
Gerente: Hildebrando Antunes Junior

AÇÃO: 210 - Recuperação de Áreas Degradadas

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Reuniões com Equipe Técnica da Secretaria.

Visitas in loco
Vistoria realizada pelos técnicos da SEMAGRIC.

Relatórios de gestão
Relatório dos serviços executados.

2011

Visitas in loco
Mensalmente, onde se verifica andamento dos serviços prestados como também a satisfaçãodo produtor rural que recebeu benefício.

Relatórios de gestão
São elaborados trimenstralmente e demonstram as principais atividades desenvolvidas edados quantitativos para o gabinete do Secretário, com o objetivo de acompanhamento dos programas.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
A quantidade de horas maquinas forma suficiente para fazer 3.413 horas de trabalho para beneficiar os produtores.

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Alguns tratores que estavam em manutenção voltaram a funcionar no ano de 2011 possibilitando a realização acima do esperado na recuperação de áreas.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Ação: Recuperação de Areas Degradadas
Produto: Áreas recuperadas
Detalhamento do Produto: Execução de serviços de destoca, gradagem e aplicação de calcário.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Recursos insuficientes para melhoria das ações.

2011 Insuficientes
Os recursos próprio são insuficientes para a demanda com aquisição, manutenção dos equipamentos, assistência técnica destinados a atender o programa.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
A liberação de recursos ocorreram normalmente na medida que foram tramitados os processos.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)
Recurso insuficiente para melhorias das ações.

2011

Dificuldades de celebração de convênios na gerência
O tempo que se leva tanto para análise quanto para pagamento, entrega, vistoria etc.

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morasidade do procedimento licitatório afeta diretamente no desenvolvimento do programa.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 16.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SEMA
Unidade Orçamentária: 16.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: TELEMÂCO LIMA LINS

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Público-Alvo:
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: .

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
-	Previsto				
	Apurado				
	Relação % Apurado/Previsto				
	Relação % Apurado/Final				

2010:

2011:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Foram atendidos a totalidade de servidores da Secretaria

2011 Não aplicável

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
Foi realizado pesquisa interna de atendimento das solicitações.

2011 Não apurada

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Não há inadequação na concepção do programa

2011

Suficiência das ações
Para a administração da unidade sede da secretaria faz-se necessário outras ações que contemplem dspesas de capital, (reformas, adequações físicas, e reparos em depreciações)

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Não contempla

2011

Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Faltou a aquisição de equipamentos na equipe gerencial

2011

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
A secretaria não possui sede própria, não permitindo o planejamento real da necessidade de infraestrutura para o funcionamento das ações do programa, principalmente no item rede de dados.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

Órgão Responsável: 16.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SEMA
Unidade Orçamentária: 16.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: TELEMÂCO LIMA LINS

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Falta pessoal nas equipes executoras.

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
Pela abrangências das ações, que intermediam todas ações burocráticas solicitadas pelos outros gerentes, sobrecarregando as equipes gerenciais que necessitariam de dividir atribuições com a criação de novas equipes específicas.

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Pela abrangências das ações, que intermediam todas ações burocráticas solicitadas pelos outros gerentes, sobrecarregando as equipes gerenciais que necessitariam de dividir atribuições com a criação de novas equipes específicas, tanto gerenciais quanto executoras.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Reunião com grupos de interesse
Foram realizadas reuniões com os grupos para definir as ações.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Melhor priorização dos recursos

2011

Reunião com grupos de interesse
São realizadas reuniões de avaliação de resultados e sugestões de melhorias, com as com as demais gerências que solicitam as atividades.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Mecanismos adotados:
Pesquisa interna.

2011

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Não há dificuldade, sendo possivel para os demais anos uma pesquisa de satisfação direta com os beneficiários, visto que é um público interno.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 001 - Administração da Unidade

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Relatórios de gestão
Foi elaborado uma pesquisa interna de satisfação e elaborado um relatório de gestão das atividades da Secretaria.

2011

Reuniões de trabalho
Reunião das equipes gerenciais e equipes executoras.

Sistemas informatizados
O sistema de execução orçamentária.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Meta realizada dentro do prevísto.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Contratos diversos de manutenção de : mecânica veículos, ar-condicionados, lavagem de veículos, tonner e impressoras; aquisição de materiais de expediente e limpeza.
aquisição de 02 novos veículos, mobiliário, 20 computadores, 09 impressoras, reforma e adaptações físicas da secretaria.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
A Secretaria teve uma necessidade de compra de material permanente para equipar os departamentos.

2011 Suficientes
Algumas ações tiveram que ser reprogramadas para o próximo exercício por insuficiência de orçamento.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Os recursos disponíveis foram liberados dentro da disponibilidade orçamentária.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Órgão Responsável: 16.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SEMA
Unidade Orçamentária: 16.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: TELEMÂCO LIMA LINS

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Outros: Parecer Jurídico
Atraso nas análises jurídicas dos processos.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

AÇÃO: 217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Sistemas informatizados

2011

Sistemas informatizados
sistema módulo GP

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Meta realizada dentro do previsto.

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
A secretaria foi reestruturada e contratou novos servidores.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 98 servidores remunerados.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
2011 Suficientes
este recurso é controlado pela SEMPLA e SEMFAZ, obedecendo a legislação vigente.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 16.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SEMA
Unidade Orçamentária: 16.31 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Programa: 001 - APOIO À GESTÃO AMBIENTAL
Gerente: TELEMÂCO LIMA LINS

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Prover as atividades de gestão ambiental de infra-estrutura e mecanismos legais para execução de seus programas.

Público-Alvo: População do Município de Porto Velho
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: A Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMA tem como objetivo prover os Departamentos de Educação e Fiscalização Ambiental de infra-estrutura adequada para desenvolvimento de suas atividades, visando atingir um público maior de pessoas e estabelecimentos na capital, bem como nos distritos, além de melhor estrutura o ambiente destinado ao Conselho Municipal de Meio Ambiente - CONDEMA.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
-	Previsto				
	Apurado				
	Relação % Apurado/Previsto				
	Relação % Apurado/Final				

2010:

2011:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance abaixo de 40% do previsto
Falta de um programa que envolva a população.

2011 Alcance entre 40% a 80% do previsto
O público alvo foi super dimencionado dificultando a definição real de sua cobertura.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Pouco satisfeito
Pouca divulgação das ações para a população

2011 Não apurada
O púibllco alvo foi super dimencionado dificultando a analise do grau de satisfação.

2.4 Outras Considerações

O público alvo foi super dimencionado.

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Suficiência das ações
Faltou ações que contemplassem as demandas da comunidade.

2011

Dimensionamento do público-alvo
O publico alvo foi super dimencionado, fato este que impossibilitou a definição das metas.

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Não contempla

2011

Criança e Juventude
As ações de Educação Ambiental nas Escolas tem esse públicos específicos.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
Falta infraestrutura para a implementação do processo na SEMPLA.

Órgão Responsável: 16.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SEMA
Unidade Orçamentária: 16.31 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Programa: 001 - APOIO À GESTÃO AMBIENTAL
Gerente: TELEMÂCO LIMA LINS

2011

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial

Apesar dos avanços ainda tem-se a necessidade de uma infraestrutura de dados que permita um melhor acompanhamento das ações do programa.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras

Falta equipe de trabalho para ações do programa.

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial

Os recurso humano necessário as necessidades na execução das ações, as quais demandam inumeras atividades.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Discussão em Conselho Setorial

Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

Deliberação dos recursos.

2011

Consulta Pública

Foram realizadas para efeito do Plano Municipal de Educação Ambiental o Seminário de Educação Ambiental.

Discussão em Conselho Setorial

As ações neste Programa são deliberadas e acompanhadas pelo COMDEMA- Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Mecanismos adotados:

Reuniões do conselho.

2011

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

O dimensionamento inadequado do público alvo dificulta as ações de avaliação e satisfação dos beneficiários do programa, tendo o mesmo que ser reduzido.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 076 - Coordenação e Manutenção das Atividades do Conselho Municipal de Meio Ambiente

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho

Reuniões do Conselho Municipal do Meio Ambiente.

2011

Reuniões de trabalho

Reuniões do COMDEMA, e registro de atas.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

A meta teve alcance entre 40% a 80% conforme meta prevista.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Oito (8) reuniões do conselho realizadas.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

PARA AS REUNIÕES RELIZADAS AS AÇÕES FORAM SUFICIENTES.

2011 Insuficientes

Os recursos foram cobertos por outra ação.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Órgão Responsável: 16.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SEMA
Unidade Orçamentária: 16.31 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Programa: 001 - APOIO À GESTÃO AMBIENTAL
Gerente: TELEMÂCO LIMA LINS

O fluxo ocorreu conforme o planejado.

2011 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária

Os recursos foram cobertos por outra ação.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

Não utiliza recursos não orçamentários

2011 Médio

Para realização das reuniões são utilizados parceiros.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Os conselheiros do COMDEMA.

Órgão Responsável: 16.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SEMA
Unidade Orçamentária: 16.31 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Programa: 001 - APOIO À GESTÃO AMBIENTAL
Gerente: TELEMÂCO LIMA LINS

AÇÃO: 170 - Manutenção dos Serviços Administrativos / Educação Ambiental

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Outros: Reunião do Conselho
Reuniões do Conselho.

2011

Sistemas informatizados
Para avaliação é utilizado o Sistema de Avaliação do Planejamento Estratégico - SIAPEG.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
As secretaria ampliou as atividades de educação ambiental, contudo não conseguiu em algumas ações os atingir os 100%

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Convênio para realização de um Plano Municipal de Educação Ambiental, com a participação de 150 pessoas incluindo os públicos dos distritos;
Confecção de material gráficos para as campanhas de Combate a queimadas, 08 dias de ativismo verde, Aprendendo a Reciclar, Implantação da A3P e Coleta Seletiva Solidária nos orgãos municipais.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
.

2011 Insuficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Compativel com as ações solicitadas.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Não utiliza recursos não orçamentários.

2011 Alto
As parcerias com outros órgãos - empresas, foram muito importantes para a realização desta ação.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Realocação do crédito setorial de um programa para outro
A relocação dos recursos trabalharam as ações.

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade de análise juridica.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:
As participações dos orgãos e/ou empresas Minalinda; ECOS DO MADEIRA; SANTO ANTONIO ENERGIA; ESBR foram essenciais paraque ação atingisse sua meta.

Órgão Responsável: 16.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SEMA
Unidade Orçamentária: 16.31 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Programa: 001 - APOIO À GESTÃO AMBIENTAL
Gerente: TELEMÂCO LIMA LINS

AÇÃO: 171 - Manutenção dos Serviços Administrativos / Fiscalização Ambiental

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Reuniões do Conselho.

2011

Sistemas informatizados
A ação é monitorada pelo Sistema de Avaliação do Planejamento Estratégico -SIAPEG.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

2011 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Não há meta prevista nesta ação, respondido por meio da averiguação da ampliação das ações de fiscalização no município em comparação ao ano anterior.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Foram adquiridos 02 caminhonetes L 200 para as atividades de fiscalizaçã ambiental.
Foram adquiridos 15 computadores e 07 notebooks para realizaçaõ dos trabalhos de licenciamenrto e fiscalização.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Suficientes para as ações propostas.

2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Compativel com as ações.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Não utiliza recursos não orçamentários.

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Contingenciamento orçamentário
Pouco recursos para a conclusão da obra.

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 16.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SEMA
Unidade Orçamentária: 16.31 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Programa: 001 - APOIO À GESTÃO AMBIENTAL
Gerente: TELEMÂCO LIMA LINS

AÇÃO: 174 - Manutenção e Preservação do Parque Natural

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Outros: Reunião do Conselho.
Reunião do Conselho.

2011

Sistemas informatizados
As ações são monitoradas pelo Sistema de Avaliação do Planejamento Estratégico - SIAPEG.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Porém, a obra de melhoria de infraestrutura não foi concuída na sua totalidade.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Foram adquiridos adubos e sacolinhas para a produção de mudas e aquisição de uma bomba d'agua.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes
Obra não concluída.

2011 Insuficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
Obra não concluída.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Não utiliza recursos não orçamentários.

2011 Médio
São realizadas parcerias em eventos realizados no Parque Natural, ampliando as ações do programa.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldades de celebração de convênios por inadimplência dos entes
Obra não concluída.

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade na análise jurídica.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:
Parceiros Amazonia adventure; ESBR; MINALINDA; VOTORANTIM em eventos realizados no parque.

Órgão Responsável: 16.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SEMA
Unidade Orçamentária: 16.31 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Programa: 001 - APOIO À GESTÃO AMBIENTAL
Gerente: TELEMÂCO LIMA LINS

AÇÃO: 181 - Obras de Infra-Estrutura do Parque Natural

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Visitas in loco
Vistorias e medições.

2011

Não possui mecanismos.
Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: O bra não realizada

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Orçamentário insuficiente para as necessidades do parque.

2011 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Obra não realizada.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Obra não realizada.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes
O parque necessita de maiores obras de infraestrutura.

2011 Insuficientes
Obra não realizada.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2011 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Obra não realizada.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Não utiliza recursos não orçamentários.

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Contingenciamento orçamentário
Falta de recursos para maiores obras no parque.

2011

Conflitos decorrentes de outras políticas setoriais
Falta de regularização fundiária do parque natural.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: ANA CLAUDIA ARAUJO DA SILVA

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Público-Alvo:
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: .

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
-	Previsto				
	Apurado				
	Relação % Apurado/Previsto				
	Relação % Apurado/Final				

2010:

2011:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
ATENDEU A TODOS OS DEPARTAMENTO E COORDENADORIA

2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
ATENDEU A TODOS OS DEPARTAMENTO E COORDENADORIA

2011 Satisfeito
Aquisição de equipamentos/mobiliários para os setores, reforma e amplicação da unidade administrativa garantiram melhor satisfação e comodidade para os chefes, coordenadores e funcionários, gerando assim, melhor atendimento aos serviços prestados ao público.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010
Não há inadequação na concepção do programa

2011
Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010
Não contempla

2011
Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010
Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
FALTA DE VEICULOS

2011
Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010
Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: ANA CLAUDIA ARAUJO DA SILVA

FALTA RECURSOS HUMANOS

2011

Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Não possui mecanismos.

Dificuldades para a implementação de mecanismos: PROGRAMA INTERNO DA SECRETARIA

2011

Não possui mecanismos.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Mecanismos adotados:

REUNIÃO COM OS SERVIDORES

2011

SIM

Mecanismos adotados:

Reuniões com Equipe de Trabalho e Relatórios do SIAPEG/SIMPLAG.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 001 - Administração da Unidade

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho

REUNIÃO PERIODICA DE AVALIAÇÃO TRIMESTRAL

2011

Reuniões de trabalho

As reuniões são realizadas mensalmente, ou conforme necessidade de ajuste/adequação das ações/metas a serem desenvolvidas.

Relatórios de gestão

SIAPEG/SIMPLAG

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

DENTRO DO PREVISTO

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

Através das ações programadas no planejamento estratégico e PPA, além das ações programadas e da nova reestruturação em 2011, a Secretaria incorporou em suas atribuições a responsabilidade pela Gestão dos Espaços Públicos (praças, mercados, feiras livres) e Feiras de Microempreendores populares, e passou a gerir o Sistema Público de Emprego Trabalho e Renda através do convênio com MTE.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de Veículos, Equipamentos, Mobiliário e Equipamentos de iInformática. Reforma e ampliação da unidade administrativa, com inserção de novos serviços (Sine, Banco do Povo, Gestão dos Espaços Públicos).

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

ATENDEU AS EXPECTATIVAS

2011 Insuficientes

.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

FOI LIBERADO CONFORME A PROGRAMAÇÃO

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

.

2011 Médio

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: ANA CLAUDIA ARAUJO DA SILVA

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)
Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Atraso na prestação de contas dos beneficiários
Dificuldades em licitações e celebração de contratos

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

AÇÃO: 217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
REUNIÃO SETORIAL

2011

Reuniões de trabalho
Reuniões trimenstrais com as equipes de Trabalho interno e Reuniões com grupos de trabalho SEMAD.

Sistemas informatizados
Alimentação das informações de pessoal no Sistema Módulo GP Cetil.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
RESULTADOS ALCANÇADO DENTRO DO PREVISTO

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Aumento de Ações e ampliação na estrutura física da Secretaria, demandaram novos funcionários e estagiários para a unidade.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Remuneração de servidores e encargos sociais.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
.

2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
DENTRO DO PREVISTO

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
.

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: ANA CLAUDIA ARAUJO DA SILVA

AÇÃO: 377 - Contratação de estagiários - Bolsa Estágio

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
REUNIÃO SETORIAL DE TRABALHO PARA AVALIAÇÃO

2011

Sistemas informatizados
Alimentação das Informações no site do CIEE, mensalmente.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
CONTRATO REALIZADO COM O CIEE-Centro de Integração Empresa Escola

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Estagiários contratados para atender os CAT's (Centro de Atendimento ao Turista)/Aeroporto e EFMM; na Coordenadoria Municipal de Uso dos Espaços Públicos, Sine Municipal, Depto de Desenvolvimento Sócioeconomico e ASTEC. Totalizando-se assim, a contração de 10 Estagiários.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
FOI REALIZADO ORÇAMENTARIAMENTE O PREVISTO CONFORME A NECESSIDADE DA SECRETARIA

2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
O RECURSO FOI EXECUTADO CONFORME A PROGRAMAÇÃO ANUAL

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
O CONTRATO DE ESTAGIIO NÃO TEM PREVISÃO DE RECURSOS NÃO ORÇAMENTARIOS VISTO QUE NÃO PRECISA DE RECURSOS NÃO ECONOMICOS

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Atraso na liberação de recursos
O Estágio com CIEE sofreu atraso, devido a renovação do convênio entre CIEE/SEMDESTUR.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:
A parceria com CIEE (Centro de Integração Empresa-Escola) e SEMDESTUR, vem ocorrendo de forma positiva, uma vez que tem atendido as expectativas e demanda das ações programadas na Secretaria (CAT/SINE/ASTEC).

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 019 - DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Gerente: FABIO JOSÉ DE QUEIROZ MACEDO

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Promover a inclusão digital do Município de Porto Velho, por meio de instalação de telecentros comunitários e reaplicação de tecnologia social

Público-Alvo: População vulnerabilizada e em situação de exclusão social
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: Devido as grandes tranformações no mercado de trabalho e o crescente desemprego, a população de baixa renda e qualificação, encontram-se em processo de exclusão social e vulnerabilidade, para tanto o programa proporciona acesso a inclusão digital, a internet e novas oportunidades de qualificação, possibilitando sua inserção no mercado de trabalho e geração de trabalho e renda, principalmente sob a ótica da Economia Solidária.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Telecentros comunitários instalados por ano	Previsto	7	5	4	3
	Apurado	955	14		
	Relação % Apurado/Previsto	13.642,86	280,00		
	Relação % Apurado/Final	31.833,33	466,67		

2010: O PROGRAMA FOI RELIZADO ATENDENDO AS METAS PREVISTA

2011:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
OS ATENDIMENTOS FORAM REALIZADOS CONFORME O PREVISTO

2011 Alcance abaixo de 40% do previsto
O projeto não teve sua eficácia por conta da falta da compradas máquinas e equipamentos de informática.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
O programa esta atendendo com satistação os usuarios

2011 Satisfeito
O público atendido, apesar do número reduzido de Cat´s, temse posicionado de forma satisfatória nas avaliações das ações.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Não há inadequação na concepção do programa

2011

Definição do objetivo do programa em relação ao problema
A divisão não se resume a técnologias sociais, pois teria que trabalhar na transversalidade de outras ações secretarias.

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Raça
COM A COMPILAÇÃO DOS DADOS ADQUIRIDOS NO CADASTRO DE USUARIOS DO PROGRAMA

Pessoa com Deficiência
COM A COMPILAÇÃO DOS DADOS ADQUIRIDOS NO CADASTRO DE USUARIOS DO PROGRAMA

Gênero
COM A COMPILAÇÃO DOS DADOS ADQUIRIDOS NO CADASTRO DE USUARIOS DO PROGRAMA, ALÉM DE UMA INTERFASE COM OUTRAS SECRETARIAS

Criança e Juventude
COM A COMPILAÇÃO DOS DADOS ADQUIRIDOS NO CADASTRO DE USUARIOS DO PROGRAMA

2011

Criança e Juventude
A principio buscou-se atender apenas esta clientela, com a adesão de demais agentes sociais passou-se a abranger a sociedade como um todo.

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 019 - DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Gerente: FABIO JOSÉ DE QUEIROZ MACEDO

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Os recursos materiais são adequados

2011

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras

Com o atraso na compra dos computadores para abertura de todos os cat`shouve dificuldades na obtenção das metas e o trabalho comprometido.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial

HÁ UMA DEFICIENCIA NA EQUIPE DE RECURSOS HUMANOS DENTRO DA SECRETARIA PARA DA APOIO AO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES

2011

Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Reunião com grupos de interesse

REUNIÕES NA COMUNIDADE COM GRUPOS QUE PARTICIPAM DA GESTÃO DO PROGRAMA

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

SUGESTÕES NA MELHORIA DA SUA IMPLEMENTAÇÃO

2011

Reunião com grupos de interesse

Reuniões de planejamento, acompanhamento e avaliação com as associações e ONGsque são parceiras no projeto.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

A FALTA DE ESTRUTURA HUMANA FAZ COM QUE NÃO SE TENHA UM MECANISMO DE AVALIAÇÃO

2011

SIM

Mecanismos adotados:

Através de questionários, que após tabuladas as respostas procura-se adequar as ações pelas mesmas.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 010 - Apoio a Instalação de Telecentros Comunitários

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Não possui mecanismos.

Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: O MONITORAMENTO DAS AÇÕES ERAM FEITAS SEM INDICE DE AVALIAÇÃO, APENAS ATRAVES DE NUMEROS DE TELECENTROS INSTALADOS

2011

Reuniões de trabalho

Reuniões sistematizadas quinzenalmente com a equipa, realizando os alinhamentos necessários.

Visitas in loco

Realizadas periodicamente a fim de manter a qualidade das ações.

Relatórios de gestão

Relatórios mensais, de maneira a manter informada a situação dos Cat`s.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

A FALTA DE AGILIDADE NA EXECUÇAO ORÇAMENTARIA

2011 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

Não houve a compra das máquinas e equipamentos de informáticaconforme o planejamento.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 019 - DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Gerente: FABIO JOSÉ DE QUEIROZ MACEDO

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes
OS RECURSOS ORÇAMENTARIOS FORAM SUFIENCIENTE PARA ATENDER A META PREVISTA, EMBORA NÃO HAJA REGISTRO DE LIQUIDAÇÃO.

2011 Não foram liberados recursos
Ação não executada.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2011 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
O investimento ficou previsto para o ano de 2012.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
A DEMORA NA LICITAÇÃO POR CAUSA DO AJUSTE NO PROCESSO E PROJETOS

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Máquinas e equipamentos de informática não foram comprados por estarem defasados, por isso teve-se que realizar nova cotação

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:
Parceria com a Caixa Econômica Federal, que esta financiando todas as máquinas e equipamentos de informática,bem como o investimentos na adaptação das salas, que irão passar a ser os laboratórios.

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 019 - DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Gerente: FABIO JOSÉ DE QUEIROZ MACEDO

AÇÃO: 388 - Implantação e manutenção do projeto cidade digital

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
QUANDO DA REALIZAÇÃO DA AÇÃO SE PRIORIZA REUNIÕES COM A COMUNIDADE E SE FAZ REGISTRO DAS DISCUSSÕES

2011

Não possui mecanismos.
Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: Este projeto é desenvolvido pela SEMAD desde o ano de 2010; a idéia teve inicio com a SEMDESTUR e a execução passou para aquela secretaria.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Ação não executada. Transferida para a competência da Secretaria Muicipal de Administração.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Não utiliza recursos de origem orçamentária
Ação não executada. Transferida para a competência da Secretaria Muicipal de Administração.

2011 Não foram liberados recursos
Sem movimentação orçamentária. Recursos remanejados.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Ação não executada. Transferida para a competência da Secretaria Muicipal de Administração.

2011 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
Recursos remanejados.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 019 - DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Gerente: FABIO JOSÉ DE QUEIROZ MACEDO

AÇÃO: 389 - Realização de eventos de promoção da ciência e tecnologia

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
REUNIÕES COM A COMUNIDADE PARA MELHOR DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES

2011

Reuniões de trabalho
Reuniões de planejamento, execução e avaliação em todos os projetos desenvolvidos

Visitas in loco
Visitas aos locais antes de cada evento realizado

Relatórios de gestão
Relátorios de todas as ações do coordenador e da equipe gestora

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Recursos remanejados. Ação não executada.

2011 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Evento não realizado.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Não foram liberados recursos
Recursos remanejados. Ação não executada.

2011 Não foram liberados recursos
Sem movimentação orçamerntária. Recursos remanejados.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Recursos remanejados. Ação não executada.

2011 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
Sem movimentação orçamerntária. Recursos remanejados.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Descontinuidade de ações por conta dos recursos humanos.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 019 - DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Gerente: FABIO JOSÉ DE QUEIROZ MACEDO

AÇÃO: 390 - Manutenção do centro de formação profissional - Casa Brasil

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho

Reuniões com a comunidade com o intuito de desenvolver as ações de acordo com as necessidades do programa.

2011

Não possui mecanismos.

Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: Esta ação passou a ser coordenada em setembro de 2011 pela Coordenadoria da Juventude.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

As ações foram realizadas de acordo com o planejado.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Médio

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 026 - ECONOMIA SOLIDÁRIA
Gerente: Fábio José de Queiroz Macedo

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Apoiar os empreendimentos de economia solidária.

Público-Alvo: Grupos de economia solidária do Município de Porto Velho
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: O crescente desemprego, as transformações no mercado de trabalho e na própria organização econômica do Brasil e do mundo, estão desencadeando um forte processo de expansão de novas formas de organização do trabalho e da produção. Um grande número de experiências coletivas de trabalho e produção está disseminando-se em todo país. Nesse contexto a Prefeitura Municipal de Porto Velho, através do departamento de geração de renda vem implementando polítcas públicas para ajudar os grupos a se organizarem de forma autogestionária, visando sua integração no mercado de trabalho e a auto sustentabilidade de suas atividades, seja na economia informal ou em cooperativas de diferentes tipos.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Número de empreendimentos da economia solidária apoiados por ano	Previsto	14	22	32	44
	Apurado	0	40		
	Relação % Apurado/Previsto	0,00	181,82		
	Relação % Apurado/Final	0,00	90,91		

2010: Não houve implementação de incubadora no exercicio de 2010

2011:

02 - Número de camelôs atendidos	Previsto	80	130	195	291
	Apurado	72	85		
	Relação % Apurado/Previsto	90,00	65,38		
	Relação % Apurado/Final	24,74	29,21		

2010:

2011:

03 - Quantidade de empreendedores atendidos com microcrédito	Previsto	120	200	250	300
	Apurado	0			
	Relação % Apurado/Previsto	0,00			
	Relação % Apurado/Final	0,00			

2010: Não implementação do Banco do Povo.

2011:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto

A captação de novos grupos não quer dizer que houve umaampliação do programa, tendo em vista que outros grupos partiram para empreender sozinhos.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Pouco satisfeito
2011 Muito satisfeito

A propagação deste programa junto a comunidade pode abrirnovas oportunidades de trabalho para pessoas que não estavamconseguindo colocação no mercado de trabalho formal.

2.4 Outras Considerações

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 026 - ECONOMIA SOLIDÁRIA
Gerente: Fábio José de Queiroz Macedo

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Não há inadequação na concepção do programa

2011

Suficiência das metas físicas das ações

As ações da economia solidária deveriam ter sido mais amplas, umavez que a população em geral ainda não tomaram consciência do que é a economia solidária.

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Não contempla

2011

Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras

2011

Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial

Como atuamos com a sociedade civil através deste programa especifico,onde buscamos mudar comportamentos e atitudes, é necessário o aumentode recursos humanos na equipe gerencial.

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras

A mesma justificativa se aplica aqui.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras

A mesma justificativa se aplica aqui.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial

É de suma importância o investimento no capital humano através deformações continuadas.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Não possui mecanismos.

2011

Reunião com grupos de interesse

Reuniões sistematizadas, com convites para toda a sociedade

Discussão em Conselho Setorial

O Fórum da ECOSOL tem acompanhado e influido diretamente em nossas ações.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

2011

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 008 - Apoio a Empreendimentos da Economia Solidária

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 026 - ECONOMIA SOLIDÁRIA
Gerente: Fábio José de Queiroz Macedo

Não possui mecanismos.
Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: não hovue execução da ação.

2011

Reuniões de trabalho
Reuniões mensais

Visitas in loco
Visita aos locais para a preparação dos eventos

Relatórios de gestão
Relatório periódicos, tanto por parte do diretor do departamento como dos empreendimentos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Apesar do número acima da meta, mais ou menos 50% dos participantes do programa começaram a empreender individualmente.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 As ações foram realizadas em parceria com o Fórum Municipal de ECOSOL, facilitando assim os trabalhos. As barracas, montagem e transporte estão sendo administradas pelo Fórum de ecosol.
O material de divulgação é feito pela prefeitura e a divulgação nos meios de comunicação também.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Não utiliza recursos de origem orçamentária
Sem execução orçamentária.

2011 Não foram liberados recursos
Não houve execução orçamentária. Recursos remanejados.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Sem execução orçamentária.

2011 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
Não houve execução orçamentária. Recursos remanejados.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
não houve liberação de recursos orçamentarios

2011 Alto
Parceria com o Fórum Municipal de ECOSOL. As barracas, montagem e transporte foram administradas pelo Fórum de ECOSOL.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Contingenciamento orçamentário
A questão orçamentária influiu em muito as ações, exigindo da equipe gestora o malabarismo para conseguir atingir as metas.

Atraso na liberação de recursos
Muitas ações tiveram que ser adiadas ou canceladas por conta dafalta de recursos.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:
parceria com o Fórum Municipal de ECOSOL, facilitando assim os trabalhos. As barracas, montagem e transporte estão sendo administradas pelo Fórum de ECOSOL.

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 026 - ECONOMIA SOLIDÁRIA
Gerente: Fábio José de Queiroz Macedo

AÇÃO: 137 - Incubação de Empreendimentos Populares

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Não possui mecanismos.
Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: Não houve incubação de empreendimentos

2011

Não possui mecanismos.
Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: Ação não realizada pela descontinuidade de gestores da SEMDESTUR.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Não houve incubação de empreendimentos.

2011 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Não foi realizada nenhuma experiencia de incubação, uma vez que houve a troca de todo o quadro funcional da Divisão deECOSOL.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Não utiliza recursos de origem orçamentária
Não houve liberação de recursos orçamentarios

2011 Não foram liberados recursos
Recursos remanejados.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
2011 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
Recursos remanejados.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Recursos remanejados.

Não houve incubação de nenhum empreendimento por conta de uma nova equipe na Ecosol.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 026 - ECONOMIA SOLIDÁRIA
Gerente: Fábio José de Queiroz Macedo

AÇÃO: 260 - Fomento às iniciativas de Microcrédito no Município de Porto Velho

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Não possui mecanismos.

2011

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

Não houve liberação de recursos para micro credito

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Foram desenvolvidos cursos nas áreas de finanças, atendimento, manipulação de alimentos, markting e relações inter pessoais com vista a promover o fomento de novas iniciativas
no ambito da diversificação das atividades desenvolvidas.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Não utiliza recursos de origem orçamentária

Não hove liberação de recursos orçamentarios para execução da ação. Recursos remanejados.

2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária

Não houve utilização de recursos

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

Não foram utilizados recuros para implentar a ação

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 026 - ECONOMIA SOLIDÁRIA
Gerente: Fábio José de Queiroz Macedo

AÇÃO: 391 - Apoio aos grupos de catadores de materiais reciclados

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho

2011

Reuniões de trabalho

Avaliações mensais junto às associações de catadores, e trimestrais com a cooperativa.

Visitas in loco

Acompanhamento periódico junto aos catadores de resíduos sólidos.

Relatórios de gestão

Relatórios mensais

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Por conta das limitações dos recursos humanos não houveampliação das ações.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Nas reuniões e visitas trata-se sempre da importância dos associados e cooperativados estarem sempre agindo de comum acordo.
Realizam-se capacitações e oficinas com o tema associativismo e cooperativismo.
Regularização do terreno para a construção do galpão da associação de catadores Unidos Pela Vida, em parceria em a SEMUR.
A Caixa Econômica intermediou um Prêmio para a Associação de catadores Asprovel, atribuído pela empresa IMA.
Intermediação da venda de papelão para o Grupo Or'ca em São Paulo, junto a Cooperativa de catadores.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes

Sem execução orçamentária.

2011 Não foram liberados recursos

Não houve execução orçamentária. Recursos remanejados.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária

Sem execução orçamentária.

2011 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada

Por conta dos recursos serem mínimos, esperou-se a a liberação de recursos de outras rubricas para realização dos projetos.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Médio

O impacto mesmo que não tão grande consegui-se transformar a realidade da pessoa que participa da ação.

2011 Médio

Liberação de recurso da Empresa IMA para a compra de um caminhão paraa associação de catadores ASPROVEL.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Contingenciamento orçamentário

Este foi um dos principais fatores que interferiram nas ações juntoaos catadores.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

A Caixa Econômica Federal esta sendo uma parceira ideal nas ações junto aos catadores. Empresa IMA, com a liberação de recursos para a compra de um caminhão paraa associação de catadores ASPROVEL.

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 026 - ECONOMIA SOLIDÁRIA
Gerente: Fábio José de Queiroz Macedo

AÇÃO: 392 - Realização de eventos de promoção da economia solidária

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Não possui mecanismos.
Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: Não foram realizados eventos de impacto na ação

2011

Reuniões de trabalho
Reuniões de deliberações, planejamento, execução e avaliações.

Visitas in loco
Avaliar os locais para realização dos eventos

Relatórios de gestão
Relatório após a realização dos eventos

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
O evento foi realizado com restrições no projeto original, tendoem vista o baixo orçamento desta rubrica.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Realização de 01 (um) evento de promoção da economia solidária.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
2011 Não foram liberados recursos
Sem execução orçamentária. Recursos remanejados. Por conta de desvio no planejamento orçamentário em 2010, não foram realizadas todas as ações previstas no planejamento.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
Sem execução orçamentária. Recursos remanejados

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Baixo
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Recursos remanejados.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 035 - GESTÃO DO TURISMO
Gerente: JUN ALEX YAMAMOTO

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Fomentar o turismo local, aumentando o fluxo de turistas de negócios e lazer no Município de Porto Velho

Público-Alvo: Trade turístico e demais integrantes da iniciativa privada, comunidade local
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: O plano municipal de turismo de Porto Velho será um documento de referência à atuação da Coordenaria Municipal de Turismo, no sentido de orientar as suas intervenções de acordo com as linhas estratégicas definidas para o desenvolvimento do setor do turismo. A proposta apresentada deve considerar diversas temáticas, entre as quais, a identificação dos valores e recursos turisticos, que constituem elementos de oferta, assim como uma caracterização e análise de sua demanda.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de ocupação dos hotéis em Porto Velho, ao ano	Previsto	85	90	95	100
	Apurado	3	90		
	Relação % Apurado/Previsto	3,53	100,00		
	Relação % Apurado/Final	3,00	90,00		

2010: Alcançado conforme a programação.

2011: A partir da conclusão do Plano Municipal do Turismo em 2010 foi possível alcançar informações que permitem identificar a taxa de ocupação dos hotéis na área urbana de Porto Velho. Considerando as dificuldades de acesso aos equipamentos localizados nos distritos há a impossibilidade de se determinar 100% como havia sido definido no início do PPA.

02 - Quantidade de capacitações realizadas	Previsto	4	4	4	4
	Apurado	0	4		
	Relação % Apurado/Previsto	0,00	100,00		
	Relação % Apurado/Final	0,00	100,00		

2010:

2011:

03 - Número de conferências municipais de turismo realizadas	Previsto	1	1	1	1
	Apurado	0	0		
	Relação % Apurado/Previsto	0,00	0,00		
	Relação % Apurado/Final	0,00	0,00		

2010:

2011: A Conferência Municipal Turismo serviu como base para a produção do Plano Municipal do turismo que foi elaborado no em 2011, desta forma, ao inves de realizarmos a Conferência Municipal de Turismo foi desenvolvido o Plano Municipal de Turismo.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Através das ações do Grupo Gestor de Turismo foi possível alcançar os índices apresentados no corpo do Plano Municipal do Turismo que fundamenta a política do turismo municipal.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
2011 Satisfeito
Os principais setores que compõem a atividade turísitca no âmbito municipal foram alcançados pelo programa.

2.4 Outras Considerações

É possível considerar que o Plano Municipal do Turismo do Município de Porto Velho é uma das mais modernas ferramentas de Gestão do Turismo no Brasil.

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 035 - GESTÃO DO TURISMO
Gerente: JUN ALEX YAMAMOTO

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Pertinência das ações

2011

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Gênero

2011

Criança e Juventude

O Plano Municipal apresenta propostas para o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, além de sugerir o desenvolvimento do Turismo Pedagógico no Município de Porto Velho.

Pessoa com Deficiência

O Plano Municipal do Turismo apresenta propostas que visam atender às necessidades de acessibilidade na cidade de Porto Velho.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Os recursos materiais são adequados

2011

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial

Apesar do avanço ao adquirir automóvel e equipamentos eletrônicos, além da estrutura física da Coordenadoria, o ano de 2011 teve prejuízos por terem ocorrido tais aquisições no curso do exercício.

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras

Apesar do avanço ao adquirir automóvel e equipamentos eletrônicos, além da estrutura física da Coordenadoria, o ano de 2011 teve prejuízos por terem ocorrido tais aquisições no curso do exercício.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial

A equipe da Coordenadoria ainda é insuficiente para o densenvolvimento das ações dos programas.

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras

Apesar da contratação dos primeiros Turismólogos do Município a equipe ainda é pequena considerando as várias demandas do programa.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Discussão em Conselho Setorial

A participação do Conselho Municipal de Turismo e Conselho Gestor de Turismo

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

As deliberações das ações.

2011

Reunião com grupos de interesse

Houve reuniões periódicas com o Grupo Gestor de Turismo durante todo o ano de 2011, com frequência que variou entre quinzenal a mensal.

Discussão em Conselho Setorial

Todas as iniciativas durante a execução do programa foram antecedidas por discussões em conselho.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Mecanismos adotados:

O feedback feito com o próprio Conselho que faz a avaliação da execução da ações.

2011

SIM

Mecanismos adotados:

Da mesma forma que o programa foi elaborado de forma participativa a execução também o foi, o que permitiu que a gerência do programa tivesse condições de avaliar a satisfação dos beneficiários.

4.5 Ações do Programa

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 035 - GESTÃO DO TURISMO
Gerente: JUN ALEX YAMAMOTO

AÇÃO: 199 - Promoção Turística

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Procura-se a cada bimestre, sempre que necessário, verificar o acompanhamento dos mecanismos adotados.

Relatórios de gestão
Para melhor acompanhamento são realizados alguns relatórios sobre as atividades realizadas e seus efeitos dentro de nossas atribuições. É certo que ainda é preciso melhorar o alcance e captação de informações.

2011

Reuniões de trabalho
Reuniões com o Grupo Gestor de turismo

Visitas in loco
Visitas aos espaços utilizados na divulgação

Sistemas informatizados
Inserção e gestão do Sistema SG65 do Ministério do Turismo

Relatórios de gestão

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Dentro das possibilidades e adequando aos recursos obtidos foram alcançados a meta.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Pormoção turística do destino nas cidades de Rio Branco (AC), São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ) e também em Porto Velho (RO).

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Levando-se em conta as expectativas os recursos ainda não foram o ideal, porém no momento suficientes para satisfação dos fins.

2011 Insuficientes
O liquidado em relação à dotação disponibilizada foi suficiente. Porém, os recursos destinados à promoção turística de Porto Velho é ínfima, além do fato de não se poder ordenar a própria despesa o que certamente facilitaria a execução de uma promoção mais adequada no que tange à qualidade e eficácia.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2011 O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada
O fato de não ordernar a despesa e depender de uma Assessoria Técnica que não atende às demandas com agilidade e eficiência prejudicou em parte a continuidade na execução.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)
Os recursos destinados à promoção turística de Porto Velho são insuficientes e há dificuldades para se obter recurso suplementares.

Atraso na liberação de recursos
Burocracia e deficiências setoriais provocam atrasos desnecessários.

Conflitos decorrentes de outras políticas setoriais
Mudanças como as ocorridas no Ministério do Turismo, inclusive contigenciamento orçamentário, dificultaram os avanços na promoção turísticas de Porto Velho.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:
Com a iniciativa privada representada pelo Convention Visitors Bureau. As dificuldades encontradas não comprometeram a execução das ações.

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 035 - GESTÃO DO TURISMO
Gerente: JUN ALEX YAMAMOTO

AÇÃO: 202 - Realização de Conferência Municipal de Turismo

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Bimestralmente com partilha de informações, necessidades e benefícios alcançados, podendo ainda ser aperfeiçoado com a criação de um contato mais intimo e interpessoal direcionado a toda a equipe gestora.

2011

Reuniões de trabalho
Reuniões com o Grupo Gestor de turismo

Visitas in loco
Visitas aos espaços utilizados na divulgação

Sistemas informatizados
Inserção e gestão do Sistema SG65 do Ministério do Turismo

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Meta atingida, porém sem movimentação de recursos orçamentários. Consegui-se alcançar o objetivo proposto, porém este poderia ainda ser melhorado com a obtenção de maior alcance e envolvimento da comunidade local por meio de material de propaganda e marketing divulgacional.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
A Conferência foi traduzida na produção e desenvolvimento do Plano Municipal de Turismo

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Principal produção: Plano Municipal do Turismo de Porto Velho

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Não utiliza recursos de origem orçamentária
Sem movimentação de recursos orçamentários

2011 Não foram liberados recursos
Os recursos já haviam sido garantidos no ano de 2010.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Meta atingida, porém sem movimentação de recursos orçamentários

2011 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:
Participação do Grupo Gestor do Turismo de Porto Velho e o Consórcio SBR.

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 035 - GESTÃO DO TURISMO
Gerente: JUN ALEX YAMAMOTO

AÇÃO: 381 - Apoio a implementação do Plano Municipal de Turísmo

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Não possui mecanismos.
Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: A maior dificuldade está inserida dentro do campo de apoio logístico, técnico e intersocial perante o público alvo.

2011

Reuniões de trabalho
Reuniões com o Grupo Gestor de turismo

Visitas in loco
Visitas aos equipamentos, infraestrutura e atrativos turísticos.

Sistemas informatizados
Inserção e gestão do Sistema SG65 do Ministério do Turismo

Relatórios de gestão
Relatórios apresentados aos parceiros e gerente.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Plano implementado, sem utilização de recursos orçamentários.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Toda a política municipal de Turismo em 2011 teve como base o Plano Municipal do Turismo de Porto Velho

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Desenvolvimento de Pacotes Turísticos, fortalecimento das entidades envolvidas com a atividade turística e o estabelecimento das diretrizes para o exercício de 2012.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Não utiliza recursos de origem orçamentária
Plano implementado, sem utilização de recursos orçamentários.

2011 Não utiliza recursos de origem orçamentária
Ação sem execução orçamentária. Recursos remanejados.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Plano implementado, sem utilização de recursos orçamentários.

2011 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Ação sem execução orçamentária. Recursos remanejados.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Inadequação e/ou inexistência de norma legal
O Plano Municipal do Turismo de Porto Velho ainda não foi transformado em Lei Complementar o que dificulta a execução do mesmo.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:
Entidades que compõem o Grupo Gestor do Turismo de Porto Velho

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 035 - GESTÃO DO TURISMO
Gerente: JUN ALEX YAMAMOTO

AÇÃO: 382 - Implantação e manutenção de sistema de informações das atividades turísticas

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Sempre que necessário, de forma a partilhar erros e acertos.

2011

Reuniões de trabalho
Reunião com a gerência do programa e com o Grupo Gestor do Turismo de Porto Velho

Visitas in loco
Equipamentos, infraestrutura e atrativos turísticos

Sistemas informatizados
Relatórios setoriais registrados em equipamento da Coordenadoria

Relatórios de gestão
Relatórios apresentados à Gerência.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Sem execução.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Há sistema de informações instalado suficiente para atender as demandas por informações atuais.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Não utiliza recursos de origem orçamentária
Sem execução.

2011 Não utiliza recursos de origem orçamentária
Ação sem execução orçamentária.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Sem execução.

2011 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Outros: Recursos humanos insuficientes para manter o sistema atualizado

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:
Grupo Gestor do Turismo de Porto Velho

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 043 - PORTO VELHO - CIDADE TURÍSTICA
Gerente: JUN ALEX YAMAMOTO

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Executar obras de infraestrutura turística no Município de Porto Velho.

Público-Alvo: População do Município
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: O programa visa recuperar direitos da cidadania, como o direito de viver em uma cidade que respeita o espaço urbano, o patrimônio histórico e a integridade da arquitetura das edificações, gerando uma qualidade de vida para a população residente, bem como tornar uma cidade mais agradável e bonita para o turista.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Número de obras de infraestrutura turística executada ao ano	Previsto	2	2	2	2
	Apurado	50	0		
	Relação % Apurado/Previsto	2.500,00	0,00		
	Relação % Apurado/Final	2.500,00	0,00		

2010:

2011: A Coordenadoria Municipal de Turismo é responsável pela coordenação de despesas de seu orçamento ordinário vinculado a SEMDESTUR, sendo que este valor não ultrapassa 180 mil reais ano, além de não ordenar (ter autonomia sobre seu próprio orçamento) as obras de Infaestrutura mesmo aquelas que tem interesse/apelo turístico são executadas, planejadas e fiscalizadas pela SEMPRE.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Não apurada
.

2011 Pouco satisfeito
As expectativas não foram atendidas.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Não há inadequação na concepção do programa

2011

Outros: Autonomia
Por tratar-se de matéria multi setorial, a autonomia oferecida à Coordenadoria de Turismo não é suficiente para que se alcance a eficácia.

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Raça
Pessoa com Deficiência
Gênero
Criança e Juventude

2011

Pessoa com Deficiência
Acessibilidade
Criança e Juventude
Espaços de lazer e recreação

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 043 - PORTO VELHO - CIDADE TURÍSTICA
Gerente: JUN ALEX YAMAMOTO

Os recursos materiais são adequados

2011

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Inexiste autonomia orçamentária para execução
Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Inexiste autonomia orçamentária para execução

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Os recursos humanos são adequados

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Há demanda por um número maior de pessoas para execução de obras em infraestrutura

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Discussão em Conselho Setorial
O Conselho Municipal de Turismo participa nas deliberações das ações do programa
Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Deliberação sobre as ações, atividades e captação de recursos.

2011

Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Reunião com grupos de interesse
São identificadas as necessidades por infraestrutura a partir da participação efetiva do Grupo gestor do turismo de Porto Velho composto por várias entidades que representam a comunidade local.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM
Mecanismos adotados:
A avaliação é sistemica.

2011

NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 099 - Implantação da Casa do Turismo

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Não possui mecanismos.
Reuniões de trabalho

2011

Reuniões de trabalho
Com a Gerência do programa e a equipe da Coordenadoria.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Ação sem execução orçamentária.

2011 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Não houve a possiblidade de execução da ação, pois a casa do Turismo está projetada no pátio da EFMM (segunda fase da obra) e a mesma teve início no mês de dezembro de 2011 sob a responsabilidae do consórcio Santo Antonio Energia condicionada ao TR junto ao IPHAN

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Não utiliza recursos de origem orçamentária
Ação sem execução orçamentária.

2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 043 - PORTO VELHO - CIDADE TURÍSTICA
Gerente: JUN ALEX YAMAMOTO

2010 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Ação sem execução orçamentária.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Alto
Fonte de recursos Santo Antonio Energia condicionados ao IPHAN

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Outros: Entraves no Processo
A obra está associada à segunda etapa de revitalização da EFMM iniciada apenas no mês de dezembro de 2011

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:
Financiamento Santo Antonio EnergiaCondicionante IPHANCessionário Prefeitura de Porto Velho

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 043 - PORTO VELHO - CIDADE TURÍSTICA
Gerente: JUN ALEX YAMAMOTO

AÇÃO: 224 - Revitalização de Centros Históricos em Áreas de Interesse Cultural e Turístico

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Reuniões periodicas de trablho para avaliar as ações

2011

Reuniões de trabalho
Reuniões com a gerência do programa

Visitas in loco
Visitas ao centro histórico de Porto Velho

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Revitalização parcial do Centro Histórico.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Ações foram realizadas no sentido de revitalizar o espaço do complexo da EFMM durante o ano de 2011.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Revitalização dos 02 Galpões da EFMM, revitalização do Pátio Central, construção do Deque de madeira, reforma da Estação de Passageiros, concha acústica na EFMM.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes
O recurso destinado a ação foi suficiente para a sua execução, embora não tenha ocorrido a liquidação. O empenhamento foi parcial.

2011 Insuficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Contingenciamento orçamentário

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 043 - PORTO VELHO - CIDADE TURÍSTICA
Gerente: JUN ALEX YAMAMOTO

AÇÃO: 267 - Execução de Obras de Infra-estrutura Turística

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Reuniões pericodica de trablho

2011

Reuniões de trabalho
Reuniões com a gerência do programa

Visitas in loco
Visitas às obras em execução, ainda que executadas por outros entes do município.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Foi cumprido o programado com a entrega da obra da EFMM / MERCADO CULTURAL.

2011 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
A Coordenadoria de Turismo não dispõe de orçamento para executar esta ação.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Os recursos previstos na dotação orçamentária para obra de infraestrutura não foram suficientes em função da grande demanda de se implementar obra de importância turística para o municipio.

2011 Não foram liberados recursos

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)

Contingenciamento orçamentário
O contingenciamento orçamentário ocorrido no Ministério do Turismo no ano de 2011 não permitiu que a Coordenadoria acessasse recursos necessários para execução de obras.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 043 - PORTO VELHO - CIDADE TURÍSTICA
Gerente: JUN ALEX YAMAMOTO

AÇÃO: 385 - Revitalização do Complexo da Estrada de Ferro Madeira Mamoré - E.F.M.M

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho

2011

Reuniões de trabalho

Reuniões com o Grupo Gestor, com a gerência do programa e outros entes da gestão municipal

Visitas in loco

Presença constante no complexo durante o ano de 2011 com a instalação do CAT

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

Sem execução orçamentária.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Acompanhamento das ações desenvolvidas pela prefeitura de Porto Velho, contribuindo com o monitoramento do espaço, com os serviços de informações a partir do Centro de Atendimento ao Turista (CAT) e participação em eventos realizados.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Não utiliza recursos de origem orçamentária

Sem execução orçamentária.

2011 Não utiliza recursos de origem orçamentária

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária

Sem execução orçamentária.

2011 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 043 - PORTO VELHO - CIDADE TURÍSTICA
Gerente: JUN ALEX YAMAMOTO

AÇÃO: 387 - Implantação de Projetos de Sinalização Turística

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Reuniões periodica de trabalho

2011

Visitas in loco
Identificação dos equipamentos, infraestrutura e atrativos turísticos a serem sinalizados.

Reuniões de trabalho
Reuniões com a gerência do programa, com técnicos da SEMTRAM, com o Grupo Gestor do turismo de Porto Velho

Sistemas informatizados
Sistematização dos dados contidos no Plano Municipal do Turismo de Porto velho referentes aos atrativos, equipamentos e infraestrutura a serem sinalizados.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Sem execução orçamentária.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Apesar de não ter participado com orçamento na instalação da sinalização turística a Coordenadoria de turismo considera a ação concluída a partir da avaliação do projeto executado pela SEMTRAM

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Não utiliza recursos de origem orçamentária
Sem execução orçamentária.

2011 Não utiliza recursos de origem orçamentária

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Sem execução orçamentária.

2011 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 074 - SISTEMA PÚBLICO DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA
Gerente: ERNELI PINHEIRO MELO

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Diminuir desemprego e subemprego dos trabalhadores de Porto Velho por meios de atendimentos realizados via ações do sitema público de trabalho emprego e renda.

Público-Alvo: Munícipe desempregado, em subemprego, preferencialmente inscrito no CADUNICO e em situação de risco
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: O programa justifica-se com base na mudança sócio-econômico que vem ocorrendo no Município de Porto de Velho, principalmente devido a alteração do perfil das demandas de emprego, e a grande alteração na vocação econômica das comunidades e consequentemente na condição pessoal do munícipe em enfrentar essa nova realidade. A qualificação profissional busca diminuir essa desigualdade e orientar a formação do qualificando e possibilitando-o a pleitear uma vaga no mercado.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de atendimentos realizados pelo posto do Sistema Nacional de Emprego e Renda - SINE em Porto Velho	Previsto	7,10	7,30	7,50	7,70
	Apurado	600	8,70		
	Relação % Apurado/Previsto	8.450,70	119,18		
	Relação % Apurado/Final	7.792,21	112,99		

2010:

2011:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Alcançado o esperado em função da estrategia adotada.

2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Com a ampliação do posto de atendimento do SINE e a parceria com as Secretarias de Ação Social, Coord. Mulheres e Casa da Juventude, possibilitou o atendimento do público alvo do previsto no programa.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
2011 Satisfeito
Com a ampliação do posto de atendimento do SINE e a parceria com as Secretarias de Ação Social, Coord. Mulheres e Casa da Juventude, possibilitou o atendimento do público alvo do previsto no programa.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Caracterização do público-alvo
Não há inadequação na concepção do programa

2011

Composição das fontes de financiamento
Precisa-se incluir a contra partida social dos empreendimentos das Usinas do Madeira para melhor avaliação e resultados do programa.

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Raça
Gênero

2011

Pessoa com Deficiência
Melhor atendimento a esse público, através de guichê, senhas, acesso (infra estrutura) prioritários.

Criança e Juventude
Programas voltados a atender esse público, através de cursos de qualificação (Eu Quero).

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 074 - SISTEMA PÚBLICO DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA
Gerente: ERNELI PINHEIRO MELO

Os recursos materiais são adequados

2011

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
É preciso um maior numero de pessoas para trabalhar com a intermediação de mão de obra.

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Necessidade de número maior de servidores capacitados.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Discussão em Conselho Setorial
O Conselho Municipal do Trabalho é que define as demandas e o público prioritario a ser atendido

Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Definição de público, estategia de participação das empresa, etc

2011

Reunião com grupos de interesse
Reunião mensal com equipe de trabalho e grupos envolvidos.

Discussão em Conselho Setorial
Reuniões periódicas com conselho.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Mecanismos adotados:
São emitidos pelo sistema SIGAE relatorios de empregabilidade que são armazenados no Ministério do Trabalho e Emprego.

2011

SIM

Mecanismos adotados:
Através de questionário e pelo Portal Mais Emprego.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 069 - Construção, Ampliação e Reforma de Bens Imóveis

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho

2011

Reuniões de trabalho
Reuniões quinzenais com equipe.

Relatórios de gestão
SIAPEG/MAIS EMPREGO

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Sem execução orçamentária.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Tendo em vista a mudança, reforma e ampliação do SINE, ocorreu dentro do previsto.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Reforma e Ampliação do Sine Municipal; aumento do número de pessoas atendidas em 25%; atendimento harmonizado, qualificado e específico.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Não utiliza recursos de origem orçamentária
Sem execução orçamentária.

2011 Insuficientes
O Convênio foi executado na sua totalidade, sendo a contra partida insuficiente.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 074 - SISTEMA PÚBLICO DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA
Gerente: ERNELI PINHEIRO MELO

2010 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Sem execução orçamentária.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Contingenciamento orçamentário
Pouco recurso financeiro para ação.

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade administrativa.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:
Empreendimento das Usinas do Madeira e empresas privadas (ESBR/SAE).

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 074 - SISTEMA PÚBLICO DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA
Gerente: ERNELI PINHEIRO MELO

AÇÃO: 140 - Intermediação de Mão-de-Obra

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Reuniões periodicas de trabalho.

2011

Reuniões de trabalho
Reuniões quizenais com equipe.

Sistemas informatizados
SIAPEG/MAIS EMPREGO.

Relatórios de gestão
SIAPEG/MAIS EMPREGO.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
No decorrer do ano realizaram-se várias ações que possibilitaram o cumprimento da meta anual. Contato com varias empresas para oferecimento de vagas de emprego, colocação de pessoas no posto de trabalho

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Com aumento da oferta de trabalho, oriundos das usinas e empresas, o indice da meta foi acima do previsto dos trabalhadores encaminhados ao trabalho.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Intermediação de Mão de Obra; inserção de trabalhadores no mercado de trabalho; aumento de 280% do atendimento.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Parte dos recursos foram remanejados.A dotação orçamentária. Em função da grande necessidade de se ampliar as ações de intermediação de mão de obra no municipio, a dotação orçamentária ficou substimada.

2011 Insuficientes
Recurso de Convênio utilizado na sua totalidade, necessitando de contra partida da PMPV maior para execução do serviço.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Contingenciamento orçamentário
Pouco recurso destinado para execução dessa finalidade.

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade no trâmite administrativo.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:
ESBR/SAE.

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 074 - SISTEMA PÚBLICO DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA
Gerente: ERNELI PINHEIRO MELO

AÇÃO: 268 - Capacitação e Qualificação Profissional do Sistema Público de Emprego e Renda

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho

2011

Reuniões de trabalho

Reunião mensal com equipe de trabalho.

Sistemas informatizados

Portal mais emprego/Portal Granulito (MTE)/ SIAPEG/.

Relatórios de gestão

SIAPEG.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

Sem execução orçamentária.

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

Ocorreu acima do previsto, haja visto a realização de Programas como o PLANTEQ/EJA REITEGRAR/ EU QUERO que qualificou 1.775 pessoas.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Capacitação e Qualificação Profissional; 1.775 pessoas qualificadas em 2011.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Não utiliza recursos de origem orçamentária

Sem execução orçamentária.

2011 Insuficientes

O Convênio foi realizado em sua totalizade, faltando maior repasse orçamentário pela PMPV.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária

Sem execução orçamentária.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

Todos os srecursos são de origem orçamentarios, exeto quando há a participação de alguma empresa na execução de alguma atividade.

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Contingenciamento orçamentário

Pouco recurso orçamentário destinado à execução da ação.

Dificuldades em licitações e celebração de contratos

Morosidade administrativa.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Hotel Vila Rica/ Hotel Iara/ Porto Velho Shopping/ Lojas Gazin/ ENESA/Camargo Correa/ BS Construtira.

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 074 - SISTEMA PÚBLICO DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA
Gerente: ERNELI PINHEIRO MELO

AÇÃO: 383 - Intermediação do seguro desemprego

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Não possui mecanismos.

2011

Reuniões de trabalho

Reuniões mensais com equipe de trabalho.

Sistemas informatizados

Portal Mais Emprego/SIAPEG

Relatórios de gestão

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

Ação sem execução orçamentária. Recursos remanejados.

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

Devido a reforma do posto de atendimento, a meta prevista foi acima do previsto, tendo em vista a quantidade de pessoas que procuram o SINE; 2000 pessoas atendidas por mês.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Reforma e Amplicação do SINE Municipal; aquisição de equipamentos.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Não utiliza recursos de origem orçamentária

Ação sem execução orçamentária. Recursos remanejados.

2011 Insuficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária

Ação sem execução orçamentária. Recursos remanejados.

2011 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Médio

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Realocação do crédito setorial de um programa para outro

Recursos remanejados.

2011

Contingenciamento orçamentário

Falta maior repasse de recursos para essa finalidade por parte da origem orçamentária.

Dificuldades em licitações e celebração de contratos

Morosidade administrativa.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

ENESA/CAmargo Correa/SAE.

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 074 - SISTEMA PÚBLICO DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA
Gerente: ERNELI PINHEIRO MELO

AÇÃO: 384 - Realização de seminário de trabalho emprego e renda

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho

2011

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Ação sem execução orçamentária. Recursos remanejados.

2011 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Ação sem execução orçamentária.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Não utiliza recursos de origem orçamentária
Ação sem execução orçamentária. Recursos remanejados.

2011 Não utiliza recursos de origem orçamentária

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Ação sem execução orçamentária. Recursos remanejados.

2011 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Ação sem execução orçamentária. Recursos remanejados.

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 074 - SISTEMA PÚBLICO DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA
Gerente: ERNELI PINHEIRO MELO

AÇÃO: 386 - Implantação e manutenção do sistema de informações sobre o trabalho, emprego e renda

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Relatórios de gestão
Relatorio do SIGAE

2011

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Ação sem execução orçamentária. Recursos remanejados.

2011 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Ação sem execução orçamentária.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Não utiliza recursos de origem orçamentária
Ação sem execução orçamentária. Recursos remanejados.

2011 Não utiliza recursos de origem orçamentária
Ação sem execução orçamentária.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Ação sem execução orçamentária. Recursos remanejados.

2011 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Ação sem execução orçamentária. Recursos remanejados.

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 106 - APOIO AOS MICRO E PEQUENOS EMPREENDEDORES
Gerente: SERGIO GILBERTO BARICHELLO

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Regularizar os empreendedores do comércio informal.

Público-Alvo: Micro e Pequenos empreendedores informais
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: Necessidade de criação de oportunidades para legalização dos empreendimentos que trabalham na informalidade, com incentivos e ofertas de locais apropriados para exercerem suas atividades e ofertarem seus produtos com dignidade e aumentando a arrecadação do Município.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Número de empreendedores do comércio informal regularizados por ano	Previsto	300	200	100	50
	Apurado		234		
	Relação % Apurado/Previsto		117,00		
	Relação % Apurado/Final		468,00		

2010:

2011: Considerando o apoio aos micro, pequenos empreendedores atendidos dentros dos espaços públicos (Permissionários).

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto

2011 Alcance acima de 100% do previsto

As ações superaram a meta, tendo em vista que a Procuradoria Geral do Município deu o retorno dos processos emmenor espaço de tempo que em anos anteriores.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito

As ações do progrma foram suficientes para atende os usuários.

2011 Muito satisfeito

Uma vez que os beneficiários conseguiram se regularizar junto a Prefeitura, tornando suas ações legais.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Definição dos indicadores

Os indicadores, ainda em desenvolvimento, serão estabelecidos na continuidade do programa.

2011

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Raça
Pessoa com Deficiência
Gênero
Criança e Juventude

2011

Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Os recursos materiais são adequados

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 106 - APOIO AOS MICRO E PEQUENOS EMPREENDEDORES
Gerente: SERGIO GILBERTO BARICHELLO

2011

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial

A falta de conhecimento pela equie gestora anterior em não planejar asações para 2011, dificultaram a realição de 50% de nossas ações.

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras

Com a falta de planejamento adequado faltou recursos financeiros paraa realização dos investimentos necessários.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Outros: Associações de setorres organizados

As associações dos setores organizados participam efetivamente das ações.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

A participação se dá na organização das ações e em seu desenvolvimento.

2011

Não possui mecanismos.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

2011

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 378 - Gestão de Uso dos Espaços Públicos

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho

2011

Relatórios de gestão

Enviados pelos administradores dos mercados.

Reuniões de trabalho

Reuniões realizadas semanalmente.

Visitas in loco

Realizadas mensalmente.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Observe-se que de acordo com o Decreto 11.623 de 16/04/2010 os Espaços Públicos sob responsabilidade desta SEMDESTUR são de 24 espaços e não 550 conforme a mesta prevista estipulada acima.O Cumprimento da Meta ocorreu dentro do previsto, devido a alocação, gerenciamento e intervenções pertinentes a ação, alcançando os 21 espaços sob gerencia desta Coordenadoria.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Manutenção corretiva de reparos, pinturas, instalações elétricas, sanitárias, em convênio com a EMDUR, nos seguintes espaços: Shopping Popular Rio Madeira, Mercado Central, Mercado Km1, Mercado Pedacinho de Chão, Mercado do Pescado, Mercado Cultural, Praça Aluízio Ferreira, Centro Gastronômico do Porto, Praça Skate Park e Praça Marechal Rondon

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes

O recurso orçamentário se tornou insulficiente em função da demanda dos espaços

2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada

Mesmo com a demora na liberação dos recursos a ação não foi prejudicada.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 106 - APOIO AOS MICRO E PEQUENOS EMPREENDEDORES
Gerente: SERGIO GILBERTO BARICHELLO

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)
A maioria das ações teve que ser aditivada.

Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Por várias vezes foram realizadas transferências de uma rúbrica para outra.

Contingenciamento orçamentário
Abaixo do necessário

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 106 - APOIO AOS MICRO E PEQUENOS EMPREENDEDORES
Gerente: SERGIO GILBERTO BARICHELLO

AÇÃO: 379 - Execução de Obras de Infraestrutura para o Comércio Popular.

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho

2011

Reuniões de trabalho
Reuniões mensais com Equipe de Trabalho.

Visitas in loco
Visitas aos espaços com Fiscais.

Relatórios de gestão
Relatório mensal dos Administradores.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Sem execução orçamentária.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Obras realizadas através do Convênio 062/PGM/2011.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Intervenção nos seguintes espaços: Mercados: Central, Km1, Pedacinho de Chão, Pescado, Cultural; Centro Gastronômico do Porto e Praças Skat Park e Marechal Rondon.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Não utiliza recursos de origem orçamentária
Recursos remanejados. Sem execução orçamentária.

2011 Insuficientes
Ação sem execução orçamentária.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Sem execução orçamentária.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Recursos remanejados.

2011

Contingenciamento orçamentário
Em função da transferencia da ação para a SEMDESTUR, não foram alocados os recursos necessários da ação como um todo.

Dificuldades de celebração de convênios na gerência
Por questões orçamentárias.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 106 - APOIO AOS MICRO E PEQUENOS EMPREENDEDORES
Gerente: SERGIO GILBERTO BARICHELLO

AÇÃO: 380 - Apoio ao Shopping Popular Rio Madeira.

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho

2011

Reuniões de trabalho
Semanal

Visitas in loco
semanal

Relatórios de gestão
Mensal

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
As ações atenderam com suficiencia as necessidades do programa.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Foram realizados reparos nas instalações, tais como, pintura, troca de telhas e sistema elétrico.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

2011 Insuficientes
Recursos remanejados. A secretaria teve que solicitar ao Gabinete do Prefeito um investimento de reparos no shopping.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2011 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 118 - QUALIFICAÇÃO SOCIAL
Gerente: SILMARA APARECIDA FERREIRA CARVALHO

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Aumentar o número de pessoas qualificadas profissionalmente no Município de Porto Velho.

Público-Alvo: Munícipe desempregado, em subemprego, preferencialmente inscrito no CADUNICO e em situação de risco.
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: A mudança socioeconômica que vem ocorrendo no Município de Porto Velho, principalmente em decorrência da alteração do perfil das demandas de emprego, a grande alteração na vocação econômica das comunidades e consequentemente na condição pessoal do munícipe em enfrentar essa nova realidade. A qualificação profissional busca diminuir essa desigualdade e orientar a formação do qualificando e possibilitando-o pleitear uma vaga no mercado.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de pessoas qualificadas ao ano em relação a população do Município	Previsto	1,40	1,50	1,50	1,80
	Apurado		5,60		
	Relação % Apurado/Previsto		373,33		
	Relação % Apurado/Final		311,11		

2010:

2011: O índice foi acimado previsto, haja visto a realização de Programas como o PLANTEQ/EJA REITEGRAR/ EU QUERO que qualificou ao longo de 2011 1.775 pessoas.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance abaixo de 40% do previsto
Ação não realizada. Não foram liberados os recursos de convênios.

2011 Alcance acima de 100% do previsto
Devido a realização de Programas como PLANTEQ/EJA REITEGRAR/ EU QUERO teve-se um maior número de cobertura do público alvo.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Não apurada
2011 Satisfeito
Com a realização dos programas PLANTEQ/EJA REITEGRAR/ EU QUERO, obteve-se a inserção de 20% de pessoas qualificadas no mercado de trabalho.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010
Não há inadequação na concepção do programa
2011
Composição das fontes de financiamento
Precisa-se incluir a contra partida social dos empreendimentos das Usinas do Madeira para melhor avaliação e resultados do programa.

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010
Não contempla
2011
Criança e Juventude
Através do programas EJA REINTEGRAR QUALIFICANDO JOVENS.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010
Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial
2011
Os recursos materiais são adequados

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 118 - QUALIFICAÇÃO SOCIAL
Gerente: SILMARA APARECIDA FERREIRA CARVALHO

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial

2011

Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Não possui mecanismos.

2011

Reunião com grupos de interesse
Reuniões mensais com equipe do programa.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

2011

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 051 - Qualificação profissional, social e certificação

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Não possui mecanismos.

2011

Reuniões de trabalho
Reuniões mensais com equipe de trabalho.

Sistemas informatizados
Portal Granulito (MTE)/SIAPEG

Relatórios de gestão
SIAPEG/SIMPLAG

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Ação não realizada. Não foram liberados os recursos de convênios.

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Observe-se que a meta prevista era de 480 e não 4800 como especificado no planejamento. A meta ocorreu acima do esperado, devido a realização de Programas e incentivos como: Eu Quero/EJA Reitegrar/ Planteq.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Pessoas Qualificadas e Certificadas; atendimento de 1775 pessoas ao longo de 2011.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Não utiliza recursos de origem orçamentária
Ação não realizada. Não foram liberados os recursos de convênios. Recursos remanejados.

2011 Suficientes
Ocorreu conforme o repasse do convênio na sua totalidade, porém falta mais recursos orçamentários por parte da Executora.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Não foram liberados os recursos de convênios. Recursos remanejados.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 118 - QUALIFICAÇÃO SOCIAL
Gerente: SILMARA APARECIDA FERREIRA CARVALHO

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Não foram liberados os recursos de convênios. Recursos remanejados.

2011

Contingenciamento orçamentário
Falta maior repasse de recurso pela executora do programa.

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade administrativa.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:
Hotel Vila Rica/ Hotel Iara/Lojas Gazin/ Porto Velho Shopping.

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.31 - FUNDO PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE PORTO VELHO
Programa: 035 - GESTÃO DO TURISMO
Gerente: JUN ALEX YAMAMOTO

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Fomentar o turismo local, aumentando o fluxo de turistas de negócios e lazer no Município de Porto Velho.

Público-Alvo: Gestores públicos municipais, estaduais, federais, trade turístico e demais integrantes da iniciativa privada, comunidade local
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: O Fundo Municipal de Desenvolvimento do Turismo regulado deliberado pelo conselho municipal de turismo segundo lei ordinária nº 1634 de 21/11/2005, tem como foco o fomento de ações voltadas ao desenvolvimento do turismo. É neste contexto que o programa de gestão do turismo sustenta-se quanto a sua existência, articulando ações que possibilitem melhor apoiar o desenvolvimento do turismo em Porto Velho.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de aumento de Número de projetos turísticos apoiados pelo Fundo Municipal para o desenvolvimento do turismo	Previsto	100	100	50	50
	Apurado		90		
	Relação % Apurado/Previsto		90,00		
	Relação % Apurado/Final		180,00		

2010:

2011:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance abaixo de 40% do previsto

2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto

Alcançado através da realização de Convênio Rondônia Convention & Visitors Bureau, para participação em feiras regionais, nacionais e internacionais (realizadas dentro do território nacional).

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2011 Satisfeito

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Não há inadequação na concepção do programa

2011

Dimensionamento do público-alvo

Considerar também a possibildiade de participação em feiras internacionais realizadas fora do território nacional, considerando o potencial mercado andino (abertura da Transoceânica).

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Raça
Gênero

2011

Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Os recursos materiais são adequados

2011

Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Os recursos humanos são adequados

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.31 - FUNDO PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE PORTO VELHO
Programa: 035 - GESTÃO DO TURISMO
Gerente: JUN ALEX YAMAMOTO

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Há uma necessidade de reforço nas equipe de Promoção Turística.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Discussão em Conselho Setorial
Conselho Municipal de Turismo

2011

Reunião com grupos de interesse
Todas as ações passam pela análise e aprovação do Grupo Gestor de Turismo.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

2011

NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Não há mecanismo para tal avaliação.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 199 - Promoção Turística

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Relatórios de gestão

2011

Participação em feiras e eventos

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Ação sem execução orçamentária. Recursos remanejados para outra ação.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Participação em evento regional (EXPOACRE) e em evento nacional (Salão do Turismo - parceria com Governo do Estado) realizados em outra ação.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Não utiliza recursos de origem orçamentária
Ação sem execução orçamentária. Recursos remanejados para outra ação.

2011 Insuficientes
Recursos remanejados. Suficientes para o primeiro ano, entretanto o Fundo Municipal de Turismo deve ser ampliado, visando a profissionalização da promoção turística do destino.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Ação sem execução orçamentária. Recursos remanejados para outra ação.

2011 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Recursos remanejados.Eventos realizados em outra ação.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Médio
Convênio com associação representativa da iniciativa privada.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Recursos remanejados para outra ação.

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.31 - FUNDO PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE PORTO VELHO
Programa: 035 - GESTÃO DO TURISMO
Gerente: JUN ALEX YAMAMOTO

2011

Atraso na liberação de recursos
É necessário ordenar sua própria despesa.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:
Convênio com associação representativa da iniciativa privada - trade turístico.

Órgão Responsável: 18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO - SEMUR
Unidade Orçamentária: 18.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: MARIA JACINTA BARBOSA DE OLIVEIRA

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Público-Alvo:
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: .

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
-	Previsto				
	Apurado				
	Relação % Apurado/Previsto				
	Relação % Apurado/Final				

2010:

2011:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Unidade mantida dentro do planejado.

2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
Melhorias nas condições de trabalho, com aquisição de mobiliário e equipamentos.

2011 Satisfeito
Melhoria nas condições de trabalho, com aquisição de mobiliário, equipamentos e veículos.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010
Não há inadequação na concepção do programa

2011
Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010
Não contempla

2011
Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010
Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Necessário a aquisição de equipamentos específicos para o desenvlvimento de atividades alusivas a Regularização Fundiária, bem como, aquisição de veículos, mobiliários e outros.

2011
Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Necessário a aquisição de equipamentos específicos para o desenvolvimento de atividades alusivas a regularização fundiária, bem como, aquisição de veículos, mobiliários e outros bens pertinentes.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

Órgão Responsável: 18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO - SEMUR
Unidade Orçamentária: 18.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: MARIA JACINTA BARBOSA DE OLIVEIRA

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Falta profissionais para desempenho de funções específicas, tais como: motorista, topógrafo, cadista, engenheiro, arquiteto, técnicos sociais e auxiliar administrativo.

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Falta profissionais para desempenho de funções específicas, tais como: motorista, topógrafo, cadista, engenheiro, arquiteto, tecnicos sociais, auxiliar de serviços gerais e auxiliar administrativo.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Consulta Pública
Atendimento individual aos usuários de programas pertinentes, através do sistema de protocolo com aberturas de processos.

Reunião com grupos de interesse
Através de capacitações internas aos profissionais que atuam em contato direto e indireto com os usuários dos serviços da SEMUR.

2011

Reunião com grupos de interesse
Através de capacitações internas aos profissionais que atuam em contato direto e indireto com os usuários dos serviços da SEMUR.

Consulta Pública
Atendimento individual aos usuários de programas pertinentes através do sistema de protocolo com abertura de processos.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Mecanismos adotados:
Através de reuniões mensais com os chefes de setores para fins de aprimoramento.

2011

SIM

Mecanismos adotados:
Através de reuniões mensais com os chefes de setores para fins de aprimoramento.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 001 - Administração da Unidade

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Realizadas periodicamente com os chefes de setores.

Visitas in loco
Supervisão dos trabalhos desenvolvidos com acompanhamento direto dos responsáveis pelo setor.

Relatórios de gestão
Relatórios de execução de atividades e metas a cada 6 meses.

2011

Reuniões de trabalho
Realizadas periodicamente com os chefes de setores.

Relatórios de gestão
Relatórios de execução de atividades e metas a cada 6 meses.

Visitas in loco
Supervisão dos trabalhos desenvolvidos com acompanhamento direto dos responsáveis pelo setor.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Atendimento satisfatório dos programas finalísticos da SEMUR.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Atendimento satisfatório dos programas finalísticos da SEMUR.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Manutenção da unidade (centrais de ar, viatura, extintores, equipamentos e portas); serviços de desinsetização e desratização; serviços de manutenção da parte elétrica e hidraúlica; aquisição de mobiliário; aquisição de equipamentos de informática; aquisição de equiamentos de topografia; aquisição de veículos automotores.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

Órgão Responsável: 18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO - SEMUR
Unidade Orçamentária: 18.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: MARIA JACINTA BARBOSA DE OLIVEIRA

2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
A liberação se deu de acordo com o programado.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO - SEMUR
Unidade Orçamentária: 18.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: MARIA JACINTA BARBOSA DE OLIVEIRA

AÇÃO: 050 - Capacitação de Servidores Públicos Municipais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Transmissão do conhecimento adquirido aos demais servidores.

Outros:
Apresentação junto a Chefia de RH e imediata do Certificado de Participação e/ou Conclusão do Curso.

2011

Reuniões de trabalho
Transmissão do conhecimento adquirido aos demais servidores.

Outros: Certificados
Apresentação junto a Chefia de RH e Imediata do Certificado de Participação e/o Conclusão de Curso.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
Meta atingida abaixo do planejado.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Meta atingida dentro do planejado.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Pagamento de taxas de inscrição para curso, diárias, passagens aéreas.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Recursos orçamentário execultados dentro do previsto.

2011 Suficientes
Recursos Orçamentários executados dentro do previsto.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
A liberação se deu de acordo com o programado.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO - SEMUR
Unidade Orçamentária: 18.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: MARIA JACINTA BARBOSA DE OLIVEIRA

AÇÃO: 217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Sistemas informatizados
Acompanhamento da folha de pagamento de pessoal.

2011

Sistemas informatizados
Acompanhamento da folha de pagamento de pessoal.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Aumento do quadro funcional da Secretaria.

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Aumento do quadro funcional da Secretaria.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Pagamento de pessoal civil e encargos sociais.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Recursos suficientes para cobertura total da despesa.

2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Recursos liberados conforme o planejado.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO - SEMUR
Unidade Orçamentária: 18.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO
Programa: 042 - MORAR MELHOR
Gerente: Doralice da Conceição Lima

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Promover o acesso à moradia para as famílias com diversos níveis de renda, com ênfase à população mais carente e de baixa renda.

Público-Alvo: Famílias com renda de 6 salários mínimos; população de baixa renda
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: As famílias de baixa renda são as que mais sofrem com a falta de moradia digna, ocupando habitações precárias onde coabitam mais de uma família. Essas moradias muitas das vezes, são edificadas em áreas impróprias para habitação, colocando em risco a integridade de seus ocupantes. Assim as ações que compõem o programa visam minimizar a carência por habitações no Município de Porto Velho, oportunizando o acesso a moradia a essa parcela da população.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Percentual de famílias atendidas nos Programas Habitacionais da SEMUR	Previsto	39,10	51,37	63,63	75,90
	Apurado	14,77			
	Relação % Apurado/Previsto	37,77			
	Relação % Apurado/Final	19,46			

2010:

2011: 2.197 famílias atendidas nos Programas Habitacionais da SEMUR.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Foram atendidas através do Projeto Lotes Urbanizados, Projeto Veredas e Projeto Santa Bárbara.

2011 Alcance entre 40% a 80% do previsto
Não foram concluidos todos os projetos de unidades habitacionais previstas, sendo executado apenas o projeto Candelária.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Muito satisfeito
Constatado através de reuniões junto a comuidade.

2011 Satisfeito
Constatada através de reuniões junto a comunidade.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Não há inadequação na concepção do programa

2011

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Raça
São trabalhados nas oficinas participativas realizadas com os beneficiários.

Pessoa com Deficiência
São trabalhados nas oficinas participativas realizadas com os beneficiários.

Gênero
São trabalhados nas oficinas participativas realizadas com os beneficiários.

Criança e Juventude
São trabalhados nas oficinas participativas realizadas com os beneficiários.

Órgão Responsável: 18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO - SEMUR
Unidade Orçamentária: 18.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO
Programa: 042 - MORAR MELHOR
Gerente: Doralice da Conceição Lima

2011

Raça
São trabalhados nas oficinas participativas realizadas com os beneficiários.

Pessoa com Deficiência
São trabalhados nas oficinas participativas realizadas com os beneficiários.

Gênero
São trabalhados nas oficinas participativas realizadas com os beneficiários.

Criança e Juventude
São trabalhados nas oficinas participativas realizadas com os beneficiários.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2011

Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2011

Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2011

Reunião com grupos de interesse
Integrar a comunidade beneficiária, incentivando a participação ativa de todas as etapas do projeto.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Mecanismos adotados:
São aplicados questionários de avalição junto aos beneficiários nas oficinas e reuniões.

2011

SIM

Mecanismos adotados:
São aplicados questionários de avaliação junto aos beneficiários nas oficinas e reuniões.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 046 - Campanha de Prevenção e Redução de Riscos

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Não possui mecanismos.

2011

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Ação não executada

2011 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Ação não executada orçamentariamente. Os recursos foram remanejados.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Não utiliza recursos de origem orçamentária
Recursos remanejados.

2011 Não foram liberados recursos
Os recursos foram remanejados.

Órgão Responsável: 18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO - SEMUR
Unidade Orçamentária: 18.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO
Programa: 042 - MORAR MELHOR
Gerente: Doralice da Conceição Lima

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Redução do recurso.

2011 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
Os recursos foram remanejados.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Redução total do crédito orçamentário.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO - SEMUR
Unidade Orçamentária: 18.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO
Programa: 042 - MORAR MELHOR
Gerente: Doralice da Conceição Lima

AÇÃO: 097 - Gestão e Administração do Programa

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Reuniões realizadas com equipe técnica e gerencial.

2011

Reuniões de trabalho
Reuniões realizadas com equipe técnica e gerencial.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Programa mantido conforme o planejado.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de material de consumo diversos; material de distribuição gratuita; produção de material gráfico e informativo; aquisição de equipamentos de informática.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Liberação de recurso se deu conforme o programado.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO - SEMUR
Unidade Orçamentária: 18.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO
Programa: 042 - MORAR MELHOR
Gerente: Doralice da Conceição Lima

AÇÃO: 192 - Produção de Lotes Urbanizados

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Reuniões realizadas com as famílias beneficiadas.

Visitas in loco
Visitas técnicas realizadas pela equipe social da SEMUR.

Outros: Autorização de ocupação.
Entrega de Lote para famílias com renda até 3 sálarios mínimos.

2011

Reuniões de trabalho
Reuniões realizadas com as famílias beneficiadas.

Visitas in loco
Visitas técnicas realizadas pela equipe social da SEMUR

Outros: Autorização de Ocupação
Entrega de lote para família com renda até 3 salários mínimos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Não realizou-se a contento a meta prevista, ficou muito abaixo.

2011 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Ação orçamentariamente não realizada. Recursos remanejados.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

2011 Não foram liberados recursos
Ação orçamentariamente não realizada. Recursos remanejados.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Recursos liberado conforme programado.

2011 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
Ação orçamentariamente não realizada. Recursos remanejados.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Redução total do crédito orçamentário.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO - SEMUR
Unidade Orçamentária: 18.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO
Programa: 042 - MORAR MELHOR
Gerente: Doralice da Conceição Lima

AÇÃO: 278 - Implementação de Projetos de Trabalho Técnico Social

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Realizadas reuniões com técnicos e comunidade beneficiada.

Visitas in loco
Acompanhamento das famílias beneficiadas pela equipe técnica social.

2011

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Considerando o número de famílias atendidas nos projetos habitacionais.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Recursos liberados dentro do programado.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO - SEMUR
Unidade Orçamentária: 18.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO
Programa: 065 - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
Gerente: MONICA CONCEIÇÃO PEREIRA

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Promover a regularização fundiária no Município de Porto Velho.

Público-Alvo: População do município ocupante de imóveis irregulares.
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: As áreas do Município de Porto Velho apresentam a seguinte constituição: grandes áreas já ocupadas, sob o domínio da União, notadamente GRPU e INCRA, destacando-se consideravelmente áreas de terras com ocupação já consolidada na denominada "Figura A" e Gleba Aliança, área esta de expansão urbana na Zona Leste do Município, que legalmente são de propriedade do INCRA. Em fração menor, existe também áreas de domínio do Estado e assentamentos informais em áreas públicas municipais. Todas estas áreas ocupadas irregularmente pela população geraram inumeros assentamentos irregulares e ocupações em áreas não habitáveis, em beira de canais, barrancos, em regiões alagadiças e em áreas institucionais. Este fator dificulta por um lado a ação do Poder Público Municipal no controle, acompanhamento e gestão efetiva das áreas dominiais destinadas a investimentos sociais e regularização fundiária, e por outro o grande número de pessoas sem a segurança do acesso à terra.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Número de imóveis regularizados anualmente no Programa de Regularização Fundiária de Interesse Social da SEMUR	Previsto	4307	3484	3605	3604
	Apurado	3046	4194		
	Relação % Apurado/Previsto	70,72	120,38		
	Relação % Apurado/Final	84,52	116,37		

2010:

2011:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance acima de 100% do previsto
Considerando atendimento realizado pela SEMUR.

2011 Alcance acima de 100% do previsto

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Muito satisfeito
Considerando a aceitação do programa pela comunidade beneficiada

2011 Muito satisfeito
Considerando a aceitação do programa pela comunidade beneficiada.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Não há inadequação na concepção do programa

2011

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Raça
São tratados nas oficinas e reuniões.

Pessoa com Deficiência
São tratados nas oficinas e reuniões.

Gênero
São tratados nas oficinas e reuniões.

Criança e Juventude
São tratados nas oficinas e reuniões.

Órgão Responsável: 18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO - SEMUR
Unidade Orçamentária: 18.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO
Programa: 065 - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
Gerente: MONICA CONCEIÇÃO PEREIRA

2011

Raça
São tratados nas oficinas e reuniões.

Pessoa com Deficiência
São tratados nas oficinas e reuniões.

Gênero
São tratados nas oficinas e reuniões.

Criança e Juventude
São tratados nas oficinas e reuniões.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2011

Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2011

Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2011

Reunião com grupos de interesse
Contribuições da participação social para os resultados do programa:

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM
Mecanismos adotados:
Quentionários aplicados nas reuniões e/ou oficinas.

2011

SIM
Mecanismos adotados:
Questionários aplicados nas reuniões e/ou oficinas.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 083 - Elaboração de Instrumentos de Suporte à Estruturação e Gestão das Políticas de Regularização Fundiária e Habitação

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Outros: Planejamento.
Acompanhamento de consultoria para elaboração do PLHIS, acompanhamento e supervisão de serviços de levantamento Topográfico e Planialtimétrico, Loteamento Luine.

2011

Reuniões de trabalho
Reunião períodica com equipe técnica da SEMUR.

Outros: Planejamento
Acompanhamento de consultoria para elaboração do PLHIS, acompanhamento e supervisão de serviços de levantamento topográfico e planialtimétrico Loteamento Luiene, acompanhamento e supervisão dos serviços de Levantamento Planiatimétrico e Cadastral - Jacy Paraná.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Meta ampliada mediante necessidade de contratação de consultoria e empresa de serviços técnicos especailizada.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Contratação de empresa de serviço técnico especializado.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Levantamento Planialtimétrico e Cadastral - Distrito de Jacy Paraná.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

Órgão Responsável: 18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO - SEMUR
Unidade Orçamentária: 18.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO
Programa: 065 - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
Gerente: MONICA CONCEIÇÃO PEREIRA

2011 Insuficientes
Os valores liquidados foram insuficientes em relação à dotação orçamentária.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Liberado conforme programado.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO - SEMUR
Unidade Orçamentária: 18.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO
Programa: 065 - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
Gerente: MONICA CONCEIÇÃO PEREIRA

AÇÃO: 097 - Gestão e Administração do Programa

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Reunião com equipe técnica.

Relatórios de gestão
Relatório de desenvolvimento e atividades.

2011

Reuniões de trabalho
Reunião com equipe técnica.

Relatórios de gestão
Relatório de desenvolvimento de atividades.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Programa mantido.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Programa mantido.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de material de consumo diverso (piquetes e estacas, ferramentas para topografia, suprimento de informática), contratação de serviço de sonorização e aquisição de equipamentos de informática, equipamento de topografia e veículo.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Liberado conforme programado.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO - SEMUR
Unidade Orçamentária: 18.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO
Programa: 065 - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
Gerente: MONICA CONCEIÇÃO PEREIRA

AÇÃO: 109 - Implantação de Sistema de Informação para a Gestão da Política Habitacional e de Regularização Fundiária

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Reuniões ampliadas e oficinas capacitação.

Visitas in loco
Realização de levantamento socioeconômico.

2011

Reuniões de trabalho
Reuniões ampliadas e oficinas de capacitação

Visitas in loco
Realização de levantamento socioeconômico.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Meta não realizada.

2011 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Meta não realizada. Houve redução total do crédito orçamentário.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes
Redução de recurso.

2011 Não foram liberados recursos
Redução total do crédito orçamentário.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
Redução do recurso.

2011 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
Redução total do crédito orçamentário.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO - SEMUR
Unidade Orçamentária: 18.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO
Programa: 065 - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
Gerente: MONICA CONCEIÇÃO PEREIRA

AÇÃO: 196 - Promoção de Campanhas Educativas e Informativas

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Reunião com equipe técnica.

2011

Reuniões de trabalho
Reunião com equipe técnica.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Meta não realizada.

2011 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Meta não realizada. Houve redução total do crédito orçamentário.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes
Recursos remanejados.

2011 Não foram liberados recursos
Redução total do crédito orçamentário.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Redução de recursos.

2011 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
Redução total do crédito orçamentário.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Redução total do crédito orçamentário.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO - SEMUR
Unidade Orçamentária: 18.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO
Programa: 065 - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
Gerente: MONICA CONCEIÇÃO PEREIRA

AÇÃO: 197 - Promoção de Eventos Públicos Pertinentes às Áreas de Regularização Fundiária e Habitação

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Outros: Fotografias.
Regisro fotográfico da ações realizadas.

2011

Reuniões de trabalho
Planejamento das ações com a equipe técnica SEMUR.

Outros: Fotografias
Registro fotográfico das ações realizadas.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
Eventos realizado em conformidade com entrega de escritura.

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Eventos realizados em conformidade com entrega das escrituras e das unidades habiacionais.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Material de consumo diverso (alimentação, água mineral); serviços gráficos; serviços de confecção de faixas, banner e folders ; serviço de ornamentação de palco.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes
Redução orçamentária.

2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Redução orçamentária.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO - SEMUR
Unidade Orçamentária: 18.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO
Programa: 065 - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
Gerente: MONICA CONCEIÇÃO PEREIRA

AÇÃO: 216 - Regularização Fundiária de Ocupações Irregulares

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Planejamento para realização de entrega de escrituras, reuniões sistemáticas para avaliação do processo.

Relatórios de gestão
Relatório emitido de acordo com entrega de esciturас.

2011

Reuniões de trabalho
Planejamento para realização de entrega de escrituras, reuniões sistemáticas para avaliação do processo.

Relatórios de gestão
Relatório emitido de acordo com entrega de escrituras.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Conforme entrega de escrituras realizadas.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
2011 Insuficientes
Recursos liquidados insuficientes em relação a dotação orçamentária.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
De acordo com planejamento.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO - SEMUR
Unidade Orçamentária: 18.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO
Programa: 096 - USO CAMPEÃO
Gerente: MARIA JACINTA BARBOSA DE OLIVEIRA

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Promover assessoria jurídica gratuita com ajuizamento e acompanhamento de ações possessórias a população de baixa renda que encontra-se em áreas de titularidade privada com posse consolidada.

Público-Alvo: Munícipe de Porto Velho de baixa renda que encontra-se em áreas de titularidade privada com posse consolidada.

Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

Justificativa: Usualmente a problemática da questão urbana é atribuída ao crescimento desenfreado e desordenado das cidades. Entretanto, há um conjunto de problemas específicos que contribui para tal situação tais como habitação, transporte, poluição, saneamento e regularização fundiária que não pode ser compreendido desvinculado das relações sociais excludentes. Neste sentido o Município de Porto Velho decidiu criar por meio da Secretaria Municipal de Regularização Fundiária e Habitação o programa Uso Campeão que pretende possibilitar acessoria jurídica a comunidade residente em áreas onde existem conflitos sócio-jurídicos de titularidade privada, ocupadas por população de baixa renda, onde se garanta o direito à moradia de milhares de famílias, considerando a necessidade histórica das comunidades que não tem a segurança da propriedade da terra.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Déficit de imóveis irregulares identificados e cadastrados na SEMUR, localizados em áreas particulares	Previsto	10131	7350	4569	1788
	Apurado	480	2900		
	Relação % Apurado/Previsto	4,74	39,46		
	Relação % Apurado/Final	26,85	162,19		

2010:

2011:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Considerando que o convênio entre a Prefeitura de Porto Velho e a Defensoria Pública, onde este último será o órgão responsável pelo ajuizamento das ações, foi efetivado em dezembro de 2010.

2011 Alcance entre 40% a 80% do previsto
Atendimentos realizados junto as famílias.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
Considerando o ingresso das ações de usucapião no judiciário.

2011 Satisfeito
Considerando o ingresso das ações de usucapião no judiciário.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Não há inadequação na concepção do programa

2011

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Raça
Através das reuniões informativas com a comunidade são evidenciados a temática.

Pessoa com Deficiência
Através das reuniões informativas com a comunidade são evidenciados a temática, bem como seu atendimento é preferencial.

Gênero
Através das reuniões informativas com a comunidade são evidenciados a temática, bem como seu atendimento é preferencial.

Criança e Juventude
Através das reuniões informativas com a comunidade são evidenciados a temática, bem como seu atendimento é preferencial.

Órgão Responsável: 18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO - SEMUR
Unidade Orçamentária: 18.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO
Programa: 096 - USO CAMPEÃO
Gerente: MARIA JACINTA BARBOSA DE OLIVEIRA

2011

Raça
Através das reuniões informativas com a comunidade.

Pessoa com Deficiência
Através das reuniões informativas com a comunidade, bem como seu atendimento é preferencial.

Gênero
Através das reuniões informativas com a comunidade, bem como seu atendimento é preferencial.

Criança e Juventude
Através das reuniões informativas com a comunidade, bem como seu atendimento é preferencial.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Os recursos materiais são adequados

2011

Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Os recursos humanos são adequados

2011

Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Audiência Pública
Na câmara de vereadores para apresentação do programa e dos seus objetivos.

Reunião com grupos de interesse
Reunião com a Associação dos Bairros e moradores das áreas de intervenção do programa.

Discussão em Conselho Setorial
A temática é discutida no Conselho das Cidades, em especial, na câmara temática de habitação e regularização fundiária.

Outros: Defensoria e Poder Judiciário.
Para apresentação do programa, bem como seus objetivos.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Maior adesão das famílias beneficiárias ao programa e efetivação do convênio com a Defensoria Pública.

2011

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

Reunião com grupos de interesse
Reunião com a Associação de Bairros e moradores das áreas de intervenção do Programa.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Mecanismos adotados:
As avaliações são realizadas nas reuniões, com ampla participação das famílias beneficiárias.

2011

SIM

Mecanismos adotados:
As avaliações são realizadas nas reuniões, com participação das famílias beneficiárias.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 289 - Regularização de Imóveis em Áreas Particulares - Usucapião

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
São realizadas reuniões periódicas com a equipe para avaliação das ações.

Visitas in loco
São realizadas visitas in loco, para prestar informações/esclarecimentos à comunidade, coma realização do monitoramento.

Sistemas informatizados
O Programa é alimentado e monitorado através do SIAP.

Órgão Responsável: 18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO - SEMUR
Unidade Orçamentária: 18.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO
Programa: 096 - USO CAMPEÃO
Gerente: MARIA JACINTA BARBOSA DE OLIVEIRA

Relatórios de gestão
É realizado através do relatório circunstanciado.

2011

Reuniões de trabalho
São realizadas reuniões periódicas com a equipe para avaliação das ações

Visitas in loco
São realizadas visitas in loco, para prestar informações/esclarecimentos a comunidade, com a realização do monitoramento.

Sistemas informatizados
O Programa é alimentado e minitorado através do SIAP.

Relatórios de gestão
É realizado através do relatório circunstanciado.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Meta não realizada. As ações de usucapião foram protocoladas, porém não foram julgadas impossibilitando a regularização do imóvel.

2011 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
As ações de usucapião foram protocoladas, porém não foram julgadas, impossibilitando a regularização do imóvel.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Houve redução do recurso.

2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Conforme programado.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO - SEMUR
Unidade Orçamentária: 18.31 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
Programa: 085 - HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
Gerente: ANTÔNIA SOLANGE NOGUEIRA CARVALHO DE OLIVEIRA

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Centralizar e gerenciar recursos orçamentários para os programas estruturados no âmbito do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, objetivando viabilizar para população de menor renda o acesso a terra urbanizada e a habitação digna e sustentável

Público-Alvo: Famílias de Baixa Renda no Município de Porto Velho.

Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

Justificativa: Milhares de pessoas vivem hoje em situações de irregularidade fundiária, baixa qualidade / tamanho da casa, sem infra-estrutura, sem urbanização. Neste contexto Porto Velho apresenta um déficit habitacional de 10.625 (IBGE) habitações para famílias com até três salários mínimos. Este déficit cresce à medida que aumentam as dificuldades para essas pessoas terem acesso ao financiamento, com as condições adequadas à sua renda familiar disponível bem como, incapacidade financeira dos interessados em poder adquirir as suas residências. Contribui ainda, para este, fatores preponderantes como a existência de coabitação, desemprego e moradores em áreas irregulares cita-se: área sujeita as alagações, área verde, área de equipamento comunitária, áreas de preservação permanente. Para tanto, justifica-se a criação do presente programa como forma de amortizar esse passivo habitacional.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Número de imóveis construídos, inseridos no Programa Habitacional da SEMUR	Previsto	1006	1006	1006	1006
	Apurado	315			
	Relação % Apurado/Previsto	31,31			
	Relação % Apurado/Final	31,31			

2010:

2011:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

Órgão Responsável: 18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO - SEMUR
Unidade Orçamentária: 18.31 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
Programa: 085 - HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
Gerente: ANTÔNIA SOLANGE NOGUEIRA CARVALHO DE OLIVEIRA

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 192 - Produção de Lotes Urbanizados

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO - SEMUR
Unidade Orçamentária: 18.31 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
Programa: 085 - HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
Gerente: ANTÔNIA SOLANGE NOGUEIRA CARVALHO DE OLIVEIRA

AÇÃO: 273 - Construção, Melhoria, Reforma, Aquisição, Locação Social e Arrendamento de Unidades Habitacionais em Áreas Urbanas e Rurais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

AÇÃO: 274 - Regularização Fundiária e Urbanística de Áreas Caracterizadas de Interesse Social

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO - SEMUR
Unidade Orçamentária: 18.31 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
Programa: 085 - HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
Gerente: ANTÔNIA SOLANGE NOGUEIRA CARVALHO DE OLIVEIRA

AÇÃO: 276 - Implantação de Saneamento Básico, Infra-estrutura e Equipamentos Urbanos Complementares aos Programas de Habitação e Regularização Fundiária de Interesse Social

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 19.00 - SECRETARIA MUNICIPAL EXTRAORDINÁRIA DE PROGRAMAS ESPECIAIS - SEMEPE
Unidade Orçamentária: 19.01 - SECRETARIA MUNICIPAL EXTRAORDINÁRIA DE PROGRAMAS ESPECIAIS
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: FRANCINEIDE DA CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Público-Alvo:
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
-	Previsto				
	Apurado				
	Relação % Apurado/Previsto				
	Relação % Apurado/Final				

2010:

2011:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 40% a 80% do previsto
Falta de técnicos com conhecimentos nas áreas administrativa e orçamentária.

2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Durante o exercicio houve um bom desempenho das atividades administrativas, quanto aos quesitos orçamentários de pessoal, patrimônio e serviços gerais.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Pouco satisfeito
A meta não foi atingida na sua totalidade devido não haver equipamentos suficientes nos setores.

2011 Satisfeito

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Não há inadequação na concepção do programa

2011

Outros: Criação de elemento.
Foi criado o elemento de despesa para serviços de obras.

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Não contempla

2011

Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Os recursos materiais são adequados

2011

Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Falta de técnicos com conhecimentos nas áreas administrativa e orçamentária.

Órgão Responsável: 19.00 - SECRETARIA MUNICIPAL EXTRAORDINÁRIA DE PROGRAMAS ESPECIAIS - SEMEPE
Unidade Orçamentária: 19.01 - SECRETARIA MUNICIPAL EXTRAORDINÁRIA DE PROGRAMAS ESPECIAIS
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: FRANCINEIDE DA CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA

2011

Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Não possui mecanismos.

Dificuldades para a implementação de mecanismos: A Secretaria Municipal Extraordinária de Programas Especiais - SEMEPE, foi criada com a finalidade de Coordenar, Desenvolver e Executar Projetos Especiais a Nivel Municipal considerando as especificidades econômicas, culturais e sócio ambientais no que se destina as melhorias nas funções sociais e a reforma urbana.

2011

Não possui mecanismos.

Dificuldades para a implementação de mecanismos: Não se aplica.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Mecanismos adotados:

Qualificação de Pessoal, com cursos de Gestão Fiscal, Auto Cade Básico, Excel Básico e Oficina de Capacitação Técnica.

2011

SIM

Mecanismos adotados:

Qualificação de pessoal, treinamento de licitação basica, treinamento de habilitação em pregoeiro, CAD avançado.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 001 - Administração da Unidade

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho

São discutidas as ações Governamentais.

Visitas in loco

Deslocamento até os Distritos para fiscalização de Obras firmados entre Prefeitura e Protocolo de Intenções firmados entre as Empresas Construtoras das Hidroelétricas do Rio Madeira.

Sistemas informatizados

As ações serão emcaminhadas através de CD'S e outros.

Relatórios de gestão

Anualmente.

2011

Reuniões de trabalho

Reuniões onde são discutidas as ações governamentais.

Visitas in loco

Deslocamento dos técnicos aos distritos para fiscalização de obras realizadas previstas no Protocolo de Intenções firmado entre a Prefeitura e as empresas construtoras das Usinas Hidrelétricas do Rio Madeira

Sistemas informatizados

Gestão de Pessoal.

Relatórios de gestão

Relatórios trimestral e anual.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

A falta de conhecimento Administrativo e Remanejamento para executar Obras.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

As metas foram cumpridas dentro das atividades administrativas

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Detalhamento :Aquisição de frigobar, Aquisição de Portão Eletrônico,material de expediente e consumo e serviços de manutenção nas centrais de Ar-condicionados.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

A maior parte dos recursos foram remanejados para outras Secretarias.

2011 Insuficientes

Não houve a liquidação total dos serviços e bens adquiridos.

Órgão Responsável: 19.00 - SECRETARIA MUNICIPAL EXTRAORDINÁRIA DE PROGRAMAS ESPECIAIS - SEMEPE
Unidade Orçamentária: 19.01 - SECRETARIA MUNICIPAL EXTRAORDINÁRIA DE PROGRAMAS ESPECIAIS
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: FRANCINEIDE DA CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Os efeitos da liberação dos recursos não prejudicou nem uma programação

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 19.00 - SECRETARIA MUNICIPAL EXTRAORDINÁRIA DE PROGRAMAS ESPECIAIS - SEMEPE
Unidade Orçamentária: 19.01 - SECRETARIA MUNICIPAL EXTRAORDINÁRIA DE PROGRAMAS ESPECIAIS
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: FRANCINEIDE DA CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA

AÇÃO: 217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Relatórios de gestão

2011

Reuniões de trabalho
Reuniões onde são discutido o desenvolvimento das atividades por setor.

Sistemas informatizados
Sistema de gestão de pessoal.

Relatórios de gestão
Relatórios trimestrais.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Os recursos foram suficientes para cobrir a folha de pagamento.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
As metas foram cumpridas dentro do previsto. Os recursos foram suficientes para a folha de pagamento.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Servidores remunerados e encargos sociais pagos.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Conforme elaboração da folha de pagamento.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Conforme a elaboração da folha de pagamento.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 20.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS - SEMPRE
Unidade Orçamentária: 20.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: IZA GURGEL DA SILVA

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalisticos

Público-Alvo:
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
-	Previsto				
	Apurado				
	Relação % Apurado/Previsto				
	Relação % Apurado/Final				

2010:

2011:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 40% a 80% do previsto

As aquisições dos bens e serviços realizados nas atividades meio e fim, foram atendidos parcialmente, porém algumas atividades não foram executadas em virtude da indisponibilidade orçamentária.

2011 Alcance acima de 100% do previsto

Considera-se acima do esperado, pelo fato de tersido adquirido todos os insumos e contratado os serviços necessários ao desempenho das rotinas administrativas no decorrer do ano de 2011.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito

Considerando as atividades parcialmente atendidas dentro do programado.

2011 Muito satisfeito

O publico alvo considera-se muito satisfeito, razão pela qual foi concluida e entregue os móveis e equipamentos de informática, nenhum material de consumo deixou de ser adquirido e utilizado pelo publico alvo

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Não há inadequação na concepção do programa

2011

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Não contempla

2011

Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial

No presente ano não foi possivel concluir as aquisições de materiais permanentes destinados a atender as equipes de atividades meio e finalística.

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras

Ainda são insuficientes os materiais destinados as equipes de trabalho finalístico, e não foi possivel a aquisição no presente ano pela indisponibilidade orçamentária.

Órgão Responsável: 20.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS - SEMPRE
Unidade Orçamentária: 20.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: IZA GURGEL DA SILVA

2011

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras

Falta um espaço fisico para acondicionar os materiais de consumo adquiridos para execução das ações administrativas

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras

É necessário ampliar o quadro de profissionais nas áreas meio e finalísticas em virtude da demanda dos serviços ora apresentados a esta Secretaria.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial

Ocorre que ainda há gerentes que não possuem capacitação na área gerencial e atualmente exercem atividades de liderança. Porém consta na programação do PPA.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras

É insuficiente pelo fato de existir cursos que não são oferecidos nas organizações locais e são de relevância para as equipes desta Secretaria.

2011

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras

Há uma grande necessidade de uma capacitação continuada para a equipe executora administrativa

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras

Há um deficiência no quantitativo de recursos humanos a realização das atividades afins.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Não possui mecanismos.

Dificuldades para a implementação de mecanismos: Programa voltado a proporcionar aos servidores públicos os benefícios que lhe são devidos.

2011

Não possui mecanismos.

Dificuldades para a implementação de mecanismos: Não se aplica por tratar-se de um programa para dar suporte às atividades de rotina da unidade.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

Escassez de recursos que foram remanejados para atender outros programas.

2011

SIM

Mecanismos adotados:

Por meio de reuniões e solicitações em documentos formais(memorando, requerimentos, etc)

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 001 - Administração da Unidade

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Sistemas informatizados

Relatórios de gestão

2011

Sistemas informatizados

O sistema CPCETIL é um instrumento para avaliar a execução orçamentária e financeira.

Reuniões de trabalho

Reuniões periódicas com a equipe administrativa.

Relatórios de gestão

O Relatório Circunstanciado é uma das ferramentas pra se avaliar a execução anual do programa.

Outros: Planilhas de Controle

Há planilhas de controle que se obtem também a avaliação de alguns ítens relativo ao programa Administrativo

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Foram alcaçadas as metas estabelecidas, com a execução das atividades pela equipe tecnico-administrativa

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de materiais de consumo(expediente, informatica, limpeza, copa e cozinha, contrato e serviços com o CREA, Correios, CIEE, Manutenção de Veículos, Aquisição de mobiliários, aquisição de equipamentos de informática, aquisição de veículos, etc...)

Órgão Responsável: 20.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS - SEMPRE
Unidade Orçamentária: 20.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: IZA GURGEL DA SILVA

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Houve redução de créditos pára suprir dotações orçamentárias de outros programas finalísticos.

2011 Suficientes
Os recursos disponibilizados foram suficientes para a execução anual do programa.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Houve redução de créditos orçamentários.

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Período longo para a concretização dos processos licitatórios.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 20.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS - SEMPRE
Unidade Orçamentária: 20.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: IZA GURGEL DA SILVA

AÇÃO: 050 - Capacitação de Servidores Públicos Municipais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Sistemas informatizados
Relatórios de gestão

2011

Relatórios de gestão
É o meio pelo qual demonstra-se todas as capacitações realizadas e o quantittativo de participantes pela Secretaria.

Reuniões técnicas e emissão de relatórios de avaliação das capacitações realizadas com as chefias imediatas envolvidas para avaliar o desempenho dos beneficiados.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Recursos remanejados na totalidade.

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Foi ultrapassada a meta em virtude da participação em várias capacitações promovidas pela secretaria e em parceria com a Funescola.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Ação não executada.Recursos remanejados.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Não utiliza recursos de origem orçamentária
Recursos remanejados na totalidade.

2011 Não utiliza recursos de origem orçamentária
Ação não executada.Recursos remanejados.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Recursos remanejados na totalidade.

2011 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Ação não executada.Recursos remanejados.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Recursos remanejados na totalidade.

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 20.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS - SEMPRE
Unidade Orçamentária: 20.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: IZA GURGEL DA SILVA

AÇÃO: 069 - Construção, Ampliação e Reforma de Bens Imóveis

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Sistemas informatizados
Relatórios de gestão

2011

Não possui mecanismos.
Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: Ainda não se dispõe de mecanismo para monitorar a presente ação.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Obras em andamento: Restaurante Popular e Centro do Idoso. Despesas empenhadas em processo de medição das obras.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Obra em execução.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Construção do Centro de Convivência do Idoso no Bairro Lagoinha, o qual beneficiará a população de idosos do município de Porto Velho. Abrigará Salão de Jogos, Sala de Reunião, Sala de Odontologia e Oftalmologia, Piscina e uma Praça/Jardim. É um espaço de destaque como excelência na busca pela melhoria da convivência dos idosos por seu conjunto e qualidades de serviços que serão oferecidos.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes
Obras remanescentes do Restaurante Popular, empenhadas em julho/2010, sendo a primeira medição em outubro, com paralização das obras em novembro/2010.

2011 Insuficientes
Recursos insuficientes, pois a obra está em andamento e não houve a liquidação dos recursos na totalidade.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 20.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS - SEMPRE
Unidade Orçamentária: 20.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: IZA GURGEL DA SILVA

AÇÃO: 217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Sistemas informatizados
Relatórios de gestão

2011

Reuniões de trabalho
REALIZADO REUNIÕES TRIMESTRAIS PARA AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES ROTINEIRAS

Sistemas informatizados
UTILIZA-SE O MODULOG E OUTRAS PLAINLHAS DE CONTROLE

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Meta alcançada acima do previsto tendo em vista o aumento do quantitativo de servidores.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Servidores capacitados e encargos sociais pagos.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
2011 Suficientes
Os recursos foram completamente suficientes para concluir a ação.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 20.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS - SEMPRE
Unidade Orçamentária: 20.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS
Programa: 028 - ESPORTE SOLIDÁRIO
Gerente: JOSÉ AUGUSTO BARCELLOS

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Implantar, manter e modernizar núcleos esportivos, promovendo eventos de entretenimento, esporte e lazer.

Público-Alvo: População do Município de Porto Velho
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: Atender as necessidades desportivas e de lazer do Município com a implantação de novas quadras e centros poliesportivos.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Número de núcleos esportivos implantados	Previsto	4	4	4	4
	Apurado	0	1		
	Relação % Apurado/Previsto	0,00	25,00		
	Relação % Apurado/Final	0,00	25,00		

2010: Por motivos de paralisação as obras tiveram um atraso, porém estão em andamento.

2011:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
2011 Alcance entre 40% a 80% do previsto
Conclusão da obra quadra de esporte do Bairro Castanheira.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
2011 Satisfeito
Obra inaugurada beneficiando a todos que moram no entorno dessa da quadra.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Não há inadequação na concepção do programa

2011

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Raça
Todos os equipamentos programados atendem todos os tipo de raça.

Pessoa com Deficiência
A exemplo podemos identificar a construção dos banheiros da Praça Jardim das Mangueiras que são destinados a pessoas portadoras de necessidade especiais.

Gênero

Criança e Juventude
O objetivo do programa inclui crianças, jovens e adultos.

2011

Criança e Juventude
É de abrangência a criança e jovens a quadra de esporte concluida.

Raça
Não há distinção de raça nos eventos que são realizados no local onde a obra foi concluida

Pessoa com Deficiência
Há espaços para pessoas com necessidades especiais que por ventura queiram participar dos eventos a serem realizados no local

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

Órgão Responsável: 20.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS - SEMPRE
Unidade Orçamentária: 20.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS
Programa: 028 - ESPORTE SOLIDÁRIO
Gerente: JOSÉ AUGUSTO BARCELLOS

2010

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras

Falta de equipamentos, veículos necessários para realizar as supervisões e fiscalizações das obras em andamento.

2011

Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras

Escassez de recursos humanos para operacionalizar as atividades finalísticas.

2011

Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Audiência Pública

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

As avaliações nas audiências públicas.

2011

Audiência Pública

Nas audiências públicas é o meio pelo qual os representantes das comunidades manifestam sua expectativas nas obras concluidas e nas que estão em fase de andamento.

Reunião com grupos de interesse

Reuniões com os lideres de Associação de Bairros são as oportunidades que os mesmos manifestam para as autoridades os anseios de sua comunidade.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Mecanismos adotados:

Nas reivindicações por meio de abaixo assinado, reuniões, audiências públicas.

2011

SIM

Mecanismos adotados:

São realizadas reuniões com os técnicos que elaboraram e acompanharam o desenvolvimento do Projeto, com o objetivo de detectar falhas que podem impedir o seu funcionamento como planejado, tomando as medidas para a correção antes da obra a ser concluida.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 357 - Construção, ampliação e reforma de quadras e centros poliesportivos.

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho

Visitas in loco

Relatórios de gestão

2011

Visitas in loco

As visitas dos fiscais de cada obra, auxiliam no acompanhamento da execução da ação

Relatórios de gestão

Mensalmente é elaborado relatorio de atividades que possiblita acompanhar a ação em desenvolvimento

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Concluida nesse programa a construção da quadra do Bairro Castanheira

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Quadra coberta

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes

2011 Suficientes

Foi suficiente para a conclusão da obra da quadra.

Órgão Responsável: 20.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS - SEMPRE
Unidade Orçamentária: 20.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS
Programa: 028 - ESPORTE SOLIDÁRIO
Gerente: JOSÉ AUGUSTO BARCELLOS

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Recursos remanejados.

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 20.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS - SEMPRE
Unidade Orçamentária: 20.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS
Programa: 042 - MORAR MELHOR
Gerente: JOSÉ AUGUSTO BARCELLOS

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Promover o acesso a moradia para as famílias com diversos níveis de renda, com ênfase à população mais carente e de baixa renda.

Público-Alvo: População do Município de Porto Velho
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: As famílias de baixa renda são as que mais sofrem com a falta de moradia digna, ocupando habitações precárias onde coabitam mais de uma família. Essas moradias muita das vezes, são edificadas em áreas impróprias para habitação, colocando em risco a integridade de seus ocupantes. As ações que compõem o programa visam minimizar a carência por habitações no Município de Porto Velho, oportunizando o acesso a moradia a essa parcela da população.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Número de unidades habitacionais construídas ao ano	Previsto	488	550	550	550
	Apurado	315	318		
	Relação % Apurado/Previsto	64,55	57,82		
	Relação % Apurado/Final	57,27	57,82		

2010: Por motivo de paralisação não foram concluídas todas as obras previstas.

2011:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
2011 Alcance entre 40% a 80% do previsto

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
2011 Muito satisfeito

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Não há inadequação na concepção do programa

2011

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Raça
As ações do programa visam minimizar a carência por habitações as famílias de baixa renda sem distinção de raça.

Pessoa com Deficiência
O Programa abrange as pessoas portadoras de necessidades especiais proporcionando moradias dignas de ser habitadas.

Gênero
As ofertas de moradias de interesse social visam a melhoria da qualidade de vida da população.

Criança e Juventude
As ações do programa visam minimizar a carência por habitações no Município de Porto Velho, oportunizando o acesso a moradia a essa parcela da população.

2011

Criança e Juventude
Jovens e crianças também são beneficiadas com o programa.

Raça
Não há distinção de raçã dos beneficários do programa.

Pessoa com Deficiência
Há abrangência do programa com pessoas portadores de necessidades especiais

Gênero
Todos são beneficados sem distinção de gênero.

Órgão Responsável: 20.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS - SEMPRE
Unidade Orçamentária: 20.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS
Programa: 042 - MORAR MELHOR
Gerente: JOSÉ AUGUSTO BARCELLOS

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras

Escassez de equipamentos e veículos necessários para a operacionalização das atividades pelas equipes que atuam na área fim.

2011

Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras

Há escassez de recurso humano destinados a operacionalização das atividades finalísticas.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras

Ainda é deficiente o programa de capacitação continuada para as equipes com atividades finalísticas.

2011

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras

Há necessidade que haja capacitação continuada para os profissionais da área finalística.

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras

Há escassez de recursos humanos para as áreas finalísticas.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Audiência Pública

Oportunidade de avaliar se as reivindicações foram atendidas.

Outros: Abaixoassinado

Documentos de reivindicações encaminhadas pela sociedade.

2011

Audiência Pública

Por ocasião das audiências públicas municipal é possivel a participação da sociedade com suas reivindicações que possibilitam avaliar o andamento do programa.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Mecanismos adotados:

Reuniões com lideranças e representates da sociedade beneficiária das Unidades Habitacionais.

2011

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

Não há mecanisco especifico para avaliar a satisfação dos beneficiários individualmente.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 362 - Construções de unidades habitacionais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho

Visitas in loco

Relatórios de gestão

2011

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Concluidas e entregues 218 Unidades Habitacionais do Candelária I,II, III e IV.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Obras concluidas - Construção de 98 Unidades Habitacionais no Conjunto Habitacional Candelária I e Construção de 120 Unidades Habitacionais no Conjunto Habitacional Candelária II, III, IV.

Órgão Responsável: 20.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS - SEMPRE
Unidade Orçamentária: 20.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS
Programa: 042 - MORAR MELHOR
Gerente: JOSÉ AUGUSTO BARCELLOS

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes
Despesa liquidada e paga à medida em que são apresentadas as medições das obras.

2011 Suficientes
Os recursos disponíveis foram suficientes porém os valores liquidados são insuficientes em relação a dotação disponibilizada.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 20.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS - SEMPRE
Unidade Orçamentária: 20.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS
Programa: 042 - MORAR MELHOR
Gerente: JOSÉ AUGUSTO BARCELLOS

AÇÃO: 363 - Infra-estrutura de urbanização dos projetos habitacionais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Visitas in loco
Relatórios de gestão

2011

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
2011 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
Realização de infraestrutura nos 2 conjuntos habitacionais.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Realização de infraestrutura nos 2 conjuntos habitacionais.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes
Ainda não foram apresentadas as medições das obras.

2011 Suficientes
Os recursos foram suficientes para a execução da obra em andamento.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Redução orçamentária, com remanejamento para outro programa.

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 20.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS - SEMPRE
Unidade Orçamentária: 20.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS
Programa: 075 - URBANIZAR
Gerente: JOSÉ AUGUSTO BARCELLOS

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Executar serviços de pavimentação, recuperação, manutenção, drenagem e revitalização de vias urbanas, pontes, passarelas e pontilhões.

Público-Alvo: População do Município de Porto Velho
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: A falta de urbanização de vias urbanas tem sido causa de muita poeira, crescentes lamaçais, demora no atendimento ao transporte coletivo, dificuldade de acesso aos logradouros e serviços de saúde, lazer, recreação, educação, esporte e cultura. Sua existência é um fator de desenvolvimento do comércio, da economia, de segurança e da qualidade de vida. Uma cidade bem urbanizada, também atrai turistas e agrada aos olhos de quem convive ou passa no local.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Quilômetros de vias drenadas e pavimentadas ao ano	Previsto	20	20	20	20
	Apurado	20	40		
	Relação % Apurado/Previsto	100,00	200,00		
	Relação % Apurado/Final	100,00	200,00		

2010:

2011:

02 - Números de praças e mercados construídos ou reformados ao ano	Previsto	5	5	5	5
	Apurado	4	4		
	Relação % Apurado/Previsto	80,00	80,00		
	Relação % Apurado/Final	80,00	80,00		

2010:

2011:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Obteve-se a conclusão das obras no período superando a meta prevista.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
2011 Muito satisfeito
A satisfação dos beneficiários em relação as obras concluídas em cada bairro, por meio da mídia por ocasião das inaugurações realizadas.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010
Não há inadequação na concepção do programa
2011
Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2011
Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

Órgão Responsável: 20.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS - SEMPRE
Unidade Orçamentária: 20.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS
Programa: 075 - URBANIZAR
Gerente: JOSÉ AUGUSTO BARCELLOS

2010

Os recursos materiais são adequados

2011

Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras

Escassez de recursos humanos para operacionalização das atividades finalísticas.

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras

Há uma escassez de recursos humanos, considerando que alguns profissionais aprovados em outros concursos públicos deixaram a unidade e lacuna que ainda não foi preenchida. Espera-se que será resolvida em parte quando for lançado o próximo concurso público para o provimento das vagas.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras

Há servidores que necessitam de capacitação nas áreas específicas, para execução do programa contribuindo para um melhor desempenho.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Não possui mecanismos.

2011

Audiência Pública

Por ocasião da realização das audiências públicas há uma avaliação das as obras se estão a contento da população

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

Reunião com grupos de interesse

Reuniões técnicas com representantes das Associações de Bairro são fundamentais para avaliação do desenvolvimento da ação.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Mecanismos adotados:

Por meio dos veículos de comunicação, onde são observados a satisfação dos usuários das audiências públicas e outros.

2011

SIM

Mecanismos adotados:

Por ocasião das audiências públicas, publicações nas mídias, de solicitações não atendidas. E também por meio de documentos formais tais como: requerimento, abaixo assinados.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 081 - Drenagem de Águas Pluviais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho

Visitas in loco

Relatórios de gestão

2011

Reuniões de trabalho

Periodicamente são realizadas reuniões com os fiscais das obras, bem como com o coordenador chefe da fiscalização.

Visitas in loco

Nas visitas in loco periódicas quando a obra esta em execução pelos fiscais portariados para a finalidade.

Sistemas informatizados

Relatórios extraídos do SIAPEG e SICOP.

Relatórios de gestão

Mensalmente e anualmente os relatórios são emitidos e avaliados para a análise da execução do programa.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Drenagem no Igarapé Candelária (0,97Km), Igarapé Cidade do Lobo(0,75Km), Igarapé Esperança(0,92Km), Igarapé Grande(1,77), Igarapé Nova Esperança(2,14Km) e Igarapé Pantanal(0,46Km).

Órgão Responsável: 20.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS - SEMPRE
Unidade Orçamentária: 20.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS
Programa: 075 - URBANIZAR
Gerente: JOSÉ AUGUSTO BARCELLOS

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes
Despesas empenhadas somente em dezembro/2010, em razão da morosidade no processo licitatório, ocasionando insuficiência de liquidação.

2011 Suficientes
Os recursos disponíveis foram suficientes porém os valores liquidados são insuficientes em relação a dotação disponibilizada.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade no processo de licitação.

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 20.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS - SEMPRE
Unidade Orçamentária: 20.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS
Programa: 075 - URBANIZAR
Gerente: JOSÉ AUGUSTO BARCELLOS

AÇÃO: 355 - Urbanização de vias urbanas e assentamentos comunitários

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Visitas in loco
Relatórios de gestão

2011

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

No ano de 2011 na área de pavimentação e foi realizada cerca de 40 km de pavimentação asfáltica em mais de 20 bairros da capital, entre eles os Bairros JK, Tancredo Neves, Tiradentes, Igarapé e Areal da Floresta.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Pavimentação asfáltica de cerca de 40 km de vias em mais de 20 bairros da capital, entre eles os Bairros JK, Tancredo Neves, Tiradentes Igarapé e Areal da Floresta. O Bairro Aponiã teve praticamente todas as suas ruas asfaltadas, com destaque para as Ruas Bidu Saião e Caetano Donizete. As ruas restantes somam cerca de 1,3 km e já encontram-se com a drenagem pronta. Os Bairros JK e Tancredo Neves foram beneficiados com 4,0 km de asfalto e com a execução da obra da galeria no Canal dos Tanques.Dentre as obras concluídas temos também o bloqueteamento de algumas Ruas do Bairro Teixeirão.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes

A insuficiência na liquidação ocorreu em razão de morosidade no processo licitatótio e empenhamento pelo final do exercício.

2011 Suficientes

Os recursos disponíveis foram suficientes porém os valores liquidados são insuficientes em relação a dotação disponibilizada.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldades em licitações e celebração de contratos

Morosidade no processo licitatório.

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 20.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS - SEMPRE
Unidade Orçamentária: 20.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS
Programa: 075 - URBANIZAR
Gerente: JOSÉ AUGUSTO BARCELLOS

AÇÃO: 356 - Construção e reforma de praças e mercados

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Visitas in loco
Relatórios de gestão

2011

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Concluidas 4 obras de grande significado para a população porto-velhense: as praças do Contorno, Caladinho, Bairro Castanheira e o Restaurante Popular.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Com o objetivo de aproveitar as áreas, antes degradadas e problemáticas, foram construídos nestes locais, praças e quadras poliesportivas, que além de recuperá-las, proporcionam ambientes adequados à prática de esportes e lazer das famílias porto velhenses.A conclusão da Praça do Caladinho, local onde passava uma grande vala cercada de mato que causava grande desconforto aos moradores da localidade e também da Praça do Contorno, que é composta de uma quadra poliesportiva, playground, pista para caminhadas, equipamentos para exercícios, iluminação, mesas e bancos, além de ser bem arborizada está proporcionando lazer a população local e moradores do Bairro. No Bairro Castanheiras moradores do Bairro. No Bairro Castanheiras, localizado na zona Sul da cidade, foi construída uma quadra poliesportiva coberta, mais uma obra realizada com a parceria do Governo Federal e a inauguração do Restaurante Popular.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes

A morosidade no processo licitatório implicou na insuficiência de liquidação.

2011 Suficientes

Os recursos disponíveis foram suficientes porém os valores liquidados são insuficientes em relação a dotação disponibilizada.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldades em licitações e celebração de contratos

Morosidade no proceso de licitação.

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 20.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS - SEMPRE
Unidade Orçamentária: 20.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS
Programa: 141 - INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA
Gerente:

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Otimizar a infraestrutura do Porto fluvial sistematizando os serviços proporcionando rapidez, conforto e segurança, além de permitir o desenvolvimento social e econômico social.

Público-Alvo: População do Município
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: Dotar de infraestrutura portuária o município de Porto Velho para maior segurança nas operações de embarque e desembarque de cargas e passageiros da navegação fluvial interior e maior controle com a fiscalização.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Construção do terminal aquaviário (porcentagem)	Previsto	65	35		
	Apurado		21,75		
	Relação % Apurado/Previsto		62,14		
	Relação % Apurado/Final				

2010:

2011:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Obra em execução.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2011 Satisfeito
Considera-se satisfeito em virtude das obras ainda não estarem concluídas, porém estão dento do prazo contratual.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2011

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2011

Gênero
Não distinção de gênero.

Raça
Benfeitoria que atinge a todos os tipos de raça.

Pessoa com Deficiência
Por ser um terminal Aquaviário não há excessão para quaisquer tipo de pessoas que portem necessidades especiais.

Criança e Juventude
Estão inclusos dentro dos beneficios do programa.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2011

Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Há escassez de recursos humanos para as atividades finalísticas relativas ao programa em pauta.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
Falta uma programação de capacitação continuada para as equipes que atuam na área finalistica

Órgão Responsável: 20.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS - SEMPRE
Unidade Orçamentária: 20.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS
Programa: 141 - INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA
Gerente:

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2011

Reunioes tecnicas para levar respostas positivas às reivindicações da sociedade

Audiência Pública
As audiencias publicas são meios para ouvir e poder fazer uma tomada de decisão que possa atender aos anseios da comuniadde usuária

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2011

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Ainda não é possivel avaliar em virtude de estar em fase de execução a referida obra, porém tem-se a expectativa de que após concluida a obra os beneficários terão uma melhor condição de acomodaação e transito para seu embraque fluvial.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 444 - Construção do Terminal Aquaviário do Cai N'água

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2011

Reuniões de trabalho
Reuniões técnicas de avaliação sobre os serviços executados.

Visitas in loco
Fiscalizações da execução da obra pelos técnicos.

Relatórios de gestão
Os relatórios apresentados são extraidos do por meio do SICOP. e outras planilhas de controle são ferramentas efetivas para avaliação da ação.

Outros: Planilhas.
Planilhas de controle são ferramentas efetivas para avaliação da ação.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2011 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
A realização de 21,75

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Construção do Terminal Hidroviário do Cai N'água.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2011 Suficientes
Os recursos disponíveis foram suficientes porém os valores liquidados são insuficientes em relação a dotação disponibilizada.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 20.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS - SEMPRE
Unidade Orçamentária: 20.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS
Programa: 141 - INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA
Gerente:

AÇÃO: 445 - Fiscalização de Obras e Serviços do Terminal Aquaviário do Cai N'Água

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2011

Reuniões de trabalho
Reuniões técnicas periódicas são realizadas com o objetivo de sanar algumas situações que impedem os avanços da ação do Programa em pauta

Visitas in loco
Frequentemente é acompanha pelos Fiscais nomeados para acompanhar a execução da obra

Relatórios de gestão
SICOP e planilhas de controle são ferramentas indispensaveis para o acompanhamento da ação

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Os relatórios apresentados em conjunto com as medições são a base para poder afirmar que a meta fisica está dentro do previsto

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Fiscalização da construção do terminal aquaviário.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2011 Suficientes
Os recursos orçamentários foram suficientes para a operacionalização da ação.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas: